

CABANAS, JOÃO

*militar; rev. 1924; rev. 1930; dep. fed. SP 1953-1954.

João Cabanas nasceu na cidade de São Paulo no dia 29 de junho de 1895, filho dos imigrantes espanhóis Artur Cabanas e Maria Cabanas.

Iniciou os estudos no Ginásio Pernambucano, em Recife, e de volta a São Paulo cursou a Faculdade de Direito e também a Escola de Oficiais da Força Pública.

Já tenente, mas — conforme declarou em entrevista ao *Jornal da Tarde* — decepcionado com a concorrência e os apadrinhamentos da vida militar, aguardava a apreciação de seu pedido de demissão do Exército quando eclodiu o movimento armado de 1924 contra o governo do presidente Artur Bernardes. O movimento, uma das mais importantes lutas tenentistas da década de 1920, irrompeu no dia 5 de julho em Sergipe, no Amazonas e em São Paulo, onde os rebeldes, comandados por Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital por três semanas. Cabanas participou ativamente dessa ocupação. Sua missão na madrugada de 5 de julho foi tomar e controlar a Estação da Luz, ponto de passagem obrigatório das tropas federais. Em apenas quatro dias, ele e sua guarnição de apenas 15 homens venceram os adversários nessa estação e ocuparam o palácio do governo do estado. Ainda durante o conflito de 1924 comandou a “Coluna da Morte”, que prolongou a luta no interior do estado, não foi juntar-se à Coluna Prestes, como fizeram os grupos que participaram do movimento de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Nessa época começaram a surgir as lendas em torno do tenente Cabanas, um personagem que na década de 1920 inflamou a imaginação popular: dizia-se que as balas atravessavam seu corpo sem fazer-lhe qualquer mal; que saltava, de um telhado a outro, distâncias superiores às possibilidades humanas; ou que, certa vez, no sul de Mato Grosso, São Jorge enviou-lhe seu cavalo branco para que rompesse o cerco dos inimigos. Ainda em 1924, sua cabeça foi posta a prêmio pelo governo por quinhentos contos, o que o levou a exilar-se no ano seguinte.

Após a Revolução de 1930, da qual participou juntamente com outros tenentes paulistas, foi enviado pelo presidente Getúlio Vargas à Europa em comissão de estudos de economia política. De volta ao Brasil em 1933, participou no ano seguinte, ao lado de alguns amigos, como Agildo Barata, Nemo Canabarro Lucas e José Augusto de Medeiros, de ações isoladas contra os integralistas que desfilavam uniformizados pelas ruas do Rio de Janeiro,

então Distrito Federal.

Em março de 1935, já tenente-coronel, posto em que se reformou, e já na oposição a Vargas, assinou juntamente com Herculino Cascardo, Roberto Sisson, Trifino Correia, Moésia Rolim, Henrique Cordeiro Oest, Abguar Bastos, Francisco Mangabeira, Benjamim Cabello e outros, a ata de fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização política de âmbito nacional que reuniu representantes de diferentes correntes políticas — socialistas, comunistas, católicos e democratas — e de diferentes setores sociais — proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares —, todos atraídos por um programa que propunha a luta contra a fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Com a proscrição da ANL, decretada em 11 de julho, esteve preso em Natal. Em 1937, não apoiou o golpe de Vargas, que implantou o Estado Novo (1937-1945).

De 1949 a 1950 integrou o conselho consultivo do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), associação civil fundada em abril de 1948 com o objetivo de promover uma “larga campanha de esclarecimento da opinião pública, através de artigos, conferências, debates, comícios, caravanas e demais meios constitucionais e democráticos, visando a congregação dos brasileiros que pugnavam pela tese nacionalista de exploração das jazidas pelo monopólio estatal”. Ainda em 1950, apoiou a candidatura de Vargas à presidência da República e candidatou-se à Câmara dos Deputados na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Realizado o pleito em outubro, Vargas elegeu-se e Cabanas obteve a terceira suplência do seu partido. Exerceu o mandato de abril de 1953 a agosto de 1954 e voltou a se candidatar em outubro desse ano. Eleito novamente suplente, não chegou a assumir o mandato.

Faleceu na cidade de São Paulo em janeiro de 1974.

Publicou *Os fariseus da revolução* (1932).

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; BARATA, A. *Vida*; CÂM. DEP. *Deputados*; CARNEIRO, G. *História*; CARVALHO, E. *Petróleo*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Encic. Mirador*; *Estado de S. Paulo* (29/1/1974); FAUSTO, B. *Revolução*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; *Jornal da Tarde* (2/7/1973);

LIMA, L. *Coluna*; SILVA, H. 1935; TAVARES, J. *Radicalização*; TRIB. SUP. ELEIT.
Dados (2 e 3).

CABEDA, Rafael

*rev. 1893; dep. fed. RS 1915-1917 e 1921-1922.

Rafael Cabeda nasceu em Santana do Livramento (RS) no dia 16 de maio de 1857, filho de Ângelo Cabeda e de Maria Rafaela Pires Cabeda.

Aos nove anos foi mandado para a cidade de Rio Grande (RS), onde estudou no Colégio União. Em 1869, com 12 anos, mudou-se para a Alemanha e estudou na Escola de Comércio de Hamburgo, diplomando-se como perito mercantil e correspondente comercial e passando a dominar cinco idiomas. Em 1875 foi para Liverpool, Inglaterra, onde trabalhou no Escritório Comercial da firma Proudfort Hall e Companhia. Regressou ao Brasil em 1886 e tornou-se sócio de uma casa comercial com Davi da Silva, seu cunhado. Ainda durante o Império, participou do Clube Rio Branco, quando atuou na campanha abolicionista.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), e da tomada do poder no Rio Grande do Sul pelos partidários de Júlio de Castilhos, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), mudou-se para Rivera, no Uruguai, iniciando a luta política que o manteve distante de Santana do Livramento, sua cidade natal. Em 1890 foi convidado por Paulino Tavares para colaborar no jornal *O Canabarro*, e fez forte oposição ao PRR. A partir de fevereiro de 1893 participou da Revolução Federalista, guerra civil que opôs os federalistas (maragatos) ao governo gaúcho, agora chefiado diretamente por Júlio de Castilhos (1893-1898), e também ao governo federal de Floriano Peixoto (1891-1894). O conflito, que conflagrou Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, envolveu amplas forças militares locais e remanescentes da Revolta da Armada, aliados dos federalistas, e encerrou-se com a vitória dos republicanos em agosto de 1895. Durante a guerra, Rafael Cabeda teve atuação expressiva no exército revolucionário e combateu em diversas frentes, como a Divisão Santanense. Manteve também vínculos políticos diretos com o chefe civil federalista Gaspar da Silveira Martins, exilado no Uruguai.

Findo o conflito, participou da comissão organizada com o intuito de aprovar o projeto de programa e regimento do Partido Federalista, que fora fundado em Bajé (RS) em 31 de março de 1892. Essa comissão, formada também por Pedro Moacir, Alcides Lima e Barros Cassal, aprovou as novas propostas em 1901, e nesse mesmo ano Rafael Cabeda foi eleito

para integrar o diretório central do partido. Dirigiu também, ao lado de Rodolfo Costa, o jornal *O Maragato*, folha republicano-parlamentarista que teve voz importante como oposição ao castilhismo rio-grandense e ao blanquismo uruguaio.

Em março de 1908, com o objetivo de reunir todos os grupos descontentes com o controle do PRR sobre a política estadual, alguns membros da comissão diretora do Partido Federalista, entre os quais Rafael Cabeda e Pedro Moacir, encontraram-se com Assis Brasil na cidade de Bajé. Durante a reunião, chegou-se a redigir uma proposta unificadora das oposições gaúchas, sugerindo-se que o Partido Federalista, por conveniência política, deixasse em suspenso suas teses parlamentaristas. O documento, contudo, não conseguiu promover a fusão, pois a facção federalista de Francisco Antunes Maciel, então deputado federal (1906-1911), se recusou a aceitar a incorporação por entender que isso significaria o sacrifício da doutrina parlamentar e o desaparecimento do próprio partido.

Em 1910, Rafael Cabeda participou ativamente da campanha presidencial de Rui Barbosa, candidato derrotado pelo marechal Hermes da Fonseca. Em 1915 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, pelo terceiro distrito eleitoral, na legenda do Partido Federalista. Assumiu seu mandato em maio do mesmo ano e ao final da legislatura, em 1917, não foi reeleito. Voltou à Câmara dos Deputados quando novamente elegeu-se deputado federal para a legislatura 1921-1923.

Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de novembro de 1922.

Foi casado com Adália Severo Cabeda, com quem teve sete filhos.

Raimundo Helio Lopes/ Izabel Noll

Fontes: BELOCH, I; ABREU, A. *Dicionário*; .CAGGIANI, I. *Rafael*; MARTINS, A. *Escritores*.

CABRAL, Antônio dos Santos

*religioso; arceb. Belo Horizonte 1922-1956.

Antônio dos Santos Cabral nasceu em Propriá (SE) no dia 8 de outubro de 1884, filho do coronel Antônio dos Santos Cabral e de Amélia Maria da Glória Cabral.

Fez os estudos primários em Natal e em fevereiro de 1899 ingressou no Seminário Arquiepiscopal de Santa Teresa, em Salvador. Em 1904 recebeu a tonsura clerical e em novembro fez seu primeiro sermão em Propriá, na festa de Santa Cecília. Em 1905 foram-lhe conferidas as ordens menores e, no ano seguinte, as de subdiácono, de diácono e as últimas ordens. Ordenado presbítero em Salvador, por dom Jerônimo Tomé, em novembro de 1907, regressou em seguida à cidade natal, onde rezou sua primeira missa em 24 de novembro, na mesma igreja em que fora batizado.

Em janeiro 1908 foi nomeado vigário da paróquia de Propriá, como coadjutor do cônego Rosa Passos, a quem substituiu como pároco por ocasião do falecimento deste em 17 de março seguinte. Em 4 de agosto de 1912 foi elevado a cônego, assumindo então o lugar de primeiro presbítero no cabido da catedral de Aracaju. Ainda no mesmo ano recebeu as insígnias de monsenhor.

Tendo-lhe sido já conferido o título de camareiro secreto de Sua Santidade o papa Bento XV, em 1º de setembro de 1917 foi nomeado, por breve pontifício, bispo de Natal, como sucessor de dom Joaquim Antônio de Almeida, que havia sido o primeiro bispo daquela diocese. Sagrado bispo na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro em 14 de abril de 1918 pelo cardeal dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, tomou posse do bispado no dia 30 de maio do mesmo ano. Como bispo de Natal, empenhou-se no restabelecimento da estrada de ferro Mossoró e da linha de navegação do Lóide Brasileiro para os pequenos portos do Rio Grande do Norte. Deve-se igualmente à sua influência a fundação de várias instituições, como a Escola de Comércio de Natal e o Instituto de Proteção às Moças Solteiras, ambos em 1919, e o Curso Comercial Feminino e a Sociedade Propagadora do Ensino Popular, no ano seguinte. Entre as instituições religiosas e obras pias que fundou e incentivou contam-se a Congregação Mariana de Moços e o Círculo de Operários Católicos, ambos criados em 1918, o dia da boa imprensa (18 de janeiro de 1919), o Seminário de São Pedro, fundado em 15 de fevereiro de 1919, e o Pão de Santo Antônio, criado no ano seguinte. Foi também responsável pela criação do órgão oficial da diocese, o *Boletim de Natal*, lançado em março de 1919, e organizou ainda, em junho de 1920, a Comissão Central das Obras da Nova Catedral. Entre 1918 e 1922 criou na diocese oito novas paróquias e 30 escolas paroquiais.

Em 21 de novembro de 1921, o papa Bento XV o transferiu para a diocese de Belo Horizonte, recém-criada por efeito do desmembramento da arquidiocese de Mariana. Chegou à capital mineira em 30 de abril de 1922, tomou posse do bispado na igreja de São José e instalou a catedral na igreja

da Boa Viagem. No ano seguinte fundou, com 27 alunos, o Seminário do Coração Eucarístico de Jesus, que viria a se tornar o maior da América do Sul. Em 1º de fevereiro de 1924, o papa Pio X elevou Belo Horizonte a arquidiocese, sendo dom Antônio Cabral sagrado seu primeiro arcebispo. No ano seguinte, o novo arcebispo realizou uma viagem à Europa, tendo visitado a Holanda, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Itália, Suíça e Alemanha.

Em 1930 foi inaugurado o primeiro edifício do atual Seminário Eucarístico, que já contava então com 176 alunos. Quando, em 1932, completaram-se 25 anos de sacerdócio de dom Antônio Cabral, um dos momentos mais significativos das comemorações foi a realização do Congresso da Imprensa Católica, durante o qual surgiu a idéia da publicação de um diário católico. A partir de 1935, dom Antônio Cabral favoreceu o desenvolvimento da Ação Católica em sua arquidiocese, incentivando a participação dos leigos no apostolado da Igreja. A implantação da Ação Católica em todo o país pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, se deu em resposta às solicitações do papa Pio XI no sentido de que fossem fundadas em todo o mundo associações leigas vinculadas à Igreja, fora de qualquer filiação política, com a “tarefa de evangelizar as nações”, de modo a “estabelecer o reino universal de Jesus Cristo”. Ainda em 1935 teve início a publicação de *O Diário*, que se tornaria o maior diário católico do Brasil.

Em 1936 realizou-se o II Congresso Eucarístico Nacional em Belo Horizonte e, no ano seguinte, dom Antônio Cabral instituiu a Obra da Adoração Perpétua na catedral da Boa Viagem. Sempre empenhado em organizar a vida paroquial e em estimular o apostolado nos bairros e vilas, o arcebispo de Belo Horizonte criou em 1949 a Ação Social Arquidiocesana, cuja finalidade era estudar, difundir e levar à prática a doutrina social da Igreja na arquidiocese. Em outubro de 1952 esteve presente à sessão de instalação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo sido eleito suplente de sua comissão permanente. Essa organização foi criada com o objetivo de “coordenar e subsidiar as atividades de orientação religiosa, de beneficência, de filantropia e assistência social” em todo o território nacional, representando uma tentativa de centralizar o poder da Igreja, que se encontrava fracionado em dezenas de dioceses espalhadas pelo país.

Além das obras e instituições mencionadas, dom Antônio Cabral, ao longo dos 36 anos em que esteve à frente da arquidiocese de Belo Horizonte, criou o Colégio Arquidiocesano (futuro Instituto Arquidiocesano de Educação), o Colégio de Nova Lima, o Sínodo Diocesano, o palácio Cristo Rei, o Congresso das Vocações Sacerdotais, a Casa Cura D’Ars e diversas faculdades que dariam origem à Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais em 1958.

Em junho de 1956, dom Antônio Cabral sofreu um derrame cerebral, ficando impedido de exercer suas atividades pastorais. A direção da arquidiocese passou então ao bispo auxiliar dom Geraldo de Moraes Penido, na qualidade de administrador apostólico. Em 30 de novembro de 1957 foi este

substituído por dom João Resende Costa, que assumiu a arquidiocese com o título de arcebispo coadjutor com direito à sucessão e administrador apostólico *sede plena*.

Foi ainda membro titular da Academia de Letras do Ceará e membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 15 de novembro de 1967.

Entre as diversas cartas pastorais que escreveu, destacam-se a *Carta pastoral do bispo de Natal saudando seus diocesanos* (1918), a *Carta pastoral do primeiro bispo de Belo Horizonte saudando seus diocesanos* (1922), a *Pastoral sobre a Igreja e o ensino* e a *Pastoral sobre a ação católica*.

FONTES: CASCUDO, L. *História*; CONFERÊNCIA NAC. BISPOS DO BRASIL; GARDEL, L. *Armoiries; Grande encic. Delta*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos; Minas Gerais* (17/11/1967); VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

CABRAL, João Crisóstomo da Rocha

*dep. fed. PI 1918-1923.

João Crisóstomo da Rocha Cabral nasceu em Jurema (PI) no dia 27 de janeiro de 1870, filho de Honorato de Ferreira Cabral e de Maria Emília Rocha Cabral.

Muito jovem, ainda no Império, participou dos movimentos que defendiam as causas abolicionista e republicana. Mudando-se para Recife, aí ingressou na Faculdade de Direito e concluiu o curso em 1892, após a proclamação da República (15/11/1889). Depois de formado, transferiu-se para o Amazonas, onde exerceu a advocacia por seis anos, foi juiz municipal, procurador fiscal, consultor jurídico municipal, consultor do tesouro do estado e professor. De volta ao Piauí, deu continuidade à carreira jurídica, tornando-se um dos fundadores de algumas importantes instituições estaduais, como a Sociedade Piauiense de Agricultura, a Associação Comercial Piauiense, criada em 1903, e a Inspetoria Agrícola.

Em 1918 foi eleito deputado federal pelo Piauí e tomou posse em maio na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Reeleito em 1921, permaneceu na Câmara até dezembro de 1923. Ao longo dessas duas legislaturas, participou intensamente das discussões jurídicas travadas na Casa.

Após a Revolução de 1930, integrou a comissão que elaborou o Código Eleitoral de 1932, ao lado de Maurício Cardoso, Assis Brasil e Mário Pinto Serva. Também foi professor de direito comercial na Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, e membro do Tribunal Superior Eleitoral. Colaborou nos jornais cariocas *Jornal do Comércio* e *O Imparcial*, e foi um dos fundadores, no Piauí, do periódico *A Pátria*.

Faleceu no Rio de Janeiro em 5 de janeiro de 1946.

Publicou *Caminho da paz, pela ordem jurídica, Sínteses eleitorais e o seu projeto do Código Eleitoral, Teoria jurídica da conta corrente, Das falências e do respectivo processo, Evolução do direito internacional, Projeto de Constituição do estado do Piauí, A nova reforma do ensino, Debêntures ou obrigações do portador, Economia política, Ciências das finanças e do direito, Empréstimos populares, Sistema eleitoral do ponto de vista das minorias, Síntese do problema bancário no Brasil, Código Eleitoral comentado, A crise financeira, Palimpsestos, Regimento de custas judiciárias do estado do Amazonas, Projeto de código do processo penal do estado do Amazonas, Calafetemos a nau, Política*

de saneamento, Leitura de direito internacional, Limitações de usura nos comércios populares, Poesia e síntese e Vis poética da literatura piauiense.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GONÇALVES, W. *Grande*.

CABRAL, RODRIGO DA VEIGA

*rev. 1924; rev. 1930; const. 1934.

Rodrigo da Veiga Cabral nasceu em Belém no dia 28 de setembro de 1889, filho de Antônio da Veiga Cabral e de Maria Cavalheiro da Veiga Cabral. Seu avô paterno, Rodrigo da Veiga Cabral, foi político atuante no Império, tendo chegado a chefiar o Partido Liberal na província.

Estudou no Ginásio Paraense, ingressando depois na Faculdade de Medicina da Bahia, que cursou até o terceiro ano. Transferiu-se então para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual se formou em 1913. De volta ao Pará, integrou, durante o governo de Eneias Martins (1913-1917), a Comissão de Profilaxia do Paludismo (malária) em Belém. Elegeu-se deputado estadual em 1915, e em 1919 prestou concurso para o Serviço de Saúde da Marinha, tornando-se primeiro-tenente médico.

Durante a campanha para a sucessão de Lauro Sodré na presidência do estado (1921), apoiou José Carneiro da Gama Malcher, candidato das forças conservadoras, contra Antônio Emiliano de Sousa Castro, que acabou vitorioso nas eleições. Em seguida, integrou a chamada Reação Republicana, movimento que em 1921 e 1922 promoveu a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, em oposição a Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922. Em 1924, envolveu-se, juntamente com militares revolucionários amazonenses presos em Belém, em uma conspiração para depor Sousa Castro do governo paraense. Descoberto o movimento, foi preso e enviado para o Rio, de onde regressou ao Pará para responder por crime político em dois processos: um perante a Justiça Militar e outro perante a Justiça Civil, que o absolveu.

Tomou parte na Revolução de 1930 no Pará, juntando-se às forças rebeldes do 26º Batalhão de Caçadores, sediado em Belém. Com a vitória do movimento, tornou-se chefe do Serviço de Saúde da Marinha no Pará. Colaborador do major Joaquim Magalhães Barata, interventor federal no estado, foi um dos fundadores da Sociedade Médico-Cirúrgica de Belém e participou do primeiro diretório do Partido Liberal do Pará, agremiação fundada em dezembro de 1931 por iniciativa do interventor.

Em maio de 1933, foi eleito deputado pelo Pará à Assembleia Nacional Constituinte, como todos os demais componentes da bancada, na legenda do Partido Liberal. Durante os trabalhos constituintes, apresentou duas emendas aceitas e incorporadas ao projeto de

Constituição, uma sobre a situação dos militares e outra sobre a organização do Poder Legislativo. Deixou a Assembleia em 30 de abril de 1935.

Ao longo de toda a sua vida dedicou-se ao exercício da medicina.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 15 de janeiro de 1961.

Era casado com Altair do Vale Guimarães da Veiga Cabral, com quem teve cinco filhos.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); CÂM. DEP. *Deputados; Câm. dep. seus componentes*; CRUZ, E. *História do Pará*; GODINHO, V. *Constituintes*; INF. Rodrigo Antônio da Veiga Cabral e Otávia Guimarães da Veiga Cabral.

CAFÉ FILHO

*rev. 1930; dep. fed. RN 1935-1937; const. 1946; dep. fed. RN 1946-1951; vice-pres. Rep. 1951-1954; pres. Rep. 1954-1955.

João Café Filho nasceu em Natal no dia 3 de fevereiro de 1899, filho de João Fernandes Campos Café e de Florência Amélia Campos Café. Seu avô fora senhor de engenho em Ceará-Mirim (RN), mas seu pai perdeu as terras herdadas e tornou-se funcionário público na capital do estado.

Estudou no Colégio Americano, no Grupo Escolar Augusto Severo, na Escola Normal e no Ateneu Norte-Rio-Grandense, todos em Natal. No fim do secundário, começou a assistir a julgamentos realizados no Tribunal do Júri, definindo assim sua vocação pela advocacia. Mudou-se para Recife em 1917, passando a trabalhar como comerciário para custear os estudos na Academia de Ciências Jurídicas e Comerciais e em curso na área de eletrotécnica. Retornou a Natal sem concluir os estudos superiores, mas, mesmo assim, baseado na sua experiência prática junto aos tribunais, prestou concurso para advogado do Tribunal de Justiça e foi aprovado. Passou então a atuar na capital e no interior do estado, quase sempre em defesa de estivadores, tecelões, pescadores e outras categorias de trabalhadores, tornando-se em pouco tempo advogado de grande prestígio junto às camadas populares e alvo de pressões por parte das oligarquias dominantes.

Sua atividade regular no campo do jornalismo começou em 1921, quando fundou o *Jornal do Norte*, impresso nas oficinas de *A Opinião*, órgão oposicionista. Além de publicar frequentes artigos sobre as más condições de vida dos trabalhadores da região, passou a apoiar a Reação Republicana, movimento que lançou a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República nas eleições de março de 1922. Junto com Reginaldo Cavalcanti, organizou a visita do candidato ao Rio Grande do Norte, atacando duramente nos comícios eleitorais as oligarquias dominantes no estado. A vitória no pleito presidencial coube a Artur Bernardes, cujo governo, iniciado em 15 de novembro seguinte, foi marcado pelo recrudescimento da repressão aos grupos oposicionistas em todo o território nacional.

Em 1923, Café Filho disputou, sem êxito, uma cadeira de vereador em Natal. Segundo seu livro de memórias, convenceu-se então de que o sistema eleitoral vigente garantia a reprodução do domínio oligárquico e decidiu “seguir rumos mais violentos” a fim de “sobreviver politicamente aos dominadores do estado”. Ainda em 1923, participou de greves e manifestações de trabalhadores em Natal, tendo-se destacado durante o movimento dos pescadores do bairro das Rocas, que sofreu dura repressão policial. Advogado dos pescadores, acabou sendo preso junto com os líderes do movimento, num episódio que contribuiu para aumentar sua popularidade. Em seguida, atuou com destaque a favor de uma greve vitoriosa dos estivadores por aumento salarial e em um movimento que, iniciado pelos operários têxteis, acabou se transformando em uma greve geral na capital do estado. Nessa ocasião, escapou de um cerco policial à sua residência e, acompanhado da esposa, Jandira Fernandes de Oliveira Café, fugiu para Bezerros (PE). Aí conseguiu emprego na prefeitura graças à sua amizade com o delegado de polícia, e passou a editar o *Correio de Bezerros*.

Mudou-se para Recife em 1925, tornando-se diretor do jornal *A Noite*, onde passou a

escrever reportagens e propaganda política. Ainda nesse ano, redigiu uma proclamação pedindo que os soldados, cabos, sargentos e oficiais jovens se recusassem a combater a Coluna Miguel Costa-Prestes, que chegava ao Nordeste depois de percorrer grandes extensões do território nacional pregando uma revolução antioligárquica. Processado, retornou a Natal, onde recebeu a notícia de que fora condenado a três meses de prisão. Viajou então para a Bahia e, durante o ano de 1927, viveu nas cidades de Campo Formoso e Itabuna com o nome de Senílson Pessoa Cavalcanti. Decidido a viver novamente em Natal, retornou, apresentou-se às autoridades e cumpriu sua pena no Esquadrão de Cavalaria da Força Pública do Rio Grande do Norte. Quando recuperou a liberdade, recebeu uma grande manifestação de solidariedade, dissolvida pela polícia.

Voltou a concorrer a uma cadeira na Câmara Municipal de Natal em 1928. Segundo suas memórias, conseguiu eleger-se, assim como diversos candidatos da oposição, mas o governador Juvenal Lamartine de Faria mandou queimar as atas eleitorais e falsificou o resultado, garantindo para seus partidários a maioria das vagas. Pouco depois, Café Filho preparou a recepção a Joaquim Francisco de Assis Brasil e seus correligionários, que percorriam o país com integrantes da caravana da Aliança Libertadora, partido fundado em 1927 por políticos de São Paulo e do Rio Grande do Sul com o objetivo de aglutinar a oposição em escala nacional. Os libertadores realizaram violentos comícios em Natal contra o governo de Juvenal Lamartine, que reagiu através de uma série de represálias contra Café Filho. Sua casa foi novamente cercada, e os sindicatos em que trabalhava foram depredados, forçando nova fuga para Recife.

Transferiu-se para o Rio de Janeiro no início de 1929, tornando-se redator do jornal *A Manhã*, dirigido por Agripino Nazaré. Em agosto desse ano, formou-se a Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional apoiada pelos governos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba e por grande parte da jovem oficialidade do Exército. Participou da convenção liberal realizada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 20 de setembro a fim de oficializar o lançamento da chapa Getúlio Vargas-João Pessoa para disputar as eleições presidenciais de março de 1930. Impedido de regressar ao Rio Grande do Norte, foi indicado por Assis Brasil para integrar a equipe que coordenava a campanha da Aliança Liberal na Paraíba sob a liderança de João Pessoa. Chegando a esse estado em janeiro de 1930, relançou o *Jornal do Norte*, que fora fechado em Natal, e passou a percorrer o interior em campanha. Junto com José Américo de Almeida e outros políticos da região, fez a saudação pública à chegada da caravana liberal à Paraíba no dia 2 de fevereiro, motivo de grande manifestação popular.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

A vitória do candidato situacionista Júlio Prestes nas eleições de 1930 foi considerada fraudulenta por importantes setores da Aliança Liberal, que se aproximaram dos jovens oficiais ligados ao movimento tenentista e intensificaram os preparativos para um levante armado contra o governo federal. O movimento foi iniciado no dia 3 de outubro no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba, de onde partiram colunas revolucionárias para ocupar outros estados. Logo no início das operações, Café Filho foi para o Rio Grande do Norte no comando de um grupo armado encarregado de abrir

caminho para os contingentes paraibanos que, no dia 4, ocuparam pacificamente a cidade de Natal, já abandonada pelos integrantes do governo estadual.

Apoiado por forças populares, Café Filho vetou a escolha de Silvino Bezerra Neto para a chefia do novo governo, por considerá-lo comprometido com a situação pré-revolucionária. Depois de algumas negociações, chegou-se a uma solução de compromisso com a formação de uma junta governativa empossada em 6 de outubro e chefiada pelo major Luís Tavares Guerreiro. Café Filho foi nomeado chefe de polícia e determinou a libertação imediata de todos os presos políticos. Contra a vontade da junta, que ainda defendia o nome de Silvino Bezerra, passou a articular em seguida a candidatura de Irineu Joffily para a chefia do governo estadual, lançando mão de comícios e passeatas que obtiveram grande repercussão nos meios populares. A disputa pelo poder foi intensificada depois da chegada do principal líder revolucionário do Nordeste, Juarez Távora, e resultou na escolha de Irineu Joffily, empossado no dia 12 de outubro.

No resto do país as operações militares evoluíram de maneira favorável aos revolucionários, levando a alta hierarquia militar lotada no Rio de Janeiro a depor o presidente Washington Luís em 24 de outubro. Uma junta militar assumiu o poder até 3 de novembro, quando Getúlio Vargas, chefe da revolução, foi empossado à frente do governo provisório.

Irineu Joffily foi nomeado interventor federal no Rio Grande do Norte em 14 de novembro, mas seu governo teve curta duração. Pressionado pela forte oposição militar — que exigia, entre outras coisas, o afastamento de Café Filho da chefia de polícia —, o interventor renunciou em 28 de janeiro de 1931, levando Café a demitir-se também. Durante o governo seguinte, chefiado pelo tenente Aluísio Moura, Café foi preso sob a acusação de conspirar contra o novo interventor, mas a pronta intervenção do secretário do Interior, tenente Ernesto Geisel, garantiu sua libertação.

Com a posse do capitão-tenente Bertino Dutra da Silva na interventoria do Rio Grande do Norte em 11 de junho de 1932, Café Filho retornou à chefia de polícia. Nesse cargo, coordenou no mês seguinte o envio de tropas estaduais para combater a Revolução Constitucionalista de São Paulo, derrotada no início de outubro pelas forças legalistas, e organizou as guardas civil e noturna para garantir o policiamento das ruas e a orientação do tráfego. Em abril de 1933 fundou o Partido Social Nacionalista (PSN) do Rio Grande do Norte, organizado para concorrer às eleições de 3 de maio seguinte para a Assembleia Nacional Constituinte. Apesar do apoio do interventor Bertino Dutra, o PSN conseguiu eleger apenas o deputado Kerginaldo Cavalcanti, enquanto o Partido Popular (PP), ligado à situação deposta em 1930, enviou três representantes para a Constituinte.

Em junho de 1933, um oficial do Exército ligado à oposição organizou um atentado contra Café Filho, que saiu ferido. No desdobramento desse episódio, Bertino Dutra teve que deixar a interventoria, substituído em 8 de junho por Mário Câmara. Afastado da chefia de polícia, Café transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como inspetor no Ministério do Trabalho até julho de 1934. Com o fim dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e a fixação da data de 14 de outubro para a realização de eleições para a Câmara dos Deputados e as assembleias constituintes estaduais, Café retornou ao Rio Grande do Norte a fim de candidatar-se a deputado federal na legenda do PSN. Em

setembro, o PSN se uniu ao Partido Social Democrático (PSD) local — que havia sido fundado pelo interventor Mário Câmara —, formando a Aliança Social do Rio Grande do Norte com o objetivo de derrotar o PP. O resultado do pleito, entretanto, favoreceu a agremiação oposicionista, que elegeu 14 deputados para a Constituinte estadual contra 11 da Aliança Social, garantindo assim a indicação de Rafael Fernandes para o cargo de governador a partir de outubro seguinte.

PRIMEIRO MANDATO PARLAMENTAR

Eleito deputado federal para a legislatura iniciada em 3 de maio de 1935, Café Filho foi convidado pelo comandante Herculino Cascardo, ex-interventor no Rio Grande do Norte, a ingressar na Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política oposicionista baseada em um programa de combate ao fascismo, ao latifúndio e ao imperialismo. Café recusou o convite, pois, embora reconhecesse a ANL como uma frente democrática, considerava inevitável a hegemonia comunista no seu interior. A conjuntura política nacional foi marcada nesse período pela radicalização resultante do crescimento da ANL e da Ação Integralista Brasileira (AIB), de tendência fascista. A ação repressiva do governo Vargas aumentou, levando a uma sucessão de choques de rua e ao fechamento da ANL no dia 11 de julho.

Diante das ameaças crescentes contra as liberdades públicas, Café Filho, 19 outros deputados federais e o senador paraense Abel Chermont fundaram, em 11 de novembro de 1935, o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares para combater o avanço do integralismo e a aplicação da Lei de Segurança Nacional, e defender a vigência das liberdades constitucionais. Mas os levantes aliancistas deflagrados em Natal, Recife e Rio de Janeiro nos dias 23, 24 e 27 de novembro definiram os rumos da situação política do país. Rapidamente sufocados, foram seguidos por uma onda repressiva sem precedentes dirigida contra todos os grupos de oposição. Os correligionários de Café no Rio Grande do Norte, que não haviam participado do movimento, também foram duramente perseguidos. Café Filho renunciou ao lugar que ocupava na mesa da Câmara em protesto contra a aprovação do estado de sítio em todo o território nacional pelo período de 90 dias. No período seguinte, posicionou-se na Câmara contra as outras medidas de exceção decretadas pelo governo e denunciou as arbitrariedades e violências perpetradas pela polícia contra os presos políticos.

Em 21 de março de 1936 o governo decretou o estado de guerra e, pouco depois, foram presos os deputados Domingos Velasco, Abguar Bastos, João Mangabeira, Otávio da Silveira e o senador Abel Chermont, integrantes do Grupo Pró-Liberdades Populares. Para legalizar esse ato, o ministro da Justiça, Vicente Rao, encaminhou em maio ao Congresso um projeto pedindo a suspensão das imunidades dos parlamentares presos. Café Filho protestou violentamente contra a medida, aprovada por 190 votos contra 59.

Durante o ano de 1937, foram lançadas duas candidaturas para as eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938: a de Armando de Sales Oliveira, ex-governador de São Paulo e líder do Partido Constitucionalista desse estado, e a de José Américo de Almeida, ex-ministro da Viação e Obras Públicas, apoiado oficiosamente por Vargas. Café Filho viajou para o Rio Grande do Norte a fim de articular o apoio do PSN a Armando Sales. Em

junho, as forças situacionistas de São Paulo e do Rio Grande do Sul se uniram às oposições de Minas, Bahia, Ceará, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, formando a União Democrática Brasileira (UDB) para apoiar Armando Sales e defender a Constituição de 1934, ameaçada por rumores sobre a preparação de um golpe militar.

Café Filho integrou a comitiva de Armando Sales em visita a Minas Gerais e discursou ao seu lado em Belo Horizonte. O estado de guerra foi suspenso em junho, mas em 1º de outubro o governo solicitou nova autorização do Congresso para decretá-lo por mais 90 dias em virtude da “descoberta” de um suposto plano comunista para a tomada violenta do poder, denominado Plano Cohen. Conforme comprovação posterior, tratava-se de um documento forjado, utilizado pelo presidente e pela alta cúpula militar para favorecer os preparativos de um golpe. Percebendo a manobra, Café Filho e os demais parlamentares vinculados à UDB votaram contra a solicitação do Executivo, mas foram mais uma vez derrotados.

Café Filho estava sob ameaça de prisão, pois denunciava diariamente da tribuna da Câmara a iminência do golpe militar. Vários parlamentares aconselhavam-no a deixar o Rio. No dia 14 de outubro, sua residência foi invadida pela polícia e seu cunhado Raimundo Fernandes foi preso em seu lugar. Café permaneceu escondido até 16 de outubro, quando, através do deputado José Matoso de Sampaio Correia, conseguiu asilo político na embaixada da Argentina. Chegou a Buenos Aires no início de novembro. No dia 10 desse mês foi desfechado o golpe que, liderado pelo próprio presidente Vargas, suprimiu os órgãos legislativos e os partidos políticos do país e instaurou o Estado Novo.

NA CONSTITUINTE DE 1946

Em entrevista concedida à imprensa de Buenos Aires, Café Filho criticou o novo regime político brasileiro. Em consequência, foi confinado pelo governo argentino na cidade de Córdoba, onde permaneceu na companhia de sua mulher até maio de 1938, quando foi autorizado a retornar ao Brasil. Nos anos seguintes, dedicou-se exclusivamente a atividades privadas, dirigindo uma empresa de transportes rodoviários até março de 1945. Com o desgaste do Estado Novo, no início desse ano Getúlio Vargas adotou uma estratégia reformista que visava a garantir para o próprio governo o controle da transição em curso na política nacional. Foi iniciada uma reorganização partidária com vistas à realização de eleições, em 2 de dezembro, para presidente da República e para a Assembleia Nacional Constituinte. A oposição liberal ao Estado Novo se aglutinou em torno da União Democrática Nacional (UDN) e passou a apoiar a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, enquanto os interventores federais nos estados organizaram o Partido Social Democrático (PSD) e lançaram o general Eurico Gaspar Dutra para concorrer à presidência. Nesse período, dirigentes sindicais ligados ao Ministério do Trabalho organizaram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e o Partido Comunista Brasileiro — então Partido Comunista do Brasil (PCB) — conseguiu seu registro legal, completando o espectro dos principais partidos atuantes durante o ano de 1945.

Decidido a concorrer à Constituinte em dezembro, Café Filho viajou para o Rio Grande do Norte a fim de reagrupar seus antigos correligionários em um novo partido. Em meio a grandes dificuldades financeiras, conseguiu fundar em Natal o Partido Social Progressista

(PSP), que, entretanto, não obteve registro, pois a legislação eleitoral exigia a filiação de um número mínimo de eleitores em, pelo menos, cinco estados. Na tentativa de superar este obstáculo, Café Filho viajou para São Paulo a fim de contatar o ex-interventor Ademar de Barros, que se havia desligado da UDN e enfrentava as mesmas dificuldades para fundar o Partido Republicano Progressista (PRP). O acordo entre ambos resultou na formação do PRP, pois Ademar não abriu mão da sua sigla para tentar atrair os antigos perrepistas (adeptos do Partido Republicano Paulista), detentores de grande influência na política local até a década de 1930. O novo PRP foi fundado na residência de Café Filho, no Rio, com a presença de Ademar, Abel Chermont, Sérgio e Abelardo Marinho, entre outros.

Suspeito de realizar manobras continuístas, Vargas foi deposto por um golpe militar em 29 de outubro de 1945. José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), assumiu temporariamente a chefia do governo, e as eleições de 2 de dezembro foram mantidas, resultando na vitória de Dutra. O PRP teve um desempenho muito fraco, elegendo apenas Café Filho (pelo Rio Grande do Norte) e Romeu dos Santos Vergal (por São Paulo) para a Assembleia Nacional Constituinte, que se reuniria a partir de 5 de fevereiro de 1946.

Pouco depois do início dos trabalhos constituintes, o PRP se uniu aos partidos Agrário Nacional (PAN) e Popular Sindicalista (PPS), passando a adotar a denominação anteriormente proposta por Café Filho sob a sigla PSP. Líder da bancada de seu partido, Café integrou a Comissão Constitucional, encarregada de elaborar o projeto da Constituição e apreciar as emendas a ele apresentadas, e participou diretamente da redação do capítulo sobre a ordem econômica e social. Em 4 de junho, apoiou a moção apresentada por Otávio Mangabeira, líder da UDN, exaltando as forças armadas pela deposição de Vargas. Durante a sessão extraordinária realizada em 31 de agosto para condenar a violenta repressão policial contra estudantes e populares no Rio de Janeiro, Café acusou o governo Dutra de pretender resolver pela força os problemas do custo de vida e votou a favor da moção de protesto então aprovada.

Com a promulgação da nova Constituição em 16 de setembro de 1946, a Constituinte transformou-se em Congresso ordinário e o presidente Dutra começou a aplicar uma política de aliança com a UDN (que resultaria em janeiro de 1948 na formalização do Acordo Interpartidário), criticada por Café Filho como um instrumento de neutralização da oposição parlamentar.

Café Filho posicionou-se contra a cassação do registro do PCB, determinada em maio de 1947 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em outubro seguinte, renunciou à liderança do PSP na Câmara em protesto contra o apoio de Ademar de Barros (eleito em janeiro governador de São Paulo) à candidatura de Luís Gonzaga Novelli Júnior, membro do PSD e genro de Dutra, para o cargo de vice-governador. Café apoiava Plínio Barreto, da UDN, que foi derrotado pelo candidato pessedista nas eleições de novembro.

Em fins de 1947, o Congresso aprovou um projeto, apresentado por Café Filho, determinando a fixação de um piso salarial para os trabalhadores em jornais. Em represália, os proprietários de jornais decidiram proibir a publicação de notícias referentes ao autor do projeto, o que levou os jornalistas a editar o *Café Jornal*, autointitulado “órgão do comitê pró-aumento de salários dos jornalistas profissionais”. Apoiando a reação patronal, o presidente Dutra vetou a promulgação da lei, o que provocou a realização de uma grande

concentração de jornalistas em frente ao palácio Tiradentes, sede do Congresso, no dia 10 de janeiro de 1948.

Ainda esse mês, Café Filho votou contra a cassação dos mandatos dos parlamentares que haviam sido eleitos na legenda do PCB, o que não impediu a concretização da medida. Em seguida, integrou a comissão de inquérito instaurada pela Câmara dos Deputados para investigar o sistema de arrecadação e aplicação das rendas dos institutos de previdência.

Em julho de 1949, o governo mandou recolher todos os exemplares do recém-publicado relatório final da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, conhecida como Missão Abbink, instalada em 1948 com a finalidade de analisar o desenvolvimento brasileiro. Dessa forma, o governo Dutra tentava impedir a divulgação do texto de uma carta entregue em julho de 1947 por seu ministro da Fazenda, Pedro Luís Correia e Castro, ao secretário do Tesouro dos Estados Unidos, John Snyder, que usava termos considerados desprestigiados ao Brasil para discorrer sobre a necessidade de ajuda financeira norte-americana ao país. O documento havia sido incluído como prefácio do relatório final e, apesar da ordem de apreensão, um exemplar chegou às mãos de Café Filho, que revelou na tribuna da Câmara o conteúdo da carta. A iniciativa provocou intensa polêmica nos meios governistas, que chegaram a constituir uma comissão parlamentar de inquérito para cassar o mandato de Café por injúria ao ministro e ao governo. Entretanto, as primeiras investigações comprovaram a veracidade da denúncia, provocando o imediato afastamento de Correia e Castro da pasta da Fazenda.

Ainda em meados de 1949, o comitê regional de PSP do Rio Grande do Norte homologou a candidatura de Café Filho ao governo estadual, então chefiado pelo pessedista José Augusto Varela. Mas o próprio Café preferiu uma composição em torno do nome de Jerônimo Dix-Sept Rosado, também do PSD. Permanecendo no exercício das funções parlamentares, Café propôs, com êxito, a criação de uma comissão especial para verificar as condições carcerárias nos presídios do Distrito Federal.

A SUCESSÃO DE DUTRA

As negociações em torno da sucessão presidencial tiveram início ainda em 1949 com a formação de uma comissão composta pelos presidentes das três agremiações integrantes do Acordo Interpartidário — Nereu Ramos, do PSD, José Eduardo Prado Kelly, da UDN, e Artur Bernardes, do Partido Republicano (PR) — para discutir a questão durante os meses de setembro e outubro. Os três líderes, no entanto, não conseguiram chegar a um acordo. Em 26 de novembro, a direção do PSD aprovou a chamada “fórmula mineira”, que deixava a cargo de Dutra a definição de seu sucessor, desde que o escolhido fosse de Minas Gerais. Nesse mês, Café Filho discursou na Câmara dos Deputados, acusando o presidente de interferir no processo sucessório e perturbar a escolha do candidato pessedista.

Em dezembro, Ademar de Barros garantiu a Getúlio Vargas o apoio do PSP à sua candidatura pela legenda do PTB, fato significativo, já que o governador de São Paulo controlava uma poderosa máquina eleitoral no estado mais populoso do país. Em contrapartida, Ademar exigia a indicação do vice-presidente pelo PSP e o apoio de Vargas à sua própria candidatura nas eleições presidenciais de 1955. O ex-presidente só aceitou

candidatar-se em 20 de abril de 1950, um dia depois de a UDN lançar oficialmente o nome de Eduardo Gomes. Em 17 de maio, o PSD escolheu Cristiano Machado, apoiado por Dutra.

Ademar de Barros desejava a indicação do senador Olavo de Oliveira para compor a chapa com Vargas, mas, em agosto de 1950, o PSP escolheu Café Filho, aceito pelo PTB em setembro, menos de um mês antes do pleito, previsto para 3 de outubro. A Liga Eleitoral Católica (LEC) moveu intensa campanha contra Café, denunciando o seu “ranço vermelho” e alertando para os riscos futuros de sua eventual vitória. Vargas sempre havia sido reticente em relação à candidatura de Café Filho e, na ocasião, chegou a lhe confidenciar sua preocupação com a campanha da LEC. Mesmo assim, o novo candidato integrou-se em Bauru (SP) à comitiva que, liderada pelo próprio Vargas, percorreu cidades paulistas e paranaenses. Considerando muito difícil sua vitória, Café Filho dirigiu-se em seguida para o Rio Grande do Norte, onde permaneceu até as vésperas do pleito, empenhado em garantir um novo mandato na Câmara dos Deputados.

Vargas venceu o pleito de 3 de outubro de 1950, com 3.849.040 votos e, apesar da expectativa negativa, Café Filho obteve a vice-presidência com 2.520.750 votos, 175.949 a mais que seu principal competidor, o udenista Odilon Braga. Além disso, também foi reeleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte. Logo após a divulgação dos resultados, a UDN, liderada pelo deputado Aliomar Baleeiro, tentou impugnar a posse dos eleitos, alegando que nenhum dos dois obtivera maioria absoluta dos votos. A maior parte dos oficiais superiores do Exército não apoiou essa pretensão e, em 18 de janeiro de 1951, o TSE confirmou a vitória de Vargas e Café, afirmando que a Constituição não previa a necessidade de maioria absoluta.

NA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O segundo governo constitucional de Vargas teve início em 31 de janeiro de 1951, passando a enfrentar uma forte oposição liderada pela UDN, grupos empresariais e setores das forças armadas. Na solenidade de posse, Café Filho discursou afirmando que os principais papéis de seu novo cargo eram o exercício da presidência do Senado, a coordenação dos trabalhos das duas casas do Congresso e o estabelecimento de boas relações entre o Legislativo e os outros dois poderes.

Café realizou uma viagem não oficial à Europa e ao Oriente Médio entre julho e setembro de 1951, quando entrou em contato com altos dirigentes políticos e empresariais dessas regiões. Segundo seu livro de memórias, observou então o esforço de reconstrução europeia, coordenado pelo Plano Marshall, abandonando suas ideias de caráter socializante. Retornou ao Brasil convencido da necessidade de estimular a iniciativa privada no plano interno e assegurar a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico nacional.

Em abril de 1952, promoveu a formação de uma comissão, coordenada pelo marechal Cândido Rondon, que elaborou o anteprojeto de criação do Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso, entregue a Vargas em 7 de maio e enviado ao Congresso em abril do ano seguinte. Essa proposta só seria concretizada em 14 de abril de 1961, durante o governo de Jânio Quadros.

Ainda em 1952, Café Filho visitou o Peru, o Equador e a Colômbia, além de chefiar a delegação brasileira enviada à posse do general Carlos Ibañez na presidência do Chile. Nessa viagem, discutiu com o presidente argentino, Juan Domingo Perón, a consolidação de um bloco regional formado por Brasil, Argentina e Chile para fortalecer a posição destes países na América do Sul.

No plano interno, a atividade oposicionista continuava intensa, havendo setores favoráveis à implantação de um estado de exceção de caráter transitório. A situação se agravou a partir de 5 de agosto de 1954, quando o jornalista Carlos Lacerda, adversário ferrenho de Vargas, foi alvo de um atentado na rua Tonelero, no Rio, que causou a morte do major-aviador Rubens Vaz, seu acompanhante na ocasião. As primeiras investigações revelaram rapidamente o envolvimento de elementos da guarda pessoal do presidente no crime, provocando o imediato agravamento da crise político-militar em curso, pois a oposição passou a exigir o afastamento de Vargas. Em suas memórias, Café Filho conta ter sido procurado por Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda, que lhe propôs assumir a chefia do governo durante as investigações. Dois dias depois, o vice-presidente encontrou-se secretamente com Lacerda no Hotel Serrador, no Rio, ouvindo do jornalista a proposta de que procurasse o general Euclides Zenóbio da Costa para garantir sua manutenção no Ministério da Guerra e pedir seu apoio para convencer Vargas a renunciar. Segundo Café Filho, a sugestão foi recusada, mas o jornalista Murilo Melo Filho registra que Lacerda obteve o compromisso de que Café assumiria a presidência em caso de renúncia do titular.

As pressões contra o presidente aumentaram a partir da prisão, em 13 de agosto, de Alcino João do Nascimento, responsável pelo atentado, cujo depoimento envolveu, entre outros, Lutero Vargas, filho do presidente. Em 21 de agosto, Café Filho reuniu-se com Gustavo Capanema (líder da maioria na Câmara), Zenóbio da Costa e o almirante Renato Guillobel (ministro da Marinha), propondo que Vargas e ele mesmo renunciassem e que o próprio presidente indicasse um nome da sua confiança para assumir a chefia do governo. Ressaltou sua intenção de buscar uma solução legal para a crise e garantir a Vargas uma saída honrosa, mas não obteve o apoio do general Zenóbio, contrário a qualquer movimento que levasse ao afastamento do presidente.

Café reiterou sua proposta a Vargas no mesmo dia, mas também não obteve êxito, embora o presidente se comprometesse a estudá-la. A reação mais violenta contra essa sugestão partiu de Tancredo Neves, ministro da Justiça, que advertiu Vargas para a possibilidade de que o vice-presidente estivesse envolvido na conspiração, contando “com a cobertura de prestigiosos elementos militares”, fato desmentido por Café em suas memórias.

Em 22 de agosto, um grupo de oficiais da Aeronáutica, liderados pelo brigadeiro Eduardo Gomes, lançou um manifesto, assinado também por oficiais do Exército, exigindo a renúncia do presidente, que, mesmo assim, manteve sua posição de permanecer no cargo. No dia seguinte, Café Filho discursou no Senado comunicando a negativa de Vargas em aceitar a renúncia conjunta, e seu pronunciamento foi considerado um rompimento público com o presidente. A situação se agravou com a divulgação, no dia 23, de um manifesto assinado por 27 generais exigindo a renúncia. Na madrugada seguinte, Café deixou clara para o senador Ivo de Aquino e o general Justo Mendes sua disposição de assumir a presidência, ao mesmo tempo que Vargas comunicava a seu ministério a decisão de

licenciar-se. Procurado por jornalistas e líderes políticos, Café mostrou-se disposto a organizar um governo de coalizão nacional, caso o presidente se afastasse em caráter definitivo. Nas primeiras horas do dia 24, depois de receber um ultimato dos militares para que renunciasse, Vargas suicidou-se. A grande mobilização popular então ocorrida, principalmente no Rio, em São Paulo e em Porto Alegre, desarmou a ofensiva golpista e inviabilizou a intervenção militar direta no governo, garantindo a posse de Café Filho no mesmo dia.

NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Procurando diminuir o impacto produzido pela divulgação da *Carta-Testamento* de Vargas, Café Filho emitiu logo sua primeira nota oficial, afirmando seu compromisso com a proteção dos humildes, “preocupação máxima do presidente Getúlio Vargas”. Ao mesmo tempo, compôs o primeiro e o segundo escalões de seu governo com preponderância de políticos e militares identificados com as posições da UDN, na medida em que havia sido desobrigado por Ademar de Barros de qualquer compromisso com o PSP, cuja bancada no Congresso não tinha força suficiente para sustentar o novo presidente. Seu ministério ficou assim formado: Raul Fernandes (Relações Exteriores) e José Monteiro de Castro (Gabinete Civil), da UDN; Eugênio Gudin (Fazenda), sem filiação partidária mas defensor de uma política financeira ortodoxa, apoiada pelos udenistas; Miguel Seabra Fagundes (Justiça), também sem filiação partidária mas indicado pelo líder pessedista Nereu Ramos; José Costa Porto (Agricultura) e Lucas Lopes (Viação e Obras Públicas), do PSD, sendo este último indicado por Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais; Aramis Ataíde (Saúde), do PSP; Cândido Mota Filho (Educação), do PR; coronel Napoleão de Alencastro Guimarães (Trabalho), antigo colaborador de Vargas e então dissidente do PTB, e o general Juarez Távora (Gabinete Militar e, cumulativamente, titular da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional), claramente identificado com o movimento antigetulista. As pastas da Aeronáutica e da Marinha também foram entregues a líderes da conspiração contra Vargas, o brigadeiro Eduardo Gomes e o almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale, enquanto, para o Ministério da Guerra, foi escolhido o general Henrique Lott, desvinculado das correntes políticas do Exército. A presidência do Banco do Brasil foi ocupada pelo udenista baiano Clemente Mariani e a direção da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) coube ao economista Otávio Gouveia de Bulhões, apoiado pela UDN.

Herdando de seu antecessor uma grave crise financeira, Café Filho teve que enfrentar dois grandes problemas na área de política econômica: o crescimento da inflação e o déficit do balanço de pagamentos com o exterior. Pretendendo recuperar a confiança e o apoio das entidades financeiras internacionais, Eugênio Gudin iniciou uma rígida política de estabilização monetária, baseada na contenção do crédito e no corte das despesas públicas, já que considerava o déficit nas contas do governo como o principal fator de alimentação da espiral inflacionária. Outras iniciativas do novo ministro da Fazenda foram a criação do imposto único sobre energia elétrica, acompanhada da formação do Fundo Federal de Eletrificação, e a implantação do desconto na fonte do imposto sobre a renda proveniente do trabalho assalariado.

Sem contar com uma base parlamentar própria — já que todos os partidos declararam uma

posição de independência em relação ao novo governo — Café Filho optou por entender-se diretamente com os presidentes da Câmara e do Senado. Em 31 de agosto, reafirmou que não representava nenhum partido e caracterizou seu governo como de transição, voltado para a estabilização da economia e a realização de eleições dentro dos prazos legais. Baseado nessa caracterização, resistiu às pressões da UDN para realizar uma devassa em busca de irregularidades na administração anterior.

No início de setembro, uma comissão composta pelo governador paulista Lucas Garcez e os líderes pessedistas Benedito Valadares, Edgar Batista Pereira e Nereu Ramos entrevistou-se com o presidente para sugerir o adiamento das eleições legislativas e para o governo de 11 estados, previstas para 3 de outubro seguinte. Esses políticos argumentaram que o impacto do suicídio de Vargas poderia provocar uma votação em massa nos candidatos do PTB, gerando uma reação militar. Carlos Lacerda, importantes segmentos da UDN, o PR e Raul Pilla, presidente do Partido Libertador (PL), também defendiam essa medida, recusada por Café Filho sob a alegação de que a tarefa de seu governo era exatamente a de realizar as eleições nas datas previstas pela Constituição.

O resultado do pleito demonstrou que os temores da UDN, do PSD e de outros partidos não tinham fundamento. O PSD e o PTB registraram pequenos avanços, passando, respectivamente, de 112 para 114 cadeiras e de 51 para 56 cadeiras, enquanto a UDN reduziu sua representação de 84 para 74 parlamentares.

Nos primeiros meses do governo Café foram autorizadas pesquisas de petróleo em Alagoas, no Rio Grande do Norte e na bacia sedimentar do Amazonas. Nessa época cresciam as pressões para a reformulação da legislação que garantia o monopólio estatal nessa atividade, levando Café a solicitar ao general Canrobert Pereira da Costa, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), que realizasse uma consulta junto aos chefes dos estados-maiores das três armas. O documento resultante dessa consulta, datado de 9 de novembro de 1954, considerou inconveniente e prematura qualquer alteração na política do petróleo e recomendou a manutenção da legislação vigente por um período de experiência.

Em 11 de dezembro Café Filho assinou o decreto de criação da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, encarregada de prosseguir os estudos já realizados na região do Planalto Central. O relatório dessa comissão, apresentado em 1955, permitiu a Café Filho delimitar nesse ano a área do novo Distrito Federal, que seria efetivamente implantado durante o governo seguinte.

No início de janeiro de 1955, Café viajou até a Bolívia a fim de assistir à inauguração da estrada de ferro Santa Cruz de La Sierra-Corumbá, cuja construção era prevista pelo tratado assinado entre os dois países em 1938. Nessa ocasião, Victor Paz Estensoro, presidente boliviano, sugeriu a revisão da outra parte do tratado, que estipulava o monopólio de empresas estatais dos dois países sobre a exploração do petróleo na região subandina, pois o Brasil não parecia em condições de arcar com os gastos necessários ao início desse empreendimento. Café Filho encaminhou essa questão ao Ministério das Relações Exteriores, que emitiu um parecer favorável à manutenção do acordo desde que o governo brasileiro empreendesse imediatamente a exploração das reservas petrolíferas bolivianas. A decisão final coube então ao Conselho de Segurança Nacional, que, em março de 1955, aprovou a revisão do tratado por falta de condições financeiras para iniciar a prospecção.

Essa questão permaneceria em suspenso até a assinatura, em 1958, da Ata de Roboré, que foi muito criticada pelas forças nacionalistas no Brasil por permitir a entrada de capitais privados na exploração do petróleo nessa região. Ainda no terreno energético, Café Filho inaugurou em fins de janeiro de 1955 a primeira usina hidrelétrica de Paulo Afonso. Também nessa época, foi baixada a Instrução nº 113 da Sumoc, que favoreceu o ingresso do capital estrangeiro no país e veio a se constituir num dos mecanismos mais importantes para captar os recursos necessários ao processo de industrialização dos anos seguintes.

O ENCAMINHAMENTO DA SUCESSÃO

Ainda no início de 1955, o presidente recebeu do ministro da Marinha um documento sigiloso assinado pelos ministros militares e por destacados oficiais das três armas, defendendo que a sucessão presidencial fosse tratada “em um nível de colaboração interpartidária” que resultasse em um candidato único, civil e apoiado pelas forças armadas. Tratava-se, indiretamente, de uma crítica à candidatura de Juscelino Kubitschek, lançada desde novembro de 1954 pela direção do PSD, e de um endosso à idéia de “união nacional” defendida pela UDN e setores pessedistas descontentes.

O presidente apoiou o teor do documento e, diante dos comentários da imprensa sobre sua existência, obteve a aprovação dos signatários para divulgá-lo na íntegra através da *Voz do Brasil*. Apesar dessa demonstração da oposição militar à sua candidatura, Kubitschek prosseguiu em campanha e seu nome foi homologado pela convenção nacional do PSD em 10 de fevereiro. Os líderes do PTB e do PSP também reagiram negativamente ao documento, afirmando que competia aos partidos apresentar candidatos a cargos eletivos. Em abril, os trabalhistas lançaram a candidatura de João Goulart à vice-presidência na chapa de Kubitschek, consolidando novamente a aliança PSD-PTB que ameaçava trazer de volta ao poder as forças dele aliadas depois do suicídio de Vargas.

Enquanto isso, os partidários da “união nacional” encontravam grandes dificuldades para lançar um candidato capaz de sensibilizar a maioria do eleitorado. Os nomes mais cotados eram o do general Juarez Távora e o do pessedista dissidente Etelvino Lins, governador de Pernambuco, que contava com o apoio dos diretórios estaduais de seu estado, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além de deter influência na Bahia e no Distrito Federal. Em 1º de abril, Jânio Quadros declarou sua intenção de desincompatibilizar-se do governo de São Paulo para concorrer à presidência, mas no mesmo dia enviou emissários para negociar uma composição com Juarez Távora. Sua proposta incluía o apoio ao candidato udenista em troca da indicação do seu companheiro de chapa e da ampliação da influência paulista no governo federal. Juarez respondeu que não poderia comprometer-se antes de ouvir a opinião dos chefes militares e do presidente da República. Interessado na proposta, Café Filho enviou a São Paulo o udenista Reginaldo Fernandes para realizar as negociações que resultaram, ainda no início de abril, no chamado Acordo Jânio-Café, que garantia ao governador paulista o direito de escolher os ministros da Fazenda e da Viação e Obras Públicas e o presidente do Banco do Brasil. Em troca, Jânio desistiu da sua própria candidatura e da indicação do vice-presidente, passando a apoiar a chapa Juarez Távora-Bento Munhoz da Rocha, articulada por Café. A divulgação do acordo provocou forte oposição por parte da UDN, que pretendia lançar o mineiro Milton Campos para a vice-

presidência, e levou Juarez a enviar cartas a Jânio e Café recusando a composição da chapa sem consulta prévia aos partidos aliados. Ao mesmo tempo, Clemente Mariani (presidente do Banco do Brasil) e os ministros Eugênio Gudin (da Fazenda) e Rodrigo Otávio Jordão Ramos (da Viação e Obras Públicas) renunciaram, sendo substituídos por nomes indicados por Jânio: Alcides Vidigal, José Maria Whitaker e Otávio Marcondes Ferraz, respectivamente. O novo ministro da Fazenda iniciou uma política creditícia mais liberal, desafogando os setores industrial e bancário, mas, em contrapartida, começou a preparar uma reforma do sistema de câmbio que implicaria a suspensão do programa de compra do café pelo governo e a eliminação do confisco cambial sobre esse produto.

No dia 4 de abril, representantes da UDN, da dissidência do PSD, do PL e do Partido Democrata Cristão (PDC) se reuniram para discutir a nova situação política e decidiram formar uma comissão encarregada de coordenar o processo de indicação de seu candidato à presidência. Diante da recusa de Juarez Távora em aceitar o lançamento de seu nome, líderes da UDN e da dissidência do PSD lançaram Etelvino Lins, enquanto o presidente nacional da UDN, Artur Santos, declarava publicamente a inviabilidade da candidatura de Munhoz da Rocha.

No dia 15 de abril, o presidente inaugurou a refinaria de petróleo de Cubatão (SP). Pouco depois, eclodiu nova crise em seu gabinete, ainda como efeito do acordo firmado com Jânio Quadros, com a renúncia do ministro da Justiça, o paulista Alexandre Marcondes Filho, que se considerava sem apoio do governo de seu estado. Em 18 de abril, Café nomeou o udenista José Eduardo Prado Kelly para substituí-lo e, no dia seguinte, embarcou para uma visita oficial a Portugal, onde chegou no dia 22.

No período seguinte, a candidatura de Juarez Távora voltou a se fortalecer, homologada pelas convenções nacionais do PDC e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e novamente apoiada, a partir de junho, pela UDN e a dissidência do PSD. Nesse contexto, Etelvino Lins se afastou da disputa, enquanto a ala udenista mais radical, liderada por Carlos Lacerda, passava a defender de forma cada vez mais clara a deflagração de um golpe militar para impedir a eleição de Juscelino e Goulart. Entretanto, Café Filho confirmou à imprensa, em 21 de julho, sua condição de defensor da legalidade e a intenção de garantir as eleições e a posse dos candidatos vitoriosos. O quadro sucessório ficou mais definido com o lançamento oficial pela convenção da UDN, em 31 de julho, da chapa Juarez Távora-Milton Campos. Em setembro houve nova modificação no ministério, com a nomeação de Mário Câmara para o lugar de José Maria Whitaker, que renunciara depois de não haver obtido autorização para implantar a reforma cambial. Até aí, o governo conseguira uma pequena redução na taxa de inflação e um virtual equilíbrio no balanço de pagamentos, às custas de uma sensível redução na taxa de crescimento do setor industrial.

A crise política voltou a se agravar com a publicação por Carlos Lacerda, na edição de 17 de setembro da *Tribuna da Imprensa*, de uma carta atribuída ao deputado argentino Antonio Jesus Brandi, datada de 5 de agosto de 1953 e dirigida ao então ministro do Trabalho brasileiro, João Goulart. O documento relatava os entendimentos secretos que Goulart teria mantido com Juan Domingo Perón, então presidente da Argentina, visando à implantação de uma república sindicalista no Brasil, além da existência de contrabando de armas na fronteira dos dois países. Café Filho e os três ministros militares decidiram

instaurar um inquérito policial-militar (IPM) dirigido pelo general Emílio Maurell Filho. No dia 3 de outubro, data das eleições, o Ministério da Guerra emitiu nota admitindo a autenticidade da denúncia com base nas sindicâncias até então realizadas. Mesmo assim, o pleito foi garantido por tropas do Exército e resultou na vitória da chapa Juscelino-Goulart. O resultado final do IPM foi divulgado no fim do mês, inocentando o vice-presidente eleito.

O MOVIMENTO MILITAR DE 11 DE NOVEMBRO

Com a divulgação dos resultados oficiais do pleito, a UDN deflagrou uma campanha contra a posse dos candidatos eleitos, voltando a sustentar a tese da necessidade de maioria absoluta. Os setores mais extremados do partido, liderados por Lacerda, intensificaram sua pregação favorável à deflagração de um golpe militar. Entretanto, Café Filho e o general Lott reafirmaram seu compromisso com a legalidade.

A crise se agravou a partir do discurso pronunciado pelo coronel Jurandir de Bizarria Mamede em 1º de novembro, durante o enterro do general Canrobert Pereira da Costa, falecido na véspera. Falando como porta-voz da diretoria do Clube Militar, Mamede posicionou-se contra a posse dos eleitos, numa atitude considerada por Lott como desrespeitosa à hierarquia militar. Mamede servia na ocasião na Escola Superior de Guerra (ESG), órgão vinculado à Presidência da República, o que obrigava o ministro da Guerra a pedir autorização a Café Filho para puni-lo. O presidente, por sua vez, também estava sofrendo pressões de outra natureza. No dia 2 de novembro, recebeu um memorial assinado pelos três ministros militares solicitando o fechamento do jornal *Imprensa Popular* e de outros órgãos considerados comunistas, mas a medida foi considerada inconstitucional pelo ministro Prado Kelly.

Na manhã do dia 3 de novembro, Café Filho foi internado no Hospital dos Servidores do Estado, no Rio, acometido de um distúrbio cardiovascular que forçou seu afastamento das atividades políticas. Segundo a ordem constitucional, o ministro da Justiça providenciou então a posse de Carlos Luz, presidente da Câmara, eleito pelo PSD mas muito identificado com as posições da UDN. Ao tomar posse no dia 8 de novembro, o novo presidente manifestou sua intenção de manter o gabinete de Café, mas, pouco depois, decidiu não autorizar a punição de Mamede, provocando assim a demissão do general Lott. Para seu lugar, nomeou o general Álvaro Fiúza de Castro, favorável a uma solução golpista para a crise. Ao retornar à sede do Ministério da Guerra, a fim de preparar a transmissão do cargo, Lott foi convencido por vários generais, especialmente Odílio Denis (comandante da Zona Militar Leste), a permanecer em suas funções e depor o presidente em exercício. Assim, na madrugada do dia 11 a capital federal foi ocupada por tropas do Exército, o que forçou Carlos Luz e outras autoridades civis e militares a buscar abrigo no prédio do Ministério da Marinha e, horas depois, a embarcar no cruzador *Tamandaré* rumo a Santos (SP).

No decorrer do dia 11, o Congresso Nacional se reuniu em sessão extraordinária e aprovou o impedimento de Carlos Luz por 228 votos contra 81, empossando Nereu Ramos, vice-presidente do Senado em exercício, na presidência da República. Lott foi então reconduzido ao Ministério da Guerra, enquanto a possibilidade de um contragolpe militar a partir de São Paulo deixava de existir. No dia 13, Nereu Ramos visitou Café no hospital, afirmando que

permaneceria no governo apenas até sua recuperação. Entretanto, Lott e outros generais decidiram vetar o retorno do presidente por considerá-lo suspeito de envolvimento na conspiração contra a posse dos candidatos eleitos. Mesmo assim, no dia 21, Café Filho enviou a Nereu Ramos e aos presidentes da Câmara, do Senado e do STF uma declaração de que pretendia reassumir imediatamente seu cargo, o que provocou nova movimentação de tropas fiéis a Lott em direção ao palácio do Catete e a outros pontos da capital. Café Filho dirigiu-se então à sua residência, também cercada por forte aparato militar, que incluía grande número de veículos blindados.

Na madrugada de 22 de novembro, o Congresso aprovou o impedimento de Café por 208 votos contra 109, confirmando Nereu Ramos como presidente até a posse de Juscelino em janeiro seguinte. Em 14 de dezembro essa decisão foi confirmada pelo STF, que recusou o mandado de segurança impetrado por Prado Kelly em favor da posse de Café.

Afastado da presidência, Café Filho trabalhou entre 1957 e 1959 em uma empresa imobiliária no Rio de Janeiro. Em 1961, foi nomeado por Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, ministro do Tribunal de Contas do Estado, onde permaneceu até aposentar-se em 1969.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de fevereiro de 1970. Era casado com Jandira Fernandes de Oliveira Café, com quem teve um filho.

Deixou publicado o livro *Do sindicato ao Catete; memórias políticas e confissões humanas* (2v., 1966).

O arquivo de Café Filho encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Vilma Keller

FONTES: *Almanaque Abril*; *Almanaque Mundial* (1960); ARQ. CAFÉ FILHO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; *Boletim Min. Trab.* (5 /1936); CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CARVALHO, E. *Petróleo*; CASCUDO, L. *História*; CASCUDO, L. *História da Assembléia*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, A. *Brasil*; *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; *Estado de S. Paulo* (19/9/1976); FRANCO, A. *Escalada*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; *Jornal do Brasil* (1/2, 11, 21/7/1959, 11/9/1960, 21/12/1972); *Jornal do Comércio*, Rio (21/2/1970); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; LIMA, H. *Travessia*; MACEDO, N. *Aspectos*; MACHADO, F. *Últimos*; MIN. GUERRA. *Subsídios*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, R. *Bacharéis*; TAVARES, J. *Radicalização*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados*; *Veja* (25/2/1970).

CAFÉ

Considera-se que a *Coffea arabica*, espécie mais conhecida de café, seja nativa da Etiópia, de onde foi para a Arábia, e daí para outras regiões. Seu uso propagou-se pelo Egito, Síria, Turquia e Oriente Próximo, admitindo-se que os árabes tenham começado a tomar café já no século XV. No Ocidente, as primeiras notícias do uso de café ocorreram em Veneza, nos fins do século XVI. No início do século XVII, navios da Companhia das Índias Orientais já faziam grandes transportes de café entre países muçulmanos do Oriente. Em Amsterdã, em 1637, bebia-se café habitualmente, cabendo aos holandeses um importante papel na sua propagação, como bebida, na Europa setentrional e central.

Na França, o cafeeiro foi introduzido por Thévenot em 1657, tornando-se logo um hábito na corte de Luís XIV. Em seguida apareceu em Londres a primeira casa de café. Berlim teve seu primeiro café público em 1752, embora se admita que Hamburgo lhe precedesse. Os holandeses, em fins do século XVII, levaram mudas de cafeeiros para a Malásia. Em Java, cujo solo e clima são tidos como os mais apropriados, o primeiro pé de café foi plantado em 1696, daí passando para Sumatra, Celebes e Timor. Dessas ilhas, em 1706, foram remetidas mudas de cafeeiros para o Jardim Botânico de Amsterdã, dos quais se originaram os primeiros cafezais do Novo Mundo.

Ao que tudo indica, a primeira região onde se plantou café na América do Sul foi o Suriname, sob domínio holandês, no início do século XVIII. Nos primeiros 30 anos desse século, foram enviadas do Jardin des Plantes de Paris mudas de cafeeiros para a Martinica, cujas plantações se disseminaram pelas Antilhas e América do Sul. Diz-se, ainda, que os primeiros cafeeiros da Guatemala datam de 1750-1760 e os do México de 1790.

O CAFÉ NO BRASIL

A versão mais conhecida e aceita sobre a introdução do café no Brasil é a atribuída a Francisco de Melo Palheta (1670-?), que em 1727 trouxe mudas e sementes da Guiana Francesa, plantando-as em Belém do Pará. Entretanto, existem informações da existência

do café no Maranhão antes dessa data.

O cafeeiro não se fixou na região amazônica por falta de boas condições naturais, não tendo alcançado ali maior significado econômico. Da Amazônia parece ter vindo para a cidade do Rio de Janeiro por volta de 1760, quando algumas mudas foram plantadas pelos frades capuchinhos na rua dos Barbonos, atual Evaristo da Veiga. Dessas mudas saíram as que foram formar novas culturas nos arredores do Rio de Janeiro (Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz).

A partir desses núcleos, hoje cortados pela rodovia Rio-Santos, a cultura se irradiou pelo atual estado do Rio de Janeiro em duas direções: para o sudoeste, alargando-se de São João Marcos a Resende, e para o norte, dando as grandes plantações de Vassouras, Valença e Paraíba do Sul e alcançando mais tarde Cantagalo. Ao mesmo tempo, de São Gonçalo o café atingiu Itaboraí e Maricá, disseminando-se em direção a Campos e ao estado do Espírito Santo. Em Vassouras surgiu a capital do café brasileiro nas primeiras décadas do século XIX.

De São João Marcos e Resende, os cafeeiros foram levados para São Paulo. Admite-se que penetraram por São José do Barreiro, Areias e Bananal, entre 1790 e 1797. Espalhando-se pelo vale do Paraíba, atingiram Lorena, Taubaté, Jacareí, Mogi das Cruzes, até Jundiaí, de onde teriam se originado os cafezais do oeste de São Paulo. Em 1797, o porto de Santos registrou a exportação para Portugal de 1.924 arrobas de café.

Na Bahia, apontam-se pequenos cafezais em 1790. Em Minas Gerais, as primeiras lavouras de café parecem ter surgido no final do século XVIII. Por volta de 1800, havia cafezais em número reduzido no Triângulo Mineiro. Em 1809, todavia, já era apreciável a produção de Araxá. Entretanto, a região de Minas Gerais onde a cultura do café se desenvolveu mais densamente foi a Zona da Mata, pela sua maior proximidade com o Rio de Janeiro. Seguiram-se a região vizinha do vale do Paraíba e os municípios de Mar de Espanha, Juiz de Fora, Leopoldina, Cataguases e Ubá, mais tarde centros cafeeiros da maior importância, embora a lavoura marchasse com êxito para o sul e oeste de Minas pelo vale do rio Preto, alcançando Goiás.

Em 1859, a posição das províncias em relação ao total da produção brasileira era de 78,4% para o estado do Rio, 12,1% para São Paulo, 7,8% para Minas Gerais e 1,7% para as demais. No período entre 1848 e 1857, o senador Nicolau de Campos Vergueiro introduziu na sua fazenda Ibicaba (SP) trabalhadores assalariados, colonos italianos, portugueses, alemães, suíços e belgas, que trabalharam lado a lado com os negros escravos. O exemplo foi seguido por outros fazendeiros de café, tendo a produção do vale do Paraíba, na década de 1860, passado à primeira do país.

São Paulo tornou-se assim o principal centro produtor de café no Brasil. A partir de então, operou-se o deslocamento da liderança econômica das velhas regiões agrícolas do Norte-Nordeste para as mais recentes do Centro-Sul. Esgotada a fertilidade do solo, como aconteceu na região fluminense, os cafezais deslocaram-se também do vale do Paraíba para o planalto de São Paulo. A ocorrência de “terras roxas” orientava a chamada “onda verde”, de Campinas para o norte e o oeste do planalto.

No último decênio do século XIX, desde que o café chegou à região do rio Mogiguaçu e rio Pardo, formou-se o centro produtor da melhor qualidade de café. Enquanto o grande centro produtor era o vale do Paraíba, a comercialização se fazia pelo Rio de Janeiro, centro financeiro e controlador da economia cafeeira. Com o deslocamento da zona de cultura, a exportação principal passou para o porto de Santos, iniciando-se então o surto de desenvolvimento paulista. Desde o começo da década de 1880, o Brasil se tornara o maior produtor mundial de café.

O café passou a representar grandes e novas possibilidades de acumulação de capital, e esse processo se tornou conhecido como o “ciclo do café”. Em 1889, ano da proclamação da República, a produção atingiu 5,586 milhões de sacas de 69 kg. Ao iniciar-se o século XX, só as exportações do produto chegaram a 14,7 milhões de sacas.

O CONVÊNIO DE TAUBATÉ

O Convênio de Taubaté foi um entendimento político entre os estados produtores de café. Em 1906 ocorreu uma superprodução de café e, para evitar o agravamento da

crise, os estados grandes produtores decidiram estabelecer uma política comum para a defesa dos preços do produto diante da hesitação do governo federal. Essa política ficou conhecida como o Convênio de Taubaté por ter sido resultante de um acordo firmado nessa cidade paulista. Em 1908, na sucessão do presidente Rodrigues Alves, os partidários da valorização do café conseguiram levar à presidência e vice-presidência da República dois defensores declarados de tal política, o mineiro Afonso Pena e o fluminense Nilo Peçanha.

As principais intervenções governamentais no mercado de café a partir do Convênio de Taubaté ocorreram no governo de Eptácio Pessoa (1919-1922), após a Primeira Guerra Mundial, e depois no governo de Artur Bernardes (1922-1926), quando se passou à valorização permanente, em consequência de um desvirtuamento das funções do Instituto do Café de São Paulo, fundado apenas para regulamentar o escoamento das safras. A valorização era feita pela retenção das sobras de exportação e do consumo interno, comprometendo-se alguns grupos estrangeiros no financiamento dos estoques. Ao tornar os preços atrativos, tal política também induziu países com condições mesológicas adequadas a desenvolver a cultura do café e a competir no mercado mundial.

Por toda a década de 1920, a produção brasileira atingiu 167,3 milhões de sacas, tendo sido exportado o total de 137,7 milhões (82,3%) e retida uma sobra de 29,6 milhões. Os países concorrentes, cuja participação no mercado externo era inexpressiva no início do século, exportaram mais de 8 milhões de sacas na safra de 1927-1928 e mais de 13 milhões na última safra do decênio. A queda da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929 teve como um de seus reflexos econômicos a queda dos preços do café, em plena campanha política para a sucessão do presidente Washington Luís.

A CRISE DE 1929 E A REVOLUÇÃO DE 1930

O elevado preço do café, que provocou entre 1920 e 1925 nova e acentuada expansão do plantio, fez com que, a partir de 1927, a oferta ultrapassasse a procura, iniciando-se a acumulação de estoques. A safra de 1927-1928 chegou a 27 milhões de sacas – quase o dobro da obtida seis anos antes –, o que representou um excedente de 12

milhões de sacas sobre as exportações. Para restabelecer o equilíbrio entre a oferta e a procura e sustentar os preços, o Instituto do Café de São Paulo recorreu novamente à compra dos excedentes. E a safra relativamente pequena de 1928-1929, conjugada com a expansão da procura mundial, ajudou a estabilizar os preços.

Essa prática de intervenção fora seguida nos últimos 40 anos pelos cafeicultores do país, liderados por São Paulo, mas, a partir da década de 1920, o governo federal viu-se forçado a chamar a si a responsabilidade maior na execução da tarefa. Negociaram-se empréstimos no país e no exterior, utilizando-se os estoques de café como garantia. A fundamentação dessa intervenção, a chamada “valorização”, foi o ciclo bienal da produção de café: os cafeeiros produziam mais café em um ano e menos no seguinte. Retendo café no ano de alta produção, sustentavam-se os preços do produto e permitia-se o escoamento do excedente nos anos de menor produção. Outra característica do sistema residiu na limitação da quantidade de café encaminhada aos portos de embarque, na proibição da exportação dos cafés de baixa qualidade e na imposição de um imposto de exportação para pagamento dos empréstimos. Outros estados cafeicultores colaboraram com São Paulo na implementação dessas medidas – Convênio dos Estados Cafeeiros –, mas a sua principal atividade estava ligada ao controle do movimento de café para os portos.

No segundo trimestre de 1929, calculava-se que a safra de 1930-1931 ficaria em torno de 30 milhões de sacas, o que indicava a necessidade de outra intervenção caso se desejasse manter os preços.

As eleições presidenciais foram realizadas em março de 1930. O candidato oficial era o presidente do estado de São Paulo Júlio Prestes, que vinha sendo apoiado pelo presidente Washington Luís, ambos experimentados defensores dos esquemas de valorização. As dificuldades para levantar empréstimos internacionais e razões internas de natureza econômica e política levaram o Banco do Brasil, apoiado pelo presidente da República, a negar seu aval aos esforços do estado para conseguir empréstimos no exterior.

Essas dificuldades da política cafeeira coincidiram com a depressão econômica mundial iniciada em outubro de 1929. A simultaneidade de três fatores – safra volumosa, indecisão

governamental e depressão econômica – teve como consequência pressão baixista inusitada, fazendo com que o preço do café, que era de 22,54 centavos de dólar por libra-peso em setembro de 1929, caísse para 14 centavos no começo de 1930. Os preços internos também caíram aproximadamente 40%, provocando uma redução do salário da mão de obra agrícola.

O candidato opositor às eleições presidenciais era o presidente do Rio Grande do Sul Getúlio Vargas, que, como ex-ministro da Fazenda de Washington Luís, não podia ser considerado neófito em matéria cafeeira. Embora os interesses ligados à cafeicultura constituíssem a espinha dorsal da estrutura de poder que se opunha a Vargas, este soube utilizar com habilidade a crise cafeeira e conseguir o apoio político dos cafeicultores de São Paulo para a coalizão que chefiava. Vargas foi batido nas eleições de março de 1930, mas assumiu a chefia do governo provisório que tomou o poder pela força das armas no mês de outubro do mesmo ano. O novo governo decidiu intervir na economia cafeeira comprando excedentes e mantendo, com modificações, a estrutura de controle das exportações. Em maio de 1931, foi criado um novo órgão federal, o Conselho Nacional do Café, que chamou a si a execução da política cafeeira. Em 1932, os cafeicultores de São Paulo apoiaram a Revolução Constitucionalista contra Vargas. Após a derrota do movimento, Vargas concordou em cancelar 50% das dívidas dos cafeicultores como parte do esforço nacional de conciliação.

Em fevereiro de 1933, foi abolido o Conselho Nacional do Café e criado o Departamento Nacional do Café (DNC), uma autarquia federal subordinada ao ministro da Fazenda. A nova entidade consolidou os poderes do governo federal, eliminando na prática a representação dos estados. Dispondo de poderes muito amplos, o DNC iniciou um programa que se estendeu por mais de dez anos, e que abrangeu a aquisição, a armazenagem e o escoamento do café, além de limitações ao plantio. Entre 1931 e 1944, cerca de cem milhões de sacas foram retiradas do mercado pelo DNC, que determinou a destruição de aproximadamente 80 milhões de sacas, o equivalente a três anos de consumo mundial, sem com isso influenciar significativamente o nível dos preços.

No quadriênio de 1927 a 1930, a receita total de exportação do Brasil elevou-se a 422 milhões de dólares, tendo o café participado com 69%, 293 milhões de dólares. De 1931 a 1934, a queda de preços fez com que a média da receita cafeeira fosse de 156 milhões de dólares, pouco mais da metade do que fora atingido no quadriênio anterior. Outras exportações também sofreram com a crise, fazendo com que o total da receita de exportação baixasse para 232 milhões de dólares, sendo que o café representou cerca de 67% desse total.

OS ANTECEDENTES DA CRISE DA DÉCADA DE 1930

Para compreender os acontecimentos da década de 1930, é necessário analisar alguns aspectos da economia cafeeira. O Brasil e especialmente as áreas de São Paulo e do Paraná ofereciam condições excepcionais para a cultura do café em grande escala: disponibilidade de terras e topografia adequada, que barateavam as despesas de infraestrutura. O café começou a expandir-se no estado de São Paulo nas duas últimas décadas do século XIX, tornando-se o Brasil o principal abastecedor mundial do produto e chegando a uma participação de mais de 70% do total em 1915.

Um cafeeiro passa a produzir aos quatro anos de idade e mantém-se produtivo por muito tempo, chegando em certos casos até 30 anos. Enquanto existem terras virgens propícias ao plantio de café, mão de obra e acesso a novas regiões, a cultura cafeeira se desloca para as novas áreas onde o rendimento por pé é mais alto e portanto os custos de produção são mais baixos. Mesmo quando os preços caem, o volume produzido pode não cair se os preços ainda forem suficientes para cobrir o custo de colheita. Além do café, os empresários podem desenvolver culturas intercalares, como a do milho e a do feijão, ajudando assim a suportar a baixa de preços e aguardar melhores tempos. O resultado dessas iniciativas é que a produção não se reduz de maneira significativa, ou em proporção com a perda de valor. Isso é verdade não apenas no caso brasileiro, mas praticamente na maioria dos países produtores.

O café, dentro de certos limites, é um produto de consumo chamado inelástico. Isso

significa que as mudanças no nível de preços pouco influenciam o volume de consumo. Assim, é possível aos países produtores aumentar suas receitas reduzindo o abastecimento. Essas características estão provavelmente relacionadas com o fato de que o café constitui um hábito e também de que é uma bebida relativamente barata, o que faz com que as modificações no preço do café verde tenham pouca influência sobre o custo de seu consumo.

A forte participação do Brasil no mercado internacional, aliada à inelasticidade-preço da demanda de café, tem constituído a pedra angular da política de estoques e da regulamentação das exportações iniciada em 1906, concebida inicialmente para melhorar a receita dos produtores, mas paulatinamente amparada pelo governo federal interessado no aumento da receita de exportação. Entre 1920 e 1930, as vendas de café contribuíram com mais de 70% do total da receita de exportação. O êxito dessa orientação entre 1906 e 1920 explica a já mencionada expansão desmedida da lavoura cafeeira na década de 1920 e os excedentes de produção na década de 1930. Desde 1921, a defesa dos preços passou a constituir característica permanente das diretrizes cafeeiras do governo federal e do estado de São Paulo. Já então os progressos da infraestrutura – estradas, facilidades portuárias e expansão da fronteira agrícola – permitiram a aceleração da produção de café, encorajada pela perspectiva de preços garantidos. A falta de controle dessa expansão e a tendência a subestimar a produção futura constituíram uma das razões da falência dessa política, que, por sua vez, estimulava o desenvolvimento da concorrência de outros países, retirando o Brasil da posição de semimonopólio.

O CAFÉ E A INDUSTRIALIZAÇÃO

A industrialização de São Paulo iniciou-se no começo do século XX e desenvolveu-se paralelamente ao crescimento da cafeicultura. A imigração europeia, a disponibilidade de recursos e o crescimento demográfico estimularam o surgimento de indústrias têxteis, de alimentos e de materiais de construção. A relação entre a industrialização brasileira antes e depois de 1930 e a política cafeeira do país é objeto de controvérsia. Contudo, os

analistas parecem concordar que antes de 1930 o setor cafeeiro impulsionou a demanda de produtos industrializados de importação. Políticas de sustentação de preço auxiliaram, muito provavelmente, a expandir tanto o consumo de bens importados como a capacidade de os pagar. Em consequência, a despeito da existência de um mercado crescente para produtos industrializados, a industrialização foi retardada, mesmo existindo condições para a produção de bens industrializados, porque era mais barato importá-los. A queda dos preços na década de 1930 criou dificuldades à importação e, portanto, melhor clima para a industrialização. A produção industrial cresceu em 50% entre 1929 e 1937, apesar da depressão.

O DESBRAVAMENTO DE NOVAS REGIÕES

Não obstante os baixos preços do decênio 1930-1939, o desbravamento e a ocupação de áreas pioneiras fizeram com que não cessasse a mobilidade da fronteira do café. No norte do Paraná, a ocupação prosseguiu a passo lento. Em 1935 a estrada de ferro chegou a Londrina, e em São Paulo o aproveitamento da área servida pela Estrada de Ferro Paulista seguiu avante. Esse processo de ocupação de novas áreas certamente ajudou a amortecer os efeitos da depressão econômica sobre os salários e a mão de obra agrícola e estimulou, além disso, a produção de gêneros alimentícios.

AS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

As exportações mundiais e a participação brasileira durante o período de 1930 a 1937 são indicadas no quadro a seguir, em milhões de sacas:

EMBED Excel.Sheet.8

A despeito da forte queda dos preços, o consumo mundial não se desenvolveu nos anos de 1931-1935, mas apresentou forte crescimento no período de 1936-1938. A parcela do Brasil manteve-se no nível de 60% no período de 1931-1935, mas continuou a decrescer

até atingir 50% do total mundial em 1937. A Colômbia e a África tinham aumentado sua participação.

MUDANÇA NA POLÍTICA CAFEEIRA EM 1937

O Brasil decidiu em 1937 – ante a queda de suas exportações a níveis inferiores a 50% do total mundial, a falência dos esforços para chegar a um acordo com outros produtores (conferências de Bogotá, 1936, e de Havana, 1937) e a permanente necessidade de destruir café (em 1937 foram destruídas 17,2 milhões de sacas, ou seja, mais que o total das exportações) – abandonar a sustentação do mercado e baixar os seus preços em mais de 1/3, reduzindo os impostos de exportação do café. A iniciativa foi apresentada como uma guerra de preços com outros produtores e mereceu aplausos dos empresários nacionais, porquanto o preço interno não havia sido afetado. O governo manteve outros instrumentos, como por exemplo a retirada de excedentes, a queima de café – 9 milhões de sacas entre 1938 e 1944 – e o controle das exportações. A iniciativa brasileira representava, contudo, uma ruptura com as políticas anteriores e o reconhecimento de que, em consequência da redução de sua importância no mercado internacional, tornava-se inviável para o país prosseguir na defesa unilateral dos preços. A participação do Brasil no mercado mundial melhoraria em 1938 e 1939.

Um mês depois da decisão de abandonar a defesa dos preços, Vargas ab-rogou a Constituição de 1934 e proclamou o Estado Novo. A nova estrutura de poder, centralizada no Executivo federal, se repetiu nas decisões sobre a política do café, progressivamente mais dependente do Ministério da Fazenda, com crescente envolvimento do Ministério das Relações Exteriores.

ACORDOS INTERNACIONAIS E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Já na Conferência Econômica Mundial realizada em Genebra, Suíça, no ano de 1927, foram apresentadas sugestões no sentido de se promover acordos multilaterais de produtos de base. A matéria voltou a ser ventilada na Conferência Econômica e Monetária

de Londres em 1933 e novamente em 1937, na Comissão de Estudos de Matérias-Primas da Liga das Nações.

A depressão da década de 1930 e sobretudo a crise cafeeira haviam abalado fortemente a estrutura econômica da maioria dos países latino-americanos. As importações de café pelos Estados Unidos, avaliadas em 315 milhões de dólares em 1926, baixaram para 138 milhões de dólares em 1929, ou seja, caíram 56%.

Apesar do malogro das conferências cafeeiras de Bogotá e Havana, prosseguiram as tomadas de contato entre países produtores e foram dados alguns passos no rumo da cooperação. Em Bogotá foi decidida a criação, com sede em Nova Iorque, do Bureau Pan-Americano do Café e foi aprovada a cobrança de cinco centavos de dólar por saca exportada, para a obtenção de recursos destinados a promover o consumo de café. Foram rejeitados pelos demais participantes os objetivos brasileiros de impor limitações ao plantio e às exportações de café de baixa qualidade, introduzir cotas de exportação e estabelecer diferenciais de preço entre as várias qualidades de café.

O início da guerra na Europa em 1939 e a probabilidade de fechamento dos mercados europeus vieram perturbar ainda mais a economia cafeeira latino-americana. Os preços de 1940 atingiram o nível mais baixo jamais registrado. Em junho desse ano, os países produtores do hemisfério ocidental reuniram-se em Nova Iorque para examinar a questão, e, outra vez, não se chegou a um acordo. O impasse levou a que se decidisse solicitar a cooperação do governo dos Estados Unidos. Cordell Hull, então secretário de Estado, reagiu favoravelmente, anuindo em incluir na pauta da II Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, a ser realizada em Havana no mês de julho, o exame, com participação dos Estados Unidos, de um convênio cafeeiro.

Essas consultas tiveram como consequência a negociação do Acordo Interamericano do Café, assinado em Washington aos 28 de novembro de 1940, e posto em vigor, com efeito retroativo, a partir de 1º de outubro do mesmo ano. O acordo, que foi ratificado pelo presidente Roosevelt a 12 de abril de 1941, reunia Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México, Peru e Estados Unidos da América. A ele aderiram,

posteriormente, Haiti, Equador, República Dominicana, Nicarágua e Venezuela. Embora não haja menção expressa em seu texto, os objetivos do acordo harmonizavam-se com os mencionados no artigo 57 da Carta de Havana negociada durante a conferência, a saber:

“a) impedir ou suavizar sérias dificuldades econômicas que podem surgir quando a adaptação entre a produção e o consumo não puder se realizar pelo jogo exclusivo das forças normais do mercado, tão rapidamente quanto as circunstâncias o exigirem;

b) proporcionar, durante o prazo que for necessário, um plano para a elaboração e a prática de providências destinadas a lograr uma adaptação econômica que faculte expansão do consumo ou remoção de recursos e mão de obra de atividades superdesenvolvidas para novas utilizações produtivas, entre estas incluindo-se, nos casos apropriados e tanto quanto possível, o fomento de indústrias de transformação baseadas em produtos primários de origem nacional;

c) impedir ou suavizar flutuações pronunciadas de preços de um produto de base, para obter-se uma situação satisfatória de estabilidade, baseada sobre preços equitativos para os consumidores e que proporcionem razoáveis lucros aos produtores, tendo em vista o interesse em assegurar um equilíbrio a longo prazo entre a oferta e a procura;

d) conservar e aproveitar os recursos naturais do mundo, assim como protegê-los contra desnecessário esgotamento;

e) propiciar a expansão da produção de um produto de base, quando isto for vantajoso a consumidores e produtores, inclusive a distribuição de alimentos essenciais, a preços especiais, nos casos apropriados;

f) assegurar a distribuição equitativa de um produto de base em caso de escassez.”

O Acordo Interamericano do Café constituiu um pacto de cotas de exportação, com as seguintes características principais: a) haveria atribuição de cota básica aos membros exportadores; b) seriam fixadas cotas anuais para cada ano cafeeiro – 1º de outubro a 30 de setembro –, como percentagem da cota básica; c) a administração do acordo seria levada a efeito por uma junta executiva – o Interamerican Coffee Board – constituída por delegados dos governos participantes; do total de 36 votos, 12 eram atribuídos aos Estados Unidos,

nove ao Brasil, três à Colômbia e um a cada um dos outros países; d) o Board teria poderes para aumentar ou reduzir as cotas de exportação de uma quantidade correspondente a 5% do montante da cota básica; caso viesse a ocorrer escassez do abastecimento nos Estados Unidos, o Board poderia, por 1/3 do número de votos, aumentar ilimitadamente a cota dos Estados Unidos, mas qualquer redução superior a 5% necessitaria, em cada caso, aprovação por unanimidade; e) o controle das limitações à entrada de café nos Estados Unidos seria da responsabilidade desse país; f) não foram previstas disposições relativas a preços.

As cotas básicas de exportação de cada país baseavam-se nas exportações de 1938, mas o montante finalmente fixado após negociações representava um ajustamento e uma acomodação.

O apoio concedido pelos Estados Unidos ao acordo foi sem dúvida politicamente motivado, e a guerra na Europa e o aumento da influência alemã na América Latina constituíram os estímulos mais evidentes. A iniciativa estadunidense teve em mira granjear a simpatia dos países latino-americanos para a causa dos Estados Unidos e de seus aliados, estando relacionada com a vulnerabilidade do canal do Panamá.

Os preços do café quase dobraram entre julho de 1940 e dezembro de 1941. Os Estados Unidos entraram na guerra em 7 de dezembro de 1941 e, quatro dias depois, o Office of Price Administration (OPA) estabelecia tabelas de preços para o café e para muitos outros artigos. Em consequência disso, de 1942 em diante o Interamerican Coffee Board ficou responsável pelo estabelecimento de cotas, e o OPA, pela fixação dos preços de varejo e dos preços do café verde em geral.

Desde 1940, após uma visita de Osvaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores do Brasil, aos Estados Unidos, desenvolviam-se negociações bilaterais entre os dois países. Em 1942, foram por eles assinados os Acordos de Washington, resultado das negociações que incluíram o preço do café brasileiro e o compromisso norte-americano de apoiar a industrialização do país financiando a construção da usina de Volta Redonda. Durante a guerra, as dificuldades de importação de produtos industrializados e de petróleo, cujo uso

foi racionado, obrigaram o Brasil a acumular divisas estrangeiras. Todavia, percebendo-se desde logo que essas reservas estavam sendo esvaziadas pela inflação, a administração do país optou por obter dos Estados Unidos ajuda material específica de importância muito superior às reservas acumuladas. Foi esse, muito provavelmente, um dos principais passos rumo à plena industrialização do país.

Nos anos de 1942 e 1943, o transporte do café do Brasil para os Estados Unidos encontrou sérias dificuldades em consequência da entrada do país na guerra. A situação da maioria dos países latino-americanos era mais fácil em virtude de sua proximidade com os Estados Unidos. Destarte, apesar das cotas, a participação do Brasil nas exportações para os Estados Unidos caiu em 1942 para 40% do total – aumentaria para 54% em 1944, em decorrência das maiores facilidades de transporte. A geada de 1942 reduziu consideravelmente as safras brasileiras de 1943-1944 e 1944-1945.

Entre 1942 e 1944, a produção exportável de café no Brasil foi próxima do total exportado. Em 1944 foi suspensa a destruição de café. As limitações de cota impostas pelo acordo haviam-se tornado inoperantes a partir de 1943, e as perspectivas eram mais de escassez que de excedentes. O elevado índice de inflação nos Estados Unidos e no Brasil reduziu bastante o poder aquisitivo da receita cambial resultante dos preços-teto estabelecidos. Em 10 de março de 1945, os ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Colômbia enviaram ao secretário de Estado dos Estados Unidos, Stetinius, carta em que eram expostos os pontos de vista dos 14 países produtores de café participantes da Conferência de Chapultepec, reunida desde fevereiro, acerca da necessidade de uma elevação dos preços do produto. Em 22 de março, o Departamento de Estado comunicava-lhes que o pedido fora denegado. No dia 7 de março, ocorrera a rendição da Alemanha, seguida, aos 14 de abril, pela do Japão. Os países produtores de café continuaram a exercer pressão para que o preço-teto fixado pelos Estados Unidos fosse alterado e realizaram outra reunião, o IV Encontro Pan-Americano dos Produtores de Café. No dia 29 de outubro, Getúlio Vargas deixou o governo, cuja chefia foi assumida por José Linhares até a realização de

eleições e a posse, em 31 de janeiro de 1946, do novo presidente Eurico Gaspar Dutra.

FIM DOS CONTROLES

Terminada a guerra, os preços foram finalmente liberados nos Estados Unidos, em outubro de 1946. No Brasil, a entrega de café exigida pelo regime de cota de sacrifício foi suspensa, e em setembro de 1946 o Departamento Nacional do Café foi liquidado, tendo sido transferida parte de suas funções ao Departamento Econômico do Café.

O período de 1940 a 1945 deu relevo aos diferentes elementos e fatores de natureza econômica de importância para as políticas cafeeiras. Merece reparo a rapidez com que os países produtores mudavam de orientação ao sabor das condições do momento, solicitando o estabelecimento de cotas quando havia excedentes e os preços estavam baixos, e logo apoiando uma orientação liberal e a liberdade de comércio quando o mercado lhes era favorável. Os consumidores norte-americanos, por sua vez, davam prioridade à política externa por interesses de defesa, voltando rapidamente sua atenção para as questões internas – proteção do consumo por meio do congelamento de preços – para deter a alta de preços e as pressões inflacionárias.

A análise demonstra igualmente o reaparecimento da geada e da inflação como importantes elementos a influenciar a economia cafeeira. A inflação entre 1939 e 1949 foi de quase 100% na esteira de um período de deflação desde a década de 1920. Esse índice de inflação só fora visto durante a Primeira Guerra Mundial, período em que foi superior a 120% entre 1915 e 1920.

A comparação dos períodos que se seguiram às duas guerras mundiais revela algumas similitudes marcantes e diversas diferenças de importância. À parte o alto índice de inflação, os preços aumentaram acentuadamente após as duas guerras e absorveram tanto os estoques que haviam sido retidos em virtude da valorização dos anos de 1917 a 1920, como os estoques em poder do DNC no fim da década de 1950. As geadas de 1918 e 1943 reduziram em muito o abastecimento. O aumento da produção em consequência da expansão de novas áreas de produção foi bastante forte em 1917 e em 1945, e em ambas as

vezes os consumidores protestaram, tendo havido boicotes nos Estados Unidos.

A diferença principal é que durante a Primeira Grande Guerra o Brasil ocupava 70% do mercado mundial e podia buscar soluções próprias para os problemas cafeeiros. Em 1950 a importância relativa do país baixou para cerca de 50%, e, para conseguir estabilizar os preços, o Brasil dependia da cooperação de países produtores e consumidores.

Observe-se, outrossim, a rapidez com que o Acordo Interamericano do Café entrou em funcionamento. Isso indica que a despeito das complexidades e conflitos é possível superar rapidamente as dificuldades técnicas sempre que existir vontade política e necessidade de resolver a questão.

PERÍODO 1946-1955

No pós-guerra, a Conferência de Bretton Woods e a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) foram novos condicionantes da política internacional que envolveram diretamente o comércio do café e o Brasil como maior exportador. No plano interno, Bretton Woods se traduziu pela criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), presumidamente dedicada a aplicar as normas do FMI. Em seguida, foi criada a Carteira de Exportação e Importação (Cexim), órgão executivo e de orientação do comércio exterior, ampliando as funções antes exercidas pelo antigo Conselho Federal do Comércio Exterior. Este, por sua vez, deu origem ao Conselho Nacional de Economia (1947), de pouca presença na efetivação das políticas comerciais.

No período 1946-1948, processou-se o desgaste das amplas reservas de divisas estrangeiras acumuladas no período da guerra. O Brasil, à luz dos entendimentos com o FMI, optou pela fixação de taxa rígida de câmbio – 18,39 cruzeiros por dólar –, o que favoreceu largamente as importações. Prejudicados pela medida foram, de um lado, a indústria nacional, que fora antes privilegiada pela constante escassez de divisas e sofreu então a competição dos bens de consumo importados, e, de outro lado, os produtores e comerciantes de bens de exportação, em especial o café, já que a taxa fixa de câmbio pela qual eram convertidas suas receitas cambiais não refletia o aumento dos custos internos de

produção e comercialização, em face de uma inflação não inferior a 20% ao ano em todo esse período.

O mercado internacional de café, malgrado a liberação de preços nos Estados Unidos, registrou no período uma estabilidade resultante, possivelmente, da falta de capacidade de compra dos mercados europeus, então estagnados nos quadros da reconstrução econômica dos países mais atingidos pela guerra. Os preços deixaram de sofrer, como parece evidente, qualquer pressão por parte do país principal produtor, embora se tenha registrado, em 1949, a liquidação dos estoques de café, e se tenham preparado as bases para a fase seguinte, em que à falta de divisas se somou a falta de capacidade de gerar divisas.

Só em outubro de 1949, sob a ação dos fatores citados, taxa de câmbio fixa e escassez de estoques, desencadeou-se a alta dos preços. A cotação, que caíra nos Estados Unidos no período 1946-1948, voltou a se reanimar, subindo 30% entre 16 e 30 de setembro, repercutindo na elevação de quase 60% nos preços de varejo no intervalo de 1948-1949, e chegando, em outubro de 1949, a 80 centavos de dólar a libra.

Como sequência dessa nova situação, teve início nos Estados Unidos o inquérito parlamentar promovido pelo senador G. Gillette, para investigar a situação dos preços do café. Repercussões agudas foram provocadas no seio da opinião pública norte-americana, responsabilizando os países exportadores pela alta dos preços e acarretando, de outro lado, reações políticas de parte dos governos latino-americanos. Pela primeira vez, entraram em cena as forças que, nos decênios seguintes, constituiriam fatores decisivos para a definição e efetivação das políticas internacionais de café, confrontando os interesses dos países produtores (fazendeiros, assalariados, beneficiamento, industrialização, erário público, transportes, comércio, crédito, assistência técnica) e dos países consumidores (torrefações, distribuidores, consumidores etc.).

Entre 1950 e 1953, mesmo havendo no Brasil equilíbrio entre a oferta e a procura e certa estabilidade nos preços de varejo no exterior, começou um processo de sofisticação da política de valorização do produto, para fazer frente às crescentes dificuldades do balanço de pagamentos. Enquanto até 1930 o destino do sobrevalor obtido era a economia pessoal

dos cafeicultores, a nova fase teve que considerar o quadro mais complexo: o regime de licenças de importação (1948-1953) beneficiava os industriais pelo rateio das divisas escassas e, indiretamente, os consumidores – pelos subsídios –, caracterizando o processo de transferência de renda intersetorial; a partir de 1953, instituiu-se o Fundo dos Ágios, pelo qual o Tesouro se associava na divisão do bolo da receita em cruzeiros; desde 1951, começou a vigorar o sistema de preços mínimos de exportação, o chamado “registro”, culminando a estruturação da nova forma de intervenção estatal com a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1952.

A produção se expandiu sobretudo no estado do Paraná em resposta aos preços favoráveis. A infraestrutura se ampliou, e a qualidade das terras e a venda de lotes a crédito a pequenos produtores levaram a uma expansão mais rápida que a observada em ciclos anteriores. Entretanto, o deslocamento para o sul aumentou a exposição do parque cafeeiro às geadas. Em consequência, o tamanho das safras brasileiras passou a oscilar, com reflexos desestabilizadores sobre preços externos, receita cambial, política monetária nacional e desenvolvimento das regiões cafeeiras.

PERÍODO 1956-1963

Novo ciclo de excedentes de café se iniciou no Brasil em 1956. Foi improvisada uma rede de armazéns, a maioria em mãos particulares, e foram tomadas medidas para, respectivamente, guardar e reduzir o impacto desses excedentes. O café foi vendido a preços bem baixos, de modo a estimular o consumo interno. Foram criados novos escritórios do IBC e entrepostos no exterior a fim de apoiar uma política mais agressiva de vendas, e foi também destruída parte deteriorada dos grãos.

A colheita de 1959-1960 alcançou 44 milhões de sacas, um recorde nunca visto, e os estoques aumentaram em um só ano de 20 milhões para 44 milhões de sacas. A capacidade de produção em 1961 foi estimada em 36 milhões de sacas produzidas por cerca de 3,9 bilhões de cafeeiros. A demanda estimada era de cerca de 24 milhões de sacas, das quais 18 milhões para a exportação e seis milhões para o consumo interno. Havia, portanto, um

excedente estimado de 12 milhões de sacas, cujo custo de armazenagem encarecia incrivelmente a cada ano. Em vista de tal situação, em 26 de outubro de 1961 foi criado, pelo Decreto nº 79, o Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (Gerca). Os objetivos do Gerca eram a erradicação de dois bilhões de cafeeiros não econômicos, o replantio racional de 1/4 desses cafeeiros e a diversificação agrícola nas restantes áreas erradicadas. Os cafeicultores foram indenizados, e mais de 700 milhões de cafeeiros chegaram a ser erradicados no período entre 1961 e 1963.

A fim de fazer frente às complexidades e à logística de tais colheitas descomunais, realizou-se um trabalho de coordenação entre as diferentes áreas da administração federal. Técnicos do IBC trabalharam em conjunto com os do Banco do Brasil e da Sumoc para organizar cada ano o plano da safra e decidir sobre o acesso e o volume máximo de café nos portos, o preço mínimo no mercado externo, o preço de garantia, a data de início de compras de excedente à cota de contribuição equivalente a um imposto de exportação, e os assuntos de natureza financeira e de crédito.

Em 1960, um grupo de trabalho recomendou a criação de uma indústria de café solúvel através de resolução do IBC. Como resultado de tal resolução começariam a operar três fábricas em 1964.

Entre os anos de 1956 e 1960, começaram a operar vários pactos de emergência com a participação de países produtores de café, como o Clube do México (1957), o Convênio Latino-Americano (1958-1959) e o Convênio Internacional. Esforços foram feitos para se alcançar um acordo internacional com a participação dos consumidores, mas foi somente após 1960 que se obteve algum êxito. Um grupo de estudo sobre o café foi criado em Washington, e a minuta de um acordo foi preparada. As negociações do Acordo Internacional de Café foram concluídas em agosto de 1962 na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. Foi um acordo sobre cotas de café com previsões sobre promoção e metas de produção, mas sem fazer referência a preços. Semelhante, em alguns aspectos, ao Acordo Interamericano de Café da década de 1940, esse acordo era, entretanto, mais complexo. Os membros importadores e exportadores tinham cada um mil votos distribuídos

proporcionalmente à cota básica dos exportadores e ao desempenho dos importadores. As decisões importantes eram tomadas por maioria de 2/3. Os membros importadores de café ficavam obrigados a controlar as entradas de café por meio de certificados de origem que acompanhariam os embarques. Alguns mercados foram deixados fora desses mercados de cotas e foram chamados de novos mercados ou mercados a serem desenvolvidos ou expandidos. O acordo deveria ter sua sede em Londres, com um conselho incluindo todos os países membros (importadores e exportadores), uma junta executiva de 16 membros e um diretor executivo responsável pela condução da organização. A operação teve início em 1963.

Durante esse período, o ritmo de industrialização do Brasil foi acelerado (Plano de Metas e construção de Brasília). Os estoques haviam alcançado 62 milhões de sacas. A parcela do Brasil nas exportações mundiais de café havia decrescido para 35%, mas o produto ainda representava mais de 50% da receita do país oriunda de exportações.

PERÍODO 1964-1966

Durante o governo Castelo Branco, a política cafeeira obedeceu a cinco diretrizes básicas: acelerar a eliminação da capacidade excedente de produção por meio de uma política de diversificação mais dinâmica; proporcionar em consequência maior contribuição do setor café ao combate à inflação e à formação da poupança – a redução da produção permitiria a venda de estoques governamentais e a consequente geração de receita pública; equipar a cafeicultura para consolidá-la em regiões produtoras adequadas, reconhecendo-se que terminara a migração para o sul em busca de terras virgens; reconhecer a interdependência de interesses entre países produtores e consumidores e a conveniência da cooperação internacional como a melhor opção para o Brasil; e reduzir a dependência do balanço de pagamentos em relação ao café.

Em 1964, tornou-se claro para todos os analistas que a expansão do plantio no Brasil havia cessado, e que um período de redução de volumes de safra iria ocorrer como havia ocorrido entre 1930 e 1942. A fim de acelerar o ritmo de uma redução da produção global,

um novo plano de erradicação foi posto em ação por intermédio do Gerca. Maior ênfase foi dada às áreas sujeitas a geadas, mas onde os cafeeiros tinham uma produtividade alta, embora intermitente. Áreas liberadas deveriam ser orientadas para outras culturas, especialmente soja e trigo, no caso do Paraná. O objetivo do plano era o mesmo do anterior: trazer a produção a níveis mais baixos, até 24 milhões de sacas, e, então, iniciar plantios modernos. A rede de armazéns foi expandida, e todo o excedente de café foi armazenado em depósitos de propriedade do governo. Os procedimentos de exportação foram simplificados com a eliminação das limitações sobre os movimentos do café nos portos, e foi então criado o sistema de garantia para os compradores diante da queda dos preços. Uma coordenação entre as diferentes áreas governamentais foi aprimorada, e o plano de safra passou a ser discutido no âmbito do Conselho Monetário Nacional.

O Acordo Internacional do Café teve dificuldades no início de 1964. O governo dos Estados Unidos havia demorado na implantação de uma legislação que limitasse as importações oriundas de países não membros. O sistema de controle revelou no início uma quantidade bastante considerável de falhas, de armadilhas que caracterizaram o que passou a ser conhecido como o café turista, ou o café que rodeava o sistema de cotas. Em 1965, os mecanismos de preços que objetivavam ajustar as cotas anuais ou trimestrais foram introduzidos com o propósito de minimizar as tensões existentes entre exportadores e importadores durante o debate sobre o tamanho dessas cotas.

O sistema de certificado de origem foi complementado pela emissão de selos para os países membros. Tais selos acompanhavam os certificados originais e eram verificados na alfândega pelo país importador. Isso eliminava de um modo bastante amplo os riscos de certificados falsos, que estavam, realmente, prejudicando o sistema.

PERÍODO 1967-1973

Em 1967, iniciaram-se negociações para um novo acordo, que tiveram êxito. Em 1968, foi celebrado um novo pacto que entrou em vigor por um período de cinco anos. Um fundo de diversificação foi criado. Fundos foram colhidos pela organização com base nas

exportações e investidos nos países que haviam contribuído em projetos referentes à diversificação da economia. No Brasil, tais fundos foram investidos em projetos relacionados com a melhoria da previsão de colheitas e corredores de exportação, em equipamentos do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), em Londrina, em equipamentos da Companhia Brasileira de Alimentação, em São Paulo, e nos terminais de exportação de grãos nos portos de Paranaguá e Santos. Foi dada ênfase à expansão das exportações através de contratos especiais. As consequências combinadas dos planos de erradicação nas áreas sujeitas a geadas e das quedas de preços fizeram com que a produção em 1969 fosse reduzida para cerca de 20 a 21 milhões de sacas, e o número de cafeeiros para 2,3 bilhões. A procura, exportações mais consumo interno, foi estimada em 27 milhões de sacas. O IBC diminuiu seus estoques de 70 milhões de sacas em junho de 1966 para 47 milhões em junho de 1969. A partir de 1969, o plantio foi estipulado por meio de um plano para financiar seiscentos milhões de cafeeiros. Esse esquema previa o plantio em áreas menos sujeitas a geadas e estabelecia altos níveis técnicos para as novas plantações. Em 1970, a “ferrugem” (*Hemileia vastatrix*) apareceu pela primeira vez no Brasil e também na América Latina. Essa praga havia destruído quase toda a produção em outros países. Apesar disso, como resultado do plano, a capacidade de produção deveria ser aumentada para 30 milhões de sacas nos anos de 1977-1978. A produção revelou sinais de restabelecimento, tendo alcançado 29 milhões de sacas no período de 1971-1972 e 28 milhões em 1972-1973. Caiu para 15 milhões em 1973-1974, em consequência da geada ocorrida em 1972, mas em seguida se recuperou, alcançando 27 milhões de sacas em 1974-1975. Apesar do baixo nível de estoque em 1974, as perspectivas de produção no Brasil pareciam satisfatórias.

Em 1972, o dólar americano havia desvalorizado, e isso gerou desacordos e desentendimentos entre produtores e consumidores quanto aos limites de preços consequentes ao sistema de cotas previsto naquele acordo. As cotas então foram suspensas em setembro de 1972 e, durante os anos seguintes, apesar do acordo celebrado em 1968, as exportações não foram reguladas através do sistema de cotas. Durante esse período, no

Brasil, ocorreu um aumento significativo nas exportações de bens manufaturados e matérias-primas outras que não o café. O valor das exportações de café, como parcela do valor das exportações totais brasileiras, caiu de 43% no período de 1964-1965 para 11% em 1973. A participação do Brasil nas exportações totais de café foi de 33% em 1972.

Nesse período, o balanço de pagamentos brasileiro deixou de depender do café no lado positivo para iniciar sua dependência, no lado negativo, da conta do petróleo.

Foi também uma época de grande expansão da produção e da exportação do café solúvel, que passou a ocupar elevada porcentagem das exportações de café. O consumo interno se estabilizou entre seis e oito milhões de sacas, dando ao Brasil a posição de segundo país consumidor de café no mundo.

PERÍODO 1974-1979

Em agosto de 1975, houve a mais severa geada jamais conhecida na história do Brasil, que prejudicou mais de 1,5 bilhão de cafeeiros e mais de 50% da produção total do país. Isso dificultou de modo essencial a recuperação da produção, com graves consequências no mercado mundial de café. Os preços subiram de 63 centavos de dólar por libra, em 1975, a um nível jamais alcançado anteriormente, chegando em abril de 1977 a 143 centavos por libra, de acordo com o indicador de preços de Nova Iorque. O preço de varejo dos Estados Unidos alcançou 394 centavos por libra em junho de 1977, contra os 127 centavos em junho de 1975, acarretando um impacto muito sério sobre o consumo. Na Europa, tais aumentos foram menores, pelo fato de ser mais alto, nessa área, o nível dos preços anteriores. Com pequenas diferenças, a redução do consumo ocorreu em muitos países. A partir de junho de 1977 constatou-se queda de preços, e em agosto de 1980 eles já haviam voltado aos níveis de 1974. O consumo recuperou-se a partir de 1979.

Novo programa de plantio foi implementado no Brasil após a geada, e indicou-se uma capacidade potencial de oferta entre 29 e 34 milhões de sacas de 1984 em diante. Em outros países, a produção ou decresceu – como em Angola, ou em menor quantidade em Uganda, Etiópia e El Salvador – ou permaneceu estável – como na Costa do Marfim e na

República dos Camarões. A Colômbia em 1979 produziu 12 milhões de sacas contra oito milhões em 1975. A Indonésia aumentou sua produção de três para cinco milhões durante os anos de 1975 a 1979.

Novas negociações para um acordo de café se iniciaram, dentro de um cenário completamente diferente após as geadas de 1975. O acordo de 1976 refletiu tal situação, prevendo a introdução de cotas automaticamente se os preços caíssem abaixo de determinado nível e estabelecendo também sua suspensão em caso de crescimento exagerado de preço. Em outros aspectos o acordo era mais elaborado do que o anterior, embora baseado nos mesmos princípios: cotas básicas, cotas anuais e sistema de controle por meio de certificado de origem. As cotas anuais eram agora baseadas, também, na quantidade de estoque dos países produtores. O acordo incluiu previsões sobre preços. A Organização Internacional do Café (OIC) mantinha em vigor o sistema de certificado de origem e a verificação de estoques, bem como o cômputo diário dos indicadores de preços. Todos esses mecanismos eram importantes para a introdução de cotas.

As receitas dos países produtores, inclusive o Brasil, aumentaram consideravelmente entre 1976 e 1979. As exportações brasileiras de café alcançaram 2,3 bilhões de dólares em 1979, 15% do total das exportações brasileiras, em comparação com os novecentos milhões de dólares em 1975, que corresponderam a 10% do total.

O impacto das geadas no Brasil limitou a capacidade de exportações do país. Em 1979, o Brasil exportou 12 milhões de sacas, o que representou 20% das exportações mundiais, e em março de 1980 seus estoques eram de 15 milhões de sacas.

A baixa de preços ocorrida a partir de 1977 foi combatida pelos esforços dos países produtores através de um organismo de intervenção no mercado, a Pancafé, mas sem chegar a restrições na exportação.

PERÍODO 1980-1989

A perspectiva de recuperação da produção brasileira e a expansão da produção em outros países levaram a uma queda pronunciada de preços em 1980. Em setembro, o

sistema de cotas do convênio internacional foi reativado depois de oito anos de interrupção. Os preços foram estabilizados em torno de 115 centavos de dólar por libra, apesar da acumulação de estoques na maioria dos países produtores.

Tal sistema, o de um acordo com “cláusulas econômicas”, consistindo num conjunto de regras mutuamente consentidas entre países importadores e exportadores para o contingenciamento da oferta mundial – expandida ou contraída segundo o comportamento dos preços internacionais –, veio a caracterizar quase toda a década de 1980, com exceção do interregno de março de 1986 a setembro de 1987, que foi marcado pelos efeitos de uma forte seca no Brasil e no qual as “cláusulas econômicas” estiveram suspensas. Os preços internacionais foram estabilizados dentro de uma faixa de 120 a 140 centavos de dólar por libra durante o quinquênio 1981-1985, e entre 110 e 125 centavos no período 1988-1989.

	Preço médio (U\$ cts./Lb)	Variação média anual (U\$ cts./Lb)	Cláusulas econômicas
Out. 1980-Nov. 1985	126	18	em vigor
Dez. 1985-Set. 1987	143	51	suspensas
Out. 1987-Jun. 1989	116	15	em vigor
Jul. 1989-Dez. 1989	66	15	suspensas

Durante a gestão do embaixador Otávio Rainho Neves no IBC, de março de 1979 a outubro de 1984, caracterizada em sua maior parte – a partir do Acordo Internacional do Café de outubro de 1980 – por um quadro externo de estabilidade de preços e previsibilidade dos fluxos comerciais, o governo brasileiro utilizou, a fundo e de uma forma altamente coordenada, um conjunto de instrumentos de política desenvolvidos entre as décadas de 1950 e 1970.

No plano interno, foi praticada uma política de rendas fortemente intervencionista, em que o limite superior da renda setorial era determinado por um elevado nível de taxaço federal e estadual, cujo efeito combinado era o de uma absorção de 40 a 60% do preço *fob* de

exportação, e o limite inferior era garantido pela política de preços mínimos, numa média de 65 centavos de dólar/saca (constantes 1990). Ao manter o preço ao produtor como uma fração do preço internacional, o governo atingia o duplo objetivo de inibir o crescimento da produção – dentro das dimensões das cotas de exportação – e de maximizar sua receita fiscal, absorvendo dessa forma a maior parte das *rents* geradas pelo sistema internacional de contingenciamento. O Acordo Internacional do Café era, portanto, utilizado não apenas como instrumento de maximização da receita cambial, mas também de extração de recursos fiscais.

No plano externo, o IBC deu continuidade à política de “diferenciais”, iniciada na década de 1970 durante a gestão Andrade Pinto, que visava – ao invés de uma competição via reduções unilaterais nos preços absolutos, de efeito geralmente predatório – atuar diretamente sobre os preços relativos do *arabica* brasileiro, procurando situá-lo numa faixa intermediária, tida como otimizadora da competitividade, entre os preços do *robusta* e do *arabica* suave, as duas principais qualidades concorrentes.

O mecanismo utilizado, o chamado “ajuste”, era um sistema de bonificações, variável de acordo com os preços diários dos *robustas* e *arabicas* suaves no mercado internacional, pagos com “avisos de garantia” – que já eram utilizados como “numerário” desde a década de 1960 e na prática equivaliam a um instrumento de “renúncia fiscal”. Num processo de emulação com a Colômbia, o IBC concedia um incentivo adicional, conhecido como “garantia de queda de preços”, também pagável com avisos de garantia, que consistia numa eventual indenização ao importador pela diferença nos preços de mercado entre o momento da compra e um determinado período após o embarque. Tais condições – isto é, o acesso ao “ajuste” e à “garantia de queda de preços” – eram concedidas a torrefadores dos países importadores, excluindo-se os *dealers*, mediante adesão a um “contrato-padrão”, pelo qual aqueles assumiam o compromisso de comprar um volume anual pré-determinado da cota brasileira de exportação.

Nesse contexto, em que os níveis absolutos de preços eram sustentados pelo Acordo Internacional do Café, o IBC pôde – atuando sobre os preços relativos – se concentrar num

esforço de recuperação de *market-share*, que voltou a se situar em torno de 26% no período 1981-1984, após ter caído abaixo de 22% no período 1977-1980.

Os instrumentos de política internos (determinação da renda disponível do setor e maximização da receita fiscal, inclusive para a geração de recursos para aquisição de estoques) e externos (otimização da competitividade no mercado internacional) eram articulados através do mecanismo da “cota de contribuição”, sucessor a partir de 1962, quando da abolição do câmbio-múltiplo, do sistema do “câmbio-café”, que dava uma considerável latitude para uma dissociação entre preços internacionais e preços e renda setorial internos.

Por outro lado, a “cota de contribuição” era sistematicamente utilizada como mecanismo compensatório para neutralizar o efeito presumido sobre o preço *fob* brasileiro, das desvalorizações, sobretudo minidesvalorizações, periodicamente efetuadas, partindo do pressuposto de que desvalorizações não compensadas por aumento de taxaço tinham um efeito baixista no mercado internacional.

A “cota de contribuição” era a principal fonte de receita da chamada “conta-café”, tendo gerado em média, no período 1981-1984, ingressos anuais brutos de um bilhão de dólares (base de 1990), contra os quais, por um lado, foram abatidos montantes substanciais de avisos de garantia para efeitos diversos (garantias de queda de preço, incentivos para exportação a países não membros da OIC e de café solúvel), e, por outro – apesar de uma significativa reaplicação de recursos no próprio setor –, foram realizadas fortes transferências para outras áreas de dispêndio do governo.

Esses dois fatores contribuíam para o acirramento da percepção, prevalente na lavoura desde a Marcha da Produção na década de 1950, de que a cota de contribuição (c. de c.) tinha um caráter de “confisco cambial”, por transferir renda gerada pelo setor cafeeiro para outros setores da economia e por privar aquele setor – em períodos de inflação elevada – do efeito de correção monetária resultante das desvalorizações periódicas. Outro conflito distributivo, que iria se tornar cada vez mais agudo ao longo da década, dizia respeito aos critérios de repartição interna das cotas de exportação, que – com a retomada das “cláusulas

econômicas” em outubro de 1980 – haviam-se tornado extremamente lucrativas para seus detentores: numa primeira fase, as beneficiárias foram as empresas exportadoras, cuja dotação era proporcional a seu desempenho histórico recente; numa segunda fase, em grande parte como resultado da atuação da Confederação Nacional da Cafeicultura (CNC), liderada pelo ex-governador de São Paulo Abreu Sodré, as cooperativas de produtores passaram a ter igualmente acesso a cotas de exportação, pela introdução de um sistema de repartição não mais baseado exclusivamente no desempenho passado, favorável às exportadoras, mas também no volume de estocagem – favorável às cooperativas.

O governo Sarney, que sucedeu a um período de quatro anos de estabilidade no mercado internacional, apresentando um volume e receita cambial médios de, respectivamente, 17,5 milhões de sacas e 2,5 bilhões de dólares (base de 1990), e ao mesmo tempo uma boa recuperação de *market-share*, teve que se deparar com as consequências de uma forte seca ocorrida nas áreas produtoras no final de 1985. Após uma primeira fase de preços altos e volumes elevados – o ano de 1985 terminou com um desempenho de 19,2 milhões de sacas e uma receita cambial de 2,9 bilhões de dólares (base de 1990) –, o volume de exportações caiu abaixo de dez milhões de sacas em 1986 – receita cambial de 2,7 bilhões de dólares e *market-share* de 14,5%. Como, em dezembro de 1985, os preços internacionais – em acelerada ascensão (o preço composto médio da OIC passou de 126 para 204 centavos de dólar/Lb entre outubro de 1985 e janeiro de 1986) – ultrapassassem os níveis que, pelas cláusulas do Acordo Internacional, suspendiam o sistema de cotas, o IBC buscou formas alternativas de sustentação de preços quando estes passaram a declinar em ritmo acelerado no primeiro semestre de 1986: primeiro, através da fixação em fevereiro de um preço de garantia que não foi operativo e rapidamente ficou acima do mercado internacional, e, segundo, através da chamada Operação Patrícia, no segundo semestre, quando as maiores exportadoras brasileiras foram contratadas pelo IBC para financiar a aquisição de cafés certificados na Bolsa de Londres, com o duplo objetivo de retirá-los do mercado internacional e adicioná-los – no contexto de congelamento de preços do Plano Cruzado – aos baixos estoques governamentais de então. Apesar de uma reação inicial dos preços

internacionais de 15% em setembro em relação ao período julho-agosto, em dezembro os preços já se encontravam nos níveis médios que precederam a seca – 15% abaixo de julho-agosto –, quando também se tornou dominante no mercado a percepção de que a intervenção havia falhado, tanto pelo fato de não se ter concretizado a efetiva retirada desses cafés do mercado, quanto pelas enormes dificuldades de ressarcimento às empresas que haviam financiado a intervenção.

No primeiro semestre de 1987, começou igualmente a pesar sobre o mercado a expectativa de uma grande safra brasileira a partir do segundo semestre: os preços internacionais, medidos pelo preço composto da OIC, que em março de 1986 haviam atingido 204 centavos de dólar/Lb, situavam-se em 101 centavos de dólar em março de 1987; de fato, o preço médio do mercado internacional em 1987, de 107 centavos de dólar, além de ter sido o menor da década – em termos nominais –, foi também, até então, o mais baixo em termos reais de todo o pós-guerra. Portanto, quando o embaixador Jório Dauster assumiu a presidência do IBC em 1987, o setor cafeeiro encontrava-se em profunda crise. Sua gestão, que se estendeu até março de 1990, foi marcada por uma importante reformulação institucional, ao retomar e desenvolver a experiência tentada pelo ex-ministro Karlos Rischbieter, que, durante sua curta passagem pela presidência do IBC (abril-agosto de 1985), havia sugerido uma “constituente para o café”, no espírito de aumentar a representatividade dos diversos segmentos do setor, minimizar o caráter discricionário dos processos decisórios da autarquia e torná-la uma estrutura mais leve e eficiente.

A primeira medida de grande alcance foi o decreto de criação do Funcafé, pelo qual a destinação dos recursos oriundos da “cota de contribuição” tornava-se exclusiva do Fundo, com prioridade para a aquisição de estoques e para o financiamento da produção; dessa forma, eliminava-se em princípio a possibilidade de transferência de renda para fora do setor cafeeiro, retirando do imposto de exportação, que era a “cota de contribuição”, o seu aspecto “confiscatório”, que o havia caracterizado por mais de 30 anos. Ao mesmo tempo em que se tentava recompor gradualmente a capacidade orçamentária e financeira do IBC por meio de um aumento moderado da “cota de contribuição”, terminava-se com o sistema

dos “contratos” e dos pagamentos em “avisos de garantia”.

Por outro lado, foram tomadas iniciativas no sentido de encorajar o consumo interno, que vinha demonstrando, desde a década de 1970, uma acentuada queda em seus índices *per capita* – na década de 1980 eram metade dos níveis da década de 1960 –, concomitante a uma deterioração na qualidade média utilizada: foram dados passos importantes no sentido de aumentar o grau de autorregulamentação da indústria de torrefação, particularmente do ponto de vista do monitoramento qualitativo.

No segundo semestre de 1987, começaram as negociações em torno do sistema de cotas – suspenso desde dezembro de 1985 –, que foi reintroduzido em outubro, voltando a ser suspenso em julho de 1989. Ao longo desse período, quando ocorreu uma expressiva recuperação dos preços internacionais – uma média de 116 centavos de dólar no período outubro de 1987-junho de 1989, contra 99 centavos no trimestre julho-setembro de 1987 –, o IBC efetuou a aquisição do excedente de cerca de dez milhões de sacas da safra 1987-1988, ao mesmo tempo em que teve de lidar novamente com o problema da repartição interna das cotas de exportação.

O sistema inicialmente adotado foi o de uma média ponderada entre os critérios de desempenho e estoque, porém com a inovação de reservar 10% da cota total para aquisição sob a forma de leilões. A participação dos leilões passou logo para 100% da cota total de exportação, com duas implicações importantes: tanto o conflito distributivo para a obtenção de cotas quanto o valor do imposto efetivo de exportação – isto é, o preço da licença de exportação – passaram a ser determinados simultaneamente no mercado, pela própria interação dos agentes econômicos, deixando de depender de decisões administrativas. No entanto, essa experiência foi de curta duração. No plano externo, no âmbito das negociações da OIC, as posições dificilmente conciliáveis entre o Brasil, principal país produtor, e os Estados Unidos, principal país consumidor, levaram à suspensão das “cláusulas econômicas” a partir de julho de 1989, encerrando de maneira aparentemente definitiva a experiência iniciada em 1963 de uma ação coordenada entre países exportadores e importadores em vista da estabilização dos preços internacionais.

O efeito sobre os preços internacionais se fez sentir imediatamente (a média do segundo semestre de 1989, de 66 centavos de dólar/Lb, representou uma queda de 45% em relação à média do primeiro semestre) e, de modo apropriado, a reação do Brasil foi – num primeiro momento, até o final da gestão Dauster – de esforço de ampliação do *market-share* (entre outras medidas, tornando a “cota de contribuição” igual a zero), buscando compensar com aumento no volume de exportações os efeitos da queda nos preços.

A DÉCADA DE 1980 EM PERSPECTIVA

O desempenho externo nas décadas de 1970 e 1980 apresentou a seguinte evolução:

	Receita cambial (bilhões U\$-1990)	Volume (milhões sacas)	Mercado internacional (%)
1980-1985	2,8	17,4	26,4
1986	2,7	9,9	14,5
1987-1989	2,2	17,8	24,0
Média década 1980	2,6	16,7	24,3
Média década 1970	3,4	15,2	27,0
1970-1974	3,0	17,5	31,0
1975-1979	3,8	13,0	23,0

Como se pode verificar pela tabela, as exportações brasileiras na década de 1980, especialmente no período 1980-1985, apresentaram uma recuperação em relação à segunda metade da década de 1970 – período em que grande parte do parque cafeeiro brasileiro havia sido destruído, e em que os volumes médios de exportação, comparados com a primeira metade da década de 1970, haviam caído em 25%, 13 milhões de sacas em média, implicando uma queda do *market-share* de 31% para 23%.

Na década de 1980, até a ocorrência da seca, o Brasil havia recuperado os volumes médios de exportação da primeira metade da década de 1970, porém, devido ao crescimento do consumo mundial no período, só em parte sua posição relativa no mercado internacional

(26% contra 31%). Esse quadro de recuperação progressiva foi rompido pela seca de 1985-1986: a participação total brasileira no mercado internacional, na década de 1980, continuou portanto a manter tendência declinante, em termos relativos, com o agravante de que o *arabica* de terreiro, sua qualidade mais importante e tradicional, apresentou um recuo em termos absolutos concernente aos seus níveis de utilização pela indústria internacional na década de 1960.

O setor cafeeiro brasileiro que emergiu ao longo da década de 1980 apresentou uma série de características inteiramente novas em relação aos períodos precedentes:

a) deslocamento maciço do parque cafeeiro para fora das áreas mais expostas a geadas. Minas Gerais assumiu o papel que havia sido do Paraná no pós-guerra, de São Paulo na primeira metade do século e do estado do Rio no século XIX. O novo eixo de produção passou a ser constituído pelos estados de Minas, especializado no *arabica*, e Espírito Santo, especializado no *robusta*, em substituição ao eixo anterior Paraná-São Paulo. Minas, além de suas áreas tradicionais como a Zona da Mata, produtora de cafés “Rio”, e o sul do estado, produtora de cafés finos, demonstrou um forte dinamismo com a abertura de uma importante fronteira agrícola na região do cerrado e com a adoção de novas técnicas de mecanização de colheita – nas áreas planas do cerrado – e de adensamento, que permitiram aumentos notáveis nos níveis de produtividade por hectare. Por sua vez, o Espírito Santo emergiu, no espaço de uma década, como um dos maiores produtores de café *robusta* do mundo, ao qual veio também se somar a abertura de uma nova fronteira em Rondônia.

b) um perfil exportador diversificado: na década de 1970, o Brasil havia consolidado sua posição como maior exportador mundial de café solúvel, que se somou à tradicional exportação de café verde *arabica*; na década de 1980, com a produção capixaba do *conilon*, o Brasil se tornou um importante exportador de café *robusta*, passando a competir no mercado internacional de café verde com dois dos três grandes grupos qualitativos que compõem os *blends* da indústria internacional de torrefação: *arabicas* lavados, *arabicas* de terreiro e *robustas*.

c) pela primeira vez, desde a liquidação dos estoques do Departamento Nacional do Café,

no final da década de 1940, o setor operou sem o “problema” do excesso de estoques: o estoque médio de 18 milhões de sacas, que equivalia a 25% da demanda mundial anual de importação, se compara favoravelmente com a média de 26 milhões de sacas da década de 1970 (45% da demanda mundial) e de 59 milhões (122%) da década de 1960.

d) o fato de as exportações brasileiras terem passado a representar menos de 10% da receita cambial ao longo da década de 1980, mais o fato de seu peso ser de 2% do PIB, caracterizam o fim de um ciclo secular de dependência estrutural da economia brasileira em relação ao desempenho do setor cafeeiro. Deve ser lembrado que, ainda na década de 1960, e apesar de o setor então representar menos de 5% do PIB, seu peso permanecia decisivo não apenas sobre o câmbio (50% das exportações) como também sobre as políticas fiscal e monetária – efeitos contracionista/expansionista da conta-café, particularmente a política de estoques.

As variáveis-chave macroeconômicas eram fortemente influenciadas pelo preço internacional do café, o que acarretava as seguintes implicações: as prioridades do setor acabavam subordinadas à conjuntura macroeconômica, criando um incentivo permanente a políticas de “valorização”, com seu viés em favor da maximização do curto prazo em detrimento do longo. Entre as vantagens dessas políticas – que se traduziam em receitas cambiais mais elevadas e, portanto, numa maior capacidade de importação – estava o fato de que elas permitiam acelerar, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, o ritmo de diversificação da economia, reduzindo sua dependência de longo prazo em relação ao café. Em contrapartida, essas políticas tinham como custo um processo contínuo de perda de *market-share* – preços relativos desfavoráveis ao Brasil induzindo a substituição de seu café por outros cafés, preços absolutos elevados induzindo a expansão do plantio em outros países –, assim como o ônus da retenção dos excedentes de produção.

Existia, portanto, um claro *trade off* entre a maximização da renda de curto prazo e a perda de *market-share*: nesse processo, a perda de espaço do Brasil no mercado internacional era a contrapartida das políticas que visavam à maximização da capacidade de importar e, em última instância, de diversificar a economia.

Enquanto a participação do café na receita cambial brasileira se manteve elevada e o comércio de café representava uma parcela importante – ainda que rapidamente decrescente – do comércio mundial (2,6 % na década de 1950, 1,2 % na de 1960, e 0,8 % na de 1970), a perda de *market-share* aparecia como um custo menor que o sacrifício da maximização da renda de curto prazo: a alternativa de uma política de maximização do *market-share* só equivaleria a uma política de maximização da renda de longo prazo se a participação do comércio de café no comércio mundial permanecesse constante, e não dramaticamente cadente como ocorreu a partir de 1950 – de acima de 3% do comércio mundial na primeira metade da década de 1950 para 0,5% na década de 1980.

Esse quadro de relativa dependência, que prevaleceu até a década de 1970, explica o interesse, quando não o ativo envolvimento do Brasil na sustentação dos preços internacionais, através de iniciativas de caráter econômico (as sucessivas políticas de “valorização” e de “defesa do café”) ou político (notadamente a diplomacia do pós-guerra) destinadas a evitar situações de excesso de oferta no mercado internacional: nas valorizações clássicas da República Velha, por meio do financiamento no mercado internacional da retirada dos excedentes de produção; no primeiro período Vargas, através da destruição (incineração) dos excedentes e da redução da área plantada; na década de 1950, por meio da retirada dos excedentes de produção com financiamento interno – com a “poupança forçada” resultante da forte taxaço das exportações –, tendo como consequência uma enorme acumulação de estoques e uma grande expansão do plantio. A partir da década de 1960, por intermédio dos acordos internacionais, o esforço de sustentação do mercado deixou de ser exclusivamente brasileiro, tornando-se uma ação multilateral e negociada entre países exportadores e importadores, sendo que o ônus de se carregar os excedentes da produção mundial passou a ser repartido entre os países produtores, na medida de seus próprios excedentes.

O fato de que a economia brasileira já havia alcançado, na década de 1980, um grau de desenvolvimento e diversificação que a tornava independente do preço internacional do café significava que o setor, por sua vez, ao deixar de ser uma variável estratégica essencial

à gestão macroeconômica, passava a poder contar, pela primeira vez, com políticas especificamente setoriais e de longo prazo; que nesse novo contexto a expansão do *market-share* tendia a se tornar a questão mais importante em seu posicionamento no mercado internacional; e significava também a necessidade de se repensar o papel do Estado.

O mercado internacional, ao final da década de 1980, apresentava entre suas principais modificações: a) do ponto de vista da produção, um crescimento acelerado (cerca de 2,5% ao ano contra 1,5% na demanda) – apesar da estagnação da produção africana, responsável desde a década de 1950 pelas maiores taxas de crescimento da produção mundial – concentrado especialmente nos *arabicas* lavados produzidos na Colômbia e América Central, nos *robustas* indonésios e na recuperação da produção brasileira, fortemente abalada na década de 1970; b) do ponto de vista do consumo, a utilização de cafés *robustas* que deixou de crescer pela primeira vez no pós-guerra – refletindo em parte a inflexão no consumo mundial de café solúvel –, enquanto o crescimento se concentrou nos cafés lavados, que também passaram a assumir o papel tradicionalmente desempenhado pelo café “Santos” como base dos *blends* da indústria internacional; c) do ponto de vista da estrutura de mercado, uma forte aceleração do processo de concentração e internacionalização da indústria, em contraste com uma desconcentração cada vez mais acentuada da oferta; se, por um lado, tal processo não chegou a configurar uma situação de oligopsônio no mercado internacional de café verde, por outro lado, nos mercados nacionais de café industrializado, desembocou em estruturas de mercado fortemente oligopolizadas; d) do ponto de vista institucional, o término do sistema de cotas em julho de 1989, que marcou o fim de uma era de políticas de estabilização do mercado internacional, sustentadas unilateralmente pelo Brasil até princípios da década de 1960 e multilateralmente, com interrupções, a partir da fundação da OIC em 1962. Entretanto, com o fim da Guerra Fria, o interesse político dos países consumidores, particularmente dos Estados Unidos, por mecanismos internacionais de estabilização de preços de matérias-primas reduziu-se fortemente, enquanto numerosos países produtores se sentiram cada vez mais atraídos a se desfazer de suas estruturas

administrativas para o café – por exemplo, os institutos do café no Brasil e no México.

A DÉCADA DE 1990

Esse período se iniciou, do ponto de vista institucional, em condições radicalmente diferentes dos anteriores: no plano internacional, após 80 anos de condicionamento a mecanismos de sustentação de preços – sob iniciativa brasileira até princípios da década de 1960, e de caráter multilateral a partir de 1963 com os acordos internacionais –, inaugurou-se uma situação de “mercado livre”, em seguida à suspensão do sistema de cotas em julho de 1989; no plano interno, a liquidação do IBC no início do governo Collor encerrou mais de 50 anos (desde a criação do DNC na década de 1930) de um sistema de autarquia na gestão dos assuntos cafeeiros. **Tal gestão, a partir de março de 1990, passou a ser distribuída entre** diversos ministérios – Fazenda, Agricultura, Itamarati, Indústria e Comércio, Planejamento.

Entre o segundo semestre de 1989 e o primeiro de 1994, o mercado cafeeiro internacional conheceu a segunda maior e mais longa recessão de sua história, apenas comparável à do período da Grande Depressão: os preços internacionais, medidos pelo indicador composto da OIC, foram em média de 67 centavos de dólar/Lb contra 132 centavos na década de 1980; o valor do comércio internacional de café, que havia sido de 11 bilhões de dólares na década de 1980 e de 13 bilhões na de 1970, caiu para uma faixa entre 6,5 e oito bilhões de dólares, significando uma queda de cerca de 35%.

Por sua vez, a receita cambial média brasileira caiu para aproximadamente 1,3 bilhões de dólares, 50% da média de 2,6 bilhões na década de 1980 – contra 3,3 bilhões na de 1970, 2,7 bilhões na de 1960 e 3,8 bilhões na de 1950. A forte queda nos preços unitários de exportação, refletida no desempenho da receita, tampouco foi compensada por um aumento de participação de mercado: o *market-share* médio no período 1990-1996 manteve-se, no agregado, nos níveis da década de 1980 (24%), porém com um menor peso do *arabica*, compensado por uma maior participação do *robusta*.

Em contrapartida, o fim do sistema federal de taxação das exportações – quando da

igualação da alíquota da “cota de contribuição” em julho de 1989, permanecendo apenas o ICMS, imposto estadual, que viria a ser abolido com a Lei Kandir em fins de 1996 – significou uma importante mudança estrutural: não somente um aumento significativo na participação relativa da remuneração do produtor no preço final de exportação, como sobretudo uma maior integração do mercado interno brasileiro ao mercado internacional, após quatro décadas de dissociação – através de mecanismos sucessivos, tais como o “câmbio-café” na década de 1950, a “cota de contribuição” a partir da década de 1960, e os leilões de cotas no final da década de 1980 – entre os preços internos e externos.

Como reflexo dessa nova situação, a renda interna do setor se retraiu significativamente menos que a receita de exportação. No período entre 1991 e o primeiro semestre de 1994, os preços internos caíram para um patamar 15% inferior ao do período 1987-1990, cerca de 62 dólares/saca, agravando a profunda crise de rentabilidade da lavoura que se seguiu ao ciclo de euforia (após a seca de 1985) e depressão (a partir da grande safra de 1986-1987) da segunda metade da década de 1980: o reflexo foi uma rápida reversão do crescimento que vinha se produzindo no parque cafeeiro – que retornou a uma área plantada de cerca de dois milhões de hectares, equivalente à do final da década de 1960, após o programa de erradicação – e uma redução nos dispêndios que prejudicou fortemente os níveis de produtividade; a produção exportável média (isto é, produção total **menos** consumo interno) de 16 milhões de sacas de café, no período 1990-1996, representou, em termos absolutos, uma queda de 12% em relação à década de 1980, comprometendo a manutenção do *market-share* do café brasileiro no mercado internacional.

Uma fase de altos preços externos e internos iniciou-se em meados de 1994, **e para essa recuperação** inicial contribuiu a atuação de uma nova entidade formada exclusivamente por países produtores, a Associação dos Países Produtores de Café (APPC), que acordou entre seus membros um sistema indicativo de contingenciamento da oferta, mas para o qual foi decisiva a forte geada que atingiu as principais regiões produtoras do Brasil, e que viria a ser responsável por uma quebra superior a 35% na safra 1995-1996. Os preços internos no período 1994-1996, cerca de 140 dólares/saca, duplicaram em relação à média do período

1987-1993, contra um aumento de aproximadamente 60% nos preços *fob* (*arabica* GRI), gerando perspectivas novas de rentabilidade e expansão.

A atuação governamental na década de 1990 teve de ser profundamente repensada em função do quadro, tanto interno quanto externo, de liberalização. No plano diplomático, o Brasil não se mostrou favorável, numa primeira fase que se estendeu até 1991, a uma retomada de negociações em torno de um eventual restabelecimento do sistema de cotas; numa segunda fase, a posição modificou-se e o país participou ativamente de sucessivas rodadas de negociações, que não puderam chegar a bom termo, e cessaram com a decisão americana, em 1993, de se retirar da organização; o esvaziamento consequente da representatividade dos países consumidores no âmbito da OIC e a percepção da pouca viabilidade de operacionalização de um acordo internacional com “cláusulas econômicas” contribuíram para direcionar à APPC o foco das iniciativas diplomáticas do Brasil. Internamente, a fragmentação das antigas atribuições do IBC entre diversos ministérios teve como consequência inicial uma situação de vácuo decisório do lado governamental, traduzindo-se frequentemente por uma total ausência de políticas tanto no plano interno quanto externo, enquanto do lado do setor privado reforçou-se a percepção de que, a despeito dos eventuais conflitos de interesse entre seus segmentos, ele deveria se unir para poder assumir um maior papel na formulação e coordenação das políticas setoriais. Tal percepção culminou na formação do Comitê Brasileiro do Café (CBC) em 1991, entidade constituída por representantes dos quatro principais segmentos – lavoura, indústria de torrefação, indústria do solúvel, comércio de exportação –, que representou um passo importante na forma de levar ao governo os problemas setoriais: passou-se a privilegiar a coordenação entre os segmentos e a busca de pontos de convergência, ao invés do sistema prevalente no passado, no qual cada um encaminhava suas questões de forma isolada, quando não em confronto. Apesar de sua existência informal, o CBC teve, desde sua criação até 1996, um peso decisivo no posicionamento do governo brasileiro e na maior parte das suas decisões.

Por outro lado, o desenvolvimento do diálogo entre segmentos levou a um aprofundamento

das discussões sobre o papel do Estado, o qual – após um longo período de tutela – encontrava-se esvaziado tanto de recursos quanto de instrumentos de política, o que equivalia a discutir o espaço decisório a ser ocupado pelo setor privado: se, por um lado, havia um forte consenso quanto a um não retorno à situação prévia de dirigismo estatal, as propostas institucionais pendiam entre uma autogestão plena pelo setor e uma gestão compartilhada entre setor privado e governo. Essa discussão pôde ser desenvolvida por meio de uma iniciativa dos deputados Carlos Melles e Silas Brasileiro, que constituíram no Congresso Nacional uma comissão cujos trabalhos, realizados durante o primeiro semestre de 1996, representaram uma ampla consulta ao setor e a personalidades com atuação em administrações passadas. Em consequência, foi instituído em outubro desse ano o Conselho Deliberativo de Política Cafeeira (CDPC), que significou uma opção pela fórmula da cogestão, num sistema de igualdade de votos entre setores público e privado com arbítrio do ministro da Indústria e Comércio.

O importante papel implicitamente reconhecido ao Estado, após alguns anos de forte questionamento de sua função, pode ser vinculado aos seguintes fatos: a) a demonstração, pelo súbito fechamento dos registros brasileiros de exportação em 1990, que a recente liquidação do IBC não significava necessariamente o fim da intervenção estatal em seus aspectos mais questionáveis – isto é, o de deslocamento do ambiente contratual; b) a existência de um grande estoque em poder do governo (2/3 do Funcafé, 1/3 do Tesouro), com um volume equivalente a um ano de exportação, cuja forma de mobilização, se feita de forma intempestiva, poderia ter efeitos perturbadores nos mercados internacional e doméstico e, se feita de forma disciplinada, permitiria ao mesmo tempo assegurar condições de normalidade ao abastecimento e aumentar a disponibilidade de recursos financeiros ao setor por meio do Funcafé; c) o contraste entre a importância patrimonial do Funcafé e as dificuldades encontradas para sua operacionalização, apesar da criação, por iniciativa do senador Gerson Camata, do Departamento Nacional do Café (Denac), órgão subordinado ao Ministério da Indústria Comércio e Tecnologia e responsável por sua gestão; d) a ativa participação do Itamarati no quadro da APPC.

A expectativa em relação à solução encontrada com o CDPC é de que, ao mesmo tempo em que fica delimitado o escopo de atuação do Estado, este passe a contar com instrumentos e suporte para a formulação e implementação de políticas de médio e longo prazo para o setor.

Os desafios com os quais se defrontam o setor cafeeiro e o governo, no final de um século em que estiveram intensamente associados, são, do lado governamental, um novo papel, no qual a função de catalisação das melhores energias do setor substitui a de intervenção e condução, e, do lado privado, uma adaptação das vantagens comparativas brasileiras às exigências qualitativas e de diferenciação que cada vez mais caracterizam os mercados externo e interno.

A forma de inserção da atividade cafeeira na economia brasileira, assim como suas implicações quanto ao grau de envolvimento governamental (nos planos internacional e doméstico), modificaram-se profundamente: se, por um lado, o café não mais desempenha a função de “motor de crescimento” (como na primeira metade do século) ou de instrumento de maximização da capacidade de importar (como no pós-guerra até a década de 1970), e, graças ao crescimento e diversificação da economia, deixou de influir de forma decisiva nas políticas cambial, fiscal e monetária (como ainda era o caso na década de 1960), o setor, por outro lado, tem mantido sua capacidade de abrir fronteiras, tanto sob o aspecto geográfico (por exemplo, o cerrado mineiro para o *arabica*, Rondônia para o *robusta*), quanto comercial (a ampliação do leque de qualidades de exportação, com o solúvel a partir da década de 1960, e com o *robusta* a partir da de 1980) e tecnológico (os avanços de produtividade por meio das novas técnicas de mecanização, adensamento e irrigação).

Por outro lado, o mercado interno brasileiro, além de ser o segundo maior, tem sido um dos mais importantes focos de crescimento de consumo de café no mundo: esse fato, aliado à manutenção de uma participação atuante no mercado internacional – sem mais as limitações decorrentes das políticas de “valorização” –, parece garantir ao setor, de uma forma sustentada, uma perspectiva de crescimento via demanda induzida, com efeitos

importantes sobre a capacidade de geração adicional de empregos, divisas e consolidação de pólos regionais de desenvolvimento.

A atividade cafeeira, portanto, não esgotou sua capacidade de contribuir de forma dinâmica para a economia brasileira. O que parece ter-se encerrado, juntamente com o século que o iniciou, é o próprio ciclo das políticas de valorização – que se sucederam entre o Convênio de Taubaté em 1906 e o último acordo internacional com “cláusulas econômicas” em 1989 –, as quais, talvez com mais acertos que desacertos, foram decisivas na história econômica do período.

Alexandre Fontana Beltrão

colaboração especial

FONTES: BAER, W. *Steel*; CARNEIRO, O. *Desenvolvimento*; COSTA, R. *Esforços*; DELFIM NETO, A. *Problema*; *Encic.Mirador Internacional*; FLYNN, P. *Legião*; FURTADO, C. *Formação*; FURTADO, C. *Hegemonia*; GUDIN, E. *Chilf*; HOLLOWAY, T. *Vida*; KATZMAN, M. *Colonization*; KRASNER, S. *Manipulating*; KRASNER, S. *Politics*; PAIVA, R. *Brazil's*; PELÀEZ, C. *História*; ROWE, J. *Primary*; RUFENACHT, C. *Café*; TAUNAY, A. *História*; TAVARES, M. *Da substituição*; US. *Congress Economic*; WICHIZER, V. *World*.

CAIADO, Antônio José

*pres. GO 1883-1884, 1892-1893 e 1895; sen. GO 1896-1899.

Antônio José Caiado nasceu na cidade de Goiás, capital da província de Goiás, em 1825, filho de José Caiado de Sousa e de Maria Gertrudes de Sousa. Sua família fixou-se em Goiás no século XVII e destacou-se no exercício de atividades agropastoris e na política.

Ingressou na política ainda jovem, quando participou da fundação do Partido Liberal do Império em Goiás. Como vice-presidente da província, assumiu o governo no período de 25 de outubro de 1883 a 6 de fevereiro de 1884, e novamente entre 3 de setembro e 1º de novembro de 1884. Abolicionista, em 1885 fundou, juntamente com Félix de Bulhões, irmão de Leopoldo Bulhões, o Centro Libertador de Goiás e o jornal *O Libertador*.

Desde os primeiros tempos da República, os políticos goianos, numa tentativa de superar as disputas do período imperial, organizaram-se em torno do Centro Republicano, do qual Antônio Caiado foi um dos fundadores em 1890, junto com Leopoldo Bulhões. Entretanto, logo os desentendimentos afloraram e outros partidos se formaram, como o Partido Católico, liderado pelo cônego Inácio Xavier da Silva, e o Partido Republicano de Goiás, resultante de uma cisão no Centro Republicano. De toda forma, na eleição para a Constituinte estadual realizada em 1891, o Centro Republicano elegeu a maioria dos deputados constituintes, entre eles Antônio José Caiado, que participou ativamente dos trabalhos que culminaram na aprovação da Constituição do estado de Goiás, da qual foi signatário.

Em 30 de abril de 1892, Leopoldo Bulhões foi eleito presidente do estado de Goiás e Antônio Caiado primeiro vice-presidente. No entanto, por estar comprometido com várias comissões no Congresso, onde ocupava uma cadeira de deputado federal, Leopoldo Bulhões renunciou à presidência do estado. Assim, em 17 de julho de 1892, Antônio Caiado assumiu a presidência de Goiás, sucedendo ao presidente provisório Brás Abrantes.

Exerceu o governo até 1º de julho de 1893, quando foi substituído pelo segundo vice-presidente, José Inácio Xavier de Brito. Este governou até 16 de julho de 1895, quando Antônio Caiado reassumiu para, dois dias depois, concluir o mandato e transmitir o governo a Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim. Durante sua gestão tomou importantes medidas, entre as quais se destacaram a reforma administrativa e a reorganização da estrutura do Poder Judiciário do estado e dos municípios, de acordo com a nova ordem constitucional instaurada pela Constituição de 1891.

Em 1896, Antônio Caiado foi eleito senador por Goiás para preencher a vaga aberta com a morte do coronel Antônio Amaro da Silva Canedo. Permaneceu no Senado até 1899, ano em que faleceu, no dia 8 de agosto, na cidade de Goiás.

Além de atuar na política, fez fortuna através da comercialização de produtos entre Goiás e Minas Gerais e do investimento de seu capital na agropecuária. Foi também comandante da Guarda Nacional de Goiás.

Casou-se três vezes, mas seus filhos foram todos provenientes do primeiro matrimônio, com Teresa Maria da Conceição. Entre eles, destacou-se Torquato Ramos Caiado, que foi senador estadual de 1905 a 1908. Entre seus netos, destacaram-se quatro dos filhos de Torquato Caiado: Antônio Ramos Caiado, deputado federal de 1909 a 1920 e senador de 1921 a 1930; Brasil Ramos Caiado, presidente de Goiás de 1925 a 1929; Leão Di Ramos Caiado, senador estadual de 1925 a 1928 e novamente de 1929 a 1930; e Arnulfo Ramos Caiado, deputado estadual de 1912 a 1924. Entre seus bisnetos, filhos de Antônio Ramos Caiado, Emival Caiado foi deputado federal de 1955 a 1971 e senador de 1971 a 1974; Ecival Caiado foi deputado federal de 1975 a 1979, e Ederval Caiado, embora jamais tenha disputado uma eleição, também teve atuação política de relevo em Goiás. Por fim, Ronaldo Caiado, filho de Ederval Caiado, foi deputado federal de 1991 a 1995 e novamente a partir de 1999, em sucessivas legislaturas.

Adrianna Setemy

FONTES: AMORIM, V. 1897; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

CAIADO, Antônio Ramos

*dep. fed. GO 1909-1920; sen. GO 1921-1930.

Antônio Ramos Caiado nasceu em Goiás Velho, capital da província de Goiás, no dia 15 de maio de 1874, filho de Torquato Ramos Caiado e de Claudina Fagundes Caiado. A família paterna de *Totó Caiado*, como era conhecido, fixou-se em Goiás no século XVII e destacou-se no exercício de atividades agropastoris e na política. Seu avô, Antônio José Caiado, foi presidente de Goiás de 1883 a 1884, de 1892 a 1893 e em 1895, e ainda senador de 1896 a 1899. Seu pai foi senador estadual de 1905 a 1908. De seus oito irmãos, destacaram-se Brasil Ramos Caiado, presidente de Goiás de 1925 a 1929; Leão Di Ramos Caiado, senador estadual de 1925 a 1928 e novamente de 1929 a 1930; e Arnulfo Ramos Caiado, deputado estadual de 1912 a 1924. Sua irmã Diva Fagundes Caiado casou-se com Eugênio Jardim, presidente de Goiás de 1921 a 1923 e senador de 1924 a 1926.

Fez os estudos secundários no Liceu de Goiás e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1895. Em 1893, ainda nos tempos da faculdade, alistou-se no Batalhão Acadêmico da cidade de São Paulo, que marchou rumo à capital federal para colocar-se ao lado das tropas legalistas que defendiam a permanência de Floriano Peixoto na presidência da República até o fim do quadriênio, em 1894. Tal permanência era tachada por alguns de inconstitucional, já que Floriano assumira o cargo em função da renúncia de Deodoro da Fonseca em novembro de 1891, oito meses após ser eleito presidente pelo Congresso Constituinte, e, segundo o artigo 42 da Constituição, “se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição”. Floriano contou com o apoio do Exército, do Partido Republicano Paulista (PRP) e da população da capital federal, mas também enfrentou protestos. Um dos mais graves foi a Revolta da Armada, deflagrada na baía de Guanabara em 6 de setembro de 1893. Totó Caiado participou dos combates que se travaram diariamente na Fortaleza de São João e em Niterói contra os revoltosos, o que lhe valeu a promoção por atos de bravura aos postos de alferes e de tenente honorário do

Exército.

Ao voltar para Goiás, Totó Caiado exerceu a advocacia e desempenhou cargos públicos que o projetariam na vida política do estado. Assim, em 1897 foi eleito deputado estadual e de 1899 a 1902 foi conselheiro municipal da cidade de Goiás. Em março de 1904 e, novamente, em junho de 1908, foi nomeado secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do estado, respectivamente nos governos de José Xavier de Almeida (1901-1905) e de Miguel da Rocha Lima (1905-1909). Xavier de Almeida havia sido eleito com o apoio da família Bulhões, que controlara a política estadual entre 1891 e 1900, mas se afastara dos antigos aliados até chegar à ruptura em fins de 1903 e início de 1904. Nas eleições de 1905, conseguiu eleger como sucessor Miguel da Rocha Lima, derrotando o candidato apoiado pelos Bulhões. A ocasião que estes aguardavam para retornar à cena política goiana se apresentou em 1908: diante da decisão de Xavier de Almeida de apoiar a candidatura de seu sogro, Hermenegildo Lopes de Moraes, ao governo do estado, e de lançar sua própria candidatura ao Senado, alguns integrantes da composição política situacionista, entre os quais Totó Caiado, deixaram o governo e aliaram-se a Leopoldo Bulhões e Eugênio Jardim. Em abril de 1909, esse grupo fundaria o Partido Democrata, do qual Totó Caiado seria presidente de 1912 a 1930.

Ainda em 1909, a insatisfação da oposição atingiu as proporções de um movimento armado para depor Miguel da Rocha Lima. Os adversários de Xavier de Almeida arregimentaram homens, compraram armas e formaram um contingente diante do qual a força policial do estado se viu impotente. Miguel da Rocha Lima renunciou à presidência do estado no dia 11 de março, sendo substituído pelo vice-presidente Francisco Bertoldo de Sousa. No dia 1º de maio, teve início a chamada Revolução de 1909, com os revolucionários percorrendo a cavalo a cidade de Goiás sob o comando de Eugênio Jardim, com a aprovação de Leopoldo Bulhões. Na mesma data, Francisco Bertoldo de Sousa passou o governo ao segundo vice-presidente José da Silva Batista, que governou até a posse do presidente nomeado pelos revolucionários, Urbano de Gouveia, em 24 de julho. O

sucesso do movimento proporcionou o retorno do grupo dos Bulhões ao poder e possibilitou o surgimento de duas fortes lideranças locais: Eugênio Jardim e Totó Caiado.

No mesmo ano de 1909, Totó Caiado foi eleito deputado federal. Reeleito para as três legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1920. Em 1921 conquistou seu primeiro mandato no Senado Federal, que renovaria nos anos seguintes. Em 1925, a fim de deter o avanço da Coluna Prestes (1924-1927) dentro do estado de Goiás, organizou uma resistência que ficou conhecida como Coluna Caiado, e consistiu em um “batalhão patriótico” composto por voluntários. A Coluna Caiado se concentrou na Serra Dourada e afugentou a Coluna Prestes, que, por sua vez, mudou de rota e seguiu em direção a Anápolis, onde travou violenta batalha com as forças legalistas.

Com a vitória da Revolução de 1930, e a supressão de todos os órgãos legislativos do país, Totó Caiado perdeu seu mandato de senador, foi preso e levado para o Rio de Janeiro, onde ficou retido por longo período e respondeu a várias acusações, mas não foi condenado. Quando voltou para Goiás, dedicou-se às atividades de fazendeiro e pecuarista. Ainda que continuasse a exercer influência política na região, não se candidatou mais a qualquer cargo eletivo, mesmo após a redemocratização do país, em 1945.

Foi também jornalista, fundador e diretor dos jornais *A República* e *O Democrata*.

Faleceu em Goiânia em 1967.

Era casado com Iracema de Carvalho, com quem teve nove filhos. Entre eles destacaram-se na vida pública Emival Caiado, deputado federal de 1955 a 1971 e senador de 1971 a 1974, e Ecival Caiado, deputado federal de 1975 a 1979; Edenal Caiado, embora jamais tenha disputado uma eleição, também teve atuação política de relevo em Goiás. Por fim, Ronaldo Caiado, filho de Edenal Caiado, foi deputado federal de 1991 a 1995 e novamente a partir de 1999, em sucessivas legislaturas.

Adrianna Setemy

FONTES: ARTIGA, Z. *História; História em Goiás (n.6)*. Canedo, o primeiro senador por Goiás; LISITA JUNIOR, C. *Dicionário*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

Veja (18/06/1986) Disponível em: <http://74.125.93.132/search?q=cache:19ciBJEy78cJ:veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/arquivo/180686.html+Edenval+Ramos+Caiado&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk>. Acesso em: 18/9/2009.

CAIADO, Brasil Ramos

*pres. GO 1925-1929; sen. GO 1930.

Brasil Ramos Caiado nasceu na cidade de Goiás, então capital do estado de Goiás, no dia 17 de maio de 1893, filho de Torquato Ramos Caiado e de Claudina Azevedo Fagundes. Sua família paterna fixou-se em Goiás no século XVII e destacou-se no exercício de atividades agropastoris e na política. Seu avô, Antônio José Caiado, foi presidente de Goiás de 1892 a 1893 e em 1895, e senador de 1896 a 1899. Seu pai foi senador estadual de 1905 a 1908. Entre seus irmãos, destacaram-se na vida política Antônio Ramos Caiado, deputado federal de 1909 a 1920 e senador de 1921 a 1930; Leão Di Ramos Caiado, senador estadual de 1925 a 1928 e novamente de 1929 a 1930; e Arnulfo Ramos Caiado, deputado estadual de 1909 a 1924. Sua irmã Diva Fagundes Caiado casou-se com Eugênio Jardim, presidente de Goiás de 1921 a 1923 e senador de 1924 a 1926.

Graduou-se pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo em setembro de 1920, e no início da carreira de médico clinicou no interior de Goiás. Ingressou na vida pública em fevereiro de 1923, quando foi nomeado secretário de Obras Públicas no governo de seu cunhado Eugênio Jardim. Ocupou o cargo até 1924, já no governo de Miguel da Rocha Lima, que como vice-presidente do estado substituiu Eugênio Jardim.

Em março de 1925, foi eleito presidente do estado de Goiás. Tomou posse em 14 de julho e afastou-se da presidência entre 12 de março e 9 de abril de 1927, sendo substituído pelo segundo vice-presidente, Diógenes de Castro Ribeiro. Deixou a presidência em 13 de julho de 1929, um dia antes do final de seu mandato, que foi completado pelo presidente do Senado estadual, Joaquim Ramos Jubé. Seu sucessor foi Alfredo Lopes de Moraes.

Em outubro de 1929 foi eleito senador por Goiás. Tomou posse em maio de 1930, mas teve o mandato interrompido pela Revolução de 1930, depois da qual passou a sofrer forte perseguição política por ser representante de uma das oligarquias dominantes na Primeira República. Em virtude disso, isolou-se em sua fazenda e só retornou à vida pública em 1954, quando foi eleito prefeito da cidade de Goiás, que havia deixado de ser a capital do estado em 1937, quando a sede do governo foi transferida para a recém-construída Goiânia.

Seu mandato na prefeitura se encerrou em 1958, mesmo ano em que faleceu, no dia 28 de agosto.

Casou-se com Noêmia Rodrigues Caiado, com quem teve 11 filhos. Entre eles destacou-se na vida pública Brasília Ramos Caiado, que foi prefeito da cidade de Goiás de 1961 a 1966, deputado estadual de 1967 a 1971 e deputado federal de 1971 a 1975, de 1979 a 1981 e de 1983 a 1987.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>. Acesso em: 8/1/2009 ; SENADO. *Biografia dos Senadores*. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1611&li=33&lcab=1924-1926&lf=33. Acesso em: 28/9/2009.

CAIADO, MÁRIO DE ALENCASTRO

*magistrado; rev. 1930; junta gov. GO 1930; const. 1934; sen. GO 1935-1937.

Mário de Alencastro Caiado nasceu em Vila Boa de Goiás, atual Goiás (GO), no dia 16 de dezembro de 1876, filho de Luís Antônio Caiado, de tradicional família goiana, e de Maria de Alencastro Caiado.

Estudou no Liceu Goiano e no Seminário Episcopal, em Santa Cruz de Goiás (GO). De 1898 a 1904 — já então estudante de direito —, foi oficial de gabinete dos presidentes estaduais general Urbano Gouveia e José Xavier de Almeida, passando em 1904 a escriturário do Tesouro Nacional. Em 1905 bacharelou-se pela Faculdade de Direito de seu estado.

Em 1907, deixando o Tesouro Nacional, tornou-se um dos fundadores do Partido Republicano (PR) de Goiás e de seu órgão de divulgação, o jornal *A Voz do Povo*. Nomeado em 1908 juiz de direito da comarca de Pouso Alto, atual Piracanjuba (GO), transferiu-se posteriormente para a 1ª Vara da capital goiana, e foi chefe de Polícia do estado durante os governos de Urbano Gouveia (1911-1912), de Salatiel de Lima (1914-1915) e do desembargador João Alves de Castro (1918-1919). Em 1927, ao lado do juiz da 2ª Vara de Goiás, Jarbas de Castro, e de quatro dos cinco desembargadores que compunham o tribunal, lutou contra o governo estadual, que pretendia limitar a autonomia do Poder Judiciário.

Em 1929, diante da proximidade do pleito presidencial previsto para o ano seguinte, aproximou-se da Aliança Liberal, passando a representá-la em Goiás a convite de Antônio Carlos de Andrada, um dos líderes nacionais do movimento. Por essa época organizou caravanas, percorrendo os municípios do estado e promovendo comícios em que pedia apoio à candidatura de Getúlio Vargas. O jornal *A Voz do Povo* desempenhou relevante papel na campanha aliancista em Goiás, o que levou Caiado a sofrer perseguições do governo federal que culminaram em processo com base na Lei de Imprensa.

Vitoriosa a Revolução de 1930, Caiado integrou com Francisco Emílio Póvoa e Pedro Ludovico Teixeira a junta que esteve à frente do governo goiano entre 27 de outubro e 23 de novembro, quando Pedro Ludovico foi nomeado interventor. Foi secretário do Interior e secretário-geral do estado, e de março a abril de 1932 exerceu interinamente as funções de interventor por ocasião da viagem de Pedro Ludovico ao Rio de Janeiro.

Em maio de 1933 elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Social Republicano (PSR) de Goiás, assumindo sua cadeira em novembro seguinte. Participou dos trabalhos constituintes como líder da bancada goiana e, com a promulgação da nova Carta (16/7/1934), teve o mandato estendido até maio de 1935. Com o apoio de seu partido, em agosto desse mesmo ano foi eleito senador indiretamente, pela Assembleia Constituinte de Goiás. Em maio de 1937, na preparação das eleições previstas para o ano seguinte, representou o PSR na convenção realizada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para o lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República, que era oficiosamente apoiada por Vargas. Em novembro seguinte, porém, o golpe do Estado Novo, que suprimiu todos os órgãos legislativos do país e cancelou as eleições, pôs fim às suas atividades políticas.

Caiado militou na imprensa e participou da fundação de diversas agremiações, entre as quais o Clube Literário Xavier de Almeida.

Faleceu em Goiânia em 1948.

Era casado com uma das filhas de Virgílio José de Barros, chefe oposicionista liberal em Goiás.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min. Trab.* (5/36); CÂM. DEP. *Deputados*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/37); FERREIRA, J. *Presidentes*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; MELO, L. *Dicionário*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SENADO. *Anais* (1935).

CAIRE, Aristides

*dep. fed. DF 1917.

Aristides Ferreira Caire nasceu em Itaocara (RJ) no dia 29 de agosto de 1879, filho de Filipe Aristides Caire.

Iniciou seus estudos no Externato Aquino e no Ginásio Nacional. Posteriormente matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual se formou, apresentando tese sobre polinevrites.

Atuando como médico, conquistou vasta clientela e forte influência sobre o eleitorado. Em 20 de maio de 1917, foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal, na vaga aberta pela renúncia de Tomás Delfino. Tomou posse em 2 de julho do mesmo ano e exerceu o mandato até dezembro, quando se encerrou a legislatura.

Izabel Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; SOUSA, J. *Índice*.

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ESTRADAS DE FERRO

Instituições criadas em cada uma das empresas de estrada de ferro para os respectivos empregados pelo Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, que ficou conhecido como Lei Elói Chaves por causa do deputado que propôs o projeto em 1921. A Lei Elói Chaves é considerada um dos primeiros esforços de criação de um sistema previdenciário no Brasil e uma das primeiras leis de proteção ao trabalho no país.

O modelo escolhido para fornecer garantias aos trabalhadores das ferrovias foi o das caixas de aposentadoria e pensões. Embora Elói Chaves afirmasse ter estudado o formato a partir da experiência da Argentina, essa modalidade de organização já era parte do cotidiano dos ferroviários. Os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, por exemplo, fundaram em 1883 a primeira associação mutualista, a Associação Geral de Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro Central do Brasil, com a intenção de garantir aos empregados auxílio em caso de doença, funeral, e pensões para os familiares. As agremiações de caráter mutualista eram uma forma muito comum de organização de trabalhadores, que até o final do século XIX reuniu muitas vezes a prática assistencial com a perspectiva classista.

O objetivo da Associação Geral de Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro Central do Brasil era garantir direitos que já existiam, como, por exemplo, a aposentadoria, benefício dos empregados titulados da empresa desde 1862. A variedade de cargos e salários que comportava uma ferrovia proporcionou que se formassem também múltiplas formas de identidade entre os trabalhadores e, por conseguinte, muitas sociedades. As Caixas por ofício, de caráter eminentemente mutualista, foram a forma mais adotada de agremiação.

Os ferroviários pertenciam a um setor essencial no período, já que as ferrovias transportavam nos trilhos a base da economia da época. Assim como o porto, a ferrovia era para o Estado um setor sensível – guarnecida por ele, não deveria apresentar instabilidade. A proteção ao trabalho da categoria funcionava como um modo de evitar greves e paralisações, já que estas causariam problemas de grandes proporções: não só as empresas que gerenciavam as ferrovias teriam seus lucros afetados, como todos os que delas

dependiam.

Certamente foi por isso que, quando o debate sobre a adoção de uma legislação trabalhista se intensificou no Brasil, os ferroviários foram os primeiros a ser lembrados pelo poder público. Na sessão da Câmara de 5 de outubro de 1921, o deputado Elói Chaves apresentou o projeto de criação de caixas de aposentadoria e pensões para a categoria pela primeira vez. O projeto de lei foi encaminhado para a Comissão Especial de Legislação Social e discutido na Câmara até sua aprovação, em 1923.

Elói Chaves nasceu em 1875 em Pindamonhangaba, no estado de São Paulo, mas viveu a maior parte de sua vida em Jundiaí. Foi secretário de governo durante o mandato de Altino Arantes (1916-1920) e deputado federal. Sua preocupação com a classe trabalhadora começou por influência do deputado Maurício de Lacerda, em 1917, quando foi apresentado o Projeto nº 284, que previa a criação de um Código do Trabalho. Parece ter sido a amizade que nutria com Francisco Monlevade, engenheiro da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que fez com que Elói Chaves tomasse conhecimento das causas dos ferroviários.

A aprovação do Decreto nº 4.682, de 1923, garantiu, portanto, para os empregados de cada uma das ferrovias brasileiras aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, indenizações para casos de acidente no trabalho, auxílio para funeral do servidor, socorros médicos e medicamentos e pensão para os familiares.

O Conselho Nacional do Trabalho (CNT), criado em 1923 ligado ao Ministério da Agricultura para ser um órgão consultivo do governo, passou a cuidar da atividade de julgamento e avaliação das demissões com base na Lei Elói Chaves. Esses litígios seriam semelhantes aos que a Justiça do Trabalho, mais tarde, teria que abarcar. Ao final da década de 1920, o CNT havia acumulado jurisprudência suficiente sobre as decisões com base na lei de Caixas de Aposentadoria e Pensões e, por isso, a aplicação do decreto teve como consequência a criação de uma estrutura de conciliação de conflitos de trabalho no âmbito do Estado.

Nos anos 1930, as Caixas de Aposentadoria foram substituídas pelos Institutos de

Aposentadoria e Pensões, e o direito foi estendido a outras categorias de trabalhadores. Desde então, o direito à aposentadoria e a pensões passou por diversas mudanças.

Em 2001, foi apresentado pela Secretaria Geral da Presidência da República o projeto de lei de uma consolidação previdenciária com o objetivo de atualizar e facilitar o acesso às leis reunindo as decisões mais recentes e revogando as demais. Entre os decretos a serem revogados, figurava a Lei Elói Chaves.

Glaucia Fraccaro

FONTES: BATALHA, C. *Sociedades* (v. 6, p. 43-67); FRACCARO, G. *Morigerados*; SOUZA, S. *Coagidos*; VIEIRA, H. *Eloy*.

CAJADO, Antônio Rodrigues

*dep. fed. SP 1900-1902.

Antônio Rodrigues Cajado nasceu na Bahia.

Cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, e aí defendeu tese de doutoramento intitulada *Asfixia dos recém-nascidos*, no ano de 1869. Tempos depois, estabeleceu-se em São Carlos do Pinhal (SP), onde clinicou por um bom tempo.

Em 31 de dezembro de 1899 foi eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1900-1902. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1900, tornou-se forte opositor da “política dos governadores” idealizada pelo presidente da República Campos Sales (1898-1902) com o objetivo de garantir o domínio das grandes oligarquias sobre a República. Permaneceu no Legislativo até dezembro de 1902, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu na cidade de Santos (SP) no dia 13 de julho de 1920.

Era casado com Maria Madalena de Lemos Cajado, com quem teve sete filhos.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Correio Paulistano* (14/7/1920); COSTA, E. *Monarquia*; Family search. Disponível em: <<http://www.familysearch.org>>; MEIRELLES, N. *Teses* (p. 9-101).

CALASANS, José

*militar; pres. SE 1892-1894; interv. SE 1930.

José de Calasans nasceu em Itabaiana (SE) em 27 de agosto de 1863, filho de Francisco Félix Ferreira e de Joana de Góis Ferreira.

Aprendeu as primeiras letras em sua cidade natal, assistido por professores particulares. Vivendo em Aracaju, estudou no Ateneu Sergipense. Em 1881, transferiu-se para a capital do Império. Sentou praça na Escola Militar da Corte, instituição em que fez os estudos preparatórios e superiores. Alferes-aluno em 1886, promovido a segundo-tenente em 1889, nesse ano fez o curso de engenharia militar, chegando a primeiro-tenente em 1890 e a capitão em 1892.

Primeiro presidente constitucional de Sergipe, eleito pela Assembleia Legislativa com o apoio do grupo político formado por antigos membros do Partido Conservador do Império que aderiram à República, entre os quais figuravam Leandro Siqueira Maciel, José Luís Coelho Campos e monsenhor Olímpio Campos, tomou posse em 18 de maio de 1892, após a queda de Deodoro da Fonseca e a deposição do presidente estadual Vicente Ribeiro. Em seu governo, construiu as sedes do Poder Judiciário e do Tribunal da Relação. Enfrentou uma epidemia de varíola, tendo ordenado a construção de um hospital para atender os doentes. Estruturou a polícia militar sergipana, abriu escolas e construiu diversas pontes. Integrou as forças legalistas que combateram o Arraial de Canudos, entre setembro de 1893 e março de 1894.

Na eleição para o Senado da República em 1894, não atendeu à orientação do presidente Floriano Peixoto para apoiar a candidatura de Manuel de Oliveira Valadão, preferindo a de Leandro Maciel. Em consequência, teve seu governo hostilizado pelo grupo florianista de Sergipe, no qual se destacava Sílvio Romero, que viera do Rio de Janeiro para fazer a campanha de Valadão para o Senado. Meses depois, a situação política ficaria ainda mais radicalizada em virtude da proximidade das eleições para o Executivo estadual, já que Manuel Valadão novamente se candidatou e venceu a disputa naquele que foi considerado pelos contemporâneos o pleito mais violento e fraudulento da primeira década republicana em Sergipe. Em meio à contenda, José Calasans transferiu a sede do governo sergipano de Aracaju para a cidade de Nossa Senhora do Rosário do Catete. Esse ato foi visto por seus opositores como de abandono do poder. Sílvio Romero, em praça pública, defendeu então a passagem do governo para o presidente da Assembleia Legislativa, João Vieira Leite, favorável ao grupo valadonista, que foi de fato empossado em 11 de setembro de 1894, antes do término constitucional do mandato de Calasans. A situação de duplicidade de poderes instalada nesse momento levou ao surgimento dos apelidos que iriam identificar as

rivalidades da política sergipana na Primeira República: os “pebas”, que ficaram nas areias de Aracaju, e os “cabaús”, reunidos na zona dos engenhos de Rosário Catete. Afinal, Manuel Valadão tomou posse em 24 de outubro.

Deixando Sergipe em 1895, Calasans serviu na Direção Geral das Obras Militares, no Distrito Federal e, meses depois, tornou-se comandante geral da fronteira do Amazonas. No ano seguinte, voltou à direção geral das obras militares do Distrito Federal, cargo que ocupou também em Sergipe durante o ano de 1898, até novamente obter transferência para o Distrito Federal, servindo na Direção Geral de Engenharia Militar entre 1899 e 1909. Promovido a major em 1906, entre 1909 e 1915 fez parte da comissão de construção da Vila Militar do Rio de Janeiro, como comandante do 1º Batalhão de Engenharia. Combateu o levante dos marinheiros contra os castigos corporais sofridos durante o exercício de suas atividades profissionais, a chamada Revolta da Chibata, liderada por João Cândido em 1910. Foi promovido a tenente-coronel em 1911 e a coronel quatro anos depois. Passou à reserva em 1916, como general de divisão.

Após ter apoiado o movimento da Aliança Liberal, que lançou as candidaturas de Getúlio Vargas a presidente da República e de João Pessoa a vice-presidente, com a vitória da Revolução de 1930 foi nomeado governador provisório de Sergipe por indicação de José Américo de Almeida, líder civil da revolução no Nordeste. Com a posse de Vargas em 3 de novembro, escreveu ao chefe do governo provisório pedindo afastamento do cargo que ocupava desde 20 de outubro. Com o pedido recusado, tomou posse em 14 de novembro de 1930 como interventor federal em seu estado. Não prosseguiu no cargo, passando-o dias depois ao tenente Augusto Maynard Gomes, principal liderança do tenentismo sergipano na década de 1920.

Foi sócio fundador do Clube Militar e sócio correspondente do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe.

Faleceu em Aracaju em 31 de outubro de 1948.

Sérgio Montalvão

FONTES: ABREU, A. *Dicionário* (p. 934-935); DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*.

CALDAS FILHO, Tomás Lins

*dep. fed. PE 1915-1917.

Tomás Lins Caldas Filho nasceu em Recife em 1868, filho de Tomás Lins Caldas e de Carolina Lins Caldas.

Durante o curso na Faculdade de Direito do Recife, foi redator do jornal *A Época*, fundado em 1888, e auxiliar de escrita na 5ª divisão da Estrada de Ferro Central de Pernambuco. Depois de formado, foi nomeado promotor público em Teresina, no Piauí. Posteriormente retornou ao estado natal para ser promotor na cidade de Pau D'Alho. Em 1895 foi transferido para Recife, onde exerceu o mesmo cargo até 1906. Nesse mesmo ano tornou-se professor da Faculdade de Direito do Recife, responsável pela seção de filosofia do direito e direito romano.

Em 1913 foi eleito deputado estadual em Pernambuco, com mandato até 1915. Nesse último ano foi eleito deputado federal e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Aí permaneceu até dezembro de 1917, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

No campo jornalístico, foi redator da revista *O Conservador Acadêmico* e da *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.6).

CALDAS, DOLORES

*jornalista.

Dolores Alcaraz Caldas nasceu em 1878, filha de Eugênio Alcaraz e Dolores Pelegrina Alcaraz y Plá.

Iniciou sua vida profissional como professora. Em 1907, casou-se com o jornalista viúvo Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, sergipano, que se havia mudado para o Rio Grande do Sul, onde fundara em 1895 o jornal *Correio do Povo*. Com a morte do marido em 1913, passou a direção do órgão a seu irmão Alexandre Alcaraz. O jornal atravessava então séria crise financeira, que acabou, no entanto, por ser superada. Procurando manter a linha de neutralidade implantada por Caldas Júnior, Dolores e o irmão permaneceram alheios às lutas partidárias — segundo o jornalista João Antônio Mesplé, “nunca [foram] governistas; às vezes eram oposicionistas”.

Em 1924, Dolores Caldas convidou o enteado Fernando Caldas para assumir a direção do *Correio do Povo*. Este encampou em 1929 as teses da Aliança Liberal, apoiando assim a candidatura de Getúlio Vargas à sucessão presidencial. Nesse momento, começaram as divergências entre Dolores e o enteado, que acabaria por afastar-se do jornal. Mais tarde, Fernando Caldas veio a público através do *Jornal do Brasil* para explicar os motivos de sua atitude. Segundo ele, o general Firmino Paim Filho o procurara para informá-lo de que fora visitado por Joaquim Alcaraz, irmão e procurador de Dolores. Joaquim teria proposto ao general a compra do *Correio do Povo*, advertindo-o de que um grupo político paulista estava interessado em adquirir o jornal para defender a candidatura situacionista de Júlio Prestes. Paim Filho teria então procurado amigos e correligionários para evitar a venda do diário, comprá-lo e formar uma sociedade à frente da qual estaria Fernando Caldas. Este último, porém, recusou a proposta, argumentando discordar da natureza da transação, que qualificou de “chantagem”, optando assim por deixar o *Correio do Povo*. Em 1932, Dolores Caldas passou a propriedade e a direção do jornal a seu filho, Breno Alcaraz Caldas.

Faleceu em Porto Alegre no dia 18 de julho de 1957.

Teve três filhos.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; GALVANI, W. *Século; Veja*.

CALDAS, Honorato Cândido Ferreira

*militar; junta gov. PB 1889.

Honorato Cândido Ferreira Caldas seguiu a carreira militar.

Era coronel do Exército e comandante do 27º Batalhão de Infantaria, sediado na Paraíba, quando, em 17 de novembro de 1889, chegou à antiga província a notícia da proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, ocorrida dois dias antes. No mesmo dia 17 de novembro, Eugênio Toscano de Brito, um dos líderes republicanos da Paraíba, fundou um clube cívico para montar um governo provisório republicano. Nesse momento, Honorato Cândido Ferreira Caldas organizou os militares em torno da causa republicana e passou a debater com o até então presidente da província, Francisco Luís da Gama Rosa, sua deposição. Durante as negociações, foi sugerida a formação de uma junta governativa liderada pelo antigo líder monarquista e ex-presidente da província Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o barão de Abiaí, e composta também por Artur José dos Reis Lisboa, Francisco de Lima Filho, Eugênio Toscano de Brito e Honorato Cândido Ferreira Caldas. Por ser líder das forças militares paraibanas, o coronel Honorato Caldas recusou a interferência do barão ligado ao Império e não reconheceu a autoridade da junta. Por intermédio de alguns líderes republicanos estaduais que procuraram evitar o conflito, formou-se então uma junta governativa liderada pelo próprio coronel Honorato Caldas e composta também pelo capitão de engenheiros João Claudino de Oliveira Cruz, o capitão Manuel de Alcântara de Sousa Cousseiro, o capitão Tomás de Aquino Mindelo, Artur José dos Reis Lisboa, Antônio da Cruz Cordeiro Sênior e Manuel Carlos de Gouveia.

Essa junta ficou no poder de 17 de novembro a 2 de dezembro de 1889, quando o coronel Honorato Caldas foi deposto por se recusar a passar o poder a Venâncio Neiva, nomeado presidente do estado pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). Em seu lugar, assumiu o capitão João Claudino de Oliveira Cruz, que em 6 de dezembro seguinte passou o governo a Venâncio Neiva.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: MARIZ, C. *Apanhados*; PINTO, L. *Síntese*.

CALDAS, Pennafort

* dep. fed. DF 1909-1913.

Raimundo Pennafort Caldas nasceu no Maranhão em 23 de janeiro de 1865.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais e exerceu a advocacia no Rio de Janeiro, onde ocupou também os cargos de delegado de polícia e pretor.

Eleito deputado pelo Distrito Federal para a legislatura 1909-1911, foi reeleito em 1912, mas faleceu em 15 de dezembro de 1913, antes de completar o segundo mandato.

Era casado com Maria Luísa da Rocha Caldas.

Carolina Vianna Dantas

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos*.

CALHEIROS, Roberto

*dep. geral AL 1857-1860, pres. AL 1854, 1855, 1856, 1859, 1860, 1861, 1864 e 1865; gov. AL 1890.

Roberto Calheiros de Melo nasceu em Maceió no dia 26 de janeiro de 1821, filho de João Luís Calheiros e de Úrsula Calheiros de Melo.

Cursou o primário em Maceió e depois seguiu para Salvador, onde foi interno no colégio dirigido pelo professor Abílio César Borges. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, mas formou-se no Rio de Janeiro em 1848. Exerceu a medicina, em especial quando o cólera-morbus atacou Alagoas, fazendo de Atalaia o quartel-general da luta contra a epidemia. Foi, ainda, professor de geografia, cronologia e história em Maceió, no período de 1849 a 1857.

Deputado provincial em Alagoas na legislatura 1850-1851, em 1º de abril de 1854 foi nomeado primeiro vice-presidente da província. Assumiu o governo em várias ocasiões: de 26 de abril a 13 de outubro daquele ano, de 4 de maio a 29 de outubro de 1855, de 11 de maio a 24 de outubro de 1856, de 19 de fevereiro a 16 de abril de 1859, de 24 de abril a 1º de maio de 1860, de 15 de março a 17 de abril de 1861, de 16 de março a 15 de dezembro de 1864, e de 26 de junho a 31 de julho de 1865. Ao longo desse período exerceu também o mandato de deputado geral de 1857 a 1860 e mais uma vez o de deputado provincial de 1864 a 1865. Tendo sido um dos fundadores do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas (IAGA, depois Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas) em 1869, foi seu segundo presidente, de 2 de dezembro de 1872 até o seu falecimento.

Já na República, foi nomeado vice-governador de Pedro Paulino da Fonseca e o substituiu em 25 de outubro de 1890, quando este se afastou por ter sido eleito senador constituinte. Em 23 de novembro outorgou a primeira Constituição republicana de Alagoas (Decreto nº 62), e em 18 de dezembro passou o governo a Manuel de Araújo Góis. Foi senador estadual na legislatura 1891-1892.

Faleceu em Maceió no dia 4 de maio de 1895.

Patrono da cadeira nº 35 da Academia Alagoana de Letras, publicou discursos na *Revista do IAGA*.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas* (2v); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CALMON, Antônio

*dep. fed. BA 1909-1911, 1915-1917 e 1929-1930.

Antônio Calmon du Pin e Almeida nasceu em Salvador no dia 2 de julho de 1871, filho de Antônio Calmon du Pin e Almeida e de Maria dos Prazeres de Góis Calmon. Seu pai pertenceu ao corpo de engenheiros navais da Marinha e encerrou a carreira como contra-almirante no início da República. Seu tio-avô Miguel Calmon du Pin e Almeida (1792-1865), o marquês de Abrantes, foi deputado geral e senador pela Bahia, diplomata, ministro da Fazenda e ministro dos Estrangeiros no Império. Seus irmãos também ocuparam posições de relevo na política estadual e nacional: Francisco Marques de Góis Calmon foi governador da Bahia (1924-1928) e Miguel Calmon du Pin e Almeida foi ministro da Viação (1906-1909) e da Agricultura (1922-1926), deputado e senador.

Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1891, exerceu a profissão por muitos anos no foro baiano. Ao lado do irmão Francisco e de Tranquilino Leovigildo Torres, participou da fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Compareceu a todas as reuniões preliminares, tendo sido um dos signatários da carta-convite dirigida aos intelectuais da época para que aderissem à criação da instituição. No dia 13 de maio de 1894, quando da instalação da nova entidade, foi designado seu secretário, enquanto Tranquilino Torres foi aclamado presidente. Respondeu pela secretaria do instituto de 1894 a 1896.

Iniciou a carreira política elegendo-se deputado federal pela Bahia na legislatura 1909-1911. Ao final do mandato deixou a Câmara dos Deputados, só retornando na legislatura 1915-1917. Voltou a ser eleito deputado federal em eleição suplementar em 24 de março de 1929, para a vaga surgida em virtude da renúncia do deputado Ubaldino Gonzaga. Reconhecido na sessão de 15 de maio, tomou posse imediatamente, com mandato até 31 de dezembro daquele ano. Foi reeleito para a legislatura 1930-1932, mas não concluiu o mandato devido à dissolução da Câmara em 24 de outubro de 1930, em decorrência da vitória da Revolução de 1930.

Faleceu em Salvador no dia 27 de setembro de 1931.

Seu sobrinho, Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho, foi deputado federal (1959-1963), ministro da Fazenda (1962-1963) no governo de João Goulart, diretor e diretor-presidente do Banco Econômico da Bahia (1938 a 1966) e reitor da Universidade Federal da Bahia (1964-1967).

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABREU, A. *Dicionário* (v.1, p. 945/946); ARAGÃO, A. *Bahia* (p 259);; BITTENCOURT, E. *Memória*; BUENO, A; BARATA, C. *Dicionário*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p.55-86); CASTRO, R. *Fundadores* (p. 50/51); *Era Nova* (28/9/1931). Faleceu ontem o dr. Antonio Calmon; *Governadores do Estado da Bahia*; MATTOS, S. *Jorge*; MATTOS, W. *História* (p. 129-131); MARTINS, T; SILVA, N. *Contribuição* (p.77-79); MENEZES, J. *Família* (p. 125-168); SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 128/129); *Suma genealógica*.

CALMON, Francisco Marques de Góis

*gov. BA 1924-1928.

Francisco Marques de Góis Calmon nasceu em Salvador no dia 6 de novembro de 1874, filho do contra-almirante Antônio Calmon du Pin e Almeida e de Maria dos Prazeres de Góis Calmon, descendentes de tradicionais famílias baianas. Seu tio-avô Miguel Calmon du Pin e Almeida (1792-1865), o marquês de Abrantes, foi deputado geral e senador pela Bahia, diplomata, ministro da Fazenda e ministro dos Estrangeiros no Império. Outro tio, também chamado Miguel Calmon du Pin e Almeida (1843-1886), foi desembargador e presidente da província do Rio Grande do Sul em 1886. Seu irmão, o terceiro Miguel Calmon du Pin e Almeida, foi ministro da Viação (1906-1909) e da Agricultura (1922-1926), deputado e senador. Outro irmão, Antônio Calmon du Pin e Almeida, foi deputado federal.

Fez seus estudos primários no Colégio Florêncio, na capital baiana, e os estudos secundários no Rio de Janeiro, concluindo-os em Salvador em 1886. Transferindo-se para Recife para cursar a Faculdade de Direito, graduou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1894. De volta a Salvador, iniciou sua carreira na advocacia, na banca herdada do tio e pai adotivo, Inocência Marques de Araújo Góis Júnior. Ainda em 1895 foi nomeado professor substituto de cronografia e história do Brasil do Ginásio da Bahia, escola onde se tornaria catedrático de história universal em 1915. Em 1896, ao lado do irmão Antônio, esteve entre os fundadores do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Em 1897, foi nomeado fiscal do governo federal junto ao Banco da Bahia e passou atuar na área de economia e finanças. Três anos depois, ocupou o cargo de diretor fiscal do Banco da Lavoura da Bahia. Viajou três vezes ao exterior (1906, 1912 e 1916), para aprimorar seus conhecimentos profissionais e manter contato com instituições financeiras estrangeiras. Contratado como advogado do Banco Econômico em 1910, participou da comissão que deu nova organização à instituição, modificando-lhe radicalmente a estrutura. Em setembro de 1911, tornou-se presidente do conselho administrativo da Caixa

Econômica e Monte de Socorro Federal da Bahia. Depois de coordenar a reorganização do Banco Econômico da Bahia, foi designado seu diretor-presidente em 1919.

Até então, além de se dedicar a uma bem-sucedida carreira de banqueiro, professor e advogado, Francisco nunca havia se envolvido diretamente nas disputas partidárias baianas, ao contrário dos irmãos Miguel e Antônio. Em 1923, porém, de maneira inesperada, seu nome foi lançado pelo governador José Joaquim Seabra, a quem sua família fazia oposição, como candidato à sucessão estadual. Sem apoio político para determinar um sucessor, J. J. Seabra tentou uma manobra arriscada ao indicar o mais neutro dos irmãos Calmon, esperando talvez uma aliança que garantisse a sobrevivência do seabrismo. O nome de Góis Calmon encontrou grande aceitação nos meios políticos baianos. Miguel Calmon, então ministro da Agricultura, pressionou o presidente da República, Artur Bernardes, a apoiar a candidatura do irmão. O apoio público de Bernardes, de quem Seabra era adversário político, levou-o contudo, novamente numa atitude surpreendente, a rejeitar a candidatura que ele mesmo havia lançado e a apoiar Arlindo Leoni. Realizadas as eleições, Artur Bernardes determinou intervenção federal e decretou o estado de sítio na Bahia para garantir a posse de Góis Calmon, afinal concretizada em 1924.

O governo Góis Calmon marcou o domínio dos “calmonistas”, grupo da família do governador, e dos “mangabeiristas”, liderados por Otávio Mangabeira. Apesar de aliados, esses grupos travavam disputas internas, agravadas pela presença de muitos ex-seabristas que haviam aderido ao governo. Para dirimir esses conflitos, Góis Calmon convocou, em 1927, uma Convenção das Municipalidades, que resultou na fundação de uma nova agremiação política, o Partido Republicano da Bahia (PRB).

Homem de negócios, de mentalidade empresarial conservadora, Góis Calmon buscou promover a reorganização administrativa do Estado. A mudança mais importante seria a criação do imposto territorial rural, em substituição ao imposto de exportação. Era uma antiga aspiração da burguesia agroexportadora, especialmente do setor do cacau. Em outros estados brasileiros o imposto territorial rural era a principal fonte de renda desde o início da República, mas, na Bahia, a medida desagradou aos latifundiários, que

protestaram violentamente e conseguiram revogar a alteração. O governo Góis Calmon também criou a polícia de carreira, com a exigência de que todos delegados fossem bacharéis, e promoveu a reforma da instrução pública, entre outras ações. Para coordenar a reforma da educação, o governador convidou o jovem advogado Anísio Teixeira, filho de Deocleciano Teixeira, chefe político de Caetité. Ainda no setor educacional, tendo ao lado Anísio Teixeira, procurou disseminar o ensino médio no interior, inaugurando em 1928 o Ginásio Santamarense na cidade de Santo Amaro. Deu ênfase também à saúde pública, criando a Secretária de Saúde e Assistência Pública, e incentivou a agricultura e a indústria.

As reformas de Góis Calmon, especialmente aquelas com maior alcance social, foram prejudicadas pela realidade política da sociedade baiana, que fizeram com que muitas medidas não tivessem efeito prático. Contudo, o melhor aparelhamento que conferiu ao estado alterou de certa forma a relação entre governo e chefes políticos locais. Os coronéis do interior perderam poder, enquanto os bacharéis ganharam força como intermediários entre as elites e o estado, em relações marcadas pelo clientelismo.

Ao fim do seu mandato (1928), Góis Calmon regressou ao Banco Econômico, indicando seu auxiliar imediato, Vital Soares, como sucessor no governo do estado.

Casou-se com Maria Julieta Couto Maia.

Faleceu em Salvador no dia 29 de janeiro de 1932, aos 57 anos de idade.

Consuelo Novais Sampaio

FONTES: CALMON, P. *Vida; Governadores do Estado da Bahia*; MEIRELES, E. *J.J. Seabra*; MELLO, A. *Cartilha; Revista da Fundação Pedro Calmon* (ano 6, n.6, p. 187-195, 2001); SAMPAIO, C. *Partidos; Jornal da Bahia*. Centenário dos ex-governadores (p.3). ; Wikipédia. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/gG/_Calmon>.

CALMON, Miguel

*dep. fed. BA 1906; min. Ind. Viação e Obras Públ. 1906-1909; dep. fed. BA 1912-1913 e 1921-1922; min. Agric. Ind. e Com. 1922-1926; sen. BA 1927-1930.

Miguel Calmon du Pin e Almeida nasceu em Salvador no dia 18 de setembro de 1879, filho de Antônio Calmon du Pin e Almeida e de Maria dos Prazeres de Góis Calmon, descendentes de antigas famílias de proprietários rurais na região do Recôncavo Baiano. Seu pai pertenceu ao corpo de engenheiros navais da Marinha e encerrou a carreira como contra-almirante no início da República. Seu tio-avô Miguel Calmon du Pin e Almeida (1792-1865), o marquês de Abrantes, foi deputado geral e senador pela Bahia, diplomata, ministro da Fazenda e ministro dos Estrangeiros no Império. Outro tio, também chamado Miguel Calmon du Pin e Almeida (1843-1886), foi desembargador e presidente da província do Rio Grande do Sul em 1886. Seus dois irmãos mais velhos, Antônio e Francisco, destacaram-se como importantes figuras da elite política e econômica da Bahia durante a Primeira República: Antônio Calmon du Pin e Almeida (1870-1931) foi deputado federal e Francisco Marques de Góis Calmon (1874-1932) exerceu os cargos de presidente do Banco Econômico da Bahia e governador do estado entre 1924 e 1928.

Miguel Calmon frequentou o Colégio 7 de Setembro, em Salvador, completando os estudos de humanidades em 1894. No ano seguinte mudou-se para Niterói (RJ) e fez as provas preparatórias para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Durante o curso de engenharia na Politécnica, foi influenciado pela leitura de Auguste Comte e pela orientação positivista de vários de seus professores. Consta que chegou a ingressar no Apostolado Positivista nos tempos de estudante. Anos mais tarde, o escritor Lima Barreto, seu contemporâneo na Politécnica, assumiu posição francamente hostil a Calmon. “Ele nada fez nem naquilo que estudou, nem naquilo que pretendeu”, escreveu o romancista em crônica publicada no semanário carioca *ABC*, lamentando “a ideia que, no Brasil, se tem das coisas da inteligência” e o culto “aos diplomados, distintos e enfeitados com medalhinhas de solenidade de escola” (“O ideal do Bel-Ami”, 25 de novembro de 1916).

Formado em engenharia em 1900, Miguel Calmon regressou à Bahia para assumir a direção da serraria de seu pai, recém-falecido. Nomeado professor da Escola Politécnica da Bahia no ano seguinte, ganhou notoriedade com a monografia *Aplicações industriais do álcool*, apresentada à 1ª Conferência Açucareira do Brasil, realizada em Salvador em junho de 1902. Nesse trabalho, defendeu a concessão de prêmios e incentivos fiscais ao barateamento da produção do álcool e sua utilização como fonte energética (motores a combustão, iluminação etc.), citando experiências bem-sucedidas na França e na Alemanha e tendo em conta a crise da economia açucareira no país.

Em setembro de 1902, assumiu seu primeiro cargo público. Por designação do governador Severino Vieira, ocupou o posto de secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas do estado da Bahia, em substituição ao engenheiro José Joaquim Rodrigues Saldanha, candidato da chapa situacionista às eleições para a Câmara dos Deputados. Chefiou a Secretaria da Agricultura durante quatro anos, colaborando com Severino Veira até o final de seu mandato em maio de 1904 e a seguir com José Marcelino nos dois primeiros anos de seu quadriênio. Uma de suas primeiras iniciativas como secretário foi a criação do *Boletim da Agricultura* para divulgação de atos oficiais, memórias técnicas e dados estatísticos sobre o comércio e a produção agrícola do estado. Em 1903, ano de lançamento do boletim, representou a Bahia no Congresso de Aplicações Industriais do Álcool, realizado no Rio de Janeiro.

O jovem secretário encampou as propostas de “modernização agrícola”, formuladas pela recém-fundada Sociedade Baiana de Agricultura. Promoveu exposições, concedeu prêmios e favores aos plantadores de novas espécies e ampliou o Campo de Viticultura de Juazeiro. Em fevereiro de 1905, criou o Instituto Agrícola da Bahia, com o objetivo de difundir o ensino profissional agrícola no estado “na proporção das necessidades de suas várias zonas e na medida dos recursos orçamentários”. Com a criação do instituto, o governo estadual assumiu com exclusividade a gestão da antiga Escola Agrícola da Bahia, reformulando seu ensino e abrindo curso para formação de trabalhadores rurais.

Miguel Calmon também reorganizou o Serviço de Terras e Minas do Estado da Bahia,

convidando para dirigi-lo o geólogo norte-americano Orville Derby que, ao lado de outros estrangeiros, realizava pesquisas no Brasil desde os tempos da Comissão Geológica do Império. Derby permaneceu à frente do órgão durante três anos, realizando novas investigações sobre a ocorrência de manganês e diamantes na Bahia.

Em março de 1905, Calmon participou da 2ª Conferência Açucareira do Brasil, realizada em Recife, e foi escolhido para chefiar uma missão de estudos sobre os métodos de cultura da cana-de-açúcar e outros produtos tropicais no Oriente. Partiu em junho do mesmo ano, visitou o Egito, a Índia, Cingapura, Java e Sumatra, retornando ao país seis meses mais tarde. Entre os resultados importantes dessa viagem, merecem destaque a contratação do professor Leo Zehntner para a direção do Instituto Agrícola da Bahia e um extenso relatório sobre o progresso da produção da borracha asiática.

MINISTRO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Em janeiro de 1906, recém-chegado da missão no Oriente, Miguel Calmon foi eleito deputado federal, obtendo a maior votação entre os candidatos da lista organizada pelo Partido Republicano da Bahia (PRB). Sua candidatura contou com o apoio de José Marcelino e de Severino Vieira, este eleito senador juntamente com Rui Barbosa e Artur Rios. Dois meses depois, o mineiro Afonso Pena foi eleito sucessor do presidente Rodrigues Alves, tendo como companheiro de chapa o ex-presidente do estado do Rio de Janeiro Nilo Peçanha.

Na Câmara, Calmon destacou-se como um dos principais adversários do Convênio de Taubaté, firmado pelos presidentes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em fevereiro de 1906, com o objetivo de promover a valorização do café. De seu ponto de vista, a intervenção no mercado do café, nos termos propostos pelo convênio, beneficiaria exclusivamente São Paulo, impondo pesado ônus à economia nacional, e o eventual êxito do programa valorizador estimularia a concorrência estrangeira, ameaçando a supremacia da produção nacional. A participação da União no esquema de valorização do café foi aprovada pelo Congresso em agosto, não obstante a oposição aguerrida de Calmon e de um

punhado de deputados e senadores, eleitos na sua maioria pelo Distrito Federal e por estados do Nordeste.

Calmon também atuou como presidente da comissão parlamentar que analisou os problemas da produção da borracha na Amazônia, recomendando o cultivo racional das seringueiras em substituição às formas de exploração vigentes. Além do relatório sobre sua viagem ao Oriente, que teve grande repercussão na imprensa, apresentou projeto de lei em favor da concessão de terras e isenção de impostos de exportação para os plantadores de seringueiras. Essas e outras medidas similares foram debatidas pelo Congresso nos anos seguintes, sem consequências de ordem prática.

Em novembro de 1906, no início do governo Afonso Pena, renunciou ao mandato de deputado para assumir o cargo de ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Era sabido que a Bahia teria um representante no ministério do novo governo, mas a escolha de Calmon foi até certo ponto surpreendente, em decorrência de sua relativa inexperiência política e de sua posição nos debates sobre o Convênio de Taubaté.

Vale ressaltar que Afonso Pena, embora comprometido com o programa de valorização do café, também queria limitar a influência política de São Paulo e do senador gaúcho Pinheiro Machado, principal fiador de sua candidatura à sucessão de Rodrigues Alves. Foi com esse objetivo que o presidente alçou ao poder uma jovem frente ministerial e parlamentar, conhecida como “jardim de infância”, de precoce inserção na vida pública nacional. Calmon foi um dos integrantes desse grupo, juntamente com os ministros Davi Campista (Fazenda) e Augusto Tavares de Lira (Justiça), o deputado mineiro Carlos Peixoto de Melo Filho, eleito presidente da Câmara em maio de 1907, o deputado gaúcho James Fitzgerald Darcy, líder da maioria, e outros parlamentares. Além do presidente da República, o grupo contava com forte apoio do governador mineiro João Pinheiro.

Consta que o presidente compôs o ministério sem consulta prévia às lideranças tradicionais dos principais estados da Federação. De todo modo, Calmon só aceitou o convite após ouvir os chefes e amigos do PRB, notadamente José Marcelino, Severino Vieira e Rui Barbosa.

Miguel Calmon foi o mais jovem ministro de toda a Primeira República. Sucessor de Lauro Müller no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, foi também o último titular desta pasta, que em 1909 seria desdobrada em dois ministérios. Entre os marcos importantes de sua gestão, merecem destaque a criação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, do Serviço de Povoamento do Solo Nacional e da Caixa Especial de Portos, a ampliação da rede ferroviária e telegráfica, o programa de açudagem no Nordeste, as obras de abastecimento d'água da capital federal e a realização da Exposição Nacional de 1908, comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos do Brasil.

Fundado em janeiro de 1907 sob a direção de Orville Derby, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil contribuiu para o avanço dos estudos que confirmaram a existência das imensas reservas de ferro na região central de Minas Gerais. Cumpre assinalar que os melhores e maiores depósitos de minério de ferro nessa região seriam adquiridos por grandes empresas estrangeiras após a apresentação do relatório de Orville Derby sobre as jazidas do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais no Congresso Internacional de Geologia realizado em Estocolmo em 1910.

Calmon não chegou a tomar nenhuma iniciativa para rever a legislação de minas e o preceito constitucional que assegurava direitos integrais de propriedade do subsolo ao proprietário do solo. Entretanto, a seu pedido, o jurista mineiro Alfredo Valadão redigiu o projeto de Código de Águas, tendo em conta o crescente aproveitamento das quedas d'água para a produção de energia elétrica no país. Encaminhado ao Congresso em dezembro de 1907, o projeto de Código de Águas buscou regulamentar a propriedade e o aproveitamento das águas em geral, ampliando o domínio público sobre as águas correntes. O debate sobre a matéria começaria apenas em 1911, prolongando-se até 1923, quando o projeto foi engavetado na Câmara.

A criação do Serviço de Povoamento do Solo Nacional em abril de 1907 (Decreto nº 6.455) devolveu à União um controle maior sobre a imigração e a colonização. O objetivo principal era atrair imigrantes para núcleos coloniais existentes ou em vias de constituição. A intenção de criar uma pequena classe de proprietários rurais (colonos) era bastante

evidente: somente em casos excepcionais o governo subsidiaria a vinda de imigrantes interessados em trabalhar meramente como assalariados. Subvencionado pelo governo federal, o movimento imigratório retomou impulso em 1908, com a chegada de 94 mil imigrantes, permanecendo em alta até a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Vários núcleos coloniais foram fundados mediante acordos com os governos estaduais, empresas de viação férrea, companhias e associações particulares.

A rede ferroviária brasileira teve um acréscimo de 2.300 km de linhas, correspondentes a 12% da extensão total existente no final de 1909. Diversas obras foram retomadas ou iniciadas sob o comando do empresário norte-americano Percival Farquhar, personagem também conhecido por outros investimentos em infraestrutura no país (energia elétrica, portos, navegação). Fundador da *holding* Brazil Railway Company, Farquhar assumiu o controle das concessões para a implantação e exploração de várias ferrovias, como a Madeira-Mamoré e a São Paulo-Rio Grande, mediante contratos avalizados por Calmon. De acordo com a legislação vigente, os contratos garantiam subvenções do governo federal por quilômetro de linha implantado e o pagamento de juros sobre os investimentos.

As relações do ministro com o empresário norte-americano parecem ter sido pontuadas por divergências, a julgar pelas referências negativas a Calmon na encomiástica biografia de Farquhar escrita por Charles Gauld. É sabido que Farquhar alongou o traçado da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande no trecho catarinense, evitando a construção de pontes e túneis e faturando mais com a quilometragem suplementar. Na versão de Gauld, o empresário tentou liberar mais dinheiro “para uma construção de qualidade” e convencer o ministro a modificar o contrato da São Paulo-Rio Grande.

A construção da rede telegráfica nacional prosseguiu sob a direção do então major Cândido Mariano da Silva Rondon, nomeado engenheiro-chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, no início do governo Afonso Pena.

No plano político, Calmon deu importante respaldo ao governador José Marcelino, mobilizando o apoio do governo federal à candidatura vitoriosa de Araújo Pinho às eleições

de 1908 para a chefia do Executivo baiano. A disputa sucessória colocou em campos opostos os partidários do governador e do senador Severino Vieira, patrono da candidatura do deputado federal Inácio Tosta. A cisão entre os dois principais chefes do PRB teve um impacto de longo alcance na política baiana, favorecendo a posterior ascensão de José Joaquim Seabra ao governo estadual.

A gestão de Miguel Calmon no ministério durou pouco mais de dois anos e meio, encerrando-se em 14 de junho de 1909, em decorrência do falecimento de Afonso Pena. A morte do presidente assinalou o fim da experiência de poder do grupo do “jardim da infância”, liquidando as chances da candidatura de Davi Campista à sucessão presidencial de 1910. Patrocinado por Afonso Pena, o nome do ministro da Fazenda sofrera o veto informal das principais lideranças do Partido Republicano Mineiro (PRM), do ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, também postulante ao cargo, e de outras personalidades, entre as quais Rui Barbosa. A questão sucessória desestabilizou o governo Afonso Pena: em maio de 1909, o deputado Carlos Peixoto renunciou à presidência da Câmara e Hermes da Fonseca pediu demissão do Ministério da Guerra, afirmando sua candidatura à presidência da República.

Calmon deixou o governo no mesmo dia da posse de Nilo Peçanha no lugar de Afonso Pena. De imediato, a pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas foi desdobrada nos ministérios da Agricultura, Indústria e Comércio e da Viação e Obras Públicas, entregues aos engenheiros Cândido Rodrigues e Francisco Sá.

Em agosto de 1909, casou-se com Alice de Porciúncula, filha do rico estancieiro gaúcho Simão de Porciúncula e prima do deputado federal Ildefonso Simões Lopes. Embarcou para a Bahia e, em seguida, para a Europa, ficando à margem da disputa entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa pela sucessão presidencial. Seu irmão Antônio Calmon tomou o partido de Hermes da Fonseca, que foi eleito sem dificuldade, não obstante a grande repercussão da Campanha Civilista de Rui junto às classes médias urbanas.

NA LIGA DA DEFESA NACIONAL E NA CAMPANHA DE RUI BARBOSA EM 1919

Miguel Calmon regressou ao país em novembro de 1910, no início do governo Hermes da Fonseca, e foi eleito deputado federal pela Bahia em janeiro de 1912. Ocupou a tribuna da Câmara só uma vez para defender o projeto de sua autoria relativo à criação de escolas profissionalizantes no Distrito Federal e em cada um dos estados. O projeto não foi adiante, pois teve o crédito recusado no orçamento. Ainda em 1912, assumiu a vice-presidência da Sociedade Nacional de Agricultura.

Exerceu o mandato de deputado federal até setembro de 1913, quando viajou novamente à Europa. Estava na Suíça em julho de 1914, quando teve início a Primeira Guerra Mundial, e teve a oportunidade de visitar algumas localidades francesas destruídas pela ofensiva alemã nos primeiros meses do conflito. De volta ao país em meados de 1915, pronunciou várias conferências sobre a guerra e suas lições para o Brasil, engajando-se na campanha liderada pelo poeta e jornalista Olavo Bilac em defesa do serviço militar obrigatório.

Juntamente com Olavo Bilac e o jurista Pedro Lessa, foi um dos idealizadores da Liga da Defesa Nacional, fundada em setembro de 1916, no Rio de Janeiro. Constituída com o objetivo de “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, a Liga recebeu o apoio do Exército e da Igreja Católica, ajudando a popularizar a ideia do serviço militar obrigatório como escola de cidadania. Calmon integrou a comissão executiva da Liga, ajudou a financiar suas atividades, em especial as viagens de Olavo Bilac pelo país, alistou-se no Tiro de Guerra e chegou a desfilar fardado de reservista na avenida Rio Branco, no centro da capital federal. Também participou das atividades da Liga Brasileira pelos Aliados, entidade fundada e presidida por Rui Barbosa, que moveu intensa campanha pela entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha, consumada tardiamente em outubro de 1917, após o afundamento de navios mercantes brasileiros. Integrou finalmente o conselho da Liga Pró-Saneamento do Brasil, criada em janeiro de 1918 pelo médico sanitário Belisário Pena, em sessão pública da Sociedade Nacional de Agricultura.

Em 1919, retomou a atividade política, participando da segunda campanha presidencial de Rui Barbosa. Esteve numa série de atos públicos no Rio de Janeiro e em Salvador ao lado

do senador baiano. Em discurso no Centro Operário da Bahia, defendeu o direito de organização dos trabalhadores, apresentando Rui Barbosa como “antena assaz elevada para receber as ondas de aspirações do proletariado, emitidas no estrangeiro, com a isenção e nitidez indispensáveis em quadra tão confusa”.

Concorrendo mais uma vez como candidato opositorista, Rui foi derrotado por Epitácio Pessoa nas eleições de abril de 1919. Também fracassada foi sua mobilização contra a eleição de J. J. Seabra para um novo mandato no governo baiano. Em fevereiro de 1920, o presidente Epitácio Pessoa decretou a intervenção federal na Bahia, com o objetivo garantir a posse de Seabra e reprimir o movimento de “coronéis” no interior contra o governo estadual.

MINISTRO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Eleito presidente da Sociedade Nacional de Agricultura em abril de 1920, Miguel Calmon concorreu às eleições para a Câmara dos Deputados realizadas em fevereiro do ano seguinte. A exemplo das vezes anteriores, disputou as eleições no 1º Distrito da Bahia, que abrangia a capital e municípios do Recôncavo. Nessa altura, Rui Barbosa e os principais chefes opositoristas no estado já haviam acertado uma trégua política com J. J. Seabra.

Sem contestação, Calmon foi reconhecido e diplomado deputado. Assumiu o mandato em maio de 1921, compondo a minoria baiana na Câmara, ao lado de Otávio Mangabeira, Pedro Lago e João Mangabeira. De imediato, todos manifestaram apoio à candidatura presidencial de Artur Bernardes, previamente articulada pelos partidos republicanos de Minas Gerais e São Paulo. Embora adversário de J. J. Seabra, Calmon chegou a sugerir a indicação de seu nome como companheiro de chapa de Bernardes. Foi justamente a disputa pelo cargo de vice-presidente que provocou a união da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul no movimento da Reação Republicana, que acabou por lançar a chapa opositorista Nilo Peçanha – J. J. Seabra.

Dispondo de bom trânsito no Congresso, Calmon apresentou o projeto de criação da Caixa Reguladora do Açúcar, aprovado sem emendas em janeiro de 1922 e convertido na Lei nº

4.456. A entidade tinha por atribuição “fazer a propaganda do produto no exterior, incrementar a exportação e a fabricação de doces, confeitos e chocolates”, cobrando dos fabricantes uma taxa por saco de açúcar produzido. Tratava-se de uma tentativa de contrabalançar a crescente queda das exportações do açúcar, que não chegou entretanto a produzir qualquer efeito.

Em julho de 1922, votou a favor da decretação do estado de sítio no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso, proposta pelo presidente Eptácio Pessoa e aprovada pela ampla maioria do Congresso, em consequência da revolta de jovens oficiais do Exército descontentes com a eleição de Artur Bernardes. Deflagrada no dia 5 de julho e imediatamente sufocada pelo governo, a revolta foi a primeira do ciclo de insurreições tenentistas dos anos 1920.

As antigas relações de Miguel Calmon com a política mineira e sua experiência como ministro no governo Afonso Pena parecem ter pesado na escolha de seu nome para a pasta da Agricultura, Comércio e Indústria no governo Bernardes. Vale ressaltar também sua relação bastante próxima com Rui Barbosa (que chegou a ser convidado para o Ministério das Relações Exteriores) e sua ligação com a Sociedade Nacional de Agricultura, entidade representativa dos grandes proprietários rurais. Não por acaso, antes de sua nomeação para o ministério, Calmon tinha sido incumbido de presidir a subcomissão dos congressos e conferências da exposição comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, realizada no Rio de Janeiro entre setembro de 1922 e abril de 1923.

Sucessor do engenheiro paulista José Pires do Rio na pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon chefiou o ministério durante os quatro anos do governo Artur Bernardes, iniciado em novembro de 1922. Bernardes governou o país em ambiente político tenso, marcado pela permanente ameaça revolucionária representada pelo movimento tenentista. Não hesitou em adotar medidas discricionárias contra seus opositores, governando praticamente sob estado de sítio. Além disso, apoiou aberta ou veladamente as oposições nos três estados que haviam dado sustentação ao movimento da Reação Republicana. Nesse contexto, Miguel Calmon veio a desempenhar importante papel

nas articulações para quebrar a hegemonia de J. J. Seabra na política baiana.

Em janeiro de 1923, com o apoio ostensivo do presidente e de Calmon, os principais dirigentes da oposição a Seabra fundaram a Concentração Republicana da Bahia (CRB). Para surpresa de seus próprios correligionários, Seabra tentou um acordo com a oposição, lançando a candidatura de Francisco Marques de Góis Calmon à sua sucessão. Tratava-se de um irmão mais velho do ministro, empresário bem-sucedido e que sempre vivera afastado da política.

No início de março, em meio a essas primeiras articulações, Rui Barbosa morreu em Petrópolis (RJ). Foi sepultado no Rio de Janeiro, com honras de chefe de Estado, conforme o cerimonial preparado por Miguel Calmon, e grande acompanhamento popular. A eleição para o preenchimento de sua vaga no Senado demonstrou a impossibilidade de acordo entre as duas facções que disputavam o poder na Bahia. O pleito ocorreu em julho e cada facção proclamou a vitória de seu candidato. Dispondo de completo domínio no Senado, o governo federal garantiu o reconhecimento da eleição de Pedro Lago, candidato da CRB. De imediato, os partidários de Seabra retiraram apoio à candidatura de Góis Calmon.

Miguel Calmon apoiou entusiasticamente a campanha de seu irmão para o governo da Bahia. A eleição ocorreu em janeiro de 1924 e, mais uma vez, os dois lados se proclamaram vencedores. Arlindo Leoni, candidato do Partido Republicano Democrático (PRD) e de Seabra, impetrou *habeas-corpus* ao Supremo Tribunal Federal (STF) para se empossar, enquanto a Assembleia oposicionista pedia a intervenção federal. Com base nesse pedido, Bernardes decretou o estado de sítio na Bahia, e o comandante da região militar deu posse a Góis Calmon em março de 1924.

A atuação de Miguel Calmon no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi marcada pela forte restrição dos gastos públicos imposta pelo presidente Bernardes. O quadro de pessoal e as dotações orçamentárias permaneceram reduzidos. A despesa total em 1926 foi menor do que a dotação da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Importa observar que a política do café estava desvinculada do Ministério da Agricultura, sendo conduzida principalmente pelos estados cafeeiros, com o frequente envolvimento da

pasta da Fazenda. O Ministério da Agricultura ocupava-se de todos os outros produtos agropecuários. Mesmo assim, como assinalou Charles Müller, continuava um ministério de segunda linha. Sua estrutura administrativa e órgãos técnicos não sofreram maiores alterações na gestão de Calmon. Merecem destaque a criação do Museu Agrícola e Comercial, da Diretoria-Geral da Propriedade Industrial e do Conselho Nacional do Trabalho, órgão consultivo chamado a ocupar-se de questões como a jornada de trabalho, os sistemas de remuneração, contratos coletivos e acidentes de trabalho.

NO SENADO

A sucessão de Artur Bernardes, apesar da tensão causada pelas rebeliões tenentistas, foi das mais tranquilas da Primeira República. Em março de 1926, sem enfrentar concorrentes, Washington Luís e Fernando de Melo Viana, governadores de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, foram eleitos presidente e vice-presidente da República. Miguel Calmon e Góis Calmon chegaram a ser cogitados para a vice-presidência na fase de articulação da chapa oficial, mas tiveram de ceder lugar a Melo Viana.

Em novembro de 1926, com a passagem do poder para o novo presidente, Miguel Calmon transmitiu a chefia do Ministério da Agricultura para o médico paulista Geminiano Lira Castro. Viajou em seguida para Salvador, sendo aclamado presidente do PRB, reorganizado em janeiro de 1927. O novo partido buscou acomodar os interesses de diferentes facções políticas do estado, notadamente a calmonista, ligada à família Calmon, e a mangabeirista, liderada pelo deputado João Mangabeira e seu irmão Otávio Mangabeira, recém-conduzido ao posto de ministro das Relações Exteriores.

A trajetória do PRB seria marcada por frequentes disputas entre as duas facções. A primeira divergência surgiu a propósito da participação de ex-seabristas no partido, patrocinada pelos calmonistas. Com a mediação do presidente da República, Miguel Calmon e Otávio Mangabeira firmaram um compromisso sobre a composição da comissão executiva do PRB e das chapas para as próximas eleições na Bahia, ficando acertadas as indicações de Calmon para o Senado e de Vital Soares para o governo estadual.

Miguel Calmon enfrentou o ex-governador J. J. Seabra no pleito de fevereiro de 1927, sendo declarado vencedor pela junta eleitoral do estado, com ampla vantagem. Seabra não se deu por vencido. Recorreu à comissão de verificação de poderes do Senado, contestando a elegibilidade do candidato do PRB, em virtude de seu parentesco com o governador. Em maio de 1927, com parecer favorável do senador Paulo de Frontin, a eleição de Miguel Calmon foi reconhecida por 37 votos contra 10.

Em dezembro de 1927, o ex-ministro fez um longo discurso no Senado, defendendo-se das acusações de ter sido o responsável pelas mortes de numerosos presos políticos na colônia agrícola de Clevelândia, situada perto da fronteira com a Guiana Francesa, em área atualmente pertencente ao estado do Amapá. De fato, por sugestão de Calmon, a colônia recebera entre 1924 e 1925 centenas de militares rebeldes, militantes anarquistas e criminosos comuns. Os presos foram submetidos a duras condições de sobrevivência, sendo vítimas de violência policial, epidemias e fome. Calmon sustentou que o local oferecia boas condições sanitárias, afirmando que o elevado número de óbitos não tinha sido provocado por maus tratos, mas pela disenteria bacilar contraída por militares rebeldes nas trincheiras de Catanduvás, no Paraná.

Miguel Calmon foi escolhido presidente da Comissão de Poderes do Senado em maio de 1928. No ano seguinte, acatou a candidatura do presidente de São Paulo Júlio Prestes às eleições presidenciais de 1930. Seguiu a posição da grande maioria do PRB, que optou pelo apoio à chapa situacionista, da qual o próprio governador baiano, Vital Soares, participava como candidato a vice-presidente.

Indicado por Washington Luís, o nome de Júlio Prestes foi endossado pelas forças políticas dominantes na maioria dos estados, com exceção de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Em agosto de 1929, os líderes dos três estados oposicionistas formaram a Aliança Liberal, com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, e de João Pessoa, da Paraíba, respectivamente à presidência e vice-presidência da República. No mês seguinte, Miguel Calmon participou da convenção que homologou a chapa situacionista, sendo incumbido de viajar a São Paulo para comunicar a

decisão ao presidente do estado.

As eleições de março de 1930 deram afinal a vitória a Júlio Prestes, como já era esperado. Getúlio Vargas denunciou a ocorrência de fraudes e violências no processo eleitoral e, estimulado pelos líderes mais jovens da Aliança Liberal, passou a considerar a hipótese de chegar ao poder pela via revolucionária. Em junho, quando a conspiração oposicionista já estava em andamento, as principais facções do PRB se reuniram em Salvador para debater a sucessão de Vital Soares. O partido estava dividido entre as candidaturas de Miguel Calmon e de Ernesto Simões Filho, proprietário do jornal *A Tarde*, e nome preferido do governador e vice-presidente eleito da República. O presidente Washington Luís interferiu na disputa, avalizando a escolha do senador Pedro Lago, que foi eleito governador da Bahia em setembro do mesmo ano.

Miguel Calmon encontrava-se no Rio de Janeiro em outubro de 1930, quando irrompeu o movimento revolucionário liderado por Vargas. No final do mês, em meio às comemorações populares na capital federal pela vitória da revolução, asilou-se na residência do ministro da Romênia, viajando em seguida para a Europa. Teve o mandato de senador interrompido, em virtude da dissolução dos órgãos legislativos do país, e chegou a ser indiciado pela Junta de Sanções, órgão de justiça revolucionária criado pelo governo provisório de Vargas. Em novembro de 1931 regressou ao país, com a saúde debilitada. Não voltou a exercer atividade política.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 25 de fevereiro de 1935. Não deixou filhos. No ano seguinte, sua coleção de objetos de arte foi doada pela viúva Alice ao Museu Histórico Nacional e instalada em sala especial da instituição no Rio de Janeiro.

Várias monografias, conferências e discursos de Miguel Calmon foram publicados, entre os quais *Aplicações industriais do álcool* (1902), *Produção e comércio do café* (1906) e *Fatos econômicos* (1913), além da antologia *Idéias econômicas de Miguel Calmon* (1980), organizada por Francisco de Assis Barbosa. Sobre sua trajetória, foi publicado o livro *Miguel Calmon: uma grande vida* (1983), escrito por seu sobrinho Pedro Calmon Moniz de

Bittencourt (1902-1985), historiador, deputado federal pela Bahia (1935-1937), reitor da Universidade do Brasil (1948-1966) e ministro da Educação e Saúde (1950-1951).

Em sua família, também se destacaram os sobrinhos Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho, deputado federal pela Bahia (1959-1962) e ministro da Fazenda (1962-1963), e Nicolau Calmon Muniz de Bittencourt, desembargador e presidente do Tribunal de Justiça da Bahia.

Paulo Brandi

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ABREU, R. *Sangue*; ALMEIDA, M. *Idéias*; BARRETO, L. *Toda*; CALMON, P. *Miguel*; CAMPOS, Z. *Doce*; CUNHA, O; GOMES, F. *Quase-cidadão*; *Diário do Congresso Nacional* (ano 38,n.25, maio 1927, p. 719-728); *Dicionário histórico-biográfico*; FAQUIN, G. *Políticos*; FERREIRA, M. *Tarde*; FRANCO, A; QUADROS, J. *História* (v.5); GAULD. C. *Farquhar*; GOMES, A; DIAS, J; MOTTA, M. *Engenheiros*; GONÇALVES, J. *Enterrando*; *Governo presidencial*; MEIRELLES, D. *Noite*; *Mineração* ; MIN. IND, VIAÇÃO OBRAS PUB. *Relatório* (1907-1909); MOTOYAMA, S. *Prelúdio*; MÜELLER, C. *Das oligarquias*; OLIVEIRA, M. *Origens*; PANG, E. *Coronelismo*; PETRONE, M. *Imigração*; SOUZA , M. *Processo*; VILLELA, A; SUZIGAN, W. *Política*.

CALÓGERAS, PANDIÁ

*dep. fed. MG 1897-1899 e 1903-1914; min. Agric. 1914-1915; min. Faz. 1915-1917; min. Guerra 1919-1922; const. 1934.

João Pandiá Calógeras nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 19 de junho de 1870, filho de Michel Calógeras e de Júlia Ralli Calógeras. Seu pai, de ascendência francesa, orientou a construção da Estrada de Ferro Mauá até Petrópolis, e dirigiu a ferrovia que ligava Macaé a Campos, na então província do Rio de Janeiro. A família Calógeras era de origem grega, proveniente de Chipre.

Fez os primeiros estudos com professores particulares alemães, ingressando aos 14 anos no Colégio Pedro II, onde completou o curso secundário. Matriculou-se em seguida na Escola de Minas de Ouro Preto (MG), pela qual se formou engenheiro em 1890. Seu primeiro trabalho depois de formado foi a realização de pesquisas geológicas em Cariguaba (SC).

Casou-se em 1891 com Elisa da Silva Guimarães, filha de Joaquim Caetano da Silva Guimarães, ministro do Supremo Tribunal Federal, e sobrinha do escritor Bernardo Guimarães. Ainda em 1891, foi nomeado engenheiro do estado de Minas Gerais e iniciou duradoura colaboração científica com publicações do Rio de Janeiro. Em 1894, assumiu o cargo de consultor técnico do secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de Minas Gerais, Francisco Sá.

Eleito deputado federal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM) para a legislatura 1897-1899, logo destacou-se na Câmara por seu conhecimento dos problemas nacionais, especialmente os ligados à engenharia e à mineração. Defendeu a redução das tarifas alfandegárias, manifestou-se sobre a questão de fronteiras com a Guiana Francesa e se opôs à transferência da Escola de Minas para Barbacena (MG). Tendo ficado contra o presidente da República, Prudente de Moraes, na cisão do Partido Republicano Federal, não conseguiu a reeleição para a Câmara no pleito de 1900 por lhe faltar o apoio dos grupos oligárquicos que, na época, controlavam as eleições no país.

Depois de trabalhar algum tempo na mineração de manganês e de fazer uma viagem à Europa, Calógeras retornou ao país e, em 1903, publicou *As minas do Brasil e sua legislação*, obra que lhe valeu projeção nacional. No livro, defendia a tese que mais tarde apresentou na Câmara e foi transformada na Lei Calógeras: propunha que se estabelecesse uma distinção entre a propriedade do solo e a do subsolo, assegurando ao governo o direito

de desapropriar o subsolo para explorá-lo. Retornou à Câmara ainda em 1903, eleito pelo distrito de Ouro Preto na legenda do PRM, e em pouco tempo adquiriu a reputação de ser uma das figuras mais expressivas do Congresso. Reeleito sucessivamente em 1906, 1909 e 1912, manteve-se no Parlamento até 1914, participando com destaque do debate de todas as principais questões nacionais da época.

Pronunciou-se sobre a valorização do café, a caixa de conversão, a reforma tributária, a política de transportes, a consolidação das fronteiras, a generalização da instrução pública de nível primário e, naturalmente, a mineração. A convite do barão do Rio Branco, integrou a delegação brasileira à III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro em 1906. Interveio na questão do condomínio da lagoa Mirim, na fronteira entre Brasil e Uruguai, e da livre navegação no rio Jaguarão (RS). Em 1908, discursou na Câmara sobre o reaparelhamento bélico. Participou da IV Conferência Pan-Americana, realizada em Buenos Aires (1910), e ainda nesse período converteu-se ao catolicismo, manifestando-se em debates parlamentares contra o divórcio e a favor da instalação de uma representação diplomática permanente junto ao Vaticano.

Em seu último mandato fez cerrada oposição ao governo do marechal Hermes da Fonseca, e colaborou com a revista *Defesa Nacional*, dirigida pelo grupo dos “jovens turcos”, oficiais que haviam estagiado no Exército alemão e pretendiam modernizar as forças armadas brasileiras. Eram conhecidos assim em alusão ao movimento nacionalista que atuava no processo de modernização da Turquia na mesma época.

Ao assumir o governo federal (15/11/1914), Venceslau Brás aceitou a sugestão de militares ligados aos “jovens turcos” e nomeou Calógeras para a pasta da Agricultura, Indústria e Comércio. Em sua gestão, que durou apenas até julho do ano seguinte, o novo titular promoveu a reorganização de todos os departamentos do ministério, fixou as bases do crédito agrícola, aplicou a lei de sua autoria na regulamentação da propriedade das minas e estudou o uso do álcool como substituto da gasolina, em virtude de problemas de abastecimento causados pela Primeira Guerra Mundial. Baixou ainda decretos reorganizando os serviços de veterinária e de inspeção de defesa agrícola.

Em junho de 1915, substituiu interinamente o ministro da Fazenda, Sabino Alves Barroso Júnior, impedido por motivo de doença. Após acumular as duas pastas durante um mês, foi efetivado no Ministério da Fazenda, onde encontrou uma situação precária, marcada pela

carência de rendas para cobrir as necessidades mais urgentes, uma grande dívida flutuante, a arrecadação aduaneira reduzida a 1/3, a suspensão da cobrança de impostos até que se resolvessem alguns protestos e reclamações, a paralisia dos transportes marítimos e a existência de um segundo *funding loan* (consolidação dos empréstimos brasileiros junto aos credores ingleses).

Além desses problemas, Calógeras enfrentou a incúria administrativa e a corrupção, o que lhe valeu ataques publicados na imprensa pelos beneficiários desse estado de coisas. Superando os obstáculos, o novo ministro regularizou a dívida flutuante, reorganizou a Casa da Moeda e assumiu a responsabilidade integral pelo *funding*, promovendo um acordo com os credores estrangeiros que impediu seu controle sobre as alfândegas brasileiras. Ao deixar a pasta, em setembro de 1917, recebeu da Casa Rothschild um documento atestando que nunca as finanças brasileiras tinham se apresentado tão florescentes.

Reconduzido à Câmara dos Deputados em 1918, recebeu do presidente eleito Francisco de Paula Rodrigues Alves a incumbência de elaborar um relatório da situação do país, que viria a ser posteriormente publicado sob o título de *Problemas da administração*. Em novembro desse ano, motivos de saúde impediram a posse de Rodrigues Alves no seu segundo mandato à frente do governo federal, assumindo então, por pouco tempo, o vice-presidente eleito Delfim Moreira. Pouco tempo depois, Rodrigues Alves viria a falecer.

Com o término da Primeira Guerra Mundial, realizou-se em Versalhes (França) a Conferência de Paz. Calógeras integrou a delegação brasileira ao congresso, presidida pelo senador Epitácio Pessoa. Entretanto, Epitácio foi eleito presidente da República para completar o quadriênio de Rodrigues Alves, e retornou ao Brasil. Calógeras assumiu a chefia da delegação e, após o encerramento do Congresso de Versalhes, permaneceu ainda algum tempo na Europa, representando o Brasil em alguns encontros internacionais e chefiando a missão comercial que esteve na Inglaterra em 1919.

NO MINISTÉRIO DA GUERRA

Regressando ao Brasil, Calógeras não retomou seu mandato parlamentar por ter sido nomeado ministro da Guerra do governo de Epitácio Pessoa, tornando-se o único civil a ocupar esse cargo na história republicana do país. Sua escolha foi aprovada por um grande número de oficiais do Exército, que já lhe haviam prestado homenagens quando de sua

atuação nos outros ministérios. Também repercutira favoravelmente um discurso que pronunciara na Câmara no ano anterior sobre a situação das forças armadas.

Em sua administração, iniciada em outubro de 1919, o Exército brasileiro experimentou intensa modernização, expansão e aperfeiçoamento em todos os setores. Calógeras contou para isso, a partir de 1920, com a assessoria da Missão Militar Francesa chefiada pelo general Maurice Gustave Gamelin, que teve profunda influência na reorganização do Exército e na formação de oficiais de estado-maior.

Calógeras promoveu a reforma da instrução dos quadros e da tropa, tornando-a mais técnica com a criação de escolas para cada especialidade, entre elas a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Além disso, baixou nova regulamentação para as escolas de Estado-Maior, de Aviação, de Veterinária e para os colégios militares. Instituiu também a instrução física obrigatória para todas as armas. Alterou ainda a divisão territorial militar e a organização das divisões do Exército, reorganizando a Artilharia de Costa e criando a Diretoria Geral de Intendência de Guerra. Fez grandes aquisições de material bélico moderno para as diversas armas e serviços, incrementando a indústria militar nacional, sobretudo as fábricas instaladas em Realengo, no Rio de Janeiro, e em Piquete (SP). Construiu 103 estabelecimentos militares espalhados por todo o país, tomando cuidados especiais com as instalações de serviços básicos nas casernas. No setor de aviação, montou novas esquadrilhas, inclusive de aviões de caça.

Por influência direta da Missão Francesa, surgiram em 1920 o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e o Regulamento Interno de Serviços Gerais (RISG). Data também dessa época a formulação da primeira política de defesa nacional abrangendo todos os aspectos de vida do país, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas, como a siderurgia. Foi o desdobramento dessa concepção que levou à criação, em 1927, do Conselho de Defesa Nacional. Ainda em 1920 o governo federal adquiriu a fazenda Quitaúna (SP), onde Calógeras construiu um quartel-general que serviu de apoio à ampliação da força militar estacionada no estado de São Paulo.

No final de sua gestão à frente do Ministério da Guerra, ocorreu o levante de 5 de julho de 1922, inaugurando o ciclo de movimentos tenentistas que marcou a década. Pandiá Calógeras participou diretamente dos acontecimentos que antecederam a revolta, bem como da repressão ao levante. Foi ele que, a pedido do presidente Epitácio Pessoa, enviou em 1º

de julho um aviso de repreensão ao marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, por suas declarações contra a participação de tropas federais no conflito entre forças políticas pernambucanas em torno do resultado das eleições estaduais ali realizadas. A polêmica então estabelecida entre o marechal e o governo levou à sua prisão e ao fechamento do Clube Militar no dia 2 de julho, o que revoltou parcela ponderável da juventude militar. Informado dos preparativos para uma revolta no forte de Copacabana, Calógeras enviou o capitão José da Silva Barbosa, acompanhado pelo general Bonifácio Costa, para substituir Euclides Hermes da Fonseca (filho de Hermes da Fonseca) no comando dessa corporação. A prisão desses oficiais legalistas pela guarnição de Copacabana configurou o início do levante, que envolveu também a Escola Militar e algumas tropas da Vila Militar, no Rio de Janeiro, além do contingente estacionado em Mato Grosso.

Em todas essas frentes, a revolta foi rapidamente sufocada. Esperançosos de obter o apoio dos oficiais da Vila Militar, os alunos da Escola Militar, chefiados pelo coronel João Maria Xavier de Brito Júnior, começaram sua marcha sobre a cidade. Recebidos a tiros pela guarnição, recuaram para Realengo, onde se renderam. Como consequência, mais de quinhentos alunos foram expulsos da escola. Também em Mato Grosso a rebelião foi logo dominada, com o deslocamento de tropas da Força Pública de São Paulo, que obtiveram a rendição dos rebeldes.

No forte de Copacabana, a revolta teve início em um ambiente de desilusão, causado pela certeza de que não poderiam contar com o apoio dos companheiros de conspiração. Apesar disso, os revoltosos atingiram o prédio do Ministério da Guerra com tiros de canhão, o que alarmou as autoridades e levou à mudança do quartel-general legalista para a guarnição do Corpo de Bombeiros situada do outro lado da praça fronteiriça, o Campo de Santana. Em 6 de julho, o forte foi cercado e Pandiá Calógeras começou a ameaçar seus ocupantes com um ataque por terra e mar, caso não se rendessem. Diante da situação, o capitão Euclides Hermes liberou seus soldados e oficiais para optarem, permanecendo no quartel apenas 28 voluntários dispostos a lutar. Pouco depois, Euclides Hermes foi preso ao sair do forte para parlamentar com Calógeras.

Sob o comando do tenente Antônio Siqueira Campos, os revoltosos resolveram então abandonar o quartel e continuar a luta marchando pela avenida Atlântica de encontro às

forças legalistas, desencadeando então o episódio conhecido como Os 18 do Forte, última escaramuça da revolta de 1922, que resultou na morte de vários revoltosos e ferimentos nos restantes.

DEPOIS DE 1922

Com o fim do mandato de Epitácio Pessoa (15/11/1922), Calógeras deixou o ministério e se afastou da política por discordar da eleição de Artur Bernardes para a presidência da República. Entre 1923 e 1929, presidiu a Companhia Nacional de Artefatos de Cobre (Conac), desenvolvendo também grande atividade intelectual como jornalista, conferencista e escritor. Nesse período, publicou *A política exterior do Império*, em três volumes, considerada sua obra mais importante como historiador e, em 1930, *Formação histórica do Brasil*. Em 1928, foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia. Quando das eleições presidenciais de março de 1930, apoiou Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal, coligação interpartidária de oposição. Com a vitória do situacionista Júlio Prestes, as forças oposicionistas aceleraram os preparativos para uma revolta armada que, deflagrada em 3 de outubro, foi vitoriosa ao cabo de 21 dias de luta. Convidado, Calógeras recusou-se a participar da junta governativa que exerceu o poder até a formação, em 3 de novembro, do governo provisório chefiado por Vargas. Esse governo nomeou-o em 1931 relator do projeto sobre legislação de minas nas comissões legislativas então instituídas e membro da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. No mesmo ano, a convite do governo mineiro, estudou a reforma do sistema tributário desse estado.

Em 1932 tornou-se presidente da Liga Eleitoral Católica e manifestou simpatias pela Revolução Constitucionalista, deflagrada em São Paulo para exigir a imediata reconstitucionalização do país e a devolução da autonomia estadual. Mesmo derrotada, a revolução teve influência na convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Nesse pleito, concorrendo em Minas Gerais na legenda do Partido Progressista (PP), Calógeras obteve a maior votação até ali alcançada no Brasil por um candidato a deputado. Pouco depois, seu nome foi incluído na lista apresentada por líderes mineiros a Vargas para que este escolhesse o interventor que substituiria o governador Olegário Maciel, recém-falecido, na chefia do Executivo estadual. A escolha do chefe do

governo provisório recaiu, entretanto, sobre Benedito Valadares.

Pouco depois, em 21 de abril de 1934, Pandiá Calógeras faleceu em Petrópolis (RJ), na vigência de seu mandato constituinte.

Foi patrono da cadeira nº 7 e membro correspondente no exterior da Academia Carioca de Letras. Além de inúmeros discursos, relatórios e artigos, publicou obras sobre diferentes temas, nas áreas de sociologia, história, finanças, indústria, administração, engenharia, política e pedagogia, entre as quais *As minas do Brasil e sua legislação* (3 v., 1904-1905), *La politique monétaire du Brésil* (1910), *Os jesuítas e o ensino* (1911), *Novos rumos econômicos* (1912), *Rio Branco e a política exterior* (1916), *A política exterior do Império* (3 v., 1927-1933), *A união brasileira* (1927), *A Ordem de São Bento e a civilização* (1927), *Problemas de governo* (1928), *Formação histórica do Brasil* (1930), *Conceito cristão do trabalho* (1932), *Problemas de administração* (1933), *Estudos históricos e políticos (Res nostra)* (2ª ed., 1936), *O marquês de Barbacena* (1936), *Ascensões d'alma (uma página íntima)*, *As relações exteriores do Brasil* e *A Lei de Minas*. Deixou vários inéditos, entre os quais *Diário da Conferência de Paz*, um ensaio sobre a eucaristia, e um trabalho de caráter íntimo chamado *Méditations*.

Muitos artigos e livros foram escritos sobre a vida de Pandiá Calógeras, entre os quais o de E. M. de Castro e Silva, *À margem do ministério Calógeras*, a coletânea *Pandiá Calógeras na opinião de seus contemporâneos* (1934), o de Antônio Gontijo de Carvalho, *Calógeras* (1935) e o de Luís Pinto, *Pandiá Calógeras* (1955).

Robert Pechman

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ALMEIDA, A. *Dicionário*; ALMEIDA, A. *Vultos*; BELEZA, N. *Evolução*; *Diário Carioca* (23/10/1959); GUIMARÃES, A. *Dicionário*; INST. HIST. GEOG. BRAS. *Dicionário*; *Jornal* (25/9/1927 e 25/4/1934); *Jornal do Comércio*, Rio (6/5/1934, 22/11/1943 e 22/11/1953); LEITE, A. *História*; LOPES, T. *Ministros*; MENESES, R. *Dic.*; NABUCO, C. *Vida*; OLIVEIRA, M. *História*; *Ordem*; *Pandiá*; PESQ. F. BARBOSA; *Rev. Arq. Públ. Mineiro*; RIBEIRO FILHO, J. *Dicionário*; SILVA, H. 1922.

CÂMARA, ARRUDA

*religioso; rev. 1930; const. 1934; dep. fed. PE 1935-1937; const. 1946; dep. fed. PE 1946-1970.

Alfredo de Arruda Câmara nasceu em Afogados da Ingazeira, então Ingazeira (PE), no dia 8 de dezembro de 1905, filho de Júlio Bezerra de Arruda Câmara e de Emília Magalhães de Arruda Câmara.

Após iniciar os estudos na escola pública Alagoas, em Monteiro (PB), voltou em 1917 para Pernambuco e ingressou no Colégio do Triunfo, em Recife. Decidindo-se pelo sacerdócio, entrou em 1919 no Seminário de Olinda (PE), pelo qual se formou em direito canônico no ano de 1925. Seguiu então para Roma e estudou no Colégio Pio Latino-Americano e depois na Academia de São Tomás de Aquino, onde obteve o doutorado em filosofia em dezembro de 1927. Ordenou-se sacerdote em Roma em abril de 1928 e permaneceu na capital italiana, doutorando-se em teologia dogmática pela Universidade Gregoriana em julho do mesmo ano. Em seguida, retornou ao Brasil.

Nomeado em 1929 cura da catedral e vigário da paróquia de Pesqueira (PE), foi ainda pároco substituto em Piedade, na capital, e em Afogados da Ingazeira. Reitor do Seminário de Pesqueira e professor do Seminário de Olinda, lecionou latim e história da filosofia nesses dois estabelecimentos.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Ingressou na política nessa época, aderindo à Aliança Liberal, movimento articulado em apoio às candidaturas oposicionistas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e à vice-presidência da República nas eleições marcadas para março de 1930. Com a vitória dos adversários, a chapa oficial integrada por Júlio Prestes e Vital Soares, setores da Aliança Liberal iniciaram articulações para o desencadeamento de um movimento armado contra o governo federal. Essas articulações se intensificaram após o assassinato de João Pessoa (26/7/1930), e a revolução eclodiu no dia 3 de outubro. No dia seguinte, em Recife, um grupo de 17 homens, comandado pelo capitão Antônio Muniz de Faria, tomou o quartel da Soledade, depósito de material bélico da 7ª Região Militar, o que permitiu municiar voluntários civis e militares. Nessa ocasião, o padre Arruda Câmara uniu-se aos rebeldes que combatiam as forças legalistas remanescentes, as quais cessaram a resistência na

madrugada do dia seguinte.

No dia 9 de outubro, a revolução já dominava o Nordeste, de Pernambuco ao Maranhão. O chefe militar do movimento na região, Juarez Távora, ordenou então a formação de um destacamento que, sob o comando de Juraci Magalhães, deveria ocupar Maceió e Aracaju, invadindo em seguida o nordeste da Bahia. Integrando esse corpo de tropas, o padre Arruda Câmara foi preso pelas forças legalistas na Bahia em 20 de outubro, sendo porém libertado quatro dias depois, com a queda do presidente Washington Luís e, em consequência, do governo baiano.

Devido a seu espírito combativo e ao fato de andar sempre armado, o padre Arruda Câmara, segundo Antônio de Andrade Lima Filho, era conhecido como “o padre-jagunço do Pajeú”. Por ocasião da revolta do 21º Batalhão de Caçadores contra o governo pernambucano do interventor Carlos de Lima Cavalcanti, ocorrida em Recife entre 29 e 30 de outubro de 1931 e considerada de inspiração esquerdista, Arruda Câmara postou-se do lado do governo, participando efetivamente de combates, dos quais saiu ferido. Os revoltosos ocuparam Olinda e dois bairros recifenses, além de instalações militares, e enviaram a Lima Cavalcanti um ultimato para que renunciasse ao governo estadual. Entretanto, o interventor contou com o apoio do governo federal e com o auxílio de Alagoas, Paraíba e do Rio Grande do Norte, e conseguiu debelar o movimento em pouco tempo.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR (1933-1937)

Com a convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, realizadas em 15 de maio de 1933, o padre Arruda Câmara candidatou-se e foi eleito deputado à Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco. Assumiu o mandato no dia 15 de novembro do mesmo ano, sendo escolhido em seguida líder da bancada pernambucana na Assembleia.

Nos trabalhos de elaboração propriamente dita da nova Constituição, o padre Arruda Câmara teve atuação pouco expressiva, restringindo praticamente sua participação ao tratamento dos problemas eclesiásticos. Defendeu a invocação do nome de Deus no preâmbulo da Constituição e encaminhou propostas ligadas à necessidade da presença efetiva da Igreja na vida civil e política da nação. Em seus discursos, batia-se

prioritariamente pela adoção do ensino religioso — facultativo — em todos os estabelecimentos escolares, pela assistência religiosa às forças armadas, pelo matrimônio indissolúvel e pela concessão do direito de voto a todos os cidadãos.

Entretanto, se nos trabalhos constituintes sua atuação foi restrita, desempenhou importante papel de articulador político em diversos momentos críticos por que passou a vida nacional nesse período. Quando Osvaldo Aranha renunciou (29/12/1933) à liderança da maioria na Constituinte, Arruda Câmara participou de diversos encontros que reuniram líderes de expressão nacional em esforços para contornar a crise. O grupo de constituintes mais ligados ao tenentismo passou a exigir a recondução de Aranha à liderança, mas o padre Arruda Câmara encampou a proposta do governo, que pretendia indicar o baiano Antônio Garcia de Medeiros Neto. Não conseguiu obter o apoio consensual da bancada pernambucana, mas Medeiros Neto foi escolhido líder da maioria no dia 12 de janeiro de 1934.

Em março, iniciaram-se na Constituinte as gestões das forças favoráveis a Vargas para garantir sua permanência no poder. Propunham inverter a ordem dos trabalhos prevista para a Constituinte, promovendo a eleição do presidente da República pela Assembleia antes da promulgação da nova Constituição. Arruda Câmara apoiou essa medida, mas os trabalhos acabaram obedecendo à ordem inicial. A eleição de Vargas não foi, porém, ameaçada, e ocorreu no dia 17 de julho, um dia depois de promulgada a nova Carta.

Encerrados os trabalhos da Constituinte, realizaram-se em outubro de 1934 eleições para o Congresso, e o padre Arruda Câmara elegeu-se deputado federal, novamente na legenda do PSD de Pernambuco. Ainda em 1934, recebeu os títulos de major honorário do Exército e de tenente-coronel honorário da Polícia Militar de Pernambuco. No dia 3 de maio do ano seguinte, assumiu o mandato de deputado federal, e em seguida foi escolhido vice-presidente da Câmara e presidente da Comissão de Legislação Social, além de ter integrado as comissões de Segurança Nacional e de Justiça Constitucional da Câmara.

Em 1936, com o início das articulações para as sucessões presidenciais e estaduais previstas para 1938, as relações entre os dois principais líderes políticos pernambucanos, o governador Lima Cavalcanti e o ministro do Trabalho Agamenon Magalhães, sofreram sério abalo. O ministro, muito próximo a Vargas, interferia na política federal relativa a Pernambuco, enquanto o governador sentia-se desprestigiado e marginalizado ante as

decisões do poder central. No início de 1937, essa situação desdobrou-se com a ocorrência de uma grave cisão no PSD de Pernambuco: os opositores de Lima Cavalcanti, entre os quais se encontrava o padre Arruda Câmara, aproximaram-se de Agamenon Magalhães, apoiando a candidatura deste ao governo do estado. No decorrer da campanha, em 15 de maio de 1937, após uma manifestação popular em favor de Lima Cavalcanti, Arruda Câmara foi provocado por um grupo de estudantes e sacou de seu revólver, ameaçando com ele os rapazes. Foi entretanto contido por populares, e o incidente não teve maiores consequências.

As eleições aproximavam-se, e em setembro de 1937 já se tornara evidente que o governo federal considerava indesejáveis as duas candidaturas à presidência da República, tanto a do opositorista Armando de Sales Oliveira quanto a do postulante oficioso, José Américo de Almeida. Diante dessa situação, os parlamentares governistas passaram a considerar duas soluções: a prorrogação dos mandatos por um ano e o consequente adiamento das eleições, ou a manutenção de Getúlio no poder. As duas propostas implicavam, entretanto, uma reforma constitucional, e discutia-se se o governo teria o *quorum* necessário para tanto. No dia 14 de setembro, Arruda Câmara, então vice-presidente da Câmara, encontrou-se com o ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra, e discutiu a possibilidade da prorrogação dos mandatos. No dia 10 de novembro, porém, o problema sucessório definiu-se com o golpe que implantou o Estado Novo, dissolvendo os órgãos legislativos do país e assegurando a Getúlio a permanência no poder. Outra consequência do golpe foi o afastamento de Lima Cavalcanti do governo de Pernambuco. Agamenon Magalhães assumiu o cargo de interventor federal no estado no dia 3 de dezembro.

Quanto ao padre Arruda Câmara, embora se tivesse colocado ao lado de Agamenon, empenhando-se em sua nomeação para a interventoria, em pouco tempo rompeu relações com o novo interventor. Segundo Andrade Lima Filho, isso ocorreu porque Agamenon teria deixado de cumprir a promessa de entregar a Arruda Câmara a Secretaria de Justiça do estado. Integrante do conselho administrativo da Caixa Econômica Federal em Pernambuco, em 1938 o padre Arruda Câmara assumiu os cargos de diretor e de vice-presidente da Caixa.

APÓS O ESTADO NOVO

Com o início da desagregação do Estado Novo, o padre Arruda Câmara participou, em abril de 1945, dos trabalhos de organização e criação do Partido Democrata Cristão (PDC), o qual, desde sua fundação, esteve estreitamente vinculado ao clero. Em maio pronunciou-se a favor de uma ampla anistia política e, na convenção nacional do PDC, realizada no Rio de Janeiro em outubro, foi eleito presidente do diretório pernambucano do partido, cargo que ocupou durante alguns anos.

No pleito de dezembro de 1945, elegeu-se deputado por Pernambuco à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do PDC. Na Constituinte, integrou a Comissão de Justiça e a subcomissão encarregada do capítulo “Da família, educação e cultura” da nova Constituição. Com a promulgação da Carta em setembro de 1946 e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, teve seu mandato estendido até janeiro de 1951.

Tornou-se presidente nacional do PDC ainda em 1946, e em 1948 recebeu o título de monsenhor. Na Câmara, integrou a Comissão Permanente de Segurança Nacional e a Comissão Especial para a Defesa do Vale do São Francisco. Seus discursos, tanto na Constituinte como na Câmara, pautaram-se pelo combate ao comunismo e ao divórcio, e pela defesa do regime parlamentarista de governo. Foi de sua autoria o projeto que criou o Instituto de Previdência dos Congressistas, do qual foi o primeiro presidente.

Reeleito em outubro de 1950, tornou-se líder do PDC na Câmara em março de 1952. Nesse mesmo ano, assumiu a presidência do diretório central do partido. Em 1954 recebeu o título de protonotário apostólico, e em outubro do mesmo ano tornou a reeleger-se deputado federal por Pernambuco na legenda do PDC.

Já no final de 1954, iniciaram-se as articulações com vistas às eleições presidenciais marcadas para outubro do ano seguinte. Os democratas-cristãos, liderados pelo monsenhor Arruda Câmara no Nordeste e pelo paulista Antônio de Queirós Filho no Centro-Sul, onde tinham maior força eleitoral, iniciaram sondagens junto ao general Juarez Távora a fim de lançar sua candidatura, tendo em vista a afinidade deste com o programa do partido. De início, Juarez recusou a idéia, já que defendia uma candidatura civil capaz de promover a conciliação nacional. O PDC lançou então a candidatura do governador de Pernambuco, Etelvino Lins, mas no decorrer de 1955 Juarez Távora reconsiderou sua posição, terminando por consentir em candidatar-se. Seu nome foi então homologado nas convenções nacionais do Partido Socialista Brasileiro (29/5/1955), do PDC (3/6/1955) e da

União Democrática Nacional (31/7/1955). Nas eleições de outubro, porém, foi derrotado por Juscelino Kubitschek.

Em 23 de novembro de 1955, monsenhor Arruda Câmara votou contra o *impeachment* de Café Filho decretado pelo Congresso. Café pretendia reassumir a presidência da República após a deposição (11/11/1955) de seu substituto Carlos Luz, afastado do governo por um movimento militar que o acusava de colaboração com um golpe para impedir a posse de Kubitschek.

Mais uma vez reeleito em outubro de 1958, com a renúncia do presidente Jânio Quadros (25/8/1961) monsenhor Arruda Câmara propôs à Câmara a adoção do parlamentarismo, regime de governo que sempre defendera, a fim de permitir a posse do vice-presidente João Goulart, que vinha sofrendo a oposição dos ministros militares. A aprovação dessa medida pelo Congresso (2/9/1961), por meio da Emenda Constitucional nº 4, tornou possível a posse de Goulart na presidência da República cinco dias depois.

No início do governo de Goulart, Arruda Câmara voltou a defender uma anistia política ampla, que beneficiasse inclusive o líder comunista Luís Carlos Prestes. Chegou mesmo a interpelar o primeiro-ministro Tancredo Neves quanto aos obstáculos que este vinha impondo à execução do projeto. Por outro lado, porém, combateu na Câmara o reatamento das relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, efetivado em novembro de 1961.

Reeleito pela quarta vez em outubro de 1962, no início da legislatura 1963-1967 defendeu na Câmara uma reforma agrária que levasse à formação de cooperativas rurais, bem como o aumento da fiscalização da remessa de lucros para o exterior.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, monsenhor Arruda Câmara filiou-se à agremiação governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Nessa legenda, tornou a reeleger-se ainda uma vez deputado federal por Pernambuco em novembro de 1966. Não chegou, porém, a completar o sexto mandato consecutivo, tendo falecido no Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 1970.

Além de discursos, relatórios e pareceres, publicou *Contra o comunismo* (1946).

Seu sobrinho Diógenes Arruda Câmara, líder comunista, foi deputado federal por São Paulo de 1947 a 1951.

FONTES: *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores: Câm. Dep. seus componentes*; CAMPOS, Q. *Fichário*; CHACON, V. *Estado*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; COSTA, M. *Cronologia*; DELGADO, L. *Carlos*; DELLA CAVA, R. *Igreja*; *Diário de Pernambuco* (21 e 22/2/1970); *Diário do Congresso Nacional*; *Estado de S. Paulo* (19/9/1978); GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (19/9/1976); *Jornal do Comércio*, Rio (22, 25/2/1970); LIMA FILHO, A. *China*; MACEDO, N. *Aspectos*; PANDOLFI, D. *Crise*; PANDOLFI, D. *Trajetória*; PORTO, J. *Tempos de Lima*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1937; TÁVORA, J. *Vida*.

CÂMARA, Augusto Leopoldo da

* jornalista; dep. fed. RN 1912-1914.

Augusto Leopoldo Raposo da Câmara nasceu em Ceará-Mirim (RN) no dia 22 de agosto de 1856, filho de Manuel Leopoldo Raposo da Câmara e de Antônia Carrilho Raposo da Câmara.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1880, durante o curso foi um dos redatores do jornal *O Protesto*. Depois de formado, retornou à cidade natal e filiou-se ao Partido Conservador, do qual seu pai era um dos chefes locais, aproximando-se do chamado “grupo da Botica”, denominação dada em referência ao lugar onde seus integrantes se reuniam. Participavam do grupo, entre outros, Francisco Amintas da Costa Barros, Antônio de Amorim Garcia e José Inácio Fernandes Barros, que exerceriam grande influência na política do Rio Grande do Norte nos primeiros anos do período republicano.

Eleito deputado provincial pelo Partido Conservador para o biênio 1882-1883, foi chefe de Polícia do Rio Grande do Norte de 1885 a 1886. Nesse último ano foi nomeado juiz municipal e de órfãos e capelas de Natal, cargo que ocupou até 1889.

Após a proclamação da República (15/11/1889), colaborou no *Rio Grande do Norte*, jornal que circularia de 1890 a 1896 na capital potiguar. Em 1891 foi membro da Intendência Municipal de Natal, elegendo-se em seguida deputado à Constituinte estadual de 1891 pelo Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Em 1895 tornou-se procurador da República no estado, cargo que exerceria até 1901. Em 1897, passou a integrar o Partido Republicano Constitucional (PRC), que foi fundado naquele ano e fazia oposição à liderança de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, principal nome da política norte-rio-grandense nos primeiros tempos da República. Anos depois, em 1905, participou da reorganização do PRC, assumindo a presidência da agremiação. Em 1906 tornou-se diretor do *Diário de Natal*, jornal de oposição ao governo estadual, à frente do qual permaneceria até 1913.

Em 1912 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte na legenda do PRC, tornando-se o primeiro parlamentar do partido desde sua fundação. Em 1913, em decorrência da chamada “política das salvaçãoes” – processo de intervenções militares desencadeado sobretudo nos estados nordestinos, contra o poder das oligarquias, pelo presidente da República, marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) –, apoiou o capitão José da Penha Alves de Sousa em sua pretensão de lançar Leônidas Hermes da Fonseca, filho do presidente, como candidato ao governo estadual. Nesse período, todos os jornais oposicionistas foram empastelados, inclusive o *Diário de Natal*.

Contudo, como o governador eleito, Ferreira Chaves, rompeu com os herdeiros políticos de Pedro Velho e promoveu a desarticulação desse grupo durante sua administração (1914-1918), Augusto Leopoldo da Câmara retornou ao PRF, vindo a ocupar o cargo de secretário geral do Estado entre 1920 e 1924, no governo de Antônio José de Melo e Sousa. Em seguida, elegeu-se vice-governador na chapa encabeçada por José Augusto Bezerra de Medeiros, exercendo o mandato entre 1924 e 1928. Nesse período, presidiu o Congresso Legislativo e a Constituinte estadual de 1926, função reservada ao vice-governador.

Eleito em 1928 para ocupar uma das vagas abertas por falecimento na Assembleia Legislativa durante a legislatura de 1927-1929, foi reeleito deputado estadual para a legislatura que acabou dissolvida em 6 de outubro de 1930, com a eclosão do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder e fechou todos os órgãos legislativos do país. Após a Revolução de 1930, foi diretor da Fazenda de 1931 a 1932, na interventoria de Herculino Cascardo.

Foi também consultor jurídico do Banco do Rio Grande do Norte, presidente da Ordem dos Advogados na seção do Rio Grande do Norte e presidente da Caixa de Aposentadoria dos Marítimos.

Faleceu no Rio de Janeiro, então capital federal, em 11 de dezembro de 1941.

Era casado com Maria Pia Pereira, com quem teve cinco filhos, entre os quais Mário Leopoldo Pereira da Câmara, interventor federal no Rio Grande do Norte de 1933 a 1935 e ministro da Fazenda de 1955 a 1956. Seu sogro, Joaquim Inácio Pereira, foi um grande comerciante em Natal e chegou a presidir a Assembleia Legislativa nos primeiros tempos da República.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CÂM. DEP. *Anais* (24/8/1956, p. 354-355); CASCUDO, L. *Governo*; NONATO, R. *Bacharéis*; SOARES, A. *Dicionário*; SOUZA, I. *República*; SPINELLI, J. *Reação*.

CÂMARA, Jerônimo

* magistrado; gov. RN 1890 e 1892.

Jerônimo Américo Raposo da Câmara nasceu em Natal no dia 14 de novembro de 1843, filho de José Lucas Soares Raposo da Câmara e de Maria Leonor Raposo da Câmara.

Recebeu o diploma de bacharel na Faculdade de Direito do Recife em 1868. De volta ao Rio Grande do Norte, em 1869 foi nomeado promotor público em Mossoró e depois em Açu, e em 1870 foi eleito deputado provincial pelo Partido Conservador. Em 1871 foi transferido para a comarca de Maioridade, que incluía os municípios de Imperatriz, Pau dos Ferros e Porto Alegre, sendo nomeado juiz municipal e de órfãos de Imperatriz e, a partir de 1874, de Pau dos Ferros. Foi mais uma vez transferido, agora como juiz de direito, para a nova comarca de Trairi, hoje Nova Cruz, em 1881. Exerceu as funções de chefe de Polícia em 1886 e 1888, e nesse último ano foi enviado para São José de Mipibu.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, quando Antônio Basílio Ribeiro Dantas, último presidente da província, chamou Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder do Partido Republicano, para assumir e organizar o primeiro governo sob o novo regime, Jerônimo Câmara foi mais uma vez nomeado chefe de Polícia. Dezenove dias depois, quando o governo provisório da República substituiu Pedro Velho por Adolfo Afonso da Silva Gordo, foi mantido no cargo. Quando Adolfo Gordo foi afastado do governo em 8 de fevereiro de 1890, por interferência direta de Pedro Velho junto a Aristides da Silveira Lobo, ministro do Interior, assumiu o governo do estado até a posse de Joaquim Xavier da Silveira Júnior, em 10 de março. Este, por sua vez, seria substituído por Pedro Velho em 19 de setembro seguinte. Uma série de governantes se sucederia, até que Pedro Velho e José Bernardo de Medeiros depuseram o governador Miguel Castro, em 28 de novembro de 1891, e em seu lugar instalaram uma junta governativa.

Eleito deputado estadual pelo Partido Republicano e escolhido presidente do Congresso estadual, em 22 de fevereiro 1892 Jerônimo Câmara recebeu o governo do estado da junta governativa e no dia 28 de fevereiro transferiu-o para Pedro Velho, que fora eleito governador também pelo Congresso estadual. Durante o governo de Pedro Velho, que se estenderia até 25 de março de 1896, assumiria três vezes interinamente o governo do estado, evitando a posse do vice-governador Silvino Bezerra, então na oposição a Pedro Velho.

Ainda em 1892 foi nomeado desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Rio

Grande do Norte, órgão que presidiu até 1898, quando o então governador Joaquim Ferreira Chaves Filho, com o apoio de Pedro Velho, aposentou-o por decreto junto com outros quatro desembargadores e cinco juízes, nomeando para o lugar destes parentes e outros aliados políticos. Tal ato foi motivado pela fundação, em 1897, do Partido Republicano Constitucional, de oposição a Pedro Velho, presidido por Jerônimo Câmara. Embora tivesse recorrido ao Supremo Tribunal Federal, Jerônimo Câmara apenas conseguiu garantir o direito aos vencimentos e atrasados, sendo mantido o seu afastamento.

Faleceu em Natal em 26 de novembro de 1920.

Casado com Mariana Elisa Raposo da Câmara, teve sete filhos. Um deles, José Lucas Raposo da Câmara, foi membro do Superior Tribunal do Amazonas.

Renato Amado Peixoto

FONTES: BUENO, A. *Visões*; CASCUDO, L. *História*; NONATO, R. *Bacharéis*; SOUZA, I. *República*.

CÂMARA, José Antônio

* militar; min. Guerra 1880-1881; sen. RS 1880-1889; gov. RS 1889-1890 e 1892.

José Antônio Correia da Câmara, futuro *visconde de Pelotas*, nasceu em Porto Alegre em 17 de fevereiro de 1824, filho do general José Hipólito de Lima e de Maria Benedita Correia da Câmara. Seu avô, Patrício José Correia da Câmara, foi o primeiro visconde de Pelotas; seu irmão Leopoldo Augusto da Câmara Lima foi agraciado com o título de barão de São Nicolau.

Em 1839 ingressou na carreira militar, no 3º Regimento de Cavalaria, e logo tomou parte em batalha contra os revolucionários envolvidos na Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, que conflagrou o Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845. Em 1844 foi promovido a alferes, e em 1850 a capitão. Entre 1851 e 1852, sob as ordens do brigadeiro Manuel Marques de Sousa, lutou na Guerra do Prata, também conhecida como Guerra contra Rosas, episódio da longa disputa entre Brasil e Argentina pela influência no Uruguai e pela supremacia na região do rio da Prata, que terminou com a vitória brasileira.

Entre os anos de 1855 e 1857 estudou na Escola Militar de Porto Alegre e optou pela arma de cavalaria. Em 1863 foi promovido a major e no ano seguinte participou mais uma vez de um confronto armado. Tratava-se agora da Guerra contra Aguirre, conflito inscrito na defesa dos interesses do Brasil. As forças brasileiras depuseram então o presidente uruguaio Atanásio Aguirre, do Partido Blanco, que foi substituído por seu opositor Venâncio Flores. Ainda em 1864, após a vitória brasileira no Uruguai, o exército paraguaio invadiu a província brasileira de Mato Grosso, dando início à Guerra do Paraguai (1864-1870), que opôs, de um lado, Brasil, Argentina e Uruguai e, de outro, o Paraguai.

Em 1865, José Antônio Câmara auxiliou na retomada da cidade de Uruguaiana (RS), invadida por tropas paraguaias a mando do presidente Francisco Solano Lopes com o objetivo de aumentar o território do Paraguai e de obter uma saída para o oceano Atlântico. Em 1866 participou da Batalha do Curupaiti, e em 1868, da Batalha do Avaí, em território paraguaio. Nesse mesmo ano foi promovido a brigadeiro. Com o término da guerra, em 1870, reconhecido como um dos heróis do Exército brasileiro, foi promovido a marechal e recebeu o título nobiliárquico de visconde de Pelotas. Receberia ainda a medalha do Mérito Militar e as insígnias da Ordem do Cruzeiro, de comendador de São Bento de Aviz e de oficial da Imperial Ordem da Rosa.

Em 28 de março de 1880 foi nomeado ministro de Estado dos Negócios da Guerra. Nesse mesmo ano assumiu uma cadeira no Senado pelo Partido Liberal. Deixou o ministério em 15 de maio de 1881, mas permaneceu no Senado até 1889. Como senador, defendeu, em 1887, os implicados na chamada Questão Militar. Advogou também a causa de emancipação dos escravos e desenvolveu a rede ferroviária no Rio Grande do Sul.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, e a instalação do governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, foi por este indicado governador do Rio Grande do Sul. Substituiu assim o vice-presidente da província, Justo de Azambuja Rangel, que desde 6 de novembro ocupava interinamente o lugar do titular Gaspar Silveira Martins. Permaneceu à frente do governo rio-grandense até 11 de fevereiro de 1890, quando foi substituído por Júlio Anacleto Falcão da Frota. Voltou a assumir o governo do estado entre 8 e 17 de junho de 1892, em conjuntura de grande instabilidade, que conduziu, no início de 1893, à eclosão da Revolução Federalista.

Faleceu no Rio de Janeiro em 18 de agosto de 1893.

Casado com Maria Rita Fernandes Pinheiro, teve cinco filhos.

Mirna Aragão

Fontes: CÂMARA, R. *Marechal*; DONATO, H. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (p. 1781- 1782); MIN. GUERRA Almanaque (1885, p. 372); MOYA, S. *Anuário*; PORTO ALEGRE, A. *Homens*;

CÂMARA, Lindolfo

* dep. fed. RN 1908-1911.

João Lindolfo Câmara nasceu em Natal no dia 11 de maio de 1863.

Estudou no Ateneu Norte-Rio-Grandense e ingressou no Tesouro Provincial em 1881. Ativista das campanhas abolicionistas no Rio Grande do Norte, foi membro da direção da Libertadora Norte-Rio-Grandense em 1888 e um dos signatários da Ata da Proclamação da República no Rio Grande do Norte. Após a proclamação da República (15/11/1889), integrou também a Comissão Proclamadora da República nos municípios de São José do Mipibu, Papari, Goianinha e Vera Cruz, por designação do governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Aprovado em concurso para a Fazenda Nacional em 1890, exerceu o cargo de escriturário da Alfândega de Recife. Na capital pernambucana, cursou a Faculdade de Direito e bacharelou-se em 1894. Delegado fiscal no Paraná em 1899, nesse mesmo tornou-se contador, o posto mais alto da carreira. Dando continuidade à trajetória profissional, foi diretor da Recebedoria de Rendas na Bahia em 1901, conferente e inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro, então capital federal, em 1904, e oficial de gabinete do ministro da Fazenda Davi Campista, em 1906.

Em 1908, assumiu o mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano, ocupando vaga aberta pela saída de Alberto Maranhão, que assumira o governo do estado. Reeleito em 1909, fez parte da Comissão de Tomada de Contas, participou das discussões dos limites com o Peru e com o Uruguai e apresentou o projeto que autorizava o traslado do corpo de dom Pedro II e punha fim ao exílio da família imperial. Concluiu o mandato em dezembro de 1911.

Foi um dos fundadores do Clube dos Funcionários Públicos Cíveis em 1916 e seu presidente até 1924, quando renunciou. Inspetor da Caixa de Amortização em 1918 e novamente inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro em 1918 e 1930, com o triunfo do movimento revolucionário de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, chegou a ser indicado presidente provisório do Rio Grande do Norte por Juarez Távora, mas acabou sendo substituído por Irineu Joffily, por ser considerado por setores revolucionários muito próximo das oligarquias apeadas do poder. Aposentou-se em 1931.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1943.

Era casado com Constança Valença Câmara, com quem teve dez filhos.

Publicou *Contas assinadas* (1923); *Projeto de reforma das tarifas* (1928); *Projeto de Código Aduaneiro* (1929); *Tarifa dos impostos de consumo* (1930); *Na República Velha: aspectos administrativos, econômicos, financeiros, políticos e sociais* (1931); *Memórias e*

devaneios (1938).

Renato Amado Peixoto

FONTES: BRITO, R. *Uma viagem*; CASCUDO, L. *História*; FERNANDES, L. *Imprensa*; MEDEIROS FILHO, J. *Contribuição*; NONATO, R. *Bacharéis*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, (v. 294-295, 1972); SPINELLI, J. *Getúlio*.

CAMARÁ, Otacílio de Carvalho

*dep. fed. DF 1915-1919; sen. DF 1919-1920.

Otacílio de Carvalho Camará nasceu no Rio Grande do Sul.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, formou-se pela Faculdade de Medicina e também pela Faculdade de Direito. Fixou residência no bairro de Santa Cruz, onde passou a atuar como médico e advogado e conquistou grande influência política. Iniciou uma forte campanha contra o grupo político liderado pelo senador Augusto de Vasconcelos, que dominava o Rio de Janeiro.

Nas eleições de 31 de janeiro de 1915 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio desse ano, exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1917. Reeleito para a legislatura seguinte, permaneceu na Câmara até 1919. Foi então eleito para o Senado, e aí ocupou uma cadeira até 1920, quando faleceu. Como parlamentar, trouxe verbas para os bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, favorecendo o desenvolvimento urbano do subúrbio carioca.

Em 1º de junho de 1923, foi inaugurada a estação de trem Senador Camará, no bairro da Zona Oeste do Rio que posteriormente receberia o mesmo nome.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; Portal Georio. Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas>>; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

CAMARGO, Afonso

* pres. PR 1916-1920; dep. fed. PR 1921-1922; sen. PR 1922-1927; pres. PR 1928-1930.

Afonso Alves de Camargo nasceu no município de Guarapuava (PR) em 25 de setembro de 1873, filho de Pedro Alves da Rocha Loures e de Francisca de Camargo Loures.

Após a conclusão do curso primário mudou-se para a capital paranaense, Curitiba, e aí iniciou o secundário, que concluiu em São Paulo com o propósito de ingressar na Faculdade de Direito. Iniciou-se na política ainda no Império, por intermédio de um prócer do Partido Liberal, o conselheiro Jesuíno Marcondes, último presidente da província do Paraná.

Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1894, regressou a Curitiba exerceu as funções de promotor público e de professor catedrático da Faculdade de Direito. Nesse período participou da Revolução Federalista (1893-1895) ao lado dos “maragatos”, grupo político radicado originalmente no Rio Grande do Sul que fazia oposição aos republicanos liderados por Júlio de Castilhos, e que estendeu sua ação política e militar por toda a Região Sul do país. Foi, assim, correligionário do governante revolucionário do Paraná, o “maragato” João de Meneses Dória (janeiro a março de 1894).

Pouco depois de encerrado o conflito militar, lançou-se candidato, em 1897, a uma cadeira no Congresso Legislativo estadual. Eleito, iniciou então o primeiro mandato, que renovaria em eleições sucessivas até 1914. Participou do processo de reconciliação entre os grupos antagônicos dos “maragatos” e “pica-paus” (republicanos) em 1908, que contribuiu para o fortalecimento do Partido Republicano Paranaense e para a acomodação de interesses entre os diferentes grupos políticos no âmbito estadual. Em 1911 foi eleito vice-presidente estadual, em chapa encabeçada por Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1912-1916). Sempre mantendo as atribuições de deputado estadual – à época a legislação eleitoral permitia a acumulação de cargos –, procurou abrir caminhos favoráveis à sua candidatura à presidência do estado.

Foi de fato eleito para o quadriênio de 1916 a 1920. Foi um período em que o resultado da

Guerra do Contestado – conflito de terras que envolveu trabalhadores rurais, coronéis e a empresa estadunidense *Brasil Railway Company*. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor da devolução de uma faixa de terras às margens do rio Iguaçu ao estado de Santa Catarina, acarretou descontentamentos em parte da população e dos setores políticos. Camargo aquiesceu à decisão do STF, argumentando o seguinte: “Só fiquei tranquilo comigo mesmo, depois que convenci-me de que não tinha outro caminho a seguir ... E tanto isso é uma verdade, que os próprios adversários do acordo não deram, até esta data [1º de fevereiro de 1917] outro remédio mais eficaz para solução de tão grave problema.” Apesar das críticas recebidas, seu peso político não deixou de contribuir para a eleição do seu sucessor, o então vice-presidente estadual Caetano Munhoz da Rocha.

Elegeram-se deputado federal em 1921, e em 1922 deixou a Câmara dos Deputados para ocupar uma cadeira no Senado Federal, exercendo o mandato até o ano de 1927. Retornou ao governo paranaense em 1928, sucedendo a Munhoz da Rocha. Criou então o Banco do Estado do Paraná – Banestado, em 1928, com o propósito de estimular o financiamento da produção agrícola. Sua gestão na presidência estadual foi interrompida pelo movimento revolucionário capitaneado por Getúlio Vargas em 1930. Abandonou então a política, dedicando-se ao magistério de direito. Ocupou, entre os anos de 1937 e 1939, a presidência da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil.

Faleceu em Curitiba em 16 de abril de 1959.

Foi casado com Etelvina Rebelo. Seu neto, Afonso Alves de Camargo Neto, também trilhou a carreira política, tendo sido senador pelo Paraná, eleito indiretamente, de 1979 a 1995, ministro dos Transportes de 1985 a 1986, no governo José Sarney, e a partir de 1995 deputado federal.

Roberto Bitencourt da Silva

FONTES: ABREU, A. *Dicionário* (v.I); ALBUQUERQUE, C. *Mensagem* (1916); CAMARGO, Affonso Alves de. *Mensagem* (1917, 1929); CÂM. DEP. Bio. Affonso Camargo

Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/constituicao20anos/parlamentaresconstituintes/parlamentaresconstituintes/bioconstituintes.html?pk=96771>>. Acesso em: 6 fev.2009; CARNEIRO. Disponível em: <<http://www.estantevirtual.com.br/buscaporautor/David%20Carneiro%20e%20Tulio%20Vargas>>; CARNEIRO, D.; VARGAS, T. *História*; GOULART, M. *Coronelismo*; LOVE, J. *Regionalismo*; ORDEM ADV. BRASIL. Seção Paraná. *OAB Paraná, galeria de presidentes*. Disponível em <<http://oabpr.telecorp.com.br/presidentes.php>>. Acesso em: 5 fev. 2009; SENADO. *Afonso Camargo*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1364&li=32&lcab=1921-1923&lf=32>. Acesso em: 2/2/2009.

CAMARGO, Joaquim Álvaro de Sousa

*dep. fed. SP 1900-1901.

Joaquim Álvaro de Sousa Camargo nasceu em Campinas (SP) em 10 de agosto de 1859, filho de Álvaro Xavier de Camargo e Silva e de Maria Brandina de Sousa Aranha.

Bacharelou-se em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo em 8 de novembro de 1884. Ainda estudante participou ativamente da propaganda republicana, sendo eleito presidente do Clube Republicano Acadêmico de São Paulo em 1883 e reeleito no ano seguinte. Depois de formado, foi eleito juiz de paz em Campinas no quadriênio de 1886 a 1890.

Fazendeiro vinculado ao grupo conservador do Partido Republicano Paulista (PRP) liderado por Júlio Mesquita, foi eleito deputado estadual para a legislatura 1898-1900 e participou, no Congresso Legislativo de São Paulo, da Comissão de Agricultura, Colonização e Imigração. Em 1900, sempre pelo PRP, foi eleito deputado federal pelo 5º distrito de São Paulo. Exerceu o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio daquele ano a dezembro de 1902. De volta a Campinas, em 1907 foi eleito vereador e presidente da Câmara de Municipal.

Em 28 de abril de 1918 fundou o Clube Campinense de Regatas e Natação, que visava a “direcionar os jovens aos exercícios físicos, condição para preparar uma raça forte e bela”. O local onde foi instalada a sede do clube passou a ser designado popularmente como praça “Tio Quim”, em sua homenagem. Era também pintor e músico.

Morreu em 4 de dezembro de 1952.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); Cadetu. Disponível em: <<http://www.cadetu.com.br/cluberegatas>>; CALIMAN, A. *Legislativo*; FONSECA, A; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*.

CAMARGO, Marins

*sen. PR 1928-1930.

Marins Alves de Camargo nasceu em Guarapuava (PR) no dia 22 de fevereiro de 1882, filho de Pedro Alves da Rocha Loures e de Francisca de Paula Camargo. Seu irmão Afonso Alves de Camargo foi presidente do Paraná de 1916 a 1920 e de 1928 a 1930, deputado federal de 1921 a 1922 e senador de 1922 a 1927.

Em 1903 diplomou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Depois de formado estabeleceu-se como advogado na capital paranaense, trabalhando em escritório montado em parceria com o irmão. Em 1904 foi nomeado promotor público em Curitiba, mantendo-se no cargo até o ano seguinte. Em 1907 fundou o Ginásio Curitibano, instituição de ensino que se tornaria tradicional. No decorrer dos cinco anos em que esteve na direção da escola introduziu o jogo de futebol no Paraná, a partir da organização de times e da promoção de partidas do esporte entre os alunos.

Em 1912 foi nomeado secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1912-1916), que, no ano seguinte, o nomeou para a Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Entre 1924 e 1926, no segundo governo de Cavalcanti de Albuquerque, foi vice-governador do estado.

Eleito senador pelo Paraná, assumiu o mandato no Senado, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 11 de agosto de 1928 e tornou-se membro da Comissão de Instrução Pública. Exerceu o mandato até outubro de 1930, quando da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Ao longo de sua trajetória foi ainda deputado estadual no Paraná, secretário-geral do Conselho Administrativo e presidente do diretório regional do Partido Republicano. Foi também professor de direito internacional público na Universidade Federal do Paraná, instituição em que seu nome consta como um dos fundadores, e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Faleceu em Curitiba no dia 12 de abril de 1962.

Era casado com Etelvina Pinto Rebelo de Camargo. Seu sobrinho-neto, Afonso Alves de Camargo Neto, também trilhou a carreira política, tendo sido senador pelo Paraná de 1979 a 1995, ministro dos Transportes de 1985 a 1986, e deputado federal em várias legislaturas a partir de 1995.

Luciana Pinheiro

FONTES: CASA CIVIL DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/>. Acesso em: 21/6/2010; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (p. 2117/8); NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 305-306); NICOLAS, M. *Paraná* (p. 29-30); SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>. Acesso em: 21/6/2010.

CAMBOIM, Natalício

*dep. fed. AL 1909-1926.

Natalício Camboim de Vasconcelos nasceu em Barreiros (PE) no dia 23 de maio de 1872.

Ingressou na política em 1901, quando foi eleito deputado estadual em Alagoas. Assumindo nesse mesmo ano sua cadeira na Assembleia Legislativa, foi reeleito em 1903 e 1905. Exerceu seu mandato até 1906. Em 1908 foi eleito senador estadual para um período de seis anos. Assumiu sua cadeira no Senado alagoano, mas renunciou no dia 2 de maio de 1909, por ter sido eleito deputado federal.

Empossado na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, seria sucessivamente reeleito em 1912, 1915, 1918, 1921 e 1924. De início integrou a bancada liderada pelo líder republicano e senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado. Foi membro da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara e um dos signatários, em 1915, do parecer favorável à aprovação do tratado denominado ABC, de arbitragem ampla entre Argentina, Brasil e Chile. Insinua-se que era contrário à transferência do terminal da estrada de ferro de Quebrangulo para Palmeira dos Índios, em Alagoas, por ter na primeira, terra de sua mulher, seu mais expressivo colégio eleitoral. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1926, quando se encerraram seu último mandato e a legislatura.

Como adido comercial em Madri, na Espanha, fez publicar informações sobre os recursos econômicos do Brasil, em especial *Brasil, síntesis de sus recursos economicos, nueva edicion aumentada* (1928). Foi ainda industrial, presidente do Conselho Municipal e inspetor escolar em Quebrangulo.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas* (v.2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CAMPANHA CIVILISTA

Expressão criada para designar a campanha de Rui Barbosa nas eleições presidenciais de 1910. Mais do que lembrar o fato de que Rui era um jurista, a expressão deixava claro que Rui representava a opção civil à candidatura militar do marechal Hermes da Fonseca.

HISTÓRIA DA CAMPANHA

Em 1908, o presidente Afonso Pena (1906-1909) indicou seu ministro da Fazenda, Davi Campista, como candidato à sua sucessão na disputa eleitoral de 1910. A proposta do presidente não encontrou respaldo, apesar de não ser estranha ao jogo político, uma vez que o próprio Afonso Pena havia sido indicado por seu antecessor. As diversas facções que atuavam na cena política da Primeira República entraram então em choque, entrincheirando-se nos dois maiores partidos da época, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), ou seguiram a gravitar em torno de líderes até certo ponto independentes, como o senador gaúcho Pinheiro Machado. Após alguns meses de incerteza, foi lançada a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, na esperança de um consenso jamais atingido. Enquanto o PRM decidiu apoiar o marechal, o PRP, descontente, referendou o nome de Rui Barbosa. O rompimento entre os dois partidos, que não ocorria desde 1894, foi assim confirmado.

Até então, o temor de um retorno à turbulência das duas décadas anteriores havia levado os partidos a uma busca de conciliação nacional, de modo a afastar das campanhas presidenciais a disputa política exacerbada e o despertar de paixões. Estavam bem vivos na memória os embates de rua, as revoltas, o perigo da restauração monárquica, os fanatismos religiosos e jacobinos, tudo, enfim, que se opunha ao ideal positivista de racionalidade política. Todavia, a política dos governadores – modelo no qual as duas principais

oligarquias, paulista e mineira, se alternavam no poder – acabou por se mostrar insustentável. Entre a fratura que se abriu com a crise, o nome de Rui Barbosa, cujo prestígio político era indiscutível, surgiu quase como alternativa natural. O próprio marechal Hermes chegou a cogitar condicionar sua candidatura a um consenso em que houvesse a adesão de Rui Barbosa e do barão do Rio Branco, também ele sondado para a sucessão.

A campanha presidencial para as eleições de 1910 girou, portanto, em torno dessas duas personalidades: de um lado, o marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, representante da República da Espada, herdeiro de uma tradição familiar ligada ao Exército em que figurava o nome de Deodoro da Fonseca, e, de outro, o jurista Rui Barbosa, a Águia de Haia, representante da República dos Bacharéis, com inúmeros serviços prestados ao país no campo do direito, cujo discurso se pautava pela defesa da ética e do equilíbrio.

Rui Barbosa aproveitou para explorar ao máximo a polarização que as duas campanhas sugeriam, ciente de que sua candidatura não contava com o apoio da maioria dos presidentes de estado e dependia apenas de São Paulo e Bahia. Para o jurista baiano, o país atravessava uma crise política, mas de conteúdo eminentemente civil. Portanto, não era possível aceitar a indicação do ministro da Guerra para a disputa presidencial, ou mesmo, dizia ele da tribuna do Senado, reconhecer a necessidade de “passarmos da medicação normal à medicação heróica”. Era o risco de um retorno àquela indesejada turbulência nos negócios públicos que marcara a passagem dos militares pelo comando da República recém-inaugurada.

A Campanha Civilista trouxe a público um projeto apoiado num amplo programa de reformas, que iam da proposta de revisão constitucional, passando por medidas no campo financeiro, de ampliação do crédito, e chegavam à edição de um Código Civil e à reorganização do aparelho burocrático estatal, com a adoção do concurso para o ingresso no funcionalismo. Além dessas medidas, Rui Barbosa imaginava poder elaborar uma avultada reforma eleitoral para substituir, nos municípios, o processo de alistamento por uma espécie de registro civil eleitoral. Rui defendia, também, o pleito secreto e o controle do Poder

Judiciário no processo eleitoral.

O conteúdo reformador das propostas atendia aos interesses das camadas médias urbanas, mas desagradava às oligarquias políticas, cuja força dependia do funcionamento do sistema, que se apoiava na política dos governadores, no voto aberto e no clientelismo. Apesar da votação expressiva, Rui Barbosa foi derrotado pelo marechal Hermes da Fonseca, no pleito presidencial de março de 1910.

Eduardo Junqueira

FONTES: BARBOSA, R. *Discursos*; CARONE, E. *República*; CARVALHO, J. *Forças* (v.2); CARVALHO, J. *Rui Barbosa* (v.43).

CAMPELO, CLETO

*militar; Col. Prestes.

Cleto da Costa Campelo Filho nasceu em Gravatá (PE) no dia 29 de dezembro de 1898.

Sentou praça em 1918 ao ingressar na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e foi declarado aspirante a oficial em 1921. Promovido ainda nesse ano a segundo-tenente, chegou a primeiro-tenente em 1922, passando em seguida a servir como ajudante de ordens do chefe do Departamento de Guerra — depois Diretoria das Armas —, também na capital federal.

Ao eclodir a primeira revolta tenentista em 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro, manteve-se ao lado da legalidade, fazendo o mesmo por ocasião do “Segundo 5 de Julho”, em 1924, quando ocorreram levantes armados em Sergipe, no Amazonas e em São Paulo. Dominada com rapidez naqueles dois primeiros estados, a revolta custou a ser debelada em São Paulo, onde os rebeldes, comandados por Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital por três semanas, abandonando em seguida a cidade e deslocando-se para o interior sob pressão das forças policiais de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em abril de 1925, o grupo reuniu-se, no oeste do Paraná, ao contingente revolucionário que em outubro do ano anterior sublevara unidades militares no Rio Grande do Sul, dando origem assim à Coluna Prestes.

Cleto Campelo servia em 1926 na jurisdição da 7ª Região Militar (7ª RM), sediada em Recife, quando a Coluna, liderada por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, após percorrer vários estados, atingiu o Nordeste. Atuante no interior de Pernambuco, Cleto Campelo tinha como função dar combate à Coluna. Entretanto, acabou entrando em contato com os chefes rebeldes com o intuito de aderir ao movimento revolucionário. Inesperadamente, marchou com efetivos ao encontro da Coluna e iniciou os preparativos para a sua entrada em Recife. Nesse sentido, chegou a tomar as cidades pernambucanas de Jaboatão e Vitória de Santo Antão, mas acabou sendo morto em 18 de fevereiro de 1926 durante o combate travado em Gravatá. A Coluna, devido ao fracasso do levante, não chegou à capital pernambucana. Prosseguindo em seu itinerário, sempre combatida pelas tropas legais, internou-se em 1927 na Bolívia, em fevereiro, e no Paraguai, em março.

FONTES: CONSULT. MAGALHÃES, B.; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1935.

CAMPELO, Manuel Toriano dos Reis

*dep. fed. PE 1918-1920.

Manuel Toriano dos Reis Campelo foi eleito deputado federal pelo estado de Pernambuco em 1918. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e exerceu o mandato até dezembro de 1920.

No campo jornalístico, foi redator dos periódicos pernambucanos *Folha do Povo*, *Pernambuco*, *O Estado de Pernambuco* e *A Noite*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.3).

CAMPISTA, Davi

*dep. fed. MG 1903-1906; min. Faz. 1906-1909.

Davi Moretzsohn Campista nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 22 de janeiro de 1863, filho de Antônio Leopoldo da Silva Campista e de Emília Moretzsohn Campista.

Após viver parte da infância em Juiz de Fora (MG), concluiu os cursos primário e secundário no internato do Colégio Pedro II e no Colégio Aquino, no Rio de Janeiro. Em 1879 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se tornou bacharel em 1884. Seus biógrafos qualificam sua vida estudantil como pouco assídua, na medida em que era conhecido por suas ligações com as artes, destacando-se entre elas a música e a pintura. No entanto, ressaltam sua rara inteligência e brilhantismo.

Após graduar-se, foi advogar em Rio Preto (MG), provavelmente em razão de suas ligações familiares com lideranças políticas e econômicas de Juiz de Fora, entre as quais se incluía seu tio Luís Eugênio Horta Barbosa, que lhe garantiu seus primeiros postos políticos de relevância em Minas. Em Rio Preto, tornou-se promotor público e agente executivo do município. Ao ser transferido para São Paulo de Muriaé, atual Muriaé (MG), em razão de seu republicanismo radical, exonerou-se em 1888, preferindo permanecer com a propaganda republicana na pequena cidade de Rio Preto. Enquanto por lá esteve fundou um clube republicano, por solicitação dos responsáveis pelo movimento em Minas. Foi no Congresso Nacional Republicano ocorrido em Juiz de Fora no ano de 1889 que foi indicado pelos pares candidato à Assembleia Provincial, eleição que não chegou a realizar-se em razão da proclamação da República em 15 de novembro. Foi também proprietário da primeira tipografia do município e de seu primeiro periódico, além de um dos fundadores da Misericórdia de Rio Preto e o seu primeiro provedor.

Em 1891 foi indicado por Cesário Alvim, então presidente de Minas, presidente do Conselho da Intendência de Rio Preto, que exercia as funções de Câmara Municipal. Interrompeu essa atividade quando se elegeu deputado estadual constituinte na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). A primeira legislatura republicana mineira foi marcada por uma série de embates políticos que definiriam os rumos do novo regime no estado. Campista destacou-se como um fiel defensor da autonomia municipal e como um opositor contundente da instituição do Senado Estadual. Foi no âmbito da Constituinte mineira que se aprovou igualmente a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, na época chamada Cidade de Minas. No duro embate travado acerca do tema, Campista posicionou-se radicalmente a favor dos mudancistas. Por fim, destacou-se a sua dura oposição à colocação do nome de Deus na Constituição, por tratar-se para ele de um

documento político e não teológico. Para o Brasil, que muito recentemente se havia tornado um Estado laico, tal proposição era considerada por demais radical em relação aos valores predominantes na época. Campista foi voto vencido nesse quesito. Apesar disso, destacou-se no Parlamento mineiro como jovem liderança e excelente orador e por possuir inteligência política rara. Por essas e por outras razões foi eleito vice-presidente da Câmara e membro de sua Comissão de Justiça. Foi durante sua atividade parlamentar que conheceu Afonso Pena e dele tornou-se amigo pessoal, estabelecendo-se entre ambos uma parceria política que se estenderia até suas respectivas mortes.

No âmbito nacional, a República em construção encontrava-se dividida entre deodoristas e florianistas. Tais cisões tiveram intrincadas repercussões no território mineiro. Campista claramente posicionava-se entre os florianistas, embora se afastasse do radicalismo que os conduziria ao jacobinismo das ruas.

Sua participação na Assembleia Legislativa Mineira foi interrompida em 1892, ao ser convidado pelo novo presidente de Minas Afonso Pena (1892-1894) para ser seu secretário de Agricultura e Obras Públicas, função que desempenhou por aproximadamente dois anos. À frente de tão importante pasta, empenhou-se na expansão do ensino profissionalizante, a partir da criação dos chamados “institutos zootécnicos e agrônômicos” nos municípios de Uberaba, Campanha, Itabira e Leopoldina. Foi responsável também pela organização da comissão construtora da nova capital mineira, que teve à frente o engenheiro Aarão Reis. Investiu igualmente na infraestrutura básica para o desenvolvimento da cafeicultura, ampliando a malha ferroviária do estado. Incluía-se entre aqueles que ressaltavam as vocações agrárias do Brasil.

Convidado por Francisco Sá, foi designado representante do governo de Minas na Itália, ao longo do governo de Bias Fortes (1894- 1898), com o fim de supervisionar o serviço de imigração, tão fundamental no período de transição para o trabalho livre no Brasil. Nesse posto, baseado em Gênova, conseguiu introduzir 50 mil italianos em Minas. Por dominar plenamente o idioma italiano foi-lhe possível não só desempenhar o trabalho com a competência esperada, como também publicar nos principais jornais italianos artigos com o objetivo de ressaltar a capacidade de Minas Gerais de receber bem o elemento estrangeiro, propaganda indispensável ao êxito do empreendimento. Por estar na Europa, acabou por cumprir inúmeras outras missões que extrapolavam as de seu cargo, como a obtenção de empréstimos e a negociação de dívidas com os banqueiros londrinos Rotschild, e visitas a Paris para análise das reformas urbanas com o fim de captar idéias e sugestões úteis à construção de Belo Horizonte.

No governo de Silviano Brandão (1898-1902) assumiu novamente o posto de secretário de estado, desta vez na Secretaria de Finanças. Fez, no entanto, gestão altamente impopular,

dada a difícil situação financeira em que se encontravam o estado e o país naquele momento. Suas ações consistiram na tentativa de sanear os cofres públicos a partir do corte de gastos e de subsídios. As rendas derivadas do café, principais sustentáculos financeiros do estado, estavam em franco declínio, o que tornava os cortes necessários ao equilíbrio fiscal de Minas. Além disso, tomou iniciativas com o objetivo de substituir o imposto de exportação pelo territorial como maior fonte de arrecadação fiscal do estado, na tentativa de ampliar sua base tributária.

Em 1903, tendo Juiz de Fora como principal reduto eleitoral, foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do PRM. Na Câmara dos Deputados participou ativamente de debates importantes do período, como a defesa da obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, a defesa da criação da Caixa de Conversão, requisito básico à realização do Convênio de Taubaté, e posicionou-se contrariamente à criação dos impostos interestaduais. Destacou-se igualmente como relator do projeto de reforma do Banco da República.

Em 1906 tornou-se ministro da Fazenda do governo de Afonso Pena (1906-1909). À frente do cargo responsabilizou-se pelo equilíbrio financeiro do país, administrando a Caixa de Conversão e levando à frente o Convênio de Taubaté, primeira e mais importante política de valorização do café. Ao longo de sua gestão, as finanças públicas estiveram em equilíbrio, o câmbio em estabilidade, e as despesas governamentais foram sendo reduzidas. Na condição de ministro, era conhecido por integrar o “jardim de infância”, grupo de jovens políticos que conferia sustentação ao governo de Afonso Pena.

Aproximando-se a sucessão presidencial, seu nome apareceu como uma das alternativas possíveis, além dos já anunciados pretendentes Rui Barbosa, Hermes da Fonseca e Rodrigues Alves. Tendo a preferência do Catete e a garantia do apoio dos paulistas, seu nome foi lançado, mas sofreu duro combate, por parte não só dos pretendentes anunciados, como também de importantes lideranças políticas do período. Três circunstâncias foram fundamentais à rejeição de seu nome. A primeira foi a intervenção do Catete no processo, não muito bem vista pelos principais atores políticos do período. A segunda era a vinculação de Campista ao grupo do “jardim de infância”, grupo visto com desconfiança pelas lideranças mais conservadoras, que se reuniam em torno de Pinheiro Machado. A terceira foi o veto proveniente da elite política mineira, que o considerava uma liderança por demais autônoma em relação ao PRM.

Após ter seu nome rechaçado – e após a morte de Afonso Pena em junho de 1909, quando tomou posse o vice Nilo Peçanha –, Campista foi nomeado em 1910 “enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Noruega e Dinamarca”. Muito embora sempre desejasse ocupar cargos no exterior, tal designação lhe pareceu mais um exílio do que

propriamente um privilégio. Mais tarde, Rio Branco conseguiu para ele uma transferência para a cobiçada diplomacia francesa. Campista não pôde aceitá-la, por já se encontrar gravemente enfermo.

Além da carreira política, Davi Campista foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, com sede em Ouro Preto, no ano de 1892, onde lecionou economia política, direito civil e direito público e constitucional. Permaneceu até 1910 no desenvolvimento de atividades acadêmicas, renunciando apenas por ter sido transferido para a Europa.

Faleceu em Copenhague, na Dinamarca, em 12 de outubro de 1911.

Era casado com Jovita Maia Campista, com quem teve três filhas e um filho, ao qual deu o nome de Rui em homenagem a Rui Barbosa.

Publicou na Itália o livro *Lo stato di Minas Gerais* e no Brasil o livro *Consolidação das leis fiscais*, além de ter escrito vários artigos para jornais de circulação nacional. Em algumas ocasiões usou o pseudônimo *Cifra*.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

FONTES: BARBOSA, F. *JK*; CARVALHO, A. *Conspiração*; CARVALHO, A. *Vultos*; FRANCO, A. *Estadista*; FRANCO, A. *Rodrigues*; LACOMBE, A. *Afonso Pena*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; VIEIRA, J. *Cadeia*; VISCARDI, C. *Teatro*; SALLES, J. *Não*.

CAMPOLINA, José Caetano da Silva

*dep. fed. MG 1895-1899.

José Caetano da Silva Campolina nasceu em Queluz, atual município de Conselheiro Lafaiete (MG).

Formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, iniciou a carreira política em 1888, quando se candidatou pelo Partido Conservador a deputado provincial em Minas Gerais na que seria a última legislatura do Império. Após a proclamação da República, foi vereador em Queluz e presidente da Câmara Municipal. Estando em curso a legislatura 1894-1896, foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro e tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1895. Foi reeleito para a legislatura seguinte e exerceu seu mandato até dezembro de 1899.

Foi também diretor do Núcleo Federal João Pinheiro, localizado no município mineiro de Sete Lagoas.

Casou-se com Brasília Baggi da Silva Campolina.

Luciana Pinheiro

FONTES: CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 146); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 129).

CAMPOS, Bernardino de

* const. 1891; dep. fed. SP 1891-1892; pres. SP 1892-1896; sen. SP 1896; min. Faz 1896-1898; sen. SP 1900-1902; pres. SP 1902-1904; sen. SP 1904-1915.

Bernardino José de Campos Júnior nasceu em Pouso Alegre (MG) no dia 6 de setembro de 1841, filho de Bernardino José de Campos, juiz de direito da cidade, e de Felisbina Rosa Gonzáles de Campos.

Fez os estudos secundários no Colégio Júlio em São Paulo. Entre 1858 e 1863 cursou direito na Faculdade do Largo de São Francisco, local de grande efervescência de idéias republicanas e abolicionistas, onde também se formaram homens como Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Barros Cassal e Alcides Lima, identificados com a causa antimonárquica. Um ano após a formatura, o assassinato de seu pai o fez se iniciar nas lutas forenses como advogado de acusação. Em 1865 casou-se em Campinas (SP) com Francisca de Barros Duarte e no ano seguinte abriu banca de advogado em Amparo (SP), onde fixou residência. Nessa cidade, foi várias vezes eleito vereador. Dedicou-se também ao jornalismo e, ao lado de Quintino Bocaiúva, dirigiu o jornal republicano *O País*, participando ativamente do movimento pelo fim do trabalho escravo no Brasil. Integrou o grupo paulista dos Caifases, responsável por ações de fuga de escravos e pela proteção jurídica aos líderes abolicionistas.

Ao lado de republicanos como Manuel Ferraz de Campos Sales e Prudente José de Moraes e Barros, participou, em 1873, da Convenção de Itu, quando foi fundado o Partido Republicano Paulista (PRP), agremiação pela qual se elegeu deputado provincial em 1877. Em 1881 fundou o jornal *Época*, ao lado de Peixoto Gomide, Muniz de Sousa e Antônio Bittencourt, e no ano seguinte tornou-se membro da comissão permanente do PRP. Foi signatário do *Manifesto de 24 de maio* em 1888, também assinado por Horácio de Carvalho e Campos Sales, documento que pregava a revolução contra o regime monárquico e que causou forte impacto na conjuntura política nacional.

Com o advento da República, em novembro de 1889 foi indicado para participar da junta

governativa de São Paulo, mas acabou se firmando como chefe de polícia até 1890. Eleito deputado constituinte em 1890, após a promulgação da Constituição em fevereiro de 1891 passou a exercer o mandato ordinário. Em sintonia com a posição do PRP, colocou-se em oposição ao governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca e apoiou a sua substituição por Floriano Peixoto em novembro de 1891. Em 1892 tornou-se presidente da Câmara dos Deputados numa votação apertada, em que derrotou o deputado Mata Machado por apenas três votos. Chegou a ser indicado pelo barão de Lucena para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal, mas recusou a oferta para se candidatar ao governo de São Paulo. Consagrado nas urnas em 18 de agosto, foi empossado a 23 do mesmo mês, sucedendo a José Alves de Cerqueira César.

À frente do Executivo paulista, teve de enfrentar a grave epidemia de febre amarela que se estendeu da região de Santos até o município de Campinas, mobilizando uma vultosa equipe de engenheiros e médicos especializados em doenças tropicais, que ao fim conseguiu livrar toda a região da moléstia, inclusive o velho foco endêmico do litoral paulista: o porto de Santos. Mas foi na frente política que teve seu maior desafio. As contradições entre o governo de Floriano Peixoto e os setores oposicionistas agravaram-se quando parte da Armada aportada na baía de Guanabara, liderada pelo ministro demissionário da Marinha, o contra-almirante Custódio de Melo, iniciou uma sublevação que foi logo apoiada pelo diretor da Escola Naval, o monarquista Saldanha da Gama. Era a Revolta da Armada. Ao mesmo tempo, o líder republicano gaúcho Júlio de Castilhos, após ter sido afastado do governo do estado por suas ligações com o governo de Deodoro da Fonseca, conseguiu negociar com Floriano Peixoto sua volta à presidência do Rio Grande do Sul, provocando a sublevação de elementos do Partido Federalista ligados a Demétrio Ribeiro e Silveira Martins. Assim teve início, a partir de fevereiro de 1892, a Revolução Federalista, guerra civil contra o governo federal que duraria até o ano de 1895. Governando o estado de São Paulo, um dos pilares da ascensão de Floriano à presidência da República, Bernardino de Campos teve de intervir tanto na Revolta da Armada quanto na Revolução Federalista, contribuindo com o governo federal com suprimentos, recursos

financeiros e até socorros para a cidade da Lapa, no Paraná, que se encontrava sitiada pelas tropas rebeldes. Seu apoio às forças federais foi fundamental para a derrota dos federalistas que ameaçavam a jovem República brasileira.

O apoio ao governo de Floriano Peixoto não levou, entretanto, Bernardino de Campos a apoiar as pretensões continuístas do presidente da República. Foi, assim, um dos mais importantes articuladores da candidatura presidencial de Prudente de Moraes, seu correligionário do PRP, afinal eleito para o período 1894-1898. Como resultado do aumento do seu prestígio político, após deixar a presidência de São Paulo em 1896 – onde foi substituído interinamente pelo vice-presidente Peixoto Gomide e a seguir pelo presidente eleito Manuel Ferraz Campos Sales –, Bernardino de Campos foi eleito para o Senado Federal, mas após quatro meses renunciou para substituir Rodrigues Alves no Ministério da Fazenda. Sua gestão iniciou-se quando os efeitos acumulados da política econômica do Encilhamento – que havia gerado forte inflação e uma febre especulativa no biênio 1890-1891 – se combinavam com a queda do preço do café no mercado internacional, configurando a primeira crise de superprodução do principal produto da pauta de exportação do Brasil. Ao mesmo tempo, a instabilidade política provocada pelas forças contrárias ao novo regime limitava as margens a partir das quais poderia operar o governo e, dentro dele, a gestão de Bernardino de Campos. Esta foi marcada pela tentativa de restabelecer o equilíbrio das contas nacionais, reduzindo tarifas aduaneiras e reformando a tributação. Ao mesmo tempo em que buscava fortalecer a receita através da tributação do consumo de bebidas, sal e fósforo, reorganizou o Tesouro Nacional, definindo suas atribuições e estruturas.

Em 1898, seguindo orientação do governo, um dos mais importantes credores do país, a Casa Rotschild, foi sondada sobre o caso da suspensão do pagamento da dívida externa. Mas a partir de negociações feitas entre Bernardino de Campos, Campos Sales – aquela altura presidente da República eleito –, o ex-ministro Rodrigues Alves e representantes do sistema bancário britânico e alemão, em junho daquele ano acordou-se um plano de saneamento financeiro cujo fito era o resgate do papel moeda. O empréstimo de

consolidação, ou *funding loan*, como ficou conhecido, incluía a suspensão do pagamento de juros e amortizações da dívida externa até o ano de 1911, e a abertura de um crédito de dez milhões de libras esterlinas no Banco de Londres ao Brasil. Os juros da dívida externa seriam pagos pelos *funding bonds*, títulos-ouro lastreados nesse crédito, mas, por outro lado, o Brasil deveria hipotecar as rendas da Alfândega do Rio de Janeiro e de outras regiões do país, depositando, a partir de 1899, o seu valor em papel-moeda nos bancos ingleses e alemães, reduzindo a quantidade de meio circulante até que este atingisse um patamar de equilíbrio. A despeito de sua habilidade política em articular com os credores internacionais um plano para a salvação das finanças da República, o novo presidente Campos Sales (1898-1902) resolveu substituir Bernardino de Campos pelo titular do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Joaquim Murtinho, que se tornou o executor dos termos do *funding loan*.

Sendo mais uma vez eleito senador por São Paulo em 1900, Bernardino de Campos ocupou a presidência da casa. Integrou a comissão que se debruçou sobre o Código Civil, presidida por Rui Barbosa, o qual o convidou para dar o parecer sobre o capítulo “Direito das coisas” – os trabalhos da comissão se arrastariam até o ano de 1916, quando o código foi instituído. Nesse mesmo mandato, também foi relator da Comissão de Finanças e Orçamento do Senado Federal.

Em 1902, na sucessão de Rodrigues Alves, que então deixou o governo de São Paulo para se eleger presidente da República, voltou ao governo paulista, tendo de renunciar à vaga no Senado. Empossado em julho, logo enfrentou nova epidemia de febre amarela que se abateu sobre o porto de Santos. Dessa sua gestão também fizeram parte a inauguração do Museu do Ipiranga e a melhoria no abastecimento de água na capital paulista. Em 30 de abril de 1904 renunciou ao governo de São Paulo por razões médicas; acometido de um glaucoma, obrigado a usar óculos escuros, viajou em maio do mesmo ano à Europa, onde foi operado com sucesso na capital francesa. Após a cirurgia, viajou para a Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Itália e Portugal. Antes mesmo de voltar ao Brasil no ano seguinte, articuladores do PRP chegaram a sugerir seu nome para substituir Rodrigues Alves na

presidência da República. No entanto, realizou-se um acordo entre líderes políticos paulistas em torno do nome de Afonso Pena, do Partido Republicano Mineiro (PRM), que acabaria sendo eleito em março de 1906. Ainda em 1905, Bernardino de Campos voltou à Europa, desta vez para o tratamento de um familiar. Em sua nova estada no velho continente, perdeu a visão de seu único olho saudável, voltando completamente cego ao Brasil.

Em 22 de agosto de 1909 foi aclamado, por iniciativa de Pedro Moacir, presidente de honra do PRP, na mesma convenção que oficializou a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Participou ativamente da Campanha Civilista em defesa dessa candidatura e em oposição à de Hermes da Fonseca, que acabou vencendo as eleições. No mês de março de 1914 retornou à Europa com a intenção de acompanhar os estudos dos filhos e o tratamento médico de sua esposa. Poucos meses depois, encontrando-se em território alemão, foi surpreendido pela conflagração do conflito bélico mundial. O início da guerra impôs dificuldades para que Bernardino e sua família regressassem ao Brasil. Após uma perigosa travessia pelo Atlântico, em 14 de outubro de 1914 desembarcou no porto de Santos.

Recebeu o título de general honorário do Exército Brasileiro. Também exerceu a atividade de consultor jurídico da São Paulo Light e da Estrada de Ferro Sorocabana.

Faleceu em São Paulo, no dia 18 de janeiro de 1915.

Seu filho Carlos de Campos foi deputado federal de 1918 a 1923 e presidente de São Paulo de 1924 a 1928. Outro filho, Sílvio de Campos, foi deputado federal de 1924 a 1930 e de 1946 a 1951.

Seus principais trabalhos publicados foram o *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Bernardino de Campos* (1897), o *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Bernardino de Campos* (1898) e o *Parecer sobre os artigos 491 a 528 (Posse) e*

701 a 717 (*Servidão*) do Projeto do Código Civil (1902).

Demian de Melo

FONTES: BULHÕES, A. *Ministros*; CÂM. DEP. Disponível em : <http://www.camara.gov.br>; CARDOSO, F. *Dos governos* (p.14-50); CINTRA, F. *Bernardino*; GRINBERG, K. *Código*; MIN. FAZENDA. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br>; MIN. FAZ. *Ministros* (1808-1983); SANTOS, J. *Bernardino*; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>; SOUZA, M. *Processo* (p.162-226).

CAMPOS, Bernardo de

*jornalista; dep. fed. SP 1903-1905.

Bernardo de Sousa Campos nasceu em Campinas (SP) no dia 3 de março de 1869, filho de José de Sousa Campos.

Fez os primeiros estudos no Colégio Culto à Ciência, em sua cidade, e os preparatórios na capital paulista. Ingressou em 1889 na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, diplomando-se em 1893. Logo depois de formado, em 1894, no governo de Bernardino de Campos em São Paulo, foi nomeado delegado de polícia na capital, chegando a ocupar o cargo de chefe de polícia. Em 1898 foi nomeado pelo presidente Campos Sales (1898-1902) procurador seccional da República em São Paulo.

Nas eleições de 18 de fevereiro de 1903, candidatou-se a deputado federal pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e foi eleito. Contudo, como ocupava o cargo de procurador seccional da República, sua eleição foi impugnada por seu oponente Antônio Manuel Bueno de Andrada. Reconhecido afinal pela Comissão de Poderes da Câmara dos Deputados, exerceu a mandato na legislatura 1903-1905, não se candidatando à reeleição. No pleito suplementar de julho de 1906, foi eleito deputado estadual pelo PRP na vaga aberta pela renúncia de João Nogueira Jaguaribe, que fora eleito deputado federal. Em 1907 voltou a concorrer a um cargo eletivo, sempre pelo PRP: foi eleito vereador à Câmara Municipal da capital, para o período de 15 de janeiro de 1908 a 15 de janeiro de 1911. Ao término dos trabalhos legislativos, deixou a atividade política para dedicar-se exclusivamente à sua banca de advogado e à fazenda que possuía na cidade de Itatiba (SP). Foi também professor da Escola de Comércio Álvares Penteado. Como jornalista, fez parte da redação dos jornais *Diário Mercantil*, *Correio Paulistano*, *Diário Popular*, *Correio de Campinas* e *Gazeta de Campinas*. No *Correio Paulistano* publicou em folhetins dramas e comédias como “Força do acaso” e “Entrando na roça”. Dirigiu ainda o jornal *A Democracia*, considerado à época um dos maiores defensores da causa republicana. Colaborou também com a *Revista Moderna*, editada em São Paulo, em 1895. Teatrólogo, foi membro da Academia Campinense de Letras, da qual é o patrono da cadeira nº 13.

Faleceu em São Paulo no dia 2 de agosto de 1930.

Era casado com Maria Eulália Pinheiro de Campos, com quem teve duas filhas.

Publicou trabalhos jurídicos como *Liberdade profissional e espólio de estrangeiros*. Seus

Pareceres apresentados na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados foram publicados em forma de livro pela Imprensa Nacional em 1905.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (3/8/1930); VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário* (v.2).

CAMPOS, Carlos Augusto de

*militar; const. 1891; dep. fed. SC 1891-1893.

Carlos Augusto de Campos nasceu em 1855.

Ingressou no Exército em 8 de maio de 1871, foi promovido a alferes aluno em dezembro de 1875 e a tenente em setembro de 1883. Nesse posto, concluiu o curso de estado-maior, pelo regimento em vigor desde 1874.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi promovido a capitão em janeiro de 1890 e foi eleito deputado por Santa Catarina ao Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro seguinte. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro, participou da elaboração da Carta constitucional promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em maio seguinte passou a exercer o mandato ordinário. Permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Retomou a carreira militar e foi promovido a major em janeiro de 1897, a tenente-coronel em dezembro de 1900 e a coronel em fevereiro de 1905. Nesse posto, foi nomeado, em 1909, chefe da 4ª seção do Estado-Maior do Exército. Chegou a general de brigada graduado em junho de 1913 e a general de brigada efetivo em janeiro de 1915.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CAMPOS, Carlos de

*dep. fed. SP 1918-1923; pres. SP 1924-1927.

Carlos de Campos nasceu em Campinas (SP) no dia 6 de agosto de 1866, filho de Bernardino José de Campos Júnior e de Francisca de Barros Duarte de Campos. Seu pai, republicano histórico, foi constituinte de 1891, deputado federal por São Paulo de 1891 a 1892, presidente do estado de São Paulo de 1892 a 1896, ministro da Fazenda de 1897 a 1898, senador de 1900 a 1902, e novamente presidente de São Paulo de 1902 a 1904. Seu irmão, Sílvio de Campos, foi deputado federal por São Paulo de 1924 a 1930, constituinte de 1946 e deputado federal por São Paulo de 1946 a 1951.

Fez os primeiros estudos na cidade de Amparo (SP), onde seu pai se havia estabelecido como advogado, e posteriormente nos colégios Amor à Ciência e Internacional, ambos em Campinas. Consta que, quando da visita de dom Pedro II à cidade em agosto de 1875, ao ser interpelado pelo monarca sobre o melhor regime de governo, apesar de ter apenas nove anos, respondeu: “Imperador, sou republicano como meu pai”. Na capital de São Paulo fez o curso preparatório no Colégio Morton, matriculou-se em 1883 na Faculdade de Direito e bacharelou-se em 1887. Retornando a Amparo, iniciou a carreira de advogado como o pai, com quem participou ativamente nos movimentos em favor da abolição da escravatura e pela República.

Filiado ao Partido Republicano Paulista (PRP), após o 15 de novembro de 1889 foi escolhido pelo governador do estado, Prudente de Moraes (1889-1890), para fazer parte do primeiro Conselho de Intendência Municipal de Amparo, composto de sete membros. Em 26 de março de 1890, com apenas 23 anos, foi eleito por seus pares vice-presidente desse conselho. Quando seu pai foi nomeado chefe de polícia do estado, acompanhou-o na ida para São Paulo como auxiliar, e também advogou no foro da capital. Durante a Revolta da Armada, em 1893, no posto de major do Comando Superior da Guarda Nacional, participou ativamente na defesa de São Paulo e da República, o que o levou a receber mais tarde a patente de coronel.

Em dezembro de 1894, durante o governo de seu pai, foi eleito deputado estadual para a legislatura 1895-1897. Como parlamentar, foi o primeiro a apresentar o pedido de emancipação do então distrito de Aparecida, do município de Guaratinguetá. Defendeu também a criação de escolas no interior paulista. Convidado Campos Sales, que sucedeu a seu pai na presidência de São Paulo (1896-1897), renunciou ao mandato parlamentar para assumir a secretaria de Estado da Justiça em 1º de maio de 1896. Exerceu o cargo até 27 de abril de 1897, quando, em virtude de cisão no PRP, deixou o governo e retornou à advocacia. Reeleito deputado estadual em dezembro de 1900, renovou o mandato em 1903 e 1907. A partir de 1902 foi vice-presidente da Câmara estadual e em 1907 passou a presidente, em substituição ao deputado João Álvares Rubião Júnior. Como tal, saudou em 1909 o candidato da Campanha Civilista à presidência da República, Rui Barbosa, que tinha como companheiro de chapa o presidente de São Paulo, Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (1908-1912). A vitória no pleito realizado em março de 1910 coube, porém, ao marechal Hermes da Fonseca. Também em 1910 voltou a renovar o mandato de deputado estadual, o mesmo ocorrendo em 1913.

Com a morte de seu pai, foi indicado pelo PRP para ocupar sua cadeira no Senado Estadual. Eleito 20 de fevereiro de 1915, na mesma ocasião tornou-se membro da comissão diretora do PRP. Em 2 de fevereiro de 1916 foi reeleito senador estadual, e em 1º de março de 1918 foi eleito deputado federal. Deixando o Senado paulista, assumiu o novo mandato em 3 de maio seguinte, sendo logo indicado líder da bancada paulista e da maioria na Câmara dos Deputados, além de presidente da importante Comissão de Finanças. Em 20 de fevereiro de 1921 foi novamente eleito deputado federal, para a legislatura de 1921-1923.

Quando da escolha do novo ministério por Artur Bernardes, eleito presidente da República em março de 1922, foi convidado para a pasta Justiça, mas recusou. Apesar de ter ficado acertada sua indicação para a liderança da maioria na Câmara dos Deputados, acabou ficando como líder da bancada paulista. Seu nome foi lembrado para a presidência da própria Câmara, mas também não aceitou a indicação.

Candidato preferido de Washington Luís à sua sucessão no governo de São Paulo (1920-1924), no dia 1º de dezembro de 1923 teve sua candidatura lançada pelo PRP, e em 1º de março de 1924 foi eleito, com 96.856 votos, tendo como vice-presidente Fernando Prestes de Albuquerque. Ambos tomaram posse em 1º de maio.

Em 5 de julho de 1924, quando São Paulo e o país foram surpreendidos por um movimento revolucionário, viu-se cercado com a família, alguns colaboradores e uma diminuta guarda composta de 15 militares, no palácio dos Campos Elíseos, por tropas rebeldes chefiadas pelo general Isidoro Dias Lopes. Resistindo ao intenso bombardeio, permaneceu durante alguns dias em seu posto, até que recebeu ordens do governo federal para se retirar da sede do Executivo paulista, para que se pudesse dar combate aos insurgentes. No dia 8, em companhia de sua pequena comitiva, foi para a sede da Secretaria da Justiça, no centro da cidade, e depois para a estação de Guaiaúna da Estrada de Ferro Central do Brasil, hoje denominada Carlos de Campos, no bairro paulistano da Penha, onde permaneceu por quase três semanas. Em 12 de julho, ao agradecer as manifestações de apoio que recebeu do presidente da Câmara dos Deputados, afirmou: “Estou certo de que São Paulo prefere ver destruída a sua formosa capital, antes de destruída a legalidade do Brasil.”

Após a capital ter sido bombardeada por ordem do presidente Artur Bernardes, os revoltosos a abandonaram, na noite de 27 para 28 de julho, e rumaram para o interior do estado. Carlos de Campos retornou então ao palácio, e uma de suas primeiras providências foi endereçar uma carta ao ministro da Justiça e Negócios Interiores em defesa do jornalista e diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio Mesquita, que havia sido levado preso para o Rio de Janeiro acusado injustamente de colaboração com os revolucionários.

Restabelecida a normalidade, Carlos de Campos pôde reiniciar sua administração, na qual se destacaram a remodelação da Estrada de Ferro Sorocabana e o início da construção de sua imponente estação, hoje conhecida como Júlio Prestes. Amparou a produção do café, com a organização do serviço do combate à broca e a fundação do Instituto do Café, criou o Banco do Estado de São Paulo, o Instituto Biológico, e a Guarda Civil de São Paulo. Reorganizou a Faculdade de Medicina e Cirurgia, construindo sua sede na avenida Dr.

Arnaldo, e também o serviço sanitário, as secretarias do Interior e da Fazenda, a Guarda Civil, e o Tribunal de Contas do Estado, e oficializou o Instituto de Higiene. Remodelou a Força Pública e deu novo impulso à imigração e colonização. Realizou as obras hidroelétricas da Serra do Mar, em colaboração com a Light & Power, que resolveram o problema da falta de energia elétrica na capital e região, e das enchentes no Rio Tietê, e ainda as obras de captação de águas do rio Claro para o completo abastecimento da capital. No dia 22 de abril de 1927, quando despachava em seu gabinete no palácio do governo em São Paulo, Carlos de Campos foi acometido de um derrame cerebral, vindo a falecer em 27 de abril. Assumiu o governo interinamente o presidente do Senado Estadual, Antônio Dino da Costa Bueno, em virtude da recusa do vice-presidente Fernando Prestes de Albuquerque, que alegou problemas de saúde, mas na realidade não queria tornar inelegível seu filho, o deputado federal Júlio Prestes de Albuquerque, que já era candidato à sucessão estadual.

Carlos de Campos ainda jovem ficou viúvo de Celeste de Campos Braga, e casou em segundas núpcias com Maria Lidia de Sousa, com quem teve dez filhos.

Além da política, duas outras atividades foram importantes na vida de Carlos de Campos: o jornalismo e a música. Jornalista desde estudante, colaborou com diversos jornais do interior, e na capital foi redator-chefe do *Correio Paulistano*, órgão oficial do PRP, do qual seria diretor responsável por mais de 20 anos, só se afastando quando tomou posse no governo. Tendo sido aluno ainda criança, em Campinas, dos maestros Carlos Gomes e Luís Provesi, foi também compositor e musicólogo. Foi autor da opereta *Caso colonial* (com libreto de Pedro Augusto Gomes Cardim), e da ópera *A Bela Adormecida* (com libreto de João Kopke e orquestração de Luís Provesi). No ano em que faleceu estava terminando sua terceira obra musical, que deixou inacabada. Musicou poemas e publicou em 1926 um volume com suas composições, ilustrado pelo artista português Correia Dias. Foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras, sendo titular da cadeira nº 16, da qual é patrono seu tio Américo de Campos, político e jornalista, fundador dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Diário Popular*. Pertenceu também ao conselho superior e diretor do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, foi sócio da Sociedade Brasileira de

Autores Teatrais e membro do Instituto Histórico e Geográfico, da Sociedade Científica de São Paulo. Em sua homenagem, o governo do estado de São Paulo criou, em 1954, o Conservatório Dramático e Musical Dr. Carlos de Campos, em Tatuí.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: AMARAL, A. *Dicionário; Anuario Theatral Argentino-Brasileiro* (1926); ASSEMB. LEGIS. SP. *Anais* (1895, 1902); CALIMAN, A. *Legislativo; CÂM. DEP. Anais* (v. 15); *Correio Paulistano* (30/4/1924, 28/4/1927); *Folha da Manhã*. (28/4/1927); GONÇALVES, A. *Dicionário* (v.2 e 3); RIBEIRO, J. *Chronologia*; SILVA, E; EWIGKEIT, J. *Precursores*; VAMPRÉ, S. *Memórias*.

CAMPOS, Coelho e

* dep. geral SE 1876-1878 e 1882-1885; const. 1891; sen. SE 1891-1913; min. STF 1913-1919.

José Luís Coelho e Campos nasceu no engenho de Mata Verde, município de Divina Pastora (SE), no dia 4 de fevereiro de 1843, filho do capitão José Luís Coelho e Campo e de Carlota Joaquina de Campos.

Após concluir os cursos primário e secundário no estado natal, obteve o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife em 1862. No ano seguinte iniciou sua carreira, tornando-se o primeiro promotor público nomeado para o termo da Capela (SE). Sempre exercendo a advocacia, filiou-se ao Partido Conservador e, após três legislaturas na Assembleia Provincial sergipana, elegeu-se deputado à Assembleia Geral do Império em 1876. Deixou o parlamento em 1878, por ocasião da dissolução deste pelo imperador ao final do ministério duque de Caxias, que marcou a saída dos conservadores do poder após dez anos.

Nomeado auxiliar do diretor do Arquivo Público da província de Sergipe, voltou à Assembleia Geral nas eleições de 1882. Ao final da legislatura, em dezembro de 1884, retornou à localidade de Capela, para se dedicar exclusivamente à advocacia e a negócios particulares. Foi eleito mais uma vez deputado geral em 1885, permanecendo, contudo, apenas um ano no parlamento, dada a nova dissolução da casa pelo imperador, o que representou a saída dos liberais do poder e o fim da curta passagem de José Antônio Saraiva pela chefia do ministério.

Sobrevindo a República, tornou-se juiz municipal e membro da Intendência Municipal de Capela, tendo sido nomeado pela junta provisória que assumiu o governo do estado. Figura destacada no panorama político sergipano, em setembro de 1890 foi eleito senador por Sergipe ao Congresso Nacional Constituinte em 15 de novembro seguinte. Com o início da legislatura ordinária em maio de 1891, e sua reeleição para em 1897 e 1906, notabilizou-se por ser um dos parlamentares com mais tempo de atuação no Senado, com destaque para

sua participação na Comissão Especial do Código Civil, em 1900, chefiada por Rui Barbosa e encarregada de dar parecer sobre o anteprojeto do primeiro diploma substancial civil. Permaneceu no Senado até novembro de 1913, quando renunciou por ter sido nomeado pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga decorrente da aposentadoria de Antônio Augusto Ribeiro de Almeida.

Faleceu no exercício de suas funções no STF, na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1919.

Além dos vários discursos que proferiu, escreveu *Divórcio* (1896) e *Estado de sítio* (1889).

Eduardo Junqueira/ Pierre Fernandes/Sergio Montalvão

FONTES: CÂM. DEP. *Anais*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/>>; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.4); >; MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_periodos_historicos>; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>.

CAMPOS, Daniel de

*pres. SE 1898.

Daniel de Campos nasceu no engenho Feiticeira, no município de Capela (SE), no dia 25 de maio de 1855, filho de Daniel Caetano da Silva Campos e de Antônia Pinto da Silva Campos.

Cursou humanidades no Colégio São João, em Salvador. Prosseguiu os estudos na capital baiana, ingressando na Faculdade de Medicina. Com a tese “Ação fisiológica e efeitos terapêuticos do esporão de centeio”, obteve o grau de doutor em 17 de dezembro 1882. Recém-formado voltou a Sergipe e abriu consultório particular na cidade de Aracaju, exercendo a clínica médica. Atuou também no magistério, como lente de ciências físicas e naturais do Ateneu Sergipense. Em 1886 fundou e redigiu *A Reação: jornal para todos, publicado em dias indeterminados*.

Participou da política republicana em Sergipe, eleito para a primeira Assembleia Constituinte do estado e reeleito para quatro legislaturas ordinárias seguidas, entre 1896 e 1903. No governo de Manuel Valadão (1894-1896) foi indicado para chefiar a Inspetoria de Higiene. Como presidente da Assembleia Legislativa, substituiu o presidente estadual Martinho Garcez (1896-1898) de 8 de abril a 24 de julho de 1898.

Colaborou também nos jornais sergipanos *Eco Liberal*, *Reforma* e *Gazeta de Sergipe*.

Sérgio Montalvão

FONTES: DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*.

CAMPOS, Deoclécio Marinho de

*dep. fed. PA 1906-1911.

Deoclécio Marinho de Campos foi eleito pela primeira vez deputado federal pelo do Pará na legislatura 1906-1908. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1906, foi reeleito para a legislatura seguinte e exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1911.

Adrianna Setemy

FONTE: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CAMPOS, FRANCISCO

*dep. fed. MG 1921-1926; min. Educ. 1930-1932; consult.-ger. Rep. 1933-1937; min. Just. 1937-1941.

Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dolores do Indaiá (MG) no dia 18 de novembro de 1891, filho do magistrado Jacinto Álvares da Silva Campos e de Azejúlia de Sousa e Silva. Pelo lado paterno, pertencia à descendência de Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco, dita Joaquina do Pompéu, casada com Inácio Oliveira Campos, neto do bandeirante Antônio Rodrigues Velho, um dos fundadores de Pitangui (MG) no início do século XVIII. Joaquina do Pompéu foi a matriarca mais famosa de Minas Gerais. Numerosas famílias dominantes na vida econômica, social e política mineira pertenciam a sua linhagem. Para citar apenas alguns nomes que se tornaram conhecidos, encontram-se nessa trama familiar Benedito Valadares, Gustavo Capanema, os Melo Franco, José de Magalhães Pinto, Olegário Maciel e Ovídio de Abreu. Um tio-avô de Francisco Campos e de Benedito Valadares, Martinho Álvares da Silva Campos, foi ministro da Fazenda e presidiu o Conselho de Ministros do Império entre janeiro e julho de 1882, depois de ter sido deputado geral (1857-1881) e presidente da província do Rio de Janeiro (1881); foi ainda senador (1882-1887) e conselheiro de Estado (1886).

Francisco Campos aprendeu as primeiras letras com sua mãe e depois passou dois anos como interno no Instituto de Ciências e Letras de São Paulo, regressando em seguida a Dolores do Indaiá para estudar português e francês. Fez o curso secundário nas cidades mineiras de Sabará e Ouro Preto. Em 1910, matriculou-se na Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte. Quando cursava o segundo ano da faculdade, chamou a atenção dos meios forenses da capital mineira ao produzir a defesa de soldados do Exército envolvidos num tiroteio com guardas da polícia civil. Sua cultura e sua oratória impressionaram o tribunal. No último ano, fez um discurso de homenagem ao falecido presidente Afonso Pena, sobre o tema democracia e unidade nacional, em que vaticinava: “O futuro da democracia depende do futuro da autoridade. Reprimir os excessos da democracia pelo desenvolvimento da autoridade será o papel político de numerosas gerações.” Contemplado com o Prêmio Barão do Rio Branco por ter sido o melhor aluno ao longo dos cinco anos do curso, foi o orador de sua turma na solenidade de formatura, em dezembro de 1914. Estabeleceu-se em

seguida como advogado em Belo Horizonte.

Em 1916 candidatou-se a professor de toda uma seção de disciplinas — filosofia do direito, economia política, ciências das finanças e direito romano — da faculdade em que estudara. Obteve o primeiro lugar no concurso, mas não a nomeação, concedida a um dos dois outros postulantes, Gudesteu Pires, posteriormente seu colega no secretariado do governo de Minas. Em 1917, conquistou em concurso a cadeira de direito público constitucional, sendo admitido como professor substituto em abril de 1918.

DEFENSOR DA ORDEM

Em 1918 teve também início o governo de Artur Bernardes em Minas, que marcou a eliminação da velha direção da política estadual. Bernardes e seu secretário do Interior, Raul Soares, promoveram uma renovação dos métodos políticos, que herdaram, contudo, da prática dos que estavam sendo substituídos, o vazo autoritário. Completando a conquista da hegemonia política em Minas pelos representantes da Zona da Mata, mas dirigindo homens de diferentes regiões do estado, eles destruíram implacavelmente a influência do ex-presidente estadual Francisco Sales na máquina estatal e no Partido Republicano Mineiro (PRM), único no estado entre 1897 e 1930.

Segundo a análise de Norma de Góis Monteiro em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, “o quadro político começava a alterar-se com a introdução de novos valores, representativos da nova geração oligárquica que se encontra imbuída do espírito de modernização. Assim, são lançados na política Odilon Braga, Cristiano Machado, Daniel de Carvalho e outros mais que terão papel atuante a partir de 1930. Entre os nomes agora projetados na órbita federal está o de Francisco Campos”.

Assim, graças à repercussão de seu primeiro concurso e às qualidades intelectuais que continuou a revelar, Francisco Campos teve seu nome incluído por Raul Soares na lista de candidatos do PRM a deputado estadual para a legislatura 1919-1922. Eleito em 1919, com 4.287 votos, pela 7ª Circunscrição Eleitoral, foi relator da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara estadual, participando com destaque da reforma constitucional elaborada por iniciativa de Artur Bernardes. Condenou notadamente em suas intervenções a autonomia municipal, concebendo as prefeituras, segundo assinalou Norma de Góis Monteiro, como órgãos executivos municipais de caráter exclusivamente

administrativo e providos mediante designação ou nomeação estadual. “As prefeituras não são, pois, mais do que uma modalidade, e a mais eficaz e inteligente, do controle da administração central sobre a administração local”, declarou em 1920, no curso dos debates parlamentares.

Em 1921, Francisco Campos foi incluído na relação de candidatos do PRM a deputado federal. Eleito, tomou posse em abril, depois de renunciar ao mandato de deputado estadual, estreando na Câmara dos Deputados com discursos que se destacaram pela erudição. Logo cresceu a fama de sua inteligência, numa bancada mineira que incluía nomes como os de Afonso Pena Júnior, Afrânio de Melo Franco, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, José Bonifácio de Andrada e Silva, Bráulio de Magalhães, José Francisco Bias Fortes e Manuel Tomás de Carvalho Brito.

Desde o início de seu mandato, investiu “contra o Estado liberal e as instituições democrático-liberais, as quais qualifica de superstição política”, como escreveu Jarbas Medeiros. Ainda em 1921, aludiu ao “dragão da ideologia democrática”, que já estaria relegada ao “museu de antiguidades políticas”. Contrapondo-se à visão do filósofo Jean-Jacques Rousseau acerca dos direitos do cidadão e do individualismo, afirmou, no mesmo ano: “já é passado o tempo... da liberdade como um direito natural, superior e anterior à formação orgânica da sociedade: ambos, direito e liberdade, não passam de formas e modalidades da existência social ou órgãos destinados a uma função social específica... No regime moderno, as liberdades individuais passaram a ser garantidas pelo Estado e a administração do Estado a ser uma administração legal.” Investiu também contra a autonomia municipal e a autonomia estadual, defendendo o fortalecimento do poder central, contra o voto secreto e contra os parlamentos, que deveriam ser substituídos pela imprensa e pelos sindicatos: “A administração tende, portanto, a monopolizar em suas mãos o trabalho legislativo, com grandes vantagens para a sua simplicidade e regularidade.”

Em dezembro de 1921 acusou a campanha de Nilo Peçanha para a presidência da República (contra Artur Bernardes, que seria eleito em março de 1922) de transfigurar “uma luta que é um movimento normal e corriqueiro em uma democracia que se preza em um movimento revolucionário pelas suas intenções, pelos seus processos e pelos seus objetivos”. Atribuía tal transfiguração a uma mentalidade “que é de uma letalidade fatal e absoluta às

instituições democráticas,... incomparavelmente mais nociva e ruinosa à República do que a do despotismo e da oligarquia”.

Reeleito em 1924, foi, ao longo das duas legislaturas, um defensor intransigente dos governos federais de Epitácio Pessoa (1919-1922) e Artur Bernardes (1922-1926), da preeminência do Poder Executivo nos marcos das instituições republicanas definidas em 1891 e da ordem estabelecida. Foi inimigo ferrenho dos “tenentes”, que promoveram uma série de tentativas insurrecionais e sublevações a partir do episódio dos 18 do Forte (5/7/1922), assim como dos liberais (chamou o líder gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil de “demagogo”). A uns e outros se juntaria, não obstante tudo isso, na Revolução de 1930, que liquidou a primeira ordem republicana brasileira.

Segundo Jarbas Medeiros, nos dias seguintes à revolta fracassada dos 18 do Forte, voltou a acusar as oposições e apoiou a decretação do estado de sítio pelo presidente Epitácio Pessoa, contra “essas reincidentes tentativas do plebiscito de quartéis” e o “fantasma da sedição militar”. Viu as manifestações militares de protesto como explosões de “instintos primitivos”, “forças da desordem e da destruição”, “espírito primário e jacobino”, qualificando-as de “sombria aventura”, “agressão à ordem tradicional do país” e “flagelação da pátria”.

Temia as potencialidades de uma “revolução social anárquica” da qual o tenentismo pudesse ser uma ponta-de-lança. Em maio de 1925, respondeu ao manifesto lançado no exílio por Assis Brasil, chefe da Aliança Libertadora, contra o governo, indagando: “Que abalos, se este movimento (a sedição militar) se propaga, sacudiriam o país, fazendo emergir ninguém sabe que correntes de sentimentos, de idéias ou de paixões desses fundos submarinos da alma nacional, cujos agregados, subitamente dissolvidos, libertariam poderosas energias, menos capazes de criar do que de destruir?”

Em outro discurso feito na mesma época, oferecia o remédio preventivo: “Nestes períodos críticos de dissolução de um Estado social e de liquidação de tradições é que é preciso conter os espíritos, refrear os impulsos, apertando as malhas desta armadura elástica que é a ordem legal, de maneira a tornar tanto mais rigorosa e estrita a disciplina quanto mais ativos os fermentos que trabalham pela decomposição.”

Depois de ter defendido sistematicamente as medidas repressivas adotadas pelo governo Bernardes — fazendo coro com os colegas da bancada do PRM —, apoiou sua proposta de

reforma constitucional, que seria aprovada pelo Congresso em setembro de 1926. A revisão da Constituição de 1891 promovida por Bernardes fortaleceu os poderes do Executivo e do presidente da República, a União em detrimento dos estados e, de modo geral, a autoridade, em face da efervescência social e militar. Francisco Campos via na educação religiosa a matriz da educação moral e na educação moral e cívica a maneira de combater os “males” do tenentismo e do “falso liberalismo declamatório”. Assim, preconizou, sem êxito, o reconhecimento da religião católica como “a religião do povo brasileiro”.

Durante todo esse período, não deixou de exercer o magistério: em 1920 e 1921 lecionou filosofia do direito e direito público e, em 1924, já deputado federal, assumiu a cátedra de filosofia do direito, exercendo-a intermitentemente até 1930.

REFORMADOR DO ENSINO

Em 1925, o até então líder do governo Bernardes na Câmara dos Deputados, Antônio Carlos, foi escolhido pelo PRM para ser o presidente de Minas no quadriênio 1926-1930. Eleito sem concorrentes em março de 1926, Antônio Carlos foi empossado no dia 7 de setembro e indicou para a Secretaria do Interior Francisco Campos, que deixou a Câmara para se tornar o mais influente de seus auxiliares no Executivo mineiro.

Segundo Jarbas Medeiros, Francisco Campos, ao contrário da grande maioria dos políticos conservadores da época, “já trazia ao debate e à ação administrativa pública, na década de 1920, os conceitos e os programas que objetivavam a montagem, entre nós, de um Estado nacional, antiliberal, autoritário e moderno. Colocado dentro da estrutura de poder então vigente, nela trabalhava não certamente para solapar suas bases sociais — e nisto qualificava-se como um conservador —, mas sim para substituir e reconstruir, *do alto*, as suas instituições políticas e burocráticas, *modernizando-as*”.

Do governo de Antônio Carlos em Minas se apresenta geralmente um saldo bastante positivo em confronto com outras administrações do período e, sobretudo, com os governos de seus antecessores. Há entretanto quem julgue, como Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, que suas realizações foram motivadas pelo afã de projetar nacionalmente o próprio nome de Antônio Carlos, tendo em vista a sucessão de Washington Luís, que assumira a presidência da República em 15 de novembro de 1926.

Foi no setor educacional, atribuição de Francisco Campos, que o governo de Antônio

Carlos teve atuação mais notável. Em setembro de 1927 foi criada em Belo Horizonte a Universidade de Minas Gerais (atual Universidade Federal de Minas Gerais). Foi entretanto na renovação de todo o ensino primário e normal do estado, em experiência pioneira no país, que Francisco Campos mais se destacou. Seguiu nessa renovação os postulados da “escola nova”, que haviam chegado ao Brasil, através de educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, após a Primeira Guerra Mundial.

Francisco Campos via a escola tradicional, segundo Jarbas Medeiros, como de natureza retórica e ornamental, dirigida para a formação de elites. A “escola nova” deveria ensinar a pensar, a inventar e a criar soluções para a multiplicidade de novos problemas da complexa vida moderna. Para ele, o futuro das instituições democráticas dependia sobretudo “da orientação e do incremento do ensino primário”, o qual, deixando de formar homens, orientar a inteligência e destilar o senso comum, “poderá fazer eleitores, não terá feito cidadãos”.

Com um grupo de psicólogos e professores estrangeiros — entre os quais a educadora Helena Antipoff, que se tornaria conhecida nacionalmente — Francisco Campos traçou todo um plano de reforma do ensino, do qual resultou, notadamente, a criação da Escola de Aperfeiçoamento, destinada a formar e reciclar educadores na linha da “escola nova”. O número de escolas primárias foi triplicado entre 1926 e 1929, foram fundadas 19 escolas normais e remodeladas as mais antigas já existentes, as de Belo Horizonte e Ouro Preto. Contratarem-se professores na Suíça, França e Bélgica e mestras mineiras foram estagiar nos Estados Unidos como bolsistas do governo estadual. Em 1928, provocando alguma celeuma nos meios políticos e angariando a simpatia da Igreja Católica, o governo de Minas Gerais reintroduziu o ensino religioso nas escolas públicas.

Outra reforma que contou com a participação direta de Francisco Campos foi, apesar de tudo o que defendera anteriormente em sentido oposto, a que instituiu o voto secreto nas eleições municipais e estaduais (1927-1928). No terreno político, contudo, sua atuação aumentou efetivamente de importância com a campanha da Aliança Liberal e seu desdobramento no processo que culminou com a Revolução de 1930.

RUMO A UMA NOVA ORDEM

A Aliança Liberal foi criada em 1929 para apoiar as candidaturas dissidentes dos presidentes do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, e da Paraíba, João Pessoa, à presidência e à vice-presidência da República nas eleições de março de 1930. Desde as sucessões de Delfim Moreira (1919) e Epitácio Pessoa (1922), estava em curso um processo de estiolamento da política de predomínio concertado de São Paulo e Minas Gerais, levando a reboque um Rio Grande do Sul frequentemente contrariado. O que acelerou tal processo, levando à cisão definitiva das oligarquias que dominaram a Primeira República e à derrubada do quadro institucional de 1891, foi a questão sucessória. Em torno dela se condensariam as contradições entre a política oficial e as instituições, de um lado, e a situação real da sociedade e da economia, de outro.

Em meados de 1928, quando percebeu que sua candidatura — contrapartida tácita do acordo São Paulo-Minas que levava Washington Luís à presidência da República — se tornara praticamente inviável, devido à obstinação do presidente em fazer de Júlio Prestes, presidente de São Paulo, seu sucessor, Antônio Carlos começou a procurar uma aliança com a política gaúcha. Washington Luís queria, em desacordo com a praxe republicana, que o problema da sucessão presidencial só fosse introduzido no debate político nacional a partir de setembro de 1929, seis meses antes das eleições. Em junho de 1929, porém, a questão foi suscitada no Congresso Nacional, e o secretário de Segurança Pública de Minas, José Francisco Bias Fortes, abordou-a em discurso numa cerimônia oficial.

No dia 17, as negociações entre Minas e o Rio Grande do Sul, em curso desde o início do ano, foram traduzidas num acordo secreto, o “pacto do Hotel Glória”, no Rio de Janeiro. Francisco Campos e o líder da bancada mineira na Câmara dos Deputados, José Bonifácio de Andrada e Silva, irmão de Antônio Carlos, representavam o presidente mineiro. Vargas e o chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Antônio Augusto Borges de Medeiros, eram representados pelo líder da bancada gaúcha do PRR, João Neves da Fontoura. Pelo acordo, os dois estados apoiariam a candidatura de um mineiro que viesse a ser proposta por Washington Luís; mas, no caso de o presidente propor um candidato de qualquer outro estado, Minas recusaria e lançaria o nome de um gaúcho — Borges de Medeiros ou Getúlio Vargas. Embora não fosse ignorada uma hipotética e remota candidatura de Antônio Carlos, o sentido principal do pacto foi o de repudiar o nome de Júlio Prestes.

Depois de uma troca de cartas entre Washington Luís, de um lado, e Getúlio Vargas e Antônio Carlos, de outro, foi formada, no início de agosto, a Aliança Liberal. Seu programa propunha a concessão de uma anistia ampla a todos os presos políticos, processados e perseguidos desde o 5 de julho de 1922, além do voto secreto, no primeiro plano de uma série de reformas políticas. Sob a presidência de Antônio Carlos, a Aliança Liberal realizou sua convenção nacional em 20 de setembro de 1929, no Rio de Janeiro, homologando as candidaturas de Vargas e João Pessoa.

À medida que se aproximava a data das eleições, os políticos mais radicais da Aliança Liberal — como o mineiro Virgílio de Melo Franco e os gaúchos João Neves, José Antônio Flores da Cunha, João Batista Luzardo e Osvaldo Aranha, secretário do Interior de Vargas — foram reforçando a convicção de que Washington Luís impediria por todos os meios a vitória dos candidatos oposicionistas. Começaram assim a contemplar a hipótese de desencadear um movimento armado contra o governo federal. Desde fins de 1929, passaram a ser procurados por militares revolucionários de 1922 e 1924, como Antônio de Siqueira Campos, Newton Estillac Leal, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora, Leopoldo Néri da Fonseca, Eduardo Gomes e Osvaldo Cordeiro de Farias. O principal intermediário entre os “tenentes”, e as forças políticas mineiras e gaúchas foi Virgílio de Melo Franco, que era deputado estadual em Minas.

Essa primeira fase do movimento conspirativo não implicava ainda uma preparação para a luta armada, sendo os contatos realizados paralelamente à propaganda eleitoral da oposição. No fundo, segundo Virgílio de Melo Franco, os dirigentes dos três estados oposicionistas “não estavam de todo resolvidos a apelar para o extremo recurso da revolução, senão em último caso... O sr. Antônio Carlos, sobretudo, tinha um supremo horror à idéia de revolução”.

No dia 1º de março de 1930, não foi difícil para Washington Luís obter a vitória de Júlio Prestes e de seu companheiro de chapa, o baiano Vital Soares, com grande diferença de votos sobre a chapa da Aliança Liberal. Ganhou alento, então, a perspectiva de um movimento armado. Em fins de março, Batista Luzardo, acompanhado por Virgílio de Melo Franco, fez contatos com Eptácio Pessoa, em Petrópolis (RJ), e Antônio Carlos, em Minas, seguindo depois para Porto Alegre, onde se reuniu com os chefes políticos gaúchos envolvidos na conspiração, inclusive Getúlio Vargas. Voltando em seguida ao Rio, refez

com Virgílio o roteiro anterior, confirmando o apoio de Antônio Carlos ao movimento armado.

Em abril, o esquema de preparação revolucionária foi transmitido por Virgílio, Luzardo e Luís Aranha, irmão e emissário de Osvaldo Aranha, a Eptácio Pessoa, Artur Bernardes e Antônio Carlos. Osvaldo Aranha acelerava a conspiração, encomendando na Tchecoslováquia cerca de 16 mil contos de réis em material bélico e munições. O Rio Grande do Sul deveria participar com a metade dessa soma, cabendo seis mil contos a Minas e dois mil à Paraíba.

Antônio Carlos concordou com o esquema proposto e incumbiu Francisco Campos de acompanhar Luís Aranha ao Rio Grande do Sul, para verificar *in loco* o andamento dos preparativos. Ele ficou no Rio Grande do Sul entre 18 e 27 de abril, mantendo contatos com os políticos da Ala Moça do PRR e com Borges de Medeiros. Com Vargas e Osvaldo Aranha, acertou as condições de participação de Minas Gerais no movimento. A tarefa militar do estado consistiria em distrair as tropas federais que nele se encontrassem e fechar as próprias fronteiras, atraindo mais tropas federais, que assim seriam retiradas da fronteira sul de São Paulo. Os sediciosos contavam dominar as tropas federais no Rio Grande do Sul e marchar em seguida rumo à capital da República.

De volta ao Rio, Francisco Campos entrevistou-se com Artur Bernardes e seguiu para Minas. Antônio Carlos autorizou o início da preparação material do movimento. No dia 27 de maio, a comissão executiva do PRM aprovou unanimemente a participação de Minas no movimento. Em 1º de junho, Vargas lançou um manifesto à nação, denunciando os procedimentos do governo federal no processo eleitoral e afirmando não estar longe “a necessária retificação, para vermos a democracia brasileira no regime que exige a felicidade pátria”.

Nos dias seguintes, entretanto, Antônio Carlos começou a recuar. Ao lhe ser comunicada a escolha da data de 16 de julho para a deflagração do movimento, mostrou-se hesitante e criticou o que considerava precipitação dos revolucionários gaúchos. Em meados de junho, assustado com indícios de que o movimento estava sendo mal preparado, acusou Virgílio de Melo Franco e os demais ativistas mineiros da conspiração de o estarem envolvendo, assim como a Minas Gerais, em uma “aventura louca”. Francisco Campos, escreveu Virgílio, “com o seu temperamento de cético, pouco nos ajudou, no esforço desesperado

que fizemos no sentido de galvanizar o Andrada”.

No dia 17 de junho, Antônio Carlos ordenou a Francisco Campos que assinasse um radiograma para Osvaldo Aranha afirmando que o presidente de Minas considerava o movimento inteiramente sem articulação, deficientemente preparado e sem probabilidade de sucesso e propondo uma concertação entre Minas e o Rio Grande do Sul com vista a uma campanha política. Osvaldo Aranha respondeu instando o governo mineiro a se definir em relação à luta armada. No dia 21, Francisco Campos voltou a se comunicar com Osvaldo Aranha, reiterando que Antônio Carlos preconizava, como diretriz, uma ação exclusivamente política. Acrescentou, como opinião sua, mas instado por Antônio Carlos, que o presidente mineiro queria evitar o movimento.

Dois dias depois, veio a áspera resposta de Aranha: arcava o presidente de Minas com a inteira responsabilidade da desistência. Preocupado com a repercussão de sua atitude, Antônio Carlos procurou transferir a responsabilidade da participação ou não de Minas a Olegário Maciel, eleito em março seu sucessor na presidência do estado. No fim do mês, Getúlio, com a cobertura do recuo de Antônio Carlos, recuou ele próprio, o que levou Osvaldo Aranha a se demitir da Secretaria do Interior do governo gaúcho. A primeira tentativa de desencadear a revolução fracassara.

O assassinato de João Pessoa em Recife, no dia 26 de julho de 1930, recolocou na ordem do dia a perspectiva revolucionária. Houve idas e vindas a propósito da data em que seria possível deflagrar a luta armada. Em Minas, o problema girava em torno do dia 7 de setembro, quando haveria a transmissão da presidência do estado. Antônio Carlos queria que a revolução estourasse já no governo de Olegário Maciel, que por sua vez desejava o contrário. Afinal, Vargas e Osvaldo Aranha escolheram o dia 3 de outubro.

A revolução começou em Porto Alegre às 17:30h do dia 3 de outubro. Às 11 da noite estavam dominadas todas as guarnições militares da capital gaúcha, à exceção de um batalhão de cavalaria, que se rendeu no dia seguinte. Em Belo Horizonte, a luta começou no mesmo momento, mas a resistência oferecida pelo 12º Regimento de Infantaria (12º RI) foi mais tenaz: o regimento resistiu ao cerco e aos ataques dos rebeldes (tropas da Força Pública, na sua maior parte) durante cinco dias. Odilon Braga, que fora secretário de Segurança até 7 de setembro, articulou as atividades revolucionárias na capital mineira. Francisco Campos, que fora substituído na Secretaria do Interior por Cristiano Machado,

também atuou como se continuasse no governo, com a concordância de seu substituto.

Em 24 de outubro, quando as tropas que partiram do Rio Grande do Sul já estavam na fronteira do Paraná com São Paulo, Washington Luís foi deposto na capital federal, assumindo o governo uma junta militar. As intenções da junta não eram claras. Seus integrantes se declararam dispostos a aceitar que Vargas, o chefe do movimento, assumisse a presidência de um colegiado de governo. Mas os planos de Getúlio não previam a partilha do poder. Ele se tornou chefe do governo provisório em 3 de novembro, depois que a junta cedeu diante da ameaça de as tropas rebeldes prosseguirem seu avanço rumo ao então Distrito Federal.

A LEGIÃO MINEIRA

O governo provisório adquiriu configuração legal em 11 de novembro, através de decreto assinado por Vargas. Três dias depois, ele criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e convocou Francisco Campos para assumi-lo. Segundo Edgar Carone, antes da revolução, Vargas assumira o compromisso de dar três ministérios ao Rio Grande do Sul, três a Minas e um à Paraíba. Entretanto, foi obrigado a manter na pasta da Marinha um dos membros da junta que o precedera, e a distribuição dos demais ministérios não obedeceu ao esquema previsto.

No Ministério das Relações Exteriores ficou um mineiro, Afrânio de Melo Franco, que assumira a pasta em 24 de outubro, quando a junta depôs Washington Luís. Mas Artur Bernardes e Olegário Maciel, os dois políticos que saíram fortalecidos em Minas com o processo revolucionário, declararam que Afrânio não representava a política de seu estado no ministério e reivindicaram que Mário Brant e Francisco Campos fossem nomeados (Mário Brant foi para a presidência do Banco do Brasil). A reforma do ensino mineiro projetara nacionalmente o nome de Campos, credenciando-o a ocupar o recém-criado Ministério da Educação.

A vitória da revolução fortaleceu, em Minas Gerais, a autoridade de Olegário Maciel — único governante estadual que não foi substituído por um interventor federal — e do PRM, representante dos grupos dominantes locais. O presidente do partido, Artur Bernardes, desempenhara um papel importante na preparação política do movimento, mantendo uma posição firme, que contrastara com a conduta vacilante de Antônio Carlos e mesmo de

Olegário Maciel.

A situação pós-revolucionária era instável porque encerrava uma contradição entre os objetivos dos “tenentes” e dos jovens políticos radicais da Aliança Liberal, como Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, de um lado, e os das forças políticas tradicionais, de outro. Para estas, que Olegário, Bernardes e Antônio Carlos integravam, a revolução havia sido “um movimento armado que visava restabelecer o jogo político rompido por São Paulo”. Já a intervenção dos “tenentes” na vida política mineira “tinha como objetivo principal a neutralização do poder político das oligarquias, encontrando na facção bernardista um alvo e uma resistência”, conforme escreveu Helena Bomeny, em trabalho publicado no livro *Regionalismo e centralização política*.

Ao mesmo tempo, a divisão se instalara dentro do PRM desde o processo de escolha de Olegário Maciel para o governo do estado, em outubro de 1929, com o afastamento da candidatura do então vice-presidente da República e ex-presidente do estado, Fernando de Melo Viana, e a subsequente criação da Concentração Conservadora, cuja atividade roubara ao candidato Getúlio Vargas muitos votos em Minas no pleito de 1º de março de 1930. Desde sua posse, Olegário Maciel vinha se defrontando com sérias dificuldades para constituir dentro do PRM um grupo que pudesse servir de base de apoio ao seu governo. Era grande a influência de Bernardes em seu governo, e ela pareceu crescer após o triunfo do movimento armado.

Ainda em novembro de 1930, os “tenentes” começaram a pressionar Olegário no sentido de estabelecer uma aliança antibernardista. O alvo mais importante, contudo, não era propriamente a presença de Bernardes na vida política mineira, mas sobretudo o PRM e seu sistema de poder, como expressões de uma mentalidade e de práticas que a revolução, na concepção dos “tenentes”, viera erradicar. Osvaldo Aranha, ministro da Justiça do governo provisório, e Francisco Campos consideravam necessária a criação de um partido revolucionário.

Logo após a vitória, os “tenentes”, sob a liderança do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe das forças revolucionárias, e de outros militares membros do governo, como Miguel Costa, João Alberto e Juarez Távora, criaram a Legião de Outubro, também chamada Legião Revolucionária. O primeiro manifesto da nova organização foi lançado em São Paulo no dia 12 de novembro. No dia 21 seguinte os ministros Osvaldo

Aranha, Francisco Campos, José Fernandes Leite de Castro (Guerra) e Isaías de Noronha (Marinha), além de Batista Luzardo, chefe de Polícia, e Góis Monteiro, enviaram um telegrama a Olegário Maciel sugerindo a criação da Legião de Outubro em Minas, como instrumento de defesa e propagação dos ideais da revolução. Francisco Campos seria o principal artífice da organização e, como tal, instrumento de Vargas, Osvaldo Aranha e Góis Monteiro na luta para destruir a influência de Bernardes em Minas e, a longo prazo, destruir o próprio PRM. “Representante dos novos valores originados das oligarquias decadentes”, escreveu Norma de Góis Monteiro, “Francisco Campos aliava à sua grande capacidade intelectual um enorme desejo de ascensão política. Daí a facilidade com que se adaptará a todas as injunções políticas, contanto que permaneça no poder”.

No dia 26 de novembro, Olegário exonerou três secretários estaduais ligados a Bernardes — José Carneiro de Resende (Finanças), Alaor Prata (Agricultura) e Cristiano Machado (Interior) —, substituídos respectivamente por Amaro Lanari, Cincinato Noronha Guarani e Gustavo Capanema. Nessa ocasião, Francisco Campos foi a Minas conferenciar sigilosamente com o presidente mineiro a respeito da formação da Legião de Outubro no estado. Presume-se que sua visita tenha tido relação com as exonerações, já que os novos secretários seriam os líderes da legião.

Falando de uma viagem que fez ao Rio em 5 de dezembro, Gustavo Capanema, conforme cita Helena Bomeny, afirmou que Francisco Campos, depois de recebê-lo na estação ferroviária, “tratou do assunto comigo: liquidar o Bernardes... O plano inicial do Campos não era a fundação da legião ou de outro partido em Minas. Era a reorganização da comissão executiva do PRM com a liquidação do Bernardes. Achei difícil e arriscado. Além de tudo ingrato e injusto... Depois de vários dias de conversa regressei... No fundo vim do Rio disposto a auxiliar o Campos na trucidção do Bernardes”.

Entre os dias 6 e 26 de dezembro, Francisco Campos assumiu em caráter interino o Ministério da Justiça, em substituição ao titular Osvaldo Aranha. No dia 13, Olegário Maciel enviou uma carta a Vargas designando Francisco Campos representante de Minas Gerais junto ao governo provisório.

A Legião de Outubro foi fundada em Minas no dia 27 de fevereiro de 1931, através do manifesto distribuído nessa data em Belo Horizonte assinado por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari, entre outros. Segundo o documento, a legião não seria

“uma liga de carbonários, nem uma casta de agitadores”, mas “uma agremiação de patriotas ligados indissolivelmente por vínculos morais e só animados da aspiração de trabalhar pelo Brasil”. A Legião de Outubro vinha com uma “dupla finalidade: defender a vitória da revolução brasileira e realizar seus ideais”. Defender a vitória da revolução brasileira significava “combater contra todos os seus inimigos”, definidos em “três categorias: inimigos oriundos do velho regime (os governadores depostos, os aderentes hipócritas e os viciados e corruptos de toda espécie), inimigos existentes no seio da própria revolução (os revolucionários sem convicção e os revolucionários preguiçosos ou céticos) e inimigos de origem externa (todos os propagandistas, pregoeiros e apóstolos de doutrinas políticas exóticas e inaplicáveis para a solução de problemas brasileiros)”. Era seu dever, finalmente, “manter e fortalecer o espírito da unidade nacional e pregar e desenvolver os altos sentimentos e grandes virtudes humanas”.

A Legião de Outubro não tardou a revelar seu caráter fascistizante. Em 21 de abril, Francisco Campos organizou um desfile da legião em Belo Horizonte. Os legionários, constituindo uma milícia uniformizada com camisas cáqui, acorreram de quase todos os municípios do estado. Olegário Maciel também envergou uma camisa cáqui, sobre a qual, algo constrangido, vestiu um paletó, e saudou o cortejo da sacada do palácio do governo.

A organização passou então a denominar-se Legião Liberal Mineira, ficando mais conhecida como Legião Mineira, e conseguiu arregimentar um grande contingente de perremistas por meio de pressões e intimidações. Segundo Helena Bomeny, a ambiguidade marcou desde o início a Legião: “Resultante de um projeto tenentista, viu-se na contingência de ser implantada por forças oligárquicas do estado. Se ideologicamente caracterizava-se pela crítica ao regionalismo oligárquico, na prática era impulsionada por setores da oligarquia.”

Nessa época, o pensamento de Francisco Campos inclinava-se para o fascismo, segundo Wilson Martins, que transcreve relato de Maurício de Lacerda sobre um diálogo mantido com Campos poucos dias antes da posse do governo provisório: “Impugnamos vivamente tal orientação opressora, que é a vergonha da história italiana e opróbrio da Europa moderna. Explicou, meio hesitante, que se tratava de um fascismo de idéias, de espírito, e não de métodos de compressão.”

MODERNIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR

No final de março de 1931, o governo provisório reformou o Tribunal Especial que havia sido criado em novembro anterior com o objetivo de apontar irregularidades e corrupção sob o governo de Washington Luís. A reforma, que transformou o tribunal em Junta de Sanções, foi feita num momento em que Artur Bernardes e mais de uma centena de deputados haviam sido denunciados. Três ministros — Osvaldo Aranha, Francisco Campos e Leite de Castro — integraram a Junta de Sanções, que em setembro passou a se chamar Comissão de Correição Administrativa, conservando de sua antiga composição apenas Osvaldo Aranha. A nova comissão, entretanto, acabou morrendo esquecida.

As principais medidas adotadas por Francisco Campos na pasta da Educação e Saúde Pública datam de abril de 1931. No dia 11 foram assinados dois decretos. O primeiro, contendo o estatuto das universidades brasileiras, afirmava ser o sistema universitário preferencial ao das escolas superiores isoladas. A fim de dar corpo à idéia universitária, o decreto estabelecia a exigência, para a fundação de entidades universitárias, da existência de três unidades de ensino superior — Direito, Medicina e Engenharia — ou, no lugar de uma delas, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. O segundo decreto dispunha minuciosamente sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro (posteriormente Universidade do Brasil e atual Universidade Federal do Rio de Janeiro).

No dia 18 de abril foi decretada a reforma do ensino secundário, retirando-se-lhe o caráter de passagem para a faculdade. Na verdade, foi a partir de então que passou a existir no Brasil um ensino secundário tal como se concebe hoje. O curso foi aumentado para sete anos, sendo cinco da parte fundamental comum (o que depois se chamou de ginasial) e dois de um curso complementar, “obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior” (o complementar se desdobraria mais tarde em “científico” e “clássico”, adquirindo vida própria, enquanto o acesso ao ensino superior passava a ser feito através dos exames vestibulares). Finalmente, no dia 30, foi assinado o decreto que reintroduziu, em caráter facultativo, o ensino religioso nas escolas oficiais.

A faceta modernizadora do pensamento de Francisco Campos, que constituiu uma das vertentes ideológicas da formação da “tecnocracia” brasileira, foi a base conceitual das reformas do ensino superior, assim como aparece nas exposições de motivos dos respectivos decretos: “A educação do homem não se fará jamais mediante o sistema de

receptividade passiva... A verdadeira educação concentra o seu interesse antes sobre os processos de aquisição do que sobre o objeto que eles têm em vista, e a sua preferência tende não para a transmissão de soluções já feitas, acabadas e formuladas, mas para as direções do espírito, procurando criar, com os elementos constitutivos do problema ou da situação de fato, a oportunidade e o interesse pelo inquérito, a investigação e o trabalho pessoal em vista da solução própria e adequada e, se possível, individual e nova.”

A função da escola, acrescentava, “cresce ainda de vulto com as transformações por que vem passando a vida contemporânea”. Pouco mais tarde, em discurso na Faculdade de Economia da Bahia, afirmou: “O mundo vive hoje sob o sinal do econômico, como já viveu em outros tempos sob o sinal do religioso e do político.” Daí a necessidade de um ensino “de cunho técnico e profissional”, que permitisse dirigir a economia (“economia dirigida é, sobretudo, economia organizada e racionalizada”). “Dirigir a economia nacional sem uma intensa preparação científica e prática de um corpo de técnicos e de peritos destinados a orientar as medidas legislativas e as intervenções do governo é, evidentemente, passar dos mais competentes, que são os produtores, para o empirismo e as aventuras oficiais o governo da riqueza nacional.”

Proclamar a necessidade da “escola nova” não o impedia de buscar a “recuperação dos valores perdidos”, tarefa que só o ensino religioso, a seu ver, poderia cumprir. Num discurso de 1936, explicaria retrospectivamente que a reintrodução do ensino religioso implicara “violiar um sistema político que, na conformidade das praxes agnósticas, os liberais consideravam como uma das categorias eternas do espírito humano”. Não fora, por isso, ato de um ministro: “Só o ditador, guia e intérprete da revolução, poderia quebrar os grilhões, estendendo a ruptura do sistema político vigente até ao dogma fundamental da liberdade de pensamento que as inspirações maçônicas e livre-pensadoras do liberalismo do século XIX haviam postulado para as suas próprias crenças e os seus próprios fanatismos excluindo do privilégio as grandes formas do pensamento e do sentimento religioso.”

Em Minas Gerais, a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas foi vista como uma forma de fortalecer a Legião Mineira através de uma aliança com a Igreja Católica, evidente beneficiária de uma lei que fazia depender o ensino de qualquer das religiões, em cada escola, de solicitação feita por um grupo de pelo menos 20 alunos. Houve críticas, formuladas, segundo Helena Bomeny, “a partir do pressuposto de que o pacto entre a

Legião e a Igreja iria favorecer o desenvolvimento da nova agremiação pela propaganda que a última fazia em seu favor. No que toca a Francisco Campos, essa aliança poderia reverter em seu próprio benefício, pela perspectiva de apoio do clero católico mineiro à sua ascensão a cargos políticos”.

A trajetória de Francisco Campos no Ministério da Educação sofreu um hiato em virtude da luta política em Minas Gerais e de seus reflexos no seio do governo provisório. Como representante de Minas no governo, Campos contava com meios políticos próprios para intervir em seu estado. “A Legião”, escreveu Helena Bomeny, “significava para ele a oportunidade de efetivamente ascender no cenário político, já que controlava de forma efetiva a política estadual, através dos vínculos estreitos estabelecidos com o governo Olegário Maciel” (em carta de junho de 1931 a Osvaldo Aranha, um chefe político do interior mineiro chamou Gustavo Capanema, secretário do Interior, de “menino de recados” de Francisco Campos).

Osvaldo Aranha, um dos “homens da revolução”, tinha projetos próprios em relação à política mineira. Depois da criação da Legião Mineira, que representara um rude golpe para o PRM, o partido de Bernardes resistiu ao assédio que sofria dos “tenentes” e das forças oligárquicas adversárias. Em 15 de agosto de 1931, iniciou-se em Belo Horizonte, num clima de grande agitação, uma convenção do partido. Osvaldo Aranha articulou um golpe militar para coincidir com a reunião. Seu objetivo era derrubar Olegário Maciel e colocar Virgílio de Melo Franco à frente do governo mineiro. A tentativa foi feita no dia 18, pelo comandante do 12º RI, coronel Júlio Pacheco de Assis, mas fracassou diante da resistência de Olegário, respaldado pela Força Pública e apoiado por Francisco Campos, Antônio Carlos e Venceslau Brás.

Pouco depois, sem aludir ao episódio, que disse ter sido um “equivoco”, Osvaldo Aranha criticou Francisco Campos junto a Vargas, questionando a lealdade do ministro da Educação ao governo provisório. Francisco Campos pediu então demissão do cargo, enquanto Osvaldo Aranha fazia o mesmo. Vargas não aceitou a demissão de Aranha, mas aceitou a de Francisco Campos, que no dia 1º de setembro foi substituído, em caráter interino, por Belisário Pena, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública. Em 1º de dezembro, depois de ter passado uma temporada em Minas, Francisco Campos reassumiu a pasta, no contexto da tentativa de composição da política mineira então em curso.

Ainda em dezembro, conquanto estivesse fora de cogitação entregar o poder estadual ao bernardismo, percebeu-se não ser possível governar Minas à inteira revelia dessa facção. Tendo em vista, além disso, que a Legião Mineira não conseguira se afirmar como estrutura partidária alternativa, as forças antagonistas começaram a negociar um acordo por inspiração de Getúlio e com a intermediação de Gustavo Capanema. A idéia era fundir num só partido a Legião Mineira e o PRM, constituindo assim a base de apoio dos governos estadual e federal. Em fevereiro de 1932, essa aliança, que ficou conhecida como Acordo Mineiro, se traduziu na criação do Partido Social Nacionalista (PSN), tendo Antônio Carlos, Bernardes, Venceslau Brás e Virgílio de Melo Franco na comissão diretora.

Daí até a eclosão da Revolução Constitucionalista de julho de 1932, a política mineira oscilou entre a defesa do governo provisório e o apoio à causa paulista. E foi também em torno desse movimento insurrecional que se deu a demissão de Francisco Campos do Ministério da Educação, assim como do Ministério da Justiça, que ele havia acumulado em caráter interino desde a demissão coletiva, no início de março, de representantes gaúchos no governo provisório (entre os quais Maurício Cardoso, que substituíra Osvaldo Aranha na pasta da Justiça).

No curso da Revolução Constitucionalista, Olegário Maciel escreveu a Vargas acusando Francisco Campos, com quem havia rompido politicamente, de participar das articulações comandadas por Artur Bernardes para a realização, em Minas, de um movimento armado de apoio a São Paulo. Apesar da inverossimilhança dessa acusação, que entretanto despertou as suspeitas de Vargas, em 16 de setembro, antes mesmo da rendição dos paulistas (2 de outubro), Francisco Campos pediu demissão de seus cargos ministeriais. Na pasta da Educação e Saúde foi substituído por Washington Pires, ex-deputado federal por Minas e novo representante do estado no governo provisório, por indicação de Olegário Maciel. A pasta da Justiça foi assumida em caráter interino por Afrânio de Melo Franco, até a nomeação, em novembro, do novo titular, Francisco Antunes Maciel.

Ainda em 1932, quando foi publicado seu livro de poesia *Ciclo de Helena*, Francisco Campos chegou a se candidatar a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, mas desistiu após dois adiamentos da eleição por falta de *quorum*. No mesmo ano, abriu escritório de advocacia no Rio e transferiu-se para a Faculdade Nacional de Direito como catedrático de

filosofia do direito.

IDEÓLOGO DA NOVA ORDEM

O novo caminho para buscar o apoio da política mineira ao governo provisório foi o da reorganização partidária no estado, tendo em vista as eleições para uma assembleia nacional constituinte, prometidas por Vargas desde maio de 1932. Da Legião Mineira, após a tentativa de unificação com o PRM no PSN, não restou qualquer estruturação própria. Ficaria, sim, a idéia do partido reacionário de massas, mais tarde traduzida na criação, por Plínio Salgado, da Ação Integralista Brasileira (AIB). Em fevereiro de 1933, Olegário Maciel, Antônio Carlos, José Monteiro Ribeiro Junqueira, Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco fundaram o Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, passando o combalido PRM à condição definitiva de oposição.

As eleições para a Constituinte foram confirmadas para 3 de maio de 1933. “Se nos primeiros anos da Revolução”, escreveu Norma de Góis Monteiro, “tudo parecia favorável a Campos, a sua ambiguidade de ação e de palavra provocará nos políticos mineiros uma desconfiança atroz.” Sem legenda partidária, Campos concorreu como candidato avulso à Constituinte por Minas Gerais e sofreu fragorosa derrota. “No âmbito estadual”, comenta a mesma autora, “sua vida política tinha chegado ao fim. Daí sua transferência definitiva para o Rio. Lá, devido à sua capacidade intelectual e relacionamento razoável com os altos escalões da política nacional, ainda poderá encontrar o seu caminho.”

Em 23 de novembro de 1933, enquanto Minas vivia a crise da sucessão de Olegário Maciel (falecido em setembro), Virgílio de Melo Franco obteve de Vargas sua nomeação para consultor-geral da República, em caráter interino. Pouco depois, Campos licenciou-se do cargo para representar o Brasil na VII Conferência Pan-Americana de Montevideu, voltando a assumi-lo em janeiro de 1934. Foi efetivado em 18 de outubro seguinte.

A reconstitucionalização do país, com a aprovação da Constituição de 1934 (16 de julho), não abriu um período de estabilidade política, mas, ao contrário, de ainda maior instabilidade, que iria levar ao golpe de 10 de novembro de 1937 e à implantação do Estado Novo. A solução golpista começou a se desenhar, como hipótese, com a promulgação da Carta de 1934 e a confirmação de Getúlio Vargas na chefia do Executivo, um dia depois, pelos constituintes. A propensão a romper a legalidade constitucional, presente em primeiro

lugar nas forças armadas, foi estimulada pela tentativa insurrecional comunista de novembro de 1935. O estado de sítio foi implantado, trazendo em seu bojo a censura à imprensa.

Acusado de envolvimento com os comunistas, sob pressão dos integralistas e das alas mais retrógradas do mundo católico, o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto Batista, aceitou no dia 1º de dezembro de 1935 a demissão de seu secretário de Educação, Anísio Teixeira, e nomeou Francisco Campos para substituí-lo. Em abril de 1936, Pedro Ernesto seria preso por ordem do chefe de polícia Filinto Müller. O cônego Olímpio de Melo assumiria a prefeitura, conservando Francisco Campos no cargo. Coube-lhe o trabalho de demolição da obra de Anísio Teixeira — principal expoente da “escola nova” —, notadamente da Universidade do Distrito Federal, fundada em 1934 e alvo predileto das acusações convergentes de católicos e integralistas.

Foi nessa época que Francisco Campos se afirmou como um dos mais importantes ideólogos da direita brasileira, na companhia de Francisco José de Oliveira Viana e de Antônio José de Azevedo Amaral. Já em 28 de setembro de 1935, em conferência pronunciada na Escola de Belas-Artes, via instituído na vida política o “primado do irracional”. Como escreveu Wilson Martins, que não hesita em considerar essa conferência “um dos grandes textos de nossa literatura política”, ali a política transformava-se em teologia e o homem passava a pertencer, “alma e corpo, à nação, ao Estado, ao partido”, juntando-se a esse valor, carregado de eletricidade emocional, o aparecimento do “mito solar da personalidade”, da “personalidade carismática”.

Personalidade carismática que “é o centro da integração política”, disse então Francisco Campos. “Quanto mais volumosas e ativas as massas, tanto mais a integração política só se torna possível mediante o ditado de uma vontade pessoal. O regime político das massas é o da ditadura... Há uma relação de contraponto entre massa e César. Os ouvidos habituados a distinguir, à distância, o rumor das coisas que se aproximam, percebem, sob o tropel confuso das massas, cuja sombra começa a dominar o horizonte da nossa cultura, os passos do homem do destino... Não há, a estas horas, país que não esteja à procura de um homem, isto é, de um homem carismático ou marcado pelo destino para dar às aspirações da massa uma expressão simbólica, imprimindo a unidade de uma vontade dura e poderosa ao caos de angústia e de medo de que se compõe o patos ou a demonia das representações coletivas.

Não há hoje um povo que não clame por um César.”

Em março de 1936, ao saudar a posse de Afonso Pena Júnior na reitoria da Universidade do Distrito Federal, falou sobre o comunismo: “As monstruosas ideologias internacionalistas visam apenas enfraquecer a humanidade no homem para transformá-lo mais facilmente em animal de um rebanho miserável, tangido pela fome e pelo medo.” Em julho, discursando acerca da reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas, explicitou sua posição anticomunista, antes de aludir à tentativa insurrecional de novembro anterior: “Há três laços que reúnem os homens — a religião, a família e a pátria. Mais do que ninguém o comunismo sabe disso. Ele combate os três ao mesmo tempo e em cada um deles combate os outros dois.”

Uma das ideias mais caras a Francisco Campos era a da unidade de um Estado nacional. Segundo Jarbas Medeiros, seu pensamento, que o credenciaria a montar o arcabouço jurídico-institucional do Estado Novo, pode ser sintetizado nos seguintes aspectos: 1) uma visão apocalíptica do período que se vivia (“nunca falhou em tão grande escala a confiança humana na coerência do universo do pensamento e do universo da ação”); 2) uma visão da sociedade moderna como “sociedade de massa” (“quem quiser saber qual o processo pelo qual se formam efetivamente, hoje em dia, as decisões políticas, contemple a massa alemã, medusada sob a ação carismática do *Führer*”); 3) uma visão do Estado moderno como Estado autoritário e antiliberal (“o que o Estado totalitário realiza é — mediante o emprego da violência, que não obedece, como nos Estados democráticos, a métodos jurídicos nem à atenuação feminina da chicana forense — a eliminação das formas exteriores ou ostensivas de tensão política”; “o sufrágio universal, a representação direta, o voto secreto e proporcional, a duração rápida do mandato presidencial foram meios impróprios, senão funestos, aos ideais democráticos”; “para as decisões políticas, uma sala de parlamento tem hoje a mesma importância que uma sala de museu”); 4) uma apologia das elites, vistas como agentes da história (“as transformações não se operaram pela ação da mentalidade primitiva das multidões e dos seus líderes, mas pela influência das ciências e das artes, filósofos, pesquisadores, cientistas, engenheiros, artistas”).

O ESTADO NOVO

Ao longo de 1936 foi se firmando a candidatura do governador paulista Armando de Sales Oliveira à sucessão presidencial prevista para 1938. Sua candidatura foi lançada extraoficialmente em dezembro, quando ele deixou o governo de seu estado para se desincompatibilizar. Paralelamente, a hipótese de golpe se transformava em tendência e esta em articulação consciente a partir da hierarquia militar e do governo federal.

Getúlio, que conduzia com tato o desdobramento da perspectiva golpista e precisava ganhar tempo, fixou-se, depois de examinar outros nomes, na candidatura de José Américo de Almeida, lançada oficialmente em 25 de maio de 1937. Entretanto, a articulação golpista prosperava, capitaneada pelos dois homens fortes do Exército, os generais Góis Monteiro (chefe do Estado-Maior do Exército) e Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra).

Desde fins de 1936, Francisco Campos, acionado por Vargas, adaptava um substitutivo à Constituição de 1934 — que não fora conveniente apresentar durante os trabalhos da Constituinte —, para transformá-lo em projeto da Constituição a ser outorgada após o golpe de Estado. Em meados de 1937, ultimou esse trabalho com a colaboração, entre outros, de Vicente Rao, titular da pasta da Justiça entre julho de 1934 e janeiro de 1937. Conduziu também, junto ao chefe nacional do integralismo, Plínio Salgado, os entendimentos visando ao apoio desse movimento ao golpe. Em meados de setembro, encontrou-se com Plínio na casa de Amaro Lanari. Segundo relato do chefe da AIB em carta a Getúlio datada de 28 de janeiro de 1938, Francisco Campos entregou-lhe o texto do projeto de Constituição e, dizendo-se autorizado por Vargas, pediu o apoio de Plínio para o golpe, dando 24 horas para a resposta e solicitando o mais absoluto sigilo.

No dia seguinte, em novo encontro na casa de Amaro Lanari, Plínio disse que, embora não sendo em princípio contrário ao Estado corporativo, achava desnecessária a outorga de uma nova Constituição, julgando suficientes “reformas na Carta de 1934, substituindo o sufrágio universal pelo voto corporativo e dando maior amplitude ao Estado no concernente aos poderes de interferência no ritmo econômico-financeiro e no tocante ao fortalecimento do poder central”. E ainda: “Uma vez que eu não conseguia demover o governo do propósito da outorga e que o governo se achava apoiado, segundo o dr. Campos me afirmava, pelo Exército e pela Marinha, o integralismo não criaria dificuldades, mesmo porque não tinha elementos para se opor e, nesse caso, confiaria no patriotismo do sr. presidente da República, cujos propósitos nacionalistas não punha em dúvida.”

Perguntado sobre qual seria a situação da AIB, Francisco Campos respondeu a Plínio que ela “seria a base do Estado Novo”, acrescentando que o integralismo deveria ampliar seus quadros para receber todos os brasileiros que quisessem apoiar Vargas. Pediu a Plínio que ficasse oito dias com o projeto de Constituição e lhe apresentasse um parecer. Houve novo encontro ao fim do prazo combinado. Plínio Salgado achava que “a Constituição, como estava, não concretizava a doutrina integralista, na sua totalidade”, mas que os integralistas, “fiéis à nossa ética”, aceitariam o fato consumado e tomariam a Constituição “como uma etapa inicial até atingir-se a democracia orgânica como tínhamos sonhado”. Proclamou o caráter democrático do integralismo e a diferença de seu projeto em relação aos regimes fascista ou nazista.

“O dr. Francisco Campos, plenamente satisfeito, declarou sorrindo ao dr. Lanari que não sabia que eu era tão liberal”, escreveu ainda Plínio, acrescentando: “De minha parte, como conheço as ideias fascistas do sr. Campos, eu me imaginava mais próximo do pensamento do presidente do que ele próprio.” Finalmente, Francisco Campos deu a Plínio a notícia da apreensão de um documento que “iria criar um grande ambiente para o golpe, pois diante de tal documento o perigo comunista se apresentava tão grave que se tornaria necessário o estado de guerra”.

No dia 30 de setembro, a conspiração entrou em fase final: o Estado-Maior do Exército anunciou à nação que tinha apreendido “instruções da Internacional Comunista (Komintern) para a ação de seus agentes no Brasil”, constituindo um plano de tomada de poder que foi batizado de Plano Cohen. Elaborado na verdade pelo capitão Olímpio Mourão Filho — chefe do serviço secreto da AIB e oficial lotado no Estado-Maior do Exército —, o documento, confirmando o vaticínio de Francisco Campos a Plínio Salgado, serviu de pretexto, numa base anticomunista com tinturas antisemitas, ao golpe em marcha.

No dia 1º de outubro, a Câmara dos Deputados aprovou mensagem do Executivo pedindo nova decretação do estado de guerra, que fora suspenso em julho. No dia 18, o governador gaúcho José Antônio Flores da Cunha, acossado pelo Exército, por Getúlio e pela oposição local, renunciou a seu cargo e seguiu para Montevideú. Era um dos mais importantes partidários da candidatura de Armando Sales.

No dia 27 de outubro, com o golpe já marcado para 15 de novembro, teve início a Missão

Negrão de Lima. A missão do deputado federal Francisco Negrão de Lima, representante mineiro, consistiu em contactar os governadores do Norte e Nordeste, comunicando-lhes os pontos básicos das mudanças institucionais em preparação e sondando-os a respeito de suas posições em face do golpe. Antes de embarcar num avião colocado à sua disposição pelo governo, Negrão foi à casa de Francisco Campos e fez uma leitura do texto da Constituição a ser outorgada.

Todos os governadores consultados por Negrão se declararam de acordo com o golpe, e ele voltou ao Rio em 1º de novembro. Antes de embarcar para Minas — onde o governador Benedito Valadares queria retê-lo para evitar que, assediado por parlamentares e jornalistas, acabasse cometendo alguma indiscrição —, passou pela casa de Francisco Campos e comunicou-lhe, para que este transmitisse a notícia a Getúlio, que havia cumprido sua missão.

A natureza da Missão Negrão de Lima acabou sendo divulgada pelo *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, no dia 5 de novembro, mas Getúlio armou, com a ajuda de Benedito Valadares, um esquema para desmentir a denúncia. Francisco Campos, muito procurado, também negava a seus interlocutores que as versões em circulação fossem verdadeiras. No próprio dia 5, alegando fadiga, o ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, entregou a Vargas sua carta de demissão. Horas depois, Getúlio comunicou aos altos chefes militares que o novo ministro seria Francisco Campos.

No dia 8, o texto da Constituição a ser outorgada foi examinado na casa de Francisco Campos por Góis Monteiro e pelos ministros da Guerra, general Eurico Dutra, e da Marinha, almirante Aristides Guilhem. Os homens fortes da hierarquia militar concordaram com o teor da Carta, introduzindo pequenas modificações nos dispositivos atinentes às forças armadas.

Em 9 de novembro, foi lido na Câmara dos Deputados um manifesto de Armando Sales aos chefes militares, pedindo-lhes que garantissem a ordem constitucional ameaçada. Diante disso, Getúlio reuniu o ministério no mesmo dia e antecipou a data do golpe, com a concordância de todos, à exceção de Odilon Braga, ministro da Agricultura. Francisco Campos tomou posse no Ministério da Justiça e Negrão de Lima foi designado seu chefe de gabinete. O golpe foi dado no dia 10, com o fechamento do Congresso Nacional, das assembleias estaduais e das câmaras de vereadores e com a outorga da nova Constituição,

que o novo ministro da Justiça anunciou como “remédio nacional contra as moléstias que assolavam o país”.

A CONSTITUIÇÃO DE 1937

Em longa entrevista à imprensa ainda em novembro — e de cujas repercussões negativas nos Estados Unidos o embaixador do Brasil em Washington, Osvaldo Aranha, se queixaria a Getúlio —, Francisco Campos afirmou que “a Revolução de 30 só se operou, efetivamente, em 10 de novembro de 1937”. Referindo-se ao manifesto lançado por Vargas nessa data, observou que o país vivera, “durante mais de 40 anos, em regime constitucional teórico e em estado de inconstitucionalidade crônica, mal dissimulado por instituições que já haviam caducado antes de viver”. Referiu-se ao “monstruoso aparelhamento” da Constituição de 1934, do qual uma das peças era o Poder Legislativo, cuja “incapacidade para legislar é hoje um dado definitivamente adquirido não só pela ciência política como pela experiência das instituições representativas”. “O Brasil estava cansado”, prosseguia. “O Brasil estava enjoado, o Brasil não acreditava, o Brasil não confiava. O Brasil pedia ordem, e, dia a dia, agravava-se o seu estado de desordem.” Daí a outorga da nova Constituição, cujas características resumiu.

Restringindo o uso do sufrágio universal — um “mito” —, a nova Carta não fizera mais do que “aceitar uma situação de fato, hoje geral no mundo”. “A maior parte dos eleitores não se preocupa com a coisa pública”, explicava, porque “cada vez mais os problemas em torno dos quais se fere a luta dos partidos tendem a ser problemas técnicos... impróprios a provocar nas massas a emoção.” Ademais, sendo o sistema de educação “mais ou menos fechado, acessível tão-somente a um pequeno número”, as massas, ignorantes, não podiam tomar decisões com conhecimento de causa: “A massa eleitoral continua em estado de ingenuidade em relação aos problemas capitais da política e do governo.”

“A nova Constituição é profundamente democrática. Aliás, a expressão democrática... não tem um conteúdo definido, ou não conota valores eternos.” Segundo Francisco Campos, a democracia reinante no século XIX “era uma atitude de revolta contra a ordem estabelecida” e, conseqüentemente, “as constituições tinham um caráter eminentemente negativo: declaravam os limites do governo”. Entretanto, “a liberdade individual e as garantias não resolviam o problema do homem”. Na nova declaração de direitos, “o

cidadão deixa de ser homem livre, ou o homem em revolta contra o poder, para ser o titular de novos direitos, positivos e concretos... O princípio de liberdade não garantiu a ninguém o direito ao trabalho, à educação, à segurança. Só o Estado forte pode exercer a arbitragem justa”.

“No regime liberal”, disse ainda, “organizou-se um novo feudalismo econômico e político.” Já o regime corporativo que pretendia ver implantado “não exclui a liberdade; apenas torna justo o seu exercício”. Uma vez que “o liberalismo político e econômico conduz ao comunismo” (o qual se fundaria, “precisamente, na generalização à vida econômica dos princípios, das técnicas e dos processos do liberalismo político”), o remédio seria o corporativismo, que “mata o comunismo como o liberalismo gera o comunismo. O corporativismo interrompe o processo de decomposição do mundo capitalista previsto por Marx como resultante da anarquia liberal”.

Jarbas Medeiros resumiu assim as linhas de força da Constituição de 1937: “a) a preeminência da União Federal sobre os estados e os municípios; b) a preeminência do Poder Executivo sobre os demais poderes do Estado; c) a preeminência dos interesses do Estado sobre os interesses dos indivíduos e das associações ‘intermédias’. Esta hierarquia política estruturou, juridicamente, a Constituição. O Poder Legislativo nela é exercido simultaneamente por três órgãos: a) o presidente da República; b) o Parlamento — Câmara dos Deputados e Conselho Federal; c) o Conselho da Economia Nacional, encarregado de dar uma estrutura corporativa ao nosso sistema econômico.” Todos esses órgãos seriam constituídos pelo voto indireto.

Outras características da Carta de 1937, segundo o mesmo autor, seriam: “Os direitos e garantias individuais são limitados na medida dos interesses da ordem política e social, e estabelecia-se a censura prévia da imprensa. Na ordem econômica, tentava-se um compromisso entre a iniciativa privada... e a organização corporativa da economia... A legislação social e trabalhista é consagrada no corpo da Constituição, proibindo-se as greves.” O texto previa a nacionalização “progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d’água ou outras fontes de energia, assim como das indústrias consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da Nação”. Além de manter o estado de guerra, criava o estado de emergência. “Durante a vigência destes”, prossegue Jarbas Medeiros, “a Constituição deixaria de vigorar nas partes indicadas pelo presidente da República... Nas

Disposições Transitórias já se declarava vigente o estado de emergência no país, que permaneceu sob ele até 1945. Como o artigo 180 autorizava o presidente a expedir decretos-leis ‘enquanto não se reunir o Parlamento nacional’ e este, no estado de emergência, não foi convocado, todo o período do Estado Novo foi administrado pelo regime dos decretos-leis.”

Conforme escreveram Afonso Arinos de Melo Franco e Raimundo Faoro nos verbetes “Direito” e “Constituição” da enciclopédia *Mirador*, “a Constituição do Estado Novo não chegou a ser aplicada”. Vargas “não quis levar adiante as medidas que a Constituição previa como necessárias à sua entrada em vigor. Preferiu governar indefinidamente, sem qualquer sistema limitativo de seus poderes, atribuindo-lhes uma extensão que o artigo 180... invariavelmente referido, estava longe de conter”.

Explicam os dois autores que a inviabilidade prática da Constituição arquitetada por Francisco Campos, filiando-se “aos modelos europeus, especialmente polonês (daí o apelido depreciativo de “Polaca”) e italiano”, decorreu do fato de que “as condições do Brasil eram diversas das de outros países que adotaram sistemas antidemocráticos”. O jurista mineiro seguiu a trilha dos seus antecessores, “tais como Antônio Carlos e Carneiro de Campos, para a Constituição do Império de 1824; Rui Barbosa e os membros da Comissão dos Cinco, para a Constituição da República de 1891; Assis Brasil, João Mangabeira e Oliveira Viana, para a Constituição de 1934. Francisco Campos acompanhou-lhes o método ao adotar, sem adaptar, princípios recentemente instaurados em países muito diferentes do Brasil”.

“Esse artificialismo, nas vezes anteriores, exigia uma acomodação que se fazia por meio de expedientes jurídicos... Mas, agora, tais reverências à legalidade não eram necessárias. O ambiente mundial as dispensava. Vargas não precisou de muita cerimônia para deixar de aplicar a Carta que ele mesmo outorgara. Daí o fato de o regime do Estado Novo não se dirigir pela Carta de 10 de novembro, aplicada somente na parte que previa a outorga de poderes excepcionais ao presidente da República.”

No dia 10 de maio de 1938, Francisco Campos organizou no Ministério da Justiça uma solenidade para comemorar os seis meses do Estado Novo. Com o 10 de novembro, disse então em discurso, começou para o Brasil “o clima da ordem: não apenas o da ordem nas ruas, mas, antes de tudo, e sobretudo, o clima da ordem no Estado”. Dentro da nova ordem,

disse, “nosso Estado é hoje um Estado nacional”. No primeiro semestre de sua existência, instaurara “uma autoridade nacional: um só governo, um só chefe, um só Exército... Um chefe, um povo, uma nação: um Estado nacional e popular... O Estado Novo não é uma controvérsia nas nuvens, mas uma realidade na terra. O que está feito está feito e foi feito para o bem do Brasil”.

Às primeiras horas do dia 11 de maio, os integralistas de Plínio Salgado tentaram um golpe de Estado, assaltando o palácio Guanabara, residência de Vargas. O assalto fracassou diante da resistência, mesmo precária, dos ocupantes do palácio e da ação improvisada do general Dutra, ministro da Guerra. Fazia igualmente parte dos planos dos sediciosos, planos em sua maior parte abandonados, a prisão do ministro da Justiça em sua residência, mas esta ação não chegou a se realizar.

No dia 16 de maio, para fortalecer o governo, foram promulgadas as leis constitucionais números 1 e 2. A primeira estabelecia a pena de morte para os atos de subversão e a segunda dava duração indeterminada aos poderes do presidente para punir funcionários e militares, poderes já peremptos na ocasião.

O Ministério da Justiça foi ocupado interinamente pelo chefe de gabinete Negrão de Lima em setembro de 1938, em março e em agosto de 1939 e de janeiro a março de 1941. Em agosto-setembro de 1941, Campos foi substituído em caráter interino por Vasco Leitão da Cunha, que por sua vez substituíra Negrão. Operado da tireóide, teve seu pedido de demissão negado por Vargas, que ainda em setembro designou mais uma vez Leitão da Cunha para responder pelo expediente durante seu afastamento. Entretanto, a interinidade de Vasco Leitão da Cunha, que se prolongaria até julho de 1942, assinalou concretamente o afastamento definitivo de Francisco Campos do ministério.

Durante sua gestão, Francisco Campos elaborou outras emendas ao texto constitucional ou regulamentações que foram editadas por Getúlio. O Decreto-Lei nº 1.202 (8/4/1939), que dispunha sobre a administração dos estados e municípios, era, segundo Afonso Arinos de Melo Franco e Raimundo Faoro, “uma longa e minuciosa regulamentação do federalismo do Estado Novo”. As leis constitucionais nº 3 e nº 4, de 18 e 20 de setembro de 1940, alteraram o sistema tributário previsto na Carta de 1937. Francisco Campos promoveu também as reformas do Código de Processo Civil (1939), do Código Penal (1940) e do Código de Processo Penal (1941), elaborando ainda um anteprojeto de novo Código Civil.

Publicou a Lei do Júri, a Lei dos Serviços da Justiça Federal, a Lei Orgânica do Ministério Público Federal, a Lei de Segurança (reorganizando ao mesmo tempo o Tribunal de Segurança, tribunal de exceção que começara a funcionar em setembro de 1936), a Lei das Contravenções Penais, as leis de Loteamento de Terrenos, de Economia Popular, de Fronteiras, de Nacionalidade, de Extradicação e Expulsão de Estrangeiros, de Imigração, de Atividades Políticas de Estrangeiros e de Dissolução dos Partidos Políticos.

Segundo Jarbas Medeiros, “a reforma da legislação penal, processual e das contravenções obedeceu ao critério de maior repressão e de maior restrição aos direitos e garantias individuais, assim como ao da ampliação dos fatos considerados como delituosos”. Segundo o próprio Francisco Campos, “impunha-se o seu aperfeiçoamento ao objetivo de maior facilidade e energia de ação repressiva do Estado... O futuro Código, orientado pelo propósito de uma efetiva defesa social, criará, pela disciplina das penas e das medidas de segurança, um aparelhamento mais rigoroso para a repressão dos crimes”.

As concepções de Francisco Campos em relação ao nacionalismo econômico são também reveladas por Jarbas Medeiros. Ao tratar do Código de Águas e Minas, disse Campos: “Nós conhecemos o número e a força dos interesses que se movimentam em torno das riquezas nacionais e que nos cumpre reduzir aos seus limites legítimos se quisermos continuar como donos desta terra.” E, quanto ao petróleo: “O abastecimento do combustível... não podia ficar à mercê das competições e dos acordos privados, que não tinham outro fim senão auferir o maior lucro no menor tempo possível.” Ao mesmo tempo, as pesquisas do combustível nacional “estavam sendo inexplicavelmente prejudicadas”.

Sua gestão no Ministério da Justiça correspondeu a um período de grande repressão política, com o prosseguimento das prisões de comunistas e antifascistas que vinham ocorrendo desde 1935. Depois de maio de 1938, também integralistas, em grande número (mas ficando de fora os grandes líderes, como Plínio Salgado), passaram a ser presos. As polícias estaduais foram reforçadas, com novos tipos de organizações policiais e verbas secretas. Em toda parte, foram feitas denúncias contra a tortura e a violência vigentes nas prisões.

DESAGREGAÇÃO DO ESTADO NOVO

Em janeiro de 1942 o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo, a Alemanha, a Itália e o Japão. Já em fevereiro, os primeiros navios mercantes brasileiros foram torpedeados por submarinos alemães. A situação mundial se modificara com a entrada dos Estados Unidos na guerra. Decorria disso a pressão exercida pelo governo norte-americano sobre o brasileiro no sentido de uma clara definição pró-Aliados.

Em julho de 1942, os estudantes cariocas organizaram, para comemorar a data da independência norte-americana (4 de julho), uma “passeata antitotalitária”, iniciativa inédita sob o Estado Novo e que contou com o apoio de Osvaldo Aranha (na ocasião, ministro das Relações Exteriores) e do interventor no estado do Rio, Ernâni Amaral Peixoto. O chefe de polícia, Filinto Müller, tentou impedi-la e, para tanto, dirigiu-se a Vasco Leitão da Cunha, com quem teve uma áspera discussão. O ministro interino da Justiça mandou prender Filinto por desacato à autoridade. A passeata se realizou e, em consequência do incidente, deixaram seus cargos Francisco Campos (que reassumira três dias antes e renovara seu pedido de demissão), Vasco Leitão da Cunha, Filinto Müller e Lourival Fontes, chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O Ministério da Justiça passou a ser acumulado então pelo ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho. Essas demissões foram interpretadas como um primeiro abalo sério do regime ditatorial.

Em janeiro de 1943, com a morte de Afrânio de Melo Franco, Francisco Campos foi nomeado por Getúlio para substituí-lo na presidência da Comissão Jurídica Interamericana, organismo internacional sediado no Brasil e presidido por um representante do governo brasileiro. Passou a dedicar-se, além disso, a seu escritório de advocacia, ao magistério na Faculdade Nacional de Direito e à sua extensa propriedade no interior de Minas, a fazenda do Indostão, próxima do município de Pompéu, onde criaria gado até o fim de seus dias.

Segundo John Foster Dulles, em novembro de 1944, quando o edifício do Estado Novo entrava em processo acelerado de demolição, Francisco Campos tentou convencer Getúlio a se adaptar e adotar a causa da democracia e da liberdade de imprensa, assumindo “a liderança da oposição contra o governo”. Pouco depois, sugeriu ao ministro da Guerra que a Carta de 1937 fosse emendada e fosse convocada uma assembleia para aprovar essa Constituição emendada ou mesmo substituí-la por uma nova. Dutra aprovou plenamente suas recomendações. Entretanto, participou em seguida, com Marcondes Filho e Góis

Monteiro, da elaboração de um documento que propunha a realização de um plebiscito, em lugar da convocação de uma constituinte, eleições diretas e indicação de Vargas para um novo período. O documento foi entregue a Getúlio em 22 de fevereiro de 1945. Nessa mesma data uma entrevista de José Américo de Almeida ao *Correio da Manhã* derrubou a censura à imprensa, e a realização de eleições gerais no Brasil foi oficialmente anunciada.

Seis dias depois foi promulgada a Lei Constitucional nº 9, conhecida como Ato Adicional, que previa eleições com data a ser marcada dentro de 90 dias. O Ato Adicional foi classificado pelos jornais como “uma reforma de moldes fascistas” e condenado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No dia 2 de março, uma manifestação de 16 professores da Faculdade Nacional de Direito acusou a Constituição de 1937 de ilegítima para daí concluir que também o era a Lei Constitucional nº 9.

A resposta de Francisco Campos veio no dia seguinte, sob a forma de uma entrevista ao diário *O Jornal*, do Rio de Janeiro, considerada um marco do processo de decomposição do Estado Novo. Na entrevista, afirmava que a Constituição de 1937 “nada tem de fascista... Os males que, porventura, tenham resultado para o país do regime instaurado pelo golpe de Estado de 1937 — prosseguia — não podem ser atribuídos à Constituição. Esta não chegou a vigorar. E, se tivesse vigorado, teria certamente constituído uma importante limitação ao exercício do poder. Poderia haver, ao lado ou à sombra da Constituição de 1937, ideologias ou individualidades fascistas. Eram, porém, fascistas frustos, larvados (no bom sentido latino) ou inacabados, sem o fundo das grandes culturas históricas, cujo espírito os autênticos fascistas europeus haviam traído, assimilando o seu aspecto técnico e dinâmico e esquecendo os seus valores de sentido e direção... O nosso regime, de 1937 até hoje, tem sido uma ditadura puramente pessoal”.

E explicitava uma guinada em suas posições, em função das novas circunstâncias: “Na guerra, tomamos um partido, e precisamente o partido cuja ideologia política está em manifesto desacordo com a estrutura ideológica da Constituição... Não podemos, militarmente vitoriosos na guerra, deixar que subsistam motivos para sermos colocados, do ponto de vista ideológico, no campo dos vencidos. Atualizemos as nossas instituições políticas, transformando-as no sentido das correntes espirituais e culturais que já anunciam claramente a configuração do mundo de amanhã.”

Já que “as forças plásticas que neste momento dominam o pensamento político e o

sentimento público são de fundo democrático,... é inútil qualquer tentativa destinada a subtrair à sua influência a modelagem das instituições políticas”. Reconhecia adiante que a Constituição de 1937 “é radicalmente contrária à liberdade de opinião”, a qual “é da substância do regime democrático”. Assim, reformar a Constituição através do Ato Adicional não resolveria, inclusive porque ela “não tem mais vigência constitucional”, sendo “um documento de caráter puramente histórico e não-jurídico”.

Acrescentava que “a tese implícita no Ato Adicional é que o poder constituinte, ao invés de residir no povo, reside no chefe do governo. Ora, essa tese é o fundamento do regime totalitário e o primeiro postulado desse regime”. E concluía: “Diante dos erros irreparáveis cometidos pelo governo, que teve a fraqueza de, em questões morais e políticas da importância mais capital, ceder à pressão dos seus áulicos, escribas e leguleios, só vejo uma solução, atendendo o sr. Getúlio Vargas aos conselhos de sua consciência e às inspirações do seu patriotismo: restituir à nação o governo de si mesma, e, para isto, passar o poder a uma autoridade capaz, eminente e responsável, para que esta, imediatamente, convoque o país à primeira e inadiável deliberação, que é eleger uma assembleia com a autoridade necessária para tomar decisões fundamentais de caráter constitucional... O sr. Getúlio Vargas já pensou demais em si mesmo. É tempo que pense um pouco no Brasil e no seu povo.”

Embora tenha reformulado daí por diante alguns aspectos de seu ideário, o que moveu Francisco Campos em 1945, além da percepção da nova realidade internacional, foi sobretudo sua sensibilidade para a inclinação predominante na alta cúpula militar do país. A mesma entrevista deixava isto claro: “talvez que, se o sr. Getúlio Vargas consultasse os fiadores do golpe de Estado de 1937, isto é, as classes armadas, outro não seria o seu conselho, ou outra não poderia ser a sua decisão”.

Essa sensibilidade o levaria, já em 29 de outubro de 1945, a participar na conspiração que, através de um golpe militar, derrubou Vargas. E a conspirar, nas duas décadas seguintes, novamente contra Vargas (1954) e contra Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, conforme revelação dele próprio reportada pela revista *Veja*.

O JURISTA FORA DO PODER

Definitivamente afastado dos cargos políticos, Francisco Campos permaneceu na presidência da Comissão Jurídica Interamericana até 18 de março de 1955, quando foi substituído por Francisco de San Tiago Dantas. Em seu discurso de saudação a Francisco Campos, San Tiago Dantas afirmou que ele e Rui Barbosa haviam sido “as duas forças intelectuais mais poderosas que acionaram, entre nós, a cultura jurídica nos últimos 50 anos”. Enquanto a de Rui Barbosa havia operado “no sentido da elevação dos princípios jurídicos, principalmente dos princípios do liberalismo, à dignidade de um credo social”, a de Francisco Campos operara “no sentido do reexame das construções jurídicas em face das condições sociais e políticas que nelas se encarnam” e abrira o caminho da “modernização de inúmeras instituições”. Isso através das reformas do ensino secundário e superior e, principalmente, “escolhendo, modificando, substituindo, registrando e afinal dotando o país de um corpo de leis que, embora elaborado sob um regime político depois repudiado, pôde subsistir praticamente intacto nos quadros legais do Estado democrático restaurado”.

Em 1949, numa conferência intitulada *Atualidade de Dom Quixote*, Francisco Campos mostrou, como observa Jarbas Medeiros, que conservara sua visão apocalíptica. Identificando em Sancho Pança as “massas populares”, via em Dom Quixote o espírito e o ideal dominadores, o guia e redentor da humanidade. Entre ambos, um vínculo milenar, que estava prestes a romper-se em face da “sinistra mascarada das revoluções”, quando os “seres noturnos”, o “mundo subterrâneo”, movidos pela “raiva da destruição”, teriam começado já o “assalto”, reinando “em todos os domínios a troca, a confusão, a desfiguração ou a mistificação dos valores”. Por isso, o mundo pedia “uma cruzada”: “Este nosso mundo de hoje, que é como Sancho abandonado por seu amo, reclama a volta de Dom Quixote, por sentir que sem ele a sua vida não teria sentido. De todos os lados, sob os mais diversos nomes e as mais contraditórias aparências, o que o homem dos nossos dias pede e reclama, o que ansiosamente espera — é o retorno de Dom Quixote.”

Em 1950, segundo Jarbas Medeiros, ostentava “uma visível orientação neoliberal, ao lado de seu permanente e tradicional anticomunismo. Ao contrário de sua perspectiva dos anos 1920, 1930 e parte dos 1940, ele assinala agora, como essência da crise do direito, aquilo que antes significava uma tendência natural e necessária”, ou seja, nas palavras do próprio Campos, “um movimento progressivo, em escala gigantesca, de absorção ou de usurpação pelo direito público de extensas zonas até então reservadas ao império do direito privado”.

No ano seguinte, discursando num congresso de pecuaristas, condenou o processo inflacionário brasileiro (no qual a cidade estava “esmagando o campo”) e defendeu os interesses da agricultura e da pecuária. Passara, como observou Jarbas Medeiros, a uma posição “ruralizante, anticosmopolita e tradicionalista”, visível em trechos como este: “A vida rural ou o campo representam para a nau do Estado o que é o lastro para o navio.”

Em 1953, foi convidado pelo governador mineiro Juscelino Kubitschek a discursar em Ouro Preto (MG) nas comemorações da morte de Tiradentes. Na ocasião, assim definiu seu neoliberalismo: “Não me refiro a entendimentos e conchavos políticos, ou à extinção das condições essenciais a uma vida pública decente, que só poderá manter-se em uma atmosfera de choques e de controvérsias políticas por ser da natureza da opinião pública o não ser monolítica ou maciça, mas de se compor da variedade, da diversidade e da multiplicidade das correntes de opiniões individuais, de grupos e de partidos... Esta é uma condição essencial ao funcionamento do regime democrático.” Em seu discurso, sobre “os problemas cruciais da economia brasileira”, propôs como solução para os nossos problemas econômicos a “decisão heróica de restaurar a agricultura” e o “restabelecimento do princípio da livre empresa e da livre concorrência”.

É ainda de Jarbas Medeiros esta síntese de seu pensamento no período posterior a 1945: “Tanto sua produção jurídica quanto seus textos políticos desta fase enfatizam favoravelmente o liberalismo econômico e político, o constitucionalismo democrático-liberal, a liberdade de imprensa, a autolimitação, no tempo, dos períodos de exceção constitucional etc. Manifesta-se contrário à reforma agrária, a qualquer necessidade de uma política especificamente voltada para a distribuição da renda, nega qualquer processo espoliativo do capital estrangeiro entre nós, assinalando, ao contrário, sua contribuição histórica positiva para o nosso país, procura mostrar que o abuso do poder econômico era, de fato, exercido pelo Estado, ataca o monopólio do petróleo justamente porque estatal, e vê na inflação o verdadeiro processo espoliativo e desarticulador de nossa economia e de nossas finanças”, atribuindo-a, em suas próprias palavras, “à ignorância, à preguiça, à levandade, ao delírio de grandeza, à irresponsabilidade dos nossos homens públicos”. No início da década de 1960, fez parte de uma comissão encarregada de elaborar um projeto de novo Código Civil.

Logo após o plebiscito de 6 de janeiro de 1963, que determinou o fim do parlamentarismo,

os ministros militares do governo Jânio Quadros (marechal Odílio Denis, almirante Sílvio Heck e brigadeiro Gabriel Grün Moss) começaram a conspirar contra o governo de João Goulart no presidencialismo restaurado. Segundo Hélio Silva, a conspiração militar teve como iniciador e chefe o marechal Denis, em cuja residência se realizaram as primeiras reuniões. Prosseguiu em Petrópolis (RJ), no edifício Centenário, onde tinham apartamentos de veraneio o próprio marechal, o brigadeiro Eduardo Gomes, Francisco Campos e Antônio Néder (que seria depois ministro do Supremo Tribunal Federal). Sílvio Heck e Grün Moss também tinham residência secundária em Petrópolis, para onde se dirigiam, ainda, os generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Néelson de Melo. Ao longo de 1963 e no início de 1964, a preparação do golpe de Estado ampliou-se e diversificou-se em vários núcleos conspirativos.

Vitorioso o movimento, em 1º de abril de 1964, Artur da Costa e Silva, o mais antigo general em serviço, assumiu as funções de “comandante-em-chefe do Exército Nacional”. No dia 4 de abril, o presidente da República em exercício, Pascoal Ranieri Mazzilli, homologou formalmente uma situação de fato, nomeando Costa e Silva ministro da Guerra. Nomeou também, para os ministérios da Marinha e da Aeronáutica, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo.

Durante a crise do início de abril, o Congresso Nacional evitou formalizar a saída de João Goulart da presidência da República. “Muitos políticos, mormente no PSD (Partido Social Democrático) e na ala moderada da UDN (União Democrática Nacional), tentaram proceder como se 1964 estivesse fadado a ser pouco diferente das crises anteriores de 1954, 1955 e 1961”, escreveu Thomas Skidmore. Mas “os militares extremistas, logo conhecidos como a ‘linha dura’, estavam agora ansiosos para ganhar o controle da política brasileira”.

Afonso Arinos de Melo Franco, que era na época senador, narrou em entrevista à TV Globo (10/8/1981) que, logo após a derrubada do governo, elaborou uma proposta de ato de emergência do Congresso dando aos três ministros militares, o autodenominado Comando Supremo da Revolução, plenos poderes para agir. Assim, seria reconhecida de fato a preeminência da hierarquia militar na condução dos destinos do país, mas seria juridicamente preservada a faculdade do Congresso de retirar os poderes que estaria concedendo. O senador João Agripino, seu colega de bancada da UDN, trouxe a proposta de Brasília para o Rio.

Entretanto, os chefes militares já haviam encomendado a Francisco Campos e Carlos Medeiros Silva (que seria depois ministro da justiça) a redação de uma legislação revolucionária. Era o Ato Institucional, que mais tarde passou a ser numerado como o primeiro de uma série. Foi assinado pelos três ministros militares no dia 9 de abril de 1964. Segundo Clóvis Ramallete, em artigo no *Digesto Econômico*, “no Ato Institucional de 1964 ergue-se em substância, ainda uma vez, o teórico do Estado e não o constitucionalista. Nas linhas introdutórias, rabiscadas a lápis e de um jato, condensa-se completa a teoria da revolução, entendida como fonte de direito. Francisco Campos despreza a conceituação clássica, rousseauiana, da origem do poder político, e nesta página admite o poder constituinte por imposição, e justifica a preservação do Legislativo e do Judiciário, mas por legitimação renovada, originária do fato revolucionário, e não do mandato primitivo, que foi surpreendido, em meio, pela Revolução, que o legitimou”.

Com efeito, o preâmbulo do AI-1 afirmava: “O que houve e continuará a haver neste momento... é uma autêntica revolução... A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima a si mesma.”

“Os processos constitucionais”, prosseguia o preâmbulo redigido por Francisco Campos, “não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país”. Entretanto, “para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas”.

Os três signatários do ato resolviam também manter o Congresso Nacional, “para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa”. Mas faziam questão de deixar bem claro que “a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação”.

O ato tinha 11 artigos e permaneceria em vigor até 31 de janeiro de 1966, quando

expirariam os mandatos do presidente e do vice-presidente da República, os quais deveriam ser eleitos dentro de 48 horas pelo Congresso. Eliminava todas as inelegibilidades, de modo a permitir a eleição de um militar da ativa. Dava ao futuro presidente uma série de poderes, notadamente os direitos de iniciativa em matéria de emendas constitucionais e projetos de lei e de iniciativa exclusiva na legislação referente à criação ou aumento das despesas públicas.

Suprimia ainda as garantias constitucionais ou legais de inamovibilidade e estabilidade de emprego. Finalmente, seu artigo 10 rezava: “No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os comandantes em chefe, que editam o presente ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.” E o parágrafo único do mesmo artigo dava 60 dias de prazo para que, “empossado o presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional”, pudesse praticar os atos previstos no artigo.

Na época, escreveu o cronista Rubem Braga: “Toda vez que o sr. Francisco Campos acende sua luz há um curto-circuito nas instalações democráticas brasileiras.”

Já no dia 10, o Comando Supremo da Revolução suspendeu os direitos políticos de cem pessoas e cassou os mandatos de 40 membros do Congresso Nacional, medidas a que se seguiram transferências para a reserva de 145 oficiais das três armas e novas suspensões de direitos políticos, inclusive de 37 oficiais. No dia 11 de abril, o general Humberto Castelo Branco, até então chefe do Estado-Maior do Exército, foi eleito presidente da República pelo Congresso.

Ainda em abril de 1964, Francisco Campos afirmou que “a pressa de normalizar é a perdição de todas as nossas revoluções”. Posteriormente, voltou a ocupar a presidência da Comissão Jurídica Interamericana, cargo que exerceu até falecer (seu substituto foi Vicente Rao, ex-ministro da Justiça). Colaborou, também na elaboração do Ato Institucional nº 2, editado por Castelo Branco em 27 de outubro de 1965. Segundo Luís Viana Filho, Campos considerou o AI-2 “fraco”, em sua versão final. Em novembro de 1966, enviou a Castelo Branco sugestões de cunho autoritário para a elaboração da Constituição que viria a ser promulgada em março de 1967.

Seu último parecer jurídico, datado de 6 de setembro de 1968, foi pedido pela Associação

dos Fornecedores de Cana do Estado de Pernambuco. Nele, afirmava ser inconstitucional um decreto de outubro de 1965 estabelecendo a concessão a título gratuito, ao trabalhador rural da lavoura canavieira com mais de um ano de serviço, de uma área de terra de até dois hectares, próxima de sua moradia, para seu sustento e o de sua família. O decreto seria inconstitucional “em face das normas constitucionais vigentes especialmente da que garante o direito de propriedade”.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 1º de novembro de 1968.

Foi casado com Lavínia Ferreira da Silva, com quem teve duas filhas. Posteriormente, a doença mental de sua esposa levou-o à separação. Passou então a viver com Margarida Leite.

Escreveu *A doutrina da população* (1916), *Introdução crítica à filosofia do direito* (1918), *Opiniões e debates* (1921), *Pela civilização mineira* (1930), *Ciclo de Helena* (poesia, 1932), *Pareceres* (1ª e 2ª séries, 1933 e 1936, republicados com acréscimos em 1956, em dois volumes, sob o título *Direito constitucional*), *Educação e cultura* (coletânea, 1940), *O Estado nacional* (coletânea, 1940), *Antecipações à reforma política* (coletânea, 1940), *Atualidade de Dom Quixote* (ensaio, 1967) e *Francisco Campos, discursos parlamentares* (1979), além de numerosos outros discursos parlamentares e oficiais, exposições de motivos, mensagens, pareceres e artigos sobre matéria jurídica não reunidos em livro. Nos primeiros anos do Estado Novo, o DIP publicou, em opúsculos, diversos discursos de sua autoria e entrevistas que concedeu à imprensa.

Mauro Malin

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; ARQ. OSVALDO ARANHA; BASBAUM, L. *História*; BROXSON, E. *Plínio*; CAMPOS, F. *Antecipações*; CAMPOS, F. *Educação*; CAMPOS, F. *Estado*; CAMPOS, F. *Francisco*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *Estado*; CARONE, E. *República nova*; CASTELO BRANCO, C. *Militares*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (3/7/1931); CORRESP. CONSULT. GER. REP.; COUTINHO, A. *Brasil*; *Digesto Econômico* (1958, 1969 e 1970); D'ARAÚJO, M. *Cronologia 1943*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; FIECHTER, G. *Regime*; FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E.

Contemporâneos; HORTA, C. *Famílias*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922), *Jornal* (27/2, 3, 15/3/1931); *Jornal do Comércio* (4/3/1945); LEVINE, R. *Vargas*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MARTINS, W. *História*; MEDEIROS, J. *Ideologia*; MENESES, R. *Dic.*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. MAR. *Almanaque*; MORAIS, A. *Minas*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; *Regionalismo*; *Relação dos ministros*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); *Rev. Bras. Estudos Pol.* (6/1981); *Rev. Direito Admin.* (4 - 6/1964); SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1964; SKIDMORE, T. *Brasil*; SODRÉ, N. *História da Imprensa*; TORRES, J. *História de Minas*; *Veja* (30/10/1968); VIANA FILHO, L. *Governo*; VÍTOR, M. *Cinco*.

CAMPOS, Frederico de Oliveira

*dep. fed. MG 1930.

Frederico de Oliveira Campos nasceu em Abaeté (MG) no dia 22 de fevereiro de 1886, filho de Teófilo Ezequiel de Oliveira Campos e de Faustina Carolina Álvares da Silva Campos.

Após ter realizado os estudos secundários no Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, diplomou-se pela Escola de Farmácia de Ouro Preto e, em 1923, formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais.

Em março de 1930 foi eleito deputado federal pela Concentração Conservadora, que apoiou a candidatura vitoriosa de Júlio Prestes à presidência da República, e em maio seguinte tomou posse na Câmara dos Deputados. Tendo sido designado observador da Câmara durante a revolução deflagrada no início de outubro, com a vitória desta teve o mandato interrompido.

Ao longo de sua trajetória foi advogado em diversos municípios mineiros e dedicou-se à criação de gado. Esteve à frente de importantes instituições, exercendo a presidência da Seção Mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Automóvel Clube de Minas Gerais. Presidiu ainda o Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal mineira e integrou o Conselho Fiscal do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A.

Faleceu em Belo Horizonte em 17 de julho de 1970.

Era casado com Maria José de Adjuto Campos.

Luciana Pinheiro

FONTES: CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 99); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 133).

CAMPOS, Guilherme de

*pres. SE 1905-1908; sen. SE 1909-1917.

Guilherme de Sousa Campos nasceu no engenho Periquito, no município de Itabaianinha (SE), em 10 de fevereiro de 1850, filho do coronel José Vicente de Sousa e de Porfíria Maria de Sousa Campos. Seu irmão, monsenhor Olímpio de Sousa Campos, foi deputado geral (1886-1889) e deputado federal por Sergipe (1894-1898), presidente do estado (1899-1902) e senador (1902-1906).

Principiou os estudos primários na sua cidade natal e concluiu-os em Estância (SE). Residindo em Pernambuco, aí fez o curso secundário e tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1871. Iniciou sua vida profissional como promotor público da comarca de Lagarto (SE), onde ficou de 1872 a 1873, exercendo paralelamente seu primeiro mandato na Assembleia Provincial sergipana. De 1874 a 1878 foi juiz de direito do termo de Jeremoabo (BA) e nesse último ano tornou-se pela segunda vez deputado provincial em Sergipe, com mandato até 1879. A partir de 1878, passou também a colaborar como redator no jornal sergipano *O Guarani*, vínculo que manteve até 1887. Deixou então seu estado para ocupar o cargo de juiz de direito da comarca do Riachão (MA), onde ficaria até o ano seguinte.

Em 1889, ano da proclamação da República, mudou-se para o Espírito Santo, servindo como chefe de polícia do estado. De regresso a Sergipe em 1890, foi juiz de direito na comarca de Lagarto até 1892. Nesse ano foi nomeado presidente do Tribunal de Relação, atuando até 1895. Também nesse período a carreira política de seu irmão Olímpio Campos deslanchou, levando-o em 1899 ao governo do estado, findo o qual foi substituído por Josino Meneses.

Com a experiência adquirida na chefatura de polícia do Espírito Santo, Guilherme Campos exerceu o mesmo cargo em seu estado em 1905. Nesse mesmo ano foi eleito presidente de Sergipe como candidato único, sucedendo a Josino Meneses. Considerado preposto político de seu irmão Olímpio Campos, que então controlava a política sergipana, foi alvo

de críticas contundentes da imprensa local. Políticos de variadas tendências se reuniram e formaram o Partido Progressista (PP) com o intuito de impedir a continuidade do olimpismo. Em agosto de 1906, Guilherme Campos foi derrubado pela revolta de Fausto Cardoso, só voltando ao comando do Executivo sergipano após a intervenção do presidente Rodrigues Alves. Na retomada do palácio do governo pelas tropas federais, Fausto Cardoso resistiu e acabou sendo alvejado e morto. Meses depois, seus filhos assassinaram o monsenhor Olímpio Campos no Rio de Janeiro.

No restante do seu governo, Guilherme Campos empreendeu a construção do cais de Aracaju, promoveu o calçamento e o abastecimento de água da cidade, iniciou a construção do novo edifício do Ateneu Sergipense e inaugurou o serviço de bondes por meio de tração animal. Em 24 de outubro de 1908 passou o governo a José Rodrigues da Costa Dória. Eleito senador por Sergipe em 1909, encerrou seu mandato em 1917.

Faleceu em 3 de outubro de 1923, em Aracaju.

Pierre Fernandes/Sérgio Montalvão

FONTES: CARONE, E. *República*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.4).

CAMPOS, Humberto de

*jornalista; escritor; dep. fed. MA 1927-1930.

Humberto de Campos Veras nasceu na cidade de Miritiba (MA), no dia 25 de outubro de 1886, filho de Joaquim Gomes de Faria Veras e de Ana de Campos Veras. Jornalista e literato, além de político, escreveu sob vários pseudônimos, como *Almirante Justino Ribas*, *Luis Phoca*, *João Kaetano*, *Giovani Morelli*, *Micromegas* e *Conselheiro XX*. Com poucos anos de vida perdeu o pai e passou a residir com a mãe na cidade de Parnaíba (PI) e depois em São Luís do Maranhão, onde trabalhou no comércio. Em 1903 mudou-se para Belém do Pará e passou a trabalhar como jornalista. Alguns anos depois, em 1912, foi para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e continuou sua carreira jornalística em diferentes jornais. Conviveu então com outros jornalistas e literatos de renome, como Goulart de Andrade, Rui Barbosa, José Veríssimo, Júlia Lopes de Almeida, Salvador de Mendonça, Vicente de Carvalho, João Ribeiro e José Eduardo de Macedo Soares. Escreveu vários livros, o que lhe garantiu, em 30 de outubro de 1919, uma vaga na Academia Brasileira de Letras em substituição ao acadêmico de Emílio de Meneses. Em 1923 passou a assinar a coluna crítica do jornal *Correio da Manhã*, substituindo Múcio Leão.

Iniciou sua vida política em 1927, quando foi eleito deputado federal pelo estado do Maranhão. Em 1929 foi reeleito, mas teve seu mandato interrompido em outubro de 1930 com a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Algum tempo depois, foi nomeado de inspetor de Ensino e diretor da Casa de Rui Barbosa. Em 1931, viajou ao Prata em missão cultural. Colaborou também em diversos periódicos, como *Folha do Norte*, *Província do Pará* e *O Imparcial*, além do *Correio da Manhã*.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 5 de dezembro de 1934.

Possui vários livros publicados, alguns deles editados após sua morte: *Poeira*, (poesia, 2 séries, 1910 e 1917), *Da seara de Booz* (crônicas, 1918), *Vale de Josaphat* (contos, 1918), *Tonel de Diógenes* (contos, 1920), *A serpente de bronze* (contos, 1921), *Mealheiro de Agripa* (vária, 1921), *Carvalhos e roseiras* (crítica, 1923), *A bacia de Pilatos* (contos, 1924), *Pombos de Maomé* (contos, 1925), *Antologia dos humoristas galantes* (1926), *Grãos de mostarda* (contos, 1926), *Alcova e salão* (contos, 1927), *O Brasil anedótico* (anedotas, 1927), *Antologia da Academia Brasileira de Letras* (1928), *O monstro e outros contos* (1932), *Memórias 1886-1900* (1933), *Crítica* (4 séries, 1933, 1935, 1936), *Os países* (1933), *Poesias completas* (1933), *À sombra das tamareiras* (contos, 1934), *Sombras que sofrem* (crônicas, 1934), *Um sonho de pobre* (memórias, 1935), *Destinos* (1935), *Lagartas e libélulas* (1935), *Memórias inacabadas* (1935), *Notas de um diarista* (2 séries, 1935 e

1936), *Reminiscências* (1935), *Sepultando os meus mortos* (memórias, 1935), *Últimas crônicas* (1936), *Perfis* (2 séries, biografias, 1936), *Contrastes* (1936), *O arco de Esopo* (contos, 1943), *A funda de Davi* (contos, 1943), *Gansos do capitólio* (contos, 1943), *Fatos e feitos* (1949), *Diário secreto* (2 vols., 1954).

Em de 13 de dezembro de 1934, por um decreto-lei estadual, a cidade de Miritiba, onde nasceu, passou a chamar-se em sua homenagem Humberto de Campos.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LUZ, J. *Fran Paxeco*; MARTINS, M. *Dicionário*.

CAMPOS, João Luís de

*const. 1891; dep. fed. MG 1891-1914.

João Luís de Campos nasceu no distrito de Dolores do Patosca, atual cidade de Dolores de Campos (MG).

Ingressou na política ao ser eleito deputado distrital em Minas Gerais em 1882. Foi reeleito para as legislaturas seguintes e permaneceu no Legislativo provincial até 1887.

Já após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890, como representante do estado de Minas Gerais. Assumindo sua cadeira em 15 de novembro seguinte, participou da mesa diretora da Constituinte e foi um dos signatários da Emenda Lauro Müller, que propunha a demarcação de uma zona no Planalto Central destinada à construção da futura capital federal. Promulgada a Constituição em fevereiro de 1891, a partir de maio passou exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados. Foi reeleito para as sete legislaturas seguintes, permanecendo assim na Câmara até 31 de dezembro de 1914, quando se encerrou seu último mandato.

Enquanto deputado federal também lutou, ao lado de outros doloreses, pela emancipação política do distrito de Dolores do Patosca do município de Prados (MG), integrados a partir de 15 de abril de 1890. Tal emancipação só ocorreria em 17 de dezembro de 1938, por força do Decreto nº 148, assinado pelo interventor Benedito Valadares. A partir de então, o novo município passou a se chamar Dolores de Campos em sua homenagem.

Faleceu em Minas Gerais.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: Arquivo Histórico MG. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; Biblioteca Digital. *Constituição de 1891*. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 19/4/2010; Brasília. *Emenda Lauro Muller*. Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/18901215emendaLauroMuller.htm>>. Acesso em: 14/8/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; História de Dolores de Campos. Disponível em: <

<http://historiadedoresdecampos.blogspot.com/>>. Acesso em 10/9/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); NOGUEIRA, G. *Genealogias*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*; VISCARDI, C. *Elites*.

CAMPOS, Mirtes

*mov. feminista.

Mirtes Gomes de Campos nasceu na cidade de Macaé, na então província do Rio de Janeiro em cerca de 1875.

Estudou no Liceu de Humanidades do município de Campos, no norte fluminense. Seus estudos levaram-na a se interessar pelo direito e a manifestar perante a família a vontade de cursar uma faculdade. A família se opôs, mas Mirtes enfrentou a oposição. Foi para a capital federal, matriculou-se na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e concluiu o curso em 1898. Mas a luta não tinha acabado, pois depois de diplomada era preciso ser reconhecida como advogada, e para isso era necessário registrar o diploma na Secretaria da Corte de Apelação do Distrito Federal e obter a inscrição no Tribunal da Relação. Esses órgãos nunca tinham recebido demanda feminina quanto ao exercício da profissão e, assim, protelaram a decisão e colocaram inúmeros empecilhos na tramitação do registro do diploma. A voz mais poderosa na questão era a do próprio presidente da corte, desembargador José Joaquim Rodrigues, que desconfiava da capacidade das mulheres para exercer a carreira jurídica. Mirtes insistiu e depois de oito anos de graduada conseguiu o registro. Pôde assim associar-se, em 1906, ao Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), que havia sido criado em 1843 no governo imperial como um órgão consultivo do Estado e formulava pareceres para os tribunais provinciais e nacionais. Apenas em 1930 a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seria criada.

A admissão de Mirtes Campos como integrante do seleto grupo de advogados permitiu-lhe tornar-se a primeira mulher a exercer efetivamente a profissão de advogada no Brasil. No mesmo ano de sua filiação ao IAB, estreou no tribunal do júri. O fato inusitado chamou a atenção da imprensa, que noticiou o julgamento, levando uma pequena multidão a lotar a sala para assistir à sua atuação. Convincentemente e com forte argumentação jurídica, Mirtes obteve a absolvição do réu, firmando-se definitivamente como advogada profissional. Seu sucesso no exercício da profissão levou-a a tornar-se advogada da

Assistência Judiciária. Nos anos 1910 foi nomeada inspetora de Ensino do Distrito Federal e em 1924 tornou-se encarregada da jurisprudência do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, função na qual se aposentaria em 1944.

Sensível às questões da discriminação contra as mulheres Mirtes participou das lutas do seu tempo e foi ativista em Congressos operários. Já em 1902 foi peticionária, e provável redatora, de uma proposta sobre a condição feminina e operária formulada pelo Centro das Classes Operárias do Rio de Janeiro e apresentada à Comissão Parlamentar Especial de Elaboração do Código Civil, no Congresso Nacional. Naquele momento elaborava-se uma proposta de Código Civil a partir do projeto do jurista Clóvis Beviláqua. A emenda dos trabalhadores não reconhecia o predomínio do homem no casamento, reconhecia o concubinato e previa proteção para a mulher por abandono. Também libertava a mulher de trabalhar somente com autorização do cônjuge. O caráter avançado das propostas foi ignorado pelos parlamentares responsáveis pela elaboração do texto do Código.

Assim como atuava junto aos operários organizados, Mirtes também participava regularmente de congressos jurídicos, como os realizados no Rio de Janeiro em 1905, 1908 e 1922. Neste último, promovido como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, e já repercutindo a atuação de feministas brasileiras pelo direito ao voto, Mirtes apresentou uma comunicação sobre o voto feminino. Sua brilhante argumentação convenceu a plateia, que aprovou uma resolução a favor da concessão do direito de voto às mulheres brasileiras.

Por essa convicção, Mirtes também participou das iniciativas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), entidade feminista que promoveu no final do ano de 1922 o I Congresso Feminista Internacional, tendo como convidada a notória feminista norte-americana Carrie Chapman Catt. Mirtes foi uma destacada oradora nacional no evento. A partir desse Congresso a luta pelo direito ao voto cresceu no Brasil, até sua obtenção em 1932.

Depois de se aposentar, em 1944, não se tem mais registro da vida de Mirtes Gomes de Campos. Desconhece-se quando e onde faleceu.

Escreveu nos anos 1920 e 1930 para jornais e revistas, sobretudo sobre a situação jurídica das mulheres. Publicou os *O voto feminino* (1929), *A propósito da mulher jurada* (1933) e *Os advogados brasileiros e a advocacia feminina* (1937).

Hildete Pereira de Melo/Teresa Cristina de Novaes Marques

FONTES: ARQ. NAC. Fundo Federação Brasileira de Progresso Feminino; COELHO, M. *Evolução*; GUIMARÃES, L.; FERREIRA, T, *Myrthes* (v. 9); SENADO. Códigos Civis do Brasil. Emenda do Centro das Classes Operárias (1/5/1902-CD-ROM); VIDAL, O. *Precursoras*.

CAMPOS, Olímpio

*religioso; dep. geral SE 1886-1889; dep. fed. SE 1894-1899; pres. SE 1899-1902; sen. SE 1902-1906.

Olímpio de Sousa Campos nasceu no engenho Periquito, no município de Itabaianinha (SE), em 25 de junho de 1853, filho do coronel José Vicente de Sousa e de Porfíria Maria de Sousa Campos. Seu irmão, Guilherme de Sousa Campos, foi presidente de Sergipe de 1905 a 1908 e senador de 1909 a 1917.

Iniciou os estudos primários na cidade natal, prosseguindo-os em Estância (SE) e recebendo aulas particulares de latim em Lagarto (SE). Seguiu para a cidade de Recife, onde pretendia cursar os preparatórios e bacharelar-se em ciências jurídicas e sociais. Faltando apenas as classes de filosofia e retórica para concluir os estudos que o levariam à Faculdade de Direito, mudou de intenção ao ver despertada sua vocação eclesiástica. Matriculou-se no Seminário de Salvador e aí estudou ciências eclesiásticas entre 1870 e 1873. Findo o curso, não pôde ser ordenado, por não ter completado a idade canônica. Somente em setembro de 1877 o arcebispo dom Joaquim Gonçalves de Azevedo conferiu-lhe a sagração sacerdotal.

DA MONARQUIA À REPÚBLICA

A carreira eclesiástica de Olímpio Campos teve início em Itabaianinha como assistente do vigário local. Promovido a vigário de Vila Cristina, atual Cristinápolis (SE), em 1880 foi transferido para a freguesia da capital sergipana, onde exerceu a jurisdição paroquial até 1900. Ingressando também na política imperial, foi eleito deputado provincial pelo Partido Conservador em 1882 e 1884. Destacou-se na luta pelo retorno da educação religiosa nas escolas públicas sergipanas, suprimida pelo presidente provincial Herculano Marques Inglês de Sousa.

Eleito deputado geral para a legislatura 1886-1889, quando da queda da monarquia foi consultado pelo então presidente da província, Tomás Rodrigues da Cruz, e aconselhou-o a

reagir pacificamente aos acontecimentos, o que lhe valeu os aplausos dos republicanos mais exaltados, como Fausto Cardoso. Aproximou-se do novo regime e foi indicado pelo presidente estadual Felisbello Freire (1889-1890) para presidir o Conselho da Intendência de Aracaju, cargo equivalente ao de prefeito da cidade. Pediu demissão do cargo e, em seguida, fundou o Partido Católico Sergipense, congênere das agremiações políticas existentes no Rio de Janeiro e na Bahia, surgidas para lutar contra o decreto do governo provisório da República referente à inelegibilidade do clero.

Participou da primeira Assembleia Constituinte do estado de Sergipe, dissolvida pela crise política que culminou na derrubada do presidente estadual Vicente Ribeiro em novembro de 1891. Reeleito para a nova Assembleia, presidiu os trabalhos legislativos. Foi um dos responsáveis pelo acordo entre republicanos e “adesistas” (denominação dada aos antigos membros do Partido Conservador do Império que continuaram a ter presença política na República), que levou José Calasans à presidência de Sergipe em 18 de maio de 1892.

Eleito deputado federal, participou da bancada sergipana entre 1894 e 1899, em duas legislaturas consecutivas. Durante a crise política que marcou em 1894 o final do governo de José Calasans, derrubado pouco antes do término do mandato pelos partidários do recém-eleito Manuel Valadão, que queriam acabar com a influência dos “adesistas” na política estadual, destacou-se como um dos maiores resistentes “cabaús” – nome dado àqueles que foram para Rosário do Catete, região canavieira no interior de Sergipe, defender a legalidade contra os “pebas” de Aracaju, que, à revelia da lei, entregaram interinamente o poder ao presidente da Assembleia Legislativa João Vieira Leite.

Principal opositor do governo Valadão (1894-1896), procurou evitar ao máximo, na sucessão deste, a eleição de Martinho Garcez, que representaria a permanência dos “pebas” por mais um período administrativo. Garcez foi eleito para o período 1896-1899, mas no final do governo aproximou-se do grupo político rival. Com isso, Olímpio Campos foi indicado seu sucessor no comando da política local, contribuindo em troca para a eleição de Sílvio Romero e Fausto Cardoso para a Câmara dos Deputados e do próprio Garcez para o Senado. Pouco antes da posse de Olímpio Campos como presidente de Sergipe em 24 de

outubro de 1899, foi descoberta uma tentativa de complô para assassiná-lo junto com outras autoridades, atribuída a Manuel Valadão, naquele momento isolado na oposição.

PREDOMÍNIO E QUEDA DO OLIMPISMO

Fundador e líder do Partido Republicano Sergipense (PRS), apoiado pelo presidente Campos Sales (1898-1902), Olímpio Campos consolidou o modelo de dominação oligárquica que iria perdurar mesmo após a sua morte, encerrando-se apenas depois do governo de José Rodrigues da Costa Dória (1908-1911).

O acordo entre “pebas” e “cabaús” evitou maiores crises em seu governo, até que, em 1902, uma questão relativamente menor, a prisão pela polícia estadual de três cunhados do jurista Gumerindo Bessa acusados de arruaça nas ruas do centro de Aracaju, fez com que este último iniciasse uma campanha na imprensa contra a truculência do presidente sergipano. Sílvia Romero, Fausto Cardoso e Martinho Garcez divulgaram suas críticas na capital da República.

O sucessor indicado por Olímpio Campos foi Josino de Meneses, antigo participante do movimento republicano e seu secretário-geral de governo. Essa escolha desagradou a seus partidários “cabaús”, Leandro Maciel e José Luís Coelho e Campos, que fundaram o jornal oposicionista *O Momento*. Apesar desse racha, Josino de Meneses foi eleito com facilidade, tomou posse em 24 de outubro de 1902, e Olímpio Campos seguiu para o Senado. A sucessão de 1905 manteve o predomínio do olimpismo em Sergipe. Em chapa única, Guilherme de Sousa Campos, irmão de Olímpio Campos, foi eleito com 6.154 votos. Por outro lado, a oposição crescia e obtinha as primeiras vitórias. Foi o que aconteceu no caso da impugnação da candidatura de Josino Meneses ao Senado.

Empossado em 24 de outubro de 1905, logo nos primeiros meses Guilherme Campos recebeu muitas críticas da imprensa local. Essa movimentação levou o deputado Fausto Cardoso a deixar a capital federal e voltar a Sergipe com o objetivo claro de conter a continuidade do olimpismo, contribuindo para a fundação do Partido Progressista (PP). Em agosto de 1906, os progressistas levaram adiante uma revolta armada, que derrubou o

governo sergipano por 18 dias. Chamada a intervenção federal do presidente Rodrigues Alves, na retomada do palácio do governo a resistência de Fausto Cardoso levou-o à morte. Em decorrência do incidente, em 9 de novembro de 1906 Olímpio Campos foi assassinado com 11 tiros e duas facadas pelos filhos do deputado sergipano na praça XV de Novembro, na capital da República.

Em 1916, o presidente estadual Manuel Valadão inaugurou em Aracaju o monumento e a praça Olímpio Campos, onde se localiza a catedral metropolitana.

Sergio Montalvão

FONTES: BARRETO, L. *Pequeno*; BITTENCOURT, L. *Sergipanos*; CARONE, E. *República*; DANTAS, J. *Trajetória*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.4); SOUZA, T. *Impasses*.

CAMPOS, SÍLVIO DE

*dep. fed. SP 1924-1930; const. 1946; dep. fed. SP 1946-1951.

Sílvio de Campos nasceu em Amparo (SP) no dia 11 de janeiro de 1884, filho de Bernardino José de Campos Júnior e de Francisca de Barros Duarte de Campos. Seu pai foi presidente do estado de São Paulo de 1902 a 1904 e seu irmão, Carlos de Campos, ocupou o mesmo cargo de 1924 a 1927.

Iniciou os estudos na Escola Americana e cursou o secundário no Ginásio do Estado de São Paulo, na capital paulista. Começou os estudos superiores na Escola Naval, que abandonou para ingressar na Escola Politécnica, onde permaneceu um ano. Formou-se finalmente pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1903. Ainda acadêmico trabalhou como solicitador e, depois de formado, passou a exercer a advocacia, atividade que mais tarde interrompeu para ocupar os cargos de promotor público e de curador fiscal das massas falidas, ambos na capital do estado. Retornou depois à banca de advogado.

Filiado ao Partido Republicano Paulista (PRP), e tendo sido membro de sua comissão diretora e da comissão municipal, foi eleito deputado federal por São Paulo nessa legenda em fevereiro de 1924. Candidatou-se à reeleição em 1927 e obteve a maior votação até então alcançada para o cargo. Em fevereiro de 1930, liderou o grupo de políticos situacionistas de seu estado que planejou o empastelamento do *Diário Nacional*, órgão do Partido Democrático (PD) de São Paulo, que apoiava o candidato oposicionista da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, à sucessão do presidente Washington Luís. O objetivo, todavia, não foi alcançado, pois os jornalistas e funcionários do jornal organizaram a tempo a defesa do prédio. Mais uma vez reeleito em março de 1930, teve o mandato interrompido em outubro, quando o Congresso Nacional foi fechado em decorrência da Revolução de 1930.

No período que se seguiu, destacou-se por sua oposição ao governo provisório chefiado por Getúlio Vargas e à intervenção dos “tenentes” na política paulista. Em fevereiro de 1932, assinou pelo PRP o manifesto da Frente Única Paulista, que selou a unidade entre seu partido e o PD na luta pela convocação de uma assembleia nacional constituinte. Nos meses subsequentes, participou ativamente da conspiração articulada em São Paulo para a derrubada do governo provisório. Foi um dos fundadores do principal grupo paramilitar constitucionalista, mais tarde denominado MMDC, das iniciais de quatro estudantes mortos pela polícia num choque de rua na cidade de São Paulo. No dia 8 de julho, com os demais

líderes constitucionalistas, decidiu antecipar a deflagração do movimento armado. A Revolução Constitucionalista de 1932 eclodiu no dia seguinte e teve fim em outubro, com a derrota de São Paulo.

No final do mesmo ano, exilou-se em Lisboa, onde permaneceu alguns meses. Enquanto isso, o governo provisório empreendia o processo de constitucionalização que permitiria a realização das eleições para a Assembleia Constituinte em maio de 1933. De volta do exílio, Sílvio de Campos retomou a militância política como dirigente do PRP, de cuja comissão de reorganização participou.

Em março de 1936, a prisão de quatro deputados e de um senador, acusados de ligação com o levante comunista deflagrado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) no ano anterior, provocou forte reação entre os membros da minoria parlamentar. Procurando respaldo para sua atuação no episódio, o governo enviou um projeto à sessão de abertura do Congresso, no dia 3 de maio, propondo a suspensão das imunidades parlamentares. Buscando demonstrar a incongruência dessa medida, a minoria apresentou a Vargas um documento com reivindicações que foram recusadas pelo chefe do governo. Foi feita uma nova tentativa, da qual Sílvio de Campos participou na qualidade de representante da oposição, ao lado de Artur Bernardes, José Matoso de Sampaio Correia, Otávio Mangabeira, Daniel de Carvalho, Virgílio de Melo Franco, José Augusto e Boro de Meneses. Em reunião com Vargas, apresentaram um novo documento reivindicando a adoção das medidas legislativas necessárias à manutenção da ordem pública e à defesa do regime, o respeito às imunidades parlamentares, a suspensão, ao invés da demissão imediata, dos funcionários públicos indiciados como extremistas, a liberdade de propaganda eleitoral nos estados e a suspensão da campanha política para a solução do problema presidencial. A renovada recusa de Vargas aprofundou as divergências entre o governo e a oposição. Já em junho, Vargas aprovava a prorrogação do estado de guerra, além de manter a quebra das imunidades parlamentares.

Ao longo de 1936, articularam-se os interesses em torno das eleições para a presidência da República. No final do ano, em dezembro, o governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, desincompatibilizou-se do cargo e passou a preparar sua candidatura à presidência na legenda do Partido Constitucionalista. No PRP, houve desde logo forte resistência a apoiá-lo. No início de 1937, a questão da sucessão presidencial permeou todos os debates,

alianças e crises políticas no país. Em janeiro, Sílvio de Campos desenvolveu, junto a elementos do PRP, esforços, infrutíferos no sentido de obter o apoio do partido à candidatura de Armando Sales. Por outro lado, articulava-se a candidatura de José Américo de Almeida, sustentada pelas correntes situacionistas e contando, em São Paulo, com o apoio do PRP, que, todavia, não ficou unido em torno desse nome. Considerando que a vitória de Armando Sales seria a oportunidade de São Paulo reconquistar o poder pelo voto e, estimulado pelo governador gaúcho, José Antônio Flores da Cunha, seu amigo pessoal, Sílvio de Campos lançou em 10 de abril de 1937 um longo manifesto, no qual dizia de Armando Sales: “Seu ilustre nome não se inscreve, para honra sua, entre os que depuseram, encarceraram e baniram o grande presidente Washington Luís.” Esse manifesto oficializou o apoio da facção de Sílvio de Campos a Armando Sales e marcou a cisão no interior do PRP, da qual a renúncia de Campos ao cargo que ocupava na comissão diretora do partido foi um dos sintomas. Poucos meses depois, um golpe de Estado, liderado pelo próprio Getúlio Vargas, instaurou no país o Estado Novo (10/11/1937), com a suspensão das eleições previstas para o ano seguinte e a supressão dos órgãos legislativos. A partir de então Sílvio de Campos dedicou-se à advocacia.

Com a democratização do país em 1945, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) e nessa legenda foi eleito deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte no pleito de dezembro do mesmo ano. Participou dos trabalhos constituintes a partir de maio de 1946, e, após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), exerceu o mandato ordinário até o final da legislatura, em janeiro de 1951, quando retornou à advocacia.

Posteriormente fundou a Companhia Brasileira de Cimento Portland S.A., da qual foi incorporador e primeiro presidente. Criou também a primeira companhia de navegação de cabotagem de São Paulo.

Faleceu no dia 25 de abril de 1962.

Foi casado com Maria Susana Dias de Toledo, com quem teve quatro filhos.

FONTES: CÂM. DEP. *Anais* (1962-6); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CARONE, E. *República nova*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937.

CAMPOS, SIQUEIRA

*militar; rev. 1922; rev. 1924; Col. Prestes.

Antônio de Siqueira Campos nasceu em Rio Claro (SP) no dia 18 de maio de 1898, filho de Raimundo Pessoa de Siqueira Campos e de Luísa Freitas de Siqueira Campos. Seu bisavô, um português da família Campos, emigrou para o Brasil e foi trabalhar como agricultor em Pajeú das Flores, no interior do estado de Pernambuco, onde se casou com uma moça da família Siqueira, grande proprietária de terras da região. Seu avô paterno, Pedro Pessoa de Siqueira Campos, lutou na Guerra do Paraguai, a princípio como soldado raso e depois como coronel honorário, tendo sido condecorado por dom Pedro II por atos de bravura.

Siqueira Campos passou a infância em Rio Claro e depois em São Manuel do Paraíso, lugares onde seu pai, homem de poucas posses, administrou fazendas de café de propriedade do irmão. Esse irmão, Manuel de Siqueira Campos, além de rico proprietário de fazendas de quatrocentos mil pés de café, foi também presidente da Câmara de Rio Claro e chefe de Polícia de São Paulo no governo de Américo Brasiliense. O pai de Siqueira Campos nunca permitiu que seus filhos se iludissem com as aparências e considerassem como deles a fortuna do tio. Em 1904, mudou-se para a cidade de São Paulo acompanhado da família e foi ocupar o cargo de almoxarife do Departamento de Águas, com “o excelente salário de setecentos mil-réis”.

Na capital paulista Siqueira Campos fez o curso primário no Grupo Escolar Sul da Sé de 1904 a 1907 e o secundário no Ginásio do Estado de São Paulo, formando-se em 1914 com “grande distinção”. Pretendia continuar os estudos, mas a situação da família mudou. Depois da morte de sua mãe, vítima de um acidente, seu pai resolveu casar-se novamente. Siqueira Campos tinha na época 16 anos e sua madrasta era mais moça do que ele. Na pressa de construir um novo lar, seu pai mergulhou a família em dificuldades financeiras. Siqueira Campos viu frustrados seus planos de cursar engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ao mesmo tempo em que se deterioravam suas relações com o pai. Os irmãos mais velhos, Raimundo e Ananias, saíram de casa. Pouco tempo depois, em 1915, Siqueira Campos seguiu o exemplo dos irmãos e mudou-se para o Rio.

Como as portas da Escola Politécnica estivessem fechadas para ele, Siqueira Campos —

assim como vários filhos de famílias pobres que desejavam prosseguir os estudos — escolheu a carreira militar. Em 13 de abril de 1916, sentou praça como voluntário por dois anos e foi incluído na 4ª Companhia de Infantaria da Escola Militar do Realengo, no Rio. No mês seguinte foi incluído no quadro efetivo de alunos da escola, indo para a 3ª Companhia de Infantaria. Suas preferências, entre as matérias do currículo, dividiram-se entre balística e a matemática, o que o levaria mais tarde à escolha da arma de artilharia. O ensino dentro da escola primava pelo “respeito à ordem constituída”. Embora fosse “quase proibido pensar”, a disciplina não impedia que Siqueira Campos e seus colegas discutissem exaustivamente os problemas brasileiros. Já nessa época ele usava frequentemente a expressão “Brasil novo” para definir sua esperança de uma mudança no regime político e social sob o qual vivia o país.

Dois amigos se destacaram do círculo de colegas de Siqueira Campos. Eduardo Gomes, fechado e religioso — conhecido como “frei Eduardo” —, e Estênio Caio de Albuquerque Lima foram os companheiros com quem alugou uma casa em Realengo a fim de estudarem de madrugada. A casa recebeu o nome de “Tugúrio da morte” e passou a abrigar um grupo estudioso e esfomeado. Esta última característica foi responsável pelo desaparecimento de várias galinhas dos galinheiros da redondeza. Nessa turma privilegiada, de onde saíam os líderes de acontecimentos que iriam mudar a face da República, Siqueira Campos era amigo de todos, mas admirava especialmente Luís Carlos Prestes.

A guerra na Europa dava assunto para várias discussões entre os cadetes: além das posições opostas sobre o pangermanismo e a Revolução Russa de 1917, o tema que inflamava os ânimos era o da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Maurício de Lacerda, então deputado federal, não se cansava de pedir a entrada do Brasil na guerra: apresentou um projeto que foi derrotado em terceira discussão da Câmara, e, durante sua pregação, chegou a procurar os alunos da Escola Militar do Realengo. Siqueira Campos, um dos mais entusiasmados, fez parte da guarda de honra na homenagem prestada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro ao poeta Olavo Bilac, outro defensor da participação no conflito.

No Brasil, o período 1917-1920 foi marcado também por agitações sociais. Os operários da fábrica Bangu entraram em greve reivindicando melhores salários e condições de trabalho. No encontro do choque de polícia enviado pelo governo com os grevistas alguns operários foram mortos. O governo recuou, retirou a polícia e em seu lugar enviou os cadetes da

Escola Militar, que foram bem recebidos pelos trabalhadores. Entre os cadetes que patrulharam a via férrea entre Bangu e Realengo estava Siqueira Campos. Mais tarde, comentando esse incidente, Siqueira Campos dizia que os cadetes, que se julgavam politizados naquela época, não tinham a menor consciência dos problemas sociais.

Um único incidente marcou a vida escolar de Siqueira Campos: em 1918, ainda cadete, agrediu a chicote na rua um delegado de polícia que o destragara. No julgamento, seus bons antecedentes e sua aplicação nos estudos pesaram a seu favor, mas, mesmo assim, foi condenado a 15 dias de prisão no forte de Santa Cruz por “desacato a autoridade civil”.

A turma de Siqueira Campos, da qual faziam parte, além dos já citados, Frederico Cristiano Buys, Ciro do Espírito Santo Cardoso, Paulo Kruger da Cunha e Cruz, Honorato Pradel, José Bina Machado e Carlos da Costa Leite, entre outros, terminou o curso da Escola Militar em 1918. Nesse mesmo ano Siqueira Campos matriculou-se no Curso Especial de Artilharia, sendo declarado artilheiro em 30 de dezembro de 1919. Promovido a segundo-tenente em 2 de janeiro de 1920, foi classificado na 1ª Bateria de Costa, sediada no forte de Copacabana, onde se apresentou no dia 19 do mesmo mês.

Inaugurado em setembro de 1914, o forte de Copacabana fazia parte de um conjunto de seis fortes responsáveis pela defesa do Rio, e era comandado pelo capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do ex-presidente da República, marechal Hermes da Fonseca. No início de 1921, nomeado juiz da Auditoria de Guerra da 1ª Região Militar (1ª RM), Siqueira Campos deixou o forte, retornando pouco depois para assumir os cargos de ajudante secretário da unidade e de comandante das torres de 190mm. Por essa época, suas leituras preferidas eram o filósofo argentino José Ingenieros — principalmente no livro *A luta pela vida* —, Pio Baroja, Blasco Ibañez, Emil Ludwig, Machado de Assis e, ainda, livros sobre a história do Brasil colonial.

Apesar de ser considerado um oficial inflexível com a disciplina, Siqueira Campos gozava de grande prestígio no meio da tropa por seu senso de justiça e sua preocupação com as condições de vida dos soldados. Amigo do comandante Euclides Hermes da Fonseca, tornou-se seu auxiliar direto e, em janeiro de 1922, durante as férias deste, respondeu interinamente pelo comando do forte. Além do trabalho e do estudo, Siqueira Campos dedicava-se também ao esporte. Seus subordinados contam que, para relaxar o corpo após um dia de trabalho, costumava convidá-los a atravessar a nado do forte de Copacabana à

ponta do Leme.

Seguindo o exemplo de Eduardo Gomes, em fevereiro de 1922 Siqueira Campos conseguiu autorização para submeter-se aos exames para a Escola de Aviação Militar. Entretanto, julgado incapaz no exame de vista, voltou ao forte de Copacabana, reassumindo suas funções de ajudante secretário e, no mês seguinte, o comando da cúpula de 190mm.

REVOLTA DE 1922

Desde 1921, Artur Bernardes, presidente do estado de Minas Gerais, era o candidato oficial à sucessão de Epitácio Pessoa na presidência da República, o que, segundo a tradição, constituía uma garantia de vitória. No entanto, a candidatura concorrente de Nilo Peçanha, na legenda da Reação Republicana, granjeou também um apoio considerável. As desavenças entre as duas correntes políticas penetraram no seio do Exército através de uma série de incidentes, entre os quais se destacou a publicação, em outubro de 1921, pelo *Correio da Manhã*, das chamadas “cartas falsas”, atribuídas a Bernardes e cujo teor provocou escândalo nas forças armadas: nelas o marechal Hermes era chamado de “sargento” e um banquete do Clube Militar era qualificado de “orgia”.

Apesar da oposição militar, Bernardes foi eleito em 1º de março de 1922, derrotando Nilo Peçanha. A essa altura, oficiais do Exército conspiravam abertamente, e o *Correio da Manhã* os incitava à rebelião. Os incidentes com o governo federal tiveram prosseguimento pouco depois com a acusação a Epitácio de utilizar forças federais para favorecer seu candidato ao governo de Pernambuco. Hermes da Fonseca telegrafou ao comandante local concitando-o a “não ser o algoz do povo pernambucano”. A reação do governo traduziu-se na prisão do marechal por 24 horas e no fechamento do Clube Militar. Essas medidas serviram de estopim para a insurreição, que foi marcada para o dia 5 de julho.

No dia 4 de julho, intensificaram-se no forte de Copacabana os preparativos para a revolta. Siqueira Campos minou determinadas áreas do forte, enquanto Newton Prado superintendeu o armazenamento de alimentos. Com as adesões que chegaram nos últimos dias, o total de revoltosos na primeira fase da insurreição chegou a 301. A ligação do forte com o marechal Hermes era feita através de Eduardo Gomes. A data aproximava-se, mas o governo deu o primeiro passo. O general Bonifácio Gomes da Costa recebeu ordens do general Manuel Lopes Carneiro da Fontoura, comandante da 1ª RM, para dirigir-se ao forte

de Copacabana, sondar as intenções dos revoltosos e passar o comando da unidade ao capitão José da Silva Barbosa, que o acompanharia. No gabinete do capitão Euclides, entretanto, o tenente Siqueira Campos deu ordem de prisão ao general Bonifácio e ao capitão Barbosa, que foram mantidos presos até a manhã do dia 5.

Não havia mais nada a esperar. Siqueira Campos iniciou o combate disparando o primeiro tiro em direção à ilha de Cotunduba, atrás da qual estavam os encouraçados *São Paulo* e *Minas Gerais* e o destróier *Paraná*. Foram também alvejados o forte da ilha da Vigia, o 3º Regimento de Infantaria (3º RI) — como protesto por ter esta unidade recebido o marechal Hermes preso — e outros pontos-chave da cidade, onde morreram vários civis. A Marinha começou a atacar e o forte preparou-se para reagir, mas um enguiço no sistema hidráulico das torres dos canhões de maior alcance impediu que os revoltosos respondessem com eficácia ao fogo dos navios.

Na cidade, os pontos nevrálgicos permaneceram nas mãos de forças governistas, várias unidades não aderiram à revolta, e as que o fizeram — a Escola Militar do Realengo e parte da Vila Militar — foram logo dominadas. Os sargentos do general Carneiro da Fontoura tiveram vital importância, encarregados de controlar os oficiais nos corpos de tropa e de sabotar os aviões no Campo dos Afonsos, impedindo-os de levantar voo. No forte de Copacabana ocorreram deserções. O próprio Siqueira Campos incitou os que eram arrimo de família a abandonar o local. Restaram 29 revoltosos: cinco oficiais — o comandante Euclides, Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Mário Tamarindo Carpenter e Newton Prado —, dois sargentos, um cabo, 16 praças e cinco voluntários. Os oficiais reuniram-se e decidiram enviar ao ministro da Guerra, através do capitão Euclides, as três cláusulas de rendição: 1) respeito à vida dos revolucionários; 2) baixa do Exército e 3) livre saída para o estrangeiro. O capitão Euclides foi preso e levado para o palácio do Catete. O chefe do Gabinete Militar telefonou para o forte de Copacabana e intimou os revoltosos a se renderem. Caso isso não fosse feito, o capitão Euclides seria fuzilado.

Siqueira Campos, numa reunião, faz uma proposta extremada: explodir o paiol de pólvora, morrendo a guarnição em seus postos. A sugestão não foi aceita. Propôs então uma outra: os navios estavam fora do alcance dos canhões, mas o forte podia continuar bombardeando objetivos militares na cidade. Eduardo Gomes alegou que esta solução oferecia o risco de atingir a população civil. Sua proposta foi que saíssem à rua em direção ao palácio do

Catete, enfrentando as forças do governo. Os 28 presentes concordaram. Siqueira Campos dividiu a bandeira nacional em 29 partes, um pedaço para cada um, guardando o pedaço destinado ao capitão Euclides.

Às 13:30h os revoltosos saltaram a barricada e, sob o comando de Siqueira Campos, seguiram pela avenida Atlântica em direção ao Leme. Houve várias deserções, mas um civil, Otávio Correia, aderiu aos revoltosos e recebeu o pedaço de bandeira destinado ao capitão Euclides. A tropa do governo avançou e o tenente legalista João de Segadas Viana tentou dissuadi-los do combate. O capitão Brasil interveio e gritou com os revoltosos. Siqueira Campos reagiu arrancando os botões de sua túnica e proclamando que não mais pertencia ao Exército. O capitão Brasil deu ordem de atirar. Os 15 revoltosos abrigaram-se atrás do paredão da calçada e responderam ao fogo, enfrentando durante pouco mais de 11 minutos o ataque das forças do Exército, da Polícia Militar e do Batalhão Naval. Siqueira Campos, ferido na mão, atirou na boca do sargento Lindolfo Garcia, que revidou enterrando-lhe a baioneta no fígado.

Dos 11 rebeldes que combateram as forças do governo no episódio que ficou conhecido como “Os 18 do Forte”, Newton Prado, Mário Carpenter, José Pinto de Oliveira, Pedro Ferreira de Melo e o civil Otávio Correia morreram na areia da praia ou mais tarde no hospital; dois outros morreram meses mais tarde em consequência dos ferimentos; Siqueira Campos e Eduardo Gomes foram feridos gravemente e os dois restantes saíram ilesos ou com ferimentos leves.

O presidente Epitácio Pessoa, numa tentativa de apaziguamento dos ânimos, visitou os feridos no Hospital Central do Exército (HCE) e a iniciativa foi amplamente divulgada pela imprensa. Siqueira Campos reagiu com altivez à tentativa de diálogo do presidente da República. Em 14 de agosto, prestou depoimento no inquérito presidido pelo general Augusto Tasso Fragoso. No início de setembro, foi transferido para o 3º Regimento de Artilharia Montada, no interior do país, onde ficou até o início de outubro, quando lhe foram concedidos mais 60 dias para tratamento de saúde no HCE. Ao ter alta do hospital, foi recolhido preso à Escola de Comando e Estado-Maior, na Tijuca, de onde saiu com *habeas-corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Solicitou baixa do Exército em 7 de janeiro de 1923, mas, ao ver seu pedido recusado, resolveu exilar-se no Uruguai.

Denunciado pelo promotor criminal da República, transferido para a segunda classe do Exército por deserção, réu pronunciado pelo juízo da 1ª Vara Criminal por atentado à Constituição e ao regime vigente, Siqueira Campos decidiu tentar a carreira de comerciante em Montevideu. Associado com seu colega da primeira fase da insurreição do forte de Copacabana, o ex-aspirante Manuel Augusto de Araújo Góis, fundou uma firma de representações, Araújo, Campos e Cia., dedicada à importação e venda de produtos primários brasileiros. Nos primeiros meses de 1924, abriu em Buenos Aires a casa comercial Araújo, Siqueira & Cia., Importación-Exportación, numa tentativa de vender café.

REVOLTA DE 1924

Em 5 de julho de 1924, no segundo aniversário da Revolta de 1922, irromperam insurreições militares em Sergipe, Amazonas e São Paulo. Nos dois primeiros estados a revolta foi dominada rapidamente, mas em São Paulo, os rebeldes, comandados pelo general Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital durante três semanas até que, expulsos pela ação conjunta das forças policiais de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, rumaram para oeste no fim de julho. Conseguiram chegar a Mato Grosso, mas, devido à pressão das forças legalistas, foram obrigados a atravessar o alto Paraná e ocuparam Guaíra (PR).

Os rebeldes de São Paulo foram fortalecidos com a adesão dos revolucionários de 1922 exilados no Uruguai e no Paraguai. Segundo o depoimento de um funcionário da polícia aduaneira a Glauco Carneiro, Siqueira Campos teria integrado a coluna do general Zeca Neto na Revolução Gaúcha de 1923 e, em princípios de 1924, mantido novos contatos com os rebeldes gaúchos. O fato comprovado é que, depois da Revolta de 1924, Siqueira Campos voltou às atividades revolucionárias. Deixou Buenos Aires, onde as dificuldades de sua firma obrigavam-no a lavar carros e a trabalhar como motorista, e, juntamente com Aníbal Benévolo e Edgar Dutra, foi fazer o trabalho de aliciamento e as ligações para deflagrar o movimento revolucionário no sul do Brasil.

Luís Carlos Prestes, que estava servindo em Santo Ângelo (RS), assumiu a liderança do movimento. Siqueira Campos, escolhido por Prestes para acertar os últimos detalhes entre os gaúchos e a Divisão São Paulo, partiu na companhia de João Francisco e Anacleto Firpo

(representante de Joaquim Francisco de Assis Brasil) para conferenciar com Juarez Távora na cidade de Foz do Iguaçu (PR), conquistada por este três dias antes.

Em Artigas, no Uruguai, Siqueira, Juarez, Firpo e Nemo Canabarro Lucas encontraram o general Honório Lemes e, em Mello, o general Zeca Neto. A seguir, enviaram carta a Prestes propondo que as forças revoltosas avançassem em direção a Ponta Grossa (PR), para encontrar ali a Divisão São Paulo. Siqueira Campos e Juarez fizeram ainda contatos com as guarnições de Itaqui, Uruguaiana e Alegrete, no Rio Grande do Sul.

Em 25 de outubro, Juarez encontrou Siqueira Campos em Paso de Los Libres, na Argentina, e fixou com os elementos militares de Uruguaiana o início do movimento para a madrugada do dia 29. Coube a Juarez levantar a guarnição de Uruguaiana, a Pedro Gay a guarnição de São Luís Gonzaga (RS) e a Prestes o Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, enquanto Siqueira Campos deveria estar em São Borja (RS) desde o dia 27, onde a chefia do movimento caberia ao capitão Rui Zubarán, auxiliado pelos tenentes Aníbal Benévolo e Sandoval Cavalcanti e pelo civil Dinarte Dornelles. Entretanto, Siqueira Campos se antecipou e na noite do dia 28 sublevou nessa cidade o 2º Regimento de Cavalaria Independente (2º RCI). Apresentado à tropa como o novo comandante, expôs os objetivos da revolução, que seriam a derrubada do governo Bernardes, o fim dos vícios eleitorais e a destruição das oligarquias. Na madrugada do dia 29, São Borja foi ocupada e o tenente-coronel Eulálio Francisco Ribeiro, comandante da 1ª Brigada de Cavalaria, foi preso juntamente com o coronel Amada Rodrigues, comandante do 2º RCI. Na cidade ocupada, o jornal local *Uruguai* foi transformado em órgão da revolução e Siqueira Campos mandou distribuir boletins com o programa do movimento: a reforma do artigo 6º da Constituição, que tratava da intervenção federal nos estados, para reforçar a autonomia estadual, a unificação da justiça, a reforma do fisco, o estabelecimento da obrigatoriedade do ensino e a introdução do voto secreto e obrigatório. O boletim era assinado por Isidoro Dias Lopes, Honório Lemes, Zeca Neto, Olinto Mesquita, Filipe Portinho, Bernardo Padilha, Leonel Rocha e Miguel Costa.

Ao final do dia 29, os revoltosos dominavam toda a fronteira gaúcha que ladeia o rio Uruguai, com exceção de Itaqui, onde as forças legalistas, supervisionadas pelo capitão Carneiro Pinto e por Osvaldo Aranha, no comando de quatrocentos civis fortemente armados, haviam recebido o reforço de uma coluna de quinhentos homens, procedente de

Santiago (RS), sob o comando do tenente Honório dos Santos. O ataque a Itaquí foi feito no dia 4 de novembro por colunas comandadas por Juarez, Siqueira Campos e Aníbal Benévolo. Siqueira Campos recebeu o apoio da 1ª Companhia do Batalhão Ferroviário e esperava ainda reforços de Uruguaiana, mas estes chegaram tarde demais. Diante da superioridade do inimigo, Siqueira Campos decidiu retirar-se para a Argentina.

COLUNA PRESTES

Em novembro de 1924, Prestes escolheu São Luís Gonzaga para reunir as forças remanescentes da revolução: o 1º Batalhão Ferroviário, o 3º RCI, parte do 2º RCI e alguns civis. Depois de rápida permanência na Argentina, Siqueira Campos foi se juntar a Prestes, assim que recebeu seu chamado. O núcleo inicial do que seria denominado mais tarde Coluna Prestes abandonou em 27 de dezembro São Luís Gonzaga, assim organizado: o 1º Batalhão Ferroviário sob o comando do major Mário Portela Fagundes, substituído, após a morte, pelo major Osvaldo Cordeiro de Farias, o 2º RC sob o comando do major João Alberto Lins de Barros, e o 3º RC sob o comando do major João Pedro Gay, substituído depois pelo major Antônio de Siqueira Campos.

O objetivo da coluna gaúcha era fazer a junção com a Divisão São Paulo. Para isso, sempre combatendo as forças legalistas, atravessou o rio Uruguai na foz do rio Anta. Na localidade de Queimados, perto de Barracão (SC), Prestes empossou Siqueira Campos no comando do 3º Destacamento. O major João Pedro Gay foi destituído porque, argumentando com a inutilidade da revolução, tentava convencer os soldados do seu destacamento a emigrar. A coluna chegou a Barracão reduzida a oitocentos homens. Aí encontrou elementos da força enviada pelo general Isidoro, comandados pelo coronel Fidêncio de Melo. O plano de Prestes era marchar para o norte, atravessar o Paraná e São Paulo e atingir o Rio de Janeiro, talvez por Minas Gerais. Dado o acirramento das forças legalistas contra a Divisão São Paulo e a escassez de armamento, Prestes, cumprindo ordens de Isidoro, dirigiu-se para Foz do Iguaçu. Em abril de 1925, a vanguarda da coluna fez junção com a Divisão São Paulo no cruzamento das estradas de Benjamim com Santa Helena, no Paraná.

Nesse encontro ficou decidida a reorganização da coluna e a partida do general Isidoro para a Argentina, seguido pelos oficiais paulistas que o quisessem acompanhar, para organizar uma rede de auxílio externo ao movimento. A 1ª Divisão Revolucionária, sob o comando

geral do general de brigada Miguel Costa, ficou organizada em duas grandes unidades: a Brigada Rio Grande, comandada por Luís Carlos Prestes, formada pelos 1º, 2º e 3º destacamentos, comandados respectivamente pelos tenentes-coronéis Osvaldo Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros e Antônio de Siqueira Campos, e mais um corpo auxiliar, constituído pelo 1º Esquadrão de Cavalaria Independente (ECI) comandado pelo capitão Ari Salgado Freire, num total de oitocentos homens, e a Brigada São Paulo, comandada pelo tenente-coronel Juarez Távora, formada pelos 2º e 3º batalhões de Caçadores (BC), comandados pelos majores Mário Alves Lira e Mário Virgílio R. dos Santos, o Batalhão de Artilharia Montada (BAM) comandado pelo capitão Henrique Ricardo Holl, e o 2º ECI, comandado pelo capitão Jorge Danton, num total de setecentos homens.

Em 29 de abril de 1925, a coluna terminou a travessia do rio Paraná, invadiu o Paraguai e marchou em direção a Mato Grosso. A vanguarda na invasão de Mato Grosso foi o destacamento João Alberto, que se juntou ao destacamento Siqueira Campos para tomar a cidade de Ponta Porã (agora no estado de Mato Grosso do Sul), que fora abandonada pela guarnição e invadida pelos paraguaios na cidade de Pedro Juan Caballero. As forças regulares do coronel Péricles de Albuquerque, que se retiraram da cidade, foram engrossadas pelas tropas procedentes de Campo Grande (então no estado de Mato Grosso e atual capital de Mato Grosso do Sul), sob o comando do major Bertoldo Klinger. Siqueira Campos e João Alberto atacaram Klinger na cabeceira do rio Apa e obrigaram-no a se retirar em direção a Campo Grande. Os dois destacamentos se encontraram com o resto da coluna perto da estação de Rio Pardo, da Estrada de Ferro Noroeste. Em 16 de maio a coluna, novamente reunida, continuou sua marcha através de Mato Grosso. Em 10 de junho, num lugar chamado Deserto de Camapuã, a coluna sofreu nova estruturação. O comandante continuou sendo Miguel Costa, mas Juarez Távora passou a subchefe e Prestes a chefe do estado-maior, tornando-se o comandante de fato da coluna. Cordeiro de Farias, João Alberto e Siqueira Campos continuaram no comando dos 1º, 2º e 3º destacamentos, sendo criado um quarto destacamento sob o comando de Djalma Dutra. O destacamento de Siqueira tinha como fiscal o capitão André Trifino Correia.

A coluna atravessou Goiás, sempre combatendo as forças de Klinger e a polícia goiana, galgou a serra do Paraná e ocupou São João do Pinuca (MG). Em 7 de setembro voltou

para Goiás e começou a marchar em direção ao Maranhão, onde ocupou, em novembro, a cidade de Santo Antônio das Balsas, atual Balsas. O destacamento Siqueira Campos, com o qual marchava Juarez, ocupou a vila de Passagem Franca, sobre o rio Parnaíba, e dali foi encarregado de cortar as ligações entre Nova Iorque (MA), Barão de Grajaú (MA) e Teresina. A partir de 28 de dezembro as forças de Juarez atacaram Teresina, enquanto as de Prestes atacaram Flores, atual Timon. No dia 31 de dezembro, Prestes mandou Cordeiro de Farias combinar com Juarez Távora e Miguel Costa o abandono do cerco de Teresina e Flores e o começo da marcha para o leste, em direção a Pernambuco. Nesse mesmo dia, Juarez foi feito prisioneiro quando fazia um reconhecimento nas margens do Parnaíba, entre Areias e Caieiras.

A coluna se reuniu na fazenda Cantinho e dali marchou para Pernambuco em 10 de janeiro de 1926. Sempre combatendo, atravessou o Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Em 12 de fevereiro o grosso da tropa rebelde entrou em Pernambuco, onde, além das forças federais, enfrentou a polícia estadual. O destacamento Siqueira Campos, na vanguarda das forças, combateu na vila Betânia, em Mulungu, em Campo Alegre e na vila de Jatobá.

No dia 25 de fevereiro, a coluna iniciou a travessia do rio São Francisco e invadiu a Bahia. De fevereiro a 3 de junho, percorreu a Bahia, entrou em Minas e voltou à Bahia, suscitando nesses estados recepção adversa por parte da população e enfrentando, além das tropas do governo e da polícia estadual, os cangaceiros que passaram a combatê-la. O destacamento Siqueira Campos enfrentou os jagunços de Horácio de Matos em Água da Rega e em Várzea e os cangaceiros de Franklin de Albuquerque e Abílio Wolney em Taboleiro Alto e em Tombador.

Em julho, em território pernambucano, a coluna ocupou os municípios de Murici e Ouricuri. Sempre combatendo, entrou no Piauí e, em 20 de agosto, chegou a Goiás, onde armou uma emboscada na fazenda Piau para as tropas do governo.

Entrou no estado de Mato Grosso em 15 de outubro, acampando nas proximidades de Coxim (agora no estado de Mato Grosso do Sul), onde ficou decidida a emigração para a Bolívia. Prestes e Miguel Costa, entretanto, não quiseram tomar sozinhos a decisão de terminar a luta e enviaram emissários ao marechal Isidoro e a Assis Brasil, solicitando-lhes instruções para agir. Siqueira Campos, no comando de seu destacamento, foi designado para escoltar os emissários, capitão Lourenço Moreira Lima, secretário-geral da coluna, e

Djalma Dutra, até as proximidades de Campo Grande. Além dessa missão, o destacamento Siqueira Campos foi encarregado de atrair naquela direção os elementos governistas que desde Goiás vinham perseguindo os revoltosos. Em 24 de outubro, a coluna se separou. Siqueira Campos partiu com 80 homens em direção a Campo Grande e o restante dos homens tomou a direção da Bolívia.

Siqueira Campos retornou a Goiás, onde, entre outras cidades, ocupou a estação de Pires do Rio, à qual deu o nome de Prestes. Dali dirigiu-se a Minas Gerais, onde ocupou Paracatu. Em 14 de fevereiro, voltou a Goiás com destino à fronteira do Paraguai, onde penetrou no dia 23 de março de 1927 com 65 homens, dez dos quais o seguiram até Assunção. Terminou assim a marcha da Coluna Prestes que, através do Brasil, percorreu 13 estados e 25 mil quilômetros, espalhando a mensagem revolucionária.

ARTICULAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE 1930

Instalado em Buenos Aires a partir de abril de 1927, Siqueira Campos fez viagens frequentes a La Gaíba, na Bolívia, onde estava internada a coluna, para receber instruções diretas de Prestes, e manteve contatos com a “República de Pocitos”, centro de reunião dos exilados brasileiros em Montevideú, onde tinham residência fixa Renato Tavares, Augusto do Amaral Peixoto, Mário Alves e outros. Para sobreviver, durante esse período, trabalhou esporadicamente em topografia e no comércio.

A separação entre os veteranos da coluna e o antigo quartel-general revolucionário acentuou-se. Os primeiros eram chefiados por Prestes e permaneciam em La Gaíba, enquanto os segundos, liderados por Isidoro, moravam em Paso de los Libres. Tendo percebido que a dualidade La Gaíba-Paso de Los Libres não agradava a Prestes, Siqueira Campos começou a articular a retirada do poder das mãos de Isidoro, iniciando, em Montevideú e Buenos Aires, a implantação da mística de Prestes como “Cavaleiro da Esperança”. Não houve luta pelo poder, pois Isidoro e Assis Brasil não fizeram objeção a que Prestes assumisse a chefia do movimento.

Em Buenos Aires, Siqueira Campos e João Alberto moravam numa loja onde todos os dias era promovida uma mesa-redonda sobre problemas brasileiros. Com a instalação de Prestes na capital argentina, Siqueira Campos e João Alberto foram encarregados de reagrupar os revolucionários brasileiros, o primeiro ocupando-se dos emigrados na Argentina e Uruguai

e o segundo da rearticulação dentro do Brasil.

Escasseavam os recursos para financiar os revolucionários. A sugestão de Emídio Miranda, segundo depoimento próprio, foi obter dinheiro através de um grande assalto. Recusada a idéia, Siqueira Campos propôs conseguir financiamento russo através do Secretariado Sul-Americano do Komintern, sediado em Montevideú. Apesar da oposição de Prestes, que considerava a tentativa prejudicial à causa revolucionária, um contato foi feito, mas as conversações não avançaram porque o representante soviético achou Juarez Távora, porta-voz do grupo, um “polo negativo”. De 1928 em diante, com a aquiescência de Prestes, Siqueira Campos fez frequentes viagens clandestinas ao Brasil e concentrou suas atividades revolucionárias no Rio e em São Paulo.

No início de 1928, por exemplo, Siqueira Campos veio ao Rio com a identidade falsa de Antônio de Toledo Câmara, professor e engenheiro, e, para ganhar a vida, fez trabalhos topográficos nos arredores da cidade. A principal tarefa dos revolucionários era recrutar os “tenentes”, jovens oficiais ou aspirantes a oficiais, antes mesmo de sua formatura na Escola Militar do Realengo. Siqueira Campos ensinou aos cadetes a técnica do golpe de mão e dos assaltos a quartéis, mas o trabalho foi interrompido devido a delações. No grupo que manteve relações com o “professor Toledo” incluíam-se Newton Estillac Leal e Carlos da Costa Leite e os cadetes Juraci Magalhães, Agildo Barata e Jurandir Mamede. O chefe de polícia do presidente Washington Luís, Oliveira Sobrinho, descobriu a identidade do suposto professor e tentou armar uma cilada. Desconfiado, Siqueira Campos recolheu-se “enfermo” à Casa de Saúde Guanabara, onde ficou várias semanas sob os cuidados de seu amigo, o médico Belmiro Valverde.

Em junho de 1929, o Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), resolveu participar das eleições presidenciais de março de 1930 com um candidato próprio e pensou em convidar Prestes. No mês seguinte, Leôncio Basbaum, representante dos comunistas, seguiu para Buenos Aires a fim de se encontrar com o ex-chefe da Coluna Prestes. Siqueira Campos, que se encontrava em Buenos Aires nessa época, admitia e desejava o apoio dos comunistas, mas não estava interessado em eleições. Para derrubar o governo, reivindicava apenas “que o PCB lhe desse um batalhão de operários e alguns fuzis”. Prestes achou que não lhe convinha candidatar-se e julgou o programa do PCB demasiado extremista, mas apresentou uma contraproposta feita conjuntamente com

Siqueira Campos e Juarez. O PCB considerou inaceitável o novo programa, mas propôs a continuação das negociações através do *Bureau* Sul-Americano do Komintern em Buenos Aires.

Por essa época, no Brasil, as correntes políticas de oposição lideradas por Minas Gerais e o Rio Grande do Sul constituíram a Aliança Liberal, lançando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República em oposição a Júlio Prestes, candidato oficial. Os revolucionários não estavam de acordo sobre a aliança com os políticos aliancistas, em relação aos quais Prestes, Emídio Miranda e outros tinham animosidade, achando que a união com eles deveria visar somente à obtenção de fundos. Depois da vitória da revolução, os políticos da Aliança Liberal deveriam ser abandonados na primeira oportunidade, enquanto se aguardava o momento de fazer a revolução socialista. João Alberto, identificado com Vargas e Osvaldo Aranha, achava que a união com os aliancistas era providencial e que a revolução era uma aspiração comum aos dois grupos. A posição de Siqueira Campos era semelhante à de Prestes, e os dois só aceitaram a união com os políticos quando estes se renderam à argumentação de que as reformas políticas deveriam ser seguidas de reformas sociais.

Siqueira Campos foi designado para articular a revolução em São Paulo. Chegando à capital do estado no final de 1929, organizou para auxiliá-lo um grupo composto por Mário Barbosa, Custódio de Oliveira, Ricardo Holl, Carlos e Jorge Americano, Augusto Ribeiro, Joaquim Timóteo, Osvaldo Leite Ribeiro, Alberto Araújo, seu irmão Raimundo de Siqueira Campos, Rui Fogaça, Ângelo Mendes Correia Leal, Emídio Miranda e Néelson Tabajara de Oliveira. Entre os elementos do Partido Democrático que também participaram do grupo estavam Paulo Nogueira Filho, Paulo Duarte, Joaquim Celidônio, Elias Machado, Francisco Mesquita e Aureliano Leite.

Os encontros se sucederam até janeiro de 1930, quando Siqueira Campos foi abordado pela polícia nas vizinhanças do local das reuniões. Emídio Miranda foi preso, mas Siqueira Campos, atirando num dos policiais, conseguiu fugir e abrigar-se na redação de *O Estado de S. Paulo* e, através de Júlio de Mesquita Filho, esconder-se na casa de um amigo de Vicente Ancona, secretário do jornal. A essa altura, a polícia já tinha prendido Aristides Leal e Djalma Dutra. Siqueira Campos telefonou aos outros revolucionários comunicando as prisões e intimando-os a fugir.

Ainda no início de 1930, Prestes encontrou-se com Getúlio Vargas. Pouco depois, realizou-se em Porto Alegre uma reunião da qual participaram Prestes, Siqueira Campos, João Alberto, Miguel Costa, os irmãos Etchegoyen, Estillac Leal, Djalma Dutra, Emídio Miranda, Trifino Correia e outros. No encontro, foram atribuídas tarefas aos chefes revolucionários em diversos pontos do território nacional. Com a derrota da Aliança Liberal nas eleições de março, os aliancistas intensificaram também, por seu lado, os preparativos para um movimento armado.

A preocupação principal de Siqueira Campos era criar as condições para que São Paulo pudesse secundar o Rio Grande do Sul ao primeiro aviso da revolução. Para isso, providenciou a fabricação de granadas de mão e planejou a dinamitação da Central de Polícia de São Paulo. A organização do levante no estado era a seguinte: Paulo Nogueira Filho entraria com um forte contingente de correligionários do Partido Democrático, aos quais fora entregue grande quantidade de granadas de mão. No setor militar, Job de Figueiredo, Varonil de Albuquerque Lima e outros promoveriam levantes. Tudo estava combinado quando Emídio Miranda — que conseguira fugir da prisão — entregou a Siqueira Campos uma cópia do manifesto que Prestes preparava para lançar à nação. Após ler o documento, Siqueira decidiu partir para Buenos Aires ao encontro do ex-chefe da coluna. Ao passar pelo Rio, recebeu a notícia de que Orlando Leite Ribeiro conseguira comprar armamento na Tchecoslováquia e ia embarcá-lo em Hamburgo, na Alemanha, com destino ao Rio Grande do Sul.

Em Buenos Aires, Siqueira Campos, João Alberto e Miguel Costa tentaram durante um dia inteiro convencer Prestes a retardar para depois da eclosão do movimento o pronunciamento em que atacava a Aliança Liberal como reformista e contra-revolucionária. O único ponto em que Siqueira Campos discordava de Prestes era quando este se declarava taxativamente contra o pagamento da dívida externa. Finalmente, os três conseguiram obter o prazo de um mês para que fosse tentada a revolução no Brasil, depois do qual Prestes voltaria a ser de novo o chefe absoluto dos revolucionários. Após essa reunião, Siqueira Campos recebeu carta de Rosalina Coelho Lisboa indagando se valeriam a pena os esforços dos revolucionários, pois eles não encontravam o mínimo reconhecimento por parte da maioria de seus patrícios. Siqueira Campos respondeu com uma frase que ficou célebre: “À Pátria tudo se deve dar e nada pedir — nem mesmo compreensão”. Em seguida, enviou um

telegrama a seu irmão Raimundo, no Rio, dizendo que estaria presente à sua festa de aniversário, e outro a Maurício Goulart, pedindo “Esperem-me armados Aeropostale”.

O avião em que embarcara Néelson da Costa (João Alberto) e Carlos de Oliveira (Siqueira Campos) decolou à 1:55h da madrugada do dia 10 de maio de 1930 de Buenos Aires. Em São Paulo, armados de metralhadoras e granadas de mão, aguardavam-no Carlos e Jorge Americano Freire, Oscar Pedroso Horta, Mário Barbosa e Rafael Correia de Oliveira. Por volta das três e meia da madrugada, entretanto, o avião caiu nas águas do rio da Prata. Siqueira Campos foi acometido de um ataque cardíaco e morreu afogado. O único sobrevivente dos cinco membros da tripulação foi João Alberto.

Como o governo Washington Luís proibisse aos navios brasileiros trazerem o corpo de Siqueira Campos, este foi trasladado para o cemitério central de Montevideu com grande acompanhamento, tendo à frente Prestes. Em 24 de maio, o corpo deixou Montevideu no navio francês *Kerguelen*, chegando ao Rio, onde uma multidão o esperava no dia 3 de junho. Formou-se um grande cortejo em direção à Igreja Santa Cruz dos Militares, onde o corpo ficou exposto. Embarcado para São Paulo no dia 4, foi levado para a Igreja do Carmo e sepultado dois dias depois no Cemitério da Consolação.

Durante sua vida militar Siqueira Campos passou mais tempo na ilegalidade do que em serviço regular. Após a vitória da Revolução de outubro de 1930, foi promovido *post-mortem* a capitão, em 15 de novembro seguinte — em virtude do decreto de anistia de 11 desse mês —, e a major, em 8 de janeiro de 1931. Seu nome foi dado à rua Barroso, em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Glauco Carneiro escreveu sua biografia, intitulada *O revolucionário Siqueira Campos; a epopéia dos 18 do Forte e da Coluna Prestes na biografia do lendário tentador do impossível, herói do tenentismo* (1966, 2 v.).

Jorge Laclette

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ALMEIDA, A. *Dicionário*; BARROS, A. *Expedicionários*; BEHAR, E. *Vultos*; BLAKE, A. *Diccionario*; BRANCHES, V. *Dicionário*; CARNEIRO, G. *História*; CARNEIRO, G. *Revolucionário*; CARONE, E. *Tenentismo*; COUTINHO, A. *Brasil*; DULLES, J. *Anarquistas; Efemérides paulistas*;

FAUSTO, B. *Revolução*; FERREIRA FILHO, A. *História*; FONTOURA, J. *Memórias*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal*; LEITE, A. *História*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, L. *Coluna*; LOVE, J. *Regionalismo*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Novo dic. de história*; *Personalidades*; *Quem é quem no Brasil*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1930; SOUSA, J. *Índice*; *Súmulas*; TÁVORA, J. *Vida*; VELHO SOBRINHO, J. *Dic.*; *Who's who in Brazil*.

CANABRAVA, Elpídio Martins

* dep. fed. MG 1927-1930.

Elpídio Martins Canabrava nasceu em Cataguases (MG) em uma família de cafeicultores e produtores de cachaça com ramificações também no município de Montes Claros (MG).

Ingressou na política ao ser eleito deputado estadual em 1919. Foi reeleito para as legislaturas seguintes e permaneceu no Legislativo estadual até 1927. Nesse ano foi eleito deputado federal por seu estado natal. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, foi reeleito em 1930 para uma nova legislatura. Em outubro, porém, teve o mandato interrompido pela Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu em Minas Gerais.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: Arquivo histórico. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Genealogia mineira. Disponível em: <<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?>>. Acesso em: 19/7/2010; HORTA, C. *Famílias; Política Brasileira. Elpidio Martins Canabrava*. Disponível em: <http://www.politica-brasileira.ufsc.br/Consulta/Autor_nav.php?autor=93?94>. Acesso em: 19/7/2010

CÂNDIDO, João

*militar; rev. Chibata.

João Cândido Felisberto nasceu em Encruzilhada do Sul (RS) no dia 24 de junho de 1880, filho dos ex escravos João Felisberto Cândido e Inácia Felisberto.

Ainda menor de idade, de acordo com seu depoimento, lutou na Revolução Federalista, em 1893, sob o comando do general Pinheiro Machado. Em seguida apresentou-se na Companhia de Artífices Militares e Menores Aprendizizes, no Arsenal de Guerra de Porto Alegre, com uma recomendação de atenção especial, escrita por um amigo da família, o capitão de fragata Alexandrino de Alencar, futuro ministro da Marinha. Desse modo, numa época em que a maioria dos aprendizes era recrutada pela polícia e em que eram admitidos menores de idade nas forças armadas, alistou-se na Marinha do Brasil em 1894. E em 10 de dezembro de 1895 ingressou como grumete no quartel de Villegagnon, no Rio de Janeiro. Entre a Escola de Aprendizizes no Rio Grande do Sul e a vida nos navios, aprendeu a ler, escrever, contar e a operar diversas técnicas de navegação.

Em 1909, como vinha acontecendo com muitos outros marinheiros desde o ano anterior, foi enviado pelo governo brasileiro à Grã-Bretanha para acompanhar o final da construção de navios de guerra naquele país. Na Inglaterra teria tomado conhecimento da revolta do encouraçado *Potemkin*, promovida em 1905 por marinheiros russos que reivindicavam melhores condições de trabalho.

O uso da chibata como castigo na Marinha brasileira havia sido abolido em 16 de novembro de 1889, pelo Decreto nº 3, um dos primeiros atos legais do regime republicano. Na prática, porém, aquela modalidade de punição continuou a ser aplicada, a critério dos oficiais. Assim, num contingente de 90% de negros e mulatos, centenas de marujos continuavam a sofrer castigos físicos, como no tempo da escravidão. Entre os marinheiros, insatisfeitos com os baixos soldos, com a má alimentação e, principalmente, com os degradantes castigos corporais, crescia o clima de tensão.

Ainda na Gran-Bretanha, e depois, ao retornar ao Brasil, os marinheiros que lá estiveram

para acompanhar a construção dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, iniciaram um movimento conspiratório com vistas a tomar uma atitude mais efetiva no sentido de acabar com a chibata na Marinha de Guerra. Formaram, nesse sentido, o Comitê Geral da Revolução, sob a liderança de João Cândido, que, elogiado pelos oficiais por bom comportamento e por suas habilidades como timoneiro, possuía bom trânsito entre marinheiros e oficiais.

Esgotadas as tentativas pacíficas e propositivas dos marinheiros, incluindo uma audiência de João Cândido no gabinete do presidente Nilo Peçanha (1909-1910), os marinheiros decidiram que iriam fazer um motim pelo fim do uso da chibata em 25 de novembro de 1910. Os acontecimentos se precipitaram quando, na semana da posse do marechal Hermes da Fonseca na presidência da República (15 de novembro de 1910), o marinheiro Marcelino Rodrigues de Meneses foi punido com 250 chibatadas, aplicadas na presença de toda a tripulação do encouraçado *Minas Gerais*, nau capitânia da Marinha de Guerra brasileira. O motim foi então antecipado de 25 para 22 de novembro.

No dia marcado, João Cândido – logo apelidado de *Almirante Negro* pela imprensa – deflagrou a rebelião, tendo sob seu comando quase 2.400 homens. Os rebeldes assumiram o comando do *Minas Gerais*. O comandante João Batista das Neves foi morto durante a luta, e os demais oficiais abandonaram o navio. As tripulações dos navios de guerra *São Paulo*, *Bahia* e *Deodoro* imediatamente aderiram ao levante. Assim, durante quatro dias, os quatro navios de guerra, sob o controle dos rebeldes, apontaram seus canhões para a capital federal. No ultimato enviado ao recém empossado presidente da República, os marinheiros ameaçaram grandes represálias caso a chibata não fosse extinta, e afirmaram: “Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podemos mais suportar a escravidão na Marinha brasileira”.

A revolta terminou com o compromisso do governo federal de abolir o uso da chibata na Marinha e de conceder anistia aos rebelados. Contudo, apesar da aprovação da anistia pelo Senado no dia 25 de novembro, o presidente da República assinou um decreto, no dia 27 daquele mês, abrindo caminho para a expulsão da Marinha dos marinheiros envolvidos na

revolta, o que efetivamente passou a ocorrer. O clima de tensão cresceu novamente no seio da corporação.

Em dezembro de 1910 eclodiu um novo levante, dessa vez na ilha das Cobras. Decretado o estado de sítio, a revolta, que se estendera ao cruzador *Rio Grande do Sul*, foi duramente reprimida. João Cândido, apesar de haver assumido posição contrária a essa nova revolta, foi acusado de favorecimento aos amotinados, foi preso em 13 de dezembro, embora não existissem provas definidas da adesão dos antigos aos novos rebeldes, e foi expulso da Marinha. A maioria dos marinheiros que sobreviveram à repressão governamental foi forçada a embarcar num navio em direção ao Amazonas, para trabalhar na produção da borracha.

João Cândido, juntamente com aqueles poucos que não foram enviados para o Amazonas, foi aprisionado numa prisão subterrânea na ilha das Cobras, lá permanecendo por 18 meses. As condições extremamente insalubres das celas causaram a morte de quase todos os presos, saindo com vida João Avelino Lira e o próprio João Cândido. Após a prisão, foi em seguida internado no Hospital dos Alienados, como louco e indigente. Solto no final de 1912, foi absolvido das acusações. Seu advogado de defesa foi Evaristo de Moraes, contratado pela Ordem de Nossa Senhora do Rosário e dos Homens Pretos, que declinou o recebimento dos honorários que lhe eram devidos.

Afastado da Marinha, João Cândido passou a viver em condições extremamente precárias, trabalhando como estivador e descarregando peixes na praça XV de Novembro, no centro do Rio de Janeiro. Sua vida pessoal foi profundamente abalada pelo suicídio de sua segunda esposa, em 1928. Em 1930 foi novamente detido, acusado de subversão. Em 1933, atendendo a convite de Plínio Salgado, aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento nacionalista de extrema-direita fundado por Salgado, chegando a ser o líder do núcleo integralista da Gamboa, no Rio de Janeiro. Discriminado e perseguido até ao fim da vida, sem nunca conseguir reingressar na Marinha, recolheu-se no município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense.

Em março de 1968, prestou um longo depoimento no Museu de Imagem do Som, no Rio de

Janeiro.

Faleceu de câncer no Rio de Janeiro em 1969, aos 89 anos de idade.

Em 1970, os compositores João Bosco e Aldir Blanc o homenagearam no samba *O mestre-sala dos mares*.

Em 22 de novembro de 2007, por ocasião da comemoração dos 97 anos da Revolta da Chibata, foi inaugurada uma estátua em sua homenagem nos jardins do Museu da República, antigo palácio do Catete, bombardeado durante a rebelião. Dois anos depois, a estátua foi transferida para a praça XV.

Em 24 de julho de 2008, foi anistiado *post-mortem*. A iniciativa, que partiu do Senado, foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 13 de maio dia da Abolição da Escravatura no Brasil.

Foi casado com Marieta Cândido, com quem teve dois filhos, e com Maria Dolores, com quem teve cinco filhos. Após o falecimento da segunda esposa, teve quatro filhos com Ana do Nascimento.

Sergio Lamarão/Inoã Carvalho Urbinati

FONTES: ALMEIDA, S. *Modernização* (v. 23, p. 1-216, 147-170); CÂM. MUN. SÃO JOÃO DE MERITI. Disponível em: <http://camaradesaojoaodemeriti.rj.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=218&Itemid=78>. Acesso em: 20/5/2010); FUND. PERSEU ABRAMO. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/conteudo/morre-zeelandia-candido-de-andrade>>. Acesso em: 20/5/2010); Integralismo no Sul. Disponível em: <http://www.integralismonosul.net/o_integralismo/historia/biografias_integralistas/joaoacandido.html>. Acesso em: 20/5/2010; Portal São Francisco. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/joao-candido/joao-candido.php>>. Acesso em: 20/5/2010; Rede Afrokut. Disponível em: <<http://negrosnegrascristaos.ning.com/group/marinheironegro>>. Acesso em:

20/5/2010; Revista Aventuras na História. Disponível em:
<<http://historia.abril.com.br/guerra/canhoes-chibata-433714.shtml>>. Acesso em:
23/5/2010; Uol Educação. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/revolta-chibata.jhtm>>. Acesso em: 20/5/2010.

CANEDO, Antônio Amaro da Silva

*const. 1891; sen. GO 1891-1895.

Antônio Amaro da Silva Canedo nasceu no município de Bonfim, atualmente Silvânia (GO), no dia 15 de janeiro de 1844, filho de pais mineiros. Sua família não dispunha de muitos recursos financeiros, mas vivia com conforto em um sítio com oito escravos.

Cursou apenas a escola primária e destacou-se como comerciante de secos e molhados e exportador de fumo para o Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso. Em 1868, casou-se com Guilhermina D'Araújo Melo e foi morar na fazenda Vargem Grande, nas proximidades de Suçupara (GO). Tiveram cinco filhos. Em 1875 transferiu-se para seu casarão no arraial de Bela Vista (GO) e assumiu o cargo de subdelegado de polícia daquele distrito. Em 1878 tomou posse como membro do Conselho Municipal de Bonfim.

Filiado ao Partido Conservador, destacou-se como importante líder nas lutas políticas de sua terra e foi eleito deputado provincial em diversas legislaturas. Em março de 1883, em reconhecimento aos serviços prestados ao Império, foi nomeado por dom Pedro II major comandante do 1º Esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional, da comarca de Corumbá. Em 1887, foi promovido a coronel comandante superior da mesma guarda. Em 1888, foi nomeado vice-presidente da província de Goiás.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito em setembro de 1890 senador constituinte por Goiás. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, ao ser instalado o Congresso Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, capital da República, e foi um dos signatários da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Em maio passou a exercer o mandato ordinário. Faleceu no exercício do mandato, no dia 4 de agosto de 1895, vítima do surto de febre amarela que infestou a cidade e levou à morte um número expressivo de brasileiros.

Adrianna Setemy

FONTES: ARTIGA, Z. *História; História em Goiás* (n.6). Canedo, o primeiro senador por Goiás; LISITA JUNIOR, C. *Dicionário*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

CANTÃO, José Ferreira

*dep. geral PA 1878 e 1881-1889; fed. PA 1891-1893 e 1903-1905.

José Ferreira Cantão foi deputado geral pela província do Pará em 1878 e de 1881 a 1889, eleito pelo Partido Conservador.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a convocação de eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito deputado pelo Pará em 15 de setembro de 1890. Empossado em 15 de novembro seguinte, foi um dos signatários da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e a partir de junho passou a exercer o mandato ordinário, até 31 de dezembro de 1893. Obteve novo mandato em 1903 e permaneceu na Câmara dos Deputados de 3 de maio daquele ano a 31 de dezembro de 1905.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

CANTUÁRIA, João Tomás de

* militar; min. Guerra. 1897-1898; min. STM 1898-1908; ch. EME 1899-1902.

João Tomás de Cantuária nasceu na antiga província do Rio Grande do Sul no dia 24 de setembro de 1835.

Assentou praça a 30 de março de 1854, com tempo de serviço de 28 de março a 28 de dezembro de 1853 no 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, em São Gabriel (RS). Chegou a alferes-aluno em 14 de abril de 1855 e foi promovido a segundo-tenente em 2 de dezembro de 1857. Concluiu o curso de artilharia e mais o quarto ano pelo regulamento de 1853, na Escola Militar. Na já então denominada Escola Central, recebeu o grau de bacharel em matemática e ciências físicas e foi promovido a primeiro-tenente em 2 de dezembro de 1860. Em dezembro de 1862, na mesma instituição, obteve o título de engenheiro civil pelo regulamento de 1860.

Participou da Guerra do Uruguai, em 1864. Iniciada a Guerra do Paraguai (1864-1870), participou da expedição organizada para invadir aquele país pelo Mato Grosso. Serviu na comissão de engenheiros e comandou o Corpo Provisório de Artilharia. Pelos serviços prestados durante essa expedição, foi promovido a capitão em 22 de janeiro de 1866, com antiguidade de 18 de fevereiro de 1865, e comissionado no posto de major em 13 de novembro do mesmo ano.

Tomou parte em vários combates, tendo sido artilheiro da Retirada da Laguna, ocorrida em 1867, da qual é considerado um dos heróis. Por sua atuação durante toda a guerra, foi agraciado com o título de cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz, em 24 de janeiro de 1871. Recebeu, ainda, em 11 de abril de 1872, a medalha concedida às Forças Expedicionárias da província de Mato Grosso, e, em 6 de junho do mesmo ano, a medalha da Guerra do Paraguai, pela atuação por dois anos na campanha contra o país vizinho. Além destas, foi condecorado com as medalhas concedidas pela República da Argentina e pela República do Estado Oriental do Uruguai, referentes ao mesmo conflito.

Regressando ao Rio de Janeiro, passou a servir no Arsenal de Guerra da Corte. Em março de 1874 foi transferido da arma de artilharia para o Corpo de Estado-Maior de primeira classe, e em 22 de junho de 1875 foi confirmado no posto de major, por merecimento. Em novembro de 1885 foi nomeado diretor da Fábrica de Pólvora Estrela, localizada em Magé

(RJ), e em 11 de abril de 1887 foi promovido, por merecimento, a tenente-coronel. Em março de 1888, foi designado comandante geral do então Corpo de Polícia da Corte. Em 19 de junho de 1889, recebeu o título de comendador da Ordem de Cristo. No mês seguinte, deixou o Corpo de Polícia para dirigir uma seção da Diretoria Geral de Obras Militares.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, assumiu o comando da antiga Escola Militar da capital federal. No ano seguinte foi promovido a coronel, por serviços relevantes, a 7 de janeiro, e fez parte da comissão encarregada de elaborar um novo regulamento reorganizando o ensino nas escolas do Exército, o que resultou na edição do Decreto n.º 330, em 12 de abril. Em 1º de setembro foi nomeado oficial da Ordem Militar de Aviz. Promovido a general de brigada a 7 de abril de 1892, no dia 30 daquele mês foi nomeado diretor do Arsenal de Guerra da capital, função que desempenharia até 1896.

Durante a presidência de Prudente de Moraes (1894-1898), em 12 de julho de 1895, foi promovido a general de divisão. Ainda naquele governo, no ano de 1896, exerceu o comando do 6º Distrito Militar, que abrangia o estado do Rio Grande do Sul. Nessa função foi incumbido de consolidar a Paz de Pelotas, que fora celebrada em 23 de agosto de 1895, pondo fim à Revolução Federalista (1893-1895). Em seguida, passou a comandar o 3º Distrito Militar, que era formado pelos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. Desempenhou a função entre março e 18 de maio de 1897.

Um dia antes, em uma reunião de gabinete, o presidente Prudente de Moraes mostrara-se insatisfeito com a atuação do então ministro da Guerra, general Francisco de Paula Argolo. Imediatamente Argolo pediu exoneração e foi substituído pelo marechal Carlos Machado Bittencourt. Para assegurar o comando da administração central do Exército, o novo ministro nomeou João Tomás de Cantuária ajudante-general do Exército.

Diante das dificuldades surgidas durante as missões enviadas a Canudos (BA), o ministro Bittencourt afastou-se do cargo e viajou para a Bahia para comandar pessoalmente as tropas do Exército em combate. Devido ao afastamento do titular, entre 2 de agosto e 26 de outubro de 1897 o general Cantuária respondeu interinamente pelo Ministério da Guerra. Em 7 de novembro, assumiu definitivamente a pasta, vaga em decorrência do assassinato do marechal Bittencourt, ocorrido dois dias antes em uma cerimônia de recepção às tropas vitoriosas em Canudos realizada no Arsenal de Guerra da capital federal. Em 9 de novembro, o general Cantuária foi condecorado com o título de cavaleiro da Ordem da

Rosa.

Comandou a pasta da Guerra até 15 de novembro de 1898, quando teve início o governo Campos Sales (1898-1902), e assumiu seu lugar o marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet. Pouco antes de afastar-se, no dia 3 de outubro, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM). No dia 12 de janeiro de 1899, inaugurou o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército (EME), órgão criado pela Lei nº 403, de 24 de outubro de 1896, permanecendo no exercício da função até 9 de dezembro de 1902. Durante o período em que foi chefe do EME desempenhou novamente, em caráter interino, entre 30 de abril e 24 de maio de 1900, o papel de ministro da Guerra, em substituição ao general Mallet, que estava enfermo.

Em 28 de junho de 1900 chegou a marechal e em 24 de maio de 1902 recebeu a medalha de Ouro por 30 anos de serviço efetivo. Reformou-se em 19 de julho de 1905. Possuía, também, o título de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 20 de março de 1908.

Era viúvo e pai de um casal de filhos.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Fontes: ACAD. MIL. DAS AGULHAS NEGRAS. Bicentenário 1811-1911. Disponível em:

<http://bicentenario.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=66&Itemid=101>. Acesso em: 15/6/2011; ACAD. MIL. DAS AGULHAS

NEGRAS. Comandantes da AMAN. Disponível em:

<http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=142&Itemid=155>"<http://www.aman.ensino.eb.br/index.php>> . Acesso em: 30/4/2011; BENTO, C. RS;

BRASIL. *Coleção das leis* (1891); MIN. GUERRA. *Almanak* (1897, 1901); CASTRO, C. *Espírito; Encyclopedia e Dicionario Internacional* (p. 2099); LAGO, L. *Estado-Maior* (p. 36); LEMOS, R. *Benjamin*; LOPES, T.; TORRES, G. *Ministros* (p. 137); MCCANN, F. *Soldados*; MIN. DEFESA. ARSENAL DE GUERRA RJ. Ex-Diretores. Disponível em: <<http://www.agr.eb.mil.br/paginas/exdiretores.php>>. Acesso em: 19 /6/2011; MIN. DEFESA. 6.^a REGIÃO MILITAR. Síntese biográfica do marechal Cantuária.

Disponível

em:

<<http://www.6rm.eb.mil.br/index.php/institucional/patrono>"<http://www.6rm.eb.mil.br/index.php/institucional/patrono>>. Acesso em: 30/4/2011; PORTO ALEGRE, A. *Homens* (p.164-165); SANTOS, M. *Um olhar*; SUP. TRIB. MIL. Ministros do STM (1808-2011). Disponível em: <http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-desde-1808/minSTM1808_2011.pdf>.

CAPANEMA, GUSTAVO

*rev. 1930; interv. MG 1933; min. Educ. 1934-1945; const. 1946; dep. fed. MG 1946-1959; min. TCU 1959-1961; dep. fed. MG 1961-1970; sen. MG 1971-1979.

Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG) no dia 10 de agosto de 1900, filho de Gustavo Xavier da Silva Capanema e de Marcelina Júlia de Freitas Capanema. Seu avô, o engenheiro e físico Guilherme Schuch de Capanema, barão de Capanema (1824-1908), instalou em 1855 a primeira linha telegráfica do Brasil, e em seguida fundou a Repartição Geral dos Telégrafos, a qual dirigiu por mais de 30 anos, ao tempo do Império. Iniciou seus estudos em Pitangui, transferindo-se em seguida para Belo Horizonte, onde cursou os colégios Azeredo, Arnaldo — dirigido por padres alemães — e o Ginásio Mineiro. Ingressou em 1920 na Faculdade de Direito de Minas Gerais e aí se tornou amigo de Abgar Renault, Mário Casassanta, Gabriel Passos e Emílio Moura, que mais tarde alcançariam renome, quer como escritores, quer como políticos. Junto com esses colegas de faculdade, formava o grupo conhecido como “os intelectuais da rua da Bahia”, integrado também por Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos, João Alphonsus e João Pinheiro Filho. Bacharelou-se em direito em dezembro de 1924.

No ano seguinte, retornou a Pitangui, onde lecionou e advogou até 1929. Ao longo desse período, travou contato com a reforma educacional iniciada por Francisco Campos em sua gestão como secretário do Interior do governo mineiro de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Ingressou ao mesmo tempo na política, elegendo-se em 1927 vereador à Câmara Municipal de Pitangui.

DA REVOLUÇÃO DE 1930 ÀS ELEIÇÕES DE 1933

Em 1929, com o rompimento do pacto entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo em torno da sucessão presidencial do ano seguinte, Capanema aderiu à Aliança Liberal, coalizão oposicionista formada pelos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Ainda em 1929, após a indicação de seu primo Olegário Maciel para a sucessão de Antônio Carlos, seu nome passou a ser citado entre os prováveis integrantes do futuro governo mineiro.

Em 1º de março de 1930, Maciel elegeu-se presidente de Minas, ao mesmo tempo em que Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal, era derrotado pelo situacionista Júlio Prestes nas eleições para a presidência da República.

Algumas semanas depois, o gaúcho Osvaldo Aranha e o mineiro Virgílio de Melo Franco, jovens dirigentes da Aliança Liberal, reativaram seus contatos com líderes tenentistas e aceleraram a conspiração para depor Washington Luís. Em Minas, a rebelião foi articulada por Virgílio de Melo Franco e os chefes políticos de maior expressão oligárquica, como Antônio Carlos e Artur Bernardes. Entretanto, tanto um como o outro mantiveram-se de início indecisos, retardando a marcha do movimento. Em junho, Antônio Carlos forçou o adiamento da revolução, não apenas por temer a derrota, como declarou a Osvaldo Aranha, mas também porque não desejava assumir os riscos de uma confrontação armada a apenas três meses do término de seu mandato de presidente estadual. Em fins de julho, porém, impressionado com a repercussão nacional da morte de João Pessoa, candidato derrotado da

Aliança Liberal à vice-presidência da República, Antônio Carlos passou a apoiar decididamente a rebelião.

Em 7 de setembro, já na fase final dos preparativos revolucionários, Olegário Maciel assumiu o governo mineiro, empossando Gustavo Capanema no cargo de oficial de gabinete. No dia 3 de outubro, os estados do Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba levantaram-se em armas, conquistando rapidamente os estados vizinhos.

Tão logo se configurou a vitória do movimento, vieram à tona os antagonismos entre o espírito renovador dos jovens oficiais revolucionários, os “tenentes”, e o conservadorismo das facções oligárquicas a eles aliadas. Osvaldo Aranha voltou-se contra Olegário Maciel, defendendo ardorosamente a nomeação de Virgílio de Melo Franco para o cargo de interventor federal em Minas Gerais, enquanto a maior parte dos “tenentes” concentrava seus ataques em Artur Bernardes, que, enquanto da República (1922-1926), notabilizara-se pela perseguição aos participantes dos movimentos tenentistas do início da década de 1920. Olegário Maciel conseguiu resistir às pressões, tornando-se o único governante eleito antes da revolução a permanecer no cargo após a ascensão de Vargas ao poder (3/11/1930). A ofensiva contra Bernardes, porém, produziu de imediato seus primeiros resultados. No dia 26 de novembro, três secretários do governo mineiro pertencentes à sua facção foram demitidos: Cristiano Machado (Interior e Justiça), Alaor Prata (Finanças) e José Carneiro de Resende (Agricultura). Para seus lugares, Olegário Maciel nomeou respectivamente Gustavo Capanema, Amaro Lanari e Cincinato Gomes de Noronha Guarani.

Em dezembro de 1930, Capanema travou os primeiros entendimentos com Francisco Campos a fim de destruir as bases de sustentação de Artur Bernardes em Minas Gerais, organizadas principalmente no interior do Partido Republicano Mineiro (PRM). Ministro da Educação e Saúde, pasta criada pelo governo provisório chefiado por Vargas, Campos exerceu uma influência decisiva nos rumos políticos de Minas após a Revolução de 1930, tendo sido, segundo Simon Schwartzman, o “mentor político e intelectual de Capanema nesse período”.

Em fevereiro de 1931, Capanema lançou, juntamente com Campos e Amaro Lanari, o manifesto de fundação, em Minas, da Legião de Outubro, organização que vinha sendo criada em vários estados com o beneplácito do governo provisório. Constituída como um corpo paramilitar, a Legião Liberal Mineira, tal como ficou conhecida no estado, adotou não apenas princípios de caráter fascista em seu programa, como também o uniforme de camisas pardas que envergavam os nazistas, na época em ascensão na Alemanha.

Na qualidade de secretário do Interior, Capanema valeu-se dos recursos de poder que seu cargo lhe conferia e dos instrumentos típicos de pressão da política tradicional para implantar a Legião de Outubro em Minas Gerais. No intuito de desmobilizar a máquina política de Bernardes — alvo principal da Legião — Capanema chegou a aliar-se a elementos dissidentes do PRM que haviam apoiado em 1930 a Concentração Conservadora e a candidatura oficial de Júlio Prestes. O PRM reagiu à ofensiva, buscando apoio junto ao governo provisório e convocando seus correligionários para uma convenção regional do partido em 15 de agosto, em Belo Horizonte. Três dias mais tarde, o conflito entre o PRM e a Legião de Outubro chegou ao ponto culminante com a tentativa de deposição do presidente Olegário Maciel, articulada a partir do Rio de Janeiro por Osvaldo Aranha, com

o apoio velado de Getúlio Vargas.

Capanema comandou a reação ao golpe. Após tomar conhecimento de que o coronel Júlio Pacheco de Assis, comandante do 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte, tencionava assumir o governo do estado, guarneceu o palácio da Liberdade, sede do governo, com tropas da Força Pública mineira. Ao mesmo tempo, alertou Francisco Campos, no Rio de Janeiro, para o movimento. Algumas horas mais tarde, o coronel Pacheco de Assis desmobilizou suas tropas em cumprimento de ordens enviadas pelo ministro da Guerra, o general José Fernandes Leite de Castro.

Aos acontecimentos de agosto, seguiu-se um período de trégua e negociações entre o governo mineiro e a facção bernardista. Com vistas à pacificação do estado, Vargas procurou recuperar a confiança de Olegário Maciel, a fim de evitar uma possível aliança entre Minas Gerais e São Paulo, principal foco de oposição no novo regime.

Nos meses seguintes, Capanema atuou como principal intermediário entre Vargas e Maciel, reaproximando Minas do governo provisório. Desempenhou ainda importante papel nas negociações que deram origem ao chamado “Acordo Mineiro”, em fevereiro de 1932. O acordo, assinado por Capanema (pelo governo de Minas), Venceslau Brás (pelo conselho supremo da Legião de Outubro) e Virgílio de Melo Franco (pela comissão executiva do PRM), deu origem ao Partido Social Nacionalista, efêmera tentativa de fusão da Legião Mineira com o PRM. O acordo deu ainda a Bernardes o direito de indicar o nome dos novos secretários estaduais da Agricultura e de Finanças.

O apoio de Minas a Getúlio Vargas foi posto à prova em julho de 1932, quando eclodiu a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Informado pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Capanema tomou conhecimento da deflagração do levante e imediatamente enviou um destacamento policial para ocupar o túnel ferroviário situado perto da cidade de Passa Quatro, junto à divisa de Minas Gerais com São Paulo. Com essa medida, as tropas paulistas foram impedidas de prosseguir o avanço em direção a Minas Gerais. Em fins de julho, Capanema interceptou e decifrou um aviso secreto de João Neves da Fontoura, solicitando a Filipe de Oliveira que concitasse Minas e Rio Grande do Sul à união com São Paulo.

No entanto, em princípio de agosto, após o fracasso das articulações de Artur Bernardes em favor dos revoltosos, os paulistas propuseram a Olegário Maciel negociações em separado sobre o conflito. Capanema foi encarregado por Maciel de reunir-se com um emissário paulista, Fernando Costa, em Três Corações (MG). A proposta paulista previa a derrubada de Getúlio Vargas e a instituição de um governo federal chefiado por Olegário Maciel. Em resposta, Capanema reafirmou o compromisso de Maciel com Vargas e a convicção de que seria cumprida a promessa de constitucionalização do país feita pelo chefe do governo provisório. São Paulo continuou a luta, praticamente isolado, capitulando finalmente no início de outubro de 1932.

AS ELEIÇÕES E A SUCESSÃO MINEIRA (1933)

Com o término da guerra civil paulista, Capanema e Maciel trataram de organizar um novo partido situacionista em Minas, em associação com os líderes políticos que até então vinham apoiando o governo do estado e Getúlio Vargas. Em janeiro de 1933,

fundaram o Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, juntamente com Antônio Carlos, Venceslau Brás, José Monteiro Ribeiro Junqueira e Virgílio de Melo Franco. O PRM tornou-se definitivamente um partido de oposição, composto basicamente pelos correligionários de Bernardes, exilado do país juntamente com Mário Brant e Djalma Pinheiro Chagas, em decorrência de seu apoio à Revolução Constitucionalista.

Francisco Campos e Amaro Lanari, fundadores da extinta Legião Liberal Mineira juntamente com Capanema, seguiram caminhos políticos diferentes. Lanari ingressou na Ação Integralista Brasileira, onde mais tarde veio a tornar-se um quadro destacado. Francisco Campos, por sua vez, marginalizado do jogo político desde sua saída do Ministério da Justiça em 1932, rompeu com Capanema em 1933, às vésperas das eleições para a Constituinte, acusando-o de haver prejudicado sua candidatura em Pitangui, base política de ambos. Em 1937, Campos ressurgiria no cenário político nacional como autor da Constituição do Estado Novo.

Nas eleições de maio de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte, as primeiras realizadas no país desde 1930, o PP elegeu 31 representantes, contra seis do PRM. Detentora da maior bancada estadual da Constituinte, Minas emergiu no primeiro plano da política nacional no segundo semestre de 1933. No início de agosto, Juarez Távora, Juraci Magalhães, Carlos de Lima Cavalcanti e Pedro Ernesto Batista viajaram a Belo Horizonte a fim de expressar apoio à candidatura de Antônio Carlos à presidência da Assembleia. Teve início então uma disputa entre Antônio Carlos, candidato de Vargas, e Virgílio de Melo Franco, apoiado por Osvaldo Aranha e uma ala minoritária do PP.

Em 10 de agosto, na qualidade de membro da comissão executiva do PP, Capanema participou da reunião que fixou as diretrizes gerais da bancada do partido na Constituinte que se reuniria a partir de 15 de novembro. Na ocasião, propôs a escolha dos prefeitos municipais por nomeação, como garantia de “honestidade administrativa”, o que foi rejeitado por ampla maioria. O encontro aprovou a instauração do regime representativo com duas câmaras eleitas pelo sufrágio universal, a manutenção do regime federativo e a eleição do presidente da República pelo voto popular. Nessas teses, revelava-se o espírito fortemente regionalista do PP, colidindo em alguns casos com as propostas centralizadoras da Comissão do Itamarati, encarregada por Vargas de elaborar um anteprojeto de Constituição.

Olegário Maciel faleceu no dia 5 de setembro de 1933. Com sua morte, Capanema assumiu interinamente o cargo de interventor federal em Minas, postulando de imediato sua efetivação. Logo em seguida, Virgílio de Melo Franco lançou-se também na disputa sucessória, retirando sua candidatura à presidência da Constituinte.

A sucessão mineira não mobilizou apenas as forças políticas do estado, mas também líderes de reconhecida projeção nacional, representantes de diferentes facções do governo provisório. O interventor gaúcho José Antônio Flores da Cunha empenhou-se a fundo na nomeação de Capanema, enquanto Virgílio contava com o apoio ostensivo do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, e de seu pai, o ministro das Relações Exteriores Afrânio de Melo Franco. Vargas adotou de início uma atitude de aparente neutralidade ante os dois candidatos, condicionando tacitamente a solução do problema sucessório à prévia realização da eleição para a presidência da Constituinte. Desse modo, assegurou o apoio

integral da bancada mineira à escolha de Antônio Carlos, que foi eleito no dia 12 de novembro, e recebeu do líder progressista a confirmação de sua autoridade na escolha do novo interventor e o apoio à sua eleição para a presidência constitucional do país.

Em 4 de dezembro, após se avistarem com Vargas no Rio de Janeiro, Capanema e Virgílio resolveram finalmente encerrar a disputa, comprometendo-se a aceitar a decisão presidencial desde que a escolha recaísse sobre um deles. No dia 12, após entendimentos mantidos com Antônio Carlos, Vargas deu uma solução inteiramente inesperada ao caso, nomeando interventor Benedito Valadares, deputado mineiro à Constituinte de expressão política muito inferior à dos principais postulantes ao governo estadual. Com essa nomeação, porém, Vargas não só garantiu a presença à frente do governo de Minas de um chefe sem muitas vinculações e influência entre as forças regionais, reservando-se assim a possibilidade de controlar a maior bancada estadual da Constituinte, como também conseguiu neutralizar a força de dois políticos de grande prestígio nacional: Flores da Cunha e Osvaldo Aranha.

Inconformados com a escolha de Valadares, Aranha e Afrânio de Melo Franco demitiram-se do ministério, abrindo uma grave crise no interior do governo provisório. Enquanto isso, Capanema transmitiu o cargo a Benedito Valadares no dia 15 de dezembro, sem atender aos apelos em favor da resistência feitos por Virgílio de Melo Franco. Em seguida, retornou a Pitangui com a perspectiva de sua futura nomeação para o Ministério da Educação e Saúde, compromisso que Vargas firmou em carta do dia 20 de dezembro de 1933. Finalmente, em janeiro de 1934, Osvaldo Aranha reconsiderou sua decisão e retornou ao ministério, pondo fim à crise provocada no governo pela nomeação de Benedito Valadares.

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Em 26 de julho de 1934, dez dias após a eleição de Vargas para a presidência da República pela Constituinte, Capanema foi efetivamente nomeado para a pasta da Educação e Saúde Pública.

Uma vez no cargo, deu andamento à reorganização do ministério iniciada por seu antecessor, Washington Pires, com vistas ao aparelhamento do órgão para as responsabilidades decorrentes de sua criação em 1930. Em 1935, sua gestão caracterizou-se principalmente pela retomada das campanhas sanitárias, interrompidas entre 1930 e 1934, e pelo início dos estudos visando à criação da Universidade do Brasil e à construção do edifício-sede do ministério no Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, Capanema não permaneceu alheio ao grande debate travado em 1935 nos meios culturais e políticos do país, sobre o sentido e a orientação do sistema educacional brasileiro. De um lado, os educadores do chamado movimento escolanovista, como Anísio Teixeira, Manuel Bergström, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, defendiam uma educação igualitária sob a responsabilidade do Estado. Do outro, situava-se o movimento católico, liderado por Alceu Amoroso Lima, propugnando o ensino religioso e livre da tutela do Estado. “Entre os extremos”, diz Simon Schwartzman, “Capanema jamais se decide de maneira totalmente explícita, mas o peso da influência de Alceu é, sem dúvida, o predominante.” Desse modo, Capanema opôs-se à criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), concebida por Anísio Teixeira durante a gestão de Pedro Ernesto

na prefeitura da capital da República. Segundo o historiador Américo Jacobina Lacombe, a universidade só foi criada porque Pedro Ernesto recebeu autorização direta de Getúlio Vargas para assinar o decreto que a instituiu em abril de 1935.

Em julho, Capanema formou uma comissão encarregada de estudar a ampliação da Universidade do Rio de Janeiro, que passaria a denominar-se em 1937 Universidade do Brasil. A comissão foi composta de 12 membros, incluindo professores e intelectuais de diferentes tendências ideológicas, como Inácio Azevedo Amaral, um dos principais defensores do Estado autoritário, e elementos do movimento escolanovista, como Edgar Roquete Pinto e Lourenço Filho. Em outubro, Capanema encaminhou ao Congresso o Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, que só veio a ser aprovado em 13 de janeiro de 1937.

No dia 7 de dezembro de 1935, após o fracassado levante comunista de novembro, Capanema participou de reunião ministerial que examinou a situação política do país e as medidas repressivas a serem tomadas pelo governo. Segundo Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Capanema “fez a crítica da educação no Brasil... e reclamou contra a influência da Universidade do Distrito Federal, de orientação comunista”. Em decorrência do clima de anticomunismo reinante no país, o reitor Afrânio Peixoto e vários professores da UDF demitiram-se em dezembro de 1935. A universidade continuou funcionando até ser extinta e incorporada à Universidade do Brasil, em 1939.

Durante o ano de 1936, prosseguiram os trabalhos da comissão encarregada de estudar a organização da Universidade do Brasil. Aprovada a proposta de construção de uma cidade universitária no Rio de Janeiro, reunindo o conjunto dos institutos e faculdades da futura universidade, a comissão escolheu os terrenos da Quinta da Boa Vista para sua localização. Mais tarde, porém, optou-se por sua construção na ilha do Fundão.

Nas letras e nas artes plásticas, Capanema procurou colocar-se acima das disputas políticas e ideológicas que agitavam o país. Assessorado por seu chefe de gabinete, o poeta Carlos Drummond de Andrade, cercou-se de uma equipe diversificada, integrada, entre outros, por Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Vila-Lobos, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade.

O projeto de construção do edifício-sede, do ministério foi o maior exemplo de sua abertura em relação à arte moderna. Empenhado em transformar o prédio na “catedral da moderna arquitetura mundial”, como definiu o poeta e calculista Joaquim Cardoso, Capanema não hesitou em anular o concurso que aprovara o projeto de autoria do arquiteto Arquimedes Memória e passar a incumbência da construção a uma equipe chefiada por Lúcio Costa e integrada por Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Afonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira e Ernâni Vasconcelos. A pedido do grupo, Le Corbusier veio de Paris a fim de examinar o projeto. A obra contou ainda com a participação de Portinari, encarregado dos afrescos e do painel de azulejos, dos escultores Adriana Janacopoulos, Celso Antônio, Bruno Giorgi e Jacques Lipschitz, e do paisagista Roberto Burle Marx. Iniciada em 1937, ficou praticamente pronta em 1944, mas só foi inaugurada em 1945, após a queda do Estado Novo, quando Capanema não se encontrava mais à frente do ministério.

A aprovação do plano de reorganização do ministério, pela lei de 17 de janeiro de 1937,

permitiu a criação de novos organismos, contribuindo decisivamente para a dinamização de seus serviços. Pela mesma lei, o ministério teve sua designação alterada, passando a chamar-se oficialmente Ministério da Educação e Saúde. Logo em seguida, o Departamento Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social, principal órgão executivo do ministério na área de saúde, assumiu plenamente a coordenação dos departamentos estaduais de saúde, num importante movimento no sentido da centralização.

“É a partir desse momento”, afirma Sérgio Góis de Paula, “que se pode identificar um relativo avanço da atenção à saúde para o interior do país, com a criação em 1937 do Serviço Nacional de Febre Amarela — o primeiro serviço de saúde pública de dimensão nacional — e, em 1939, do Serviço de Malária do Nordeste, ambos em convênio com a Fundação Rockefeller.”

Vários hospitais, colônias e asilos foram construídos para o tratamento de outras endemias, como a tuberculose e a lepra, e as doenças mentais. Em 1941, o Departamento Nacional de Saúde assumiu o controle da formação de técnicos em saúde pública, centralizando e integrando alguns cursos já existentes, inclusive no Instituto Osvaldo Cruz. Ainda em 1941, em consequência de sua reestruturação, o Departamento Nacional de Saúde passou a ser integrado pelos serviços nacionais de Tuberculose, de Peste, de Malária, de Lepra, de Câncer e de Doenças Mentais, incorporando outros criados anteriormente, como o Serviço Nacional de Febre Amarela (1937), o Departamento Nacional da Criança (1940) e o Serviço Nacional de Educação Sanitária (1941).

Em 5 de julho de 1937, a Universidade do Brasil foi instituída com 15 escolas ou faculdades que receberam a denominação de nacionais e 16 institutos, alguns dos quais já existentes, além do Museu Nacional.

Após o golpe de 10 de novembro de 1937 que instituiu o Estado Novo e a Constituição de 1937, da qual Capanema foi um dos signatários, a ação do Ministério da Educação e Saúde foi marcada pelo caráter fortemente centralizador e autoritário do novo regime. Segundo Anísio Teixeira, “o ministério transformou-se durante o período estado-novista no organismo central de controle e fiscalização da educação, em tudo equivalente a um cartório nacional”. Conforme palavras do próprio Capanema em dezembro de 1937, a educação deveria constituir-se num dos “instrumentos do Estado e reger-se pelo sistema de diretrizes morais, políticas e econômicas que formaram a base ideológica da Nação e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado”. Valores e atitudes como “o amor à Pátria, o sereno otimismo quanto ao poder e o destino de nossa raça” tornaram-se recorrentes no discurso pedagógico dos ideólogos do Estado Novo e dos compêndios escolares, submetidos a partir de dezembro de 1938 ao prévio exame da Comissão Nacional do Livro Didático. Dentro da atmosfera de nacionalismo que presidiu a concepção do novo regime, foram nacionalizadas mais de duas mil escolas nos núcleos de colonização alemã, particularmente no Sul do país e sobretudo depois de 1942, quando o Brasil rompeu relações e declarou guerra à Alemanha.

No campo da cultura, a gestão de Capanema assinalou a criação de dois órgãos de destacada atuação ao longo do Estado Novo: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Livro, fundados em novembro e dezembro de 1937, respectivamente. O primeiro foi responsável pelo tombamento e preservação de centenas de

monumentos artísticos e históricos e pela criação do Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG), do Museu das Missões, em São Miguel (RS), e do Museu do Ouro, em Sabará (MG). O Instituto Nacional do Livro foi responsável pela criação de mais de uma centena de bibliotecas públicas no interior do país.

Em 30 de julho de 1938, Capanema fundou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), nomeando para sua direção o professor Lourenço Filho. Em 4 de abril de 1939, inaugurou a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que viria a ter profunda influência no ensino médio e superior. Com efeito, tornou-se o modelo de todas as faculdades que surgiram em seguida com o objetivo de preparar candidatos ao magistério secundário. Até então, os professores do ensino médio e superior eram recrutados entre os profissionais que fracassavam ou desistiam de suas profissões, através de um registro concedido, quase sempre graciosamente, pelo ministério. Com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia a carreira docente adquiriu o *status* de uma profissão de nível superior. Ainda em 1939, foram fundadas a Faculdade Nacional de Arquitetura e a Faculdade de Ciências Econômicas. Em 1941, completando o quadro das instituições componentes da Universidade do Brasil, Capanema inaugurou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, visando principalmente à formação de pessoal técnico em educação física, prática obrigatória nas escolas pela Constituição do Estado Novo.

A partir de 1942, começaram a ser promulgadas, por iniciativa de Capanema, as leis orgânicas do ensino, reformando vários ramos do ensino médio. Em relação ao ensino técnico-profissional, foram instituídas a Lei Orgânica do Ensino Industrial, em 30 de janeiro de 1942, e a Lei Orgânica do Ensino Comercial, em 28 de dezembro de 1943. Entretanto, como o governo não possuía a infraestrutura necessária à implantação em larga escala do ensino profissional, recorreu-se à criação de um sistema de ensino paralelo, em convênio com as indústrias, através de seu órgão máximo de representação, a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 22 de janeiro de 1942, criou-se o então Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), organizado e dirigido pela CNI e mantido pela contribuição dos estabelecimentos industriais a ela filiados. Como escola-padrão do ensino industrial, foi inaugurada em maio de 1942 a Escola Técnica Nacional, no Rio de Janeiro, dirigida inicialmente por uma equipe de professores suíços.

Em 9 de abril de 1942, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, instituindo um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginásial, e um segundo ciclo de três anos, que podia ser o curso clássico ou o científico. Assim, este último ciclo, que na reforma Francisco Campos apresentava três opções, passou a ter apenas duas. Os novos currículos estabelecidos pela lei demonstravam, segundo Otaíza Romanelli, uma “preocupação excessivamente enciclopédica e a predominância das matérias de cultura geral e humanística”. Por influência da Segunda Guerra Mundial, a lei instituiu a educação militar para os alunos do sexo masculino, com diretrizes pedagógicas fixadas pelo Ministério da Guerra. Reafirmou a educação religiosa facultativa, a educação moral e cívica como matéria obrigatória e a limitação às escolas mistas, recomendando que a educação secundária da mulher se fizesse em estabelecimento de frequência exclusivamente feminina. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, também conhecida como Reforma

Capanema, permaneceu em vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

Diretamente vinculados ao ministério, foram criadas a Juventude Brasileira, em março de 1940, destinada a reunir a infância e a adolescência em uma “organização nacional de caráter cívico”, e a União Nacional dos Estudantes (UNE), em fevereiro de 1942, como entidade coordenadora e representativa dos estudantes universitários.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados não poderia deixar de repercutir no quadro político nacional. A declaração de guerra aos países do Eixo, em agosto de 1942, o envio de uma força expedicionária aos campos de batalha na Itália, em julho de 1944, e a aproximação do final da guerra, com a derrota das potências do Eixo, criaram uma atmosfera política favorável à mudança do regime político. Em princípios de 1945, o movimento pela redemocratização do país já se constituía numa importante frente, incluindo liberais, comunistas e amplos setores da oficialidade das forças armadas.

Em 28 de fevereiro, Vargas emitiu um ato adicional à Constituição de 1937, comprometendo-se a realizar as eleições presidenciais. Logo em seguida, tratou de organizar um partido de sustentação do governo — o Partido Social Democrático (PSD) — articulado fundamentalmente pelos interventores estaduais e os responsáveis mais diretos pela administração do Estado Novo. Em 8 de abril, por ocasião da convenção de lançamento do PSD em Minas Gerais, Capanema foi eleito membro da comissão executiva estadual do partido. Em poucos meses o PSD se organizou em todo o país e a 17 de julho realizou sua convenção nacional, lançando oficialmente a candidatura do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, às eleições presidenciais de 2 de dezembro de 1945. Em contraposição, os constitucionalistas liberais reunidos em torno da União Democrática Nacional (UDN) apresentaram o nome do brigadeiro Eduardo Gomes à sucessão presidencial.

Em agosto, um grupo de seguidores de Vargas que estava organizando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) passou a defender o adiamento das eleições presidenciais e a permanência de Vargas no poder. O movimento contou com o apoio surpreendente do Partido Comunista e tornou-se conhecido como “queremismo”, devido ao seu refrão “Queremos Getúlio”. A partir desse momento, as posições de Vargas e da UDN tornaram-se cada vez mais conflituosas. A crise culminou em 29 de outubro com a deposição de Vargas pelas forças armadas, num golpe desfechado pelo ministro da Guerra, Góis Monteiro, com o apoio do general Dutra. Em consequência da queda de Vargas, Capanema deixou o Ministério da Educação e Saúde, sendo substituído por Raul Leitão da Cunha, nomeado pelo novo presidente da República, José Linhares.

DEPUTADO FEDERAL E SENADOR

Em 2 de dezembro de 1945, Capanema elegeu-se deputado por Minas Gerais à Assembleia Constituinte na legenda do PSD, ao mesmo tempo em que Dutra era eleito presidente da República pela coligação PSD-PTB. Instalada a Constituinte em fevereiro de 1946, foi designado membro da Comissão Constitucional, encarregada de redigir o anteprojeto da nova Carta. Participou assim dos trabalhos da terceira subcomissão, que elaborou o capítulo referente ao Poder Legislativo.

Nos debates da Assembleia, Capanema foi um dos mais ardorosos defensores do artigo que versava sobre a representação proporcional dos estados na Câmara dos Deputados. O artigo fixava um coeficiente de 150 mil habitantes por deputado até o limite de 20 deputados, e de 230 mil habitantes para os deputados seguintes, prejudicando dessa forma a representação dos estados mais populosos do país. Esse dispositivo suscitou duras críticas, mas foi aprovado, transformando-se no artigo 58 da Constituição de 1946, “um dos mais importantes instrumentos de estruturação política do novo regime”, na opinião da socióloga Maria do Carmo Campelo de Sousa.

A Constituição foi promulgada em 18 de setembro de 1946 e a Assembleia transformou-se em Congresso ordinário. Dessa forma, os constituintes tiveram seus mandatos estendidos para a legislatura de 1946 a 1951. Nas eleições para o governo de Minas, realizadas em janeiro de 1947, Capanema apoiou a candidatura udenista vitoriosa de Mílton Campos, juntamente com outros deputados pessedistas que divergiram da indicação de José Francisco Bias Fortes pelo PSD. De 1947 a 1950, foi membro da Comissão de Justiça da Câmara, participando ainda da comissão encarregada de elaborar as leis complementares à Constituição. Em janeiro de 1948, acompanhou a maioria da Câmara ao votar favoravelmente à cassação dos mandatos dos parlamentares do Partido Comunista do Brasil, depois Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujo registro havia sido cancelado, em maio de 1947, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em julho seguinte, propôs que a distribuição das cadeiras vacantes fosse feita pelas legendas majoritárias, tal como se dava, então, com as cadeiras em sobra na apuração dos pleitos. Sua tese foi aprovada no Congresso, mas declarada inconstitucional pelo TSE. As vagas comunistas permaneceram em aberto até a renovação do Congresso, das assembleias estaduais e das câmaras de vereadores, em outubro de 1950.

Em agosto de 1948, foi designado presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os contratos da Light e o governo federal para construção de um desvio do rio Paraíba, na altura de Barra do Piraí (RJ), com o objetivo de ampliar a usina de Fontes, no ribeirão das Lajes. Um mês antes, o Congresso havia aprovado o aval do governo brasileiro ao empréstimo de 90 milhões de dólares do Banco Mundial à Light para realização da obra, apesar das denúncias apresentadas pelo general Juarez Távora. A comissão encerrou seus trabalhos em setembro de 1949, chegando à conclusão de que a Light havia praticado uma série de atos ilícitos como os do suborno para atingir seus objetivos.

Em 1949, seu nome chegou a ser cogitado para a sucessão do presidente Dutra, como candidato do PSD. Àquela altura, o partido encontrava-se dividido em duas correntes, e Capanema estava mais próximo do grupo majoritário, que seguia a orientação do presidente Dutra. A segunda corrente, integrada pelos seguidores de Vargas, lançou a candidatura de Nereu Ramos, vetada pelo general Dutra. Desse impasse surgiu a candidatura de Cristiano Machado e sua fracassada campanha, apoiada apenas pelos elementos “dutristas”, entre os quais Capanema.

Em outubro de 1950, Capanema reelegeu-se deputado federal pelo PSD, ao mesmo tempo em que Vargas, candidato do PTB e do Partido Social Progressista (PSP), derrotava por ampla diferença Cristiano Machado e o candidato da UDN, Eduardo Gomes, nas eleições para a presidência da República. Empossado em janeiro de 1951, Vargas tratou

inicialmente de fortalecer sua base de apoio no Congresso, fazendo inclusive gestos conciliatórios em direção à UDN. Dentro dessa estratégia, indicou Capanema para líder da maioria, devido à sua reconhecida habilidade política e ao seu bom relacionamento com figuras destacadas da UDN, como Afonso Arinos de Melo Franco, líder da minoria. Segundo Afonso Arinos, um dos meios escolhidos por Vargas para aproximar a UDN do governo foi o projeto de reforma administrativa, para cujo preparo foi constituída uma grande comissão interpartidária da qual foi relator juntamente com Capanema.

Como líder da maioria, Capanema teve uma atuação relevante no encaminhamento dos debates sobre o projeto da Petrobras e o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. O projeto da Petrobras foi enviado por Vargas ao Congresso em 8 de dezembro de 1951, suscitando de imediato reações críticas dos partidários do monopólio estatal do petróleo. As resistências não partiram apenas da oposição, representada pela UDN, mas da própria bancada do governo. Após ser examinado pelas comissões da Câmara, o projeto foi enviado ao plenário no princípio de maio de 1952. No dia 12 desse mês, Capanema solicitou regime de urgência para a discussão e votação do projeto. O pedido foi aceito, apesar da grande oposição dos deputados da UDN, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e de outras agremiações menores. Entretanto, a aceleração dos debates veio apenas demonstrar as diminutas possibilidades de aprovação do projeto governamental.

Fora do Congresso, as forças nacionalistas também levavam vantagem sobre os defensores da livre iniciativa e da colaboração com os capitais estrangeiros. Entidades como a UNE e o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional conseguiam mobilizar o apoio da opinião pública em favor do monopólio estatal através de uma intensa campanha em todo o país. Em vista disso, o governo decidiu incorporar as modificações propostas pelos deputados nacionalistas. O primeiro passo foi o compromisso assumido por Capanema, em nome da maioria da Câmara, de apoiar a emenda Lúcio Bittencourt, vedando a participação de acionistas estrangeiros na Petrobras.

Em 2 de setembro de 1952, o projeto da Petrobras foi aprovado em primeira discussão na Câmara, com mais de 150 emendas, entre as quais a de Lúcio Bittencourt. Na ocasião, Capanema refutou as declarações do deputado Raimundo Padilha a propósito da influência exercida pelo Partido Comunista nos debates sobre a Petrobras. “De forma alguma”, declarou, “podemos admitir que o fato de o Partido Comunista adotar uma idéia possa ser considerado um aviltamento dessa idéia. Devemos regozijar-nos pelo fato de que uma grande idéia do país seja também aceita pelo Partido Comunista.” Um ano mais tarde, o projeto foi novamente submetido ao plenário da Câmara para discussão única das emendas do Senado. Em 3 de outubro de 1953, Vargas sancionou sem vetos o projeto da Petrobras, instituindo o monopólio estatal da pesquisa, lavra, refino e transporte do petróleo e derivados.

O Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, assinado em 15 de março de 1952 pelo chanceler João Neves da Fontoura e o embaixador norte-americano Herschell Johnson, também provocou viva controvérsia no Congresso. A ala esquerda do PTB e deputados da UDN como Bilac Pinto concentraram suas críticas nos dispositivos pelos quais o Brasil se comprometia a exportar materiais estratégicos para os EUA e enviar tropas ao exterior em caso de ameaça à segurança continental. Segundo os adversários do acordo, este último

ponto não deixava margem de dúvida quanto ao interesse do governo norte-americano em requisitar tropas brasileiras para a Guerra da Coreia. Em seus contatos com Capanema, o chanceler João Neves da Fontoura buscou esclarecê-lo sobre todas as dimensões do acordo, solicitando que apressasse sua votação, sem emendas ou interpretações. O acordo foi afinal ratificado pelo Congresso, em março de 1953, sem grandes alterações.

Em junho de 1953, Capanema foi incumbido por Vargas de propor ao Congresso a formação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar as transações do Banco do Brasil com o jornal *Última Hora*. Fundado em 1951 por Samuel Wainer, graças a um empréstimo do Banco do Brasil, *Última Hora* era o único jornal importante do país que tinha uma orientação francamente favorável a Vargas e, por isso mesmo, vinha sendo apontado pela oposição como exemplo de malversação do dinheiro público em favor dos partidários do governo. No primeiro semestre de 1953, o jornalista Carlos Lacerda havia conseguido transformar o assunto num verdadeiro desafio a Vargas.

Durante o desenrolar do inquérito, Capanema fez o possível para atenuar as acusações contra Wainer, embora não concordasse plenamente com suas transações financeiras. A CPI encerrou seus trabalhos em novembro de 1953, concluindo que os financiamentos haviam sido concedidos “à margem das condições normais”. Em janeiro de 1954, a *Última Hora* foi obrigada a executar, de imediato, suas dívidas com o Banco do Brasil, conseguindo sobreviver graças a empréstimos obtidos por Wainer junto ao conde Francisco Matarazzo, Ricardo Jafet e Ernesto Simões Filho.

Em julho, Vargas decidiu reorientar os rumos de seu governo, efetuando uma reforma quase completa do ministério. A nova estratégia do governo caracterizou-se, no plano econômico, pela ênfase no combate à inflação, consubstanciada no programa elaborado pelo novo ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, e, no plano político, pela aproximação com a classe trabalhadora, levada a cabo pelo novo ministro do Trabalho, João Goulart. Em 31 de agosto, Vargas encaminhou ao Congresso o projeto de reforma administrativa. Nos meses seguintes, a UDN intensificou o assédio ao governo, visando em particular o ministro João Goulart. A ofensiva da UDN agravou sensivelmente o quadro político nacional, radicalizando os focos de oposição ao governo nas forças armadas e nas classes médias urbanas.

Em fevereiro de 1954, os militares contrários a Getúlio vieram a público, pela primeira vez, expressar seu descontentamento com a política governamental. Oitenta e dois coronéis e tenentes-coronéis lançaram manifesto protestando contra a “negligência do governo em relação ao Exército” e criticando indiretamente o ministro João Goulart por sua proposta de elevação do salário mínimo em 100%, considerada demasiadamente alta. Com a ajuda de Gustavo Capanema e de outros líderes do PSD, como Benedito Valadares, Vargas afastou Goulart do Ministério do Trabalho em 22 de fevereiro, nomeando em seu lugar Hugo de Faria. O ministro da Guerra, Ciro do Espírito Santo Cardoso, também foi afastado e substituído pelo general Zenóbio da Costa. Apesar do assédio da UDN, Capanema conseguiu preservar a aliança do PSD com o PTB, assegurando a maioria parlamentar ao governo. Em abril, por exemplo, os dois partidos votaram maciçamente contra a moção de impedimento de Vargas, apresentada ao Congresso pela UDN.

Em 1º de maio, Vargas deu um tom nitidamente ofensivo à sua política, ao pronunciar em

Petrópolis um vigoroso discurso de apoio à classe trabalhadora e assinar o aumento de 100% do salário mínimo. O discurso incitou os militares antigetulistas, principalmente os oficiais da Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, à conspiração para a derrubada do governo. Em 5 de agosto, em meio a um quadro de tensão crescente, ocorreu o atentado contra Carlos Lacerda, no qual morreu o major-aviador Rubens Vaz. No dia 8, Capanema declarou o firme propósito do governo em descobrir e punir os responsáveis pelo crime. Àquela altura, porém, a Aeronáutica já havia instalado o seu próprio inquérito e detido alguns dos implicados no crime. A revelação de que o atentado fora planejado pelo chefe da guarda pessoal do presidente, Gregório Fortunato, colocou Getúlio Vargas numa posição extremamente delicada. A partir desse momento, os militares antigetulistas e os líderes da UDN passaram a exigir a renúncia de Vargas.

Em 17 de agosto, Capanema discursou na Câmara rebatendo as acusações que procuravam envolver o presidente e seus familiares na trama do atentado da rua Tonelero e criticando acerbamente a UDN. Considerou a renúncia de Vargas como “uma exigência não do povo, mas de um partido político” e acusou Carlos Lacerda de instigar as forças armadas ao golpe contra o presidente. Logo em seguida, entretanto, o vice-presidente João Café Filho procurou Capanema, anunciando sua disposição de levar a Vargas a fórmula de uma renúncia conjunta a fim de solucionar a crise. Em 21 de agosto, Vargas declarou a Café Filho sua firme disposição de não ceder à exigência de renúncia. No dia seguinte, entretanto, Capanema anunciou que Vargas admitia deixar o poder, caso fosse necessário evitar uma guerra civil. No dia 23, Café Filho rompeu publicamente com Vargas revelando, em um discurso no Congresso, a proposta que este lhe fizera.

Vinte e sete generais do Exército lançaram um manifesto à nação exigindo a renúncia de Vargas. Na madrugada do dia 24, Vargas reuniu seu ministério e concordou afinal em licenciar-se provisoriamente do cargo. Os militares antigetulistas mostraram-se, porém, irredutíveis. Na manhã do dia 24, recusaram a fórmula proposta por Vargas e transmitiram o ultimato final ao palácio presidencial. Impassível, Vargas retirou-se para seu quarto e suicidou-se com um disparo de revólver contra o coração. No mesmo dia, Café Filho assumiu a chefia da nação para cumprir o resto do mandato presidencial, em meio a um clima de forte comoção e de protestos populares em todo o país. Em outubro de 1954, Capanema reelegeu-se deputado federal na legenda do PSD.

A crise político-militar de agosto de 1954 reabriu-se no ano seguinte com a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart para a presidência e a vice-presidência da República. A ala extremista da UDN, liderada pelos deputados Carlos Lacerda e Aliomar Baleeiro, passou imediatamente a advogar uma intervenção das forças armadas para impedir a posse dos eleitos. No dia 11 de novembro, numa ação destinada a assegurar a posse de Kubitschek e Goulart, o ministro da Guerra Henrique Teixeira Lott assumiu o controle militar do Rio de Janeiro e anunciou a destituição do presidente Carlos Luz, provisoriamente instalado no cargo por motivo de doença de Café Filho. Nesse mesmo dia, a Câmara dos Deputados legitimou a ação do general Lott e aprovou por 182 votos a 72 requerimento de Capanema solicitando o impedimento de Carlos Luz e sua substituição pelo vice-presidente do Senado, Nereu Ramos.

Em abril de 1956, já no governo Kubitschek, Capanema passou o cargo de líder da maioria

na Câmara ao deputado Tarcilo Vieira de Melo. Em novembro do mesmo ano, chefiou a delegação brasileira à IV Conferência Geral da UNESCO, em Nova Délhi, na condição de embaixador extraordinário. Em outubro de 1958 candidatou-se à reeleição para a Câmara e obteve novo mandato na legenda do PSD. Em 1959, foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Ocupou o cargo até 1961, quando retornou à Câmara.

Na sequência da crise provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros (25/8/1961), Capanema participou das discussões e da aprovação da Emenda Constitucional nº 4, conhecida como Ato Adicional (2/9/1961), que instituiu o sistema parlamentarista. A mudança de sistema de governo foi a fórmula encontrada pelo Congresso para contornar o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart.

No decorrer de 1962, Goulart travou uma obstinada luta para recuperar os plenos poderes, insistindo particularmente na antecipação do plebiscito, previsto para 1965, que referendaria ou não o sistema parlamentarista. Em meados de 1962, a maioria do Congresso já admitia a necessidade de restituir alguns dos poderes presidenciais suprimidos pelo Ato Adicional. Nesse período, Capanema presidiu a comissão especial encarregada de elaborar a legislação complementar ao Ato Adicional e apresentou um projeto autorizando Goulart a nomear um Conselho de Ministros Provisório, sem prévia anuência do Congresso, nos momentos de crise. Com base nesse projeto, o senador Benedito Valadares apresentou uma emenda convocando o plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Levada à votação em setembro de 1962, a emenda Valadares foi aprovada, apesar da oposição de dirigentes do PSD, da UDN e do PSP. Em outubro seguinte, Capanema reelegeu-se deputado federal, sempre na legenda do PSD.

Em janeiro de 1963, o plebiscito aprovou por expressiva maioria a volta ao sistema presidencialista. Goulart lançou-se então com todo vigor à campanha pelas reformas de base, ao lado da ala esquerda do PTB e de organizações esquerdistas como o PCB. Como a maioria dos dirigentes do PSD, Capanema passou a encarar com reservas o governo Goulart. Em 19 de março de 1964, Capanema pronunciou na X Convenção Nacional do PSD um discurso em defesa da estrita observância da Constituição no encaminhamento das reformas de base. Em 31 de março, quando se verificou o confronto final entre o governo e a oposição, Capanema colocou-se ao lado do movimento político-militar que depôs João Goulart.

Durante a presidência de Humberto Castelo Branco, empossado a 15 de abril de 1964, Capanema manteve-se na defesa do governo, manifestando, porém, em diversas ocasiões, sua oposição às medidas de força assumidas pelo novo regime. Em novembro de 1964, no auge da crise entre o governador de Goiás, Mauro Borges, e o governo federal, discursou na Câmara elogiando a decisão do Supremo Tribunal Federal de conceder *habeas-corpus* garantindo o mandato do governador goiano. A crise culminou com a intervenção federal em Goiás, decretada por Castelo Branco em 30 de novembro de 1964.

Em outubro de 1965, Capanema e outros líderes do PSD, como Ernâni Amaral Peixoto e Vieira de Melo, colocaram-se contra o projeto governamental de emenda constitucional que ampliava a competência da Justiça Militar, criava novos casos de intervenção federal e estabelecia o Estatuto dos Cassados Políticos. O projeto fora enviado por Castelo Branco ao

Congresso a fim de aliviar as pressões que vinha sofrendo por parte dos militares mais radicais no sentido de impedir a posse de Francisco Negrão de Lima e Israel Pinheiro, eleitos em 3 de outubro pelas correntes de oposição para os governos da Guanabara e de Minas Gerais, respectivamente. Na Câmara, Capanema foi designado presidente da comissão encarregada de opinar sobre o Estatuto dos Cassados Políticos. Segundo Luís Viana Filho, então chefe do Gabinete Civil da Presidência, Capanema “dissuadiu Castelo Branco da possibilidade de aprovação das medidas governamentais na Câmara, onde a maioria, representada pelo PSD e o PTB, desejava preservar o ex-presidente Juscelino Kubitschek”, cujos direitos políticos haviam sido suspensos pelo Ato Institucional nº 1 (9/4/1964). Em 27 de outubro de 1965, as medidas foram tomadas à revelia do Congresso, através da decretação do Ato Institucional nº 2 pelo presidente Castelo Branco.

Com a extinção dos partidos políticos, também determinada pelo AI-2, Capanema ingressou em 1966 na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao governo, tornando-se membro de sua comissão executiva nacional. Após sua reeleição para a Câmara pela Arena em novembro de 1966, o general Artur da Costa e Silva, candidato à sucessão presidencial, indicou-o para a vice-presidência da República, como companheiro de chapa. A escolha acabou porém recaindo em Pedro Aleixo, nome proposto pelo presidente Castelo Branco.

Em 1969, durante o recesso do Congresso determinado pelo Ato Institucional nº 5 (13/12/1968), Capanema encaminhou ao presidente da Arena, Rondon Pacheco, um plano de reforma eleitoral inspirado no sistema vigente na República Federal da Alemanha, em que procurava conciliar o princípio da representação proporcional com a eleição de deputados federais e estaduais por distrito. O plano de reforma eleitoral de Capanema pôde, assim, ser considerado uma tentativa de adaptar o funcionamento do sistema representativo ao regime de força instituído pelo AI-5. Mais tarde, no início do governo do presidente João Figueiredo (1979), os líderes do Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena, insistiriam na necessidade de implantação de um sistema eleitoral misto em bases semelhantes à proposta de Capanema, a fim de diminuir as possibilidades de acesso da oposição ao poder.

Em novembro de 1970, Capanema elegeu-se senador por Minas Gerais na legenda da Arena. Durante sua permanência no Senado, foi presidente da Comissão de Educação e Cultura de 1971 a 1973 e vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça a partir de 1975. Em janeiro de 1979, ao término de seu mandato no Senado, encerrou sua carreira política, fixando residência no Rio de Janeiro. Em 1980, candidatou-se a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, tendo sido entretanto derrotado pela escritora Diná Silveira de Queirós.

Foi presidente do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, membro do conselho deliberativo da Bienal de São Paulo, presidente do Círculo de Arte Vera Iancopoulou, no Rio de Janeiro, e membro do conselho deliberativo da Fundação Milton Campos, criada pela Arena em setembro de 1975.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 10 de março de 1985.

Era casado com Maria de Alencastro Massot, filha do coronel Afonso Emílio Massot, comandante por mais de 20 anos da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Teve dois

filhos.

A maioria de seus trabalhos publicados é constituída por discursos pronunciados ao longo de sua carreira política. Entre estes contam-se: *Os grandes dias do Brasil novo* (em colaboração com Francisco Campos e João Marques dos Reis, 1939), *A educação e a saúde no decênio getuliano* (1941), *Algumas notas documentárias sobre o projeto da Constituição* (1946), *Panorama da educação nacional* (em colaboração com Getúlio Vargas, 1957) e *Discursos e outros escritos* (1980). Heitor Vila-Lobos dedicou-lhe uma de suas importantes peças sinfônicas, a *Bachiana brasileira nº 7*, composta em 1942.

O arquivo de Gustavo Capanema encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas. Com base nesse acervo, Simon Schwartzman organizou a obra *Estado Novo: um autorretrato* (arquivo Gustavo Capanema) (1982) e escreveu, com Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Aderaldo Costa, *Tempos de Capanema* (1984; 2ª ed., 2000). Também com base nesse material, Priscila Fraiz escreveu *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo de Gustavo Capanema* (dissertação de mestrado, UERJ, 1994), Aline Lopes de Lacerda escreveu *Fotografia e discurso político no Estado Novo; uma análise do projeto editorial "Obra Getuliana"* (dissertação de mestrado, UFRJ, 1998), e Murilo Badaró publicou *Gustavo Capanema, a revolução na cultura* (2000).

Paulo Brandi

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; ARQ. INST. NAC. ESTUDOS PEDAGÓGICOS; ARQ. OSVALDO ARANHA; *Arte Hoje* (22/4/79); BANDEIRA, L. *Governo*; BRANCO, C. *Energia*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CALMON, P. *História*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1963-1967 e 1967-1971); CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; CASTELO BRANCO, C. *Introdução* (1); CISNEIROS, A. *Parlamentares*; COHN, G. *Petróleo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (27/12/1931); CORRESP. ARQ. PÚBL. MINEIRO; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, A. *Brasil; Cultura Política* (11/1942); *Diário do Congresso Nacional*; *Diário Oficial* (10/4/1932); DULLES, J. *Getúlio*; Encic. Mirador; *Estado de S. Paulo* (19/9/1976, 23/3/1984, 1/9/1985); FAVERO, M. *Universidade*; FLYNN, P. *Legião*; *Folha de S. Paulo* (21/10/1984); FRANCO, A. *Escalada*; *Globo* (11, 16, 17/3/1985); *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal* (27/2/1931); *Jornal do Brasil* (8/9/1974, 17/11/1975, 1/8/1976, 23/7/1983, 11, 12, 17/3/1985); LEITE, A. *História*; LEVINE, R. *Vargas*; MACEDO, N. *Aspectos*; MACHADO, F. *Últimos*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MELO, O. *Marcha*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. MAR. *Almanaque*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PAULA, S. *Acumulação*; PEIXOTO, A. *Getúlio; Perfil* (1972); *Personalidades*; POPPINO, R. *Federal*; *Quem é quem no Brasil*; *Regionalismo*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); ROMANELLI, O. *História*; SCHWARTZMAN, S. *Intellectual*; SENADO. *Dados biográficos* (8); SENADO. *Endereços*; SENADO. *Relação*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H.

1931; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1954; SODRÉ, N. *História da imprensa; Subsídios*; TÁVORA, J. *Vida*; TOBIAS, J. *História*; TORRES, J. *História de Minas*; *Veja* (20/3/85); VIANA FILHO, L. *Governo*; VÍTOR, M. *Batalha*; *Who's who in Latin America*.

CARCOMIDOS

Expressão pejorativa atribuída a José Américo de Almeida, chefe civil da Revolução de 1930 na Paraíba, e utilizada pelos revolucionários para designar os políticos então derrotados. Aos “carcomidos” opunham-se os “políticos autênticos”, ou seja, os que se identificavam com os ideais de transformação do sistema jurídico-político do país propostos pela revolução.

Alzira Alves de Abreu

FONTE: ENTREV. ALMEIDA, J.

CARDIM, ELMANO

*jornalista.

Elmano Cardim nasceu em Valença (RJ) no dia 24 de dezembro de 1891, filho de Francisco Eduardo Gomes Cardim e de Adélia Figueira Cardim.

Fez seus estudos primários no Colégio Faceira, em sua cidade natal, e iniciou o curso secundário na Academia de Comércio, em Juiz de Fora (MG). Mudando-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1906, estudou no Ginásio Nacional, atual Colégio Pedro II, e no Colégio Alfredo Gomes.

Iniciou-se no jornalismo em 1908, trabalhando em diversos órgãos da imprensa da capital federal. Foi repórter do jornal *O Século*, de Brício Filho, trabalhou como revisor no *Diário do Comércio* e em *A Imprensa*, e exerceu também a chefia de revisão do *Diário de Notícias*, dirigido então por Rui Barbosa. Ingressando em 1909 como revisor no *Jornal do Comércio*, ali permaneceu por vários anos e estabeleceu as bases de sua carreira profissional. Ao mesmo tempo em que atuava como jornalista, cursou a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, por onde se formou em 1914.

Ainda nesse ano, tornou-se chefe dos serviços de censura e da Comissão do Projeto de Organização Judiciária do Distrito Federal. Nomeado em 1915 oficial de gabinete de Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, ministro da Justiça do governo Venceslau Brás (1914-1918), exerceu a mesma função durante as gestões de Urbano dos Santos, Alfredo Pinto, João Luís Alves e Afonso Pena Júnior. Desligou-se do Ministério da Justiça em 1926 e depois disso foi escrivão da 1ª Pretoria Civil, tornando-se posteriormente escrivão da 4ª Vara Cível.

Durante o ano de 1935, presidiu a delegação de jornalistas brasileiros que acompanhou o presidente Getúlio Vargas ao Prata e representou o *Jornal do Comércio* — desde 1923 dirigido por Félix Pacheco — na Conferência do Chaco. Após a morte de Félix Pacheco ocorrida ainda em 1935, foi convidado pelos herdeiros a ocupar a direção do *Jornal do Comércio*. Assumindo o cargo em abril de 1936, passou a redigir as “Várias”, editoriais que expressavam a linha política do jornal. Esses editoriais eram moderados e cautelosos, exprimindo, segundo Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, o fato de Elmano Cardim ao longo dos anos não ter resistido “à invasão de tendências conservadoras, cada vez mais acentuadas e vigorosas”.

Com a instauração do Estado Novo em novembro de 1937, o *Jornal do Comércio* passou a sofrer frequentes interferências do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo, embora suas matérias fossem eminentemente noticiosas. Cardim protestou sem êxito contra essas interferências junto a Filinto Müller, na época chefe de Polícia do Distrito Federal, unindo-se então aos diretores dos demais órgãos de imprensa para queixar-se ao presidente Getúlio Vargas dos “vexames e ameaças” a que estavam submetidos. No início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), manifestou-se contrário ao Eixo e favorável ao rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha. Em 1940, integrou a comissão nacional que realizou o recenseamento geral do país, e no ano seguinte tornou-se coproprietário do *Jornal do Comércio*.

Continuando a assinar no jornal artigos, críticas literárias, biografias e crônicas de viagens, participou em 1943 da Missão Cultural Brasileira enviada ao Uruguai, pronunciando conferências na Universidade de Montevideu e no Ministério das Relações Exteriores daquele país. Em 1948, foi delegado plenipotenciário do Brasil à Conferência Interamericana realizada em Bogotá, na Colômbia, e em maio foi representante brasileiro no Comitê dos Peritos de Informação da Organização das Nações Unidas (ONU), reunido em Lake Success, nos Estados Unidos. Em maio de 1950, foi eleito para a cadeira número 39 da Academia Brasileira de Letras, onde desempenhou as funções de tesoureiro. Ainda no mesmo ano foi delegado brasileiro à Reunião da União Latina, realizada no Rio de Janeiro. Em 1951 recebeu o Prêmio Cabot de Jornalismo, na Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque.

Em 1957 vendeu o *Jornal do Comércio* a Francisco Clementino de San Tiago Dantas, passando a partir de então a dedicar-se às atividades literárias e acadêmicas. Foi diretor da Associação Brasileira de Imprensa e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro, da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa e da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional e da Fundação Mauá, foi ainda sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e vice-presidente do Pen Club do Brasil.

Faleceu no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro de 1979.

Era casado com Deia Mendes Cardim, com quem teve dois filhos.

Publicou, além de conferências e artigos, *As conferências do professor Garric* (1934), *José Maria Cantillo; a política americana em face da situação mundial* (1938), *Na minha seara* (1939), *Na seara alheia* (1955), *Jornalistas da Independência; de Hipólito da Costa à dissolução da Constituinte* (1958), *Rocha Pombo, o escritor e o historiador* (1958), *Mosaico de valores* (1962), *Justiniano José da Rocha* (1964), *Na pauta da história* (1967), *Vidas gloriosas* (1970) e *Evocações da vida e da obra de Bocage* (1971).

FONTES: ACAD. BRAS. LETRAS. *Anuário*; BRINCHES, V. *Dicionário*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, A. *Brasil; Efemérides paulistas; Encic. Mirador; Grande encic. Delta; Grande encic. portuguesa*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; INST. HIST. GEOG. BRAS. *Dic.*; IORIO, L. *Valença*; LEITE, A. *História*; MENESES, R. *Dic.*; PEIXOTO, A. *Getúlio; Quem é quem no Brasil*; VIANA FILHO, L. *Governo*.

CARDOSO JÚNIOR, Francisco José

*militar; pres. SE 1869-1871; pres. MT 1871-1872; dep. geral RJ 1872-1875; pres. PR 1889 e 1894.

Francisco José Cardoso Júnior nasceu na vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, hoje município de Itaguaí (RJ), no dia 15 de janeiro de 1826, filho do comendador Francisco José Cardoso e de Propícia Francisca Carneiro da Fontoura Barreto.

Sua carreira no Exército teve início em 1842, no Rio de Janeiro, então capital do Império, quando sentou praça. Declarado alferes-aluno da Escola Central em 1844, foi promovido a tenente em 1852, a capitão e a major em 1855 e a tenente-coronel em 1856. Em 1858 bacharelou-se em ciências matemáticas pela Escola Central, e entre 1859 e 1862 foi engenheiro ajudante do diretor de Obras Públicas no Rio de Janeiro.

Seu ingresso na política ocorreu nesse último ano, quando se tornou deputado provincial em Minas Gerais, onde foi inspecionar coletorias e a Estrada de Ferro do Rio Preto. Em 1868, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), prestou serviços como secretário do então marquês de Caxias, comandante do Exército brasileiro. Em dezembro de 1869 assumiu a presidência da província de Sergipe, em substituição a Dionísio Rodrigues Dantas. Estendida até maio de 1871, sua gestão foi marcada pela edificação do Ateneu Sergipense. Nomeado a seguir presidente de Mato Grosso, governou e foi comandante das Armas da província entre julho de 1871 e dezembro de 1872. Nesse mesmo ano foi eleito deputado geral pela província do Rio de Janeiro. Representante do Partido Conservador, exerceu o mandato parlamentar até 1875, ano em que foi promovido a coronel. Na década seguinte, entre março de 1887 e maio de 1888, ocupou a vice-presidência da província do Pará.

Um dia após a proclamação da República (15/11/1889) recebeu instruções, por meio de um telegrama enviado pelo marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório do país, para manter a ordem pública no Paraná até a nomeação de um governo provisório local. Na condição de comandante da Brigada Militar de Curitiba, substituiu o então presidente da província Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e permaneceu à frente do

Executivo estadual de 17 de novembro a 4 de dezembro, quando transmitiu o governo ao capitão-tenente José Marques Guimarães. Em 1890 foi reformado no posto de brigadeiro. No ano seguinte, quando da promulgação da primeira Constituição paranaense (4/7/1891), assumiu a primeira vice-presidência da comissão executiva responsável pela publicação da nova legislação do estado. Contudo, sua permanência no Legislativo foi interrompida pelos acontecimentos desencadeados com a dissolução do Congresso Nacional por Deodoro da Fonseca em 3 de novembro de 1891, e sua renúncia em 23 de novembro seguinte. As novas eleições convocadas no Paraná promoveram a renovação quase total no Legislativo; outro governador foi eleito, e outra Constituição foi promulgada (7/4/1892).

Também em 1892 foi graduado marechal de campo. Em março de 1894, em meio à Revolução Federalista iniciada no Rio Grande do Sul, seu nome foi novamente indicado, dessa vez para chefiar o governo revolucionário instalado no Paraná, em substituição a João Meneses Dória. Desinteressado em aderir ao movimento empreendido pelos “maragatos”, defensores do federalismo e opositores do presidente da República Floriano Peixoto, não assumiu o posto, mas constou nominalmente como presidente do estado até o dia 3 de abril daquele ano, quando assumiu o governo Tertuliano Teixeira de Freitas.

Durante presidência de Prudente de Moraes (1894-1898), foi nomeado comandante superior da Guarda Nacional do Paraná. Entre 1897 e 1901 exerceu o mandato de deputado no estado sulista e, a partir desse último ano, assumiu a direção da Biblioteca do Exército do Rio de Janeiro.

Faleceu em seu estado natal no dia 21 de setembro de 1917.

Márcio Magalhães

FONTES: BALHANA, A.; MACHADO, B; WESTPHALEN, C. *História*; CASA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em:

<<http://www.casacivil.pr.gov.br/casacivil/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>>; COSTA, S. *História* ; GUARANÁ, M. *Dicionário*; INST. HIST. GEO.

BRAS. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/acervo311.php?f=ACP000074>>.

Acesso em: 19/8/2010; MUS. MAÇÔNICO PARANAENSE. Disponível em:

<http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/MMP_ImagensAbertura/AcademiaPML/Patro-10.htm>. Acesso em: 19/8/2010.

CARDOSO, CIRO DO ESPÍRITO SANTO

*militar; rev. 1922; ch. Gab. Mil. Pres. Rep. 1951-1952; min. Guerra 1952-1954; comte. IV Ex. 1957-1959; ch. Depto. Ger. Pess. Ex. 1959.

Ciro do Espírito Santo Cardoso nasceu em Lapa (PR) no dia 24 de agosto de 1898, filho do então tenente Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso e de Ana Fernandes Cardoso. Seu pai veio a ser ministro da Guerra de Getúlio Vargas de junho de 1932 a dezembro de 1933. Seu irmão, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, foi revolucionário de 1924 e prefeito do Distrito Federal de 1952 a 1954.

Em 1915 *Ciro Cardoso* ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, saindo aspirante a oficial em 1918. Promovido a segundo-tenente em 1919, serviu no 7º Regimento de Infantaria em Santa Maria (RS), e no 54º Batalhão de Caçadores em São Gonçalo (RJ). Em 1921, foi promovido a primeiro-tenente.

Em julho de 1922, era instrutor da Escola Militar do Realengo quando se preparou e desencadeou uma insurreição contra o governo federal. No dia 4, o líder dos revolucionários, coronel João Maria Xavier de Brito Júnior, encarregou-o de impedir a chegada à escola do general Eduardo Monteiro de Barros, que viria assumir o comando da unidade em nome das forças legalistas. Debelado o movimento no dia 5, *Ciro Cardoso* foi preso e condenado a um ano e quatro meses de reclusão.

Devido à atividade sua e de vários membros de sua família nos movimentos revolucionários da década de 1920, o tenente *Ciro Cardoso*, considerado figura suspeita pelas autoridades, teve sua carreira militar praticamente paralisada. Somente após a vitória da Revolução de 1930 e a anistia concedida no dia 8 de novembro de 1930, foi promovido a capitão (15/11/1930).

Entre 1931 e 1932, serviu no 11º Regimento de Infantaria, em São João del Rei (MG), e entre 1932 e 1933 serviu como ajudante de ordens, sem remuneração, no gabinete do ministro da Guerra, o general Augusto Inácio Cardoso, seu pai. Em outubro de 1934 foi promovido a major, enquanto fazia o curso de aperfeiçoamento. Em 1935, voltou a servir no 11º RI em São João del Rei, e de 1935 a 1936 cursou a Escola de Estado-Maior, terminando o curso em segundo lugar. Em 1937, foi durante algum tempo instrutor-chefe de infantaria na Escola Militar do Realengo. Ainda em 1937, foi servir no estado-maior da

2ª Região Militar, em São Paulo, trabalhando ao mesmo tempo na Secretaria Estadual de Segurança Pública, de que era titular na época seu irmão, o major Dulcídio do Espírito Santo Cardoso.

Em 1938 passou a servir no Estado-Maior do Exército e de 1939 a 1940 foi chefe do estado-maior da 7ª Região Militar, em Recife. Promovido a tenente-coronel em 1940, foi nomeado comandante do Batalhão de Guardas, no Rio. Em 1942 foi promovido a coronel e, a partir de março, esteve à disposição do Segundo Grupo de Regiões Militares. Entre julho de 1943 e fevereiro de 1946, foi chefe do gabinete da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional, no Rio de Janeiro.

Em 1946 foi promovido a general de brigada e, após servir no Estado-Maior do Exército, assumiu o comando do Núcleo de Recompimento das Unidades-Escola, no Rio. De 1947 a 1948, foi subcomandante da 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria, e entre 1948 e março de 1950 comandou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ). Em maio, foi transferido para Fortaleza, onde permaneceu até 20 de janeiro de 1951 como comandante da 10ª Região Militar.

A vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950 desencadeou, em parte da grande imprensa, uma campanha contra a posse do candidato eleito. O general Ciro Cardoso, entretanto, pronunciou-se em Fortaleza a favor da posse de Vargas. Graças a essa atitude, foi convidado pelo presidente para assumir a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República, cargo em que permaneceu de 31 de janeiro de 1951 a 10 de abril de 1952. Ao mesmo tempo, como atribuição do cargo, ocupava a função de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, presidindo ainda a Comissão Especial de Faixa de Fronteiras.

Ainda no início da década de 1950, convidado a paraninfar uma turma da Escola Superior de Guerra (ESG), pronunciou um grave discurso de conteúdo anticomunista que alcançou grande repercussão. Na época, o Brasil negociava um acordo de defesa do hemisfério ocidental com os EUA, e o ministro da Guerra, general Newton Estillac Leal, colocou-se radicalmente contra os termos deste compromisso. Com a assinatura do acordo, o ministro da Guerra demitiu-se, e o general Ciro Cardoso foi chamado para ocupar seu cargo no dia 26 de março de 1952, passando a ter uma atuação efetiva de combate ao comunismo. Em agosto, foi promovido a general de divisão, e entre setembro e novembro foi ministro interino da Marinha.

Em fevereiro de 1954, ocupava ainda a pasta da Guerra quando ocorreu a divulgação do *Manifesto*, ou *Memorial dos coronéis*. No dia 8, 82 coronéis e tenentes-coronéis lançaram um manifesto dirigido à alta hierarquia militar. Entre outros protestos, os oficiais enfatizavam o inconformismo quanto ao fato de a dotação orçamentária destinada ao Exército ser inferior à das outras forças armadas, o que gerava sério descontentamento profissional, principalmente entre os oficiais menos graduados. Criticavam ainda o aumento do salário mínimo, que sofrera um reajuste de 100%, considerando-o uma “aberrante subversão de todos os valores profissionais”. Apelavam em favor do reaparelhamento do Exército, alegando que os quadros institucionais estavam ameaçados pelos comunistas, apontados como aproveitadores da desordem reinante.

O ministro Ciro Cardoso não havia transmitido ao presidente da República uma visão suficientemente clara do ponto a que chegara o descontentamento no Exército, e este fato custou-lhe o cargo. No dia 23 de fevereiro, foi exonerado e substituído pelo general Euclides Zenóbio da Costa.

Voltando à caserna, Ciro Cardoso ocupou até o final de 1954 o cargo de diretor de Ensino do Exército, no Rio de Janeiro. Entre janeiro de 1955 e fevereiro de 1956, comandou a 4ª Região Militar, em Juiz de Fora (MG). Retornando ao Rio de Janeiro, assumiu o cargo de diretor-geral do Serviço Militar em março de 1956. Em novembro, determinou a prisão do coronel Nemo Canabarro Lucas, acusando-o de ter infringido os dispositivos que vedam a manifestação política de militares da ativa. O coronel Canabarro era considerado líder da Frente de Novembro, que em 1955 defendera a legalidade constitucional sob o comando do marechal Henrique Teixeira Lott.

Em dezembro de 1956 passou a diretor-geral de Material Bélico, cargo em que permaneceu até maio de 1957. Entre março e maio desse ano fez o estágio do curso superior de guerra, e entre junho de 1957 e março de 1959 comandou o IV Exército, sediado em Recife. Em agosto de 1958, foi promovido a general de exército. De volta ao Rio em abril de 1959, assumiu a chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército, permanecendo no cargo até passar para a reserva, no dia 27 de julho, no posto de marechal.

A partir de então, retirou-se para São João del Rei, onde passou a dirigir a universidade local.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 31 de agosto de 1979. Seu primo-irmão Leônidas

Fernandes Cardoso, também militar, era pai de Fernando Henrique Cardoso, presidente da República de 1995 a 2003.

Amélia Coutinho

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; COHN, G. *Petróleo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. GAB. MIL. PRES. REP.; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; CORRESP. SERV. DOC. GER. MAR.; COSTA, M. *Cronologia*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; ENTREV. ANDRADE, H.; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; *Grande encic. Delta*; KUBITSCHKE, J. *Meu* (3); MIN. GUERRA. *Almanaque (1953)*; *Ministros da Justiça*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; SILVA, H. 1922.

CARDOSO, CLODOMIR

*dep. fed. MA 1925-1930; sen. MA 1935-1937; interv. MA 1945; const. 1946; sen. MA 1946-1953.

Clodomir Serrão Cardoso nasceu em São Luís no dia 29 de dezembro de 1879, filho de José Pereira Serra Cardoso e de Maria B. Serrão Cardoso.

Fez os primeiros estudos no Colégio São Luís e no Liceu Maranhense, em sua cidade natal, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife em 1904.

De 1906 a 1910 foi juiz substituto e promotor público no Pará, e no ano seguinte tornou-se consultor jurídico do governo maranhense. Secretário da Fazenda desse mesmo estado em 1914, durante a administração de Herculano Nina Parga, elegeu-se em 1916 prefeito de São Luís e, no exercício dessa função, que se estendeu até 1918, instalou a iluminação elétrica da cidade. Posteriormente tornou-se redator e um dos diretores do jornal *A Pacotilha*, também de São Luís.

Em 1925 foi eleito deputado federal pelo Maranhão, com mandato até dezembro de 1926, e em 1927 foi reeleito, para a legislatura 1927-1929. Integrou então a Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara, tendo representado o Brasil na Conferência Interparlamentar do Comércio, realizada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Durante esse período, exerceu também o jornalismo. Reeleito mais uma vez em 1930, teve o mandato interrompido em virtude da revolução que, em outubro daquele ano, depôs o presidente Washington Luís e levou ao poder Getúlio Vargas.

Durante o governo constitucional de Vargas (1934-1937), elegeu-se em 1935 senador pelo Maranhão na legenda da União Republicana Maranhense, frente organizada pelas oposições de seu estado. Assumindo o mandato no mesmo ano, integrou as comissões de Constituição e Justiça e de Estudos dos Negócios Estaduais do Senado. Destacou-se também na crise política que se seguiu à promulgação da nova Constituição maranhense pela maioria oposicionista na Assembleia Constituinte estadual, crise essa que culminou com o impedimento do governador Aquiles de Faria Lisboa e a entrega do governo ao major Roberto Carneiro de Mendonça.

Tendo perdido o mandato em 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo dissolveu todos os órgãos legislativos e, no mês seguinte, todos os partidos políticos do

país, em março de 1945, antes do término do período ditatorial de Vargas, foi nomeado pelo governo federal interventor no Maranhão devido às dificuldades que o interventor anterior, Paulo Ramos, encontrara frente à oposição liderada por Vitorino Freire. Com a queda do Estado Novo, configurada na deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945, foi substituído pelo desembargador Eleazar Soares Campos.

No pleito de dezembro de 1945 elegeu-se senador pelo Maranhão à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte, integrou a subcomissão da organização federal pertencente à Comissão Constitucional encarregada de redigir o anteprojeto da Constituição. Foi ainda presidente do diretório regional do PSD do Maranhão e membro do diretório municipal do partido em São Luís. Com a promulgação da nova Carta em 18 de setembro de 1946, passou a exercer o mandato ordinário no Senado.

Membro da Academia Maranhense de Letras, do Instituto Brasileiro de Cultura do Rio de Janeiro e do Instituto dos Advogados do Brasil, atuou ainda como advogado do Instituto Nacional do Sal.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1953, ainda no exercício do mandato.

Era casado com Cecília Ribeiro Cardoso, com quem teve cinco filhos.

Entre suas principais obras figuram *Sociedades anônimas*, *Debêntures*, *A situação jurídica da mulher em face da Constituição de 1891*, *A mulher e o direito de voto ante a reforma constitucional de 1926*, *A cláusula-ouro nos contratos internacionais de mútuo*, *Nulidade e inexistência dos atos jurídicos do direito brasileiro*, *A prescrição e a desnecessidade de arguição do devedor fora da ação de cobrança da dívida*, *A intervenção federal nos estados* e *Rui Barbosa, a sua integridade moral e a unidade da obra*.

FONTES: *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; GALVÃO, F. *Fechamento*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Comércio*, Rio (13/6/43); MACEDO, N. *Aspectos*; MEIRELES, M. *História*; MEIRELES, M. *Panorama*; POPPINO, R. *Federal*; SENADO. *Anais* (1935); SENADO. *Relação*; SILVA, G. *Constituinte*.

CARDOSO, DULCÍDIO DO ESPÍRITO SANTO

*militar; rev. 1924; pref. DF 1952-1954.

Dulcídio do Espírito Santo Cardoso nasceu em Lapa (PR) no dia 5 de novembro de 1896, filho de Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso e de Ana Fernandes Cardoso. Seu pai foi ministro da Guerra de junho de 1932 a dezembro de 1933, durante o governo provisório presidido por Getúlio Vargas. Seu irmão, Ciro do Espírito Santo Cardoso, foi chefe do Gabinete Militar (1951-1952) e ministro da Guerra (1952-1954) de Vargas, comandante do IV Exército (1957-1959) e chefe do Departamento Geral do Pessoal do Exército (1959).

Com a transferência da família para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, cursou o primário na Escola Gonçalves Dias e o secundário, concluído em 1914, no Colégio Militar. Em abril de 1915 matriculou-se na Escola Militar do Realengo e em dezembro de 1918 saiu aspirante a oficial da arma de cavalaria. Transferido para o Rio Grande do Sul, em dezembro de 1919 foi promovido a segundo-tenente. De volta ao Rio em 1921, serviu no 2º Regimento de Cavalaria (2º RC) e no Serviço Geográfico do Exército. Em maio desse mesmo ano, foi promovido a primeiro-tenente e destacado para o 4º Regimento de Cavalaria Divisionária, sediado em Três Corações (MG). Em seguida, serviu no 13º RC, em Rio Pardo (RS), retornando posteriormente ao 4º Regimento de Cavalaria Divisionária.

Como primeiro-tenente, tomou parte no movimento revolucionário que eclodiu em julho de 1924 em São Paulo e estendeu-se aos estados de Mato Grosso, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e Pará. O movimento, liderado pelo general da reserva Isidoro Dias Lopes, tinha como objetivo derrubar o presidente Artur Bernardes. Planejado para eclodir simultaneamente nos vários estados, por dificuldades de organização terminou por acontecer em momentos diferentes nos diversos locais. À exceção de São Paulo, onde as forças rebeldes controlaram a capital estadual durante três semanas aproximadamente, nos demais estados as tropas fiéis ao governo conseguiram sufocar o movimento em pouco tempo.

Depois de haver cumprido pena de 14 meses de prisão por seu envolvimento no movimento de 1924, Dulcídio Cardoso foi designado, em meados de 1925, instrutor do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Dois anos mais tarde foi transferido para a Escola Militar do Realengo, onde ocupou inicialmente o cargo de secretário. Em 1928, depois de aprovado em

concurso, passou a lecionar história universal naquela mesma instituição militar. Em maio do ano seguinte foi promovido a capitão.

Vitoriosa a Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder em novembro daquele ano, passou a servir como oficial de gabinete do ministro da Guerra do Governo Provisório, general José Fernandes Leite de Castro. Por essa época ingressou no Clube 3 de Outubro, agremiação tenentista organizada em 1931 que, com o tempo, veio a se constituir no principal centro aglutinador de pressão dos “tenentes” sobre o governo federal. Nomeado por Vargas quarto delegado auxiliar da polícia da capital federal no ano de 1932, foi, entre os meses de julho e outubro, chefe interino de Polícia do Distrito Federal, em substituição a João Alberto, que fora combater em São Paulo a Revolução Constitucionalista.

Em maio de 1933 assumiu a direção do Departamento Geral de Educação, órgão vinculado ao Ministério de Educação e Saúde. No mesmo ano, deixou a Escola Militar do Realengo, passando a lecionar história universal no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Nesse período, colaborou também como jornalista nos Diários Associados, tendo sido o responsável pela reorganização da revista *O Cruzeiro* em 1934.

Em maio de 1937 foi promovido a major e em dezembro, após o golpe do Estado Novo (10/11/1937), a convite de Getúlio Vargas, assumiu o cargo de secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, na administração do interventor José Joaquim Cardoso de Melo Neto. Ainda em 1937 fundou, ao lado de João Alberto, o jornal *Folha do Brasil*, tornando-se seu redator-chefe.

Em fevereiro de 1939 foi promovido a tenente-coronel e foi efetivado no Colégio Militar do Rio, na cátedra de história do Brasil. Em janeiro de 1941 passou a ocupar o cargo de chefe de gabinete do recém-criado Ministério da Aeronáutica. Participou junto ao ministro Joaquim Pedro Salgado Filho da organização administrativa do ministério, tendo permanecido no cargo até o fim da gestão deste, em 1945. Em dezembro de 1944, foi promovido a coronel. Ainda nesse ano voltou a trabalhar nos Diários Associados.

Com o início do movimento de redemocratização do país em 1945, teve lugar o processo de formação dos novos partidos que deveriam participar da Assembleia Nacional Constituinte e eleger, em dezembro, o sucessor de Getúlio Vargas. Dessa forma surgiram a União Democrática Nacional (UDN), que reunia o grosso da oposição a Vargas, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os dois últimos organizados

sob inspiração do próprio Vargas. Dulcídio Cardoso filiou-se ao PTB, vindo a ser seu vice-presidente nacional.

Apesar do desgaste do Estado Novo, a oposição temia que Vargas empreendesse manobras continuístas e via com preocupação o crescimento do chamado movimento queremista, que reivindicava a convocação de uma constituinte com Vargas no poder e com o apoio do PTB e dos comunistas. O desfecho da crise política veio em 29 de outubro de 1945, com a deposição de Vargas pelos chefes militares. No dia seguinte à deposição, João Alberto reassumiu a chefatura de Polícia do Distrito Federal e convidou Dulcídio Cardoso para ser titular do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Antes de partir para o exílio forçado na Fazenda de Itu (RS), Vargas entregou a Dulcídio uma mensagem, dirigida ao povo brasileiro, na qual se abstinha de analisar os acontecimentos que o “levaram a renunciar ao governo”.

Entre o final de 1945 e o início de 1947 esteve à disposição da Diretoria de Ensino do Exército. Ainda em 1947 voltou a lecionar no Colégio Militar do Rio de Janeiro, função que exerceria até o final de 1952. Nas eleições presidenciais de outubro de 1950, participou da campanha de Vargas, candidato do PTB, tendo fundado o comitê nacional pró-Getúlio Vargas. Eleito, Vargas reassumiu a chefia do governo em janeiro de 1951.

PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL

Secretário do Interior do Distrito Federal durante a administração do engenheiro João Carlos Vital na Prefeitura do Rio (1951-1952), em 12 de dezembro de 1952 Dulcídio Cardoso foi nomeado pelo presidente Getúlio Vargas prefeito da capital do país, substituindo Vital.

Entre as realizações de sua administração destacaram-se a criação dos serviços técnicos especiais das avenidas Perimetral e Radial Oeste, como também da Superintendência das Obras do Santo Antônio (Sost), cujo objetivo era dar maior impulso ao desmonte do morro de Santo Antônio. Deu continuidade à construção da avenida das Bandeiras, concluiu os trabalhos de ajardinamento da praia de Botafogo, ampliou a elevatória da rua Guaiacurus, deu prosseguimento à construção da primeira adutora do rio Guandu, construiu o ginásio do Maracanãzinho e, no setor de saneamento básico, deu continuidade aos trabalhos de construção do emissário de Botafogo. Foi ainda responsável pela criação da Caderneta de

Obrigações, instrumento regulador da execução das obras municipais e das obras particulares que deviam ser integradas ao patrimônio público municipal.

Após o suicídio de Vargas (24/8/1954), entregou o cargo a Café Filho, permanecendo sem nada assinar até a nomeação de seu substituto, o engenheiro Alim Pedro, no dia 4 de setembro. Com a morte de Getúlio, abandonou totalmente as atividades políticas e em 1955 mais uma vez retornou ao Colégio Militar como professor. Em agosto de 1958 foi promovido a general de brigada, por decisão judicial, uma vez que a última patente para o quadro de professor do Exército era a de coronel.

Quando eclodiu o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que resultou na deposição do presidente João Goulart, encontrava-se no cargo de diretor-comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro, posição que já ocupara interinamente por mais de uma vez. Reformado em janeiro de 1965 no posto de general de brigada, em 1966 passou a lecionar história geral e do Brasil no Colégio Pedro II, chegando a ser diretor do externato da Tijuca.

Além de militar, foi também diretor-presidente da Linha Aérea Transcontinental, diretor da Companhia Industrial Mercantil Administrativa e do Banco Atlântico e presidente da Companhia de Viação Aérea Santos Dumont. Foi membro da Associação Brasileira de Imprensa.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 14 de fevereiro de 1978.

Foi casado com Hortência Barreto Cardoso, com quem teve dois filhos, e em segundas núpcias com Maria Beatriz Shalomon do Espírito Santo Cardoso. Seu primo-irmão Leônidas Fernandes Cardoso, também militar, era pai de Fernando Henrique Cardoso, presidente da República de 1995 a 2003.

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Brasil* (15/2178); MIN. GUERRA. *Almanaque*; REIS, J. *Prefeitos*; REIS, J. *Rio*; SOUSA, J. *Verdade*.

CARDOSO, Fausto

*dep. fed. SE 1900-1902 e 1906.

Fausto de Aguiar Cardoso nasceu em Divina Pastora (SE) no dia 22 de dezembro de 1864, filho do tenente-coronel Félix Zeferino Cardoso e de Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso.

Fez os primeiros estudos em sua localidade de origem, nos municípios sergipanos de Maruim, Capela, na capital Aracaju, e concluiu o curso secundário no Colégio Sete de Setembro, em Salvador. Ingressou em 1880 na Faculdade de Direito do Recife e bacharelou-se em 1884. Enquanto estudante editou o jornal *Saara*. Frequentou os círculos literários e filosóficos da chamada Escola do Recife, que abrigava as ideias positivistas e evolucionistas do final do século XIX, sendo considerado discípulo de Tobias Barreto. Logo depois de formado regressou a Sergipe e foi trabalhar como promotor público na cidade de Capela. Em junho de 1887 foi designado para a promotoria de Laranjeiras, principal fórum sergipano, tendo encontrado a cidade em plena efervescência, envolvida pela propaganda republicana. Reconduzido ao cargo de promotor pelo Partido Liberal em 1889, ironicamente foi destituído em 1890, após a proclamação da República (15/11/1889), apesar de ter sido um dos mais destacados proselitistas da causa.

Seguiu então para a cidade do Rio de Janeiro e dedicou-se à advocacia, ao jornalismo e ao magistério. Nomeado professor de história universal por Benjamin Constant, em seguida passou a lente de história da Escola Normal e, mais tarde, do Pedagogium, do qual foi também diretor. Foi ainda lente de história da arte na Escola de Belas Artes e de filosofia do direito na Faculdade de Direito.

Ativo participante da política republicana em Sergipe, esteve do lado de outros intelectuais, como Sílvio Romero, que apoiaram Manuel Valadão nas disputas de 1894 e proclamaram a derrubada do governo constitucional de José Calazans. Representativo da ordem conservadora, que permitiu o controle da política sergipana pelo grupo liderado por Olímpio Campos, Leandro Siqueira Maciel e José Luís Coelho e Campos, o governo Calazans foi hostilizado nos seus últimos meses pelos republicanos florianistas ligados a

Valadão. Refugiado na cidade de Rosário do Catete, ainda legalmente no poder, Calazans conviveu com outro governo, instalado na capital e entregue ao presidente da Assembleia Legislativa. A situação de duplicidade de poderes originou a divisão entre “pebas” (sinônimo de povo de Aracaju) e “cabaús” (referência à região canavieira do interior do estado onde Calazans se refugiara), que iria marcar a política sergipana no final do século XIX.

Beneficiado pelo acordo de pacificação entre Martinho Garcez e Olímpio Campos firmado em 1899, garantindo a este último o domínio da política estadual a partir do controle sobre o Partido Republicano Sergipense (PRS), Fausto Cardoso foi eleito deputado federal por seu estado em 1900. Assumiu em maio desse ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, e destacou-se na tribuna parlamentar como principal crítico da política econômica do presidente Campos Sales (1898-1902) e do ministro da Fazenda Joaquim Murinho. Defensor das ideias de Rui Barbosa e do protecionismo para incentivar o crescimento da indústria, protagonizou longos debates na Câmara com Serzedelo Correia. Condenou o *funding loan* (acordo de renegociação da dívida externa brasileira), tratando-o como um atentado à soberania nacional, já que iria aumentar ainda mais a dependência de uma economia historicamente voltada para o comércio exterior. Segundo destaca Terezinha Oliva, “diante da unanimidade com que os políticos apoiavam o programa financeiro de Campos Sales, unanimidade, aliás, garantida pela ‘política dos governadores’, a voz destoante de Fausto Cardoso soava esdrúxula e violenta”.

No ano final de seu mandato (1902), após ferrenha campanha movida na imprensa sergipana por Gumerindo Bessa contra o governo do monsenhor Olímpio Campos (1899-1902), Fausto Cardoso rompeu o acordo que lhe havia permitido eleger-se e divulgou na capital federal acusações de truculência praticada pela política olimpista para manter-se no poder. Em discurso proferido no dia 30 de abril de 1902, afirmou que os desmandos do presidente de Sergipe eram um “desrespeito à terra de Tobias Barreto”. Apesar da divisão na política sergipana, o olimpismo continuou a predominar: assim, o sucessor indicado por Olímpio Campos, Josino de Meneses, foi eleito 1902, da mesma forma como seu irmão

Guilherme de Sousa Campos em 1905.

Surgido em 1906, o Partido Progressista (PP) iria reunir os descontentes com o mando de Olímpio Campos. O *Jornal de Sergipe* estampava em suas páginas veementes protestos contra a situação, chegando a apontar, na edição de 11 de janeiro de 1906, a revolução como saída: “Só um remédio encontramos para sairmos deste estado de coisa: é a revolução. Não a revolução pelas armas, que seria inoportuna, mas a revolução pacífica, a revolução pelas urnas, de onde possam surgir homens que ouçam nossas queixas.” Nas eleições daquele ano, Fausto Cardoso voltou a ser eleito deputado federal. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio, mas ainda no mesmo ano retornou a Sergipe, com o objetivo de coordenar o movimento popular que se projetava contra o olimpismo na política sergipana.

A revolta contra o governo de Guilherme Campos foi articulada em meio ao assédio popular em torno do deputado – daí ter-se tornado conhecida como a “revolta de Fausto Cardoso” –, mas o levante da polícia de Aracaju, que serviu para desencadeá-la na madrugada do dia 10 de agosto de 1906, aconteceu enquanto ele se encontrava ausente da cidade, em viagem ao município de Divina Pastora, em visita aos pais. No retorno à capital, Fausto Cardoso foi recebido como o “messias sergipano”: para seus partidários, representava a chegada da vontade popular ao poder. Após a renúncia de Guilherme Campos, o governo de Sergipe foi entregue ao desembargador João Maria Loureiro Tavares, representante do Poder Judiciário. Com essa transferência de poder, os progressistas buscavam dar um cunho de legalidade à revolta, denunciada na Câmara como golpe de estado pelo deputado situacionista José Rodrigues Dória. A intervenção do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) mudou, porém, o curso dos acontecimentos. Tropas federais estacionadas na Bahia partiram para Aracaju e controlaram rapidamente os revoltosos, reempossando Guilherme Campos. Na retomada do palácio do governo em 28 de agosto de 1906, alvejaram Fausto Cardoso, que veio a falecer aos 42 anos de idade. Em decorrência, em 9 de novembro de 1906 Olímpio Campos foi assassinado com 11 tiros e duas facadas pelos filhos do deputado sergipano na praça XV de Novembro, na capital da

República.

O culto a Fausto Cardoso teve início logo após sua morte, mas foi duramente reprimido pelo olimpismo que ainda se manteve no poder, mesmo depois do assassinato do monsenhor Olímpio Campos, até o governo de José Rodrigues da Costa Dória (1909-1911), seu último representante no Executivo sergipano. Nesses anos, muitos dos principais partidários do faustismo refugiaram-se fora do estado, e o *Jornal de Sergipe* foi extinto. Com a “política das salvaçãoes” do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) e o consequente remanejamento oligárquico, a eleição de Antônio José Siqueira de Meneses para presidente do estado interrompeu o controle do grupo olimpista e permitiu que a memória do líder da revolta de 1906 circulasse livremente. Foi o próprio Siqueira de Meneses, durante a campanha para suceder a Rodrigues Dória, que lançou a ideia de se construir um monumento em homenagem a Fausto Cardoso.

Em abril de 1911, presidida por Olegário Dantas, surgiu a comissão promotora do monumento, que iria se empenhar para arrecadar fundos com vistas à realização da obra. Assim, segundo Giliard da Silva Prado, em novembro de 1911, sem qualquer apoio financeiro do governo sergipano, os promotores da campanha celebraram um contrato com o escultor italiano Lorenzo Petrucci, no valor de 25 contos e 500 mil réis. Após essa primeira vitória, a escolha do local em que ficaria o monumento apareceria como a batalha final pela memória de Fausto Cardoso. No primeiro semestre de 1912, o intendente municipal de Aracaju, Napoleão de Carvalho, após requerimento da comissão, sancionou a lei alterando o nome da principal praça do centro da cidade, em frente ao palácio do governo, de praça Benjamim Constant para praça Fausto Cardoso, com as novas placas indicativas afixadas em 17 de abril. Em 15 de agosto, os restos mortais de Fausto Cardoso foram retirados do cemitério Santa Isabel e levados para a base do monumento. Finalmente, em 8 de setembro, Siqueira de Meneses inaugurou a estátua que consagrava a memória cívica do político sergipano.

Além de artigos na imprensa e discursos parlamentares, Fausto Cardoso publicou *Cosmogonia política americana* (1892), *Concepção monista do universo* (1894),

Taxionomia social (1898), *Lei e arbítrio - discurso em defesa de uma ditadura parlamentar, pelo Congresso Nacional* (1902).

Sérgio Montalvão

FONTES: BARRETO, L. *Pequeno*; BITTENCOURT, L. *Homens*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M.; PRADO, G. *Prólogo*; SOUZA, T. *Impasses*.

CARDOSO, Jesuíno

*dep. fed. SP 1903-1911.

Jesuíno Ubaldo Cardoso de Melo nasceu em Areias (SP) em 16 de maio de 1865, filho de José Joaquim Cardoso de Melo e de Emiliana Gomes Guimarães.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1885 e doutorou-se dois anos depois pela Faculdade de Direito do Recife. Abriu escritório de advocacia em São Paulo, e entre 1887 e 1889 foi um ativo propagandista da República e defensor da abolição da escravidão. Escreveu diversos artigos para o *Diário Mercantil* e para o *Correio Paulistano*, foi redator e proprietário da *Gazeta do Povo*. Foi também redator do *Ensaio Literário*, órgão do Clube Literário do Curso Anexo da Faculdade de Direito de São Paulo. Em 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a República, encontrava-se no Rio de Janeiro.

Em 1891 foi nomeado primeiro delegado auxiliar em São Paulo e professor de direito pátrio, constitucional e administrativo do Curso de Notariado da Faculdade de Direito, onde lecionaria durante anos. Foi também eleito deputado federal para a legislatura 1891-1893, mas não teve seu diploma reconhecido. Em 1894 foi eleito deputado estadual, mas não pleiteou o reconhecimento, abrindo vaga a outro membro do Partido Republicano Paulista (PRP). No primeiro governo de Rodrigues Alves em São Paulo (1/5/1900 a 13/2/1902) foi segundo delegado auxiliar.

Em 1903, sempre pelo PRP, foi eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1903-1905. Reeleito para as duas legislaturas seguintes, permaneceria na Câmara dos Deputados de 1903 a 1911 e aí participaria da Comissão de Diplomacia e Tratados. Vinculado à ala conservadora do PRP, na sucessão presidencial de 1910 defendeu a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, posição que comprometeu sua reeleição. Foi então nomeado secretário da presidência da República no governo Hermes em substituição a Alcebíades Peçanha, e exerceu o cargo de 7 abril de 1913 a 10 de novembro de 1914. Ao final da gestão foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União e aí permaneceu até 23 de março de 1937, quando se aposentou. Após exonerar-se da Faculdade de Direito de São Paulo passou a se dedicar à sua fazenda de café, em Jaboticabal.

Faleceu em 30 de março de 1950, no Rio de Janeiro. Foi homenageado recebendo moção unânime em louvor aos serviços prestados à Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo.

Casou-se com Clotilde Augusta Pereira Barreto, filha de Luís Pereira Barreto, médico, cientista e cafeicultor, constituinte de 1891 e deputado federal por São Paulo de 1891 a 1893. Seu filho, Jesuíno Ubaldo Cardoso de Melo Filho, foi juiz de direito em São Paulo. A família Cardoso de Melo teve diversos nomes que ganharam destaque em carreiras jurídicas e na vida política de São Paulo.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); CALIMAN, A. *Legislativo*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Duplipensar. Disponível em: <<http://www.duplipensar.net/dossies/historia-das-eleicoes/presidente-hermes-da-fonseca.html>>; FONSECA, A; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; SOC. BRAS. HIST. DA MEDICINA. Disponível em: <http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=medicos_view&codigo=162>; TRIB. CONT. UNIÃO. *Ministros do Tribunal*.

CARDOSO, MAURÍCIO GRACO

*dep. fed. CE 1906-1911; dep. fed. SE 1921-1922; sen. SE 1922; pres. SE 1922-1926; dep. fed. SE 1927-1930; const. 1946; dep. fed. SE 1946-1950.

Maurício Graco Cardoso nasceu em Estância (SE) no dia 9 de agosto de 1874, filho de Brício Cardoso, professor e deputado estadual na Primeira República, e de Mirena Cardoso. Seu tio, Fausto Cardoso, depôs o presidente de Sergipe em 1906, com o auxílio de civis e da força policial, e ocupou o governo do estado. Por ordem do presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), as forças do Exército sediadas em Aracaju cercaram o palácio para reconduzir o presidente deposto, e Fausto Cardoso foi morto ao tentar resistir.

Maurício Graco Cardoso iniciou seus estudos em Aracaju, onde exerceu também o jornalismo, tendo fundado *O Republicano*, do qual era proprietário. Em 1891 foi redator de *O Operário*, órgão de uma associação de classe. Ainda nesse ano mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha. Em 1892, porém, ingressou na Escola Militar do Ceará, em Fortaleza, estabelecimento criado no fim do Império pelo ministro da Guerra, Tomás Coelho, e que seria extinto em 1897, já no governo do presidente Prudente de Moraes (1894-1898). Na capital cearense foi redator de *A República* e de *Fanal*, em 1892.

Em 1894, por ocasião da Revolta da Armada, que durou de 6 de setembro de 1893 a 24 de junho de 1894, foi enviado ao Rio de Janeiro em missão militar e participou, a bordo do cruzador *Niterói*, do combate que resultou no afundamento do *Aquidaban*, defendendo o governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). De volta a Fortaleza, em 1895 tornou-se redator de *A Pena*, juntamente com Marcolino Fagundes e Matos Guerra. Em 1899 iniciou o curso de direito no Rio de Janeiro, mas interrompeu-o em seguida para retomá-lo em Fortaleza, para onde voltara.

Iniciou sua carreira política no Ceará, ligando-se ao partido do conselheiro Antônio Nogueira Acióli, então presidente do estado e seu sogro, cuja família vinha mantendo o domínio político estadual desde 1896. Segundo Domingos Olímpio, citado por Pedro Nava, Cardoso foi “um piolho lázaro nas virilhas da oligarquia Acióli”. Em 1904 foi nomeado secretário da Fazenda do Ceará e no ano seguinte elegeu-se deputado federal por esse estado. Assumiu o mandato em 1906, e em 1907 bacharelou-se pela Faculdade Livre de

Direito do Ceará, onde, no mesmo ano, passou a lecionar direito constitucional. Foi ainda eleito sócio-benemérito da Fênix Caixeiral, por serviços prestados a essa classe em Fortaleza. Em 1908 foi reeleito deputado federal para a legislatura 1909-1911 e, logo em seguida, elegeu-se vice-presidente do Ceará, na chapa encabeçada por Nogueira Acióli, que governaria até 1912.

Ao se iniciarem as articulações em torno da sucessão estadual, Acióli indicou o desembargador Domingos Carneiro para seu sucessor, mas as oposições, contando com a simpatia do governo federal, apresentaram a candidatura do general Franco Rabelo, na suposição de que uma proposição militar seria de inegável eficácia na derrubada da oligarquia. A campanha foi tumultuada por choques sucessivos entre a força policial, reforçada por jagunços enviados a Fortaleza pelas lideranças oligárquicas do interior, e tropas do Exército, fortalecidas com a adesão de elementos civis partidários de Rabelo. Pressionado pela corrente militar estimulada pelo plano de “salvações” posto em prática pelo presidente da República, marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), Nogueira Acióli passou o governo em janeiro de 1912 a Antônio Frederico de Carvalho Mota e renunciou no dia 24 de fevereiro em favor de Graco Cardoso, que não chegou a tomar posse. Franco Rabelo foi eleito presidente do Ceará, e no dia 12 de julho Carvalho Mota passou o governo ao presidente da Assembleia, coronel Belisário Cícero Alexandrino, que dois dias depois o transferiria a Franco Rabelo. Nesse período, Graco Cardoso foi também redator de *A Imprensa*, que defendia a posição política da família Acióli. Sentindo que sua vida corria perigo, em virtude do poder repressivo da nova situação política no estado, refugiou-se no Rio de Janeiro, desligando-se definitivamente da política cearense.

A inexperiência administrativa de Franco Rabelo levou seu governo a um nível de deterioração política quase integral. A intranquilidade e a insatisfação voltaram a amotinar a população, e os Acióli, em aliança com Floro Bartolomeu e com o padre Cícero Romão Batista, que formara adeptos e místicos em todo o vale do Cariri, rearmaram jagunços e marcharam sobre Fortaleza sitiando a capital. José Gomes Pinheiro Machado, senador gaúcho, que àquela altura passara a hostilizar Rabelo, induziu o marechal Hermes da Fonseca a decretar intervenção federal no Ceará, o que ocorreu em 10 de março de 1914, com a chegada de tropas do Exército sob o comando do general Fernando Setembrino de Carvalho.

Em agosto de 1915, já no governo Venceslau Brás (1914-1918), Graco Cardoso foi nomeado secretário do ministro da Agricultura, José Rufino Bezerra Cavalcanti (1915-1917). Em seguida, foi consultor do mesmo ministério e superintendente dos patronatos agrícolas, durante a administração de João Gonçalves Pereira Lima (1917-1918). Em 1916 passou a lecionar na Escola de Agricultura e Veterinária do Rio de Janeiro, onde ficou até 1921, quando voltou à política, elegendo-se deputado federal por Sergipe. Exerceu o mandato de maio de 1921 até maio de 1922, quando deixou a Câmara por ter sido eleito senador pelo mesmo estado, na vaga aberta com a morte do senador Manuel Presciliano de Oliveira Valadão. Pouco depois deixou o Senado, por ter sido eleito presidente de Sergipe. Tomou posse em outubro de 1922 e governou até outubro de 1926. Foi novamente eleito deputado federal por seu estado, para a legislatura 1927-1929, e reeleito em 1930, mas seu mandato foi interrompido pela revolução de outubro daquele ano.

Nesse episódio, Graco Cardoso teve participação em defesa da legalidade, pois, solidário com o presidente de Sergipe, Manuel Correia Dantas, integrou-se à campanha da Concentração Conservadora, que sustentava a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República. Deflagrado o movimento revolucionário em 3 de outubro, através do qual os partidários da Aliança Liberal (que apoiava Getúlio Vargas) protestavam contra o resultado das urnas, Manuel Dantas colocou-se ao lado do presidente Washington Luís, que, afinal, foi deposto no dia 24 de outubro. Manuel Dantas foi então afastado do governo de Sergipe e substituído pelo tenente-médico do Exército Erônides de Carvalho, e Graco Cardoso afastou-se da política pela segunda vez.

Em 1933, candidatou-se a deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Republicano Progressista (PRP), mas não se elegeu, obtendo apenas 2.854 votos. Em maio de 1937, na qualidade de representante de seu partido, participou da convenção nacional das correntes situacionistas estaduais (exceto as de São Paulo e do Rio Grande do Sul), que escolheu José Américo de Almeida candidato à presidência da República, para disputar o cargo com Armando Sales de Oliveira, da União Democrática Brasileira (UDB), e com Plínio Salgado, da Ação Integralista Brasileira (AIB). Entretanto, as eleições presidenciais marcadas para 3 de janeiro de 1938 foram suspensas pelo golpe de 10 de novembro de 1937, que implantou o Estado Novo (1937-1945).

Em 1945, com a desagregação do Estado Novo e a reconstitucionalização do país, Graco

Cardoso filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) e apoiou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República, elegendo-se ele próprio, no pleito de dezembro, deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Após a promulgação da nova Carta em 18 de setembro de 1946, por ser o parlamentar mais idoso, presidiu a instalação da Câmara e do Senado na sessão do dia 23 de setembro, quando passou a exercer mandato ordinário. Nessa legislatura, foi relator da lei que criou a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), hoje subsidiária da Eletrobrás.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 3 de maio de 1950, em pleno exercício do mandato de deputado federal.

Publicou *Contos fantásticos* (1891), *A bordo do cruzador Niterói* (1894), *A camponesa* (1895), *Carta republicana* (1896), *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil* (1918) e *Instrução pública: pequenas considerações*.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BLAKE, A. *Diccionario*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; FRANCO, A. *Escalada*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; *Ilustração brasileira*; LIRA, A. *Senado*; WYNNE, J. *História*.

CARDOSO, MAURÍCIO

*rev. 1930; min. Just. 1931-1932; rev. 1932; const. 1934; interv. RS 1938.

Joaquim Maurício Cardoso nasceu em Soledade (RS) no dia 9 de agosto de 1888, filho de Melquisedeque Matusalém Cardoso e de Eugênia Gralha Cardoso. Seu pai foi desembargador e vice-presidente do Supremo Tribunal do Rio Grande do Sul.

Depois de frequentar um internato dirigido por imigrantes alemães, transferiu-se para a Escola Brasileira, onde concluiu o curso de humanidades, sempre em seu estado natal. Ingressou então na Faculdade de Direito de Porto Alegre e aí participou da chamada “geração 1907”, junto com Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho e outros, que ganharam projeção nacional com as revoluções de 1923 e 1930. Segundo Joseph Love, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor dividiam a liderança intelectual do grupo, que formou o Bloco Acadêmico Castilhistas, congregando estudantes, civis e militares vinculados ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e teve destacada atuação na campanha eleitoral de 1907 para a presidência do estado, apoiando o candidato republicano Carlos Gonçalves Barbosa, vitorioso no pleito.

Nessa época, junto com João Neves, Getúlio Vargas e Paim Filho, Maurício Cardoso fundou jornal *O Debate*, órgão do Bloco Acadêmico, e, ao lado de João Neves e Jacinto Godói, criou a revista literária *Panthun*, da qual foi diretor. Diplomado em 1908, passou a exercer a advocacia na capital gaúcha e assumiu a direção da cadeira de direito internacional da faculdade em que estudara, continuando, como membro do PRR, suas atividades políticas iniciadas no Bloco Acadêmico.

Eleito deputado estadual em 1913 na legenda do PRR, renunciou ao mandato no ano seguinte em protesto contra a decisão tomada por Antônio Augusto Borges de Medeiros, líder do partido e presidente do Rio Grande do Sul, proibindo a exportação de cereais para a Europa durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1919, afastado da política, foi aprovado no concurso para titular da cadeira de direito comercial da Faculdade de Direito de Porto Alegre, desligando-se então do outro curso que dirigia na mesma escola.

No início de 1923, eclodiu no Rio Grande do Sul o conflito que opôs os republicanos liderados por Borges de Medeiros aos federalistas e dissidentes encabeçados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, os quais, denunciando fraude, rebelaram-se contra a reeleição do líder republicano para o quinto mandato como presidente do estado. Em outubro, em meio

à luta, o PRR realizou um congresso no qual Maurício Cardoso, João Neves e Lindolfo Collor, por seus discursos e manifestos inflamados, foram figuras de destaque. Nesse encontro, Borges de Medeiros foi autorizado por seus correligionários a fazer algumas concessões ao general Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, encarregado pelo presidente da República, Artur Bernardes, da pacificação do estado. Em dezembro, o fim do conflito foi selado com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, que garantia a permanência de Borges no governo até o final do mandato mas impedia nova reeleição. Após a chamada Revolução de 1923, Maurício Cardoso retornou à advocacia, permanecendo afastado da política até a eleição de Getúlio Vargas para a chefia do governo gaúcho, em 1927, quando voltou a se dedicar com maior afinco ao PRR, tornando-se um dos seus principais nomes.

A CAMPANHA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930

O ano de 1929 marcou o início da disputa pela sucessão de Washington Luís no governo federal. Discordando da candidatura situacionista de Júlio Prestes, Maurício Cardoso participou das primeiras movimentações oposicionistas que levaram à formação da Aliança Liberal, coligação interpartidária de alcance nacional que em agosto lançou oficialmente a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa para concorrer às eleições presidenciais marcadas para 1º de março de 1930. Ativo participante da campanha da Aliança Liberal em seu estado, em fins de 1929 Maurício Cardoso pronunciou discurso que espelhava a crescente radicalização da oposição gaúcha, comparando sua pregação a uma nova campanha abolicionista da qual não poderia haver retrocesso.

As eleições de março de 1930, entretanto, deram a vitória a Júlio Prestes, resultado que levou à divisão dos oposicionistas em duas tendências. A primeira, liderada por João Neves e apoiada por Maurício Cardoso e Osvaldo Aranha, entre outros, propunha a organização de um levante contra o governo federal, enquanto a segunda corrente considerava encerrada a tarefa da coalizão e não aceitava a idéia de um confronto violento com os situacionistas. Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, não aderiu imediatamente à via armada, cuja articulação sofreu um retrocesso com a exoneração de Osvaldo Aranha do cargo de secretário do Interior do governo gaúcho (26/6/1930). Pouco depois, Maurício Cardoso viajou para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para observar o andamento da

conspiração e avaliar suas possibilidades de êxito. Reuniu-se com João Neves, líder da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados, e ao final do encontro ambos concordaram em reagrupar os elementos dispersos e procurar os hesitantes, cabendo a Maurício Cardoso viajar para Minas Gerais e se encontrar com Artur Bernardes, Mário Brant e Djalma Pinheiro Chagas, líderes do Partido Republicano Mineiro (PRM), que dominava a política do estado. Nesses entendimentos, Maurício Cardoso soube que o presidente mineiro, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, concordava em princípio com o movimento, condicionando porém a adesão de Minas à opinião de seu sucessor recém-eleito, Olegário Maciel, que se encontrava no Rio de Janeiro. Cardoso retornou então à capital federal para se encontrar com Maciel, prosseguindo nas articulações que, segundo João Neves, foram decisivas na obtenção do compromisso dos mineiros com a revolução.

A preparação do levante foi intensificada depois do assassinio de João Pessoa, ocorrido em Recife em 26 de julho. Data dessa época o aprofundamento da amizade de Maurício Cardoso com Osvaldo Aranha, de quem se tornou confidente e conselheiro, bem como sua ligação com alguns “tenentes”, jovens oficiais sublevados em 1922 e 1924 e remanescentes da Coluna Prestes. De volta ao Rio Grande do Sul, participou dos entendimentos com Borges de Medeiros para conseguir sua adesão ao movimento, que ainda enfrentava oposição dentro das fileiras do PRR. Apesar disso, a facção revolucionária intensificou seus preparativos, organizando a chamada “coluna-mestra da revolução”, composta de um grupo de comando — onde Maurício Cardoso atuava, sob a coordenação de Osvaldo Aranha e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe militar do movimento — e de diversos núcleos. Entre outras funções, Cardoso atuou como especialista em códigos, traduzindo ordens dadas pelo governo federal e cifrando as orientações distribuídas aos conspiradores.

A eclosão do movimento foi marcada para o dia 3 de outubro, com início simultâneo no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Coube a Maurício Cardoso dirigir, na capital gaúcha, a ocupação dos prédios dos Correios e Telégrafos, Alfândega e Delegacia Fiscal, enquanto companheiros seus, divididos em grupos, atacavam outras posições estratégicas para assumir o controle da cidade. O levante foi vitorioso e, depois da consolidação da situação militar em todo o estado, as forças gaúchas iniciaram sua marcha para o norte, atingindo em poucos dias os arredores de São Paulo. Em 12 de outubro Getúlio Vargas assumiu formalmente o comando da revolução e decidiu partir de Porto Alegre rumo ao

Distrito Federal, ocasião em que Maurício Cardoso integrou-se a seu estado-maior.

No dia 24 de outubro, em meio aos preparativos para o ataque a São Paulo, os revolucionários receberam a notícia da deposição, no Rio, do presidente Washington Luís, e da formação de uma junta governativa provisória composta por oficiais-generais das forças armadas. Diante desse fato, as operações foram suspensas, e Vargas, então no Paraná com sua comitiva, decidiu que seguiria para o Rio. Maurício Cardoso integrou então um grupo, liderado por João Neves, que antes da partida de Vargas foi enviado à capital paulista com a finalidade de preparar o terreno para a chegada posterior do chefe da revolução e buscar uma solução para o problema da reorganização do poder estadual. Quanto a esse ponto, Getúlio Vargas determinou que não fosse reconhecida a investidura do general Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª Região Militar, que assumira a chefia do governo paulista no dia da deposição de Washington Luís por indicação da junta que o derrubara, e que o capitão João Alberto Lins de Barros, líder tenentista de grande prestígio, fosse nomeado seu delegado especial no estado.

Durante a viagem para São Paulo, em conversa com Paulo Nogueira Filho, Maurício Cardoso mostrou-se contrário à entrega do governo paulista ao Partido Democrático (PD), principal apoio político-militar da revolução no estado, pois, segundo ele, com o tempo o PD poderia se aproximar do Partido Republicano Paulista (PRP), um dos sustentáculos da situação pré-revolucionária. Com efeito, Francisco Morato, presidente do PD, foi preterido na escolha do interventor federal em São Paulo, cargo que foi entregue a João Alberto no dia 25 de novembro. Nesse episódio, emergiu a oposição entre as correntes paulistas tradicionais, que passaram a reivindicar a reconstitucionalização do país e a devolução da autonomia estadual, e as forças tenentistas apoiadas pelo governo provisório da República. A prolongada crise política daí resultante teve importantes consequências na situação nacional.

O retorno de Maurício Cardoso a Porto Alegre foi precedido de boatos segundo os quais lançaria a candidatura de João Neves à interventoria gaúcha, então ocupada por Sinval Saldanha. Ao desembarcar, foi recebido por um grupo que, exaltado, resolveu depor Saldanha imediatamente e empossá-lo em seu lugar. Maurício Cardoso, entretanto, se opôs a essas atitudes.

NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

A condução dada à vida política nacional pelo governo provisório chefiado por Getúlio Vargas depois da vitória da revolução provocou a marginalização de tradicionais segmentos políticos em diversos estados, inclusive no Rio Grande do Sul, o que levou a uma redefinição da posição daquele estado no plano nacional. A partir de 1931, Maurício Cardoso e outros expressivos líderes gaúchos aproximaram-se dos paulistas, intensificando a campanha pela constitucionalização do país e o combate à implantação de diretrizes centralizadoras. Nesse processo, o Rio Grande do Sul reuniu um setor dotado de unidade política interna e condições de enfrentar o fortalecimento dos “tenentes” favorecido pela política de Vargas, passando a ter uma atuação em nível nacional.

No início de dezembro de 1931, Maurício Cardoso foi indicado para substituir Osvaldo Aranha no cargo de ministro da Justiça, tornando-se assim o porta-voz oficial do Rio Grande do Sul no governo provisório, e estabelecendo como meta prioritária de sua gestão a convocação de uma assembleia nacional constituinte. Quatro dias antes de sua posse realizada no dia 21 de dezembro, o Clube 3 de Outubro, organização de caráter tenentista formada para defender os princípios da Revolução de 1930, reuniu-se em assembleia e divulgou nota de apoio aos interventores estaduais designados pelo governo provisório, especialmente aqueles contrários à convocação imediata da Constituinte. No dia 23, Cardoso determinou o fim da censura à imprensa em todo o país e formou uma comissão de juristas, presidida por ele próprio, encarregada de rever o anteprojeto de alistamento eleitoral.

O resultado dos trabalhos dessa comissão, apresentado em fevereiro de 1932, foi transformado, através do Decreto nº 20.076, no novo Código Eleitoral, que regulava o alistamento dos cidadãos com direito a voto e os pleitos em todos os níveis, e trazia como inovações mais importantes a introdução do sufrágio universal, direto e secreto, e a formação da Justiça Eleitoral. Por maioria, e contando com o voto favorável de Maurício Cardoso, a comissão fixou em 20 mil o número de eleitores correspondentes a cada cadeira da Câmara dos Deputados, não podendo haver bancadas estaduais com menos de quatro ou mais de 30 deputados.

No dia seguinte à promulgação do novo Código Eleitoral, elementos vinculados ao Clube 3 de Outubro empastelaram o jornal *Diário Carioca*, um dos órgãos que mais se destacavam

na luta pela constitucionalização do país. Maurício Cardoso e seu conterrâneo João Batista Luzardo, chefe de Polícia do Distrito Federal, determinaram a apuração das responsabilidades, mas foram desautorizados pelo governo provisório, que não apoiava integralmente as medidas tomadas pelo ministro da Justiça a fim de apressar a constitucionalização do país. O episódio provocou a renúncia coletiva, apresentada no dia 3 de março de 1932, dos representantes do Rio Grande do Sul no governo provisório, entre os quais estavam Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, João Neves e Batista Luzardo.

A partir de então, a liderança gaúcha decidiu assumir definitivamente uma aliança político-militar com as oligarquias paulistas em torno da defesa da constitucionalização, iniciando, inclusive, preparativos para um enfrentamento militar com o governo federal, sem prejuízo da continuação das negociações com Vargas, em caráter diversionista. No dia 21 de março Maurício Cardoso deixou o ministério, sendo substituído sucessivamente, e sempre em caráter interino, por Francisco Campos (de março a setembro) e Afrânio de Melo Franco (de setembro a novembro), até a nomeação do novo titular, Francisco Antunes Maciel Júnior.

Maurício Cardoso partiu então para o Sul junto com os outros demissionários. Na escala feita em São Paulo, pediram que a Frente Única Paulista (FUP) — coligação do PD e do PRP que preparava um levante contra o governo federal — enviasse emissários ao Rio Grande do Sul para acertarem a participação gaúcha no movimento. Entretanto, nas reuniões realizadas em Porto Alegre com líderes da Frente Única Gaúcha (FUG) — que agrupava o Partido Libertador (PL) e o PRR —, não ficou definido o compromisso oficial da FUG com os paulistas.

Durante o mês de março, os líderes gaúchos fizeram duas tentativas frustradas de conciliação com Vargas através de documentos, o primeiro conhecido como *Heptálogo*, por iniciativa de Joaquim Francisco de Assis Brasil, e o outro, *Decálogo*, patrocinado por Borges de Medeiros e Raul Pilla, onde eram apresentadas as reivindicações da FUG, que foram recusadas pelo chefe do governo provisório. No dia 28 do mesmo mês, Maurício Cardoso participou de um encontro realizado em Cachoeira do Sul (RS) com a presença de Borges de Medeiros, Assis Brasil, Flores da Cunha, João Neves, Lindolfo Collor e Batista Luzardo, entre outros, onde ficou decidido o apoio às reivindicações contidas no *Decálogo*, o afastamento do PRR e do PL do governo e a indicação de Flores da Cunha para

representar a FUG junto a Vargas.

Em junho, Maurício Cardoso foi consultado por Vargas sobre a possibilidade de assumir a interventoria gaúcha no lugar de Flores da Cunha, que seria deslocado para o Ministério da Justiça. Pretendendo evitar a reedição de sua passagem pelo ministério, Cardoso condicionou sua aceitação da proposta ao apoio da FUG, ao consentimento prévio de Flores para qualquer alteração que viesse a fazer na interventoria e à constitucionalização progressiva do estado. A proposta de Vargas não chegou a se concretizar em função do agravamento da situação política no Rio Grande do Sul e dos ataques do jornal republicano *A Federação*, dirigido por Lindolfo Collor, da mesma facção de Cardoso, contra Flores, que se viu impossibilitado de afastar-se da interventoria.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Nessa conjuntura política, o agravamento das tensões acabou resultando na eclosão, em 9 de julho de 1932, da Revolução Constitucionalista em São Paulo, que foi rapidamente vitoriosa no estado e deu início a uma guerra civil contra as forças do governo provisório deslocadas de outras regiões do país. Embora envolvida na articulação do movimento, a FUG não teve participação direta no conflito, e líderes como Borges de Medeiros e Raul Pilla chegaram a propor o apaziguamento imediato, o que foi entretanto rejeitado pelos paulistas.

No início das operações militares, Vargas solicitou a presença de Maurício Cardoso no Distrito Federal a fim de torná-lo intermediário de uma proposta de pacificação. Do encontro de ambos resultou a chamada “Missão Maurício Cardoso”, que incluiu duas viagens do líder gaúcho a São Paulo, a primeira em fins de julho — sem resultado — e a segunda em 10 de agosto, quando Cardoso, em nome de Vargas, apresentou aos revolucionários uma proposta de paz cujos principais pontos eram a outorga imediata de uma constituição provisória, a permanência de Vargas no poder, a anistia parcial, o desarmamento da Força Pública paulista e a convocação de eleições para uma assembleia nacional constituinte em 3 de maio de 1933. Através de Valdemar Ferreira, os revolucionários responderam que só aceitariam depor as armas caso fosse constituído um “governo coletivo” que correspondesse às expectativas do país. Diante do impasse, Maurício Cardoso considerou terminada sua missão e retornou ao Rio Grande do Sul em 23

de agosto. Posteriormente, o general Euclides Figueiredo, comandante das forças constitucionalistas, lamentou que a missão Maurício Cardoso não tivesse sido convenientemente aproveitada pelo comando supremo da revolução, pois, caso contrário, “a luta poderia ter então terminado com a adoção de uma constituição provisória”.

Diante da evolução dos acontecimentos, e discordando do apoio de Flores da Cunha ao governo provisório — o que representava a ruptura do compromisso assumido pelos gaúchos junto aos paulistas —, Borges de Medeiros e Raul Pilla articularam a eclosão no Rio Grande do Sul de um movimento solidário com a causa constitucionalista, visando com isso a diminuir a pressão das tropas gaúchas sobre São Paulo. Entretanto, o levante foi rapidamente dominado. Pouco antes de ser preso, em 20 de setembro, Borges de Medeiros passou a chefia do PRR e a direção do jornal *A Federação* a Maurício Cardoso.

Sem contar com o apoio esperado nos outros estados, os paulistas sustentaram a luta até 2 de outubro de 1932, quando foi assinado o armistício determinando a cessação dos combates e selando a vitória das forças do governo provisório. Pouco depois, Maurício Cardoso iniciou articulações para a formação de um partido nacional, o que gerou rumores sobre sua participação numa tentativa de reorganização dos elementos da FUG que se encontravam no exílio desde o fim da Revolução Constitucionalista. No início de novembro, o jornal gaúcho *Correio do Povo* divulgou a formação de uma comissão central interina da FUG, presidida por Maurício Cardoso, representando o PRR, e Amaro Silveira, do PL. Anunciou ainda que seriam reorganizados os diretórios dos partidos em todos os municípios do estado e que a comissão estava de partida para Rivera (Uruguai), onde seriam realizados congressos do PRR, do PL e da FUG, reunindo os líderes exilados.

Nessa época, Maurício Cardoso tentou estabelecer uma trégua política com Flores da Cunha, que ultimava os preparativos para o lançamento do Partido Republicano Liberal (PRL). Através de entendimentos com o interventor, procurou obter o adiamento da convenção do PRL, de modo a possibilitar à FUG a reabsorção dos seus antigos quadros antes que estes se comprometessem com o partido do interventor. Flores, entretanto, embora declarasse estar disposto a aceitar a trégua, não interrompeu seu trabalho de arregimentação.

A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

Os congressos de Rivera confirmaram a liderança dos chefes exilados, bem como o papel de Maurício Cardoso e Amaro da Silveira, seus representantes no Brasil e componentes da comissão central interina encarregada da reorganização do PRR e do PL em frente única, tendo em vista o engajamento da FUG nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte previstas para maio de 1933. Como consequência dessas decisões, toda a campanha dos dois partidos foi feita em conjunto, sob a coordenação de Cardoso e Silveira, que tiveram que enfrentar os mais diversos obstáculos impostos por Flores da Cunha, como a proibição de manifestações públicas, a prisão de membros da FUG e a intervenção governamental no jornal *A Federação*.

Às vésperas do pleito, Flores suspendeu os direitos políticos de quatro candidatos da FUG que haviam participado do levante de apoio à Revolução Constitucionalista de 1932, o que, à luz da legislação eleitoral então vigente, acarretava a invalidação de todos os nomes da chapa a que eles pertenciam. Diante disso, Cardoso e Silveira foram obrigados a improvisar às pressas novas listas, o que prejudicou o desempenho eleitoral da FUG. Apenas três dos seus candidatos — Maurício Cardoso e Adroaldo Mesquita da Costa, do PRR, e Assis Brasil, do PL — foram eleitos para integrar a bancada de 16 deputados gaúchos na Constituinte. Os 13 restantes pertenciam ao PRL, que conquistou o eleitorado católico graças ao compromisso assumido por Flores de introduzir em seu programa os “pontos mínimos” estabelecidos pela Liga Eleitoral Católica (LEC).

Diante desse resultado, que praticamente alijou a FUG da Constituinte, a oposição gaúcha ficou impossibilitada de influir no processo político em curso no plano nacional. Não tendo acesso à Comissão Constitucional — encarregada do estudo do anteprojeto e das emendas a ele apresentadas —, a FUG teve sua atuação limitada às discussões plenárias, nas quais pautou-se pela contestação sistemática ao encaminhamento dos trabalhos, ao regime discricionário e ao situacionismo gaúcho. Nesse quadro, Maurício Cardoso — líder da FUG na Constituinte — empenhou seu prestígio e conhecimento jurídico nos debates sobre problemas técnicos e políticos da elaboração do texto constitucional, e nessas discussões teve como interlocutores mais constantes Levi Carneiro, Raul Fernandes e Odilon Braga, integrantes da Comissão Constitucional.

Durante os trabalhos, Cardoso bateu-se principalmente pela liberdade de imprensa, a anistia (associada ao restabelecimento dos direitos civis), a organização das classes através de

associações livremente formadas para a defesa de seus interesses, a adoção do voto secreto como princípio constitucional, e o estabelecimento de um regime político que representasse um meio-termo entre o parlamentarismo e o presidencialismo.

Em junho de 1934, o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou entrevista de Maurício Cardoso na qual este se declarava contrário à proposta governamental de que a Constituinte, depois de concluir seus trabalhos, fosse transformada em assembleia ordinária, com a prorrogação dos mandatos dos seus integrantes. Essa proposição oficial encontrou fortes resistências — principalmente das bancadas paulista, pernambucana e baiana —, que forçaram a abertura de um processo de negociações cujo resultado foi a prorrogação dos mandatos até a expedição dos diplomas dos deputados que seriam eleitos em outubro do mesmo ano. Nesse pleito, Maurício Cardoso teve seu mandato renovado para a legislatura ordinária iniciada em 1935, mas não chegou a assumir sua cadeira na Câmara, por ter sido também eleito para a Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul e ter optado pelo mandato estadual.

DE VOLTA AO RIO GRANDE DO SUL

Eleito presidente da comissão executiva do PRR no início de 1935, Maurício Cardoso atuou na Constituinte estadual até o fim dos seus trabalhos, ocorrido em 29 de junho, com a promulgação da Constituição gaúcha e a eleição do interventor Flores da Cunha para o cargo de governador. O ano foi marcado também pela expansão da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política antiimperialista apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), e da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de cunho fascista fundada em 1932 por Plínio Salgado. O combate a essas duas tendências radicais e à ação centralizadora do governo federal fez com que Flores da Cunha e a FUG chegassem a um acordo, formando um gabinete misto de governo e atuando de forma combinada na administração estadual.

Entretanto, nessa época já existia uma corrente política, formada por elementos do PRR, do PL e do PRL, que pretendia apoiar o governo federal contra Flores. Principalmente a partir de março de 1936, Maurício Cardoso, forte opositor do acordo entre a FUG e o governador, passou a atuar em consonância com a orientação de Vargas, sendo incumbido de desenvolver, junto com João Neves, planos para a “pacificação da política nacional” (cujo

objetivo principal era conseguir a submissão de Flores ao governo federal) e para a reformulação do ministério, no qual a FUG deveria ter papel preponderante.

Ainda no mês de março de 1936, a prisão de quatro deputados e um senador, acusados de ligações com a Revolta Comunista deflagrada pela ANL em novembro do ano anterior, provocou forte reação entre os membros da minoria parlamentar. Tentando respaldo legal para sua atuação no episódio, o governo enviou à sessão de abertura do Congresso, no dia 3 de maio, um projeto em que propunha a suspensão das imunidades daqueles parlamentares. Buscando demonstrar a incongruência dessa medida, a minoria propôs uma reunião com Vargas, à qual compareceram Maurício Cardoso, João Neves, Firmino Paim Filho e Batista Luzardo — representantes das Oposições Coligadas do Rio Grande do Sul —, que apresentaram documento reivindicando, entre outros pontos, trégua política até janeiro de 1937, respeito às imunidades parlamentares e direito de as oposições fiscalizarem as eleições municipais. Depois da recusa de Vargas, a oposição apresentou novo documento, também rechaçado pelo presidente, o que provocou o aprofundamento de suas divergências com o governo.

Em fins de maio de 1936, a discussão na Assembleia Legislativa gaúcha sobre o projeto de criação de uma guarda portuária desencadeou nova crise política no estado. Em seu violento combate a esse projeto, Maurício Cardoso atacou também o governo de Flores, cuja resposta provocou a demissão de Raul Pilla, membro da FUG, da Secretaria de Agricultura. Junto com esses desentendimentos ligados à política estadual, nos conflitos entre a FUG e o governador havia também grande influência da questão da sucessão presidencial, prevista para 1938. Flores atuava de modo a influir decisivamente na escolha do sucessor de Vargas, enquanto este incentivava as dissidências na política interna estadual a fim de enfraquecer o governador, ao mesmo tempo que tentava se aproximar das oposições gaúchas principalmente através de Maurício Cardoso, João Neves e Batista Luzardo, contrários ao acordo entre a FUG e Flores da Cunha.

No mês de outubro de 1936 o acordo foi finalmente rompido. Nessa ocasião, Lindolfo Collor, secretário estadual de Finanças, lançou manifesto acusando Maurício Cardoso e a comissão executiva do PRR de tomar decisões sem consulta às bases eleitorais, e denunciando a participação da FUG nos preparativos para uma intervenção federal no estado. O documento suscitou uma resposta de Borges de Medeiros, que em seu manifesto

defendeu a atuação de Cardoso e afirmou que, a partir do segundo semestre de 1936, Flores da Cunha começara subitamente a revigorar as milícias conhecidas como “corpos provisórios”, o que havia criado a convicção geral de que o Rio Grande do Sul se preparava para agredir militarmente o governo federal. Segundo Borges, nesse contexto deliberou-se que Maurício Cardoso iria ao Distrito Federal para parlamentar com Vargas sobre a formação de um “governo nacional” que “pacificasse as correntes políticas do Brasil”.

No ano de 1937, o problema da sucessão presidencial foi o catalisador de todos os debates, alianças e crises políticas no país. No Rio Grande do Sul, os três partidos encontravam-se cindidos. O PRR e o PL estavam aliados ao governo federal e, junto com dissidentes do PRL, apoiavam o candidato situacionista, José Américo de Almeida. Por outro lado, Flores da Cunha e o PRL apoiavam Armando de Sales Oliveira, também sustentado por dissidências dos partidos da FUG.

Em abril de 1937, as Oposições Coligadas (PRR, PL e dissidência do PRL) passaram a defender que a execução do estado de guerra — vigente desde março de 1936 — deixasse de ser encargo do governador e passasse às mãos de um elemento de confiança do governo federal. Em defesa dessa tese, alegavam que após Flores da Cunha ter perdido a maioria na Assembleia, com a formalização da divisão em seu partido, acentuara-se no estado a situação de insegurança agravada pela mobilização clandestina de forças estaduais e outros preparativos bélicos. No dia 25 de abril, um grupo de parlamentares gaúchos da nova maioria, entre os quais Maurício Cardoso, enviou a Vargas um documento contendo essas acusações, e alguns dias depois o presidente determinou que a aplicação dos poderes excepcionais advindos do estado de guerra passaria a ser da competência do comandante da 3ª Região Militar, general Emílio Lúcio Esteves.

A crise atingiu seu clímax em outubro com a renúncia de Flores da Cunha, que se exilou no Uruguai. O general Manuel de Cerqueira Daltro Filho foi então nomeado interventor e formou seu gabinete com a participação do PRR. Maurício Cardoso foi designado para a Secretaria do Interior e tornou-se presidente do secretariado. Em 10 de novembro, um golpe de Estado liderado pelo próprio presidente Vargas instaurou o Estado Novo, suspendendo as eleições previstas para o ano seguinte e suprimindo todos os órgãos legislativos do país. Nessa ocasião, o PRR hipotecou solidariedade a Vargas. Em dezembro, quando foi proibido o funcionamento de todos os partidos políticos, o PRR recomendou a todos os

seus membros que se abstivessem de quaisquer atividades político-partidárias até a promulgação do novo código eleitoral. Ao mesmo tempo, Maurício Cardoso e os representantes do PL demitiram-se dos cargos que ocupavam no governo estadual.

Com a morte de Daltro Filho, no dia 19 de janeiro de 1938, Maurício Cardoso assumiu interinamente a interventoria gaúcha, permanecendo no cargo até a posse do coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, em 4 de março, quando foi nomeado secretário de Agricultura. Assumindo suas novas funções no dia 15 de março, exerceu-as por pouco tempo. Em 22 de maio de 1938, ao regressar do Rio de Janeiro, o hidroavião em que viajava caiu na Ponta da Praia, em Santos (SP), causando sua morte.

Maurício Cardoso era casado com Maria Guimarães Cardoso.

Deixou publicadas três obras: *Fingindo pedra* (peça teatral em parceria com Jacinto Godói, 1911), *As eleições no Rio Grande do Sul e o protesto dos bernardistas*, (1922) e *Constituição política do Rio Grande do Sul, comentários ao texto* (1935).

Regina da Luz Moreira

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. NAC. *Relação*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CALMON, P. *História*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORTÉS, C. *Gaúcho*; *Cronologia da Assembléia*; *Encic. Mirador*; FERREIRA FILHO, A. *História*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Jornal* (25/12/1942); *Jornal do Comércio*, Rio (24 e 25/5/1938); LEITE, A. *História*; LEVINE, R. *Vargas*; MELO, L. *Subsídios*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1937; SILVA, R. *Notas*; VILAS-BOAS, P. *Notas*.

CARDOSO, Thiers

* dep. fed. RJ 1924-1930.

Thiers Cardoso foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro no início de 1924 e exerceu o mandato de 3 de maio do mesmo ano a 31 de dezembro de 1926. Reeleito no ano seguinte, voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados de 3 de maio de 1927 a 31 de dezembro de 1929. Mais uma vez reeleito em 1930, tomou posse em 3 de maio, mas teve o mandato interrompido em 23 de outubro, com a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu os órgãos legislativos do país.

Em sua homenagem, uma escola de Campos (RJ) foi batizada com o nome de Colégio Estadual Dr. Thiers Cardoso.

Izabel Pimentel da Silva

Fonte: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CARDOSO, Vicente Licínio

* intelectual; pres. ABE 1928-1929.

Vicente Licínio Cardoso nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 3 de agosto de 1889, segundo filho de Licínio Atanásio Cardoso e de Maria Cristina de Oliveira Cardoso. Seu pai, engenheiro formado na Escola Militar, foi professor de matemática na mesma escola, e de mecânica racional na Escola Politécnica a partir de 1887; também formado em medicina em 1889, com tese sobre a homeopatia, notabilizou-se pela divulgação desse conhecimento no Brasil.

Em 1901 iniciou o curso secundário no Externato do então Ginásio Nacional (Colégio Pedro II), formando-se bacharel em letras em 1906. Em fevereiro de 1908 fez exame de admissão para a Escola Politécnica e formou-se engenheiro civil no fim de 1912. A opção por essa formação deveu-se à influência do pai, notório positivista que acreditava que o filho deveria ter uma sólida base matemática. Como também tinha forte inclinação pelas letras e pelas artes, dedicou-se à arquitetura como ramo profissional. De toda forma esteve exposto a forte influência do positivismo comtista, representada principalmente pela figura do pai, e desenvolveu grande admiração intelectual por filósofos como Spinoza e Pascal, que foram objeto de reflexão de seus escritos posteriores.

Começou a trabalhar como engenheiro da prefeitura do Distrito Federal em 1913, mas permaneceu no cargo apenas nove dias. Como arquiteto, manteve um escritório de projetos entre os anos de 1913 e 1921 e nesse período realizou esparsos trabalhos, entre os quais se podem citar: um hotel balneário em Ipanema (1915), um edifício para o grupo escolar de São Gonçalo (1916), um hotel balneário destinado ao Flamengo (1920), uma vila operária para 232 casas (1921), entre outros. Sua carreira de arquiteto praticamente se encerrou com o projeto para o Palácio da Justiça no Rio de Janeiro, em 1921, apresentado em concurso público. Também foi sócio de uma firma de engenharia e construção, a Mendes de Moraes & Cardoso, que realizou alguns de seus projetos.

Tendo prosseguido seus estudos na Escola Politécnica, formou-se engenheiro geógrafo em

maio de 1916. A partir de julho, exerceu as funções de prefeito no município de São Gonçalo (RJ) durante nove meses. Essa atividade, relatada pelo próprio em texto sobre educação, não foi documentada de forma satisfatória por seus biógrafos. Ainda em 1916, viajou para os Estados Unidos, como prêmio por seu desempenho na Politécnica. Lá participou, como membro da Seção de Engenharia Sanitária, do Congresso Científico Pan-Americano, realizado em Washington, e estudou a arquitetura do país. O relatório referente a essa viagem foi apresentado à Congregação da Politécnica em 1916, e posteriormente publicado no livro *Filosofia da arte* (1918). O livro continha também uma tese escrita para um concurso em 1917, de provimento da cadeira de história da arte na Escola Nacional de Belas Artes. A tese geral do livro era que a arte seria função do desenvolvimento dos organismos sociais. Assim, seria possível decifrar a expressão da evolução dos povos por intermédio do estudo estético. Já o texto sobre a arquitetura norte-americana analisava os tipos de construções daquele país a partir de sua relação com o meio social. Licínio associava os tipos arquitetônicos aos modos de organização espacial das diferentes regiões, configurando um argumento espacial de extração positivista que seria bem explorado em outros estudos posteriores

Em 1921, nova viagem, agora ao São Francisco, o marcou profundamente e propiciou material para suas reflexões como ensaísta. Em 1926 iniciou viagem pela Europa, com o propósito de conhecer a Rússia soviética, mas não completou o roteiro inicial por conta do falecimento de seu pai. Em 1927 foi aprovado em concurso para a Escola Politécnica, ocupando a cadeira de Arquitetura civil – Higiene dos edifícios – Saneamento das cidades. Finalmente, ocupou o cargo de subdiretor técnico na Diretoria de Instrução do Distrito Federal entre fevereiro e maio de 1928, a convite de Fernando de Azevedo, que realizava a reforma da instrução pública na capital da República.

Tendo sido sócio-fundador da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, permaneceu relativamente afastado até 1928, quando se tornou presidente da entidade a convite de Amoroso Costa. Durante seu mandato, a ABE realizou um inquérito sobre o ensino superior que culminaria na publicação do livro *O problema universitário brasileiro*

em 1929. Em novembro de 1928, ao ter início a Segunda Conferência Nacional de Educação, em Belo Horizonte, propôs a realização de uma grande cruzada educacional pelo país. Em dezembro do mesmo ano, um desastre de avião matou três importantes membros da ABE – Tobias Moscoso, Amoroso Costa e Ferdinando Laboriau –, fato que o marcara profundamente e o motivaria a atuar de forma mais intensa no debate público sobre o tema da educação. Em 1929 fez algumas viagens pelo país no que chamou de “*raids* educacionais”, tentando organizar um movimento nacional pela educação e buscando ampliar os quadros da ABE. Logo se convenceu da necessidade de criar um órgão de educação mais federativo, que contemplasse outras regiões e evitasse o predomínio dos líderes da capital. Esse projeto, somado à suas constantes viagens, produziu atritos com outros setores da ABE, o que o levou a colaborar na criação da Federação Nacional das Sociedades de Educação em julho de 1929. Em 1930 foi convidado para ser diretor da Escola Politécnica, mas sua morte precoce o impediu de assumir o cargo de forma efetiva. Vicente Licínio suicidou-se com um tiro no dia 10 de junho de 1931, no Hotel Paissandu. Na ocasião, mostrava-se extremamente desencantado tanto com os rumos políticos do país, quanto com a campanha pela educação.

Até então, além de *Filosofia da arte*, publicara vários livros sobre questões políticas e sociais, entre eles *Pensamentos brasileiros* (1924), *Vultos e idéias* (1924), *Figuras e conceitos* (1925) e *Afirmações e comentários* (1925). Entre as obras lançadas postumamente, encontram-se *À margem da história do Brasil* (1933), *Maracás* (1934) e *Pensamento americano* (1937).

A PREOCUPAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

A preocupação com a educação perpassa todos os escritos de Vicente Licínio Cardoso, e pode ser considerada um dos eixos centrais de sua atuação intelectual e política. Acreditava ele que a instrução pública era a principal ferramenta capaz de produzir um corpo social verdadeiramente republicano, distante da inorganicidade que supostamente marcaria a formação social brasileira. Vê-se nessa idéia a marca de sua formação

positivista, que o fazia associar a educação a um projeto mais amplo de organização racional do Brasil moderno. Seu positivismo não se traduziu, porém, numa adesão ortodoxa ao credo comtista, constituindo-se, antes, como uma espécie de cultura intelectual que valorizava a ciência, a racionalidade e os valores da sociedade moderna.

Mirava-se no exemplo dos Estados Unidos, que reputava como uma democracia construída sobre o trabalho livre racional, elemento central para a construção de uma vida social estável e democrática. Contrapunha o republicanismo americano ao francês, caracterizando este como um ideário abstrato, desvinculado dos processos materiais da sociedade. Assim, seu entusiasmo pela educação também era indissociável de certa concepção fordista da sociedade, pois acreditava que a disseminação maciça do ensino estava relacionada à produção de indivíduos ajustados ao mundo da técnica e das máquinas modernas.

Mostrava também grande admiração pela obra educacional de argentinos e uruguaios, enfatizando o papel de liderança exercido por estadistas e escritores como Sarmiento e Rodó. Seu americanismo, portanto, não se confundia com simples admiração pelos valores liberais anglo-saxões, como ocorria com outros intelectuais brasileiros, mas se pautava pela identificação de uma qualidade continental comum. Ao contrário do “europeísmo”, cultura intelectual supostamente artificial, retórica e pouco afeita ao mundo moderno, o americanismo seria a expressão de sociedades novas, vigorosas e marcadas pela dimensão prática de seus homens. Essa visão lhe permitia admirar figuras tão díspares quanto Henry Ford e Rodó, este um esteta desconfiado da civilização material norte-americana e entusiasta da filiação latina dos povos da América do Sul.

Assim, percebe-se que a preocupação de Vicente Licínio Cardoso com a educação relacionava-se a seu próprio ideário político mais amplo. Membro do que se convencionou chamar de “geração de republicanos críticos”, partilhava com intelectuais como Oliveira Viana o desencanto com o experimento liberal de 1891. Como parte dessa geração, sustentava que a República não deveria ser simplesmente um ideal ancorado em fórmulas políticas abstratas, mas sim o resultado da construção orgânica de uma nacionalidade, por intermédio do trabalho livre e da escolarização.

Além do exemplo norte-americano, também atentava para outros países periféricos como o Brasil e a Rússia. Sustentava que essas duas sociedades partilhavam o peso da geografia, já que seriam marcadas pela “força da terra”. Essa expressão é chave em sua obra, significando tanto a difícil relação entre o homem e espaços gigantescos, quanto a dimensão original da modernidade em grandes territórios não-europeus. Assim, argumentava que a relação entre o homem e o meio era mais intensa e problemática nessas regiões, tidas como sociedades “em formação”, mas que teriam a vantagem de se posicionar de forma nova na geografia civilizatória do mundo moderno. Também identificava os Estados Unidos com esse ordenamento, utilizando o conceito de “democratização pela terra” para qualificar um processo de construção nacional marcado pela ocupação livre das fronteiras e por uma sociabilidade construída pela ação prática dos cidadãos. O peso da argumentação geográfica no ideário de Vicente Licínio Cardoso relacionava-se tanto ao positivismo – que valorizava explicações que associavam homem e meio de forma determinista – quanto às próprias circunstâncias de sua formação intelectual como engenheiro.

Sobre Vicente Licínio Cardoso, podem-se citar as seguintes obras específicas: *O super humanismo de Vicente Licínio Cardoso* (1934), de Castilhos Goycochea, *O legado de Vicente Licínio Cardoso* (1975), de Sydney M. G. dos Santos, e a tese de mestrado *Vicente Licínio Cardoso: pensamento e atuação educacional* (1975), de Marta Maria de Carvalho Tinoco. Os seguintes títulos também tratam de sua obra e de sua trajetória, embora não de forma exclusiva: *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)* (1998), de Marta Maria Chagas de Carvalho, *Matrizes da modernidade republicana – cultura política e pensamento educacional no Brasil* (2004), de Marlos Bessa Mendes da Rocha, e *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro* (2008), de João Marcelo E. Maia.

João Marcelo Maia

FONTES: CARVALHO, M. *Molde*; GOYCOCHEA, C. *Super humanismo*;
SANTOS, S. *Legado*.

CARETA

Revista ilustrada semanal fundada por Jorge Schmidt na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 6 de junho de 1908, e extinta em novembro de 1960.

Ao ser lançada, além de ter Jorge Schmidt como proprietário-editor, *Careta* tinha J. Carlos como diretor e ilustrador. Em 1921 J. Carlos deixou a revista para se dedicar à direção das publicações da empresa O Malho, mas em 1935 retornou à *Careta*, onde trabalhou até morrer em 1950. A *Careta* também teve como colaboradores outros artistas gráficos bastante conhecidos na época, tais como Belmonte, Malagute, Raul Pederneiras e Theo.

O primeiro número da revista trazia na capa uma caricatura do presidente Afonso Pena, seguindo-se sete páginas de propaganda e o editorial de lançamento, chamado de “artigo de fundo”. Nele, a revista anunciava seu caráter editorial satírico e humorístico – presente no próprio título – e evidenciava seu desejo de atingir um público com P maiúsculo, alusão aos apreciadores do jornalismo elegante. Entretanto, segundo Nelson Werneck Sodré, tornou-se popular como nenhuma outra revista de sua época, sendo encontrada nos engraxates, barbeiros e consultórios. As últimas páginas também eram dedicadas aos reclames, sempre numerosos.

Publicada em excelente padrão gráfico, *Careta* saía semanalmente aos sábados, tinha capa colorida, tamanho médio de 30 a 40 páginas por edição, e formato médio de 30cm de comprimento por 20cm de largura. Fazia amplo uso de ilustrações e fotografias. Seu repertório era eclético e mundano, incluindo crônica, poesia, opinião, notícia, piada, concurso, crítica/sátira política e de costumes e colunismo social.

De início, *Careta* contou com a colaboração de alguns dos mais afamados literatos da época, identificados com o parnasianismo, como Olavo Bilac, Martins Fontes, Olegário Mariano, Aníbal Teófilo, Alberto de Oliveira, Emílio de Meneses, Bastos Tigre e Luís Edmundo. Posteriormente, a revista também contou com as colaborações de Lima Barreto, Viriato Correia, Umberto Peregrino e J. Frazão, entre outros.

Ao conjugar de forma ágil texto e imagem, *Careta* foi uma das mais importantes expressões da modernidade artística e intelectual do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Mas, diferentemente da *Kosmos*, por exemplo – outra revista de propriedade de Jorge Schmidt –, mantinha uma postura independente e assumiu posições políticas em meio às grandes polêmicas de sua época, como quando apoiou Rui Barbosa na Campanha Civilista, em 1910, e satirizou Getúlio Vargas e o Estado Novo (1937-1945).

De acordo com Sheila do Nascimento Garcia, durante o Estado Novo a publicação de charges na *Careta* funcionou como estratégia de oposição à propaganda oficial do governo de Getúlio Vargas. A escolha e a disposição dos elementos visuais foram fundamentais, por

exemplo, para o teor combativo impresso às charges sobre a política de Vargas, como no caso da extinção dos partidos políticos em dezembro de 1937. O tom satírico da *Careta* sobreviveu à censura do Estado Novo, reforçando o padrão crítico do periódico. Inclusive, após a década de 1930, nota-se a diminuição do tom humorístico da revista, presente desde seu lançamento.

Com a morte de Jorge Schmidt em 1935, seu filho Roberto assumiu a direção da revista, fazendo todo o trabalho de edição praticamente sozinho e mantendo o perfil de crítica política. Contudo, a partir da década de 1940 a revista ilustrada *O Cruzeiro*, lançada em 1928, estabeleceu um novo padrão técnico e estético para o gênero das revistas ilustradas. Segundo Ana Maria Mauad, *O Cruzeiro* passou a ser publicado em formato grande e com uma definição gráfica mais aprimorada e, ao introduzir a retrogravura, possibilitou uma associação mais precisa entre texto e imagem, configurando o que ficou conhecido como fotojornalismo. A publicação de reportagens internacionais também integrou esse novo padrão editorial de *O Cruzeiro*, patrocinado pelos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand. Essas novas tendências provocaram uma demanda por reformulações nos periódicos ilustrados já existentes.

Paralelamente ao surgimento desse novo padrão editorial, nos anos de 1940 estava em curso no Rio de Janeiro um movimento de concentração da imprensa. De acordo com Nelson Werneck Sodré, essa concentração era tão marcante que periódicos que haviam marcado época desde o início do século XX, como *Careta*, *Fon Fon*, *O Malho* e a *Revista da Semana* entraram em declínio e foram, aos poucos, desaparecendo.

A partir da leitura dos últimos números da *Careta*, publicados no fim da década de 1960, percebe-se a opção dos editores de manter praticamente inalterado o projeto gráfico inicial da revista, e o distanciamento dos novos padrões editoriais ditados pelo fotojornalismo, ainda que o perfil de crítica política e de costumes tenha permanecido.

Após a morte de Roberto Schmidt em setembro de 1960, M. Carolina Schmidt assumiu interinamente a direção do periódico até sua extinção a partir de novembro de 1960, totalizando 52 anos ininterruptos de publicação.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: *Careta* (1908, 1960); GARCIA, S. *Caras*; MACHADO JÚNIOR, C. *Fotografias*; MAUAD, A. *Olho*; SODRÉ, N. *História*.

CARLOS, ANTÔNIO

*dep. fed. MG 1911-1917; min. Faz. 1917-1918; dep. fed. MG 1919-1925; sen. MG 1925-1926; pres. MG 1926-1930; rev. 1930; const. 1934; dep. fed. MG 1935-1937.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada nasceu em Barbacena (MG) no dia 5 de setembro de 1870, filho de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e de Adelaide Feliciano Duarte de Andrada. Seu pai, também conhecido como o “segundo Antônio Carlos”, fundou o ramo mineiro da família Andrada ao transferir-se de Santos (SP), onde nascera, para Barbacena, por motivo de saúde. Além de advogado e juiz municipal nessa cidade, foi deputado geral por Minas Gerais em 1884 e senador estadual em 1891.

Seu avô paterno, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ao lado dos irmãos José Bonifácio de Andrada e Silva e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, integrou a família mais proeminente no processo de independência do Brasil e dos primeiros tempos da monarquia. Netos do português José Ribeiro de Andrada, que se radicou em Santos em 1678, os três irmãos foram personalidades de primeiro plano na emancipação do Brasil de Portugal. Enquanto José Bonifácio, o Patriarca da Independência, organizou o ministério de janeiro de 1822 e liderou a pressão junto ao futuro dom Pedro I para a conquista da independência, e Antônio Carlos, grande orador, foi deputado às cortes portuguesas em 1821, constituinte em 1823 e figura de proa no golpe de Estado que proclamou a maioria de Pedro II, Martim Francisco foi ministro da Fazenda em julho de 1822, constituinte em 1823, deputado geral por Minas de 1830 a 1833 e mais uma vez ministro da Fazenda após a maioria de dom Pedro II. De seu casamento com sua sobrinha Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada, filha de José Bonifácio, nasceram, além do “segundo Antônio Carlos”, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, deputado geral por São Paulo de 1861 a 1868 e de 1878 a 1886, ministro de Estrangeiros em 1866 e da Justiça de 1866 a 1868 e conselheiro de Estado em 1879, e José Bonifácio de Andrada e Silva, também deputado geral por São Paulo de 1861 a 1868 e em 1878, senador em 1878 e ministro da Marinha em 1862 e do Império em 1864.

A mãe de Antônio Carlos era filha de um grande proprietário de terras mineiro, dono da fazenda da Borda do Campo, fundador do município de Santos Dumont, próximo a Barbacena. Era também irmã de José Rodrigues de Lima Duarte, o visconde de Lima Duarte, senador e ministro da Marinha de 1881 a 1882, e bisneto de José Aires Gomes, um

dos inconfidentes mineiros.

Dos irmãos de Antônio Carlos, destacou-se também na política José Bonifácio de Andrada e Silva, que foi deputado federal por Minas Gerais de 1899 a 1930 e depois embaixador do Brasil em Lisboa (1931) e em Buenos Aires (1933-1937).

Antônio Carlos fez os estudos primários e secundários em sua cidade natal, no Colégio Abílio, de Abílio César Borges, barão de Macaúbas. Em 1887 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde teve como colega de turma outro mineiro de família tradicional que se projetaria na vida política do país, Afrânio de Melo Franco.

Na faculdade, aderiu à causa republicana, fundando o Clube Republicano dos Estudantes Mineiros e filiando-se ao Clube Republicano Acadêmico. Foi também redator do jornal *Vinte e Um de Abril*. Diplomou-se em 1891 e no mesmo ano transferiu-se para Ubá (MG), onde foi nomeado promotor público. De Ubá, passou para Palma (MG), onde foi juiz municipal.

Em 1894, instalou-se como advogado em Juiz de Fora, a cidade mais importante da Zona da Mata mineira, e também a mais importante nas proximidades de Barbacena. Por concurso, tornou-se professor de história geral e de economia política da Escola Normal de Juiz de Fora, lecionando também direito comercial na Academia de Comércio local. Ingressou na política através do jornalismo, em 1896, ao se tornar diretor proprietário do *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora, único órgão diário do estado além do jornal oficial publicado na então capital, Ouro Preto. Nessa época, foi eleito vereador e vice-presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Em 1899, casou-se com Julieta de Araújo Lima Guimarães, filha de Domingos Custódio Guimarães, barão do Rio Preto, e bisneta de Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, constituinte em 1823, deputado geral, senador, várias vezes ministro do Império e quatro vezes presidente do Conselho de Ministros entre 1848 e 1865.

Embora ligado aos interesses da Zona da Mata, Antônio Carlos se tornaria na política mineira, segundo Afonso Arinos de Melo Franco na coletânea *Antônio Carlos: o Andrada da República*, um representante da “velha cultura mineradora” do estado. Mais liberal do que autoritária, essa cultura se opunha ao grupo ligado à “nova economia, agrícola e pioneira [do] café da Zona da Mata”, ao qual pertenciam, entre outros, Artur Bernardes, Raul Soares e Carlos Peixoto.

O ESPECIALISTA EM FINANÇAS PÚBLICAS

Com a eleição de Francisco Sales para a presidência de Minas Gerais, Antônio Carlos foi convidado a ocupar a Secretaria de Finanças do estado, assumindo o cargo ao inaugurar-se o novo governo, em 7 de setembro de 1902.

O principal setor da economia estadual era o café, concentrado na Zona da Mata, seguido da pecuária, desenvolvida no Sul mineiro. A instabilidade caracterizava as finanças do estado, já que a principal fonte de receita pública era o imposto de exportação, baseado na produção e comercialização do café. Qualquer alteração dos preços do café nos mercados internacionais refletia-se violentamente no total da arrecadação tributária.

A política executada por Antônio Carlos na Secretaria de Finanças foi de contenção drástica das despesas públicas, de estímulo à produção agropecuária e de redistribuição da tributação, com a criação do imposto sobre o valor das transações comerciais internas, que evitou novas quedas na arrecadação tributária. Em substância, essa política representava a continuidade em relação ao governo anterior, de Silviano Brandão, homem ligado, como Francisco Sales, aos interesses do Sul, onde o café era a segunda fonte de riqueza e não a primeira, como na Zona da Mata.

Mas o estado de Minas Gerais como um todo era regido pelos interesses cafeeiros — não só os locais, como os de São Paulo, que comandavam a economia nacional. Ainda na Secretaria de Finanças, em fevereiro de 1906, Antônio Carlos participou das negociações que conduziram à assinatura do Convênio de Taubaté. Assinado pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, esse acordo destinava-se a evitar uma grave crise decorrente da superprodução de café, que não se conseguira impedir. Comprando estoques, os três governos garantiam aos produtores um preço mínimo, superior ao que decorreria do excesso de oferta do produto no mercado mundial.

O Convênio de Taubaté inaugurou uma política, posteriormente encampada pelo governo federal, de intervenção direta no mercado do café. Era a política dita de valorização do café. Como escreveu John Wirth na *História geral da civilização brasileira*, o governo mineiro não tinha praticamente outra opção, porque os cafeicultores do estado produziam cafés de tipo inferior e altos custos, e não teriam sobrevivido no mercado mundial sem a sustentação de um preço mínimo. Entretanto, “é evidente que a valorização tirou o caráter de urgência

dos esforços para desenvolver novos produtos estaduais”.

Ainda em 1906, Antônio Carlos foi também prefeito de Belo Horizonte, capital do estado desde 1898. Findo o governo de Francisco Sales em 7 de setembro daquele ano, voltou para Juiz de Fora. Em 1907, foi eleito senador estadual e vereador nessa cidade, de cuja Câmara Municipal foi escolhido presidente, tornando-se também, conseqüentemente, agente executivo (o equivalente ao atual prefeito) da cidade.

Sua passagem para a política de âmbito nacional deu-se em 1911, quando foi eleito, na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM), partido único no estado entre 1897 e 1930, deputado federal para preencher a vaga aberta no ano anterior com a renúncia de Artur Bernardes, nomeado para a Secretaria de Finanças de Minas Gerais. Na Câmara dos Deputados, foi escolhido, logo após a sua posse, para integrar a Comissão de Finanças, a mais importante da época, e designado relator do orçamento da receita. Reeleito em janeiro de 1912, elaborou os pareceres justificativos do orçamento da receita em 1912, 1913 e 1914. Em 1914, com a ida de Venceslau Brás — político do Sul de Minas — para a presidência da República, foi designado líder da maioria na Câmara dos Deputados e presidente da Comissão de Finanças.

Novamente eleito para a Câmara dos Deputados em 1915, exerceu a liderança da maioria e a presidência da Comissão de Finanças até setembro de 1917, quando foi nomeado ministro da Fazenda de Venceslau Brás, em substituição a João Pandiá Calógeras. Essa nomeação teve o sentido de compensar a designação de Artur Bernardes para governar Minas Gerais de 1918 a 1922, feita pelo PRM ainda em 1917, quando Antônio Carlos teve sua candidatura ao governo do estado patrocinada, sem êxito, por Venceslau.

Pandiá Calógeras adotara no Ministério da Fazenda, em meio a uma crise econômico-financeira agravada pela Primeira Guerra Mundial, medidas de combate aos desvios de dinheiro e à corrupção que existia nas alfândegas, e de restrição aos desperdícios orçamentários e às facilidades na aplicação das verbas federais, o que lhe valeu a oposição dos políticos que tinham no orçamento um apoio eleitoral. Aumentara também o imposto de consumo, atingindo as camadas mais pobres da população. Devido à agressiva campanha desfechada contra sua gestão, mas que o atingia pessoalmente, pediu demissão.

Impossibilitado de angariar recursos no exterior, em virtude dos termos do empréstimo de consolidação da dívida externa brasileira (*funding loan*) negociado pelo governo de Hermes

da Fonseca, e ainda por causa da guerra que se desenvolvia na Europa, o governo de Venceslau Brás vira-se na contingência de realizar emissões monetárias para fazer face aos problemas financeiros do governo e às dificuldades da agricultura de exportação, provocados pela queda dos preços do café.

Ao assumir a pasta da Fazenda em setembro de 1917, Antônio Carlos continuou a aplicar a política que estivera a cargo de Calógeras, e que consistia também em reduzir os déficits na execução do orçamento federal produzidos pelo declínio da principal fonte de receita, o imposto de importação. Realizou reformas aperfeiçoando a fiscalização da receita pública e aprovou nova regulamentação referente aos impostos de consumo e de renda. Reteve no país a produção de ouro, mediante contrato com as companhias de mineração estipulando que o Tesouro nacional compraria tudo o que fosse produzido. Ainda em 1917, destinou 120 mil contos de réis à aplicação da política de valorização do café em São Paulo.

Deixou o Ministério da Fazenda em 1º de novembro de 1918, duas semanas antes do fim do governo de Venceslau Brás, para se desincompatibilizar e poder se reeleger deputado federal. Nessa ocasião, aceitou convite para ser membro do conselho da Companhia Sul América de Seguros, tornando-se pouco depois um de seus diretores.

Sempre eleito na legenda do PRM, Antônio Carlos retornou à Câmara dos Deputados em maio de 1919 e reassumiu a presidência da Comissão de Finanças, na qual permaneceu até 1923, contracenando sobretudo com o deputado paulista Cincinato Braga, depois ministro da Fazenda de Artur Bernardes (1922-1926). Ainda em 1923, publicou *Bancos de emissão no Brasil*, livro que teve muita repercussão e no qual defendia, em nome de princípios clássicos, a redução do meio circulante.

NO GOVERNO ARTUR BERNARDES

Em 1924, Antônio Carlos voltou a ocupar a liderança da maioria na Câmara dos Deputados, cabendo-lhe defender a política autoritária e repressiva do presidente Bernardes, às voltas com o generalizado e persistente descontentamento da opinião pública e com os movimentos tenentistas armados. Designando para esse posto um de seus rivais no PRM, que já ocupara a liderança da bancada mineira por imposição de Raul Soares (presidente do estado de 1922 a 1924), Bernardes se fortaleceu na arena federal, pois contrapunha a seus adversários a união da política mineira.

Coube a Antônio Carlos, em meados de 1925, submeter ao presidente de São Paulo, Carlos de Campos, e por intermédio deste ao Partido Republicano Paulista (PRP), o nome escolhido por Bernardes e pelo PRM para ser o próximo presidente da República: Washington Luís. Essa escolha já se havia definido na verdade em 1921, quando as oligarquias paulista e mineira examinaram a sucessão de Eptácio Pessoa (1919-1922) e escolheram o nome de Bernardes, estabelecendo um acordo tácito no sentido de que o sucessor deste seria, no quadriênio 1926-1930, o então presidente de São Paulo, Washington Luís (1920-1924). Segundo a política dos acordos “café com leite”, tratava-se naquele momento de restabelecer a alternância de presidentes saídos do PRP ou do PRM, interrompida com a eleição do paraibano Eptácio Pessoa para a chefia do governo federal. Por outro lado, nessa mesma sistemática estava inscrita a volta de Minas à presidência da República, a partir de 1930, presumivelmente através do próprio Antônio Carlos.

No mesmo ano de 1925, Antônio Carlos foi eleito para o Senado por seu estado, e nesta casa do Congresso foram encontrá-lo as articulações para a sucessão de Fernando de Melo Viana (1924-1926) na presidência de Minas Gerais. Melo Viana, o sucessor do falecido Raul Soares, foi a única figura importante da política mineira a contestar a candidatura de Washington Luís, emitindo declarações de cunho democratizante e, nessa medida, críticas em relação ao governo de Bernardes. Mas este lhe ofereceu a vice-presidência na chapa de Washington Luís e conseguiu, assim, reincorporá-lo ao esquema situacionista, aplainando as discrepâncias.

A contrapartida do resgate de Melo Viana foi a aceitação, por Bernardes, da candidatura de Antônio Carlos ao governo de Minas, homologada pela comissão diretora do PRM — conhecida como a “Tarasca” — em setembro de 1925, poucos dias depois da oficialização da chapa Washington Luís-Melo Viana. Tal escolha completava a unificação do partido naquele período de definição dos nomes dos futuros presidentes do país e de Minas Gerais. Ainda em 1925, Antônio Carlos representou o Brasil no Congresso de Finanças, em Londres, e no Congresso Parlamentar realizado em Genebra, na Suíça.

Em março de 1926, foi eleito para a presidência de Minas, juntamente com Alfredo Sá (vice-presidente), sem concorrentes. Sua vaga no Senado seria preenchida, no ano seguinte, por Artur Bernardes.

NA PRESIDÊNCIA DE MINAS GERAIS

Tomando posse em 7 de setembro de 1926, Antônio Carlos chegou à presidência de seu estado aureolado pela fama de hábil e experimentado parlamentar, “o mais consagrado manobrista político, habituado a conviver com os contrários, removedor de dificuldades (...) mágico da elaboração de fórmulas”, de quem se dizia ser capaz de “tirar as meias sem tirar os sapatos”, segundo Dário de Almeida Magalhães na publicação *Digesto Econômico*. Barbosa Lima Sobrinho não lhe negaria a notória “inteligência arguta, ágil, sutil”, mas acrescentaria, crítico: “Faz lembrar as épocas de decadência, em que costumam florescer espíritos assim, flutuantes, indecisos, cétricos, requintados, divertindo-se com a palavra em exercícios de pura prestidigitação verbal.”

O novo presidente de Minas nomeou para a Secretaria do Interior o deputado federal Francisco Campos, que se tornaria o mais influente de seus auxiliares no governo; para a Secretaria de Finanças, Gudesteu de Sá Pires, que deixaria o cargo em novembro de 1929 para concorrer à Câmara dos Deputados, sendo então substituído por José Bernardino Alves Júnior; para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas, o veterano deputado federal e líder da maioria Augusto Viana do Castelo, que ainda em novembro de 1926 foi nomeado ministro da Justiça de Washington Luís, sendo substituído por Djalma Pinheiro Chagas. Finalmente, para a Secretaria de Segurança e Assistência Pública, que não existia anteriormente e foi extinta ao encerrar-se seu governo (para ressurgir somente em 1956), nomeou José Francisco Bias Fortes, substituído em outubro de 1929, em meio à campanha para a sucessão de Washington Luís, pelo deputado federal Odilon Braga.

Do governo de Antônio Carlos em Minas se apresenta geralmente um saldo bastante positivo, em comparação com outras administrações do período e, sobretudo, com os governos de seus antecessores. Há entretanto quem julgue, como Barbosa Lima Sobrinho, que suas realizações foram motivadas pelo afã de projetar nacionalmente seu nome tendo em vista a sucessão de Washington Luís, e ganharam destaque, na verdade, graças a um bem montado esquema de publicidade.

De toda forma, foi grande o contraste, no plano político, entre a atitude de Antônio Carlos em Minas Gerais — liberal e tendendo ao congraçamento das várias correntes do PRM — e o desempenho da bancada mineira na Câmara dos Deputados, a qual, obedecendo ao seu

comando (e sob a liderança de seu irmão José Bonifácio), apoiou integralmente a ação do presidente da República, até a eclosão da crise sucessória, na segunda metade de 1929. Assim, a bancada mineira — de longe a maior, com seus 37 deputados — acatou a recusa da anistia aos revolucionários de 1922 e 1924, prometida por Washington Luís antes de sua posse, e defendeu a aprovação, em agosto de 1927, do projeto Aníbal de Toledo, que deu origem à chamada Lei Celerada, responsável pelo reinício de rigorosa censura à imprensa e outras formas de cerceamento à liberdade de expressão. Antônio Carlos justificava esse comportamento, segundo Virgílio de Melo Franco, pela necessidade de evitar pretextos à desconfiança ou hostilidade do governo da União.

Ainda no curso de seu governo, Antônio Carlos modernizou a ferrovia do Sul de Minas (Rede Sul Mineira) e iniciou a implantação da estrada de ferro de Paracatu. Promoveu melhoramentos nas estâncias hidrominerais do estado, especialmente em Poços de Caldas. Belo Horizonte, cuja evolução urbana vinha se arrastando desde o início do século e sofrera uma aceleração a partir de 1922, conheceu também em seu quadriênio, com Cristiano Machado à frente da prefeitura, um surto de desenvolvimento considerável.

No terreno econômico-financeiro, sua política não ofereceu novidades substanciais em relação ao que se vinha fazendo: apoio ao café e à pecuária da Zona da Mata e do Sul. As crônicas dificuldades orçamentárias do estado diminuíram, na medida em que aumentaram os rendimentos do Tesouro estadual: em 1928, eles haviam atingido 180 mil contos de réis, contra menos da metade (70 mil contos de réis) em 1923. Contribuiu para tanto a diversificação da tributação. Segundo John Wirth, Antônio Carlos foi o primeiro governante mineiro, desde a introdução do imposto territorial em 1901, a “transferir um quinhão mais significativo do encargo fiscal para os proprietários de imóveis rurais”.

Em 1928, o imposto territorial se elevou a 9,3% das rendas do estado (contra 5 a 6% anteriormente), para chegar em 1933, no governo seguinte, a 15,8%.

Antônio Carlos também não contraiu dívidas de monta, elevando-se o serviço anual da dívidas consolidada do estado em 1928 a apenas 9% da receita arrecadada. Na verdade, ao final do governo restariam apenas as dívidas assumidas por Minas para cumprir sua parte ao lado do Rio Grande do Sul e da Paraíba na conspiração que resultaria na Revolução de 1930.

Seguindo em Minas a política de Washington Luís, Antônio Carlos facilitou a assinatura do

contrato da Itabira Ore Company, que vinha sendo tentada pelo empresário norte-americano Percival Farquhar desde 1920, quando Artur Bernardes, na presidência do estado, lhe criara incontornáveis obstáculos. Mas o projeto de exploração de minério de ferro de Farquhar acabaria tendo sua efetivação definitivamente impedida após a Revolução de 1930, durante o governo do presidente Getúlio Vargas.

Foi no setor educacional que o governo de Antônio Carlos teve atuação mais notável. Em setembro de 1927, foi criada em Belo Horizonte a Universidade de Minas Gerais (atual Universidade Federal de Minas Gerais). O secretário do Interior, Francisco Campos, dirigiu, em experiência pioneira no país, a renovação de todo o ensino primário e normal do estado, segundo os postulados da “escola nova”, que haviam chegado ao Brasil, através de educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, após a Primeira Guerra Mundial. Francisco Campos e um grupo de psicólogos e professores estrangeiros traçaram todo um plano de reforma do ensino, do qual resultou, notadamente, a criação da Escola de Aperfeiçoamento, destinada a formar e reciclar educadores na linha da “escola nova”. O número de escolas primárias foi triplicado entre 1926 e 1929, quando mais de quinhentos mil alunos (para uma população em torno de seis milhões de habitantes) as frequentavam. Em 1928, provocando alguma celeuma nos meios políticos e angariando a simpatia da Igreja Católica, Antônio Carlos reintroduziu o ensino religioso nas escolas públicas.

Foi ainda no terreno político que seu governo se notabilizou, com a reforma que instituiu o voto secreto nas eleições municipais e estaduais. Em setembro de 1927, e era a primeira vez que isso acontecia na história do país, essa modalidade de sufrágio foi introduzida em Minas Gerais. Regulamentada em abril de 1928, a lei foi logo aplicada em três eleições municipais e para o preenchimento de duas vagas, no Senado mineiro, ainda no mesmo ano.

A instituição do voto secreto estava de fato implícita na plataforma de governo com que Antônio Carlos se apresentara ao eleitorado mineiro, em 1926: “É indispensável que nos inspiremos na sadia lição que aponta o voto livre como sendo o único meio eficaz para prevenir e debelar, pacificamente, ainda as mais graves crises políticas.” A plataforma exaltava também a autonomia dos poderes legislativo e judiciário, condenando a “tendência usurpadora do Poder Executivo”, o qual, “intervindo, ainda que dissimuladamente, na esfera desses outros poderes (...) diminui e desmerece o prestígio moral do regime”.

Contemplando os direitos oposicionistas, a pregação liberal de Antônio Carlos era: “Manterei, imprescritivelmente, a maior tolerância diante das opiniões contrárias, estimando na sã oposição o valioso papel de eficaz colaboradora na ação dos governos.” O corolário desse pensamento exposto em 1926, contrário às idéias e à prática que marcaram o governo de Washington Luís, seria depois resumido na frase mais conhecida de Antônio Carlos: “Façamos a revolução antes que o povo a faça.”

NA CAMPANHA DA ALIANÇA LIBERAL

Quanto mais aplicava em Minas — com os condicionamentos e a mentalidade da época — essa política, tanto mais Antônio Carlos se afastava do situacionismo federal, a despeito da postura cordata da bancada mineira na Câmara dos Deputados.

Avolumaram-se, ao mesmo tempo, os conflitos entre uma política federal baseada na defesa dos interesses cafeeiros paulistas e as aspirações dos grupos dominantes em outros estados importantes. Desde as sucessões de Delfim Moreira (1919) e Epitácio Pessoa (1922) estava em curso, embora lento e sinuoso, mas real, um processo de estiolamento da política de predomínio concertado de São Paulo e Minas Gerais, levando a reboque um Rio Grande do Sul frequentemente contrariado.

Mas o que acelerou tal processo, conduzindo à cisão definitiva das oligarquias que dominaram a Primeira República e à derrubada do quadro institucional de 1891, foi, mais uma vez, a questão sucessória. Foi em torno da escolha do sucessor de Washington Luís que se condensaram as contradições entre a política oficial e as instituições, de um lado, e a situação real da sociedade e da economia, de outro.

Com sua argúcia, Antônio Carlos percebeu que Washington Luís não respeitaria a rotina dos acordos “café com leite”. Em maio de 1927, o presidente da República impôs o nome de seu líder na Câmara dos Deputados, Júlio Prestes, para concorrer pelo PRP à presidência de São Paulo, que ficara vaga com o falecimento de Carlos de Campos e a subsequente renúncia do vice-presidente, Fernando Prestes, pai do próprio Júlio Prestes. Eleito em junho, com a preterição de velhos e prestigiosos nomes do PRP (o que revelava a obstinação de Washington Luís em promovê-lo), Júlio Prestes assumiu em julho a presidência de São Paulo.

Ao iniciar-se o ano de 1928, já havia fortes indícios de que Washington Luís se fixaria na

candidatura de seu protegido Júlio Prestes, entre outras razões, para garantir a continuidade, no quadriênio seguinte, da linha mestra de seu governo, a política monetária de retorno ao padrão ouro e de fixação da taxa de câmbio acima dos índices do mercado, favorecendo as exportações.

Vários episódios foram marcando a hostilidade entre os presidentes da República e de Minas. Antônio Carlos não custou a entender que, vetada pelo palácio do Catete, sua candidatura se tornava praticamente inviável. Viável seria, entretanto, resistir à imposição de Júlio Prestes, com a apresentação de um forte candidato oposicionista.

As cisões nos grupos dominantes estaduais tinham adquirido expressão partidária com a criação do Partido Democrático paulista e da Aliança Libertadora gaúcha. Essas agremiações usaram as eleições de fevereiro de 1927, em seus respectivos estados, para denunciar os métodos antidemocráticos vigentes. Em setembro do mesmo ano, foi criado no Rio o Partido Democrático Nacional, fusão dos democráticos paulistas com os libertadores gaúchos, os quais, em março de 1928, transformaram a Aliança no Partido Libertador (PL) do Rio Grande do Sul.

Para que as oposições pudessem pensar em eleger um presidente da República, era necessário que se unissem aos partidos republicanos dos grandes estados. Em Minas, Antônio Carlos, seu irmão José Bonifácio e o deputado Afrânio de Melo Franco, figuras de relevo do PRM, compreenderam o problema. No Rio Grande do Sul, João Neves da Fontoura, líder da bancada do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na Câmara, chegou à mesma conclusão no início de 1929, acompanhando assim o pensamento do chefe histórico do partido e ex-presidente do estado durante longos anos, Antônio Augusto Borges de Medeiros.

Não havia, em perspectiva, maiores problemas para manter o PRM unido nessa direção. Já no Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, que deixara o Ministério da Fazenda de Washington Luís para assumir a presidência do estado em janeiro de 1928, praticava uma política de tolerância em face da forte oposição libertadora local, chefiada por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Caberia ao situacionismo mineiro favorecer o entendimento dos tradicionais adversários gaúchos. E isto seria tanto menos difícil na medida em que se designasse, como candidato oposicionista, um político gaúcho. Getúlio Vargas seria esse candidato. Foi com essa visão que Antônio Carlos autorizou José Bonifácio e Afrânio de Melo Franco a

entrarem em contato com João Neves, o grande articulador da unidade gaúcha respaldada por Minas.

Washington Luís queria, em desacordo com a praxe republicana, que o problema da sucessão presidencial só fosse introduzido no debate político nacional a partir de setembro de 1929, seis meses antes das eleições, marcadas para 1º de março de 1930. Em junho, porém, a questão foi suscitada no Congresso Nacional, e o secretário de Segurança de Minas, José Francisco Bias Fortes, abordou-a em discurso numa cerimônia oficial. No dia 17, as negociações entre Minas e o Rio Grande do Sul foram traduzidas num acordo secreto, assinado por Francisco Campos e José Bonifácio, representantes de Antônio Carlos, e João Neves, representante de Vargas e de Borges de Medeiros. Pelo acordo, que ficou conhecido como o Pacto do Hotel Glória, os dois estados apoiariam a candidatura de um mineiro que viesse a ser proposta por Washington Luís, mas, no caso de o presidente propor um candidato de qualquer outro estado, Minas o recusaria e lançaria um nome gaúcho — Borges de Medeiros ou Getúlio Vargas. Embora não fosse ignorada uma remotamente hipotética candidatura de Antônio Carlos, o sentido principal do pacto foi o de repudiar o nome de Júlio Prestes.

Em julho, Getúlio Vargas e Antônio Carlos trocaram cartas com Washington Luís a propósito do problema sucessório. Getúlio revelou a um incrédulo presidente da República que era candidato, com o apoio de Minas. Em 30 de julho, a comissão executiva do PRM aprovou por unanimidade os nomes de Vargas e de João Pessoa, presidente da Paraíba, para concorrer à presidência e à vice-presidência da República. No início de agosto, a oposição libertadora do Rio Grande do Sul deu-lhes seu apoio, sendo criada a Frente Única Gaúcha (FUG). O passo seguinte foi a criação da Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional. O programa da Aliança Liberal propunha a concessão de uma anistia ampla a todos os presos políticos, processados e perseguidos desde o 5 de julho de 1922, e ainda, capitaneando uma série de reformas políticas, o voto secreto. Sob a presidência de Antônio Carlos, a Aliança Liberal realizou sua convenção nacional em 20 de setembro de 1929, no Rio, homologando as candidaturas de Vargas e João Pessoa.

Segundo Bóris Fausto, “quando a Aliança Liberal se estabeleceu, como arma de pressão (junto à burguesia do café) aberta a todo tipo de conciliações”, não teve condições de contrapor ao *status quo* um novo rumo econômico e social, “além de tímidas referências à

necessidade de diversificação econômica”, restando-lhe apenas erguer a bandeira das reformas políticas.

Como Vargas, Antônio Carlos fez questão de dizer que, vitoriosa a oposição, a política do café não seria modificada. Em entrevista concedida ao *Diário Nacional* de São Paulo em agosto de 1929, insistiu nesse aspecto, lembrando sua própria atuação pregressa e garantindo que a atitude de Vargas coincidiria “inteiramente com as diretrizes e com a atuação que a mentalidade paulista, com inteiro acerto, tem ditado aos seus dirigentes”. Repeliu as acusações de regionalismo dirigidas a Minas e ao Rio Grande do Sul e esclareceu que a formação da Aliança Liberal tinha como motivo primordial “contestar ao presidente da República o direito de servir-se do poder para, à revelia da manifestação livre das forças políticas, eleger o seu sucessor”. Como sugere João Camilo de Oliveira Torres, “fazer” seu sucessor era um direito que competia a Washington Luís, mas não pessoalmente, e sim “como chefe da política nacional”, considerando “a posição e os interesses dos condes eleitores, isto é, os governadores dos grandes estados e certas figuras de projeção”. Mais adiante, em telegrama a Epitácio Pessoa datado de novembro de 1929, Antônio Carlos definiria a Aliança Liberal como “movimento cívico que propugna para a soberania popular o livre exercício do direito de escolha do supremo magistrado da nação”. A política mineira não entrou unida na campanha da Aliança Liberal. De início, Washington Luís conseguiu recrutar, para a campanha do candidato oficial Júlio Prestes, o ministro da Justiça, Viana do Castelo, e o diretor da Carteira Comercial do Banco do Brasil, Manuel de Carvalho Brito, ligado à política do estado. Outro problema era a candidatura do vice-presidente da República, Melo Viana, à sucessão de Antônio Carlos. O presidente de Minas não queria essa candidatura, não queria candidatura alguma que não significasse a continuidade de sua política. No dia 18 de outubro de 1929, teve início uma série de reuniões da comissão executiva do PRM para examinar o problema.

A manobra de Melo Viana consistiu em vetar todos os nomes sugeridos e dizer que só aceitaria os de Venceslau Brás ou Artur Bernardes, porque sabia que um não aceitava o nome do outro. Antônio Carlos, aproveitando-se do impasse criado pelo entrechoque das três candidaturas, avançou como solução conciliatória o nome do septuagenário Olegário Maciel, presidente do Senado estadual. Para vice-presidente, propôs a candidatura de Pedro Marques de Almeida, presidente da Assembleia Legislativa e seu genro. Com Olegário na

presidência de Minas, calcularam todos, a disputa pela hegemonia na política estadual permaneceria em aberto, já que ele não dispunha mais de condições para exercer o comando efetivo do PRM e da própria máquina administrativa. E se ele falecesse no curso do mandato, hipótese bastante plausível, o beneficiado seria Antônio Carlos, com a ascensão de Pedro Marques.

As duas candidaturas propostas por Antônio Carlos foram aprovadas na madrugada do dia 22 de outubro pela “Tarasca”. Imediatamente, Melo Viana, percebendo a extensão de sua derrota, retirou-se da reunião e rompeu com o partido, seguido pelo vice-presidente do estado, Alfredo Sá. Com mais cinco deputados federais e vários congressistas estaduais, integraram-se depois na Concentração Conservadora, movimento criado em Minas sob a presidência de Carvalho Brito para apoiar Júlio Prestes.

Outra consequência da cisão no PRM foi o início do conflito entre os Andradas e os Bias Fortes em Barbacena, onde a partir de então as duas famílias passaram a disputar a hegemonia da política municipal. José Murilo de Carvalho mostrou, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, que até então as duas famílias eram “aliadas e amicíssimas”. José Francisco Bias Fortes, nomeado em 1926 por Antônio Carlos para a Secretaria de Segurança por influência de seu irmão José Bonifácio, apoiou a pretensão de Melo Viana ao governo de Minas e, quando este aderiu à Concentração Conservadora, acompanhou-o, pedindo demissão de seu cargo no dia 28 de outubro de 1929. Após a vitória da Revolução de 1930, a nomeação de um Andrada para a prefeitura de Barbacena exacerbava o conflito, conferindo-lhe conotações de violência política e mesmo policial. Com o Estado Novo em 1937, as posições se inverteriam, indo Bias Fortes para a prefeitura e passando os Andradas à condição de oposicionistas perseguidos. Depois de 1945, a luta se travaria nas urnas, sem a violência de antes, com a alternância do Partido Social Democrático (PSD), dos Bias, e da União Democrática Nacional (UDN), dos Andradas.

Por outro lado, as consequências da crise econômica mundial irrompida em outubro de 1929 sobre a economia cafeeira, aguçando suas contradições e, como escreveu Bóris Fausto, as “das instituições que consagravam seu predomínio”, radicalizaram a campanha eleitoral. No fim do ano, repetidos conflitos entre parlamentares situacionistas e oposicionistas tiveram um desenlace trágico com o assassinato, na Câmara dos Deputados, do deputado pernambucano Manuel Francisco Sousa Filho por seu colega gaúcho Ildefonso

Simões Lopes.

Cresceu, também, o apoio popular à Aliança Liberal. No dia 1º de janeiro de 1930, Getúlio Vargas, acompanhado de João Pessoa, leu sua plataforma de candidato numa grande manifestação popular realizada na esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro. Depois, a Aliança Liberal organizou caravanas que percorreram os estados fazendo a pregação de seu programa.

Choques violentos ocorreram em Garanhuns (PE), Vitória e Montes Claros (MG). Nesta última cidade, Carvalho Brito programara a realização de um Congresso do Algodão para o dia 6 de fevereiro. Quando o cortejo da Concentração Conservadora, encabeçado por Melo Viana, passou diante da residência do chefe aliancista local, João Alves, houve um tiroteio do qual resultaram vários mortos e feridos, entre estes últimos o próprio vice-presidente da República, pisoteado na confusão que se estabeleceu.

Houve então uma troca de telegrama entre o ministro da Justiça, Viana do Castelo, e Antônio Carlos, que acusou o governo federal de, através do bloqueio dos Correios e Telégrafos e da Estrada de Ferro Central do Brasil, impedir a comunicação e o acesso das autoridades estaduais a Montes Claros. Para Antônio Carlos, isto teria o propósito de exagerar os acontecimentos (segundo as primeiras informações, Melo Viana teria sido atingido por vários disparos no pescoço) e de suscitar a indignação da opinião pública. O inquérito aberto pelo governo mineiro foi acompanhado pelo procurador da República Luís Galloti.

O mais importante dos conflitos suscitados nos estados pela campanha eleitoral teve início no mesmo mês de fevereiro. Foi a revolta da cidade de Princesa, atual Princesa Isabel (PB), sob a liderança do chefe político local José Pereira Lima, contra o governo de João Pessoa. Assim como no episódio de Montes Claros, o governo federal não deu nenhum apoio ao governo estadual, ficando nítida sua hostilidade aos estados de Minas e da Paraíba no período pré-eleitoral.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

À medida que se aproximava a data das eleições, os políticos mais radicais da Aliança Liberal — como os mineiros Afrânio e Virgílio de Melo Franco e os gaúchos João Neves, José Antônio Flores da Cunha, João Batista Luzardo e Osvaldo Aranha, secretário

do Interior de Vargas — foram reforçando sua convicção de que Washington Luís impediria por todos os meios a vitória dos candidatos oposicionistas.

Começaram assim a contemplar a hipótese de desencadear um movimento armado contra o governo federal. Desde fins de 1929, passaram a ser procurados por oficiais revolucionários de 1922 e 1924, como Antônio de Siqueira Campos, Newton Estillac Leal, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora, Leopoldo Néri da Fonseca, Eduardo Gomes e Osvaldo Cordeiro de Farias. O principal intermediário entre os “tenentes” e as forças políticas mineiras e gaúchas foi Virgílio de Melo Franco, que era deputado estadual em Minas.

Essa primeira fase do movimento conspirativo não implicava, ainda, uma preparação para a luta armada, sendo os contatos realizados paralelamente à propaganda eleitoral da oposição. No fundo, segundo Virgílio de Melo Franco, os dirigentes dos três estados oposicionistas “não estavam de todo resolvidos a apelar para o extremo recurso da revolução, senão em último caso (...) O Sr. Antônio Carlos, sobretudo, tinha um supremo horror à idéia de revolução”.

No dia 1º de março de 1930, não foi difícil para Washington Luís — aplicando os métodos típicos da época, aos quais não se furtou a oposição, onde pôde — obter a vitória de Júlio Prestes e de seu companheiro de chapa, o baiano Vital Soares, com grande diferença de votos sobre a chapa da Aliança Liberal. Ganhou alento, então, a perspectiva de um movimento armado.

Em 19 de março, contudo, o chefe do PRR, Borges de Medeiros, deu uma entrevista reconhecendo a vitória de Júlio Prestes, considerando positivo o fato de ele ter superado Vargas por margem indiscutível, de modo a encerrar o assunto, e dizendo que o Rio Grande do Sul deveria, se convidado, cooperar com o futuro governo do vencedor.

Ao mesmo tempo, no Rio, João Batista Luzardo, que era um dos dirigentes do PL, entrou em contato com Virgílio de Melo Franco para lhe afirmar estarem as forças políticas gaúchas dispostas a adotar o caminho armado, sob a condição de que seu estado fosse acompanhado por Minas e pela Paraíba. Em 22 de março, foram ambos a Petrópolis (RJ) para entrar em entendimentos com o ex-presidente Epitácio Pessoa. Epitácio lhes disse que, antes de se pronunciar sobre a perspectiva da rebelião aberta, preferia aguardar a tomada de posição de Antônio Carlos. Virgílio e Batista Luzardo seguiram imediatamente para Juiz de Fora, onde se entrevistaram com o presidente de Minas. Luzardo foi autorizado a declarar

aos chefes políticos gaúchos e a Eptácio Pessoa que Antônio Carlos e seu estado aceitariam a solução sediciosa caso o Rio Grande do Sul a adotasse.

Na volta para o Rio, os dois políticos passaram por Petrópolis, onde Eptácio Pessoa concordou com a opinião de Antônio Carlos, comprometendo-se a consultar João Pessoa, a quem caberia a última palavra sobre a atitude da Paraíba. Luzardo chegou a Porto Alegre, com as opiniões de Antônio Carlos e Eptácio, no dia 25 de março, e reuniu-se imediatamente com Osvaldo Aranha, João Neves, Flores da Cunha e outros chefes políticos gaúchos envolvidos na conspiração. No dia seguinte, foi recebido por Vargas, a quem informou sobre os contatos realizados. De volta ao Rio no dia 28, relatou a Virgílio o resultado de sua viagem: Borges de Medeiros havia retificado suas declarações relativas à eleição de Júlio Prestes, Getúlio não deixara dúvidas quanto à sua disposição de desencadear o movimento, e Osvaldo Aranha se encontrava em plena atividade conspirativa.

No fim de março, Virgílio e Luzardo refizeram o roteiro anterior. Antônio Carlos os autorizou a convidar o coronel João Xavier de Brito para dirigir, em Minas, a preparação revolucionária. Como Xavier de Brito estivesse doente, em estado desesperador, convidaram em seu lugar o capitão Néri da Fonseca. Passaram a aguardar, no Rio, a chegada de Luís Aranha, que viria do Rio Grande do Sul com plenos poderes para discutir se se comprometeriam a entrar na revolução.

No pleito de 1º de março, os eleitores tinham votado também para a renovação do Congresso Nacional. A sem-cerimônia com que a maioria governista se serviu do processo de reconhecimento dos eleitos na Paraíba e em Minas foi mais um fator de indignação contra Washington Luís.

Em Minas, a junta apuradora, ligada a Carvalho Brito, instalou-se numa das salas do Conselho Municipal (Câmara de Vereadores) de Belo Horizonte, cujo prédio foi cercado por uma companhia do Exército. Os efetivos federais na capital mineira foram reforçados a partir de então. Outras medidas de hostilidade do governo foram denunciadas por Antônio Carlos, além do que ele chamou de “preparo e provocação de conflitos com os órgãos do poder estadual”: restrições dos serviços telegráficos e ferroviários, pertencentes à União; manejo de autoridades e funcionários federais com finalidades político-eleitorais, e processos tendentes a embaraçar a vida econômica e financeira do estado.

Na Paraíba, a junta apuradora diplomou todos os candidatos a deputado federal e o candidato a senador apresentados pela oposição estadual, “degolando” os aliancistas. Em Minas, numa decisão ratificada no dia 20 de maio pela Câmara dos Deputados, motivando novo protesto de Antônio Carlos, foram “degolados” 14 aliancistas, em benefício de candidatos apresentados pela Concentração Conservadora. A bancada mineira, fixada em 37 deputados com base numa população sabidamente superestimada em 7,4 milhões de habitantes (setecentos mil a mais do que a população que seria recenseada em 1940), foi assim “redimensionada”, ficando os aliancistas com 23 cadeiras (as bancadas paulista e baiana, que vinham em segundo lugar, tinham 22 deputados cada). Segundo John Wirth, “o desastre foi agravado pela perda de todas as presidências de comissões e pela imposição de sanções econômicas federais, coisa que nunca, até então, se fizera em Minas. Tratados como um pequeno estado, os mineiros optaram, relutantes, pela revolução”.

O esquema de preparação do movimento armado fora transmitido em abril, por Virgílio, Luzardo e Luís Aranha, a Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Antônio Carlos. Osvaldo Aranha acelerava a conspiração, encomendando na Tchecoslováquia cerca de 16 mil contos de réis em material bélico e munições. O Rio Grande do Sul deveria participar com a metade dessa soma, cabendo seis mil contos a Minas e dois mil à Paraíba.

Antônio Carlos concordou com o esquema proposto e incumbiu Francisco Campos de acompanhar Luís Aranha ao Rio Grande do Sul, para verificar *in loco* o andamento dos preparativos. Francisco Campos ficou no Rio Grande do Sul entre 18 e 27 de abril, quando voltou ao Rio de Janeiro. Depois de se entrevistar com Artur Bernardes, seguiu para Minas com Virgílio de Melo Franco e o capitão Néri da Fonseca. O presidente de Minas autorizou o início da preparação material do movimento. A tarefa militar do estado consistiria em distrair as tropas federais que nele se encontrassem e fechar as próprias fronteiras, atraindo tropas federais, que assim seriam retiradas da fronteira sul de São Paulo. Os sediciosos contavam dominar as tropas federais no Rio Grande do Sul e marchar em seguida rumo à capital da República.

No dia 27 de maio — depois da “degola” dos deputados aliancistas —, Antônio Carlos presidiu uma reunião da comissão executiva do PRM em que a participação de Minas no movimento armado foi por todos aprovada. Em 19 de junho, Vargas lançou um manifesto à nação, denunciando os procedimentos do governo federal no processo eleitoral e afirmando

não estar longe “a necessária retificação, para vermos a democracia brasileira no regime que exige a felicidade pátria”.

Nos dias seguintes, porém, Antônio Carlos começou a recuar. Numa entrevista com João Neves e Flores da Cunha, levados a Juiz de Fora por Virgílio de Melo Franco, declarou — segundo este último — que estava com o Rio Grande do Sul e seguiria a sua orientação, mas “insinuou que o melhor seria firmar-se uma sólida aliança entre os três estados para uma campanha política, ficando de pé o compromisso com a revolução, caso o governo federal interviesse na Paraíba”.

Dias depois, Virgílio levou a Belo Horizonte, para nova conversa com Antônio Carlos, o capitão Néri da Fonseca e Pedro Ernesto Batista, principal articulador do movimento no então Distrito Federal. Pedro Ernesto informou que fora escolhida a data de 16 de julho, a ser confirmada oportunamente, para a deflagração da revolução. O presidente de Minas mostrou-se hesitante e criticou o que considerava precipitação dos revolucionários gaúchos, aos quais acusou ainda de terem marginalizado Borges de Medeiros.

Virgílio de Melo Franco explicaria depois que ele e seus companheiros de conspiração atuantes em Belo Horizonte haviam exagerado muito, aos olhos de Antônio Carlos, a extensão dos preparativos do movimento, não só em Minas como em outros pontos do país, sobretudo em São Paulo. Em meados de junho, achando-se Virgílio ausente da capital mineira, chegaram de São Paulo dois emissários do tenente Henrique Holl, o principal responsável pela conspiração nesse estado. Levados a Odilon Braga, que substituíra Bias Fortes na Secretaria de Segurança, fizeram-lhe um relato que mostrava não ser a situação tão favorável quanto supunha Antônio Carlos. No mesmo dia, Francisco Campos recebeu pelo rádio — principal meio de contato entre os conspiradores, que trocavam mensagens cifradas — uma comunicação de Osvaldo Aranha na qual este fazia minuciosas indagações sobre a situação em Minas.

Antônio Carlos, ainda segundo o relato de Virgílio, ficou profundamente mal impressionado com o que chamou de falta de preparação do movimento. “Em São Paulo, dizia, a situação era muitíssimo diferente da que lhe tínhamos nós pintado. Além disto, acrescentava, naquele momento, poucos dias antes da projetada explosão revolucionária, Osvaldo Aranha ainda não sabia o que em Minas se passava. (...) Acusou-nos a todos de o estarmos envolvendo, e ao nosso estado, em uma aventura louca”, mostrando-se

“irredutível nos seus propósitos de fazer abortar o movimento”.

Em 17 de junho, Antônio Carlos ordenou a Francisco Campos que mandasse a Osvaldo Aranha um radiograma, assinado pelo secretário do Interior, afirmando que o presidente de Minas considerava o movimento inteiramente sem articulação, deficientemente preparado e sem probabilidade de sucesso, e propunha uma concertação entre Minas e o Rio Grande do Sul com vista a uma campanha política. Osvaldo Aranha respondeu instando o governo mineiro a se definir em relação à luta armada.

No dia 21, Francisco Campos voltou a se comunicar com Osvaldo Aranha, reiterando que Antônio Carlos preconizava, como diretriz, uma ação exclusivamente política, e concluindo com a opinião — que deu como sua, mas que lhe fora ditada pelo próprio presidente de Minas — de que o chefe do governo mineiro queria evitar o movimento.

Dois dias depois, veio a áspera resposta de Aranha: arcava o presidente de Minas com a inteira responsabilidade da desistência (“Meu pensamento situação pior que dos negros sofreram escravidão com menor ridículo”). Preocupado com a repercussão de sua atitude, Antônio Carlos procurou transferir a responsabilidade da participação ou não de Minas ao presidente eleito (em março) do estado, Olegário Maciel. Virgílio de Melo Franco, percebendo a manobra, obteve de Cristiano Machado, responsável pela pasta do Interior no secretariado escolhido por Olegário Maciel, que enviasse a este uma mensagem sugerindo-lhe uma resposta desencorajadora das pretensões de Antônio Carlos.

Em 27 de junho, depois de entendimentos realizados com a direção do PRM, Virgílio radiografou a Osvaldo Aranha dizendo-lhe que a situação não devia ser encarada com pessimismo, de vez que o presidente de Minas estava isolado em sua posição vacilante. Achava ainda que, se o Rio Grande do Sul exigisse o cumprimento do compromisso assumido, o próprio Antônio Carlos não faltaria à palavra dada. Osvaldo Aranha respondeu-lhe no dia seguinte: “Minha convicção você e eu vítimas mistificação vergonhosa. Estou farto dessa comédia. Impossível continuar sob direção chefe tão fraco que desanima os próprios soldados. Minha disposição inabalável abandonar vida política.” Entrementes, o recuo de Antônio Carlos deu a Getúlio o pretexto de que precisava para recuar ele próprio. Osvaldo Aranha se demitiu da Secretaria de Justiça do governo gaúcho. A primeira tentativa de desencadear a revolução fracassara.

Virgílio foi ao Rio para discutir a situação com João Neves, Lindolfo Collor (deputado

federal pelo PRR) e Maurício Cardoso, que estava em missão de observação, enviado pela comissão diretora do PRR. Virgílio e Maurício Cardoso realizaram novo périplo de conversações. Estiveram primeiro em Viçosa (MG), onde Virgílio obteve de Artur Bernardes uma carta dirigida a Olegário Maciel: “Não vejo saída digna para nós senão pela porta da revolução — única deixada aberta pelo inimigo.” Depois de contatos feitos em Belo Horizonte, resolveram voltar ao Rio, onde Maurício Cardoso aguardaria a chegada de Olegário Maciel, para entrevistar-se com ele na presença de Artur Bernardes e de Lindolfo Collor, que substituíra João Neves na liderança da bancada do PRR.

Enquanto os conspiradores mais obstinados lutavam para manter armada a trama revolucionária, que se desmanchava sob o efeito de fracassos e discordâncias, ocorreu o assassinato de João Pessoa, em Recife, no dia 26 de julho de 1930. Reinstalou-se então a perspectiva revolucionária. Antônio Carlos propôs a Getúlio o lançamento de um manifesto à nação no qual Washington Luís seria apontado como o mandante do assassinio e declarado, por isto, fora da lei. Vargas repeliu a idéia: “Um manifesto dessa natureza, sem a sua imediata e lógica sucessão, seria um suicídio e um crime.”

Virgílio de Melo Franco, que chegara a Porto Alegre junto com a notícia do assassinato de João Pessoa, tratou de informar aos chefes do PRM que a revolução viria, ainda que o Rio Grande do Sul a fizesse sem Minas. Reatou as negociações entre os dois estados, apesar de Antônio Carlos ter mandado dizer a Getúlio que ele não representava o pensamento de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, no Rio, Olegário Maciel declarou a Maurício Cardoso estar de acordo com o movimento, desde que ele ocorresse ainda sob o governo de Antônio Carlos, que lhe transmitiria a presidência do estado em 7 de setembro.

Osvaldo Aranha marcou a deflagração do movimento para 26 de agosto, mas, poucos dias antes, comunicou que não havia preparação suficiente para que ele eclodisse antes da posse de Olegário Maciel. Numa situação marcada por desconfianças recíprocas entre os conspiradores dos diferentes estados, a notícia gerou uma grande tensão.

Mário Brant, deputado federal do PRM, Djalma Pinheiro Chagas, secretário de Agricultura de Antônio Carlos, e Pedro Ernesto dirigiram-se aos gaúchos afirmando que o movimento só seria possível até 7 de setembro. Antônio Carlos, por seu turno, comunicou-se diretamente com Getúlio para validar a hipótese da eclosão da revolta depois daquela data, dizendo-se autorizado por Olegário Maciel a fazê-lo. Em 25 de setembro, finalmente,

Vargas e Osvaldo Aranha marcaram para 3 de outubro a data de deflagração da revolução. A hesitação de Antônio Carlos, no final de junho, provocando o adiamento do levante, acabou sendo benéfica para seu desencadeamento em Minas, segundo a opinião de Virgílio de Melo Franco, porque as tropas federais que reforçavam a guarnição de Belo Horizonte foram retiradas antes da posse de Olegário Maciel, cuja adesão à conspiração aparentemente não era levada a sério por Washington Luís, o qual, de resto, só percebeu a evidência dos fatos, de modo geral, quando eles já haviam ocorrido e produzido suas graves consequências.

A revolução começou em Porto Alegre às 17:30h do dia 3 de outubro. Às 11 da noite estavam dominadas todas as guarnições militares da capital gaúcha, à exceção de um batalhão de cavalaria, que se rendeu no dia seguinte. Em Belo Horizonte, a luta começou no mesmo momento, mas a resistência oferecida pelo 12º Regimento de Infantaria (12º RI), apesar da prisão de seu comandante, coronel José Joaquim de Andrade, na mesma tarde do dia 3, foi mais tenaz: o regimento resistiu ao cerco e aos ataques dos rebeldes (tropas da Força Pública) durante cinco dias.

Enquanto Odilon Braga, que fora secretário de Segurança até 7 de setembro, articulava as atividades revolucionárias na capital mineira, onde se encontravam Olegário Maciel e Artur Bernardes, Antônio Carlos e os outros chefes civis e militares do movimento, inclusive a maior parte do governo estadual, se deslocaram para a região de Barbacena e Juiz de Fora. Para aí se transportou a base de operações após a rendição do 12º RI, no dia 8. O 10º Batalhão de Cavalaria, de Ouro Preto, já fora dominado pelas forças rebeldes sediadas em Barbacena. Com o auxílio das tropas liberadas em Belo Horizonte pela rendição do 12º RI, foram dominados, no dia 15, o 11º RI de São João del Rei, e o regimento de cavalaria de Três Corações.

Em 24 de outubro, quando as tropas partidas do Rio Grande do Sul já estavam na fronteira do Paraná com São Paulo, Washington Luís foi deposto no Rio de Janeiro, assumindo o governo uma junta governativa militar. As intenções da junta não eram claras. Seus integrantes se declararam dispostos a aceitar que Vargas, o chefe da revolução, assumisse a presidência de um colegiado de governo. Mas os planos de Getúlio não previam a partilha do poder. Ele se tornou chefe do governo provisório em 3 de novembro, depois que a junta

cedeu diante da ameaça de as tropas rebeldes prosseguirem seu avanço rumo à capital federal.

DA LEGIÃO DE OUTUBRO AO PARTIDO PROGRESSISTA

A vitória da revolução fortaleceu, em Minas Gerais, a autoridade de Olegário Maciel — único governante estadual que não foi substituído por um interventor federal — e do PRM, representante dos grupos dominantes locais. O presidente do partido, Artur Bernardes, desempenhara um papel importante na preparação política do movimento, mantendo uma posição firme, que contrastava com a conduta vacilante de Antônio Carlos e do próprio Olegário Maciel.

A situação tornou-se entretanto instável, porque encerrava uma contradição entre os objetivos dos “tenentes” e dos jovens políticos radicais da Aliança Liberal, como Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, e os das forças políticas tradicionais. Para estas, a revolução havia sido “um movimento armado que visava a restabelecer o jogo político rompido por São Paulo”. Já a intervenção dos “tenentes” na vida política mineira “tinha como objetivo principal a neutralização do poder político das oligarquias, encontrando na facção bernardista um alvo e uma resistência”, conforme o trabalho de Helena Bomeny publicado em *Regionalismo e centralização política*.

Ao mesmo tempo, a divisão se instalara dentro do PRM desde o processo de escolha de Olegário Maciel para governar o estado, em outubro de 1929, e a subsequente criação da Concentração Conservadora, cuja atividade roubara ao candidato Getúlio Vargas muitos votos em Minas no pleito de 1º de março de 1930. Desde sua posse, no início de setembro, Olegário Maciel vinha se defrontando com sérias dificuldades para constituir dentro do PRM um grupo que pudesse servir de base de apoio ao seu governo. Era grande a influência de Bernardes em Minas, e ela pareceu crescer após o triunfo do movimento armado.

Ainda em novembro de 1930, os “tenentes” começaram a pressionar Olegário no sentido de estabelecer uma aliança antibernardista. O alvo mais importante, contudo, não era a presença de Bernardes na vida política mineira, mas o próprio PRM e seu sistema de poder, como expressões de uma mentalidade e de práticas que a revolução, na concepção dos “tenentes”, viera erradicar. Em 21 de novembro, Olegário recebeu um telegrama assinado

por vários ministros do governo provisório, pelo chefe de polícia do Distrito Federal, Batista Luzardo, e pelo ex-chefe do Estado-Maior das Forças Revolucionárias, tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, sugerindo a criação da Legião de Outubro em Minas, como instrumento de defesa e propagação dos ideais da revolução.

No fim do mês, Antônio Carlos se recusou a ser o patrono de uma “Legião Revolucionária Antônio Carlos”, instruindo seus correligionários a se enquadrarem no processo de formação da Legião de Outubro. Dias antes, a facção bernardista tinha sido golpeada com a demissão, por Olegário Maciel, de três secretários estaduais que haviam tentado convencê-lo a renunciar: Cristiano Machado (Interior), Alaor Prata (Agricultura) e José Carneiro de Resende (Finanças), substituídos, respectivamente, por Gustavo Capanema, Cincinato Noronha Guarani e Amaro Lanari.

No início de 1931, Antônio Carlos, da mesma maneira que Artur Bernardes, declinou o convite de Vargas para assumir uma embaixada no exterior (seu irmão José Bonifácio, porém, concordou em ser nomeado embaixador do Brasil em Lisboa).

A Legião de Outubro foi fundada em Minas no dia 27 de fevereiro de 1931, por Francisco Campos (ministro da Educação e Saúde Pública do governo provisório), Gustavo Capanema e Amaro Lanari, não tardando a revelar seu caráter fascistizante. Antônio Carlos integrou-se sem maior entusiasmo no movimento, sendo eleito para sua direção. Em 21 de abril, Francisco Campos organizou um desfile na Legião em Belo Horizonte. Os legionários, constituindo uma milícia uniformizada de “camisas cáqui”, acorreram de quase todos os municípios do estado. A organização passou então a denominar-se Legião Liberal Mineira, e conseguiu arregimentar um grande contingente de perremistas, através de pressões e intimidações.

No início de julho, Antônio Carlos afirmou em entrevista que o programa da Legião Mineira era a fusão do manifesto da Aliança Liberal com a plataforma do candidato Getúlio Vargas. Conforme Helena Bomeny, a ambiguidade marcou, desde o início, a Legião: “resultante de um projeto tenentista, viu-se na contingência de ser implantada por forças anárquicas do estado. Se ideologicamente caracterizava-se pela crítica ao regionalismo oligárquico, na prática era impulsionada por setores da oligarquia.”

O PRM resistiu ao assédio dos “tenentes” e das forças oligárquicas representadas no governo do estado e agregadas na Legião Mineira. Em 15 de agosto, iniciou-se em Belo

Horizonte, num clima de grande agitação, uma convenção do partido. Osvaldo Aranha, ministro da Justiça de Vargas, articulou um golpe militar para coincidir com a reunião. Seu objetivo era derrubar Olegário Maciel e colocar Virgílio de Melo Franco à frente do governo mineiro. A tentativa foi feita no dia 18, pelo comandante do 12º RI, coronel Júlio Pacheco de Assis, instruído por Osvaldo Aranha, mas fracassou diante da resistência de Olegário, respaldado pela força pública.

Artur Bernardes e outros membros do PRM foram detidos na capital mineira. O governo federal acabou definindo o 18 de agosto como um “lamentável equívoco”, sem maiores explicações. Antônio Carlos, que fora um dos defensores da permanência de Olegário no poder, temendo sobretudo um retorno de Bernardes à chefia do Executivo mineiro, repeliu como absurda a hipótese de um apoio do governo provisório ao PRM no episódio. Assim, o maior acusado foi o partido, na figura de Bernardes. O PRM entrou em desagregação.

No final de 1931, conquanto estivesse fora de cogitação entregar o poder ao bernardismo, percebeu-se que não se poderia governar Minas Gerais à inteira revelia desta facção. As forças antagonistas começaram a negociar um acordo, por inspiração de Getúlio e com a intermediação de Gustavo Capanema. A idéia era fundir num só partido a Legião de Outubro (que definitivamente não vingara como partido) e o PRM, para constituir a base de apoio dos governos estadual e federal. Em fevereiro de 1932, essa aliança ficou conhecida como “Acordo Mineiro” e se traduziu na criação do Partido Social Nacionalista (PSN), tendo Antônio Carlos, Bernardes, Venceslau Brás e Virgílio de Melo Franco na comissão diretora.

Daí até a eclosão da Revolução Constitucionalista de julho de 1932, a política mineira oscilou entre a defesa do governo provisório e o apoio à causa paulista. Em abril de 1932, Olegário Maciel, Antônio Carlos, Bernardes e Virgílio lançaram um manifesto declarando ser “dever do povo mineiro apoiar com firmeza o governo originado da revolução” e comunicando que emissários mineiros entrariam em contato com os líderes de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do movimento tenentista para tentar um acordo que garantisse a estabilidade do governo provisório.

Bernardes aderiu à causa constitucionalista, enquanto Antônio Carlos propendia para a busca de uma solução de compromisso que evitasse o confronto armado entre o governo de Vargas e os grupos dominantes paulistas, que contavam com o apoio popular. Olegário,

entrementes, hesitava. O primeiro efeito das novas divergências foi a dissolução do PSN em maio.

A Revolução Constitucionalista eclodiu em São Paulo no dia 9 de julho de 1932. Durante os primeiros dias, o governo mineiro permaneceu indeciso, até que, no dia 19, Olegário manifestou o apoio de Minas ao governo provisório. A revolução seria esmagada, após violentos combates, em 2 de outubro, quando foi assinada a rendição dos revoltosos. Bernardes, preso em Minas quando tentava articular o apoio armado a São Paulo, acabou sendo exilado em dezembro, como outros líderes presos em diversos estados.

Com o exílio de Bernardes, Djalma Pinheiro Chagas e Mário Brant, o PRM, agora definitivamente um partido de oposição, ficou bastante enfraquecido. Ao seu processo de desagregação contrapôs-se a reorganização partidária no estado, apoiada e estimulada por Vargas. Em fevereiro de 1933, essa reorganização teve seu desfecho com a fundação, por Olegário Maciel, Antônio Carlos, José Monteiro Ribeiro Junqueira, Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco, do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais. Antônio Carlos foi eleito para a presidência do partido, cargo que ocuparia até setembro de 1936.

NA PRESIDÊNCIA DA CONSTITUINTE

As eleições para uma assembleia nacional constituinte marcadas por Vargas foram confirmadas para a data de 3 de maio de 1933. Em abril, Olegário Maciel encontrou-se com Getúlio e assegurou-lhe o apoio irrestrito da futura bancada progressista na Constituinte. Este prometeu, por sua vez, apoiar a indicação de um candidato mineiro à presidência da assembleia. Desde novembro de 1932, Antônio Carlos fazia parte de uma comissão designada pelo governo para elaborar o anteprojeto da Constituição. Após sua eleição para a presidência do PP, reforçou-se sua candidatura ao futuro cargo de presidente da Constituinte.

No pleito de 3 de maio de 1933, o PP elegeu 31 deputados constituintes (entre os quais Antônio Carlos), cabendo as outras seis cadeiras da representação mineira ao combalido PRM. Nos meses seguintes, Minas ascendeu ao primeiro plano da política nacional, sobretudo por deter a maior bancada na Constituinte (as proporções das representações estaduais que vigoravam no antigo regime foram mantidas).

No início de agosto, Juarez Távora, ministro da Agricultura, e os interventores Carlos de

Lima Cavalcanti (Pernambuco) e Juraci Magalhães (Bahia) viajaram a Belo Horizonte, onde asseguraram seu apoio à candidatura de Antônio Carlos, em troca do apoio mineiro às reivindicações dos estados nordestinos. Antônio Carlos estava comprometido desde abril com a eleição de Vargas para a presidência do primeiro governo constitucional após a Revolução de 1930, a ser realizada pela Constituinte, e reafirmou essa posição. O apoio de Vargas à sua candidatura tornou-se público em seguida a esses entendimentos.

O outro candidato era Virgílio de Melo Franco, também eleito constituinte na legenda do PP. Tinha o apoio de Osvaldo Aranha, que continuava querendo fazê-lo interventor em Minas, para que o estado se integrasse “política e administrativamente” ao novo regime. Entretanto, o nome de Virgílio era problemático para Vargas, não só do ponto de vista de suas reais possibilidades de coordenar a maioria governista na Assembleia, como também em relação à garantia de sua própria eleição para a presidência da República.

Em 10 de agosto, Olegário Maciel participou de uma reunião da comissão executiva do PP com os deputados eleitos, para definir a plataforma do partido na Constituinte. Apesar dos compromissos assumidos anteriormente com Vargas, o programa aprovado pelo PP nesse encontro colidia em vários aspectos com o projeto de Constituição elaborado pela comissão de que Antônio Carlos fizera parte entre novembro de 1932 e maio de 1933, e que fora presidida pelo ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco. Foram aprovadas teses como a manutenção do regime federativo, a autonomia dos estados e municípios, a dualidade da Justiça, a instauração de um regime representativo com duas câmaras eleitas pelo sufrágio popular e universal, e a oposição à representação de classes na Assembleia Constituinte. Esse programa era de tal modo impregnado pelas concepções federalistas “clássicas” (ou de tal modo correspondente a arraigados interesses regionais), que o próprio PRM não relutou em apoiar a candidatura de Antônio Carlos à presidência da Constituinte. Assim, apesar de todos os conflitos ocorridos em Minas após a vitória do movimento revolucionário, um novo equilíbrio político vinha sendo obtido no estado.

A morte de Olegário Maciel, no dia 5 de setembro, rompeu esse equilíbrio e precipitou a política mineira em nova crise. Imediatamente, Antônio Carlos apoiou a nomeação do secretário do Interior, Gustavo Capanema, para assumir em caráter interino a interventoria em Minas. Envolvido por Vargas no processo decisório da nomeação do interventor efetivo, que se arrastaria por mais três meses, Antônio Carlos viu mitigar-se a oposição de

Virgílio de Melo Franco, o rival de Capanema na disputa pela interventoria, a suas pretensões à presidência da Assembleia. A nomeação de Capanema era reivindicada pelo interventor no Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, enquanto a de Virgílio, como se sabe, atenderia às aspirações de Osvaldo Aranha.

“Para Vargas”, escreveu Helena Bomeny, “mais importante do que consolidar uma ligação de compromisso político com Aranha ou Flores da Cunha, pelo atendimento de suas aspirações na solução do caso mineiro, era garantir sua eleição à primeira presidência constitucional do país. O reconhecido peso político da bancada mineira no processo eleitoral era uma força de barganha que não poderia descartar. Fortalecer a um ou a outro desses políticos de legitimado peso nacional era, entre outros fatores, reconhecer a possibilidade de suas próprias eleições. A habilidade de Vargas caracteriza-se justamente pela forma como associa a presidência da Assembleia Nacional Constituinte à solução do caso mineiro. Ele apoia incondicionalmente o nome de Antônio Carlos para esse cargo, e em troca desse apoio recebe do líder progressista a confirmação de sua autoridade para escolher o novo interventor.”

Vargas não resolveu o problema mineiro antes da definição da situação na Constituinte. Em 11 de novembro, Antônio Carlos, indicado por Virgílio, foi eleito líder do PP. No dia seguinte, foi eleito presidente da Constituinte, recebendo 128 votos (metade do total mais um). Os 40 votos da bancada classista — obtidos depois que o PP reconsiderou sua posição inicial e passou a defender a participação dela na Constituinte — permitiram a vitória de Antônio Carlos logo no primeiro escrutínio.

A Assembleia Nacional Constituinte iniciou seus trabalhos em 15 de novembro de 1933. No dia seguinte, Osvaldo Aranha foi designado líder da maioria e, no dia 17, Virgílio de Melo Franco substituiu Antônio Carlos na liderança do PP.

A partir de então, Getúlio deixou transparecer sua intenção de não nomear nem Capanema, nem Virgílio. Encomendou ao PP listas de candidatos nas quais os dois não figuravam. Fez com que fosse acrescentado a uma delas o nome do deputado progressista Benedito Valadares, pouco mais que obscuro, mas que acabaria sendo nomeado para a interventoria em 12 de dezembro. Dessa forma, Vargas neutralizou os esforços de Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, controlando ao mesmo tempo o avanço político de Antônio Carlos. Mais do que isso, estabeleceu um novo pacto político entre o poder federal e a política mineira.

Antônio Carlos teve de se contentar em influenciar na nomeação de dois secretários de governo de Valadares: Noraldino Lima (Educação) e Alcides Lins (Finanças). Capanema e Virgílio romperam politicamente com Vargas. O segundo foi acompanhado por seu pai, Afrânio de Melo Franco, e por Osvaldo Aranha, que pediram demissão, respectivamente, dos ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda. Depois de idas e vindas, Osvaldo Aranha acabou retirando seu pedido de demissão e permaneceu na pasta até julho de 1934. Capanema também se recomporia mais adiante com Getúlio, sendo nomeado ministro da Educação de seu governo constitucional.

Virgílio, acreditando ter perdido por obra de Antônio Carlos os cargos de presidente da Constituinte ou de interventor em Minas, passou a hostilizá-lo, mobilizando-se para obter sua renúncia. Vargas temia, entretanto, que a renúncia de Antônio Carlos acarretasse a quebra do compromisso da maioria da bancada mineira com sua eleição, e o presidente da Constituinte soube utilizar esse temor para garantir sua posição, com o apoio de 27 deputados do PP, cuja liderança passou a ser exercida por Valdomiro Magalhães, em substituição a Virgílio.

Além da matéria constitucional e das discussões sobre a maneira de examiná-la e sobre ela deliberar, temas da conjuntura política se introduziram nos debates da Assembleia, com os critérios para eleger o primeiro presidente constitucional e seus sucessores, a elegibilidade ou não de Vargas e dos interventores, a data da eleição, a anistia, a censura à imprensa. O PP tendeu a uma posição moderada, evitando atacar frontalmente as medidas governamentais e colocar em questão a manutenção de Vargas no poder. O PRM, mantendo uma postura oposicionista, reagiu veementemente a um possível continuísmo, chegando a lançar a candidatura do ministro da Guerra, general Góis Monteiro, à presidência da República.

Em fevereiro de 1934, a discussão girou em torno de uma possível inversão da ordem dos trabalhos, desejada por Vargas, de modo a que a eleição do presidente constitucional se desse antes do exame e votação do texto da nova Carta. A eleição acabou ficando para depois, mas foram adotadas medidas para acelerar os trabalhos da Assembleia.

Em abril, a bancada gaúcha apresentou um conjunto de proposições constitucionais que contrariavam substancialmente a linha programática do PP, entre as quais a definição da representação dos estados na Câmara dos Deputados em função do eleitorado, e não da

população, com números mínimos e máximos de deputados por estado, e a supressão do Senado Federal. O PP e o PRM convergiram na defesa da manutenção da representação proporcional à população — e sem teto numérico — e na manutenção do Senado como garantia da igualdade federativa.

Os deputados mineiros foram acompanhados pelos paulistas e baianos na rejeição das proposições gaúchas. O episódio funcionou como um teste para a eleição de Getúlio, mostrando o grau de imprevisibilidade do comportamento das grandes bancadas. Antônio Carlos, segundo Helena Bomeny, “teve que redobrar seus esforços para que seus correligionários progressistas apoiassem sem reservas a candidatura de Vargas”, cujo manifesto de lançamento ele e Valdomiro Magalhães, entre outros, assinaram.

A Assembleia Nacional Constituinte encerrou seus trabalhos em 16 de julho de 1934 e, no dia seguinte, elegeu Getúlio Vargas para a presidência da República, por 175 votos. Dez outros nomes foram sufragados (inclusive o de Antônio Carlos, que recebeu um voto), mas o grande derrotado no processo foi Góis Monteiro, que tentara arrebatar para si o cargo e recebeu apenas quatro votos.

NA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Promulgada a nova Constituição Federal, a Constituinte se transformou em Câmara dos Deputados, incorporando provisoriamente as funções do Senado. As eleições para a primeira legislatura ordinária do Congresso Nacional e para as assembleias constituintes estaduais — que elegeriam os novos governadores e os senadores federais, aprovariam as constituições estaduais e se transformariam em assembleias ordinárias — foram marcadas para 14 de outubro de 1934.

Antônio Carlos, que assumira automaticamente a presidência da Câmara, tornando-se o substituto legal do presidente Vargas (a Constituição de 1934 eliminou a figura do vice-presidente da República), foi um dos 26 deputados federais eleitos em outubro de 1934 na legenda do PP. O PRM, recuperando-se, aumentou sua participação na bancada mineira para 11 deputados, entre os quais o anistiado Bernardes. Para a Constituinte mineira, o PP elegeu 34 deputados, contra 14 do PRM.

Como afirma Edgar Carone: “O reforço do esquema governamental — Getúlio e oligarquias dos estados — torna praticamente pacífico o jogo político. A frente comum

formada pelas forças situacionistas na Câmara Federal representa maioria esmagadora e, contra ela, só se apresenta a Minoria Parlamentar. A oposição, ou as oposições, segundo as circunstâncias, existem e se organizam contra o governo, mas sua ação é limitada pela pequena representatividade, fator compensado pela combatividade de João Neves da Fontoura, Otávio Mangabeira e muitos outros. Apesar da pressão exercida sobre elas, o governo teme as suas denúncias e, sempre que possível, tenta acordo, para silenciá-las.”

Em janeiro de 1935, o ministro da Justiça, Vicente Rao, e o deputado Raul Fernandes apresentaram à Câmara um projeto de lei de segurança nacional. Diante das reações contrárias, o projeto foi substituído em fevereiro por um novo texto, de autoria do deputado Henrique Bayma, abrandando em alguns aspectos o original. A Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38) foi aprovada pela Câmara em 27 de março e promulgada no dia 4 de abril, sob os protestos da oposição, que viu nela uma possível fonte de interpretações perigosas, capaz de levar à negação dos direitos políticos previstos na Constituição.

Na mesma data, em Belo Horizonte, instalou-se a Constituinte estadual, e o interventor Benedito Valadares foi eleito governador do estado, com os 34 votos do PP e na ausência da bancada do PRM. A oposição do PRM à eleição de Valadares havia conseguido incorporar um segmento dissidente do PP, incluindo-se aí parlamentares muito ligados a Antônio Carlos, como Arinos de Moraes Câmara. Entretanto, Getúlio, sondado por Antônio Carlos através de João Carlos Machado, líder da bancada majoritária gaúcha, havia deixado bem claro que, às voltas com dificuldades no Rio Grande do Sul e em São Paulo, não abriria mão da eleição de Valadares em hipótese alguma. Assim, Antônio Carlos nada pudera fazer senão obter a unanimidade da bancada progressista.

A primeira legislatura ordinária do Congresso Nacional teve início em 3 de maio de 1935, data em que Antônio Carlos foi confirmado na presidência da Câmara. No dia 17 de maio, tendo Vargas viajado ao Uruguai e à Argentina, assumiu interinamente a presidência da República, permanecendo no cargo até o retorno do presidente, em 8 de julho seguinte.

O fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização antifascista e nacionalista animada pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), foi, em julho de 1935, um dos episódios que marcaram o progressivo fechamento do regime, que culminaria com o golpe do Estado Novo em 1937. A solução golpista começara a se desenhar, como hipótese, com a aprovação da Constituição de 1934 e a

confirmação de Vargas na chefia do Executivo. A propensão a romper a legalidade constitucional, presente em primeiro lugar nas forças armadas, foi estimulada, em novembro de 1935, pela tentativa insurrecional com que os comunistas reagiram ao fechamento da ANL e à marcha do regime em direção ao autoritarismo, acompanhada pela ascensão da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fascista.

O estado de sítio — trazendo em seu bojo a censura à imprensa — foi aprovado pelo Congresso após a eclosão, no dia 23 de novembro, da revolta comunista em Natal. Sem enfrentar reações maiores no Senado, foi combatido na Câmara pela Minoria Parlamentar (ou Oposições Coligadas), sendo aprovado por 172 votos contra 52. No dia 27, o prosseguimento da tentativa insurrecional em unidades militares da capital federal pareceu justificar a medida. Em dezembro, o estado de sítio foi transformado em estado de guerra. Instaurada inicialmente por 90 dias, essa medida de exceção seria prorrogada sucessivas vezes, sempre em nome da luta contra o comunismo, a partir de março de 1936, quando senadores e deputados oposicionistas foram presos sob a acusação de envolvimento no levante comunista.

Os trabalhos legislativos foram reabertos, após o recesso parlamentar de fim de ano, em 3 de maio de 1936. No dia 8, Antônio Carlos foi reeleito para a presidência da Câmara, exercendo cumulativamente a liderança da bancada do PP na casa. Desde janeiro, aparecia como possível candidato à sucessão de Vargas nas eleições diretas previstas para janeiro de 1938, juntamente com outros nomes, como o do interventor gaúcho Flores da Cunha.

Até a colocação aberta da questão sucessória, que se desenvolveu ao longo de 1936, os grupos dominantes da política nacional estiveram unidos no apoio às medidas de exceção. Em julho, o Congresso deu permissão para que fossem processados os parlamentares presos, e Vargas enviou ao parlamento uma mensagem propondo a criação de um tribunal de exceção, o Tribunal de Segurança Nacional, que começaria a funcionar em setembro.

A política de Benedito Valadares em Minas Gerais foi o fator determinante do processo que levaria Antônio Carlos a entrar em oposição a Getúlio. Valadares tentou estabelecer um acordo com o PRM, encontrando resistência por parte de Artur Bernardes. Procurou então Djalma Pinheiro Chagas, que se encarregou de realizar gestões junto a seus correligionários e, finalmente, transmitiu ao governador a conclusão de suas consultas: o candidato mais indicado à sucessão presidencial era Antônio Carlos.

Valadares, que desejava o fim do carlismo em Minas, preferiu então negociar com Francisco Campos, Virgílio de Melo Franco e outras lideranças atritadas com Antônio Carlos. Manteve no Rio dois encontros com Bernardes, que protelou sua decisão a respeito do acordo. A essa altura dos acontecimentos, Flores da Cunha tinha resolvido apoiar o nome de Antônio Carlos para a sucessão de Vargas. Compreendendo que a intenção de Valadares era destruir politicamente o presidente da Câmara, Flores da Cunha induziu Bernardes a evitar a conciliação.

Em agosto, Valadares promoveu a substituição de Abílio Machado na presidência da Assembléia Legislativa mineira, o qual era ligado a Pedro Aleixo, deputado do PP que exercia a liderança da maioria na Câmara Federal. Pedro Aleixo renunciou ao cargo. No dia 29 de agosto, Antônio Carlos, diante das pressões crescentes de Valadares, renunciou à liderança da bancada majoritária mineira. Dois dias depois, resolveu renunciar à presidência da Câmara, sabedor de que Valadares pedira a Vargas uma definição: ou ele ou Antônio Carlos.

Por iniciativa de João Carlos Machado, os parlamentares impediram que Antônio Carlos pronunciasse o discurso de renúncia. Havia no plenário um *quorum* excepcional, de cerca de duzentos deputados, nesse dia 31 de agosto. João Carlos Machado foi o primeiro a falar, no fim da tarde, evocando a atuação de Antônio Carlos desde a presidência da Constituinte e afirmando que ele continuaria a presidir a Câmara. Os deputados aplaudiram de pé, acompanhados pelas tribunas. Antônio Carlos quis falar, mas foi novamente impedido, desta feita por Levi Carneiro, do Rio de Janeiro, que também defendeu sua permanência no cargo. Mais de 30 deputados de diferentes estados e partidos revezaram-se na tribuna para exprimir sua solidariedade. De prorrogação em prorrogação, a Câmara entrara em sessão permanente.

À noite, finalmente, Antônio Carlos tomou a palavra: “Eu não estaria à altura de vossa estima se não obedecesse às ordens de um voto tão inequívoco. E seria ingrato e injusto para com os meus colegas se insistisse em manifestar um propósito que todos não querem ver concretizado.” A intromissão de Benedito Valadares e de Vargas, que lhe dava cobertura, fora repelida pela Câmara.

No dia seguinte, porém, Valadares reuniu os parlamentares do PP, que entrara em desagregação, e os deputados do PRM que não haviam permanecido fiéis a Bernardes —

como Cristiano Machado, José Francisco Bias Fortes e Djalma Pinheiro Chagas —, obtendo sua concordância com a renúncia de Antônio Carlos à liderança da bancada majoritária mineira e a aprovação do nome de Noraldino Lima, ligado a Venceslau Brás, para substituí-lo.

Em fins de 1936, afastadas as hipotéticas candidaturas de Antônio Carlos e Osvaldo Aranha à sucessão de Vargas, cresceu o apoio à candidatura de Armando de Sales Oliveira, governador de São Paulo. No dia 29 de dezembro, Armando de Sales demitiu-se do governo do estado para se desincompatibilizar. Em fevereiro de 1937, assumiu a presidência do Partido Constitucionalista de São Paulo, oficializando sua candidatura.

Com o país imerso num clima de tensão crescente, o ano de 1937 foi dominado pela questão da sucessão de Vargas. Este, em abril, reagiu ao lançamento da candidatura do ex-governador de São Paulo promovendo o lançamento da de José Américo de Almeida, articulada por Benedito Valadares.

Na abertura da terceira sessão legislativa do Congresso, em 3 de maio, as articulações de Valadares e Getúlio contra Antônio Carlos chegaram ao auge. Pedro Aleixo aceitou concorrer à presidência da Câmara e derrotou Antônio Carlos por 152 votos contra 131. A queda de Antônio Carlos seria depois interpretada como mais um passo para a instalação do Estado Novo. Embora Pedro Aleixo o tenha negado no fim de sua vida, como afirma Carlos Chagas, é amplamente aceita a versão de que participou de uma articulação subterrânea para derrubar Antônio Carlos.

Definitivamente batido por Valadares na política mineira, e por Vargas em âmbito nacional, Antônio Carlos fundou em Juiz de Fora, no dia 17 de maio, o Partido Progressista Democrático, para dar apoio a Armando Sales. Com integrantes do moribundo PP mais a dissidência do PRM, Valadares criou o Partido Nacionalista Mineiro, destinado a apoiar a candidatura de José Américo, lançada em 25 de maio. Ao mesmo tempo, Bernardes conduziu o PRM à união com todos os partidos e facções que apoiavam o candidato opositor.

Em 10 de junho de 1937, foi instalada no Rio de Janeiro, para fazer a campanha de Armando Sales, a União Democrática Brasileira, cuja comissão executiva provisória era presidida por Bernardes e integrada ainda por Antônio Carlos, Otávio Mangabeira, João Carlos Machado e Valdemar Ferreira.

As eleições não chegaram a se realizar. Em 10 de novembro, Vargas comandou um golpe que estabeleceu a ditadura do Estado Novo. Fechados o Congresso Nacional e as câmaras estaduais e municipais, Antônio Carlos perdeu seu mandato e abandonou definitivamente a política, para dedicar-se à atividade empresarial, como presidente do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, vinculado à Companhia Sul América de Seguros.

Em 1943, recusou-se a assinar o *Manifesto dos mineiros*, documento distribuído clandestinamente no dia 24 de outubro, aniversário da Revolução de 1930. Articulado por um grupo de políticos opositores mineiros, o manifesto foi a primeira manifestação unitária expressiva das forças que desejavam o fim do Estado Novo. Antônio Carlos se teria recusado a juntar sua assinatura às dos 76 signatários do documento (aos quais se acrescentaram posteriormente outros 16) por ter sido ele uma iniciativa na qual tiveram papel destacado, entre outros, Virgílio de Melo Franco e Pedro Aleixo.

Antônio Carlos faleceu no Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1946.

De seu casamento com Julieta Guimarães de Andrada, em 1899, nasceram cinco filhos. Seus dois filhos homens atuaram na política mineira até o advento do Estado Novo: Fábio Ribeiro de Andrada foi constituinte estadual em 1935 e José Bonifácio Olinda de Andrada foi secretário da Educação e Saúde Pública de Minas no governo de Benedito Valadares, entre 1935 e 1936. De sua família tiveram ainda destaque no cenário político nacional seus sobrinhos José Bonifácio Lafayette de Andrada, deputado federal por Minas Gerais entre 1946 e 1979, e Antônio Carlos Lafayette de Andrada, que foi ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1945 a 1969.

Antônio Carlos escreveu *Bancos de emissão no Brasil* (1923), além de artigos, relatórios oficiais e pareceres, e numerosos discursos. Em 1946, seu filho Fábio Andrada organizou uma coletânea de artigos intitulada *Antônio Carlos — o Andrada da República*. Sua neta Maria Andrada Batista de Oliveira Mega publicou, em 1980, a monografia *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*.

O arquivo de Antônio Carlos encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas. Em 1948, um dos distritos de Barbacena foi elevado à categoria de município com o nome de Antônio Carlos.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Antônio*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BARROS, E. *Associação* (12/1976); *Boletim Min. Trab.* (5/36); *Brasil*; BRINCHES, V. *Dicionário; CÂM. DEP. Deputados; Câm. Dep. seus componentes*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; CHAGAS, C. 113; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CONSULT. RAMOS, N.; *Correio da Manhã* (5, 8/7/1931); *Correio do Povo*; *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; *Digesto Econômico* (9, 10/1970); *Encic. Barsa*; *Encic. prática Jackson*; FAUSTO, B. *Revolução*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FRANCO, V. *Outubro*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922); JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal* (30/3/1935); *Jornal do Brasil* (21/12/1972, 14/12/1977, 28/9/1980); *Jornal do Comércio*, Rio; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA SOBRINHO, A. *Verdade*; LIRA, A. *Senado*; MEGA, M. *Antônio*; MIN. FAZ. *Ministros*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Noite*; *Novo dic. de história*; OLIVEIRA, M. *História*; *Personalidades*; RACHE, P. *Outros*; RAMOS, P. *Partidos*; *Regionalismo*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; *Rev. Bras. Estudos Pol.* (1/1966); SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVEIRA, A. *Encic.*; SODRÉ, N. *História da imprensa*; SOUSA, J. *Índice*; SOUSA SOBRINHO. *Importância*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*; TORRES, J. *História de Minas* (5).

CARLOS, Paulino

*const. 1891; dep. fed. SP 1891-1908.

Paulino Carlos de Arruda Botelho nasceu em São Carlos do Pinhal, então distrito de Piracicaba (SP), no dia 23 de março de 1834. A povoação foi fundada em terras que pertenciam a seu pai, o tenente-coronel Carlos José Botelho. Seu irmão Antônio Carlos de Arruda Botelho ficou conhecido como conde do Pinhal.

Estudou humanidades em Piracicaba e dedicou-se aos negócios da família. Abriu a fazenda Quebra Canela, em Pinhal, e outras três em Ibitinga (SP). Foi grande produtor de café, lavoura que introduziu na região. Integrou a Guarda Nacional de São Carlos (SP), alcançando a patente de coronel superior, e foi eleito juiz de paz da vila. Seguindo a tradição da família, vinculada ao Partido Liberal do Império, começou sua vida política nesse partido em 1873, mas logo aderiu à propaganda republicana. Juntamente com o irmão Bento Carlos de Arruda Botelho, fundou o Partido Republicano de São Carlos em 25 de janeiro de 1878. Foi um dos criadores do jornal *A Propaganda*, órgão do Partido Republicano Paulista (PRP), e em 1884 foi aclamado presidente do Congresso Republicano realizado em São José do Rio Claro. Seria ainda presidente do Banco de São Carlos do Pinhal.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi novamente aclamado publicamente, agora para organizar o governo provisório de São Carlos do Pinhal, e tornou-se a principal liderança da região. Na primeira eleição republicana, em 15 de setembro de 1890, foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro e, durante os trabalhos constituintes, subscreveu a emenda do deputado Lauro Müller que incorporava à União uma zona de 400 léguas quadradas, no planalto Central, que mais tarde seria transformada em Brasília. Passando a cumprir o mandato ordinário a partir de maio de 1891, quando da eclosão da Revolta da Armada, em 1893, organizou forças para a defesa da ordem legal. Ainda nesse ano, defendeu a aprovação da Lei nº 169/93, que promovia ampla reestruturação no ensino público do estado. Como reconhecimento, o governo paulista designou-o patrono do primeiro grupo escolar, Grupo

Escolar Paulino Carlos. Após concluir seu primeiro mandato em dezembro de 1893, foi reeleito para outros cinco.

Faleceu em 23 de outubro de 1908, no exercício do mandato de deputado federal.

Casou-se com Ana Flora Leme Ferraz Coelho, descendente do bandeirante Fernão Dias Pais Leme.

Em sua homenagem foi batizada a praça Coronel Paulino Carlos de Arruda Botelho, em São Carlos do Pinhal.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); AMARAL, A. *Dicionário*; Brasília.

Disponível em:

<<http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/18901215emendaLauroMuller>>;

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CASTRO, F. *Almanach*; *Correio Paulistano* (25/10/1908); *Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo*; Família Arruda Botelho.

Disponível em:

<<http://www.arruda.botelho.nom.br/txtAscendenciaConde.htm>>; Guia São Carlos.

Disponível em: <<http://www.guiasaocarlos.com.br/historia.asp>>;

<http://www.guiasaocarlos.com.br/fazenda_conde_do_pinhal.asp>; *Jornal*

Imparcial. Disponível em: <<http://www.jornaloimparcial.com.br/?p=5637>>; Marbo

contabilidade. Disponível em: <<http://www.marmo.com.br/php/contab.php>>.

VAMPRE, S. *Memórias*.

CARNEIRO, Belarmino

*const. 1891; dep. fed. PE 1891-1893.

Belarmino Carneiro Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Pau D`Alho (PE) no dia 23 de maio de 1847, filho de José Carneiro da Silva Beltrão e de Maria Sebastiana Carneiro Cavalcanti.

Iniciou sua vida profissional em Recife, onde se dedicou ao comércio e depois se tornou guarda-livros. Em 1887 mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e começou a trabalhar no serviço telegráfico do jornal *O País*. Passou a escrever nesse periódico e a colaborar com vários outros, de diversos países, como o *Comércio de Portugal*, de Lisboa, *La Cronica*, de Buenos Aires, e *La Pátria*, de Montevideú. Após essa experiência fundou, com Antônio Leitão e Verediano de Carvalho, o jornal *O Tempo*, mas poucos meses depois abriu mão dessa atividade. Também trabalhou como jornalista em *A Semana* e, em 1904, fundou a *Os Anais*, ao lado de Domingos Olímpio e Valfrido Ribeiro. Foi ainda secretário de Alfredo Pinto, chefe de polícia do Rio de Janeiro, e diretor do almoxarifado da Saúde Pública.

Iniciou sua vida política ainda durante o Império, quando defendeu as causas abolicionista e republicana. Depois da proclamação da República (15/11/1889) foi eleito deputado constituinte por Pernambuco. Assumiu seu mandato em 15 de novembro de 1890 e participou da elaboração da primeira Carta republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Em junho seguinte passou a cumprir o mandato ordinário e permaneceu na Câmara até o fim da legislatura, em dezembro de 1893.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 26 de outubro de 1928, vítima de gripe espanhola.

Publicou *Poesias* (1907) e *Escritos diversos* (1909).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.6); VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

CARNEIRO, Brás

*const. 1891; sen. RJ 1891-1893.

Brás Carneiro Nogueira da Gama nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 24 de março de 1846, filho de Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama e de Rosa Nogueira Vale da Gama. Seu pai foi o conde de Baependi, proprietário rural e político influente durante o período imperial.

Tendo concluído seus estudos preparatórios, ingressou em 1863 na então Escola Central, depois denominada Escola Politécnica, onde se graduou engenheiro geógrafo (1866), bacharel em ciências matemáticas e físicas (1867) e engenheiro civil (1868). Formado, decidiu seguir o exemplo paterno e dedicar-se à lavoura no município de Santa Teresa de Valença, na antiga província do Rio de Janeiro, onde o pai possuía grandes propriedades agrícolas. Assim, casando-se em 8 de janeiro de 1870 com sua prima, Luísa Henriqueta Viana Nogueira da Gama, fundou a fazenda de Santa Luísa, cujo nome foi escolhido em homenagem à esposa. Procurou dotar a propriedade de muitos melhoramentos e foi o precursor da instalação de uma máquina para a secagem do café, o que tornou o local muito visitado por outros adiantados agricultores da região e também de São Paulo e Minas Gerais. Contudo, logo abandonou os negócios agrícolas para dedicar-se à política.

Embora pertencesse a uma família monarquista e palaciana, desde os tempos escolares Brás Carneiro era um conhecido defensor de posições republicanas. Apesar dessa postura, atendendo a pedidos do pai e de chefes políticos aceitou candidatar-se a deputado à Assembleia Provincial fluminense, para o biênio 1882-1883, pelo Partido Conservador. Eleito, só se envolveu em questões industriais. Com a morte do pai em 1887, os chefes políticos insistiram para que, novamente, se candidatasse ao pleito que escolheria os parlamentares da província para o biênio 1888-1889. Assim o fez, mas pelo Partido Republicano, e de novo saiu vitorioso das urnas.

Membro da bancada republicana, liderada por Francisco Portela e formada inicialmente por apenas cinco deputados, quando da proclamação da República (15/11/1889), ocupava a

primeira vice-presidência da Assembleia Provincial. Por decreto do governo provisório da República, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, foi nomeado segundo vice-presidente do estado do Rio de Janeiro. Em setembro de 1890, quando se realizaram as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi sufragado senador. Porém, como o menos votado dos três senadores vitoriosos no estado, seu mandato foi de apenas três anos. Promulgada a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e dividido o Congresso Constituinte em Senado e Câmara dos Deputados, foi escolhido vice-presidente do Senado, o que lhe permitiu presidir a primeira sessão da primeira legislatura do Congresso Nacional. Também foi o responsável pela direção das reuniões do Senado enquanto se debatia o regimento interno da casa, tendo sido um dos principais colaboradores em tal formulação. Tais funções, no entanto, não o garantiram no posto, e, quando da eleição definitiva da mesa diretora, em 19 de junho, foi vencido na disputa para a vice-presidência por Prudente de Moraes. No Senado, foi membro das comissões de Finanças, Obras Públicas e Empresas Privilegiadas.

Após a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República e a posse do vice-presidente Floriano Peixoto em 23 de novembro de 1891, quando foram depostos presidentes e governadores de estado, Brás Carneiro manifestou-se contra o novo chefe do Executivo e passou a lhe fazer oposição. Ao fim de seu mandato no Senado, em 1893, vendo chegar ao poder no estado do Rio de Janeiro o partido contrário ao que pertencia, não tentou reeleger-se e retirou-se da vida pública.

Em 1896, a convite de Afonso Pena, que ocupava a presidência do Banco da República do Brasil, tornou-se engenheiro e consultor técnico da instituição. Encarregado de superintender a fiscalização de companhias e empresas que haviam obtido empréstimos em bônus, manteve-se na função até 1900, quando, devido à alteração da diretoria, em decorrência das dificuldades pelas quais o banco passava, foi dispensado. Anos depois, em 1907, quando Afonso Pena era presidente da República (1906-1909), ao ser criada a Repartição do Povoamento do Solo, foi nomeado seu engenheiro-inspetor. Posteriormente, permaneceu funcionário adido ao Ministério da Agricultura.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 27 de abril de 1922, deixando três filhos.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p. 253-254); CÂM. DEP. *Anais* (1922); *Dados biográficos dos senadores RJ* (p.65-66); *Jornal do Comércio*, Rio (28/4/1922, p. 6); SENADO. *Anais* (1890-1893).

CARNEIRO, Daniel

*dep. fed. CE 1921-1923 e 1927-1929.

Daniel Vieira Carneiro foi um advogado que ingressou na política e em 1921 foi eleito deputado federal pelo 2º distrito do estado do Ceará, com sede em Iguatu. Assumindo em maio do mesmo ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, exerceu o mandato até dezembro de 1923. Voltou a ser eleito em 1927, e ocupar uma cadeira na Câmara de maio daquele ano até dezembro de 1929.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: *Almanach do Ceará* (p.50); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CARNEIRO, HUGO RIBEIRO

*dep. fed. CE 1921-1923; gov. AC 1927-1930; const. 1946; dep. fed. AC 1946-1955.

Hugo Ribeiro Carneiro nasceu em Belém no dia 28 de julho de 1889, filho de Joaquim Soares Carneiro e de Hercília Ribeiro Carneiro.

Estudou no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, inicialmente no Ginásio Nacional (hoje Colégio Pedro II) e depois no Ginásio São Bento e no Colégio Bôscoli. Ingressou a seguir na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, da qual sairia bacharel em ciências jurídicas e sociais em janeiro de 1911. Ainda acadêmico foi funcionário da Fazenda Federal, função que desempenhou até 1910.

Já formado, transferiu-se para o Acre, onde permaneceu até 1916, desempenhando os cargos de juiz municipal e juiz de direito da comarca de Tarauacá. Nesse período foi também encarregado de concluir o inquérito para apontar os responsáveis pela morte do general Plácido de Castro, líder da revolução que proclamara a independência do Acre em julho de 1899.

Em 1916 retornou ao Rio de Janeiro, onde abriu banca de advogado com Justiniano Serpa, então deputado federal pelo Pará (1915-1920), e ingressou no comércio de perfumes, fundando as Perfumarias Carneiro. Com a eleição de Serpa para a presidência do estado do Ceará, transformou-se em seu secretário particular, o que determinou seu ingresso na política. Assim, em 1921 foi eleito deputado federal pelo Partido Democrata do Ceará. Tomou posse em maio e no ano seguinte assumiu a Secretaria da Câmara dos Deputados. Em 1923, ao final do mandato, foi nomeado pelo governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926) superintendente municipal de Manaus, durante a intervenção federal no estado do Amazonas. Quatro anos depois, em 1927, foi nomeado pelo presidente Washington Luís (1926-1930) governador do então território do Acre. Com a Revolução de 1930, exonerou-se e passou a se dedicar à iniciativa privada.

Em maio de 1937 foi representante da Legião Autonomista Acreana na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à sucessão do presidente Getúlio Vargas nas eleições previstas para 1938, que foram suspensas com a implantação em novembro de 1937 do regime do Estado Novo (1937-1945).

Em 1945, foi eleito presidente do Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro. Retornando à atividade política após a queda do Estado Novo (29/10/1945) elegeu-se em dezembro desse

ano deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo território do Acre na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumindo sua cadeira em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer mandato ordinário. Nesse período exerceu a liderança de sua bancada na Câmara, integrou a Comissão Especial de Valorização da Amazônia e foi vice-presidente da Comissão de Indústria e Comércio. Em outubro de 1950 concorreu à reeleição na mesma legenda e obteve uma suplência. Assumiu, entretanto, o mandato, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal (STF), permanecendo na Câmara até o fim da legislatura, em janeiro de 1955.

Foi diretor da Liga de Comércio do Rio de Janeiro e da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Escreveu trabalhos jurídicos esparsos, artigos sobre o território do Acre e sobre territórios federais.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 9 de julho de 1979.

Era casado com Adélia de Freitas Carneiro, com quem teve cinco filhos.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Ilustração Brasileira*; *Jornal do Brasil* (10/7/79); NÉRI, S. 16; PEIXOTO, A. *Getúlio*; ROQUE, C. *Grande*.

CARNEIRO, José Joaquim Domingues

* sen. CE 1891-1892 e 1909-1910.

José Joaquim Domingues Carneiro nasceu em São Mateus, atual Jucás (CE), em setembro de 1836, filho do vigário José Joaquim Domingues Carneiro.

Iniciou os estudos com o auxílio do pai. Mudou-se para Russas (CE) e daí para Fortaleza, matriculando-se no Liceu do Ceará em 1854. Seguiu para o Colégio das Artes do Recife, onde concluiu os preparatórios. Kursou a Faculdade de Direto do Recife, formou-se em 1863 e retornou a Russas. Em junho de 1865 foi nomeado promotor público em Aquiraz (CE), cargo que deixou no ano seguinte voltando a Russas como juiz municipal e de órfãos. Acumulou ainda as funções de inspetor das Escolas e delegado de Polícia. Foi nomeado juiz da comarca de Inhamuns em 1873, de Granja em 1879 e de Baturité em 1881, todas no Ceará.

Foi membro do Partido Liberal do Império e, com o fim da Monarquia e a instalação da República em 15 de novembro de 1889, em 1891, logo após a promulgação da primeira Constituição republicana do Brasil (24/02/1891), foi eleito senador pelo Ceará. Assumiu, em 6 de maio daquele ano, sua cadeira no Senado Federal no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, e cumpriu seu mandato até 1º de outubro de 1892. Ainda em 1891 foi nomeado desembargador da Relação de Fortaleza e procurador da Soberania e Fazenda Nacional. Por ser o mais antigo magistrado em exercício, assumiu a presidência do Superior Tribunal Cearense. Também em 1891 foi eleito deputado à Constituinte estadual cearense, a qual também presidiu. Aposentou-se da magistratura em julho de 1909 e no mesmo ano assumiu uma cadeira no Senado Federal no lugar de Francisco Sá, que havia renunciado ao mandato por ter sido nomeado ministro da Viação. Permaneceu no Senado até 1910, quando renunciou ao mandato para favorecer a volta de Francisco Sá, eleito em janeiro de 1911. Foi o candidato da oligarquia comandada pela família Acióli nas eleições de 1912, mas acabou sendo derrotado por Franco Rabelo.

Foi ainda provedor da Santa Casa de Misericórdia do Ceará.

Faleceu em Fortaleza no dia 9 de setembro de 1915.

Era casado com Ana de Araújo Domingues Carneiro.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GIRÃO, V. *Ceará* (p. 79-80); GUIMARÃES, H. *Deputados* (p. 362-363);
LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.3, p.1639-40).

CARNEIRO, PEREIRA

*jornalista; pres. ACRJ 1930; const. 1934; dep. fed. DF 1935-1937.

Ernesto Pereira Carneiro nasceu no município de Jaboatão (PE) em 14 de abril de 1877, filho de Adolfo Pereira Carneiro, de nacionalidade argentina, e de Cândida Machado Carneiro, descendente de tradicional família nordestina.

Depois de fazer os primeiros estudos em Recife, viajou para a Europa, onde frequentou os colégios Arriaga, em Lisboa, e dos Jesuítas, em Paris. Já adolescente, retornou ao Brasil e fez os estudos secundários no Colégio Anchieta, também jesuíta, situado em Nova Friburgo (RJ). Ingressou em seguida no Saint George College, em Londres, onde se especializou em economia.

Iniciou a atividade profissional em Recife no ano de 1895 na firma comercial Pereira Carneiro e Cia., de propriedade de sua família. Após a morte de seu pai e de seu tio Antônio Machado, passou a dividir a direção da empresa com o irmão. Considerado bom comerciante, foi eleito vice-presidente da Associação Comercial de Pernambuco em 1897 e, pouco depois, começou a diversificar suas atividades, adquirindo uma fábrica de malhas em Várzea (PE) e várias salinas no Rio Grande do Norte e no Ceará.

Em 1909 casou-se com Beatriz Correia de Araújo, pertencente a uma destacada família pernambucana. Pretendendo ampliar seus negócios, transferiu-se em 1912 para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde adquiriu a Companhia Comércio e Navegação, especializada em transportes marítimos, e a massa falida da indústria de navios Faria e Companhia, procurando vincular essas operações ao fortalecimento de suas empresas nordestinas. Suas atividades empresariais receberam grande impulso durante a Primeira Guerra Mundial, deflagrada em 1914. Apesar do afundamento de alguns de seus navios que faziam transporte para a Europa, sua frota aumentou consideravelmente e operou com grande lucratividade, ao mesmo tempo que a queda das importações brasileiras e o maior acesso das indústrias nacionais ao crédito permitiram a diversificação de suas atividades. Além de modernizar a produção salineira e o estaleiro naval, Pereira Carneiro fundou em Niterói uma fábrica de juta para produzir sacos e realizou sua antiga aspiração de ligar-se à imprensa, concedendo um empréstimo à firma Mendes e Companhia, proprietária do *Jornal do Brasil*, que atravessava grave crise econômica. Começou então a assinar uma coluna nesse matutino carioca, intitulada “Notícias de Pernambuco”.

Em 1918 os irmãos Mendes de Almeida não conseguiram resgatar a hipoteca do jornal, que passou à propriedade de Pereira Carneiro. A partir daí, o *Jornal do Brasil* sofreu várias reformas e entrou numa fase de recuperação financeira. Nessa época, marcada pelo acirramento dos conflitos trabalhistas nas regiões mais industrializadas do país, Pereira Carneiro foi um dos primeiros empresários a adotar novos métodos de higiene e proteção dos seus operários, chegando a construir uma vila que levou seu nome, situada em Niterói, dotada de escolas e de um serviço de assistência médico-odontológica. Sua colaboração com as obras sociais da Igreja e a doação de cem contos de réis para auxiliar no combate à epidemia da gripe espanhola que assolou o Rio de Janeiro em 1918 fizeram com que o papa Bento XV lhe outorgasse no ano seguinte o título de conde do Vaticano. Foi um dos fundadores da maternidade e do hospital dos tuberculosos da Santa Casa de Misericórdia de Recife, inaugurados sob os auspícios da Cruz Vermelha Brasileira.

Em 1920, o conde Pereira Carneiro, como passou a ser conhecido, lançou o vespertino *A Hora*, de duração efêmera, ao mesmo tempo que prosseguia na reformulação do *Jornal do Brasil*. Nos anos seguintes, atuou intensamente na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), participando em várias ocasiões de sua diretoria. Promoveu campanhas pelo desenvolvimento da aviação civil, tornando-se em 1927 acionista do Sindicato Condor, empresa alemã pioneira no transporte aéreo de passageiros no Brasil. Em 1929, chefiou a comissão designada pela ACRJ para expor ao presidente Washington Luís as preocupações do setor com a crise econômica em curso. No encontro com o chefe da nação, criticou a reforma financeira implantada pelo governo e sugeriu medidas urgentes para a solução de problemas que atingiam os empresários do comércio e da indústria.

Pereira Carneiro foi eleito presidente da ACRJ em maio de 1930 e, pouco depois de tomar posse, enviou um telegrama a Washington Luís saudando a vitória de seu correligionário Júlio Prestes nas eleições presidenciais realizadas dois meses antes. Entretanto, importantes setores da oposição, aglutinada em torno da Aliança Liberal, contestavam a lisura do pleito e começavam a preparar, junto com militares ligados ao movimento tenentista, um levante armado de âmbito nacional contra o governo. A revolução foi deflagrada em 3 de outubro e, vitoriosa depois de 21 dias de luta, levou à formação do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas. Nessa ocasião, o *Jornal do Brasil* foi empastelado e teve sua circulação suspensa por quatro meses, enquanto as atividades da ACRJ passaram a ser controladas

pelas autoridades revolucionárias. As limitações impostas à autonomia da entidade provocaram, pouco depois, a renúncia de Pereira Carneiro.

Depois de passados os momentos críticos da instalação da nova ordem, o *Jornal do Brasil* foi reaberto, adotando uma atitude de cautela diante das questões políticas nacionais, o que não impediu que expressasse sua simpatia pela Revolução Constitucionalista, movimento que entre julho e outubro de 1932 opôs as forças paulistas ao governo federal. Depois da vitória sobre os revoltosos, Vargas convocou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, realizadas em 3 de maio de 1933. Pereira Carneiro foi então eleito deputado na legenda do Partido Autonomista do Distrito Federal, fundado pouco antes sob a liderança de Pedro Ernesto Batista, interventor na capital. Na Assembleia, Pereira Carneiro defendeu a adoção do ensino religioso obrigatório, aprovada e inscrita na Constituição promulgada em 16 de julho de 1934. Em outubro seguinte, foi eleito deputado federal na mesma legenda, participando da legislatura iniciada em maio de 1935.

Nesse ano, os negócios de Pereira Carneiro sofreram sérios reveses, que o levaram a se desfazer de suas principais empresas e concentrar seus recursos na implantação da Rádio Jornal do Brasil e na recuperação do jornal que, apesar da reorganização interna e das relações estáveis com o governo, não havia superado totalmente os problemas surgidos no início da década. Sob a direção financeira de José Pires do Rio, o jornal conseguiu vencer a crise, graças à nova orientação adotada, que concebia o periódico como um boletim de anúncios.

Em novembro de 1937, com o golpe militar que implantou o Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram fechados e os mandatos parlamentares, interrompidos. Pereira Carneiro recolheu-se então às atividades privadas. Sua primeira esposa faleceu em 1940, e dois anos depois contraiu segundas núpcias com a viúva Maurina Dunshee de Abranches Marchesine, filha do escritor, jornalista e político João Dunshee de Abranches Moura, deputado federal de 1906 a 1917.

Pereira Carneiro contraiu grave enfermidade em 1952, sendo forçado a se afastar da direção de seus negócios. Faleceu no Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 1954, sem deixar filhos. Foi fundador e presidente de honra do Clube Náutico Capibaribe, sediado em Recife, membro da Cruz Vermelha Brasileira, sócio benemérito da Associação Brasileira de Imprensa, fundador e presidente da Sociedade Brasileira de Puericultura. Durante 33 anos

foi correspondente do Banco do Brasil para o Nordeste.

Deixou publicados seus *Discursos sobre assuntos comerciais, industriais e financeiros*, proferidos entre 1919 e 1942.

Marieta de Moraes Ferreira

FONTES: *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados; Câm. Dep. seus componentes*, CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Encic. Mirador*; GODINHO, V. *Constituintes; Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos* (1949); *Jornal do Brasil* (23, 24/2/1954, 14/4/1976, 14, 20/4/1977, 18/9/1980); *Tribuna da Imprensa* (19/2/1954).

CARNEIRO, RUI

*rev. 1930; dep. fed. PB 1935-1937; interv. PB 1940-1945; sen. PB 1951-1977.

Rui Carneiro nasceu em Pombal (PB) no dia 20 de agosto de 1906, filho de João Vieira Carneiro, advogado e pequeno proprietário de terras, e de Maria Carvalho Carneiro. Seu tio Daniel Vieira Carneiro foi deputado federal pelo Ceará de 1921 a 1923 e pela Paraíba de 1927 a 1929; seu irmão José Janduí Carneiro foi deputado federal pela Paraíba de 1946 a 1975, e seu primo, Aleides Vieira Carneiro, deputado federal pela Paraíba de 1951 a 1955 e ministro do Superior Tribunal Militar de 1966 a 1976.

Após fazer os estudos primários nas cidades paraibanas de Pombal, Cajazeiras e Campina Grande, ingressou no Liceu Paraibano, hoje Instituto de Educação, na capital do estado, aí concluindo o curso secundário em 1920. Ainda estudante iniciou-se no jornalismo como repórter do *Correio da Manhã*, jornal paraibano de propriedade de seu cunhado, Rafael Correia de Oliveira, que anteriormente havia pertencido a seu pai. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1927 e, retornando a seu estado, no ano seguinte assumiu o cargo de diretor do *Correio da Manhã*. Ligou-se nessa época ao grupo de intelectuais paraibanos liderado pelo advogado João da Mata Correia.

Através do *Correio da Manhã*, Rui Carneiro fez a campanha da Aliança Liberal, defendendo as candidaturas de Getúlio Vargas e de João Pessoa, presidentes do Rio Grande do Sul e da Paraíba, à presidência e à vice-presidência da República nas eleições de março de 1930. Apoiou igualmente João Pessoa no episódio da Revolta de Princesa, movimento de oposição ao governo estadual deflagrado em fevereiro de 1930 em Princesa, atual Princesa Isabel (PB), sob a liderança de José Pereira, que contava com o apoio do governo federal.

Com a derrota da chapa aliancista nas eleições e com o assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930, intensificaram-se as articulações para um movimento armado destinado a afastar o presidente Washington Luís do poder. Sob a orientação de José Américo de Almeida, então secretário de Segurança da Paraíba, Rui Carneiro engajou-se no movimento revolucionário, tornando-se ajudante de ordens do capitão Juarez Távora — chefe militar das forças revolucionárias do Nordeste — e mais tarde do tenente Juraci Magalhães. Sob o comando deste último, na madrugada de 4 de outubro de 1930 participou do levante do 22º

Batalhão de Caçadores, sediado na capital paraibana. Estando a situação controlada, marchou com Juraci Magalhães em direção ao Sul, chegando até a Bahia, onde a resistência era maior. Após a deposição de Washington Luís em 24 de outubro, regressou à Paraíba.

Reassumindo a direção do *Correio da Manhã*, Rui Carneiro permaneceu no jornal até o ano seguinte, quando foi nomeado oficial de gabinete de José Américo de Almeida, por sua vez designado ministro da Viação e Obras Públicas. Transferiu-se então para o Rio de Janeiro, na época Distrito Federal. Manteve o cargo no ministério mesmo após a exoneração de José Américo em 25 de julho de 1934, e sua substituição por João Marques dos Reis.

Nas eleições de 14 de outubro de 1934 para a Câmara dos Deputados, elegeu-se primeiro suplente pela Paraíba na legenda do Partido Progressista, fundado no ano anterior sob a orientação de José Américo. Com a renúncia do deputado Isidoro Gomes, assumiu uma cadeira na Câmara em 3 de maio de 1935, afastando-se do Ministério da Viação e Obras Públicas. Seu mandato foi encerrado em 10 de novembro de 1937, com o golpe do Estado Novo.

Com a nomeação de João Marques dos Reis para a presidência do Banco do Brasil ainda em 1937, Rui Carneiro aceitou o convite deste para ser seu secretário. Nomeado advogado do banco algum tempo depois, dele se afastou provisoriamente em 16 de agosto de 1940, quando, por sua estreita ligação com Getúlio Vargas, foi nomeado interventor na Paraíba. Seu antecessor, Argemiro de Figueiredo, fora demitido do cargo em decorrência da forte oposição desencadeada por Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, filho de João Pessoa e figura de grande prestígio junto ao poder central.

Durante a administração de Rui Carneiro, foi inaugurada a estrada de rodagem ligando a cidade de João Pessoa ao porto de Cabedelo, através da qual seriam escoados os produtos do interior. Entre outras realizações, o interventor construiu o Manicômio Judiciário Heitor Coutinho, a Maternidade Cândida Vargas, a Penitenciária Modelo de Mangabeira e o Centro de Reabilitação Social da Mulher.

Em 15 de setembro de 1945, já no final do Estado Novo, Rui Carneiro exonerou-se e foi substituído pelo até então secretário do Interior e de Segurança Pública do estado, Samuel Vital Duarte. Assumiu nesse momento a presidência da seção paraibana do Partido Social Democrático (PSD), que ajudara a organizar naquele ano, e retornou às suas atividades no Banco do Brasil.

Em 1946, Rui Carneiro solicitou nova licença ao banco a fim de concorrer às eleições de janeiro de 1947 para a Assembleia Legislativa. Após ter sido diplomado, renunciou ao mandato para assumir o cargo de superintendente da Organização Henrique Laje, a qual, após a morte de seu fundador, fora transferida para o governo federal. A organização era proprietária da Companhia de Navegação Costeira, que abrangia, entre outras empresas, o Lóide Nacional e o estaleiro da ilha do Viana (RJ). Rui Carneiro permaneceu na organização até 1948, quando assumiu a diretoria do Banco Lar Brasileiro.

Em 1950, deixou o banco para concorrer ao Senado pela Paraíba nas eleições de outubro, contando com o apoio de uma coligação formada pelo PSD, o Partido Libertador (PL) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Conseguindo eleger-se, iniciou em fevereiro de 1951 um mandato que se encerraria em janeiro de 1959. Participou no Senado das comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil, de Legislação Social, de Consolidação das Leis do Trabalho e de Estudo da Lei do Inquilinato. Integrou ainda as comissões especiais de Estudo dos Problemas das Secas do Nordeste e de Estudo dos Projetos de Reforma Constitucional.

Nas eleições de outubro de 1958, reelegeu-se senador na legenda do PSD para um mandato que se estenderia de fevereiro de 1959 a janeiro de 1967. Em 1961, como membro da Comissão do Polígono das Secas, integrou a delegação que a convite do governo norte-americano visitou o oeste dos Estados Unidos. Em setembro desse mesmo ano, integrou a delegação brasileira à XVI Assembleia Geral das Nações Unidas. Fez parte ainda das comissões permanentes de Legislação Social, de Educação e Cultura, de Segurança Nacional e Relações Exteriores, e de várias comissões especiais de Estudo dos Projetos de Emenda à Constituição. Em 1964, foi eleito presidente da Comissão do Polígono das Secas, posto para o qual seria sucessivamente reeleito até o ano de 1970.

Em 3 de outubro de 1965, Rui Carneiro concorreu às eleições para o governo da Paraíba apoiado pelo PSD, PSB e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi derrotado por João Agripino, candidato da coligação formada pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e a União Democrática Nacional (UDN).

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), após consultar o ex-líder do PSD Filinto Müller. Ainda em 1965, foi

eleito presidente da seção paraibana do MDB, posto que ocuparia até 1973.

Nas eleições de novembro de 1966, foi pela terceira vez eleito senador pela Paraíba na legenda de seu novo partido. Iniciando o mandato em fevereiro de 1967, ainda nesse ano tornou-se membro da Comissão de Legislação Social. No ano seguinte, integrou as comissões de Estudos para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento, e do Serviço Público Civil. Em 1971, foi eleito segundo vice-presidente do Senado, posto que ocuparia até fins de 1974. Foi membro ainda da Comissão de Assuntos Regionais, da Comissão de Finanças e da Comissão do Distrito Federal, da qual foi eleito vice-presidente em 1973.

Reeleito senador pela quarta vez em novembro de 1974, iniciou o que seria seu último mandato em fevereiro de 1975 como suplente do primeiro-secretário do Senado. Ainda nesse ano, foi eleito titular da Comissão de Finanças e suplente da Comissão de Legislação Social e Saúde. Durante sua permanência no Senado, caracterizou-se como getulista, tendo pronunciado discursos anuais em memória do ex-presidente.

Faleceu em Brasília em 20 de julho de 1977, sendo sua vaga no Senado preenchida por Evandro de Cunha Lima.

Foi casado com Alice de Almeida Carneiro, que durante longo tempo presidiu a seção paraibana da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Sílvia Pantoja

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CARNEIRO, G. *História*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, A. *Brasil*; *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; ENTREV. BIOG.; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Brasil* (16/10/1966, 21/7/1977); NÉRI, S. 16; *Perfil*; PINTO, L. *Fundamentos*; POPPINO, R. *Federal*; *Quem é quem no Brasil*; Rui; SENADO. *Dados biográficos dos senadores*; SENADO. *Endereços*; SENADO. *Relação*; SOUSA, J. *Índice*; *Súmulas*; VIANA FILHO, L. *Governo*.

CARTAS FALSAS

Nome com que ficaram conhecidas duas cartas publicadas em 1921 no jornal carioca *Correio da Manhã*, contendo ofensas aos militares e a Nilo Peçanha, e atribuídas a Artur Bernardes, então presidente do estado de Minas Gerais e candidato à presidência da República. O escândalo que se seguiu acirrou a oposição dos militares a Bernardes, que ainda assim foi eleito em março de 1922, mas enfrentou em seu governo (1922-1926) o movimento tenentista, início de um processo de ruptura política que iria desembocar na Revolução de 1930.

ESCÂNDALO E CONSEQUÊNCIAS

Em 9 de outubro de 1921, o *Correio da Manhã* publicou na segunda página um artigo com o título “Injurioso e ultrajante”, ao final do qual aparecia a reprodução de uma carta supostamente escrita por Artur Bernardes ao senador Raul Soares, na qual a integridade moral das forças armadas era questionada. No dia seguinte, o mesmo jornal publicou uma segunda carta com ofensas ao candidato opositor Nilo Peçanha.

A primeira carta estava datada de 3 de junho de 1921 e se referia ao marechal Hermes da Fonseca como “esse sargentão sem compostura”. Classificava o banquete em que sua candidatura à presidência fora lançada por numerosos oficiais como uma “orgia”, e dizia, a respeito dos militares: “essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina”. E prosseguia: “Veja se o Eptácio” – Eptácio Pessoa, então presidente da República – “mostra sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Eptácio, com medo, não atender, use de diplomacia, que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas. A situação não admite contemporizações, os que foram venais, que é a quase totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões”. A segunda carta, datada de 6 de junho de 1921, referia-se a uma prorrogação da Convenção, “porque ela deveria ter sido realizada antes da chegada do Nilo, pois com V.

disse, esse moleque é capaz de tudo. Remova toda dificuldade como bem entender, não olhando despesas”.

A partir da publicação dos documentos pelo *Correio da Manhã*, outros jornais passaram a dar grande espaço ao assunto. Os debates na Assembleia fluminense, na Câmara dos Deputados e no Senado, assim como os pronunciamentos de políticos, militares e juristas sobre a autenticidade ou não das cartas foram divulgados com destaque na imprensa. De acordo com seu posicionamento político, os jornais deram voz aos que afirmavam ou contestavam a autoria dos documentos.

A publicação das cartas ocorreu em um momento de grande instabilidade política, quando apareceram de forma mais nítida as disputas e conflitos entre as oligarquias paulista e mineira e o descontentamento dos militares e dos setores urbanos com o encaminhamento das questões políticas e o funcionamento do sistema eleitoral. As eleições sofriam com a falsificação das atas eleitorais, com a alteração do número de votantes, com o controle do voto do eleitor, e com a ação da própria Comissão de Verificação de Poderes do Legislativo, que podia eliminar um candidato eleito. As fraudes podiam ocorrer tanto no plano federal quanto nos planos estadual e municipal.

As cartas publicadas pelo *Correio da Manhã* saíram na verdade, como depois se constatou, das mãos de Pedro Burlamaqui, Oldemar Lacerda e Jacinto Cardoso de Oliveira Guimarães. Oldemar obtivera o papel com o timbre do governo de Minas Gerais na Imprensa Oficial do Estado, ao visitar suas oficinas. Burlamaqui trouxera o papel para o Rio de Janeiro, e nele Jacinto escrevera as duas cartas, imitando rigorosamente a caligrafia de Artur Bernardes. Dois documentos serviram de modelo para a preparação das cartas: um foi obtido junto ao sobrinho do marechal Hermes da Fonseca, e o outro era uma procuração escrita de próprio punho por Bernardes conservada no Tesouro Nacional. Prontas as cartas, Burlamaqui e Oldemar procuraram amigos e parentes do marechal Hermes da Fonseca para vendê-las, o que não se concretizou. Dirigiram-se então ao próprio Artur Bernardes, propondo vendê-las por 30 contos de réis, mas receberam outra negativa. Oldemar procurou em seguida Irineu Machado, senador pelo Distrito Federal,

adversário de Artur Bernardes e partidário da candidatura de Hermes da Fonseca. As cartas chegaram ao *Correio da Manhã* através do senador antibernardista Irineu Machado, que colocou o redator político do jornal, Mário Rodrigues, em contato com Oldemar Lacerda. Raimundo Silva, diretor do jornal, apresentou os documentos ao cartório do tabelião Djalma Fonseca Hermes para serem autenticados. O cartório recusou o reconhecimento, porque achou as assinaturas “dísparas”, mas ainda assim o *Correio da Manhã* insistiu com veemência em sua autenticidade. No dia seguinte à recusa do cartório, o jornal publicou a primeira carta, e Oldemar Lacerda, com o dinheiro que recebeu do jornal, partiu para a Europa.

Artur Bernardes negou o tempo todo com veemência a autoria das cartas. Afirmou que não abriu processo quando elas lhe foram oferecidas porque os juristas que consultou não encontraram no Código Penal artigo no qual enquadrar o caso. O debate sobre as cartas levou os militares mais radicais a pressionar o Clube Militar a se manifestar. Em novembro de 1921, formou-se no clube uma comissão para o exame pericial dos documentos, presidida pelo general Agostinho Gomes de Castro e integrada pelo almirante Américo Basílio Silvado, os coronéis José Bevilacqua, Francisco Mendes de Moraes, Frutuoso Mendes e Emílio Sarmiento, e o capitão de mar e guerra Melo Pina. O *Correio da Manhã* indicou como perito junto à comissão o general Augusto Ximeno de Villeroy. Artur Bernardes indicou Afonso Pena Júnior, Afrânio de Melo Franco e Raul Soares para prestar os esclarecimentos solicitados pela comissão, e estes indicaram os peritos Simões Correia e general Alexandre Barbosa Lima para analisar a carta ofensiva às forças armadas. A comissão do Clube Militar encarregou o dr. Antônio Augusto de Serpa Pinto para fazer a perícia na carta.

Devido a pressões internas, o general Gomes de Castro pediu demissão. Os peritos de Bernardes fizeram o mesmo, por não terem sido atendidos seus pedidos de prorrogação do prazo para a apresentação dos laudos. Simões Correia publicou em separata o seu laudo, onde classificava os documentos como uma burla, “na circunstância de que o papel empregado na primeira carta não existia ainda a 3 de junho, data que traz a carta em

questão, porque fora encomendado à Imprensa Oficial a 8 do mesmo mês, conforme certidão”; afirmava ainda que, segundo o exame da grafia e seus caracteres técnicos, tratava-se de uma “falsificação por decalque”. Um dos indícios levantados de que as cartas eram falsas estava na assinatura de Artur Bernardes, pois o “t” não apresentava corte nas cartas, e todos os documentos indicavam que ele cortava o “t”. Outro indício era o tipo de papel utilizado, sem pauta. Segundo Bernardes, ele nunca usou em suas cartas esse tipo de papel.

Em 28 de dezembro de 1921, o almirante Américo Basílio Silvado apresentou o resultado do trabalho da comissão, e o general Bonifácio da Costa leu o laudo que dizia: “A comissão foi levada a concluir, embora com o mais profundo pesar, pela autenticidade da carta em exame, porque ela resistiu a todas as provas, realizadas com imparcialidade e retidão, para se descobrirem os germes da sua alegada falsidade”. O resultado da perícia do Clube Militar ajudou a incompatibilizar Artur Bernardes com grande parte do Exército e com importantes setores da sociedade.

No início de janeiro de 1922, Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*, foi para a Europa submeter as cartas à análise de peritos ingleses, franceses e italianos. Ao tomar conhecimento dessa viagem de Bittencourt, em fevereiro Bernardes enviou Virgílio de Melo Franco para a Europa com o mesmo objetivo. Na França, o perito Locard deu parecer a Bittencourt, afirmando a autenticidade da assinatura. Virgílio foi para Roma, onde submeteu os documentos ao professor Ottolenghi, da Faculdade de Direito. Este deu um laudo opinando pela falsidade. Foi ainda ouvido o diretor do Instituto de Ciência Política de Lausanne, Bischoff, que também opinou pela falsidade. No Brasil, em 4 de fevereiro de 1922 Rui Barbosa declarou em parecer sua convicção de que as cartas eram falsas. Um dia antes, Oldemar Lacerda, em carta aos diretores do Clube Militar, confessara a falsificação. Essa confissão não foi divulgada pelo Clube Militar.

Apesar de toda a celeuma que as “cartas falsas” provocaram, as máquinas dos partidos republicanos funcionaram na eleição de 1º de março de 1922, dando a vitória a Bernardes.

A Reação Republicana, movimento em defesa da candidatura de Nilo Peçanha, não aceitou o resultado e procurou acirrar a oposição contra Bernardes, conclamando os militares a contestá-lo.

Pouco depois das eleições, em 24 de março de 1922, Oldemar Lacerda e Jacinto Guimarães, perante o tabelião Eduardo Carneiro de Mendonça e o jurista Paulo de Lacerda, na presença de Caio Monteiro de Barros e César Magalhães, confessaram que haviam falsificado as cartas. Diante dos presentes justificaram a falsificação como ato meramente político, que visava a eleger presidente da República o marechal Hermes da Fonseca, eliminando a candidatura Bernardes. Somente em 31 de maio Oldemar Lacerda publicou na imprensa a história da falsificação. A discussão sobre a autenticidade das cartas continuou até a posse de Bernardes, sob o argumento de que Oldemar e Jacinto teriam sofrido pressões e recebido dinheiro para confessar a falsificação.

A incompatibilidade entre as forças armadas e Bernardes criada pelas “cartas falsas” provocou reações como as revoltas tenentistas. O tenentismo foi, de acordo com Maria Cecília P. Forjaz, “um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da República Velha, ou seja, está inserido no processo da crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930”. As “cartas falsas” foram um elemento de aglutinação de todas as forças descontentes com a forma de fazer política, de aguçamento das divergências internas das oligarquias, e foram usadas como pretexto para organizar os grupos que contestavam o sistema político vigente. Foram inicialmente uma bandeira eleitoral e em seguida levaram a um discurso em favor da mudança do sistema político vigente.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: ABREU, A. *Cartas*; ARQ. JOÃO LUIS ALVES; ARQ. SETEMBRINO DE CARVALHO; *Correio da Manhã* (10/1921 – 6/1922); *Estado de s. Paulo*

(10/1921 – 6/1922); FORJAZ, M. *Tenentismo*; FRANCO, A. *Estadista*; *Jornal do Brasil* (10/1921); *Jornal do Commercio* (10/1921 – 6/1922).

CARTAXO, Antônio Joaquim do Couto

*const. 1891; dep. fed. PB 1891-1893.

Antônio Joaquim do Couto Cartaxo nasceu na cidade de Cajazeiras (PB).

Formou-se em direito e exerceu a advocacia na Paraíba e no Ceará. Ingressou na política ainda durante o Império, quando militou nas fileiras do Partido Conservador.

Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, depôs o gabinete de ministros do Império chefiado pelo visconde de Ouro Preto e instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, foi eleito deputado constituinte pelo estado da Paraíba. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro de 1890, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, e depois de promulgada a nova Carta constitucional, em 24 de fevereiro de 1891, passou a cumprir em junho seguinte o mandato ordinário, até dezembro de 1893.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CARTIER, Manuel de Campos

*dep. fed. RS 1897-1914.

Manuel de Campos Cartier nasceu em Porto Alegre no dia 22 de maio de 1862, filho de Paulo Augusto Cartier e de Maria Sérgia Vieira Ramos de Campos Cartier.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883, instituição que teve papel de destaque na formação das elites políticas e culturais do Rio Grande do Sul durante o século XIX e início do século XX. Era filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), criado em fevereiro de 1882, ainda durante a Monarquia, por adeptos do regime republicano. O PRR defendia a eleição direta dos chefes dos executivos federal, estaduais e municipais; o voto livre e público; a liberdade de pensamento e de expressão, de reunião e de associação, e o ensino primário leigo e gratuito. Propunha ainda a autonomia dos municípios e estados. Estes últimos deveriam ser regidos por constituições e leis próprias e isentos da intervenção da União, a não ser nos casos em que o regime republicano federativo estivesse ameaçado.

O órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense era o jornal *A Federação*, criado em janeiro de 1884 e que foi decisivo para o êxito da história do PRR. Afinal, os jornais eram os mais importantes veículos de comunicação social e de propaganda política ao longo do século XIX. Vale destacar que a fundação de uma imprensa republicana ainda na vigência da Monarquia não era uma novidade no país, pois, desde o lançamento do Manifesto Republicano de 1870, começaram a surgir jornais que defendiam abertamente a mudança do regime político no Brasil. No entanto, estes jornais não estavam isentos de represálias do governo imperial.

O PRR seria extinto em 1937, juntamente com os demais partidos do país, após a implantação da ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas. O partido governou o Rio Grande do Sul de 1882 a 1930, ininterruptamente. Seus maiores líderes foram Júlio de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros.

De 1887 a 1889, durante os últimos anos do Império no Brasil, Manuel de Campos Cartier

foi deputado provincial, na legenda do Partido Liberal (PL), na Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul. As Assembleias Provinciais eram órgãos legislativos estaduais instituídos pela Monarquia em 1834. A Assembleia rio-grandense inicialmente era composta por 28 membros, mas, a partir de 1855, o número aumentou para 30 representantes e, finalmente, em 1887, para 36 deputados. Essas assembleias estavam subordinadas ao poder dos presidentes das províncias, embora a legislação lhes garantisse amplos poderes. Os deputados provinciais eram eleitos por sufrágio indireto, como acontecia com os deputados gerais. Contudo, a partir de 1881, passaram a ser eleitos por voto direto, porém censitário.

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis, derrubou a Monarquia e proclamou a República, pondo fim ao período imperial no Brasil. Nesse mesmo dia foi instituído um Governo Provisório republicano, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Durante esse Governo Provisório, as Assembleias Provinciais foram fechadas. Em 25 de fevereiro de 1891, um dia após a promulgação da primeira Constituição republicana no país, Deodoro da Fonseca foi eleito para a presidência pelos constituintes, tornando-se o primeiro presidente eleito da República brasileira.

Em 1897, já sob o novo regime republicano, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, mais especificamente pelo 5º distrito daquele Estado, na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense. Vale lembrar que, nessa época, os estados e o Distrito Federal eram divididos em distritos eleitorais. Exerceu seu mandato ao longo da terceira legislatura, de 3 de maio de 1897 a 31 de dezembro de 1899. Os presidentes da Câmara dos Deputados, durante essa legislatura, foram Artur César Rios (de maio de 1897 a 1898) e Carlos Vaz de Melo (de maio de 1899 até o final da legislatura nesse mesmo ano). Manuel Cartier foi reeleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul e sempre na legenda do PRR, para as cinco legislaturas subsequentes: de 3 de maio de 1900 a 31 de dezembro de 1902 (4ª legislatura republicana); de 3 de maio de 1903 a 31 de dezembro de 1905 (5ª legislatura); de 3 de maio de 1906 a 31 de dezembro de 1908 (6ª legislatura); de 3 de maio de 1909 a 31

de dezembro de 1911 (7ª legislatura); e, finalmente, de 3 de maio de 1912 a 31 de dezembro de 1914 (8ª legislatura).

Ao longo de sua vida, também exerceu o cargo de Secretário Geral do Estado do Rio Grande do Sul e atuou ainda como jornalista, tendo publicado artigos políticos em *A Reforma*, jornal liberal do qual também foi editor.

Manuel Cartier faleceu em Porto Alegre no dia 15 de agosto de 1918.

Era casado com Leontina Massot.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, 2); ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-grandense (verbete temático); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FRANCO, S. *Dicionário*; FRANCO, S. *Gaúchos*; MELO, L. *Subsídios*.

CARVALHAIS, Joaquim Tomás

*dep. fed. MG 1902.

Joaquim Tomás Carvalhais nasceu na Paróquia de São Miguel e Almas, então no município de Conceição do Mato Dentro, atual Guanhões (MG), em 1857.

Cursou humanidades no Seminário de Diamantina e no Colégio do Caraça, em Minas Gerais.

Ingressou na política em 1898 elegendo-se vereador em sua cidade natal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Assumiu sua cadeira na Câmara Municipal, da qual tornou-se presidente. Nessa condição, exerceu o cargo de agente executivo municipal, no qual permaneceria até 1901. Eleito deputado federal por Minas Gerais em 1900, só assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 5 de maio de 1902. Permaneceu no Legislativo federal até 31 de dezembro desse mesmo ano, quando se encerrou a legislatura.

Em 15 de dezembro de 1908 criou em sua cidade natal a Escola Estadual Padre Café, que passaria a funcionar sob sua direção em 13 de março de 1909.

Foi ainda advogado provisionado em sua cidade natal, diretor do grupo escolar local, colaborador do periódico Folha de Guanhões e inspetor regional de ensino.

Faleceu em Guanhões.

Era casado com Ubaldina Barroso de Carvalhais, irmã de Sabino Barroso Júnior, que foi deputado federal por Minas Gerais de 1897 a 1899, de 1903 a 1914 e de 1917 a 1919; ministro da Justiça de 1900 a 1902; ministro da Fazenda em 1902 e de 1914 a 1915.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. MG. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; Folha de Guanhões. *Escola Estadual Padre Café comemora 101 anos de muita tradição e conquistas*. Disponível em: <<http://www.folhadeguanhaes.com.br/Home/?id=noticia&cod=2039>>. Acesso em: 18/9/2010; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; HORTA, C. *Famílias*. (p.111-142); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 153); NOGUEIRA, G. *Genealogias*. Disponível em: <http://static.icmc.org.br/files/newsletters/Livro_formatado.pdf>. Acesso em:

10/8/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*; VISCARDI, C.
Elites.

CARVALHAL FILHO, João

*dep. fed. SP 1927-1930.

João Galeão Carvalhal Filho nasceu em 25 de abril de 1884, filho de João Galeão Carvalhal e de Maria José Bloem. Seu pai foi prefeito de Santos (SP) em 1892 e deputado federal por São Paulo de 1894 a 1899 e de 1903 a 1905. Seu avô João Tomás Carvalhal foi constituinte em 1891 e deputado federal por São Paulo de 1891 a 1893.

Formou-se na Faculdade de Direito da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Iniciou sua vida política sendo eleito vereador em Santos por duas legislaturas, tendo ocupado o cargo de presidente da Câmara Municipal.

Em 1925 foi eleito deputado estadual em São Paulo na legenda do Partido Republicano Paulista (PRP). Na mesma legenda, em março de 1927 foi eleito deputado federal por São Paulo. Em abril seguinte assumiu o cargo de secretário do Interior do estado, nomeado pelo presidente Júlio Prestes (1927-1930), mas em maio deixou a secretaria para tomar posse de sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Logo se licenciou do mandato para retornar à secretaria, mas em julho voltou à Câmara. Em março de 1930 foi reeleito deputado federal, mas teve o mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi também professor de história geral da Academia de Comércio de Santos.

Faleceu no dia 9 de setembro de 1955.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CALIMAN, A. *Legislativo*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CÂM. MUN. SANTOS. Disponível em: <http://www.camarasantos.sp.gov.br/noticia.asp?codigo=260>>. Acesso em: 30/6/2011.

CARVALHAL, João Galeão

*dep. fed. SP 1894-1899 e 1903-1905.

João Galeão Carvalhal nasceu em Salvador, na Bahia, no dia 11 de outubro de 1859, filho de João Tomás Carvalhal e de Guilhermina Guiomar Galeão Carvalhal. Seu pai era médico e, após participar da Guerra do Paraguai, reformou-se como major cirurgião do Exército; foi também constituinte de 1891 e deputado federal por São Paulo de 1891 a 1893.

Viveu até os dez anos na Bahia e aí estudou as primeiras letras, latim e francês. Prosseguiu os estudos em Santos, para onde a família se mudou em 1869, e cursou depois a Faculdade de Direito de São Paulo, onde obteve o título de bacharel em 1880. Foi em seguida nomeado promotor público em Santos. A militância no Partido Liberal, engrossando a ala abolicionista, se expressou em artigos publicados na imprensa local. Deixou então a carreira de promotor, pois posição de profissional liberal lhe proporcionava mais espaço para manifestar suas opiniões abolicionistas.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito presidente do Conselho de Intendência de Santos, cargo equivalente ao de prefeito. Em sua gestão enfrentou forte epidemia de febre amarela. Em 1893 esteve ao lado do presidente marechal Floriano Peixoto (1891-1894) na crise provocada pela Revolta da Armada. Duas vezes eleito deputado federal, para as legislaturas 1894-1896 e 1897-1899, e membro do Partido Republicano Federal, fez oposição governo de Prudente de Moraes (1894-1898). À época, liderava a bancada paulista e a Comissão de Finanças do Congresso Nacional. Voltou à Câmara dos Deputados na legislatura 1903-1905. Foi ainda delegado especial de São Paulo na discussão do programa de valorização do café e da criação da Caixa de Conversão.

Faleceu em Santos no dia 18 de agosto de 1924.

Era casado com Maria José Bloem, com quem teve três filhos. Um deles, José Galeão Carvalhal Filho, foi deputado estadual em 1925 e deputado federal de 1927 a 1930.

Dirceu Franco

FONTES: FONSECA, A; FONTES JR., A. *Senado*; SAID, F. *Clã*.

CARVALHAL, João Tomás

*const. 1891; dep. fed. SP 1891-1893.

João Tomás Carvalhal nasceu em Santo Amaro (BA) no dia 7 de março de 1836, filho de Francisco Antônio de Carvalhal e de Ana Guilhermina Carvalhal.

Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde defendeu tese sobre “Feridas penetrantes”, e acompanhou como médico as tropas brasileiras na Guerra do Paraguai (1864-1870). Tendo recebido condecoração pelos serviços prestados, reformou-se como major cirurgião do Exército. Mudou-se para Santos em 1869 e passou a exercer a clínica médica. Escreveu um livro sobre a febre amarela intitulado *Febre amarela em S. Paulo*, que foi publicado em 1889.

Defensor do abolicionismo e da República, nas primeiras eleições realizadas sob o novo regime, para a Assembleia Nacional Constituinte, foi eleito deputado por São Paulo. Tomou posse em 15 de novembro de 1890 e após a promulgação da Constituição, em 24 de fevereiro de 1891, exerceu o mandato ordinário de maio seguinte a dezembro de 1893.

Faleceu em Santos no dia 27 de agosto de 1907.

Era casado com Guilhermina Guiomar de Almeida Galeão. Seu filho João Galeão Carvalhal foi deputado federal por São Paulo de 1894 a 1899 e de 1903 a 1905. Seu neto João Galeão Carvalhal Filho foi deputado federal por São Paulo de 1927 a 1930.

Dirceu Franco

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FONSECA, A; FONTES JR., A. *Senado*.

CARVALHAL, Joaquim Galeão

*dep. fed. SP 1897-1899.

Joaquim Galeão Carvalhal foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo em janeiro de 1897. Assumiu em maio seguinte sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e ocupou-a até o final da legislatura, em dezembro de 1899, quando terminou seu mandato.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CARVALHO FILHO, José Eduardo Freire de

*dep. fed. BA 1912-1914.

José Eduardo Freire de Carvalho Filho nasceu em Salvador no dia 14 de março de 1852, filho de José Eduardo Freire de Carvalho e de Emília Adelaide Henriques Ferreira Freire de Carvalho. Seu pai, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1851, clinicou no distrito da Penha, em Salvador, de 1851 a 1897, prestou relevantes serviços quando da epidemia de cólera, em 1855, e de febre amarela, em 1860, foi deputado provincial e geral, e vice-presidente da província da Bahia. Seu irmão, Carlos Augusto Freire de Carvalho, foi vereador em Salvador (1904-1907), deputado estadual (1909-1910) e senador estadual (1911-1916).

Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 13 de março de 1871, recebendo o grau de bacharel em 16 de dezembro de 1876. Pouco depois de graduado foi nomeado médico da Penitenciária, função que exerceria até 1886. Paralelamente iniciou a sua carreira política elegendo-se deputado provincial para a legislatura 1882-1883.

Em 1886, prestou concurso para professor da cadeira de terapêutica da Faculdade de Medicina, que havia vagado em decorrência da morte do professor Luís Álvares dos Santos, de quem fora aluno. Teve como concorrente o também professor Francisco Bráulio Pereira, adjunto da cadeira de clínica médica. Foi classificado em primeiro lugar por maioria absoluta dos votos dos membros da banca, sendo nomeado, por decreto imperial de 16 de outubro de 1886, professor catedrático da disciplina. Também por decreto imperial, foi nomeado membro da Inspetoria de Higiene e durante muitos anos integrou o Conselho Geral de Saúde Pública da Bahia. Já na República, no final do ano de 1890, foi o responsável pela instalação do Laboratório de Terapêutica e Matéria Médica, que fora criado pela Lei 3.141, de 30 de outubro de 1882, e não tinha sido implantado até aquela data. Através desse laboratório deu início aos estudos de terapêutica experimental na Bahia. De 1892 a 1895 foi vereador em Salvador e presidente da Câmara Municipal. Quando da Guerra de Canudos (7 de novembro de 1896 a 5 de outubro de 1897), dirigiu uma das

enfermarias do hospital instalado no Mosteiro de São Bento. Após acirrada campanha eleitoral disputada com Domingos Rodrigues Guimarães, foi eleito intendente de Salvador, cumprindo o mandato de 1º janeiro de 1900 a 31 de dezembro de 1903. No mesmo dia da posse foi afastado de sua cátedra pela direção da Faculdade de Medicina da Bahia. Considerando tal decisão um erro, interpôs recurso junto ao governo federal. Deferido o recurso por ter sido considerado não haver incompatibilidade no exercício simultâneo das duas funções, retornou às atividades docentes em 6 de maio de 1902.

Durante a sua gestão à frente da intendência municipal dotou a cidade de muitos melhoramentos, entre os quais se destacaram a abertura de ruas e o saneamento dos bairros da Ribeira e Itapagipe, com a remoção de estaleiros, a construção de cais e a realização de terraplenagem. Ajardinou as praças do bairro de Nazaré, Terreiro de Jesus e Madragoa, instalou três fornos de incineração de lixo, os primeiros a serem adotados no Brasil, e melhorou grandemente a iluminação pública. Em função de suas ações como intendente, o conselheiro Antônio Machado, seu adversário político, apresentou um projeto à Câmara Municipal denominando a orla do bairro de Itapagipe avenida Freire de Carvalho.

Por decisão da Congregação da Faculdade de Medicina, foi seu representante em diversos congressos médicos, entre eles o Latino Americano, realizado na cidade do Rio de Janeiro em agosto de 1905, em que foi vice-presidente e presidente da Seção Médica, e o Congresso Internacional de Medicina, realizado em Lisboa em 1906, em que integrou a mesa que presidiu os trabalhos da Seção de Farmacologia e Terapêutica. Representou também a Faculdade de Medicina no Conselho Superior de Ensino quando de sua instalação na cidade do Rio de Janeiro em 1911. Foi membro da Comissão de Orçamento e presidente da Comissão da Revista e seu colaborador, tendo escrito a *Memória histórica* da faculdade relativa ao ano de 1909.

Eleito deputado federal para a legislatura 1912-1914, ausentou-se da Faculdade de Medicina e assumiu o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ao término desse período, resolveu afastar-se da política. Por várias vezes, a partir de 1915, pelo fato de ser o decano, exerceu interinamente a direção da Faculdade de

Medicina da Bahia no impedimento ou ausência do titular. Em 28 de maio de 1925 deu entrada no requerimento de sua aposentadoria. O requerimento foi deferido, e seu desligamento foi efetuado no dia 15 de julho de 1925.

Foi considerado um dos homens mais eruditos do seu tempo, entre seus pares da Congregação da Faculdade de Medicina, e também no exterior. Era membro correspondente da Academia Nacional de Medicina e da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; das sociedades de Terapêutica e de Medicina de Paris; sócio fundador da Sociedade de Medicina da Bahia, da qual foi vice-presidente; sócio benemérito do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e da Beneficente Academia de Letras.

Constatou a presença da morfina no cardo santo (*argemona mexicana*) e da *saponina* no juá (*zisyphus joanensis*), vegetais pertencentes à flora brasileira cuja ação farmacodinâmica estudou.

Recebeu do papa Pio XI, em reconhecimento aos serviços que prestou à Igreja Católica, a comenda Pró Ecclesia et Pontífice, que foi criada pelo Papa Leão XIII. Foi presidente do Centro Católico Baiano; tesoureiro, durante 40 anos consecutivos, da Irmandade do Senhor do Bonfim; irmão da Ordem Terceira de São Francisco e da Santa Casa de Misericórdia da Bahia

Faleceu em Salvador no dia 18 de novembro de 1934.

Casou-se com Maria Augusta de Miranda Freire de Carvalho, de quem enviuvou, tendo com ela cinco filhos.

Publicou, entre muitas outras obras, *Afecções parasitárias nos climas intertropicais*; *Das aristoiochias e seu emprego em terapêutica*; *Argemona (cardo santo)*; *Cocaína e mercuriais – Lições de terapêutica*; *Generalidades de terapêutica*; *A administração do barão Homem de Melo*; *Contra o divórcio, contra a liberdade profissional e sobre instrução pública*; *Dois capítulos de história do Brasil – Estabelecimento de um Governo Geral e Os primeiros jesuítas*; *Geografia médica no Brasil*; *Memória histórica da Faculdade de Medicina para o ano de 1909*; *A devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim e sua história*; *O sol na natureza, na história e na ciência*; *Apontamentos para a história*

parlamentar na Bahia; Apontamentos para a história da cadeira de terapêutica da Faculdade de Medicina da Bahia; Contribuição ao estudo da matéria médica brasileira.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); BLAKE, A. *Diccionario* (v.4); BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p.55-86); BULCÃO SOBRINHO, A. *Histórico; Diário da Bahia* (27/6/1905). Conselheiro Freire de Carvalho; *Diário da Bahia* (18/11/1934) . Faleceu o Prof. Freire de Carvalho Filho; *Diário de Notícias* (19/11/1934). Era um varão eminentemente digno; *Diário Oficial do Estado da Bahia; Imparcial* (18/11/1934). Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho; *Imparcial* (19/11/1934). Os funerais do dr. J. E. Freire de Carvalho; MELLO, A. *Cartilha*; RUI, A. *História*; SAMPAIO, C. *Partidos*; SANTOS, M. *Sinopse*; SOUZA, A. *Baianos; Tarde* (19/11/1934). *Dr.Freire Filho*; WIDBERGER, A. *Presidentes*.

CARVALHO NETO, ANTÔNIO MANUEL DE

*dep. fed. SE 1921-1926, 1947-1948 e 1950-1954.

Antônio Manuel de Carvalho Neto nasceu em Anápolis, atual Simão Dias (SE), no dia 14 de fevereiro de 1889, filho de Joviniano Joaquim de Carvalho, médico e deputado federal de 1900 a 1914, e de Josefa Freire de Carvalho.

Cursou o primário em sua cidade natal, realizando os estudos preparatórios no Ateneu Sergipano, em Aracaju. Transferiu-se a seguir para a capital federal e em 1906 ingressou na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, pela qual se bacharelou em ciências jurídicas e sociais em 1911. Durante o período acadêmico, fundou o Grêmio Literário Simão Dias, em sua cidade natal, e o Grêmio Teixeira de Freitas, no Distrito Federal.

Após trabalhar por algum tempo no Rio de Janeiro como auxiliar no escritório de advocacia de Herculano Inglês de Sousa, renomado romancista, retornou a Sergipe e aí iniciou a vida política em 1912, ao ser eleito deputado à Assembleia Legislativa do estado. Nomeado em maio de 1913 juiz municipal do termo de Itabaiana (SE), renunciou ao mandato de deputado e permaneceu no posto até julho de 1916, quando foi removido para o termo de Japarutuba (SE). No ano seguinte foi designado pelo presidente de Sergipe, general Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão (1914-1918), para integrar uma comissão de juristas encarregada da elaboração dos códigos de processo do estado, cabendo-lhe particularmente a organização da parte referente a sucessões, inventário e partilha. O trabalho da comissão terminou na administração do presidente José Joaquim Pereira Lobo (1918-1922).

Em novembro de 1918 Carvalho Neto assumiu a direção da Instrução Pública de Sergipe. Procedeu então a uma reforma geral do ensino e procurou estabelecer melhores bases para o sistema educacional do estado. Nesse sentido elaborou um verdadeiro código de ensino que se transformou em lei, e, a partir do ano seguinte, participou de uma comissão incumbida de elaborar um projeto de reforma da Constituição do estado. Foi também presidente do Conselho Superior de Instrução e diretor da Escola Normal, da Escola Complementar e do Grupo Modelo. Em 1920 pediu exoneração da direção da Instrução Pública e voltou a dedicar-se à advocacia.

Retornando à vida pública no ano seguinte a convite do Partido Republicano Conservador — que era única agremiação partidária existente àquela época em Sergipe e congregava todas as correntes políticas estaduais —, candidatou-se a deputado federal. Eleito com a

maior votação do estado, integrou na Câmara dos Deputados a Comissão de Verificação de Poderes, encarregada de reconhecer e diplomar os candidatos eleitos. Participou também das comissões de Agricultura e Política Rural e Especial de Legislação Social, tendo exercido ainda a liderança de sua bancada na Câmara. Reeleito em 1924, permaneceu na casa até 1926.

Após a Revolução de 1930, voltou à política estadual no contexto da reconstitucionalização promovida em 1933. No pleito de outubro de 1934 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte de Sergipe, instalada em março do ano seguinte. Com a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer mandato ordinário, ocupando a cadeira de deputado até 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país. Como jurista, representou o estado de Sergipe no Congresso Legal Nacional em 1943.

Com a desagregação do Estado Novo e a reorganização partidária do país em 1945, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD). Disputou em dezembro uma cadeira de deputado à Assembleia Nacional Constituinte e obteve uma suplência. Já após a promulgação da nova Carta e transformação da Constituinte em Congresso ordinário, assumiu o mandato, em fevereiro de 1947, e permaneceu na Câmara dos Deputados até fevereiro do ano seguinte. Voltando a ocupar uma cadeira na Câmara em maio de 1950, no pleito de outubro conseguiu garantir sua eleição para a legislatura 1951-1955. Nesse período, integrou a Comissão de Constituição e Justiça.

Carvalho Neto foi presidente da seção sergipana da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Penitenciário de Sergipe, professor de direito constitucional, direito administrativo e direito civil, e diretor da Faculdade de Direito de Sergipe. Exerceu também a presidência do Instituto de Educação, Ciência e Cultura, seção de Sergipe, e da Academia Sergipana de Letras. Atuou ainda no campo do jornalismo, tendo sido diretor do *Sergipe Jornal*, *Revista Jurídica*, *Sergipe Judiciário* e *Revista da Academia Sergipana de Letras*, além de colaborador em outros órgãos da imprensa sergipana.

Faleceu em Aracaju no dia 27 de abril de 1954, em pleno exercício do mandato.

Era casado com Vetírvia Prata, com quem teve cinco filhos.

Entre outros trabalhos jurídicos e políticos, publicou: *Advogados — como vivemos, como lutamos, como vencemos* (1945), *Legislação do trabalho*, *Polêmica e doutrina*, *Afirmações*

do direito, A defesa no crime, Casos criminais, Um caso de interdição, Onde está a honra, Pareceres de consultoria jurídica, Vidas perdidas, Legítima defesa contra o banditismo, Código de organização jurídica do estado de Sergipe, Sombrias perspectivas, A miragem, Impressões, Pela história, A cartilha de um pedagogo e Pelo foro.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; COUTINHO, A. *Brasil; Grande encic. Delta*; GUARANÁ, M. *Dic.; Ilustração Brasileira* (12/1922); *Noite* (28/4/1954); PESQ. F. BARBOSA; WYNNE, J. *História*.

CARVALHO, Alfredo de

*dep. fed. AL 1912-1914.

Alfredo Alves de Carvalho nasceu em Maceió no dia 18 de março de 1865.

Formou-se em direito em 1880 e, logo depois, foi nomeado promotor público de Atalaia (AL). Em março de 1889 foi nomeado juiz municipal dessa cidade. Exerceu o cargo até novembro do ano seguinte, quando foi nomeado diretor da Penitenciária do Rio de Janeiro, que passou a Distrito Federal após a proclamação da República (15/11/1889). Em 10 de julho de 1891 tornou-se juiz de direito da comarca de Niterói.

Iniciou sua carreira política quando foi eleito deputado estadual em Alagoas em 1901. Assumiu sua cadeira na Assembleia Legislativa do estado nesse mesmo ano e exerceu o mandato até 1902. Voltou a concorrer a um cargo eletivo em 1912, quando foi eleito deputado federal por Alagoas. Assumindo em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, ocupou-a até dezembro de 1914, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. A B C *das Alagoas* (v.2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CARVALHO, Álvaro Augusto da Costa

*dep. fed. SP 1894-1896 e 1903-1917; sen. SP 1918-1923; dep. fed. SP 1927-1930.

Álvaro Augusto da Costa Carvalho nasceu em Piracicaba (SP) no dia 23 de setembro de 1865, filho de Eulálio da Costa Carvalho e de Amélia Benvinda da Costa Carvalho. Seu pai foi médico do Exército durante muitos anos e morou em várias cidades do país. Recebeu o cartório de seu tio, José da Costa Carvalho, o marquês de Monte Alegre, reconhecido jurista que exerceu vários cargos políticos no Império e foi diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital paulista.

Álvaro de Carvalho iniciou o curso secundário no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em 1875 transferiu-se para São Paulo, onde ingressou no Colégio Moretzsohn, no qual permaneceu até 1881. Ingressou em seguida na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em 1886.

Recém-formado, em 1887 foi nomeado promotor público da cidade de Rio Claro (SP), seu primeiro cargo público. Em fevereiro desse mesmo ano casou-se com Carolina Barbosa, com a qual teria dois filhos. Permaneceu como promotor em Rio Claro até 1889, quando foi exonerado para assumir a Secretaria da Relação na capital paulista. O fato de ser filiado ao Partido Conservador do Império, ainda que as raízes familiares o orientassem para o Partido Liberal, rendeu-lhe a exoneração do cargo, pois representava um choque com os interesses liberais da maioria dos desembargadores. Após a proclamação da República (15/11/1889), recusou o convite do então governador nomeado de São Paulo, Prudente de Moraes (1889-1890), para retornar à secretaria.

As intrigas e disputas político-partidárias marcariam o início de sua trajetória política. Fiel ao Partido Republicano Paulista (PRP), foi vereador na capital e intendente de Finanças de São Paulo. Em 1891 foi eleito deputado estadual constituinte e participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana de São Paulo. Depois de promulgada a Constituição, exerceu o mandato ordinário até 1894. Nesse ano foi eleito deputado federal e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Permaneceu no Legislativo federal até 1896, quando foi nomeado pelo presidente de São Paulo, Manuel Ferraz de Campos Sales (1896-1897), para a Secretaria de Estado da Agricultura. Exerceu o cargo até o ano seguinte, quando Campos Sales deixou o governo paulista para concorrer à presidência da República em 1898.

Foi curador de órfãos do Rio de Janeiro em 1903. Nesse ano voltou a ser eleito deputado federal por São Paulo, e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados. Foi reeleito em 1906, 1909, 1912, 1915 e 1918 e foi líder da bancada paulista na Câmara.

Eleito senador em 1918, em maio desse ano assumiu sua cadeira no Senado Federal e exerceu o mandato até 1923. No Senado foi membro da Comissão de Constituição, Diplomacia e Tratados. Voltou a ser eleito deputado federal em 1927 e em 1930, mas teve o mandato interrompido em outubro desse ano com a vitória da revolução, à qual se opôs, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Após a Revolução Constitucionalista de 1932 foi preso e exilado, passando a viver na França e na Alemanha.

Casou-se em segundas núpcias com Maria Rodrigues Alves da Costa Carvalho, filha do ex-presidente Rodrigues Alves, com quem teve um único filho: Francisco de Paula Rodrigues Alves da Costa Carvalho. Entre seus bisnetos figura o compositor Chico Buarque de Holanda.

Faleceu em Baden, Alemanha, no dia 26 de abril de 1933.

Dirceu Franco

FONTES: *Folha da Manhã* (27/4/1933); FONSECA, A; FONTES JR., A. *Senado*; LEITE NETO, L *Catálogo biográfico* (v.1, p. 11-13); Primeiro Oficial de Registro de Imóveis. Disponível em: <<http://www.primeirosp.com.br/historico.htm>>; Raízes judaicas do Brasil. Disponível em: <<http://newsgroups.derkeiler.com/Archive/Soc/soc.culture.brazil/2007-02/msg00117.html>>; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1394&li=32&lcab=1921-1923&lf=32>.

CARVALHO, Álvaro Pereira de

*dep. fed. PB 1927-1928; pres. PB 1930.

Álvaro Pereira de Carvalho nasceu na cidade de Mamanguape (PB) no dia 19 de fevereiro de 1885, filho de Manuel Pereira de Carvalho e de Francisca Leopoldina de Carvalho.

Estudou no Liceu Paraibano e aos 18 anos iniciou-se no jornalismo como secretário do *Jornal do Comércio*, dirigido por Artur Aquiles, importante jornalista da Paraíba. Passou também a lecionar italiano no Liceu Paraibano e, posteriormente, francês e inglês. Em 1916 formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e foi nomeado pelo então presidente da Paraíba, Francisco Camilo de Holanda (1916-1920), diretor do Liceu Paraibano. No governo de Sólon Barbosa de Lucena (1920-1924) assumiu o cargo de secretário-geral do estado. No governo seguinte, de João Suassuna (1924-1928), estudou uma reforma para o ensino público e para tanto fez várias viagens por diversas capitais da América do Sul.

Em 1927 foi eleito deputado federal pela Paraíba para a legislatura 1927-1929. Contudo, renunciou ao mandato em 1928, pois foi eleito vice-presidente do estado na chapa encabeçada por João Pessoa. Assumiu interinamente o governo em algumas ocasiões durante a campanha eleitoral da Aliança Liberal, quando João Pessoa foi candidato a vice-presidente da República na chapa liderada por Getúlio Vargas. Quando João Pessoa foi assassinado por João Dantas, em 26 de julho de 1930, substituiu-o. Durante sua curta administração, o governo federal resolveu pôr termo à rebelião de Princesa, movimento rebelde liderado por José Pereira Lima deflagrado no município de Princesa, atual Princesa Isabel, em fevereiro de 1930, em oposição ao governo de João Pessoa. Já no dia 19 de agosto o general Lavenère Wanderley, comandante da 7ª Região Militar, sediada em Recife, participou da pacificação da Paraíba. Também em seu governo, em decorrência de grande pressão popular, a Assembleia Legislativa votou lei, que sancionou em 4 de setembro, estabelecendo a mudança de nome da capital do estado de Paraíba para João Pessoa.

Com a eclosão da Revolução de 1930 em 3 de outubro, no dia seguinte Álvaro de Carvalho deixou o governo da Paraíba, substituído por José Américo de Almeida. Abandonou então a política e dedicou-se ao magistério. Mudou-se para Santos (SP), onde morou durante sete anos, lecionando inglês em colégios particulares e advogando.

No campo jornalístico, foi redator de *O Combate* e diretor de *O Comércio*. Foi também um dos fundadores da Academia Paraibana de Letras.

Faleceu na cidade de João Pessoa no dia 5 de outubro de 1952.

Foi casado em primeiras núpcias com Luísa Gonzaga dos Santos, com quem teve sete filhos, e em 1947 casou-se novamente com Francisca Marques da Rocha.

Publicou *Ensaio da crítica estética* (1920), *Revelações do eu* (1920), *Ensaio da crítica* (1924), *Nas vésperas da revolução* (1932), *Educação profissional* (1946) e *Augusto dos Anjos e outros ensaios* (1946).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ACAD. PARAIB. LET. Disponível em: <<http://www.aplpb.com.br>>.

Acesso em: 8/12/2010; BELOCH, I; ABREU, A. *Dicionário; Grande Encic. Delta Larousse*; PINTO, L. *Antologia*; PINTO, L. *Fundamentos*.

CARVALHO, Anfilófilo de

* magistrado; pres. AL 1885-1886; const. 1891; dep. fed. BA 1891-1892; min. STF 1892-1895; dep. fed. BA 1897-1899.

Anfilófilo Botelho Freire de Carvalho nasceu em Salvador no dia 16 de julho de 1850, filho de Pânfilo Manuel Freire de Carvalho e de Josefa Botelho Freire de Carvalho. Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife em 1869 e iniciou carreira na magistratura em sua província natal em março de 1871, ao ser nomeado juiz municipal e de órfãos do termo da Feira de Santana. Por haver completado os requisitos na forma da lei, em 1875 foi nomeado juiz de direito da comarca de Xique-Xique e lá permaneceu até 1877, quando passou a exercer suas funções em Monte Santo, importante centro de peregrinação religiosa localizado no sertão baiano. Foi, por breve período, ainda em 1877, chefe de polícia em Salvador, sendo removido depois para a comarca de Areias, em São Paulo. Ali permaneceu até 1879, quando se transferiu para São João de Barra, na província do Rio de Janeiro. Voltou à Bahia em 1882, para assumir a 3ª vara cível de Salvador, transferindo-se para a vara comercial em 1886. Foi presidente da província de Alagoas entre 1885 e 1886, e nesse último ano retornou à magistratura, até 1890, quando se aposentou no posto de juiz de direito.

Eleito deputado constituinte pela Bahia em 15 de setembro de 1890, tomou posse em 15 de novembro seguinte, quando da instalação do Congresso Nacional Constituinte, e, logo no início dos trabalhos, quando se discutiu se o Congresso deveria assumir todos os poderes ou delegá-los ao governo provisório da República, assinou a moção de Ubaldino do Amaral, que defendia o princípio de que só competia ao governo provisório o papel de Poder Executivo e a administração da República. Defrontou-se com o então senador Campos Sales, que em discurso havia defendido a tese da existência de duas categorias de soberania: a que dizia respeito aos estados, e a que reportava à União federal. Em resposta, contrapôs que “nos governos federais uma só é a nação, uma só a soberania, e esta é indivisível. Porque se fosse suscetível de divisão ou decomposição, isso importaria em

subordinação, e subordinação e soberania são ideias que se repelem, por ser uma a negação da outra”. Nesse discurso fez ainda detalhado estudo sobre as distinções entre federação e confederação.

Posicionou-se também a favor da completa liberdade religiosa, afirmando que o governo federal não deveria intervir de forma alguma, nem em relação aos estados, nem em relação aos cidadãos, mesmo tendo votado para que os estados só pudessem se organizar após a promulgação da nova Constituição federal a fim de seguir os princípios nela estabelecidos. Defendeu que fosse dada aos estados liberdade para regulamentar a questão religiosa da forma que melhor entendessem. Na organização do ensino, defendeu que este fosse livre, e não leigo, pois isso já se configuraria como uma forma de coação. Na mesma linha de pensamento, acreditava que aos religiosos deveria ser concedido o direito de votar e ser votado, isentando-os, entretanto, de qualquer prestação de serviço militar. Manifestou-se contrário à precedência do casamento civil sobre o religioso.

Assinou ainda a emenda José Higino, defendendo que as minas deveriam pertencer aos donos do solo, ressalvadas as limitações estabelecidas em lei. Posicionou-se pelo reconhecimento, na Constituição, dos direitos autorais e de patentes. Defendeu que o sistema eleitoral deveria ter por base a representação proporcional das maiorias e minorias, e que o voto “não tivesse jamais a interferência do Poder Executivo”. Posicionou-se a favor da emenda que determinava que a União assumisse as dívidas contraídas pelos estados até 15 de novembro de 1890. Assinou a emenda, também apresentada pelo deputado José Higino, relativa aos direitos que caberiam ao Congresso Nacional. Votou a favor da emenda do deputado José Mariano, que concedia aos estados um adicional de 15% sobre as importações, e de outra de igual teor, do deputado Lauro Müller.

Apresentou ele próprio uma emenda referente à organização do Poder Judiciário. Nela, estabelecia que esse poder seria regulado por lei do Congresso Nacional e por leis dos estados, na parte que a esses competisse. O Judiciário teria como órgãos de ação um Supremo Tribunal, com sede na capital da República e jurisdição em todo o território nacional, e tribunais de apelação distribuídos pelos estados e Distrito Federal, na proporção

de um tribunal para cada uma das unidades da Federação. A despeito da derrota de sua emenda, voltou a repetir, em discurso, suas ideias sobre a organização judiciária, defendendo que caberia ao Senado Federal o julgamento dos membros do Supremo Tribunal.

Em 1892, renunciou ao mandato de deputado por ter sido nomeado, por decreto de 1º de fevereiro, ministro do Supremo Tribunal Federal, o mais alto posto de sua carreira. Tomou posse no dia 1º de março, no contexto de uma reforma realizada no tribunal durante o governo Floriano Peixoto, visando a substituir ministros identificados com o regime monárquico, e foi aposentado por decreto de 3 de abril de 1895. Em 1897 voltou a candidatar-se a uma cadeira na Câmara dos Deputados e foi eleito, com mandato até 1899. Em 1900, fez parte da comissão nomeada pelo governo e chefiada por Clóvis Beviláqua, encarregada de elaborar do Código Civil.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 15 de novembro de 1903, durante as comemorações oficiais pela passagem do 14º aniversário da República.

Casou-se com Jovina Dutra Freire de Carvalho, com quem teve seis filhos. Um deles, Pânfilo Dutra Freire de Carvalho, foi deputado estadual na Bahia de 1911 a 1920, e deputado federal de 1921 a 1923.

Eduardo Junqueira/ Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: *Diário Oficial do Estado da Bahia* (p.486); MATTOS, W. *História* (p.129-131); MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO, A. *Cartilha*; MELLO FILHO, J. *Notas*; NASCIMENTO, W; FONSECA, J. *Baianos*; PARAÍSO NETO, J. *Descendentes*; PRAZERES, O. *Bahia*; SAMPAIO, C. *Partidos*. (p.60/61); SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>; SOUZA, A. *Baianos* (p.177-178); *Tarde* (17/9/1948). O centenário de um jurista baiano; *Tarde* (19/7/1948). O centenário do Dr. Anfilófilo de Carvalho; *Tarde* (20/12/1951). Faleceu o Sr. Pânfilo de Carvalho.

CARVALHO, Aníbal Teixeira de

*dep. fed. RJ 1909-1911.

Aníbal Teixeira de Carvalho nasceu em Cantagalo (RJ) no dia 19 de maio de 1864, filho de José Teixeira de Carvalho e de Emerenciana Freire Teixeira de Carvalho.

Fez os primeiros estudos em seu município natal e os preparatórios no Colégio Almeida Martins, na cidade fluminense de Friburgo. Em 1881 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e cinco anos depois bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife. Retornou então à cidade natal, onde foi promotor público de 1886 a 1889 e juiz municipal de 1889 a 1891.

Ingressou na política em 1892, quando se candidatou a vereador em Cantagalo e foi eleito, sendo também escolhido presidente da Câmara Municipal. Em maio de 1895 tornou-se secretário de Finanças do estado do Rio de Janeiro, a convite do então presidente estadual Joaquim Maurício de Abreu (1894-1897). Em 1896 presidiu as reuniões realizadas pelos estados brasileiros produtores de café visando à divulgação do produto em países dos continentes europeu, americano e asiático. Em 1897 assumiu a Secretaria de Interior, acumulando assim duas pastas do governo fluminense até o mês de dezembro, término da gestão Maurício de Abreu. Afastando-se então da esfera política, passou a atuar como advogado no Distrito Federal. Em 1908 foi escolhido para representar o estado do Rio durante a realização do Congresso Jurídico Americano.

Em 1909 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e tomou posse na Câmara dos Deputados em maio do mesmo ano. Nas eleições realizadas em 1912 candidatou-se com sucesso a novo mandato legislativo, mas não foi reconhecido. Voltou então a se afastar da política para se dedicar à advocacia.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p. 221-222); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 21); VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário* (p. 315-316); GOV. RJ.

Disponível em: <<http://www.governo.rj.gov.br/>>. Acesso em: 1/12/2010.

CARVALHO, Afonso de

* dep. geral BA 1869; pres. PR 1869-1870; pres. MG 1870-1871; pres. BA 1889; min. Just. 1891; min. Instrução 1891.

Antônio Luís Afonso de Carvalho nasceu em Salvador no dia 5 de março de 1828, filho de José Afonso de Carvalho e de Rosa Maria de Jesus Carvalho.

Fez seus primeiros estudos na capital baiana. Transferindo-se para Pernambuco, matriculou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda e graduou-se em 1849. Dois anos após sua formatura ingressou na magistratura, assumindo o posto de juiz municipal e de órfãos do termo de Feira de Santana, na Bahia. Em 1854 foi removido para Salvador, mas retornou a Feira de Santana no ano seguinte como delegado. Entre 1855 e 1856, durante a epidemia de cólera, trabalhou ativamente e, pelos serviços prestados à comunidade local, recebeu o título de cavaleiro da Ordem da Rosa.

Na década de 1860 ingressou na política, estabelecendo uma relação estreita como o Partido Conservador. Eleito deputado provincial, exerceu o mandato no biênio 1861-1862, mas não abandonou a magistratura. Assim, em 1862, retomou as funções de juiz de direito na comarca baiana de Monte Alto. Em maio de 1869 iniciou novo mandato, agora de deputado geral pela Bahia, mas em novembro renunciou por ter sido nomeado presidente da província do Paraná. Exerceu o cargo até abril de 1870, e de outubro desse ano até 1871 foi presidente de Minas Gerais. Entre junho de 1872 e julho de 1875 foi juiz de direito em Inhambupe (BA). Transferiu-se então para Salvador e assumiu a 1ª Vara Cível, tornando-se em setembro auditor de guerra. Em fevereiro de 1886 foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação e em maio de 1889 assumiu a presidência da província da Bahia.

Em março de 1891, com a República já instaurada, assumiu o posto de segundo vice-governador de seu estado natal durante a administração de José Gonçalves da Silva (1890-1891). Dois meses depois, no dia 22 de maio, tomou posse como ministro da Justiça, nomeado pelo então presidente da República Deodoro da Fonseca (1890-1891) no lugar de Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena. Comandou ainda como interino a partir de julho a pasta da Instrução, Correios e Telégrafos, sucedendo a João Barbalho Uchoa Cavalcanti, e durante sua gestão as faculdades de Direito instaladas no Rio de Janeiro e na

Bahia foram reconhecidas pelo governo. Deixou os dois ministérios em 23 de novembro de 1891, quando Deodoro renunciou e foi substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto. Substituiu-o em ambos José Higino Duarte Pereira.

Ainda em novembro de 1891 regressou à Bahia e voltou a atuar como desembargador. Ao longo de sua trajetória profissional militou também no jornalismo, escrevendo para o *Jornal da Bahia*. Recebeu também a condecoração de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Faleceu em Salvador no dia 25 de janeiro de 1892.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p. 401); CASA CIVIL DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10/2/2011; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário* (v.1 ,p. 87).

CARVALHO, Antônio Pereira do Amaral

*dep. fed. SP 1921-1923.

Antônio Pereira do Amaral Carvalho nasceu em Jaú (SP) no dia 9 de agosto de 1876, filho de Domingos Pereira de Carvalho e de Ana Marcelina Campanhã de Carvalho. Após fazer o curso de humanidades no Seminário Episcopal de São Paulo, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se em 1904. No dia 9 de agosto do ano seguinte, defendeu na mesma instituição tese de doutorado intitulada *Tratamento cirúrgico das hemorróidas*. Ainda na então capital federal, foi médico clínico-cirúrgico do Hospital da Real Benemerita Sociedade Portuguesa. Em seguida, retornou à cidade natal para estabelecer uma clínica médica. Foi também o primeiro diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia, entre 1906 e 1922. Além de exercer a Medicina, dedicou-se à agricultura, tendo sido um destacado cafeicultor.

Iniciou a carreira política sendo eleito deputado federal pelo segundo distrito de São Paulo no início de 1921. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, em maio seguinte, nela permaneceu até dezembro de 1923, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. Em 8 de julho de 1924 foi eleito senador estadual na vaga aberta com o falecimento de Uladislau Herculano de Freitas.

Foi também médico da Maternidade de Jaú, inaugurada em 1936 e instituída por seus pais, que doaram um terreno de 25 mil metros quadrados para a construção do edifício, além de bens e recursos financeiros. Fundada em virtude dos altos índices de mortalidade infantil e de gestantes na cidade, e visando atender às mulheres das camadas mais pobres, a instituição, com o passar do tempo, ampliou suas atividades, tornando-se na década de 1950 um hospital geral. Na década seguinte começou a se especializar no tratamento do câncer, o que a alçou à condição de pioneira na área de oncologia no estado de São Paulo. Em homenagem a Antônio Pereira do Amaral Carvalho, em 1954 passou a denominar-se Hospital Amaral Carvalho e Maternidade de Jaú. Vinte e um anos depois o conjunto adotou o nome atual, Hospital Amaral Carvalho.

Faleceu em Jaú do dia 4 de janeiro de 1954.

Era casado com Ana Marcelina do Amaral Carvalho e teve dois filhos.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: AZEVEDO, A; FONSECA, A. *Câmara; Diário Oficial do Estado de São Paulo* (17/8/1976, pp. 66-67); *Folha da Manhã* (6/1/1954); Jaú fatos e fotos.

Disponível

em:

<<http://jaufatosefotos.br.tripod.com/recursoshumanossaudepublica.htm>>,

<<http://jaufatosefotos.br.tripod.com/de1901ate1950.htm>>; MIRANDA, C.; DABAT, C. *Memórias*.

CARVALHO, Carlos Antônio da França

*dep. geral RJ 1878-1881 e 1885; const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1893.

Carlos Antônio da França Carvalho nasceu em Iguaçu (RJ) em 1845, filho de Carlos Antônio de Carvalho e de Maria Luísa de Azevedo Carvalho.

Formou-se em ciências jurídicas na Faculdade de Direito de São Paulo. Defensor dos ideais abolicionistas, fundou a sociedade Fraternização, que logrou libertar muitos escravos. Consta em sua biografia que alforriou todos os escravos cativos na fazenda que pertencia a ele próprio e a seu irmão, o conselheiro Leôncio de Carvalho. Foi redator chefe da *Reforma*, órgão da imprensa liberal, de 1869 a 1879. Filiado ao Partido Liberal, foi deputado provincial no Rio de Janeiro em algumas legislaturas e também deputado geral, de 1878 a 1881 e, novamente, em 1885.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a convocação de eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito deputado pelo estado do Rio de Janeiro em 15 de setembro de 1890. Tomou posse em 15 de novembro, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em junho seguinte, ao ter início a legislatura ordinária, assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Fundou a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, da qual foi diretor até morrer. Faleceu no Rio de Janeiro em maio de 1909.

Publicou em três volumes os discursos que pronunciou na Assembleia Geral do Império.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); BRITO, C. *Mulher*.

CARVALHO, Carlos Augusto de

*magistrado; pres. PR 1882-1883; pres. PA 1885; min. Rel. Ext. 1893 e 1894-1896.

Carlos Augusto de Carvalho nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 20 de março de 1851, filho do tenente-coronel e engenheiro José Carlos de Carvalho e de Antônia Francisca Ferraz de Carvalho.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no ano de 1873. Durante o Império, participou da administração pública e da política.

No governo de seu amigo Rodrigo Otávio na província do Paraná, entre os anos de 1878 e 1879, foi chefe de polícia. Posteriormente, foi presidente da província do Paraná de 6 de março de 1882 a 26 de maio de 1883. Ao assumir o cargo, logo verificou que a receita arrecadada era inferior às necessidades previstas pelo orçamento. Assim, propôs à Assembleia provincial a aprovação de uma lei que estabelecia um imposto de 1,5% sobre a renda de cada cidadão paranaense. A lei foi aprovada, mas suscitou protestos, principalmente por parte dos comerciantes de Curitiba, que incitaram o movimento através da distribuição de panfletos insufladores. Houve vandalismo, e o protesto ficou conhecido como Revolta dos Comerciantes ou Revolta do Vintém, mesmo nome dado à revolta que ocorrera no Rio de Janeiro em 1880. Sob forte pressão popular, Carlos Augusto de Carvalho se afastou do governo e entregou a presidência do Paraná ao seu vice, o comendador Antônio Alves de Araújo. Em 1885, assumiu a presidência da província do Pará, cargo que exerceu por pouco tempo.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, ocupou por duas vezes a pasta das Relações Exteriores, em outubro de 1893 e de 1894 a 1896, nas presidências de Floriano Peixoto (1891-1894) e de Prudente de Moraes (1894-1898). De acordo com Rodrigo Otávio, autor do livro *Minhas memórias dos outros*, ao irromper a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1893, colocou-se ao lado da legalidade e publicou no *Jornal do Comércio* de 11 de setembro um artigo sobre o movimento, intitulado *A defesa da cidade pelo direito internacional*. Ainda de acordo com o mesmo autor, foi esse artigo que fez ser convidado para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores. Durante sua segunda permanência na pasta, defendeu uma posição pan-americanista que se coadunou com a reorientação da política externa brasileira. Segundo Clodoaldo Bueno, Carvalho declarou no jornal *El Diario* de Buenos Aires as boas relações do Brasil com a Argentina e com os demais países americanos.

Esteve à frente de importantes acontecimentos, entre eles a resolução da contenda em torno da posse da ilha de Trindade, localizada a 1.090 quilômetros da costa do Espírito Santo e ocupada pela primeira vez com tropas militares pela Inglaterra em 1781. A partir de então,

o conflito entre Portugal e Inglaterra por esse território se tornou perene, com períodos de ocupação e desocupação. A última invasão inglesa ocorreu em 1895, quando o governo inglês considerou a ilha propícia para a instalação de equipamentos de uma companhia telegráfica transatlântica e declarou-a território britânico. Como ministro das Relações Exteriores, Carvalho reclamou a restituição da ilha por meio das notas de 22 e 23 de julho do mesmo ano, que foram enviadas ao representante diplomático da Inglaterra creditado no Rio de Janeiro. A Inglaterra negou a restituição e enviou ao Brasil um enviado extraordinário, que propôs que a questão fosse internacionalmente arbitrada.

Na elaboração da defesa brasileira, Carvalho contou com o auxílio de Raul Pompeia e Joaquim Portela, que, na época, eram diretores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Público, respectivamente, e forneceram informações relevantes para o caso, que teve a mediação de Portugal. Contou, ainda, com a ajuda do barão do Rio Branco, que intermediou o auxílio de Portugal. Tal auxílio, além contribuir para dirimir o conflito, fez com que Portugal e Brasil se reaproximassem. Assim, o período no qual Carvalho esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores foi marcado pelo reatamento das relações diplomáticas entre os dois países, que haviam sido rompidas oficialmente em 13 de maio de 1894, devido ao deslocamento de revoltosos do movimento sedicioso da Armada, ocorrido no Rio de Janeiro, para o Rio Grande do Sul, em navios de bandeira portuguesa.

De acordo com Rodrigo Otávio, Carlos de Carvalho tentou, ainda, desburocratizar o funcionamento do Ministério das Relações Exteriores ao evitar a procrastinação das soluções, advinda de determinadas exigências burocráticas do serviço. Dessa forma, despachava papéis sem que estes houvessem corrido a via sacra das mesas da repartição e da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, comandada pelo antigo diretor-geral, o visconde de Cabo Frio. Nesse sentido, Carlos de Carvalho tomou a providência, contrária à velha prática tradicional, de abrir a correspondência em seu gabinete e de lá encaminhá-la às diversas seções, muitas vezes já com seu despacho, o que acelerou os trâmites da pasta e suscitou certa tensão com Cabo Frio, que costumava centralizar as decisões do ministério.

Em 1904, Carlos de Carvalho voltou a servir ao Ministério das Relações Exteriores, quando foi nomeado árbitro no tribunal brasileiro-boliviano que se dedicou à questão de limite do território do Acre. O tribunal se dedicou à resolução de conflitos remanescentes entre bolivianos e brasileiros residentes na região e ao cumprimento das prerrogativas estabelecidas pelo Tratado de Petrópolis (1903), que abarcavam o pagamento de indenizações e permutas de territórios entre os dois países. Em 1905, atuou como consultor do mesmo ministério.

Morreu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1905 e deixou filhos do segundo casamento.

Cristina Luna

FONTES: *Jornal do Comércio* (11/09/1893); MIN. REL. EXT. *Ministros*; MIN. REL. EXT. *Relatório* (1895, 1896); Fundação Casa de Rui Barbosa (BR FCRB, Arquivos pessoais/Assuntos:Alto Purus, Acre/BR, Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano); OCTÁVIO, R. *Minhas memórias*.

CARVALHO, DANIEL DE

*dep. fed. MG 1927-1930; const. 1934; dep. fed. MG 1935-1937; const. 1946; dep. fed. MG 1946; Min. Agric. 1946-1950; dep. fed. MG 1950-1955 e 1956.

Daniel Serapião de Carvalho nasceu em Itabira, então Itabira do Mato Dentro (MG), no dia 9 de outubro de 1887, filho de Antônio Serapião de Carvalho, juiz de direito, e de Ana Utsch de Carvalho.

Após cursar o primário e o secundário no Ginásio Mineiro, em Barbacena (MG), seguiu para Belo Horizonte e matriculou-se na Faculdade de Direito. Em 1906, ainda acadêmico, passou a dirigir o jornal *O Estado de Minas*, à frente do qual permaneceria até 1914. Foi também redator da *Tribuna do Norte* e do *Diário de Notícias*. Ainda enquanto frequentava a faculdade, ingressou como amanuense na Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas do estado. Após bacharelar-se em 1909, permaneceu nesse órgão, chegando a ocupar o cargo de chefe de departamento graças a sucessivas promoções.

Em 1909-1910 atuou na Campanha Civilista, promovendo a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, em oposição ao marechal Hermes da Fonseca, afinal vitorioso nas eleições de março de 1910. Em 1911, participou da organização do ensino agrícola e do Serviço de Colonização de Minas Gerais. Em 1912, seguiu para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por ter sido nomeado inspetor da Fazenda Federal. Designado pouco depois oficial de gabinete do então ministro da Fazenda, Francisco Antônio de Sales, fiscalizou, no exercício dessas funções, as agências do Lóide Brasileiro (1912-1913) e as repartições da Fazenda do Rio Grande do Sul e de Alagoas. Em 1913, ao final da gestão de Sales, retornou a Belo Horizonte, passando a integrar o corpo docente do Ginásio de Minas. Por essa época, também assumiu a consultoria jurídica da Secretaria de Agricultura do estado, a convite de Raul Soares, titular da pasta (1914-1917), cuja chefia de gabinete passaria a exercer em 1915. Por ocasião do litígio territorial entre Minas Gerais e Espírito Santo em 1914, foi nomeado interventor civil na região contestada e auxiliar do advogado-geral de Minas Gerais na questão de terras públicas. Em 1916, representou Minas junto ao governo de São Paulo na questão de limites entre os dois estados e também na Conferência Algodoeira realizada no Rio de Janeiro. Dois anos mais tarde, em 1918, participou da campanha eleitoral que levou Artur Bernardes a ser eleito presidente do estado de Minas Gerais. Em 1920 foi convidado por Raul Soares, então ministro da Marinha (1919-1920),

para a assessoria daquele ministério, e foi também encarregado de organizar a seção mineira da Exposição de Londres.

Filiado ao Partido Republicano Mineiro (PRM), elegeu-se deputado estadual em 1922. Ao mesmo tempo, participou da campanha pela eleição de Artur Bernardes para a presidência da República. Com a ascensão de Raul Soares à presidência de Minas Gerais, porém, renunciou a seu mandato de deputado para assumir, ainda em 1922, a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas do estado. Durante sua gestão, realizou obras para a navegação no rio São Francisco, construiu em Viçosa a Escola Superior de Agricultura e participou do Congresso das Municipalidades Mineiras, realizado em 1924. Mesmo após a morte de Raul Soares (1924) e a ascensão de Fernando de Melo Viana à presidência do estado, manteve-se no cargo, até o final do quadriênio (1926). Refere-se a ele o verso de Mário de Andrade, em *Noturno de Belo Horizonte*, que fala de um jovem secretário de Agricultura. Membro fundador do Automóvel Clube de Minas Gerais em 1926, foi o primeiro presidente da entidade.

Em 1927 foi eleito deputado federal na legenda do PRM para o período 1927-1929, e distinguiu-se nos debates parlamentares sobre a política financeira do governo federal. Em 1928 participou do Congresso Agrícola Comercial e Industrial de Belo Horizonte. Aproximando-se a sucessão presidencial de 1930, identificou-se com os propósitos da Aliança Liberal, formalmente criada em agosto de 1929, pronunciando-se na Câmara dos Deputados em favor da eleição de seus candidatos à presidência e à vice-presidência da República, Getúlio Vargas e João Pessoa.

Em março de 1930 foi reeleito deputado federal, enquanto os candidatos da Aliança Liberal à presidência eram derrotados. Começou então a participar das articulações dos aliancistas com o objetivo de impedir a posse de Júlio Prestes e Vital Soares, candidatos situacionistas vitoriosos nas eleições presidenciais. Como representante dos revolucionários mineiros, desempenhou missão na Europa em agosto daquele ano, a fim de preparar a opinião pública europeia quanto à natureza do movimento que se pretendia deflagrar. Manteve contatos com representantes de vários países na Liga das Nações, em Genebra, passando ainda pela Itália, por Paris e por Londres. Encontrava-se no desempenho dessa tarefa quando irrompeu a revolução, em 3 de outubro. Com a vitória do movimento e a dissolução dos órgãos legislativos do país, teve o mandato interrompido.

Em agosto de 1931, participou da convenção do PRM realizada em Belo Horizonte com o objetivo de redefinir as linhas do partido e adequar seu programa aos princípios que haviam inspirado a Aliança Liberal. Desse modo, o PRM, então praticamente reduzido à ala liderada por Artur Bernardes, pretendia fazer frente ao crescimento que vinha tendo a Legião Liberal Mineira. Apoiada pelo presidente do estado, Olegário Maciel, a Legião vinha absorvendo redutos e militantes do partido. Os trabalhos da convenção decorreram em um clima tenso e, após a denúncia de que o secretário de Agricultura José Monteiro Ribeiro Junqueira estaria usando o cargo para se beneficiar, ocorreu, no dia 18 de agosto, uma tentativa de deposição de Olegário Maciel. Apesar de ter havido envolvimento do governo provisório no episódio, a responsabilidade recaiu sobre o PRM, comprometendo ainda mais as relações entre o partido e o governo estadual.

Entre 1931 e 1934, representou Minas Gerais no quinto, sexto e sétimo congressos nacionais de transportes rodoviários e no Congresso Pan-Americano de Transporte, no Rio de Janeiro. Foi membro das comissões para o estudo da legislação sobre reflorestamento, mineralogia e águas, tendo ainda presidido a comissão encarregada de elaborar o projeto do Departamento Nacional de Estradas.

Em 1933 foi eleito deputado por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do PRM. Defendeu na Assembleia o federalismo e a autonomia dos municípios, os quais, em sua opinião, estavam cerceados na sua liberdade cívica e política devido ao controle exercido pelos chefes locais sobre os cidadãos. Posicionou-se também a favor da unidade processual na organização do Poder Judiciário e do princípio de representação proporcional nas comissões constitucionais e legislativas. Foi um dos 20 deputados que se manifestaram contra a prorrogação dos mandatos dos parlamentares eleitos para a Constituinte, que acabou por reconhecer a validade desses mandatos apenas até a posse dos deputados a serem eleitos para a legislatura ordinária. Reeleito em outubro de 1934, ainda na legenda do PRM, iniciou o novo mandato em maio de 1935 e permaneceu na Câmara até a instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Nessa legislatura integrou a Comissão de Finanças, tendo sido o relator do orçamento da União para os anos de 1935, 1936 e 1937. Em 1935, assumiu a vice-presidência da Cruz Vermelha no Brasil.

Quando, após o levante comunista de novembro de 1935, Getúlio Vargas pediu ao Congresso Nacional a decretação do estado de sítio em todo o país pelo espaço de 60 dias,

ao lado de Artur Bernardes e Pedro Macário de Almeida, votou a favor do pedido presidencial, embora, inicialmente, o Congresso só tenha concordado com 30 dias. Entretanto, em maio de 1936, como membro da Minoria Parlamentar (conjunto de partidos oposicionistas estaduais), manifestou-se contrário à prisão de congressistas acusados de envolvimento no levante, já que a medida desrespeitava as imunidades parlamentares. Também criticou as demais atitudes radicais adotadas no combate ao comunismo.

Foi consultor jurídico da Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico, que antecedeu a instalação da usina de Volta Redonda em janeiro de 1941. Logo em seguida, foi designado diretor-secretário da Companhia Siderúrgica Nacional. Ainda ocupava esse cargo quando, em 24 de outubro de 1943, assinou o *Manifesto dos mineiros*, primeira manifestação da elite política no sentido de reconstitucionalização do país, contra a ditadura do Estado Novo. Em decorrência dessa atitude, foi afastado do cargo.

Em 1943, participou do I Congresso Brasileiro de Economia e do Congresso Inter-Americano de Advogados, ambos realizados no Rio de Janeiro; em 1944, do Congresso Brasileiro da Indústria, em São Paulo, e, em 1945, da I Conferência Nacional das Classes Produtoras, em Teresópolis (RJ). Foi membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política (1943-1945), que mais tarde veio a presidir, e vice-presidente (1945-1966) da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Em 2 de dezembro de 1945, elegeu-se deputado por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Republicano (PR). Tomou posse em fevereiro de 1946 e nesse mesmo ano assumiu a presidência do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Na Constituinte, foi mais uma vez designado para a Comissão de Finanças e trabalhou principalmente no capítulo da Constituição relativo ao orçamento. Defendeu também na Assembleia a mudança da capital da República para o Brasil Central. Após a reconstitucionalização do país em setembro de 1946, estabeleceu-se o acordo interpartidário destinado a fortalecer a base parlamentar do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Esse acordo decorreu principalmente dos compromissos assumidos entre a União Democrática Nacional (UDN), oposicionista, e o Partido Social Democrático (PSD), situacionista. O presidente Dutra formou então um ministério de coligação integrado por esses dois partidos e pelo PR. A este último coube a pasta da Agricultura, que foi assumida

por Daniel de Carvalho em 14 de outubro.

Durante sua gestão, promoveu a organização de um plano de trabalho conjunto entre seu ministério e as secretarias estaduais, concentrando-se em três pontos: motomecanização da lavoura, difusão pelo país de pequenos estabelecimentos para contato direto com o agricultor e fomento à cultura do trigo. Fixou e regulamentou a rede de estabelecimentos de ensino agrícola no território nacional e encaminhou ao Congresso um projeto de lei agrária, modificando a organização agrícola do país. Em 1947, baixou instruções para a abertura e funcionamento de postos agropecuários e instituiu a Comissão de Relações Agrícolas Internacionais. Criou o primeiro centro de treinamento para mecânicos agrícolas em diversos graus, de acordo com proposta da Comissão Brasil-Estados Unidos para Educação das Populações Rurais, organizada na gestão anterior. Em fevereiro de 1948 transferiu a Universidade Rural para o quilômetro 47 da rodovia Rio-São Paulo, e em novembro do mesmo ano organizou a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, criando o Parque Nacional de Paulo Afonso.

Daniel de Carvalho permaneceu no Ministério da Agricultura até 24 de abril de 1950, quando retornou à Câmara dos Deputados. Em outubro desse ano foi reeleito para a legislatura 1951-1955, e em outubro de 1954 obteve uma suplência. Voltou à Câmara em junho de 1955, mas afastou-se em novembro, por discordar do movimento político do dia 11 daquele mês, que provocou o impedimento do presidente Café Filho e de seu substituto legal Carlos Luz. Voltou a assumir o mandato em maio de 1956 e exerceu-o até novembro. Foi catedrático de direito civil na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e de instituições de direito privado na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, onde também lecionou direito internacional e comercial. Foi presidente da Companhia Construtora Meridional S.A., no Rio de Janeiro, do Banco Industrial de Minas Gerais S.A. e do Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro; consultor jurídico do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, da Sociedade de Geografia, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, da Sociedade Mineira de Agricultura e da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; e grande acionista da Companhia Nacional de Gás Esso, subsidiária da norte-americana Standard Oil.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 29 de maio de 1966.

Foi casado com Alice Mibielli de Carvalho, filha de Pedro Mibielli (1866-1945), ministro do Supremo Tribunal Federal de 1912 a 1931.

Entre as principais obras que publicou, além de inúmeros relatórios, pareceres, conferências, discursos e artigos, destacam-se: *Notícia histórica sobre o algodão em Minas Gerais* (1916), *Traços de uma grande vida: Teófilo Otoni, campeão da liberdade* (1934), *Estudos e depoimentos* (1953), *Formação histórica de Minas Gerais* (1956), *Capítulos de memórias* (1957), *Novos estudos e depoimentos* (1959) e *De outros tempos* (memórias, 1961). Escreveu também *Imposto de renda no Brasil* e *Os caminhos antigos de Minas Gerais*.

Sílvia Pantoja

FONTES: BELEZA, N. *Evolução*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; *Câm. Dep. seus componentes*; CARONE, E. *República nova*; COELHO, J. *Dicionário*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CONSULT RAMOS, P.; COUTINHO, A. *Brasil; Cronologia da Assembléia; Diário do Congresso Nacional; Encic. Mirador*; FRANCO, A. *Escalada*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; GUERRA FILHO, R. *Ministério*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Comércio, Rio* (24/5/64 e 31/5/66); LEITE, A. *Páginas*; MIN. GUERRA, *Almanaque* (1948); MIN. MAR. *Almanaque*; MONTEIRO, N. *Dicionário biográfico*; MOREIRA, J. *Dic.*; OLIVEIRA, M. *História; Personalidades*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro*; SILVA, G. *Constituinte*.

CARVALHO, ERÔNIDES DE

*militar; rev. 1930; gov. prov. SE 1930; gov. SE 1935-1937; interv. SE 1937-1941; juiz TSN 1942-1943.

Erônides Ferreira de Carvalho nasceu em Canhoba, então povoado do município de Propriá (SE), no dia 25 de abril de 1895, filho de Antônio Ferreira de Carvalho e de Balbina Mendonça de Carvalho.

Fez os estudos básicos em Maceió, no Colégio 11 de Janeiro e no Liceu Alagoano, onde concluiu o secundário em 1910. No ano seguinte matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia e, pouco tempo depois, começou a trabalhar em atividades ligadas ao curso que frequentava. Foi auxiliar de laboratório da cadeira de terapêutica, estagiário do Hospício São João de Deus, diretor da Beneficência Acadêmica e auxiliar de clínica hospitalar do cirurgião Antônio Borja, seu professor. Diplomou-se em 1917, defendendo a tese intitulada *Do ópio em terapêutica mental*, aprovada com distinção, e assim tornou-se membro da Sociedade Médica dos Hospitais da Bahia.

Em novembro de 1918 foi nomeado diretor-geral interino de Higiene e Saúde Pública de Sergipe e dirigiu os trabalhos de profilaxia da epidemia que ficou conhecida como gripe espanhola. Diretor interino do posto de assistência pública do estado durante o ano de 1919, exerceu as funções de inspetor médico do sistema escolar de fevereiro a outubro de 1920, quando foi designado para representar seu estado natal no Congresso de Proteção à Infância que seria realizado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em virtude do adiamento do conclave, recebeu a missão de estudar o funcionamento do Serviço de Inspeção Médica Escolar do estado de São Paulo.

Em agosto de 1921 foi nomeado para o corpo de veterinários do Serviço de Indústria Pastoril, ligado ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, passando a exercer essas funções em seu estado natal. Aprovado em concurso para o Corpo de Saúde do Exército em fevereiro de 1923, foi classificado como segundo-tenente no 1º Regimento de Cavalaria Independente, localizado em Bela Vista (MT). Dois meses depois, foi transferido para o 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju, e no ano seguinte tornou-se primeiro-tenente. Nessa patente, acompanhou as tropas que em 1926 perseguiram a Coluna Prestes em sua passagem pelo Nordeste.

INGRESSO NA POLÍTICA

A Revolução de 1930, no Nordeste, teve início na Paraíba, onde se encontravam o capitão Juarez Távora, seu principal articulador na região, e um importante grupo de oficiais ligados ao movimento tenentista. Depois da ocupação da capital paraibana, as colunas rebeldes marcharam para o sul, conseguindo adesões e depondo, sucessivamente, os governos de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A unidade em que Erônides de Carvalho servia colocou-se ao lado dos revolucionários e, em 17 de outubro, com a deposição de Maurício Graco Cardoso, presidente de Sergipe, Erônides assumiu o governo estadual, entregando-o três dias depois ao general José de Calasans, conforme critério adotado por Juarez Távora. No dia 24 de outubro, consolidou-se a vitória da revolução com a deposição, no Rio, do presidente Washington Luís, e em 16 de novembro Augusto Maynard Gomes — líder de duas sublevações militares em Sergipe na década de 1920 — foi nomeado interventor federal no estado.

Nos anos seguintes, descontente com a administração estadual, Erônides de Carvalho passou a fazer oposição ao interventor, consolidando essa opção quando, em fins de 1932, o governo provisório chefiado por Getúlio Vargas convocou eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Nessa época, Erônides, Gonçalo Rollemberg do Prado e Augusto César Leite foram os principais articuladores da União Republicana de Sergipe, fundada em 5 de março de 1933, enquanto Maynard Gomes apoiou a criação do Partido Republicano de Sergipe, que indicou candidatos à Constituinte pela lista “Liberdade e Civismo”. Nas eleições, realizadas em maio de 1933, Erônides de Carvalho, promovido a capitão no mês anterior, tornou-se suplente de Augusto César Leite, único deputado eleito na legenda de seu partido para a bancada sergipana na Constituinte, composta de oito membros.

Entretanto, em outubro de 1934 a União Republicana de Sergipe obteve a maioria das cadeiras da Assembleia Constituinte estadual que, em março do ano seguinte, encerrou seus trabalhos elegendo Erônides de Carvalho governador. Inconformado com esse resultado, Maynard Gomes, a princípio, recusou-se a transmitir o cargo ao sucessor, mas não conseguiu impedir sua posse.

NO GOVERNO DO ESTADO

No início de sua gestão, Erônides de Carvalho procurou saldar o débito do estado para com o Banco do Brasil, herdado da administração anterior, cujos atos foram sistematicamente desfeitos pelo novo governo. Baseado em pareceres do ex-presidente Epitácio Pessoa e dos juristas Heráclito Sobral Pinto e Mendes Pimentel, o governador anulou os decretos de criação do Tribunal de Contas e de alteração do funcionamento do Tribunal de Justiça, então chamado de Corte de Apelação do Estado, aumentando o número de desembargadores. Promoveu também melhorias na Biblioteca Pública e reaparelhou a imprensa oficial, além de construir escolas, estradas, pontes, a cidade de menores “Getúlio Vargas” e o quartel do Corpo de Bombeiros. Vinculado profissionalmente à área de saúde pública, Erônides de Carvalho ampliou significativamente a capacidade da rede hospitalar do estado e realizou uma reforma geral no sistema de esgotos da capital. Conseguiu também uma verba de trezentos contos de réis da Câmara dos Deputados para aumentar o combate ao banditismo que agia no interior do estado, especialmente o bando de Lampião. Em novembro de 1935, ofereceu ao presidente da República tropas da Polícia Militar de Sergipe para colaborar na repressão ao levante comunista deflagrado em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Rapidamente dominada, a rebelião deu lugar a uma das maiores ondas de repressão até então havidas no país, submetido ao estado de sítio e, depois, ao estado de guerra, até junho de 1937. Erônides determinou a realização de diligências policiais para descobrir possíveis ramificações da sublevação em Sergipe, e concluiu que elementos ligados ao ex-interventor Maynard Gomes, seu adversário político, estavam envolvidos com os comunistas. Baseado nessas considerações, escreveu ao presidente Getúlio Vargas, solicitando a transferência de alguns oficiais que não gozavam de sua confiança. J. Pires Wynne, em seu livro *História de Sergipe*, nega a existência de qualquer vínculo entre Maynard Gomes e os comunistas, lembrando que, mais tarde, Maynard integrou o Tribunal de Segurança Nacional, encarregado de julgar os envolvidos no levante de 1935. Em março de 1936, Erônides de Carvalho viajou para o Rio de Janeiro a fim de obter auxílio para combater os efeitos das secas e enchentes que assolavam regiões do estado, bem como para realizar obras na barra de Aracaju, conseguindo a quantia de seiscentos contos para iniciar a dragagem. Em 1937, posicionou-se a favor da candidatura de José Américo de Almeida às eleições presidenciais previstas para o ano seguinte. Apesar de apoiar oficiosamente esse candidato, Vargas já articulava um golpe de Estado de caráter

continuísta e, no início de outubro, conseguiu autorização do Congresso para decretar novamente o estado de guerra sob a alegação de que havia sido descoberto o chamado Plano Cohen, pretensamente elaborado pelos comunistas visando à tomada violenta do poder. Conforme comprovação posterior, tratava-se de um documento forjado, utilizado pelo governo e sua alta cúpula militar para favorecer a concretização do projeto golpista.

Erônides de Carvalho foi nomeado executor, em Sergipe, dos poderes excepcionais conferidos ao Executivo durante a vigência do estado de guerra, o mesmo acontecendo com todos os outros governadores estaduais, à exceção dos de São Paulo, Rio Grande do Sul e do prefeito do Distrito Federal. Em fins de outubro, o deputado Francisco Negrão de Lima, secretário-geral do comitê diretor da campanha eleitoral de José Américo, visitou vários estados do Norte e Nordeste, inclusive Sergipe, em missão secreta com o objetivo de arregimentar, em nome do governo federal, o apoio dos governadores ao golpe de Estado. Finalmente, em 10 de novembro, Vargas implantou o Estado Novo, decretando a suspensão das eleições e o fechamento do Legislativo e dos partidos políticos.

Partidário do novo regime, Erônides foi confirmado no posto, convertido em interventor federal em Sergipe. Na nova fase de sua gestão, vários estudantes foram presos e condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, encarregado do julgamento dos opositores do Estado Novo.

Substituído pelo capitão Milton Pereira de Azevedo em junho de 1941, Erônides de Carvalho declinou do convite para se tornar adido comercial brasileiro em um país africano, e em março de 1942 foi nomeado para a vaga de Maynard Gomes no Tribunal de Segurança Nacional, representando o Exército. Integrou o corpo de juízes desse tribunal até agosto de 1943, ano em que foi promovido a major médico, transferido para a reserva e nomeado tabelião do 14º Ofício de Notas da Justiça, no Rio de Janeiro. Em 1945, com a reorganização da vida política nacional, tornou-se presidente do diretório regional de Sergipe e membro do diretório nacional do Partido Social Democrático (PSD). Em fevereiro de 1952, foi promovido a tenente-coronel na reserva.

Faleceu no Rio de Janeiro em 19 de março de 1969.

Foi casado com Ivete de Melo Góis.

Publicou discursos e relatórios técnicos sobre saúde pública. Seu correligionário Augusto César Leite escreveu *Em defesa do governador Erônides de Carvalho* (1937).

Robert Pechman

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. MIN. EXÉRC.; ARQ. PÚBL. EST. SE; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CABRAL, O. *História*; *Correio da Manhã* (15/6/1939); *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; GUARANÁ, M. *Dic.*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1937; SOUSA, J. *Índice*; WYNNE, J. *História*.

CARVALHO, Francisco Xavier de

*militar; junta gov. MA 1889.

Francisco Xavier de Carvalho seguiu a carreira militar, chegando a tenente-coronel, e foi figura de destaque no Maranhão como diretor de companhias financeiras e bancos.

Após a proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889, integrou a primeira junta governativa do Maranhão, que assumiu o poder em 18 de novembro. A junta era presidida pelo tenente-coronel João Luís Tavares e era composta ainda pelo capitão-tenente Cândido Floriano da Costa Barreto, pelo tenente Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, pelo capitão João Lourenço da Silva Milanez, e pelos civis José Francisco de Viveiros e Francisco de Paula Belfort Duarte. Em 17 de dezembro seguinte, foi substituída pelo governador nomeado Pedro Augusto Tavares Júnior.

Em 1918 Francisco Xavier de Carvalho concorreu ao cargo de intendente da cidade de São Luís, mas foi derrotado nas eleições por José Luso Torres.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes

FONTES: Culturatura. Disponível em:
<<http://www.culturatura.com.br/estados/ma/governos.htm>>. Acesso em: 3/10/2008;
MARQUES, C. *Dicionário*.

CARVALHO, Gonçalves de

*magistrado; min. STF 1898-1901.

Antônio Gonçalves de Carvalho nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 31 de agosto de 1843, filho de Francisco José de Carvalho. Seu pai, coronel de artilharia, comandou o 1º Regimento de Artilharia a Cavalo e faleceu em combate na vila do Salto, Uruguai, em agosto de 1865, por ocasião do início dos conflitos do Brasil com o Paraguai.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo em 1863. Dois anos depois atuou como auditor de guerra, em comissão, junto às forças militares em operação no sul de Mato Grosso. Dali, em 1867, foi transferido para o Paraguai, sendo nomeado no ano seguinte membro interino da Junta Militar de Justiça. Recebeu a patente de major e voltou ao Brasil em setembro de 1870, sendo nomeado juiz de direito da comarca de Rio Paranaíba, em Mato Grosso. Transferido para cargo idêntico na comarca de Cuiabá em abril de 1871, exerceu por pouco tempo a função, sendo nomeado em julho seguinte auditor de guerra da província de Mato Grosso. Exerceu no cargo até setembro de 1876, quando foi nomeado juiz de direito da comarca de Jaguarão, na província do Rio Grande do Sul. Em agosto de 1885 foi designado para comarca de Valença, na província do Rio de Janeiro.

Já após a proclamação da República, em abril de 1890 foi removido para a 1ª vara comercial da capital federal. Com a reorganização da magistratura e dos tribunais pelo regime republicano, em novembro do mesmo ano foi nomeado juiz do Tribunal Civil e Criminal, corte de recursos que julgava em segunda instância as causas de pequeno porte vindas das diversas pretorias instaladas na cidade do Rio de Janeiro. Em junho de 1892, foi nomeado juiz da Corte de Apelação do Distrito Federal, tribunal de segunda instância sucessor da Relação da Corte. Permaneceu nesse órgão até sua indicação para o Supremo Tribunal Federal (STF), por decreto agosto de 1898, na vaga aberta com o falecimento de Adolfo Augusto Olinto. Tomou posse em setembro, tendo sido o último dos nove ministros

nomeados pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898) para o STF.

Por sua atuação na Guerra do Paraguai foi agraciado pelo governo imperial com o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo, em 1867, e com o oficialato da Ordem da Rosa, em 1871.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 18 de janeiro de 1901, no exercício de suas funções no STF.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>..

CARVALHO, Henrique Alves de

*const. 1891; dep. fed. MA 1891-1893.

Henrique Alves de Carvalho nasceu no Maranhão.

Colaborador de o *Futuro*, hebdomadário publicado em 1869, e de *Fígaro*, editado em 1881, depois de formado em direito mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e filiou-se ao Partido Liberal. Foi eleito deputado geral pelo segundo distrito da Corte, foi diplomado, mas, com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, não pôde assumir o mandato. Nos primeiros dias do novo regime, foi preso em uma das fortalezas militares do Rio de Janeiro.

Em setembro de 1890 foi eleito deputado constituinte pelo Maranhão. Tomou posse em 15 de novembro, mas teve sua eleição impugnada algum tempo depois devido a protestos de maranhenses residentes no Rio de Janeiro. Esses protestos chegaram à Câmara dos Deputados e foram lidos em sessão pelo deputado Sampaio Ferraz.

Foi-lhe atribuída a autoria do panfleto *Nova Roma*, publicado durante o ministério de Rio Branco (1902-1912).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; MARQUES, C. *Dicionário*.

CARVALHO, João de Deus Moreira de

*militar; junta gov. PI 1889.

João de Deus Moreira de Carvalho nasceu em Barras (PI) em 1871.

Quando da proclamação da República (15/11/1889), tinha a patente de alferes. Integrou assim, ao lado dos capitães Nemésio Reginaldo de Sá e Nelson Pereira do Nascimento, a junta que depôs o último presidente da província do Piauí, Lourenço Valente de Figueiredo, e assumiu o governo no dia 16 de novembro. No dia 18 de dezembro, a junta passou a contar com mais quatro membros: Teodoro Alves Pacheco, o tenente-coronel Joaquim Dias de Santana, o cônego Tomás de Moraes Rego e João da Cruz e Santos, barão de Uruçuí. No dia 26, porém, a junta foi afastada do poder por Gregório Taumaturgo de Azevedo, enviado pelo presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, para assumir o governo do Piauí.

Posteriormente, foi eleito deputado estadual e exerceu o mandato na Assembleia Legislativa piauiense de 1904 a 1906. Também deu prosseguimento à carreira militar, chegando à patente de major. Foi chefe do recrutamento militar do Piauí.

Faleceu em Teresina no dia 14 de março de 1922.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; REGO NETO, H. *Fatos*.

CARVALHO, JOÃO SIMPLÍCIO ALVES DE

*militar; dep. fed. RS 1909-1929; const. 1934; dep. fed. RS 1935-1937.

João Simplício Alves de Carvalho nasceu em Jaguarão (RS) no dia 2 de agosto de 1868.

Ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do Império, em fevereiro de 1885. Formou-se em matemática e ciências físicas e, optando pela arma de engenharia, saiu aspirante a oficial em janeiro de 1889. Em outubro do ano seguinte foi promovido a segundo-tenente, em setembro de 1891 a primeiro-tenente, e em agosto de 1896 participou, em Porto Alegre, da fundação da Escola de Engenharia, que atualmente faz parte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em setembro de 1900 foi promovido a capitão.

Em 1901 foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e nos anos seguintes teve o mandato renovado. Em setembro de 1908 foi eleito deputado federal para a legislatura 1909-1911. Deixando a Assembleia estadual, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados e foi reeleito para mais seis legislaturas. Nesse período, em dezembro de 1915 tornou-se diretor da Escola de Engenharia, em Porto Alegre, e em 1920 foi promovido a general de brigada. Encerrou o último mandato em dezembro de 1929.

Em 1930, a convite do então presidente do estado, Getúlio Vargas (1928-1930), assumiu a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul em substituição a Firmino Paim Filho, que fora eleito senador em março daquele ano. Já após a Revolução de 1930, em maio de 1933 elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Rio Grande do Sul. Empossado em novembro daquele mesmo ano, produziu diversos pareceres e emendas ao anteprojeto constitucional então em discussão, do qual discordava, particularmente no tocante à educação e ao ensino. Depois de promulgada a nova Constituição em 16 de julho de 1934 e eleito o presidente da República no dia seguinte, teve seu mandato prorrogado até maio de 1935 e em outubro foi eleito, agora na legenda do Partido Republicano Liberal, para a legislatura ordinária que então se iniciaria. Cumpriu seu mandato até o dia 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo foram suprimidos todos os órgãos legislativos no país. Durante seu período na Câmara participou das comissões de Diplomacia e Tratados e de Agricultura e Finanças. Ainda em novembro de 1937 foi nomeado e empossado presidente da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, cargo em

que permaneceu até julho de 1939.

Na carreira militar reformou-se no posto de general de divisão.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 10 de março de 1942.

Era casado com Maria Basília da Rocha Carvalho.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (I); *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados; Câm. Dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. ESC. ENGENHARIA UFRGS; *Diário do Congresso Nacional*; ENTREV. PEIXOTO, A.; GODINHO, V. *Constituintes*; PINTO, A. *Caixa*; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931.

CARVALHO, Joaquim Fernandes

*junta gov. PB 1891-1892.

Joaquim Fernandes de Carvalho fez parte da junta governativa que assumiu o poder na Paraíba com a destituição do presidente do estado Venâncio Neiva, no contexto de crise política que marcou o final do governo do presidente Deodoro da Fonseca (1889-1891) e o início do governo Floriano Peixoto (1891-1894).

Em 3 de novembro de 1891, diante das dificuldades políticas que então enfrentava, o presidente Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso Nacional. A Marinha, apoiada pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, iniciou uma revolta na baía de Guanabara. Diante da ameaça de uma guerra civil, Deodoro renunciou no dia 23 do mesmo mês, assumindo o vice-presidente Floriano Peixoto. Este, ao chegar ao poder, destituiu os governantes que apoiavam Deodoro, como era o caso de Venâncio Neiva, que deixou o governo paraibano em 27 de dezembro de 1891. Em seu lugar, assumiu uma junta governativa composta por Joaquim Fernandes de Carvalho, o coronel Cláudio do Amaral Savaget e Eugênio Toscano de Brito. A junta presidiu o estado até 18 de fevereiro de 1892, quando foi substituída por Álvaro Lopes Machado, nomeado presidente estadual por Floriano Peixoto.

Depois dessa curta experiência no governo, Joaquim Fernandes de Carvalho foi eleito deputado estadual na Paraíba para a legislatura de 1892 a 1896.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: MARIZ, C. *Apanhados*; PINTO, L. *Síntese*.

CARVALHO, Joaquim Pires Muniz de

*dep. fed. BA 1912-1920.

Joaquim Pires Muniz de Carvalho nasceu em Salvador no dia 30 de dezembro de 1868, filho de Arquimedes Pires de Carvalho e de Eudóxia de Argolo Ferrão Muniz Fiúza Barreto.

Filho de pais pobres, muito cedo começou a trabalhar no comércio. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, mas cursou tão somente o primeiro ano, sendo obrigado, pelas necessidades materiais, a abandonar o curso. Posteriormente cursou a Faculdade de Direito do Recife e bacharelou-se em 1894. Iniciou a carreira como solicitador da Secretaria da Fazenda. A convite de Augusto Guimarães, diretor e proprietário do *Diário da Bahia*, passou a trabalhar no jornal como revisor e noticiarista, sendo posteriormente transferido para a redação. Em função de sua facilidade de comunicação e destreza na escrita logo foi atraído pela política partidária, passando a integrar os quadros do Partido Republicano Conservador (PRC). O partido era então presidido nacionalmente por Quintino Bocaiúva e efetivamente liderado pelo senador Pinheiro Machado; na Bahia, era liderado pelos ex-governadores Luís Viana, José Marcelino e Severino Vieira, e ainda por J. J. Seabra, além de outros de menor projeção.

Candidatou-se pela primeira vez nas eleições para a Câmara dos Deputados de 1912, obtendo expressiva votação. Tomou posse em maio do mesmo ano e, em função de sua vitória e de suas relações com o ex-governador e líder do PRC Luís Viana, foi indicado por este para exercer a liderança da bancada baiana na Câmara. Tal indicação provocou uma cisão dentro do partido, pois o governador J. J. Seabra não a endossou, tendo em vista que o candidato de sua preferência era o deputado Mário Hermes. Os desentendimentos entre J. J. Seabra e Luís Viana foram se avolumando até chegar ao afastamento deste último da comissão executiva do PRC, em 4 de janeiro de 1913. Joaquim Pires Muniz de Carvalho afastou-se também do partido, junto com o ex-governador e com os deputados Deraldo Dias, Carlos Leitão, Pedro Mariano e outros quatro companheiros da bancada baiana. Foi

reeleito para as legislaturas 1915-1917 e 1918-1920, e ao final desta última deixou a Câmara. Passou então a se dedicar à advocacia, representando os interesses de diversas casas comerciais de Salvador e do interior do estado. Exerceu ainda a secretaria do Senado estadual, onde veio a se aposentar.

Faleceu em Itaparica (Bahia) no dia 5 de fevereiro de 1928, vítima de infarto.

Casou-se com Almerinda Imbassaí Pires de Carvalho, com quem teve seis filhos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); ASS. COM BA. Boletim (ano 19, n.5. p.4, 1928); BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Diário da Bahia, Imparcial*, SAMPAIO, C. *Partidos; Tarde* (7/2/1928). Enterramentos.

CARVALHO, José Carlos de

*dep. fed. DF 1894-1896; dep. fed. RS 1906-1911.

José Carlos de Carvalho nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 2 de setembro de 1847.

Estudou no Colégio de Pedro II e em 1864 matriculou-se na Escola da Marinha. Ainda aspirante, foi condecorado com as medalhas humanitárias de 1ª e 2ª classe por serviço com risco de vida em dois incêndios. Com o início da Guerra do Paraguai (1864-1870), serviu em operações no rio da Prata e retornou ao Rio de Janeiro em 1866 para retomar os estudos, que concluiu em 17 de setembro de 1867. Voltou ao campo de batalha e por seus serviços recebeu o título de cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, por decreto de 12 de abril de 1868. Ainda durante a guerra, comandou a divisão de chatas nas lagoas do Humaitá, atuou nas batalhas do Chaco de Santo Antônio e fez parte das tropas que ocuparam a capital do Paraguai. Por essas campanhas, recebeu a medalha do Mérito Militar. Em 1871, por ato do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, recebeu título de engenheiro agrimensor.

Em 10 de setembro de 1874 tornou-se sócio correspondente do Instituto Politécnico Brasileiro. Em 1876 visitou oficinas navais na Inglaterra, França e Alemanha e participou de comissão especial do governo brasileiro em vários países sul-americanos. Iniciou também sua carreira jornalística, colaborando no jornal *Gazeta de Notícias*. Retirou-se do serviço ativo da Marinha em 1880. Passou então a trabalhar no escritório de engenharia de Hugo Wilson e Son, empreiteiros de obras públicas no Brasil, e tornou-se sócio do Clube de Engenharia. Em 6 de julho de 1881 recebeu título de sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e, em 25 de agosto, o diploma de benemérito da Sociedade Propagadora das Belas Artes, por ter criado o curso para mulheres no Liceu das Artes e dos Ofícios no Rio de Janeiro. Em dezembro de 1886 foi designado secretário geral da comissão executiva do Clube de Engenharia.

Em 1º de dezembro de 1888 foi nomeado inspetor especial de Terras e Colonização e, no

dia 25, inspetor geral de Imigração na província de Minas Gerais. Em 8 de maio de 1889, foi removido para o lugar de engenheiro fiscal do 2º Distrito de Engenhos Centrais. Depois da proclamação da República (15/11/1889) foi nomeado inspetor geral de Imigração e, em 1891, encarregado da gerência das Docas Nacionais do Rio de Janeiro. Foi preso no dia 11 de abril de 1892, acusado de conspirar contra o presidente marechal Floriano Peixoto, e foi desterrado na Fortaleza de Tabatinga, no Alto-Amazonas. No entanto, durante a Revolta da Armada, em 1893, atuou ao lado de Floriano Peixoto e, por esses serviços, tornou-se capitão de mar e guerra.

Em 1894, foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Exerceu o mandato de maio seguinte até dezembro de 1896. Em 1903, participou das discussões das questões envolvendo o território do Acre. Nesse mesmo ano, foi designado comissário do Brasil na Exposição Universal de Saint Louis, nos EUA, que ocorreu no ano seguinte. De volta ao Brasil, foi eleito deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul em 1906 e reeleito em 1909. Em 1910, ainda como deputado federal, atuou no combate aos marinheiros revoltosos no movimento que ficou conhecido como Revolta da Chibata e por esses feitos foi promovido a contra-almirante, posto no qual foi reformado. Encerrou o mandato em dezembro de 1911.

Colaborou também nos periódicos *O País*, *O Dia* e *Jornal do Comércio*, nos quais tratou de assuntos econômicos e de estatística comercial.

Publicou *O livro da minha vida* (1912).

Raimundo Hélio Lopes/Izabel Noll

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AITA, C.; AXT, G. ; ARAUJO, V. *Parlamentares*; CARVALHO, J. *Livro*; GUIMARÃES. A. *Dicionário*.

CARVALHO, José Nicolau Tolentino de

*pres. RN 1877-1878; const. 1891; dep. fed. PE 1891-1896.

José Nicolau Tolentino de Carvalho nasceu em Pernambuco.

Formado pela Faculdade de Direito do Recife, iniciou sua vida política ainda durante o Império, quando se filiou ao Partido Conservador. A partir de 1872 foi várias vezes eleito deputado provincial em Pernambuco, até 1883. Durante esses anos, assumiu a presidência da província do Rio Grande do Norte, em 18 de abril de 1877. Ficou no cargo menos de um ano, pois, quando João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, figura importante do Partido Liberal, assumiu a presidência do Conselho de Ministros em 1878, o destituiu.

Proclamada a República (15/11/1889), foi eleito deputado constituinte por Pernambuco em setembro de 1890. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do país, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em junho passou a cumprir o mandato ordinário. Reeito para a legislatura seguinte, permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1896, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. Retornou ao estado natal e foi eleito senador estadual em 1907.

No campo jornalístico, foi redator do periódico *A Província* e colaborou com *Ensaio Literário* e *O Século*, todos de Pernambuco.

Faleceu em Pernambuco no dia 27 de junho de 1910.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Grande Encic. Delta Larousse*; NASCIMENTO, L. *História da Imprensa*.

CARVALHO, José Rebouças de

*dep. fed. SP 1901-1906.

José Rebouças de Carvalho nasceu na vila de Pinheiros, atual cidade de Queluz (SP), em 6 de janeiro de 1856.

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, seguiu carreira na magistratura e foi juiz municipal nas cidades de Queluz e São Paulo. Mudou-se para Taubaté (SP), onde tinha fazenda com grande produção de café. Nessa cidade ainda seria vereador e presidente da Câmara Municipal.

Filiado ao Partido Republicano Paulista (PRP), em 16 de novembro de 1901 foi eleito deputado federal por São Paulo na vaga aberta pela morte do deputado Malta Júnior. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, integrou a Comissão de Agricultura. Foi reeleito para as legislaturas 1903-1905 e 1906-1908, mas não completaria o mandato. Simultaneamente vereador e presidente da Câmara de Taubaté, foi sob a sua presidência que, em 26 de fevereiro de 1906, foi realizada sessão extraordinária para a recepção dos presidentes de São Paulo, Minas Gerais e estado do Rio de Janeiro, e respectivos secretários, bem como representantes da lavoura e de outros municípios, reunidos na cidade para a assinatura do convênio sobre a valorização do café – o famoso Convênio de Taubaté.

Faleceu no Rio de Janeiro em 21 de agosto de 1906 e foi enterrado em Taubaté.

Era casado com Etelvina Ramos de Carvalho, baronesa do Jambeiro, com quem teve quatro filhos.

Entre as homenagens que lhes foram prestadas, teve seu nome dado a uma rua em São Paulo e uma escola em Avaré (SP).

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); ASS. COM. IND. AGRO. AVARÉ.
Disponível em: <<http://www.aciaavare.com.br/historia/index.html>>; *Correio*

Paulistano (22/08/1906); Historia do ensino. Disponível em:
<<http://historiadoensino.blogspot.com/2008/05/jos-monteiro-ribeiro-junqueira-tradio.html>>.

CARVALHO, José Tolentino de

* dep. fed. RJ 1912-1920.

José Tolentino de Carvalho nasceu no estado do Rio de Janeiro.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais, em 1912 foi eleito deputado federal pelo 1º distrito do estado do Rio. Exerceu o mandato durante toda a legislatura 1912- 1914 e, nas eleições de 31 de janeiro de 1915, foi reeleito. Após exercer o segundo mandato na legislatura 1915-1917, foi mais uma vez eleito e cumpriu o terceiro mandato na legislatura 1918-1920. Na Câmara dos Deputados, integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GUIMARÃES, A. *Diccionario*; ROCHA, R. *Parlamento*; SOUSA, J. *Índice*.

CARVALHO, Joviniano Joaquim de

*dep. fed. SE 1900-1914.

Joviniano Joaquim de Carvalho nasceu em Patrocínio do Coité (BA), filho de Antônio Manuel de Carvalho.

Formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1881, passando a clinicar nesse estado. Mudou-se para Sergipe e fixou-se na cidade de Simão Dias. Nesses dois estados também seguiu carreira política, após a proclamação da República (15/11/1889), elegendo-se deputado estadual em ambos.

Em Sergipe, tornou-se aliado político de Pedro Freire de Carvalho, importante político do estado que se tornaria vice-presidente do estado na administração Antônio Siqueira de Menezes (1911-1914). Com a ajuda dessas alianças, em 1900 foi eleito deputado federal pelo estado de Sergipe. Assumiu, em maio desse ano, uma cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi reeleito, sucessivamente, nos pleitos de 1903, 1906, 1909 e 1912. Exerceu seu mandato até dezembro de 1914, quando também se encerrou a legislatura. Durante esses anos, fez parte da Comissão de Redação de Leis.

Foi casado com Josefa Freire de Carvalho.

Seu filho Antônio Manuel de Carvalho Neto foi deputado federal pelo estado de Sergipe de 1921 a 1926, de 1947 a 1948 e de 1950 a 1954.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Levantamento Nominal dos Formados de 1812 a 2008 da Faculdade de Medicina da Bahia. Disponível em:

<http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2&Itemid=138>. Acesso em: 26/7/2011; Serigy. Disponível em:

<http://iaracaju.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=158&titulo=Chefes_de_Estado

>. Acesso em: 26/7/2011.

CARVALHO, LUÍS

*dep. fed. MA 1915-1917; const. 1946; dep. fed. 1946-1951.

Luís Carvalho nasceu em Oeiras (PI) no dia 25 de agosto de 1880, filho de Cinobelino Ferreira de Carvalho e de Rosália Francisca Mendes de Carvalho.

Transferindo-se para São Luís do Maranhão em 1894, fez os estudos preparatórios no Liceu Maranhense. Ingressou mais tarde na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1906. A partir do ano seguinte, abriu banca de advogado no Maranhão e foi nomeado fiscal federal de ensino junto ao Liceu Maranhense.

Ainda em 1907 foi eleito deputado estadual, com mandato até 1909. Consecutivamente reeleito em 1910, 1913 e 1916, conservou sua cadeira na Assembleia Legislativa até 1918. Em 1915 foi escolhido primeiro-secretário da Assembleia e foi também eleito cumulativamente deputado federal. Cumpriu o mandato na Câmara dos Deputados de maio de 1915 a dezembro de 1917, tendo integrado a Comissão de Petições e Poderes.

Fundou em São Luís a sociedade literária Oficina dos Novos e, como jornalista, colaborou no *Jornal da Manhã* e *A Pacotilha*, além de ter sido diretor e um dos proprietários do *Diário do Maranhão*.

Voltou à política após o fim do Estado Novo (29/10/1945), sendo eleito em dezembro deputado pelo Maranhão à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Tomou posse em fevereiro do ano seguinte e, com a promulgação da nova Carta em 18/9/1946 e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, passou a integrar a Comissão de Indústria e Comércio da Câmara. Nas eleições de outubro de 1950 voltou a se candidatar a deputado federal, sempre pelo PSD, e obteve uma suplência. Permaneceu na Câmara dos Deputados até o fim de janeiro de 1951, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu no dia 6 de junho de 1963.

Publicou *Ambula* (versos) e *Primeiras águas* (contos).

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BRAGA, S. *Quem foi quem*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1946-1967); CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; *Diário do Congresso Nacional*; SILVA, G. *Constituinte*.

CARVALHO, Manuel Capitulino de

*religioso; gov. AL 1921.

Manuel Capitulino de Carvalho nasceu em Penedo (AL).

Iniciou-se na carreira eclesiástica, onde chegou a cônego. Foi senador estadual em Alagoas de 1915 a 1922. Como vice-presidente do Senado Estadual, exerceu o interinamente o governo do estado de 1º de março a 12 de junho de 1921, em função do afastamento do titular José Fernandes de Barros Lima por motivo de saúde.

Após a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, e a promulgação de uma nova Constituição para o país em 16 de julho de 1934, foi eleito deputado estadual constituinte em outubro do mesmo ano. Promulgada a Constituição estadual em 1935, exerceu seu mandato na Assembleia Legislativa alagoana até 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo (1937-1945), foram extintos todos os órgãos legislativos do país.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas* (v.2); CARVALHO, M. *Mensagem*.

CARVALHO, Miguel de

*sen. RJ 1915-1930.

Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 7 de fevereiro de 1849, filho de Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho e de Francisca Constança Leite de Carvalho. Seu pai e homônimo foi comendador, capitão de mar e guerra e chefe do corpo de fazenda da Armada.

Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1867 e no ano seguinte transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde concluiu o curso em 1872. Em agosto de 1873 foi nomeado juiz municipal em Cantagalo (RJ) e a partir de 1882 dedicou-se à advocacia, abandonando o antigo cargo. Ingressou também no Partido Conservador, onde iniciou sua aproximação com Paulino José Soares de Sousa, o conselheiro Paulino, senador e ministro do Império. No final da década de 1880 passou a dirigir o *Correio de Cantagalo*, jornal ligado aos conservadores.

NA POLÍTICA FLUMINENSE

Quando a República foi proclamada em 15 de novembro de 1889, de início não aderiu ao regime. Continuou aliado do conselheiro Paulino e, quando este fundou o Partido Republicano Moderado, logo ingressou em suas fileiras. Permaneceu na direção do *Correio de Cantagalo* e fez oposição a Francisco Portela, que, nomeado governador do estado por Deodoro da Fonseca, favoreceu seu poder pessoal em detrimento da corrente republicana fluminense. Quando das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890, o Partido Republicano Moderado, mesmo com grande potencial político-eleitoral, não participou, pois o conselheiro Paulino afirmou que o processo eleitoral seria uma farsa e que o governo Portela elegeria quem quisesse. Nas eleições para a Assembleia Constituinte Estadual, no ano seguinte, José Tomás da Porciúncula e outros republicanos históricos, depois de derrotados pelo grupo apoiado por Portela nas eleições para a

Constituinte Nacional, defenderam a união de sua corrente com a do Partido Republicano Moderado, mas, mesmo assim, mais uma vez a corrente portelista foi vencedora.

Quando da queda de Portela em 10 de dezembro de 1891, assumiu o governo do estado Carlos Baltasar da Silveira, apoiado por Floriano Peixoto, que por sua vez havia substituído Deodoro na presidência da República. Miguel de Carvalho foi então nomeado secretário geral interino do governo fluminense e dez dias depois assumiu a Secretaria de Negócios, Justiça, Legislação e Instrução Pública e Particular. Baltasar da Silveira em sua administração procurou desmontar a rede política criada por seu antecessor e, dessa forma, fechou o Congresso estadual, revogou a Constituição fluminense de 1891 e convocou eleições para uma nova Constituinte estadual. Em 15 de janeiro de 1892 Miguel de Carvalho foi assim eleito deputado constituinte, na chapa apoiada pelo governo estadual. A nova Constituição do estado do Rio de Janeiro foi promulgada em 9 de abril de 1892, e, nessa data, Baltasar da Silveira e Miguel de Carvalho foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente provisórios do estado, já que novas eleições para o Legislativo e o Executivo estaduais foram marcadas para o dia 24 do mesmo mês. Nesse pleito, José Tomás da Porciúncula foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro e assumiu o governo em 3 de maio seguinte.

No governo de Porciúncula (1892-1894) Miguel de Carvalho foi nomeado secretário de Negócios do Interior e Justiça e depois de Obras Públicas e Indústrias. Durante a Revolta da Armada – levante de oposição a Floriano que envolveu a Esquadra fundeada na baía de Guanabara e se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama – lutou contra os revoltosos na cidade de Niterói, e por essa atuação ganhou honras de coronel, conferidas pelo presidente. Passou também a integrar o Partido Republicano Fluminense (PRF), liderado por Porciúncula, de quem se aproximara politicamente. Na sucessão estadual de 1894, apoiou Joaquim Maurício de Abreu, um dos vice-presidentes do estado e também membro do PRF.

Em janeiro de 1895, liderou a reunião de seu partido realizada em Petrópolis, e indicou a

formação da mesa diretora dos trabalhos, responsável por discutir questões relativas à direção partidária. Também em 1895 publicou *Organização partidária do estado do Rio de Janeiro – 1889 a 1894*, livro que garantiria seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1899. Ainda em 1895 tornou-se tesoureiro da Companhia Estrada de Ferro Leopoldina e, mesmo sem ocupar cargo público, continuou atuando na política fluminense. Em 1896 participou da reorganização do PRF, na qual a liderança de Porciúncula, agora deputado federal (1895-1897), foi consolidada, em oposição à facção chefiada por Lourenço Maria de Almeida Batista, o barão de Miracema. Nessa reconfiguração, tornou-se membro da comissão executiva do partido e chefe político da agremiação no terceiro distrito eleitoral do estado, com sede em Cantagalo e composto também pelos municípios de Pádua, São Fidelis, Itaocara, São Francisco de Paula, Duas Barras, Carmo, Friburgo e Santana do Macacu.

Em 1897 apoiou a eleição de Alberto Torres, membro do PRF, para a presidência do estado do Rio de Janeiro (1897-1900). No governo de Alberto Torres, contudo, o PRF sofreu uma cisão. O novo presidente estadual rebelou-se contra a liderança partidária de Porciúncula, agora senador (1897-1901), que exigia que o governo fluminense fortalecesse seu partido. Ao lado de seus aliados na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), Porciúncula e Miguel de Carvalho chegaram a articular uma tentativa de *impeachment* de Alberto Torres. A tensão ficou expressa nas bancadas estaduais e federais do PRF, que se dividiram em torno dos partidários do presidente estadual e seus opositores. Com essa situação, depois de parte da comissão executiva do PRF ter renunciado a seus cargos dentro da agremiação, em 23 de julho fundou-se o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), liderado por Alberto Torres. Com a nova reconfiguração política, a ALERJ ficou dividida entre os dois partidos, e os deputados do 3º distrito eleitoral permaneceram fiéis a Miguel de Carvalho e ao PRF.

Na sucessão de Alberto Torres, numa tentativa de conter a crise fluminense, Quintino Bocaiúva, ex-senador (1890-1899) e então ministro das Relações Exteriores (1899-1900), foi indicado candidato com o apoio do PRF. Miguel de Carvalho afirmou que fora ele

próprio quem indicara o nome de Quintino. Nas eleições para a ALERJ, realizadas em 30 de dezembro de 1900, o PRF foi derrotado pelo PRRJ, conseguindo eleger apenas cinco deputados.

Durante o governo de Quintino Bocaiúva (1900-1903), o PRF não integrou a administração estadual e passou a fazer oposição ao governo. Contudo, quando o presidente estadual concorreu à presidência da República em 1902, contou com o apoio do PRF e de Miguel de Carvalho, liderança máxima do partido desde o falecimento de Porciúncula em 1901. Esse apoio é explicado pela tentativa do partido de conter o processo de desgaste que vinha sofrendo desde a cisão e de preservar o controle político de alguns municípios, seus tradicionais redutos eleitorais. As eleições presidenciais de 1º de março de 1902 foram afinal vencidas por Rodrigues Alves (1902-1906).

Nesse momento, Nilo Peçanha, deputado federal desde 1890, iniciava sua trajetória como a principal liderança política fluminense na Primeira República, e foi indicado por Quintino Bocaiúva para concorrer à presidência estadual. Inicialmente o grupo miguelista demonstrou certa oposição a Nilo, mas este se aproximou de Miguel de Carvalho, em busca de uma aliança para conter as outras facções políticas que faziam oposição à sua liderança. Assim, como resultado do acordo, cinco candidatos ligados a Miguel de Carvalho foram incluídos na chapa oficial do governo que concorreu às eleições federais de fevereiro de 1903 e foram todos eleitos. A sigla PRF passou então a designar o partido situacionista, liderado por Nilo Peçanha, que em julho de 1903 foi eleito presidente do estado do Rio (1903-1906), enquanto o grupo miguelista passou a formar uma minoria no partido.

Mesmo com o acordo, a bancada miguelista na Câmara dos Deputados foi opositora de Nilo e do governo do sucessor deste, Alfredo Backer. Nesse período, aliás, enquanto Backer assumia o governo fluminense (1906-1910), Nilo assumia a vice-presidência (1906-1909) e, com a morte de Afonso Pena, a presidência da República (1909-1910). Com o rompimento político entre Nilo e Backer, Miguel de Carvalho se aproximou deste último, mantendo uma postura de oposição ao nilismo.

Na sucessão de Backer, Miguel de Carvalho apoiou o candidato backerista Manuel

Edwiges Queirós Viana contra o nilista Francisco Chaves de Oliveira Botelho. Nesse pleito, marcado pela divisão da ALERJ em duas e pela intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF), Oliveira Botelho foi vitorioso (1910-1914) e ratificou sua aliança com o presidente marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) e com o senador gaúcho Pinheiro Machado (1890-1915), um dos principais nomes da política nacional, que haviam apoiado sua candidatura na esfera federal. Essa união ficou expressa na integração do PRF ao Partido Republicano Conservador (PRC), fundado por Pinheiro Machado uma semana antes da posse de Hermes da Fonseca com o objetivo de promover a união das oligarquias dominantes e dos militares em uma agremiação nacional que apoiaria o novo presidente da República. Com isso, a partir de fevereiro de 1911, o partido situacionista do estado do Rio de Janeiro passou a se denominar Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF), enquanto a sigla PRF ficou sendo utilizada pela oposição, inclusive por Miguel de Carvalho e seu grupo.

Nas eleições federais de janeiro de 1912, o PRF lançou uma chapa completa de candidatos, sendo parte deles miguelista, mas nenhum candidato da oposição foi eleito. Em dezembro, no pleito para renovação da ALERJ, a oposição mais uma vez concorreu, organizada por Miguel de Carvalho, e dessa vez elegeu dois deputados estaduais.

Em 1913, com o distanciamento político entre Nilo Peçanha e Pinheiro Machado, a oposição fluminense alinhou-se com o senador gaúcho, e surgiram boatos de fundação de um partido no estado do Rio de Janeiro de apoio a Pinheiro Machado, liderado por Miguel de Carvalho e pelos ex-presidentes estaduais Alfredo Backer e Francisco Portela, agora senador (1912-1913). Essa agremiação não foi concretizada, mas com o rompimento definitivo entre Nilo e Pinheiro Machado os nilistas voltaram a usar a sigla do PRF, enquanto a oposição, assim como os miguelistas, migrou para o PRCF. Contudo, os miguelistas tiveram uma atuação discreta na nova legenda e nenhum dos seus integrantes ocupou cargo na comissão executiva do partido.

Em 1914 Oliveira Botelho e Nilo Peçanha romperam, diante da imposição do primeiro do nome de Feliciano Sodré para a sua sucessão, apoiado por Pinheiro Machado. Diante da

divergência, Nilo lançou-se ele próprio candidato ao governo fluminense e, em mais uma eleição marcada pela dualidade da ALERJ e pela interferência do STF, foi eleito presidente estadual pela segunda vez (1914-1917).

NO SENADO

Nesse clima de instabilidade, e em busca de legitimidade política, Nilo Peçanha procurou dar espaço para seus opositores e permitiu a eleição de parte da oposição nas eleições federais de janeiro de 1915. Assim, oito candidatos do PRCF foram eleitos para a Câmara dos Deputados, e Miguel de Carvalho foi eleito senador pelo estado do Rio de Janeiro.

No Senado, Federal Miguel de Carvalho continuou na oposição a Nilo Peçanha e logo demonstrou apoio a Pinheiro Machado, mas, com o falecimento deste ainda em setembro de 1915, a oposição fluminense desorganizou-se. Em 1919, contudo, a oposição ao nilismo fortaleceu-se após a vitória de Epitácio Pessoa (1919-1922) no pleito presidencial. Como Nilo Peçanha apoiou o candidato derrotado Rui Barbosa, a oposição estadual ganhou mais espaço político e teve mais força e recursos eleitorais. Em maio de 1920, o PRF realizou uma convenção partidária, e entre as várias deliberações foi decidido que os nilistas passariam a referir-se a seu partido como Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), em vez de PRF, sigla que passou a ser adotada pela oposição, inclusive por Miguel de Carvalho. Em março de 1922, o nilismo sofreu mais um forte abalo, com a derrota de Nilo Peçanha na eleição para a presidência da República na chapa da Reação Republicana, e com a vitória de Artur Bernardes (1922-1926). Depois dos sucessivos reveses na esfera federal, o nilismo entrou em derrocada.

Nas eleições para a presidência do estado do Rio em 1922, Miguel de Carvalho apoiou o candidato do PRF Feliciano Sodré contra o candidato nilista Raul Fernandes. Diante de mais uma eleição conturbada, na qual os dois candidatos se declararam eleitos, reconhecidos por duas assembleias legislativas distintas, o presidente Artur Bernardes decretou a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, nomeou Aurelino Leal

interventor federal e convocou novo pleito para outubro de 1923. Miguel de Carvalho continuou apoiando Feliciano Sodré, mais uma vez candidato e dessa vez vitorioso.

O governo de Sodré (1923-1927) diminuiu a influência nilista no estado, o que foi percebido nas eleições federais de fevereiro de 1924, quando todos os candidatos apoiados pelo Executivo estadual foram eleitos. Nesse pleito Miguel de Carvalho foi reeleito senador, e em agosto, durante a convenção do PRF, foi também eleito presidente da comissão executiva do partido. Em 1927 apoiou a eleição de Manuel Duarte para presidente estadual (1927-1930) e fortaleceu ainda mais a relação do PRF com o governo federal, através do apoio ao presidente Washington Luís (1926-1930) e da conquista de importantes postos para políticos fluminenses, como a nomeação do ex-presidente estadual Oliveira Botelho para o Ministério da Fazenda.

Miguel de Carvalho ocupou sua cadeira no Senado Federal até outubro de 1930, quando perdeu o mandato em decorrência da vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Durante os anos em que foi senador, foi membro das comissões de Instrução Pública, Obras Públicas e Empresas Privilegiadas; de Constituição; de Comércio, Agricultura, Indústrias e Artes; de Diplomacia, Tratados e Legislação Social; e de Finanças.

Em 1934 voltou a atuar no PRF, quando surgiram disputas pela direção do partido relacionadas à eleição da comissão executiva e à formulação de um novo programa partidário. Nesse embate, pertencia a uma facção, também composta por Acúrcio Torres e Galdino do Vale Filho e liderada pelo ex-presidente Manuel Duarte, que defendia a total reformulação do partido e a elaboração de um novo programa adequado às condições do país. Esse grupo foi derrotado pela facção de Oliveira Botelho. Depois dessa derrota interna, Manuel Duarte desligou-se do PRF e fundou no mês de maio o Partido Evolucionista do Rio de Janeiro, que em 1937 sustentou a candidatura de José Américo de Almeida, mas foi extinto junto com os demais partidos do país com a instituição do Estado Novo.

Miguel de Carvalho foi também membro e presidente da Sociedade Protetora das Belas Artes, sócio protetor da Liga Brasileira contra a Tuberculose, sócio honorário da Caixa

Beneficente Teatral, sócio benfeitor da União Funerária 1º de Julho, sócio benemérito do Instituto Hahnemaniano do Brasil, benfeitor do Centro Cívico Pinheiro Machado, e provedor, conselheiro da mesa e mordomo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Faleceu no dia 23 de junho de 1944.

Foi casado com Isabel do Vale Carvalho.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; FERREIRA, M. *República*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.185).

CARVALHO, Pais de

*const. 1891; sen. PA 1891-1893; gov. PA 1897-1901; sen. PA 1903-1912.

José Pais de Carvalho nasceu em Belém do Pará no ano de 1850.

Fez o curso secundário na Escola Politécnica de Lisboa e formou-se em medicina na Escola Cirúrgica da mesma cidade. Ingressou depois no corpo clínico do Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia do Pará.

Um dos fundadores do Clube Republicano do Pará, criado em 1886 com o intuito de propagar os ideais republicanos na província, tornou-se seu presidente em 1889. Ao receber do Rio de Janeiro “despachos telegráficos” comunicando a proclamação da República em 15 de novembro daquele ano, reuniu-se na mesma noite com os demais membros do clube e com oficiais das forças de terra e de mar. Na ocasião, foi marcado para o dia seguinte ao meio-dia nova reunião no quartel do 15º Batalhão de Infantaria, em Nazaré. Dali saiu a comissão que foi conferenciar com o presidente da província, Antônio José Ferreira Braga. Diante da recusa deste a renunciar ao cargo, o 15º Batalhão marchou pela estrada de Nazaré em direção a Belém, recebendo a adesão tanto do Corpo Policial como do 4º Batalhão de Artilharia. No dia 17 de novembro, foi empossada a junta provisória composta por Justo Chermont, tenente-coronel Bento José Fernandes Júnior e capitão de fragata José Maria do Nascimento, que iria governar o estado até que o governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca, no Rio de Janeiro, nomeasse um governador. Na mesma ocasião, José Pais de Carvalho foi nomeado presidente do Legislativo estadual.

Nas eleições de 15 de setembro de 1890 para a Assembleia Nacional Constituinte, Pais de Carvalho foi eleito senador pelo estado do Pará. Foi escolhido segundo secretário da Constituinte e foi signatário da Constituição de 1891. Após encerrar o mandato em 1893, concorreu à vice-presidência da República nas eleições presidenciais de 1894, e foi derrotado por Manuel Vitorino, do Partido Republicano Federal, que foi eleito ao lado do presidente Prudente de Moraes (1894-1898).

Foi governador do estado do Pará de 1º de fevereiro de 1897, sucedendo a Lauro Sodré, a 1º de fevereiro de 1901, quando foi substituído por Augusto Montenegro. Nesse

período, participou da fundação da Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará, instalada em Belém no dia 1º de fevereiro de 1898. Em abril de 1903 retornou ao Senado. Reeleito para as legislaturas subsequentes, exerceu o mandato na Câmara Alta até 31 de janeiro de 1912.

Faleceu em Paris no dia 17 de março de 1943.

Adrianna Setemy

FONTES: LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1964&li=21&lcab=1890-1891&lf=21>. Acesso em: 30/1/2009; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

CARVALHO, Pânfilo de

*dep. fed. BA 1921-1923.

Pânfilo Dutra Freire de Carvalho nasceu em Salvador no dia 24 de setembro de 1888, filho de Anfilófilo Botelho Freire de Carvalho e de Jovina Dutra Freire de Carvalho. Seu pai foi presidente da província de Alagoas (1885- 1886), constituinte de 1891, deputado federal pela Bahia (1891-1892 e 1897-1899) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1892-1895).

Cursou a Faculdade Livre de Direito da Bahia e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em 1906.

Iniciou-se na política como deputado estadual na Bahia de 1911 a 1920. Foi secretário, em 1912, e presidente, de 1914 a 1920, da Assembleia Legislativa. Membro do Partido Republicano Democrata, liderado por J. J. Seabra, esteve no centro do episódio da duplicata da Assembleia baiana em 1915. Ocorreu que, nas eleições de 10 de janeiro daquele ano, tanto as forças oposicionistas como as da situação, lideradas pelo governador J. J. Seabra, declararam eleitas as suas chapas, diplomaram e deram posse aos seus respectivos deputados. Enquanto a Assembleia governista, sob a presidência de Pânfilo de Carvalho, funcionou no prédio próprio da Assembleia, a oposicionista se instalou no cartório do tabelião Afonso Pedreira de Cerqueira. Ambas realizaram sessões durante todo o período legislativo, de 29 de março a 7 de julho de 1915, só cessando a duplicata quando a própria Assembleia oposicionista recorreu ao presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) e este declarou que em questões locais se deixava conduzir pelos governadores dos estados. Em 1921 foi eleito deputado federal para a legislatura 1921-1923. Ao final desta, com a ascensão do grupo político liderado pelos irmãos Antônio, Francisco e Miguel Calmon, em 1924, e a consequente derrocada dos seabristas, resolveu afastar-se da política e passou a se dedicar ao comércio e à indústria.

Integrou o grupo de empresários e intelectuais que em 23 de fevereiro de 1932 fundou o Rotary Clube da Bahia e foi eleito seu primeiro presidente (1932-1934), além de membro

da Comissão de Serviços à Comunidade e da Subcomissão de Belas Artes e Urbanismo. Foi ainda representante do Rotary de São João da Boa Vista junto ao da Bahia. Ingressando no Banco Econômico, fez parte de seu conselho fiscal a partir de 1932. Em 1935 foi eleito diretor-secretário da Companhia de Seguros Aliança da Bahia e em 1940 assumiu a presidência da empresa. Em 1944 instituiu junto à Faculdade de Direito da Bahia o prêmio Anfilóbio de Carvalho, destinado a patrocinar anualmente o pagamento das despesas de um aluno de cada um dos cinco anos do curso de bacharelado. Os prêmios seriam concedidos a alunos pobres com desempenho destacado. Quando das comemorações IV Centenário de fundação da cidade do Salvador, em 1949, instituiu um prêmio de abrangência nacional para o melhor livro de assuntos baianos, então conquistado pelo escritor Tales de Azevedo. De 1949 a 1951 integrou a junta deliberativa da Associação Comercial da Bahia, e em 1950 assumiu a presidência do Banco Econômico.

Foi ainda fundador e presidente da Companhia Aliança da Bahia Capitalização, presidente da Imobiliária Seguradoras Reunidas, com sede no Rio de Janeiro, do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Estado da Bahia e do Banco de Crédito Agrícola e Hipotecário da Bahia. Notabilizou-se pelo espírito empreendedor e de solidariedade, colaborando sempre com várias instituições filantrópicas.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 19 de dezembro de 1951.

Casou-se com Maria Emília Pedreira e teve um casal de filhos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Diário de notícias* (21/12/1951). Moção de pesar na Assembléia Legislativa pelo falecimento do Sr. Pânfilo de Carvalho; *Diário Oficial do Estado da Bahia* (p. 481-493); *Estado da Bahia* (20/12/1951). Perde a Bahia contemporânea um dos seus maiores e destacados filhos; MELLO, A. *Cartilha*; NASCIMENTO, W; FONSECA, J. *Baianos*; PRAZERES, O. *Bahia*; *Revista do Rotary Clube da Bahia* (abr. 1944).

Prêmio Anfilóbio de Carvalho; *Revista do Rotary Clube da Bahia* (maio 1940).
Quadro de representantes dos Rotari Clube do Brasil no Rotari Clube da Bahia e
Comissões e subcomissões; SAMPAIO, C. *Partidos; Tarde* (19/7/1948). O
centenário do Dr. Anfilóbio de Carvalho; *Tarde* (17/9/1948). O centenário de um
jurista baiano; *Tarde* (20/12/1951). Faleceu o Sr. Pânfilo de Carvalho.

CARVALHO, Pedro Freire de

* pres. SE 1914.

Pedro Freire de Carvalho foi líder político e grande proprietário de terras em Sergipe.

Em fevereiro de 1911, Antônio José de Siqueira Meneses, ex-membro da junta governativa de Sergipe (1889), candidatou-se ao governo de Sergipe apoiado por José Gomes Pinheiro Machado, então senador gaúcho (1890-1915), um dos principais nomes da política nacional e líder do Partido Republicano Conservador (PRC). Siqueira Meneses tinha como candidato a vice-presidente Serapião de Aguiar e Melo. Essa candidatura foi lançada no contexto da Política das Salvações, posta em prática pelo presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914) e Pinheiro Machado, que consistiu em desalojar do poder nos estados velhas oligarquias, colocando em seu lugar uma aliança entre militares e oligarquias fiéis ao governo.

Com o objetivo de evitar o fortalecimento da oposição a sua política, o PRC fez um acordo com o então senador sergipano Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão (1907-1914) para que este retirasse sua candidatura à presidência estadual e o seu apoio a qualquer outro candidato, apoiando assim Siqueira Meneses. Em troca, Pedro Freire de Carvalho, aliado político de Oliveira Valadão, foi o candidato a vice-presidente, substituindo Serapião de Aguiar e Melo.

A chapa foi eleita em outubro de 1911 e essa administração foi marcada por um violento surto de varíola em Sergipe, por uma política de saneamento de Aracaju, e por uma reforma da Constituição estadual que, entre as alterações promovidas, ampliou o mandato dos governadores sergipanos de três para quatro anos. Em 29 de julho de 1914, Siqueira Meneses renunciou ao mandato para candidatar-se a uma vaga no Senado Federal, passando o governo estadual a Pedro Freire de Carvalho. Durante sua curta administração, apoiou a candidatura de seu aliado Oliveira Valadão ao governo do estado (1914-1918), transmitindo-lhe o poder em 24 de outubro de 1914.

Em 19 de janeiro de 1926, Pedro Freire de Carvalho, ao lado de Francisco Porfírio de Brito, Antônio do Prado Franco, Acrísio Garcez e Antônio Borges, também proprietários rurais, combateu o levante liderado por Augusto Maynard Gomes e outros militares do 28º Batalhão de Caçadores que tomaram essa unidade militar e os principais pontos estratégicos da cidade. Esse mesmo grupo de militares já havia tomado o governo do estado em 1924, na agitação das revoltas tenentistas da década de 1920. A revolta de 1926 durou poucas horas, pois a defesa legalista desencadeou rapidamente a contra-ofensiva e dominou a situação depois de quatro horas de renhidos combates.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BARRETO, L. *Dicionário*; DANTAS, J. *História*; FRANCO, J. *Política*.

CARVALHO, Pedro Pereira de

*dep. fed. DF 1906-1908 e 1912-1913.

Pedro Pereira de Carvalho nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 26 de abril de 1861, filho de Valério Pereira de Carvalho e de Delfina Rosa de Carvalho.

Já na República, e transformada a cidade do Rio de Janeiro em Distrito Federal, foi eleito intendente (vereador) em 1897. Reeleito mais duas vezes, ocupou uma cadeira no Conselho Municipal até 1913. Durante a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), que promoveu uma grande reforma urbanística na cidade, foi presidente do Conselho Municipal.

Em 1906 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Exerceu o mandato de 22 de maio de 1906 a 31 de dezembro de 1908, e foi reconduzido à Câmara dos Deputados na legislatura que se estendeu de 9 de maio de 1912 a 31 de dezembro de 1914. Contudo, faleceu antes de terminar o mandato, em 15 de agosto de 1913.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); ASSEMB. LEGISL. RJ. *Inventário analítico*: < Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_cons_munic_link5.htm>; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CARVALHO, Pires de

*dep. fed. BA 1906-1908.

Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque Júnior nasceu no município de Pastos Bons (MA) no dia 7 de maio de 1870, filho de Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e de Adélia Pires de Carvalho e Albuquerque.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife em 1890. Logo após a formatura foi promotor público de Caetité (BA), de 15 de dezembro de 1890 a 15 de março de 1891, e de Conde (BA), de 15 de abril a 3 de agosto de 1892. Em seguida foi juiz de direito de Condeúba (BA), de 21 de abril a 27 de junho de 1896, de Lavras Diamantinas, de 27 de julho de 1896 a 4 de maio de 1897, da comarca de Camamu, no sul da Bahia, de 26 de julho de 1897 a 11 de outubro de 1898, e da cidade de Amargosa, no Recôncavo Baiano, de 10 de dezembro de 1898 a 10 de março de 1901.

Iniciou a carreira política como chefe de polícia do governador Severino Vieira (1900-1904), cargo que exerceu de 12 de março de 1901 a 27 de setembro de 1902. Em 30 de janeiro de 1906 foi eleito deputado federal e tomou posse em 3 de maio. Com a cisão do Partido Republicano em 1907, manteve-se fiel a Severino Vieira e por essa razão não conseguiu a renovação do mandato. Deixou assim a Câmara dos Deputados em 31 de dezembro de 1908 e fixou residência no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde passou a se dedicar à advocacia.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de dezembro de 1926.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); ASSIS, U. *Diário Oficial* (p. 481-493); BEVILAQUA, C. *História*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); MELLO, A. *Cartilha*; SAMPAIO, C. *Partidos*.

CARVALHO, Raimundo Afonso de

*militar; gov. AM 1907.

Raimundo Afonso de Carvalho nasceu possivelmente no Ceará no dia 7 de setembro de 1860.

Ainda jovem ingressou no Batalhão Policial do Amazonas e em 8 de agosto de 1892 tornou-se comandante da corporação. Foi superintendente (prefeito) de Manaus de 1895 a 1896.

Eleito deputado estadual, em 1901 tornou-se presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas. Enquanto ocupava a presidência da Assembleia foi chamado, em 20 de novembro de 1907, a assumir o cargo de governador no lugar do coronel Antônio Constantino Nery, que se afastou para uma viagem à Europa. Governou o Amazonas até 23 de julho de 1908, quando chegou ao fim o mandato de Antônio Constantino Nery e tomou posse Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt. Após deixar o governo, permaneceu ainda como presidente da Assembleia amazonense até 1909. Foi substituído pelo deputado Antônio Guerreiro Antony, que no ano seguinte assumiu a presidência da casa.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: ASSEMB. LEGISL. AMAZONAS: Disponível em: <<http://www.aleam.gov.br>>. Acesso em: 10/08/2010; Biblioteca Virtual Gov. Amazonas. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br>>. Acesso em: 10/08/2010; BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL. GOV. AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 10/08/2010.

CARVALHO, SETEMBRINO DE

*militar; interv. CE 1914; Contestado 1914-1915; ch. EME 1922; min. Guerra 1922-1926.

Fernando Setembrino de Carvalho nasceu em Uruguaiana (RS) no dia 13 de setembro de 1861, filho de Fernando Vieira de Carvalho, professor, funcionário público e comerciante, e de Felicidade Ferreira de Carvalho.

Destinado pela mãe à advocacia e pelo pai à medicina, pretendia ser engenheiro. Começou os estudos com o pai, primeiro em casa e depois num colégio por ele fundado. Acometido por febres intermitentes, foi aconselhado a mudar-se, partindo em 1875 para Pelotas (RS), onde se matriculou no Colégio Reis. No ano seguinte, transferiu-se para Porto Alegre para prestar exame na Instrução Pública, como era de lei. Matriculou-se então no Colégio Sousa Lobo, onde estudava também Antônio Augusto Borges de Medeiros (futuro presidente do estado de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928).

Em 1877 assentou praça no 12º Batalhão de Infantaria, sediado em Porto Alegre. No ano seguinte, matriculou-se na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo (RS), de onde saiu alferes-aluno em 1882 com o curso das três armas. No início de 1883, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do Império, sendo promovido a segundo-tenente em setembro do mesmo ano. Em 1884 concluiu o curso de engenharia militar, recebendo ao mesmo tempo o grau de bacharel em matemática e ciências físicas.

DO RIO GRANDE DO SUL À CAPITAL FEDERAL (1885-1911)

Classificado como oficial no batalhão de engenheiros encarregado da construção de quartéis e fortificações no Rio Grande do Sul, foi nomeado secretário da unidade logo ao apresentar-se. Embora engenheiro, pertencia à arma de artilharia e ao efetivo do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, sediado em São Gabriel (RS), e em 1886 foi requisitado por aquela unidade.

Em janeiro de 1887, casou-se com Leontina Damasceno Vilela em Uruguaiana, onde servia em um destacamento. Retornou em junho a São Gabriel, reintegrando-se a seu regimento. Promovido a primeiro-tenente em dezembro de 1888, foi classificado no Corpo de Estado-Maior de Primeira Classe, no Rio, mas deixou de seguir para a capital em função de interesses familiares. Foi então transferido para a guarnição de fronteira de Uruguaiana, assumindo as funções de secretário da unidade.

Encontrava-se nesse posto quando ocorreu a proclamação da República (15/11/1889). Embora simpatizasse com a causa republicana, sua participação política resumira-se até então à adesão a um clube de propaganda republicana em São Borja (RS) em 1885. Promovido a capitão em maio de 1890, transferido logo depois para o Corpo de Engenheiros, nomeado membro da Comissão de Engenharia Militar do Rio Grande do Sul e designado para fiscalizar obras em Uruguaiana, decidiu afastar-se da carreira militar e ingressar na política partidária. Filiou-se assim ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e foi eleito deputado estadual. Desse modo, foi um dos signatários da primeira Constituição republicana do Rio Grande do Sul (14/7/1891), conhecida como Constituição de Júlio de Castilhos em alusão ao então presidente do estado e líder do PRR, que exerceu influência determinante na elaboração da Carta.

Quando da dissolução do Congresso Nacional pelo presidente Deodoro da Fonseca em 3 de novembro de 1891, Júlio de Castilhos apoiou o ato do presidente da República e prometeu manter a ordem no Rio Grande do Sul. Entretanto, várias unidades militares sediadas no estado pronunciaram-se contra a ditadura de Deodoro, rebelando-se. Contingentes armados depuseram autoridades ligadas a Júlio de Castilhos, que por sua vez tentou recuar e fez divulgar um abaixo-assinado, firmado pelos deputados a ele fiéis, discordando do golpe de Deodoro. Setembrino de Carvalho foi um dos signatários do documento, que, entretanto, não valeu a Júlio de Castilhos a consolidação no poder estadual. As manifestações contra Deodoro recrudesceram, em 11 de novembro os deputados estaduais se pronunciaram, e no dia seguinte Júlio de Castilhos foi deposto. O próprio Deodoro também renunciou ao governo federal em 23 de dezembro de 1891, transferindo-o para o vice-presidente Floriano Peixoto. Desencantado com a política, Setembrino de Carvalho retornou ao Exército, como engenheiro do 6º Distrito de Obras Militares.

Em fevereiro de 1893, logo após a recondução de Júlio de Castilhos à presidência do estado, eclodiu no Rio Grande do Sul um conflito armado entre os republicanos castilhistas e os federalistas (“maragatos”), opositores tanto do governo estadual de Júlio de Castilhos como do governo federal de Floriano Peixoto, que apoiava o Executivo gaúcho. Conhecida como Revolução Federalista, a conflagração envolveu amplas forças militares locais e se

alastrou pelos estados de Santa Catarina e Paraná, além de contar durante certo tempo com a adesão dos remanescentes da Revolta da Armada, iniciada em setembro de 1893 no Rio de Janeiro. Em agosto de 1895, o conflito seria debelado com a vitória dos republicanos.

Pouco depois do início do conflito, Setembrino de Carvalho assumiu o comando do batalhão de infantaria “Defensores da República”, organizado para defender a cidade de Uruguaiana das tropas federalistas. Em seguida, teve participação destacada no combate de Itanhandu e ocupou o posto de tenente-coronel em comissão na brigada do coronel Hipólito Antônio Ribeiro. Licenciado para tratamento de saúde em fevereiro de 1894, não retornou porém à Divisão Oeste, à qual pertencia sua brigada, devido a um desentendimento com o coronel Hipólito durante a campanha.

Promovido a major em dezembro de 1900, foi nomeado fiscal do 2º Batalhão de Engenharia, sediado em Rio Pardo. Por iniciativa sua, o batalhão foi encarregado de construir a estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana. Em abril de 1906 foi promovido a tenente-coronel e substituiu, primeiro interinamente e depois como efetivo, o tenente-coronel Bento Ribeiro no comando do 2º BE. Em outubro de 1906, a construção da estrada de ferro passou, por contrato, a uma empresa belga, e o batalhão recolheu-se à sua sede em Rio Pardo. A incumbência seguinte do 2º BE foi a construção do ramal Cruz Alta-Ijuí, cujo trecho entre Cruz Alta e Faxinal foi inaugurado em 1910. Setembrino de Carvalho trabalhou ainda na construção do ramal entre São Borja e São Luís e na linha telegráfica São Vicente-Santiago do Boqueirão, sempre no Rio Grande do Sul.

Em 1910, o marechal Hermes da Fonseca, candidato à presidência da República, visitou os trabalhos realizados pelo 2º BE no trecho Cruz Alta-Ijuí, e lá ficou conhecendo Setembrino de Carvalho. Impressionado com o que viu, depois de eleito e empossado insistiu com o comandante para que viesse para a capital federal. Assim, em 15 de novembro de 1911, depois de 25 anos de serviços prestados no interior do Rio Grande do Sul, o tenente-coronel Setembrino assumiu a chefia de gabinete do ministro da Guerra, general Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto. Promovido a coronel no mesmo mês, manteve-se no cargo quando o ministro foi substituído pelo general Vespasiano Gonçalves de Albuquerque (30/3/1912).

INTERVENTOR NO CEARÁ (1914)

Foram frequentes no governo do marechal Hermes as chamadas “salvações nacionais”, intervenções federais em conflitos políticos nos estados, geralmente provocados pela disputa entre grupos locais pelo poder. No Ceará, o tradicional chefe político Antônio Pinto Nogueira Acióli, que presidiu o estado de 1896 a 1900 e novamente a partir de 1904, foi deposto em janeiro de 1912, sendo substituído interinamente pelo vice-presidente Antônio Frederico de Carvalho Mota enquanto era eleito presidente do estado Marcos Franco Rabelo, militar e candidato da oposição. Inconformado com o alijamento do poder de seu líder, o “aciolista” Floro Bartolomeu, “coronel” e chefe político de Juazeiro, no interior do estado, aliou-se ao líder religioso padre Cícero Romão Batista e, em dezembro de 1913, iniciou um movimento armado contra Franco Rabelo que seria chamado de “Sedição de Juazeiro”. Reunindo “coronéis” da região do vale do Cariri e uma multidão faminta, as forças rebeldes avançaram sobre Fortaleza, ocupando boa parte do estado.

A fim de restabelecer a ordem no Ceará, o governo federal para lá enviou o general Carlos Frederico de Mesquita e, depois, o general Lino de Oliveira Ramos. Entretanto, as duas missões fracassaram. Em março de 1914, diante do extremo agravamento da crise, o coronel Setembrino foi mandado ao estado, na qualidade de comandante da 4ª Região Militar. Franco Rabelo praticamente não mais governava o Ceará quando Setembrino chegou a Fortaleza.

Nomeado interventor federal com plenos poderes, o coronel Setembrino governou o estado de 15 de março a 24 de junho de 1914. Manteve encontros com o padre Cícero, conseguindo apaziguá-lo e fazer com que voltasse para Juazeiro, e encerrou sua missão passando o governo ao coronel de engenharia Benjamin Liberato Barroso. Promovido a general de brigada desde abril, seu êxito valeu-lhe vários convites para cargos e comissões, inclusive a oferta de uma cadeira de senador pelo Ceará, mas recusou todas as propostas.

A CAMPANHA DO CONTESTADO (1914-1915)

De volta ao Rio, o general Setembrino ficou adido ao Departamento de Guerra sem comissão específica, mas se encontrava diariamente com o ministro da Guerra, Vespasiano de Albuquerque, de quem era amigo. Em fins de agosto, o ministro o convocou para cuidar da pacificação da luta nos campos de Palmas, área limítrofe reivindicada pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Conhecido como Guerra do Contestado, o conflito originara-se de

uma disputa entre latifundiários paranaenses e catarinenses por terras para a criação de gado, e vinha desde 1840. Após a instalação da República a situação se agravara, pois passou para a competência dos estados o direito de concessão de terras devolutas, o que se deu em grande escala na área contestada. Com essas concessões, companhias estrangeiras puderam penetrar na área para construir uma estrada de ferro e instalar serrarias e colônias.

Visando a afirmar seu domínio sobre a região, os dois estados concediam terras, fundavam vilas e criavam municípios. O governo paranaense fez amplas concessões de terras à Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e à sua subsidiária Lumber, empresas estrangeiras. As atividades madeireiras da Lumber provocaram, inclusive, a desorganização e a falência econômica dos pequenos industriais madeireiros da região.

Em meio a essa situação, surgiram no meio sertanejo da região “santos milagreiros”, líderes religiosos que, além da pregação da fé, ministravam cuidados e remédios a uma população desesperada pela miséria. Desde 1910 vinham-se desenvolvendo na região esses movimentos messiânicos, até que em 1912, sob o comando de José Maria de Agostinho, que os relatos históricos qualificam de “monge”, foi organizado um “pequeno exército” em Taquaruçu (SC). Acusados de pretender a restauração da monarquia, os “fanáticos” tornaram-se alvo do governo, que enviou forças do Exército para desalojá-los. Entre 1912 e 1914, seis expedições foram enviadas contra os rebeldes, sem resultado.

Em setembro de 1914, no cargo de inspetor da XI Região de Inspeção Permanente do Exército, o general Setembrino assumiu o comando das ações militares de repressão. À frente de sete mil homens, tentou ainda parlamentar com os rebeldes antes de iniciar as operações de guerra, prometendo que lhes seriam garantidos meios de subsistência até que o governo do Paraná lhes concedesse terras, passando inclusive títulos de propriedade. Entretanto, a tentativa de pacificação fracassou, e o general Setembrino deu início às operações bélicas, auxiliado por dois aviões de reconhecimento: pela primeira vez, utilizavam-se no Brasil aviões em ações militares.

Adotando nova tática, ao cabo de vários encontros e escaramuças o general conseguiu cercar os sertanejos em janeiro de 1915. Entretanto, nem todos se renderam. Só em dezembro, após o cerco e a destruição da cidade santa de São Pedro, é que cessou a campanha do Contestado, com a morte de todos os líderes do movimento messiânico, exceto um único, Adeodato Manuel Ramos, aprisionado em Canoinhas em agosto de 1916.

De volta ao Rio, o general Setembrino foi nomeado inspetor dos Serviços Administrativos do Exército (decreto de 23 de junho de 1915), denominação mudada pouco depois para diretor de Administração da Guerra. Em 1916, elegeu-se pela primeira vez para a presidência do Clube Militar. Promovido a general de divisão em janeiro de 1918, assumiu o comando da 2ª Divisão do Exército, com sede em Niterói. Com a nova divisão territorial do Exército, foi encarregado de organizar a 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora (MG) e compreendendo os estados de Minas Gerais e Goiás.

O 5 DE JULHO DE 1922

Durante a sucessão de Epitácio Pessoa em 1922, o general Setembrino impôs a seus comandados rigorosa disciplina, e sua região foi a única onde não houve pronunciamentos políticos por parte dos militares. Ele próprio, contudo, mantendo contatos oficiais com o presidente de Minas Gerais, Artur Bernardes, um dos candidatos à presidência da República, tomou posição frente à questão sucessória. Quando as forças armadas se dividiram em relação ao episódio das chamadas “cartas falsas,” manifestou seu apoio a Bernardes, apontado como o autor das cartas ofensivas aos militares. Apesar de tudo, em março de 1922, Bernardes foi eleito.

No dia 1º de julho de 1922, o general Setembrino foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército (EME) pelo presidente Epitácio Pessoa. No dia 4 do mesmo mês, seguiu para o Rio de Janeiro a fim de assistir ao aniversário de uma filha. Encontrava-se assim na capital federal quando, na madrugada do dia 5, eclodiu o levante do forte de Copacabana, bem como da Escola Militar e de efetivos da Vila Militar, em protesto contra a eleição de Bernardes e contra as punições impostas por Epitácio Pessoa aos militares (fechamento do Clube Militar e prisão do marechal Hermes da Fonseca). Também em Mato Grosso ocorreu um levante no mesmo dia.

O general Setembrino foi então chamado para exercer suas novas funções, cabendo-lhe tomar todas as providências, já que o general Manuel Lopes Carneiro da Fontoura, comandante da 1ª Região Militar, não havia sido encontrado. Sem contar com informações precisas sobre os revoltosos da Escola Militar, que, segundo se dizia, marchavam em direção ao centro da cidade, dirigiu-se para Realengo a fim de tomar contato com a situação. Entretanto, quando lá chegou, a rebelião já estava controlada, e os alunos se

havia rendido.

Instalando-se no quartel-general, o chefe do EME organizou e comandou a repressão aos focos revoltosos que ainda restavam. O movimento rebelde terminou com o combate na avenida Atlântica, em Copacabana, envolvendo os chamados 18 do Forte (na realidade, apenas 11 pessoas), quase todos mortos.

MINISTRO DA GUERRA

Em novembro de 1922, Artur Bernardes assumiu a presidência da República e designou o general Setembrino para o Ministério da Guerra. Em 1923, este foi novamente eleito presidente do Clube Militar, prova da consolidação de seu prestígio no seio do Exército.

Ainda em 1923, eclodiu no Rio Grande do Sul novo conflito armado, devido à reeleição de Borges de Medeiros (novembro de 1922) para ocupar pela quinta vez a presidência do estado. A oposição, composta de federalistas e democratas, reunira-se na Aliança Libertadora, lançara a candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil e, findo pleito, alegou ter havido fraude. No mesmo dia da posse de Borges (25/1/1923), estourou a revolução.

Em abril, Artur Bernardes enviou a Porto Alegre Augusto Tavares de Lira, ministro do Tribunal de Contas da União e ex-ministro da Justiça, para discutir o armistício. Ciente de que Borges de Medeiros aceitaria todas as condições, Bernardes não se apressou em resolver a questão, deixando esgotar-se a resistência ao presidente gaúcho. Entrementes, ficaram em suspenso os resultados positivos da missão Tavares de Lira, enquanto se agravava o conflito em todo o estado.

Só em outubro de 1923 Bernardes julgou adequado enviar novo emissário ao Rio Grande do Sul, encarregando da missão o ministro Setembrino de Carvalho. Embora fosse gaúcho, Setembrino estava afastado havia mais de 20 anos das lutas partidárias de seu estado. Recebida a incumbência, procurou ouvir Assis Brasil, que se encontrava no Rio. O chefe libertador afirmou-lhe que a aspiração suprema das oposições era a renúncia do presidente do estado, ao que o general Setembrino respondeu fazendo-o ver que tal renúncia não poderia ser objeto de cogitações, já que o governo federal reconheceria a legitimidade das eleições, sendo essa a razão pela qual apoiava o governo de Borges de Medeiros.

Antes de rumar para o Rio Grande do Sul, o ministro da Guerra avistou-se ainda com os

deputados Nabuco de Gouveia e João Simplício de Carvalho, representante do partido de Borges (o PRR) na Câmara. Os deputados, cientes das intenções de Bernardes, já vinham interferindo oficiosamente no desenvolvimento da situação, procurando promover um entendimento entre as partes que, mediante concessões recíprocas, transformasse o conflito armado em combate político.

Logo que chegou ao estado conflagrado, o general Setembrino procurou travar contato com os chefes militares a fim de poder avaliar o estado das forças em luta. Constatou então que o ânimo dos libertadores se achava abalado depois das várias derrotas militares que haviam sofrido. Ciente das reivindicações e da fraqueza dos libertadores, procurou Borges de Medeiros em Porto Alegre. Em 2 de novembro, realizou-se a primeira conferência no palácio do governo. O ministro da Guerra deixou claro que o governo federal havia reconhecido a legitimidade da eleição de Borges de Medeiros, e encareceu a necessidade de um armistício, que conseguiu fazer vigorar a partir do dia 7.

Nas conferências posteriores ao armistício, o maior entrave à paz era a decisão da forma de escolha do vice-presidente do estado. Borges de Medeiros, apoiando-se na Constituição gaúcha de 1891, pregava que o vice-presidente deveria ser escolhido pelo presidente do estado. Temia que a realização de eleições para preencher o cargo pudesse provocar a derrocada da Constituição estadual, acarretando finalmente a ampliação dos poderes da Câmara dos Deputados gaúcha e, por conseguinte, a redução dos poderes do presidente do estado.

Depois de vários outros encontros e discussões, as partes litigantes assinaram no dia 14 de dezembro, na estância de Assis Brasil, em Pedras Altas (RS), o acordo de paz que ficou conhecido como Pacto de Pedras Altas. Pondo fim à luta entre republicanos e libertadores, o pacto previa que Borges permaneceria no governo, mas que a Constituição gaúcha seria alterada, não mais permitindo aos presidentes a reeleição e nem a nomeação dos vice-presidentes do estado.

Ainda em dezembro, foi denunciada a existência de um plano articulado por jovens oficiais revolucionários visando à detenção do general Setembrino no Paraná, quando voltasse do Rio Grande do Sul. O sequestro do general seria o sinal para o levante de guarnições sediadas no Paraná e na capital da República. Entretanto, com a denúncia, o oficial encarregado de executar a ação, tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, futuro

interventor no Pará e governador do estado, foi preso no dia 25, sendo recambiado para Manaus, onde servia.

Promovido a marechal em abril de 1924, o ministro Setembrino dedicou-se ao reforço de sua posição no seio do Exército até o dia 5 de julho, quando eclodiu novo movimento revolucionário, com focos em São Paulo, no Amazonas e em Sergipe. Rapidamente dominado nestes dois últimos estados, o movimento assumiu maior dimensão em São Paulo. Comandados pelo general Isidoro Dias Lopes, os revoltosos ocuparam a capital do estado por três semanas, abandonando-a depois e rumando para o interior.

O ministro da Guerra acompanhou de perto a repressão ao movimento paulista. No dia 11 de julho, lançou o manifesto *Ao povo de São Paulo*, no qual pedia a volta à ordem, e no dia 18, enquanto os rebeldes ainda ocupavam a capital do estado, publicou um segundo manifesto, intitulado *Camaradas*, dirigido aos praças envolvidos na revolta: pedia-lhes que se apresentassem ao comando da divisão das tropas legais, onde seriam isentos da culpa. Em abril de 1925, os rebeldes que se haviam deslocado para o interior juntaram-se no oeste do Paraná ao contingente que se sublevara no Rio Grande do Sul em outubro do ano anterior, formando a Coluna Miguel Costa-Prestes.

Na pasta da Guerra, que ocupou até o fim do governo de Artur Bernardes (15/11/1926), Setembrino muito fez pelo reaparelhamento militar do país. Por ocasião do início dos entendimentos para a indicação do candidato à sucessão de Bernardes, em 1925, seu nome chegou a ser lembrado em Recife, em oposição ao do candidato oficial, Washington Luís. Entretanto, não autorizou o lançamento de sua candidatura e, através de uma carta publicada no jornal *A Notícia*, prestou seu apoio a Washington Luís.

Após deixar o ministério, o marechal Setembrino afastou-se da vida pública.

Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de maio de 1947.

Tinha oito filhos. A primogênita, Zaida, casou-se com o general Francisco Ramos de Andrade Neves, chefe do Estado-Maior do Exército de 1930 a 1931.

De sua autoria, foram publicados: *A pacificação do Rio Grande do Sul; documentos mandados publicar pelo general Setembrino de Carvalho* (1923) e *Memórias: dados para a história do Brasil* (1950). Seu arquivo pessoal encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação

Getúlio Vargas. Sobre ele, Félix Pacheco escreveu *A pacificação do Rio Grande do Sul e o general Setembrino de Carvalho* (1924).

Robert Pechman

FONTES: ARQ. SETEMBRINO DE CARVALHO; CARNEIRO, G. *Revolucionário*; CARONE, E. *República velha*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORREIA, A. *Rebelião*; *Correio do Povo* (24/4/1961); FUND. GETULIO VARGAS. *Guia*; *Grande encic. Delta*; LOVE, J. *Regionalismo*; *Novo dic. de história*; SILVA, H. 1922.

CARVALHO, ÚLTIMO DE

*rev. 1930; dep. fed. MG 1955-1971.

Último de Carvalho nasceu em Juiz de Fora (MG) no dia 19 de dezembro de 1899, filho de Manuel Borges de Carvalho e de Josefina Santos de Carvalho. Seu pai foi proprietário agrícola em Paraíba do Sul (RJ) e posteriormente funcionário municipal e estadual em Belo Horizonte, e sua mãe, professora primária rural.

Sua formação escolar foi feita em Belo Horizonte: o curso primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, e o secundário num ginásio estadual. Em 1918 trabalhou como servente na Secretaria de Agricultura da capital mineira e em 1922 formou-se pela Escola de Agronomia e Veterinária da mesma cidade. Em 1925 tornou-se engenheiro topógrafo pela escola onde se havia formado em veterinária, exercendo depois a atividade de agrimensor independente em Juiz de Fora e na cidade de Rio Pomba (MG).

Por interferência de seu irmão, Menelique de Carvalho, delegado de polícia em Juiz de Fora, foi encarregado pelos articuladores da Revolução de 1930 naquela cidade de controlar o único rádio transmissor de Rio Pomba de que se poderiam servir os revolucionários. Foi comissionado pelos chefes do movimento em Minas Gerais no comando militar de Juiz de Fora, onde organizou um batalhão de civis mal armados, a que denominou Batalhão Odilon Braga, com a missão de resistir a qualquer investida do 11º Regimento de Infantaria, sediado naquele município. Com a vitória da revolução, recebeu as chaves da cidade, como representante dos revolucionários. Na ocasião, foi comissionado no posto de primeiro-tenente honorário da Polícia Militar mineira, por dedicação e bravura.

Retornou em seguida à atividade de agrimensor, mas em 1931 foi nomeado tabelião em Rio Novo (MG) e Rio Pomba, onde se radicou e organizou seu reduto político. No ano seguinte tornou-se médico veterinário da Secretaria de Agricultura de Belo Horizonte e, em 1933, engenheiro topógrafo da mesma secretaria.

Eleito vereador à Câmara Municipal de Rio Pomba em 1936, integrou o diretório municipal da União Democrática Brasileira (UDB) — agremiação política fundada no Rio de Janeiro em junho de 1937 por Armando de Sales Oliveira, para patrocinar sua candidatura à presidência da República nas eleições de 1938. Com o advento do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, e o fechamento de todos os órgãos legislativos do país, teve seu mandato interrompido e sua atividade política prejudicada em consequência da extinção da

UDB.

Tentou retomar o trabalho de agrimensor, mas, em face da dificuldade de obter serviço na área, passou a fazer corretagem de seguros de vida para a Companhia Sul América, em Rio Pomba e em Juiz de Fora. Continuou também a exercer o tabelionato em Rio Novo e Rio Pomba até 1945. Nos primeiros meses desse ano, em pleno processo de desagregação do Estado Novo, foi incumbido pelo interventor Benedito Valadares de organizar, em Rio Pomba, o diretório do Partido Social Democrático (PSD), criado em abril de 1945 sob inspiração de Vargas. Após a deposição do presidente pelos chefes militares (29/10/1945), assumiu a prefeitura da cidade. No ano seguinte, organizou a Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL), no Rio de Janeiro, tornando-se seu primeiro diretor comercial. Em janeiro de 1947, candidatou-se à Assembleia Constituinte de Minas Gerais na legenda do PSD, e obteve a segunda suplência. Em julho, foi convocado para ocupar a vaga do deputado Whady José Nassif, o que lhe permitiu ser um dos signatários da nova Constituição mineira, promulgada no dia 14 daquele mês. Em julho de 1949, o deputado Nassif retornou à Assembleia Legislativa, mas Último de Carvalho permaneceu no exercício do mandato, substituindo então o deputado José Ribeiro Pena, que se elegera vice-governador do estado.

Em 1950 foi eleito deputado estadual em Minas Gerais, ainda na legenda do PSD, e em outubro de 1954 foi eleito deputado federal. Em dezembro desse ano, ao ser nomeado tabelião em Belo Horizonte, renunciou ao mandato na Assembleia Legislativa mineira, e em fevereiro de 1955 ocupou sua cadeira na Câmara dos Deputados. No período que se seguiu, participou de gestões junto ao então governador de Minas, Juscelino Kubitschek, para que concedesse as verbas necessárias à reabertura da Escola de Medicina de Juiz de Fora e à criação da Escola de Belas-Artes. Esta última, entretanto, não chegou a se concretizar.

No dia 11 de novembro de 1955, um movimento militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, visando, segundo seus promotores, a barrar uma conspiração em curso para impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek, afastou do poder o presidente em exercício Carlos Luz e colocou na chefia do governo Nereu Ramos, vice-presidente do Senado. Nesse episódio, Último de Carvalho solidarizou-se com Lott, participando das votações que declararam o impedimento de

Carlos Luz, no próprio dia 11, e de Café Filho, no dia 22.

Em agosto de 1956, já empossado o presidente Kubitschek, Útimo de Carvalho levou à Câmara dos Deputados uma relação de militares supostamente comunistas, que ocupavam posições de comando no Exército. O deputado Raimundo Padilha serviu-se desse documento para pronunciar um violento discurso contra o general Lott, titular da pasta da Guerra, responsabilizando-o pela presença de tais oficiais nos cargos mencionados. No final de 1956, os jornalistas políticos credenciados junto à Câmara elegeram Útimo de Carvalho um dos 20 deputados mais eficientes do ano.

Nesse período, participou de negociações com empresários japoneses do ramo siderúrgico visando à criação das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas), empresa de economia mista fundada em 1956 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com a colaboração de capitais japoneses, do Tesouro Nacional, do governo de Minas Gerais, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e de diversos particulares, para produzir coque, sinter, gusa, aço em lingotes e chapas, sobretudo para a indústria naval.

Reeleito em outubro de 1958, sempre na legenda do PSD, em abril de 1960 mudou-se para Brasília, tornando-se o primeiro deputado a instalar-se na nova capital. Imediatamente organizou um comitê eleitoral em favor da candidatura do general Lott à presidência da República e, como coordenador da campanha, viajou pelo Brasil integrando a Caravana Nacional Lott-Jango (João Goulart). Através de sucessivos discursos, concitou seus correligionários do PSD a se unirem em torno da chapa. Em 3 de outubro, João Goulart, lançado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito vice-presidente, enquanto Jânio Quadros, candidato da chapa adversária lançado pela União Democrática Nacional (UDN), foi eleito presidente.

Em março de 1961, Útimo de Carvalho foi eleito vice-líder da maioria e de seu partido. Quando, em 25 de agosto daquele ano, Jânio Quadros renunciou, congratulou-se com a nação pela renúncia do presidente e, durante a crise que se seguiu, gerada pelo veto dos ministros militares à posse do vice-presidente constitucional, votou pela adoção do regime parlamentarista como fórmula capaz de solucionar o impasse criado. O parlamentarismo foi adotado através da Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, e no dia 7 João Goulart foi empossado na presidência da República. Posteriormente, Útimo de Carvalho passou a opor-se ao governo Goulart, por considerá-lo radical, e tornou-se um dos mais

candentes críticos da reforma agrária preconizada pelo presidente, alegando que era de inspiração comunista e que o vírus do reformismo atacara o palácio da Alvorada.

Em outubro de 1962, reelegeu-se mais uma vez deputado federal, sempre na legenda do PSD. Em junho de 1963, tornou-se líder da bancada de seu partido na Câmara e participou ativamente do crescente movimento de oposição a João Goulart. Em 31 de março de 1964, um movimento político-militar depôs o presidente. Entre 2 e 15 de abril, o país ficou sob a presidência formal do deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, e o poder de fato passou a ser exercido por uma junta militar autodenominada Comando Supremo da Revolução, constituída pelo general Artur da Costa e Silva, pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e pelo almirante Augusto Rademaker. Na ocasião, como líder da bancada mineira do PSD na Câmara, Útimo de Carvalho leu o *Manifesto da mulher democrata ao Congresso Nacional*, documento originário da Legião Nacional da Marcha Família com Deus pela Liberdade, assinado por cerca de mil mulheres. O movimento foi um dos principais instrumentos de mobilização popular contra o governo Goulart. No dia 15 de abril, foi empossado na presidência da República o marechal Humberto Castelo Branco, eleito no dia 11 pelo Congresso, de conformidade com o Ato Institucional nº 1, editado pela junta militar em 9 de abril.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, Útimo de Carvalho, juntamente com a maioria de integrantes do ex-PSD e da ex-UDN, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), de orientação governista. Tornando-se amigo do marechal Costa e Silva, apoiou sua indicação para a presidência da República em substituição a Castelo Branco. Em 1966, reelegeu-se na legenda da Arena, e de 1967 a 1970 foi vice-líder de seu partido na Câmara. Em novembro de 1970, compôs como suplente de senador a chapa da Arena mineira que tinha como titular José de Magalhães Pinto. Em fevereiro de 1971, encerrou seu mandato de deputado federal.

Em agosto de 1973, já afastado da vida pública, lançou seu livro de memórias *Antes que eu me esqueça*. Na oportunidade, em entrevista à imprensa, criticou o regime vigente — sem, no entanto, admitir o retorno à Constituição de 1946 — e a tecnocracia que, a seu ver, não tinha capacidade para gerir a nação, atividade própria dos políticos. Defendeu, como fatores essenciais à normalização democrática do país, a liberdade de imprensa e a participação dos

parlamentares na elaboração orçamentária.

Faleceu em Brasília no dia 26 de agosto de 1980.

Era casado com Hilda Reis Santos de Carvalho, com quem teve cinco filhos.

Publicou, além da obra já citada, o romance *Cidália* (1976) e *Rei Netuno na serra dos perdidos*.

Seu arquivo encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), da Fundação Getúlio Vargas.

FONTES: CABRAL, C. *Tempos*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Anais* (1964-3); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1963-1967, 1967-1971); CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; CARVALHO, U. *Antes*; COHN, G. *Petróleo*; COUTINHO, A. *Brasil*; *Globo* (27/8/1980); INF. BIOG.; *Jornal do Brasil* (7/2/1964, 1/9/1973, 4/1, 8/10/1979, 27/8/1980); KUBITSCHKE, J. *Meu* (3); MACEDO, M. *Aspectos*; MONTEIRO, N. *Dicionário biográfico*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); SILVA, H. 1964; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados*; VIANA FILHO, L. *Governo*.

CASADO, PLÍNIO

*dep. fed. RS 1897-1899 e 1924-1930; interv. RJ 1930-1931; min. STF 1931-1938.

Plínio de Castro Casado nasceu em Porto Alegre no dia 30 de setembro de 1870, filho do major Manuel Bento da Fontoura Casado e de Adelaide Barreto de Castro Casado.

Estudou nos colégios Gomes e Sousa Lobo e no Seminário Episcopal de Porto Alegre, e depois seguiu para São Paulo, onde se matriculou na Faculdade de Direito em 1886. Proclamada a República (15/11/1889), obteve nomeação para a secretaria da Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Ali exerceu a função de amanuense, de fevereiro de 1890 a março de 1891. Em seguida, foi nomeado promotor público de São João do Monte Negro, atual Montenegro (RS). Permaneceu no cargo até novembro de 1891, quando retornou a São Paulo a fim de concluir o curso de direito. Bacharelou-se em dezembro de 1892 e regressou ao estado natal. De 1893 a 1896, foi promotor público de Porto Alegre.

Em 1897, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Federalista. Findo o mandato em 1899, no ano seguinte passou a se dedicar à advocacia em Porto Alegre e de abril a dezembro foi assessor jurídico da prefeitura da cidade. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre, cuja direção chegou a assumir interinamente. Na qualidade de professor catedrático, regeu, durante 20 anos, a cadeira de direito público e constitucional. Em caráter interino, ocupou algumas vezes as cadeiras de direito penal, direito internacional público e direito administrativo. Entre seus alunos destacaram-se João Neves da Fontoura e Getúlio Vargas, de quem viria a tornar-se amigo pessoal.

Em maio de 1921, Casado mostrou-se solidário a Antônio Augusto Borges de Medeiros, chefe do governo estadual, quando este negou o apoio do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) à candidatura de Artur Bernardes à presidência da República e preferiu apoiar a candidatura Nilo Peçanha. Na ocasião discursou em nome da população de Porto Alegre em manifestação pública de aprovação da atitude do presidente gaúcho. No entanto, em 1923 apontou fraudes e corrupções no governo de Borges de Medeiros para, ao lado de outros, reivindicar a impugnação do pleito em que, pela quinta vez, Borges se leu presidente do estado. A animosidade contra a recondução de Borges de Medeiros ao poder

culminou com a luta armada que opôs libertadores a republicanos.

Eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1924 na legenda da Aliança Libertadora, e reeleito em 1927 e 1930, foi líder da oposição nos governos Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930). Assim, já em novembro de 1924, em nome da representação de seu partido na Câmara, manifestou-se a favor dos revolucionários que haviam ocupado São Paulo em julho, reclamou a anistia como medida política e lastimou a aliança efetuada entre Borges de Medeiros e Artur Bernardes no combate aos revoltosos. Em 1928, quando se tornou público que Júlio Prestes, então presidente de São Paulo, seria o candidato de Washington Luís à sucessão presidencial, Plínio Casado e João Batista Luzardo foram sondados pelos republicanos mineiros Afrânio de Melo Franco e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, este presidente de Minas Gerais, sobre o possível apoio do Partido Libertador (PL) gaúcho ao republicano Getúlio Vargas, como forma de impedir o advento de uma segunda presidência paulista. Segundo os políticos mineiros, Vargas deveria ser apontado não apenas por um partido, mas sim pelo estado, para evitar que o governo central, aliando-se ao partido contrário, anulasse sua candidatura. Batista Luzardo foi credenciado a expor o plano a Joaquim Francisco de Assis Brasil, líder do PL, e este, convencido da relevância de tais articulações, decidiu aliar-se ao PRR, liderado por Borges de Medeiros, seu antigo opositor político. Em setembro de 1929, Casado explicou na tribuna da Câmara as origens e os propósitos da Frente Única Gaúcha (FUG), que reuniu o PL e o PRR e serviu de base para a organização da Aliança Liberal no Rio Grande do Sul.

Ao lado de Evaristo de Moraes, Plínio Casado advogou em defesa do deputado pelo Rio Grande do Sul Ildefonso Simões Lopes, que em 26 de dezembro de 1929 assassinou na Câmara o representante pernambucano Manuel Francisco de Sousa Filho. O mandatário gaúcho afirmava ter agido em legítima defesa de seu filho, Luís Simões Lopes, evitando que ele fosse apunhalado por Sousa Filho. O tribunal encarregado do julgamento acatou essa alegação, e em agosto do ano seguinte o absolveu.

Em outubro de 1930, eclodiu a revolução articulada pelos aliancistas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, com o fim de impedir que Júlio Prestes, candidato vitorioso nas eleições, assumisse a presidência da República. Vitorioso o movimento (24/10/1930), Plínio Casado foi empossado em 29 de outubro governador provisório do estado do Rio de Janeiro. Com a ascensão de Vargas ao poder em 3 de novembro, foi confirmado no cargo

em 14 de novembro, como interventor federal. Tal nomeação, entretanto, efetuou-se por imposição da ala revolucionária tenentista, liderada por Osvaldo Aranha, contra a vontade de elementos do estado. Estes só a aceitaram em caráter provisório, certos de que o fluminense Maurício de Lacerda, também revolucionário, viria a assumir posteriormente a interventoria.

O desconhecimento dos problemas locais revelado por Plínio Casado prejudicou sua administração e acirrou ainda mais os ânimos de seus opositores, que, em fevereiro de 1931, articularam um golpe armado com vistas à sua deposição. Submetido a tais pressões políticas e diante da possibilidade de assumir uma vaga que se abria no Supremo Tribunal Federal (STF), Casado pediu exoneração e em 30 de maio deixou a interventoria fluminense, onde foi substituído pelo general João de Deus Mena Barreto. Pouco depois, em 1º de junho, obteve a nomeação para o STF. No tribunal, exerceu durante um ano a presidência da primeira turma julgadora, constituída pelos ministros João Martins de Carvalho Mourão, Laudo Ferreira de Camargo, Otávio Kelly e Manuel da Costa Manso. Entre os julgamentos de que participou, destaca-se o de 20 de julho de 1936, relativo ao pedido de *habeas-corpus* impetrado por João Mangabeira em favor de si próprio e de outros acusados de envolvimento na Revolta Comunista de novembro de 1935. Como os demais ministros, votou contra a concessão do pedido.

Em 1937, foi um dos que se empenharam na realização das eleições presidenciais programadas para janeiro do ano seguinte. Considerando irreversível o processo eleitoral, Casado não via ligação entre uma possível suspensão do pleito e o retorno ao estado de guerra requerido por Vargas e aprovado pelo Congresso em 2 de outubro de 1937.

Permaneceu no STF até ser aposentado compulsoriamente, por limite de idade, por decreto de 1º de outubro de 1938. Dado seu interesse pelas atividades literárias, fundou com alguns escritores a Sociedade José Bonifácio.

Afastado da vida pública, faleceu no Rio de Janeiro em 3 de maio de 1964.

Sílvia Pantoja

FONTES: BALEEIRO, A. *Supremo*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COSTA, E. *Grandes*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*;

LACOMBE, L. *Chefes*; LAGO, L. *Supremo*; MELO, L. *Subsídios*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SOUSA, J. *Índice*.

CASCARDO, HERCULINO

*militar; rev. 1924; rev. 1930; interv. RN 1931-1932; pres. ANL.

Herculino Cascardo nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 2 de janeiro de 1900, filho de Isodoro Cascardo e de Querubina Molinário. Seu pai, comerciante de origem italiana, era adepto de ideias socialistas.

Ingressou na Escola Naval do Rio de Janeiro em maio de 1915, passando a guarda-marinha em fevereiro de 1918 e a segundo-tenente em novembro do mesmo ano. Depois de servir no cruzador *Barroso*, no navio-escola *Benjamim Constant* e nos contratorpedeiros *Pará* e *Paraíba*, foi lotado em julho de 1921 no couraçado *São Paulo*. Promovido a primeiro-tenente em março de 1922, servia ainda no *São Paulo* quando, em julho do mesmo ano, o couraçado bombardeou o forte de Copacabana, no Rio, ocupado por oficiais e soldados insurretos. A revolta, que terminou com a marcha do grupo conhecido como os 18 do Forte de encontro a forças legalistas, iniciou o ciclo de levantes tenentistas da década de 1920.

DE 1924 A 1930

Chefe da seção de tiro do *São Paulo*, o tenente Cascardo participou, em novembro de 1924, da sublevação da guarnição do couraçado. Ante a decisão de não aderir tomada pelos oficiais mais graduados, os quais se recusaram a combater o governo federal, Cascardo ficou sendo o oficial de mais alta patente a bordo e assumiu o comando da embarcação. Ordenou a prisão de parte da guarnição que não havia aderido ao levante, e em seguida o *São Paulo*, acompanhado do torpedeiro *Goiás*, também amotinado, rumou para fora da baía de Guanabara. A reboque, os navios em poder dos rebeldes traziam dois hidroaviões, que entretanto foram afundados pelo fogo da artilharia da costa. O *Goiás*, atingido, rendeu-se, mas o *São Paulo* conseguiu rumar para o Sul, com uma guarnição composta de cerca de seiscentos homens e apenas sete oficiais — Cascardo e mais seis segundos-tenentes. A intenção dos revoltosos era juntar-se às forças, militares e “provisórias”, que se haviam insurgido em outubro no Rio Grande do Sul. Entretanto, as condições climáticas não permitiram que aportassem no litoral gaúcho, e ante a escassez de víveres a bordo seguiram viagem até Montevideú, onde entregaram o navio às autoridades uruguaias, as quais o devolveram sem demora ao governo brasileiro.

No Uruguai, os rebeldes entraram em contato com líderes revoltosos gaúchos. Cascardo e os oficiais que o acompanhavam juntaram-se ao grupo de Júlio de Barros, participando de um combate na localidade uruguaia de Galpones, próxima à fronteira com o Brasil, no dia 11 de dezembro de 1924. Foram derrotados por um destacamento das tropas legalistas, que logo assumiram o controle da situação no Rio Grande do Sul. Permaneceram rebeladas apenas as forças que constituíram a coluna comandada pelo capitão Luís Carlos Prestes, a qual rumou para o Paraná. Lá, em abril de 1925, o grupo reuniu-se aos paulistas que se haviam levantado em julho do ano anterior, formando a Coluna Miguel Costa-Prestes.

Cascardo, que deixara a luta após a derrota sofrida em Galpones, exilou-se na cidade uruguaia de Rivera, onde desenvolveu bem-sucedida atividade de comerciante. Mantinha-se entretanto em contato com os grupos oposicionistas ativos na região da fronteira, e em 1926 aderiu à Coluna Relâmpago, revolta deflagrada numa unidade do Exército em Cruz Alta (RS), sob a liderança dos irmãos Alcides e Néelson Etchegoyen, com a finalidade de impedir a posse do presidente eleito Washington Luís. Todavia, o movimento não recebeu adesões e, isolado, foi vencido em um dia.

Em abril de 1927, Cascardo foi formalmente expulso da Marinha e condenado a 11 anos e oito meses de prisão por sua participação no levante do *São Paulo*. Ainda assim, retornou clandestinamente ao Rio Grande do Sul a tempo de participar das primeiras articulações da conspiração contra Washington Luís, que resultaria na Revolução de 1930. Junto com Osvaldo Aranha, Miguel Costa, João Alberto Lins de Barros, Augusto do Amaral Peixoto — seu companheiro na insurreição do *São Paulo* — e outros, Cascardo integrou o comando revolucionário do Sul, chefiado por Pedro Aurélio de Góis Monteiro, colaborando também na decifração de mensagens em código trocadas pelas forças governistas.

O movimento foi deflagrado no dia 3 de outubro nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, onde obteve as primeiras vitórias. Cascardo permaneceu no Rio Grande, e se encontrava nos aposentos de Góis Monteiro quando este recebeu a notícia da rendição do 7º Batalhão de Caçadores, última unidade do estado fiel ao governo federal. No dia 24 de outubro, Washington Luís foi deposto do Rio de Janeiro, consolidando a vitória da revolução. Cinco dias depois, Cascardo chegou à capital federal acompanhando Osvaldo Aranha e Lindolfo Collor. Foram recepcionados por uma multidão entusiástica e receberam os votos de boas-vindas do general Pantaleão Teles Ferreira, representante da junta militar

que assumiria o poder. No dia 3 de novembro, Getúlio Vargas, investido do título de chefe supremo da revolução, foi empossado na chefia do governo provisório da República.

DURANTE O GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)

Beneficiado pela anistia decretada em novembro e promovido a capitão-tenente, Herculino Cascardo ligou-se a Virgílio de Melo Franco, João Alberto, Juraci Magalhães, Cristóvão Barcelos e outros líderes revolucionários que pretendiam criar um órgão que coordenasse a ação política dos diversos grupos tenentistas. Em maio de 1931, como resultado desse esforço, foi fundado o Clube 3 de Outubro, concebido como embrião de um partido político. Eleito segundo vice-presidente da primeira diretoria do clube, Cascardo exerceu também, entre janeiro e junho de 1931, as funções de oficial de gabinete do ministro da Marinha, almirante Conrado Heck.

Em 11 de julho de 1931, por indicação do Clube 3 de Outubro e por influência de Juarez Távora, principal autoridade revolucionária nas regiões Norte e Nordeste do país, a ponto de ficar conhecido na época como “o vice-rei do Norte”, Cascardo foi nomeado interventor federal no Rio Grande do Norte. Sua administração caracterizou-se pela atenção que dedicou ao emprego do dinheiro público. Criou, por exemplo, a taxa-aluguel de 10% sobre os vencimentos dos funcionários do estado que residissem em imóveis de propriedade pública. Ele mesmo pagava um aluguel pelo uso da Vila Cincinato, residência oficial do chefe do governo estadual. Em 5 de fevereiro de 1932, pediu exoneração do cargo para acompanhar, no Rio, o tratamento de seu filho menor, que sofrera um acidente e estava desenganoado. Foi substituído na interventoria pelo capitão-tenente Bertino Dutra da Silva, igualmente oficial da Marinha.

No Rio, Cascardo participou, no início de julho de 1932, da I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro. Foi eleito para a comissão executiva provisória da agremiação, encarregada dos trabalhos preliminares de instalação de seu conselho nacional e de elaborar as teses que seriam apresentadas ao I Congresso Revolucionário, marcado para novembro. Em seguida, com a deflagração da Revolução Constitucionalista em 9 de julho, foi designado oficial de ligação entre os estados-maiores da Marinha e do Exército, e participou do combate aos rebeldes em Resende (RJ), Guaratinguetá (SP) e outras regiões de São Paulo. Em outubro, os paulistas capitularam, encerrando-se o movimento.

Iniciaram-se logo depois as discussões preparatórias para o Congresso Revolucionário.

Durante esses encontros acentuaram-se as divergências políticas e ideológicas entre as diversas correntes representadas, e o resultado foi o fortalecimento da ala socialista e o afastamento dos representantes da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de inspiração fascista fundada pouco antes pelo escritor paulista Plínio Salgado. O Congresso Revolucionário se realizou em novembro, e nele foi deliberada a criação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e sugerida uma moção — que não foi aprovada —, considerando essa agremiação o polo aglutinador da ideologia revolucionária.

Em fevereiro de 1933, porém, Cascardo desligou-se do Clube 3 de Outubro. Junto à carta que escreveu a Osvaldo Aranha comunicando o fato, enviou cópia do documento que remetera ao conselho nacional da agremiação expondo os motivos de sua demissão do núcleo do Rio Grande do Norte. Afirmava que o programa da entidade não vinha sendo cumprido devido à traição de líderes políticos que procuravam a conciliação com “juristas reacionários”, protelando o debate sobre as principais reformas propostas para o país, como a organização sindical e a intervenção do Estado nos campos social e econômico. Lembrando que, na opinião do próprio clube, tais reformas só se poderiam efetivar sob um regime ditatorial, afirmava que após a vitória alcançada pelo governo provisório sobre a Revolução Constitucionalista (“que se opunha à marcha do socialismo”) impunha-se a adoção de um projeto constitucional capaz de garantir a aplicação dos princípios que haviam regido a Revolução de 1930. Destacando o esforço desenvolvido nesse processo por “nossas massas trabalhadoras”, concluía seu pedido de desligamento reafirmando sua “fé no advento do socialismo”.

Em maio de 1933, o capitão-tenente Cascardo foi dispensado da função de ligação entre os estados-maiores da Marinha e do Exército e se matriculou no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais em Submarinos e Armas Submarinas. Um ano mais tarde (maio de 1934), iniciou curso de especialização sobre o tema na Inglaterra, onde permaneceu até janeiro de 1935. Nesse período, sondou junto à embaixada da União Soviética em Londres a possibilidade de reatamento das relações diplomáticas e comerciais entre esse país e o Brasil, que as havia rompido em 1917. Em agosto de 1934, enviou carta ao presidente Getúlio Vargas prestando contas dessa missão. Aproveitou para registrar sua tristeza ao ver o presidente “definitivamente perdido para a causa que defendíamos”, numa alusão à solução do

impasse institucional do país através da nova Constituição, promulgada um mês antes. Criticava também “a organização do ministério e a volta à política dos grandes estados”.

NA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

Em outubro de 1934, Francisco Mangabeira, Benjamim Soares Cabello, João Cabanas, Roberto Sisson e outros iniciaram a articulação de uma “frente popular” que, baseada na mobilização de massas, combatesse a expansão do fascismo no Brasil — representado pela AIB —, o imperialismo e o latifúndio. Com o crescimento do grupo, as reuniões foram transferidas para a sede do PSB. Integrante da direção desse partido, Cascardo aderiu à articulação que, pouco depois, deu origem à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Assinou a ata de fundação da ANL em 23 de março de 1935, ao lado de Abguar Bastos, Roberto Sisson, Trifino Correia, Henrique Cordeiro Oest, Francisco Moésia Rolim e outros, passando a compor a comissão provisória de organização. Na semana seguinte, foi eleito presidente da ANL durante ato solene realizado no Distrito Federal, e afirmou em seu discurso que o programa da organização não feria a Constituição e poderia ser cumprido dentro da legalidade. A vice-presidência da ANL foi entregue a Carlos Amoreti Osório e a secretaria coube a Francisco Mangabeira.

Durante a solenidade, contra o desejo de Cascardo e de muitos outros aliancistas, o estudante Carlos Lacerda lançou o nome do dirigente comunista Luís Carlos Prestes — então no exílio — para a presidência de honra da ANL, provocando entusiástica aclamação da platéia que, assim, referendou a proposta. Pouco depois, Prestes escreveu a Cascardo comunicando seu ingresso formal na ANL e afirmando que a aclamação de seu nome nos comícios do movimento expressava a grande influência que o então denominado Partido Comunista do Brasil (PCB) exercia no seu interior. Além do PCB e do PSB, a ANL recebeu adesão de outros partidos, numerosos sindicatos de trabalhadores, organizações juvenis e femininas, e experimentou rápido crescimento em todo o país. Seus líderes viajaram para diversos estados divulgando seu programa, recebendo inscrições e organizando o movimento, cabendo a Cascardo, entre outros, percorrer Minas Gerais e São Paulo, onde a ANL formou núcleos em alguns quartéis.

O lançamento da ANL foi seguido de um período de radicalização política. No dia 4 de abril, foi sancionada a primeira Lei de Segurança Nacional da história do país, dando cobertura legal à prisão de opositorista e às frequentes intervenções policiais que

passaram a ocorrer em manifestações aliancistas, e permitindo ainda a apreensão, no dia 21 de abril, do jornal *A Pátria*, simpático à ANL. Além disso, crescia o número de conflitos de rua entre militantes aliancistas e integralistas.

Nesse contexto, a ANL programou manifestações públicas em todo o país para o dia 5 de julho de 1935, em comemoração aos levantes tenentistas de 1922 e 1924. Durante os preparativos, Cascardo foi prevenido de que alguns companheiros seus pretendiam ler, no ato do Distrito Federal, um manifesto redigido por Prestes, o que fez com que se recusasse a comparecer à reunião realizada para deliberar sobre a manifestação. Embora a maioria dos integrantes do diretório nacional da ANL compartilhasse da posição de Cascardo, contrária à divulgação do manifesto, este foi lançado em nome da agremiação no dia 5 de julho, conclamando, em tom insurrecional, à luta pelo poder. O episódio expressou o aumento da influência que o PCB exercia no interior do movimento aliancista.

Em 11 de julho, o governo decretou o fechamento da ANL, a qual, segundo o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, mantinha relações com governos e entidades estrangeiras. Entretanto, no dia seguinte os dirigentes aliancistas afirmaram sua disposição de continuar normalmente com as atividades do movimento, e Cascardo chegou a declarar ao jornal *A Manhã* que desconhecia a medida oficial. Nessa entrevista, acusou Filinto Müller de “difamar a reputação de milhões de brasileiros dedicados de corpo e alma à libertação de sua pátria”, negou enfaticamente as acusações formuladas e ameaçou levar o chefe de polícia aos tribunais.

O fechamento da ANL já era, contudo, um fato consumado. Às 12 horas do dia 13 de julho, a polícia lacrou sua sede central, situada no Distrito Federal, e apreendeu os boletins, cartazes e retrato de Prestes que ali se encontravam. Em seguida foram fechadas também as outras sedes de núcleos e da União Feminina do Brasil.

A INSURREIÇÃO DE 1935

No dia 27 de julho Cascardo embarcou no navio *Afonso Pena* para São Francisco do Sul (SC), onde assumiu a delegacia local da Capitania dos Portos e prosseguiu no trabalho de organização da ANL, deixando o deputado Otávio da Silveira em seu lugar na presidência do movimento. Essa transferência evitou a realização de um duelo entre Cascardo e o redator-chefe do jornal *O Globo*, Roberto Marinho, desafiado em virtude de

comentários considerados ofensivos à ANL e seus membros.

Pressionados pelo fechamento da ANL e entendendo que as condições gerais do país eram favoráveis, os comunistas passaram a defender e preparar a deflagração de um levante armado para derrubar o governo de Getúlio Vargas. Cascardo e outros líderes aliancistas contrários a ações dessa natureza foram mantidos à margem dos preparativos, que resultaram na eclosão, no dia 23 de novembro, de uma insurreição em Natal, inicialmente vitoriosa. Nem mesmo o principal dirigente comunista no Nordeste, Cristiano Cordeiro, estava inteirado dessa iniciativa. No dia 24, Cascardo foi desligado de suas funções no Sul e retornou ao Rio de Janeiro.

Os insurretos detiveram o poder em Natal por apenas quatro dias. Em Recife, houve luta nos dias 24 e 25 de novembro, resultando em nova derrota dos rebeldes, enquanto no Distrito Federal o 3º Regimento de Infantaria e a Escola de Aviação Militar se sublevaram no dia 27, mas foram subjugados em poucas horas. Seguiu-se a esses fatos uma violenta onda de repressão em todo o país, com a prisão de milhares de opositores de todos os matizes políticos. Entre eles estava Cascardo, que em seu depoimento à polícia do Distrito Federal procurou eximir-se, e à ANL, de quaisquer responsabilidades pelo levante. Contra ele, entretanto, pesavam acusações de ter participado de movimentos operários em Santa Catarina e de ter promovido a inscrição na ANL da maior parte dos estivadores da região onde trabalhava, estendendo sua ação aos trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Segundo a polícia, Cascardo teria sido o autor da tabela de salário reivindicada inicialmente pelos estivadores de São Francisco do Sul e assumida depois pelos trabalhadores na estiva dos portos de Antonina e Paranaguá, no Paraná, que haviam feito greve. Também nesse caso, Cascardo alegava inocência.

Em dezembro de 1935, ainda detido, escreveu a Augusto Amaral Peixoto, seu companheiro na sublevação do *São Paulo* e na Revolução de 1930, afirmando que a hegemonia do PCB no interior da ANL só tinha sido possível em virtude da ação do governo e da polícia, que haviam empurrado o movimento para a clandestinidade. Em abril de 1936, Cascardo foi novamente desligado da Marinha por existirem, segundo as autoridades militares, “elementos de convicção e provas colhidas pela polícia por exercício de atividades subversivas das instituições políticas e sociais”.

Junto com Sócrates Gonçalves, Benjamim Cabello e outros, Cascardo integrou o grupo de

presos da Casa de Correção, no Rio de Janeiro, que se recusou a ser sumariado pelo Tribunal de Segurança Nacional, criado em setembro de 1936 para julgar os acusados do levante aliancista e considerado pelos réus inconstitucional. Condenado em primeira instância a dez meses e 15 dias de reclusão, Cascardo teve sua pena confirmada pelo Supremo — hoje Superior — Tribunal Militar em setembro de 1937, sendo libertado em virtude de já ter cumprido tempo superior de prisão.

Novamente em liberdade, Cascardo dedicou-se ao comércio e atuou na imprensa, particularmente na revista *Diretrizes*. Depois do golpe militar que em 10 de novembro de 1937 implantou o Estado Novo, telegrafou a Vargas expressando sua solidariedade e a convicção de que a Revolução de 1930 havia retomado “seu curso glorioso”. No período seguinte, trabalhou na Fundação Brasil Central e no Serviço Especial de Migração de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), órgãos estatais dirigidos por seu amigo João Alberto Lins de Barros. Na primeira dessas entidades, participou da instalação de uma usina de açúcar em Rio Verde (GO); no SEMTA, atuou na chamada “Batalha da Borracha”, campanha pelo aumento da produção do produto desencadeada durante a Segunda Guerra Mundial.

Cascardo foi beneficiado pela anistia decretada por Vargas em abril de 1945, o que permitiu sua readmissão nos quadros da Marinha. Nessa época, o Estado Novo já apresentava sinais visíveis de enfraquecimento e a vida política nacional ganhava nova dinâmica. Ainda em abril, Cascardo participou do congresso de fundação da União Democrática Nacional (UDN), partido político organizado por opositores de diversas tendências que pretendiam concorrer às eleições marcadas para dezembro. Após a apresentação do programa udenista, contudo, Cascardo e outros elementos de orientação socialista assumiram posição dissidente, reclamando um programa de “espírito social” mais acentuado, capaz de alargar as conquistas do getulismo nesse campo e livrar a organização de alguns “ranços conservadores”.

A ala socialista da UDN teve importante participação na formação da Esquerda Democrática, corrente política organizada em junho de 1945 que apoiou o candidato udenista às eleições presidenciais, brigadeiro Eduardo Gomes. Cascardo integrou a comissão provisória dessa corrente, junto com João Mangabeira, Hermes Lima, Aparício Torelly, Guilherme de Figueiredo, Filipe Moreira Lima e outros. Em 25 de agosto de 1947

a Esquerda Democrática realizou sua segunda convenção nacional, que deu origem ao novo Partido Socialista Brasileiro, no qual Cascardo militou até sua plena reintegração na Marinha, quando optou pelo prosseguimento de sua carreira militar. Exerceu diversas comissões na Marinha até 1954, quando, com a morte de Getúlio Vargas, se transferiu para a reserva no posto de almirante de esquadra. Passou então a dedicar-se ao cultivo de uvas no município de Teresópolis (RJ).

Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de fevereiro de 1967.

Foi casado com Etelvina Rita Pereira Cascardo.

Escreveu *Notas históricas sobre a guerra anti-submarina* (1951).

Renato Lemos

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. OSVALDO ARANHA; CARNEIRO, G. *História*; CASCUDO, L. *História*; COUTINHO, L. *General*; DULLES, J. *Getúlio*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; LEVINE, R. *Vargas*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; PORTO, E. *Insurreição*; SERV. DOC. GER. MARINHA; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1945; TAVARES, J. *Radicalização*; TÁVORA, J. *Vida*.

CASSAL, Barros

* jornalista; junta gov. RS 1891-1892.

João de Barros Cassal nasceu em Alegrete (RS) no dia 2 de fevereiro de 1858, filho de Inocêncio Manuel Cassal e de Constança Pereira de Barros Cassal.

Estudou no Colégio Gomes, em Porto Alegre, foi cadete do Exército em 1875 e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1882. Trabalhou como taquígrafo no Rio Grande do Norte, na Bahia e no Rio de Janeiro de 1883 a 1885 e depois disso exerceu a advocacia em Porto Alegre. Ingressou no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que fora fundado em 1882 e teve como primeiros grandes líderes Júlio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil, e tornou-se redator de *A Federação*, jornal do partido criado em 1884.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, foi o primeiro chefe de polícia do Rio Grande do Sul sob o novo regime. Em outubro de 1890, fundou o jornal *O Rio Grande*, que dirigiria até 1893. Foi ferido gravemente durante um comício realizado em Porto Alegre em 13 de maio de 1890, mas conseguiu reabilitar-se.

Em 3 de novembro de 1891, a jovem República enfrentou seu primeiro grande embate: encontrando dificuldades para manter seu veto ao projeto que limitava os poderes do Executivo, o presidente Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional, gesto que provocou forte reação. No Rio Grande do Sul, o presidente estadual Júlio de Castilhos, hostilizado por ter apoiado o golpe de Deodoro, renunciou em 12 de novembro e foi substituído por uma junta governativa composta por republicanos dissidentes. Dela fazia parte Barros Cassal, além de Assis Brasil e do general Domingos Alves Barreto Leite. Em 23 de novembro, diante da ameaça de bombardeio da capital federal, o próprio Deodoro renunciou à presidência da República, sendo substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto.

Barros Cassal esteve à testa do governo gaúcho de 19 março a 8 junho 1892. Nesse período redigiu um projeto de Constituição para o estado do Rio Grande do Sul em substituição à

Constituição de Júlio de Castilhos promulgada em 1891. A nova Constituição vigorou por alguns meses, apenas. Ao deixar o governo, foi substituído interinamente por José Antônio Correia da Câmara, o marechal Câmara. Iniciado novo governo de Júlio de Castilhos em 25 de janeiro de 1893, participou ativamente da Revolução Federalista. Fundou em Porto Alegre, em julho de 1894, o jornal *A República*.

De 1899 a 1901, no governo de Antônio Augusto Borges de Medeiros, exilou-se em Paso de los Libres, na Argentina, e em Assunção do Paraguai. Passou então a advogar em Mato Grosso, onde faleceu na cidade de Nioac em 19 de outubro de 1903.

Casado com Sílvia Falcão de Barros Cassal, teve três filhos: Aníbal Falcão de Barros Cassal, jornalista e deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1935 a 1937; Armando e Alcides Falcão de Barros Cassal, também jornalistas e literatos.

Izabel Noll

FONTES: MARTINS, A. *Escritores* (p. 640).

CASTELO BRANCO FILHO, José Moreira Brandão

*dep. fed. MG 1910-1922.

José Moreira Brandão Castelo Branco Filho nasceu em Natal no dia 17 de fevereiro de 1860, filho de José Moreira Brandão Castelo Branco e de Ana Joaquina Moreira Brandão. Seu pai, influente político do Rio Grande do Norte durante o período imperial, exerceu diversos mandatos como deputado provincial e deputado geral, além de ter sido secretário da província e diretor de instrução pública.

Diplomado pela Faculdade de Direito de Recife em 1883, iniciou sua carreira profissional como promotor público em Natal. Transferiu-se mais tarde para Minas Gerais, onde exerceu as funções de juiz municipal e, posteriormente, juiz de direito na cidade de Jaguarí. Estando em curso a legislatura 1909-1911, foi eleito para a vaga de Delfim Moreira na Câmara dos Deputados quando este renunciou em 1910 para assumir a Secretaria do Interior de Minas Gerais. Reeleito para as quatro legislaturas seguintes, foi membro da Comissão de Tomadas de Contas e presidente da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito criada na Câmara.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1º de novembro de 1922, no exercício do mandato.

Era casado com Cora Antunes Maciel.

Luciana Pinheiro

FONTES: Jfeliipe. Disponível em: <<http://trindade.blog.digi.com.br/2008/05/04/jose-moreira-brandao-castelo-branco-o-padrinho-de-cicero-torres-avelino>>. Acesso em: 13/9/2010; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 164).

CASTELO BRANCO, Bernardo Antônio de Mendonça

*dep. geral AL 1872-1877 e 1886-1889; dep. fed. AL 1891-1893.

Bernardo Antônio de Mendonça Castelo Branco nasceu em Passo de Camaragibe (AL), filho de Bernardo Antônio de Mendonça Castelo Branco e de Ana Bárbara de Matos Castelo Branco.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Presidiu a primeira Câmara Municipal instalada em Passo de Camaragibe, em 15 de setembro de 1852. Em 1858 foi eleito deputado provincial na legenda do Partido Conservador. Reeleito em 1860 e 1862, exerceu o mandato até 1863. Voltou a ser eleito para a legislatura 1870-1871.

Em 1872 foi eleito deputado geral por Alagoas. Assumindo nesse mesmo ano sua cadeira na Assembleia Geral do Império, no Rio de Janeiro, foi reeleito para as legislaturas 1876-1877 e 1886-1889. Com o fim do Império e o advento da República (15/11/1889), foi elaborada a primeira Constituição republicana do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Em seguida, Bernardo Castelo Branco foi eleito deputado federal por Alagoas e assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Exerceu seu mandato até dezembro de 1893, quando se encerrou a legislatura.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas* (v.2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CASTELO BRANCO, Epaminondas

*dep. fed. PI 1930.

Epaminondas Castelo Branco nasceu em Buriti dos Lopes (PI) no dia 11 de julho de 1882. Iniciou sua vida política em 1928 quando se elegeu deputado estadual à Assembleia Legislativa do Piauí. Em março de 1930 foi eleito deputado federal, mas teve o mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Voltou à política em 1947, quando novamente se elegeu deputado estadual, na legenda do Partido Social Democrático (PSD).

Colaborou nos jornais *A Ordem*, *O Dia* e *A Tribuna*.

Faleceu em Parnaíba (PI) no dia 6 de julho de 1969.

Seu filho José Hamilton Furtado Castelo Branco foi prefeito de Parnaíba de 1993 a 1996 e a partir de 2005.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GONÇALVES, W. *Grande*.

CASTELO BRANCO, Heitor

*dep. fed. PA 1915-1917; dep. fed. PI 1930.

Heitor Castelo Branco nasceu em Teresina no ano de 1875.

Formou-se em direito em 1898 pela Faculdade de Direito do Recife e em seguida regressou à terra natal. Foi então nomeado professor de história do Brasil no Liceu Piauiense e, posteriormente, procurador da República. Em 1909 foi eleito deputado estadual no Pará. Exerceu também o mandato de senador estadual.

Eleito deputado federal pelo Pará em 1915, assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 3 de maio do mesmo ano e exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1917. Em março de 1930 voltou a ser eleito deputado federal, agora pelo estado do Piauí. Empossado em 3 de maio, teve seu mandato interrompido em 23 de outubro seguinte após a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e dissolveu todos os órgãos legislativos do país.

No Pará, desempenhou ainda as funções de prefeito de segurança de Belém, professor da Faculdade de Direito, diretor do Liceu Paraense, delegado de Polícia de Belém e, por último, presidente do Departamento Administrativo do Estado.

Jornalista, fundou no Piauí o jornal *A Notícia* e, em Belém, *O Diário*. Foi patrono de uma cadeira da Academia Piauiense de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1952.

Entre as suas publicações destacam-se *Reminiscências* e *Barão do Rio Branco*.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GONÇALVES, W. Grande.

CASTELO BRANCO, Jacinto de Assunção Pais de Mendonça

*pres. AL 1859; dep. geral AL 1861-1863 e 1869-1871; sen. AL 1871- 1889; junta gov. AL 1891.

Jacinto de Assunção Pais de Mendonça Castelo Branco nasceu em Porto Calvo (AL) no dia 10 de outubro de 1823, filho de Bernardo Antônio de Mendonça e de Ana Bárbara de Matos Castelo Branco.

Formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda em 1843. Foi deputado provincial pelo Partido Conservador de 1846 a 1849 e de 1856 a 1861. Em 18 de agosto de 1859, como segundo vice-presidente da província, assumiu o governo de Alagoas, que exerceu até 1º de outubro. Participou de acontecimentos políticos de Alagoas como a Cabanada e Revolta dos Lisos e Cabeludos. Foi deputado geral de maio de 1861 a maio de 1863 e, ainda, de maio de 1869 a setembro de 1871. Em 15 de maio de 1871 ocupou uma cadeira no Senado, onde permaneceu até a queda do Império, em 15 de novembro de 1889.

Após ter sido eleito deputado estadual em Alagoas para a legislatura 1891-1892, integrou a junta governativa que assumiu o poder em 23 de novembro de 1891, em substituição a Manuel de Araújo Góis. A junta era composta ainda por dois militares, o tenente-coronel José Correia Teles e o capitão Carlos Jorge Calheiros de Lima, e pelo civil Manuel Ribeiro Barreto de Meneses. Cinco dias depois, em 28 de novembro, a junta transmitiu o governo a Manuel Gomes Ribeiro.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 27 de fevereiro de 1900.

Teve publicados discursos que pronunciou como senador do Império.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas* (v.2).

CASTELO BRANCO, Sérgio

* militar; pres. SP 1891; rev. 1893.

Sérgio Tertuliano Castelo Branco nasceu no Maranhão em 12 de julho de 1844.

Ainda jovem foi para o Rio de Janeiro, então capital do Império, ingressando como praça em dezembro de 1860 na Escola Militar. Concluiu o curso da arma de infantaria em 1865 e logo foi promovido a segundo-tenente, em janeiro de 1866. Participou da Guerra do Paraguai (1864-1870) e por seus feitos foi condecorado pelo governo imperial. Após seu regresso dos campos de batalha, foi promovido a primeiro-tenente graduado em abril de 1871 e efetivado em maio de 1872. Capitão em julho de 1881, por antiguidade, logo após a promoção foi designado comandante da 7ª companhia do 9º Batalhão de Infantaria, sediado em Salvador, onde permaneceu alguns anos.

Promovido a major e graduado como coronel, foi nomeado inspetor das Forças Militares do Estado de São Paulo. Nessa função acabou envolvido, involuntariamente, na grave crise política que se abateu sobre o país e notadamente sobre São Paulo quando o marechal Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891. O ultimato do almirante Custódio de Melo, que ameaçou bombardear o Rio de Janeiro, forçou a renúncia de Deodoro em 23 de novembro, e em consequência a posse do vice-presidente Floriano Peixoto. Américo Brasiliense, governador de São Paulo e partidário de Deodoro, recusou-se a aceitar a situação e a renunciar ele próprio, provocando agitação em todo o estado, inclusive com a formação de brigadas que destituíram as autoridades municipais que o apoiavam. A ideia era marchar para a capital e destituir o presidente do estado. Preocupado, o governo federal enviou a São Paulo o coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, militar respeitado por sua destacada atuação na proclamação da República, para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos. Após sérios incidentes na capital paulista, e diante da recusa do general Carlos Machado Bittencourt, comandante do Exército em São Paulo, em assumir o governo, na manhã de 15 de dezembro Américo Brasiliense entregou um ofício ao major Castelo Branco, que havia pernoitado no palácio para garantir-lhe a integridade física, informando que lhe entregava a chefia do Executivo estadual, e retirou-se em seguida para sua residência.

Reunidos no Grande Hotel de França, estavam o vice-presidente do estado José Alves de

Cerqueira César, e a junta formada por Campos Sales, Bernardino de Campos e Júlio de Mesquita. Instado pelos membros da junta a ir até o Pátio do Colégio, onde se localizava a sede do governo estadual, o coronel Sólton assim o fez e conferenciou com Castelo Branco, entendendo que cabia legalmente ao vice-presidente estadual assumir o governo. Concordando com a tese, Castelo Branco rumou em companhia de Sólton para o local onde se encontrava Cerqueira César acompanhado de diversos correligionários que defendiam sua posse, e, na presença de todos, leu os termos do ofício de Américo Brasiliense. Declarou a seguir que “não podia conservar o governo do estado em seu poder por isso ser contrário à lei e por ser ele antes de tudo respeitador da legalidade e da soberania popular; por isso vinha imediatamente entregar o governo a quem competia exercê-lo pela Constituição do Estado e pela vontade do povo”. Suas palavras foram aplaudidas, em seguida Cerqueira César afirmou “que em vista ter sido o governo abandonado pelo presidente do estado, que provocava ainda desviar seu sucessor constitucional, assumia-o desde aquele momento como lhe competia”. Pouco tempo depois, o major Castelo Branco deixou São Paulo, substituído na função que exercia pelo coronel Lisboa.

Em 6 de setembro de 1893 estourou a revolta da Armada, no Rio de Janeiro, contra Floriano Peixoto. As tropas legalistas conseguiram resistir. Sob o comando do capitão de mar e guerra Frederico Guilherme de Lorena, três navios revoltosos partiram para Santa Catarina, terra natal do militar e de outros líderes da revolta. Após um confronto com a força militar local, os revoltosos tomaram Desterro (hoje Florianópolis), que se tornou a capital da Revolução Federalista, e o comandante Lorena foi proclamado presidente provisório da República. O tenente-coronel Sérgio Castelo Branco, aderiu à causa revolucionária, participando ativamente do grupo de auxiliares do novo governo e recebendo do próprio capitão Lorena a incumbência de escrever um Código Criminal e Militar.

Para combater os insurgentes, o governo federal enviou uma esquadra, que aportou em Santa Catarina em 17 de abril de 1894. Dois dias depois, chegou em outro navio novo contingente comandado pelo coronel Antônio Moreira César, que assumiu o governo do estado por ordem de Floriano e desencadeou violenta repressão. Os presos foram levados para a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim e, sem terem sido julgados, foram

sumariamente fuzilados a partir de 24 de abril. Na lista de fuzilados estava o tenente-coronel Sérgio Tertuliano Castelo Branco.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A. *Dicionário*; ASSEMB. LEGIS. SP. *Parlamentares*, 1835-2005; *Correio Paulistano*; EGAS, E. *Galeria*; *Estado de S. Paulo* (1975); VAMPRÉ, S. *Memórias*.

CASTELO, Augusto Viana do

*dep. fed. MG 1906-1914 e 1921-1926.

Augusto Viana do Castelo nasceu em Curvelo (MG) em 1874, filho de Felicíssimo de Sousa Viana, major do Exército brasileiro, e de Maria Ségia Pereira da Costa.

Fez os estudos iniciais em sua cidade natal e a seguir em Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, onde permaneceu até 1889. No ano seguinte foi para São Paulo e aí se bacharelou em direito em 1893. Retornando a Curvelo, passou a exercer a advocacia e foi promotor de justiça até 1905.

Em 1906 foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Reeleito em 1909 e 1912, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até dezembro de 1914. Em 1921 voltou a ser eleito deputado federal e, mais uma vez reconduzido à Câmara em 1924, nela permaneceu até setembro de 1926, quando foi nomeado secretário da Agricultura de Minas pelo presidente do estado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Pouco depois, porém, em novembro, deixou o cargo de secretário para ocupar o de ministro da Justiça do governo de Washington Luís (1926-1930). Com a deposição de Washington Luís pela Revolução de 1930, foi também destituído. Fugindo das perseguições políticas exilou-se na Europa, onde teve contato com Humberto Campos, de quem se tornou grande admirador.

Também se dedicou ao comércio.

Faleceu na cidade na cidade de Curvelo em 1954.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: Achei Curvelo. *Augusto Viana do Castelo*. Disponível em: <<http://www.acheicurvelo.com.br/personalidades.htm>>. Acesso em: 8/6/2010; ANDRADE, M. *Espírito*; ARQ. HIST. MG. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; DEBES, C. *Washington*; Genealogia mineira. Disponível em: <<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?>>. Acesso em: 4/6/2010; MARQUES, C. *Último*; MORAIS, A. *Minas*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*; Wikipédia. *Augusto Viana do Castelo*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Viana_do_Castelo>. Acesso em: 8/6/2010; Wikipédia. *Washington Luís*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Washington_Lu%C3%ADs>. Acesso em: 8/6/2010.

CASTILHOS, Júlio de

* const. 1891; dep. fed. RS 1891-1893; pres. RS 1891, 1892 e 1893-1898.

Júlio Prates de Castilhos nasceu na fazenda da Reserva, então no município de Cruz Alta, posteriormente no município de Vila Rica, hoje Júlio de Castilhos (RS), no dia 29 de junho de 1859, filho do comendador Castilhos e de Carolina Prates de Castilhos. Seu avô materno, Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates, foi considerado um dos heróis da Revolução Farroupilha, movimento de caráter separatista que agitou o Rio Grande do Sul de 1835 a 1845.

Fez os estudos primários em Santa Maria (RS) e depois em Porto Alegre, onde foi contemporâneo de colégio de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Já na adolescência, frequentava ambientes intelectuais na capital da província, como o Partenon Literário, centro da vanguarda cultural gaúcha. Transferindo-se depois para São Paulo, assim como outros jovens gaúchos, entre eles Assis Brasil, matriculou-se na Faculdade de Direito e, além de frequentar grupos de estudos e saraus intelectuais, começou a participar ativamente da propaganda republicana, que já se desenvolvia em diversas partes do país. Em 1879 fundou, junto com Assis Brasil e outros estudantes republicanos, o jornal *A Evolução*. Foi também um dos redatores de *A República*, jornal Clube Republicano Acadêmico que tinha como principal adversário em São Paulo a *Reação*, órgão do círculo de estudantes católicos. Chegou a dirigir *A República*, em substituição a Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior.

Em 23 de fevereiro de 1882, juntamente com Assis Brasil, Pinheiro Machado, Venâncio Aires, Ernesto Alves, Álvaro Chaves e outros, participou da fundação, em Porto Alegre, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Naquele mesmo ano bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e regressou definitivamente a Porto Alegre, onde intensificou as campanhas republicana e abolicionista. Em 17 de maio de 1883, casou-se com Honorina da Costa, filha de Francisco da Costa e Ana Martins da Costa, com quem teria seis filhos. Pouco tempo depois, Assis Brasil viria a casar-se com sua irmã, Cecília

Prates de Castilhos.

Os dois cunhados logo se tornariam os primeiros grandes líderes do PRR, responsáveis por sua organização e sua orientação política. O partido defendia a eleição direta dos chefes do Executivo federal, estadual e municipal; o voto livre e público; a liberdade de pensamento e de expressão, de reunião e de associação; o ensino primário leigo e gratuito. Propunha ainda a autonomia dos municípios e estados, que deveriam ser regidos por constituições e leis próprias e ser isentos da intervenção da União, a não ser nos casos em que o regime republicano federativo estivesse ameaçado. Dois anos após sua fundação, em janeiro de 1884, o PRR lançou um órgão oficial, o jornal *A Federação*, que seria decisivo para seu êxito – afinal, os jornais foram os mais importantes veículos de comunicação social e de propaganda política ao longo do século XIX. A partir de 16 de maio de 1884, Júlio de Castilhos assumiu a direção de *A Federação*, revelando sua inclinação para o jornalismo político. Combatia a monarquia através de seus artigos políticos, além de participar de congressos e conferências republicanas.

No Rio Grande do Sul, a década de 1880 assistiu ao início de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais. Os liberais dominaram o Poder Executivo do Império de 1878 a 1885. O poder político local era também controlado pelo Partido Liberal, chefiado por Gaspar Silveira Martins. Nesse contexto, pareciam ser muitos os obstáculos à consolidação do PRP e à estruturação de sua máquina de propaganda. Ainda assim *A Federação* notabilizou-se pela propaganda republicana radical, sobretudo no que tange à escravidão, ao apontar – de acordo com os princípios positivistas – o anacronismo da escravidão moderna e defender a abolição imediata da escravatura, sem indenização para os donos de escravos. Para Júlio de Castilhos, o fim da escravidão era uma etapa necessária para a passagem do Império à República. Em sua visão, somente trilhando novos caminhos o Brasil poderia alcançar o progresso.

A INFLUÊNCIA POSITIVISTA

Ainda estudante de direito, Júlio de Castilhos revelou-se um adepto da doutrina positivista, criada pelo francês Augusto Comte (1798-1857), tornando-se mesmo um dos principais líderes da corrente positivista no meio acadêmico. O positivismo articulava três aspectos: uma teoria da ciência ou do saber, um projeto político de reforma da sociedade e uma religião. Enquanto teoria do saber, tratava-se de uma doutrina que visava à superação dos estados teológico e metafísico, a fim de atingir o estado positivo ou científico. A fórmula máxima positivista era: “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”.

No Brasil, o positivismo alcançou maior repercussão que em seu país de origem, a França, em especial pelo fato de sua chegada ao país ter ocorrido em um período de importantes transformações políticas e econômicas. Já quando Castilhos saiu de Porto Alegre rumo a São Paulo, a presença das idéias positivistas era marcante na literatura gaúcha. Como aconteceu em outros pontos do país, o positivismo influenciou primeiramente o âmbito cultural e só mais tarde o plano político. Após concluir a faculdade e regressar ao Rio Grande do Sul, Castilhos e seus conterrâneos que também tinham ido estudar na capital paulista encontraram um ambiente favorável para difundir o pensamento de Augusto Comte. Foi Castilhos o responsável pela introdução do positivismo na propaganda política jornalística. Com isso, as idéias e os próprios termos usados por Comte passaram a circular entre a sociedade gaúcha da época.

A sedução que o positivismo de Comte exercia sobre a geração de Castilhos estava relacionada ao anseio por uma política científicista, inserido em uma conjuntura marcada pela ascensão de uma burguesia urbana e pelo declínio das velhas instituições monárquicas e da economia escravista. Para Castilhos e seus jovens companheiros, não fazia sentido a alternância nos ministérios dos partidos monárquicos, que disputavam acirradamente os postos de comando e que, muitas vezes, ao alcançar o poder, colocavam em prática justamente aquilo que na oposição combatiam. Foi nesse contexto que as idéias sociais, políticas e filosóficas de Augusto Comte exerceram forte influência no ideário republicano rio-grandense. Contudo, Castilhos não era um positivista ortodoxo. Além disso, os

princípios positivistas tampouco eram aceitos com unanimidade entre os republicanos gaúchos, o que geraria dissidências individuais e constantes conflitos políticos naquele estado ao longo da Primeira República.

A CHEGADA DA REPÚBLICA

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis, derrubou o Império e proclamou a República no Brasil. No mesmo dia foi instituído um governo provisório republicano, liderado por Deodoro. Nomeado por este, José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas, assumiu o governo do Rio Grande do Sul, substituindo o vice-presidente da província, Justo de Azambuja Rangel, que desde 6 de novembro ocupava interinamente o lugar do titular Gaspar Silveira Martins. O visconde de Pelotas contou com o apoio de Júlio de Castilhos, que, por sua vez, se tornou secretário do novo governo. Contudo, por desentendimentos políticos, Castilhos exonerou-se do cargo. Deodoro da Fonseca o convidou, então, para assumir o governo gaúcho, mas Castilhos recusou o convite e indicou o general Júlio Anacleto Falcão da Frota, que tomou posse em 11 de fevereiro de 1890.

Castilhos foi então designado primeiro vice-governador e ocupou também a recém-criada Superintendência dos Negócios do Interior. Funcionários ligados ao regime monárquico foram substituídos, dismantelando-se a máquina política do Império. O novo governo estadual não durou, porém, um trimestre. Por desavenças com o governo central, o general Frota, Castilhos e os demais secretários renunciaram a seus cargos. Francisco da Silva Tavares assumiu o governo entre 6 e 13 de maio, e o general Carlos Machado Bittencourt, entre 13 e 24 de maio 1890. Cândido José da Costa foi então empossado presidente do Rio Grande do Sul, e Francisco da Silva Tavares foi nomeado primeiro vice-presidente. O novo presidente estadual procurou aproximar-se de Júlio de Castilhos e dos chamados republicanos históricos rio-grandenses, e Castilhos foi então novamente nomeado primeiro vice-presidente.

Em 15 de setembro de 1890, ao serem realizadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, Castilhos foi eleito deputado pelo Rio Grande do Sul. A Constituinte republicana instalou-se em 15 de novembro de 1890, e seus embates revelaram diferentes forças sociais, representantes de interesses diversos, fundamentalmente político-oligárquicos, que disputavam o direito e a legitimidade para elaborar a palavra constitucional normativa. Como líder da bancada gaúcha, Castilhos integrou a chamada Comissão dos 21, formada para emitir parecer inicial sobre o anteprojeto da carta constitucional enviada ao Congresso. A Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 inspirava-se fortemente na Constituição dos Estados Unidos da América e determinava, entre outros pontos, a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a extinção do Poder Moderador exercido diretamente pelo imperador; a separação da Igreja e do Estado; e o voto aberto, restrito aos homens maiores de 21 anos e alfabetizados. A Federação, a República, o presidencialismo, o princípio da separação dos poderes, a eleição direta, o bicameralismo e a declaração de direitos e garantias individuais, como o *habeas corpus*, são conquistas que provieram da primeira Constituição republicana.

No dia seguinte ao da promulgação da Constituição, o marechal Deodoro da Fonseca foi eleito por um colégio eleitoral formado por deputados e senadores constituintes, tornando-se o primeiro presidente da República brasileira. Júlio de Castilhos apoiou a eleição de Deodoro, mas enfrentou a dissidência de quatro deputados da bancada do PRR que votaram em Prudente de Moraes: Assis Brasil, Manuel da Rocha Osório, Alcides Lima e Vitorino Monteiro. No Rio Grande do Sul, Cândido José da Costa passou o governo a Fernando Abbott em 16 de março. Este deveria conduzir a eleição para o Congresso Constituinte gaúcho, marcada para 5 de maio. Desde o ano anterior havia sido designada uma comissão, formada por Assis Brasil, Júlio de Castilhos e Ramiro Barcelos, para elaborar o projeto da Constituição estadual. Entretanto, Castilhos foi o responsável quase que exclusivo pelo texto constitucional, segundo o qual a autoridade legal do presidente do estado equivalia à de um ditador. Em 14 de julho de 1891 a Constituinte estadual aprovou o projeto de Castilhos e elegeu-o presidente do Rio Grande do Sul. No

dia seguinte, o presidente eleito tomou posse. A partir de então, deixou a direção do jornal *A Federação*, sendo substituído por Alfredo Varela.

No plano nacional, o governo constitucional do marechal Deodoro iniciou-se sob forte tensão política, agravada por uma crise econômica. Nesse contexto, em 3 de novembro, enfrentando séria oposição parlamentar, o presidente ordenou o fechamento do Congresso Nacional. O clima de instabilidade política favoreceu os opositores de Castilhos, que de início não se manifestou, mas no dia 12 de novembro acabou por declarar-se a favor de Deodoro e foi obrigado a renunciar. Entre os principais líderes da oposição gaúcha destacavam-se Assis Brasil, outrora companheiro de Castilhos, e Barros Cassal. A partir de então, o Rio Grande do Sul conheceu o chamado “Governicho”, uma sequência de juntas governativas e governantes provisórios que se alternariam no poder do estado até junho de 1892. Nesse contexto, Castilhos voltou a escrever n’*A Federação*, onde atacava ferozmente seus adversários políticos.

Enquanto Castilhos deixava o poder no Rio Grande do Sul, o chamado golpe de Deodoro despertava reações em todo o país. A ameaça da Marinha de bombardear a cidade do Rio de Janeiro levou o próprio Deodoro a renunciar em 23 de novembro, apenas nove meses após ter assumido a presidência. Seu lugar foi ocupado pelo vice-presidente marechal Floriano Peixoto. Contudo, a Constituição de 1891 previa novas eleições caso a presidência ficasse vaga antes de decorridos dois anos da posse do titular. Em março de 1892, um grupo de 13 militares de alta patente assinou um manifesto, que ficou conhecido como “Manifesto dos 13 Generais”, exigindo a imediata convocação de eleições. Diante da ameaça de sedição, Floriano Peixoto reprimiu duramente o movimento e ordenou a prisão de seus líderes.

Em 8 de junho de 1892, voltou a assumir o governo gaúcho José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas. Em 17 de junho, devido à forte oposição da facção castilhista, o visconde de Pelotas transmitiu o cargo a Joca Tavares. Concomitantemente, após um acordo político com Floriano – que queria evitar que o poder no Rio Grande do Sul caísse nas mãos de Gaspar Silveira Martins –, Júlio de Castilhos, através de um

movimento armado, foi reposto no governo do Rio Grande do Sul. Ainda conforme o acordo, porém, renunciou ao cargo, passando-o ao vice-presidente do estado por ele nomeado, Vitorino Carneiro Monteiro, que, por sua vez, deveria convocar eleições estaduais. Carneiro Monteiro afastou-se do cargo em setembro de 1892, para assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados, e foi substituído pelo segundo vice-presidente estadual, Fernando Abott. Nas eleições que se seguiram, Castilhos foi reeleito presidente do estado do Rio Grande do Sul, assumindo o poder em 26 de janeiro de 1893. No mês seguinte teve início a Revolução Federalista.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul foi na verdade uma guerra civil oriunda da radicalização cada vez maior da luta pelo poder. A implantação da República representou o afastamento dos membros do recém-extinto e outrora poderoso Partido Liberal, chefiado por Gaspar Silveira Martins, e a subida do PRR, que até então não tinha poder ou expressão eleitoral. O radicalismo político de Júlio de Castilhos impediu a conciliação dos republicanos com os liberais e consequentemente a assimilação destes. No entanto, o retorno ao estado, em fevereiro de 1892, do antigo líder liberal, que se encontrava exilado na Europa desde a queda da monarquia, veio alterar esse quadro. Defendendo agora uma República parlamentarista, Silveira Martins compareceu em 31 de março ao encontro que ficou conhecido como Convenção de Bajé, e foi aclamado chefe do Partido Federalista ou Partido Republicano Federal, então criado para fazer frente ao PRR de Castilhos.

A guerra civil deflagrada em fevereiro de 1893 assim se delineou: de um lado, os federalistas ou gasparistas, que defendiam o federalismo, o regime parlamentarista e a revisão da Constituição estadual de 1891, escrita por Júlio de Castilhos; de outro, os republicanos castilhistas, que defendiam um presidencialismo forte e centralizador, no estilo do presidente Floriano Peixoto. Os federalistas receberam a alcunha de “maragatos”, porque nas tropas de Gumercindo Saraiva, um dos principais chefes revolucionários,

muitos procediam de San José, no Uruguai, onde havia forte presença de originários da região espanhola da Maragatería. Usavam como distintivo um lenço vermelho no pescoço ou uma fita vermelha no chapéu. Os republicanos foram apelidados de “pica-paus”, por duas razões: porque as tropas do governo usavam um enfeite amarelo no chapéu, semelhante à crista da ave, e porque o barulho de suas armas parecia com o som de um pica-pau bicando a madeira.

Enquanto no Sul do país prosseguia a guerra civil, em setembro de 1893 um grupo de altos oficiais da Marinha exigiu novamente, na capital federal, a imediata convocação de eleições presidenciais, dando início a outro movimento armado: a Revolta da Armada. O movimento, que também traduzia a insatisfação da Marinha com seu pequeno prestígio político em comparação com o do Exército, recebeu porém pouco apoio político e popular no Rio de Janeiro, onde diversas unidades encorajadas trocaram tiros com a artilharia dos fortes em poder do Exército. Sem chance de vitória na [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Ba%C3%ADa_da_Guanabara"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ba%C3%ADa_da_Guanabara) \o "Baía da Guanabara" baía da Guanabara, oficiais revoltosos dirigiram-se para Sul, a fim de se unir aos federalistas, que avançavam por Santa Catarina e Paraná.

Durante os conflitos no Sul, predominou uma luta de guerrilhas, com práticas cruéis de ambos os lados, o que rendeu ao movimento a fama de “revolução da degola”. O ímpeto das tropas federalistas diminuiu depois de seguidas derrotas e, sobretudo, após seu líder Gumerindo Saraiva morrer em combate. No Rio de Janeiro, após adquirir novos navios de guerra, Floriano Peixoto, contando com o apoio do Exército e do Partido Republicano Paulista (PRP), conseguiu conter a revolta da Marinha em março de 1894. Já no Rio Grande do Sul, somente em agosto de 1895, já com Prudente de Moraes na presidência da República (1894-1898), chegou-se a um acordo de paz, após a derrota das forças federalistas por Júlio de Castilhos. Em 19 de setembro de 1895, o governo federal concedeu anistia aos rebeldes do Rio Grande do Sul e da Armada Nacional. Quanto a Júlio de Castilhos, passou a integrar a oposição ao presidente Prudente de Moraes por não se conformar com a condução do processo de pacificação no Rio Grande do Sul.

Júlio de Castilhos governou o Rio Grande do Sul até 1898, acumulando ainda a presidência de seu partido. Seu governo foi marcado, além da Revolução Federalista, pela reforma na administração estadual. Voltou-se para a organização da Justiça Civil, que, por determinação da Constituição de 1891, ficou a cargo das unidades federadas; reorganizou a Secretaria de Obras Públicas, para ela transferindo a Diretoria de Terras e Colonização; desobstruiu os canais de navegação fluvial e lacustre; criou a Diretoria de Higiene do Estado, que posteriormente originaria a Secretaria Estadual de Saúde; promulgou o Código de Organização Judiciária e reorganizou o ensino primário. No plano da política nacional, Castilhos imprimiu a seu partido sua vontade política e adotou uma posição de autonomia em relação à presidência da República, o que gerou conflitos com o governo central.

Ao final de seu governo, Castilhos conduziu a escolha de seu sucessor: Antônio Augusto Borges de Medeiros, também membro do PRR e integrante da bancada gaúcha na Constituinte de 1891, que sempre o considerara o chefe supremo da política local. Borges de Medeiros, que deu continuidade ao projeto político do castilhismo, foi empossado em 25 de janeiro de 1898.

Apesar dos esforços do senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, amigo próximo e um de seus principais companheiros políticos, Júlio de Castilhos não foi aceito pela maioria dos republicanos históricos como candidato à presidência da República na sucessão de Prudente de Moraes (1894-1898) nem, mais tarde, na de Campos Sales (1898-1902). Continuou porém a exercer liderança incontestável na condução da política gaúcha. Como chefe do PRR, manteve-se ligado a todas as chefias municipais e foi fundamental para a reeleição em 1902 de Borges de Medeiros, seu fiel seguidor, que governaria o Rio Grande do Sul até 1908 e retornaria ao governo de 1913 a 1928.

Júlio de Castilhos faleceu em 24 de outubro de 1903, em Porto Alegre, durante uma cirurgia para a retirada de um tumor na garganta. Seu funeral foi uma das maiores procissões cívicas já vistas na capital gaúcha.

Dois anos após sua morte, o palacete onde residia em Porto Alegre – localizado na rua Duque de Caxias e construído em 1887 – foi comprado pelo governo do Rio Grande do

Sul e tornou-se a sede do Museu do Estado, o qual, a partir de 1907, passou a se chamar Museu Júlio de Castilhos. Em 1905, sua cidade natal passou também a se chamar Júlio de Castilhos, em homenagem ao seu filho mais ilustre. Já em 25 de janeiro de 1913, durante o governo de Carlos Barbosa Gonçalves no Rio Grande do Sul, foi inaugurado o monumento central da praça da Matriz em Porto Alegre, também em homenagem a Júlio de Castilhos. O monumento, desenvolvido pelo pintor e escultor Décio Vilares, é composto, além da estátua em bronze de Júlio de Castilhos, por um conjunto de estátuas carregadas de simbolismo, que representam a Constância, a Prudência, o Civismo, a Coragem, a Propaganda Republicana e, destacando-se no topo do obelisco central, a República. Além disso, praticamente não existe no Rio Grande do Sul uma cidade que não conte com uma rua, avenida, escola ou praça chamada Júlio de Castilhos, considerado o “Patriarca do Rio Grande do Sul”.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*. (v.1, 2); ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-Grandense (verbetes temáticos). Disponível em:

<<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 14/05/2011; BAKOS, M. *Júlio*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CARONE, E. *República Velha*; ESCOBAR, W. *Apontamentos*; FAUSTO, B. *História*; FLORES, H. *Revolução*; FLORES, M.; FLORES, H. *Rio Grande do Sul*; FRANCO, S. *Dicionário*; FRANCO, S. *Júlio*; FRANCO, S. *Partido*; *Grande encic. Delta Larousse*; GRIJÓ, L. *Entre*; LOVE, J. *Regionalismo*; MELO, L. *Subsídios*; ; MUSEU JULIO DE CASTILHOS. Disponível em: <<http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br>>; PESAVENTO, S. *Revolução*; PORTO ALEGRE, A. *Homens*. REVERBEL, C. *Maragatos*; ROSA, O. *Júlio*; SILVA, I. *Diccionario*; SOUSA, J. *Índice*; VIDAL, J. *República*.

CASTRO, ABELARDO TORRES DA SILVA

*militar; rev. 1930; junta gov. RN 1930.

Abelardo Torres da Silva Castro nasceu no Rio de Janeiro em 1890, filho de Olímpio Moreira da Silva Castro.

Sentou praça no Exército em 1910 e fez o curso de infantaria de 1911 a 1915. Promovido a segundo-tenente em junho de 1917, serviu no 2º Regimento de Infantaria, no Rio (1917-1918), em companhias de metralhadoras, em Niterói (1918-1921), e no 2º Batalhão de Caçadores (2º BC), na mesma cidade (1921-1922). Nesse período foi promovido a primeiro-tenente, em dezembro de 1921. Depois de servir na Polícia Militar do Rio de Janeiro (1922-1923), retornou ao 2º BC (1924-1925), junto ao qual participou de operações de guerra contra a revolta deflagrada em São Paulo em julho de 1924.

Tendo cursado a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 1927, foi promovido a capitão em julho do ano seguinte. Nesse posto, foi designado em junho de 1930 para servir como comandante de companhia no 29º BC, sediado em Natal. Engajado na Revolução de 1930, participou da ocupação de Natal no dia 6 de outubro, unindo-se a tropas revolucionárias vindas da Paraíba sob o comando do major Luís Tavares Guerreiro. Em seguida, integrou com o major Guerreiro e o tenente Júlio Perousse Pontes a junta governativa formada no Rio Grande do Norte, a qual se manteve no poder de 6 a 12 de outubro de 1930.

Classificado no 25º Batalhão de Caçadores, sediado em Teresina, em junho de 1933, foi promovido a major em maio de 1937 e faleceu no dia 12 de novembro de 1938.

Casou-se em 1915 com Estela Bentes da Silva Castro.

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC.; CASCUDO, L. *História; Grande encic. Delta*; POPPINO, R. *Federal*.

CASTRO, Agostinho Vidal Leite de

* dep. fed. RJ 1894-1899.

Agostinho Vidal Leite de Castro nasceu em Minas Gerais no dia 25 de outubro de 1841, filho de Francisco de Sales de Oliveira e Castro e de Ana Teresa Vidal Leite Ribeiro.

Ainda jovem transferiu-se para São Paulo, cidade onde se diplomou bacharel em direito em 1866. Recém-formado, retornou a Minas Gerais e fixou residência em Monte Verde, município no qual exercia as atividades de fazendeiro e advogado. Reconhecido entusiasta da República, quando da instauração do novo regime residia no Rio de Janeiro, onde foi delegado auxiliar e posteriormente chefe de polícia.

Em 1891 foi eleito deputado estadual constituinte no Rio de Janeiro. Participou da elaboração da primeira Constituição fluminense durante o governo de Francisco Portela, então presidente do estado do Rio de Janeiro. A Constituição estadual de 1891 foi, no entanto, anulada após a renúncia de Portela, em dezembro do mesmo ano. Com isso a Constituinte estadual foi dissolvida e Agostinho Vidal Leite de Castro perdeu o mandato. Nas eleições de 1894 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e tomou posse na Câmara dos Deputados em maio do mesmo ano. Foi reeleito para a legislatura seguinte e ocupou uma cadeira na Câmara até dezembro de 1899. Faleceu no Rio de Janeiro em 4 de dezembro de 1901.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p. 562); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 11); FERREIRA, M. *República*; INST. HIST. PETRÓPOLIS. Disponível em: <<http://www.ihp.org.br/ihp/site/>>. Acesso em: 17/11/2010; MELLO, M. *Parlamento*; Referências Genealógicas de Antonio Augusto Leite de Castro. Disponível em: <<http://referenciasgenealogicasaalecastro.blogspot.com/2010/05/familia-leite.html>>. Acesso em: 17/11/2010.

CASTRO, Almeida

* jornalista; dep. fed. RN 1921-1922.

Francisco Pinheiro de Almeida Castro nasceu em Maranguape (CE) no dia 28 de agosto de 1858, filho de Inácio Pinto de Almeida Castro e de Maria Joaquina de Almeida Castro. Seu tio-avô padre Miguelinho foi um dos líderes da Revolução de 1817 em Pernambuco. Seu primo Miguel Joaquim de Almeida Castro também seguiu carreira política, tendo sido ainda no Império presidente do Piauí (1882-1883), deputado geral pelo Ceará (1885-1888) e pelo Rio Grande do Norte (1889), e já na República, constituinte de 1891, governador do Rio Grande do Norte nesse mesmo ano e deputado federal de 1892 a 1893.

Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na turma de 1880. No ano seguinte fixou-se em Mossoró (RN) e passou a exercer a medicina. Ingressando na política local, elegeu-se deputado provincial na legenda do Partido Liberal para o biênio 1882-1883. Adepto do regime republicano, após a queda do Império (15/11/1889) ocupou a presidência da Intendência Municipal de Mossoró de 1890 a 1892.

Nesse período, em 1891, participou do grupo que, opondo-se à liderança de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão na política estadual, chegou ao poder no Rio Grande do Norte a partir do apoio à eleição do marechal Deodoro da Fonseca para a presidência da República pelo Congresso Constituinte. Foi então eleito deputado ao Congresso Constituinte estadual que elegeu Miguel de Castro governador do Rio Grande do Norte. Contudo, com a renúncia de Deodoro da Fonseca, a deposição e prisão de Miguel Castro e sua substituição por uma junta governativa ligada a Pedro Velho e a Jose Bernardo de Medeiros, que dissolveu o Congresso estadual, afastou-se temporariamente da política. Em 1899 foi candidato à Câmara dos Deputados, mas não logrou eleger-se. Como um dos chefes políticos de Mossoró, continuou a fazer oposição ao “pedrovelhismo”.

Diretor do jornal *O Mossoroense* entre 1917 e 1921, com a recomposição de forças no estado, elegeu-se nesse último ano deputado federal pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano Federal. Tomou posse em maio de 1921, mas faleceu em Mossoró em 22 de junho de 1922, no exercício do mandato.

Era casado com Francisca Veras Saldanha e não teve filhos.

Renato Amado Peixoto

FONTES: BUENO, A. *Visões*; CASCUDO, L. *História*; CASCUDO, L. *Movimento*; *República* (10, 11/1891); ROSADO, V. *Andanças*; SOUZA, I. *República* .

CASTRO, Augusto Olímpio Gomes de

*magistrado; dep. geral MA 1867-1868; pres. MA 1868-1869; dep. geral MA 1869-1870; pres. MA 1870-1872; dep. geral MA 1872-1873; pres. MA 1873-1875; dep. geral MA 1877 e 1882-1889; gov. MA 1890; sen. MA 1894-1909.

Augusto Olímpio Gomes de Castro nasceu em Alcântara (MA) no dia 7 de novembro de 1836, filho de Januário Daniel Gomes de Castro e de Ana Francisca Alves de Castro.

Cursou o secundário no Liceu Maranhense, em São Luís, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1861 e foi promotor público em Alcântara de 1862 a 1864. Ainda no Império foi deputado provincial de 1862 a 1863. Nesse último ano colaborou no jornal *A Situação*, órgão do Partido Conservador. Em 1867 foi eleito deputado geral, tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, mas exerceu o mandato até o ano seguinte, quando se afastou para assumir a presidência da província do Maranhão, até 1869. Voltou a se eleger deputado geral para as legislaturas 1869-1872 e 1872-1875 e a se licenciar em mais duas oportunidades para exercer o governo da província: de 1870 a 1872 e de 1873 a 1875. Foi deputado provincial de 1876 a 1877 e nesse último ano retomou o mandato de deputado geral. Em 1878 fundou o o jornal *O tempo*, também ligado ao *Partido Conservador*. Ainda uma vez voltou à Câmara dos Deputados, em 1882, e nela permaneceu até o fim do Império. Presidiu a Câmara de maio de 1887 a maio de 1888.

Logo após a proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime. Iniciado o governo de Pedro Augusto Tavares Júnior no Maranhão em 17 de dezembro do mesmo ano, fez parte da Junta Municipal então criada para gerir os negócios e interesses do município de São Luís. A Junta Municipal foi composta ainda por Francisco de Paula Belfort Duarte (presidente), José da Silva Maia, Manuel Bernardino da Costa Rodrigues e Joaquim de Sousa Andrade.

Em 1890 fundou o jornal *O Nacional*, órgão do Partido Nacional, e foi nomeado vice-governador do Maranhão. Ocupava esse cargo quando assumiu o governo do estado, no dia

5 de julho de 1890, em substituição ao então titular José Tomás da Porciúncula. Permaneceu à frente do governo maranhense até o dia 25 do mesmo mês, quando foi substituído pelo novo governador, o capitão-tenente Manuel Inácio Belfort Vieira.

Em 1894 foi eleito senador pelo Maranhão. Assumiu sua cadeira no Senado Federal, no Rio de Janeiro, e foi reeleito em 1903. Exerceu o mandato até falecer, no dia 31 de janeiro de 1909.

Foi também sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e patrono da cadeira número 39 da Academia Maranhense de Letras.

Era casado com Ana Rosa de Viveiros de Castro, filha de Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, barão de São Bento. Seu filho Augusto Olímpio Viveiros de Castro foi ministro do Supremo Tribunal Federal de 1915 a 1927. Outro filho, Francisco José Viveiros de Castro, governou a província do Piauí de 6 de julho de 1887 a 27 de julho de 1888, foi professor de direito criminal na Faculdade Livre de Direito e desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CÂM. DEP. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/internet/infDoc/HistoriaPreservacao/Presidentes/PresImperio.htm>>. Acesso em: 10/3/2010; MARQUES, C. *Dicionário*; MIN. PUB.

MARANHÃO. Disponível em:

<http://www2.mp.ma.gov.br/memorial/indememorialgaleriapromotpublicoimperio_augusto.asp>. Acesso em: 10/3/2010; PLANALTO. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/infger_07/governadores/GOV-MA.htm>. Acesso em: 5/3/2010; SENADO. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1498&li=28&lcab=1909-1911&lf=28>. Acesso em: 10/3/2010.

CASTRO, Augusto Olímpio Viveiros de

* min. TCU 1901-1914; min. STF 1915-1927.

Augusto Olímpio Viveiros de Castro nasceu em Alcântara (MA) no dia 27 de agosto de 1867, filho de Augusto Olímpio Gomes de Castro e de Ana Rosa de Viveiros de Castro. Seu pai foi deputado provincial, deputado geral, três vezes presidente da província do Maranhão durante o Império, governador do estado em 1890 e senador.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1888, e a partir de então dedicou-se à advocacia. Em agosto de 1891 foi nomeado substituto do juiz seccional do estado do Maranhão, cargo no qual permaneceu até agosto de 1894, quando pediu exoneração.

Após transferir-se para o Rio de Janeiro, foi nomeado, em 31 de dezembro de 1897, representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, e em 22 de maio de 1901, ministro do tribunal. A corte, criada pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteadas pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizada definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Originariamente o Tribunal de Contas era responsável pelo exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas à receita e à despesa da União. A Constituição de 1891 conferiu-lhe competência para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Em 1907, tornou-se professor de direito civil, direito administrativo e direito internacional na antiga Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Em 1910, foi o representante do Brasil no Congresso de Ciências Administrativas em Bruxelas, na Bélgica. Em 1914 deixou o Tribunal de Contas e em 27 de janeiro de 1915 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), preenchendo a vaga surgida após a aposentadoria de Amaro Cavalcanti. Tomou posse em 3 de fevereiro de 1915. O STF, destinado a controlar a constitucionalidade das leis, era então composto por 15 juízes nomeados pelo presidente da República com posterior aprovação do Senado.

Ao longo da vida também exerceu, por um curto período, o cargo de promotor público da comarca de Santa Maria Madalena (RJ). Foi professor da Academia de Altos Estudos e professor honorário da Faculdade Nacional de Direito, criada em 1920, fruto da fusão das duas escolas de direito existentes à época no Rio de Janeiro: a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Além disso, ministrou um curso sobre a história tributária do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era sócio. Foi ainda membro honorário do Instituto dos Advogados do Brasil e da Faculdade de Direito do Maranhão, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Ceará e de São Paulo, da Societé de Legislation Comparée, da Comissão Permanente des Congrès Internationaux e da Liga da Defesa Nacional (LDN), entidade cívico-cultural fundada em 7 de setembro de 1916, liderada pelo poeta Olavo Bilac.

Faleceu em São Paulo no dia 14 de abril de 1927.

Em sua homenagem, foi batizada, em 1928, a rua Ministro Viveiros de Castro, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro.

Publicou diversas obras sobre direito administrativo e tributário: *Doutrina e Jurisprudência* (1894); *O contrabando* (1899); *Tratado dos impostos* (1901 e 1910); *O exílio de Gonçalves Dias* (1904); *A jurisdição contenciosa do Tribunal de Contas, na Revista de Legislação, Doutrina e Jurisprudência* (1904); *Tratado de direito administrativo e ciência da administração* (1906, 1912 e 1914); *Catálogo dos jornais, revistas e outras publicações periódicas do Maranhão de 1821 a 1908* (1908); *Natureza jurídica das taxas* (1909); *De l'expropriation à cause de l'utilité publique* (1910); *Devoirs, droits et responsabilité des fonctionnaires publics* (1910); *O estatuto dos funcionários públicos* (1912); *A divergência tripartida do funcionalismo público* (1913); *Direito público e constitucional* (1914); *Estudos de direito público* (1914); *Manifestação do sentimento constitucional do Brasil-Reino, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1914); *A convocação da Constituinte de 1822* (1914); *Homologação de sentenças estrangeiras de divórcio. Pareceres acerca de teses de 1915, propostas pela seção de direito privado da Sociedade Brasileira de Direito Internacional* (1916); *Da influência da guerra sobre a propriedade dos súditos de nação inimiga, na Revista da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro* (1918); *A questão social* (1920); *Curso de direito internacional*

privado (1920); *O Fico*, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1922); *Os franciscanos no Maranhão* (1923); Congresso jurídico – Secção de direito industrial e legislação operária, na *Revista Forense* (1924); Acórdãos e votos comentados, na *Revista do Supremo Tribunal* (1925); História tributária do Brasil, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; e ainda *A Independência no Maranhão*.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: FAC. NAC. DIR. UFRJ. Disponível em: <<http://www.direito.ufrj.br/historico.php>>; GUIMARÃES, A. *Diccionario*; LIGA DA DEF. NAC. Disponível em: <<http://www.ligadadefesanacional.org.br>>; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>; SOUSA J. *Índice*; SUP. TRIB. FED. *Ministros-República*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=109>>; SUP. TRIB. FED. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfHistorico>>; TRIB. CONT. UNIÃO. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU>>; TRIB. CONT. UNIÃO. *Ministros do Tribunal*.

CASTRO, BERBERT DE

*dep. fed. BA 1924-1930, 1951-1955, 1956-1957, 1958-1959 e 1962.

Ramiro Berbert de Castro nasceu na fazenda Triunfo, no município de Ilhéus (BA), no dia 6 de junho de 1894, filho do coronel Ramiro Ildefonso de Araújo Castro e de Libuça Berbert de Castro.

Cursou o primário em Ilhéus e estudou humanidades no Ginásio Carneiro Ribeiro, em Salvador. Em janeiro de 1912 seguiu para Belo Horizonte e matriculou-se na Faculdade de Medicina dessa cidade. No ano seguinte elegeu-se primeiro orador da Confederação dos Acadêmicos Mineiros e em seguida matriculou-se na Escola Livre de Odontologia de Belo Horizonte, pela qual se diplomou em 1915. Em 1919 concluiu o curso de medicina e tornou-se assistente de clínica pediátrica em sua faculdade. Foi também nomeado médico do Hospital São Vicente de Paulo e do Dispensário Central de Profilaxia da Sífilis e Moléstias Venéreas. Comissionado delegado de higiene no município mineiro de Sete Lagoas, combateu a varíola que ali grassava, fazendo o mesmo pouco depois, já como funcionário do Serviço contra a Gripe Pneumônica, no município de Pitangui (MG).

De regresso à Bahia, no início da década de 1920 ingressou na política representando os interesses cacauzeiros. Em janeiro de 1923 foi lançado candidato à Assembleia Legislativa baiana na legenda da Concentração Republicana da Bahia (CRB). Criada no início do mês a partir da aliança entre políticos da oposição baiana, a CRB visava a derrotar o Partido Republicano Democrata (PRD), liderado pelo governador José Joaquim Seabra, e foi apoiada por Miguel Calmon e pelo presidente da República, Artur Bernardes, que nas eleições presidenciais de 1922 derrotara a chapa da Reação Republicana, na qual Seabra era candidato à vice-presidência. Realizado o pleito estadual, verificou-se a dualidade de assembléias: os deputados da CRB se reuniam em Campo Grande e os do PRD na sede do Legislativo estadual. Com a dissolução da Assembleia oposicionista, Berbert de Castro deixou as atividades políticas, tornando-se ainda em 1923 inspetor sanitário federal no Serviço contra a Febre Amarela de Salvador.

Em março de 1924, foi eleito deputado federal na legenda da CRB. Empossado em maio do mesmo ano, cumpriu seu mandato até o término da legislatura, reelegendo-se em 1927 e em 1930. Com a vitória do movimento revolucionário de outubro de 1930, teve o mandato

interrompido e asilou-se na legação da Alemanha. Ali permaneceu até o mês seguinte, quando embarcou para a Europa. De volta ao Brasil em fins de 1931, passou a dedicar-se ao plantio do cacau na Bahia. Em 1934 ingressou na Faculdade de Direito de Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, e dois anos depois transferiu-se para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, pela qual se bacharelou em 1937.

Com a desagregação do Estado Novo (1937-1945) e a reconstitucionalização do país, elegeu-se, em dezembro de 1945, suplente de deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Ainda nessa legenda foi eleito deputado à Assembleia Constituinte baiana no pleito de janeiro de 1947. Empossado em março desse mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer o mandato ordinário. No pleito de outubro de 1950 elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda da Coligação Baiana, formada pelo PSD, o Partido Republicano Progressista (PRP) e o Partido Social Trabalhista (PST). Deixando a Assembleia estadual em janeiro de 1951, assumiu o mandato na Câmara dos Deputados em fevereiro seguinte.

Concorreu à reeleição no pleito de outubro de 1954, na legenda da Coligação Baiana — dessa vez sem o PST, mas incluindo o Partido Libertador (PL) — e foi eleito primeiro suplente. Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1955, mas voltou a exercer o mandato em várias ocasiões: de junho a outubro desse ano, de julho a agosto de 1956, de novembro de 1956 a março de 1957, de junho a dezembro de 1957 e de outubro de 1958 a janeiro de 1959. Novamente eleito suplente de deputado federal em outubro de 1958, dessa vez na legenda da Aliança Democrática Popular, integrada pelo PSD e o PRP, voltou a ocupar uma cadeira na Câmara de setembro a outubro de 1962. Neste último mês tentou a reeleição, mas não teve êxito.

Pertenceu à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, à Sociedade de Medicina e Cirurgia de Belo Horizonte, à Sociedade Médica dos Hospitais da Bahia e ao Sindicato dos Agricultores de Cacau de Ilhéus, do qual foi presidente.

Faleceu na Bahia no dia 24 de outubro de 1966, vítima de acidente automobilístico.

Era casado com Elvira de Carvalho Brito Castro.

Publicou *Um caso de tuberculose pneumocócica* (tese, 1922), *Notas de viagem* (1922),

Documentos políticos (1923), *As eleições federais na Bahia* (1924), *O cacau na Bahia* (1924), *Elogio do soldado baiano* (1924), *Palavras de fé* (1925), *Em benefício de várias associações baianas* (1930), *Ulha branca*, *Na tribuna parlamentar* e *Bonfim*.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1, 2, 3 e 4); VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

CASTRO, Cardoso de

*magistrado; min. STM 1893-1905; min. STF 1905-1911.

Antônio Augusto Cardoso de Castro nasceu na província da Bahia no dia 8 de setembro de 1860, filho de Antônio Joaquim Cardoso de Castro e de Maria Virgínia Cardoso de Castro.

Graduou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1883. No ano seguinte ingressou no serviço público, ao ser designado para trabalhar no arquivo da secretaria do Governo da província de Pernambuco. Foi também, nesse mesmo ano, professor interino da cadeira de retórica do curso anexo à Faculdade de Direito do Recife. Em 1885 foi nomeado delegado de polícia em Salvador e deixou essas funções. Na magistratura, foi promotor público da comarca de Jaboatão, em Pernambuco, a partir de fins de 1885 até junho de 1889.

Sobrevindo a República, foi nomeado auditor de guerra da capital federal em abril de 1891, durante o governo do marechal Deodoro da Fonseca. Em outubro de 1893, já no governo Floriano Peixoto (1891-1894), foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), cargo que acumulou com o de chefe de polícia do Distrito Federal de 1902 a 1904. Deixando o STM em outubro de 1905, foi nomeado pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906) ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga aberta em decorrência do falecimento de Bernardino Ferreira da Silva, e tomou posse em novembro. Personalidade ligada aos meios militares, em novembro de 1910 foi nomeado, agora pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), procurador-geral da República. Exerceu o cargo até 26 de outubro de 1911, data em que faleceu na cidade do Rio de Janeiro.

Seu filho Mário Augusto Cardoso de Castro seguiu carreira na magistratura militar, tendo sido, como o pai, ministro do Supremo (atual Superior) Tribunal Militar.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*;
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível:
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

CASTRO, Eduardo de Lima

*dep. fed. PE 1930.

Eduardo de Lima Castro foi prefeito da cidade de Recife de 1920 a 1923. Em 1922 concorreu ao governo de Pernambuco, na sucessão de José Rufino Bezerra Cavalcanti, mas foi derrotado por José Henrique Carneiro da Cunha. Esse resultado foi contestado, e a partir do dia seguinte começaram as desordens, com a participação de forças militares de um e de outro lado. Diante da ameaça de intervenção em Pernambuco, as duas facções entraram em acordo, e o juiz Sérgio Lins de Barros Loreto foi eleito e empossado governador.

Em 1930 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio, mas teve seu mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

No campo jornalístico, colaborou com o periódico *O Estado de Pernambuco*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEVINE, R. *Velha*; NASCIMENTO, L. *História* (v.2, 3).

CASTRO, Geminiano de Lira

*dep. fed. PA 1909-1911, 1920 e 1921-1926; min. Agric. 1926-1930.

Geminiano de Lira Castro nasceu na província do Pará em 1863.

Foi vice-governador do Pará no primeiro governo de Augusto Montenegro, de 1901 a 1904. Nesse último ano, uma reforma na Constituição do estado permitiu que Augusto Montenegro se candidatasse à reeleição nas eleições de dezembro. Por essa razão, o governador teve que se afastar do governo em 31 de outubro. Geminiano de Lira Castro deveria assumir seu lugar, mas, como pretendia concorrer ao Senado, encontrava-se igualmente impedido. Assumiu assim o governo João Antônio Luís Coelho. Montenegro foi reeleito, mas Geminiano, não.

Foi eleito deputado federal pelo Pará na legislatura 1909-1911. Estando em curso a legislatura 1918-1920, voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos deputados por curto espaço de tempo, de novembro a dezembro de 1920. Retornou ainda à Câmara nas legislaturas 1921-1923 e 1924-1926.

Durante o governo de Washington Luís (1926-1930), foi ministro da Agricultura, Indústria e Comércio.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1936.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

CASTRO, ISMAELINO DE

*militar; rev. 1930; junta gov. PA 1930; rev. 1932.

Otávio Ismaelino Sarmento de Castro nasceu no Pará no dia 21 de maio de 1905, filho de Manuel Ismael de Castro e de Otávia Sarmento de Castro.

Estudou inicialmente no Colégio Perseverança e depois no Colégio Progresso Paraense, onde frequentou o curso comercial. Diplomado guarda-livros, trabalhou na firma M. I. Castro, especializada em caixas de madeira para exportação de borracha e castanhas. Em 1920 ingressou no Ginásio Pais de Carvalho. Em setembro de 1921 sentou praça como recruta de ensino da Escola Regimental do 26º Batalhão de Caçadores (26º BC), sediado em Belém. Em janeiro de 1922 foi transferido para o Pelotão de Metralhadoras Pesadas dessa unidade, em maio seguinte para a sua 2ª Companhia e, finalmente, em agosto, para a sua secretaria, como datilógrafo. Em março de 1923 tornou-se cabo chefe de peça efetivo e transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde se matriculou na Escola Militar do Realengo e foi classificado na arma de infantaria em março de 1924. Concluindo o curso, foi declarado aspirante a oficial em janeiro de 1928 e em março retornou ao 26º BC. Nessa época, lecionou aritmética no Ginásio Pais de Carvalho. Em agosto do mesmo ano foi promovido a segundo-tenente e em agosto de 1930 a primeiro-tenente.

Ao desencadear-se a Revolução de 1930, no início de outubro, tornou-se um dos chefes do movimento no Pará, liderando a revolta no 26º BC. Diante da reação da Força Pública paraense, foi obrigado a retirar-se para a cidade de Viseu (PA), na fronteira com o Maranhão. Dirigiu-se em seguida para Carutapera (MA) e desceu o rio Gurupi para fazer contato com os efetivos revolucionários em operação no Norte do país. Preso pela Força Pública em Bragança (PA), foi conduzido a Belém, onde chegou ainda no mês de outubro. Consolidada a vitória da revolução no dia 24 de outubro, passou a integrar, ao lado dos primos Abel e Mário Chermont, líderes civis do movimento rebelde no estado, a junta provisória de governo que substituiu o governador Eurico de Freitas Vale. Essa junta, que atuaria apenas de 24 a 26 de outubro, foi substituída pelo tenente Landri Sales, que também ficou no governo apenas dois dias. No dia 28 foi criada uma nova junta governativa, mais uma vez composta por Ismaelino de Castro e Mário Chermont, e ainda o tenente Antônio Rogério Coimbra. A nova junta permaneceu no cargo até 12 de novembro, quando assumiu o governo o tenente Joaquim de Magalhães Barata, nomeado interventor federal no Pará

por Getúlio Vargas, chefe do governo provisório.

Tornando-se assistente militar do interventor, Ismaelino de Castro foi reintegrado ao 26º BC e em janeiro do ano seguinte assumiu o comando da 2ª Companhia dessa unidade. Ainda em 1930, foi enviado a Fordlândia (concessão de terras feita ao industrial americano Henry Ford, às margens do rio Tapajós, para exploração da borracha) com a missão de pacificar um movimento de trabalhadores que, em sinal de protesto, tinham danificado uma serra elétrica utilizada na exploração de madeira. Tendo sido bem-sucedido na missão, e estando matriculado na Faculdade de Direito de Belém, no dia 15 de novembro de 1931 foi nomeado secretário do Interior e Justiça do Pará.

Ainda em 1931 participou da constituição do Partido Liberal (PL) do Pará, fundado em dezembro por iniciativa do interventor Magalhães Barata, e tornou-se membro do primeiro diretório da agremiação, ao lado dos irmãos Chermont e de José Carneiro da Gama Malcher, entre outros. Como os demais partidos criados nessa época pelos interventores estaduais, o PL do Pará apoiou abertamente a política de Getúlio Vargas, congregando as forças que tinham promovido a Revolução de 1930 no estado.

Os desentendimentos entre Ismaelino de Castro e o interventor começaram, porém, a se tornar frequentes, culminando com a designação por Magalhães Barata do então secretário da Fazenda, Clementino Lisboa, ao invés de Ismaelino, para ocupar a interventoria durante sua viagem à capital federal. Diante disso, em abril de 1932, Ismaelino pediu exoneração do cargo de secretário do Interior e passou para a oposição. Posicionando-se contra a legislação trabalhista do então ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, por considerar que defendia ideias contrárias às propostas pela Revolução de 1930, fez de sua própria casa a sede da Legião Paraense do Trabalho. Em artigo publicado no *Estado do Pará* em 14 de junho de 1932, criticou a exigência de sindicalização do operário prescrita pelo Ministério do Trabalho, observando que aquelas leis não satisfaziam as aspirações mínimas do proletariado do resto do país. Quanto à Legião, no mês seguinte definiu-a como o órgão oficial trabalhista no Pará e como uma tentativa de resolver a questão proletária brasileira, buscando acomodar os interesses dos proletários com o dos patrões, de quem aqueles não deveriam se afastar, pois estes possuíam o capital necessário à sociedade.

Em setembro de 1932, durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo, foi transferido para o Rio de Janeiro a fim de juntar-se às tropas que combatiam os revolucionários

paulistas. Ainda no mesmo mês, participou de operações militares contra os rebeldes em várias localidades do estado de São Paulo. Após a derrota dos revoltosos em outubro do mesmo ano, permaneceu por algum tempo na capital da República, regressando no fim do ano a Belém. Em janeiro de 1933 reassumiu suas funções de ajudante do 26º BC e, em caráter interino, a chefia da 2ª Circunscrição de Recrutamento.

Nas eleições de 3 de maio de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte candidatou-se a deputado, considerando-se um representante da “mocidade paraense”, formada por acadêmicos das faculdades de Belém, “sem compromissos político-partidários com quaisquer agremiações”. Obtendo apoio da Federação dos Capacetes de Aço e da Mocidade Estudantina, apresentou plataforma política, sob o título “Palavras únicas”, em que defendia a anistia ampla para os crimes políticos e seus derivados, a liberdade de imprensa, a remodelação do ensino secundário e a estabilidade da função pública, medidas destinadas à reabilitação da Revolução de 1930. Realizadas as eleições, foi contudo derrotado.

Em agosto de 1933 foi promovido a capitão e removido do 26º BC para o Batalhão de Guardas, no Distrito Federal. Em dezembro do mesmo ano bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Mesmo fora de seu estado, candidatou-se novamente no pleito de outubro de 1934, agora pela Frente Única Paraense, formada naquele ano por elementos de oposição ao governo do interventor Magalhães Barata. Derrotado mais uma vez, dedicou-se à carreira militar, ao magistério e à advocacia. Permaneceu no Batalhão de Guardas até fevereiro de 1935, quando assumiu as funções de professor de administração, legislação e processo militar da Escola Militar do Realengo. Em outubro seguinte passou a auxiliar de ensino de direito daquele estabelecimento militar, função que exerceu até retornar, em abril de 1936, ao 26º BC na capital paraense.

Em agosto de 1939 foi mais uma vez transferido para o Rio de Janeiro, ficando adido à Diretoria de Infantaria até o mês seguinte, quando passou a servir na 1ª Divisão de Infantaria do 1º Regimento de Infantaria (1º RI) na Vila Militar. De fevereiro a outubro de 1940 fez o curso de aperfeiçoamento da Escola de Armas, na mesma cidade. Foi então transferido para o 14º BC, sediado em Florianópolis, onde, em maio do ano seguinte, assumiu o comando da 1ª Companhia. Em fevereiro de 1942 retornou ao Rio de Janeiro para servir na Diretoria de Recrutamento. Promovido a major em setembro de 1943, foi transferido para Juiz de Fora (MG) em novembro desse mesmo ano para comandar o

Batalhão do 12º RI, e lá permaneceu até dezembro de 1944.

De volta ao Rio de Janeiro, serviu mais uma vez na Diretoria de Recrutamento, de onde foi transferido em julho de 1946 para o gabinete da Diretoria de Ensino de Exército. No primeiro semestre de 1947 foi auxiliar de ensino de direito do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), mas em junho deixou o CPOR para lecionar português no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Em 1949 fez estágio em técnica de ensino e em 1950 fez o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em junho desse ano tornou-se membro efetivo do conselho deliberativo do Clube Militar, logo após a eleição do general Newton Estillac Leal, candidato da chapa nacionalista à diretoria do clube e posteriormente ministro da Guerra, no segundo governo constitucional de Getúlio Vargas (1951-1954).

Ainda em setembro de 1950, recebeu a patente de tenente-coronel. No ano seguinte, no I Congresso Nacional de Folclore no Rio, foi premiado pela tese de linguística, “O folclore no ensino de português” (trabalho em parceria com os professores Cavalcanti Proença e José Ramos). No segundo semestre de 1952, tornou-se professor adjunto da cátedra de português do Colégio Militar. Em novembro do mesmo ano foi promovido a coronel e em janeiro de 1956 passou para a reserva no posto de general de brigada e como professor reformado.

Foi ainda redator chefe da *Revista Acadêmica* da Escola Militar e colaborador da *Revista do Trânsito*, da Rádio Esporte em Revista e de *A Manhã*, no Rio, além dos jornais *Estado*, de Juiz de Fora (MG), e *Estado do Pará* e *Liberal*, no Pará. Foi membro da Academia Paraense de Letras, da Federação das Academias de Letras do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e de Sergipe, do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, da Associação de Homens de Letras do Brasil e da Sociedade Brasileira de Cultura.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 28 de dezembro de 1989.

Era casado com Maria de Lourdes Gonçalves Pereira de Castro, com quem teve uma filha. Publicou, entre outros títulos, *Maria China* (romance folclórico paraense, 1949), *Gotas de glória* (episódios da Força Expedicionária Brasileira – FEB) e *Oitentanos* (1985). A seu respeito foi escrito *De coração aberto: pequena biografia do mestre-escola Ismaelino*.

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC.; CASTRO, M. *De coração*; CRUZ, E. *História do*

Pará; Encic. Mirador; MEIRA, C. Introdução; POPPINO, R. Federal; Rev. Clube Militar (6/50); SILVA, H. 1930.

CASTRO, João Alves de

*dep. fed. GO 1892-1899; pres. GO 1917-1921; dep. fed. GO 1924-1926.

João Alves de Castro nasceu em Goiás, filho de Manuel Alves de Castro e de Maria José Leite de Castro. Seu irmão Joviano Alves de Castro foi deputado federal por Goiás de 1922 a 1930.

Formou-se em direito e chegou a desembargador. Foi eleito deputado federal pelo estado de Goiás em 1892, a fim de preencher a vaga deixada na Câmara dos Deputados por Joaquim Xavier Guimarães Natal, que renunciou ao mandato após ter sido nomeado juiz federal. Foi reeleito para as legislaturas 1894-1896 e 1897-1899. Em Goiás, foi secretário da Instrução Pública durante o governo do presidente estadual Miguel da Rocha Lima (1905-1909).

Na eleição de 2 de março de 1917 foi eleito presidente do estado de Goiás. Seu êxito foi resultado de um acordo entre o poder central e os grupos oligárquicos locais, que lutavam entre si pelo controle político do estado desde 1912. Naquele ano, Urbano de Gouveia renunciou à presidência estadual em virtude de desentendimentos com o presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), que almejava quebrar a hegemonia regional dos Bulhões, dos quais Gouveia era aliado. A partir de então teve início um período de grande instabilidade, até que em 1917 os grupos políticos goianos aceitaram uma conciliação. Pelo acordo proposto pelo presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) aos líderes do Centro Republicano (controlado pela família Bulhões) e do Partido Democrata (controlado pela família Caiado), os dois lados comprometeram-se a apoiar, para presidente do estado, o desembargador João Alves de Castro, e ainda, para primeiro vice-presidente, um candidato indicado pelo Partido Democrata, e para segundo e terceiro vice-presidentes, candidatos indicados pelo Centro Republicano. Obrigaram-se também a reconhecer e empossar os candidatos escolhidos, bem como a reconhecer 18 deputados democratas e cinco republicanos para a Assembleia Estadual.

João Alves de Castro tomou posse no governo de Goiás em 14 de julho de 1917, sucedendo ao presidente interino Salatiel Simões de Lima. Afastou-se em 31 de dezembro de 1918,

para gozar quatro meses de licença, e foi substituído pelo presidente do Senado estadual, Joaquim Rufino Ramos Jubé. Reassumiu a presidência do estado no dia 24 de abril de 1919 e exerceu o mandato até completá-lo, no dia 14 de julho de 1921, quando tomou posse o novo presidente eleito, Eugênio Rodrigues Jardim.

Elegeu-se deputado federal pelo estado de Goiás no pleito de 17 de fevereiro de 1924 e exerceu seu mandato até o fim da legislatura, em 1926.

Foi ainda chefe de polícia em Goiás e juiz de direito no Acre.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

CASTRO, Joaquim Domingues Leite de

*dep. fed. MG 1906-1911.

Joaquim Domingues Leite de Castro nasceu em São João Del Rei (MG) em uma família que exerceu considerável influência, tanto econômica quanto política, nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Ingressou na política ao ser eleito em 1898 chefe do Executivo do município de São João Del Rei, cargo que voltaria a ocupar em 1912. Em 1903 foi eleito deputado estadual em Minas Gerais. Permaneceu no Legislativo estadual até 1906, quando foi eleito deputado federal por seu estado natal. Em maio do mesmo ano assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e, reeleito para a legislatura seguinte, nela permaneceu até 31 de dezembro de 1911.

Foi ainda engenheiro e trabalhou no prolongamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas Gerais. Também foi senador em seu estado natal.

Faleceu em Minas Gerais.

Era casado com Clotilde da Rocha, com quem teve um filho, Cristóvão Leite de Castro, engenheiro e professor da Escola Nacional de Engenharia, no Rio de Janeiro.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); NOGUEIRA, G. *Genealogias*; Referências genealógicas. Família. Leite de Castro. Disponível em: <<http://referenciasgenealogicasaalecastro.blogspot.com/2010/05/familia-leite.html>>. Acesso em: 14/9/2010; São João del Rei transparente. *O bairro das fábricas*. Disponível em: <<http://www.saojoaodelreitr transparente.com.br/projects/view/148>>. Acesso em: 14/9/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

CASTRO, José Valois de

*dep. fed. SP 1900-1917 e 1924-1930.

José Valois de Castro nasceu em São Luís do Paraitinga (SP) no dia 20 de novembro de 1856.

Cursou o Seminário Episcopal, formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883, e dedicou-se à carreira eclesiástica, tornando-se cônego da arquidiocese de São Paulo, bem como promotor eclesiástico da antiga diocese de São Paulo. Também foi lente do Ginásio Estadual, do Seminário e do Curso Preparatório anexo à Faculdade de Direito, sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e membro do Conselho Superior de Instrução Pública de São Paulo, criado em 1887.

Iniciou a carreira política ao se eleger deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para a legislatura 1898-1900. Na Câmara Estadual, participou das comissões de Redação (1898) e Instrução Pública (1899-1900). Em 1900 foi eleito deputado federal e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Conseguiu ser reeleito para as cinco legislaturas subsequentes e permaneceu no Legislativo federal até dezembro de 1917. No ano seguinte ocupou uma cadeira no Senado Estadual paulista, na vaga aberta devido à renúncia de Carlos de Campos, eleito deputado federal. No Senado estadual integrou a Comissão de Instrução Pública e Higiene.

Após um intervalo de sete anos, voltou a ser eleito deputado federal por São Paulo em 1924. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio, obteve mais duas reeleições consecutivas, mas teve o mandato interrompido pela vitória da Revolução de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu em 30 de julho de 1939.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Correio Paulistano* (1/8/1939); FERREIRA, A. *Epopéia; Folha da Manhã* (1/8/1939).

CASTRO, Joviano Alves de

*dep. fed. GO 1922-1930.

Joviano Alves de Castro nasceu em Goiás no dia 14 de setembro de 1822, filho de Manuel Alves de Castro e de Maria José Leite de Castro. Seu irmão, João Alves de Castro, foi deputado federal pelo estado de Goiás de 1892 a 1899 e de 1924 a 1926, e presidente do estado de 1917 a 1921.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império. Em 7 de setembro de 1904 elegeu-se deputado estadual em Goiás, para a legislatura de 1905 a 1908, na legenda do Partido Republicano Federal. Ao final do mandato, foi secretário de Instrução e Obras Públicas do estado de 1908 a 1909, durante o governo de Miguel da Rocha Lima (1905-1909). Em setembro de 1916 elegeu-se senador estadual em Goiás, e tomou posse em maio de 1917. Renunciou ao mandato em 1920, antes do término da legislatura. Por decreto de 14 de julho de 1921, data da posse de Eugênio Jardim no governo de Goiás, foi mais uma vez nomeado secretário de Instrução e Obras Públicas do estado. Afastou-se do cargo em 27 de novembro do mesmo ano para se candidatar a deputado federal na legenda do Partido Democrata.

Eleito, assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1922. Foi reeleito em 1924, 1927 e 1930, mas perdeu o mandato após a vitória do movimento armado de outubro, que levou Getúlio Vargas ao poder e fechou todos os órgãos legislativos do país.

Casou-se com Tarcila Caiado de Castro e foi pai de quatro filhos.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

CASTRO, Julião Ribeiro de

* dep. fed. RJ 1921-1923.

Julião Ribeiro de Castro era filho de Manuel Antônio Ribeiro de Castro, primeiro barão de Santa Rita, e de Ana Francisca Batista de Almeida Pinheiro.

Em 1921 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e exerceu seu mandato de 9 de maio do mesmo ano a 31 de dezembro de 1923.

Foi ainda um dos fundadores do Engenho Central de Quissamã, localizado no Norte fluminense, o primeiro da América do Sul a centralizar em uma única planta industrial a produção de açúcar e aguardente utilizando a cana-de-açúcar proveniente de várias fazendas de diferentes proprietários.

Casou-se com Maria Isabel de Castro Carneiro da Silva.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; VIANA, S. *Engenho*.

CASTRO, LEITE DE

*militar; rev. 1930; min. Guerra 1930-1932.

José Fernandes Leite de Castro nasceu em Cruz Alta (RS) no dia 5 de outubro de 1871. Seu pai, o marechal João Vicente Leite de Castro, escreveu o livro *Pátria, honra e dever*, que durante muito tempo serviu como manual de disciplina no Exército.

Sentou praça em fevereiro de 1887, ingressando na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo (RS). Fez o curso de artilharia e em 1890 tornou-se alferes. Em 1893 combateu a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e em 1894 foi promovido a primeiro-tenente. Comandou a única bateria de artilharia de campanha durante a batalha da Armação (9/2/1894) em Niterói (RJ), uma das muitas que se travaram durante a Revolta da Armada, movimento contra o governo de Floriano Peixoto (1891-1894). Em seguida foi nomeado instrutor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Em 1896 foi designado membro da Comissão dos Trabalhos de Fortificação das Barras de Santos (SP) e de Copacabana, no Rio de Janeiro, e no ano seguinte auxiliou na elaboração do projeto de reconstrução da fortaleza de Santa Cruz, em Niterói (RJ). Em 1901 foi promovido a capitão e em 1907, a fim de proceder a estudos sobre material bélico, seguiu em comissão para a Europa, onde permaneceu até 1909. Em 1910, por ocasião da revolta dos praças na ilha das Cobras, servia na guarnição do Rio de Janeiro. Comandando o 1º Grupo de Obuseiros, da artilharia, foi escolhido para bombardear o quartel do Batalhão Naval, fato decisivo para que se debelasse imediatamente o levante. Em 1911, foi promovido a major.

No governo de Venceslau Brás (1914-1918), devido a seus conhecimentos técnicos, foi designado para chefiar uma missão militar à Europa para a aquisição de material bélico. Em 1916 foi promovido a tenente-coronel. Logo após a declaração de guerra do Brasil à Alemanha (15/10/1917), foi para a França (1918) como membro e, depois, chefe da missão incumbida de estudar as operações bélicas. Ali ficou adido ao estado-maior da artilharia do Exército do general Charles Marie Emmanuel Mangin. Foi incumbido de elaborar planos de locomoção das forças aliadas, logrando vê-los aprovados pelas autoridades militares francesas que, ao término da guerra, indicaram seu nome à Sociedade das Nações para compor a comissão de limites da bacia do Sarre.

Promovido a coronel em 1919, passou a exercer no mesmo ano a chefia da Comissão de

Estudos de Operações e Aquisição, cargo em que se manteve até 1928. Em 1922 foi promovido a general de brigada, sendo depois nomeado diretor-geral de artilharia. Em 1927 foi designado membro da Comissão de Promoções do Exército e juiz do Conselho de Justiça Militar. Em 1928 tornou-se inspetor de defesa da costa.

NA REVOLUÇÃO DE 1930 E NO MINISTÉRIO DA GUERRA

Quando eclodiu a Revolução de 1930, em 3 de outubro, encontrava-se em Nova Friburgo (RJ), de onde veio para o Rio de Janeiro a fim de participar do movimento. Integrou assim o grupo de militares que em 24 de outubro depôs o presidente Washington Luís. Com a instalação, em 3 de novembro, do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, foi nomeado ministro da Guerra. Em janeiro de 1931, foi promovido a general de divisão.

No período seguinte, participou das reuniões do “Gabinete Negro”, denominação dada pela imprensa aos encontros informais dos chamados “jovens revolucionários” com Vargas, no palácio do Catete, para discutir os rumos da revolução. Esse contato com Getúlio era uma forma de pressioná-lo a manter-se dentro do ideário tenentista, de continuação do movimento revolucionário. O Gabinete Negro pode ser considerado o embrião do Clube 3 de Outubro, do qual Leite de Castro foi um dos incentivadores. Em novembro de 1930, ele assinou, juntamente com Osvaldo Aranha, José Isaías de Noronha, Francisco Campos, João Batista Luzardo e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, um telegrama em que se sugeria ao governador de Minas Gerais, Olegário Maciel, a formação da Legião de Outubro, destinada a sustentar a revolução.

Como ministro da Guerra, Leite de Castro atravessou um período administrativo muito difícil, devido às enormes dificuldades financeiras por que passava o país e também à indisciplina reinante do Exército, para cuja normalização tomou inúmeras providências, obtendo êxito em quase todas. Em sua gestão, o Estado-Maior do Exército cuidou da reorganização geral do Exército, da mobilização e do ensino militar. Todas as escolas e cursos passaram a funcionar. Foram também selecionadas comissões para tratar de vários problemas: comercialização da produção das fábricas e arsenais, Lei do Sorteio Militar, Lei de Promoções, reorganização de departamentos administrativos e da Justiça Militar, sistema de fundos e outros. Em junho de 1931 foi criado o Correio Aéreo Militar.

Constituiu-se ainda, com apoio do Ministério da Guerra, uma comissão de especialistas para estudar e propor medidas destinadas a implantar a ampla industrialização do ferro no país.

Durante a interventoria de Laudo Ferreira de Camargo em São Paulo (julho-novembro de 1931), participou de repetidas conferências com Vargas, Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça, e Abraão Ribeiro, secretário de Justiça do estado, na tentativa de encontrar uma solução para o impasse criado pela oposição entre os tradicionais grupos políticos paulistas, desejosos de reconquistar o poder, e os tenentes, liderados por Miguel Costa, que queriam preservar e aprofundar a revolução.

Em fevereiro de 1932, o *Diário Carioca* foi empastelado no Rio de Janeiro pelos tenentistas, o que foi considerado uma provocação aos políticos da Frente Única Gaúcha (FUG) e a seus representantes no ministério do governo provisório. Vargas não esclareceu o caso, e isso provocou o rompimento entre os gaúchos e o chefe do governo. Em março, pediram demissão de seus cargos Maurício Cardoso, novo ministro da Justiça; Batista Luzardo, chefe de Polícia do Distrito Federal; Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e João Neves da Fontoura, conselheiro do Banco do Brasil. Os dissidentes deslocaram-se, em seguida, para o Rio Grande do Sul, onde começaram uma acirrada campanha pela constitucionalização do país.

Em maio de 1932, Leite de Castro enfrentou uma nova crise militar, que se tornou conhecida como o “caso dos rabanetes e picolés”. Anistiados pela Revolução de 1930, os revolucionários de 1922 (“picolés”) foram em seguida reintegrados no Exército com antiguidade superior à dos demais companheiros, que se haviam vinculado ao movimento de 1930 pouco antes de sua eclosão. Os tenentes de 1922 eram apelidados de “picolés” porque, em sua maioria, se tinham mostrado “frios” diante dos movimentos posteriores. Em revidade, passaram a chamar de “rabanetes” os revolucionários de 1930, porque os consideravam “vermelhos por fora e brancos por dentro”.

A crise desencadeou-se quando os “rabanetes” telegrafaram ao ministro Leite de Castro protestando contra o fato de os “picolés” terem sido considerados mais antigos do que eles para efeitos de promoção. Com base nesse telegrama, Leite de Castro puniu disciplinarmente os “rabanetes”, o que provocou a solidariedade dos companheiros de todas as guarnições do país. O impasse foi solucionado com a criação de quadros paralelos para

os “picolés”, cujas promoções por antiguidade se faziam sem preenchimento de vaga e, portanto, sem prejuízo de seus camaradas “rabanetes”, de igual tempo de serviço. No entanto, o que havia sido apenas um problema de indisciplina deixou sequelas que ajudariam a fermentar, logo depois, uma verdadeira crise político-militar, a qual terminaria desembocando na Revolução Constitucionalista de 1932.

Quase ao mesmo tempo, a autoridade de Leite de Castro como ministro da Guerra passou a ser contestada pelo comandante da 3ª Região Militar (3ª RM), sediada em Porto Alegre, general Francisco Ramos de Andrade Neves, que era ligado à FUG e ao interventor no Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha. Em consequência da intromissão do ministro da Guerra nos negócios internos da 3ª RM, Andrade Neves pediu exoneração do cargo em 30 de maio de 1932. O fato provocou uma crise no governo gaúcho. Necessitando do apoio da FUG, Flores da Cunha ameaçou renunciar. Em telegrama a Osvaldo Aranha, agora ministro da Fazenda, afirmou que a saída do comandante da 3ª RM perturbaria a ordem pública. Aranha debateu o assunto com Getúlio, que procurou contemporizar durante alguns dias.

Por sua vez, o comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, general Bertolo Klinger, que desde abril vinha combatendo a filiação de oficiais à sucursal do Clube 3 de Outubro fundada em Cuiabá, começou também a contestar a autoridade de Leite de Castro. Em maio de 1932, defendeu a idéia de que a oficialidade das guarnições deveria afastar-se das atividades políticas. A postura de Klinger foi tida como afronta direta ao ministro da Guerra, pois era sob o beneplácito de Leite de Castro que se processavam a politização do Exército e a atuação dos tenentistas.

Em São Paulo, em meados de 1932, tornava-se cada vez mais aguda a luta entre tenentismo e oligarquia. Qualquer acordo com o governo federal parecia impossível, pois as frentes únicas de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais tinham concluído um entendimento preliminar de aliança política contra Vargas, até que fosse implantado um governo constitucional.

No começo de junho, João Neves da Fontoura, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), foi chamado por Getúlio e ainda procurou convencê-lo a renegar o tenentismo, reformar o ministério e dar cinco pastas às frentes únicas. Tais conversações entretanto fracassaram, e os grupos radicais gaúcho, mineiro e paulista, inclinados para a revolução,

passaram à ofensiva.

No final de junho de 1932, as frentes únicas exigiram uma mudança do ministério, com a qual tencionavam indicar Flores da Cunha para a pasta da Justiça e Maurício Cardoso para substituí-lo na interventoria gaúcha. Outra exigência que faziam era a mudança do ministro da Guerra. A idéia da recomposição ministerial foi aprovada pelos titulares das pastas, que pediram demissão coletiva, mas Vargas negou-se a aceitá-la.

No entanto, a 29 de junho de 1932, Leite de Castro foi exonerado do Ministério da Guerra, devido às contestações à sua autoridade e, ainda, à pressão dos próprios tenentistas, que, considerando-o politicamente desgastado, desejavam substituí-lo por outro representante do grupo. Andrade Neves foi mantido na 3ª RM, e o general da reserva Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso tornou-se o novo ministro da Guerra.

Decepcionado com a nomeação de Cardoso, Leite de Castro afastou-se temporariamente do ambiente político e militar. Em 1933 foi enviado à Europa, em companhia do major Henrique Ricardo Holl, em missão de compra de armas. Pouco antes, no mesmo ano, assumira a chefia da Comissão Brasileira de Criação e Desenvolvimento de Indústrias Militares, a qual deixou em 1936 para encabeçar a Comissão Militar Brasileira na Europa, com sede em Bruxelas. Em 21 de outubro de 1937, foi transferido para a reserva.

Morreu no Rio de Janeiro em 13 de dezembro de 1950.

Robert Pechman

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARNEIRO, G. *História*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos* (1945); *Jornal do Comércio* (14/12/1950); LAGO, L. *Generais*; LOPES, T. *Ministros*; MACEDO, R. *Efemérides*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1931 e 1932); NICOLAS, M. *Cem anos*; PEIXOTO, A. *Getúlio; Personalidades*; WANDERLEY, N. *História*.

CASTRO, Lincoln Caiado de

*dep. fed. GO 1927-1930.

Lincoln Caiado de Castro foi prefeito da cidade de Goiás de 1919 a 1923.

Em fevereiro de 1927 foi eleito deputado federal pelo estado de Goiás na legenda do Partido Democrata. Reeleito em 1930, perdeu o mandato após a vitória do movimento armado de outubro liderado por Getúlio Vargas, que fechou todos os órgãos legislativos do país.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

CASTRO, Luís da Silva

*dep. fed. RJ 1894-1905 e 1912-1914.

Luís da Silva Castro nasceu em Santa Maria Madalena (RJ) no dia 30 de janeiro de 1855.

Formou-se em medicina e de 1885 a 1887 atuou como inspetor escolar gratuito em Santa Maria Madalena, São Francisco de Paula e São Sebastião do Alto, em sua província natal. Já na República, em 1891, foi nomeado comandante superior da Guarda Nacional em Santa Maria Madalena.

Em 1º de março de 1894, foi eleito deputado federal pelo 2º distrito do estado do Rio de Janeiro. Exerceu o mandato de 3 de maio daquele ano a 31 de dezembro de 1896, e foi reeleito para as três legislaturas seguintes: 1897-1899, 1900-1902 e 1903-1905. Em 1912 voltou a ser eleito deputado federal pelo 2º distrito do estado do Rio e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados de 4 de maio daquele ano a 31 de dezembro de 1914.

Também exerceu o cargo de vice-presidente do estado do Rio de Janeiro.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CASTRO, J. *Milícia*.

CASTRO, Manuel Jacinto Domingues de

*dep. fed. SP 1894-1905.

Manuel Jacinto Domingues de Castro nasceu em São Luís do Paraitinga (SP) no dia 30 de novembro de 1846, filho de Manuel Jacinto Domingues de Castro e de Maria Justina Gouveia de Castro. Seu pai recebeu o título de barão de Paraitinga concedido por dom Pedro II, em 17 de maio de 1871. Foi chefe do Partido Conservador e deputado provincial em São Paulo de 1870 a 1871 e de 1876 a 1877, tendo ainda ocupado a vice-presidência da Assembleia Legislativa Provincial.

Coronel da Guarda Nacional, foi presidente da Câmara Municipal de seu município de 1884 a 1892, bem como da Santa Casa de Misericórdia, de 1884 a 1890. Ocupou ainda os cargos de delegado de polícia de 1890 a 1894 e de inspetor de Instrução Pública de 1892 a 1894. Em 7 de março de 1892 conseguiu ser eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para a legislatura 1892-1894.

Em 1894 foi eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1894-1896. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio, foi reeleito para as três legislaturas subsequentes, porém durante a última veio a falecer, no dia 29 de agosto de 1905, sem concluir o mandato.

Era casado com Elisa de Moura Castro.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PASIN, J. *Barões*; VASCONCELOS, J; VASCONCELOS, R. *Archivo*.

CASTRO, Miguel

* pres. PI 1882-1883; dep. geral CE 1885-1888; dep. geral RN 1889; const. 1891; gov. RN 1891; dep. fed. RN 1892-1893.

Miguel Joaquim de Almeida Castro nasceu na fazenda Convento, freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, município de Ipu (CE), no dia 4 de dezembro de 1834, filho de Joaquim Felício de Almeida Castro e de Cosma Rodrigues Veras. Era sobrinho-neto do padre Miguelinho, seu homônimo, um dos líderes da Revolução de 1817 em Pernambuco. Seu primo Francisco Pinheiro de Almeida Castro também seguiu carreira política, exercendo o mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Norte de 1921 a 1922.

Formou-se bacharel em direito pela Faculdade do Recife em 1858, foi nomeado promotor público da comarca de Maioridade (RN) em 1859, e juiz municipal e de órfãos de Aracati (CE) em 1860. Em 1864 foi nomeado juiz de direito da comarca de Saboeiro (CE), e em 1868 foi designado inspetor literário.

Iniciou a carreira política no ano em que se formou, sendo eleito deputado provincial no Rio Grande do Norte na legenda do Partido Liberal para as legislaturas 1858-1859 e 1860-1861. Foi presidente da província do Piauí de 1882 a 1883, e em 1885 foi eleito deputado geral pela província do Ceará na legenda do Partido Liberal para o período 1885-1888. Em 1889 voltou para o Rio Grande do Norte, onde se aliou a José Bernardo de Medeiros, líder político da região do Seridó, e aí se elegeu deputado geral, sempre na legenda do Partido Liberal. Com a queda da monarquia, José Bernardo aliou-se ao líder republicano Pedro Velho de Albuquerque Maranhão para montar o novo governo do Rio Grande do Norte. Em 15 de setembro de 1890 Miguel Castro foi eleito deputado federal constituinte na legenda do Partido Republicano, novamente com o apoio de José Bernardo, e em 15 de novembro tomou posse.

Em 1891 Miguel Castro foi um dos protagonistas da disputa pelo controle do poder no Rio Grande do Norte a partir das divergências expostas pelo Partido Republicano durante a eleição para presidente da República pelo Congresso Nacional Constituinte, no dia 25 de fevereiro. Na ocasião, toda a bancada do Rio Grande do Norte apoiou o marechal Deodoro da Fonseca, com exceção de Pedro Velho e José Bernardo,

que apoiaram Prudente de Moraes. Em vista disso, depois de eleito Deodoro nomeou Francisco Amintas da Costa Barros, um dos opositores de Pedro Velho e José Bernardo, para o governo do estado. Ligado por laços de família aos Almeida Castro e aos Amorim Garcia, Amintas Barros realizou eleições para o Congresso Constituinte estadual, e este, uma vez instalado, elegeu Miguel Castro governador do Rio Grande do Norte. Como Miguel Castro se encontrava no Rio de Janeiro, Amintas Barros passou o governo para seu vice, José Inácio Fernandes Barros, que logo repassou o posto para o segundo-vice, Francisco Gurgel de Oliveira.

Chegando a Natal, Miguel Castro tomou posse em 9 de setembro de 1891 e organizou o governo tendo as famílias Almeida Castro e Amorim Garcia como base de apoio político, e nomeando seus membros para postos-chave em detrimento dos aliados de Pedro Velho e José Bernardo. No plano nacional, Miguel Castro e o Congresso estadual continuaram apoiando os atos políticos do governo Deodoro da Fonseca, inclusive o chamado “golpe de Lucena” e o fechamento do Congresso Nacional (3/11/1891). Com a renúncia de Deodoro à presidência (23/11/1891), Pedro Velho e José Bernardo, à frente das tropas do Exército sediadas em Natal, promoveram a derrubada de Miguel Castro, deportando-o depois de preso para Fortaleza. O governo do estado foi então entregue a uma junta governativa que dissolveu o Congresso estadual e convocou eleições para um novo Congresso Constituinte. Este, por sua vez, elegeu Pedro Velho governador.

Em 1892 Miguel Castro voltou ao Rio de Janeiro para denunciar no Congresso Nacional o golpe perpetrado por Pedro Velho e José Bernardo, mas não encontrou audiência favorável. Em 1899 foi candidato ao Senado, mas foi derrotado pelo candidato “pedrovelhista”. Abandonando a vida pública, estabeleceu-se em Recife, onde faleceu em 6 de maio de 1901.

Casado com Rosa Maria Antunes de Oliveira, teve seis filhos.

Renato Amado Peixoto

FONTES: BUENO, A. *Visões*; CASCUDO, L. *Governo*; CASCUDO, L. *História*; CASCUDO, L. *Movimento*; CASCUDO, L. *História*; *República* (9-11/1891); MEDEIROS, J. *Rio Grande do Norte*; SOUZA, I. *República*.

CASTRO, Nascimento

* gov. RN 1890-1891; junta gov. RN 1891-1892; gov. RN 1892.

Manuel do Nascimento Castro e Silva nasceu em Granja (CE) no dia 25 de dezembro de 1851, filho de Antônio Gomes Ferreira e de Luzia Gomes Ferreira.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade do Recife em 1880, e em seguida foi nomeado promotor público em Mossoró (RN), juiz municipal de Natal e juiz de direito em Santana de Matos (RN).

Em 1889 foi duas vezes nomeado diretor da Instrução Pública no Rio Grande do Norte: no último governo do Império e no primeiro governo da República, chefiado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (novembro a dezembro). Quando Pedro Velho voltou ao governo do estado em 1890 (setembro a novembro), foi nomeado chefe de polícia. Permaneceu no posto no governo do sucessor de Pedro Velho, João Gomes Ribeiro, mas em 7 de dezembro de 1890, quando este foi afastado por influência de Pedro Velho, por ter-se aproximado da oposição à sua liderança, assumiu o governo do Rio Grande do Norte por autorização do Ministério da Justiça e Interior. Ao iniciar seu governo convocou uma Constituinte estadual e fez publicar por decreto um Projeto de Lei Orgânica que passou a ser conhecido como “Constituição de Castro”.

Em 3 de março de 1891, já após a eleição de Deodoro da Fonseca para presidente da República pela Assembléia Nacional Constituinte (25/2/1891), transferiu o governo do estado para Francisco Amintas da Costa Barros, nomeado por Deodoro. Passou então a combater os atos do Congresso Constituinte estadual, bem como o governador eleito, Miguel Joaquim de Almeida Castro, que tomou posse em 9 de setembro. Tornou-se um dos conspiradores cuja ação culminou com a derrubada e prisão de Miguel Castro pelas tropas do Exército, manipuladas diretamente por Pedro Velho e José Bernardo de Medeiros. Em seguida participou da junta governativa articulada por Pedro Velho e José Bernardo, presidida por Francisco Lima e Silva e composta também por Joaquim Ferreira Chaves Filho. A junta tomou posse em 28 de novembro de 1891, dissolveu o Congresso Constituinte estadual eleito durante o governo de Amintas Barros e convocou novas eleições para outro Congresso Constituinte, que foi instalado a 20 de fevereiro de 1892. Esse Congresso elegeu como seu presidente Jerônimo Câmara. Este recebeu o

governo do estado da junta governativa em 22 de fevereiro e o repassou em 28 de fevereiro a Pedro Velho, eleito governador pelo mesmo Congresso.

Em meados da década de 1890 Nascimento Castro passou a fazer oposição a Pedro Velho, ajudando a fundar em 1897 o Partido Republicano Constitucional no Rio Grande do Norte, cujo diretório passou a integrar. Em 1898 trabalhou pela candidatura de Campos Sales à presidência da República contra a de Lauro Sodré, apoiada por Pedro Velho. Com a vitória de Campos Sales em Natal, participou das manifestações de rua contra o “pedrovelhismo”. Foi um dos signatários do Manifesto do Partido Republicano Constitucional de 1899 que justificava a abstenção da entidade nas eleições para governador, denunciando as práticas políticas “pedrovelhistas” e a perseguição movida pelos governistas.

Foi redator dos jornais *A Liberdade* (de 1885 a 1889), *A República* (em 1891), *Rio Grande do Norte* e *Diário de Natal*.

Faleceu em Natal em 20 de janeiro de 1901.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CASCUDO, L. *Governo*; CASCUDO, L. *História da República*; CASCUDO, L. *História do Rio Grande do Norte*; NONATO, R. *Bacharéis*; POMBO, R. *História; República* (22/1/1901); SOUZA, I. *República*.

CASTRO, Nélson Ribeiro de

* dep. fed. RJ 1918-1920.

Nélson Ribeiro de Castro foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e exerceu seu mandato na legislatura que se estendeu de 10 de maio de 1918 a 31 de dezembro de 1920.

Izabel Pimentel da Silva

Fonte: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

CASTRO, Plácido de

* militar; gov. Acre 1903-1904.

José Plácido de Castro nasceu em São Gabriel (RS) no dia 9 de setembro de 1873, filho do capitão Prudente da Fonseca Castro, veterano das campanhas do Uruguai e do Paraguai, e de Zeferina de Oliveira Castro.

Começou a trabalhar aos 12 anos, quando seu pai morreu, para ajudar no sustento da mãe e de seus seis irmãos. Em 1889, pouco depois de completar 16 anos, ingressou na vida militar, sentando praça no 1º Regimento de Artilharia de Campanha (RAC), em São Gabriel (RS). Meses depois, matriculou-se na Escola Tática de Rio Pardo. Em 1892, já promovido a segundo-sargento, retornou ao 1º RAC. No ano seguinte ingressou na Escola Militar de Porto Alegre.

Quando eclodiu a Revolução Federalista, em fevereiro de 1893, posicionou-se contra o governo do marechal Floriano Peixoto, por considerá-lo ilegítimo. Acreditava que o marechal Deodoro da Fonseca, o presidente anterior, não deveria ter sido substituído pelo então vice-presidente Floriano Peixoto, e sim que deveria ter havido novas eleições diretas. Lutou ao lado dos revoltosos, chegando à patente de major. Com o triunfo das tropas legalistas, em 1895, recusou a anistia oferecida pelo governo aos envolvidos no movimento rebelde e decidiu abandonar a carreira militar.

Após uma breve estada em São Gabriel, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde conseguiu emprego no Colégio Militar como inspetor de alunos. Demitido do emprego por conta de uma desavença com um professor, em março de 1898 foi trabalhar na Companhia Docas de Santos, em Santos (SP). No início de 1899, atendendo a convite do engenheiro gaúcho Orlando Correia Lopes, viajou para o Acre para demarcar seringais.

O Acre pertencia então à Bolívia, mas, devido ao *boom* da coleta da borracha, contingentes cada vez mais numerosos de brasileiros, sobretudo de nordestinos, se haviam estabelecido na área. Por causa disso, surgiram impasses entre o Brasil e a Bolívia a respeito do território. Em julho de 1899, os brasileiros ali residentes, chefiados pelo espanhol Luís Galvez Rodriguez de Arias, não aceitaram a soberania boliviana e proclamaram a República Independente do Acre. O novo país teve, porém, vida efêmera. Tropas enviadas pelo governo brasileiro depuseram Galvez e dissolveram a República do

Acre.

Nessa época, a Bolívia organizou uma pequena missão militar para ocupar a região. Esta, porém, ao chegar a Puerto Acre, foi impedida pelos seringueiros brasileiros de continuar seu deslocamento. Os brasileiros receberam apoio do governador do Amazonas, Silvério Néri, que enviou uma nova expedição, sob o comando do jornalista Orlando Correia Lopes – a Expedição dos Poetas, assim chamada por ter sido em parte formada por intelectuais e boêmios. Foi então proclamada a segunda República Independente do Acre, em novembro de 1900, mas os seringueiros foram derrotados pelas tropas bolivianas.

Em meio a isso tudo, Luís Galvez, que estava refugiado em Recife, divulgou nos jornais de Manaus a notícia de um suposto contrato entre a Bolívia e os Estados Unidos para o arrendamento do Acre. Segundo o contrato, a Bolívia arrendaria a região por 30 anos, ficando com 60% dos lucros das atividades econômicas ali realizadas, cabendo os 40% restantes para o Bolivian Syndicate, um conglomerado anglo-americano sediado em Nova Iorque. O acordo também autorizava o emprego de força militar como garantia de seus direitos na região; os Estados Unidos comprometiam-se a fornecer todo o armamento que fosse necessário e teriam a opção preferencial de compra do território arrendado, caso este viesse a ser colocado à venda. A Bolívia também se comprometia, no caso de uma guerra com o Brasil, a entregar a região aos Estados Unidos.

Plácido de Castro, vendo no acordo uma ameaça à integridade territorial brasileira, arregimentou os seringueiros, índios e outros habitantes da área, organizando-os militarmente. Paralelamente, o governo do Brasil reconhecia os direitos bolivianos sobre o Acre. O movimento armado iniciou-se com a tomada da localidade de Xapuri. O governo boliviano reagiu, enviando um contingente militar que impôs a Plácido e seus homens, em 18 de setembro de 1902, uma importante derrota no seringal Empreza (atual Rio Branco). No mês seguinte, dispondo de um maior número de homens, Plácido de Castro saiu vencedor, em novo confronto ocorrido naquele mesmo local.

Em janeiro de 1903, a sorte do conflito ficou decidida em favor de Plácido e seus comandados, que derrotaram a guarnição boliviana em Porto Acre. Na ocasião foi proclamada, mais uma vez, a República Independente do Acre. Dessa feita, porém, a ocupação da região por brasileiros foi reconhecida pelo governo central, que para lá enviou tropas, sob o comando do general Olímpio da Silveira. O presidente da Bolívia, general

José Manuel Pando, interveio então diretamente e entrou em confronto com Plácido, sem sucesso. Diante do impasse com a Bolívia, o barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, propôs a compra do Acre. Em agosto de 1903 Plácido foi provisoriamente empossado no comando do Exército acreano e na presidência daquele território.

As negociações com a Bolívia foram concluídas com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em novembro de 1903, pelo qual o Acre foi formalmente anexado ao Brasil, como território federal, em troca do pagamento de dois milhões de libras esterlinas e do compromisso de construir a ferrovia Madeira-Mamoré, além de pequenas compensações territoriais em Mato Grosso.

Plácido ficou à frente do território do Acre até fevereiro de 1904, quando retomou suas atividades de seringalista. Naquela ocasião, e até 1921, o Acre foi dividido em quatro departamentos – Alto Acre, Alto Purus, Alto Juruá e Alto Tarauacá –, chefiados por prefeitos nomeados diretamente pela presidência da República. Em junho de 1906 Plácido de Castro foi nomeado prefeito do Alto Acre. Ao longo de sua administração, enfrentou diversas intrigas, tendo de enfrentar a oposição, entre outros, de um antigo subordinado, o coronel Alexandrino José da Silva.

No dia 9 agosto de 1908, quando se preparava para regressar ao Rio Grande do Sul, onde se casaria, foi ferido numa emboscada preparada pelo coronel Alexandrino. Faleceu dois dias depois, no seringal Benfica. Seus restos mortais foram sepultados em Porto Alegre.

Em 1963, foi criado um novo município, que seria instalado apenas em 1977, em território desmembrado do Rio Branco, que recebeu o nome de Plácido de Castro.

Em 17 de novembro de 2004, foi entronizado no Panteão da Pátria e da Liberdade – construído entre 1985 e 1986, idealizado como um espaço para homenagear brasileiros ilustres, e localizado no subsolo da Praça dos Três Poderes, em Brasília – e teve seu nome inscrito no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Por ter sido um dos principais responsáveis pela anexação do hoje estado do Acre ao Brasil, passou a ser considerado o patrono do 4º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército brasileiro – sediado na capital do estado e integrante do Comando de Fronteira do Acre – e também da Polícia Militar do Acre.

A minissérie *Amazônia, de Galvez a Chico Mendes*, exibida na televisão em 2007, abordou

a vida de Plácido de Castro, sendo este interpretado pelo ator Alexandre Borges.

Sergio Lamarão/Inoã Carvalho Urbinati

FONTES: GOV. ACRE. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br/>>. Acesso em: 21/5/2010; IBGE. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/acre/placidodecastro.pdf>. Acesso em: 3/6/2010. Militar. Disponível em: <www.militar.com.br/modules.php?name>; Página 20. Disponível em: <http://pagina20.uol.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10205&Itemid=24>. Acesso em: 19/5/2010; Roraima em Foco. Disponível em: <<http://www.roraimaemfoco.com/colunistas/clio-boriola-colunistas-37/7332-artigo-josldo-de-castro-o-hero-acre-hiram-reis-e-silva.html>>. Acesso em: 21/5/2010; São Francisco. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/brasil/acre-2.php>> Acesso em: 19/5/2010; Uol Educação. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/placido-de-castro.jhtm>>. Acesso em: 18/5/2010.

CASTRO, Sousa

*dep. fed. PA 1918-1920; gov. PA 1921-1925; sen. PA 1925-1930.

Antônio Emiliano de Sousa Castro nasceu em Belém do Pará no dia 15 de agosto de 1875, filho de Antônio Emiliano de Sousa Castro e de Mirandolina Fernandes de Sousa Castro, que, através de decreto assinado em 1888 pelo imperador dom Pedro II, receberiam o título de barão e baronesa de Anajás. Seu pai, juntamente com o médico paraense Camilo Henrique Salgado, fundou em 9 de janeiro de 1919 a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, da qual foram, respectivamente, diretor e vice-diretor.

Fez os primeiros estudos no Liceu Paraense e formou-se pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, da qual foi médico clínico e professor catedrático. Ainda antes de formar-se iniciou a carreira política, sendo eleito deputado estadual em 1912, e deputado federal em 1918.

Em 1921, ao se encerrar o segundo governo de Lauro Sodré, foi eleito governador do Pará. Empossado em 1º de fevereiro daquele ano, durante seu governo fundou a Lazarópolis do Prata, primeiro leprosário do Brasil, criado com o objetivo de isolar e oferecer atendimento aos leprosos do estado. Inaugurado em 1924, o leprosário ficava localizado a 150 quilômetros de Belém, na colônia agrícola de Santo Antônio do Prata. Ao final de seu mandato, em 1º de fevereiro de 1925, teve como sucessor o senador paraense Dionísio Bentes, cuja vaga no Senado veio a ocupar. Como senador, integrou a delegação do Brasil à Conferência Internacional do Comércio, realizada em Madri, Espanha, em 1930. Teve o mandato suspenso nesse mesmo ano decorrência da vitória revolução deflagrada em outubro, que dissolveu todos os órgãos legislativos do país.

Iniciado o governo do interventor Magalhães Barata no Pará em 12 de novembro de 1930, foi posta em prática uma política de perseguição a três ex-governadores ligados às elites hegemônicas da Primeira República: Sousa Castro, Dionísio Bentes e Eurico Vale. Todos tiveram seus bens confiscados, e além disso Sousa Castro e Eurico Vale foram presos.

Nas eleições de outubro de 1934, Sousa Castro foi eleito deputado constituinte estadual na legenda oposicionista da Frente Única Paraense (FUP), que congregou membros do Partido

Republicano Federal, do Partido Republicano Conservador, revolucionários descontentes com Magalhães Barata e uma parte representativa do operariado vinculada ao Partido Trabalhista e ao Partido Social Trabalhista. O resultado das eleições demonstrou a supremacia do Partido Liberal (PL), de Magalhães Barata, que fez sete dos nove deputados federais e 21 dos 30 deputados estaduais. A eleição de Magalhães Barata para governador, a ser feita pela Assembleia Constituinte estadual, parecia assim estar garantida. Entretanto, às vésperas da eleição ocorreu o episódio que ficou conhecido como a “dissidência do PL”, em que sete membros daquele partido, em virtude de desentendimentos com o interventor, se uniram aos nove deputados da FUP e lançaram Mário Chermont como candidato ao governo do estado.

Em 4 de abril de 1935, data de instalação da Constituinte, temerosos de represálias, Mário Chermont e seus aliados, entre os quais Sousa Castro, buscaram refúgio no quartel do Exército e solicitaram um *habeas corpus* ao Tribunal de Justiça. Aproveitando a situação, o presidente da Assembleia, deputado Ápio Medrado, fiel ao interventor Barata, convocou três suplentes (padre Clotário de Alencar, Angelino Lima e João Lopes de Barro), garantiu quorum à sessão e elegeu Barata governador por maioria absoluta de votos, empossando-o imediatamente. No dia 5 de abril, munidos de *habeas corpus* e acompanhados pelo desembargador Dantas Cavalcante, a maioria dos deputados, formada pelos representantes da FUP e pelos dissidentes do PL, seguiu em direção ao prédio da Assembleia acompanhada por uma turba que, aos gritos, os acusava de “traidores”. Entretanto, não conseguiram chegar a seu destino, pois foram surpreendidos por um intenso tiroteio, no qual Sousa Castro foi baleado no tórax.

Após esses acontecimentos, que tiveram intensa repercussão no cenário político nacional, Magalhães Barata foi imediatamente exonerado do cargo de interventor, para o qual foi nomeado temporariamente o major Carneiro de Mendonça. Após negociações com os grupos em luta, o nome escolhido para ocupar o governo do Pará foi José Carneiro da Gama Malcher, que governou o estado até 1943.

Durante o Estado Novo, entre os anos de 1937 e 1942, Sousa Castro ocupou o cargo de

diretor administrativo do Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), instituição criada em 1936 no Pará por uma equipe de jovens médicos e farmacêuticos sob a coordenação de Evandro Chagas, filho de Carlos Chagas, com o objetivo de desenvolver pesquisas a respeito de micro-organismos e patologias da Amazônia. Em 1940, após o precoce falecimento de Evandro Chagas em um acidente aéreo, o governo do estado do Pará deu ao IPEN o nome de Instituto Carlos Chagas (IEC), em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo cientista na região. Em 1942 o IEC foi incorporado, como laboratório central e órgão de pesquisa, ao então criado Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), do Ministério da Educação e Saúde, com respaldo em um acordo entre os governos brasileiro e norte-americano, cujo objetivo era criar condições sanitárias adequadas nos vales do Amazonas e do rio Doce que garantissem aos norte-americanos o provimento de matérias-primas indispensáveis aos esforços dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Sousa Castro exerceu as funções de consultor da Superintendência Nacional do SESP e consultor do SESP da Amazônia.

Faleceu no dia 1º de julho de 1951, no Rio de Janeiro.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CAMPOS, A. *Políticas*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009; SIQUEIRA, E. *Formato*.

CASTRO, Teotônio de Magalhães

*dep. fed. MG 1894-1899.

Teotônio de Magalhães Castro nasceu no município de Serro Frio (MG) em 22 de junho de 1858.

Bacharelou-se em direito e até morrer exerceu a advocacia em seu município natal. Sua vida política teve início com a eleição para deputado provincial pelo Partido Liberal em 1884. Permaneceu na Assembleia provincial até 1885 e durante esse período foi segundo e primeiro-secretário da Casa. De volta ao Serro, tornou-se propagandista republicano e foi um dos fundadores, em 1888, do Clube Republicano do município. Em 1893 assumiu o cargo de agente executivo da cidade e fundou o jornal *A Sentinela*, que passou a ser o veículo oficial de notícias de Serro Frio.

Em 1894 foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e, reeleito para a legislatura seguinte, permaneceu no Legislativo federal até 31 de dezembro de 1899.

Faleceu em sua fazenda, no distrito de São Sebastião dos Correntes, município de Serro Frio em 17 de agosto de 1918.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; Bio. Teotônio de Magalhães Castro. Disponível em: < <http://www.flogao.com.br/serromg/37537174> >. Acesso em 19/10/2010; BRISKIEVICZ, D. *Arte*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); NOGUEIRA, G. *Genealogias*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

CATUNDA, Joaquim de Oliveira

*const. 1891; sen. CE 1891-1907.

Joaquim de Oliveira Catunda nasceu em Santa Quitéria (CE) no dia 2 de dezembro de 1834, filho de Antônio Pompeu de Sousa Catunda e de Inocência Pinto de Mesquita.

Apadrinhado pelo Senador Pompeu, transferiu-se para Fortaleza em 1849. Fez os estudos preparatórios no Liceu do Ceará e daí seguiu a carreira militar, sentando praça em 1853. De Fortaleza foi para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde serviu no 1º Batalhão de Artilharia a Pé. De 1857 a 1860 frequentou a Escola Militar, mas não concluiu o curso por ter sido mandado para as Alagoas como responsável pelos trabalhos de demarcação das terras devolutas no Urucu. Em 1862 tornou-se escriturário da Alfândega no Ceará e em 1867 deixou o cargo por ter sido nomeado professor de instrução no Ipu (CE).

Exerceu o primeiro mandato de deputado provincial em 1866-1867, e em 1868 foi nomeado oficial-maior da Secretaria do Governo. De volta à Assembleia provincial nos períodos 1878-1879 e 1880-1881, em 1879 foi designado secretário da Relação. Em 1882 foi um dos fundadores do Centro Abolicionista do Ceará. Também fundou e presidiu o Centro Republicano em julho de 1889. Ao longo desse período foi ainda professor de filosofia do Liceu do Ceará e de alemão da Escola Militar e fundou, juntamente com outros intelectuais cearenses, o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará em 1887.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, foi nomeado diretor da Instrução Pública do Ceará e procurou implementar idéias anticatólicas que não foram bem recebidas. Foi também secretário das Relações Exteriores no governo do tenente-coronel Luís Ferraz (1889-1891). Eleito senador pelo Ceará ao Congresso Nacional Constituinte, exerceu o mandato de 1891 a 1899 e foi reeleito para o período de 1900-1908. Foi primeiro-secretário e membro da Comissão de Finanças do Senado.

Faleceu no Rio de Janeiro em 28 de julho de 1907.

Publicou, entre outros trabalhos, *Estudos de história do Ceará* (1885); *Origens americanas e as imigrações pré-históricas*, na *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, tomo I (1888); O

Senador Pompeu, na *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, tomo LVIII (1918); e Aspectos da natureza cearense, no *Almanaque do Ceará* (1918).

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GIRÃO, V. *Ceará* (p. 65-66); GUIMARÃES, H. *Deputados* (p. 334-335).

CATUNDA, José Nelson de Araújo

*dep. fed. CE 1924-1930.

José Nelson de Araújo Catunda nasceu em Crateús (CE).

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1916, e em 1917 foi nomeado inspetor sanitário da Diretoria Geral de Higiene de Fortaleza. Em 1922 foi primeiro-secretário do Centro Médico Cearense, associação criada pelos médicos do Ceará em 1913. Foi eleito deputado federal pelo 1º distrito do Ceará, com sede em Fortaleza (CE), para as legislaturas 1924-1926, 1927-1929 e 1930-1932, mas teve o mandato interrompido em 23 de outubro de 1930 pela revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e fechou os órgãos legislativos do país.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: *Almanach do Ceará* (p.50); BARROS, Vinicius. *História da medicina*; LEAL, V. *História*.

CAVALCANTE, Francisco Manuel Paraíso

*dep. fed. MG 1894-1896.

Francisco Manuel Paraíso Cavalcante nasceu em Salvador, filho de Antônio Bernardino Cavalcante de Albuquerque e Aragão e de Maria Lúcia da Cruz Paraíso.

Formado em direito, em 1874 tornou-se o primeiro juiz do município mineiro de São Romão, exercendo a função por dois anos. Quando da criação da comarca de Alcobaça, na Bahia, para lá se transferiu e tomou posse como primeiro juiz de direito em abril de 1876. Com a proclamação da República e a necessidade de nomear novos membros para os Tribunais de Justiça dos estados, em maio de 1890 foi nomeado o primeiro presidente do Tribunal de Justiça de Goiás. Aposentou-se como desembargador do Tribunal de Relação da Bahia.

Em 1894 foi eleito deputado federal por Minas Gerais e tomou posse em junho do mesmo ano. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1896, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu em Uberaba (MG) em 5 de setembro de 1899.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. (p 92); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 1, p. 171); TRIB. JUST. GOIÁS. Disponível em: <<https://www.tjgo.jus.br/>>. Acesso em: 12/08/2010.

CAVALCANTI FILHO, José da Rocha

*dep. fed. AL 1921-1926 e 1930.

José da Rocha Cavalcanti Filho era filho de José da Rocha Cavalcanti, que foi deputado federal por Alagoas de 1894 a 1899 e de 1912 a 1913.

Ingressou na política elegendo-se deputado federal por Alagoas em 1921. Assumiu em maio do mesmo ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e foi reeleito em 1924. Deixou a Câmara em dezembro de 1926, quando se encerrou a legislatura, mas voltou a ser eleito deputado federal em março de 1930. Assumindo sua cadeira em maio, teve o mandato interrompido em outubro seguinte após a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi ainda presidente da comissão diretora do Partido Economista Democrático de Alagoas.

Faleceu em Recife no dia 14 de agosto de 1942.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. A B C *das Alagoas* (v.2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CAVALCANTI, ALCEDO

*militar; rev. 1930; rev. 1935.

Alcedo Batista Cavalcanti nasceu em Garanhuns (PE) no dia 6 de setembro de 1898, filho de Vicente Batista e de Maria Cavalcanti de Albuquerque Batista.

Sentou praça em maio de 1918, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, que o declarou aspirante a oficial da arma de engenharia em janeiro de 1921. Promovido a segundo-tenente em maio do mesmo ano e a primeiro-tenente em setembro do ano seguinte, chegou a capitão em janeiro de 1924.

Participou do movimento revolucionário de outubro de 1930, assumindo no dia 6 desse mês o comando da 1ª Companhia do 5º Batalhão de Engenharia, à frente do qual lutou ao lado dos rebeldes no Paraná. Comissionado no posto de tenente-coronel, chefiou o estado-maior da Inspetoria Geral da Força Pública de São Paulo, então comandada por Miguel Costa, de novembro a dezembro de 1930. Nesse mês assumiu a Inspetoria Geral da Força Pública, que ocupou até junho de 1931. Deflagrada em julho do ano seguinte a Revolução Constitucionalista de São Paulo, colaborou na repressão aos rebeldes, integrando o Destacamento Mendes Teixeira. O movimento foi definitivamente derrotado em outubro de 1932.

Promovido a major em outubro de 1934, foi professor adjunto do curso de engenharia e transmissões da Escola de Estado-Maior, no Rio de Janeiro, até 23 de novembro de 1935, quando passou a ausentar-se alegando doença. Quatro dias depois, eclodiu em unidades militares cariocas a tentativa de insurreição dirigida pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), em nome da Aliança Nacional Libertadora (ANL). A operação já fora tentada sem êxito dias antes no Nordeste. Acusado de envolvimento com os comunistas e com a preparação da insurreição, teve sua prisão decretada no dia 28 de novembro, depois que os rebeldes foram dominados.

Exilado no Uruguai, teve cassadas sua patente e condição de oficial do Exército por decreto de abril de 1936, sob a acusação de participar do levante da ANL. Ainda em 1936 foi para a Europa, juntamente com os oficiais Celso Tovar Bicudo de Castro e Paulo Machado Carrion, a fim de participar, ao lado dos republicanos, da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Chegando a Paris, no entanto, os três desentenderam-se com as autoridades espanholas encarregadas de receber os voluntários e retornaram ao Uruguai.

Exilado na Argentina até 1945, foi anistiado em 1951. Nesse mesmo ano, foi promovido retroativamente a tenente-coronel (agosto de 1942) e a coronel (setembro de 1947). Comandou ainda o 6º Batalhão de Engenharia, sediado no Pará, de 1955 a 1957. Em julho desse ano passou para a reserva no posto de general de brigada.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de setembro de 1979.

Era casado com Mary Néri Batista Cavalcanti, com quem teve três filhos.

FONTES: INF. Alcedo Hartmann Cavalcanti e Rodrigo Câmara Ferraz; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934); PORTO, E. *Insurreição*; SILVA, H. 1937; *Temas de Ciências Humanas* (9).

CAVALCANTI, Amaro

*const. 1891; sen. RN 1891-1893; min. Just. 1897-1898; min. STF 1906-1914; pref. DF 1917-1918; min. Faz. 1918-1919.

Amaro Bezerra Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Caicó, no sertão do Seridó, na província do Rio Grande do Norte, no dia 15 de agosto de 1849, filho de Amaro Soares Cavalcanti de Brito e de Ana Cavalcanti.

Por volta de 1876, matriculou-se na Escola de Direito da Union University, em Albany, no estado de Nova York, EUA, obtendo grau na turma do ano acadêmico de 1880-1881. De volta ao Brasil, trazendo na bagagem não só o diploma universitário, como também a experiência da viagem e a admiração pelo regime do país que conheceu, foi nomeado, em outubro de 1881, diretor-geral da Instrução Pública no Ceará. Profundo conhecedor do latim, língua clássica que aprendeu ao longo do curso de humanidades em sua terra natal, no ano seguinte transferiu-se para a Corte, a fim de reger esta cadeira para a turma do segundo ano do Imperial Colégio de Pedro II. De volta ao Ceará por um curto período, participou do pleito eleitoral de 1884 como candidato a deputado provincial. Vitorioso, não chegou a tomar posse. Fixando mais uma vez residência no Rio de Janeiro, dedicou-se à advocacia, ao jornalismo e ao estudo do direito.

Advinda a República, foi eleito senador constituinte pelo Rio Grande do Norte em setembro de 1890. Empossado em 15 de novembro seguinte, foi escolhido membro da comissão que formulou o projeto definitivo da primeira Constituição republicana. Deixou o Senado em 1893, ao ser nomeado ministro plenipotenciário na República do Paraguai. Depois de deixar o posto no exterior, retornou ao Brasil para assumir, durante o governo Prudente de Moraes (1894-1898), a pasta da Justiça e Negócios Interiores, entre 19 de janeiro de 1897 e 15 de novembro de 1898. Consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores de 1905 a 1906, em junho desse último ano tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), ocupando a vaga aberta em decorrência da aposentadoria de João Barbalho Uchoa Cavalcanti.

No STF, foi relator em 1909 de um dos *habeas corpus* impetrados pelos intendentess municipais do Distrito Federal, impedidos de entrar no prédio do Conselho por ato do governo da União. De grande repercussão na época, convencionou-se atribuir a esse processo judicial, e a outros impetrados por outros intendentess, a base jurisprudencial para a “doutrina brasileira do *habeas corpus*”, na medida em que esse instrumento jurídico tornava-se remédio para qualquer violação ao direito individual por autoridade constituída, segundo interpretação abrangente do art. 72 da Constituição de 1891.

Cavalcanti foi relator de outro *habeas corpus* de grande repercussão, impetrado por José Eduardo Macedo Soares, oficial de Marinha e membro de uma das famílias mais influentes do estado do Rio de Janeiro, preso durante estado de sítio decretado pelo presidente Hermes da Fonseca ao final de seu governo, em 1914. Foi vencido na demanda, porquanto entendeu que a ordem em favor de Macedo Soares merecia ser concedida e julgada procedente, ao passo que a maioria dos ministros foi do parecer de que sequer o STF tinha competência para examinar a matéria posta ali sob julgamento. Aposentando-se do STF em dezembro de 1914, foi delegado do Brasil nos trabalhos da Conferência Financeira de Washington, reunida em maio de 1915.

Em 15 de janeiro de 1917 foi nomeado prefeito do Distrito Federal pelo presidente Venceslau Brás, sucedendo a Azevedo Sodré. Acumulou o posto com cargo na Corte Permanente de Arbitragem, em Haia. Iniciado o governo Delfim Moreira em 15 de novembro de 1918, deixou a prefeitura, onde foi substituído por Cícero Peregrino da Silva, e tomou posse no Ministério da Fazenda, onde permaneceu até 17 de janeiro de 1919.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em janeiro de 1922.

Foi casado com Eponina de Sousa Ferreira.

Entre vasta obra publicada, que versa sobre educação, finanças e direito, figuram os títulos *A Religião* (1874), *New York* (1881), *Educação elementar nos Estados Unidos da América do Norte* (1883), *Ensino moral e religioso nas escolas públicas* (1883), *The Brazilian language and its agglutination* (1884), *Notícia cronológica da educação popular no Brasil* e *O meio circulante no Brasil* (1888), *Finances du Brésil* (1890), *Resenha financeira do ex-*

Império do Brasil em 1889 (1890), *Projeto de Constituição de um estado, com várias notas e conceitos políticos* (1890), *Tributação constitucional, polêmica na imprensa* (1896), *Regime federativo e a República brasileira* (1900), *Breve relatório sobre direito das obrigações* (1901), *Responsabilidade civil do Estado* (1905), *Revisão das sentenças dos tribunais estaduais pela Suprema Corte dos Estados Unidos* (1910), *O caso do Conselho Municipal perante o Supremo Tribunal Federal* (1911).

Eduardo Junqueira

FONTES: CAMPANHOLE. *Constituições*; MATTOSO, P. *Supremo Tribunal Federal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

CAVALCANTI, Ambrósio Machado da Cunha

*dep. geral AL 1864-1870; gov. PE 1890; junta gov. PE 1891-1892.

Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti nasceu em Alagoas no dia 7 de outubro de 1830.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1852 e em seguida tornou-se promotor em Maceió, onde também começou sua vida política ainda durante o Império. Foi eleito diversas vezes deputado provincial e, em 1863, deputado geral por Alagoas, exercendo o mandato na Câmara de 1864 a 1870.

Em 1880 transferiu-se para Pernambuco e militou ao lado do cunhado Belmiro da Silveira Lins, o barão de Escada, que foi assassinado na cidade de Vitória de Santo Antão em virtude de conflitos armados envolvendo a campanha eleitoral para o Senado.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), continuou sua vida política em Pernambuco. O terceiro governador nomeado no período republicano, Albino Gonçalves Meira, diante da polarização entre José Isidoro Martins Júnior e José Mariano Carneiro da Cunha, renunciou em 21 de junho de 1890, com menos de dois meses de governo. Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti foi então nomeado para substituí-lo, mas tampouco teve uma administração longa, pois em 4 de agosto seguinte foi substituído por Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, que passou a governar Pernambuco.

Depois das gestões de Lucena, de José Antônio Correia da Silva e de José Maria Albuquerque Melo, em 30 de novembro de 1891 foi a vez de Antônio Epaminondas de Barros Correia, o barão de Contendas, assumir o governo pernambucano. A administração de Contendas durou até 18 de dezembro de 1891, quando foi deposto no contexto da reconfiguração política decorrente da chegada de Floriano Peixoto à presidência da República em 23 de novembro de 1891. Em seu lugar assumiu uma junta de governo de que faziam parte, além de Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, José Vicente Meira de Vasconcelos e Joaquim Mendes Ouriques Jaques. Eleito vice-governador, Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti respondeu pelo governo de 7 até 20 de abril de 1892, quando Alexandre José Barbosa Lima, governador eleito, tomou posse. Todos esses governos estiveram inseridos na crise política que marcou Pernambuco entre a proclamação da República e o ano de 1896, definida por Robert Levine como “uma sucessão de administrações repressivas, de vida curta, impostas do Rio de Janeiro literalmente para restabelecer a ordem e pôr cobro ao caos político”.

Faleceu em Pernambuco no dia 4 de abril de 1897.

Publicou *O morticínio da vitória – Manifesto apresentado ao público pelo Dr. Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti* (1880).

Raimundo Helio Lopes

FONTE: GUERRA, F. *História*; LEVINE, R. *Velha*; NASCIMENTO, L. *História*;
VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

CAVALCANTI, André

*magistrado; const. 1891; dep. fed. PE 1891-1893; min. STF 1897-1927.

André Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Pesqueira (PE) no dia 18 de fevereiro de 1834, filho de José de Siqueira Cavalcanti e de Maria da Penha Cavalcanti.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1859, e no ano seguinte, sempre na capital pernambucana, iniciou carreira na magistratura como promotor público. Em janeiro de 1868 foi transferido para a cidade do Cabo, mas aí permaneceu por curto período dado que, em março, tomou assento na Assembleia Provincial de Pernambuco, sendo eleito ainda para a legislatura 1870-1871. Em junho de 1878 foi nomeado juiz de direito da comarca de Bom Jardim, em Pernambuco, exercendo ali suas funções até agosto de 1880, quando foi designado para a comarca de Pedra de Fogo, na província da Paraíba.

Proclamada a República, foi eleito deputado constituinte por Pernambuco, participando assim dos trabalhos que resultaram na promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891. A partir de junho, exerceu o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, até 1893. Ainda em 1891, já organizada a Justiça Federal, foi nomeado juiz dos feitos da fazenda municipal do Distrito Federal, serventia em que permaneceu até 1894, quando assumiu a chefia de polícia da capital da República.

Em junho de 1897, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga aberta com a aposentadoria de José Higino Duarte Pereira, deixando suas funções na chefia de polícia. No tribunal, foi relator da ação civil originária oferecida pelo estado de Santa Catarina em face do estado do Paraná, na qual o primeiro pretendia ver-se legitimado no controle de vasta região de terras em litígio e sob o domínio do segundo. A querela sobre os limites dos dois entes provinha do Império e, graças ao princípio da autonomia estadual do modelo federalista inaugurado em 1891, pôde enfim surgir com força no cenário político e institucional da Primeira República. Vencida a questão preliminar, que versava sobre a própria competência do STF para resolver a liça, em 1909 proferiu voto favorável às

pretensões do governo catarinense, as quais acabaram, por maioria, prevalecendo na corte. A decisão de reconhecer o direito de Santa Catarina sobre o domínio da área foi o estopim a partir do qual se deu a Guerra do Contestado, que eclodiu entre 1912 e 1916, com os dois estados em armas pelo controle da região, numa corrida que envolveu política, interesses econômicos e fanatismo religioso e só terminou após a assinatura de um acordo.

Exerceu os cargos de vice-presidente e presidente do STF, eleito para este último em 1924, por ocasião do falecimento de Hermínio Francisco do Espírito Santo, ocorrido em 11 de novembro.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 13 de fevereiro de 1927, no exercício de suas funções na presidência do STF, depois de 30 anos de serviço na corte.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

CAVALCANTI, CARLOS DE LIMA

*rev. 1930; gov. prov. PE 1930; interv. PE 1930-1935; gov. PE 1935-1937; const. 1946; dep. fed. PE 1946-1954 e 1956-1959.

Carlos de Lima Cavalcanti nasceu no engenho Caeté, em Amaraji (PE), no dia 7 de junho de 1892, filho de Artur de Siqueira Cavalcanti, proprietário rural, e de Elvira Clélia de Matos Lima.

Descendente de tradicional família pernambucana, entre seus parentes afastados destacam-se as figuras de Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, que foi regente do Império (1837-1840); dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, arcebispo do Rio de Janeiro (1897-1905) e primeiro cardeal da América Latina; e Pedro Ernesto Batista, que foi interventor (1931-1935) e prefeito (1935-1936) do Distrito Federal.

Carlos de Lima cursou o primário e o secundário no Colégio Aires Gama, em Recife, onde foi contemporâneo dos jornalistas e políticos Gilberto Amado e Assis Chateaubriand. Em 1910 ingressou na Faculdade de Direito do Recife, que frequentou até o segundo ano. Vinculado ao Partido Republicano Federal de Pernambuco, dedicou-se com grande entusiasmo à campanha civilista desenvolvida naquele estado em 1911 por Estácio Coimbra em favor da candidatura de Francisco de Assis Rosa e Silva, representante das tradicionais oligarquias açucareiras, à presidência do estado. Essa candidatura foi combatida por seu pai, que apoiava o movimento salvacionista, patrocinado pelo presidente marechal Hermes da Fonseca e promovida pelo Partido Republicano Conservador, cujo candidato era o general Emídio Dantas Barreto. Embora Rosa e Silva tivesse saído vitorioso nas urnas, o governo federal, apoiando o movimento popular irrompido em Recife, garantiu a posse de Dantas Barreto no governo do estado em dezembro de 1911.

Transferindo-se em 1912 para São Paulo, Carlos de Lima bacharelou-se em 1914 pela Faculdade de Direito daquela cidade, sendo a seguir nomeado delegado de polícia no interior do estado. Seguiu depois para o Rio de Janeiro, onde morou por algum tempo. Com o intuito de ajudar o pai em sua usina Pedrosa, situada no município de Cortês (PE), ali passou a residir. Após a morte do pai, em 1918, assumiu a direção daquele estabelecimento, à frente do qual permaneceria até 1937.

Filiado ao Partido Republicano Democrata (PRD), fundado em 1915 por Emídio Dantas

Barreto e Manuel Borba, apoiou o governo deste último (1915-1919), ao qual permaneceu vinculado mesmo depois da cisão do partido, em 1917, em duas facções: dantistas e borbistas. Dessa forma, apoiou a candidatura de José Rufino Bezerra Cavalcanti, amigo e correligionário de Manuel Borba, que, eleito em julho de 1918, governou Pernambuco de 1919 a 1922.

A CRISE DE 1922 EM PERNAMBUCO

Solidário com José Bezerra, Carlos de Lima apoiou a Reação Republicana, movimento que promoveu as candidaturas de Nilo Peçanha e de J. J. Seabra à presidência e à vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1922 em oposição à chapa oficial formada por Artur Bernardes e Urbano Santos. Embora vitoriosos em Pernambuco, os candidatos da Reação Republicana foram derrotados em âmbito nacional. Ainda por sugestão de José Bezerra, Carlos de Lima candidatou-se à Assembleia Legislativa na chapa Paz e Concórdia e foi eleito deputado estadual.

Entretanto, a morte de José Bezerra (28/3/1922) antes do final de seu mandato desencadeou uma luta acirrada entre os grupos que disputavam a sucessão estadual: de um lado, os partidários de Carlos de Lima Castro, então prefeito de Recife, fortemente apoiado pelos chefes políticos Estácio Coimbra, Dantas Barreto e pelos Pessoa de Queirós, sobrinhos do presidente da República Epitácio Pessoa, e, de outro, os que defendiam o nome de José Henrique Carneiro da Cunha, apoiado por Manuel Borba, Carlos de Lima e seu irmão Caio, além do líder operário Joaquim Pimenta.

Com a vitória de Carneiro da Cunha no pleito de 27 de maio, iniciaram-se os conflitos em Pernambuco. A pretexto de manter a ordem, as forças federais ocuparam Recife durante três dias. Esse fato acirrou os ânimos da população, em particular dos trabalhadores, que, mobilizados por Joaquim Pimenta, ocuparam vários prédios, desenvolvendo forte resistência.

No dia 29 de junho de 1922, diante dos constantes rumores sobre a participação do Exército na preparação de um golpe em Pernambuco, o marechal Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar, telegrafou ao coronel Jaime Pessoa, comandante da 7ª Região Militar, sediada em Recife, solicitando aos militares pernambucanos que não se envolvessem nas “manobras do Catete”. Esse telegrama teve como consequência a prisão

do marechal Hermes em 1º de julho e o fechamento do Clube Militar no dia seguinte. Essas medidas insuflaram o descontentamento no Exército, especialmente entre os tenentes, que reagiram, deflagrando a Revolta de 5 de Julho, que envolveu contingentes do forte de Copacabana, da Escola Militar e da Vila Militar, no Rio de Janeiro, além dos efetivos militares sediados em Mato Grosso.

Enquanto isso, os grupos políticos pernambucanos entraram em acordo, escolhendo para governar o estado, de 1922 a 1926, um candidato de conciliação, o juiz federal Sérgio Loreto. A paz política pouco durou, pois este último, entre outras medidas, decretou o fechamento das organizações sindicais de Pernambuco, levando Joaquim Pimenta, Manuel Borba e seus correligionários, entre os quais Carlos de Lima, a promover uma campanha contra seu governo.

Segundo Guillermo Palacios, Carlos e Caio de Lima encabeçaram, a partir de 1922, uma facção agroindustrial dissidente, que aglutinava os maiores usineiros de Pernambuco e uma plêiade de pequenas usinas, aparentemente marginalizadas pela cúpula da elite política proprietária dos antigos engenhos. A partir de 1922, essa facção promoveu intensas campanhas jornalísticas contra a política econômica do governo federal e a liderança oligárquica do estado de Pernambuco, a quem denunciava com frequência pelas arbitrariedades praticadas contra os plantadores de cana, os lavradores e os trabalhadores rurais mantidos sob seu domínio.

APOIO AOS IDEAIS REVOLUCIONÁRIOS

Reeleito para a Assembleia Legislativa em 1925, Carlos de Lima permaneceu na oposição, manifestando sua hostilidade com maior ênfase após a eleição de Estácio Coimbra para a presidência de Pernambuco no período de 1926 a 1930. Em 1927, entretanto, Carlos de Lima abandonou suas atividades parlamentares juntamente com Caio, fundando em 16 de abril o *Diário da Manhã*. Na primeira edição do jornal, Carlos de Lima, identificado com os ideais revolucionários dos “tenentes”, que haviam promovido as revoltas de 5 de julho de 1922 e de 1924 e participado da Coluna Prestes (1925-1927), proclamou Luís Carlos Prestes chefe da revolução em marcha no país contra os poderes estabelecidos de Washington Luís e das oligarquias locais. Posteriormente, Carlos de Lima fundou o *Diário da Tarde*, constituindo os dois jornais sob sua direção os principais porta-

vozes da oposição em Pernambuco aos governos federal e estadual.

Tendo arquitetado um plano revolucionário a ser posto em prática no Nordeste, Carlos de Lima tentou convencer o líder tenentista Juarez Távora a assumir, em julho de 1927, o comando militar do movimento. Este, entretanto, considerando a fragilidade do projeto — que, àquela época, contava basicamente com a adesão dos elementos oposicionistas do Norte —, conseguiu dissuadi-lo daquele intento, alegando a necessidade de aglutinação de forças em todo o país, manobra esta que já vinha sendo executada pelos ex-integrantes da Coluna Prestes, então no exílio. Em setembro, Carlos de Lima deu asilo na usina Pedrosa a João Alberto Lins de Barros, um dos comandantes de destacamento da Coluna Prestes que seguira para Recife a fim de rever seus familiares e desenvolver contatos para o movimento revolucionário então em andamento.

Por outro lado, com a fundação do Partido Democrático Nacional (PDN), em 21 de setembro de 1927, os principais representantes deste, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Maurício de Lacerda, organizaram uma caravana ao Norte do país com o objetivo de congregar as oposições para uma ação ampla contra o governo federal e as oligarquias locais. A chamada Caravana Democrática partiu do Rio de Janeiro em julho de 1928 sob o comando de Assis Brasil. Por comungar do ideário do PDN, Carlos de Lima, em companhia do irmão Caio, de Dantas Barreto e de Lacerda de Almeida, fundou a seção pernambucana da agremiação. Paralelamente, foi fundado por correligionários de Manuel Borba o Partido Republicano Democrático (PRD) de Pernambuco.

Esses dois partidos, entretanto, fundiram-se em 1929, dando origem à Frente Liberal, que apoiou a Aliança Liberal em Pernambuco, defendendo as candidaturas de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, e de João Pessoa, presidente da Paraíba, à sucessão presidencial de 1930, em oposição à chapa oficial composta por Júlio Prestes e Vital Soares. A formação da Aliança Liberal, decorrente da ruptura política entre os governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, de um lado, e o presidente Washington Luís, comandando os demais estados, do outro, deu início aos entendimentos para um plano revolucionário entre os exilados que haviam participado dos movimentos tenentistas e os políticos que divergiam do governo federal.

Uma vez estabelecido que caberia a Juarez Távora o comando militar do movimento revolucionário em todo o Norte e Nordeste do país, foi decidido que sua liderança civil em

Pernambuco seria exercida por Carlos de Lima, com o auxílio dos irmãos Caio e Rui. A atuação de Carlos de Lima passou então a se desenvolver em duas frentes: uma ostensiva, através de artigos publicados em seus jornais, os quais, com penetração em todo o Nordeste, visavam a preparar a opinião pública para o desfecho do levante; e a outra secreta, enquanto articulador da revolução. Nesse sentido, Carlos de Lima empreendeu com Caio uma viagem ao Centro-Sul do país, bem como à Argentina, a fim de estabelecer contatos com os principais líderes revolucionários, entre os quais Luís Carlos Prestes, Juarez Távora, João Alberto, Antônio de Siqueira Campos, Pedro Ernesto, Paulo Nogueira Filho, Miguel Costa e Osvaldo Aranha. Além disso, a usina Pedrosa, de propriedade dos irmãos Lima Cavalcanti, tornou-se um dos principais redutos de conspiração no Nordeste.

Entretanto, em fevereiro de 1930, eclodiu em Princesa, atual Princesa Isabel (PB), um movimento rebelde liderado por José Pereira em oposição ao governo estadual de João Pessoa. Carlos e Caio de Lima auxiliaram João Pessoa a combater a revolta, fazendo passar pela divisa entre Pernambuco e Paraíba munições enviadas por aliancistas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Adotaram o recurso de esconder os pacotes em latas de goiabada. No dia 1º de março de 1930, realizaram-se as eleições que deram a vitória a Júlio Prestes e a Vital Soares. Os setores aliancistas que já esperavam por esse resultado intensificaram as articulações para a deflagração do movimento armado. Em meados de março, Juarez Távora seguiu para o Nordeste. Chegando a Recife em 12 de abril, entrou imediatamente em contato com Carlos e Caio de Lima, que o informaram sobre a situação reinante em Pernambuco e na Paraíba, já que mantinham entendimentos constantes com João Pessoa e José Américo de Almeida, líderes do movimento aliancista naquele último estado.

Em maio, Prestes decidiu retirar seu apoio à Aliança Liberal por divergir do programa que esta adotara e que, segundo ele, revelava caráter acentuadamente burguês, refletindo apenas uma simples luta entre as oligarquias dominantes. Embora se houvesse comprometido a retardar de um mês a publicação de um manifesto em que exporia ao país as razões de sua nova posição, em virtude da morte de Siqueira Campos num desastre aéreo ocorrido em 10 de maio de 1930, Prestes decidiu romper aqueles compromissos e antecipou a divulgação do documento. Assim, no dia 23 de maio, escreveu aos irmãos Lima Cavalcanti, solicitando que fizessem chegar às mãos de Juarez Távora uma cópia do manifesto que pretendia publicar de imediato. Apesar das censuras que por isso lhe fizeram Juarez e os irmãos Lima

Cavalcanti, Prestes não hesitou, e o manifesto foi publicado no dia 29 pelo jornal gaúcho *Diário da Noite*, órgão dos Diários Associados, o mesmo ocorrendo nos dois dias seguintes em outros jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

PARTICIPAÇÃO NA REVOLUÇÃO DE 1930

Paralelamente ao afastamento de Prestes do comando militar do movimento, Getúlio Vargas e Antônio Carlos de Andrada, presidente de Minas Gerais, decidiram recuar em relação à luta armada, o que implicava a paralisação dos preparativos para o levante. Entretanto, após o assassinato de João Pessoa, ocorrido em julho de 1930 em Recife, o clima de revolta que se alastrou pelo país levou Getúlio e Antônio Carlos a decidirem por um novo e decisivo apoio à conspiração revolucionária, para cuja chefia militar foi escolhido o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Após alguns mal-entendidos entre Juarez Távora e Osvaldo Aranha quanto ao dia, à hora, aos locais de sublevação das tropas e à própria forma de ação sob a qual seria deflagrada a revolução, Juarez, ao desembarcar no Recife no dia 3 de outubro, recebeu da parte de Carlos e Caio de Lima a informação de que o movimento revolucionário fora iniciado no Sul do país, às 17:30h daquele mesmo dia, e de que já haviam sido inteiradas do fato as autoridades estaduais e federais. Em companhia de Carlos de Lima e dos tenentes Sebastião Mendes de Holanda e Jair de Albuquerque Lima, Juarez seguiu para o quartel do 21º Batalhão de Caçadores, sediado na capital pernambucana, e ali certificou-se de que a tropa se encontrava em rigorosa prontidão, não podendo assim os oficiais rebeldes sublevá-la. Frustravam-se, portanto, as ações militares previstas pelo programa previamente estabelecido pelos revolucionários, segundo o qual o início do levante ocorreria simultaneamente nas unidades militares do Norte e do Nordeste a uma hora da madrugada do dia 4 de outubro.

Por entender que malograra por completo o plano de uma rápida ocupação de Recife, Juarez seguiu imediatamente para João Pessoa a fim de trazer reforços. Antes de deixar a capital pernambucana, porém, com o objetivo de ali criar focos rebeldes, determinou que fossem inutilizados os equipamentos dos sistemas de comunicação da Central Telefônica e fosse ocupado o quartel da Soledade, onde estava instalado o depósito de material da 7ª Região Militar. Essas duas determinações foram cumpridas com pleno êxito: a primeira,

por um grupo de civis comandados por Rui e Caio de Lima; e a segunda, por 17 homens sob as ordens do capitão Antônio Muniz de Faria.

Instalado na Soledade o quartel-general dos revolucionários, Carlos de Lima, seguindo instruções de Juarez, para lá se dirigiu a fim de providenciar a distribuição de armas e munições aos rebeldes. Entretanto, a situação permanecia indecisa devido à reação legalista do 21º BC, da Brigada Militar, do Corpo de Bombeiros, do Batalhão de Cavalaria e dos efetivos irregulares, os chamados “provisórios” civis arregimentados pelos irmãos Pessoa de Queirós.

Somente na noite do dia 4 e na madrugada do dia seguinte é que dois episódios vieram modificar o quadro até então esboçado: o contingente acantonado no 21º BC abandonou o quartel, ali permanecendo apenas praças e oficiais que já haviam aderido ao movimento, enquanto o presidente estadual Estácio Coimbra deixava o palácio do governo, retirando-se com seus familiares para Barreiros (PE), de onde seguiria para Salvador e, dali, para a Europa. Os revolucionários ocuparam então o 21º BC e, às dez horas da manhã do dia 5, o comando da Polícia Militar, sediado no quartel do Derby, afinal capitulou. Assim, a vanguarda das tropas de Agildo Barata e de Juraci Magalhães, procedentes da Paraíba e enviadas a Pernambuco por ordem de Juarez, ao chegar a Recife às 17:30h já encontraram a cidade em poder dos rebeldes. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, “o movimento do Recife foi o único genuinamente popular”, pois ali teria sido o povo que, orientado por alguns poucos revolucionários civis e militares, garantiu a vitória da revolução.

Às 21 horas do dia 5 de outubro, Carlos de Lima Cavalcanti foi empossado governador provisório de Pernambuco por Juraci Magalhães, em nome de Juarez Távora. A cerimônia de posse teve lugar no quartel do 21º BC, onde funcionou por alguns dias o governo revolucionário. No dia seguinte, Juarez seguiu com José Américo para Recife, a fim de se estabelecer ali o Quartel-General Revolucionário do Norte. Nos dias seguintes, os demais estados nordestinos foram caindo em mãos dos rebeldes. Vitoriosa a revolução em nível federal no dia 24 de outubro, Vargas assumiria a chefia do governo provisório da República em 3 de novembro. Por decreto do dia 14 desse mesmo mês, instituíram-se as interventorias federais nos estados, e Carlos de Lima foi nomeado interventor em Pernambuco.

O PAPEL DO INTERVENTOR

Com o propósito de moralizar a administração municipal, Carlos de Lima, logo ao tomar posse, nomeou uma comissão composta por João Cleofas, Alde Sampaio e Arruda Falcão, e que procedeu a um remanejamento das chefias locais, expurgando os elementos que se opunham ao novo regime. Instituiu também uma comissão de sindicância responsável por uma série de inquéritos sobre corrupção no governo anterior e nas diversas prefeituras municipais. Os principais alvos dessa comissão foram o ex-presidente estadual Estácio Coimbra e seu chefe de Polícia, Eurico de Sousa Leão, acusados de crime de peculato. Além das prisões e perseguições políticas da antiga liderança governamental, Carlos de Lima promoveu o remanejamento do quadro técnico-administrativo, a reforma educacional e outras medidas saneadoras em todos os planos da vida pública do estado, sobretudo no âmbito do Judiciário.

A atuação de Carlos de Lima na interventoria federal em Pernambuco caracterizou-se, posteriormente, pela defesa da sindicalização da classe operária, pelo uso da mobilização popular como tática política e pela preocupação manifesta de realizar um governo representativo de toda a sociedade. Nesse sentido, fez vários apelos à classe operária a fim de obter maior participação e colaboração para seu governo.

Em princípios de 1931, foi constituído o “Bloco do Norte”, que, sem existência institucionalizada, visava obter junto ao governo provisório um maior espaço político para os estados do Norte e do Nordeste, tendo sido Carlos de Lima seu grande articulador. Entre seus objetivos políticos, o Bloco do Norte opunha-se à idéia da constitucionalização do país, defendida por Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A liderança revolucionária em 1931 era contrária à organização de partidos, alegando que estes iriam repetir os erros do passado. Entretanto, em agosto daquele ano, quando o debate sobre a necessidade de uma constituinte se intensificou, Lima Cavalcanti, após viagem realizada ao Sul do país, colocou pela primeira vez a necessidade da formação de um “verdadeiro partido revolucionário” em Pernambuco que, num segundo momento, fosse transformado em partido nacional. Por aquela época, a oposição política pernambucana encontrava-se bastante desarticulada, embora o *Diário de Pernambuco*, adquirido a partir de meados de 1931 por Assis Chateaubriand, adversário de Carlos de Lima, desencadeasse violento combate à gestão deste.

Ainda durante o ano de 1931, ocorreram em Recife três revoltas que não trouxeram

consequências mais sérias para o governo, não sendo possível à oposição capitalizar o descontentamento por elas revelado. Assim, nos dias 8 e 9 de abril, desencadeou-se um motim de caráter “pretensamente” nacionalista entre os empregados brasileiros demitidos por uma casa comercial portuguesa, a firma Teixeira Miranda; no dia 20 de maio, ocorreu uma revolta militar no quartel do Derby, dirigida por revolucionários de 1930 que, demitidos da Força Pública, tentaram apoderar-se daquela praça militar; finalmente, nos dias 29 e 30 de outubro, eclodiu uma revolta no 21º BC. Os oficiais sublevados conquistaram o quartel-general do Derby, o quartel da Soledade, ocuparam Olinda e os bairros recifenses de Boa Vista e Afogados, e enviaram um *ultimatum* a Carlos de Lima para que este renunciasse ao governo do estado. Todas essas revoltas foram reprimidas e, no caso das duas últimas, Lima Cavalcanti recebeu efetivo apoio do governo central, bem como dos governos de Alagoas, da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Em seu primeiro ano de interventoria, Lima Cavalcanti criou o Instituto de Pesquisas Agronômicas, o Serviço de Higiene Mental e a Escola Rural Modelo, posteriormente denominada Escola Rural Alberto Torres. Em outubro de 1931, criou a Diretoria de Produção Animal, vinculada à Secretaria de Agricultura e Viação Pública. Visando à alimentação do gado, promoveu o cultivo da palma e obrigou as prefeituras a manter campos especiais de plantio para fornecimento gratuito de mudas aos criadores. Em fins de 1931 e princípios do ano seguinte, porém, ocorreu grave desentendimento entre o ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, e Lima Cavalcanti em torno da distribuição do crédito que o governo provisório concedeu à Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), órgão vinculado àquele ministério, para neutralizar os efeitos da longa estiagem que assolava o Nordeste. Lima Cavalcanti acusou publicamente José Américo de proteger a Paraíba e o Ceará em detrimento de Pernambuco, que ficara marginalizado naquele programa assistencial.

Em 9 de julho de 1932, diante da eclosão, em São Paulo, da Revolução Constitucionalista, Lima Cavalcanti organizou o Comitê Central Revolucionário de Pernambuco, visando a articular as forças do estado para lutar contra os paulistas. Enviou então cerca de seis mil homens para auxiliar o governo federal, que conseguiu sufocar o movimento rebelde em 2 de outubro.

Ao reestruturar a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Pernambuco, Lima

Cavalcanti criou, em setembro de 1932, a Diretoria de Agricultura, através da qual foram introduzidas variedades de cana resistentes às pragas e foi promovido o aperfeiçoamento técnico da cultura algodoeira.

AS ELEIÇÕES DE 1933-1934

Com a resolução de Getúlio Vargas de marcar as eleições para a Assembleia Constituinte no dia 3 de maio de 1933, a reorganização dos partidos políticos tornou-se uma necessidade indiscutível. Carlos de Lima, seguindo as instruções do governo central, colocou-se na vanguarda da reorganização partidária em seu estado, adotando em novembro de 1932 medidas necessárias à criação do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco. Fundada em 19 de dezembro daquele ano, a agremiação congregava elementos dos dois antigos partidos de oposição ao grupo ligado a Estácio Coimbra (o PDN e o PRD) e defendia como ponto fundamental a instauração no país do regime parlamentar. O fato de Lima Cavalcanti haver orientado e organizado a criação do PSD de Pernambuco suscitou severas críticas por parte de Antônio Muniz de Farias, que, além de ter sido escolhido presidente do Comitê Central Revolucionário de Pernambuco, havia representado este estado no I Congresso Nacional Revolucionário, reunido no Rio de Janeiro em novembro de 1932. Ao final dessa reunião, ficara decidida por consenso a fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), enquanto órgão catalisador da ideologia revolucionária. Caberia aos congressistas a tarefa de instituir seções desse partido em seus respectivos estados. Lima Cavalcanti justificou sua posição afirmando que o PSD defendia teses coerentes com os princípios adotados pelo PSB. De toda forma, em 3 de janeiro de 1933 seria fundado o Partido Socialista de Pernambuco, extinguindo-se em consequência o Comitê Revolucionário daquele estado.

Ainda em dezembro de 1932, o governo Lima Cavalcanti criou a Inspetoria das Municipalidades e a Comissão de Melhoramentos Municipais, que se fundiram depois no Departamento Geral das Municipalidades, abolindo qualquer possibilidade de autonomia dos municípios. Passou assim à esfera da administração estadual fixar e fiscalizar as normas a serem cumpridas pelas prefeituras. A tributação passou, por sua vez, a ser uniformemente programada.

Em fevereiro de 1933, quando da discussão sobre a conveniência do adiamento do pleito

marcado para maio daquele ano, ocorreu uma cisão entre os líderes revolucionários. Por um lado, João Alberto e José Américo advogavam em favor do adiamento em face do reduzido número de eleitores alistados. Por outro lado, Góis Monteiro, Protógenes Guimarães e Juraci Magalhães colocavam-se contra essa medida, contando com o apoio de Lima Cavalcanti.

Nas eleições de 3 de maio de 1933, o PSD pernambucano venceu por esmagadora maioria, elegendo 15 dos 17 deputados que representariam o estado nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, os quais se iniciariam ainda em novembro daquele ano. Devido à importância que assumira Minas Gerais no contexto da abertura dos trabalhos da Constituinte, Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães, interventor federal na Bahia, foram até Belo Horizonte negociar uma aliança com Antônio Carlos, propondo apoio à sua candidatura à presidência da Assembleia se, em contrapartida, ele defendesse a tese da elegibilidade dos interventores. Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães manifestaram-se também favoráveis à eleição de Vargas para a presidência da República.

Ao início dos trabalhos da Constituinte Antônio Carlos foi eleito seu presidente, e em 6 de julho de 1934, três dias depois de aprovada a tese da elegibilidade dos interventores, o PSD de Pernambuco lançou oficialmente a candidatura Lima Cavalcanti ao governo constitucional do estado. Promulgada a Constituição em 16 de julho de 1934, a Assembleia elegeu no dia seguinte Getúlio Vargas presidente da República para um período de quatro anos.

Iniciando seu governo constitucional, Vargas delegou a Lima Cavalcanti a escolha do novo titular da pasta do Trabalho. Este indicou o nome de Agamenon Magalhães, então seu aliado político. Agamenon assumiu o ministério em 25 de julho, tornando-se o grande intermediário de Lima Cavalcanti junto ao Catete. Nas eleições para a Assembleia Constituinte de Pernambuco, em outubro de 1934, os candidatos de Lima Cavalcanti derrotaram a facção dissidente do PSD liderada por João Alberto. Tendo sido nessa ocasião cogitado o nome de José Américo de Almeida para a presidência do Senado, Lima Cavalcanti comunicou-se com Agamenon Magalhães em 19 de março de 1935 para solicitar-lhe que interviesse junto a Vargas no sentido de impedir aquela candidatura. O pedido aparentemente encontrou acolhida, pois José Américo desistiu de concorrer às eleições.

O AFASTAMENTO DO PODER CENTRAL

Concorrendo com João Alberto, Carlos de Lima foi eleito pela Assembleia Constituinte estadual governador constitucional de Pernambuco em 15 de abril de 1935, vencendo o pleito por maciça maioria de votos. Desde o início de seu governo, embora enfatizasse em declarações oficiais sua solidariedade a Vargas, procedeu a um gradual distanciamento do poder central, estreitando relações com José Antônio Flores da Cunha e Juraci Magalhães, governadores do Rio Grande do Sul e da Bahia, e com Juarez Távora, que mantinham a mesma posição. Durante os meses que se seguiram à sua posse, várias greves foram desencadeadas em Pernambuco — destacando-se a da Rede Ferroviária —, todas elas, porém, rapidamente debeladas pelas forças estaduais.

Em novembro de 1935, encontrando-se Carlos de Lima em viagem de recreio à Europa, e o comandante da 7ª Região Militar, general Manuel Rabelo, no Rio de Janeiro, eclodiram quase simultaneamente os levantes comunistas de Natal (23/11), de Recife (24/11) e do Rio de Janeiro (27/11), promovidos pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Segundo Hélio Silva, a rebelião em Recife, por envolver sobretudo cabos e sargentos, encontrou ampla receptividade junto à população, muito embora a propaganda política não houvesse atingido senão alguns setores da massa operária sindicalizada e da classe média. Entretanto, a Brigada Militar de Recife, apoiada por forças procedentes da Paraíba e de Alagoas, sufocou o movimento no dia 26. Quase todos os rebeldes foram presos, inclusive os dois principais chefes: Silo Meireles, cunhado de Luís Carlos Prestes, e o tenente Lamartine Coutinho. Conquanto considerasse a revolta em Recife “um simples levante de quartel, sem a menor participação da opinião pública”, Carlos de Lima, buscando maior legitimidade junto ao poder central e em seu próprio estado, procedeu a profundas modificações em seu secretariado, afastando em dezembro de 1935 todos os elementos suspeitos de envolvimento na Revolta Comunista. Aproveitou também a ocasião para renovar sua integral solidariedade a Vargas e criticar severamente os que considerava suspeitos de participação no levante, entre os quais Pedro Ernesto, prefeito do Distrito Federal, e o general Manuel Rabelo.

Apesar de todas essas medidas e precauções, Carlos de Lima não foi poupado por seus opositores políticos — entre os quais o deputado Eurico de Sousa Leão e o procurador

Honorato Himalaia Virgulino —, que o acusaram de ter sido conivente com o movimento rebelde. Tentando desgastar a imagem do governador frente à Câmara dos Deputados, Sousa Leão denunciou o fato de que este havia mantido em seu secretariado dois elementos tidos como favoráveis à ANL — Sílvio Granville, secretário da Fazenda, e Nélon Coutinho, do Interior —, ambos detidos em consequência do levante. Acrescentou ainda à sua denúncia o desejo manifestado — embora não realizado — pelo interventor, de visitar a União Soviética durante sua viagem à Europa. Quanto ao procurador Himalaia Virgulino, chegaria mesmo a pedir, em maio de 1937, a prisão preventiva de Lima Cavalcanti. Após longa batalha judiciária, Carlos de Lima, tendo a seu favor a opinião pública, acabaria sendo absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional (17/8/1937).

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL E O ESTADO NOVO

Em 1936, quando do início das articulações para a sucessão presidencial prevista para 1938, Carlos de Lima — convencido do argumento de Juarez Távora quanto à necessidade de lançar um candidato único que, reunindo as simpatias do Norte e do Sul, fosse capaz de recuperar os rumos do movimento revolucionário de 1930 —, concordou em estabelecer uma aliança, independentemente do apoio de Vargas, com São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia em torno da candidatura à presidência da República do governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira. Temia Carlos de Lima, porém, que a eleição deste pudesse implicar um retrocesso aos quadros vigentes antes de 1930, quando a hegemonia na condução político-econômica do país cabia aos estados do Centro-Sul. Por outro lado, as relações entre Carlos de Lima e Agamenon Magalhães encontravam-se então bastante estremecidas, pois, enquanto o ministro do Trabalho, muito próximo a Vargas, interferia nas questões relativas a Pernambuco, apoiando a política empreendida pelo poder central, o governador pernambucano sentia-se cada vez mais desprestigiado e marginalizado. Além disso, a cisão no PSD pernambucano mostrava-se inevitável, com os opositores de Carlos de Lima apoiando a candidatura de Agamenon ao governo do estado. Nutrindo interesse por um candidato que representasse as forças políticas nordestinas e considerando a decisão do diretório central do PSD de Pernambuco de aderir à candidatura de José Américo de Almeida, oficiosamente apoiada por Vargas, Carlos de Lima resolveu esquecer os antigos atritos e conceder, em 20 de maio de 1937, seu apoio a José Américo.

Manifestou oficialmente essa decisão cinco dias depois, quando da convenção coordenada pelo governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, à qual também compareceu Juraci Magalhães.

Em outubro de 1937, em decorrência das denúncias feitas à nação pelos ministros da Guerra, Eurico Dutra, e da Marinha, Aristides Guilhem, sobre a existência do Plano Cohen — pretenso plano comunista de tomada do poder —, Getúlio Vargas remeteu ao Congresso um pedido de reinstauração do estado de guerra por 90 dias. Essa medida, que já havia vigorado de março de 1936 a junho de 1937, foi novamente aprovada pelo Congresso, e sua execução nos estados foi entregue aos respectivos chefes do Executivo, com exceção do Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal, onde era mais intensa a oposição ao governo federal. Nos dois estados, a execução do estado de guerra coube aos chefes das unidades militares ali sediadas, e no Distrito Federal, ao chefe de polícia. Quanto a Pernambuco, com a intenção de esvaziar mais ainda a autoridade de Carlos de Lima, Vargas determinou que a execução do estado de guerra fosse atribuída a um triunvirato composto pelo governador, o comandante da 7ª Região Militar, o coronel Amaro de Azambuja Vilanova, e o capitão dos Portos, comandante Ildefonso Castilho.

Carlos de Lima resolveu então escrever a Vargas para se queixar da medida, bem como das atitudes arbitrárias que vinham sendo adotadas por Vilanova. Denunciou a utilização do estado de guerra em Pernambuco para fins político-partidários por parte de seus adversários, assim como o cerco que vinha sendo exercido contra seu governo pelo poder central. Não obstante essas reclamações, a situação de Carlos de Lima tornava-se cada vez mais insustentável. Vargas decidiu requisitar toda a Brigada Militar de Pernambuco e, internamente, os opositores do governador ligados a Agamenon Magalhães intensificaram os ataques à sua pessoa e à sua administração.

Com a implantação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, que permitiu a Vargas permanecer na presidência com poderes ditatoriais, Carlos de Lima foi afastado no mesmo dia do governo de Pernambuco, sendo substituído provisoriamente por Azambuja Vilanova. Em 3 de dezembro, Agamenon Magalhães foi nomeado interventor federal no estado. Impossibilitado de trabalhar na usina Pedrosa e de assumir a direção de seus jornais devido à exigência feita pelo novo governo de que se ausentasse do estado, Carlos de Lima, financeiramente arruinado por suas atividades políticas, aceitou o convite que lhe fez

Vargas para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Colômbia, para o qual foi nomeado em 13 de dezembro de 1938.

Permaneceu em Bogotá até dezembro de 1939, quando foi designado embaixador no México. Manteve-se no posto até janeiro de 1945, sendo então transferido para a embaixada em Cuba. Ali permaneceu até março, quando se exonerou a pedido para participar do processo de redemocratização por que passava então o país.

A REDEMOCRATIZAÇÃO

Solidário com a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República, Carlos de Lima participou, em abril de 1945, da elaboração dos estatutos da União Democrática Nacional (UDN), sendo nomeado membro da comissão de orientação política desse movimento. Em agosto, quando foram aprovados os estatutos e foi nomeado o primeiro diretório do partido, com Otávio Mangabeira na presidência, foi um dos escolhidos para compor a comissão executiva. Candidato à Assembleia Nacional Constituinte por seu estado na legenda da UDN, conseguiu eleger-se no pleito de 2 de dezembro de 1945. Nessas mesmas eleições, Eurico Dutra elegeu-se presidente da República, derrotando Eduardo Gomes.

Com a promulgação da Constituição (18/9/1946) e a transformação da Assembleia em Congresso ordinário, Carlos de Lima teve seu mandato estendido pela legislatura que se seguiu, até janeiro de 1951, exercendo a vice-presidência da Comissão Permanente de Diplomacia da Câmara. Nas eleições de 3 de outubro de 1950, reelegeu-se deputado federal por Pernambuco, apoiado pela Coligação Democrática Pernambucana, que congregava a UDN, o Partido Republicano (PR), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Libertador (PL). Permaneceu na Câmara até 23 de novembro de 1954, quando foi nomeado, pelo presidente Café Filho, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), função que exerceria até dezembro de 1955. Como, nas eleições de outubro de 1954, com o apoio da Frente Democrática Pernambucana, que congregava o PSD, o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Social Progressista (PSP), o PL e o PRP, havia obtido a primeira suplência, com a vacância de uma cadeira na Câmara dos Deputados, assumiu o mandato em 3 de setembro de 1956 e exerceu-o até o fim da legislatura, em 31 de janeiro de 1959.

Após o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart e garantiu a ascensão do marechal Humberto Castelo Branco, voltou a exercer funções públicas, tornando-se membro do Conselho Superior das Caixas Econômicas. Exercia essas funções quando faleceu no Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1967.

Foi casado com Helena Ganches, com quem teve três filhos e de quem enviuvou em 1938. Contraiu segundas núpcias com Alzira Rodrigues Costa Lima Cavalcanti. Era tio de Artur Melo de Lima Cavalcanti, deputado federal por Pernambuco de 1963 a 1964 na legenda do PTB.

Sobre sua trajetória política e atuação no governo de Pernambuco publicaram-se os livros de Luís Delgado, *Carlos de Lima Cavalcanti: um “grande” de Pernambuco* (1975) e de José da Costa Porto, *Os tempos de Lima Cavalcanti* (1977).

Sílvia Pantoja

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; BARROS, M. *Década*; CALMON, P. *História*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CARONE, E. *Estado*; CARONE, E. *República nova*; CAVALCANTI JÚNIOR, A. *Reminiscências*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; *Correio da Manhã* (18/7/1945, 20/9/1967); *Correio do Povo*; CORRESP. GOV. EST. PE; *Cronologia da Assembléia*; D'ARAÚJO, M. *Cronologia 1943*; DELGADO, L. *Carlos*; *Diário da Manhã* (21/9/1967, 5/10/1970); *Diário de Pernambuco* (20, 21/9/1967); *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; *Estado de S. Paulo* (24/10/1970); FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal* (20/9/1967); *Jornal do Comércio*, Recife (20, 26/9, 5, 6, 17, 21/10/1967, 25/10/1973); LEVINE, R. *Vargas*; LIMA SOBRINHO, A. *Verdade*; LIMA, J. *Como*; MACEDO, N. *Aspectos*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; OLIVEIRA, H. *Presidentes*; PALÁCIOS, G. *Plantadores*; PANDOLFI, D. *Crise*; PANDOLFI, D. *Trajetória*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; PORTO, J. *Tempos de Lima*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. *1930*; SILVA, H.

1931; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; TÁVORA, J. *Vida*; WANDERLEY, N.
História; WYNNE, J. *História*.

CAVALCANTI, Cruvelo

* dep. fed. RJ 1903-1905.

João Cruvelo Cavalcanti nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, a 19 de janeiro de 1846.

Formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Aos 19 anos já era funcionário do Tesouro Nacional, mas, quando o Brasil declarou guerra ao Paraguai, vencendo relutâncias familiares apresentou-se como voluntário. Na campanha contra o país vizinho, foi ferido e condecorado por bravura, pelas ações na batalha do Tuiuti, em 1866, e Lomas Valentinas, em 1868, com o hábito da Ordem de Cristo, a comenda de cavaleiro da Ordem da Rosa, a medalha de prata da Campanha do Paraguai e as medalhas do Uruguai e Argentina. Além dessas honrarias, recebeu a patente de tenente-coronel honorário do Exército.

Findo o conflito, retornou à atividade no Tesouro Nacional. Nesse órgão, exerceu o cargo de inspetor das alfândegas em Porto Alegre, de 1880 a 1882, em Santos, no ano de 1883, e em Pernambuco, de 1883 a 1885. Foi ainda nomeado delegado do ministro da Fazenda no Rio Grande do Sul, de 1890 a 1891, e encarregado da numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro. Tendo começado no cargo de escriturário, passou a ajudante do administrador, a subdiretor e, por fim, a diretor da Recebedoria do Tesouro, função em que se aposentou a 31 de dezembro de 1894.

Além de suas tarefas no Ministério da Fazenda, exerceu a advocacia no estado do Rio de Janeiro e dedicou-se à política. Foi eleito vereador em Itaguaí e, como tal, escolhido presidente da Câmara Municipal. Depois, chegou a deputado na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, onde, militando ao lado de Quintino Bocaiúva, colaborou na reforma constitucional fluminense. Em 1902, foi eleito representante do 3º distrito daquele estado na Câmara dos Deputados, para a legislatura de 1903 a 1905. Dedicou-se às questões relativas ao Ministério da Fazenda, em especial as referentes ao orçamento da União e às tarifas alfandegárias. Tal interesse o levou a candidatar-se a membro das comissões de Fazenda e Indústria e de Tomada de Contas. Contudo, só conseguiu ter seu nome

referendado para a Comissão de Obras Públicas e Viação. Tentou reeleger-se deputado federal para a legislatura 1906-1909, mas não obteve êxito em seu intento.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 29 de setembro de 1912.

Publicou o livro *Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro*, obra organizada por ordem da Câmara Municipal do Rio de Janeiro no ano de 1878.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2, p. 146); BLAKE, A. *Diccionario* (v. 3, p. 402-403); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CÂM. DEP. *Anais* (1903-1906); *Fluminense* (1/10/1912, p. 1); *Jornal do Brasil* (1/10/1912, p. 5); *Jornal do Comércio* RJ (30/9/1912, p. 3, 1/10/1912, p. 5).

CAVALCANTI, João de Siqueira

*const. 1891; dep. fed. PE 1891-1893, 1897-1899 e 1906-1908; dep. fed. SE 1912.

João de Siqueira Cavalcanti nasceu em Pernambuco no dia 24 de dezembro de 1855.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1882. Depois de formado, foi nomeado juiz municipal na cidade de Pelotas (RS) e atuou na libertação de escravos. Em 1888 transferiu-se para o estado de Mato Grosso, onde foi nomeado auditor de Guerra. Por esses serviços, recebeu a patente de major do Exército.

Depois de proclamada a República (15/11/1889), exerceu interinamente o cargo de chefe da polícia na Bahia em 1890. Em setembro desse ano foi eleito deputado constituinte pelo estado de Pernambuco e assumiu sua cadeira em 15 de novembro, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a cumprir o mandato ordinário, até dezembro de 1893. Voltou a ser eleito deputado federal em 1897, com mandato até dezembro de 1899, e depois disso, em 1904, foi nomeado juiz de apelação no território do Acre, cargo no qual se aposentou. Ainda uma vez ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados como representante de Pernambuco, entre 1906 e 1908. Em janeiro de 1912 foi novamente eleito deputado federal, agora pelo estado de Sergipe, mas exerceu o mandato por poucos meses, pois faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 10 de junho daquele ano.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CAVALCANTI, José da Rocha

*dep. fed. AL 1894-1899 e 1912-1913.

José da Rocha Cavalcanti nasceu na vila de Alagoas, atual município de Marechal Deodoro (AL), em 2 de abril de 1856.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1880 e foi morar no Pará, mas não demorou a regressar a Alagoas. Em 1882 foi nomeado juiz municipal em São Miguel dos Campos (AL), onde permaneceu até 1886. No ano seguinte foi nomeado chefe de polícia em sua cidade natal.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito senador estadual em 1893. Em 1894 foi eleito deputado federal por Alagoas. Deixou o Senado estadual e assumiu, em maio, sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi reeleito em 1897 e exerceu seu mandato até dezembro de 1899, quando se encerrou a legislatura. Voltou à Câmara em 1912 e faleceu em janeiro de 1913, no exercício do mandato.

Seu filho José da Rocha Cavalcanti Filho foi deputado federal por Alagoas de 1921 a 1926 e em 1930.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas* (v.2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CAVALCANTI, José Rufino Bezerra

*dep. fed. PE 1906-1914; min. Agr. 1915-1918; sen. PE 1918-1919; gov. PE 1919-1920.

José Rufino Bezerra Cavalcanti nasceu em Vitória de Santo Antão (PE) em 16 de agosto de 1865, filho de José Rufino Bezerra Cavalcanti e de Maria Januária de Barros Lima.

Cursou humanidades no Recife e em 1880 matriculou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então capital do Império, na qual obteve o título de engenheiro agrimensor em 1883. Nesse mesmo ano foi nomeado para uma comissão técnica da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, mas exonerou-se de suas funções para se matricular na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1886. Foi então nomeado engenheiro da Estrada de Ferro do Sul. De 1887 a 1889 dedicou-se à advocacia e à política, militando no Partido Conservador do Império. Em 1889 casou-se com Ercília Cavalcanti, com quem teria oito filhos.

Em 1905 filiou-se ao Partido Republicano e no ano seguinte foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumindo o mandato em maio de 1906, foi reeleito em 1909 e 1912 e permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1914. Convidado pelo presidente Venceslau Brás (1914-1918) para o Ministério da Agricultura, assumiu a pasta em 7 de agosto de 1915, com a nova denominação de Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, sucedendo a João Pandiá Calógeras. Durante sua gestão, foi substituído interinamente no cargo por Carlos Maximiliano Pereira dos Santos de 19 de janeiro a 22 de fevereiro de 1916. Permaneceu na pasta até 16 de novembro de 1917, quando a transferiu a João Gonçalves Pereira Lima. No ano seguinte foi eleito senador por Pernambuco. Assumindo sua cadeira no Senado Federal em maio de 1918, permaneceu nessa casa legislativa até 1919, quando renunciou ao mandato por ter sido eleito governador de Pernambuco na sucessão de Manuel Borba.

Empossado em 24 de dezembro de 1919, logo no início do seu governo pôs em prática um eficiente programa de harmonização da política estadual que assustou os adversários, unificando as várias alas da comunidade local. A concórdia reinava em Pernambuco, as obras públicas prosseguiam normalmente, e tudo fazia crer que o governador José Rufino faria o seu sucessor, o senador José Henrique Carneiro da Cunha. Porém não conseguiu tal intento, pois foi acometido de uma grave doença e teve que deixar o governo no dia 28 de

outubro de 1920, seguindo para a Europa para tratamento de saúde, e deixando em seu lugar o presidente da Assembléia Legislativa, Otávio Hamilton Tavares Barreto. Voltou a Pernambuco para falecer em Recife no dia 27 de março de 1922.

Marcos Paulo Torres

FONTES: LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.3, p. 1741/2); SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1979>. Acesso em: 9/12/2009; SILVA, J. *Vidas*.

CAVALCANTI, Manuel Tavares

*dep. fed. PB 1909-1911 e 1921-1929.

Manuel Tavares Cavalcanti nasceu na cidade de Alagoa Nova (PB) no dia 16 de agosto de 1881, filho de João Tavares de Melo Cavalcanti e de Maria das Neves Pereira de Araújo Tavares Cavalcanti.

Formou-se na Faculdade de Direito do Recife em dezembro de 1901 e passou a advogar em seu estado natal. Em 1904 foi nomeado professor da Escola Normal da Paraíba e do Liceu Paraibano e, em 1906, delegado fiscal do governo junto ao Colégio Diocesano.

Em 1907 foi eleito deputado estadual na Paraíba e, em 1909, deputado federal. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até o ano de 1911 e durante esse mandato fez parte da Comissão de Instrução Pública. No governo de Francisco Camilo de Holanda na Paraíba (1916-1920), foi nomeado chefe de polícia do estado. Em 1921 voltou a ser eleito deputado federal. Foi reeleito nos pleitos de 1924 e 1927, exercendo o mandato até dezembro de 1929. Em 1930 concorreu a uma vaga no Senado Federal na chapa da Aliança Liberal, que tinha como candidato a presidente da República o gaúcho Getúlio Vargas e a vice o presidente da Paraíba João Pessoa, seu aliado político. Apesar de eleito, não tomou posse, pois não teve seu diploma reconhecido pela Comissão de Verificação de Poderes. Em seu lugar, foi diplomado José Gaudêncio de Queiroz.

Foi também diretor de Instrução Pública e chefe de polícia na Paraíba, sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e membro Academia Paraibana de Letras. No Rio de Janeiro, exerceu os cargos de escrivão do juízo de menores, primeiro inventariante judicial e professor de direito romano na Universidade Católica. Como jornalista, colaborou nos periódicos *A União*, *A Notícia*, *O Combate*, *O Norte* e *Revista Era Nova*, todos da Paraíba, e ainda na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 1º de abril de 1950.

Publicou *Memórias da fundação da Paraíba* (1906) e *Epítome de história da Paraíba* (1914).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Grande encic. Delta Larousse*; INST. HIST. GEO. PARAIBANO. Disponível em: <<http://www.ihgp.net>>. Acesso em: 8/12/2010; ODILON, M. *Pequeno*; PINTO, L. *Antologia*.

CAVALCANTI, NEWTON

*militar; rev. 1930; ch. Casa Mil. Pres. Rep. 1935; interv. MT 1935; interv. RJ 1935; insp. 2º Grupo de RMs 1944-1946; ch. Gab. Mil. Pres. Rep. 1950-1951; comte Zona Mil. Sul 1951.

Newton de Andrade Cavalcanti nasceu em Alagoas no dia 25 de outubro de 1885, filho de Balduino Francisco Cavalcanti.

Sentou praça no 20º Batalhão de Infantaria, sediado em Maceió, em abril de 1902. Em abril do ano seguinte, ingressou na Escola Preparatória e Tática do Realengo. Em janeiro de 1909 chegou a aspirante pela Escola de Guerra de Porto Alegre e, em abril, matriculou-se na Escola de Artilharia e Engenharia. De julho de 1909 a abril de 1910, esteve à disposição da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, cujo engenheiro-chefe era o tenente-coronel Cândido Rondon. Tornou-se adido ao 52º Batalhão de Caçadores (BC) em junho de 1910, passou a auxiliar da Confederação do Tiro Brasileiro no início de 1911 e, em abril desse ano, foi promovido a segundo-tenente, ainda como integrante do 52º BC.

Em janeiro de 1913 foi transferido para o 4º Regimento de Infantaria (RI), acantonado em Quitaúna (SP), e depois para o 11º RI, com sede em São João del Rei (MG). Em novembro do ano seguinte foi designado ajudante de ordens do chefe do Estado-Maior do Exército, e em novembro de 1915, instrutor de infantaria e comandante da 3ª Seção da 1ª Companhia de Metralhadoras. Em agosto de 1917 passou a instrutor de infantaria no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos e em fevereiro de 1918 foi promovido a primeiro-tenente. Em julho do mesmo ano, sempre como instrutor de infantaria, foi lotado na Escola Militar do Realengo.

Em março de 1922 matriculou-se na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e em abril do mesmo ano foi promovido a capitão. Em março do ano seguinte tornou-se instrutor de infantaria naquela unidade, e em julho foi nomeado comandante da Companhia de Carros de Assalto da 2ª Zona Militar. Em março de 1928 matriculou-se na Escola de Estado-Maior, em novembro foi promovido a major, e em 1929 foi designado subcomandante do 5º RI, sediado em Lorena (SP).

PARTICIPAÇÃO NAS REVOLUÇÕES DE 1930 E 1932

Em 3 de outubro de 1930, irrompeu no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba a revolução conduzida pela Aliança liberal, cujo candidato à presidência da República, Getúlio Vargas, fora derrotado em março no pleito em que saiu vitorioso o governista Júlio Prestes. Liderados por Vargas, os revolucionários, após tomarem o poder no Rio Grande do Sul, deslocaram-se em direção a São Paulo. Respondendo pelo subcomando do 5º RI, Newton Cavalcanti chefiou um destacamento que lutou ao lado das tropas revolucionárias, sendo ferido em combate no dia 7 de outubro.

De São Paulo, os revolucionários liderados por Vargas rumaram para o Rio de Janeiro, onde uma junta governativa provisória depusera o presidente Washington Luís no dia 24 de outubro. Em 3 de novembro, Vargas chegou à capital federal e a junta transmitiu-lhe o poder. Vitoriosa a revolução, Newton Cavalcanti ocupou o posto de comandante do 5º RI por três dias, a partir de 5 de novembro de 1930, passando a diretor do Centro de Educação Física do Exército em fevereiro de 1931. Em outubro desse ano foi promovido a tenente-coronel.

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, Newton Cavalcanti lutou ao lado do governo como comandante do destacamento batizado com seu nome, pertencente à 1ª Região Militar, do Rio de Janeiro. Em novembro de 1932, voltou a ocupar o cargo de diretor do Centro de Educação Física do Exército, sendo promovido a coronel em fevereiro de 1933. Nomeado comandante da 9ª Região Militar, em Mato Grosso, voltou a cursar em julho do ano seguinte a Escola de Estado-Maior do Exército. Chefe da Casa Militar da Presidência da República entre maio e julho de 1935, matriculou-se nesse último mês no Curso de Informação para General, passando então a responder pelo comando do 2º RI, no Rio de Janeiro.

AS DUAS INTERVENTORIAS

Devido à disputa pelo governo do estado de Mato Grosso entre Mário Correia da Costa e Fenelon Müller, irmão de Filinto Müller, chefe de Polícia do Distrito Federal, ocorreu um impasse político naquela unidade da Federação. Vargas nomeou então Newton Cavalcanti interventor no estado. Ocupando a interventoria de agosto a setembro de 1935, Newton Cavalcanti instalou a Assembleia Constituinte estadual, que terminou por eleger Mário Correia da Costa governador de Mato Grosso.

Reassumindo o comando do 2º RI em setembro de 1935, entre 8 e 17 de novembro do mesmo ano Newton Cavalcanti foi pela segunda vez designado interventor federal, agora no estado do Rio de Janeiro, devido à anulação das eleições para o governo estadual realizadas no mês anterior. O pleito fora disputado pelo general Cristóvão Barcelos, da União Progressista Fluminense, e o almirante Protógenes Guimarães, candidato da Coligação Radical-Socialista. Com a vitória deste último, a União Progressista Fluminense entrou com recurso na Justiça Eleitoral solicitando a anulação das eleições em virtude das precárias condições de segurança em que transcorreram o pleito. De fato, durante a votação na Assembleia, o próprio Cristóvão Barcelos fora ferido a bala. Aceito o recurso, nova eleição foi marcada, e Newton Cavalcanti foi designado para presidi-la e dar posse ao candidato vitorioso, que foi novamente o almirante Protógenes Guimarães.

Apesar das fortes pressões dos militares ultraconservadores, Cavalcanti teve sua promoção ao generalato, passando à frente de 48 outros oficiais, obstada pelo ministro da Guerra, general João Gomes, em virtude de suas posições favoráveis ao ideário integralista. Era então o mais entusiástico defensor de Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), nos altos círculos militares. Em 18 de novembro de 1935, voltou a ocupar o posto de comandante do 2º RI.

REPRESSÃO AO COMUNISMO

Nos dias 23 e 24 de novembro de 1935, irromperam em Natal e em Recife levantes de inspiração comunista promovidos pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em pouco tempo, porém, essas revoltas foram sufocadas.

Por outro lado, o governo estava informado por seus agentes de que também no Rio de Janeiro haveria uma rebelião. Esta deveria ser deflagrada, simultaneamente, no 2º RI e no Batalhão de Transportes da Vila Militar, no 3º RI da Praia Vermelha, e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Ao mesmo tempo, haveria revoltas no Quartel-General (Ministério da Guerra), no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e no Grupo de Obuses, os dois últimos sediados em São Cristóvão. Esses movimentos seriam liderados por militares, enquanto para os combates de rua estavam mobilizados civis aliancistas.

Diante das sucessivas denúncias, o comandante Newton Cavalcanti ordenou que se

efetuassem sindicâncias em sua unidade, organizando um sistema através do qual os informantes pudessem apontar às autoridades os elementos que apoiavam as “idéias extremistas”. Vários oficiais e praças foram assim denunciados e detidos.

O levante consumou-se no dia 27 de novembro. No 2º RI, a ordem de revolta foi interceptada, e os oficiais suspeitos foram imediatamente presos. Newton Cavalcanti alertou Eurico Dutra, então comandante da 1ª Região Militar, sobre os acontecimentos e foi instruído por este a ocupar com suas tropas o quartel do 3º RI, que havia caído em poder dos revoltosos. O movimento foi rapidamente sufocado, e foram detidos os que nele se envolveram. Logo no dia seguinte, Cavalcanti foi promovido a general, agora sem qualquer oposição, o que foi interpretado como uma vitória das forças integralistas no seio da oficialidade e uma óbvia consequência do malogro da Revolta Comunista.

Segundo Hélio Silva, o impacto causado por esses levantes nas forças armadas foi particularmente intenso. A eclosão de um movimento revolucionário que ludibriara quase todo o dispositivo militar de vigilância e só não abalara as instituições porque ficara restrito a poucos focos de irradiação iria criar um permanente estado de alerta. Foi assim que, no dia 3 de dezembro, os generais presentes na capital federal, em número de 24, entre eles Newton Cavalcanti, realizaram uma reunião presidida pelo general João Gomes, com o objetivo de examinar a situação político-militar do país e de discutir sobre a suficiência das leis repressivas então existentes para punir os rebeldes. Consultado sobre o assunto, Cavalcanti afirmou que os generais ali presentes deveriam apenas hipotecar seu irrestrito apoio ao ministro da Guerra e, num próximo encontro, estudar medidas mais eficazes de repressão a semelhantes casos de rebeldia que porventura viessem a ocorrer. Ao término da reunião João Gomes encaminhou ao presidente da República um esboço do projeto de lei no qual se estabelecia que os oficiais implicados no levante estariam não só sujeitos às penalidades legais, como também seriam expulsos do Exército.

Como resultado dessas medidas e deliberações, em janeiro de 1936 foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, da qual Newton Cavalcanti passou a fazer parte. A comissão tinha por objetivo coordenar o movimento anticomunista, na tentativa de reprimir a atuação não só de participantes ou simpatizantes da revolta de novembro de 1935, mas também de todos os setores esquerdistas ou socialistas.

Em fevereiro daquele mesmo ano, Newton Cavalcanti foi nomeado comandante da 7ª

Região Militar, sediada em Recife. Em março de 1937 transferiu-se para o comando da 4ª Brigada de Infantaria e em julho assumiu o comando da 1ª Brigada de Infantaria, ou seja, o posto de comandante da Vila Militar no Rio de Janeiro. Em 22 de setembro, no auge da campanha anticomunista, realizou-se antecipadamente a cerimônia em homenagem aos mortos no combate à revolta de 1935. Cavalcanti a ela compareceu juntamente com Vargas, Dutra e Francisco Campos, e em seu discurso declarou que “o comunismo é fruto de cérebros enfermos pelo ódio, pelo rancor e pela vingança milenar”.

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL E A CRISE DE 1937

Durante o ano de 1937, a questão da sucessão presidencial agitou o país. As eleições estavam previstas para 1938, e a disputa entre José Américo de Almeida, candidato oficioso do governo, Plínio Salgado e Armando de Sales Oliveira tendia a se resolver em favor deste último. O governo, alarmado com a repercussão desfavorável dos discursos de José Américo, passou a definir novas hipóteses de sucessão, aventando ou a reforma da Constituição, de modo que o presidente e os deputados pudessem permanecer mais um ano em seus cargos, ou um acordo entre governadores que permitisse o afastamento dos candidatos, ou, ainda, um golpe de Estado, alternativa que garantiria definitivamente a permanência de Vargas no poder.

No dia 15 de setembro, Vargas avistou-se com Eurico Dutra, que substituíra João Gomes na pasta da Guerra, comentando com seu novo ministro que via a candidatura de José Américo em franca decomposição, o que o levava a considerar como certa a vitória de Armando Sales, a seu ver um verdadeiro desastre para a nação. Declarou Vargas que o regime democrático acarretara muitos males ao país e que, em sua opinião, só restava uma solução: mudar o regime e alterar a Constituição.

Dutra revelou-se favorável ao ponto de vista de Vargas, comprometendo-se a realizar consultas junto ao Exército. Para tanto, organizou uma reunião de generais em seu gabinete no dia 27 de setembro, com a participação dos generais Pedro Aurélio de Góis Monteiro (chefe do Estado-Maior do Exército), Almério de Moura (comandante da 1ª Região Militar), José Antônio Coelho Neto (diretor da Aviação) e Newton Cavalcanti, além do capitão Filinto Müller (chefe de Polícia do Distrito Federal). Explicando as razões do encontro, declarou Dutra que não se tratava de discutir política, mas de estudar meios mais

eficazes de reprimir o comunismo, que, segundo o ministro, ameaçava as instituições nacionais.

Newton Cavalcanti solicitou providências imediatas e declarou que, de posse de um documento fornecido pelo Estado-Maior do Exército referente a um plano comunista de tomada do poder, verificara, ao confrontá-lo com a sequência dos últimos acontecimentos, estar o referido plano prestes a ser executado. E salientou: “Há, evidentemente, o firme propósito de liquidar o próprio Exército. Aí estão os achincalhes aos chefes militares, partidos até de congressistas. O que se pode chamar de bancada comunista impediu, na Câmara dos Deputados, que fossem transcritos nos seus anais os discursos pronunciados na romaria cívica realizada em 22 do corrente ao túmulo das vítimas do atentado de novembro de 1935. Há uma corrente, um agrupamento comunista dentro do próprio Congresso Nacional... Impõe-se uma ação imediata, em defesa do Exército, das instituições democráticas, da sociedade, da própria família ameaçada de morte.” “Assim” — acrescentou — “é necessário agir, mesmo fora da lei, mas em defesa das instituições e da própria lei deturpada. Impõe-se ao Exército, às Forças Armadas, tomarem de surpresa os cabeças da ação comunista, prendê-los sumariamente e comunicar ao governo que assim se procedeu para salvar o Brasil.”

Ainda durante o encontro de generais, Newton Cavalcanti propôs a volta sem restrições ao estado de guerra, que fora suspenso em julho, assim como a decretação da Lei Marcial em toda a sua plenitude. Declarou também ser preciso evitar o sentimentalismo: “Impõe-se o emprego de meios violentos, imediatos, lançados de surpresa, capazes de frustrar o movimento articulado que todos percebem prestes a explodir.” E continuou: “Acusam-me de integralista: não sou. A calúnia é um recurso do comunismo. Com esta orientação, sou de parecer que não se permita a influência de elementos políticos, nem mesmo integralistas. Só utilizá-los, se preciso, enquadrados na tropa, mas nunca como milícias. Nada de milícias.” Ao fim da reunião, ficou acertado que os generais promoveriam uma ação enérgica junto ao governo no sentido de contrapor medidas decisivas aos planos comunistas.

Logo em seguida, anunciou-se ao país a descoberta do Plano Cohen — um pretenso plano comunista para a tomada do poder, cuja falsidade foi mais tarde comprovada — e, com base nele, os ministros militares pediram a reinstauração do estado de guerra. O pedido foi

aprovado pelo Senado no dia 2 de outubro e, cinco dias depois, criou-se a Comissão Executiva do Estado de Guerra, com ação em âmbito nacional. Compunham-na José Carlos de Macedo Soares (ministro da Justiça), Newton Cavalcanti e o almirante Dario Pais Leme de Castro. O primeiro ato da comissão foi conduzir à prisão do ex-prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, acusado de haver participado do levante de 1935. No dia 26 de outubro, Dutra compareceu à Vila Militar, aí relatando ao general Cavalcanti as articulações relativas à nova Constituição que seria implantada com o golpe que já se encontrava em preparação nos quartéis. Cavalcanti manifestou o propósito de cooperar com o golpe em andamento.

Devido às suas ligações com a AIB através de uma de suas alas, conhecida como “burguesa”, representada por José Madeira de Freitas, Cavalcanti obteve de Vargas a promessa de que o partido integralista seria conservado mesmo depois do golpe, sob a denominação de Associação Brasileira de Cultura. Em 1º de novembro, Newton Cavalcanti procurou Dutra e colocou-o a par dos entendimentos entre Vargas e os integralistas. Nesse mesmo dia, Plínio Salgado marchou à frente de milhares de integralistas da praça Mauá até o palácio presidencial, a fim de dar uma prova de força. O desfile foi assistido por Vargas e Cavalcanti da sacada do palácio.

Dois dias depois, durante um encontro que manteve com Dutra e Góis Monteiro, Cavalcanti declarou-se temeroso de que o golpe pudesse levar a uma ditadura e propôs aos chefes militares que declarassem não aceitar de forma alguma esse tipo de solução, pois o que almejavam era apenas a realização de reformas substanciais nas instituições, a fim de protegê-las contra os perigos da ameaça vermelha. Segundo Góis Monteiro em seu depoimento a Lourival Coutinho, o que havia por detrás das preocupações de Newton Cavalcanti era seu interesse em colocar Plínio Salgado no poder.

O ESTADO NOVO

No dia 10 de novembro de 1937 foi implantado o Estado Novo, o Congresso foi fechado e uma nova Constituição, elaborada por Francisco Campos, já então ministro da Justiça, foi imposta ao país.

Já em vigor o novo regime, Newton Cavalcanti entrou em choque com o ministro da Justiça, pois este elaborara um decreto que suprimia os partidos políticos — entre os quais

a AIB — e adotava outras medidas contra o integralismo. Promulgado o decreto de extinção dos partidos no dia 2 de dezembro, Cavalcanti enviou carta ao ministro da Guerra solicitando sua demissão do comando da Vila Militar. No documento afirmava não ser integralista, apesar de reconhecer os méritos do movimento. Recordava contudo a aliança celebrada entre os integralistas e o governo, na esperança de que a AIB fosse poupada, e referia-se ao “desassombro” e ao “verdadeiro patriotismo” com que esta combateu o comunismo. Acrescentava ainda Cavalcanti que tentara “orientar energias e intenções para a defesa da família brasileira contra as investidas subterrâneas do mal judaico”. Segundo ele, o Estado Novo fora instaurado por obra do Exército, da Marinha e do integralismo.

Apesar de tudo, no dia 10 de dezembro, um mês após consumado o golpe, Vargas exonerou o general Cavalcanti, que fez então veemente protesto público, sendo por isso punido disciplinarmente. O ex-comandante ficou sem função, adido ao Departamento de Pessoal do Exército.

Embora marginalizados por Vargas, os integralistas estavam dispostos a aceitar o Estado Novo, pois este implicava o fim do liberalismo e perseguia tenazmente as esquerdas, além de implantar certas idéias que lhes eram simpáticas, como a do corporativismo. Entretanto, começou a formar-se dentro do grupo uma ala golpista. Em março de 1938, a tentativa de rebelião já tomara corpo e foi posto em prática um plano de tomada do poder e de prisão de autoridades, entre as quais o próprio Vargas. A conspiração foi descoberta e abortou.

Em maio, uma articulação entre várias correntes oposicionistas liberais e os integralistas levou adiante nova tentativa de golpe, que, como a anterior, malogrou. O principal episódio do levante foi o assalto ao palácio Guanabara, residência do presidente da República e onde, apesar da precária resistência legalista, os revoltosos foram contidos em poucas horas. Newton Cavalcanti, que hesitara entre o apoio e a condenação ao levante, logo após o seu fracasso foi um dos primeiros a cumprimentar Vargas pelo insucesso da tentativa.

Em setembro de 1938 foi designado diretor de departamento da Inspetoria Provisória de Armas e em fevereiro de 1939 tornou-se membro de uma comissão para rever modelos de escrituração. Nomeado membro da Comissão de Inquérito Administrativo em janeiro de 1940, tornou-se depois inspetor de infantaria, quando organizou em definitivo o Serviço de Infantaria do Exército. Exerceu ainda as funções de embaixador extraordinário e de ministro plenipotenciário quando da posse do presidente boliviano Enrique Peñaranda, em

abril de 1940.

Em setembro desse ano, foi designado para organizar a Diretoria de Motomecanização e Transportes, da qual se tornou diretor em março de 1941. Promovido a general de divisão em março de 1942, em agosto do mesmo ano assumiu o comando da 5ª RM (Curitiba) e, em fevereiro do ano seguinte, o da 7ª RM (Recife). Exerceu as funções de inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares em junho de 1944, e do 2º Grupo de Regiões Militares de agosto de 1944 a abril de 1946. Nomeado membro da Comissão de Promoções do Exército em 1945, foi promovido a general de exército em setembro de 1946 e, de outubro desse último ano a março de 1949, exerceu a chefia do Departamento Geral de Administração.

Membro do Conselho Superior de Economia de Guerra em 1948, de 25 de março a 5 de maio de 1949 foi ministro interino da Guerra do governo de Eurico Dutra na ausência do titular da pasta, general Canrobert Pereira da Costa. Nesse mesmo mês de maio, retornou à chefia do Departamento Geral de Administração e ali permaneceu até abril de 1950, quando assumiu a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República e, em consequência, as funções de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional e de presidente da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. Manteve-se no cargo até janeiro de 1951, quando Dutra deixou o governo.

Durante a campanha eleitoral de 1950, na qual concorriam à presidência da República Getúlio Vargas, candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Progressista (PSP), Cristiano Machado, do Partido Social Democrático (PSD), Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN) e Plínio Salgado, do Partido de Representação Popular (PRP), Newton Cavalcanti declarou a alguns jornalistas, em nome do Catete, que o governo brasileiro estaria de posse de dados que atestavam o envolvimento financeiro do presidente argentino Juan Domingo Perón na campanha de Vargas. Afirmou ainda que o jornal *Crítica*, de Buenos Aires, vinha atacando havia algum tempo o governo brasileiro e a pessoa do presidente Dutra. Por ser esse jornal um porta-voz do peronismo, ficavam claros os entendimentos entre o governo argentino e Vargas, concluiu Cavalcanti. Respondendo às declarações deste, o general Góis Monteiro censurou os jornalistas que as divulgaram, salientando que isso poderia constituir motivo capaz de gerar um conflito armado entre o Brasil e a Argentina. No dia 3 de outubro, o pleito indicou a vitória de Vargas.

Newton Cavalcanti foi ainda comandante da Zona Militar Sul (precursora do III Exército) de abril a novembro de 1951 e, no mês de outubro, passou para a reserva.

Faleceu no dia 25 de novembro de 1965.

Robert Pechman

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. MIN. EXÉRC.; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORREIA FILHO, V. *História*; CORRESP. GAB. MIL. PRES. REP.; CORRESP. GOV. ES. MT; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; COUTINHO, L. *General*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; LACOMBE, L. *Chefes*; LAGO, L. *Relação*; LEITE, A. *Páginas*; LEVINE, R. *Vargas*; MELO, O. *Marcha*; MENDONÇA, R. *Dic.*; MENDONÇA, R. *História*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; NASSER, D. *Revolução*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1942.

CAVALCANTI, ODON BEZERRA

*rev. 1930; const. 1934; dep. fed. PB 1935-1937; interv. PB 1946.

Odon Bezerra Cavalcanti nasceu em Bananeiras (PB) em 20 de maio de 1901, filho de Leopoldo Bezerra Cavalcanti, grande proprietário rural, e de Júlia Gabino Bezerra Cavalcanti.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal, mudando-se depois para a cidade de Paraíba, atual João Pessoa, onde cursou o Colégio Diocesano Pio X e o Liceu Paraibano. Em 1919 matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife e começou a trabalhar como inspetor federal de estradas. Nos dois anos seguintes foi inspetor de obras contra as secas. Foram seus contemporâneos na faculdade jovens que se tornariam líderes políticos e intelectuais de destaque na Paraíba, como Argemiro de Figueiredo, Álvaro Gaudêncio de Queirós, Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, José Marques da Silva Mariz e José Lins do Rego. Ainda em Recife ingressou na carreira militar, incorporando-se em 1922 ao 21º Batalhão de Caçadores. Transferiu-se em seguida para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e de março de 1923 a março de 1924 cursou a Escola Militar do Realengo, da qual foi expulso por suspeita de envolvimento nas conspirações tenentistas contra o governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926). Em dezembro de 1924 bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Retornando à Paraíba, elegeu-se prefeito de Bananeiras, cargo que exerceu de abril de 1928 a fevereiro de 1929. Nesse ano aderiu à Aliança Liberal, que lançou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa, o primeiro presidente do Rio Grande do Sul e o último da Paraíba, à presidência e à vice-presidência da República nas eleições marcadas para março do ano seguinte. Com a derrota dos aliancistas, seguida, em julho, do assassinato de João Pessoa, passou a participar da conspiração liderada pela Aliança Liberal contra o governo do presidente Washington Luís (1926-1930). Ao lado dos tenentes Juarez Távora, Juraci Magalhães, Agildo Barata e outros ex-colegas da Escola Militar e da Faculdade de Direito, trabalhou como elemento de ligação do Nordeste com o Sul, mantendo-se em contato com Osvaldo Aranha, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias e outros chefes revolucionários. Na Paraíba, estabeleceu a comunicação entre os batalhões federais no interior.

Ao eclodir a revolução na Paraíba, em 4 de outubro de 1930, foi comissionado no posto de

capitão e participou da tomada do 22º BC. Com a rápida vitória dos revolucionários e a ascensão de José Américo de Almeida ao governo estado (4 de outubro a 26 de novembro), em 12 de outubro foi nomeado secretário de Segurança e no dia seguinte tomou posse. Nessa época, teve oportunidade de retornar à carreira militar, beneficiado pela anistia concedida pelo governo provisório de Getúlio Vargas aos envolvidos nas rebeliões tenentistas, mas recusou-a. Durante o governo do interventor federal Antenor Navarro (26 de novembro de 1930 a 26 de abril de 1932), deixou a Secretaria de Segurança em 13 de fevereiro de 1931, e no mês seguinte foi nomeado secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. De maio a julho do mesmo ano assumiu interinamente a interventoria.

Quando eclodiu a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, comissionado como tenente-coronel, organizou e comandou um batalhão da polícia paraibana contra os insurgentes. Em agradecimento aos serviços prestados, o governo federal deu-lhe o posto de tenente-coronel honorário da Polícia Militar.

Em maio de 1933, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Progressista da Paraíba. Em outubro de 1934 elegeu-se deputado federal para a legislatura ordinária que seria iniciada em maio de 1935 e tornou-se membro das comissões de Legislação Social e de Reforma Ortográfica. Foram seus companheiros de bancada o ex-interventor Gratuliano da Costa Brito, José Gomes da Silva, que viria a ser também interventor, Heretiano Zenaide, José Pereira Lira, Samuel Duarte e Rui Carneiro. Exerceu seu mandato até 10 de novembro de 1937, quando todos os órgãos legislativos foram fechados pelo golpe que instaurou o Estado Novo (1937-1945). No início de 1938 reabriu sua banca de advogado na capital paraibana e em 1940 tornou-se advogado do Banco do Brasil em João Pessoa, função que exerceria até a morte.

Com a desagregação do Estado Novo em 1945, colaborou na organização do Partido Social Democrático (PSD) e apoiou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à sucessão presidencial. Vitorioso o candidato do PSD em dezembro de 1945, foi nomeado, em 6 de fevereiro do ano seguinte, interventor federal na Paraíba, em substituição ao desembargador Severino Montenegro. As eleições para os governos estaduais teriam lugar em janeiro de 1947. Encontrando a Paraíba em grande crise financeira, pediu empréstimo à Caixa Econômica Federal, destinado à restauração dos serviços de água e eletricidade, à açudagem, à construção de prédios públicos e ao crédito agrícola. A iniciativa foi combatida pela

oposição, que questionou o destino da verba e alertou sobre as consequências do empréstimo para os governos futuros.

Exonerado a pedido em 22 de setembro de 1946, pois precisava se desincompatibilizar do cargo para concorrer a mandato eletivo, elegeu-se, em janeiro de 1947, deputado à Assembleia Constituinte da Paraíba pelo PSD. Assumindo o mandato em março seguinte, liderou a bancada do partido durante os trabalhos legislativos e integrou a comissão incumbida de organizar e instrumentalizar o projeto da nova Carta da Paraíba. Promulgada a nova Constituição estadual em 11 de junho de 1947, e com a Constituinte estadual transformada em Assembleia Legislativa, teve o mandato prorrogado até o fim da legislatura, em janeiro de 1951. Mas licenciou-se do cargo para dar lugar ao primeiro suplente, João Luís de Luna Freire. Com a eleição do deputado Osvaldo Pessoa para a prefeitura de João Pessoa, em outubro de 1947, Luna Freire foi efetivado e Odon reassumiu sua cadeira no mês seguinte. Passou a integrar a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, da qual se tornou presidente. Permaneceu no exercício regular do mandato durante o ano de 1948, mas, em 1949, acometido de grave enfermidade, licenciou-se sucessivas vezes. Faleceu em João Pessoa em 12 de agosto de 1949, em pleno exercício do mandato. Era casado com Aline Cunha Bezerra Cavalcanti, com quem teve um filho. Seu primo Clóvis Bezerra Cavalcanti foi governador da Paraíba de maio de 1982 a março de 1983. Há uma rua na capital paraibana que leva o seu nome.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. dep. seus componentes*; CARNEIRO, G. *História*; *Diário do Congresso Nacional*; ENTREV. PEIXOTO, A.; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; NÓBREGA, A. *Chefes*; PINTO, L. *Fundamentos*; SILVA, H. 1930; TÁVORA, J. *Vida*.

CAVALCANTI, TEMÍSTOCLES

*magistrado; rev. 1930; consult.-ger. Rep. 1945-1946; proc.-ger. Rep. 1946-1947; consult.-ger. Rep. 1955; min. STF 1967-1969.

Temístocles Brandão Cavalcanti nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 14 de outubro de 1899, filho do engenheiro naval Vital Brandão Cavalcanti e de Elisa Brandão Cavalcanti. Seu tio, José Pereira da Graça Aranha, irmão de sua mãe, foi diplomata e escritor, adepto do movimento modernista.

Até os 14 anos de idade, Temístocles Cavalcanti estudou alternadamente no Brasil e na Europa, em função das constantes transferências de seu pai. Entre 1903 e 1905, residiu em Belém e no Rio. Em 1906, mudou-se com a família para a Inglaterra, onde seu pai fez parte da Comissão de Fiscalização da Construção de Navios de Guerra. Em 1908, matriculou-se no Colégio São Luís Gonzaga, em Paris, e no ano seguinte, de volta ao Brasil, cursou o admissão no Colégio São Vicente de Paulo, em Petrópolis (RJ). Retornando a Paris em 1911, fez o curso secundário no mesmo colégio em que estudara, enquanto seu pai permanecia na Inglaterra, encarregado de fiscalizar a construção do navio *Rio de Janeiro*. De volta ao Brasil em 1914, matriculou-se novamente no São Vicente, em Petrópolis, do qual se desligou no ano seguinte para preparar-se para os exames parcelados no Colégio Pedro II.

Em março de 1917, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, situada no Catete. Iniciou sua atuação política ainda estudante, proferindo em 1921 uma conferência na Faculdade de Direito de São Paulo, na qual acusou o governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) de não cumprir a Constituição de 1891. Bacharelou-se em dezembro de 1922.

DEFENDENDO OS REVOLTOSOS DA DÉCADA DE 1920

No ano seguinte ao da formatura já impetrou *habeas-corpus* em favor dos alunos da Escola Militar do Realengo, no Rio, que haviam sido expulsos em razão da Revolta de 5 de Julho de 1922. Esse movimento, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920, ocorreu em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República (1/3/1922) e as punições impostas aos militares pelo governo de Epitácio Pessoa,

com o fechamento do Clube Militar e prisão do ex-presidente, marechal Hermes da Fonseca. O levante, na capital da República, envolveu também o forte de Copacabana e efetivos da Vila Militar. Os alunos da Escola Militar foram sujeitos a pena disciplinar, expulsão e processo criminal.

Durante sete anos, Temístocles defenderia os revolucionários de 1922 perante os tribunais, e todas as fases do processo desenrolar-se-iam durante o estado de sítio vigente no governo Artur Bernardes (1922-1926). Em 1924, chegou a ser preso por sua atuação na causa. Ao sair da prisão, impetrou *habeas-corpus* em favor de quase cem oficiais que também haviam participado dos eventos de 1922 e se encontravam presos indevidamente na Casa de Correição, uma vez que essa instituição não era prisão militar nem se destinava a acusados de crimes políticos. Em resposta, Bernardes baixou um decreto considerando a Casa de Correição uma prisão política; ainda assim, o *habeas-corpus* foi concedido, e no mesmo dia os oficiais foram transferidos para outro local.

Além dos cadetes e tenentes de 1922, Temístocles defendeu também os revolucionários paulistas de julho de 1924 e os envolvidos na conspiração liderada no mesmo ano pelo capitão de mar e guerra Protógenes Guimarães, que tinha por finalidade sublevar a Esquadra para depor o governo Artur Bernardes, em apoio aos rebeldes paulistas e gaúchos. Durante a defesa dos revolucionários de 1922 e 1924, travou contato com vários elementos vinculados ao movimento tenentista, além do tenente Eduardo Gomes, a quem era ligado por estreitas relações de amizade, e encontrou identidade entre suas idéias e algumas críticas feitas pelo movimento no sentido da inexistência de um regime realmente democrático no país. Inspirado nessas idéias, participou da fundação do Partido Democrático (PD) de São Paulo, em 1926, atuando na época como uma espécie de secretário do conselheiro Antônio Prado, fundador da agremiação. Esteve presente às reuniões que precederam a criação do partido e assinou os manifestos lançados em São Paulo e no Rio. No entanto, não teve atuação partidária, limitando sua contribuição a alguns artigos de crítica ao governo, publicados no jornal *Diário Carioca*.

Com a ascensão de Washington Luís ao poder em novembro de 1926, o estado de sítio foi suspenso, mas o novo presidente recusou-se a conceder anistia aos revoltosos de 1922 e 1924. Consequentemente, Temístocles continuou empenhado na batalha jurídica, e em 30 de dezembro de 1927 defendeu alguns revoltosos que haviam sido intimados a comparecer

para audiência naquela data. Após a condenação dos réus a um ano e quatro meses de reclusão, apelou da sentença, mas apenas no final de 1929, às vésperas de novo pleito presidencial, a ação penal foi prescrita.

A REVOLUÇÃO DE 1930 E A JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA

Em outubro de 1930 aderiu à revolução promovida pela Aliança Liberal, alistando-se nas forças revolucionárias de Minas Gerais. Vitorioso o movimento, seu chefe supremo, Getúlio Vargas, assumiu a chefia do governo provisório em 3 de novembro, e em 12 de dezembro nomeou Temístocles procurador do Tribunal Especial, órgão da justiça revolucionária recém-instalado com a finalidade de apurar e julgar os fatos considerados irregulares na vida política e administrativa do país durante o governo Washington Luís. Em fevereiro de 1931, foi escolhido primeiro-secretário da diretoria do Clube 3 de Outubro, organização então criada que se propunha constituir um núcleo de defesa dos ideais tenentistas.

Com a extinção do Tribunal Especial em março seguinte, Temístocles elaborou um projeto para transformá-lo em Junta de Sanções. A Junta foi instalada em abril de 1931 e era composta de três juízes ministros de Estado — Osvaldo Aranha (Justiça), general José Fernandes Leite de Castro (Guerra) e Francisco Campos (Educação e Saúde) — e dois procuradores. Um deles era Temístocles, a quem cabia elaborar relatórios para posterior exame dos ministros.

Ao longo de sua atuação como procurador do Tribunal Especial e da Junta de Sanções e diante da campanha de difamação dirigida contra o governo deposto de Washington Luís, Temístocles declarou à imprensa do Rio que a honestidade do ex-presidente não deveria ser colocada em dúvida. Baseou sua afirmação no relatório final das sindicâncias realizadas no Banco do Brasil, que não conseguira provar a existência da “carteira eleitoral” e das demais acusações de corrupção feitas àquele governo após a Revolução de 1930.

Ainda em 1931, elaborou um novo projeto propondo transformar a Junta de Sanções em Comissão de Correição Administrativa. De alcance mais amplo, a comissão, criada no mês de setembro, atuou com mais eficácia, abandonando os processos políticos propriamente ditos e concentrando-se na área administrativa. A justiça revolucionária, atuando sucessivamente através desses três órgãos, instaurou mais de trezentos processos com base

em sindicâncias realizadas em instituições econômicas e jornalísticas, órgãos administrativos, políticos e ministeriais do governo deposto. Destacaram-se os processos referentes à Prefeitura do Distrito Federal, ao Banco do Brasil, ao *Jornal do Comércio*, aos batalhões patrióticos e ao Lóide Brasileiro.

Em dezembro de 1931, ao ser nomeado procurador da República, Temístocles desligou-se da Comissão de Correição. Em 1932, foi nomeado membro da Comissão Consultiva da Prefeitura do Distrito Federal por Pedro Ernesto Batista, prefeito do Rio e seu amigo pessoal. Essa comissão tinha por finalidade examinar e emitir parecer sobre os decretos-leis enviados pelo prefeito, tratando-se de um órgão puramente consultivo, voltado para as questões administrativas da capital da República, sem nenhuma atuação política.

DA CONSTITUIÇÃO DE 1934 AO FIM DO ESTADO NOVO

Ainda em 1932, acelerou-se o processo de reconstitucionalização do país, principalmente a partir da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Depois desse movimento, deflagrado em julho e derrotado militarmente pelas tropas federais no início de outubro, o presidente Vargas nomeou comissões para elaborar um novo Código Eleitoral e o anteprojeto da Constituição. Temístocles foi indicado para integrar a chamada Comissão do Itamarati, encarregada da elaboração do anteprojeto da nova Carta e coordenada por Afrânio de Melo Franco. Durante os trabalhos da comissão, defendeu o unicameralismo, reduzido ao número essencial de deputados, que não deveria ser menor que seis e maior que 16 em nenhum estado. O Senado deveria ser abolido ou transformado num conselho federal que representasse os estados, mas sem exercer propriamente o Poder Legislativo, a não ser em certos casos. Reformulando os princípios da Constituição de 1891, propunha algumas inovações tomadas da Constituição alemã de 1919 e da Constituição mexicana de 1917.

Terminados os trabalhos da comissão e após ter recusado convite do interventor federal em Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, para candidatar-se à Assembleia Nacional Constituinte, instalada em novembro de 1933, Temístocles dedicou-se integralmente a trabalhar em seu livro sobre a matéria. No prefácio, que começara a escrever quando trabalhava na Comissão do Itamarati, afirmava que a Constituição não iria durar por não haver no país um ambiente propício à prática democrática. Promulgada a nova Carta em julho de 1934, considerou-a “revolucionária” por apresentar entre seus institutos jurídicos a

representação classista na Câmara — deputados eleitos pelos grupos profissionais ao lado de deputados eleitos por sufrágio universal —, o que, segundo sua avaliação, “permitia um equilíbrio político muito maior”.

Decidido a manter-se distante das questões políticas, recusou-se a participar da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente popular apoiada pelos comunistas e outras tendências políticas, surgida em março de 1935 com o objetivo de lutar contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo. Em 1936, participou do Congresso Nacional de Direito Judiciário. Exercendo cargos em importantes associações de caráter profissional, em 1941 chegou a vice-presidente do Instituto dos Advogados do Brasil. Jurista de renome nacional, foi convidado a comparecer a vários congressos no Brasil, como o Congresso Jurídico Nacional em 1943, o Congresso Brasileiro de Economia, em 1944, e o Congresso Brasileiro de Educação, em 1945. Nesse último ano, que marcou o início de sua carreira docente, foi empossado no cargo de professor catedrático de Instituições de direito público da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, e assumiu a direção da própria faculdade, função que exerceria até 1960.

Em 24 de maio de 1945, nos últimos meses do Estado Novo, foi nomeado por Getúlio Vargas consultor-geral da República, em substituição a Hahnemann Guimarães. Nessa ocasião, o governo já anunciara a realização de eleições diretas para a presidência da República e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. No exercício do cargo, Temístocles presidiu a Comissão Revisora do Código Rural e a Comissão de Tarifas do Serviço Público.

Com a deposição de Vargas pelos chefes militares em 29 de outubro de 1945, a presidência da República foi ocupada interinamente por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Temístocles permaneceu à frente da Consultoria Geral até 20 de fevereiro de 1946, quando foi substituído por Miguel Seabra Fagundes. Nessa mesma data, foi nomeado procurador-geral da República pelo novo presidente, general Eurico Gaspar Dutra, substituindo mais uma vez Hahnemann Guimarães.

PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA (1946-1947)

Como procurador-geral, Temístocles deu parecer sobre várias questões, entre elas a da cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então Partido Comunista

do Brasil. Manifestando-se contra a medida, sugeriu o arquivamento das denúncias feitas contra o PCB pelo deputado Edmundo Barreto Pinto em fins de março de 1946, alegando que não eram suficientes para comprovar o desvirtuamento dos objetivos do partido ou que sua atividade conduzia à deformação dos princípios democráticos. O processo, entretanto, foi encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que decidiu pelo seu não arquivamento e determinou a instauração de sindicância pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) carioca. Decretada a duplicidade estatutária do PCB pelo TRE, o TSE determinou novas diligências, passando a atuar no processo o subprocurador-geral da República, Alceu Barbedo, uma vez que Temístocles, derrotado em seu ponto de vista, considerava-se impedido de continuar acompanhando os trabalhos. Em maio de 1947, o TSE decidiria afinal a cassação do registro do PCB.

Depois de promulgada a nova Constituição em setembro de 1946, Temístocles atuou inúmeras vezes como relator de representações contra constituições estaduais. Um dos casos de maior repercussão foi o do projeto da Constituição gaúcha, que previa a vigência do regime parlamentarista no estado. Temístocles posicionou-se contra o projeto, obrigando o governo do Rio Grande do Sul a elaborar um outro, adaptado à Carta federal, de natureza presidencialista.

Ainda em 1946, foi procurador-geral da Justiça Eleitoral. Em 1947, foi um dos fundadores — e primeiro chefe — do Núcleo de Direito Público, ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), e um dos seus membros permanentes, ao lado de Carlos Medeiros Silva e Olavo Bilac Pinto. Em outubro do mesmo ano, deixou a Procuradoria Geral da República, sendo substituído por Luís Galotti.

Presidente da Associação de Juristas Franco-Brasileira em 1948, participou no ano seguinte da reunião do Comitê Jurídico da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) em Montreal, Canadá, o primeiro de uma série de encontros para a formulação do direito aeronáutico. Em 1950, foi nomeado para o Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio (CNC), cargo que ocuparia por quase 30 anos. No ano seguinte, proferiu conferências em Paris, a convite do governo francês, e associou-se ao Instituto Ibero-Americano de Direito Internacional.

Em maio de 1952, o Núcleo de Direito Público passou a denominar-se Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP, mais tarde Indipo), sempre vinculado à FGV.

Temístocles permaneceu à frente do órgão, no cargo de diretor, função que exerceria até o final de sua vida, desempenhando diversas atividades administrativas e jurídicas, entre as quais a direção da *Revista de Direito Público e Ciência Política*, depois *Revista de Ciência Política*. Ainda em 1952, participou pela primeira vez da reunião da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), em Paris, e foi admitido na Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), em Haia, Holanda, elegendo-se membro do seu conselho executivo para um mandato de oito anos (1952-1960).

Em 1953, vinculou-se à Associação Internacional de Municípios, na qual viria a atuar em uma série de congressos realizados nos anos subsequentes e como membro do conselho consultivo, a partir de 1954. Ainda em 1954, representou o Brasil na Conferência Geral da UNESCO em Montevideu, no Uruguai, e foi eleito para o conselho executivo da Associação Internacional de Ciências Sociais, sediada em Paris, mandato que exerceria até 1958.

Em 1955, como delegado brasileiro, compareceu à Conferência de Haia, na qual foi debatido o protocolo à Convenção de Varsóvia relativo ao direito aeronáutico, em cuja formulação havia colaborado no decurso de várias reuniões da OACI, em Montreal (1949), no México (1950), em Madri (1951) e no Rio de Janeiro (1953). Foi também eleito membro do conselho executivo da Associação de Organizações Internacionais, sediada em Bruxelas, Bélgica.

CONSULTOR-GERAL DA REPÚBLICA (1955)

Em maio de 1955 foi nomeado consultor-geral da República por João Café Filho, que assumira a presidência após o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954. Substituiu no cargo a Ivo d'Aquino. Ocupando pela segunda vez a consultoria, emitiu parecer sobre vários problemas, entre eles o da reforma cambial, que gerava grande controvérsia no interior do ministério de Café Filho. Temístocles, assim como o ministro da Justiça, José Eduardo Prado Kelly, considerava indispensável que o projeto fosse submetido ao Congresso. Seu parecer, emitido em setembro de 1955, se constituiu em uma das razões para que o presidente desistisse da implantação da reforma.

No início de novembro, Café Filho recebeu um documento assinado pelos três ministros militares — general Henrique Lott (Guerra), brigadeiro Eduardo Gomes (Aeronáutica),

almirante Edmundo João Amorim Vale (Marinha) — pedindo o fechamento da imprensa comunista. Após ter consultado Prado Kelly, o presidente declarou que era impossível atender ao pedido, devido à inconstitucionalidade da medida, posição idêntica à de Temístocles. Assim, no dia seguinte, as razões da impossibilidade foram expostas aos três ministros por Café Filho, na presença de Temístocles e de Prado Kelly.

Afastado da presidência por motivo de saúde, no dia 8 de novembro Café Filho foi substituído interinamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Nesse mesmo dia, o general Henrique Lott reiterou perante Luz a necessidade de ser encontrada uma solução para o chamado “caso Mamede”, incidente provocado pelo coronel Jurandir Bizarria Mamede, que, em discurso público, afirmara que Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos respectivamente presidente e vice-presidente da República, em outubro anterior, não poderiam tomar posse. Carlos Luz, entretanto, recusou-se a tomar qualquer providência, declarando necessário o parecer do consultor-geral da República e prometendo a Lott uma resposta para o dia seguinte. Em 10 de novembro, Lott compareceu à audiência convocado por Carlos Luz a fim de tomar conhecimento da solução do caso. Após historiar os fatos, Luz fez menção ao parecer de Temístocles Cavalcanti, segundo o qual o coronel Mamede não deveria ser punido. Em seguida, Lott pediu demissão do Ministério da Guerra. Tal incidente inseriu-se no quadro que culminou com o Movimento do 11 de Novembro, chefiado pelo ministro da Guerra demissionário, que depôs Carlos Luz sob acusação de envolvimento numa conspiração que visava a impedir a posse de Kubitschek. À tarde, Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, assumiu interinamente a presidência da República. Em 18 de novembro, Temístocles deixou a Consultoria Geral, sendo substituído por Francisco de Paula Brochado da Rocha.

Ainda em 1955, ocupou a presidência do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), da Comissão Nacional da UNESCO, na qual permaneceria até 1964, participando diversas vezes, como delegado do Brasil, das assembleias gerais realizadas em Paris.

Em 1956, compareceu a uma reunião da IPSA em Vevey, na Suíça, ao Congresso de Ciências Administrativas em Madri e a um congresso de direito em Fortaleza, tendo presidido ainda a Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico. Nesse mesmo ano e em 1957 presidiu dois seminários latino-americanos de ciências sociais, que deram origem ao

Centro Latino-Americano de Ciências Sociais, do qual viria a ser membro do conselho diretor de 1962 a 1965 e presidente em 1964. Em 1957, esteve em Pittsburgh, Estados Unidos, participando de uma mesa-redonda da IPSA, e, três anos depois, presidiu um congresso da mesma associação realizado em Buenos Aires.

Em outubro de 1960, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte da Guanabara na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Participou dos trabalhos como presidente da Comissão Constituinte e, após a promulgação da nova Carta estadual em março de 1961, passou a exercer mandato ordinário. No ano seguinte, renunciou à cadeira de deputado estadual.

Em 1963, ingressou na Pontifícia Universidade Católica (PUC) como professor do curso de doutorado e do curso de formação das cadeiras de Teoria do estado, Direito constitucional e Direito administrativo, que lecionaria até 1968. Em 1964 participou como relator-geral da seção da Assembleia Geral da UNESCO, em Paris, e no ano seguinte foi delegado do Brasil à Conferência de Consultas da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada no Rio de Janeiro.

NO PÓS-1964

Em abril de 1966, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro de uma série de presidentes militares que se seguiram à deposição de João Goulart (31/3/1964), instituiu uma comissão especial de juristas para elaborar um projeto de Constituição. Temístocles integrou essa comissão, cujo projeto, uma vez concluído, foi entregue ao presidente em 19 de agosto e posteriormente levado ao ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, para reexame. Encaminhado ao Congresso, o projeto foi aprovado e deu origem à Constituição de 1967. Ainda em 1966, Temístocles tornou-se membro do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil, de cujo conselho regional da Guanabara já fazia parte desde 1963.

Em 1967, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), sediado em Brasília. Na qualidade de ministro, integrou a comissão constitucional de alto nível nomeada pelo presidente Artur da Costa e Silva em 1968 para elaborar emendas à Constituição que entrara em vigor no ano anterior.

Apreciou também, como relator, o caso dos jornalistas cassados que estariam inclusos no

artigo 48 da Constituição, que impedia o exercício da profissão para os profissionais liberais cassados ou incursos na Lei de Segurança Nacional. Seu parecer julgando o artigo inconstitucional foi acompanhado pelo STF e aprovado no Senado, resultando na revogação daquele artigo.

Em outubro de 1969, aos 70 anos de idade, foi aposentado no STF e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No ano seguinte representou o Brasil na XXV Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. Nessa oportunidade, foi encarregado de organizar a Convenção Jurídica.

Em 1975, a adoção do voto distrital no país vinha sendo intensamente discutida, e o Indipo realizou, sob a direção de Temístocles, um trabalho que visava a situar o problema e esclarecer seus pontos essenciais, inclusive seu aspecto histórico, para que, numa segunda etapa, fosse elaborado um quadro das instituições dos países que adotavam modalidades diversas de voto distrital. Favorável a esse sistema, que, em sua opinião, deveria ser aplicado inicialmente no plano estadual para mais tarde estender-se à representação na Câmara, Temístocles considerava os estudos feitos naquele instituto uma forma de colaboração que serviria tanto ao Legislativo quanto ao Executivo ou a outros interessados, sem finalidade política ou partidária.

Em 1978, em artigo escrito para a revista *Veja* intitulado “As instituições políticas”, manifestou opiniões que já ventilara no artigo “Democracia imperfeita”, publicado na *Revista de Ciência Política* (v. 21), considerando que o voto direto não era necessariamente o único meio para assegurar a prática democrática. Havia a eleição indireta, a multiplicação de conselhos consultivos ou outros meios capazes de permitir a participação de interessados, o voto distrital, em que se podia estimular o pensamento das pequenas comunidades, e o referendo popular, nos municípios.

Considerava que o voto direto representaria alguma vontade popular apenas em comunidades não muito extensas, nas quais, por serem conhecidos, os candidatos poderiam refletir uma escolha representativa do desejo do eleitor. Em grandes áreas, esse voto tornar-se-ia inexpressivo como emanção da vontade popular. Levantava ainda, como agravante, as pressões existentes no país na indicação dos partidos.

Em artigo escrito no *Jornal do Brasil* (17/9/1978) comentou a função especificamente jurisdicional do Poder Judiciário, que não devia considerar o conteúdo político do ato em

julgamento, mas somente sua conformidade de lei com a Constituição. Acentuou que o Judiciário devia ater-se unicamente à legalidade ou constitucionalidade da matéria, sem a preocupação com sua conveniência ou oportunidade política.

Jurista de renome internacional, ao longo de sua vida Temístocles foi convidado a participar de várias entidades nacionais e estrangeiras ligadas ao direito, tornando-se membro correspondente do Instituto Hispânico, sócio da International Law Association, e membro da Associação Francisco Vitorino em Madri. No Brasil tornou-se sócio efetivo da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, conselheiro do Instituto Clóvis Bevilacqua, membro da Academia de Direito e de várias outras associações.

Devido a seu prestígio como professor universitário, foi inúmeras vezes convidado para integrar comissões examinadoras de concursos para professor catedrático em diversas universidades do país.

Faleceu no Rio de Janeiro em 19 de março de 1980.

Foi casado com Maria das Dores de Barros Barreto Cavalcanti, com quem teve quatro filhos, entre os quais Henrique Brandão Cavalcanti, que foi ministro do Meio Ambiente em 1994. Casou-se em segundas núpcias com Maria da Graça Guanabara Sampaio Cavalcanti, filha do embaixador Sebastião Sampaio e neta pelo lado materno do político e jornalista Alcindo Guanabara.

Além de cerca de quinhentos artigos em revistas especializadas, escreveu inúmeras obras no campo do direito, muitas das quais publicadas em várias edições: *À margem do anteprojeto constitucional* (1933), *Do mandado de segurança* (1934), *Instituições do direito administrativo brasileiro* (1936, 2ª ed. 1938), *O funcionário público e seu estatuto* (1940), *Tratado de direito administrativo* (6v., 1942-1944; 2ª ed., 4v., 1948-1949), *Princípios gerais do direito administrativo* (1945), *O funcionário público e seu regime jurídico* (2ª ed. de *O funcionário público e seu estatuto*, 1946; 3ª ed. 2v., 1959), *Pareceres como consultor-geral da República* (1946), *Direito administrativo no Brasil* (1947), *A Constituição federal comentada* (4v., 1948; 2ª e 3ª ed., 1956), *Pareceres da Procuradoria Geral da República* (1953), *Quatro estudos: a ciência política, o sistema constitucional, o poder político, o sistema federal* (1954), *Cinco estudos* (em colaboração com Carlos Medeiros Silva e Vítor Nunes Leal, 1955), *Pareceres na Consultoria Geral da República* (2v., 1956), *Teoria do Estado* (1956; 2ª ed., 1958), *A crise constitucional do nosso tempo*

(1957), *Las constituciones de los Estados Unidos del Brasil* (1958), *Princípios gerais do direito público* (1958; 2ª ed. 1967), *Manual da Constituição* (1960), *Comportamento eleitoral do Brasil* (em colaboração com Reisky Dubnic, 1964), *Do controle da constitucionalidade* (1965), *Direito e processo disciplinar* (2ª ed., 1966), *Curso de direito administrativo* (8ª ed., 1967), *Estudos sobre a Constituição de 1967 e sua Emenda nº 1* (em colaboração, 1968, 2ª ed. 1977), *Teoria dos atos administrativos* (1973), *Votos e decisões no Supremo Tribunal Federal* (1974) e *Introdução à ciência política* (1978).

O arquivo de Temístocles Cavalcanti encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da FGV.

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CHAGAS, C. 113; CONF. NAC. COMÉRCIO. 20; CORRESP. CONF. NAC. COMÉRCIO; CORRESP. CONSULT. GER. REP.; CORRESP. PROC. GER. REP.; ENTREV. BIOG; *Estado de S. Paulo* (14/9/1975, 20/3/1980); FUND. GETULIO VARGAS. *Guia*; GALVÃO, F. *Fechamento*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Brasil* (16/10/1960, 14/9/1975, 17/9/1978, 20/3/1980); MIN. GUERRA. *Subsídios*; MOREIRA, J. *Dic*; PEIXOTO. A. *Getúlio*; *Veja* (13/9/1978).

CELESTINO, João

*dep. fed. MT 1924-1930.

João Celestino Correia Cardoso nasceu em Cuiabá no dia 29 de junho de 1873.

Ingressou na política ao ser eleito deputado estadual em Mato Grosso, exercendo o mandato na Assembleia Legislativa estadual de 1918 a 1920. Em 1924 elegeu-se deputado federal. Assumindo em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito para as legislaturas 1927-1929 e 1930-1932, mas teve o mandato interrompido após a vitória da Revolução de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi ainda vereador e presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, bem como prefeito dessa cidade.

João Edson Fanaia

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FANAIA, J. *Elites*; MENDONÇA R. *História do*.

CELESTINO, Pedro

*pres. MT 1908-1911; sen. MT 1918-1922; pres. MT 1922-1924; sen. MT 1927-1930.

Pedro Celestino Correia da Costa nasceu no sítio Bom Jardim, no município de Chapada dos Guimarães (MT), no dia 5 de julho 1860, filho do capitão Antônio Correia da Costa e de Inês Maria Luísa da Silva Prado. Seu avô, também chamado Antônio Correia da Costa, governou a província de Mato Grosso nas décadas de 1830 e 1840, durante a Regência. Seu irmão Antônio Correia da Costa foi deputado federal em 1893 e presidiu o estado de 1895 a 1898.

Iniciou seus estudos no Seminário da Conceição, em Cuiabá, e em 1875 seguiu para o Rio de Janeiro, onde ingressou no curso de farmácia da Faculdade de Medicina, que concluiu em 1881.

Ao longo de sua extensa carreira política exerceu diferentes cargos. Inicialmente foi presidente da Câmara Municipal de Cuiabá e duas vezes deputado estadual. Da primeira vez, em 1891, junto com Generoso Ponce, a quem era ligado desde a monarquia, e que em janeiro de 1890 havia fundado o Partido Republicano em Mato Grosso, conduziu os trabalhos de elaboração da Constituição do estado, a que se seguiu a eleição de Manuel Murtinho para a presidência de Mato Grosso. Na mesma ocasião, Generoso Ponce foi eleito primeiro vice-presidente, José da Silva Rondon segundo, enquanto ele próprio foi escolhido terceiro vice-presidente do estado.

No final da década, manteve-se ao lado de Ponce, quando do rompimento entre este e a família Murtinho. A disputa entre os antigos aliados culminou em 1899 com o cerco da Assembleia Legislativa pela “Legião Campos Sales”, comandada por Totó Pais, que garantiu a eleição e a posse do candidato ao governo do estado apoiado pelos Murtinho, Antônio Alves de Barros. Em 1906 novamente atuou como aliado de Ponce e lutou pela deposição do então presidente do estado Totó Pais, que morreu assassinado.

Em 1908, assumiu pela segunda vez o mandato de deputado estadual. Em 12 de outubro do mesmo ano assumiu o governo de Mato Grosso, em virtude da renúncia de Generoso Ponce, então presidente do estado, e completou o quadriênio em 15 de agosto de 1911, passando o governo a Joaquim Augusto da Costa Marques.

Após o falecimento de Generoso Ponce em 7 de novembro de 1911, a disputa pelo lugar de

figura política mais expressiva no estado passou a se dar entre Pedro Celestino e o senador Antônio Azeredo. O primeiro não aceitava as investidas do poderoso senador e insistia em ocupar o espaço deixado por Ponce; no entanto, Azeredo demonstrava possuir mais prestígio e principalmente mais trânsito junto ao poder central, o que facilitava seus propósitos de assumir a liderança do Partido Republicano Conservador (PRC). Insatisfeito com a perda de terreno, Pedro Celestino criou o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG) como resposta ao avanço das forças azeredistas e com o intuito de promover o reagrupamento dos correligionários dispersos após o desaparecimento do partido criado por Ponce no início do regime republicano. Durante a crise política que culminou com a intervenção federal no estado em 1917, hipotecou o apoio do PRMG ao presidente estadual Caetano de Albuquerque, que foi então afastado do Executivo por ato do presidente da República Venceslau Brás.

Foi eleito senador em 1918, mas renunciou para assumir pela segunda vez o governo de Mato Grosso no dia 22 de janeiro de 1922, sucedendo a dom Francisco de Aquino Correia. Sua eleição resultou do acordo político entre o PRMG e o PRC, controlado pelo senador Azeredo. Não permaneceu porém no governo até o final de seu mandato, e em 1º de novembro de 1924 assumiu seu lugar o primeiro vice-presidente Estêvão Alves Correia. Em 1927 foi pela segunda vez eleito para o Senado Federal. Em 1930 apoiou em Mato Grosso a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República e, com a vitória da Revolução de outubro, teve seu mandato interrompido.

Foi procurador da Empresa Mate Laranjeira.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 22 de janeiro de 1932.

Era casado com Corina Novis Correia da Costa. Seus filhos Ítório Correia da Costa e Fernando Correia da Costa foram, respectivamente, deputado federal de 1935 a 1937 e de 1955 a 1967, e governador do estado de 1951 a 1956 e de 1961 a 1966. Seu sobrinho Mário Correia da Costa foi presidente de Mato Grosso ainda na Primeira República, de 1926 a 1930, e governador do estado de 1935 a 1937.

João Edson Fanaia

FONTES: CORREIA FILHO, V. *História*; CORREIA FILHO, V. *Pedro*; FANAIA, J. *Elites*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; MENDONÇA, R. *História das*; PONCE FILHO, G. *Generoso*; PÓVOAS, N. *Galeria*.

CELIDÔNIO FILHO, JOAQUIM

*rev. 1930; rev. 1932.

Joaquim Celidônio Gomes dos Reis Filho nasceu em 1901, filho do desembargador Joaquim Celidônio Gomes dos Reis e de Maria Anamérica Pinto Celidônio.

Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1918, iniciando nela suas atividades políticas na oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP) então dominante nos planos estadual e nacional. Combateu também a sociedade secreta Bucha (nome derivado de *Burschenschaft*, corporação de estudantes alemã), organização estudantil muito atuante em sua escola e que desempenhou importante papel na política paulista nesse período. Em 1922, um ano antes de se bacharelar, adquiriu em Garça (SP) sua primeira fazenda.

A REVOLUÇÃO DE 1930 E A CRISE PAULISTA

Em 1926, foi um dos fundadores do Partido Democrático (PD) de São Paulo, que aglutinava a oposição liberal ao situacionismo perrepista. Integrou a ala mais radical dessa agremiação, mantendo contato com jovens oficiais que procuravam articular um movimento armado contra o governo federal. Em 1929, o PD aderiu à Aliança Liberal, coligação partidária que lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República nas eleições de março do ano seguinte.

A vitória do situacionista Júlio Prestes nesse pleito levou entretanto à intensificação dos preparativos para a revolta, cabendo a Joaquim Celidônio e Elias Machado, por determinação de Djalma Dutra, ativar, com vistas à ação militar, o esquema que havia sido montado em São Paulo por Siqueira Campos, líder tenentista falecido acidentalmente em maio de 1930. Ambos distribuíram então aos revolucionários paulistas granadas de mão fabricadas por Josias Carneiro Leão.

O levante havia sido marcado para o dia 26 de agosto de 1930. Dez dias antes, o PD definiu suas últimas diretrizes, designando Joaquim Celidônio e Elias Machado para agirem no noroeste de São Paulo assim que a coluna revolucionária procedente de Mato Grosso se aproximasse dessa região. A eclosão da revolta, entretanto, foi adiada para 3 de outubro. Depois de 21 dias de luta em vários estados, a revolução foi vitoriosa.

Derrubado Washington Luís, assumiu o poder um governo provisório chefiado por Vargas. Na nova situação criada, o PD esperava que o governo de São Paulo fosse entregue a

Francisco Morato, presidente do partido, o que não ocorreu em virtude da oposição das correntes tenentistas lideradas por Miguel Costa e João Alberto Lins de Barros, chefes militares revolucionários de grande prestígio. Depois de um rápido governo exercido pelo general Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª Região Militar, o próprio Getúlio Vargas reorganizou o governo paulista com João Alberto no cargo de delegado militar da revolução no estado.

Vicente Rao, membro do PD, foi nomeado para a chefia da Polícia, o que acarretou a indicação de seus correligionários para importantes postos no setor. Joaquim Celidônio ocupou o comando de uma delegacia e, em 6 de novembro, foi nomeado para a Comissão Central de Sindicâncias encarregada de coordenar o trabalho das dez juntas que João Alberto formara para promover investigações sobre o governo anterior à revolução. Nessa comissão, de curta existência, estiveram também Paulo Nogueira Filho, Elias Machado e os majores Mário Barbosa de Oliveira e Heitor Lobato.

No dia 12 de novembro, João Alberto, Miguel Costa e João Mendonça Lima fundaram a Legião Revolucionária, organização independente dos partidos tradicionais destinada a apoiar o poder revolucionário no estado. Joaquim Celidônio foi um dos dirigentes do PD chamados para integrar a direção provisória da nova agremiação, o que não chegou a se concretizar.

Em 24 de novembro João Alberto foi designado por Vargas interventor em São Paulo, contra a vontade do PD, tomando posse no dia seguinte. Apesar das desconfianças recíprocas, foi tentada uma colaboração entre as partes, com a designação de diversos membros do PD para cargos na administração estadual. No dia 26, Joaquim Celidônio foi nomeado delegado de ordem política e social.

Entretanto, as relações entre o interventor e o PD logo se deterioraram com denúncias de perseguições promovidas por Miguel Costa, comandante da Força Pública e chefe da Legião Revolucionária, contra membros do partido. João Alberto era acusado de estimulá-las e de adotar uma política que marginalizava “ilustres paulistas” em favor de elementos de fora. O conflito radicalizou-se, e em 6 de abril de 1931 o PD lançou um manifesto rompendo com o interventor e pedindo que todos os seus membros se demitissem dos cargos que ocupavam na administração estadual. Nesse momento, Joaquim Celidônio foi um dos líderes do PD que estabeleceram contatos com oficiais da Força Pública a fim de

promover um levante para liquidar o poder de Miguel Costa. Deflagrado no dia 28 de abril, o motim foi rapidamente sufocado.

O PD continuou a luta pela demissão de João Alberto e alcançou esse objetivo em 24 de julho de 1931. Nessa data, Laudo Ferreira de Camargo foi nomeado interventor, sem que a pacificação de São Paulo fosse obtida, já que persistia o controle dos negócios estaduais pelo governo federal. Em 13 de janeiro de 1932, o PD lançou um manifesto de rompimento com o governo de Vargas, conclamando a população à luta pela constitucionalização do país e pela devolução aos estados do direito de escolherem seus próprios governantes. Joaquim Celidônio foi um dos signatários desse documento e um importante articulador da aproximação entre o PD e o PRP, que, identificados na luta comum pela autonomia estadual, formaram em 16 de fevereiro a Frente Única Paulista (FUP), com significativo apoio popular. Celidônio foi um dos que assinaram o manifesto de formação da FUP.

Estavam criadas as condições para um confronto mais decisivo com o governo federal. Em maio de 1932, grandes manifestações populares de hostilidade à presença do ministro da Fazenda Osvaldo Aranha em São Paulo evidenciaram o estado de espírito da população, e a partir de então foram tomadas medidas com vistas a um levante.

A REVOLUÇÃO DE 1932

Joaquim Celidônio teve participação ativa na conspiração, integrando o MMDC, organização que desempenhou importante papel na preparação da revolta, e articulando no Sul o apoio da Frente Única Rio-Grandense à causa paulista. Não houve objeções dos gaúchos quanto à definição do comando das forças rebeldes, que ficaria com o general Bertoldo Klinger (então comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso), mas Celidônio trouxe para a avaliação dos paulistas uma carta em que Raul Pilla pedia um adiamento de 15 dias para a eclosão da revolta devido às dificuldades oriundas do posicionamento do interventor José Antônio Flores da Cunha, que decidiu não apoiar o movimento.

Na noite de 7 de julho, líderes da conspiração reuniram-se na casa de Cesário Coimbra e decidiram que a revolta eclodiria depois do dia 15, cabendo ao general Isidoro Dias Lopes definir a data precisa com 48 horas de antecedência. Além do general também estavam presentes, entre outros, Francisco Morato, Ataliba Leonel, Sílvio de Campos, o coronel

Júlio Marcondes Salgado, comandante da Força Pública, e o tenente Adacto de Melo (representante do general Klinger), que ouviram o relato de Joaquim Celidônio sobre sua missão no Sul. Diante do que foi exposto, determinaram que, em caso extremo e a critério do comando geral, poderia ocorrer uma antecipação ou atraso de no máximo três ou quatro dias na deflagração do movimento. Do recurso à revolução não havia recuo possível.

Entretanto, a reforma administrativa do general Klinger determinada no dia 8 pelo ministro da Guerra, general Augusto Espírito Santo Cardoso, levou à realização de outra reunião, onde um grupo de oficiais, depois de reexaminar a situação, decidiu desencadear a revolta no dia seguinte, a fim de garantir a participação do valioso contingente mato-grossense, mesmo com prejuízo da contribuição gaúcha.

No dia 9 de julho o movimento foi assim deflagrado. Coube a Joaquim Celidônio requisitar um caminhão da prefeitura da capital, obter do coronel Marcondes Salgado ordem de retirada de armamento, distribuí-lo a elementos concentrados na Faculdade de Direito e, com eles, ocupar a Companhia Telefônica e as três estações de rádio existentes na cidade. Atuou depois no importante setor do Túnel, que compreendia todo o vale do Paraíba até a fronteira do Rio de Janeiro. Como era fazendeiro na serra da Bocaina, dominava muito bem toda a região, fazendo a ligação das tropas rebeldes através de trilhas pouco conhecidas da serra do Mar. Na garganta próxima ao pico da Boa Vista, montou um posto de combate aos aviões inimigos que passavam por ali. Durante a luta comandou um pelotão que percorreu Areias, Cunha e São José do Barreiro, sempre no estado de São Paulo.

As forças constitucionalistas foram derrotadas em outubro de 1932 mas, no ano seguinte, o governo convocou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Joaquim Celidônio foi então um dos articuladores da fusão do PD, da Ação Nacional Republicana (dissidência do PRP) e da Federação de Voluntários, dando origem, em fevereiro de 1934, ao Partido Constitucionalista. Nessa legenda, Celidônio elegeu-se deputado no pleito de outubro de 1934 para a Assembleia Constituinte do estado de São Paulo.

Opositor decidido do Estado Novo (instaurado em 10 de novembro de 1937), Joaquim Celidônio participou de conspirações em São Paulo para derrubá-lo. Com a deterioração do Estado Novo em 1945, foi um dos organizadores da União Democrática Nacional (UDN) em São Paulo, diretamente ligado ao chefe estadual do partido, Valdemar Ferreira. Foi membro da diretoria, secretário-geral, tesoureiro e vice-presidente da seção paulista da

UDN, sem que se tenha candidatado a qualquer cargo eletivo nesse período. Desligou-se da UDN quando ela apoiou a candidatura de Jânio Quadros nas eleições presidenciais de 1960. Segundo seu filho Pedro Celidônio dos Reis Neto, foi sempre fiel às posições liberais e por essa razão não apoiou o regime instaurado após 1964, que feria esses princípios. “Ele sempre falava a favor do estado de direito, da extinção do Ato Institucional nº 5, da volta do *habeas-corpus*, ou seja, de todas as conquistas liberais.”

Joaquim Celidônio foi também um grande fazendeiro com propriedades em Maringá, Nova Esperança e Nandaguaçu (PR), chegando a possuir cerca de um milhão de pés de café só nessas áreas. Em 1965 comprou terras em Conceição do Araguaia (PA) e em 1974, com 73 anos, investiu em uma grande área na Amazônia.

Morreu em São Paulo no dia 22 de novembro de 1977.

Foi casado com Alcina Ribeiro Celidônio.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: *Estado de S. Paulo* (24/11/1977); JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal da Tarde* (24/11/1977); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*.

CENTRO ACADÊMICO CÂNDIDO DE OLIVEIRA (CACO)

Os estudantes da Faculdade Livre de Direito, que em 1920 viria a ser incorporada à Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criaram, em 29 de maio de 1916, um “grêmio jurídico literário”. Mais tarde, quando da incorporação da faculdade à universidade, o grêmio tornou-se o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, em homenagem ao conselheiro Cândido Luís Maria de Oliveira, antigo professor catedrático de legislação comparada e diretor interino da faculdade entre 1915 e 1919.

A criação do CACO dez anos após o Centro Acadêmico XI de Agosto, seu congênere da Faculdade de Direito de São Paulo, deveu-se à relativa juventude da faculdade carioca. Enquanto em São Paulo os cursos jurídicos tiveram início em 1827 numa instituição pública, no Rio de Janeiro eles só surgiram em 1891 em duas faculdades particulares, mais tarde fundidas e estatizadas. A dispersão dos estudantes cariocas, aliada ao caráter “livre” do ensino, deve ter contribuído para retardar a organização de sua entidade, embora o Rio de Janeiro fosse o centro polarizador dos debates políticos do país.

Depois de 1916, o CACO foi assumindo posição cada vez mais destacada no movimento estudantil brasileiro. Em 1929, integrava a Federação Acadêmica do Rio de Janeiro, a qual, junto com outras entidades, veio a criar a Casa do Estudante do Brasil. Quando a Universidade do Rio de Janeiro veio a ter seu diretório central de estudantes (DCE), a partir de 1931, o CACO teve papel relevante na sua organização, pesando suas decisões nas tomadas de posição do DCE e dos diretórios de outras faculdades.

Luís Antônio Cunha
colaboração especial

A predominância do CACO foi consolidada em agosto de 1943, quando se realizou sua unificação com o diretório acadêmico da Faculdade Nacional de Direito, órgão de representação oficial dos alunos.

Refletindo os anseios dos estudantes latino-americanos por reformas universitárias que promovessem a modernização das instituições de ensino, tanto no nível curricular quanto no político-administrativo, foram criados na década de 1940, dentro da Faculdade Nacional de Direito, os partidos da Reforma e o da Aliança Libertadora Acadêmica (ALA), que disputavam a direção do CACO a cada dois anos. A facção reformista, que contava com a adesão da maior parte do corpo estudantil, tinha como principais metas o fim da cátedra vitalícia e a ampliação da representatividade discente nos órgãos colegiados da universidade. Tais reivindicações atingiram o auge na greve nacional dos estudantes que em 1960 paralisou por seis meses as escolas superiores do país.

Entre as numerosas campanhas estudantis e populares de que o CACO participou, destacam-se o movimento que pressionou a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a mobilização em defesa do monopólio estatal da exploração do petróleo no início da década de 1950 e, em 1959, o apoio à decisão do presidente Juscelino Kubitschek de não atender às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), por contrariarem a política nacional-desenvolvimentista de seu governo.

Entre 1961 e 1964, o meio estudantil passaria por um processo de intensa politização, que deu lugar à penetração nas universidades de um amplo espectro de correntes partidárias de caráter nacional, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Ação Popular (AP) e a Política Operária (Polop). No CACO, as novas formas de militância político-partidária relegaram a um segundo plano a tradicional opção entre Reforma e ALA, voltadas primordialmente para problemas estudantis específicos.

Por ocasião do movimento político-militar de 1964, o CACO, tomando posição em defesa da legalidade constitucional representada pelo governo do presidente João Goulart, declarou-se em assembleia permanente. A atitude levou à intervenção policial na Faculdade Nacional de Direito, com a destituição da diretoria do centro, que teve seus integrantes detidos e enquadrados em processo disciplinar pela congregação da faculdade. Em eleições realizadas em setembro, o CACO voltaria a formar um novo quadro dirigente que, presidido pelo acadêmico Fernando Barros, adotou uma linha de ação essencialmente reivindicatória, exigindo a restauração das liberdades democráticas, a anistia para os alunos suspensos, a gratuidade universitária e a manutenção da União Nacional dos Estudantes (UNE). No mês seguinte, contrariando determinação do diretor da faculdade, professor

Hélio Gomes, que proibira reuniões de estudantes dentro da escola, o centro insistiu em realizar uma assembleia geral, que redundou em nova destituição de sua diretoria e na suspensão por um ano dos alunos que a integravam.

Nos anos subsequentes, a aplicação da Lei Suplici (9/11/1964), além de dotar a direção das escolas de instrumentos mais eficazes para disciplinar a representação discente, terminou por gerar divisões internas no movimento estudantil, provocando, em 1966, a cisão do centro acadêmico. Ao “CACO Oficial” contrapôs-se então o “CACO Livre”, assim denominado por reivindicar a autodeterminação do alunado frente às exigências do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1969, quando o último dos presidentes do “CACO Livre”, Vladimir Palmeira, foi detido e obrigado a deixar o país, o MEC decretou o fechamento do centro, que ressurgiria legalmente em 1978.

Desde sua legalização em 1978, o CACO procurou retomar seu tradicional caráter militante, participando das principais mobilizações cívicas e estudantis que, no processo de abertura política e implementação da Nova República iniciado em meados da década de 1970, reivindicaram o restabelecimento das liberdades democráticas, a anistia aos opositores do regime militar e a restauração das eleições diretas para presidente da República.

Na década de 1980, as preocupações do centro voltaram-se para a reabilitação do prestígio da Faculdade Nacional de Direito, exigindo desde melhorias nas instalações físicas da faculdade até a redefinição da metodologia de ensino. Essas insatisfações, além de levar os estudantes à invasão do conselho universitário, traduziram-se num manifesto levado ao reitor da UFRJ, Horácio Macedo, e publicado na imprensa em setembro de 1986, no qual eram apontadas irregularidades docentes e administrativas atribuídas à gestão do professor Atamir Quadros Mercês, nomeado diretor pelo então ministro da Educação Marco Maciel à revelia do corpo discente.

Em 1987, o CACO voltou a ter participação destacada no cenário nacional, liderando um protesto que acabou por impedir que o então ministro das Minas e Energia do governo José Sarney, Aureliano Chaves, proferisse palestra no auditório da faculdade, da qual foi obrigado a se retirar. Na ocasião, os estudantes criticaram o ministro por sua posição contrária às eleições diretas para presidência da República em 1984, e manifestaram também insatisfação com o corte de verbas para as universidades públicas e a tendência da

política educacional do governo no sentido de privatizar o ensino.

Em 1992, o CACO aderiu às manifestações generalizadas no país em favor do *impeachment* do presidente da República Fernando Collor de Melo, afastado do cargo sob acusação de envolvimento em esquema de corrupção e tráfico de influência organizado pelo tesoureiro de sua campanha eleitoral, Paulo César Farias.

Ana Amélia Marques

atualização

FONTES: CACO. *Material*; *Correio da Manhã* (27, 31/10/1964, 2/4/1965, 2/6/1966); *Diário de Notícias* (19/10/1964); *Globo* (24/8/1983, 3/4, 10/9/1987, 1/4/1989); *Jornal do Brasil* (15/5/1977, 6/5, 3/9/1978, 3, 5/4, 18/9/1987, 7/10/1988); *Jornal do Comércio* (3/4/1987); *Jornal dos Sports* (3/9/1986); POERNER, A. *Poder*; *Tribuna da Imprensa* (2/6/1966, 3/4/1987); *Última Hora* (23/10/1964, 13/4/1965).

CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO

O Centro Acadêmico XI de Agosto foi a primeira entidade congregadora de estudantes de uma escola superior no Brasil. Foi fundado em 1903 pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, tomando como nome a data em que foram criados, em 1827, os primeiros cursos jurídicos no Brasil, em São Paulo e Olinda. Segundo Poerner, o centro acadêmico teria sido fundado para servir de órgão legal e auxiliar de uma sociedade secreta da faculdade, vinda do tempo do Império, a *Burschenschaft*, mais conhecida como Bucha (pela corruptela das primeiras sílabas). A diretoria do centro foi sempre disputada por partidos políticos estudantis em cujas plataformas se encontravam pontos correspondentes ao que havia de mais progressista na época.

Luís Antônio Cunha
colaboração especial

Correspondendo ao perfil da própria Faculdade de Direito de São Paulo, que em seus primórdios objetivou suprir a falta de quadros para a administração da nação recém-independente reunindo grande parte da elite e do conhecimento científico produzido no país, o XI de Agosto caracterizou-se desde o início por ser um núcleo privilegiado de formação de lideranças políticas e intelectuais que influenciariam a vida nacional. Já seu primeiro quadro dirigente incluía nomes como os de Monteiro Lobato e Pedro Dória.

Em 1909, o XI de Agosto destacou-se pelo apoio a Rui Barbosa na Campanha Civilista, que combateu a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República. Entre as numerosas campanhas estudantis e populares lideradas pelo centro nas décadas de 1930 e 1940, destacaram-se a de apoio ao movimento constitucionalista de 1932, que resultou na perda de sete membros da entidade em batalhas da contrarrevolução, e as iniciativas de luta contra o Estado Novo, especialmente fortes durante a Segunda Guerra Mundial.

Nesse último período, a criação do Partido Acadêmico Renovador (PAR) na Faculdade de Direito de São Paulo correspondeu a um movimento mais amplo dos estudantes latino-americanos em prol de reformas universitárias que promovessem a modernização das instituições de ensino, tanto no nível curricular quanto no político-administrativo. Nesse

sentido, as plataformas dos partidos acadêmicos reformistas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco encerraram reivindicações de ampliação da representatividade discente junto aos órgãos docentes colegiados, de racionalização da estrutura curricular, com maior diversidade de matérias oferecidas, e de coesão do movimento político estudantil mediante a integração das iniciativas nas diversas faculdades do país. O PAR sintetizou o intenso nacionalismo dos alunos da faculdade, contando com a adesão de boa parte do corpo estudantil e influenciando posições e diretrizes do XI de Agosto.

Em 1953, o centro acadêmico mobilizou o estudantado em defesa do monopólio estatal na exploração do petróleo, tendo tido participação decisiva na adesão popular às campanhas oficiais que culminaram na criação da Petrobras, em março daquele ano.

Uma década depois, em fevereiro de 1964, a presença do então presidente da República João Goulart na cerimônia de posse da 61ª diretoria do XI de Agosto, e o debate realizado em torno das reformas agrária, tributária e política como vias para o desenvolvimento autônomo do país, contribuíram decisivamente para o apoio incondicional da entidade às transformações estruturais propostas pelo governo. Em abril, após o movimento político-militar de 31 de março que destituiu João Goulart da presidência, a diretoria do centro foi substituída pela interventoria do professor Luís de Anhaia Melo, que já havia sido presidente do XI de Agosto em 1949.

A aplicação da Lei Suplicy (9/11/1964), ao estabelecer diretórios acadêmicos oficiais em conformidade com as exigências do Ministério da Educação e Cultura (MEC), terminou por gerar divisões dentro do movimento estudantil. Com a invasão da Faculdade de Direito por forças policiais do governo em 1968, o MEC decretou o fechamento do XI de Agosto, que até então vinha mantendo uma atitude de resistência em relação à política dos órgãos discentes oficiais, reivindicando a autodeterminação do alunado frente às novas disposições do governo na área da educação.

A partir de sua legalização em fins da década de 1970, o Centro Acadêmico XI de Agosto procurou retomar sua posição de vanguarda da militância estudantil, participando das principais mobilizações cívicas que reivindicaram o restabelecimento das liberdades democráticas, a anistia aos presos e exilados políticos e a volta das eleições diretas para presidente da República.

Contagiados pelo impulso da campanha das diretas em 1984, os membros do XI de Agosto

promoveram nesse ano uma reforma estatutária que consolidou as novas aspirações da entidade, incluindo como pontos principais a defesa do acesso irrestrito à educação pública e gratuita, o aperfeiçoamento das instituições jurídicas e do ensino do direito, e a solidariedade às reivindicações estudantis nacionais e internacionais.

Em março de 1987, os debates realizados no centro acadêmico a respeito da elaboração da nova Constituição Federal contaram com a participação do ex-secretário geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luís Carlos Prestes. Desde então, a entidade se envolveu profundamente com o processo, organizando vigílias e intensas discussões sobre o tema até a redação da nova Carta em outubro de 1988.

Durante a década de 1990, o centro acadêmico se preocupou basicamente com a retomada do prestígio e dos níveis de excelência da Faculdade de Direito de São Paulo, atribuindo o enfraquecimento da qualidade de ensino às medidas educacionais adotadas pelos governos a partir da década anterior, agravadas por um processo de despolitização do corpo estudantil que, segundo os membros da entidade, se converteu no principal fator de descaracterização da tradicional postura combativa e engajada do XI de Agosto.

Refletindo essa tendência, a diretoria do XI de Agosto aderiu com grande atraso às manifestações generalizadas no país em favor do *impeachment* do presidente da República Fernando Collor de Melo, afastado do cargo em setembro de 1992 sob acusação de envolvimento em esquema de corrupção e tráfico de influência organizados pelo tesoureiro de sua campanha eleitoral, Paulo César Farias.

Ana Amélia Duarte Marques
atualização

FONTES: INF. Centro Acadêmico XI de Agosto; POERNER, A. *Poder*.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (CIESP)

Associação civil patronal de âmbito estadual fundada a 28 de março de 1928 por um grupo de pioneiros do desenvolvimento industrial no Brasil, com o objetivo de agrupar os interesses do empresariado paulista.

Segundo seus estatutos, o CIESP é uma “sociedade civil que reúne as pessoas físicas e jurídicas dedicadas a quaisquer atividades industriais, de transporte e de pesca, inclusive as de serviços e finalidades técnicas e econômicas a elas ligadas, bem como as organizações de interesse geral, como bancos, companhias de seguros e de difusão e divulgação, e todas as respectivas entidades de classe”.

ANTECEDENTES

Originariamente existia a Associação Comercial de São Paulo, que foi fundada em 1894 e até meados da década de 1920 foi o principal porta-voz dos homens de negócios do estado. Em 1917, a Associação Comercial absorveu o Centro de Comércio e Indústria de São Paulo. Apesar dessa vinculação, a associação não deixou de ser controlada quase que exclusivamente por comerciantes, em detrimento dos interesses ligados à indústria.

Em janeiro de 1928, na preparação das eleições para a nova diretoria da Associação Comercial, duas correntes se formaram: a primeira, de caráter “oficial”, era integrada por exportadores e importadores ligados ao Partido Democrático de São Paulo, e liderada por Horácio Rodrigues, enquanto a segunda, dissidente, era apoiada pelos industriais sob a liderança de Jorge Street, e ligada ao Partido Republicano Paulista.

Na tentativa de solucionar o conflito, foi proposta uma terceira diretoria de caráter conciliatório, cujo líder seria Antônio Carlos de Assunção, um importador e exportador com interesses industriais. No entanto, o que acabou por se concretizar foi a fundação de uma associação própria dos industriais, denominada Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). O CIESP resultou, portanto, da primeira cisão importante entre a indústria e o comércio no estado.

A PRIMEIRA FASE DO CIESP

A primeira diretoria do CIESP, empossada a 1º de julho de 1928, era integrada por Francisco Matarazzo (presidente), Roberto Simonsen (vice-presidente), Jorge Street,

Horácio Lafer, José Ermírio de Morais e Carlos von Bulow, entre os mais conhecidos. Na ocasião, Roberto Simonsen fez um discurso sobre a “Orientação industrial brasileira”, que representou um marco na evolução do pensamento econômico do empresariado nacional. Atendendo aos objetivos próprios de uma sociedade civil voltada para o setor industrial, o CIESP propunha-se defender os interesses de seus associados e da indústria em geral, e fomentar seu intercâmbio com as demais associações de classe; cooperar com o governo no estudo e na solução de questões diretamente ligadas aos interesses da indústria, e pleitear junto aos poderes públicos reformas e medidas em benefício da classe.

O CIESP E A REVOLUÇÃO DE 1930

Fundado em 1928, o CIESP já iria manifestar-se na campanha para a sucessão presidencial que se intensificou a partir de 1929. As associações patronais de classe de São Paulo deliberaram em reunião apoiar a chapa Júlio Prestes-Vital Soares, candidatos, respectivamente, a presidente e a vice-presidente da República, visando a assegurar a continuidade da política financeira do presidente Washington Luís (1926-1930). Combatendo, portanto, o programa da Aliança Liberal, o CIESP lançou em agosto de 1929 um manifesto em que explicitava sua posição.

Apesar da vitória nas urnas da chapa apoiada pelo CIESP, o desencadeamento do processo revolucionário de 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder, intensificou a crise já existente na atividade fabril. O CIESP solicitou então ao governo o controle dos gêneros alimentícios, a retirada de combustíveis e matérias-primas da alfândega de Santos, e a prioridade para o transporte dessas e de outras mercadorias indispensáveis, visando a garantir o trabalho industrial durante o período de transição em que se instalou no poder uma junta governativa provisória (24/10 a 3/11/1930).

Com a subida ao poder dos elementos revolucionários, o CIESP reintegrou-se pouco a pouco às suas atividades normais.

A MUDANÇA DE NOME

Pelo Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, o governo provisório regulou a sindicalização das classes patronais e trabalhadoras, abrindo a possibilidade de se criarem federações estaduais que por sua vez congregariam sindicatos regionais. A sindicalização,

no entanto, era facultativa, e não obrigatória, embora algumas leis posteriores tenham procurado incentivá-la.

Como o CIESP não podia incluir sindicatos, mas apenas firmas individuais, tornou-se mais conveniente para a classe industrial fazer-se representar por uma federação. O CIESP converteu-se então, voluntariamente, em Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), conservando, contudo, o caráter de associação civil. O presidente do CIESP na ocasião, Luís Tavares Alves Pereira, continuou como presidente da nova entidade.

Em julho de 1932, eclodiu em São Paulo um movimento armado “pela Constituição e pela ordem”. A Revolução Constitucionalista, como passou a ser conhecida, foi considerada pela indústria como o “resultado da saturação do povo contra um governo provisório que na verdade pretendia permanecer no poder”. Antes e ao longo do movimento, a FIESP, sucessora do CIESP, manteve-se em defesa da causa paulista. Sua ordem de comando afirmava que “o trabalho das fábricas é uma demonstração de patriotismo. Trabalhando, mesmo com sacrifícios, as empresas colaboram na grande obra em que São Paulo está empenhado”.

Durante todo esse período, a entidade de cúpula da classe empresarial mantivera-se como uma associação civil. Somente em 22 de março de 1937 foi criada uma entidade sindical representativa dos interesses da indústria, a Federação das Indústrias Paulistas (FIP), presidida por Roberto Simonsen. A FIP congregava os sindicatos patronais do estado, cujos presidentes integravam também o conselho consultivo da FIESP. Na verdade, a FIP e a FIESP possuíam a mesma diretoria e lutavam pelos mesmos objetivos. Até meados de 1940, a FIP possuía cerca de cinco mil associados.

O RETORNO AO NOME PRIMITIVO

De acordo com o Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939, fruto das mudanças sofridas pelo regime corporativo no decorrer do Estado Novo, tornou-se necessário adaptar as entidades de classe existentes às novas exigências legislativas. Como o termo *federação* passara a ser privativo dos órgãos sindicais de segundo grau (ou seja, de âmbito estadual), a assembleia geral da FIESP resolveu adotar o nome primitivo da entidade, retomando a denominação de Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) para poder subsistir como associação civil sem colidir com a lei sindical vigente.

Por outro lado, a FIP, que era uma associação sindical, adotou a denominação de Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), sendo reconhecida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio como entidade sindical em maio de 1942, conforme o disposto na nova legislação de 1939.

A partir de então, passaram a coexistir o CIESP, entidade civil, e a FIESP, entidade sindical. Ambas atuavam e funcionavam conjuntamente, aparecendo ligadas sob o título CIESP/FIESP em seus informes oficiais. A diferença entre as duas associações era meramente formal: o CIESP preservava-se o direito de agir sem a supervisão do governo, enquanto a FIESP representava oficialmente os industriais paulistas perante os órgãos governamentais. Na prática, as duas entidades de cúpula da indústria paulista apresentavam total afinidade de pontos de vista.

De acordo com o Decreto-Lei nº 2.363, de 3 de julho de 1940, o governo federal conferiu às associações civis a prerrogativa de colaborar com o Estado na qualidade de órgãos técnicos e consultivos. Um ano depois, pelo Decreto nº 7.551, de 17 de junho de 1941, o CIESP foi reconhecido como órgão técnico e consultivo do governo federal, para estudo e solução dos problemas relacionados com a categoria econômica da indústria.

CIESP/FIESP — DA DÉCADA DE 1940 À REVOLUÇÃO DE 1964

O agravamento da situação internacional no princípio da década de 1940 teve amplos reflexos na economia brasileira. Durante o conflito mundial, o CIESP/FIESP, sob a presidência de Roberto Simonsen, articulou a mobilização industrial do estado de São Paulo. Ao lado de outras associações patronais, as duas entidades participaram também da comissão nomeada pelo ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, com a finalidade de elaborar o anteprojeto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A legislação trabalhista promulgada a 1º de maio de 1943 entrou em vigor no mês de novembro, tendo contado com a participação efetiva dos órgãos da classe patronal, que procuraram incorporar ao texto legal suas reivindicações. Também em 1943 Roberto Simonsen organizou no Rio de Janeiro o I Congresso Brasileiro de Economia, e, no ano seguinte, em São Paulo, o I Congresso Brasileiro da Indústria. Neste último, promovido pelo CIESP/FIESP, discutiram-se teses relevantes para a melhor elaboração do pensamento econômico da burguesia industrial, destacando-se o debate sobre a planificação das

atividades produtivas e o reequipamento da indústria nacional.

A terceira reunião das classes empresariais, realizada em Teresópolis em 1945, passou a ser conhecida como Conferência de Teresópolis ou I Conferência Nacional das Classes Produtoras. A última dessa série de reuniões da década de 1940 ocorreu em 1949, na cidade mineira de Araxá, com a participação de cerca de 1.300 congressistas, sendo a delegação paulista a mais numerosa: o CIESP/FIESP enviou 160 representante, e a comissão técnica do congresso aprovou a quase unanimidade de suas propostas. Em seu relatório final, o Congresso de Araxá apresentou 126 recomendações, 61 das quais extraídas de conclusões da indústria paulista, o que dava a medida de sua projeção no país.

Com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945 e a eleição do general Eurico Dutra para a presidência da República, Roberto Simonsen, presidente do CIESP/FIESP, foi eleito para o Senado, enquanto Morvan Dias Figueiredo, vice-presidente das duas entidades, foi designado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Por iniciativa do CIESP/FIESP, fora organizado no estado de São Paulo em 1942 o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com o objetivo de aperfeiçoar o nível técnico da força de trabalho. Em 1946 foi criado o Serviço Social da Indústria (Sesi) para prestar assistência médico-social aos empregados e suas famílias.

Em 1948, o CIESP patrocinou a criação do Fórum Roberto Simonsen, núcleo de cultura e de debates através do qual passaram a ser programadas as atividades da entidade. Como órgão cultural do CIESP, o fórum propunha-se “promover contatos com as demais instituições de cultura e pesquisa, e também suscitar a discussão pública de problemas relevantes para a economia industrial e todos os demais setores a ela relacionados”.

O primeiro conselho consultivo do fórum contou com a participação de várias entidades e seus respectivos representantes: Instituto de Direito Social (Antônio Ferreira Cesarino Júnior), 2ª Região Militar (tenente-coronel Valdemar Pio dos Santos), Universidade de São Paulo (Dorival Teixeira Vieira), Universidade Católica de São Paulo (Antônio de Queirós Filho), Academia de Ciências Econômicas de São Paulo (Carlos Alberto de Carvalho), Academia Paulista de Letras (Godofredo T. da Silva Teles e Roberto Moreira), Escola Livre de Sociologia e Política (Ciro Berlinck), e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (Carlos Dias Brosch).

A ideia que originou o Fórum Roberto Simonsen seria revivida anos mais tarde, em 1965,

quando foi instalado o Instituto Roberto Simonsen, novo órgão cultural dentro do qual foi mantido o próprio fórum. Na instalação do instituto, foi decidida sua estruturação, que previa quatro órgãos integrados entre si: o Fórum de Debates; o Centro de Bolsas de Estudo, Estágios e Treinamento; o Centro de Incentivo à Pesquisa Tecnológica e de Prêmios, e o Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento.

Na década de 1950, ao contrário da anterior, colocaram-se para a indústria inúmeros problemas, que lhe exigiram uma intensa mobilização em defesa de seus interesses. Em 1953, os empresários paulistas convocaram a I Reunião Plenária da Indústria, em que se discutiu a grave crise econômica do país e a ameaça de paralisação do setor manufatureiro. De fato, em 1953, a Greve dos Trezentos Mil, realizada em São Paulo, chegou a paralisar nada menos que 276 empresas industriais do estado, envolvendo as categorias dos metalúrgicos, têxteis, marceneiros, vidreiros e gráficos.

O suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954 e sua substituição pelo vice-presidente Café Filho agravou ainda mais a crise política e institucional. Entre janeiro e julho de 1955, o governo interveio em dezenas de sindicatos, mas as greves por aumentos salariais proliferaram, envolvendo frequentes negociações entre trabalhadores e empresários. A política econômica então posta em prática foi tenazmente criticada como lesiva aos interesses da indústria nacional.

Nesse período, o CIESP/FIESP liderou a campanha do empresariado nacional contra a Instrução nº 113, baixada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em janeiro de 1955. O empresariado considerava que a medida do governo beneficiava os investimentos estrangeiros em detrimento da indústria nacional.

O governo Kubitschek (1956-1961) foi, de modo geral, favorável aos interesses da indústria, mantendo relações cordiais com o empresariado. No entanto, a expansão industrial se fez com um elevado nível de investimento de capital estrangeiro e um processo inflacionário acelerado. A queda do valor real dos salários levou os operários a constantes reivindicações salariais, conduzindo a greves entre as quais foi particularmente notável a de 1957 em São Paulo, precedida, como as anteriores, de reuniões entre representantes dos trabalhadores e do patronato através de seus órgãos oficiais de representação.

Ficou evidente, no decorrer da greve que durou dez dias, a ausência de posição comum

entre os diferentes setores empresariais com relação à política financeira do governo, basicamente no tocante à política de restrição ao crédito adotada como parte do mecanismo anti-inflacionário que se tentou implementar.

Os setores tradicionais da indústria, sempre muito vulneráveis aos cortes creditícios, eram os mais afetados pelas medidas anti-inflacionárias adotadas pelo governo. Fábio Antônio Munhoz faz uma observação de caráter geral para o período que vai de 1956 a 1961: “o processo de implantação da indústria de bens duráveis, sobretudo da indústria automobilística, em curso naqueles anos, fragmentava a estrutura industrial de São Paulo (...) de um lado ficavam os grupos empresariais associados ao capital estrangeiro e, de outro, os setores tradicionais da indústria nacional (têxteis, alimentação, calçado etc.).”

A reação do empresariado, através do CIESP/FIESP, foi, evidentemente, de repúdio à greve. O jornal *O Estado de S. Paulo* deu o alarme no momento mais agudo do conflito (edição de 17/10/1957), anunciando que a FIESP telegrafara ao presidente da República, “supremo responsável pela ordem em todo o país”, solicitando medidas para o pronto “restabelecimento da ordem nesta capital” (São Paulo).

Os problemas econômicos delineados no final do mandato de Kubitschek permaneceram e até mesmo se agravaram nos anos seguintes, provocando uma tensão crescente entre o governo e o empresariado, sobretudo em torno dos projetos favoráveis à concessão do 13º salário e à ampliação da legislação relativa ao salário mínimo, bem como do projeto da Lei de Remessa de Lucros e da intervenção do Estado na área econômica.

O panorama de crise dos anos de 1961 e 1962 intensificou-se em 1963, com as frequentes greves por aumentos salariais, atingindo setores vitais da economia do país. A Greve dos Setecentos Mil, deflagrada em 29 de outubro de 1963, provocou agitação operária em quase todo o estado de São Paulo, tendo como contrapartida a reação intransigente do empresariado, expressa nas declarações do patronato, da imprensa a ele vinculada e do próprio governo paulista, que procuravam apresentar a greve como uma manobra do governo João Goulart visando à intervenção no estado.

O agravamento das tensões reinantes em todo o país culminou com a deposição do presidente João Goulart pelas autoridades militares, a 31 de março de 1964.

A POSIÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA APÓS 1964

Ao irromper o movimento militar de 1964, o CIESP/FIESP colocou-se imediatamente à disposição do governo do estado de São Paulo e do II Exército, para prestar sua colaboração e garantir a vitória do movimento, atuando especialmente nos setores de transporte, comunicações e alimentação.

Com tal disposição, instalou-se logo a 30 de junho o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), cujos objetivos iniciais consistiam em estudar os meios de propiciar às forças armadas a obtenção na indústria nacional de armas, munições, veículos blindados, e equipamentos de transportes e comunicações. O GPMI continuou a existir como uma fórmula para garantir o fornecimento de mercadorias às forças armadas pela indústria paulista.

Em 1964, o Fórum Roberto Simonsen promoveu uma série de conferências sob o título geral *A doutrina democrática e a realidade nacional*, com a participação dos conferencistas Júlio de Mesquita Filho, Miguel Reale, Vicente Rao e Cândido Mota Filho.

Dando, portanto, integral apoio ao movimento político-militar de 31 de março de 1964, já no ano seguinte o CIESP/FIESP se mostrou apreensivo com o resultado dos levantamentos feitos por seu departamento de documentação, cadastro e informações industriais: o desemprego aumentara num ritmo acelerado a partir de dezembro de 1964, assim como o número de falências e concordatas.

A 17 de fevereiro de 1965, na cerimônia de posse da nova diretoria do CIESP para o biênio 1965-1966, Rafael Noschese, reeleito presidente, declarou que a indústria colaboraria “por todos os meios para a desejada estabilidade de preços e a retomada do desenvolvimento”. Discorreu, na ocasião, sobre a política de contenção da inflação, os perigos da estabilização, as restrições de crédito e a interrupção do ritmo de desenvolvimento.

Em maio de 1965, foi criado dentro do CIESP/FIESP o Grupo Permanente para Assuntos de Comércio Exterior. Os integrantes do novo órgão foram empossados no dia 19 de maio, em reunião conjunta dos diretores do CIESP e da FIESP.

As entidades da indústria paulista acompanharam com reservas a instalação, em fevereiro de 1965, do Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), órgão de consulta do governo integrado por representantes de várias áreas, entre elas as classes trabalhadoras e as classes produtoras. O objetivo do Consplan era contribuir, através de estudos e sugestões, para a elaboração de programas e planos econômicos governamentais — a começar pelo

Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), posto em prática na ocasião — assessorando-o no tocante aos problemas de planejamento. O órgão debateu, entre outros temas, a situação creditícia, a política salarial do governo, a reforma tributária e a legislação tarifária, assuntos que preocupavam sobremaneira o setor industrial do país.

O vice-presidente do CIESP/FIESP, José Ermírio de Moraes Filho, analisou na ocasião a conjuntura econômica e encareceu a necessidade de se diminuir a carga tributária para acelerar os investimentos privados.

Em meados de 1965, o presidente da República, marechal Castelo Branco, recebeu em audiência uma comissão de diretores do CIESP/FIESP, chefiada pelo presidente em exercício de ambas as agremiações, José Ermírio de Moraes Filho. Integravam-na os diretores Nadir Dias Figueiredo, presidente emérito, Mário Toledo de Moraes, diretor do departamento de assessoria jurídica, e Sérgio Ugolini, diretor do departamento de economia. Na ocasião, foi entregue ao presidente um relatório sobre a amostragem realizada por órgão técnico das entidades com relação ao desemprego fabril. Discutiram-se as convenções coletivas de trabalho, a lei de incentivos fiscais e o projeto do Executivo sobre o pagamento do 13º salário. Os empresários preocupavam-se primordialmente com a possibilidade de paralisação das vendas dos artigos produzidos pela indústria.

Afora os citados órgãos de assessoria, o CIESP/FIESP possui ainda um departamento de comércio exterior e um departamento de coordenação de serviços regionais. Em 29 de dezembro de 1965, foi criado um grupo permanente de trabalho para os assuntos regionais, órgão auxiliar e consultivo interdepartamental.

Vera Calicchio

FONTES: *Cara a Cara* (7/12/78); *Caderno Cedec* (1978); CENTRO E. FED. IND. ESTADO DE SÃO PAULO. *Anuário*; CENTRO E FED. IND. ESTADO DE SÃO PAULO. *Estatutos*; CENTRO E FED. IND. ESTADO DE SÃO PAULO. *Principais*; FÓRUM ROBERTO SIMONSEN. *Estatutos*; OLIVEIRA, C. *Do CIESP*.

CENTRO DOM VITAL

Associação civil para estudo, discussão e apostolado, subordinada à Igreja Católica, fundada em maio de 1922 no Rio de Janeiro por Jackson de Figueiredo com a colaboração do então arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. Até a criação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, em 1941, foi considerado o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro.

Funcionando sob a supervisão das autoridades eclesiásticas, o Centro Dom Vital era uma associação de caráter elitista, cujos objetivos mais importantes consistiam em atrair para a Igreja elementos da intelectualidade do país e formar uma "nova geração de intelectuais católicos".

A DÉCADA DE 1920

A primeira diretoria do Centro Dom Vital foi integrada por Jackson de Figueiredo (presidente), Hamilton Nogueira (vice-presidente), Perilo Gomes (secretário), José Vicente de Sousa (tesoureiro) e Vilhena de Moraes (bibliotecário). O primeiro assistente eclesiástico da associação foi o padre Leonel Franca. Entre seus primeiros membros figuravam Alexandre Correia, os doadores Durval de Moraes, Jônatas Serrano, Mário de Paulo Freitas e Alceu Amoroso Lima, além dos professores Leonardo von Acker e Lacerda de Almeida. Nestor Vítor, Tasso da Silveira, Andrade Murici, José Barreto e outros integrantes do grupo literário "A Festa" figuravam como colaboradores.

As principais atividades do centro na década de 1920 foram a promoção de conferências sobre teologia e filosofia para pequenas audiências, a edição da revista mensal *A Ordem*, fundada em 1921, e a manutenção de uma biblioteca católica dirigida durante certo tempo por Augusto Frederico Schmidt. Logo após a fundação da instituição no Rio de Janeiro, outros centros e publicações católicos foram criados em todo o país.

Em 1922, os membros do Centro Dom Vital e do grupo "A Festa" se opuseram à concepção do "modernismo" da Semana de Arte Moderna. Segundo eles, o modernismo

deveria estar ligado à "autenticidade e tradição", noções essas que estavam ausentes do movimento devido à orientação dada ao evento pelos "esquerdistas". Segundo Margaret Todaro, tanto o centro quanto a revista *A Ordem* se caracterizavam por uma preocupação com causas políticas conservadoras, empenhados na "luta pelo espírito contra a matéria, pela liberdade contra o despotismo, pelo fascismo contra o comunismo". Segundo a autora, o centro declarava que o fascismo era o aliado natural do catolicismo contra o socialismo e o marxismo.

Ainda no ano de sua criação, o centro apoiou a campanha de Artur Bernardes para a presidência da República contra Nilo Peçanha. Mais tarde, Jackson de Figueiredo rompeu com Bernardes por este não lhe ter concedido a candidatura a senador pelo estado de Sergipe. Entretanto, Afonso Pena Júnior, ministro da Justiça do governo Bernardes, promoveu a reconciliação, vindo Jackson a ocupar, entre 1925 e 1926, o cargo de chefe da censura. Nesse posto, Jackson de Figueiredo trabalhou em colaboração com outro católico membro do Centro Dom Vital, o advogado Heráclito Sobral Pinto.

Durante os períodos de atividade política mais intensa, Jackson de Figueiredo se afastava de suas atividades católicas, inclusive do centro. Isto aconteceu, por exemplo, na época dos movimentos tenentistas, quando participou de campanhas e de comícios contra os revolucionários. Em suas atividades políticas, Jackson de Figueiredo em geral agia individualmente, e não como representante da Igreja católica. Entretanto, muitas vezes sua atuação política se fez através dos veículos católicos por ele criados, como o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*.

A partir de maio de 1925, em vista da reforma constitucional prometida pelo presidente Bernardes, dom Leme e Jackson de Figueiredo iniciaram intensa campanha em favor de "emendas religiosas" à Constituição. Essa campanha foi veiculada pelo Centro Dom Vital e pela revista *A Ordem*. As emendas propostas referiam-se à obrigatoriedade da instrução religiosa nas escolas públicas e ao reconhecimento da posição privilegiada da religião católica romana como a religião da maioria, o que equivaleria a seu reconhecimento como a religião oficial nacional. O centro mobilizou grande número de professores nesse

movimento. A Liga dos Professores Católicos de São Paulo ofereceu sua solidariedade a dom Leme, colaborando na campanha. Contudo, nenhuma das duas emendas foi aprovada, tendo havido grande oposição por parte dos protestantes, maçons, agnósticos e outros grupos não católicos.

Com a morte de Jackson de Figueiredo em 1928, o cargo de editor de *A Ordem* e de presidente do Centro Dom Vital foi entregue a Alceu Amoroso Lima. Embora mais liberal do que seu antecessor, o novo líder manteve no centro a orientação política conservadora que o caracterizara até então.

Em 1929, o Centro Dom Vital filiou-se a uma grande associação, a Coligação Católica Brasileira (CCB), que passou a ser também presidida por Alceu Amoroso Lima, com a assistência eclesiástica do padre Leonel Franca. O centro e a coligação passaram, portanto, a formar uma única frente.

AUGE E DECLÍNIO: AS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Logo após a Revolução de 1930, o Estado concedeu um reconhecimento semioficial à Igreja, fortalecendo assim a posição desta. Segundo Ralph Della Cava, foi o "profundo vazio político gerado pela Revolução de 1930 que transformou a Igreja numa força social absolutamente indispensável ao processo político". Nesse período ocorreu a primeira grande crise política no Centro Dom Vital, gerada por um conflito entre dois de seus membros: Pedro de Oliveira Ribeiro (chefe de polícia do presidente Washington Luís) e Sobral Pinto. Enquanto Ribeiro pedia ao centro uma demonstração contra o "espírito revolucionário", Sobral Pinto queria que este se manifestasse a favor da revolução. Naquele momento Amoroso Lima mantinha o centro "fora das questões políticas". Entretanto, após a vitória do movimento revolucionário e depois que Getúlio Vargas efetivamente se instalou no poder, a tradicional hostilidade do centro aos revolucionários desapareceu, passando a associação a apoiar o novo governo.

Por outro lado, em 1931, Sobral Pinto, que sempre advogara a revolução, voltou-se contra o governo provisório, passando a sofrer pressões do cardeal Leme para não mais escrever sua

coluna na revista *A Ordem*. Uma de suas principais críticas ao governo revolucionário referia-se à necessidade absoluta de uma Constituição para o país. Em 1933, a revista extinguiria definitivamente a coluna de Sobral Pinto.

A Revolução Constitucionalista de 1932 ocasionou a segunda grande crise no Centro Dom Vital, dividindo seus membros em dois grupos, um favorável e outro contrário ao movimento. Mais uma vez, a posição de Amoroso Lima e do cardeal Leme definiu-se pelo não envolvimento da organização em questões políticas. Essa "política de neutralidades" teve sua eficácia na década de 1930: várias organizações católicas criadas à volta do Centro Dom Vital foram consideradas de utilidade pública, passando consequentemente a receber subsídios governamentais. Em contrapartida, certas irmandades que se opunham ao cardeal Leme tiveram seus subsídios vetados pelo governo federal até que suas diretorias fossem mudadas.

Graças aos contatos do Centro Dom Vital com os responsáveis pela área de educação do governo federal, o Congresso aprovou o Decreto nº. 19.941, de 30 de abril de 1931, permitindo a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. A partir desse ano, ainda, diante do protesto do Centro Dom Vital contra a lei que proibia a existência de sindicatos trabalhistas com expressão política, social e ideológica, incluindo-se aí as religiões, o ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, permitiu a criação de sindicatos católicos. Surgiram então os círculos operários e a Confederação Nacional dos Operários Católicos (depois Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos), organizações importantes na condução dos trabalhadores de todo o país.

Em 1932, as relações entre a Igreja e o Estado eram tais que o tenente Juarez Távora e o Clube 3 de Outubro convidaram Amoroso Lima a esboçar um programa político, econômico e social que previsse o incremento da Igreja no país. O Centro Dom Vital conheceu nessa época um período de grande prosperidade, e fazer parte de seus quadros era um "símbolo de classe, prestígio, intelecto e religiosidade". A *jeunesse dorée*, segundo a denominação de Guerreiro Ramos, reunida pelo centro continuava a ser formada pelos jovens intelectuais das classes altas.

Por outro lado, alguns católicos membros do Centro Dom Vital participaram da Ação Integralista Brasileira, movimento que atuou no país de 1932 a 1937. Nesse período, o centro apoiou ainda o movimento Pátria Nova, de São Paulo, de caráter neomonarquista. O apoio simultâneo do Centro Dom Vital ao governo Vargas, ao integralismo e ao movimento monarquista era possível graças à sua plataforma, que propunha a institucionalização de um Estado forte, capaz de defender a Igreja católica do comunismo, e a própria divisão do poder entre a Igreja e o Estado, baseada na "superioridade do espiritual sobre o temporal". O repúdio do centro ao comunismo manifestou-se em suas constantes denúncias contra a Aliança Nacional Libertadora.

Na qualidade de maior expressão da vida católica nacional, o Centro Dom Vital constituiu-se num núcleo do qual se originaram várias organizações com o objetivo de revitalizar a Igreja e o catolicismo. Diversas filiais do centro foram criadas nas cidades mais importantes do país ao longo da década de 1930. O centro mais ativo era o do Rio de Janeiro, que de 1928 a 1935 passou de 50 para 500 associados. Em segundo lugar figurava o centro de São Paulo, fundado em 1931 por monsenhor Gastão Liberal Pinto e cujos membros mais importantes eram Alexandre Correia, Leopoldo Aires, Leonardo Von Acker e Plínio Correia de Oliveira. O Centro Dom Vital de Recife foi organizado em 1929, o de Belo Horizonte, em 1932, e o de Juiz de Fora, em 1933. Formaram ainda seus centros as cidades de Aracaju, Cataguases, Fortaleza, Niterói e São João del Rei.

A maioria dos centros realizou o trabalho político da Liga Eleitoral Católica (LEC), organização política fundada em 1932 pelo cardeal Leme com o intuito de mobilizar o eleitorado católico para apoiar, entre os candidatos à Assembleia Constituinte de 1933 e à Câmara dos Deputados de 1934, os que estivessem comprometidos com a defesa dos princípios da Igreja. Sob a direção de Amoroso Lima, o Centro Dom Vital cumpriu também uma função cultural e educacional, atenuando-se seu caráter de veículo de propaganda das ideias políticas de Jackson de Figueiredo.

No início da década de 1930, foi criada a Ação Universitária Católica (AUC), com o objetivo de preparar militantes católicos para dirigir a juventude brasileira e restaurar a

ordem social cristã. As propostas do centro se confundiam com as da AUC, a qual, na verdade, era uma de suas frentes, destinada basicamente a combater o comunismo na universidade.

Em 1932, o Centro Dom Vital inaugurou seus cursos no Instituto Católico de Filosofia e Ciências Sociais (ou Instituto Católico de Estudos Superiores, como ficou conhecido), dirigido por Sobral Pinto, assessorado pelos padres Pedro Secondi, Tomás Keller e Martinho Michler, por Amoroso Lima e Hamílton Nogueira e, ainda, esporadicamente, por Guerreiro Ramos e Gouveia Vieira. O beneditino alemão dom Martinho Michler promoveu um movimento de renovação litúrgica, restrito às cúpulas do centro, através dos cursos dados na AUC e no Instituto de Estudos Superiores.

A Associação dos Professores Católicos, defensora dos mesmos objetivos do Instituto Católico de Filosofia e Ciências Sociais, começou a funcionar sob a direção de Everardo Backheuser e do padre Leonel Franca, sendo organizada nacionalmente em maio de 1933, com a formação da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE). Em 1935, foi criada a Ação Católica Brasileira (ACB), a AUC transformou-se na Juventude Universitária Católica (JUC) e os jovens trabalhadores preocupados com temas sociais passaram a fazer parte da Juventude Operária Católica (JOC).

Por volta de 1937, o Centro Dom Vital possuía aproximadamente 20 ramos espalhados pelo país, incluindo grupos universitários e operários. Por essa época, foi criada a Confederação da Imprensa Católica, por iniciativa da Coligação Católica Brasileira.

No início da década de 1940, Amoroso Lima, influenciado agora por Jacques Maritain, propôs, como base de uma nova plataforma para o Centro Dom Vital, a idéia de "humanismo integral", rejeitando a ideologia integralista. Com a inauguração da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em abril de 1941, aumentou a influência do centro. O cardeal Leme apontou o padre Leonel Franca para o cargo de reitor.

Em 1942, contudo, o declínio do Centro Dom Vital podia ser constatado, tanto pela perda de seus suportes básicos na hierarquia eclesiástica com a morte do cardeal Leme e do padre Leonel Franca, quanto pela mudança de orientação política de Amoroso Lima, agora mais

democrático. O sucessor do cardeal Leme, dom Jaime de Barros Câmara, opunha-se a Amoroso Lima, chegando a forçar sua demissão da presidência da ACB. Com a queda de Vargas em 1945, os membros do Centro Dom Vital espalharam-se, ingressando na Campanha de Resistência Democrática liderada por Sobral Pinto, na União Democrática Nacional (UDN) ou no Partido Democrata Cristão (PDC), desvinculando, porém, suas opções de qualquer orientação do centro.

AS DÉCADAS DE 1950 E DE 1960

A partir de 1951, quando Amoroso Lima foi para Washington, a liderança do Centro Dom Vital passou a ser ocupada por Gustavo Corção. Em 1953, com a volta de Amoroso Lima, criou-se uma oposição política entre os dois líderes. Desde então, perpetuou-se uma crise interna, que culminou, em 1963, com a saída de Corção do centro, juntamente com cerca de 200 associados. Em 1964 a revista *A Ordem* parou de circular, devido a divergências entre seus colaboradores.

Em 1966, Amoroso Lima deixou a presidência do centro. Instalou-se então um impasse, posto que dom Jaime Câmara recusava-se a apontar um novo presidente e, de acordo com os estatutos, somente à autoridade eclesiástica cabia fazê-lo. Não podendo eleger sua diretoria, o centro não tinha sua situação legalizada, o que implicava a suspensão dos subsídios governamentais. A instituição foi mantida graças às contribuições pessoais de Amoroso Lima. Finalmente, em 1967, dom Jaime convocou eleições para a diretoria do centro. De acordo com os estatutos, somente os 50 membros efetivos podiam votar para eleger os membros da diretoria. Sobral Pinto foi apontado para a presidência, e o cardeal reservou-se o direito de designar outra pessoa para substituí-lo em qualquer momento futuro. Para a diretoria, foram eleitos Hamílton Nogueira, José Carlos de Melo e Sousa, José Artur Rios (antigos membros), Antônio Maccariello e Izeu Barcelos. Esse grupo, entretanto, foi destituído pelo cardeal dom Jaime apenas oito meses após as eleições.

A partir de junho de 1968, o centro foi perdendo sua dinâmica e influência, mantendo-se vivo somente pelo prestígio de Amoroso Lima, Hamílton Nogueira, Sobral Pinto e Carlos

Ferrario. Entretanto, Sobral Pinto e Alceu Amoroso Lima consideraram que o ato comemorativo realizado em 6 de novembro de 1973 pela passagem do aniversário de falecimento de Jackson de Figueiredo marcava a reabertura das atividades do centro. Procurariam em seguida iniciar o trabalho de reorganização do Centro Dom Vital e de seus sócios, até então dispersos devido à quase paralisação do trabalho de evangelização desenvolvido anteriormente. No ano seguinte, a revista *A Ordem* voltava a circular sob a direção de Eduardo Prado de Mendonça, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e vice-presidente executivo do Centro Dom Vital.

Em janeiro de 1980, Sobral Pinto foi reconduzido ao cargo de presidente. A nova diretoria foi formada pelos vice-presidentes Hamílton Nogueira, Tarcísio Meireles Padilha e Antônio de Resende Silva, além dos diretores Constantino Koser, dom Estêvão Bittencourt, Georges Frédéric Mirault Pinto, Hans Ludwig Lippman, dom Genaro Rangel, Heitor Moreira Herrera e Maria Lúcia Quadros. O novo conselho consultivo foi formado por Afonso Arinos de Melo Franco, Antônio Carlos Vilaça, Célio de Oliveira Borja, José Carlos Barbosa Moreira, José Carlos de Melo e Sousa, José Murta Ribeiro, Laudo de Almeida Camargo, Márcio Leal de Meireles, Otávio de Faria, o padre Pedro Belisário Veloso, Rubens D'Abnada Horta Porto e Sebastião Ribeiro de Oliveira. O jurista Sobral Pinto reafirmou seu propósito de manter o centro fiel à Igreja, como um "porta-voz do bispo em matéria de doutrina".

Motivos financeiros impediram a circulação da revista *A Ordem* entre 1984 e 1988. Nesse ano, sua diretoria incluía como vice-presidentes Tarcísio Padilha, Afonso Arinos de Melo Franco e Célio de Oliveira Borja, além dos diretores Antônio Carlos Vilaça, Creuza Capalbo, dom Estêvão Bettencourt, Heitor Moreira Herrera, Maria Lúcia Quadros e Teófilo de Azeredo Santos. Com a morte de Sobral Pinto em 30 de novembro de 1991, o professor Tarcísio Padilha tornou-se presidente interino do centro.

Durante a década de 1990, o centro publicou a revista *A Ordem* anualmente, apesar de

dificuldades financeiras, e realizou ciclos de conferências e mesas redondas periodicamente.

Mônica Kornis

FONTES: BRUNNEAU, T. *Catolicismo*; BRUNNEAU, T. *Conflict*; DELLA CAVA, R. *Igreja*; *Globo* (24/7/1974); INF. CENTRO DOM VITAL; *Jornal do Brasil* (27/7/1974, 8, 9/1/1980); KADT, E. *Catholic*; *Ordem* (4-6/1974, 1-6/1979); TODARO, M. *Integralism*; TODARO, M. *Pastors*; VELOSO, M. *Análise*.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL (CIB)

Entidade fundada no Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1904, a partir da fusão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão. Em 12 de dezembro de 1931 transformou-se na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), e em 29 de agosto de 1939 adotou o nome Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ).

ATUAÇÃO

Constituído com o objetivo de promover o desenvolvimento e a prosperidade dos diversos ramos da indústria nacional, o CIB propunha-se divulgar projetos e leis em discussão no país que dissessem respeito à indústria. Sua fundação ocorreu num momento de expansão e diversificação da indústria brasileira e correspondeu à necessidade de uma entidade empresarial que, em nome da defesa do mercado interno para a produção nacional, pudesse dar voz ao setor.

Na prática, o CIB atuava como órgão de pressão dos industriais junto à administração pública e, embora pretendesse falar pelo conjunto de industriais do Brasil, seu foco de atuação concentrava-se no Rio de Janeiro e no setor têxtil. Procurou promover cursos e conferências sobre temas industriais, bem como apoiar a disseminação de novos conhecimentos e técnicas importantes para o processo industrial no país. Para fazê-lo, passou a editar o *Boletim do Centro Industrial do Brasil*.

Entre as primeiras questões abordadas pelo CIB, destaca-se a cambial, num contexto de elevação da taxa de câmbio, que abria as portas para a entrada no país de produtos estrangeiros a preços baixos. A entidade defendeu o aumento da taxa-ouro cobrada sobre o imposto de importação, o que, de acordo com seus dirigentes, deveria assegurar maior proteção à produção interna e ao mesmo tempo beneficiar o governo, cuja principal fonte de renda eram as tarifas alfandegárias. O CIB também se posicionou favoravelmente ao projeto de reformulação das taxas alfandegárias, num sentido protecionista, proposto pelo deputado João Luís Alves. De acordo com a proposta, seria aumentada a taxa incidente sobre a entrada de produtos agropecuários e matérias-primas de origem estrangeira que tivessem similares no país. O projeto, porém, não foi aprovado.

O CIB igualmente lutou para que se colocasse em prática novamente a lei dos similares, de modo a reformar o sistema de isenção de direitos a mercadorias e objetos importados diretamente pelo Estado para o serviço público. De acordo com sua proposta, só deveriam receber isenção de direitos os produtos que não tivessem similares nacionais.

Outra bandeira assumida pelo CIB foi a da revisão dos impostos interestaduais. De acordo com a Constituição de 1891, cada estado cobrava uma determinada taxa pela circulação em seu território de produtos produzidos em outros estados. Para o Centro, tais impostos encareciam a produção industrial. Indo além das demandas protecionistas, a entidade também propôs o aproveitamento de borracha de qualidade inferior, não exportada, no fabrico de artefatos que atendessem às necessidades de outros ramos da indústria. Defendeu, ainda, a elaboração de uma Estatística Industrial, que permitiria apreender melhor os problemas da indústria, além de demonstrar de forma concreta o progresso da indústria fabril e sua importância para o país.

Em 1908 e 1909, atendendo a pedido do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin de Almeida, o CIB lançou a obra em dois volumes *O Brasil. Suas riquezas naturais, suas indústrias*. O trabalho, elaborado para suprir a ausência de um censo oficial sobre a produção fabril do país, compreendia quatro partes: indústria extrativa, agricultura, transportes e indústria fabril.

Após um período de relativa prosperidade na primeira década do século XX, diante da crescente tensão internacional – que desembocaria na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – e da crise econômica de 1913, o CIB teve de lidar com importantes desafios. A baixa nos preços dos produtos brasileiros de exportação e o refluxo do capital estrangeiro deixavam o país numa situação econômica difícil, com consequências sobre o setor industrial, especialmente o têxtil. A forte concorrência entre as indústrias brasileiras pelo mercado interno, bem como a restrição ao crédito, por sua vez, provocou uma superprodução. Para fazer frente a essa crise, o Centro promoveu uma campanha junto ao governo a fim de conseguir a maior emissão de papel-moeda, para facilitar o crédito para os industriais.

Após o impacto inicial, o ambiente internacional de guerra acabou favorecendo a indústria brasileira, na medida em que a importação de vários produtos sofreu forte queda. A indústria nacional, nesse contexto, recebeu importante estímulo para fazer frente à

demanda, verificando-se então um crescimento da produção de produtos que não podiam mais ser importados como no pré-guerra.

Por outro lado, nos anos de duração do conflito o setor industrial brasileiro se viu às voltas com problemas no setor de algodão, cuja alta de preços provocou uma crise na indústria têxtil. O CIB procurou investigar as causas do problema, organizando, em 1916, uma Conferência Algodoeira. A entidade pediu também ao governo que providenciasse a importação de algodão a preços baixos. No entanto, tal questão se resolveu naturalmente, com a ampliação da área de cultivo do algodão no país e a melhoria das condições de escoamento da produção.

Também no mesmo período, o CIB teve de lidar com o agravamento da questão social. Em 1917, ocorreram fortes greves opondo o movimento operário ascendente aos industriais. O Centro, nesse contexto, procurou adotar uma posição conciliadora, intermediando os conflitos. Nesse sentido, conseguiu, naquele ano, obter uma normalização das relações sociais de trabalho, mediante algumas concessões aos trabalhadores, que voltaram às fábricas. A agitação grevista, contudo, não terminou, e em 1919 o CIB novamente atuou de forma conciliadora, aceitando negociar com os grupos mais moderados do movimento operário, como, em determinado momento, a União dos Operários das Fábricas de Tecido. Tal postura, contudo, não foi unânime no seio da entidade, tendo sido criticada por vários associados, inclusive aqueles ligados à indústria do algodão.

No imediato pós-guerra, diante de um difícil quadro econômico, verificou-se nova tentativa de reforma alfandegária, num sentido antiprotecionista e contrário às indústrias. O CIB opôs forte resistência ao projeto, que terminou não sendo aprovado. A entidade também se insurgiu contra o imposto municipal de exportação no Rio de Janeiro, que havia sido fortemente elevado durante a guerra. O Centro lutou pela redução do imposto, de modo a facilitar a circulação das mercadorias produzidas na capital federal e vendidas no interior do país, bem como estimular possíveis exportações para a região do Prata. Os industriais brasileiros, desde o conflito mundial, vinham revelado interesse em conquistar os mercados platinos, estudando a possibilidade de para lá dirigir os excedentes da sua produção têxtil. O CIB organizou, então, duas exposições de tecido, uma em Buenos Aires e outra em Montevideú, para difundir o produto brasileiro e estabelecer contatos comerciais com a área.

No começo da década de 1920, um importante acontecimento foi a Exposição do Centenário da Independência do Brasil, realizada no Distrito Federal em 1922, iniciativa do CIB em colaboração com a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Sociedade Nacional da Agricultura. A exposição visava demonstrar o estágio de evolução alcançado pelos produtos fabris nacionais, com a amostra de manufaturados e a apresentação de tabelas e gráficos indicando os progressos do setor.

A questão social, por seu turno, continuava a ser objeto de inúmeros estudos e debates. Nesse contexto, foi formulado no Congresso Nacional o Projeto 265, que previa uma série de concessões aos trabalhadores, como a redução da jornada de trabalho. O projeto foi duramente criticado pelo CIB, que o considerou inviável em termos práticos, endossando assim o conservadorismo de grande parte dos industriais.

Em meados da década de 1920, configurou-se nova situação problemática para as atividades industriais. Uma crise de superprodução cafeeira e a retração do movimento dos negócios atingiram de forma especialmente grave o setor têxtil. A tentativa de conquistar novos mercados na Argentina e no Uruguai fracassou, a partir do momento em que se regularizou a venda de manufaturados europeus e norte-americanos nos dois países. O mercado nacional, por sua vez, não era capaz de absorver a produção têxtil brasileira, que sofria a concorrência dos produtos estrangeiros, mais baratos e geralmente de melhor qualidade. Para fazer frente às dificuldades, o CIB pediu ao governo a concessão de créditos do Banco do Brasil à indústria e lutou por uma reformulação tarifária que impedisse a entrada de produtos estrangeiros no país. Essa última iniciativa foi bem-sucedida, tendo sido atualizadas as taxas aduaneiras cobradas sobre tecidos estrangeiros.

Outra questão com que a entidade teve de lidar foi o aumento repentino e injustificado da cobrança pelo fornecimento de energia elétrica pela Rio de Janeiro Tramway, Light and Power. O CIB procurou, também nesse conflito, atuar como órgão intermediador entre a empresa canadense e os industriais. Na mesma época, começou a ser implantado o imposto de renda. O Centro adotou posição crítica, considerando que o imposto constituiria mais um encargo para o setor industrial. Diante da inevitabilidade da iniciativa, apresentou uma série de projetos de lei para limitar a cobrança do imposto.

A eclosão da crise de 1929 nos Estados Unidos, que já eram então a principal nação capitalista, contribuiu decisivamente para o agravamento da situação da indústria brasileira,

bem como da de outros setores da economia. As dificuldades econômicas desempenharam sua parte na derrubada do presidente Washington Luís causada pela Revolução de 1930. Os efeitos da crise externa, somados ao fracasso da política de estabilização do mil-réis e da valorização do café do governo provisório de Getúlio Vargas, provocaram uma profunda depressão econômica no país, que atingiu seu ápice em 1931, culminando numa quase paralisação industrial.

Em tal contexto, as críticas à industrialização ganharam força, não faltando vozes que propunham o fim do parque fabril brasileiro, através da decretação do livre-cambismo, o que permitiria a entrada sem restrições dos produtos estrangeiros. O CIB lutou contra as propostas anti-industrialistas e valorizou a importância das fábricas para o desenvolvimento nacional, continuando ainda com a campanha contra os impostos interestaduais e contra a cobrança decretada pela Light.

Em 12 de dezembro de 1931, o Centro Industrial do Brasil transformou-se em Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ). A decisão, tomada pela diretoria da entidade, baseou-se, entre outros fatores, na necessidade de se estabelecer uma união efetiva das atividades industriais localizadas no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

Inoã Carvalho Urbinati/ Sergio Lamarão

FONTES: PORTO, Â.; FRITSCH, L.; PADILHA, S. *Processo*; WEID, E. *Apontamentos*.

CERQUEIRA, Antônio Dionísio de Castro

*dep. fed. DF 1912-1914.

Antônio Dionísio de Castro Cerqueira nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, filho do general Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira e de Ana Torres de Cerqueira. Seu pai foi constituinte em 1891 e deputado federal pela Bahia de 1891 a 1896; exerceu missões diplomáticas durante o governo de Floriano Peixoto (1891-1894) e foi ministro das Relações Exteriores no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), além de ministro interino da Guerra (1896-1897) e da Viação (1897); foi novamente deputado federal de 1899 a 1903.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo-se destacado como um excelente aluno. Recém-formado, começou a clinicar e conquistou vasta clientela. Como médico, destacou-se por seus estudos sobre higiene pública e bacteriologia. Foi também assistente de clínica médica do professor Aloísio de Castro, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Assim como o pai, também se interessou pela diplomacia brasileira, tendo produzido importantes trabalhos sobre o assunto.

Eleito deputado federal pelo Distrito Federal, exerceu o mandato na legislatura de 1912 a 1914.

Publicou, no *Jornal do Comércio* de 10 de abril de 1920, o artigo intitulado O Tratado Cerqueira-Pichon, referente ao tratado firmado em 10 de abril de 1897 por seu pai, então ministro das Relações Exteriores, com o ministro francês Stephen Pichon, acerca da fixação da fronteira com a Guiana Francesa. Publicou também no *Jornal do Brasil*, em abril de 1928, uma série de artigos intitulada *Reparando um conceito histórico: a coerência na política internacional do Brasil*, em que defendeu a política externa imperial brasileira no rio da Prata e no Paraguai.

Izabel Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*;
Grande encic. Delta Larousse; GUIMARÃES, A. *Diccionario*; SOUSA, J. *Índice*.

CERQUEIRA, Dionísio

* militar; const. 1891; dep. fed. BA 1891-1896; min. Rel. Ext. 1896-1898; min. Guerra 1896-1897; min. Ind. Viação e Obras Públ. 1897; dep. fed. BA 1899-1903.

Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira nasceu na vila de Curralinho, atual município de Castro Alves (BA), no dia 2 de abril de 1847, filho de Antônio Cerqueira Pinto e de Ana Fausta dos Santos Castro. Seu pai, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, fez especialização na Europa e foi professor catedrático da mesma faculdade. Teve papel destacado no combate à epidemia de cólera que assolou a Bahia, atuando na ilha de Itaparica e na vila de Curralinho em 1855. Escreveu uma *Memória histórica sobre a Faculdade de Medicina da Bahia relativa ao ano de 1864*.

Entre os membros de sua família que se destacaram estão seu avô paterno, coronel Antônio de Cerqueira Pinto; veterano das lutas pela Independência, foi um dos signatários da ata de formação do Conselho do Governo, em 21 de agosto de 1822. Seu tio-avô materno, major Silva Castro, também lutou nas batalhas pela Independência, e em função de sua destacada participação teve seu nome incluído entre os que figuram no Monumento ao 2 de Julho, em Salvador. Seu irmão Alexandre Evangelista de Castro Cerqueira, médico, foi senador estadual na Bahia de 1919 a 1920 e de 1925 a 1926. Seu outro irmão, João Evangelista de Castro Cerqueira, foi professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia. O poeta Castro Alves era seu primo em terceiro grau, filho de Clélia Basília, prima de sua mãe.

Após as primeiras letras, fez o curso de humanidades no antigo Colégio 2 de Julho em Salvador. Seguiu depois para o Rio de Janeiro, então capital do Império, a fim de ingressar na Escola Central e cursar engenharia. Estava já no segundo ano do curso quando teve início a Guerra do Paraguai (1864-1870). Seguindo o exemplo de antepassados, alistou-se como voluntário em 1865, aos 17 anos, e a 5 de fevereiro seguiu para juntar-se às forças que combatiam em Montevidéu. Teve parte destacada em todas as grandes batalhas então travadas. Por sua participação na Jornada do Estabelecimento, foi feito cavaleiro da

Ordem da Rosa. Na batalha do Chaco, “por denodo e bravura”, foi citado pelo imperador. Em Angostura, foi louvado por “excessiva coragem”. Na batalha de Lomas Valentinas, onde foi ferido gravemente, conquistou a medalha do Mérito Militar. Pela parte que tomou nos combates de maio de 1868 e nos das Cordilheiras, foi elevado a oficial da Ordem da Rosa. Por conta de atos de heroísmo e bravura nos combates de Sapucaí e Peribebuí, em 1869, e Campo Grande, em 1870, foi elogiado pelo chefe do Exército, o conde D’Eu, por “haver concorrido com os triunfos alcançados em prol da honra e da segurança do Brasil”. Foi então promovido a primeiro-tenente por atos de bravura.

De volta ao Rio de Janeiro desde o fim da guerra, matriculou-se na Escola Militar. Foi promovido a capitão em 1872 e conquistou, em 1874, os títulos de engenheiro militar e civil e bacharel em ciências e matemáticas. Aliando a experiência adquirida no campo de batalha aos conhecimentos científicos, passou a ser nomeado para importantes comissões em diferentes ramos de atividades, tais como as obras de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, comandadas pelo marechal Silva Jardim, e a construção do reservatório de Pedregulho. Tais obras foram realizadas entre 1877 e 1882, e seriam inauguradas pelo imperador dom Pedro II em 1883. Em 1879, foi nomeado para a Comissão de Limites entre o Brasil e a Venezuela, chefiada pelo tenente-coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, futuro barão de Parima. Os trabalhos se estenderam de 1879 a 1885, e da exploração que empreendeu resultou amplo relatório que foi apresentado ao Ministério das Relações Exteriores e serviu de base para a resolução definitiva da questão fronteiriça. O relatório contribuiu também para o conhecimento da existência de tribos indígenas até então ignoradas e para a retificação de dados equivocados sobre a geografia da região amazônica. Promovido a major em 1880 e a tenente-coronel em 1884, em 1886 foi nomeado para integrar a comissão brasileira, presidida por Guilherme Schüch de Capanema, barão de Capanema, que, ao lado de uma comissão da Argentina, foi encarregada de solucionar em definitivo a questão de limites entre o Brasil e aquele país. Percorreu e estudou a região de 1886 a 1889, buscando localizar todos os marcos estabelecidos por portugueses e espanhóis no século XVIII, o que efetivamente conseguiu, desagradando com isso ao governo

argentino. Resultou daí a assinatura de um tratado, em 7 de setembro de 1889, que previa o arbitramento da questão pelo presidente dos Estados Unidos, o qual deveria julgar, com base na documentação apresentada por ambas as partes, a quem efetivamente pertenceria a região em disputa, sendo vedada a possibilidade de divisão da área em litígio.

Proclamada a República, retornou ao Rio de Janeiro e em janeiro de 1890 foi nomeado pelo chefe do governo provisório, marechal Deodoro da Fonseca, para acompanhar Quintino Bocaiúva, então ministro das Relações Exteriores, a Montevideú, na condição de consultor técnico para solucionar em definitivo a querela dos limites. No afã de solucionar a questão de forma amistosa e firmar uma imagem positiva do governo provisório, em 25 de janeiro de 1890 Quintino Bocaiúva assinou com o ministro do Exterior da Argentina, Estanislau Zebalos, um acordo que dividia a região em litígio em partes iguais entre as duas nações, o que atendia aos interesses da Argentina. Contra a decisão insurgiu-se Dionísio Cerqueira, por absoluta convicção dos direitos do Brasil sobre toda a área em disputa.

Em agosto de 1890, após ser promovido a coronel, foi nomeado comandante da Escola Militar de Porto Alegre, com a missão de serenar os ânimos dos alunos que se encontravam exaltados com os acontecimentos políticos, tarefa na qual já haviam falhado outros oficiais de patente superior. Apelando para o espírito patriótico e a disciplina militar dos alunos, conseguiu obter sua confiança.

CONSTITUINTE DE 1891

Quando das eleições de 15 de setembro de 1890 para o Congresso Nacional Constituinte, logrou conquistar uma cadeira, tendo sido indicado candidato pelo Clube Militar da Bahia. Empossado em 15 de novembro, teve uma participação discreta, embora efetiva, nos trabalhos constituintes. Congratulou-se com o governo provisório, por este haver mandado eliminar dos arquivos públicos os documentos relativos à escravidão no Brasil, e foi o autor da emenda que propunha que o nome de Benjamin Constant fosse inscrito perpetuamente no *Almanaque do Ministério da Guerra* entre os dos generais de brigada, para com isso indicar que sua vaga, moralmente, jamais seria preenchida.

Posicionou-se a favor da emenda que determinava que a União assumisse as dívidas contraídas pelos estados até 15 de novembro de 1890, e votou contra a acumulação de funções remuneradas. Quando foi tratada a questão da organização das forças armadas, votou a favor da Emenda Retumba, colocando-se contra o recrutamento compulsório, a isenção pecuniária e as substituições individuais, e apoiando o sorteio após prévio alistamento, bem como a criação do Supremo Tribunal Militar.

No tocante à organização eleitoral, votou a favor da proposta de Nilo Peçanha, que incompatibilizava para o cargo de governadores efetivos dos estados aqueles que houvessem sido nomeados para essa função pelo governo provisório, que estivessem no cargo no momento do pleito, ou que houvessem exercido o governo local até quatro meses antes. Defendeu que fossem considerados eleitores todos os cidadãos que estivessem na posse de seus direitos civis, e que todos os alistáveis fossem também elegíveis. Defendeu ainda que o direito ao voto fosse garantido a todos os estudantes dos cursos superiores maiores de 18 anos de idade.

Votou a favor da emenda de organização judiciária proposta por seu colega de bancada Anfilóbio de Carvalho, e também apoiou a Emenda Custódio de Melo, que estabelecia que os cargos diplomáticos e os comandos militares, em caso de guerra, ou naqueles em que se achasse em perigo a honra e a integridade da União, pudessem ser ocupados por senadores e deputados, que poderiam ser nomeados independentemente de licença prévia das respectivas casas legislativas. Assinou a moção de Quintino Bocaiúva, remetida à mesa diretora no dia da eleição de Deodoro, que apresentava Benjamin Constant como um modelo a ser seguido pelos presidentes da República.

Ainda como constituinte, foi relator da comissão especial encarregada de examinar o Tratado de Montevideu. Seu parecer rejeitando o tratado foi aprovado por quase unanimidade.

Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, e iniciada em junho a legislatura ordinária, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Quando, em 3 de novembro seguinte, o marechal Deodoro da Fonseca deu o golpe de Estado em que

dissolveu o Congresso Nacional, protestou contra tal ato e, embora estivesse prestes a ser promovido a general, pediu sua passagem para a reserva. O marechal Deodoro, ignorando seu protesto, nomeou-o quartel-mestre general do Exército, cargo de alta confiança, ao que respondeu com o pedido de reforma. Tendo seu pedido atendido por decreto de 12 do mesmo mês, deixou o serviço ativo do Exército no posto de general de brigada. Pouco depois, em 23 de novembro, o marechal Deodoro seria levado a renunciar. Substitui-o o vice-presidente Floriano Peixoto.

Em 1892, Floriano Peixoto enviou à Câmara um pedido de licença para nomear o general Dionísio Cerqueira enviado extraordinário em missão diplomática aos Estados Unidos para, mais uma vez, tratar da questão dos limites e defender os interesses do Brasil sobre o território da Missões. Chefiava a missão o barão de Aguiar de Andrada, Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, que veio a falecer em 28 de março de 1892 e foi substituído pelo barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior. Baseado na farta e sólida documentação recolhida por Dionísio Cerqueira nos arquivos de Madri, na Espanha, o barão do Rio Branco pôde redigir contundente exposição ao árbitro da questão, o presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland. Este, frente à irrefutabilidade das provas apresentadas, decidiu-se a favor do Brasil.

MINISTRO E DEPUTADO

Dionísio Cerqueira foi reeleito para a Câmara dos Deputados na legislatura 1894-1896, mas renunciou ao mandato em 1º de setembro de 1896, por ter sido nomeado pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898) para o Ministério das Relações Exteriores em substituição a Carlos Augusto de Carvalho, que havia pedido demissão. Também foi, interinamente, ministro da Guerra (11/1896 a 1/1897), e depois ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (1/10 a 13/11/1897).

Na pasta das Relações Exteriores, coube-lhe assinar o Tratado de 10 de abril de 1897, pelo qual Brasil e França se comprometeram a submeter à arbitragem do governo da Confederação Suíça a contenda sobre os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa, que

vinha se desenrolando desde 1713. Após várias negociações para o estabelecimento dos poderes do árbitro, Dionísio Cerqueira conseguiu, contrariando as intenções do ministro da França, Stephan Pichon, que a competência da arbitragem seria apenas a de decidir qual era o rio Japoc ou Vicente Pinsão, e fixar o limite interior do território. Com essa delimitação de poderes do árbitro, conseguiu garantir para o Brasil a vitória final no pleito. Ainda durante sua gestão no ministério assinou, a 6 de outubro de 1898, o tratado que consagrou a fronteira entre Brasil e Argentina que fora estabelecida pela decisão arbitral o presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland. Com a mudança de governo em 15 de novembro de 1898, deixou o ministério.

Com a renúncia do deputado Artur César Rios em 27 de fevereiro de 1899, foi eleito para a vaga deste em 23 de abril, sendo sua eleição reconhecida em sessão de 14 de agosto do mesmo ano. Encerrada a legislatura em 31 de dezembro de 1899, seria reeleito para a seguinte, de 1900 a 1902. Nessa terceira passagem pela Câmara, sua ação mais marcante foi quando do surgimento do caso envolvendo os limites do Acre e a disputa entre Brasil e Bolívia. Tais limites haviam sido estabelecidos, de forma clara e inequívoca, pelo Tratado de 27 de março de 1867. Ocorre que, por descuido do governo da Bolívia, a região foi sendo paulatinamente ocupada por brasileiros que julgavam ser aquelas terras pertencentes ao Brasil, o que só veio a ser desmentido quando o governo boliviano passou a se fazer presente, despertando com isso a reação dos brasileiros que ali viviam e achavam se tratar de uma invasão do território brasileiro por parte do país vizinho. Somou-se a essa impressão errada dos colonos brasileiros a publicação de artigos na imprensa brasileira, difundindo opiniões equivocadas e mal embasadas, que geraram na opinião pública uma indisposição contra os governos da Bolívia e do Brasil, este acusado de não defender a soberania nacional.

Dionísio Cerqueira, julgando ser seu dever restituir a verdade dos fatos, ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados no dia 19 de setembro de 1900 e afirmou: “Devo declarar que venho aqui cumprir um dever que me impõe a lealdade, a solidariedade política e o amor à reputação de dignidade, de sinceridade, e de honra conquistada pelo Brasil à custa de tantos

sacrifícios. Venho, senhor presidente, defender o governo brasileiro e não somente o atual, que tanto merece da nação por seus assinalados serviços. Venho também defender o governo de que tive a honra de fazer parte; venho defender ainda os homens de estado do Império, que de 1867 a 1889 souberam manter o prestígio do meu país com tanta glória. (...) Que querem nesse momento nossos compatriotas que agitam a opinião, quando dizem que o governo não zela os interesses da pátria? Querem que o Brasil viole a fé dos tratados, que não cumpra a sua palavra, que se desonre! Três âncoras deixou Deus ao homem, conceituou Lieber, que cito em tradução de Rui: três âncoras deixou Deus ao homem: o amor da pátria, o amor da liberdade, o amor da verdade. Damos a vida pela pátria; deixamos a pátria pela liberdade; mas a pátria e liberdade renunciemos pela verdade. Porque este é o mais santo de todos os amores.”

Em 1901, Dionísio Cerqueira foi convidado para chefiar a Comissão Brasileira encarregada da demarcação da fronteira que fora estabelecida pelo Tratado de 1899, assinado por ele próprio enquanto ministro das Relações Exteriores, e que resultara do demorado processo de negociação no qual havia desempenhado tão decisivo papel. Iniciados os trabalhos de demarcação, inaugurou, a 26 de setembro de 1902, o principal marco na foz do rio Peperiguaçu e deu por concluída a missão em 1905. No dia 4 de julho de 1903, por decisão unânime de sua Câmara Municipal, a vila de Peperi-guaçu passou a se chamar Dionísio Cerqueira, em reconhecimento pelos trabalhos do general na resolução do conflito sobre a delimitação da fronteira entre Brasil e Argentina.

Em 1908, por ato do Congresso Nacional, Dionísio Cerqueira retornou ao serviço ativo do Exército e foi nomeado subchefe do Estado-Maior. Em 1909, foi nomeado pelo governo da União para dirigir uma comissão militar, razão pela qual viajou para a França em dezembro daquele ano. Faleceu em Paris em 16 de fevereiro de 1910, no desempenho de sua missão.

Foi comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro e oficial da Ordem da Rosa, detentor das medalhas do Mérito Militar, da Guerra do Paraguai e do busto de Bolívar. Foi sócio honorário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Casou-se com Ana Torres de Cerqueira, com quem teve quatro filhos. O único filho

homem, Antônio Dionísio de Castro Cerqueira, foi deputado federal pelo Distrito Federal (1912-1914).

Escreveu *Reminiscências da Guerra do Paraguai* e *Reminiscências da fronteira*, obra póstuma.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); AMARAL, B. *Elogio* (p. 130-135); BLAKE, A. *Diccionario* (v.1); BULCÃO SOBRINHO, A. *Histórico*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); CALMON, P. *História* (p. 2056/2057); CERQUEIRA, P. *General* (p. 30-63); *Gazeta do Povo, Diário da Bahia, Diário de Notícias* (17,18/2/1910). Falecimento do general Dionísio Cerqueira; PRAZERES, O. *Bahia*; PRES. REP. *Governos* (p.27,28,40); SOUZA, A. *Baianos* (p.171-172).

CERQUEIRA, Eduardo Ernesto da Gama

*pres. MG 1891 e 1892.

Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira nasceu na cidade mineira de São João Del Rei em 15 de dezembro de 1842, filho de Francisco de Jesus Cerqueira e de Maria Carlota da Gama Cerqueira. Seus irmãos também aturam na política: o conselheiro Francisco Januário da Gama Cerqueira, o ministro da Justiça José Januário da Gama Cerqueira e o jurista Caetano Augusto da Gama Cerqueira.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1886. Atuou como advogado nas cidades de Paraíba do Sul e Sapucaia, ambas no estado do Rio de Janeiro, e ainda em Cataguases, São João Del Rei e Leopoldina, em Minas Gerais.

Iniciou a vida política ainda no período imperial. Como militante do Partido Conservador foi eleito vereador à Câmara Municipal de Cataguases, mas após 1888 tornou-se militante da propaganda republicana, participando da organização do Congresso Republicano em Ouro Preto em 15 de novembro daquele ano. Filiou-se então ao Partido Republicano Mineiro (PRM), do qual foi fundador em Cataguases. Após a proclamação da República em 1889 foi nomeado presidente da intendência municipal de Cataguases, e em 1891 foi eleito senador constituinte estadual. Assumindo o mandato, ocupou a primeira vice-presidência da mesa.

Também em 1891 foi eleito vice-presidente de Minas pelo Congresso mineiro. Esteve à frente do governo do estado, de forma interina, em dois momentos. Primeiro, de 16 a 18 de junho de 1891, antes da posse do presidente eleito Cesário Alvim, e novamente de 9 de fevereiro a 13 de julho de 1892, em decorrência da renúncia de Alvim, até a posse de Afonso Pena.

No ano de 1894 foi convidado pelo presidente da República, marechal Floriano Peixoto, para ocupar o posto de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, não aceitou a proposta, optando por concorrer à vaga de juiz seccional em Minas Gerais, posição que ocuparia até falecer.

Faleceu na cidade de Belo Horizonte em 10 de dezembro de 1907.

Foi casado com Matilde da Silva Reis Cerqueira.

Vanessa Lana

FONTES: GOV. MG. Disponível em:
<<http://www.mg.gov.br/governomg/comunidade/governomg/galeria-de-governadores/eduardo-ernesto-da-gama-cerqueira/5794>>. Acesso em: 22/5/2010;
MONTEIRO, N. *Dicionário*.

CERQUEIRA, GAMA

*const. 1891; dep. fed. RJ 1891; rev. 1932; dep. fed. SP 1935-1936.

Luís Barbosa da Gama Cerqueira nasceu em Paraíba do Sul (RJ) no dia 24 de novembro de 1865, filho do conselheiro Francisco Januário da Gama Cerqueira. Vinculado ao Partido Conservador, seu pai foi presidente da província de Goiás (1857-1860), deputado geral (1861-1864, 1869-1872 e 1877) e ministro da Justiça do Império (1877).

Fez os cursos primário e de humanidades nos colégios São Pedro de Alcântara e São Luís, de Itu (SP), e em 1882 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se formou quatro anos depois. De volta à terra natal, dedicou-se à advocacia e à política, tornando-se membro e ardoroso propagandista do Partido Republicano.

Com o fim do Império, foi eleito 15 de setembro de 1890 deputado pelo Rio de Janeiro ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da nova Carta promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em maio passou a exercer o mandato ordinário. Renunciou, porém, em novembro do mesmo ano em protesto contra a dissolução do Congresso e a decretação do estado de sítio pelo marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República.

Voltando a exercer a advocacia em São José de Além Paraíba, hoje Além Paraíba (RJ), ocupou vários cargos eletivos municipais e foi redator-chefe do *Correio de São José*. Em 1895 mudou-se para São Paulo, onde conseguiu grande renome e clientela como advogado e tornou-se lente da Faculdade de Direito, por concurso. Escreveu muitos pareceres sobre temas de direito internacional privado e em 30 de maio de 1911 tomou posse como professor de direito criminal na Faculdade de Direito.

Pertenceu à direção da Liga Nacionalista, que foi fundada em 1917 por inspiração de Olavo Bilac, foi presidida pelo professor Frederico Steidel, e teve papel de destaque na defesa do serviço militar obrigatório e do voto secreto. Ao contrário de membros como Paulo Nogueira Filho, Antônio Carlos de Abreu Sodré e Cândido Mota Filho, entre outros, Gama Cerqueira permaneceu na liga e apoiou sua decisão de protestar contra o decreto do governo que em fins de 1918 concedeu aprovação a todos os estudantes, independentemente da prestação de exames, devido à forte epidemia da chamada “gripe espanhola” que atingiu principalmente São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1926 participou, com Francisco Morato e Luís de Queirós Aranha, da comissão de redação do programa do Partido Democrático (PD) de São Paulo, do qual foi um dos fundadores e membro do diretório central eleito no primeiro congresso da agremiação, realizado em 21 de março. O PD agrupava a oposição liberal ao Partido Republicano Paulista (PRP), então dominante na política estadual e nacional, e incluía em seu programa medidas como a revisão da Constituição, a adoção do voto secreto e a autonomia do Poder Judiciário. Sua direção era composta majoritariamente de bacharéis e cafeicultores.

O novo partido realizou desde logo grande esforço no sentido de atingir grandes parcelas da população, obtendo, pouco depois de sua fundação, cerca de 20 mil adesões. Nas eleições parlamentares de 1927, em franco desafio à máquina política do PRP que até então dominava monoliticamente o estado, o PD conseguiu eleger três deputados federais e seis estaduais. Entre os últimos estava Luís da Gama Cerqueira, que em abril de 1929 substituiu Antônio Prado, recém-falecido, na presidência do partido. Ainda em 1929 Gama Cerqueira foi um dos representantes do PD no primeiro e único congresso do Partido Democrático Nacional, que foi realizado em setembro e reuniu também delegados do Partido Libertador do Rio Grande do Sul. Embora o conclave tenha aprovado um programa baseado no do PD, elaborado estatutos e definido o apoio às candidaturas oposicionistas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República nas eleições de março de 1930, o novo partido teria vida curta, desaparecendo depois de 1930.

Ainda em setembro de 1929, Gama Cerqueira participou da convenção da Aliança Liberal, coligação interestadual que sustentou Vargas contra o perrepista Júlio Prestes. Foi um ativo organizador da campanha liberal, marcando sua atuação pela defesa da organização da República em moldes liberais e democráticos, mas “sem lutas fratricidas”. Identificava-se assim com a ala mais moderada do PD, chamada de “pacifista” por propor apenas a via legal para a conquista do poder pelas forças renovadoras. Apesar disso, durante a campanha escreveu um artigo no *Diário Nacional*, órgão do PD, denunciando a repressão do governo federal contra os oposicionistas e enfatizando que as garantias constitucionais estavam sendo abolidas, como se o estado de guerra houvesse sido decretado.

A derrota de Vargas nas eleições de 1º de março de 1930 levou muitos membros do PD a se articular com os “tenentes” e com outras forças integrantes da Aliança Liberal na preparação de um movimento armado que resultaria na Revolução de 1930. Considerado

um moderado, Gama Cerqueira foi substituído na presidência do partido por Francisco Morato, que coordenou os preparativos do PD para a revolta.

Vitoriosa a Revolução em 24 de outubro de 1930, seis dias depois o governo provisório chefiado por Vargas nomeou o líder tenentista João Alberto Lins de Barros delegado militar em São Paulo. Na esperança de compartilhar o poder em reconhecimento à sua participação no movimento armado, o PD prontificou-se a colaborar com essa solução. Entretanto, essa colaboração não foi duradoura. A nomeação de João Alberto para interventor em 25 de novembro de 1930 significou a marginalização do segmento da oligarquia política local articulada em torno do PD, abrindo um processo de conflitos progressivamente acirrados nos dois anos seguintes entre as correntes tradicionais do estado e as forças tenentistas apoiadas pelo governo federal.

No VII Congresso do PD, realizado no dia 2 de fevereiro de 1931 em meio a um clima de grande efervescência política e social, Gama Cerqueira não foi mantido no diretório central, por ter sido considerado conservador.

Depois de formada a Frente Única Paulista (FUP), agrupando o PD e o PRP em torno da luta pela constitucionalização do país e pela autonomia estadual, e frustradas as tentativas de constitucionalização com o governo federal, eclodiu, em 9 de julho de 1932, a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Gama Cerqueira colaborou com os revolucionários, participando, ao lado de Cândido Mota Filho e Aureliano Leite, de uma comissão especial voltada para os assuntos internacionais. Seus objetivos, expressos em uma nota dirigida aos cônsules estrangeiros em 17 de agosto, eram sensibilizar possíveis aliados externos para a causa paulista e obter reconhecimento internacional para o “estado de beligerância” no Brasil. Com esse fim, apresentava como motivos do levante medidas tomadas pelo governo federal que afetavam as relações exteriores do país, tais como o embargo às comunicações consulares, o impedimento à navegação no porto de Santos, a retenção de malas postais, ameaças de confisco de propriedades estrangeiras e o incitamento do operariado agrícola e industrial à desordem.

Em 27 de agosto de 1932, durante o período de luta, realizou-se na casa de Gama Cerqueira uma reunião inspirada pelo chefe do governo revolucionário de São Paulo, Pedro de Toledo, na qual Cândido Mota Filho, Antônio Carlos de Abreu Sodré, Rafael de Abreu Sampaio Vidal, Menotti del Picchia e Luís Piza Sobrinho, entre outros, definiram o

propósito de fundir os partidos paulistas em uma única e poderosa organização, qualquer que fosse o resultado do movimento constitucionalista.

Em 2 de outubro os paulistas aceitaram assinar o armistício. Apesar de derrotada, a revolução influenciou decisivamente na convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte no ano seguinte, o que era um dos seus objetivos. Nesse pleito, a Chapa Única por São Paulo Unido, que representava a união do PD, PRP, Federação de Voluntários (ex-combatentes de 1932) e a Liga Eleitoral Católica, obteve expressiva vitória.

Mais tarde, o PD, a Ação Nacional Republicana (dissidência do PRP) e a Federação dos Voluntários fundiram-se, dando origem ao Partido Constitucionalista, fundado em 24 de fevereiro de 1934 sob a liderança de Armando de Sales Oliveira. Nessa nova legenda, Gama Cerqueira foi eleito deputado federal no pleito de 14 de outubro de 1934, tomando posse na Câmara em maio de 1935.

Faleceu em São Paulo no dia 19 de fevereiro de 1936, em pleno exercício do mandato parlamentar.

Era membro da Academia Paulista de Letras.

Casado com Jorgina Passos da Gama Cerqueira, teve seis filhos.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados; Diário do Congresso Nacional*; LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Memórias*; LEITE, A. *Páginas*; MORAIS, A. *Minas; Personalidades*; SOUSA, J. *Índice*; VAMPRÉ, S. *Memórias*.

CÉSAR, Antônio do Amaral

*dep. fed. SP 1903-1906.

Antônio do Amaral César nasceu em São Paulo.

Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e advogou por muitos anos na cidade de Botucatu (SP).

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito deputado estadual em São Paulo na legenda do Partido Republicano Paulista (PRP). Na mesma legenda foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo em janeiro de 1903 e assumiu em maio seguinte sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em janeiro de 1906 foi reeleito, mas faleceu em julho desse ano no exercício do mandato.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CÉSAR, Antônio Moreira

*militar; gov. SC 1894.

Antônio Moreira César nasceu em Pindamonhangaba (SP) no dia 7 de julho de 1850. Embora tenha indicado em sua fé de ofício ser de filiação desconhecida, sabe-se que era filho do padre Antônio César de Almeida e de Francisca Correia de Toledo.

Entrou para o Exército voluntariamente, como praça, em 1869, e chegou à patente de coronel. Devido à sua importante participação no combate à Revolta da Armada (1893-1894) no Rio de Janeiro, em 1894 foi nomeado pelo presidente Floriano Peixoto (1891-1894) governador militar em Santa Catarina. Tomou posse em 22 de abril, substituindo Cristóvão Nunes Pires, e manteve-se no poder até 28 de setembro, quando Hercílio Luz assumiu o governo do estado.

Sua incumbência ao seguir para Santa Catarina era controlar o estado, para onde se tinha deslocado uma força-tarefa envolvida na Revolta da Armada, sob o comando do capitão de mar e guerra Frederico Guilherme de Lorena, com a intenção de se unir aos revolucionários federalistas que combatiam o governo no Sul do país. Os revoltosos haviam ocupado a capital, Desterro, e instalado um governo provisório revolucionário chefiado por Lorena. Moreira César reprimiu violentamente os revoltosos, ordenou a execução sumária de dezenas de pessoas, entre civis e militares, e ficou conhecido pela alcunha de “Corta Cabeças”. Ainda em 1894 a capital de Santa Catarina teve seu nome alterado de Desterro para Florianópolis, em homenagem a Floriano Peixoto.

Já bastante prestigiado e dono de um currículo de vitórias militares, em 1897 Moreira César chefiou a terceira expedição militar enviada a Canudos (BA) pelo governo federal, após o fracasso das duas primeiras tentativas governamentais de combate à ação de Antônio Conselheiro e seus seguidores. Em 2 de março Moreira César morreu em combate com os conselheiristas.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; HERMANN, J. *Imagens*; HERMANN, J. *Religião*; PIAZZA, W. *Dicionário*; STOETERAU, L. *Trajetória*.

CÉSAR, Cerqueira

* pres. SP 1891-1892.

José Alves de Cerqueira César nasceu em Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, hoje Guarulhos (SP), em 23 de maio de 1835, filho de Bento Alves de Cerqueira Bueno e de Maria Cândida de Cerqueira Leme. Seu pai era descendente de Amador Bueno de Ribeira, “o Aclamado”, e sua mãe, da tradicional família Leme.

Após concluir os estudos de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, em 1856, diplomando-se em ciências jurídicas e sociais em 1860. Logo depois de formado e casado, transferiu-se para Itapetininga, onde abriu a sua primeira banca de advogado. Sua mulher era Maria do Carmo Sales, irmã de Manuel Ferraz de Campos Sales, que exerceria cargos importantes na política paulista e nacional: foi deputado geral em 1885, ministro da Justiça em 1889, constituinte de 1891, senador por São Paulo de 1891 a 1896, presidente de São Paulo de 1896 a 1897, presidente da República de 1898 a 1902 e novamente senador de 1909 a 1913.

Em 1863 mudou-se para Rio Claro, onde atuou também na advocacia e ingressou na política. Foi um dos subscritores do *Manifesto Republicano* de 1870 e participou da fundação, em 1872, do Clube Republicano da cidade, que posteriormente se transformaria no Partido Republicano de Rio Claro. Eleito para a Câmara Municipal de Rio Claro na legislatura 1873-1876, foi um dos vereadores que pediram, e acabaram conseguindo do governo da província, que o correio que ligava a cidade à capital passasse três vezes por semana, em lugar de apenas uma. Interessou-se pelo abastecimento de água para Rio Claro, e em 1874 defendeu a separação da Igreja do Estado, medida de nítido fundo político e republicano.

Os participantes da Convenção Republicana de Itu, realizada em 18 de abril de 1873, concordaram quanto à necessidade de ter um órgão de imprensa na capital para defender os ideais republicanos. Após trabalho de arregimentação efetuado por Américo Brasiliense e Campos Sales, em outubro de 1874 foi constituída com esse fim uma sociedade em

comandita com 19 cotistas, entre eles Cerqueira César, chamada Pestana, Campos & Cia. O jornal seria lançado em 4 de janeiro de 1875 com o nome *A Província de S. Paulo* e, com o advento da República, passaria a chamar-se *O Estado de S. Paulo*.

Na eleição para a Câmara Municipal de Rio Claro realizada em 1876, graças ao prestígio de Cerqueira César, sua agremiação política obteve 2/3 da votação, resultado que foi considerado o primeiro de real importância para os republicanos no Império. Em 1878, foi eleito para o diretório do Partido Republicano de Rio de Claro. Por questões familiares, porém, viu-se obrigado, em 1880, a transferir sua residência para a capital, decisão que provocou protestos de moradores e políticos locais. Em São Paulo, foi escolhido secretário da comissão permanente do Partido Republicano Paulista (PRP), e posteriormente seu presidente.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi formada em São Paulo uma junta governativa provisória, integrada por Prudente de Moraes, Francisco Rangel Pestana e o tenente-coronel Joaquim de Sousa Mursa. O primeiro ato dos novos governantes foi nomear seus auxiliares diretos, cabendo a Cerqueira César a função de “assistente no Tesouro, para verificar a caixa”, depois denominada “inspetor do Tesouro do Estado”. Quando Prudente de Moraes foi nomeado governador, em 14 de dezembro de 1889, foi mantido no cargo e nele permaneceu até 18 de outubro de 1890, data em que Prudente de Moraes transmitiu o governo a Jorge Tibiriçá.

VICE-PRESIDENTE DE SÃO PAULO

Promulgada a Carta Magna brasileira em 24 de fevereiro de 1891, dois meses depois foi realizada em São Paulo a eleição para a Constituinte estadual. No dia 11 de junho, Américo Brasilense, que desde março de 1891 ocupava o cargo de governador, nomeado pelo presidente da República marechal Deodoro da Fonseca, foi eleito pelos constituintes presidente do estado de São Paulo, enquanto Cerqueira César foi eleito vice-presidente. Por afastamento do titular entre 13 de junho e 16 de julho de 1891, Cerqueira César assumiu interinamente o governo de São Paulo.

Quando da renúncia de Deodoro à presidência da República, seguida da posse do vice-presidente Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891, Américo Brasiliense, partidário de Deodoro, negou-se a aceitar a situação e também a deixar o governo paulista. Sua recusa a renunciar provocou agitação em todo o estado, inclusive com a formação de brigadas que destituíram as autoridades municipais que o apoiavam. A ideia era marchar para a capital para depor o presidente do estado. O governo federal, preocupado, enviou a São Paulo o coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, respeitado por sua atuação na proclamação da República, para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos.

Os incidentes na capital de São Paulo culminaram em 14 de dezembro com a invasão e depredação da redação do jornal *Correio Paulistano*, ocasionando a morte de um transeunte, vítima de uma bala durante o confronto das tropas leais ao presidente estadual com a população rebelada. Em virtude da gravidade da situação, em 15 de dezembro, após a recusa do general Carlos Machado Bittencourt, comandante do Exército em São Paulo, a assumir o governo, Américo Brasiliense entregou um ofício ao major Sérgio Castelo Branco, que se encontrava no palácio, onde havia pernoitado para garantir-lhe a integridade física, informando que deixava o governo e lhe entregava a chefia do Executivo estadual. Retirou-se em seguida para sua residência.

Reunidos no Grande Hotel de França, estavam o vice-presidente Cerqueira César e uma junta denominada revolucionária formada por Campos Sales, Bernardino de Campos e Júlio de Mesquita para se contrapor a Américo Brasiliense. Os membros da junta instaram para que o coronel Sólton fosse até o Pátio do Colégio, onde localizava a sede do governo estadual. Lá o coronel conferenciou com Castelo Branco, entendendo que cabia legalmente ao vice-presidente assumir o governo paulista. Concordando com a tese, Castelo Branco rumou em companhia de Sólton para o local onde se encontrava Cerqueira César, acompanhado de diversos correligionários que defendiam sua posse.

Na presença de todos, Castelo Branco leu os termos do ofício de Américo Brasiliense e declarou que “não podia conservar o governo do estado em seu poder por isso ser contrário à lei e por ser ele antes de tudo respeitador da legalidade e da soberania popular; por isso vinha imediatamente entregar o governo a quem competia exercê-lo pela Constituição do estado e pela vontade do povo”. Suas palavras foram aplaudidas, e em seguida Cerqueira César afirmou “que, em vista ter sido o governo abandonado pelo

presidente do estado, ... assumia-o desde aquele momento como lhe competia”.

Ao assumir o governo do estado, em 16 de dezembro de 1891, Cerqueira César logo demitiu o chefe de polícia, desembargador Raimundo Furtado de Albuquerque Cavalcanti, acusado de responsável pelas violências praticadas contra a população.

Em 28 de janeiro de 1892, o deputado federal Domingos de Moraes foi procurado pelo antigo presidente da Constituinte estadual paulista, Luís Pereira Barreto, que o alertou de que estava em curso um movimento revolucionário com o objetivo de destituir os governantes que apoiavam o marechal Floriano Peixoto, entre eles Cerqueira César. Barreto solicitou que Moraes fosse ao palácio e pedisse que o presidente em exercício deixasse o cargo para assim evitar derramamento de sangue. Cerqueira César recusou-se, porém a deixar o governo. Amigos e correligionários surgiram armados no palácio para defendê-lo e repelir qualquer ataque de adversários. Após ouvir juristas, Cerqueira César respondeu à intimidação assinando um decreto que determinava a dissolução do Congresso estadual e convocava novas eleições para 7 de março próximo.

À frente do governo de São Paulo por apenas oito meses e dez dias, Cerqueira César tomou várias medidas em benefício da população. Promoveu o saneamento das cidades de Santos e São Paulo; procurou combater e evitar as epidemias que assolavam vários municípios, notadamente a de febre amarela; organizou o serviço de Assistência Pública; abriu crédito para os Socorros Públicos; criou os Institutos Vacinogênico, Bacteriológico, Bromatológico e de Análises Químicas; aperfeiçoou o funcionamento do Serviço Sanitário, com o Hospital de Isolamento da Capital e o Desinfectório Central. Incrementou a assistência hospitalar aos asilos agrícolas de alienados, iniciativa que daria origem, anos depois, ao Hospital do Juqueri para doentes mentais; liberou verba para a manutenção e custeio da Estação Agrônômica de Campinas; fundou uma Escola Superior de Agricultura e outra de Engenharia, sendo então criado o Instituto Politécnico, hoje pertencente à Universidade de São Paulo.

Preocupado com o abastecimento de água da capital, e sabedor da impossibilidade de a empresa contratada para esse fim, a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, cumprir

suas obrigações, rescindiu o contrato firmado em 1890 e encampou a empresa, transferindo para o governo paulista a responsabilidade pelo serviço de água e esgoto. A lei que organizou todo o ensino público no estado de São Paulo, que seria promulgada por seu sucessor Bernardino de Campos, foi também de sua iniciativa. Propôs ainda a fusão das Estradas de Ferro Sorocabana e Ituana, através de projeto de lei encaminhado ao Congresso estadual que seria aprovado por unanimidade. Sabedor da necessidade de trabalhadores para a lavoura, referendou as alterações contratuais com a Sociedade Promotora de Imigração para a vinda de 50 mil imigrantes, principalmente italianos, para São Paulo.

Foi de sua responsabilidade a criação e organização das secretarias de Estado, estrutura que, apesar de muito ampliada, se mantém até hoje. Nomeou, assim, os primeiros secretários paulistas do Interior, Agricultura, Fazenda e Justiça. Para ajudar em diversos problemas que afetavam a administração, foram convidados cientistas e técnicos estrangeiros e nacionais. Entre eles estavam o engenheiro civil da área sanitária Estevan Antonio Fuertes, que teria como seguidor Saturnino de Brito, ambos envolvidos nos problemas de saneamento da cidade de Santos; o pedagogo Henri Gorceix; o biólogo e filósofo Felix Le Dantec, que colaborou no Instituto Bacteriológico; Jean Reboul-Lachaux, no Instituto Bromatológico; Teodoro Sampaio, na engenharia sanitária; Franco da Rocha, na assistência aos psicopatas, e André Rebouças, na chefia das obras de viação.

Apesar de seu nome ter sido cogitado para concorrer à eleição para presidente do estado em 1892, o indicado acabou sendo Bernardino de Campos, que foi eleito em 17 de maio e assumiu o governo em 23 de agosto seguinte. Para surpresa de todos, poucos dias depois, em 5 de setembro, Cerqueira César renunciou ao cargo de vice-presidente estadual, alegando que sua missão estava cumprida, com o restabelecimento da democracia. Seus amigos e correligionários conseguiram persuadi-lo a recandidatar-se à sua própria vaga, e assim, em 15 de outubro, foi novamente eleito vice-presidente de São Paulo. Assumiu o cargo no último dia do ano de 1892 e nele permaneceu até o fim do quadriênio, em 15 de abril de 1896.

SENADOR ESTADUAL

Após deixar o governo foi indicado para ocupar, no Senado Federal, a cadeira de Bernardino de Campos, que fora eleito senador, mas em novembro de 1896 renunciou para assumir o Ministério da Fazenda no governo de Prudente de Moraes (1894-1898). Foi eleito em 20 de dezembro, mas também renunciou, antes de assumir o mandato. Por indicação do PRP, foi então eleito, em 1º de dezembro de 1897, senador estadual. Assumiu sua cadeira em 7 de abril de 1898, e em 12 de abril foi escolhido por seus pares presidente do Senado Estadual substituindo Ezequiel de Paula Ramos. Na sessão de 22 de abril, apresentou uma propositura regulamentando as terras públicas do estado.

Quando da revisão da Constituição do estado de São Paulo, em 1901, parecia natural a escolha de seu nome para presidir o Congresso revisor. Entretanto, na véspera da eleição, realizada em 17 de julho, o senador Joaquim Lopes Chaves foi lançado candidato e acabou saindo vencedor por dez votos. Esse golpe teria tido o envolvimento direto do então presidente da República Campos Sales (1898-1902), cunhado de Cerqueira César, influenciado pela própria esposa, que não desejava que o cunhado tivesse proeminência na política paulista, podendo assim chegar ao governo de São Paulo e depois à presidência da República. Teria sido conivente com a situação o então presidente do estado Rodrigues Alves (1900-1902), já aspirante ao Executivo federal e desejoso de ter alguém que o apoiasse no governo estadual. A candidatura de Cerqueira César à presidência do estado sucedendo a Rodrigues Alves, prestigiada por Prudente de Moraes, parecia vitoriosa dentro do PRP, mas Campos Sales resolveu apoiar Bernardino de Campos, que acabou sendo mais uma vez eleito, em maio de 1902. Diante disso, o PRP rompeu com os governos federal e estadual.

No dia 8 de setembro, em sua primeira página, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um manifesto dirigido aos “Republicanos de São Paulo”, no qual narrava todos os acontecimentos que haviam levado à dissidência dos republicanos paulistas com o presidente da República. Um dos motivos alegados era “que o ex-presidente Prudente de Moraes não era ouvido sobre assuntos graves, da existência partidária, dando-se o mesmo

com Cerqueira César e Ferraz de Sales, membros da Comissão Central do PRP. Quando isso vem acontecer – quer dizer, quando são ouvidos – isso só se dá depois das deliberações tomadas, sinais evidentes da prepotência de Campos Sales”. Este, segundo os signatários, estaria “em pleno e franco exercício de sua ditadura, impondo no momento a candidatura de Rodrigues Alves para seu sucessor”.

A crise culminou no dia seguinte, 9 de setembro, quando Cerqueira César renunciou à presidência do Senado do Estado juntamente com outros integrantes da mesa diretora, como o primeiro-secretário Ricardo Soares Batista e o primeiro suplente de secretário Antônio Carlos Ferraz de Sales. O lugar de presidente foi ocupado interinamente pelo vice João Batista de Melo Oliveira, e depois foi eleito o senador Francisco de Assis Peixoto Gomide. Cerqueira César continuou senador estadual, sendo reeleito em 2 de fevereiro de 1907 e empossado em 14 de abril para um mandato de oito anos.

Positivista, era considerado ateu, mas sempre colaborou com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, sendo seu provedor entre 1900 e 1902, e definidor até a morte. Faleceu em São Paulo em 26 de julho de 1911, no exercício do mandato de senador estadual.

De seu casamento com Maria do Carmo Sales César nasceram sete filhos, entre eles Lucila César, que se casou com Júlio César Ferreira de Mesquita, jornalista, diretor de *O Estado de S. Paulo* e deputado federal por São Paulo de 1892 a 1894.

Em sua homenagem foi criado em 1917 o município de Cerqueira César, originário de um antigo distrito de Avaré, de nome Três Ranchos. Na capital de São Paulo, um bairro localizado na região da avenida Paulista também recebeu seu nome.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: AMARAL, A. *Dicionário*; ASSEMB. LEGIS SP. *Galeria dos presidentes* (2006); CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (13/1/1906); EGAS, E. *Galeria* (v.3); *Estado de S. Paulo* (1/2/1975); RIBEIRO, J. *Chronologia*; SILVA,

E; EWIGKEIT, J. *Precursores.*

CHAGAS, Carlos Justiniano das

* dep. fed. MG 1891-1896.

Carlos Justiniano das Chagas nasceu em Oliveira (MG) em 15 de agosto de 1843.

Estudou no Colégio do Caraça, localizado na Serra do Espinhaço (MG), até 30 de junho de 1861. Enquanto morou em Juiz de Fora (MG), possuiu com seu irmão a razão social Justiniano Chagas e Companhia, responsável pela compra e venda de escravos para a região da Zona da Mata mineira e para o estado do Rio de Janeiro. Foi dono da fazenda Liberdade em Coronel Pacheco (MG), voltada para a produção cafeeira.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito em setembro de 1890 deputado federal por Minas Gerais ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro, e durante os trabalhos constituintes apoiou a Emenda Lauro Müller, que previa a mudança da capital para o Planalto Central. Foi um dos signatários da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e a partir de maio passou a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados. Reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara até dezembro de 1896.

Faleceu na cidade de Coronel Pacheco (MG).

Foi casado com Maria Manuela das Chagas, com quem teve uma filha, Francisca Justiniano das Chagas. Esta, por sua vez, casou-se em 1894 com Eptácio Pessoa, mas dez meses depois faleceu. Eptácio viria a ser presidente da República entre os anos de 1919 e 1922. O representante mais conhecido da família Chagas foi seu sobrinho Carlos Chagas, filho de seu irmão José Justiniano das Chagas, médico sanitário, cientista e bacteriologista conhecido por ter descoberto o protozoário *Trypanosoma Cruzi*, responsável pela tripanossomíase americana, ou simplesmente doença de Chagas.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. Senadores e deputados de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; Biblioteca Digital Câm. Dep. *Constituição de 1891*. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 19/4/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Santuário do Caraça. Disponível em: <<http://www.santuariodocaraça.com.br>>. Acesso em: 19/4/2010; Emenda Lauro Muller. Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/18901215emendaLauroMuller.htm>>. Acesso em: 20/6/2010; Família Chagas. Disponível em:

<http://www.geneall.net/P/per_page.php?.php>. Acesso em: 20/6/2010; Genealogia mineira. Disponível em: <<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?>>>. Acesso em: 18/6/2010; HORTA, C. *Famílias*; MACHADO, C. *Tráfico*;

CHAGAS, CARLOS PINHEIRO

* dep. fed. MG 1930; rev. 1930.

Carlos Pinheiro Chagas nasceu em Oliveira (MG) no dia 15 de fevereiro de 1889, filho de Francisco Chagas de Andrade, coronel da Guarda Nacional, e de Maria Cândida Pinheiro Chagas. Seu irmão, Djalma Pinheiro Chagas, foi revolucionário em 1930 e em 1932 e deputado federal pelo estado de Minas Gerais de 1935 a 1937.

Após fazer os primeiros estudos em sua cidade natal, ingressou no Colégio Militar e, em seguida, no Ginásio Arquidiocesano de São Paulo. Formou-se em 1913 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e clinicou em Santa Cruz do Rio Pardo (SP) e nas cidades mineiras de Santo Antônio do Amparo, Oliveira e Bom Sucesso. Mais tarde, já estabelecido em Belo Horizonte, foi convidado pela Fundação Rockefeller para especializar-se em anatomia patológica, seguindo então para os Estados Unidos, onde trabalhou dois anos como assistente do professor MacCallum. De volta ao Brasil, conquistou por concurso a cátedra de anatomia patológica da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, defendendo tese sobre cirrose hepática na moléstia de Chagas. Defendeu ainda a tese de doutoramento *Da exoftalmia na tuberculose* e regeu uma das cátedras da Universidade de Baltimore, nos Estados Unidos. Durante uma viagem à Alemanha, aperfeiçoou sua especialidade, trabalhando como assistente do anatomopatologista Aschoff. Tendo ingressado, por concurso, como anatomopatologista no Posto Veterinário e Agrícola do Ministério da Agricultura em Belo Horizonte, foi prefeito do município de Poços de Caldas (MG) em 1929, a convite do presidente estadual Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Na época, iniciou-se a campanha da Aliança Liberal, movimento oposicionista de âmbito nacional articulado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que lançou as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e à vice-presidência da República, respectivamente. Após a derrota destes pelos candidatos oficiais, Júlio Prestes e Vital Soares, nas eleições de março de 1930, intensificaram-se os preparativos para uma revolução que conduzisse ao poder as forças derrotadas no pleito presidencial.

Nas mesmas eleições de março de 1930, Carlos Pinheiro Chagas elegeu-se deputado federal pelo estado de Minas Gerais, na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Assumindo o mandato em maio seguinte, no mês de agosto foi o orador oficial,

representando Minas Gerais, na chegada ao porto do Rio de Janeiro do corpo de João Pessoa, que havia sido assassinado em Recife.

Com a eclosão do movimento revolucionário no dia 3 de outubro, liderou a invasão da cidade de Goiás, então capital do estado do mesmo nome, apoiado por forças chefiadas pelo coronel Quintino Vargas e pelo 6º Batalhão de Caçadores, que aderiu ao movimento. O desenrolar dos acontecimentos levou-o a assumir, no palácio Conde dos Arcos, sede da administração estadual, o governo provisório de Goiás, substituindo Humberto Martins Ribeiro (1929-1930). Seu governo durou apenas de 27 a 30 de outubro de 1930, sendo em seguida substituído por uma junta provisória composta por Pedro Ludovico, Mário de Alencastro Caiado e o desembargador Emílio Francisco Póvoa, que haviam colaborado em sua curta gestão.

Tendo perdido o mandato parlamentar em consequência da revolução, recusou posteriormente sua designação para interventor em Goiás, sendo então nomeado tabelião no Rio de Janeiro. Em março de 1932 assumiu a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, no governo de Olegário Maciel (1930-1933). Ocupava o cargo quando faleceu, três meses depois, no dia 25 junho.

Foi membro da Academia Nacional de Medicina, do Instituto Internacional do Câncer, das associações Francesa e Argentina do Câncer e do Instituto de Anatomia Patológica dos Estados Unidos.

Era casado com Augusta de Carvalho Chagas. Seu sobrinho Paulo Pinheiro Chagas também participou da Revolução de 1930 e foi deputado federal por Minas Gerais de 1951 a 1956 e de 1958 a 1971, além de ministro da Saúde em 1963.

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; CÂM. DEP. *Deputados*; CHAGAS, P. *Esse*; FERREIRA, J. *Presidentes*; FONSECA, L. *História*; MONTEIRO, N. *Dicionário biográfico*.

CHAGAS, Carlos

*cientista.

Carlos Ribeiro Justiniano Chagas nasceu em uma fazenda de café próxima de Oliveira (MG) no dia 8 de julho de 1878, filho de José Justiniano Chagas e de Mariana Cândida Ribeiro de Castro Chagas.

Já alfabetizado, foi matriculado no Colégio São Luís, internato dirigido por jesuítas em Itu, interior de São Paulo. Mas não ficaria ali por muito tempo. Em maio de 1888, ao ter notícia de que os escravos então libertados estariam depredando fazendas, fugiu para ir ao encontro de sua mãe. A indisciplina foi punida com a expulsão, e o menino passou a estudar no Ginásio São Francisco, em São João del Rei (MG). Concluídos os estudos, sua mãe decidiu que deveria formar-se em engenharia. Em 1895, ingressou no curso preparatório da Escola de Minas de Ouro Preto, tradicional centro de ensino superior. Contudo, os excessos da vida boêmia custaram-lhe a reprovação nos exames e o retorno a Oliveira. Com a ajuda de um tio médico, o jovem Chagas venceu a resistência da mãe e, em 1897, mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, matriculando-se na Faculdade de Medicina.

A então capital federal vivia dias de grande efervescência. O governo de Campos Sales (1898-1902) consolidava a estabilização política e econômica iniciada por Prudente de Moraes, primeiro presidente civil da República. Do ponto de vista intelectual, era grande a confiança na perspectiva de um “novo tempo”, em que o Brasil ingressaria finalmente no rol das “nações civilizadas”. A ciência era exaltada, sob os valores do positivismo e de outras teorias científicas, como elemento norteador de um saber objetivo e eficaz que, contrapondo-se à cultura livresca e bacharelesca, apontaria os caminhos seguros para o bem-estar moral e material da sociedade. Esse cenário de “renovação” também se fazia sentir na Faculdade de Medicina, que buscava acompanhar as novidades da microbiologia, estabelecida por Louis Pasteur e Robert Koch. Vários professores defendiam que o ensino incorporasse os preceitos e práticas da medicina experimental, ou seja, da pesquisa no laboratório visando à produção de novos conhecimentos.

Dois professores marcaram em especial a formação de Carlos Chagas. Com Miguel Couto, aprendeu os métodos da experimentação e a concepção de que a clínica médica deveria ser renovada pelos saberes e técnicas propiciados pelo laboratório. Com Francisco Fajardo, pioneiro da microbiologia no Brasil, iniciou-se nos temas da medicina tropical – especialidade criada por Patrick Manson na Inglaterra em 1899 – e nos estudos sobre o parasito causador da malária.

Para realizar sua tese de doutoramento, exigida para a conclusão do curso médico, dirigiu-se em 1902 ao Instituto Soroterápico Federal (também conhecido como Instituto de Manguinhos; a partir de 1908, Instituto Oswaldo Cruz/IOC), criado dois anos antes para produzir soro e vacina contra a peste bubônica que, tendo irrompido de forma epidêmica em Santos, ameaçava a capital federal. Suas pesquisas foram realizadas sob a orientação de Oswaldo Cruz, microbiologista que conduzia tecnicamente os trabalhos do instituto e que em fins daquele ano assumiu sua direção. Aprovada em maio de 1903, a tese abordou os aspectos hematológicos da malária.

Em março de 1904, Chagas foi nomeado médico da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) e passou a trabalhar no Hospital Paula Cândido, em Jurujuba, Niterói. No mesmo ano, instalou seu consultório particular no centro do Rio de Janeiro e casou-se com Íris Lobo, filha do senador mineiro Fernando Lobo Leite Pereira. Em 1905 foi designado por Oswaldo Cruz – que, em 1903, fora nomeado diretor da DGSP pelo presidente Rodrigues Alves para empreender o saneamento da capital federal – para combater uma epidemia de malária em Itatinga (SP), que paralisava a construção, pela Companhia Docas de Santos, de uma usina hidrelétrica que serviria ao porto.

Dois anos depois, comandou nova investida contra a malária, em Xerém, Baixada Fluminense, para garantir a continuidade dos trabalhos de canalização de água para o Rio de Janeiro, realizadas pela Inspetoria Geral de Obras Públicas. Observando o comportamento dos mosquitos vetores da doença, afirmou que a transmissão da malária ocorria fundamentalmente no interior dos domicílios. Por isso, a profilaxia deveria ser realizada não apenas pelos métodos antilarvários (como aplicação de substâncias tóxicas

nas coleções de água e drenagem dos terrenos alagadiços), mas, sobretudo, pelo ataque aos mosquitos adultos naqueles ambientes, mediante uso de inseticidas. A teoria da infecção domiciliária da malária e o método profilático dela derivado, que Chagas aplicou com sucesso nessas campanhas, seriam considerados contribuições pioneiras à malariologia.

A “DOENÇA DE CHAGAS”

Em junho de 1907, foi enviado por Cruz ao norte de Minas Gerais em uma terceira campanha contra a malária, que atingia os operários que realizavam a extensão da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre Corinto e Pirapora. No povoado de São Gonçalo das Tabocas (que em 1908 passaria a se chamar Lassance), instalou um pequeno laboratório em um vagão de trem. Além das atividades concernentes à malária, dedicou-se a pesquisar animais silvestres e insetos da região, motivado por seu interesse em protozoologia e entomologia.

Em 1908, um engenheiro da ferrovia, Cornélio Cantarino Mota, chamou sua atenção para um inseto sugador de sangue que proliferava nas frestas das paredes das casas de pau a pique típicas da população pobre nas áreas rurais do país; era conhecido como “barbeiro” por picar preferencialmente o rosto das pessoas durante a noite. No interior de alguns desses insetos, Chagas encontrou um protozoário em forma de tripanossoma. Naquela mesma região já havia identificado, em saguis, uma nova espécie desse gênero de protozoários, a qual batizara de *Trypanosoma minasense*.

Como não dispunha de condições laboratoriais em Lassance para elucidar a espécie de parasito encontrado nos barbeiros, enviou alguns insetos para Osvaldo Cruz, em Manguinhos, que os pôs em contato com macacos criados em laboratório. Informado de que um dos macacos havia adoecido, Chagas retornou a Manguinhos e constatou que se tratava de uma nova espécie de tripanossoma, que denominou de *Trypanosoma cruzi* em homenagem ao “mestre”. Em dezembro de 1908, anunciou a descoberta do parasito em artigo na revista alemã *Archiv für Schiffs- und Tropen-Hygiene*. O contato, desde meados daquele ano, com renomados protozoologistas alemães que realizavam estudos em

Manguinhos, inclusive sobre os tripanossomas (que, além de doenças animais, causavam a tripanossomíase africana ou doença do sono, motivo de preocupação para os europeus em sua expansão imperialista naquele continente), foi decisivo para a identificação e o posterior estudo do *Trypanosoma cruzi*.

Com a hipótese de que o *T. cruzi* fosse patogênico para o homem, Chagas retornou a Lassance e realizou exames de sangue nos habitantes da região. Após encontrar um gato infectado, identificou, em 14 de abril de 1909, o novo parasito no sangue de uma criança febril de dois anos. A menina Berenice foi então considerada o primeiro caso da doença que receberia o nome de tripanossomíase americana ou doença de Chagas. A descoberta foi anunciada na revista *Brasil-Médico* e também na Alemanha e na França, mediante artigos nos *Archiv für Schiffs- und Tropen-Hygiene* e no *Bulletin de la Société de Pathologie Exotique*.

A descoberta da nova tripanossomíase humana, realizada em um contexto de difusão internacional da chamada medicina tropical, foi de pronto considerada uma “glória” da ciência nacional, sendo enaltecida como “feito único” na história da medicina pelo fato de um mesmo pesquisador, num curto espaço de tempo, identificar uma nova enfermidade, sua causa e seu transmissor. O estudo da nova doença – que, em 1910, o catedrático da FMRJ Miguel Couto sugeriu que fosse denominada “moléstia de Chagas” – tornou-se o carro-chefe da agenda de pesquisas do Instituto Osvaldo Cruz, que vivia na época importante expansão com vistas a tornar-se um centro de produção de imunobiológicos e também de ensino e pesquisa no campo da medicina experimental, dedicado ao estudo das doenças tropicais.

Fazendo parte do quadro de pesquisadores do IOC desde março de 1908, Chagas se dedicaria a estudar, com a colaboração de outros pesquisadores da instituição, os diversos aspectos relacionados à nova doença, como as características biológicas do vetor, do parasito e de seus hospedeiros, o quadro clínico da doença, sua evolução no organismo humano, seus meios de diagnóstico. Desde o início, chamou a atenção para a importância social da enfermidade como fator de “decadência” física e mental das populações rurais do

país; em seus textos, conferências e pronunciamentos públicos, afirmava tratar-se de uma endemia que prejudicava seriamente o progresso nacional e que, portanto, deveria ser firmemente combatida pelos poderes públicos.

A descoberta e os estudos sobre a nova tripanossomíase trouxeram grande prestígio científico a Chagas, que se tornaria membro de importantes associações médico-científicas no Brasil e no exterior e receberia diversas homenagens, títulos e condecorações. Em outubro de 1910, a Academia Nacional de Medicina abriu uma vaga especialmente para recebê-lo como membro titular. Em junho de 1912, conquistou o Prêmio Schaudinn, importante distinção no campo da protozoologia, conferido pelo Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo. Em 1913, foi indicado ao Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia. Em 1916, tornou-se membro da Sociedade Brasileira de Ciências (posteriormente denominada Academia Brasileira de Ciências). Em 1921, ano em que recebeu sua segunda indicação ao Prêmio Nobel, foi o primeiro brasileiro a receber o título de doutor *honoris causa* da Universidade de Harvard. A mesma distinção lhe foi concedida em 1926 pela Universidade de Paris.

Entre as outras instituições das quais se tornou membro, destacam-se a Société de Pathologie Exotique, de Paris (1910); a Sociedade Médica Argentina (1916); a American Society of Tropical Medicine (1919); a Academia Nacional de Medicina do Peru (1922); a Sociedade Real de Ciências Médicas e Naturais de Bruxelas (1922); a Academia Real de Medicina da Bélgica (1923); a Sociedade de Medicina de Montevidéu (1923); a Academia Médica de Roma (1924); a Real Academia Nacional de Medicina da Espanha (1925); a Academia de Medicina de Nova Iorque (1926); a Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene, de Londres (1928), e a Academia de Medicina de Paris (1931).

A descoberta foi decisiva também para a ascensão de Chagas no IOC. Em junho de 1910, mediante disputado concurso interno, assumiu o cargo de “chefe de serviço”, posição de grande proeminência na hierarquia do instituto. Em 14 de fevereiro de 1917, três dias após a morte de Cruz, foi nomeado pelo presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) diretor de Manguinhos, cargo que ocuparia até seu falecimento. Num contexto de

crescentes demandas da saúde pública e de modernização econômica após a Primeira Guerra Mundial, sua gestão foi marcada pela expansão das atividades de investigação, produção e ensino.

Chagas ampliou a estrutura laboratorial e o quadro de pesquisadores do instituto, enviando vários deles ao exterior para aperfeiçoamento. A fim de conferir maior formalidade às áreas de trabalho, estabeleceu seções científicas: Bacteriologia e Imunidade, Zoologia Médica, Micologia e Fitopatologia, Anatomia Patológica, Hospitais, Química Aplicada. Em 1918, inaugurou o Hospital Osvaldo Cruz, destinado à internação de portadores de doenças infecciosas (entre elas a tripanossomíase americana) e a pesquisas clínicas. Na área de ensino, ampliou o programa do Curso de Aplicação do Instituto, oferecido desde 1908 como especialização nas áreas de microbiologia e zoologia médica, visando à formação de pesquisadores em medicina experimental.

No que se refere à área de produção do IOC, diversificou a pauta de medicamentos e produtos biológicos ali fabricados (alguns deles desenvolvidos pelos pesquisadores), estimulando sua comercialização de forma a ampliar a renda própria de Manguinhos, que desde seus primeiros anos garantia expressiva autonomia em face do orçamento federal. Em 1918, organizou no Instituto o Serviço de Medicamentos Oficiais, criado pelo governo federal para fabricar e fornecer quinina e outros produtos aos postos de profilaxia rural, governos estaduais, Forças Armadas e empresas públicas e privadas. Em 1920, o IOC assumiu a responsabilidade pelo controle da qualidade dos imunobiológicos fabricados ou importados pelos laboratórios nacionais e incorporou o Instituto Vacinogênico Municipal, responsável pela fabricação da vacina antivariólica.

Outro campo em que Carlos Chagas se destacou foi o da saúde pública. O interesse pelos problemas das nosologia brasileira, expresso em suas pesquisas sobre a malária e a doença que leva seu nome, foi aprofundado na expedição que chefiou, entre outubro de 1912 e março de 1913, ao vale do rio Amazonas, por solicitação da Superintendência de Defesa da Borracha. Essa viagem foi fruto das preocupações do governo federal com a crise no extrativismo do produto, de grande importância na pauta de exportações do país.

Além de avaliar as condições sanitárias e de vida da população nos seringais e povoados ribeirinhos, Chagas realizou pesquisas sobre as principais doenças da região, como a malária. No relatório em que apresentou os resultados da expedição, enfatizou o abandono médico e social em que viviam os habitantes da Amazônia, e a consequente urgência de medidas sanitárias para viabilizar o seu desenvolvimento econômico.

Os relatos produzidos por essa e outras expedições de pesquisadores do IOC ao interior do país na década de 1910 tiveram grande repercussão pública na medida em que apresentavam um detalhado inventário das condições de vida dos habitantes das áreas rurais, grande maioria da população brasileira. Eles reforçaram a noção já defendida por Chagas desde 1910, segundo a qual o atraso do país diante das nações consideradas civilizadas não era resultado do clima tropical ou da miscigenação, mas dos prejuízos causados pelas doenças sobre a saúde e a vida das populações do interior do país. Tal diagnóstico foi transformado em bandeira do chamado movimento sanitarista, que, formalizado na Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918-1920), reuniu cientistas, médicos, políticos e intelectuais, entre os quais Chagas, em prol da ampliação das ações do Estado no campo da saúde pública, especialmente no interior do Brasil.

Em 1918, as reivindicações do movimento sanitarista foram amplificadas com a chegada da gripe espanhola ao Brasil, em uma devastadora epidemia na capital federal. Chagas foi nomeado pelo presidente da República Venceslau Brás para coordenar a assistência médica à população, instalando hospitais e postos de atendimento emergenciais em diversos pontos da cidade. Sua dedicação integral ao enfrentamento da epidemia foi reverenciada como heróica pela imprensa da época, o que pesou na escolha de seu nome, pelo novo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) para comandar uma reforma nos serviços sanitários federais. Em outubro de 1919, Chagas foi nomeado para a Diretoria Geral de Saúde Pública que, após intenso debate no Congresso Nacional, transformou-se em Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), criado em janeiro de 1920. À semelhança de Cruz, Chagas acumulou as funções de diretor da saúde pública federal e do IOC.

O DNSP fortaleceu o poder de intervenção e regulação do governo central na saúde pública, contrapondo-se ao modelo descentralizado baseado na autonomia dos estados, estabelecida pela Constituição Federal de 1891. Chagas foi o autor de um extenso Código Sanitário que estendeu as ações sanitárias, até então concentradas nas áreas urbanas, ao interior do país, em especial com a criação de postos de combate às endemias rurais. Para isso, contou com a decisiva colaboração da Fundação Rockefeller, que atuava no país desde meados da década de 1910 na profilaxia da ancilostomose e da febre amarela. Os cuidados com a maternidade e a infância, a assistência hospitalar e o combate à tuberculose, sífilis e lepra foram também contemplados com a criação de órgãos e serviços especializados.

Outro aspecto importante da administração de Chagas foi o investimento na formação de profissionais especializados em saúde pública. Em 1923 (ano em que se tornou o primeiro presidente da então criada Sociedade Brasileira de Higiene), criou, também com a colaboração da Fundação Rockefeller, a Escola de Enfermagem Ana Nery, na capital federal. Ali seriam treinadas enfermeiras para atuar tanto no sistema hospitalar quanto no serviço de enfermeiras visitadoras, visando a atender e orientar as famílias nos domicílios. Em 1926, organizou o Curso Especial de Higiene e Saúde Pública, como especialização na FMRJ. Ministrado por pesquisadores de Manguinhos e sob a orientação do diretor do IOC, o curso garantia aos aprovados o acesso direto a cargos nos serviços sanitários federais. Primeiro do gênero no país, foi decisivo na institucionalização da carreira de sanitarista no Brasil.

Chagas deixou a direção do DNSP em 1926, ao final da conturbada presidência de Artur Bernardes (1922-1926). O término de sua gestão foi marcado por intensas críticas; foi atacado na imprensa devido a um surto de varíola na cidade e ao risco de uma epidemia de febre amarela. As viagens que fazia ao exterior também foram alvo de oposição. O acordo entre o DNSP e a Fundação Rockefeller para a realização de campanhas sanitárias, estabelecido em 1923, havia sido também motivo de críticas, por parte de médicos que condenavam o protagonismo de estrangeiros num domínio que Osvaldo Cruz tornara a grande vitrine da competência nacional na saúde pública: o combate à febre amarela.

A partir de 1922 e até seu falecimento, Chagas atuou como representante brasileiro no Comitê de Higiene da Liga das Nações. No âmbito dessa associação, idealizou e dirigiu o Centro Internacional de Leprologia, inaugurado em abril de 1934, com sede no Instituto de Manguinhos.

Chagas teve atuação importante também como docente, defendendo uma concepção de ensino médico em estreita vinculação com a pesquisa científica e voltado para as questões de saúde pública do país. Foi professor do Curso de Aplicação do Instituto Osvaldo Cruz desde o início da década de 1910 e em 1925 tornou-se o primeiro titular da então criada cadeira de medicina tropical da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, cuja aula inaugural foi proferida em setembro de 1926. Foi membro eleito do Conselho Técnico-Científico da Faculdade e, em 1931, quando o ministro da Educação e Saúde Francisco Campos deu início à reforma universitária que levaria em 1935 à criação da Universidade do Brasil, formulou um projeto destinado a remodelar o ensino médico.

Carlos Chagas realizou várias viagens ao exterior, como representante do Brasil em importantes eventos e instituições da ciência e da saúde. A primeira foi a Buenos Aires, em 1916, na condição de membro da delegação brasileira ao I Congresso Médico Nacional, anexo ao qual realizou-se I Congresso Sul-Americano de Microbiologia. Das outras viagens que realizou, destacam-se algumas. Em 1921, foi aos Estados Unidos para visitar vários centros científicos, como a Fundação Rockefeller e a Universidade de Harvard, e fazer conferências sobre a doença de Chagas e sobre os problemas sanitários do Brasil. Visitou em seguida o Canadá. Em 1923, chefiou a delegação brasileira na Exposição Internacional Comemorativa do Centenário de Nascimento de Louis Pasteur, em Estrasburgo, França. Em 1925, participou do I Congresso Internacional do Paludismo em Roma, onde apresentou seus estudos sobre a profilaxia da malária. Em 1926, foi representante do Brasil na Conferência Sanitária de Paris. Em 1929, foi delegado do Brasil no Congresso Internacional de Hospitais, em Nova Iorque. Em 1933, foi representante do Brasil no VIII Congresso Pan-Americano, em Montevidéu.

Faleceu subitamente aos 8 de novembro de 1934, no Rio de Janeiro, em sua casa na rua Paissandu, bairro do Flamengo, em decorrência de problemas cardíacos.

Seus dois filhos, Evandro (1905-1940) e Carlos Chagas Filho (1910-2000) teriam destacadas carreiras científicas.

Entre os numerosos artigos científicos que publicou, destacam-se: “Profilaxia do impaludismo” (1906); “Nova tripanossomíase humana: estudos sobre a morfologia e o ciclo evolutivo do *Schizotrypanum cruzi* n. gen., n. sp., agente etiológico de nova entidade mórbida do homem” (1909); “Nova entidade mórbida do homem” (1910); “Nova entidade mórbida do homem: resumo geral de estudos etiológicos e clínicos” (1911); “Sobre um tripanossoma do tatu, *Tatusia novemcincta*, transmitido pela *Triatoma geniculata* Latr. (1811): possibilidade de ser o tatu um depósito do *Trypanosoma cruzi* no mundo exterior (Nota prévia)” (1913); “Processos patogênicos da tripanossomíase americana” (1916); “Forma cardíaca da tripanossomíase americana” (com Eurico Vilela, 1922).

Simone Kropf

FONTES: BENCHIMOL, J.; TEIXEIRA, L. *Cobras*; CHAGAS, C. *Discursos*; CHAGAS FILHO, C. *Meu pai*; FUND. OSWALDO CRUZ. *Biblioteca*; FUND. OSWALDO CRUZ. *Fundo*; HOCHMAN, G. *Era*; KROPF, S. *Doença*; KROPF, S.; HOCHMAN, G. *Chagas* (v.1); KROPF, S.; LACERDA, A. *Carlos Chagas*; KROPF, S.; SÁ, M. *Discovery*; PRATA, A.; SANT’ANNA, E. *Carlos Chagas*; STEPAN, N. *Gênese*.

CHAGAS, DJALMA PINHEIRO

*rev. 1930; rev. 1932; dep. fed. MG 1935-1937.

Djalma Pinheiro Chagas nasceu em Oliveira (MG) no dia 12 de agosto de 1884, filho de Francisco Chagas de Andrade, coronel da Guarda Nacional, e de Maria Cândida Pinheiro Chagas. Seu irmão Carlos Pinheiro Chagas, renomado médico sanitarista, foi deputado federal por Minas Gerais em 1930 e participou da revolução de outubro daquele ano.

Iniciou os estudos em sua cidade natal e fez o curso de humanidades em Ouro Preto (MG) e no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Na capital da República, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, mas foi desligado em 1904 devido à sua provável participação no levante ali ocorrido em apoio ao protesto popular contra a Lei da Vacinação Obrigatória. Matriculou-se, em seguida, na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Ainda acadêmico, casou-se em 1909 com Maria Guilhermina Ribeiro. Começou também a praticar a advocacia em Oliveira e se envolver na política. Em 1910 participou da Campanha Civilista, movimento encabeçado por Rui Barbosa, que disputava a presidência da República contra o marechal Hermes da Fonseca. Contrário ao Partido Republicano Mineiro (PRM), dominante no estado, Pinheiro Chagas ajudou em seguida a promover a candidatura oposicionista de Irineu Machado a deputado federal, que resultou vitoriosa. Por essa época, travava-se a campanha municipal em Oliveira, cujo controle político e administrativo estava nas mãos do coronel João Alves de Oliveira. A fim de arrancar de João Alves o domínio, promoveu-se, sob a chefia de Pinheiro Chagas, a arregimentação dos civilistas, que obtiveram a vitória com a eleição, em 1912, do coronel Manuel Antônio Xavier para a presidente da Câmara Municipal, cargo correspondente ao de prefeito. Naquele mesmo ano, Pinheiro Chagas bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e fixou residência em sua cidade natal.

Contrariando as expectativas, no período seguinte Manuel Antônio Xavier filiou-se ao PRM. Em consequência, a corrente civilista rompeu com ele e lhe fez oposição durante todo o seu governo. Xavier renunciou ao cargo antes do término do mandato, e para substituí-lo foi eleito o coronel Américo Ferreira Leite, tendo como vice Djalma Pinheiro Chagas. Segundo L. Gonzaga da Fonseca, coube a Pinheiro Chagas o exercício de fato do governo municipal, devido às continuadas ausências do coronel Américo Leite, absorvido pela administração de sua fazenda.

Findo o mandato de Hermes da Fonseca na presidência da República (1914), os civilistas mineiros coligaram-se ao PRM. Contudo, durante a presidência de Artur Bernardes em Minas Gerais (1918-1922), Américo Leite, ainda presidente da Câmara Municipal de Oliveira, rompeu com o partido, do qual Pinheiro Chagas se tornara membro. Desencadeou-se então uma grande luta entre os dois políticos, que resultou na renúncia de Américo Leite e na eleição de Pinheiro Chagas para a presidência da Câmara Municipal (1921). Nesse cargo, que exerceu paralelamente ao mandato de deputado estadual (1919-1922 e 1923-1925), promoveu no município diversos melhoramentos, entre os quais a instalação de um posto de higiene, a criação de vários grupos escolares e escolas rurais, e a abertura de estradas.

Em 1925, durante o governo estadual de Fernando de Melo Viana, que se iniciara um ano antes, Pinheiro Chagas assumiu a Secretaria das Finanças de Minas Gerais, na qual se manteve até o final daquela gestão, em setembro de 1926. Assumiu em seguida a presidência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e em novembro, já no governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, foi nomeado titular da Secretaria de Agricultura. Deixaria a secretaria somente em 7 de setembro de 1930, quando se encerrou a gestão de Antônio Carlos e teve início a de Olegário Maciel.

Durante o governo de Antônio Carlos, iniciou-se a campanha da Aliança Liberal, movimento oposicionista de âmbito nacional articulado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul em apoio às candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e à vice-presidência da República. Após a derrota destes pelos candidatos oficiais, Júlio Prestes e Vital Soares, nas eleições de março de 1930, intensificaram-se os preparativos para uma revolução que conduzisse ao poder as forças derrotadas no pleito presidencial. Assim, já em abril, junto com Antônio Carlos e Francisco Campos, Pinheiro Chagas participou de uma reunião com os emissários gaúchos Luís Aranha e João Batista Luzardo. Na oportunidade, o estado de Minas assumiu compromissos financeiros e militares com o movimento que se preparava: contribuiria com seis mil contos de réis para pagar o material bélico encomendado pelo líder gaúcho Osvaldo Aranha e se encarregaria de anular a ação da tropa federal sediada em seu território, bem como de fechar suas fronteiras.

Pinheiro Chagas foi incumbido por Antônio Carlos da aquisição de material bélico, da

coordenação das tropas a serviço da revolução e da defesa do território mineiro. Na condição de secretário da Agricultura, pôde manter contatos em todo o estado para preparar as ações revolucionárias, desempenhando um papel de grande importância na articulação do movimento em Minas Gerais. Com a eclosão do movimento no dia 3 de outubro de 1930, participou em Belo Horizonte do ataque ao 12º Regimento de Infantaria, que se mantinha legalista. Após a rendição do regimento, orientou a Coluna do Sul, encarregada de defender os centros ferroviários de Ribeirão Vermelho e Soledade e de atacar as guarnições federais de Três Corações, Itajubá e Pouso Alegre, na parte meridional do estado.

Vitorioso o movimento com a deposição de Washington Luís (24/10/1930), Djalma Pinheiro Chagas foi nomeado ministro do Tribunal Especial Revolucionário, instalado em 12 de dezembro de 1930 na capital do país. Como tal, pediu que a corte requisitasse do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas o desembarque de Manuel Tomás de Carvalho Brito, que ainda se encontrava em águas brasileiras. Carvalho Brito havia encabeçado a Concentração Conservadora, que fizera em Minas Gerais a campanha dos candidatos apoiados por Washington Luís à presidência da República e ao governo do estado. Ainda em 1930, por ocasião do debate sobre o regimento interno do tribunal, Pinheiro Chagas defendeu a tese de que o órgão só deveria analisar os processos vinculados ao quadriênio 1926-1930, com o objetivo provável de isentar da apreciação o governo Artur Bernardes (1922-1926). Teve seu voto vencido.

No início do ano seguinte, Temístocles Cavalcanti, um dos procuradores do Tribunal Especial, pleiteou a sustação do embarque de Artur Bernardes e José Bonifácio de Andrada e Silva para a Europa, argumentando com a existência de denúncias contra eles. O fato provocou grande divergência entre os procuradores e os juízes do órgão, os quais, liderados por Pinheiro Chagas, terminaram por renunciar coletivamente. Em consequência, o Tribunal Especial Revolucionário foi abolido, sendo substituído pela Junta de Sanções. Após a renúncia, Pinheiro Chagas passou a trabalhar na administração do Banco Português do Brasil.

Vinculado ao Clube 3 de Outubro, durante a primeira reunião do PRM após a revolução, em maio de 1931, declarou que, quando ele e outros perremistas aconselharam o apoio dos correligionários à Legião de Outubro, estavam longe de supor que esta daria sustentação ao

governo estadual de Olegário Maciel em suas investidas contra o partido.

Em agosto de 1931, agravou-se a situação política em Minas Gerais. No dia 15, Pinheiro Chagas chegou a Belo Horizonte, junto com Artur Bernardes e outros correligionários do ex-presidente, para participar da reunião seguinte do PRM. Na ocasião, denunciou-se o favorecimento do secretário da Agricultura, José Monteiro Ribeiro Junqueira, pelo governo estadual, o que provocou certa comoção em Minas. No dia 18, houve uma tentativa de deposição de Olegário Maciel, durante a qual, junto com Artur Bernardes Filho e Aluísio Leite Guimarães, Pinheiro Chagas tentou em vão sublevar o 1º Batalhão da Força Pública. Apesar do envolvimento de elementos do governo federal no caso, a responsabilidade do golpe fracassado acabou recaindo sobre o PRM.

Depois desses fatos, as relações do governo mineiro com o federal ficaram abaladas e as divergências entre o PRM e Olegário Maciel se acentuaram. Numa tentativa de conciliação, desenvolveu-se o chamado Acordo Mineiro, que propunha, em nível estadual, a fusão da Legião de Outubro com o PRM, formando um partido único que servisse de base de apoio aos governos de Maciel e de Vargas.

Assim, foi fundado, em fevereiro de 1932, o Partido Social Nacionalista (PSN), cuja atividade, no entanto, durou pouco. Logo após a criação do PSN, Pinheiro Chagas e vários seguidores mineiros de Artur Bernardes passaram a manter os primeiros contatos com os constitucionalistas de São Paulo, conspirando para derrubar Vargas. Por essa época, Chagas desligou-se do Clube 3 de Outubro. Em julho de 1932, com a eclosão da Revolução Constitucionalista, foi para São Paulo, de onde, pela Rádio Educadora, por várias vezes concitou o povo mineiro a aderir à luta. Ainda em julho, escreveu a Olegário Maciel, exortando-o a tomar parte no movimento. Derrotada a revolução, refugiou-se na Argentina, junto com João Neves da Fontoura e Eurico de Sousa Leão.

No início de 1933 retornou ao Brasil, ficando detido por alguns meses no Distrito Federal. Ao final do ano, assumiu a direção do jornal carioca *A Batalha*. Em outubro de 1934 foi eleito deputado federal por Minas Gerais, na legenda do PRM, e exerceu o mandato de 3 de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937, data da implantação do Estado Novo. Mesmo após a derrubada de Vargas e o fim do regime ditatorial em outubro de 1945, declarou publicamente, em 1946, seu afastamento de qualquer atividade política. Em 1950, contudo, engajou-se em Minas na campanha de Cristiano Machado, candidato à presidência da

República pela legenda do Partido Social Democrático (PSD).

Foi eleito prefeito municipal de Oliveira em 1954 e, ao fim do mandato (1958), foi diretor da Caixa Econômica Federal em Minas Gerais. Também dirigiu em Belo Horizonte a sucursal do Banco do Distrito Federal. Mais tarde, fundou em Lagoa Dourada (MG) uma usina de açúcar.

Morreu em Belo Horizonte no dia 23 de maio de 1962.

Seu sobrinho Paulo Pinheiro Chagas também participou da Revolução de 1930 e foi deputado federal por Minas Gerais de 1951 a 1956 e de 1958 a 1971, além de ministro da Saúde em 1963.

Helena Faria

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Anais* (1962-8); CÂM. DEP. *Deputados*; CHAGAS, P. *Esse*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário de Notícias* (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONSECA, L. *História*; FONTOURA, J. *Memórias*; LEITE, A. *História*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1937; TÁVORA, J. *Vida*.

CHAGAS, PINHEIRO

*rev. 1930; dep. fed. MG 1951-1956 e 1958-1963; min. Saúde 1963; dep. fed. MG 1963-1971.

Paulo Pinheiro Chagas nasceu em Oliveira (MG) no dia 1º de setembro de 1906, filho de Francisco Pinheiro Chagas, oficial da Marinha pertencente a família de grande projeção nos meios políticos do país, e de Maria Eulina Carvalho Chagas. Seus tios Carlos Pinheiro Chagas e Djalma Pinheiro Chagas foram titulares de secretarias de estado em Minas Gerais, líderes da Revolução de 1930 e deputados federais em 1930 e de 1935 a 1937, respectivamente.

Fez os estudos primários no Colégio Pinheiro Campos e no Grupo Escolar Francisco Fernandes, em sua cidade natal, e concluiu o secundário no antigo Colégio Militar de Barbacena em 1924. Ingressou a seguir na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e ao mesmo tempo trabalhou, de 1925 a 1926, como praticante da Secretaria de Finanças de Minas Gerais e auxiliar de gabinete do secretário, seu tio Djalma Pinheiro Chagas. No ano seguinte tornou-se amanuense da Delegacia de Minas no Rio de Janeiro, cargo que ocuparia até 1930. Ainda durante esse período foi vacinador da Saúde Pública do Distrito Federal.

Entusiasta da Aliança Liberal, participou como estudante universitário da Revolução de 1930, incorporando-se à tropa que lutou sob o comando do major João Lemos, da Força Pública de Minas Gerais. Entre outros combates travados em seu estado, tomou parte no assalto ao 4º Regimento de Cavalaria Divisionária, sediado em Três Corações. Após a vitória da revolução, concluiu, ainda em 1930, o curso de medicina, passando a clinicar em Belo Horizonte como assistente do professor Osvaldo de Melo Campos e, a seguir, na clínica de fisiologia dirigida por Pedro Nava.

Abandonando a carreira médica pouco tempo depois, Pinheiro Chagas decidiu dedicar-se à política e ingressou no Partido Republicano Mineiro (PRM), então chefiado por Artur Bernardes, líder que exerceu grande influência em sua formação política. Favorável à imediata reconstitucionalização do país, tornou-se opositor do governo provisório liderado por Getúlio Vargas, que, no entender da oposição, não se empenhava em adotar medidas nesse sentido. Com o estremecimento das relações entre o PRM, basicamente identificado com Bernardes, e o presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel, que apoiava a Legião

Liberal Mineira — organização política criada em fevereiro de 1931 sob inspiração fascista e com o propósito de aprofundar o programa da Revolução de 1930 —, participou, em 18 de agosto de 1931, de uma tentativa de deposição do governo mineiro, que acabou sendo facilmente debelada.

De março a junho de 1932, na gestão de seu outro tio, Carlos Pinheiro Chagas, na Secretaria de Finanças de Minas Gerais, voltou a exercer a função de chefe de gabinete do secretário. Durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo, deflagrada em julho do mesmo ano, foi preso e permaneceu incomunicável por cerca de um mês. Com a derrota dos rebeldes paulistas em outubro, os principais líderes do PRM foram exilados e tiveram seus direitos políticos cassados. Em consequência, Pinheiro Chagas foi eleito presidente do diretório central do partido. Com a reconstitucionalização do país, elegeu-se em maio de 1933 suplente de deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do PRM e ainda no mesmo ano matriculou-se na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Também jornalista, em 1934 fundou e passou a dirigir o vespertino *O Debate*, de Belo Horizonte, através do qual empreendeu uma campanha de oposição aos governos municipal, estadual e federal.

Ainda em 1934 elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte de Minas Gerais. Tomou posse no início do ano seguinte e, após a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer mandato legislativo ordinário. Participou da Comissão de Representação da Assembleia mineira e ocupou sua cadeira até novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país. Nesse mesmo ano bacharelou-se em direito e em seguida transferiu-se para o Rio de Janeiro. Em 1943 foi um dos signatários, entre outros importantes nomes da política de seu estado, do chamado *Manifesto dos mineiros*. Reivindicando a redemocratização do país, o documento representou a primeira manifestação ostensiva de oposição ao Estado Novo partida de lideranças políticas liberais e conservadoras.

Com a desagregação do Estado Novo e a reorganização partidária em 1945, foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), e nessa legenda alcançou uma suplência de deputado nas eleições de dezembro para a Assembléia Nacional Constituinte. De 1949 a 1951 foi diretor do jornal *Diário Carioca*, do Rio de Janeiro. Após desentendimentos com correligionários de sua cidade natal, abandonou a UDN e ingressou no Partido Social Democrático (PSD). Nessa legenda foi eleito deputado federal por Minas

no pleito de outubro de 1950, assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. Reeleito em 1954, apoiou o movimento político-militar de 11 de novembro de 1955 — que, liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, visava, segundo seus articuladores, a assegurar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek — e votou a favor do impedimento do presidente da República licenciado, João Café Filho. A medida confirmou na presidência da República Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, que havia assumido o cargo no lugar do presidente interino Carlos Luz, deposto pelo movimento.

Nomeado em maio de 1956, no governo de José Francisco Bias Fortes (1956-1961), primeiro titular da recém-criada Secretaria de Segurança Pública de seu estado, Pinheiro Chagas interrompeu então seu mandato na Câmara. No exercício de suas novas funções, promoveu uma reestruturação da polícia mineira e, durante as comemorações do 35º aniversário da Associação Mineira de Imprensa, ocasião em que o presidente Kubitschek cogitava em remeter uma nova Lei de Imprensa ao Congresso, proferiu um discurso sobre a liberdade de imprensa. Após seu discurso, o projeto governamental acabou por não ser encaminhado ao parlamento.

Deixando a Secretaria de Segurança em julho de 1958, nesse mesmo mês reassumiu seu mandato na Câmara. Outra vez reeleito em outubro desse ano, exerceu a partir de abril de 1961 a liderança do PSD e da maioria, formada por seu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP) em oposição ao governo de Jânio Quadros. Após a renúncia deste em 25 de agosto de 1961 e a posse do vice-presidente João Goulart sob o regime parlamentarista em 7 de setembro seguinte, voltou à condição de líder da maioria na Câmara, dessa vez em apoio ao governo federal.

Reconduzido à Câmara dos Deputados nas eleições de outubro de 1962, licenciou-se em janeiro de 1963 por haver sido nomeado ministro da Saúde em substituição a Eliseu Paglioli, no primeiro ministério presidencialista organizado após o plebiscito que derrotou o parlamentarismo (6/1/1963). Permanecendo no cargo até julho de 1963, quando foi substituído por Wilson Fadul, participou, como vice-presidente, da Reunião dos Ministros da Saúde em Genebra, na Suíça, e, como chefe da delegação brasileira, da Sessão Anual da Organização Mundial de Saúde (OMS), também em Genebra. Reassumiu a seguir o mandato de deputado federal.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) — editado

pelo governo instaurado através do movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart —, e a posterior implantação do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar. Reeleito em novembro de 1966 nessa legenda, exerceu o mandato até o fim da legislatura, em janeiro de 1971, tendo integrado as comissões de Educação e Cultura e de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Diretor da Fundação João Pinheiro — cuja revista dirigiu — a partir de 1973, Pinheiro Chagas exerceu, paralelamente à vida política, atividades comerciais e industriais em diversas empresas. Foi corretor de seguros na empresa A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil e inspetor da Companhia Adriática de Seguros, ambas em Belo Horizonte; diretor da Fábrica de Papel Cruzeiro, também na capital mineira; superintendente da Companhia Mineira de Estradas e Construções e diretor da Companhia Santa Fé de Exportação e Importação, ambas no Rio de Janeiro; diretor da Companhia Santa Clara de Indústria e Comércio (Rio de Janeiro-Belo Horizonte) e sócio fundador e superintendente da Comjak — Representações, Exportação e Importação (Rio de Janeiro-Belo Horizonte).

Como jornalista, foi redator e colaborador em diversos periódicos. Também escritor, foi representante da seção mineira da Associação Brasileira de Escritores e do Círculo Cultural Hispano-Brasileiro, além de vice-presidente da Academia Mineira de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 12 de abril de 1983.

Era casado com Zembla Soares Pinheiro Chagas, de quem teve dois filhos.

Publicou *Semiótica do ritmo respiratório* (tese de doutoramento, 1931), *O ritmo respiratório e sua variação nos estados patológicos* (1931), *Questões clínicas da atualidade* (em colaboração, 1931), *Teófilo Otoni, ministro do povo* (1943, 2ª ed. 1956), *O brigadeiro da libertação* (vida de Eduardo Gomes, 1945), *Apenas uma nuvem passageira* (1950), *A resposta de Juscelino* (ensaio sobre a formação do povo brasileiro, 1953), *Tradição e atualidade do 5 de julho* (1955), *Os dois lados do homem e da lição Vargas* (1955), *Pela liberdade de imprensa* (1956), *A arca de Noé* (ensaio, crítica e tribuna, 1956), *Do alto da tribuna* (1956), *Democracia e parlamento* (1956), *Uma política a serviço da liberdade* (1957), *Luzias e tenentes na formação democrática do Brasil* (1957), *Atualidade de Teófilo Otoni* (1957), *Albores de primavera* (romance, 1957), *Elogio de Pedro Aleixo*

(1974), *Bernardes visto de perto* (1975), *Esse velho vento da aventura* (memórias, 1977), *Lágrimas na penumbra*, *Manhã de sol*, *Como foi isso* e *O mais belo rabi da Galícia*.

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); CAFÉ FILHO, J. *Do Sindicato*; CÂM. DEP. *Anais* (1961-1); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (5 e 6); CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; CHAGAS, P. *Esse*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; *Encic. Mirador*; *Estado de Minas* (12/5/1977); FONSECA, L. *História*; *Grande encic. Delta*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; *Jornal do Brasil* (29/10/1976, 29/5, 15/9/1977, 14/4/1983); *Jornal do Comércio*, Rio (25/1/1963); MONTEIRO, N. *Dicionário biográfico*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); SILVA, H. 1964; *Súmulas*; VÍTOR, M. *Cinco*.

CHATEAUBRIAND, ASSIS

*jornalista; rev. 1930; rev. 1932; sen. PB 1952-1955; sen. MA 1955-1957; emb. Bras. Inglaterra 1957-1960.

Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo nasceu em Umbuzeiro (PB) no dia 5 de outubro de 1892, filho de Francisco Chateaubriand Bandeira de Melo e de Carmem Gondim Bandeira de Melo. Seu pai, bacharel em direito, foi funcionário da Alfândega. Embora de poucos recursos financeiros, pertencia a tradicional família de senhores de engenho do Nordeste, que remontava ao período da dominação holandesa.

Fez seus primeiros estudos em Campina Grande (PB) e na cidade da Paraíba, hoje João Pessoa, mudando-se a seguir para Recife, onde cursou o secundário no Colégio Pernambucano. Em 1906, aos 14 anos, teve sua primeira experiência jornalística escrevendo para *O Pernambuco*, jornal de propriedade de Pedro Avelino. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1908 e, para custear seus estudos, tornou-se redator do *Jornal Pequeno* (1910-1915), onde escreveu vários artigos criticando o germanismo da Escola de Recife, movimento cultural liderado por Tobias Barreto que pretendia promover a cultura nacional e tinha fortes influências das novas correntes do pensamento europeu. Ainda estudante trabalhou no *Jornal de Recife* e no *Diário de Pernambuco*, órgão do Partido Republicano Conservador (PRC), no qual foi redator auxiliar, escrevendo artigos sobre política nacional e internacional. Bacharelou-se em 1913, mas continuou a exercer o jornalismo, tornando-se editor e redator-chefe do jornal *Estado de Pernambuco*.

Em dezembro de 1915 foi aprovado no concurso da Faculdade de Direito do Recife para professor de direito romano e de filosofia do direito, tendo apresentado na ocasião duas dissertações: *O conceito de direito* e *O interdicto ut possidetis*. Viajou depois para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para tentar obter uma nomeação naquela cidade junto ao presidente Venceslau Brás (1914-1918), e na ocasião fez seus primeiros contatos com figuras destacadas do mundo político e jornalístico da capital da República. Em 1917 transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceu como advogado, tornando-se a seguir consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores a convite do então chanceler Nilo Peçanha, e advogado da Companhia Light and Power, a partir de uma indicação de Alexandre Mackenzie. No entanto, não perdeu o contato com as atividades

jornalísticas, colaborando como comentarista de política internacional no *Correio da Manhã* e sendo mais tarde convidado por Ernesto Pereira Carneiro para redator-chefe do *Jornal do Brasil*. Nessa mesma época tornou-se também correspondente do jornal argentino *La Nación*.

Em 1920 viajou pela Europa, percorrendo Suíça, Inglaterra, França, Holanda, Bélgica, Itália e Alemanha. Acerca deste último país publicou uma série de crônicas no *Correio da Manhã* e em jornais estrangeiros, destacando-se entre elas um estudo sobre a marinha alemã e o almirante Alfred von Tirpitz, nacionalista extremado e animador do desenvolvimento naval germânico. A crônica foi publicada em *La Nación* e no ano seguinte transformou-se num livro intitulado *Alemanha, dias idos e vindos*, editado no Rio de Janeiro.

Após regressar da Europa afastou-se temporariamente do jornalismo, dedicando-se ao exercício da advocacia e à organização de um grupo destinado a levantar capital para a compra de um jornal. Como advogado, teve destacada atuação na defesa dos interesses dos grandes grupos estrangeiros no país, especialmente a Light e a Itabira Iron Ore Co. Isso o colocou em frontal oposição ao governo de Artur Bernardes (1922-1926), que havia muito se opunha à Itabira Iron, por considerar seu contrato de exploração do ferro em Minas Gerais um monopólio prejudicial ao país.

Em 1924, com a ajuda de Alfredo Pujol e Alexandre Mackenzie, comprou no Rio de Janeiro o matutino *O Jornal*, de propriedade de Renato Lopes e cuja situação financeira era precária. Seis meses mais tarde adquiriu seu segundo jornal, o *Diário da Noite*, em São Paulo. Com base nesses dois órgãos, iniciou a estruturação de uma grande empresa jornalística, que mais tarde viria a ser conhecida como Diários Associados. Assim, em 1927, fundou a revista *O Cruzeiro*, semanário que, segundo o próprio Chateaubriand, teria contado em seu lançamento com o auxílio de Getúlio Vargas, então ministro da Fazenda, o qual teria obtido a metade do capital necessário. No mesmo ano, coerente com sua postura de defesa do capital estrangeiro, fez campanha a favor da entrada da companhia Ford na Amazônia para cultivar borracha em larga escala, “como um princípio de redenção econômica”, por estar plenamente convencido de que “sem braços, sem técnicas e sem capital de fora, nem em cem anos o Brasil conseguiria começar a assimilar a Amazônia”.

A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930

Findo o ano de 1928, intensificaram-se as articulações com vistas às eleições presidenciais marcadas para março de 1930. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, então presidente de Minas Gerais, tinha pretensões de vir a ser indicado candidato à sucessão de Washington Luís (1926-1930), insistindo na observância do acordo tácito entre Minas e São Paulo de revezamento no poder. Os rumores sobre a sucessão apontavam, porém, para a indicação de Júlio Prestes, presidente de São Paulo, continuador seguro da política administrativa financeira e de defesa do café desenvolvida por Washington Luís.

Diante disso, Antônio Carlos iniciou um movimento de aproximação com o Rio Grande do Sul visando a boicotar a candidatura de Júlio Prestes. Chateaubriand, que se vinculara ao governo mineiro, desempenhou importante papel nessas articulações, tornando-se o intermediário entre Antônio Carlos e João Neves da Fontoura, representante gaúcho, nos entendimentos para lançar a candidatura de Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul. Paralelamente a essa atuação de bastidores, desempenhou através de seus jornais um destacado papel na propaganda contra a candidatura de Júlio Prestes, ora elogiando Vargas por sua atuação à frente do governo gaúcho, ora chamando a atenção para o desprendimento mineiro em relação às negociações sucessórias.

Em junho de 1929, quando os gaúchos se mostravam desconfiados, e Vargas hesitava em aceitar definitivamente sua candidatura, Chateaubriand desencadeou violenta campanha em defesa dos interesses mineiros e de crítica à política rio-grandense, classificando-a de “paroquial e egoísta” e acusando João Neves e todo o Rio Grande de estarem “acovardados diante dos paulistas”. Graças a essa atuação, obteve recursos para ampliar sua cadeia jornalística adquirindo, em julho de 1929, o jornal *O Estado de Minas*, em Belo Horizonte.

Depois de demoradas negociações, os gaúchos fizeram um acordo secreto com o Partido Republicano Mineiro (PRM) em torno da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, acordo esse que deu origem à Aliança Liberal e obteve apoio de outras forças discordantes do governo federal, como o presidente da Paraíba, João Pessoa, que se tornou candidato a vice-presidente. Em setembro de 1929 foram realizadas as convenções que lançaram os candidatos à presidência: pela situação, Júlio Prestes, e, pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas. Aberta a campanha eleitoral, Chateaubriand colocou seus jornais a serviço

da causa aliancista e obteve recursos para lançar mais dois órgãos, o *Diário de São Paulo*, na capital paulista, e o *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro.

Com a realização das eleições presidenciais em março de 1930 e a derrota da Aliança Liberal, engajou sua cadeia jornalística na defesa de uma saída revolucionária para impedir a posse de Júlio Prestes. Essa orientação foi reforçada quando do assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, ocasião em que os órgãos dos Diários Associados acusaram formalmente o governo federal de responsável pelo crime. Chateaubriand participou das articulações preparatórias da revolução e, no momento da eclosão do movimento, incorporou-se às fileiras revolucionárias, deixando de avião o Distrito Federal com destino a Porto Alegre no dia 3 de outubro de 1930. Seu avião chegou a ser detido pelas forças legalistas em Florianópolis, mas ele escapou graças ao auxílio de Nereu Ramos e conseguiu alcançar o Rio Grande do Sul, juntando-se às tropas revolucionárias em sua marcha para São Paulo.

DE 1930 A 1945

Com a vitória da revolução e a instauração do governo provisório de Getúlio Vargas, segundo Renato Jardim, Chateaubriand teria recebido inúmeros favores, entre eles a concessão de vultosos empréstimos à cadeia dos Diários Associados, através da Caixa Econômica Federal. Ainda segundo esse autor, Chateaubriand associou-se a Edmundo Navarro de Andrade, secretário de Agricultura de São Paulo, para explorar o invento de uma aparelhagem de beneficiamento de café e vendê-lo ao estado de São Paulo. Chateaubriand teria sido também beneficiado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Lindolfo Collor, que lhe proporcionou lucrativa viagem à Amazônia, da qual resultaram grandes reportagens para os Diários Associados, além de um contrato jornalístico com a empresa Ford, lá instalada.

Com a ampliação de sua cadeia jornalística e seu envolvimento com proeminentes figuras do governo, Chateaubriand fundou em agosto de 1931 a agência de notícias Meridional, com o objetivo de fornecer informações para seus próprios jornais e, ao mesmo tempo, vendê-las para outros periódicos.

Ao final de 1931 começaram a surgir suas primeiras divergências com o governo provisório. Chateaubriand, ligado ao grupo composto por Lindolfo Collor, João Batista

Luzardo e Raul Pilla, clamava pela rápida reconstitucionalização do país, temendo o estabelecimento definitivo de um governo ditatorial. Apoiou assim a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, e em função disso sofreu o confisco da sede e da maquinaria de *O Jornal*, órgão líder da cadeia dos Diários Associados, e recebeu uma ordem de deportação. Conseguiu, entretanto, escapar do barco que o conduziria para o exterior, o navio japonês *Havai maru*, e escondeu-se no interior do país durante vários meses.

Reapareceu com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte em novembro de 1933, conseguindo reaver seu principal jornal, cuja direção foi entregue a seu sogro, Zózimo Barroso do Amaral. Segundo Austregésilo de Ataíde, Zózimo era governista e sua presença à frente de *O Jornal* representou uma busca de apaziguamento com Vargas. Reconciliado com o governo, Chateaubriand adquiriu em abril de 1934 a revista *A Cigarra*, no Rio de Janeiro, e comprou também, nesse mesmo ano, sua primeira estação de rádio, a Tupi do Rio. Pouco tempo depois adquiriu a Rádio Tupi de São Paulo e a Educadora do Rio, que passou a se chamar Rádio Tamoio, dando início à constituição de uma cadeia de radioemissoras que chegou a ter 25 estações.

Durante o ano de 1935, Chateaubriand, ferrenho anticomunista, desencadeou, através de seus jornais, uma violenta campanha contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente de âmbito nacional que lutava contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Na época foi acusado pelo jornal *A Manhã*, porta-voz da ANL, de pressionar Getúlio para que aquele movimento fosse reprimido.

Em 1936, Chateaubriand recebeu de Vargas a incumbência de trazer de volta ao governo João Neves e Batista Luzardo, com ele rompidos havia longo tempo. Essa aproximação com Vargas, no entanto, não foi duradoura e, ainda em 1936, Chateaubriand moveu intensa campanha contra o presidente da República e Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, denunciando suas tentativas de retirar de Antônio Carlos o cargo de presidente da Câmara dos Deputados. A campanha desenvolvida pelos Diários Associados, aliada à estima de que gozava Antônio Carlos na Câmara, conseguiu sustar temporariamente as investidas de seus opositores. Em maio de 1937, entretanto, Vargas e Benedito Valadares conseguiram derrotar definitivamente Antônio Carlos, elegendo Pedro Aleixo seu sucessor na presidência da Câmara. A partir daí, Chateaubriand reiniciou sua campanha contra

Vargas, acusando-o de antiliberal e antidemocrata e denunciando a eleição de Pedro Aleixo como um golpe contra Antônio Carlos e contra a autonomia do Poder Legislativo nacional. Os Diários Associados afirmaram ainda que a substituição de Antônio Carlos na presidência da Câmara havia sido consequência de suas pretensões de candidatar-se à presidência da República nas eleições previstas para 1938 e do desejo de Vargas de esvaziar essa candidatura.

Colocando-se na oposição ao governo federal, Chateaubriand apoiou a candidatura de Armando Sales à presidência nas eleições que teriam lugar em janeiro de 1938. Contudo, após o golpe de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, aceitou o novo regime, afirmando que era “necessário atravessar um túnel, na esperança de que o futuro abrisse perspectivas para a restauração de um regime democrático”. Em 1938 deu início à diversificação de suas atividades, comprando várias fazendas em São Paulo, nas quais se dedicou ao cultivo do café e do algodão. Nos anos seguintes adquiriu outras propriedades no Nordeste e no Centro-Sul, onde a pecuária era atividade predominante. No início da década de 1940, deu início a uma série de campanhas de âmbito nacional que, no seu entender, contribuiriam para o progresso e o desenvolvimento do país. Assim, em 1941 lançou uma campanha em favor da aviação nacional, visando a transformar cada município brasileiro em um centro de treinamento para pilotos civis. Em 1943 adquiriu o *Diário de Notícias* de Salvador, incorporando mais esse órgão à sua cadeia radiojornalística.

Com a crise do Estado Novo, defendeu o retorno ao regime democrático, denunciando que a edição do Código Eleitoral em fevereiro de 1945 nada mais era do que um artifício para a perpetuação do regime. Os Diários Associados fizeram então violenta campanha contra Agamenon Magalhães, ministro da Justiça, acusando-o de responsável pelas regras eleitorais contidas no código.

NO GOVERNO DUTRA

Uma vez marcadas as eleições para dezembro de 1945, Chateaubriand apoiou o candidato da União Democrática Nacional (UDN), o brigadeiro Eduardo Gomes, sem deixar contudo de reconhecer os méritos de seu adversário, Eurico Gaspar Dutra, candidato apoiado pela coligação do Partido Social Democrático (PSD) com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com a posse do candidato vitorioso, Eurico Gaspar Dutra, Chateaubriand

deu apoio às principais medidas do novo governo, empenhado, na sua opinião, em promover a conciliação nacional.

Nessa época Chateaubriand lançou mais uma de suas campanhas de âmbito nacional, a Campanha de Redenção da Criança, visando a arrecadar fundos para construir postos de puericultura através do Brasil. Em 1947 fundou também o Museu de Arte de São Paulo, que funcionava na sede dos Diários Associados e onde se constituiu um importante acervo artístico. Dois anos depois, a cadeia dos Diários Associados abriu uma nova frente de atuação inaugurando em São Paulo a TV Tupi, que foi a primeira estação de televisão da América Latina, começando a funcionar em 1950.

Ao se aproximarem as eleições de outubro de 1950, considerando que a situação havia mudado — e que, mais uma vez, Eduardo Gomes não teria condições de se eleger presidente —, Chateaubriand deu discreto apoio à candidatura de Vargas. Segundo depoimento de Austregésilo de Ataíde, na época diretor de *O Jornal* e do *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro, o próprio Chateaubriand teria sido o promotor da candidatura Vargas, ao enviar o jornalista Samuel Wainer à estância gaúcha onde o ex-presidente se encontrava, com a incumbência de obter dele uma série de entrevistas sensacionalistas, aventando a hipótese de sua volta ao governo. Além disso, ainda segundo a mesma fonte, naquele momento Chateaubriand não se identificava plenamente com a UDN, considerando-a formada por “um grupo de idealistas pouco afeito à consideração dos problemas econômicos, sociais e políticos da nação em sua realidade”.

NA DEFESA DO CAPITAL ESTRANGEIRO

Entretanto, depois de eleito e empossado Vargas, logo vieram à tona as divergências de Chateaubriand com o governo. Um exemplo foi a política em relação ao petróleo, objeto de acaloradas discussões na época. Chateaubriand, coerente com sua posição de defesa do capital estrangeiro, considerava impossível, do ponto de vista tanto econômico como técnico, a exploração do petróleo no Brasil sem auxílio externo. A partir desse ponto de vista, moveu violenta campanha através dos Diários Associados contra a tese nacionalista que defendia o monopólio estatal da exploração do petróleo. No seu entender, essa tese era absolutamente defasada, pois, com a libertação da maioria das colônias existentes, a fase do colonialismo havia acabado, e “a atuação dos Estados Unidos objetivava apenas auxiliar o

desenvolvimento da América Latina”. Argumentava ainda que as chamadas teses nacionalistas sobre a exploração dos recursos materiais brasileiros eram “coisa de comunistas” e que o lema “O petróleo é nosso” era meramente um “chavão soviético”.

A atuação que desenvolveu através dos órgãos de comunicação de que dispunha não foi o único meio que Chateaubriand utilizou no combate ao movimento nacionalista. Para melhor defender suas propostas e usar de sua influência no combate à lei de criação da Petrobras que tramitava no Congresso, elegeu-se senador na legenda do PSD da Paraíba em outubro de 1952. Para que pudesse ser eleito, conseguiu, naquele ano, a renúncia de Vergniaud Wanderley, senador da UDN por aquele estado eleito em 1945, e de seu suplente Antônio Pereira Diniz. Aberta dessa forma uma vaga no Senado, foram realizadas eleições suplementares nas quais Chateaubriand foi candidato único.

Como senador, continuou sua pregação antinacionalista, tentando sem êxito impedir a aprovação da lei que criou a Petrobras e instituiu o monopólio estatal do petróleo, sancionada por Vargas em 3 de outubro de 1953. Além da questão do petróleo, dois temas marcaram sua atuação: a defesa da cultura cafeeira e a luta pela autonomia do Distrito Federal. Em relação ao primeiro, destacou a importância do café para o Brasil e advogou uma atuação mais efetiva do governo como financiador de sua produção. Em relação à segunda questão, que na época suscitava grandes discussões, defendeu a extinção da Câmara de Vereadores do Distrito Federal, e a atribuição de poderes ao Senado e à Câmara dos Deputados para legislar sobre assuntos de interesse da capital federal através de comissões especiais. No seu entender, a Câmara Municipal só servia para criar centenas de empregos inúteis para os apaniguados dos vereadores, malbaratando os recursos públicos. Dizia ainda que a autonomia do Distrito Federal deveria ser reduzida, por ser extremamente perigoso que a capital da República, sede do governo e do Supremo Tribunal Federal, corresse o risco de “vir a ser governada por comunistas”.

Sua postura de oposição ao governo Vargas foi aprofundada ao longo de 1954, quando a cadeia dos Diários Associados se engajou inteiramente na campanha de denúncias contra o jornal situacionista *Última Hora*, principal sustentáculo de Vargas na imprensa, e encampou as pressões para a deposição do presidente. No entender de Chateaubriand, a crise política por que passava o país era resultado da incapacidade de Getúlio de conviver com um regime constitucional, já que sua trajetória estava intimamente ligada à dissolução

das instituições democráticas.

Com o suicídio de Vargas (24/8/1954), Chateaubriand apoiou o governo do vice-presidente João Café Filho, que se cercou de quadros da UDN. A justificativa dada a essa posição foi que “as forças democráticas não deveriam manter um clima divisionista”. Nesse mesmo ano, em outubro, Chateaubriand foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, vindo a ocupar a cadeira número 37, que pertencera a Getúlio Vargas. Seu discurso de posse, conhecido pelo título de *Aquarela do Brasil*, traçou um retrato da personalidade do ex-presidente que salientava sua esperteza, inteligência e percepção, mas, ao mesmo tempo, o caracterizava como portador de uma vocação autoritária incompatível com os regimes constitucionais.

No pleito de outubro de 1954, Chateaubriand tentou a reeleição para o Senado pela Paraíba, com o apoio da coligação do PSD com o Partido Libertador (PL), disputando a vaga com outros quatro candidatos. Derrotado, deixou o Senado ao final de seu mandato, em janeiro de 1955, para logo em seguida repetir o processo pelo qual havia sido eleito em 1952: obteve a renúncia do senador maranhense Alexandre Bayma e de seu suplente Newton de Barros Belo e, aberta essa vaga no Senado, elegeu-se na legenda do PSD, sendo empossado em junho de 1955.

Nas eleições presidenciais de outubro desse mesmo ano deu um discreto apoio a Juscelino Kubitschek, candidato da coligação PSD-PTB, que concorria com Juarez Távora, indicado pela UDN. Depois da vitória de Juscelino, quando surgiram articulações para impedir sua posse sob a alegação da inexistência de maioria absoluta, Chateaubriand opôs-se a elas, dando apoio ao movimento de 11 de novembro de 1955, liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, que garantiu a posse do candidato eleito.

Chateaubriand renunciou a seu mandato de senador em 1957 para assumir o posto de embaixador do Brasil na Inglaterra, a convite de Juscelino Kubitschek. Após apresentar suas credenciais ao governo britânico em maio, declarou que não seria um embaixador de gabinete, mas que pretendia lutar pela abertura de novos mercados para as matérias-primas tropicais. Com esse objetivo participou, como chefe da delegação brasileira, da II Conferência Internacional do Açúcar, em 1958, em Genebra, na Suíça, e das XVII, XVIII e XIX sessões plenárias do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, realizadas respectivamente em 1958, 1959 e 1960, em Londres, Washington e Cidade do México.

O CONDOMÍNIO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS

Paralelamente às suas atividades como embaixador, Chateaubriand seguiu ampliando a cadeia dos Diários Associados, adquirindo em março de 1959 o *Jornal do Comércio*. Na ocasião declarou que seu objetivo com essa compra era preservar o mais antigo órgão de imprensa existente no Rio de Janeiro. Em setembro de 1959, preocupado em dar continuidade, após sua morte, ao império jornalístico que havia construído, instituiu o condomínio acionário das Emissoras e Diários Associados. Distribuiu 49% das ações e quotas que possuía dentro de toda a cadeia a 22 de seus auxiliares, entre os quais seus dois filhos, gravando-as com as cláusulas de inalienabilidade e incomunicabilidade.

Em fevereiro de 1960 Chateaubriand foi acometido de uma dupla trombose que lhe provocou uma paralisia quase total. Apesar de preso a uma cadeira de rodas, continuou a escrever e defendeu a candidatura do marechal Henrique Lott à presidência da República, lançada pelo PTB, em oposição a Jânio Quadros, apoiado pela UDN. Eleito Jânio em outubro de 1960, seu governo foi visto pelos Diários Associados como não merecedor de confiança, e sua renúncia (25/8/1961) foi classificada de manobra para ser reconduzido ao cargo com poderes ditatoriais. A seguir, a posse do vice-presidente João Goulart, que os ministros militares tentaram vetar, foi defendida pelos Diários Associados. Pouco tempo depois, entretanto, a aproximação de Goulart com a esquerda colocou Chateaubriand entre seus opositores.

Em julho de 1962, a preocupação com o destino de sua cadeia jornalística levou Chateaubriand a doar os 51% restantes das ações e quotas que reservara para si a seus auxiliares, que já haviam recebido os primeiros 49%, excluindo, porém, seus filhos dessa segunda partilha.

Com a radicalização que se acentuou ao longo do governo Goulart, Chateaubriand fez de sua residência em São Paulo, a chamada “casa amarela”, um dos centros de conspiração contra o governo. Ao mesmo tempo preparava a opinião pública, através de seus artigos diários e de toda a atuação dos Diários Associados, para a eclosão do movimento político-militar de 1964. Após a vitória do movimento, em abril de 1964, lançou em São Paulo, através dos Diários Associados, a Campanha do Ouro para o Bem do Brasil, convocando a população a doar suas jóias para auxiliar o pagamento da dívida externa do país.

Em 1965 Chateaubriand foi acometido de um distúrbio das coronárias e seu estado de saúde agravou-se seriamente. Veio a falecer em São Paulo no dia 4 de abril de 1968.

Com a sua morte, João Calmon, vice-presidente do condomínio acionário dos Diários Associados desde 1962, tornou-se presidente da empresa. Na época, ela era constituída pelos seguintes órgãos: 1) os diários *O Jornal* (Rio), *Jornal do Comércio* (Rio), *Diário de S. Paulo* (S. Paulo), *Diário da Noite* (S. Paulo), *Diário dos Esportes* (S. Paulo), *O Diário* (Santos-SP), *O Estado de Minas* (Belo Horizonte), *Diário da Tarde* (Belo Horizonte), *Diário Mercantil* (Juiz de Fora-MG), *Diário da Tarde* (Juiz de Fora-MG), *Diário de Notícias* (Porto Alegre), *A Razão* (Santa Maria-RS), *Estado da Bahia* (Salvador), *Diário de Notícias* (Salvador), *Diário de Aracaju* (Aracaju), *Diário de Pernambuco* (Recife), *O Norte* (João Pessoa), *Diário de Borborema* (Campina Grande-PB), *Diário de Natal* (Natal), *O Poti* (Natal), *A Província do Pará* (Belém), *Correio do Ceará* (Fortaleza), *Unitário* (Fortaleza), *O Imparcial* (S. Luís), *Jornal do Comércio* (Manaus), *A Nação* (Florianópolis), *Jornal de Joinville* (Joinville-SC), *Jornal de Alagoas* (Maceió), *Folha de Goiás* (Goiânia), *Diário do Paraná* (Curitiba), *Monitor Campista* (Campos-RJ), *Correio Brasiliense* (Brasília), *O Rio Branco* (Rio Branco), *Alto Madeira* (Porto Velho-RO), *Diário da Serra* (Campo Grande-MS); 2) as revistas *O Cruzeiro*, *O Guri*, *A Cigarra*, *Luluzinha*, *Bolinha*, *Brasinha*, *Gasparzinho*, *Aventura*, *Gurilândia*, *Pré-Estréia*, *Manda-Chuva*, *Os Flintstones*, *Os Jetsons*, *Pimentinha*, *Zé Colméia*, *Combate*, *Homem no Espaço*, *Galáxia*; 3) as emissoras Rádio Tupi (Rio), Rádio Tamoio (Rio), Rádio Difusora (S. Paulo), Rádio Tupi (S. Paulo), Rádio Cultura (S. Paulo), Rádio Guarani (Belo Horizonte), Rádio Mineira (Belo Horizonte), Rádio Sociedade (Juiz de Fora-MG), Rádio Farroupilha (Porto Alegre), Rádio Sociedade da Bahia (Salvador), Rádio Clube de Pernambuco (Recife), Rádio Tamandaré (Recife), Rádio Borborema (Campina Grande-PB), Rádio Cariri (Campina Grande-PB), Rádio Poti (Natal), Rádio Marajoara (Belém), Ceará Rádio Clube (Fortaleza), Rádio Araripe (Crato-CE), Rádio Gurupi (S. Luís), Rádio Baré (Manaus), Rádio Progresso (Maceió), Rádio Vitória (Vitória), Rádio Difusora (Teresina), Rádio Clube de Goiânia (Goiânia), Rádio Planalto (Brasília); 4) as emissoras de televisão TV Tupi (Rio), TV Tupi (S. Paulo), TV Cultura (S. Paulo), TV Ribeirão Preto (Ribeirão Preto-SP), TV Itacolomi (Belo Horizonte), TV Alterosa (Belo Horizonte), TV Mariano Procópio (Juiz de Fora-MG), TV Piratini (Porto Alegre), TV Itapoan (Salvador), TV Rádio Clube (Recife), TV

Borborema (Campina Grande-PB), TV Marajoara (Belém), TV Rádio Clube (Fortaleza), TV Vitória (Vitória), TV Rádio Clube (Goiânia), TV Paraná (Curitiba), TV Coroados (Londrina-PR), TV Brasília (Brasília); e 5) as agências: Agência Meridional (de notícias, com matriz no Rio e sucursais em todo o Brasil) e SIRTA Serviços de Imprensa, Rádio e Televisão Associados (de publicidade, com matriz no Rio e filiais em todo o Brasil).

Pouco tempo depois da morte de Chateaubriand, porém, abriu-se uma crise no seio dos Diários Associados, provocada por divergências entre um de seus filhos, Gilberto, e João Calmon, em relação à orientação dada ao condomínio criado para manter em funcionamento a cadeia de emissoras de rádio, televisão e jornais.

Chateaubriand foi casado com Maria Henriqueta Barroso do Amaral Bandeira de Melo, com quem teve um filho. De ligações posteriores teve dois outros filhos, entre eles Gilberto Chateaubriand Bandeira de Melo, um dos maiores colecionadores de arte contemporânea brasileira.

Além dos trabalhos já citados, publicou inúmeros livros, artigos, discursos e conferências, entre os quais *Terra desumana — a vocação revolucionária do presidente Artur Bernardes* (1926) e *As nuvens que vêm* (discursos parlamentares, 1962).

A seu respeito, foram publicadas, entre outras, as seguintes obras: *Traços para estudo* (1953), de Gilberto Amado; *O velho capitão e outras histórias reais* (1962), de David Nasser; *Presença de Assis Chateaubriand na vida brasileira* (1971), de Mário Barata; *Assis Chateaubriand, uma vida vertiginosa* (1972), de Carlos A. Mendonça; e *Chatô, rei do Brasil* (1994), de Fernando Moraes.

Marieta de Moraes Ferreira

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; BARATA, M. *Presença*; BRINCHES, V. *Dic.*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; COELHO, J. *Dic.*; COHN, G. *Petróleo*; CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, A. *Brasil*; *Efemérides paulistas*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; *Estado de S. Paulo* (9/12/1973); FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal* (3/3/1931); *Jornal do Brasil* (20/7/1966, 29/3/1968); *Jornal do Comércio*, Rio (5/4/1968); LEVINE, R. *Vargas*;

MACEDO, R. *Efemérides*; MELO, F. *Aquarela*; MELO, F. *Nuvens*; MENDONÇA, C. *Assis*; MENESES, R. *Dicionário.*; MIN. REL. EXT. *Anuário*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Ofensiva*; PEREIRA, J. *Petróleo*; PINTO, L. *Antologia*; *Quem é quem no Brasil*; RACHE, P. *Outros*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores*; SENADO. *Relação*; SILVA, R. *Bacharéis*; SKIDMORE, T. *Brasil*; SOUSA, J. *Índice*; *Súmulas*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário.*; *Who's who in Latin America*.

CHAVES JÚNIOR, Antônio Gonçalves

*pres. SC 1882-1883; pres. MG 1883-1884; const. 1891; dep. fed. MG 1891-1893; sen. MG 1894-1902.

Antônio Gonçalves Chaves Júnior nasceu em Montes Claros (MG) em 16 de setembro de 1840, filho do padre Antônio Gonçalves Chaves e de Celina Soares. Seu pai foi vereador em Montes Claros em 1836, presidente da Câmara daquela cidade de 1840 a 1853 e deputado provincial em Minas Gerais de 1842 a 1843 e de 1846 a 1850.

Estudou no Ateneu São Vicente de Paula, em Diamantina (MG), e, terminado o secundário, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se formou em 1863. De volta a Minas, foi promotor de justiça em Diamantina e juiz municipal em Montes Claros. Exerceu o mandato de deputado provincial de 1866 a 1867 e de 1868 a 1869. Em 23 de junho de 1882, foi nomeado por carta imperial presidente da província de Santa Catarina, sucedendo a Joaquim Augusto do Livramento. Permaneceu no cargo de 6 de setembro de 1882 a 27 de janeiro de 1883. Seu sucessor foi o vice-presidente Manuel Pinto de Lemos, que encerrou o governo em 28 de fevereiro de 1883.

Deixando a presidência de Santa Catarina, foi duas vezes presidente da província de Minas Gerais, entre 1883 e 1884. No primeiro exercício, de 7 de março de 1883 a 21 de maio de 1884, sucedeu a Henrique de Magalhães Sales e foi substituído por Carlos Honório Benedito Otoni. No segundo exercício, de 8 de junho a 3 de setembro de 1884, foi precedido por José Antônio Alves de Brito e substituído por Olegário Herculano de Aquino e Castro. Em 1889 foi juiz de direito em Mariana.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, e convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado por Minas Gerais e tomou posse em 15 de novembro seguinte. Após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891 e o início, em maio, da legislatura ordinária, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893. Em seguida exerceu o mandato de senador por Minas, de 1894 a 1902.

Foi também juiz de direito em Rio Pardo e Montes Claros, professor de direito civil e diretor da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, ainda em Ouro Preto, antes de sua mudança para Belo Horizonte em 1898.

Faleceu em 28 de novembro de 1911.

Liliane Correa

FONTES: *Arquivo Público Mineiro* (v.1, p. 3-21); ARRUDA, J. Escola; CAM. DEP. Constituição de 1891. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 29/6/2010; FIGUEIREDO, V. *Parentela*; SENADO.Períodos Legislativos da Primeira República - 1900-1902: Antonio Gonçalves Chaves Junior Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1438&li=25&lcab=1900-1902&lf=25> Acesso em 29/6/2010, 14:50.

CHAVES, ANTÔNIO DE CARVALHO

*dep. fed. PR 1904-1914; interv. PR 1947.

Antônio Augusto de Carvalho Chaves nasceu em Macaíba (RN) no dia 26 de março de 1875, filho de Joaquim Gonçalves Chaves Filho e de Francisca Teixeira de Carvalho Chaves.

Em 1883, sua família transferiu-se para o Paraná. Fez os estudos primários no Colégio Partenon Paranaense e cursou o secundário no colégio do professor Artur Loiola, ambos em Curitiba, e em seguida ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em 1895. Nesse ano, ainda antes de se formar, foi nomeado promotor público em Ribeirão Preto (SP).

Retornando ao Paraná, foi nomeado secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do estado em março de 1896. Deixou o cargo em 25 de fevereiro de 1900, e no dia seguinte assumiu a Secretaria Estadual de Finanças, Comércio e Indústria, à frente da qual permaneceu até fevereiro de 1904. Tornou-se então advogado da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Em junho de 1904, estando em curso a legislatura 1903-1905, elegeu-se deputado federal pelo Paraná. Tomou posse em julho e obteve três reeleições sucessivas, permanecendo até 1914 na Câmara dos Deputados, onde integrou a Comissão de Obras Públicas. De 1906 a 1907, cumpriu também mandato como deputado estadual.

Com a vitória da Revolução de 1930, foi nomeado presidente da Comissão de Sindicância do Paraná. No pleito de outubro de 1934, foi novamente eleito deputado estadual, na legenda do Partido Social Democrático (PSD) do Paraná. Exerceu o mandato de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suspendeu o funcionamento dos órgãos legislativos em todo o país. Durante essa legislatura, presidiu a Assembleia Legislativa e representou o PSD paranaense na convenção nacional em que foi lançada a candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (25/5/1937). Em 6 de fevereiro de 1947 foi nomeado interventor federal no Paraná. Exerceu o cargo até transmiti-lo, em 12 de março, ao governador eleito Moisés Lupion.

Foi membro da Sociedade Nacional de Agricultura desde 1907, e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Em Curitiba, colaborou nos periódicos *A República* e *O Estado*.

Faleceu na capital paranaense no dia 3 de junho de 1949.

Foi casado com Rosa de Carvalho Chaves. Seu filho, Eduardo de Carvalho Chaves, militar, foi chefe do Estado-Maior do Exército em 1963 e chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército em 1963 e 1964.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Grande encic. Delta*; NICOLAS, M. *Cem anos*; *Personalidades*; VAMPRÉ, S. *Memórias*.

CHAVES, Antônio Gonçalves

* pres. SC 1882-1883; pres. MG 1883-1884; dep. fed. MG 1891-1893; sen. MG 1894-1902.

Antônio Gonçalves Chaves Júnior nasceu no município de Montes Claros (MG) em 16 de setembro de 1840, filho de Antônio Gonçalves e de Celina Soares.

Estudou no Ateneu São Vicente de Paula e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1863. Ingressou na política ao ser eleito deputado provincial em Minas Gerais em 1866. Reeito para as legislaturas seguintes exerceu o mandato até 1869. Regressou à política ao ser nomeado por carta imperial de 23 de junho de 1882 presidente da Santa Catarina. Seu governo se estendeu de 6 de setembro de 1882 a 27 de janeiro de 1883, quando transmitiu o cargo ao vice-presidente Manuel Pinto de Lemos. Foi também presidente da província de Minas Gerais entre os anos de 1883 a 1884.

Já sob o regime republicano foi eleito deputado federal por Minas Gerais em 1891 e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de 3 de maio daquele ano a 31 de dezembro de 1893. Em 1894 foi eleito senador e exerceu o mandato até 1902.

Além da atividade política, foi juiz municipal em Montes Claros, juiz de direito nessa cidade, em Rio Pardo e em Mariana, e diretor da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, criada em Ouro Preto em 1892, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Faleceu em Montes Claros em 28 de novembro de 1911.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. MG. Senadores e deputados de Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em: 4/5/2010; Biblioteca digital. Constituição de 1891. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 19/4/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Fundadores do Instituto Histórico Geográfico de Montes Claros. Disponível em: < <http://www.institutohistoricogeodemc.com.br> >. Acesso em: 6/11/2010; Genealogia mineira. Disponível em: <<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?>>. Acesso em: 20/7/2010; HORTA, C. *Famílias*; SENADO. Bio. Antônio Gonçalves Chaves. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1438&li=25 >

[&lcb=1900-1902&lf=25](#)>. Acesso em 6/11/2010; SILVA, M. *História*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

CHAVES, Carvalho

*dep. fed. PR 1904-1914.

Antônio Augusto de Carvalho Chaves nasceu em Macaíba (RN) no dia 26 de março de 1875, filho de Joaquim Gonçalves Chaves Filho e de Francisca Teixeira de Carvalho Chaves.

Ainda na infância passou a residir em Curitiba, no Paraná, onde fez os primeiros estudos. Em 1895 diplomou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Nesse mesmo ano, pouco antes de se formar, tornou-se promotor público no município paulista de Ribeirão Preto. Ingressou na política em 1896, quando assumiu a Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná, a convite do presidente estadual José Pereira Santos Andrade (1896-1899). Em 1900, já no governo de Francisco Xavier da Silva (1900-1904), foi nomeado secretário de Finanças, Comércio e Indústria.

Estando em curso a legislatura 1903-1905, foi eleito deputado federal pelo Paraná e tomou posse em 23 de julho de 1904. Reeleito para as três legislaturas seguintes, exerceu o mandato até dezembro de 1914. De outubro de 1930 a 1931, no governo de Mário Alves Monteiro Tourinho, o primeiro após a Revolução de 1930, foi secretário da Fazenda, Indústria e Comércio do Paraná. Eleito deputado estadual em 1934, após a posse, em 1935, foi escolhido presidente da Assembleia Legislativa. Em junho do mesmo ano ocupou interinamente, por um mês, o governo do estado, substituindo Manuel Ribas, então eleito governador. Já no Estado Novo (1937-1945), quando Manuel Ribas passou a interventor, tornou-se membro do Conselho Administrativo do estado.

Ao longo de sua trajetória, também foi colaborador dos jornais *A República* e *O Estado*. Foi membro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Paraná, do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro.

Faleceu em Curitiba no dia 3 de junho de 1949.

Era casado com Rosa de Carvalho Chaves.

Luciana Pinheiro

FONTES: ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em:
<<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>; BIB. NAC. Disponível em:

<http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=cardcatalog_pr&db=cardcatalog&use=pn&disp=list&sort=off&ss=NEW&arg=nicolas,|maria>; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CASA CIVIL PARANÁ. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 14/6/2010; NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 279-280).

CHAVES, Elói

*dep. fed. SP 1903-1914 e 1919-1930.

Elói de Miranda Chaves nasceu em Pindamonhangaba (SP) em 27 de dezembro de 1876, filho do coronel José Guilherme de Miranda Chaves e de Cândida Marcondes Chaves.

Estudou humanidades no Colégio Meneses Vieira e no Colégio Pedro II. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1896, e no mesmo ano foi nomeado promotor em São Roque. Foi depois removido para Jundiaí, onde abriu escritório de advocacia. No ano seguinte, já líder do Partido Republicano Paulista (PRP) local, foi eleito vereador e escolhido presidente da Câmara Municipal, respondendo também pela administração da cidade.

Em 1902 foi eleito deputado federal pelo PRP para a legislatura 1903-1905, finda a qual reelegeu-se mais três vezes, cumprindo mandato até dezembro de 1914. Considerado um grande orador, teve presença constante nos debates que trataram da exploração do potencial hidroelétrico e do sistema de serviço de força elétrica e luz do país. No segundo governo de Rodrigues Alves em São Paulo (1912-1916) e no governo de Altino Arantes (1916-1920), foi secretário de Negócios da Justiça (1/11/1913 a 14/12/1918), esteve também à frente da Secretaria de Segurança Pública, e ainda acumulou a pasta da Agricultura nos últimos três meses de sua gestão. No período, a Segurança Pública de São Paulo passava por ampla reformulação, baseada em convênio que trouxe a Missão Militar francesa ao estado.

Em 1919 foi novamente eleito deputado federal, iniciando nova sucessão de mandatos que só se encerraria com a Revolução de 1930. Apresentou então o projeto que o tornaria conhecido como “o pai da previdência social” no Brasil. A iniciativa foi transformada no Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, conhecido como “Lei Elói Chaves”, assinado pelo então presidente Artur Bernardes (1922-1926). O decreto criava a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, considerada o embrião do Instituto Nacional de Previdência Social, e a primeira aposentadoria foi concedida menos de três meses após sua aprovação, em 14 de abril.

Com o fechamento dos órgãos legislativos do país pela Revolução de outubro de 1930,

afastou-se da vida pública e passou a se dedicar aos seus negócios. Fazendeiro com diversos empreendimentos em Jundiaí, também ganhou notoriedade como empresário do setor de energia elétrica, aquele que mais construiu usinas hidrelétricas no país, expoente da iniciativa privada nacional no início do século XX. Em sociedade com Rodrigo Alves, fundou a Empresa Luz e Força de Jundiaí, em 1902, e construiu as hidrelétricas Monte Serrat e Quilombo, no rio Jundiaí, em 1914. Seu conglomerado de usinas cresceu rapidamente, e em 1912 adquiriu a Companhia de Rio Claro, que passou a se chamar Sociedade Anônima Central Elétrica Rio Claro (Sacerc) e promoveu a construção de nove hidrelétricas, uma usina térmica, mais de mil quilômetros de linhas de transmissão e cerca de quinhentos quilômetros de linhas de distribuição, servidas por 17 subestações estabelecidas no interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Em 1923, passou a controlar a Empresa Água, Força e Luz de Mogi Mirim e, em 1926, associou-se à Empresa Melhoramentos de Mogi Guaçu. No entanto, não resistiu à concorrência dos grupos internacionais Light & Power e American & Foreign Power (Amforp), que exerciam um virtual controle da produção e distribuição de energia elétrica no país, e vendeu a empresa para o grupo da Light em 1927.

Seu pioneirismo e esforço na geração e distribuição de energia elétrica renderam-lhe diversas homenagens. Recebeu título de cidadão das cidades de Rio Claro e Jundiaí, onde tinha negócios, e em 1980 a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE) instituiu a Medalha Elói Chaves, conferida à concessionária brasileira que, no período de um ano, registrar o menor número de acidentes. Suas empresas legaram rico acervo arquitetônico, como a Usina do Corumbataí, em Rio Claro, onde foi encontrada, sob a estátua de Elói Chaves, uma cápsula do tempo, datada de 1960, contendo diversos documentos. Esse patrimônio cultural hoje integra o acervo da Fundação Energia e Saneamento. Seu nome foi dado a uma escola pública em Jundiaí e a diversas ruas em cidades do interior de São Paulo.

Morreu em 18 de abril de 1964.

Era casado com Almerinda Mendes Pereira.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); Dicionário de ruas. Disponível em: <<http://www.dicionarioderuas.com.br/>>; FUND. EN. SAN. Disponível em: <<http://www.energiaesaneamento.org.br/noticias/detalhe.php?uidn=54>>; Jornal Campos do Jordão. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/jornaldecampos/497/prev.htm>>; Pindavale. Disponível em: <<http://www.pindavale.com.br/filhosilustres/eloychaves.asp>>; Requerimento nº 151/1964, aprovado na Assembleia Legislativa de São Paulo.

CHAVES, Eurico de Castro

*dep. fed. PE 1927-1929.

Eurico de Castro Chaves nasceu em Recife no dia 29 de novembro de 1878, filho de Belerofonte Cândido de Castro Chaves e de Maria da Conceição Pereira do Rego de Castro Chaves. Seu pai foi professor de humanidades de vários colégios de Recife, e seu avô materno, o conselheiro Vicente Pereira do Rego, foi professor da Faculdade de Direito do Recife e um dos primeiros professores de direito administrativo no Brasil.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 15 de dezembro de 1902 e logo passou a advogar. Em 16 de outubro de 1904 casou-se com Francisca Lessa Ferreira, conhecida como Chiquita, filha de Antiógenes Afonso Ferreira, coronel da Guarda Nacional e vereador no município de Água Preta (PE), e de Francisca Miliana da Silveira Lessa, filha do barão de Gravatá, proprietário de diversos engenhos em Pernambuco. Após o casamento tornou-se proprietário do engenho Vênus, situado em Água Preta. O casal teve dez filhos, mas três faleceram antes de completar um ano de idade.

Iniciou sua carreira política como oficial de gabinete de Estácio Coimbra quando este assumiu interinamente o governo de Pernambuco, de setembro a dezembro de 1911. Foi deputado estadual por duas legislaturas (1914-1918 e 1918-1922) e, durante o governo de Sérgio Loreto (1922-1926), foi líder do governo no Senado estadual.

Membro do Partido Republicano de Pernambuco (PRP), em 1927 foi eleito deputado federal e a partir de maio ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Como deputado defendeu o governo do então governador de Pernambuco, Estácio Coimbra (1926-1930), de quem era amigo e compadre. Também durante a administração de Coimbra, seu filho mais velho, Antiógenes, junto com Gilberto Freire, foi oficial de gabinete do governador. Em 1929, foi cogitado para ser candidato a governador de Pernambuco, mas o indicado oficialmente pelo PRP foi José Maria Belo. No final de 1929, renunciou ao mandato de deputado federal e voltou para o Recife.

No início de 1930, quando Batista Luzardo esteve no Recife a fim de conseguir adesões

para o movimento oposicionista em defesa da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, foi um dos procurados o político gaúcho. Além de não aceitar participar do movimento oposicionista, disse ao líder gaúcho que só tinha um chefe político, que era Estácio Coimbra. Coerente com suas alianças partidárias, opôs-se à Revolução de 1930.

No campo jornalístico, foi redator do *Diário de Recife* e colaborador do jornal *Estado de Pernambuco* e da revista *Congresso Acadêmico*.

Faleceu em Recife no dia 9 de julho de 1958.

Um de seus filhos, Nelson Ferreira de Castro Chaves, foi cientista, médico, professor da Universidade Federal de Pernambuco e secretário de Saúde e Assistência Social do estado de Pernambuco de 1949 a 1951, no governo de Barbosa Lima Sobrinho. Outro filho, Eurico de Castro Chaves Filho, foi juiz do trabalho e em 1932, ainda como estudante de direito, viajou para São Paulo para lutar na Revolução Constitucionalista; outro filho, José Ferreira de Castro Chaves, foi engenheiro e trabalhou na construção do Catetinho, da Granja do Ipê e do prédio do Banco do Brasil em Brasília; Antiógenes Ferreira de Castro Chaves, o filho mais velho, advogado, usineiro, empresário, diretor do *Diário de Pernambuco*, foi um dos líderes da União Democrática Nacional (UDN) em Pernambuco e secretário de Justiça durante o governo de Cid Sampaio (1958-1962); uma das suas netas, Dulce Chaves Pandolfi, filha de Carmen de Castro Chaves e de Luís Pandolfi, advogado e professor da Faculdade de Direito do Recife, é historiadora, professora do Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas e diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ARQ. FAM.; ARQ. PUB. DF. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=9982&btImprimir=SIM>. Acesso em: 13/6/2011; Biblioteca digital jurídica. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/handle/2011/20157>>. Acesso em: 13/6/2011; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FUND. JOAQUIM NABUCO. Disponível em:

<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=202&Itemid=193>. Acesso em: 13/6/2011; NASCIMENTO, L. *História* (v.2, 3, 6). .

CHAVES, Ferreira

* junta gov. RN 1891-1892; gov. RN 1896-1900; sen. RN 1900-1914; gov. RN 1914-1920; sen. RN 1920; min. Marinha 1920-1921; min. Justiça 1921-1922; sen. RN 1923-1930.

Joaquim Ferreira Chaves Filho nasceu em Recife no dia 15 de outubro de 1852, filho de Joaquim Ferreira Chaves e de Clara Maria de Lacerda Ferreira Chaves.

Recebeu o diploma de bacharel na Faculdade de Direito do Recife em 1873. No ano seguinte foi nomeado promotor público em Palmares (PE), mas pouco depois foi transferido para a comarca de Maioridade, hoje Martins (RN). Em 1877 foi nomeado juiz municipal e de órfãos de Pau dos Ferros (RN) e dez anos depois tornou-se juiz de direito de Trairi, hoje Santa Cruz (RN). Em 1891 foi nomeado juiz de casamentos em Natal.

Tendo-se aproximado de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, foi nomeado juiz federal por influência deste, mas sua nomeação foi cassada por Francisco Amintas da Costa Barros, governador do estado (2 de março a 13 de junho de 1891) indicado pelo presidente Deodoro da Fonseca. Já no governo de Miguel Joaquim de Almeida Castro, aliado de Amintas Barros eleito pelo Congresso Constituinte estadual e empossado em 9 de setembro de 1891, liderou, junto com o antecessor de Amintas Barros, Manuel do Nascimento Castro e Silva, e mais outros correligionários de Pedro Velho, uma conspiração para derrubar o governador. Em 28 de novembro Miguel Castro foi deposto, preso e deportado para o Ceará. Ferreira Chaves foi então escolhido para compor, com Francisco de Lima e Silva e Nascimento Castro, uma junta governativa que deveria instalar um novo Congresso Constituinte estadual. Após cumprir sua missão, a junta entregou o governo em 22 de fevereiro de 1892 ao presidente do Congresso estadual, Jerônimo Américo Raposo da Câmara, o qual, por sua vez, o repassou em 28 de fevereiro a Pedro Velho, eleito governador pelos congressistas. Ainda em 1892, Pedro Velho instalou o Superior Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e designou Ferreira Chaves como um de seus desembargadores.

Em 1895 Ferreira Chaves foi escolhido por Pedro Velho para ser seu sucessor no governo do Rio Grande do Norte. Eleito, tomou posse em 25 de março de 1896. Em seu governo possibilitou que a família Albuquerque Maranhão se consolidasse

definitivamente no poder, uma vez que nomeou, contratou e facilitou a ascensão de muitos de seus membros. Em 1898, por exemplo, reformou a Constituição estadual, baixando a idade mínima exigida para o cargo de governador de 35 para 25 anos. Assim, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, irmão de Pedro Velho, pôde ser eleito governador em 1899 com apenas 26 anos, o mesmo ocorrendo em 1903 com Augusto Tavares de Lira, genro de Pedro Velho, então com 31 anos. Segundo Ferreira Chaves, o estado continuou sendo governado por Pedro Velho.

Também em 1898, com o crescimento da oposição, Ferreira Chaves aposentou por decreto cinco desembargadores mais cinco juízes, entre eles o presidente do Partido Republicano Constitucional. Com a morte em 1899 de Almino Álvares Afonso, abriu-se uma vaga no Senado. Embora Ferreira Chaves desejasse a vaga, não queria renunciar ao governo. Articulou então, junto com Pedro Velho, a eleição de Francisco Gomes da Rocha Fagundes, antigo correligionário do Partido Republicano, apenas para guardar a cadeira no Senado até sua desincompatibilização, que ocorreria em 25 de março de 1900. Assim, Rocha Fagundes, que foi empossado em 20 de abril de 1900, renunciou em 10 de julho, abrindo a vaga para que Ferreira Chaves pudesse ser eleito e empossado em 25 de agosto. Em 1903, Ferreira Chaves foi reeleito para um mandato de nove anos. Participou várias vezes da Mesa do Senado e atuou nas comissões de Constituição, Poderes e Diplomacia, e de Constituição e Justiça. Aproveitou para ligar-se estreitamente a José Gomes Pinheiro Machado, amizade que seria determinante para seu futuro político.

Em 1914, quando se passou a discutir a sucessão do governador Alberto Maranhão, que então encerrava seu segundo governo, o nome preferido no partido era o de Augusto Tavares de Lira. Contudo, um dado novo surgira na política nacional: o salvacionismo. No Rio Grande do Norte o capitão José da Penha Alves de Sousa se arvorou em defensor da candidatura de Leônidas Hermes da Fonseca, filho do presidente da República, apoiado pelo Partido Republicano Constitucional. Em face da grande agitação produzida no estado, passou-se a defender no antigo Partido Republicano uma candidatura que não fosse ligada por laços familiares a Alberto Maranhão. Ferreira Chaves, que tinha o apoio de Pinheiro Machado e credenciais de fidelidade incontestáveis, surgiu então como o candidato ideal. Não deixou, contudo, de ser lembrado por Tavares de Lira de que estava lhe guardando a vaga, como informa Itamar de Souza.

Depois de eleito e empossado em 25 de março de 1914, Ferreira Chaves não apenas não renunciou, como passou a desmontar todo o aparato que havia possibilitado aos “pedrovelhistas” dominar a cena política do estado. Logo extinguiu vários cargos públicos e suspendeu os contratos que beneficiavam os “pedrovelhistas”, entre os quais o monopólio do sal e o monopólio da carne verde. Em 1916 reformou a lei eleitoral do estado, tornando inelegíveis para o cargo de governador os parentes consanguíneos e afins, até o terceiro grau, do governador do quadriênio em curso ou do quadriênio anterior; e inelegíveis para deputado os magistrados, governadores, funcionários federais remunerados e o chefe de polícia. Depois, manejando a máquina governamental, elegeu seu próprio candidato ao governo do estado, o senador Antônio José de Melo e Sousa, que tomou posse em 25 de março de 1920 e, por sua vez, cedeu-lhe a vaga no Senado. Entretanto, como o então presidente Epitácio Pessoa desejava contar com Tobias do Rego Monteiro no Senado, nova articulação entrou em pauta: em troca da vaga de senador, Ferreira Chaves foi indicado para o Ministério da Marinha e depois para o Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores. Ocupou a pasta da Marinha de 20 de outubro de 1920, quando substituiu Raul Soares, a 12 de setembro de 1921, quando foi substituído por João Pedro da Veiga Miranda, e em seguida assumiu a da Justiça, no lugar de Alfredo Vieira de Melo, até 15 de novembro de 1922, quando entrou em seu lugar João Luís Alves.

Em 1923 Ferreira Chaves obteve pela terceira vez a indicação do Partido Republicano para concorrer ao governo do Rio Grande do Norte. Mas, dessa vez, a chamada “facção do Seridó”, apoiada pelo presidente da República Artur Bernardes e reorganizada pelos deputados federais Juvenal Lamartine de Faria e José Augusto Bezerra de Medeiros, conseguiu destituí-lo da chefia do partido e indicar José Augusto para governador. Por conseguinte, a única saída que restou a Ferreira Chaves foi voltar para o Senado na vaga de Tobias Monteiro, que renunciou, permitindo que fosse eleito naquele mesmo ano. Em 1924 Ferreira Chaves foi reeleito para um mandato de nove anos, mas com a Revolução de outubro de 1930 e a dissolução de todos os órgãos legislativos do país, afastou-se da política.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 12 de março de 1937.

Casou-se duas vezes. Da primeira vez, com Alexandrina Barreto Ferreira Chaves, com quem teve quatro filhos; da segunda vez, com Maria Ferreira Chaves, com quem

teve um filho.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CARDOSO, R. *Memórias*; CASCUDO, L. *Governo*; MAIA, A. *Parlamentares*; SOUZA, I. *República*.

CHAVES, Filipe Firmino Rodrigues

* militar; min. Mar. 1893-1894.

Filipe Firmino Rodrigues Chaves nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 11 de outubro de 1838, filho de Filipe Rodrigues Chaves e de Maria do O.

Ainda jovem ingressou na Marinha, tornando-se aspirante a guarda-marinha em 1º de março de 1854 e guarda-marinha em 2 de dezembro de 1856. Promovido a segundo-tenente em 23 de novembro de 1858, a primeiro-tenente em 2 de dezembro de 1862, e a capitão-tenente em 22 de fevereiro de 1867, participou da Guerra do Paraguai (1864-1870), que foi o conflito externo de maior repercussão na América do Sul, não só pela mobilização e perda de homens, mas também por seus aspectos políticos e financeiros. O confronto entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai representou de fato um divisor de águas para a história desses países. No caso argentino e uruguaio, a guerra influenciou a consolidação de seus respectivos Estados nacionais. Para o Paraguai, o conflito deflagrou uma enorme crise econômica e social, tornando a economia paraguaia um satélite da economia da Argentina. Já para o Brasil, a Guerra do Paraguai representou o apogeu da força militar brasileira, mas, paradoxalmente, acirrou as contradições da monarquia.

Por sua atuação na Guerra do Paraguai, Filipe Firmino Rodrigues Chaves foi condecorado com as medalhas da Campanha Oriental de 1865, do Paraguai e do Combate do Riachuelo. Receberia ainda a medalha do Mérito Militar e as comendas de cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, de oficial da Ordem de Aviz e de oficial da Ordem da Rosa. Foi promovido a capitão de fragata em 28 de dezembro de 1876 e a capitão de mar e guerra em 31 de janeiro de 1885.

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis, derrubou o Império e proclamou a República no Brasil. Transcorridos os governos provisório (1889-1891) e constitucional (25 de fevereiro a 23 de novembro de 1891) de Deodoro da Fonseca, que

renunciou e foi substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto, Filipe Firmino Rodrigues Chaves foi promovido contra-almirante em 21 de dezembro de 1891.

O governo de Floriano Peixoto foi marcado pelo autoritarismo, por fortes tensões políticas e por uma perseguição implacável aos opositores. A Constituição de 1891 previa novas eleições caso a presidência ficasse vaga antes de decorridos dois anos da posse do titular. Contudo, Floriano Peixoto estava decidido a permanecer no cargo até o fim do período, o que provocou uma acirrada oposição em diversas esferas da sociedade. Em março de 1892, um grupo de 13 oficiais-generais do Exército e da Marinha assinou um manifesto, que ficou conhecido como “Manifesto dos 13 Generais”, exigindo a imediata convocação de eleições. Diante da ameaça de sedição, o presidente decretou o estado de sítio e reprimiu duramente o movimento, ordenando a prisão e a reforma de seus líderes. Em pouco tempo, o próprio ministro da Marinha, almirante Custódio de Melo, passou a divergir fortemente do presidente. Assim, em 30 de abril de 1893, exonerou-se e juntou-se aos opositores do governo. Filipe Firmino Rodrigues Chaves assumiu então seu lugar.

Durante sua gestão no Ministério da Marinha, enfrentou, a partir de setembro de 1893, a Revolta da Armada, liderada pelo próprio almirante Custódio de Melo. No que tange à renovação dos meios flutuantes, incorporou as torpedeiras *Gustavo Sampaio*, *Pedro Ivo*, *Pedro Afonso*, *Silvado*, *Silva Jardim*, *Bento Gonçalves*, *Tamborim* e *Sabino Vieira*, além dos transportes *Andrada* e *Niterói* e do navio-auxiliar *Pereira da Cunha*. Em 5 de janeiro de 1894 transmitiu o cargo Francisco José Coelho Neto, e em 30 de dezembro foi promovido a vice-almirante. Em 11 de dezembro de 1898, foi transferido para a reserva da Marinha.

Durante sua longa carreira militar, comandou o vapor *Ipiranga* (interinamente), o brigue-barca *Itamaracá*, a canhoneira *Araguaia*, o transporte *Leopoldina*, a corveta *Trajano*, o monitor *Javari*, o cruzador *Almirante Barroso* (interinamente), a galeota *Imperial*, o cruzador *Guanabara* e a galeota *Quinze de Novembro*, além do Batalhão Naval, do Arsenal de Marinha de Pernambuco e da Divisão de Cruzadores (interinamente). Foi ainda intendente da Marinha, comandante em chefe da Esquadra em expedição ao estado de Mato

Grosso e chefe da Repartição da Carta Marítima do Brasil (criada a partir da fusão das repartições dos Faróis, de Hidrografia e de Meteorologia). Foi também assistente no Comando Geral da Armada, instrutor da Escola Prática de Artilharia, subchefe do Estado-Maior General e membro efetivo e vice-presidente do Conselho Naval.

Faleceu em 5 de abril de 1902.

Publicou *Defesa do imediato da canhoneira Parnaíba no combate do Riachuelo* (1867).

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1 e 2); *Biografias dos ministros*; BLAKE, A. *Diccionario* (v.2); DORATIOTO, F. *Maldita*; MUS. IMPERIAL. Disponível em: www.museuimperial.gov.br; SOUSA, J. *Índice*

CHAVES, João.

*dep. fed. PA 1912-1914.

João Chaves foi eleito deputado federal pelo Pará e exerceu seu mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de 17 de maio de 1912 a 31 de dezembro de 1914.

Adrianna Setemy

FONTE: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CHAVES, Lopes

*dep. geral SP 1872-1875; const. 1891; dep. fed. SP 1891-1893 e 1903-1909.

Joaquim Lopes Chaves nasceu em Jacareí (SP) em 15 de janeiro de 1833, filho do comendador Francisco Alves Chaves, barão de Santa Branca, e de Gertrudes de Carvalho Lopes Chaves. Seu pai era irmão de Licínio Lopes Chaves, barão de Jacareí, de Francisco Lopes Chaves, segundo barão de Santa Branca, e de Marcelina Lopes Chaves, casada com Américo Brasiliense, que foi governador de São Paulo em 1891.

Fez seus primeiros estudos em Jacareí e em seguida mudou-se para capital da província para cursar a Faculdade de Direito de São Paulo, onde se graduou em ciências jurídicas e sociais em 1856. Depois de formado estabeleceu-se em Taubaté e vinculou-se ao Partido Liberal, aproximando-se mais tarde do Partido Conservador. Foi vereador por muitos anos, presidente da Câmara Municipal, responsável pela administração da cidade e ainda inspetor da Instrução Pública.

Foi provavelmente o deputado provincial paulista com o maior número de mandatos, já que ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa em dez legislaturas, nos períodos de 1858 a 1861, de 1870 a 1879, e de 1884 a 1889. Também foi o deputado que por maior número de anos exerceu a presidência da casa: de 4 de fevereiro de 1874 a 13 de fevereiro de 1875, e de 6 de fevereiro 1877 a 4 de março de 1880. Integrou ainda diversas comissões: de Estatística (1858 e 1859); de Constituição, Justiça e Força Policial (1859 a 1861); de Orçamentos e Contas das Câmaras Municipais (1860 e 1861); da Fazenda e Contas (1870, 1871, 1884 a 1889); de Obras Públicas (1872 e 1873); e de Redação (1884 e 1885). Concomitantemente, foi deputado geral por São Paulo entre os anos de 1872 e 1875. Embora conservador, no final do Império rompeu com a monarquia e apoiou a proclamação da República.

Já sob o regime republicano, integrou comissão que ficou responsável por organizar um projeto para regularizar a vida econômica do estado de São Paulo. Em 1890 foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte e exerceu o mandato entre 15 de novembro

daquele ano e 31 de dezembro de 1893. Duas vezes eleito senador estadual, iniciou o primeiro mandato em 1894, e o segundo em 1901. Dedicado ao estudo das finanças, fez parte da Comissão de Fazenda do Senado do Congresso Legislativo de São Paulo entre 1895 a 1902, e presidiu também os trabalhos de revisão da Constituição de São Paulo, em 1901. Não concluiu porém o segundo mandato no Senado paulista, pois em 1903 foi eleito para o Senado Federal, na vaga aberta por Paula Sousa.

Faleceu em São Paulo em 4 de agosto de 1909.

Era casado com Ana Domingos de Castro, filha dos barões de Paraitinga, com quem teve duas filhas.

Em sua homenagem seu nome foi dado a uma rua no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (5/8/1909); FONSECA, A; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; RIBEIRO, J. *Chronologia*.

CHERMONT, ABEL

*dep. fed. PA 1918-1920; rev. 1930; junta gov. PA 1930; const. 1934; sen. PA 1935-1936 e 1937.

Abel de Abreu Chermont nasceu em Belém no dia 21 de junho de 1887, filho de Francisco Leite Chermont e de Ester Pombo da Gama e Abreu Chermont. Pertencia a uma tradicional família paraense, de grande influência na vida política do país. Seu avô por parte de pai, Antônio Lacerda Chermont, visconde de Arari, distinguiu-se como primeiro vice-presidente da província do Pará no período de 1866 a 1868. Justo Leite Chermont, irmão de seu pai, foi figura de grande destaque na política. Proclamada a República, tornou-se o primeiro governador do Pará, de 1889 a 1891; foi ainda ministro das Relações Exteriores em 1891 e senador pelo Pará nos períodos de 1894-1909 e 1921-1926. Outro de seus tios, Pedro Leite Chermont, foi constituinte em 1891 e deputado federal nos períodos 1891-1893 e 1897-1902. Mário Midosi Chermont, seu primo, foi membro da junta governativa do Pará em 1930, constituinte em 1934 e deputado federal pelo Pará de 1935 a 1937.

Abel Chermont iniciou seus estudos no Dulwich College, em Londres, e cursou também a Universidade de Kiel, na Alemanha. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Iniciou suas atividades políticas em 1905, quando ingressou no Partido Republicano Federal (PRF). Criado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1897, o partido seria organizado um ano depois no Pará, a partir de uma dissidência do Partido Republicano Paraense (PRP), sob a direção dos senadores Lauro Sodré e Cipriano José dos Santos. Abel Chermont teve participação ativa na campanha desenvolvida por seu partido contra o domínio exercido sobre a política estadual pelo PRP, que, entre seus próceres mais representativos, contava com Antônio José Lemos, então intendente municipal (cargo correspondente ao de prefeito) de Belém. O acirramento da luta partidária levou, em 1912, ao afastamento de Antônio Lemos da intendência de Belém.

Ainda em 1912, Eneias Martins foi escolhido, como candidato de conciliação entre os dois partidos, para assumir a presidência do estado no quadriênio 1913-1917. Em 1916, iniciadas as articulações políticas em torno da sucessão estadual, Abel Chermont liderou o movimento responsável pela deposição de Eneias Martins (27/12/1916), o que assegurou a ascensão do líder do PRF, Lauro Sodré, à presidência do estado em 1º de fevereiro de 1917. Durante esse período, Chermont fundou e dirigiu em Belém o *Diário da Tarde* e o *Diário*

do Estado.

Eleito deputado federal pelo Pará na legenda do PRF em 1918, Chermont exerceu o mandato até o fim daquela legislatura, em 1920. No ano seguinte, a convite do senador Cipriano José dos Santos, assumiu o cargo de prefeito de Belém. Em 1922, participou da campanha de Artur Bernardes para a presidência da República. Em 1925, quando Dionísio Ausier Bentes assumiu o governo estadual, desligou-se do PRF, no qual militara durante quase 20 anos.

Desde o início da campanha da Aliança Liberal, em junho de 1929, Chermont destacou-se como um de seus principais organizadores no Pará, ao lado de seu primo Mário Chermont, do professor Bruno Lobo, do general Frutuoso Mendes e do major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Por ocasião da convenção nacional em que a Aliança Liberal oficializou o lançamento de seus candidatos à presidência e à vice-presidência da República, realizada na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1929, Abel Chermont representou seu estado natal juntamente com Mário Chermont e com o professor Bruno Lobo.

O PÓS-1930 NO PARÁ

Desencadeada a Revolução de 1930 em princípios do mês de outubro, Abel Chermont tornou-se um dos líderes do movimento revolucionário no Pará, tendo participado do assalto ao rebocador *Vanda*, atracado no porto de Belém. Nessa ocasião, foram apreendidos e trazidos para a cidade produtos inflamáveis e caixas de munição que se achavam estocados na fortaleza da Barra. Ao ser descarregado o material na cidade, a polícia, já avisada, confiscou-o e prendeu os autores do ataque.

Consolidada a vitória da Revolução em 24 de outubro de 1930, o governo estadual passou às mãos dos revolucionários paraenses, constituindo-se imediatamente uma junta provisória da qual Abel Chermont fazia parte, ao lado do tenente Ismaelino de Castro e de Mário Chermont. Essa junta, que atuaria por dois dias apenas — de 24 a 26 de outubro — foi substituída por outra, até constituir-se um governo provisório, chefiado pelo tenente Magalhães Barata, que seria nomeado interventor federal no Pará, função pela qual respondeu até abril de 1935.

Abel Chermont foi um dos primeiros a inscrever-se no Clube 3 de Outubro, organização de

gunho tenentista criada em maio de 1931 no Rio de Janeiro com o objetivo de defender os princípios revolucionários. Em novembro desse ano, ao ser criado no Pará o Clube Político Beneficente 24 de Outubro, igualmente defensor dos ideais revolucionários, foi eleito por aclamação presidente de honra da entidade, ao lado do interventor Magalhães Barata. Ainda em 1931, participou da constituição do Partido Liberal Paraense (PLP), fundado em 6 de dezembro por iniciativa de Magalhães Barata, integrando a primeira diretoria da agremiação ao lado de José Carneiro da Gama Malcher, Mário Chermont e outros.

No pleito de 3 de maio de 1933, o PLP elegeu para a Assembleia Nacional Constituinte todos os representantes do Pará, entre os quais se encontrava Abel Chermont, além de Mário Chermont, o padre Leandro do Nascimento Pinheiro, Clementino de Almeida Lisboa, o tenente Luís Geolás de Moura Carvalho, Rodrigo da Veiga Cabral e Joaquim Pimenta de Magalhães.

Logo após a instalação da Assembleia, em 15 de novembro de 1933, foi encaminhada a plenário a nomeação de uma comissão constitucional formada por representantes de todas as bancadas estaduais e por representantes classistas, num total de 26 deputados. A Comissão dos 26, como ficou conhecida, foi incumbida de estudar o anteprojeto de Constituição apresentado pelo governo e as emendas a ele propostas. Chermont, líder da bancada paraense na Constituinte, foi designado representante do Pará na comissão, nela permanecendo até a conclusão dos trabalhos, em 14 de março de 1934. Coube-lhe a função de relator do capítulo “Do Poder Legislativo” do projeto constitucional.

Durante as discussões acerca do projeto, Chermont compareceu a uma reunião na residência do ministro Juarez Távora, em 7 de maio, da qual participaram cerca de 20 parlamentares e na qual se debateram os pontos do capítulo I do projeto constitucional, apresentando-se ainda algumas modificações. O político paraense participou ainda do comitê legislativo nomeado no dia 8 de junho por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente da Assembleia, para debater a questão de se transformar ou não a Constituinte em Câmara Legislativa ordinária. A decisão de não fazê-lo foi tomada no dia 18 de junho, em reunião realizada no gabinete de Antônio Carlos, a que compareceram os líderes dos principais partidos, entre os quais Abel Chermont.

Nas eleições de 14 de outubro de 1934, o PLP elegeu quatro deputados federais e 21 deputados estaduais, obtendo assim maioria na Assembleia Constituinte estadual, que, por

sua vez, iria encarregar-se de eleger o governador do estado e dois senadores. O PLP lançou como candidato a governador o interventor Magalhães Barata, mas um grupo formado por Abel Chermont, Mário Chermont (eleito deputado federal no pleito de outubro) e mais sete deputados estaduais decidiu não apoiar essa candidatura.

O grupo dissidente reuniu-se então aos deputados da Frente Única Paraense (FUP), partido de oposição ao interventor criado em 1934, formando assim na Assembleia estadual uma maioria que apoiava a candidatura do deputado federal Mário Chermont ao governo do estado. Quando da instalação da Constituinte estadual, em 4 de abril de 1935, os dissidentes do PLP asilaram-se no quartel-general da 8ª Região Militar ante as ameaças de violência por parte do interventor, e apresentaram ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) dois pedidos de *habeas-corpus* para que pudessem exercer livremente e com segurança seu direito de voto.

Abel Chermont telegrafou então a Getúlio Vargas para solicitar garantias à candidatura de Mário Chermont, recebendo no mesmo dia uma resposta que dizia estarem tais garantias asseguradas, inclusive por compromisso do próprio interventor. Entretanto, o presidente da Assembleia, Ápio Medrado, do PLP, reuniu a Constituinte ainda no dia 4, convocando vários suplentes para substituir os dissidentes refugiados na 8ª RM. Desse modo, o interventor Magalhães Barata foi eleito governador constitucional do estado. Todavia, a maioria oposicionista procurou anular essas eleições por meios legais, enquanto Abel Chermont tornava a se dirigir a Vargas, protestando contra o caráter ilegal do pleito.

Conseguindo convocar novamente a Constituinte para o dia 5 de abril, os deputados dissidentes dirigiam-se para a Assembleia quando foram atacados a tiros pela polícia, sendo gravemente feridos três deputados e mortos vários populares. Pela terceira vez, Chermont telegrafou imediatamente a Vargas para protestar contra a violência de que a oposição fora vítima. Em resposta, o governo federal substituiu o interventor Magalhães Barata pelo major Roberto Carneiro de Mendonça, que convocou novas eleições para o dia 29 de abril, conseguindo um candidato de compromisso, José Carneiro da Gama Malcher, também do PLP, que foi afinal eleito. Na mesma ocasião, elegeram-se senadores Abel Chermont e Abelardo Conduru, ambos dissidentes do PLP.

Em 15 de junho de 1935, a FUP e os dissidentes do PLP se uniram para fundar o Partido Popular do Pará (PPP), de apoio ao governo de José Carneiro da Gama Malcher. Ainda

naquele ano, porém, alguns membros do PPP se desligariam da agremiação para reintegrar a FUP, enquanto os restantes fundavam a União Popular do Pará (UPP), apoiada por Abel Chermont.

SENADOR OPOSICIONISTA

Em 3 de maio de 1935, Abel Chermont tomou posse no Senado Federal, inaugurando-se então uma nova fase em sua atividade política. Sua atuação no Senado foi marcada pela adesão à Minoria Parlamentar, coligação dos partidos estaduais contrários ao governo de Vargas. Constituída em janeiro, a Minoria Parlamentar opusera-se ao projeto da Lei de Segurança Nacional, finalmente promulgada em abril, facultando ao governo o emprego de medidas repressivas excepcionais.

Em julho, a Minoria Parlamentar pronunciou-se contra o fechamento pelo governo da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente ampla aglutinada em torno de um programa que propunha a luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. A ANL, praticamente controlada desde seu fechamento pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), passou a atuar na clandestinidade, e a repressão do governo às suas atividades recrudesceu. Diante desse quadro, alguns dos integrantes da Minoria Parlamentar, entre eles Abel Chermont, fundaram no dia 11 de novembro o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares, lançando manifesto contra a Lei de Segurança Nacional.

Ainda em novembro, nos dias 23 e 24, irromperam em Natal e em Recife levantes promovidos pelos comunistas, suscitando uma escalada nas medidas de exceção. No dia 25, o governo apresentou ao Congresso um pedido de decretação de estado de sítio em todo o território nacional. Chermont protestou com veemência contra a medida, alegando que os focos de insurreição se restringiam, naquele momento, a Pernambuco e ao Rio Grande do Norte, sendo portanto uma inconsequência colocar todo o país em regime de exceção. No dia 27, eclodiu novo levante, desta vez no Rio de Janeiro. Seguiu-se uma verdadeira onda de prisões políticas. Chermont denunciou no Senado os abusos e violências da reação anticomunista, protestando contra o tratamento dispensado aos presos pela polícia.

Em 2 de março de 1936, após entendimentos com o deputado João Mangabeira, Chermont impetrou *habeas-corpus* em favor de Harry Berger, militante alemão enviado ao Brasil pela

Internacional Comunista para dar assistência ao PCB e que fora preso em dezembro do ano anterior. No dia 21 do mesmo mês, o próprio Abel Chermont foi preso, juntamente com os deputados Domingos Velasco, Abguar Bastos, João Mangabeira e Otávio da Silveira, todos integrantes do Grupo Pró-Liberdades Populares. Em 7 de julho, a Câmara autorizou a suspensão das imunidades dos parlamentares detidos, dando-se assim seguimento ao processo movido contra eles. Os cinco permaneceriam presos até seu julgamento, realizado em 12 de maio de 1937, quando Chermont foi absolvido.

Graciliano Ramos, em seu livro *Memórias do cárcere*, referiu-se à prisão de Abel Chermont, dizendo haver sido ele “arrancado violentamente de casa, entrado em luta física desigual, levado a braços como um fardo resistente, metido no cárcere e aguentado sevícias, por se haver oposto, no Senado, aos desmandos selvagens da ditadura policial reinante”. O escritor reportou-se ainda à prisão de Francisco Chermont, filho do senador, tendo com ele se avistado na Casa de Detenção, no Rio de Janeiro: Francisco assistira à prisão do pai e, “antes de recobrar-se do susto, fora preso e encafuado entre nós, por causa dos discursos do pai; iria interromper o seu curso de direito, no último ano. Não chegou a largar o fato de casimira bem talhado, calçar tamanco, desamarrar a gravata, aclimar-se aos nossos hábitos simples em demasia”. Após permanecer cerca de uma semana na Casa de Detenção, o filho de Chermont foi enviado à Colônia Correccional, na ilha Grande, de onde retornaria extremamente abatido.

Segundo inquérito realizado pela polícia do então Distrito Federal, Chermont foi acusado de haver constituído um comitê a serviço de Luís Carlos Prestes, juntamente com os demais parlamentares presos. Acusaram-no, ainda, de haver procurado o funcionário da polícia, Israel Souto, diretor-geral de Comunicação e Estatística, a fim de conseguir permissão para reeditar o jornal *A Manhã*, órgão identificado com a orientação da ANL e do PCB que fora suspenso em 27 de novembro de 1935. Outra acusação lhe seria feita a partir do depoimento de Esdras Alves de Melo, membro da ANL, segundo o qual o interesse pela defesa de Berger visava a transferi-lo de prisão para facilitar-lhe a fuga. Em depoimento prestado logo após sua prisão, Chermont negou todas essas acusações, declarando nunca haver sido membro do PCB ou da ANL, bem como desconhecer o movimento armado de 1935 e dele jamais haver participado. Quanto à defesa de Berger, afirmou o acusado que com ele não mantinha qualquer tipo de ligação, conhecendo-o apenas da audiência

realizada na Casa de Detenção após haver impetrado o *habeas-corpus* em seu favor.

Logo após sua libertação em maio de 1937, Abel Chermont dirigiu-se ao Senado, onde denunciou os procedimentos das autoridades, relatando haver sido preso por 16 detetives que obrigaram sua mulher e dois filhos menores a acompanhá-lo à polícia, onde foi espancado. Reocupou seu posto no Senado e exerceu o mandato até 10 de novembro de 1937, quando, com a decretação do Estado Novo, foram fechados todos os órgãos legislativos do país.

O NACIONALISMO RADICAL

Durante a década de 1940, Chermont passou a defender uma posição nacionalista radical, o que lhe custou diversas perseguições políticas. Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, candidatou-se a senador pelo Distrito Federal na legenda do PCB, ao lado de Luís Carlos Prestes, mas foi derrotado por Hamílton Nogueira, candidato da União Democrática Nacional (UDN). Em 19 de janeiro de 1947, foi eleito suplente de Prestes no Senado, mas não chegou a exercer o mandato, pois, em 7 de maio daquele ano, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou o registro do PCB e, em 10 de janeiro do ano seguinte, o Congresso declarou extintos os mandatos de todos os parlamentares eleitos por aquele partido.

Ainda em 1947, Chermont depôs na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os crimes do Estado Novo, presidida por Plínio Barreto, denunciando diversas arbitrariedades cometidas pelo governo Vargas.

Quando da organização definitiva do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), em 1949, integrou sua primeira comissão diretora, ocupando esse cargo até 1950.

A convite oficial, realizou uma viagem à União Soviética (URSS).

Abel Chermont faleceu no Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1962.

Vilma Keller

FONTES: ARQ. CLUBE 3 de OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*;

CARVALHO, E. *Petróleo; Cronologia da Assembléia*; CRUZ, E. *História do Pará; Diário do Congresso Nacional; Encic. Mirador*; GODINHO, V. *Constituintes; Grande encic. Delta*; LEITE, A. *Páginas*; LEVINE, R. *Vargas*; MORAIS, A. *Minas*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; PORTO, E. *Insurreição; Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*; ROQUE, C. *Grande*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1945.

CHERMONT, Justo

*junta gov. PA 1889; gov. PA 1889-1891; min. Rel. Ext. 1891; sen. PA 1894-1909 e 1921-1926.

Justo Pereira Leite Chermont nasceu em Belém do Pará no dia 27 de junho de 1857, filho de Antônio Lacerda Chermont e de Catarina Leite Chermont. Seu pai recebeu o título de visconde de Arari e distinguiu-se como primeiro vice-presidente da província do Pará no período de 1866 a 1868. Seu irmão Pedro Leite Chermont foi constituinte de 1891 e deputado federal pelo Pará nos períodos 1891-1893 e 1897-1902.

Fez os primeiros estudos no Liceu Paraense e formou-se pela Faculdade de Direito do Recife. De volta ao Pará, foi deputado provincial em 1880.

Um dia após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, chefiou a junta provisória que assumiu o poder no Pará com a deposição do então presidente da província, Antônio José Ferreira Braga. A junta era composta ainda pelo tenente-coronel Bento José Fernandes Júnior e pelo capitão de fragata José Maria do Nascimento. Por ordem do governo provisório da República, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 17 de dezembro a junta foi desfeita e Justo Chermont foi nomeado governador do estado, enquanto Gentil Bittencourt era designado vice-governador. Justo Chermont governou até 7 de fevereiro de 1891, quando foi substituído por Gentil Bittencourt.

De 26 de fevereiro a 23 de novembro de 1891, no governo constitucional de Deodoro, Justo Chermont foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Senador pelo estado do Pará de 1894 a 1909, nas eleições presidenciais de 1902 concorreu sem sucesso à vice-presidência da República, apoiado pelos Partidos Republicanos do Pará, Pernambucano e Fluminense. Voltou ao Senado de 1921 a 1926, ano em que faleceu, no dia 2 de abril.

Seu sobrinho Mário Midosi Chermont, filho de seu irmão Antônio Leite Chermont, foi constituinte em 1934 e deputado federal pelo Pará de 1935 a 1937.

Adrianna Setemy

FONTES: LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009;

SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1998&li=23&lcab=1894-1896&lf=23>. Acesso em: 30/1/2009.

CHERMONT, MÁRIO

*rev. 1930; junta gov. PA 1930; const. 1934; dep. fed. PA 1935-1937.

Mário Midosi Chermont nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 28 de setembro de 1889, filho de Antônio Leite Chermont e de Júlia Midosi Chermont. Seu avô paterno, Antônio Lacerda Chermont, visconde de Arari, distinguiu-se como primeiro vice-presidente da província do Pará no período de 1866 a 1868. Seu pai, militar, foi deputado no Pará em 1890 e um dos fundadores do jornal *O Estado do Pará*. Seu tio Justo Leite Chermont foi o primeiro governador do Pará na República, de 1889 a 1891, ministro das Relações Exteriores em 1891 e senador pelo Pará nos períodos de 1894-1909 e 1921-1926. Outro tio, Pedro Leite Chermont, foi constituinte em 1891 e deputado federal nos períodos 1891-1893 e 1897-1902. Abel Chermont, seu primo, foi deputado federal pelo Pará de 1918 a 1920, revolucionário e membro da junta governativa do Pará em 1930, Constituinte de 1934 e senador pelo Pará de 1935 a 1937.

Mário Chermont cursou o primário no Ateneu Paraense e o secundário no Instituto Amazônico. De volta ao Rio de Janeiro, concluiu os estudos preparatórios no Colégio Abílio e em seguida viajou para a Europa, onde estudou no Instituto Depuich, em Bruxelas, na Bélgica. De volta ao Brasil, estabeleceu-se novamente na capital do país e ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ainda acadêmico participou da Campanha Civilista, que promoveu em 1909-1910 a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República em oposição à do marechal Hermes da Fonseca, afinal eleito em março de 1910. No ano seguinte concluiu o curso de medicina, defendendo tese de doutoramento sobre o fenômeno da insolação.

Iniciou suas atividades profissionais no Pará, tornando-se em 1914 inspetor sanitário do estado. Em 1921 integrou-se à Campanha da Reação Republicana em torno da candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, em oposição a Artur Bernardes, que venceu o pleito de março de 1922. Ainda em 1922 alinhou-se ao Partido Republicano Federal, apoiando a candidatura de Lauro Sodré ao governo do Pará.

Um dos líderes da Revolução de 1930 nesse estado, logo após a vitória do movimento integrou a junta governativa provisória paraense que, no dia 24 de outubro, substituiu o governador Eurico de Freitas Vale. Participavam também da junta seu primo Abel

Chermont e o tenente Ismaelino de Castro. Dois dias depois, a junta foi substituída pelo coronel Landri Sales, na qualidade de governador militar. No dia 28 de outubro, contudo, Miguel Chermont retornou ao poder, integrando nova uma junta ao lado de Ismaelino de Castro e do capitão de fragata Antônio Coimbra. No dia 12 de novembro, finalmente, assumiu o tenente Joaquim de Magalhães Barata, como interventor federal no Pará, sendo Miguel Chermont nomeado secretário-geral da Educação e da Saúde Pública. Em 1931 exerceu interinamente as funções de interventor.

Foi um dos fundadores do Partido Liberal (PL) do Pará, organizado em dezembro de 1931 sob a liderança do interventor Magalhães Barata. Nessa legenda, foi eleito em maio de 1933 deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Tomou posse em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta e a eleição do presidente da República (17/7/1934), teve o mandato prorrogado até maio de 1935. Nesse ínterim elegeu-se, em outubro de 1934, deputado federal para a legislatura ordinária que se iniciaria em maio do ano seguinte.

O PL do Pará, majoritário na Assembleia Constituinte estadual, lançou a candidatura do interventor Magalhães Barata ao governo do estado. Discordando dessa posição, Chermont, que era deputado federal, obteve a solidariedade de sete representantes estaduais do PL e firmou acordo com a Frente Única Paraense (FUP) para enfrentar a candidatura Barata. Essa corrente, resultante da aliança entre a FUP e a dissidência liberal, convertendo-se em força majoritária na Assembleia, aprovou a indicação do nome de Chermont para candidato a governador. A situação estadual, entretanto, não oferecia condições normais de segurança para uma disputa tranquila. Em clima de grande tensão, realizaram-se as eleições no dia 4 de abril de 1935, sem a presença dos opositores, impedidos de comparecer ao recinto da Assembleia por tropas policiais e asilados no quartel-general da 8ª Região Militar. A votação, realizada após a convocação de seus suplentes, registrou a vitória de Magalhães Barata. A oposição, contudo, conseguiu, através de recurso legal, impugnar o resultado e convocar novo pleito para o dia seguinte. Enquanto isso, ocorriam violentos conflitos, que deixaram como saldo deputados feridos e dois populares mortos. No dia 6 de abril, o governo federal decretou a intervenção no estado, nomeando o major Roberto Carneiro de Mendonça para executá-la. Empossado no dia 12 de abril, o interventor obteve um acordo entre as facções que, no dia 29 do mesmo mês, elegeram governador José da Gama

Malcher e senadores Abel Chermont e Abelardo Conduru. Em seguida a esses acontecimentos, o grupo que havia apoiado Mário Chermont fundou o Partido Popular (PP) do Pará, que passou a apoiar o governo de Malcher.

No exercício do mandato de deputado federal, Chermont foi um dos fundadores do Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares, constituído em 11 de novembro de 1935 para defender as liberdades constitucionais e combater o movimento integralista, objetivos esses que se tornaram mais dramáticos a partir da repressão desencadeada em seguida ao malogro do levante comunista de 27 de novembro daquele mesmo ano. O grupo esvaziou-se a partir de março de 1936, quando cinco parlamentares entre seus mais destacados integrantes foram presos.

Chermont teve seu mandato interrompido em novembro de 1937, quando, com a implantação do Estado Novo, foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país. Retornou então a Belém e, enquanto durou o regime ditatorial, dedicou-se à clínica médica. Com o fim do Estado Novo em 1945 e a redemocratização do país, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em cuja legenda foi eleito, em janeiro de 1947, suplente de deputado à Assembleia Constituinte paraense. Em outubro de 1950 elegeu-se vereador em Belém na legenda da Coligação Democrática Paraense, formada pela União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Libertador (PL), obtendo a maior votação até então registrada em eleições municipais naquela cidade.

Delegado do Pará ao Congresso sobre a Lepra em 1933, à Conferência Nacional de Educação e à primeira reunião do Instituto de Amparo Social no Rio de Janeiro, foi médico da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital Marítimo do Pará, professor catedrático da Faculdade de Medicina do Pará e membro do Instituto Histórico e Geográfico e da Sociedade Médico-Cirúrgica em seu estado.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de maio de 1951.

Foi casado com Nídia Bezerra Chermont, com quem teve seis filhos.

Publicou artigos no jornal *O Estado do Pará*.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*;

Boletim Min. Trab. (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados; Câm. Dep. seus componentes*; CRUZ, E. *História do Pará; Diário do Congresso Nacional; Encic. Mirador*; GODINHO, V. *Constituintes; Jornal do Comércio*, Rio (7, 8/5/1951); *Personalidades*; POPPINO, R. *Federal*; ROQUE, C. *Grande*; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1937, TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1 e 2).

CHERMONT, Pedro Leite

*const. 1891; dep. fed. PA 1891-1893 e 1897-1902.

Pedro Leite Chermont nasceu em Belém, filho de Antônio Lacerda Chermont, visconde de Arari, e de Catarina Leite Chermont. Pertencia a uma tradicional família paraense, de grande influência na vida política do país. Seu pai foi primeiro vice-presidente da província do Pará de 1866 e 1868. Seu irmão Justo Leite Chermont foi o primeiro governador do Pará na República, de 1889 a 1891, ministro das Relações Exteriores em 1891 e senador pelo Pará de 1894 a 1909 e de 1921 a 1926.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, Pedro Chermont foi eleito, em 15 de setembro de 1890, deputado pelo Pará ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro do mesmo ano, foi signatário da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e, com o início da legislatura ordinária em junho seguinte, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até 31 de dezembro de 1893. Reeleito para as legislaturas 1897-1899 e 1900-1902, voltou à Câmara entre 3 de maio de 1897 e 31 de dezembro de 1902.

Seu sobrinho Mário Midosi Chermont, filho de seu irmão Antônio Leite Chermont, foi constituinte em 1934 e deputado federal pelo Pará de 1935 a 1937.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

CHEVALIER, CARLOS DE SALDANHA DA GAMA

*militar; rev. 1925; rev. 1930.

Carlos de Saldanha da Gama Chevalier nasceu no dia 27 de julho de 1898, filho de um rico fazendeiro de São Paulo.

Sentou praça no Exército em julho de 1915 ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de onde saiu aspirante a oficial da arma de artilharia em março de 1920. Promovido a segundo-tenente em junho seguinte, integrou em 1921 a primeira turma de observadores aéreos do Exército e em agosto passou a primeiro-tenente. Em 1923 fez o curso de piloto aviador militar.

Em maio de 1925 participou das articulações dos militares identificados com os revoltosos de 1922 e 1924, visando a promover um levante no Rio para depor o presidente da República Artur Bernardes. O movimento deveria atingir a Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos, o 3º Regimento de Infantaria (3º RI), na Praia Vermelha, e a fortaleza de São João, na Urca. Na ocasião, recebeu a incumbência de sublevar a Escola de Aviação e depois marchar sobre o largo do Campinho para ocupar o Quartel de Polícia do Méier, onde contaria com elementos que se incorporariam a seu grupo de revoltosos. Essa tropa, sob seu comando, ocuparia em seguida os morros do Engenho Novo, do Telégrafo e da Caixa D'Água, com o objetivo de barrar e imobilizar as tropas governistas provenientes da Vila Militar. Todo o plano, entretanto, fracassou logo no primeiro momento, após uma rápida troca de tiros, e teve como saldo negativo a morte do tenente Jansen de Melo, um dos oficiais revoltosos responsável pelo ataque ao 3º RI.

Julgado, condenado e preso, Carlos Chevalier participou mais tarde, juntamente com Eduardo Gomes e Juarez Távora, de uma frustrada tentativa de fuga do quartel do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária. Em consequência, em 1926 foi transferido para um navio do Lóide Brasileiro, na baía de Guanabara, e enviado com seus companheiros para a ilha de Trindade, situada a oitocentas milhas da costa do Espírito Santo.

Com o término do governo Artur Bernardes em novembro de 1926, o novo presidente, Washington Luís, determinou a suspensão do estado de sítio, sob cuja sombra seu antecessor havia governado, e ordenou o regresso dos presos políticos degredados na ilha de Trindade. No mês seguinte, um navio de guerra aportou à ilha para trazer de volta ao Rio

de Janeiro todos os detidos.

Reincorporado à vida militar, Carlos Chevalier integrou o primeiro grupo de oficiais de artilharia que foram transferidos em novembro de 1927 para a arma de aviação. Em julho de 1930 foi promovido a capitão-aviador e, aderindo à Aliança Liberal, tomou parte na Revolução de outubro, que depôs Washington Luís e colocou Getúlio Vargas na chefia do governo provisório. Em junho de 1933 foi promovido a major.

Publicou *Os 18 do Forte* (1930).

FONTES: MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934); SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1930; TÁVORA, J. *Vida*; WANDERLEY, N. *História*.

CÍCERO, Padre

*religioso; dep. fed. CE 1926.

Cícero Romão Batista nasceu em Crato (CE), então Vila Real do Crato, no dia 24 de março de 1844, filho de Joaquim Romão Batista, pequeno comerciante, e de Joaquina Vicência Romana, conhecida como dona Quinô. Era o único homem dos 11 filhos do casal.

Iniciou seus estudos aos seis anos de idade, em sua cidade natal, com o professor Rufino de Alcântara Montezuma. Sua infância foi marcada por um fato importante: influenciado pela leitura da vida de São Francisco de Sales, fez voto de castidade aos 12 anos. Em 1860 foi matriculado no Colégio do Padre Inácio de Sousa Rolim, em Cajazeiras (PB). A repentina morte de seu pai, vítima de cólera-morbo, em 1862, o obrigou a interromper os estudos e voltar para junto da mãe e das irmãs solteiras. A morte do pai também causou grandes transtornos financeiros à família. Em 1865, quando Cícero precisou ingressar no Seminário da Prainha, em Fortaleza, isto só foi possível graças à ajuda de seu padrinho de crisma, o coronel Antônio Luís Alves Pequeno. Cícero foi ordenado no dia 30 de novembro de 1870. Após sua ordenação retornou a Crato e, enquanto o bispo não lhe dava paróquia para administrar, ficou ensinando latim no Colégio Padre Ibiapina, fundado e dirigido pelo professor José Joaquim Teles Marrocos, seu primo e grande amigo.

Convidado pelo professor Semeão Correia de Macedo, no Natal de 1871, padre Cícero visitou pela primeira vez o povoado de Juazeiro, então distrito do Crato, e aí celebrou a tradicional missa do galo. O padre visitante, de apenas 28 anos de idade, estatura baixa, pele branca, cabelos louros, olhos azuis e voz modulada, conquistou os habitantes do lugar. E ele próprio também ficou entusiasmado. Decorridos alguns meses, no dia 11 de abril de 1872, padre Cícero retornou com bagagem e família, para fixar residência definitiva em Juazeiro. Muitos livros afirmam que teria resolvido morar em Juazeiro devido a um sonho (ou visão) que tivera, no qual Jesus Cristo lhe teria ordenado que tomasse conta dos pobres.

Na época, Juazeiro era uma localidade formada por um pequeno aglomerado de casas de taipa. Já havia uma capelinha erigida pelo padre Pedro Ribeiro de Carvalho, primeiro capelão do lugar, em homenagem a Nossa Senhora das Dores, padroeira local. Para melhorar o aspecto da capelinha, padre Cícero tratou, inicialmente, de adquirir várias imagens com as esmolas dadas pelos fiéis. Depois, desenvolveu intenso trabalho pastoral com pregação, conselhos e visitas domiciliares, atitude jamais vista na região. Dessa maneira, rapidamente ganhou a simpatia dos habitantes, passando a exercer grande liderança na comunidade. Paralelamente, agindo com muita austeridade, cuidou de moralizar os costumes da população, acabando pessoalmente com os excessos de bebedeira e a prostituição. Restaurada a harmonia, o povoado começou a crescer e a atrair gente da vizinhança, curiosa por conhecer o novo capelão.

Para auxiliá-lo no trabalho pastoral, padre Cícero resolveu recrutar mulheres solteiras e viúvas para a organização de uma irmandade leiga, formada por beatas, sob sua autoridade, a exemplo do que fizera o padre Ibiapina, notável missionário nordestino falecido em 1883.

MILAGRE E REAÇÃO DA IGREJA

Durante o desenvolvimento do seu trabalho, um fato tão raro quanto incomum, acontecido no dia 10 de março de 1889, transformou para sempre sua vida e a rotina do lugarejo. Naquela data, ao participar de uma comunhão geral oficiada por ele na capela de Nossa Senhora das Dores, a beata Maria de Araújo, ao receber a hóstia consagrada, não pôde degluti-la, pois esta se havia transformado em sangue. A repetição desse fato no dia seguinte, e por outras vezes, todas as quartas e sextas-feiras, durante dois anos, levou o povo a acreditar que se tratava de um autêntico milagre, com o derramamento do sangue de Jesus Cristo. As toalhas com as quais se limpava a boca da beata ficaram manchadas de sangue e passaram a ser alvo da veneração de todos.

De início, o próprio padre Cícero tratou o caso com cautela, guardando sigilo por algum tempo. Para testemunhar as transformações, foram convidados os médicos

Marcos Madeira e Ildefonso Correia Lima, e o farmacêutico Joaquim Secundo Chaves, que, depois de presenciar o ato, atestaram, através de documento assinado, ser o fato inexplicável à luz da ciência. Essa conclusão contribuiu para fortalecer no povo, no padre Cícero e em outros sacerdotes a crença no milagre. Data daí o início da peregrinação ao povoado, pois as pessoas queriam ver a beata e adorar os panos manchados de sangue.

O professor e jornalista José Marrocos cuidou de divulgar o milagre pela imprensa. A notícia chegou ao conhecimento do bispo dom Joaquim José Vieira, que ficou profundamente irritado. Padre Cícero foi chamado ao palácio episcopal, em Fortaleza, a fim de prestar esclarecimentos sobre os acontecimentos que já eram de domínio público. Inicialmente o bispo ficou admirado com o relato feito por padre Cícero. Depois, pressionado por alguns segmentos da Igreja que não aceitavam a ideia de milagre, mandou investigar oficialmente os fatos. Para tanto nomeou uma comissão de inquérito composta por dois sacerdotes de reconhecida competência, os padres Glicério da Costa Lobo e Francisco Pereira Antero. Estes, após assistir às transformações, examinar a beata e ouvir testemunhas, concluíram que o fato era mesmo divino. Mas o bispo não gostou desse resultado e nomeou outra comissão, constituída pelos padres Antônio Alexandrino de Alencar e Manuel Cândido. A nova comissão agiu rapidamente: convocou a beata, deu-lhe a comunhão e, como nada de extraordinário acontecera, concluiu pela não existência de milagre. Essa conclusão gerou protestos por parte do jornalista José Marrocos, do padre Cícero, de todos os outros padres que acreditavam no milagre e do povo em geral.

A posição contrária do bispo criou um tumulto em meio aos fiéis, que se agravou quando a Santa Sé, em Roma, ao analisar o relatório do inquérito que lhe havia sido enviado, apoiou o bispo. Todos os padres que acreditavam no milagre foram obrigados a se retratar publicamente. Ao padre Cícero foi reservada uma punição maior: a suspensão da ordem. Durante toda sua vida ele tentou, em vão, revogar essa pena. Chegou a conseguir uma vitória em Roma em 1898, quando lá esteve. Entretanto, o

bispo, intransigente, manteve a punição.

INGRESSO NA POLÍTICA

Proibido de celebrar missa, padre Cícero ingressou na política. Conforme explicou no seu testamento, assim fez para atender aos insistentes apelos dos amigos, e na hora em que os juazeirenses esboçavam um movimento de emancipação política. Conseguida a independência de Juazeiro do Norte, assim denominada para se distinguir de Juazeiro da Bahia, em 22 de julho de 1911, padre Cícero foi eleito prefeito do recém-criado município, cargo que ocuparia por 12 anos. Em 1913 foi eleito vice-presidente do Ceará, cargo que acumulou com o de prefeito de Juazeiro.

Em 1914 houve a Revolta ou Sedição de Juazeiro, confronto entre as oligarquias cearenses e o governo federal provocado pela interferência do poder central na política estadual. Essa interferência fazia parte da “política das salvações” estabelecida pelo governo do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) com o intuito de conter seus opositores. Consistia em promover intervenção federal nos estados, evitando que opositores fossem eleitos para o governo estadual. A revolta aconteceu no sertão do Cariri, região do interior do Ceará, e centralizou-se em torno da liderança do padre Cícero, com o objetivo de depor o presidente do Ceará, coronel Franco Rabelo, no poder desde 1912. Sobre sua participação nesse movimento, padre Cícero afirmou que a chefia coube ao dr. Floro Bartolomeu da Costa, seu grande amigo. Com a vitória dos revoltosos e a consequente deposição de Franco Rabelo, padre Cícero reassumiu o cargo de prefeito de Juazeiro, do qual havia sido afastado pelo governo deposto, e seu prestígio cresceu. Até então, sua casa, que era visitada apenas por romeiros, passou a ser procurada também por políticos e autoridades diversas.

Sua vida política o levou a exercer o mandato de deputado federal pelo Ceará de 6 de agosto a 31 de dezembro de 1926. No Rio de Janeiro, então Distrito Federal, realizou a primeira exposição da arte juazeirense. Nesse mesmo ano, conheceu Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, lendário cangaceiro do Nordeste, e deu-lhe conselhos para que

deixasse o cangaço. Alguns livros registram que padre Cícero teria concedido a Lampião a patente de capitão, mas ele jamais lhe concedeu qualquer título. Essa patente havia sido prometida por Floro Bartolomeu, então deputado federal, que havia convidado Lampião a ir a Juazeiro para ingressar no Batalhão Patriótico para lutar contra a Coluna Prestes. Com a morte de Floro Bartolomeu e a insistência de Lampião em receber a honraria, Benjamim Abraão, um dos secretários de padre Cícero, convenceu Pedro de Albuquerque Uchoa, único funcionário público federal residente em Juazeiro, a assinar um documento por eles mesmos forjado, concedendo a patente.

BENFEITOR DE JUAZEIRO

Padre Cícero tornou-se o maior benfeitor de Juazeiro e a figura mais importante da história desse município cearense. Foi ele quem levou para a cidade as ordens dos Salesianos e dos Capuchinhos; doou os terrenos para a construção do primeiro campo de futebol e do aeroporto; construiu as capelas do Socorro, de São Vicente, de São Miguel e a igreja de Nossa Senhora das Dores; incentivou a fundação de *O Rebate*, o primeiro jornal local; fundou a Associação dos Empregados do Comércio e o Apostolado da Oração; incentivou e dinamizou o artesanato artístico e utilitário como fonte de renda, bem como a instalação do ramo de ourivesaria; estimulou a expansão da agricultura, introduzindo o plantio de novas culturas; contribuiu para a criação e instalação de muitas escolas, inclusive a Escola Normal Rural e o Orfanato Jesus Maria e José; socorreu a população durante as secas e epidemias, prestando-lhe toda assistência, e, finalmente, projetou Juazeiro no cenário político nacional, transformando um lugarejo na maior e mais importante cidade do interior cearense. Os bens que recebeu por doação, ao longo de toda a sua quase secular existência, foram doados à Igreja, sendo os Salesianos seus maiores herdeiros.

Faleceu em Juazeiro do Norte no dia 20 de julho de 1934, aos 90 anos. Com sua morte, aumentou a devoção à sua pessoa e a cidade prosperou. Até hoje, anual e religiosamente, no Dia de Finados (2 de novembro), uma grande multidão de romeiros

de todo o Nordeste chega a Juazeiro para uma visita a seu túmulo na capela do Socorro, e à sua estátua, erigida na cidade.

Padre Cícero tornou-se uma das figuras mais biografadas do mundo. Sobre ele existem mais de duzentos livros, além dos artigos que são publicados frequentemente na imprensa. Ultimamente sua vida tem sido objeto de estudo de cientistas sociais do Brasil e do exterior. Algumas obras em que é o tema central são *Milagre em Juazeiro*, de Ralph della Cava; *Maria de Araújo, a beata do Juazeiro*, de, Maria do Carmo P. Forti; *Lampião*, de Optato Gueiros; *Lampião e o Padre Cícero*, de Fátima Menezes; *O Padre Cícero que eu conheci*, de Amália Xavier de Oliveira, e *O patriarca de Juazeiro*, de Azarias Sobreira.

No dia 22 de março de 2001, padre Cícero foi eleito o Cearense do Século, em campanha promovida pela Rede Globo e a TV Verdes Mares, de Fortaleza.

Embora ainda não tenha sido canonizado pela Igreja, *Padim Ciço*, como é chamado pelos seus devotos, é tido como santo por sua imensa legião de fiéis espalhados pelo Brasil. Em 2002 a Diocese do Crato deu início aos estudos visando à reabilitação eclesial e histórica do padre Cícero.

Alan Carneiro

FONTES: E-biografia. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/biografias/padre_cicero.php>. Acesso em: 13/10/2008; Historianet. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=174>>. Acesso em: 1/10/2008; Istoé. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/religiao/relig6.htm>>. Acesso em: 1/10/2008; Padre Cícero. Disponível em: <<http://www.padrecicero.com.br/>>. Acesso em: 1/10/2008; Sistema FIEC. Disponível em: <<http://www.sfiec.org.br/noticias/padrecicero260704.htm>>. Acesso em: 1/10/2008);

Uol educação. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1689u55.jhtm>>. Acesso em: 1/10/2008; Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolucao_do_Juazeiro>. Acesso em: 1/10/2008.

CIGARRA, A

Revista ilustrada de variedades fundada em 1914 na cidade de São Paulo e extinta em 1975.

A *Cigarra* surgiu em um contexto no qual uma grande diversidade de periódicos circulava pela cidade de São Paulo, constituindo-se como referência da vida cultural de diferentes grupos sociais. Como revista de variedades, *A Cigarra* refletiu uma estreita relação entre as transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XX e a própria modernidade vivida pela cidade de São Paulo naquele momento.

Lançada em 30 de março de 1914 sob o comando do editor-proprietário Gelásio Pimenta, ricamente colorida e com periodicidade quinzenal, a revista trazia colunas de crônica, artes e artistas, vida social, cartas, poesia, instantâneos, esportes e crítica literária. Os reclames e as fotografias também tinham bastante espaço no periódico. As matérias abordavam assuntos relativos à cidade de São Paulo, e também notícias de outras cidades brasileiras e de outros países, com prioridade para temas de grande repercussão. Essa variedade temática sem hierarquias tinha como objetivo abarcar o maior número de leitores possível. Em 1917, por exemplo, *A Cigarra* era a revista de maior circulação do estado de São Paulo.

A estrutura da revista contava capa ilustrada e colorida, seguida de uma seção de reclames e da crônica de abertura na página seguinte. Depois, vinham o expediente e páginas seguidas onde se misturavam e dialogavam fotografias, ilustrações, literatura, notícias e reportagens, crônica social e demais matérias, sem uma ordem muito sistemática e que variava de número para número.

A historiadora Márcia Padilha chamou a atenção para a presença em *A Cigarra* de um discurso triunfalista em tom superlativo, ancorado na idéia de progresso e no processo de modernização pelo qual passava a cidade de São Paulo. O periódico, desse modo, teria definido um perfil editorial de acordo com os valores da elite paulistana à frente dessa modernização. Outra historiadora, Dulcília Buitoni, destacou o caráter feminino do projeto editorial de *A Cigarra*, evidente em seu temário e na existência de um espaço exclusivo dedicado às mulheres. Esse perfil feminino também transparecia nos próprios anúncios publicados. Assim, Buitoni classificou *A Cigarra* no âmbito da chamada “imprensa feminina”.

Combinando leveza na abordagem dos assuntos e elegância na ilustração, *A Cigarra* deu espaço tanto à linguagem formal de acordo com os padrões literários

dominantes da época, como a uma linguagem mais descontraída, como destacou Hivana Matos. Percebe-se que a revista investia em várias estratégias para ampliar o seu público leitor e suas vendas.

Assim como outras revistas importantes do gênero lançadas no início do século XX, *A Cigarra* afirmou sua isenção diante das questões políticas, o que seria mais uma estratégia destinada a conquistar leitores de perfis variadas. Entretanto, conforme observação de Hivana Matos, é possível identificar claramente matérias que revelavam simpatia pelo governo e demonstrações de patriotismo, o que evidencia o comprometimento do periódico com as questões políticas do seu tempo.

De todo modo, a manutenção de um perfil editorial efêmero e eclético e de um refinado padrão de impressão garantiu a *A Cigarra* o triunfo inicial e uma longevidade incomum na imprensa ilustrada do início do século XX, já que permaneceu em circulação por seis décadas.

Carolina Vianna Dantas

Fontes: BUITONI, D. *Imprensa*; MARTINS, A. *Revistas*; MATOS, H. *Revista*; PADILHA, M. *Cidade*; SODRÉ, N. *História da Imprensa*.

CINTRA, Antônio Francisco de Araújo

*dep. fed. SP 1901-1902.

Antônio Francisco de Araújo Cintra nasceu em São Paulo.

Formou-se na Faculdade de Direito da capital paulista. Ainda durante o Império, mesmo oriundo de uma família ligada ao Partido Liberal, ingressou no Partido Republicano Paulista (PRP), na cidade de Mogi-Mirim, onde defendeu a causa republicana e concorreu a uma vaga de deputado geral pela província de São Paulo, mas não foi eleito.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), elegeu-se senador estadual em São Paulo em 1894, para um mandato de seis anos. Após deixar o Legislativo estadual, e estando em curso a legislatura 1900-1902, foi eleito, em abril de 1901, deputado federal pelo estado de São Paulo na legenda do PRP na vaga aberta com a renúncia de Artur de Aguiar Diederichsen. Assumiu em maio seguinte sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e nela permaneceu até o final da legislatura, em dezembro de 1902.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

CINTRA, José Cupertino Coelho

*dep. fed. PE 1894-1896.

José Cupertino Coelho Cintra nasceu em Recife no dia 18 de setembro de 1843, filho de Manuel Coelho Cintra e de Mafalda Augusta de Pitaluga Cintra.

Fez seus primeiros estudos na cidade de Recife e em 1860 matriculou-se na Escola da Marinha, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, de onde saiu para ingressar na Escola Central, depois Escola Politécnica. Formou-se em engenharia e em ciências físicas e matemática em 1865, e em 1866 foi nomeado ajudante de fiscalização da City Improvements.

Em fevereiro de 1867 foi designado engenheiro chefe da Comissão de Medição e Discriminação das Terras Públicas e Possuídas na província do Espírito Santo. Concomitantemente, foi juiz comissário nos municípios capixabas de Benevente e Guarapari. Em julho de 1867 foi promovido a engenheiro de segunda classe e em novembro de 1869, a engenheiro de primeira classe. Quando recebeu essa promoção, tornou-se engenheiro chefe e diretor da Colônia Santa Leopoldina, também na província do Espírito Santo. Depois disso, trabalhou nos estudos de traçado na construção da Estrada de Ferro Pedro II, em 1871, e na construção de uma estrada de rodagem entre Piuma e Cachoeiro do Itapemirim, em 1873. Durante esse período foi eleito deputado provincial no Espírito Santo pelo Partido Conservador para a legislatura de 1871 a 1872.

Após trabalhar na reorganização da Comissão do Registro Geral de Terras Públicas e Possuídas, sob a direção do conselheiro B. de Azambuja, organizou em 1876 o projeto de regulamentação da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, da qual foi nomeado subdiretor. Com esse cargo, atuou nas províncias de São Paulo e Rio Grande do Sul, onde fundou vários núcleos urbanos, como São Caetano (SP) e Caxias do Sul (RS), visando a auxiliar na acomodação e colonização dos imigrantes italianos que chegavam ao Brasil. Por seus trabalhos nessas localidades, recebeu a comenda de Cristo do governo português.

Durante o trabalho na Inspetoria Geral de Terras e Colonização, atuou também no Rio Grande do Norte a partir de 1881, como inspetor fiscal da Estrada de Ferro Natal a Nova Cruz, e como engenheiro na construção do Quartel de Aprendizes Marinheiros e do Lazaredo de Variolosos. Foi transferido em 1883 para o Rio Grande do Sul, para trabalhar

na construção da estrada de Quaraim a Itaqui, e em 1884 para São Paulo, onde atuou como fiscal na estrada de Ferro Mogiana. Em 1885 executou trabalhos no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, em 1887 foi nomeado engenheiro chefe da Estrada de Ferro Carangola e em 1889 tornou-se gerente da Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde construiu o sistema de bondes de tração elétrica. Durante o tempo em que esteve nesse posto, fez diversas obras na cidade, como a construção de túneis e a ampliação do número e das linhas de bonde.

De volta a Pernambuco, aí foi eleito deputado federal em 1894. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e lá permaneceu até 1896, quando assumiu a prefeitura de Recife. Durante sua gestão na capital pernambucana, regularizou as finanças públicas e construiu escolas, o prédio do asilo municipal e o mercado público da cidade, que recebeu seu nome. Em 1902 foi engenheiro chefe interino nas obras do porto de Recife, e no ano seguinte, engenheiro fiscal da rodovia que ligava os estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1905 assumiu o mesmo posto na estrada de ferro de Teresópolis.

No campo jornalístico, colaborou com o periódico pernambucano *A Concentração*.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 12 de agosto de 1939.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Grande Encic. Delta Larousse*; NASCIMENTO, L. *História* (v.1).

CIRILO JÚNIOR, CARLOS

*dep. fed. SP 1930; const. 1946; dep. fed. SP 1946-1951, 1952-1953 e 1954; min. Just. 1958-1959.

Carlos Cirilo Júnior nasceu em Curitiba no dia 25 de dezembro de 1886, filho de Carlos Cirilo e de Maria da Graça Cirilo.

Quando tinha um ano de idade sua família mudou-se para Santos (SP), onde estudou nos colégios do Convento do Carmo e Tarquínio de Sousa. Em 1904 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em dezembro de 1908. Exerceu em seguida a advocacia, especializando-se em direito criminal, comercial e civil.

Entre 1912 e 1929 ocupou várias vezes uma cadeira de deputado na Assembleia Legislativa de São Paulo. Em 1930 elegeu-se deputado federal por São Paulo, exercendo mandato de maio a outubro, quando, com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, os órgãos legislativos do país foram suprimidos. Nessa ocasião, sua residência e seu local de trabalho foram depredados.

A nomeação do tenente João Alberto Lins de Barros para interventor em São Paulo, logo após a revolução, significou a marginalização do segmento da oligarquia política local que havia participado do movimento, em especial do Partido Democrático. Esse processo, acirrado progressivamente ao longo de 1931 e 1932, foi marcado pela oposição entre as correntes políticas tradicionais no estado e as forças tenentistas, apoiadas pelo governo federal. Em janeiro de 1932, Cirilo Júnior foi um dos signatários do manifesto do Partido Republicano Paulista (PRP), no qual o governo era acusado de ditatorial e se exigia uma constituição que garantisse “um governo republicano federativo com amplas garantias individuais”. No mês de julho, os paulistas deflagraram a Revolução Constitucionalista, que foi derrotada militarmente, em outubro, pelo governo federal. Cirilo Júnior, que havia colaborado com o coronel Euclides Figueiredo na organização do levante armado, foi levado preso para o Rio de Janeiro e em seguida deportado para Lisboa. Sobre este movimento, escreveu *A campanha revolucionária de 1932*, publicado em 1934.

De volta ao Brasil, elegeu-se, em outubro de 1934, deputado à Assembléia Constituinte paulista na legenda do PRP, tomando posse em maio do ano seguinte. Participou dos trabalhos constituintes, e, com a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer

mandato legislativo ordinário. Foi líder da oposição até 1937, quando mais uma vez os órgãos legislativos foram fechados com a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro desse ano.

Voltou então a exercer as atividades forenses e, em 1939, tornou-se membro do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo.

No ano de 1945, ainda no governo de Getúlio Vargas, surgiram os novos partidos políticos, e Cirilo Júnior filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), em São Paulo. No dia 29 de outubro, Vargas foi deposto pelos chefes militares e o poder passou ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares, que manteve o calendário eleitoral fixado em maio pelo presidente deposto. Em 2 de dezembro saiu vitorioso das urnas o candidato do PSD à presidência da República, general Eurico Gaspar Dutra, e nesse mesmo dia Cirilo Júnior elegeu-se deputado por São Paulo à Assembléia Nacional Constituinte (ANC). Empossado em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos como líder da bancada paulista do PSD e como relator-geral do projeto da Constituição. Em julho de 1946, integrou a delegação brasileira à Conferência de Paz reunida em Paris, sendo substituído na comissão da Constituição por Honório Monteiro. Com a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer mandato ordinário.

Ainda em 1946, disputou com Mário Tavares, Gabriel Monteiro da Silva e Gastão Vidigal a indicação para candidatar-se ao governo de São Paulo pelo PSD. A escolha recaiu sobre Mário Tavares e o pleito, ocorrido em janeiro de 1947, deu a vitória a Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP). No mês de novembro, realizaram-se eleições para o recém-criado cargo de vice-governador. A candidatura Cirilo Júnior, lançada pelo PSD, contou com o apoio de Vargas e de Luís Carlos Prestes, líder do proscrito Partido Comunista Brasileiro — então Partido Comunista do Brasil (PCB) —, que tivera seu registro cassado em maio pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No entanto, o vitorioso foi Luís Novelli Júnior, genro do presidente Dutra e também deputado federal pessedista, apoiado pelo PSP de Ademar de Barros, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e pelo Partido Republicano (PR).

Em maio de 1948, Cirilo Júnior integrou a Comissão Mista de Leis Complementares. No início do ano seguinte, nas eleições para a mesa da Câmara, o PSD buscou um entendimento com a União Democrática Nacional (UDN) e apresentou seu nome como

candidato à presidência daquela casa. Com o apoio de Rui Santos, José Augusto Bezerra de Medeiros e outros, a UDN concordou com a proposta pessedista e Cirilo Júnior foi eleito, em março, presidente da Câmara dos Deputados, cargo no qual permaneceria até o final da legislatura.

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Em dezembro de 1949, Cirilo Júnior assumiu a presidência do PSD em substituição a Nereu Ramos, que renunciara ao cargo, num período em que o partido atravessava uma grave crise interna decorrente da escolha de um candidato à presidência da República nas eleições previstas para outubro do ano seguinte. O PSD tentou inicialmente um acordo com o PR e a UDN para que aceitassem um candidato de suas fileiras. Em seguida mostrou-se favorável à fórmula proposta pelo governador do Rio Grande do Sul, Válder Jobim, que consistia na escolha de um nome que resultasse de entendimentos entre todas as organizações partidárias, de modo a unificar o país. No entanto, o presidente Dutra opôs-se à possibilidade de o PSD apoiar um nome fora do partido, que em março de 1950 decidiu lançar a candidatura de Nereu Ramos, caso prevalecesse a opinião de Dutra. No mês seguinte, o PSD reiniciou as conversações com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), visando encontrar um candidato comum, e apresentou uma lista na qual constavam os nomes de Cirilo Júnior, até então apoiado por Dutra, de Nereu Ramos e de Israel Pinheiro. Vargas, presidente de honra do PTB, decidiu que a escolha deveria ser feita pelo PSD, cabendo ao PTB apenas julgá-la. Tal situação levou Dutra a criticar o PSD e Cirilo Júnior, acusando-o de incapaz de tomar decisões. A ala “dutrista” tentou então articular um nome que fosse do agrado do presidente e de Vargas, excluindo, para tanto, os de Nereu Ramos e João Neves da Fontoura.

No início de maio, Cirilo Júnior e outros dirigentes pessedistas propuseram o nome do político mineiro Cristiano Machado, que foi lançado oficialmente durante a convenção do partido. Essa candidatura, todavia, não conseguiu dar coesão interna ao PSD. O setor gaúcho, representado por João Neves e Batista Luzardo, dispôs-se a apoiar Getúlio Vargas, que aceitou a própria candidatura pelo PTB no mês de junho. No plano estadual, Cirilo Júnior liderou a ala do PSD que optou por uma aliança com a UDN, apoiando o candidato que esse partido lançou ao governo paulista. Tal atitude agravou a crise do PSD paulista e a

ala que apoiava o governador Ademar de Barros desvinculou-se do partido e aderiu ao PSP. Em julho, o conselho nacional do PSD decidiu apoiar a candidatura de Altino Arantes à vice-presidência. Nas eleições, realizadas em outubro de 1950, Cristiano Machado recebeu apenas 21,5% dos votos, sendo eleito Getúlio Vargas com 48,7%, e ficando em segundo lugar o candidato udenista, brigadeiro Eduardo Gomes. Na mesma data Cirilo Júnior concorreu à reeleição para a Câmara Federal obtendo a primeira suplência. No decorrer dessa legislatura (1951 a 1955) exerceu por duas vezes o mandato: de agosto de 1952 a dezembro de 1953, e de janeiro a dezembro de 1954.

Em julho de 1958 substituindo Eurico Sales, foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo presidente Juscelino Kubitschek, que havia assumido a chefia da nação em janeiro de 1956. Permaneceu na pasta até julho de 1959, quando foi substituído por Armando Falcão.

Cirilo Júnior foi embaixador do Brasil na Bélgica de 1960 a 1963. Foi ainda professor de direito civil, comercial e criminal na Faculdade de Direito de São Paulo e membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Faleceu em São Paulo no dia 31 de maio de 1965.

Além da obra citada, publicou *Títulos ao portador* (1908), *Terceiro prejudicado no processo civil* (1914), *A dor no romance e no teatro* (1916), *Reparação civil para ato ilícito* (1934) e *Política latino-americana* (1948).

FONTES: ARQ. NAC. *Relação; Boletim da Bib. Câm. Dep.*; CÂM. DEP. *Deputados; CÂM. DEP. Presidentes; CÂM. DEP. Relação dos dep.*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio; Encic. Mirador; Estado de S. Paulo* (19/9/1976); FIGUEIREDO, E. *Contribuição; Grande encic. Delta*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; JARDIM, R. *Aventura; Jornal* (2/10/1946); *Jornal do Comércio*, Rio (2/6/1965); KUBITSCHKE, J. *Meu* (3); LEITE, A. *História*; MACEDO, N. *Aspectos*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1959); QUADROS, J. ; ARINOS, A. *História*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1932.

CLARTÉ, Grupo

Grupo criado em 1921 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por intelectuais que declaravam ter por objetivo lutar pelo advento da “República Universal” e se diziam filiados ao Grupo Clarté de Paris, liderado por Henri Barbusse, Raymond Lefebvre e Paul Vaillant Couturier. O Grupo Clarté brasileiro incluiu, entre outros, o advogado e deputado Nicanor do Nascimento, o advogado criminal e grande nome do movimento socialista Evaristo de Moraes, o deputado e jornalista Maurício de Lacerda, o professor e jornalista Luís Palmeira, o líder socialista baiano Agripino Nazaré, o jornalista e sindicalista revolucionário Antônio Correia da Silva, o jornalista e antigo anarquista Francisco Alexandre, o contador e tipógrafo Everardo Dias, o jornalista e escritor Afonso Schmidt, o jurista Pontes de Miranda, Alcides Rosas, A. Cavalcanti, Teresa Escobar, Vicente Perrota, e mais 30 aderentes, entre eles vários líderes sindicais.

ORIGENS E ATUAÇÃO

Na França, o movimento Clarté teve suas origens entre 1916 e 1917, com a mobilização de intelectuais contra a guerra. Diante das pressões para engajamentos nacionais na guerra, procurou-se organizar um movimento internacional para a preservação da independência intelectual. Em 1918 foi publicado o manifesto “Por uma Internacional do Pensamento”, e em julho de 1919, uma “Declaração da Independência Intelectual”, assinada por muitos intelectuais que iriam em seguida tomar parte no movimento Clarté. A idéia era formar uma organização com núcleos em vários países e editar uma revista internacional. O título da revista, *Clarté*, lançada em 1919, era o mesmo do romance que Henri Barbusse havia publicado naquele ano.

No Brasil, em 1919, uma organização que se apresentava como o Grupo Comunista Brasileiro Zumbi, com afiliados em São Paulo e Rio de Janeiro, anunciou que iria se filiar ao Grupo Clarté de Paris. Em seu manifesto, assinado por Afonso Schmidt, o grupo declarava pretender combater “os males que nos infelicitam, que nos degradam, como o analfabetismo, a política, o alcoolismo, a prostituição e o desfibramento das energias

juvenis”. Era seu objetivo lutar contra “a ditadura republicana, a predominância da burguesia sobre as classes, o culto das incompetências, a exploração organizada, a mentira oficial”. O grupo, porém, teve vida efêmera.

Em 1921, foi fundado o Grupo Clarté no Rio de Janeiro, com a finalidade de defender a Revolução Russa e divulgar a obra social e cultural dos soviets, que, segundo os organizadores, não era compreendida por uns e era difamada por outros. O Grupo Clarté do Rio de Janeiro tinha estreitas ligações com os Grupos Clarté de Montevideu e de Buenos Aires, e recebeu o apoio de grande número de intelectuais de outros pontos do país. Além de contar, no Rio, com o apoio dos professores e Leônidas Resende, Luís Frederico Carpenter e Joaquim Pimenta, recebeu a adesão, em São Paulo, de F. de Campos Andrade, Martim Francisco, Ribeiro de Andrada, Antônio Figueiredo e Nereu Rangel Pestana, e em Recife, do professor Raul Azedo. Ao contrário do que ocorria nos grupos de outros países, onde predominavam literatos, no Brasil os líderes do Grupo Clarté eram principalmente políticos e jornalistas.

Em setembro de 1921, saiu o primeiro número da revista *Clarté* no Brasil, com tiragem de dois mil exemplares. A Revolução Russa de 1917 ocupou grande espaço na revista, que publicou informações e artigos em sua defesa. Apareceram vários artigos enaltecendo a figura de Lênin como o “grande revolucionário sincero e forte”, artigos defendendo a política econômica soviética, e elogios ao tipo de governo adotado, que era técnico e científico, e também centralizado. A tendência do grupo era a defesa de uma política para os trabalhadores com reformas graduais. Everardo Dias, por exemplo, defendia uma política na qual deveriam ser incluídas a regulamentação do trabalho noturno, a concessão de aposentadorias, a proteção das mulheres e das crianças e a educação compulsória. Em vários números da revista foram publicados artigos analisando a repressão e a exploração a que os operários brasileiros estavam submetidos. Muitos colaboradores culpavam os operários por sua situação, já que eram incapazes de se organizar e lutar por melhores condições de vida e de trabalho. O Grupo Clarté fazia sérias críticas aos anarquistas e sindicalistas revolucionários, mostrando que suas idéias eram perigosas e não ajudavam a

mudar a situação de exploração e de falta de consciência do operariado.

Os colaboradores do Grupo Clarté, ao se manifestarem através da revista, não demonstraram interesse em transpor a experiência russa para o Brasil. Com exceção de Everardo Dias, os líderes do Clarté tampouco participaram da criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. Importantes membros do grupo defendiam a fundação de um Partido Socialista, que deveria ser não um partido parlamentarista, mas um partido que recorreria às urnas, à imprensa e a todos os meios de propaganda para a difusão de idéias e a organização das massas trabalhadoras. Tal partido estava em fase de organização quando foi decretado o estado de sítio em julho de 1922, impedindo qualquer tipo de reunião e organização partidária.

A revista *Clarté* teve seu último número publicado em janeiro de 1922, e o grupo deixou de existir em 1925.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: DIAS, E. *História*; HALL, M.; PINHEIRO, P. *Grupo*; SODRÉ, N. *História*.

CLASSE OPERÁRIA, A

Jornal carioca, inicialmente semanal, fundado em 1925 pelo então chamado Partido Comunista do Brasil (PCB), depois Partido Comunista Brasileiro. Circulou com interrupções como seu órgão oficial até 1952, quando foi fechado pelo próprio PCB. A partir de 1962, quando da fundação do novo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), voltou a circular de forma clandestina como órgão oficial do novo partido.

CRIAÇÃO

Em maio de 1925, o PCB realizou no Rio de Janeiro seu II Congresso, durante o qual foi decidida a criação de um jornal destinado a divulgar as principais causas comunistas no seio das classes trabalhadoras. No entanto, as condições impostas pelo estado de sítio, em vigor durante praticamente todo o governo de Artur Bernardes (1922-1926), constituíram um obstáculo ao projeto.

As dificuldades foram contornadas através da obtenção do registro legal do novo jornal. Afonso Pena Júnior, ministro da Justiça, indicou Alberto Lira e Carlos Sussekind de Mendonça, dois jornalistas de destaque, para exercerem a censura do periódico, o que na prática jamais se concretizaria. No mesmo mês de maio de 1925, surgiu assim *A Classe Operária*, que, embora fosse órgão oficial do PCB, não assumia formalmente essa condição, preferindo qualificar-se como um “jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores”. Seus principais fundadores foram Astrogildo Pereira e Otávio Brandão Rego, auxiliados por José Lago Molares e Laura Brandão.

ATUAÇÃO

Por não possuir oficinas próprias, *A Classe Operária* editou seu primeiro número com grande dificuldade. A partir do segundo número, a direção do PCB entrou em acordo com *O País*, conseguindo que seu jornal fosse composto e impresso nas oficinas daquele periódico. Com isso, a aparência gráfica do semanário melhorou consideravelmente.

A preocupação essencial do novo jornal eram as condições de vida e de trabalho do operariado. Aberta à discussão dos problemas do dia a dia dos trabalhadores, *A Classe Operária* propunha-se divulgar suas reivindicações imediatas, dando grande destaque à seção de cartas. Todas as cartas recebidas eram publicadas e respondidas, mesmo as de conteúdo considerado reformista. O noticiário evidenciava também o caráter popular do jornal, apresentando as informações de forma didática, e relegando ao segundo plano as análises e discussões teóricas. Além dessa preocupação básica, o jornal promovia uma campanha de defesa do governo comunista da URSS, apontando esse exemplo como o caminho a ser seguido. Criticava ainda a conciliação das classes e chamava a atenção dos trabalhadores para as contradições entre o trabalho e o capital.

Receptiva às reivindicações das massas, *A Classe Operária* progrediu rapidamente, aumentando sem cessar sua tiragem. No entanto, ao atingir o terceiro mês de vida, o jornal foi suspenso pelo governo em virtude da má repercussão de uma campanha movida contra Alberto Tomás, representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo o

semanário, Alberto Tomás assumia uma posição reformista, procurando neutralizar a luta entre o capital e o trabalho e advogando a conciliação das classes. Os ataques ao representante da OIT incluíram a divulgação de sua comprometida biografia.

Novas condições permitiram porém o ressurgimento de *A Classe Operária* em maio de 1928. Em dezembro de 1927, o PCB organizou o Bloco Operário Camponês, frente destinada a politizar as massas trabalhadoras e a obter seu apoio para os candidatos comunistas às eleições para vereador no Distrito Federal, a serem realizadas em outubro de 1928. Tornou-se, portanto, importante dispor de um órgão de divulgação para atingir o operariado. O relançamento de *A Classe Operária* veio preencher essa necessidade. Em sua segunda fase, o jornal manteve suas características iniciais, de semanário popular interessado nas condições de vida e na mobilização política dos trabalhadores.

Em meados de 1929, em virtude da repressão desencadeada pelo governo de Washington Luís (1926-1930), *A Classe Operária* foi novamente fechada, saindo de circulação durante alguns meses.

A partir de 1930, o jornal voltou a circular, agora, porém, de maneira ilegal e irregular. Sua redação funcionava num pequeno quarto em Vila Isabel, onde os originais eram entregues ao tipógrafo Antônio Pereira da Silva, que os compunha e imprimia clandestinamente. Depois de prontos, os jornais eram conduzidos em caixotes, às vezes cobertos com laranjas, até os pontos de distribuição.

A impressão clandestina, a descoberta das oficinas, a prisão de seus responsáveis, a suspensão do jornal e seu reaparecimento pouco depois tornaram-se etapas rotineiras na vida de *A Classe Operária*. Nos momentos de maior repressão, o jornal chegou a ser impresso em São Paulo e na Bahia. A despeito das perseguições, porém, *A Classe Operária* foi editada até o fim do Estado Novo, desempenhando um papel significativo no combate contra o fascismo e na campanha pela anistia.

Com a abertura política e a legalização do PCB em maio de 1945, *A Classe Operária* voltou a circular legalmente e com regularidade, como órgão oficial do partido. Nessa nova fase, o jornal foi dirigido por Maurício Grabois. Embora apresentasse modificações que refletiam as próprias transformações por que havia passado o PCB, o semanário conservava sua preocupação inicial de se manter aberto às massas. O noticiário continuava voltado para as questões diárias dos trabalhadores e suas reivindicações imediatas. Era dado destaque especial à seção esportiva e às reportagens factuais e descritivas, que atraíam eleitores. As matérias de conteúdo teórico mantinham-se em segundo plano.

O cancelamento do registro do PCB em maio de 1947 veio afetar novamente a existência de *A Classe Operária*, que passou a enfrentar repetidas violências por parte do governo Dutra, até ser fechada em maio de 1949. Nesse momento, o PCB lançou o jornal *Voz Operária*.

Em 1951, *A Classe Operária* reapareceu como mensário, ainda sob a direção de Maurício Grabois. Seu conteúdo político, entretanto, transformou-se inteiramente. Sua principal preocupação passou a ser trabalhar pelo fortalecimento orgânico e ideológico do PCB. Num artigo comemorativo do 26º aniversário do jornal, publicado em 1º de maio de 1951, seu papel nessa nova fase foi definido como o de um “instrumento de educação do partido”. O noticiário amplo, de interesse geral, que havia caracterizado o jornal anteriormente, foi

então abandonado. O mais importante eram as matérias teóricas e analíticas sobre o marxismo-leninismo e o movimento comunista mundial, visando ao aprimoramento ideológico e à disciplina dos quadros do partido. A divulgação das notícias propriamente ditas passou ao encargo de outros periódicos comunistas, como *Voz Operária* e a *Imprensa Popular*.

Essa nova proposta de *A Classe Operária* não teve, contudo, uma longa existência. Em 1952, o PCB fechou definitivamente o jornal. Dez anos mais tarde, quando ocorreu a cisão do PCB que resultou no desligamento de Pedro Pomar, João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara e Maurício Grabois, entre outros, e na fundação do PCdoB, *A Classe Operária* foi relançada como órgão oficial do novo partido, voltando a circular legalmente como semanário e sendo vendido nas bancas. Com a deflagração do movimento político-militar de março de 1964, contudo, mais uma vez o jornal passou a circular na clandestinidade, mimeografado e com uma edição mensal.

Com o processo de abertura política implantado no país, o PCdoB lançou em 1980 o jornal das massas *A Tribuna da Luta Operária*, vendido legalmente nas bancas. *A Classe Operária* continuou circulando como órgão oficial do comitê central do partido, na semilegalidade. Embora não tendo seu título registrado, o jornal era distribuído abertamente em algumas ocasiões especiais, como os congressos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A partir de 1985, passou a ser vendido livremente em bancas de jornais.

Marieta de Moraes Ferreira

FONTES: *Classe Operária* (1948-9 , 1951-2); *Em Tempo* (18-24/10/1979); ENTREV. BRANDÃO, O.; PEREIRA, A. *Formação*; *Voz Operária* (1949-59).

CLÁUDIO, Afonso

*gov. ES 1889-1890.

Afonso Cláudio de Freitas Rosa nasceu em Mangaraí, município de Santa Leopoldina (ES), no dia 2 de agosto de 1859, filho de José Cláudio de Freitas Rosa e de Rosa Cláudio de Freitas Rosa. Assim como seu bisavô e avô, seu pai foi um proprietário rural bastante conhecido em Santa Leopoldina, mas Afonso Cláudio não seguiu o caminho escolhido por seus ascendentes, que se dedicaram à fazenda de Mangaraí.

Iniciou os estudos no Ateneu Provincial, no Espírito Santo, e fez uma parte do curso secundário no Colégio das Neves, no Rio de Janeiro, então capital do Império, concluindo-o, porém, no Ateneu Provincial. Em 1878 matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Pela maior proximidade com a terra natal, transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, mas aí permaneceu apenas cerca de dois anos, regressando em seguida para a Faculdade do Recife, pela qual se bacharelou em 1883. As ideias de Tobias Barreto e Sílvio Romero exerceram importante influência na sua formação. Fez conferências e escreveu em jornais sobre a causa abolicionista, e participou da fundação da Sociedade Libertadora Domingos Martins em 1883.

Depois de formado, voltou ao Espírito Santo, casou-se com Maria Espíndola de Freitas Rosa e dedicou-se à advocacia. De 1884 a 1887 foi procurador fiscal dos Feitos do Tesouro Provincial e em 1887 começou a lecionar geografia e história universal no Ateneu Provincial. Participou ativamente da campanha republicana, filiando-se ao Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim (ES), fundado em 1877, proferindo conferências e escrevendo nos jornais *O Cachoeirano*, de Cachoeiro de Itapemirim, e *A Tribuna*, de Anchieta (ES).

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi empossado como governador do estado do Espírito Santo em 20 de novembro. Sofrendo oposição de republicanos descontentes com seu governo e de parte dos monarquistas, licenciou-se por motivo de saúde em 9 de setembro de 1890, quando foi substituído por Constante Sodré, e acabou por renunciar em 20 de novembro, quando Henrique Coutinho assumiu seu lugar.

Em 1891 tornou-se desembargador e, logo depois, presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Após um período de ausência para cuidar da saúde no Rio de Janeiro, retornou e foi designado procurador-geral do estado (1916-1917). Em 1920 aposentou-se

como desembargador e foi morar no Rio de Janeiro, dedicando-se ao magistério superior na Faculdade de Direito de Niterói.

Foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, assim como da Academia Espírito-Santense de Letras, onde foi o primeiro ocupante da cadeira nº 1, e patrono da cadeira nº 27.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 16 de junho de 1934.

Publicou *A insurreição do Queimado* (1884); *Comentário à Lei da Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo* (1894); *História da propaganda republicana no Espírito Santo* (1894); *Biografia do Dr. João Clímaco* (1902); *História da literatura espírito-santense* (1913); *As tribos: negros importados e sua distribuição no Brasil: os grandes mercados de escravos* (1914); *Conferência sobre Domingos Martins* (1914); *Estudos de direito romano: direito das pessoas* (1916); *Da retenção do cadáver do devedor em garantia do direito creditório, entre os romanos* (1916); *Bosquejo biográfico do Dr. Clóvis Bevilacqua* (1916); *Da exterritorialidade das leis reguladoras do Estado e capacidade das pessoas; Do divórcio e da conversão das sentenças de separação de corpos em dissolução do vínculo matrimonial, na jurisprudência internacional* (1916); *Comentário às leis do estado civil* (1917); *Discurso sobre o fuzilamento de Domingos Martins* (1917); *Da expressão do ideal no paganismo e no cristianismo* (1918); *Consultas e pareceres* (1919); *Do domínio e sua evolução no direito antigo e moderno: da preferência condominial no direito civil pátrio* (1920); *Gênesis da obrigação jurídica: do verdadeiro suporte psicológico da obrigação jurídica* (1921); *Trovas e cantares capixabas* (1923); *Elogio histórico do padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte* (1924); *Direito romano: direito das coisas* (1927); *Comentários ao Código Civil Brasileiro* (1930); *Ensaio de sociologia, etnografia e crítica* (1931); *Rudimentos sobre a teoria dos contratos* (1934). A seu respeito Judith Freitas de Almeida Melo publicou o livro *Afonso Cláudio* (1959).

Sílvia Regina Ackermann

FONTES: COSTA, J. *Juristas*; MELLO, J. *Afonso*; RIBEIRO, F. *Academia*; VALLE, E. *Estado*.

CLUBE DE ENGENHARIA

Associação civil fundada em 24 de dezembro de 1880, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 8.253, do governo imperial, de 10 de setembro de 1881.

PRIMEIROS ANOS

A fundação do Clube de Engenharia ocorreu sete anos após a criação da Escola Central de Engenharia, que em 1874 passou a denominar-se Escola Politécnica. Dos 167 sócios fundadores, a figura de maior destaque foi o comerciante Conrado Jacob Niemeyer. A primeira sede do clube foi o sobrado da loja de Niemeyer, na rua do Ouvidor nº 6. O primeiro presidente da instituição foi o engenheiro João Martins da Silva Coutinho, secretariado por Pedro Feio.

Em 1882, o clube patrocinou o I Congresso de Estradas de Ferro no Brasil. Em 1887, realizou-se a I Exposição das Estradas de Ferro no Brasil, também por iniciativa do clube. Naquela época todas as questões referentes a estradas de ferro, instalações portuárias e execução de obras públicas eram encaminhadas pelo governo para avaliação ao Clube de Engenharia, na ausência de órgãos estatais com capacidade técnica para o exercício dessas atribuições.

Também em 1887, entrou em circulação o primeiro número da *Revista do Clube de Engenharia*. Posicionando-se frente aos principais acontecimentos do período, entre eles a abolição da escravidão, o Clube de Engenharia, através da *Revista*, destacou a boa vontade dos senhores de escravos para com a Lei Áurea, ao mesmo tempo que minimizou a luta dos clubes abolicionistas, considerando que a escravidão desapareceria naturalmente com a progressiva redução da população escrava. Não obstante, a entidade acolheu renomados abolicionistas, como o engenheiro mulato André Rebouças (1838-1898), que chegou a ser eleito membro do conselho diretor.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Assim como na década anterior, nos anos 1890 os assuntos tratados de forma mais constante nas sessões do conselho diretor do clube referiam-se às estradas de ferro, às

instalações portuárias e ao saneamento do Rio de Janeiro. A energia elétrica, outro tema enfocado, aparecia de forma mais episódica.

Em 1898, o Clube de Engenharia participou das homenagens fúnebres prestadas a André Rebouças. A Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil ofereceu ao clube um retrato a óleo do ilustre engenheiro, em sessão solene, com uma comissão composta por Paulo de Frontin, José Carlos de Carvalho e Conrado Jacob Niemeyer. O presidente do clube, Oliveira Bulhões, e Aarão Reis discursaram na ocasião.

Em 1900, por ocasião dos festejos do 20º aniversário de sua fundação e das comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, o clube promoveu o I Congresso de Engenharia e Indústria. O país atravessava então um período de grave crise econômica, provocada, entre outros fatores, pela política deflacionista empreendida pelo ministro da Fazenda de Campos Sales, Joaquim Murinho. A engenharia e a indústria passavam por grandes dificuldades devido à drástica redução dos gastos públicos.

Os principais temas debatidos no congresso ligavam-se aos problemas de transporte, ao saneamento do Rio de Janeiro e à situação da indústria nacional. Foram apresentados trabalhos referentes à uniformização da bitola das vias férreas de São Paulo, à ampliação da rede ferroviária nacional, à reorganização do Lóide, à organização das Companhias das Docas e à realização de obras no porto do Rio de Janeiro, todos posteriormente aprovados pelo governo. Os congressistas trataram igualmente da erradicação de moléstias contagiosas na capital federal, preconizando a construção de uma rede de esgotos, o calçamento de ruas e a canalização de águas. Defenderam também a abertura da avenida Central (hoje avenida Rio Branco), com o objetivo de facilitar a ligação do centro comercial do Rio ao Cais do Porto.

O I Congresso de Engenharia e Indústria caracterizou-se pela defesa da indústria nacional, sendo solicitada ao governo maior proteção ao setor. Reivindicou-se ainda que as questões a ele atinentes fossem discutidas com os empresários brasileiros. A partir de 1900, o clube passou também a acompanhar mais de perto os problemas relacionados ao desenvolvimento do setor de energia elétrica.

Para dinamizar as atividades do clube, foi alterado o conselho diretor, cuja composição foi ampliada, pelos estatutos aprovados em 27 de janeiro de 1902, de 15 para 50 membros. Nesse mesmo ano, visando a ampliar suas instalações, e tendo recebido apoio

dos empresários Cândido Gaffée e Eduardo Guinle, a entidade adquiriu um prédio na rua da Quitanda, número 49.

Em 1903, foi eleito presidente do Clube de Engenharia o engenheiro Paulo de Frontin, que se manteria no cargo até sua morte, em 1933. Sob sua liderança, o clube participou ativamente do processo de reforma urbana do Rio empreendido na gestão do prefeito Pereira Passos (1903-1906). Algumas de suas propostas foram encampadas pelo prefeito e executadas, como a construção da avenida Central, comandada por Frontin.

Ao longo das décadas, o clube tenderia a manter uma relação de proximidade com o poder público, funcionando como um órgão informal de consultoria do governo central e de várias municipalidades. Assim, em 1904, a entidade desempenhou papel importante na elaboração da primeira lei municipal sobre serviços de energia elétrica no Rio de Janeiro: o Decreto nº 1.001, promulgado por Pereira Passos em 21 de outubro, proibindo a concessão de privilégio exclusivo para qualquer aplicação de energia elétrica no Distrito Federal.

Também em 1904, o clube votou uma moção de apoio à construção da ferrovia Madeira-Mamoré, decidida em função do Tratado de Petrópolis, assinado com a Bolívia no ano anterior. Na moção, ressaltou-se a possibilidade de aproveitamento da tração elétrica proveniente da transformação da potência hidráulica das cachoeiras do rio Madeira. Em 9 de fevereiro de 1905, foi formalizada a reforma dos estatutos da entidade que havia sido aprovada em 1902.

No ano seguinte, o Clube de Engenharia promoveu um debate sobre a revisão das tarifas fixadas em 1899 com a Sociéte Anonyme du Gaz para o serviço de iluminação elétrica da capital federal. A empresa, mergulhada em série crise financeira, não havia conseguido levar a cabo todos os projetos para a iluminação da cidade, o que provocou a entrada em cena da Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co., que assumira o controle da Sociéte. A discussão teve com pano de fundo a disputa pelo mercado de energia elétrica do Distrito Federal entre a canadense Light and Power e a firma brasileira Guinle & Cia. Seguiram-se numerosos debates, dividindo-se o clube entre partidários das duas companhias. A entidade inclusive recebeu como sócios, na mesma época, três membros da Light. A moção final votada pelo clube foi pouco conclusiva quanto ao preço do KWh, mas alguns anos mais tarde o governo terminaria assinando novo contrato com a Sociéte Anonyme du Gaz, com as tarifas revistas.

Em 1908, a pedido do ministro da Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon, o clube instituiu um Comitê Eletrotécnico Brasileiro, para representar o Brasil na International Electrotechnical Commission. Esta última havia sido fundada dois anos antes em Londres, com o objetivo de promover a unificação da nomenclatura e da simbologia utilizada em eletrônica, celebrar acordos sobre grandezas e unidades elétricas e realizar a classificação dos aparelhos e máquinas elétricas. O comitê então instituído foi o precursor do atual Comitê Brasileiro de Eletricidade (Cobei), vinculado à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Ainda em 1908, Paulo de Frontin, declarando que atendia a um pedido do ministro Miguel Calmon, propôs ao conselho diretor a elaboração de um parecer sobre o projeto do Código de Águas organizado pelo jurista Alfredo Valadão em 1907 e remetido ao Congresso Nacional naquele ano. No entanto, a discussão não teve desfecho concreto, e o código só seria instituído várias décadas depois.

Em 1910, foi inaugurada a nova sede do clube, na avenida Central. O terreno havia sido adquirido durante as obras de construção da avenida, novamente com o apoio de Cândido Gaffée e de Eduardo Guinle.

Em 1911, foi instituída no clube uma comissão de estudos encarregada de elaborar um projeto de regulamentação das instalações elétricas no país. Dois anos depois, porém, por falta de apoio do inspetor-geral de iluminação e fiscalização do governo federal junto à Light & Power, a comissão dissolveu-se.

Entre 1913 e 1922, a *Revista do Clube de Engenharia*, principal fonte de informações sobre a história da instituição, deixou de circular. Durante esse período, as atas das reuniões do clube foram publicadas no *Jornal do Comércio*.

Em 1913, realizaram-se discussões na entidade a respeito da regulamentação do setor elétrico, mas o fornecimento de energia elétrica ao Distrito Federal pela Light permaneceria sem uma regulamentação efetiva durante anos. Ainda no mesmo ano, o Conselho Municipal do Rio de Janeiro solicitou ao Clube de Engenharia que elaborasse um parecer sobre o projeto de construção de uma ferrovia subterrânea na cidade apresentado pelo engenheiro Álvaro Joaquim de Oliveira. O projeto dividiu os membros do clube. Em 2 de junho, por unanimidade, os membros do conselho diretor reconheceram a utilidade pública da ferrovia e consideraram viável sua construção, que, todavia, acabaria não

ocorrendo.

Sempre atuando como órgão de consulta a respeito de diversos projetos empreendidos no país, em 1916 o clube elaborou um parecer sobre um plano de viação em Mato Grosso, recomendando o uso da tração elétrica na rede ferroviária a ser implantada no Estado. No ano seguinte, apresentou parecer a respeito da iluminação elétrica em Belém, respondendo a uma consulta do intendente municipal da capital paraense.

Também foram realizadas em sua sede numerosas conferências a respeito de invenções e novidades tecnológicas, apresentadas por diferentes personalidades. Em muitos casos o clube aprovava tais invenções e concedia ao solicitante um parecer assinado e carimbado, como prova do reconhecimento da qualidade de seus esforços. Esse fato indica que, embora não tivesse meios de viabilizar as invenções comercialmente, o Clube de Engenharia era procurado para legitimar, ao menos do ponto de vista técnico, as aspirações dos inventores brasileiros.

Em 1918, o Clube de Engenharia teve vários de seus membros – como o vice-presidente Joaquim Silvo de Castro Barbosa e os sócios Maurício Rodrigues de Sousa e Bertholdo Wachneldt – vitimados pela virulenta gripe espanhola, o que levou ao cancelamento temporário das reuniões nos dois últimos meses do ano. Foram prestadas homenagens aos mortos e, em janeiro de 1919, o clube registrou homenagens póstumas a Rodrigues Alves, que, eleito para um segundo mandato presidencial, havia falecido antes de tomar posse por ter contraído a gripe.

Em 1921, o Clube de Engenharia foi considerado instituição de utilidade pública pelo Decreto-Lei nº 4.310, de 17 de agosto. Em 1922, publicou a Carta Geográfica do Brasil, comemorativa do Centenário da Independência, na escala de 1/1.000.000, e patrocinou o II Congresso Ferroviário Sul-Americano e o Congresso Internacional de Engenharia. Ainda como parte das comemorações do Centenário, e coincidindo com a vinda dos despojos de dom Pedro II para o Brasil, o clube homenageou o falecido imperador, “o maior dos brasileiros mortos”. Compareceram à cerimônia o conde d’Eu e o príncipe herdeiro da coroa brasileira, neto de dom Pedro II.

Em 1923, o engenheiro Flávio Torres Ribeiro da Costa, em conferência no clube, pediu uma atuação mais decisiva do governo federal no setor de águas e de energia elétrica, sugerindo, inclusive, a criação de um Código de Águas. Em 1925, por ocasião da visita de

Albert Einstein ao Rio de Janeiro, o Clube de Engenharia concedeu ao cientista o título de sócio honorário. No mesmo ano, voltou a circular a *Revista do Clube de Engenharia*. Em maio de 1930, foi reorganizado, por iniciativa do Clube de Engenharia, o Comitê Eletrotécnico Brasileiro.

PERÍODO PÓS-1930

Três anos após Revolução de 1930, o Clube de Engenharia teve um antigo anseio atendido, quando o presidente Getúlio Vargas baixou o Decreto-Lei nº 23.569, regulamentando as profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor.

Nas décadas seguintes, o clube envolveu-se ativamente nas grandes questões econômicas e políticas da sociedade brasileira, diversificando suas abordagens para além dos debates de cunho mais técnico, ligados especificamente ao campo da engenharia. Assim, durante a Segunda Guerra Mundial, o Clube de Engenharia se posicionou claramente ao lado dos Aliados, tendo apoiado entusiasticamente a declaração de guerra do Brasil ao Eixo em 1942. Já em 1946, por ocasião do II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria, discutiu questões abrangendo o desenvolvimento econômico do país como um todo e enfatizou a necessidade de planejamento.

A entidade manteve uma atuação pautada pelo nacionalismo econômico, o que a levou a opor-se à exploração das riquezas minerais brasileiras por firmas estrangeiras, e a adotar iniciativas como a criação, em 1965, da Comissão Permanente de Defesa da Engenharia Brasileira, que visava a alertar a classe e as autoridades para a tendência à importação indiscriminada de técnicos estrangeiros.

Na década de 1970, o clube patrocinou diversos eventos, como o Painel do Desenvolvimento Brasileiro, para a comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972), o Simpósio sobre Segurança contra Incêndios (1974) e o I Simpósio Brasileiro de Acústica (1975). Na década seguinte, apoiou a campanha pelo restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República em 1984, e, durante a elaboração da Constituição de 1988, envolveu-se na defesa dos temas relacionados ao fortalecimento da economia nacional.

Nos anos 1990, o clube criticou a política econômica do governo Collor (1990-1992), tendo apoiado a investigação sobre seu governo em 1992, no episódio que deu

origem ao *impeachment* do presidente. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), posicionou-se contra as medidas de privatização da economia e de abertura da economia ao capital externo.

Paralelamente às suas tomadas de posição políticas, o clube tem-se destacado no apoio aos movimentos da sociedade civil orientados por organizações não governamentais, juntando também seus esforços aos do empresariado fluminense na campanha pela recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro.

Sérgio Lamarão/Inoã Carvalho Urbinati

FONTES: *Bol. Inf. Club. Eng.* (1 – 6, 9/1985, 1, 4 – 8, 12/1990); CACHAPUZ, P. *Debates*; CLUBE DE ENGENHARIA. Disponível em: <http://www.clubedeengenharia.org.br/fev05_Seculo.htm>. Acesso em: 19/6/2010; CORTÉS, C. *Homens*; CURY, V. *Inventores*; *Engenharia em Revista* (10/1993, 6/1994, 5/1996); ENTREV. AGOSTINHO GUERREIRO; HONORATO, C. *Clube*; *Jornal Club. Eng.* (6, 7/1991, 2, 4 - 6, 9 - 12/1992, 1 - 4, 8 - 12/1993, 10 - 12/1997, 2/1998); REBOUÇAS, A. *Diários*; *Rev. Clube de Engenharia* (1968, 12/1979, 3, 5 - 6/1982, 3-4, 5-6/1984).

CLUBE MILITAR

Associação civil, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, fundada em 26 de junho de 1887. Tem como principais objetivos “estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais das forças armadas”, “defender os interesses dos sócios e pugnar por medidas acauteladoras dos seus direitos” e “incentivar as manifestações cívicas e patrióticas e interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e militar”.

O Clube Militar é a única entidade militar que abriga, indiscriminadamente, oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica. Podem ser admitidos como sócios efetivos os oficiais da ativa, da reserva de primeira classe e reformados das forças armadas, bem como os aspirantes a oficial do Exército e da Aeronáutica e os guardas-marinhas.

FUNDAÇÃO

O Clube Militar foi fundado nos últimos anos do Império, quando o movimento abolicionista e republicano no Brasil já conseguira uma sensível penetração nas populações urbanas do país, e após a eclosão da chamada Questão Militar, que opôs oficiais do Exército ao governo imperial.

A primeira diretoria era composta do general Deodoro da Fonseca (presidente) e dos oficiais Custódio de Melo (vice-presidente), José Simeão de Oliveira (primeiro-secretário), Marciano Magalhães (segundo-secretário), Benjamim Constant (tesoureiro), José Marques Guimarães, Eduardo Wandenkolk e Antônio Sena Madureira (comissão de imprensa).

Nos dois primeiros anos de existência a entidade teve de enfrentar certa hostilidade do governo imperial, que procurou – sem êxito – criar um Círculo de Oficiais do Exército, para suplantar o clube. Este, em 1887, apresentou sem sucesso seu presidente como candidato a senador e, em carta enviada à regente princesa Imperial, recusou-se a participar da captura dos escravos fugidos, contribuindo assim poderosamente para o êxito do movimento abolicionista, que então dominava o país.

O Clube Militar, na condição de porta-voz do Exército, teve uma participação decisiva na proclamação da República. Em sessão extraordinária do clube, em 9 de novembro de 1889, Benjamim Constant criticou violentamente os atos do governo, acusando-o de promover hostilidades contra o Exército. Nos dias seguintes, articulou

encontros de Deodoro com líderes civis republicanos. No dia 15 de novembro, o presidente do Clube Militar proclamava a República.

PRIMEIRA REPÚBLICA

Durante os primeiros anos do novo regime, o Clube Militar participou intensamente da vida política do país. Em fevereiro de 1891, quando se discutia a eleição do presidente e vice-presidente da República pela Assembleia Constituinte, e já tendo sido apresentadas as candidaturas de Deodoro e de Eduardo Wandenkolk, o clube declarou que as forças armadas não deveriam intervir no processo eleitoral, mas acatar “os atos do poder soberano” (o Parlamento). Alunos da Escola Militar manifestaram-se no mesmo sentido. A eclosão em setembro de 1893 da Revolta da Armada, movimento da Marinha que visava à derrubada de Floriano Peixoto, colocou o clube ao lado do governo.

A subida dos civis ao poder em novembro de 1894, quando Prudente de Moraes assumiu a presidência, marcou o início de um período de conflitos entre o Clube Militar e o Executivo. Ainda em 1894, Prudente de Moraes vetou o aumento dos quadros do Exército e demitiu o general Paulo Argolo do Ministério da Guerra, por este ter apoiado o protesto do clube contra a medida presidencial.

Em 1896, apoiado por um grupo de oficiais contrários à politização dos militares, Prudente de Moraes conseguiu superar nova crise com o Clube Militar, o qual, discordando da orientação seguida pelo governo na Guerra de Canudos, em março daquele ano havia realizado uma reunião visando a desestruturar o governo e aprovado uma moção contendo uma ameaça implícita de deposição do presidente. Em novembro de 1897, o clube foi acusado de participação na tentativa de assassinato de Prudente de Moraes, que resultou na morte do ministro da Guerra, general Machado Bittencourt. Em dezembro, sua sede foi fechada e seu arquivo foi recolhido à polícia. A instituição só foi reaberta em julho de 1901, já no governo Campos Sales, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Após esse interregno de quase quatro anos (1897-1901), o Clube Militar passou a ter uma atuação mais discreta em relação a temas políticos. Ainda assim, em 1902, 32 oficiais sócios do clube hipotecaram solidariedade ao coronel Cunha Matos, que desobedecera às ordens do governo e desarmara no Acre os partidários de Plácido de Castro. Em 1904, o Clube Militar exigiu que o presidente Rodrigues Alves destituísse J. J. Seabra, ministro do Interior e Justiça, no que não foi atendido. Unidades militares sediadas

no Rio de Janeiro apoiaram o clube e rebelaram-se contra o governo, mas o movimento foi sufocado. No final de seu mandato, Rodrigues Alves doou um terreno na avenida Rio Branco ao Clube Militar para a construção da sua primeira sede própria, inaugurada em 1910.

Entre 1912 e 1914, o clube foi presidido pelo general Tito Escobar, tendo como secretário-geral o capitão Mário Clementino de Carvalho. Durante sua gestão, foram criadas caixas de assistência para os sócios, o que atraiu grande número de novos membros e elevou a frequência à sede.

Nos governos dos presidentes Hermes da Fonseca (1910-1914) e Venceslau Brás (1914-1918), um amplo setor da hierarquia do Exército procurou combater a interferência dos militares na vida civil do país, sendo punidos aqueles que se intrometiam em questões políticas. Em 1916, o governo advertiu um grupo de oficiais que, reunidos no Clube Militar, protestou contra um possível aumento dos descontos sobre seus vencimentos e contra a alta do custo de vida.

No governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), as relações entre os militares e o governo, relativamente tranquilas durante a década de 1910, tornaram-se bastante tensas. Tudo começou com a nomeação de dois civis — Pandiá Calógeras e Raul Soares — para as pastas da Guerra e da Marinha, respectivamente, rompendo com uma tradição inaugurada com a República. Em abril de 1921, a nomeação de oficiais da Missão Militar Francesa para o quadro de instrutores da Escola Militar, contrariando as normas existentes, provocou um clima de ressentimento dentro do Exército. A crise foi contornada por Epitácio, que exonerou e transferiu os oficiais descontentes.

A esses acontecimentos somou-se o lançamento do nome do ex-presidente marechal Hermes da Fonseca, em junho de 1921, como candidato da oposição às eleições presidenciais de 1922, concorrendo com o situacionista Artur Bernardes. No dia 26 de junho, o marechal Hermes foi empossado na presidência do Clube Militar. No entanto, por falta de base política, sua candidatura à presidência da República foi retirada, e seus seguidores civis e militares passaram a apoiar a outra chapa oposicionista, formada por Nilo Peçanha e J. J. Seabra, da Reação Republicana.

A crise militar, ainda latente, explodiu em 9 e 10 de outubro de 1921, no auge da campanha eleitoral, quando o *Correio da Manhã* publicou duas cartas apócrifas, atribuídas

a Artur Bernardes, nas quais este se referia de forma injuriosa aos militares partidários de Nilo Peçanha. Após as cartas terem sido divulgadas e Bernardes ter negado sua autoria, o Clube Militar acabou por declarar os documentos falsos. Entretanto, a grande agitação nos meios militares deu uma dimensão maior ao incidente, e um grupo de oficiais exigiu a formação de uma comissão do clube para investigar a autenticidade das cartas. Em 28 de dezembro, foi lido em sessão do clube o laudo da perícia efetuada pela comissão, que declarou as cartas autênticas. No final da reunião, foi aprovada uma moção que aconselhava a entrega do caso “ao julgamento da nação”, embora o veredito da comissão tivesse sido contestado por uma minoria de sócios, que se negava a reconhecer a autenticidade das cartas. Com o resultado das eleições presidenciais dando a vitória a Bernardes, os seguidores de Nilo Peçanha pediram a constituição de um tribunal de honra para apurar eventuais irregularidades no pleito, recebendo a adesão do Clube Militar. Ilustrando o ambiente político tenso entre militares e governistas, no dia 24 de junho ocorreu um violento debate ao seio do Clube Militar, opondo jovens tenentes, como Gwaier de Azevedo, a oficiais do alto escalão, próximos ao governo, como o general Fernando Setembrino de Carvalho.

A tensão nos meios militares intensificou-se em junho de 1922 com o chamado caso de Pernambuco. Após tensa campanha sucessória para a presidência do estado, os dois candidatos, da situação e da oposição, declararam-se vencedores, deflagrando uma série de choques armados e crimes políticos dos quais participaram várias guarnições do Exército. A luta interna de Pernambuco acabou atingindo o Clube Militar devido a um telegrama de oficiais que serviam naquele estado dirigido ao clube, protestando contra a situação. Em resposta, Hermes da Fonseca, na condição de presidente do clube, enviou telegrama ao comandante da guarnição federal em Pernambuco, coronel Jaime Pessoa, no qual acusava o governo de colocar o Exército na “odiosa posição de algoz do povo pernambucano”, e condenou a intervenção das forças armadas em Pernambuco. A repercussão do comunicado do marechal foi enorme e, no dia 3 de julho, o presidente Eptácio Pessoa não hesitou em mandar prendê-lo e em fechar o Clube Militar por seis meses.

A punição a Hermes da Fonseca e o fechamento do clube, somados ao clima de intranquilidade reinante no Exército, desencadearam uma reação armada conhecida como a Revolta dos 18 do Forte, que eclodiu em 5 de julho de 1922 no forte Copacabana e na

Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, e em Mato Grosso, onde os rebeldes foram comandados pelo general Clodoaldo da Fonseca, tio do marechal Hermes. A rebelião de julho de 1922 deu início ao ciclo de levantes e revoluções militares da década de 1920 — o movimento tenentista — que resultaria na Revolução de 1930.

O Clube Militar foi reaberto no início de 1923, mas o marechal Hermes da Fonseca não pôde reassumir a presidência por se achar impedido judicialmente. Em 2 de julho foi empossado o novo presidente do clube, o general Setembrino de Carvalho que, reelegendo-se mais duas vezes, esteve à frente da instituição até 1926. Nos primeiros seis meses de 1923, o general Francisco Flarys respondeu pelo clube como presidente em exercício.

A gestão de Setembrino de Carvalho correspondeu ao mandato presidencial de Artur Bernardes, com quem a antiga diretoria do clube se incompatibilizara desde o episódio das cartas falsas em 1921. Homem de confiança de Epitácio Pessoa, Setembrino havia apoiado Artur Bernardes na campanha presidencial de 1922. Com a vitória deste, tornara-se ministro da Guerra, cargo que ocuparia durante todo o quadriênio. Na verdade, a presença do general Setembrino à frente do Clube Militar representou uma intervenção federal na instituição, cuja vida, no curso desses quatro anos, caracterizou-se por um grande marasmo. Após a repressão ao levante do forte de Copacabana, grande número de sócios do clube foi preso ou transferido para outros estados, e a própria diretoria chegou a ficar reduzida a sete membros. Nesse período, a frequência ao clube diminuiu consideravelmente, e muitas assembleias e reuniões de diretoria deixaram de se realizar por falta de *quorum*. O próprio Setembrino de Carvalho raramente comparecia à sede do clube.

Em 1926, o general João de Deus Mena Barreto foi eleito presidente do Clube Militar, dando início à normalização de suas atividades. Em 15 de novembro daquele ano, dia em que Washington Luís foi empossado na presidência da República, saiu o primeiro número da *Revista do Clube Militar*. Ainda na gestão de Mena Barreto, os estatutos do clube foram modificados: o mandato da diretoria passou de um para dois anos; entrou em vigor o princípio da eleição direta em assembleia, e foi proibida a reeleição de membros da diretoria e dos conselhos.

PERÍODO PÓS-1930

Inicialmente dividido sobre que atitude tomar em relação ao governo provisório implantado após a Revolução de 1930 tendo à frente Getúlio Vargas, o Clube Militar procurou adotar uma posição neutra. Em setembro de 1931, o governo fez a doação definitiva ao Clube Militar do terreno e do prédio de sua sede na avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro.

Em 1935, o Clube Militar envolveu-se nas discussões em torno do projeto da Lei de Segurança Nacional. Prevendo, entre outros pontos, a supressão dos direitos políticos dos oficiais das forças armadas e a repressão às manifestações operárias, o projeto foi enviado pelo governo à Câmara em janeiro de 1935 e aprovado dois meses mais tarde. Diversas conferências foram pronunciadas na sede do clube, que se dividiu entre defensores do projeto, em sua maioria oficiais de alta patente, e críticos, geralmente oficiais de patente mais baixa ligados à ala esquerda do tenentismo.

O clube também esteve envolvido na questão do aumento dos vencimentos dos militares, que provocou tensões importantes entre os setores militares e o governo federal. O general Guedes da Fontoura, comandante da Vila Militar, e presidente do Clube Militar a partir de maio de 1935, chegou a articular a derrubada do governo, se a Câmara dos Deputados não aprovasse as tabelas relativas ao aumento dos vencimentos dos militares. A tentativa de golpe foi sustada pelo governo.

Após a derrocada dos levantes de inspiração comunista em novembro de 1935, seguiu-se uma forte repressão política e militar que atingiu o clube e resultou na expulsão de vários oficiais de seu quadro social. A partir de 1939, o clube passou a ser presidido pelo general José Meira de Vasconcelos, ligado ao governo, que teve seu mandato prorrogado.

Em 1945 o clube promoveu homenagem aos pracinhas brasileiros que retornaram da guerra na Europa. No mesmo ano, foram reintegrados ao Clube Militar seus ex-sócios beneficiados pela lei de anistia votada em abril.

No período 1945-1964, o Clube Militar participou ativamente das grandes questões políticas e econômicas nacionais. Sua atuação foi também marcada pelo confronto de duas alas, uma nacionalista e outra mais conservadora, identificada com o anticomunismo. As duas opuseram-se em torno de questões como a exploração do petróleo – a Campanha do Petróleo, deflagrada no país, culminou com a criação da Petrobras em 1953 – e a eventual

participação brasileira na Guerra da Coreia ao lado dos americanos – rejeitada pelo segundo governo Vargas (1951-1954).

De 1950 a 1952 o clube foi presidido pelo setor nacionalista, que publicou na *Revista do Clube Militar* artigos contrários à participação brasileira no conflito coreano. A violenta reação da ala anticomunista provocou, porém, a derrota do grupo nacionalista em 1952. Dois anos mais tarde, a entidade passou ao controle de setores claramente contrários ao governo Vargas e próximos da União Democrática Nacional (UDN). Em agosto de 1954 o clube endossou o pedido de renúncia de Vargas, feito pelo Clube de Aeronáutica após o atentado contra Carlos Lacerda, que resultou na morte do major-aviador Rubens Vaz.

De 1956 a 1962, o Clube Militar esteve sob a influência de grupos legalistas e moderados, passando depois a ser dirigida, entre 1962 e 1964, pelo marechal Augusto da Cunha Magessi Pereira, contrário ao governo de João Goulart (1961-1964). A derrubada de Goulart, em abril de 1964, foi saudada pela direção do clube.

A partir de 1964, o Clube Militar passou a dedicar-se prioritariamente a assuntos de ordem administrativa e à ampliação do seu patrimônio. Em 1984, no contexto da abertura política, foi eleito para presidir a entidade o general Tasso Vilar de Aquino, que derrotou a chapa da Soberania Nacional, defensora do engajamento dos militares na discussão dos grandes problemas nacionais. O general Tasso imprimiu ao clube uma orientação fortemente apartidária, direcionando o foco para atividades culturais e recreativas. Em 1987 o centenário da entidade foi comemorado. Na década seguinte, com a eleição do general Nilton Cerqueira, entraram em pauta questões salariais e corporativas, que passaram a ser objeto de forte preocupação da direção do clube.

Com a eleição do general Hélio Ibiapina Lima, em 1996, o clube manifestou-se abertamente em relação a algumas questões políticas, como a da indenização aos familiares de mortos e desaparecidos sob o regime militar, iniciativa criticada pela diretoria. O Clube Militar discutiu ainda o tema da criação do Ministério da Defesa, unificando os três ministérios militares – Exército, Marinha e Aeronáutica –, que acabou sendo efetivada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) em junho de 1999. Através do general Ibiapina, a entidade criticou também a política econômica do governo e a venda da Companhia Vale do Rio Doce, bem como o grau de dependência do país em relação ao capital estrangeiro.

Nos anos seguintes, embora sem se envolver ativamente na vida política nacional, o clube continuou a se posicionar frente a questões importantes, como a da desmilitarização do controle de tráfego aéreo, intensificada sob o primeiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007).

Sergio Lamarão/Sérgio Montalvão/Inoã Carvalho Urbinati

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARONE, E. *República nova*; CARONE, E. *República velha*; CARVALHO, E. *Memórias; 100 anos* (v.1); CLUBE MILITAR. *Atas*; CLUBE MILITAR. *Relatório*; COHN, G. *Petróleo*; ENTREV. GLAUCO ANTÔNIO PRADO; *Estado de S. Paulo* (15/5/1990); *Folha de S. Paulo* (29/4/1984); *Globo* (17/5/1992); *IstoÉ* (22/4/1992); *Jornal do Brasil* (17/5/1984. 16/5/1990); LIRA, H. *História*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Deodoro*; OLIVEIRA, E. *De Geisel*; *Rev. Clube Militar* (1 - 7/1984, 5 - 7/1986, 4, 8/1987, 5 - 7/1988, 5 - 7, 11 - 12/1990, 1, 8 - 11/1991, 5 - 7/1992, 3 - 7/1994, 1 - 2/1995, 5 - 12/1996, 8 - 9/1997, 1 - 8/1998); SILVA, H. 1889; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1964; SODRÉ, N. *História*; SODRÉ, N. *A História Militar do Brasil*; SODRÉ, N. *Memórias*; *Veja* (7/3, 23/5/1984, 31/5/1995, 18/9/1996).

CLUBE NAVAL

Associação civil, fundada em 12 de abril de 1884, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Suas principais finalidades são “estreitar os laços... entre os oficiais da Marinha e entre estes e os das demais forças armadas”, “promover o aprimoramento social, cultural e técnico-profissional dos sócios” e “difundir os resultados de estudos sobre assuntos técnico-profissionais e científicos, ligados à profissão marítima em geral e à segurança nacional, levados a efeito no Clube Naval”.

Seu corpo social efetivo é constituído por oficiais da ativa e da reserva da Marinha de Guerra do Brasil, por oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) egressos da antiga Associação Naval, e por guardas-marinhas procedentes da Escola Naval.

O Clube Naval foi fundado após algumas tentativas infrutíferas no sentido de criar uma entidade que representasse os interesses dos oficiais da Marinha do Brasil. O capitão de fragata Luís Filipe Saldanha da Gama foi eleito seu primeiro presidente. Quatro anos depois, foi lançada a *Revista do Clube Naval*, até hoje em circulação.

PRIMEIRA REPÚBLICA

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 foi saudada com entusiasmo pelo Clube Naval, então presidido pelo contra-almirante Fortunato Fóster Vidal. Em dezembro, a diretoria do clube enviou uma mensagem de congratulações ao marechal Deodoro da Fonseca, chefe militar do movimento que depôs o imperador dom Pedro II e presidente do governo provisório. No documento, a instituição colocou-se à disposição do marechal na “grande obra de nossa regeneração social” e criticou abertamente o visconde de Ouro Preto, último chefe de gabinete do Império, acusando-o de “levar a efeito um plano que reduzia a verdadeiros títeres os militares quer de terra quer de mar”.

Em 1890, quando assumiu a presidência do clube, o barão de Jaceguai instituiu o Prêmio Almirante Jaceguai, concedido anualmente e até hoje em vigor, com a finalidade de estimular os estudos entre os oficiais de Marinha. Caberia à diretoria do Clube Naval selecionar um tema a ser desenvolvido pelos candidatos, que concorreriam sob pseudônimo.

De janeiro a fevereiro de 1891, um ex-presidente do Clube Naval, Fortunato Fóster Vidal, ocupou a pasta da Marinha. Nesse último mês, o Clube Naval manifestou sua simpatia pela candidatura de Deodoro da Fonseca à presidência da República, afirmando falar em nome da corporação.

A Revolta da Armada, que se desenrolou entre setembro de 1893 e março de 1894 na baía de Guanabara, envolvendo praticamente toda a esquadra brasileira, provocou grandes perturbações na vida da instituição. Um dos principais movimentos de contestação ao governo do marechal Floriano Peixoto, a revolta teve início com a prisão, em Santa Catarina, do então presidente do Clube Naval, Eduardo Wandenkolk, acusado de dar apoio aos revolucionários federalistas do Rio Grande do Sul. A revolta contou com a participação de um grande número de sócios do Clube Naval, além de ter sido liderada sucessivamente pelos almirantes Custódio de Melo e Saldanha da Gama, dois ex-presidentes do clube. A sede da instituição na praça Tiradentes foi submetida à vigilância contínua de agentes de segurança pública, que proibiam os sócios de entrar no prédio. Muitos oficiais de Marinha foram presos e exilados, o que acarretou uma sensível diminuição de frequência e o atraso no pagamento das mensalidades ao clube.

Cerca de 16 anos depois, em novembro de 1910, a Marinha brasileira foi abalada por uma revolta de marinheiros conhecida como Revolta da Chibata. O movimento estourou em navios de guerra fundeados na baía da Guanabara e visava a pôr fim aos maus-tratos, ao excesso de trabalho e à punição pela chibata, como forma de manter a disciplina a bordo. Durante o levante, oito oficiais foram mortos pelos revoltosos. O Clube Naval acusou os marinheiros sublevados de agirem sob a orientação de “forças estranhas à Marinha” e de terem tentado “destruir a ‘Disciplina’ e, a ‘Ordem’, mirando fins que... permanecem obscuros e mal delineados”.

Também no ano de 1910, foi inaugurada no Centro do Rio de Janeiro a sede social do Clube Naval, a mais antiga da entidade.

Na década de 1920, o quadro político brasileiro foi sacudido por uma série de revoltas militares, sobretudo no Exército. A Marinha também se sublevou em algumas ocasiões contra o governo central, principalmente durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926). Em outubro de 1924, o capitão de mar e guerra Protógenes Guimarães, que no ano anterior assumira a presidência do Clube Naval, chefiou uma conspiração contra Bernardes,

logo descoberta e esmagada. Com a prisão de Protógenes, a presidência do clube foi ocupada pelo primeiro vice-presidente Francisco Radler de Aquino.

Em novembro do mesmo ano, ocorreu o levante do encouraçado *São Paulo*, ancorado na baía de Guanabara. O movimento foi chefiado pelo primeiro-tenente Herculino Cascardo, que, juntamente com mais sete oficiais, era sócio do Clube Naval. Os oito revoltosos foram eliminados do quadro social do clube, de acordo com a letra *b* do artigo 89 dos estatutos vigentes na época, em sessão do conselho diretor datada de 27 de novembro. Quatro anos depois, na assembleia geral extraordinária de 6 de dezembro de 1928, o clube decidiu readmitir os sócios expulsos em 1924. O almirante José Isaías de Noronha, que presidiu a assembleia, era o comandante-em-chefe da Esquadra e, como a decisão da reunião não agradou ao governo, foi informado de que só permaneceria no cargo se renunciasse à presidência do Clube Naval. Noronha preferiu entregar o comando da Esquadra a seu substituto, e permaneceu à frente do clube.

PERÍODO PÓS-1930

A Revolução de 1930 não trouxe modificações substanciais à vida do Clube Naval, que permaneceu voltado principalmente para seus problemas internos. A exemplo do que se verificara durante a Primeira República, a participação do clube no cenário político nacional continuou se dando de forma indireta, através de sócios que se constituíam eventualmente em atores de determinados acontecimentos, ou através da própria Marinha enquanto instituição.

Em março de 1935, o Clube Naval abrigou uma reunião de militares da Marinha e do Exército, presidida pelo capitão de corveta Mário Midosi Chermont, na qual se criticou abertamente o projeto da Lei de Segurança Nacional em votação no Congresso desde janeiro. O projeto de lei previa, entre outros pontos, a supressão dos direitos políticos dos oficiais das forças armadas, provocando profunda divisão nos meios militares. Em dezembro de 1935, a diretoria e o conselho diretor do clube manifestaram solidariedade ao ministro da Guerra e ao presidente do Clube Militar pela morte de militares legalistas durante a Revolta Comunista de novembro daquele ano.

Em agosto de 1954 – após o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, que resultou a morte do major-aviador Rubens Vaz –, o Clube Naval não deixou de se envolver, embora de maneira bem mais discreta do que o Clube Militar, na vida política nacional.

Assim, a agremiação veio a tomar parte ativa nas articulações contra a permanência no poder de Getúlio Vargas, que, pressionado, acabou cometendo suicídio.

No período imediatamente anterior ao movimento militar de 1964, o Clube Naval participou diretamente da vida política brasileira, fato em parte explicado pela própria situação interna da Marinha, cuja alta oficialidade via-se ameaçada por uma eventual quebra da hierarquia, sobretudo com a eclosão de um levante de marinheiros e fuzileiros em março de 1964. Embora o levante tenha sido rapidamente debelado, a atitude conciliadora do governo de João Goulart (1961-1964) para com os amotinados provocou fortes críticas de militares considerados legalistas e fortaleceu a conspiração para depor o governo, articulada por setores militares e empresariais. O golpe que derrubou Goulart, em 31 de março, contou com pleno apoio do Clube Naval, que participou diretamente das ações militares, dirigindo, inclusive, a ocupação do prédio do Ministério da Marinha.

Durante o regime militar (1964-1985), o Clube Naval manteve-se distante de qualquer atividade política, caracterizando-se como uma instituição voltada para atividades recreativas e culturais. No ano de 1984, a entidade, sob a direção do almirante de esquadra Paulo de Bonoso Duarte Pinto, comemorou seu centenário. O retorno aos governos civis não modificou realmente a posição de distanciamento político do Clube Naval, que só voltou a se pronunciar politicamente durante o episódio que levou ao *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Em dezembro daquele ano a agremiação expressou, através de seu presidente, almirante Vítor Alberico Boisson de Moraes, sua desaprovação diante do governo Collor.

Nos anos seguintes, o Clube Naval manteve-se concentrado prioritariamente na promoção de suas atividades culturais e recreativas, mas se pronunciou em relação a algumas questões de amplitude nacional. Assim, durante o processo eleitoral de 1994, o clube criticou a falta de recursos para a manutenção das forças armadas, e, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), criticou duramente a aprovação da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que concedeu indenizações aos familiares de pessoas mortas e desaparecidas durante o regime militar.

Sergio Lamarão/ Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: *Boletim do Clube Naval* (1-3/1964); CLUBE NAVAL. Disponível em:
<<http://www.clubenaval.com.br/Historia.htm>>. Acesso em: 16/7/2010; COL. BRAS.
DE GENEALOGIA. Disponível em:
<http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_m_07.html>. Acesso em:
17/7/2010; *Globo* (11/6/1984); KUPPER, A. *Cem*; MATHIAS, H. *História*;
Revista do Clube Naval (n.286-295, 303,304).

CLUBE REPUBLICANO

Grupo criado no Rio de Janeiro logo após a Guerra do Paraguai (1864-1870) em protesto contra o centralismo administrativo da Monarquia e em defesa da implantação no Brasil de uma República federativa, segundo o modelo dos Estados Unidos da América. Foi lançado com o *Manifesto Republicano* de 3 de dezembro de 1870 e, em poucos meses, vários clubes semelhantes se espalharam pelo país. O mais importante, em São Paulo, resultou no Partido Republicano Paulista. Os líderes do clube do Rio eram o advogado e deputado Joaquim Saldanha Marinho e o jornalista Quintino Bocaiúva.

O MANIFESTO REPUBLICANO

Desde o início do Segundo Reinado, em 1840, os partidos Liberal e Conservador alternavam-se no Conselho de Ministros, também chamado gabinete. Em 1868, a substituição do liberal Zacarias Góis de Vasconcelos pelo conservador Joaquim José Torres Rodrigues, visconde de Itaboraí, na chefia do gabinete foi entendida como um golpe de Estado. Na oposição ao novo ministério, os liberais aliaram-se aos progressistas, seus rivais numericamente inferiores, e não participaram da eleição daquele ano. Em 1869, publicaram um manifesto em que denunciavam a instalação de uma ditadura sob a proteção do Poder Moderador – exercido pelo imperador dom Pedro II – e pediam reformas urgentes: voto direto nas cidades com mais de dez mil habitantes, separação entre a polícia e o Poder Judiciário, abolição da Guarda Nacional e extinção gradativa da escravidão.

O manifesto dos liberais não teve grande repercussão, mas chamou a atenção de jovens bacharéis republicanos do Clube Radical que usavam os jornais *Opinião Liberal* e *Correio Nacional* para pedir o fim do Poder Moderador, do Conselho de Estado que lhe era auxiliar, e do Senado vitalício, e ainda a abolição imediata da escravidão sem indenização aos proprietários de escravos. Além dos jornais, os bacharéis disseminavam suas idéias em “conferências radicais” nas províncias, em cidades como São Paulo e Recife. Em 3 de dezembro de 1870, o Clube Radical lançou o *Manifesto Republicano*, na primeira edição do

jornal *A República*, e mudou seu nome para Clube Republicano.

O documento trazia 57 assinaturas de comerciantes, fazendeiros, profissionais liberais e poucas assinaturas de políticos de expressão. Um deles era o conselheiro Saldanha Marinho, líder maçônico, deputado e ex-presidente das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, onde nascera. Pouco antes, Marinho se elegera senador, mas fora preterido pelo imperador na lista tríplice para o Senado.

Após analisar a história do Brasil desde a Colônia, o *Manifesto Republicano* atribuía a má administração ao centralismo e indicava o federalismo como solução, por ser “baseado na independência recíproca das províncias”. Pedia a implantação imediata da República, sugeria “a convocação de uma assembleia constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo regime”, e terminava com a referência ao federalismo norte-americano: “Somos da América, queremos ser americanos.” Apesar de a escravidão já ter sido extinta em outros países do continente, o documento não abordava a questão. O texto é atribuído ao jornalista Quintino Bocaiúva, maçom como Saldanha Marinho, que se tornaria o primeiro ministro das Relações Exteriores da República e, depois, presidente do estado do Rio de Janeiro.

Em função do *Manifesto*, mais de 20 jornais e clubes republicanos surgiram nas províncias. O mais importante era o de São Paulo, que realizou uma convenção em Itu, no interior do estado, em 18 em abril de 1873, e um congresso na capital logo depois. Além de fundar o Partido Republicano Paulista (PRP), os republicanos lançaram uma proposta de Constituição para seu estado, fiéis à idéia do federalismo. Embora detalhada, a carta legal também não tomava partido na questão da escravidão. Alegava que cabia aos monarquistas cuidar do assunto e que, caso os republicanos os fizessem, seria uma decisão de cada província, sempre com indenização aos senhores de escravos. O historiador José Murilo de Carvalho, na biografia de dom Pedro II, chama a atenção para o fato de que boa parte desses republicanos eram fazendeiros de café e donos de escravos, como Manuel de Campos Sales, que seria eleito presidente do Brasil em 1898, pelo PRP.

A partir da convenção de Itu, o movimento avançou também por Minas Gerais e pelo Sul

do país. No entanto, não parecia ser levado a sério pelo imperador, sempre atacado pelos republicanos por representar o regime que queriam extinguir e por exercer o Poder Moderador, que lhe dava o direito de intervir em toda a política nacional e era considerado umas das causas das mazelas do país. Ainda segundo José Murilo de Carvalho, dom Pedro II impediu que o chefe do Conselho Ministros, marquês de São Vicente, negasse aos republicanos declarados acesso aos cargos públicos. São Vicente substituiu o visconde de Itaboraí a partir de 1870 e alegava que mesmos países democráticos como a Inglaterra não admitiam inimigos das instituições no serviço público, como era o caso dos signatários dos manifestos.

Durante a gestão visconde do Rio Branco como chefe do gabinete, entre 1871 e 1875, sucedendo à de São Vicente, a tipografia de *A República* foi assaltada. O jornal, que surgira com três edições semanais, tornara-se diário em menos de um ano, com tiragem de dez mil exemplares, número excepcional para uma cidade com menos de um milhão de habitantes, majoritariamente analfabetos. Sob a direção de Quintino Bocaiúva, publicava artigos dos fundadores do Clube Republicano. O ataque à tipografia foi creditado à polícia ou à sua conivência com os responsáveis pelo ato. Embora o jornal se tivesse tornado importante veículo da elite favorável fim da monarquia, dom Pedro II condenou o ato e exigiu punição para os responsáveis, aumentando a impressão de sua ambiguidade quanto ao regime republicado. O imperador deu, porém, um duro golpe nos partidários da República em 1878, quando Lafayette Rodrigues Pereira, signatário do *Manifesto Republicano*, aceitou um cargo no Conselho de Ministros chefiado pelo visconde de Sinimbu.

O Clube Republicano, se não foi decisivo para a proclamação da República em 1889, 19 anos depois de sua criação, serviu para disseminar o ideal pelo país, ao menos entre a elite letrada. Além disso, evidenciou um dos elementos do dualismo que o historiador Raimundo Faoro aponta como constante na história política brasileira: federalismo contra centralismo, setor privado contra burocracia etc.

Beatriz Coelho Silva

FONTES: CARVALHO, J. *Pedro II*; FAORO, R. *Donos*; FLORES, M. *Dicionário*; GOMES, R. *Revolução*; SCHILLING, V. *Movimento*; Wikipédia. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org/>>. Acesso em: 29/5/2009.

COCHRANE, Tomás Wallace da Gama

* min. TCU 1905-1908.

Tomás Wallace da Gama Cochrane nasceu em Santos (SP) no dia 21 de novembro de 1861, filho de Inácio Wallace da Gama Cochrane e de Marta Luísa Vieira Barbosa da Gama Cochrane.

Formou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883, e desse ano a 1885 trabalhou como advogado em Santos. Em 1885, foi convidado pelo conselheiro Antônio da Silva Prado para ocupar o cargo de secretário do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Já sob o regime republicano, a partir de 1892 exerceu as funções de oficial, chefe de seção e diretor-geral do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Foi secretário dos ministros Serzedelo Correia, Antônio Olinto dos Santos Pires, Joaquim Murtinho, Sebastião de Lacerda e Jerônimo Jardim. Foi ainda secretário da presidência no governo Campos Sales (1898-1902).

Em 23 de setembro de 1905, tomou posse como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal, criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Originariamente o TCU era responsável pelo exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas à receita e à despesa da União. A Constituição de 1891 conferiu-lhe competência para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Exerceu o cargo de ministro do TCU até 1908.

Faleceu em 18 de outubro de 1910.

Publicou *Relatórios anuais dos Ministérios e de outras comissões*.

Izabel Pimentel da Silva

Fonte: TRIB. CONT. UNIÃO. Disponível em:
<<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU>>; TRIB. CONT. UNIÃO.
Ministros do Tribunal.

CÓDIGO CIVIL DE 1916

Código instituído pela Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, também conhecido como *Código Beviláqua*. Entrou em vigor em janeiro de 1917 e permaneceu vigente no país até janeiro de 2002. Seus 2.046 artigos aparecem divididos em dois grandes blocos: Parte geral e Parte especial. A primeira parte é composta de três livros intitulados: Das pessoas, Dos bens e Dos fatos jurídicos; quatro livros compõem a Parte especial: Do direito de família, Do direito das coisas, Do direito das obrigações e Do direito das sucessões.

HISTÓRICO

Até a entrada em vigor do Código Civil em 1917, reinava grande confusão no âmbito do direito privado brasileiro – para muitos, um emaranhado caótico em que vigiam institutos do direito romano e canônico, as Ordenações Filipinas, compilação feita em 1603, durante a União Ibérica, inúmeras leis extravagantes, muitas das quais contraditórias, e, ainda, o direito de outros países, subsidiariamente aplicado no Brasil pelos dispositivos da Lei da Boa Razão.

Todavia, não partiu dos juristas republicanos o projeto de realizar uma compilação capaz de abarcar, unitariamente, as regras relativas à convivência civil, à propriedade, às relações de família e sucessão, aos contratos e aos diferentes modos de incapacidade e exercício de direitos. O comando para a elaboração de um Código Civil apareceu no art. 179, XVIII, da Constituição de 1824, que dispunha: “organizar-se-á quanto antes um Código Civil, e Criminal, fundado nas sólidas bases da Justiça, e Equidade”. Não obstante denotar-se urgência na disposição, somente após 30 anos de jurada a Carta Imperial por dom Pedro I, foi ela efetivamente atendida: em 1855, o jurisconsulto Augusto Teixeira de Freitas, por contrato celebrado com o Império, recebeu o encargo de elaborar o projeto de um Código Civil.

Teixeira de Freitas foi advogado e realizou seus estudos na Faculdade de Direito do Recife, sendo considerado um dos mais brilhantes juristas de sua época. Influenciado pelas idéias

forjadas pelo iluminismo português e pela tese segundo a qual a codificação e o direito escrito constituem fontes mais autorizadas para regular a vida civil, depois de quatro anos de trabalho ininterrupto, trouxe à luz a *Consolidação das leis civis do Império*. A compilação que veio a se tornar, em 1862, o *Esboço de Código Civil*, continha mais de 4.900 artigos e representou uma alternativa ao liberalismo jurídico, inspirado pelo Código Napoleão de 1804. Embora considerado completo e capaz de abarcar todos os domínios do direito privado brasileiro, o trabalho sofreu diversas críticas quando levado a uma comissão de juristas escolhida pelo ministro da Justiça, o conselheiro Martiniano de Alencar. O *Esboço* foi, assim, considerado inaplicável à realidade brasileira, e em alguns aspectos, acusado de não levar em conta costumes consolidados em nossa formação social. De toda forma, durante a segunda metade do século XIX, o trabalho de Teixeira de Freitas tornou-se importante fonte de consulta doutrinária e exegetica. Em várias circunstâncias, o monumento jurídico do grande advogado baiano constituiu-se como único recurso possível quando se fez necessário o esclarecimento de obscuridades existentes no complicado edifício legal do Império. Além disso, o *Esboço* serviu de orientação para os códigos civis da Argentina e Uruguai.

A partir daí, dois outros projetos de Código Civil foram realizados no Brasil. O primeiro, destinado a atender a outra solicitação do Império, foi apresentado em 1881 por Felício dos Santos, que defendia ser adequada uma compilação de caráter objetivo e geral, que pudesse ser imediatamente aplicada, sem contestações ou polêmicas. O segundo projeto, apresentado em 1890, já com a República proclamada, era de autoria de Coelho Rodrigues. Nenhum dos dois, contudo, foi sequer levado à Câmara.

Em 1899, durante o governo Campos Sales, depois de um período de intensa agitação na vida política nacional, veio à discussão, novamente, a necessidade de o país possuir um diploma unificado e coerente, que substituísse sua confusa coleção de leis civis. Nesse ponto, a elaboração de um Código Civil inscrevia-se no amplo projeto civilizatório da República nascente. Convidado para a tarefa, o jurista e professor Clóvis Beviláqua apresentou, em outubro do ano seguinte, a conclusão de seus trabalhos.

Aluno de Tobias Barreto, Clóvis Beviláqua também cursara a Faculdade de Direito do Recife, em época muito diferente da de seu antecessor Teixeira de Freitas. Separado por mais de meio século do ambiente dominado pela tradição jurídica portuguesa e universalista, pertenceu à época em que, na Faculdade do Recife, buscavam-se os fundamentos de um direito nacional, de cunho científico, liberal e positivista, e livre das tradições identificadas com o passado colonial-português.

O anteprojeto de Beviláqua foi aprovado e encaminhado ao Congresso Nacional ainda em 1900, com moção do ministro da Justiça, Epiácio Pessoa. Aprovado na Câmara, o projeto foi em seguida levado ao Senado, cabendo a Rui Barbosa a elaboração de um parecer sobre ele. Inexplicavelmente, Rui demorou-se na conclusão do parecer e, quando este veio a público, em 1902, não havia nenhuma palavra sobre o conteúdo jurídico, técnico ou de princípios do projeto. Rui Barbosa esquadrinhou o projeto de Beviláqua em cada um de seus artigos, mas prendeu-se a avaliá-los do ponto de vista da gramática, esmerando-se em emendar o que considerou desvios da norma culta, localizando erros de concordância, cacófatos (a “intrínseca validade” do art. 14) e assonâncias. Até a falta de estilo do autor foi lamentada pelo senador. Em lugar de um debate jurídico, a celeuma transformou-se numa das maiores polêmicas intelectuais da época. Inviabilizada a aprovação do projeto, seu autor redigiu *Em defesa do Código Civil*, do qual saiu em defesa Carneiro Ribeiro, um dos mais conceituados filólogos do início do século XX.

Emendado naquilo que foi considerado indispensável, vencida a polêmica, para muitos, resultado de divergências havidas no campo puramente pessoal entre Beviláqua e Rui Barbosa, o Código Civil foi finalmente aprovado em janeiro de 1916, durante o governo de Venceslau Brás, para suplantar de vez a arcaica legislação civil brasileira, cuja base ainda era muito do que dispunham as Ordenações Filipinas.

INFLUÊNCIAS E DISPOSIÇÕES

O Código de 1916 resultou de várias influências: do caráter de “afetividade” e “liberalismo” de seu autor, segundo Pontes de Miranda; da própria sistematização levada a

efeito por Teixeira de Freitas, meio século antes; do positivismo que dominava a Escola do Recife na segunda metade do século XIX, e, principalmente, do liberalismo jurídico e burguês do Código Napoleão de 1804.

Agitavam-se no Código Beviláqua, em busca de equilíbrio, tendências oriundas do igualitarismo e do individualismo burguês da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, com a perspectiva patrimonialista e centralizadora do Estado, a par da tradição patriarcal da formação social brasileira. Assim, os três elementos fundamentais da codificação civil em jogo – a propriedade, a família e o contrato – quando positivados, precisaram levar em consideração aquelas tendências, a fim de que pudessem se tornar efetivos como lei e, assim, aplicáveis.

No que diz respeito à propriedade, o Código de 1916 reproduziu a idéia do Código Napoleônico, ao considerá-la direito natural e valor em si. No diploma francês, no art. 544, consta que “a propriedade é o direito de gozar e dispor das coisas da maneira mais absoluta”; no código brasileiro, no art. 524, “a lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua”. Mas, se no código francês, resultado do processo revolucionário, foram abolidos todos os direitos senhoriais originários do feudalismo, no código brasileiro, alguns daqueles privilégios de domínio, ligados à enfiteuse e aos foros (art. 674), permaneceram quase que idênticos ao que dispunham as Ordenações Filipinas.

Quanto ao tema relacionado à família, o Código Civil de 1916, marcado que estava pela moral, pela tradição e por um modelo de organização familiar específica, não pôde avançar tanto quanto seu congênere francês, que estabeleceu a possibilidade do divórcio em três circunstâncias (verdade que o projeto de Jean-Jacques Cambacérès, de 1796, previa sete possibilidades): adultério, excessos e injúrias graves. No Código Beviláqua a palavra divórcio sequer apareceu – só viria a aparecer em 1977, quando a Lei nº 6.515 incluiu o inciso IV, no art. 267, para permitir o divórcio como uma das modalidades da dissolução conjugal. A ausência do divórcio no texto original representaria, para Orlando Gomes, “exemplo de intervenção religiosa na elaboração da lei”.

Já quanto à mulher, nesse mundo juridicamente codificado e de proteção da família como entidade dotada de patrimônio, ambos os códigos lhe reservaram papel secundário, reflexo mesmo do lugar em que esta vivia. Se no Código Napoleônico, segundo Joseph Goy, “a tinham na conta de um ser fraco, dotado de um espírito móvel e frívolo, que se impunha proteger”, no Código Beviláqua separou-se para a mulher o inciso IV, do art. 6º, em que figuravam os relativamente incapazes (menores de 18 anos, silvícolas, pródigos etc.).

Evidentemente, um código se dispõe a unificar regras de convivência e poderes privados. É resultado de um trabalho especializado, tecnicamente orientado por uma formação acadêmica e, em oposição ao direito costumeiro, cristaliza-se enquanto norma escrita. Para entendê-lo como reflexo, há que se levar em conta que há uma interpretação de tradições e hábitos culturais por parte de quem o elabora e do lugar que este ocupa no campo do saber: o mundo jurídico. Por outro lado, pode-se dizer que, no caso brasileiro, o Código Civil em parte conseguiu expressar relações já existentes no seio da organização patriarcal brasileira, ao contemplar o pátrio poder, as diferenças entre filhos legítimos e ilegítimos, biológicos e adotados, a figura do marido como chefe da relação conjugal e mais uma significativa quantidade regras e procedimentos de conteúdo moral cristão, bem ao gosto das classes a quem o código se destinava.

Quanto aos contratos, tanto o Código Napoleão quanto o Beviláqua partiram da idéia de que qualquer pessoa, desde que não impedida legalmente, era livre para pactuar, consagrando o princípio da autonomia da vontade e a noção de que os indivíduos têm liberdade plena e sem mediação para contratar. E nesse aspecto o Código Beviláqua pareceu estar dissociado da sociedade brasileira, eminentemente rural, recém-saída de três séculos de escravidão, acostumada a privilegiar a oralidade no ato de pactuar diante dos índices elevados de analfabetismo. Daí por que os princípios igualitários que orientaram os artigos relativos aos contratos e ao direito das obrigações permaneceram longo tempo como noção vaga e abstrata.

O Código Civil de 1916 sofreu inúmeras alterações, sendo que a primeira delas se deu em 1919. Em decorrência do lugar ocupado pela mulher no mercado de trabalho e da

efetividade dos ideais de igualdade, em 1962 retirou-se a mulher do artigo que classificava os relativamente incapazes, e em 1977 a Lei nº 6.515 incluiu o inciso IV no art. 267, para permitir o divórcio como uma das modalidades da dissolução conjugal.

Com o passar do tempo e a aplicação sistemática de seus regulamentos, tornou-se mais fácil o manejo do Código Civil, e melhor a compreensão de seus princípios. Todavia, o século XX não assistiu à elaboração de grandes codificações, dado que as obras legislativas deram preferência a regulamentos especiais. Por outro lado, pode-se dizer que as duas experiências de elaboração de compilações civis, a de Teixeira de Freitas e a de Clóvis Beviláqua, estiveram sempre no horizonte jurídico nacional como experiências bem-sucedidas, a orientar a formação de novas comissões para a elaboração de estudos acerca da atualização do Código de 1916 ou de um novo diploma substancial civil. Assim, em 1975, o projeto do Novo Código Civil da comissão chefiada por Miguel Reale foi apresentado à Câmara dos Deputados e, aprovado em 2001, entrou em vigor com a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Atualmente, muitas das disposições do diploma de 1916 ainda são aplicadas, em obediência ao princípio da irretroatividade das leis e em consequência da necessidade de disciplinar relações surgidas na época da vigência do Código Beviláqua.

Eduardo Junqueira

Fontes: BUENO, A.; ERMAKOFF, G. *Duelos*; CAMPANHOLE. *Constituições*; GOMES, O. *Agonia*; MIRANDA, P. *Fontes*; POUSADA, E. *Preservação*.

COELHO NETO, Francisco José

* militar; pres. AL 1859; min. Mar. 1894; min. STM 1895-1911.

Francisco José Coelho Neto nasceu no estado da Bahia no dia 30 de outubro de 1830, filho do desembargador Francisco José Coelho Neto e de Raquel Espirituosa Fernandes.

Ainda jovem ingressou na Marinha, tornando-se aspirante a guarda-marinha em 3 de março de 1846 e guarda-marinha em 22 de dezembro de 1848. Promovido a segundo-tenente em 9 de janeiro de 1851, a primeiro-tenente em 2 de dezembro de 1856, a capitão-tenente em 29 de dezembro de 1867 e a capitão de fragata em 2 de dezembro de 1869, teve participação destacada na Guerra do Paraguai (1864-1870), que foi o conflito externo de maior repercussão na América do Sul, não só pela mobilização e perda de homens, mas também por seus aspectos políticos e financeiros. O confronto entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai representou de fato um divisor de águas para a história desses países. No caso argentino e uruguaio, a guerra influenciou a consolidação de seus respectivos Estados nacionais. Para o Paraguai, o conflito deflagrou uma enorme crise econômica e social, tornando a economia paraguaia um satélite da economia da Argentina. Já para o Brasil, a Guerra do Paraguai representou o apogeu da força militar brasileira, mas, paradoxalmente, acirrou as contradições da monarquia.

Por sua atuação na Guerra do Paraguai, Francisco José Coelho Neto foi condecorado com a medalha Comemorativa da Rendição da Força Paraguaia e com a medalha de prata da Passagem do Tonelero. Receberia ainda a medalha Comemorativa da Campanha Oriental e as comendas de cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz e de cavaleiro da Ordem da Rosa.

Em 1º de dezembro de 1882 foi promovido a capitão de mar e guerra. Ostentava essa patente quando, no dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis derrubou o Império e proclamou a República no Brasil. Dois meses depois, em 8 de janeiro de 1890,

foi promovido a contra-almirante, passando a vice-almirante em 11 de setembro de 1893, já no governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894).

Em 5 de janeiro de 1894, foi nomeado ministro da Marinha, sucedendo a Filipe Firmino Rodrigues Chaves. Permaneceu no cargo até 26 de junho de 1894, quando foi substituído interinamente por Bibiano Sérgio Macedo Costallat, o qual, por sua vez, passou a pasta em 2 de julho a João Gonçalves Duarte. Em 30 de setembro de 1894, foi transferido para a reserva. Voltou, contudo, à ativa em 11 de março de 1895, no governo do presidente Prudente de Moraes (1894-1898). Em 22 de julho foi promovido a almirante e, dois dias depois, tomou posse como ministro do então Supremo (atual Superior) Tribunal Militar (STM). Em 17 de outubro de 1898 reformou-se e em 24 de fevereiro de 1911 pediu exoneração do cargo de ministro do STM.

Durante sua longa carreira militar, comandou o brigue-escuna *Éolo* (interinamente), o brigue *Calíope*, o brigue-escuna *Xingu*, o vapor *Thetis*, a corveta *Iguatemi*, o vapor *Onze de Junho*, a corveta *Recife*, a corveta *Beberibe*, o encouraçado *Barroso*, as corvetas *Recife* e *Bahiana*, o encouraçado *Herval*, o vapor *Paranaense*, a corveta *Guanabara*, o encouraçado *Mariz e Barros*, a canhoneira *Fernandes Vieira* e *Iniciadora*, o encouraçado *Bahia* e *Javari* e a corveta *Niterói*. Comandou também a Flotilha de Mato Grosso, a Divisão de Torpedeiras e a Divisão de Encouraçados, e foi chefe da Esquadra, chefe da Repartição da Carta Marítima (criada a partir da fusão das repartições dos Faróis, de Hidrografia e de Meteorologia) e vice-diretor da Escola da Marinha.

Faleceu em 11 de agosto de 1911.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, 2); *Biografias dos ministros*; COL. NAV.
Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/cn/colégio/historico.htm>>; DORATIOTO,

F. *Maldita*; MUS. IMP. Disponível em: <www.museuimperial.gov.br>; SUP. TRIB. MIL. Disponível em: <<http://www.stm.jus.br/>>.

COELHO NETO, Henrique

*escritor; dep. fed. MA 1909-1917.

Henrique Maximiano Coelho Neto nasceu no município de Caxias (MA) no dia 21 de fevereiro de 1864, filho do comerciante Antônio da Fonseca Coelho e da índia Ana Silvestre Coelho. Em sua vida profissional foi político, mas também professor, romancista, contista, crítico, teatrólogo, memorialista e poeta. Além de assinar trabalhos com seu próprio nome, escrevia sob diferentes pseudônimos, entre eles Anselmo Ribas, Caliban, Ariel, Amador Santelmo, Blanco Canabarro, Charles Rouget, Democ, N. Puck, Tartarin, Fur-Fur e Manes.

Em 1870 a família veio para a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, perseguida por problemas políticos no Maranhão. Coelho Neto iniciou seus estudos em 1872 no Colégio Jordão, no Mosteiro de São Bento, e depois no externato do Colégio Pedro II. Iniciou o curso de medicina, mas logo desistiu. Em 1883 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1885 transferiu-se para a Faculdade de Direito de Pernambuco e no mesmo ano para a da cidade de Campinas (SP). Suas ideias abolicionistas e republicanas o tornaram alvo de perseguições que o impediram de concluir o curso. Retornou ao Rio de Janeiro ainda em 1885.

Seu primeiro trabalho na imprensa foi no *Jornal do Comércio*, onde, aos 17 anos, escrevia poesia. A amizade com José do Patrocínio rendeu-lhe um emprego no jornal *Gazeta da Tarde*. A partir daí passou a escrever nos principais jornais da cidade, obtendo um sucesso vertiginoso. Nesse período, conviveu com grandes nomes do movimento abolicionista como Olavo Bilac, Raul Pompeia, Paula Nei e seu amigo José do Patrocínio. A chamada “Boemia literária” se reunia nos cafés e confeitarias da rua do Ouvidor, dos quais Coelho Neto era frequentador assíduo.

O fim da fase boêmia se deu em 1890 com o casamento com Maria Gabriela Brandão, filha de Alberto Brandão, conhecido educador com boas relações com as elites fluminenses – além de deputado provincial, Alberto Brandão seria também deputado federal de 1891 a

1893. Provavelmente o prestígio do sogro foi responsável por sua nomeação, ainda em 1890, para o cargo de secretário de Governo do Estado do Rio de Janeiro, e no ano seguinte, para diretor dos negócios do Estado, da Justiça e Legislação, durante o governo de Francisco Portela (1889-1891). Depois desse período, tornou-se professor de história da arte na Escola Nacional de Belas Artes, em 1892. Por suas atividades jornalísticas e literárias e por sua rede de sociabilidade, em 1897 foi um dos fundadores, ao lado de Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 2 que tem como patrono Álvares de Azevedo.

Entre 1901 e 1904 voltou a Campinas como lente de literatura no Ginásio de Campinas. Em 1904 retornou ao Rio de Janeiro como professor do Colégio Pedro II. A atividade jornalística, contudo, era sua principal fonte de renda, responsável pelo sustento de uma família de sete filhos que sobreviveram de um total de 14. Em 1905, com melhor situação financeira, fixou residência na rua do Roso, no bairro das Laranjeiras. O sucesso como escritor nas primeiras décadas do século XX o levou a desfrutar de enorme prestígio social e político nos meios burgueses e elegantes da sociedade carioca. Escrevia sobre tudo, abordando qualquer tema, desde culinária, moda, esporte e política. Seus críticos consideravam-no um autor de moda que assumia o estilo impessoal e anódino da *Belle Époque*. Seu maior opositor foi Lima Barreto, que o via como um escritor que punha a literatura a serviço dos modismos das elites, que aceitava fazer brindes de sobremesa para a satisfação de ricos incapazes de reconhecer a alma de uma criança negra.

Tais críticas não diminuía o prestígio do escritor, que transformou sua residência na rua do Roso em um verdadeiro salão literário, ponto de encontro de diversos intelectuais. Foi graças a esse prestígio que Coelho Neto recebeu o convite para candidatar-se a deputado federal pelo estado do Maranhão, o que acabou acontecendo em 1909. Nesse mesmo ano tornou-se lente do Ginásio Nacional e no ano seguinte assumiu o cargo de professor de história do teatro e literatura dramática na Escola de Arte Dramática do Rio de Janeiro, da qual se tornou diretor. Foi reeleito deputado em 1912 e novamente em 1915. Em 1917, ao final da legislatura, não teve seu mandato renovado. Sua atuação como deputado se deu

basicamente através de discursos sobre a necessidade de fazer do Brasil uma nação civilizada. Para tanto, propunha a criação de símbolos nacionais que representassem a defesa de valores ligados à disciplina e à eugenia.

Sua obra literária completa possui mais de 120 volumes publicados. Além disso, produziu mais de três mil contos, fábulas, palestras, conferências, discursos, mensagens, saudações, poesias, hinos esportivos e patrióticos. Isso tudo sem deixar de escrever diariamente para diversos jornais. Fundou, dirigiu e colaborou com cerca de 57 revistas e jornais no Brasil e no exterior. Entre as revistas que fundou destacam-se: *O Meio – Revista social, política, literária e artística* (1889), *A Política – Revista combativa e ilustrada* (1918) e *Atlética – Revista literária, artística e esportiva*.

A família foi um fator importante na vida de Coelho Neto. Após perder vários de seus filhos por doenças na infância, desistiu de mantê-los em ambientes fechados e resolveu expô-los a uma vida mais livre e dinâmica. Incentivando a prática da educação física, fez dos filhos grandes desportistas. Violeta já era, aos 10 anos, uma das maiores atletas de nado *crawl* da cidade; João Coelho Neto, conhecido como Preguinho, foi um atleta múltiplo, campeão em vários esportes, com destaque para a natação e o futebol, onde se destacou por ser o autor do primeiro gol da seleção brasileira em uma copa do mundo em 1930; Georges e Paulo jogaram *water-polo* e Mano (Emanuel Coelho Neto) foi campeão sul-americano de futebol em 1919. O incentivo ao esporte foi outra faceta do escritor, que se associou a vários clubes, recebendo as mais diversas homenagens. Entretanto, sua maior paixão foi o Fluminense Football Club, do qual compôs o primeiro hino oficial, em 1915, e foi diretor artístico em 1925.

Coelho Neto possuía um profundo carinho pelo Rio de Janeiro, que sonhava ver como uma das principais capitais do mundo, rivalizando com as da Europa. Foi considerado o criador da expressão “Cidade maravilhosa” para definir o Rio de Janeiro, que inspirou o compositor André Filho a compor uma marcha para o carnaval de 1935 com esse título.

Por ser herdeiro da geração de 1870, caracterizada pelo espírito científico e militante, acreditava no poder transformador das ideias científicas e da educação para conquistar uma

sociedade moderna civilizada baseada na evolução e no progresso. Por esses ideais, em toda a sua obra revela-se uma inquietação com a questão nacional. Para ele, o conceito de nação precisava ser construído a partir de três alicerces: a educação, voltada para os ensinamentos cívicos, a política, através de uma ação política que valorizasse a história e os símbolos nacionais e, por fim, o esporte, cuja principal qualidade seria a disciplina. Esse ideário nacional deveria ser elaborado por uma elite intelectual formada por homens de larga cultura e preparo para criar o “ideal do cidadão brasileiro” que permitiria que o Brasil se revelasse como uma nação civilizada. Dentro desse espírito, participou da fundação da Liga da Defesa Nacional em 7 de setembro de 1916, juntamente com Olavo Bilac, Pedro Lessa, Félix Pacheco, Miguel Calmon, Rui Barbosa e o então presidente da República Venceslau Brás, entre outros. Tornou-se membro do diretório central da liga.

A morte trágica de seu filho Emanuel em 1922, após um acidente em um jogo de futebol, marcou o início de uma nova fase em sua vida literária. Convertendo-se ao espiritismo, sua obra passou a abordar temáticas espirituais e religiosas. Além disso, sofreu fortes críticas na Semana de Arte Moderna de 1922 por seu estilo literário considerado ultrapassado. As críticas, entretanto, não diminuíram o ritmo de sua atividade intelectual. Membro do conselho consultivo do Teatro Municipal desde 1921, em 1926 assumiu a presidência da Academia Brasileira de Letras, substituindo Afonso Celso. Em 1928 a revista *O Malho* promoveu um concurso que o consagrou como o príncipe dos prosadores brasileiro. Nesse mesmo ano a rua do Roso passou a chamar-se Coelho Neto, em sua homenagem.

Apesar das diversas homenagens, sua carreira declinava vertiginosamente e, após o falecimento de sua esposa em 1931, passou a ter uma vida mais reclusa. Em 1932 a Academia Brasileira de Letras lançou oficialmente sua candidatura ao Prêmio Nobel de Literatura de 1933, vencido pelo russo Ivan Alekseyevich Bunin.

Faleceu no dia 28 de novembro de 1934 na cidade do Rio de Janeiro.

Após a morte seu nome caiu em esquecimento. Entretanto, na década de 1940 voltou a ser lembrado, principalmente pelo filho Paulo Coelho Neto, que em 1942 escreveu uma biografia do pai e publicou uma série de antologias de seus textos. Em sua obra destacam-

se *O meio* (1889), *Rapsódias* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1891"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1891) \o "1891" 1891), *A capital federal – Impressões de um sertanejo* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1893"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1893) \o "1893" 1893), *Baladilhas* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1894"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1894) \o "1894" 1894), *O fruto* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1895"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1895) \o "1895" 1895), *O rei fantasma* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1895"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1895) \o "1895" 1895), *Miragem* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1895"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1895) \o "1895" 1895), *Inverno em flor* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1897"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1897) \o "1897" 1897), *Álbum de Caliban* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1897"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1897) \o "1897" 1897), *Sertão* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1897"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1897) \o "1897" 1897), *O morto – memórias de um fuzilado* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1898"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1898) \o "1898" 1898), *O paraíso* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1898"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1898) \o "1898" 1898), *A descoberta da Índia* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1898"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1898) \o "1898" 1898), *O rajá de Pendjab* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1898"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1898) \o "1898" 1898), *Romanceiro* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1898"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1898) \o "1898" 1898), *A conquista* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1899"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1899) \o "1899" 1899), *Tormenta* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1901"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1901) \o "1901" 1901), *Turbilhão* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1904"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1904) \o "1904" 1904), *O Arara* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1905"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1905) \o "1905" 1905), *Jardim das oliveiras* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1908"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1908) \o "1908" 1908), *Esfinge* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1908"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1908) \o "1908" 1908), *Pátria brasileira – educação moral e cívica* (1909), *Banzo* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1913"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1913) \o "1913" 1913), *O romance bárbaro* (1914), *Rei Negro* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1914"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1914) \o "1914" 1914), *Patinho torto* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1917"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1917) \o "1917" 1917), *Vida mundana* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1919"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1919) \o "1919" 1919), *O mistério* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1920"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1920) \o "1920" 1920), *Fogo de vista* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1923"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1923) \o "1923" 1923), *Mano, Livro da saudade, romance* ([HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1924"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1924) \o "1924" 1924)

1924), *O polvo* (HYPERLINK "<http://pt.wikipedia.org/wiki/1924>" \o "1924" 1924), *Imortalidade* (HYPERLINK "<http://pt.wikipedia.org/wiki/1926>" \o "1926" 1926), *Contos da vida e da morte* (HYPERLINK "<http://pt.wikipedia.org/wiki/1927>" \o "1927" 1927), *A cidade maravilhosa* (HYPERLINK "<http://pt.wikipedia.org/wiki/1928>" \o "1928" 1928), *Fogo fátuo* (HYPERLINK "<http://pt.wikipedia.org/wiki/1929>" \o "1929" 1929), *Teatro III* (1907), *Teatro II* (1907), *Teatro IV* (1908), *Teatro I* (1911) e *Teatro V* (1918).

Em sua homenagem, um município da região leste do Maranhão leva seu nome, assim como um bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Renato Lanna Fernandez

FONTES: BROCA, B. *Vida*; CANDIDO, D. *Último*; COELHO NETTO, P. *Coelho Netto*; COELHO NETTO, P. *Coelho Netto e os esportes*; FERNANDEZ, R. *Fluminense*; LIGA DA DEF. NAC. Disponível em: <<http://www.ligadadefesanacional.org.br/principal.htm>>. Acesso em: 26/1/2011; SEVCENKO, N. *Literatura*; Tigre de fogo. Disponível em: <<http://tigredefogo.wordpress.com/2007/11/30/vencedores-do-premio-nobel-de-literatura/>>. Acesso em: 26/1/2011.

COELHO, Antônio Maria

*militar; pres. MT 1889-1891.

Antônio Maria Coelho nasceu em Cuiabá no dia 8 de setembro de 1827, filho do tenente-coronel Vicente Coelho e de Maria Agostinha Carolina de Almeida.

Assentou praça em 1839 e matriculou-se na Escola Militar em 1843. Foi promovido a alferes em 1847, passou a capitão em 1867, e obteve as patentes de major e tenente-coronel quando da retomada de Corumbá durante a Guerra do Paraguai. Por decreto de agosto de 1888 foi promovido a brigadeiro e a 30 de janeiro do ano seguinte a marechal de campo. Ainda em 1888 foi candidato ao Senado pelo Partido Liberal, mas não foi eleito.

No dia 9 de dezembro de 1889, data em que chegou a Mato Grosso a notícia da instalação do regime republicano, assumiu o governo local mediante decreto do governo provisório de Deodoro da Fonseca. A escolha de seu nome para ser o primeiro presidente republicano de Mato Grosso deveu-se em boa medida ao prestígio angariado no conflito entre o Brasil e o Paraguai. Empossado oficialmente, aspirava a reunir sob sua liderança e em partido único as principais forças políticas mato-grossenses. Com esse objetivo criou o Partido Nacional em janeiro de 1890. Sua iniciativa não impediu, porém, que no mesmo dia o coronel da Guarda Nacional Generoso Ponce organizasse o Partido Republicano. Dessa forma, a República nasceu em Mato Grosso sob forte dissensão.

Enquanto crescia em Mato Grosso a oposição ao governo de Antônio Maria Coelho, Generoso Ponce, que sem dúvida se tornou durante a primeira década republicana a figura política mais expressiva no estado, obteve no Rio de Janeiro o apoio de um importante aliado, Joaquim Murinho, reforçado pela adesão de Antônio Azeredo, ambos mato-grossenses. As três lideranças fizeram intensas gestões junto ao governo federal com vistas à destituição de Antônio Maria Coelho e, de fato, em 16 de fevereiro de 1891 este foi substituído, via decreto de Deodoro da Fonseca, pelo coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro. Em agosto seguinte, a Assembleia Constituinte estadual elegeu presidente do

estado Manuel José Murtinho, do Partido Republicano, irmão de Joaquim Murtinho e aliado de Generoso Ponce.

No dia 3 de novembro do mesmo ano, o marechal Deodoro da Fonseca deu um golpe de Estado e fechou o Congresso Nacional. Diante da reação contrária, 20 dias depois renunciou e foi substituído pelo vice-presidente da República, marechal Floriano Peixoto, que logo em seguida depôs os governadores e presidentes estaduais que haviam aderido abertamente ao golpe de Deodoro. Manuel Murtinho foi mantido na presidência de Mato Grosso, mas logo teve início um movimento para derrubá-lo, sob o pretexto de que havia apoiado o golpe contra o Congresso. O movimento foi comandado pelo general Antônio Maria Coelho e apoiado pelo major Antônio Aníbal da Mota, que havia assumido o comando do 21º Batalhão, sediado em Corumbá. No dia 1º de fevereiro de 1892 Manuel Murtinho foi deposto, e uma junta governativa assumiu o poder.

Em abril de 1892 o general Antônio Maria Coelho foi reformado pelo presidente Floriano Peixoto, no posto de marechal, por ter assinado o *Manifesto dos 13 generais*. Tratava-se de carta encaminhada a Floriano Peixoto em que a alta oficialidade do Exército solicitava a convocação de nova eleição para a presidência da República. De imediato Floriano reformou todos os signatários do manifesto, acusando-os de atentar contra a estabilidade do regime republicano.

Antônio Maria Coelho faleceu na cidade de Corumbá em 29 de agosto de 1894.

João Edson Fanaia

FONTES: CORREIA FILHO, V. *História*; FANAIA, J. *Elites*; MENDONÇA, R. *História*; PONCE FILHO, G. *Generoso*; PÓVOAS, N. *Galeria*.

COELHO, DANTON

*rev. 1930; min. Trab. 1951; dep. fed. DF 1951-1959.

Danton Coelho nasceu em Porto Alegre no dia 3 de novembro de 1906, filho de Júlio Coelho e de Leocádia Neves Coelho.

Fez o curso primário e parte do secundário no Colégio Nossa Senhora do Rosário e no Ginásio Júlio de Castilhos, ambos em sua cidade natal, transferindo-se depois para o Ginásio São Joaquim, em Lorena (SP). Cursou as faculdades de Direito de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, e bacharelou-se por esta última em ciências jurídicas e sociais.

Participou da Revolução de 1930, atuando como assistente do comandante do Esquadrão Divisionário das forças revolucionárias no Rio Grande do Sul, general Valdomiro Lima. Vitorioso o movimento que depôs Washington Luís em 24 de outubro e levou Getúlio Vargas ao poder em 3 de novembro do mesmo ano, passou a trabalhar no gabinete do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha. Em março de 1932, filiou-se ao Clube 3 de Outubro, organização criada em maio de 1931 para congregar as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas implantadas pela Revolução de 1930.

Após a derrota da Revolução Constitucionalista de São Paulo no início de outubro de 1932, foi nomeado chefe de polícia do estado de São Paulo, já durante a interventoria do general Valdomiro Lima. Demitindo-se pouco depois, em 21 de dezembro do mesmo ano, afastou-se por algum tempo de uma atuação política mais direta. Em 1934 tornou-se vice-presidente do Conselho de Contribuintes de São Paulo e de 1940 a 1946 foi membro da delegação do Tesouro Nacional em Londres e em Nova Iorque. Nesse último ano passou a servir como conselheiro da embaixada brasileira no México, onde permaneceu até 1947. De volta ao país, foi fiscal do imposto de consumo e, no final de 1948, durante o governo do presidente Eurico Dutra (1946-1951), reiniciou suas atividades políticas, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado no segundo semestre de 1945 sob inspiração de Vargas.

A partir de fins de 1949, ao se iniciarem as articulações para a eleição presidencial de 1950, Ademar de Barros, então governador de São Paulo, decidiu indicar Vargas como candidato à presidência por seu partido, o Partido Social Progressista (PSP), em troca de um futuro apoio à sua própria candidatura à presidência em 1955. O PTB também lançou a

candidatura de Vargas, que aceitou ambas as indicações. Enquanto presidente interino do PTB a partir de agosto de 1950, Danton Coelho foi um dos principais articuladores da aliança PTB-PSP, a chamada Frente Populista, conseguindo que o nome de João Café Filho, do PSP do Rio Grande do Norte, fosse aceito pelos trabalhistas para integrar a chapa como vice-presidente de Vargas.

Essa aliança teve grande importância para a vitória eleitoral de Vargas, no mesmo pleito em que Danton Coelho se elegeu deputado federal pelo Distrito Federal na legenda do PTB. Entretanto, Danton Coelho não chegou a tomar posse na Câmara dos Deputados, pois, em janeiro de 1951, foi nomeado ministro do Trabalho do segundo governo Vargas. No curto período em que permaneceu à frente da pasta, foi responsável pela campanha de sindicalização dos trabalhadores e pela suspensão do decreto que demitia os funcionários da Tabela Única. Paralelamente, manteve-se na presidência do PTB até junho de 1951, quando foi afastado do cargo e substituído por Dinarte Dornelles. Sua saída provocou aguda crise no interior do partido, chegando alguns membros a tentar fundar uma nova agremiação trabalhista intitulada Frente Trabalhista Brasileira. Exonerou-se do ministério em 15 de setembro de 1951, alegando discordar das iniciativas de Vargas no sentido de se aproximar da oposição, particularmente da União Democrática Nacional (UDN). Substituído por José de Segadas Viana, assumiu em seguida seu mandato legislativo.

No princípio de agosto de 1954, o major-aviador Rubens Vaz foi assassinado num atentado político que visava o jornalista oposicionista Carlos Lacerda. O atentado da Tonelero provocou, pelas ligações dos assassinos com o governo, o acirramento da campanha contra Vargas, que culminaria com o suicídio do presidente no dia 24 de agosto. Danton Coelho participou da reunião ministerial convocada por Vargas na madrugada do dia 24, a que compareceram, além dos ministros de Estado, familiares e amigos do presidente. Foi também citado no relatório que acompanhou os autos do Inquérito Policial-Militar (IPM) instaurado pela Aeronáutica ainda naquele mês com o objetivo de apurar as responsabilidades pela morte do major Vaz. Todavia, recusou-se a responder ao inquérito lançando mão de suas imunidades parlamentares. Em outubro de 1954, já no governo de João Café Filho, reelegeu-se deputado federal na mesma legenda.

O ano de 1955 foi marcado pela campanha para as eleições presidenciais de outubro. Em fevereiro, o Partido Social Democrático (PSD) lançou oficialmente a candidatura de

Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais, à presidência da República. Em abril foi firmado o acordo entre o PTB e o PSD, cuja aliança se deu após o rompimento de um possível acordo entre o PTB e o PSP visando à restauração da Frente Populista de 1950. O acordo PTB-PSP tinha como principais defensores Danton Coelho e os senadores Aguinaldo Caiado de Castro e Lúcio Bittencourt, que acabaram por se opor à chapa PTB-PSD, cujo candidato à vice-presidência era o líder petebista João Goulart. Em junho, Danton Coelho tornou-se candidato à vice-presidência na chapa de Ademar de Barros. Realizadas as eleições, Juscelino e Goulart saíram vencedores. Ademar e Danton obtiveram a terceira colocação, sendo superados por Juarez Távora e Milton Campos, da UDN.

Em 11 de novembro de 1955, o movimento militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, depôs o presidente em exercício Carlos Luz, visando a neutralizar uma conspiração em andamento no governo e assegurar a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Nesse dia, Danton Coelho compareceu, juntamente com o ministro do Trabalho, Alencastro Guimarães, ao gabinete do ministro da Guerra para prestar seu apoio ao movimento.

Ainda em 1955, Danton Coelho foi diretor-presidente da Editora Última Hora. Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1959 e não mais concorreu a nenhum cargo eletivo.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 19 de abril de 1961.

Era casado com Ione Coelho.

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; AUDRÁ, A. *Bancada*; CÂM. DEP. *Deputados*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; COELHO, D. *Panfleto*; COHN, G. *Petróleo*; CORRESP. MIN. TRAB.; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; *Documentário foto-biográfico*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; *Jornal* (20/4/1961); *Jornal do Comércio*, Rio (20/4/1961); LEITE, A. *História*; MACEDO, N. *Aspectos*; MACHADO, F. *Últimos*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1951); NÉRI, S. 16; SILVA, H. 1930; *Última Hora* (20/4/1961).

COELHO, Érico Marinho da Gama

*const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1899 e 1903-1905; sen. RJ 1906-1909; dep. fed. RJ 1909-1914; sen. RJ 1914-1918.

Érico Marinho da Gama Coelho nasceu em Cabo Frio (RJ) no dia 7 de março de 1849, filho de Jacinto José Coelho e de Engrácia da Gama Coelho. Seu pai foi um dos fundadores do Instituto da Ordem dos Advogados no Rio de Janeiro, então capital do Império.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentando a tese de doutoramento *Diagnóstico diferencial dos tumores do seio* em 1870. Ainda no Império, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de São Fidélis (RJ), promotor público em Pirai (RJ), juiz municipal em Cabo Frio (RJ) e deputado provincial por dois mandatos consecutivos, pelo Partido Conservador. Maçom, foi também seguidor da Igreja Evangélica Brasileira, fundada em setembro de 1879 por Miguel Vieira Ferreira, e reconhecida pelo governo imperial brasileiro. Em 1884 tornou-se professor catedrático de clínica obstétrica e ginecológica da Faculdade de Medicina, nomeado pelo próprio imperador dom Pedro II, e em 25 de maio de 1886 tomou posse na Academia Imperial de Medicina.

No final do Império, tornou-se grande defensor dos ideais republicanos, atuando ao lado do jornalista e político Quintino Bocaiúva, que se destacou no processo da proclamação da República. Organizou a primeira agremiação de republicanos na província do Rio de Janeiro, e fundou o jornal *O Povo*, em São Fidélis, periódico de combate à monarquia e à atuação da Igreja Católica. Em seguida tornou-se membro do Partido Republicano fluminense, fundado em 1888.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi nomeado pelo governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cargo ao qual renunciou um ano depois. Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado pelo estado do Rio de Janeiro ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro, participou dos trabalhos de elaboração da Constituição

promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e, a partir de junho seguinte, quando se iniciou a legislatura ordinária, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até 31 de dezembro de 1893. Reeleito pelo 1º distrito do estado do Rio para as duas legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara até 31 de dezembro de 1899. Em 1903 voltou a se eleger e exerceu o mandato entre 14 de maio de 1903 e 31 de dezembro de 1905.

Após o falecimento do senador Martins Torres, em 16 de dezembro de 1905, foi eleito para preencher a vaga deste e ocupou uma cadeira no Senado de 28 de abril de 1906 a 31 de dezembro de 1909. No período, foi membro das Comissões de Saúde, de Finanças e de Estatística e Colonização. Em 1909, foi novamente eleito deputado federal. Reeleito em 1912, permaneceu na Câmara dos Deputados de 1909 a 1914. Tornou-se então membro do Partido Republicano Conservador (PRC), criado em 1910. Ainda em 1914, foi mais uma vez eleito para o Senado, agora ocupando a vaga deixada pelo senador Francisco Portela, falecido em dezembro de 1913. Assumiu a cadeira de senador em 23 de julho de 1914 e nela permaneceu até 31 de janeiro de 1918. Durante toda a sua vida parlamentar e em sua atuação jornalística, foi um grande defensor da emancipação social e política das mulheres, tendo sido um dos principais propugnadores do divórcio.

Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de novembro de 1922.

Publicou, entre outros trabalhos, *Algumas observações do beribéri, examinadas sob o ponto de vista psicológico* (memória apresentada à Academia Imperial de Medicina, 1886); *Conferência popular pela República* (folheto distribuído gratuitamente em 1888); *Reforma da Faculdade de Medicina* (1890); *Assistência à mulher grávida* (memória lida no 4º Congresso Médico Latino-Americano); *O necrotério da família* (propaganda do divórcio sob o pseudônimo de Paula Luísa); *Pornografia contra pornografia* (defesa do divórcio contra o Apostolado Positivista); *O porteiro eclesiástico* (panfleto de crítica ao clero católico); *O Evangelho no Congresso* (discurso na Câmara dos Deputados); Introdução ao projeto de lei do divórcio (publicado nos *Anais da Câmara dos Deputados*); *Associações religiosas*; e *Sonatina* (sátira em versos).

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ACAD. NAC. MED. Disponível em: <<http://www.anm.org.br/>>; BLAKE, A. *Diccionario* (v.2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; COMISS. CONST. CENT. REP. PRIM. CONST. REP. *Relatório*; GIFFONI, O. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores do Rio de Janeiro*; SENADO. Disponível em: : <<http://www.senado.gov.br/>>; SOUSA, J. *Índice*.

COELHO, Euler de Sales

*dep. fed. MG 1930.

Euler de Sales Coelho nasceu no município do Serro (MG) em 30 de abril de 1895, filho de Antônio Rodrigues Coelho Júnior e de Rita Ferreira Sales Coelho. A família Coelho foi fundadora do município de Guanhães (MG), além de possuir uma tradição política que a fez dominar por anos o nordeste mineiro. Francisco Nunes Coelho Júnior, Getúlio de Carvalho, Nelson Coelho de Sena e Caio Nelson de Sena foram alguns dos representantes da família na política.

Formado em direito, foi advogado e juiz. Em 1919 foi eleito deputado estadual em Minas Gerais. Assumindo sua cadeira na Assembleia Legislativa mineira nesse mesmo ano, foi reeleito para as três legislaturas seguintes. Foi vice-presidente da Assembleia e permaneceu na casa até 1929. Em 1930 foi eleito deputado federal por Minas. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio, mas teve o mandato interrompido em outubro pela Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Fora da política partidária, na década de 1930 passou a se dedicar ao ramo industrial, tornando-se dirigente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Em 1945 foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Faleceu em Belo Horizonte em 3 de janeiro de 1956.

Era casado com Nair Barroso de Sales Coelho, com quem teve sete filhos.

Publicou as seguintes obras: *Direito eleitoral*, *Jurisprudência eleitoral*, *Eleições federais*, *Formulários e instruções* e *Código Eleitoral*.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; CÂM. DEP. *Deputados*; COSTA, J. *Toponímia*; Flogão. Disponível em: < <http://flogao.com.br/serromg/107530546>>. Acesso em: 3/8/2010; Geneaminas. Disponível em: < <http://geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?codpessoa=57205>>. Acesso em: 3/8/2010; Geocities. *Outras famílias*. Disponível em: < <http://www.geocities.ws/novaeramg/outrasfamilias.html>>. Acesso em: 3/8/2010; HORTA, C. *Famílias*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

COELHO, João Antônio

*gov. PA 1904 e 1909-1913.

João Antônio Luís Coelho foi governador do Pará.

Em 1904, o Congresso Legislativo paraense votou uma reforma na Constituição estadual que possibilitou que o então governador, Augusto Montenegro, buscasse a reeleição no pleito a ser realizado em dezembro daquele ano. Ao se candidatar, Augusto Montenegro teve, contudo, que se afastar das funções de governador. Como o vice-governador Geminiano de Lira Castro também era candidato a senador nas mesmas eleições, quem assumiu o governo do estado foi João Antônio Coelho, então presidente da Assembleia Legislativa. Reeleito Montenegro, João Antônio devolveu-lhe o governo em 1º de fevereiro de 1905.

Na sucessão de Augusto Montenegro, o próprio João Antônio Coelho foi eleito governador. Tomou posse em 1º de fevereiro de 1909 e exerceu o mandato até 1º de fevereiro de 1913, quando transferiu o governo Eneias Martins.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

COELHO, José Machado

*dep. fed. DF 1927-1930.

José Machado Coelho foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal em 1927 e exerceu o mandato de maio desse ano até 31 de dezembro de 1929. Reeleito para a legislatura seguinte, teve o mandato interrompido com a vitória, em 24 de outubro de 1930, da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

COELHO, Leovigildo de Sousa

*militar; const.1891; sen. AM 1891-1893.

Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho nasceu em Salvador no dia 12 de maio de 1837.

Fez seus estudos primários e secundários na capital baiana e depois ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro, então capital do Império. Em 9 de março de 1857 foi declarado alferes-aluno e em 13 de março de 1860 o governo imperial concedeu-lhe dispensa para se matricular na Escola Politécnica.

Em 1861, por ordem do dia do ajudante-general do Exército datada de 22 de julho, foi enviado para a guarnição do Amazonas. Em seguida, passou a integrar, junto com Davi Canabarro, a Comissão de Exposição Científica chefiada por Gonçalves Dias. Essa comissão partiu do Rio de Janeiro, permaneceu alguns meses no Ceará e depois seguiu para o Amazonas, chegando a Manaus em 27 de fevereiro de 1861 e sendo recebida pelo presidente da província, Clementino Carneiro da Cunha. Em julho seguinte foi nomeado adjunto do engenheiro Silva Coutinho, diretor de Obras Públicas da província. De julho a outubro de 1862, por ordem do presidente do Amazonas, procedeu ao levantamento da planta cadastral de Manaus. Em 30 de janeiro de 1863 foi nomeado delegado de polícia de Manaus e, em 20 de junho seguinte, assumiu interinamente a direção das Obras Públicas, na ausência de Silva Coutinho. Foi ainda nomeado segundo juiz substituto dos termos reunidos da capital e de Barcelos, e em 28 de outubro pediu exoneração do cargo de delegado. Em 1864 foi designado para examinar o forte de Tabatinga (AM), onde esteve em agosto. Em 1865 foi nomeado pelo presidente Epaminondas de Melo diretor efetivo das Obras Públicas, em razão do afastamento definitivo do titular.

Em 1866 foi eleito deputado provincial e no mesmo ano assumiu a presidência da Assembleia Legislativa do Amazonas, na qual permaneceria até o ano seguinte. Ainda em 1866 foi nomeado engenheiro interino pela Câmara Municipal de Manaus. Por decreto imperial de 18 de janeiro de 1868, foi promovido a capitão graduado, com designação para

continuar servindo na guarnição de Manaus. Foi promovido a major de engenheiros em 31 de janeiro de 1877, assumindo várias vezes o posto de comandante das Armas.

Após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889 e a convocação de eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito senador pelo Amazonas em 15 de setembro de 1890. Assumindo sua cadeira em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da nova Carta que foi promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891 e em março voltou ao Amazonas, mas logo retornou ao Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, para iniciar seu mandato ordinário no Senado Federal em junho seguinte. Apoiou o governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894) na consolidação do regime republicano.

Faleceu em Salvador no dia 3 de outubro de 1893, no exercício do mandato. Agnelo Bittencourt, no *Dicionário Amazonense*, dá o dia 10 de outubro como data de seu falecimento.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: ASSEMB. LEGISL. AMAZONAS. Disponível em:

<http://www.aleam.gov.br/Institucional/AIGaleria_Presidentes.asp>. Acesso em:

10/3/2011; BITTENCOURT, A. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.3, p.1403-1404); SENADO. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1852&li=22&lcab=1891-1893&lf=22>. Acesso em: 10/3/2011.

COELHO, LEVINDO

*dep. fed. MG 1930; const. 1934; dep. fed. MG 1935-1937; const. 1946; sen. MG 1946-1955.

Levindo Eduardo Coelho nasceu em Catas Altas de Noruega (MG), atual Conselheiro Lafaiete, no dia 13 de outubro de 1871, filho de Antônio Coelho e de Maria Antônia Coelho.

Fez os primeiros estudos de 1878 a 1881 em Ubá (MG), e cursou o secundário de 1885 a 1891 no Colégio Mineiro e no Ginásio Ouro-Pretano, em Ouro Preto (MG), onde posteriormente lecionaria inglês. Em 1893 ingressou por concurso no quadro de funcionários da Administração dos Correios de Minas. Em 1894 colou grau na Escola de Farmácia de Ouro Preto com a tese *A nutrição* e no ano seguinte diplomou-se em ciências químicas e naturais. Passou então a lecionar na Escola de Farmácia de Ouro Preto, até 1901, quando foi posto em disponibilidade. Ainda em Ouro Preto, dedicou-se ao jornalismo, colaborando em *O Ateneu* e *O Cisne*. Cursou em seguida a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, diplomando-se em 1902 com a tese *A higiene alimentar da criança*. Em 1903 retornou a Ubá e passou a clinicar. Ainda em Ubá, tornou-se fazendeiro e lecionou no Ginásio São José, no Ginásio Oficial Raul Soares e na Escola de Farmácia e Odontologia. Em 1911 presidiu o II Congresso Católico, em Belo Horizonte.

Iniciou suas atividades políticas em 1914, a convite do presidente de Minas Raul Soares, que o conduziu à chefia política de Ubá. Ingressou assim no Partido Republicano Mineiro (PRM), cuja comissão executiva integraria. Elegeu-se em 1915 vereador à Câmara Municipal de Ubá, que presidiu, e em seguida foi eleito senador estadual, exercendo o mandato até 1930. Em março desse ano elegeu-se deputado federal na legenda do PRM. Assumiu o mandato em maio, e em setembro, ao se iniciar o governo de Olegário Maciel, foi nomeado secretário da Educação.

Apoiou a Revolução de outubro de 1930, mas quando, em novembro seguinte, o secretariado mineiro se reuniu para sugerir ao presidente do estado sua renúncia, não encampou a sugestão. Negou-se em seguida a assinar o manifesto da Legião Liberal Mineira, organização política criada em fevereiro de 1931 com o propósito de aprofundar o programa da Revolução de 1930. A Legião Mineira, liderada por Francisco Campos e

Gustavo Capanema, estava ligada nacionalmente à Legião de Outubro, com cujo programa tinha semelhanças. A organização acabou por conquistar a adesão de Olegário Maciel e exerceu cerrada oposição ao PRM, que passou a constituir a oposição. Levindo Coelho decidiu permanecer no PRM, e em abril de 1931 demitiu-se da Secretaria da Educação, no exercício da qual chegou a responder interinamente pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Em maio de 1933, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do PRM. Assumindo o mandato em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (16/7/1934), teve o mandato estendido até maio de 1935. Eleito para a legislatura ordinária em outubro de 1934, permaneceu na Câmara dos Deputados até sua dissolução pelo golpe que instaurou o Estado Novo em novembro de 1937. Desse ano até 1939, foi ainda prefeito municipal de Ubá, nomeado pelo interventor Benedito Valadares Ribeiro.

Com a desintegração do Estado Novo em 1945, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) e em dezembro elegeu-se senador por Minas à Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte, participou dos trabalhos de elaboração constitucional e, após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário. Durante a legislatura foi vice-presidente da Comissão de Saúde do Senado, chegando a presidi-la antes de terminar o mandato. Ao deixar o Senado em janeiro de 1955, passou o comando de suas bases políticas, ou seja, a liderança do PSD da Zona da Mata mineira, a seu filho Ozanam Coelho e retirou-se da política. Passou em seguida a integrar o conselho do Banco Hipotecário de Minas Gerais.

Foi jornalista em Ubá, onde fundou *Movimento*, semanário de orientação católica de grande penetração na Zona da Mata. Dirigiu também a *Folha do Povo*, órgão oficial do PRM naquela cidade e que acabou por adquirir. Membro da Associação de Imprensa, fundou diversas instituições de caridade e trabalhou em prol do acolhimento às freiras do Sacré-Coeur de Marie, quando expulsas de Portugal.

Faleceu em Ubá em 6 de junho de 1961.

Foi casado com Antonina Gonçalves Coelho, com quem teve 13 filhos. Ozanam Coelho foi deputado federal por Minas Gerais de 1959 a 1975, vice-governador de Minas de 1975 a 1978, governador de 1978 a 1979 e novamente deputado federal de 1983 a 1984. O neto,

Saulo Coelho, foi deputado federal de 1988 a 1995.

Teve publicada a autobiografia *Minha vida, minha obra*.

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; CÂM. DEP. *Anais* (1961-9); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CONSULT. RAMOS, P.; *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; HORTA, C. *Famílias*; MACEDO, N. *Aspectos*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MONTEIRO, N. *Dicionário biográfico*; OLIVEIRA, M. *História*; *Personalidades*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); SENADO. *Relação*; SILVA, G. *Constituinte*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (2).

COELHO, MACHADO

*dep. fed. DF 1927-1930; const. 1946; dep. fed. SP 1946-1951.

José Machado Coelho de Castro nasceu em Lorena (SP).

Estudou no Ginásio Diocesano de São Paulo e bacharelou-se em 1910 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Dedicando-se à advocacia, foi promotor público em Cunha (SP) e depois delegado de polícia no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Iniciou sua vida política como deputado federal pelo Distrito Federal, exercendo o mandato de 1927 a 1929. Reeleito para a legislatura iniciada em maio de 1930, ocupava sua cadeira na Câmara quando, em 3 de outubro, foi deflagrado o movimento revolucionário liderado por Getúlio Vargas. Ligado ao governo federal, encontrava-se ao lado do presidente Washington Luís, no palácio Guanabara, no momento da deposição deste no dia 24 de outubro. Junto com outros companheiros também solidários ao regime deposto e que se haviam asilado em embaixadas e legações, foi enviado em novembro para o estrangeiro. Em outubro de 1932 estava presente no porto de Alcântara, em Lisboa, para receber os revolucionários constitucionalistas exilados pelo governo Vargas após a derrota da revolução irrompida em julho em São Paulo.

Com a redemocratização do país em 1945, candidatou-se pelo estado de São Paulo, na legenda do Partido Social Democrático (PSD), às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) realizadas em dezembro. Obteve uma suplência e, em julho de 1946, foi convocado para participar dos trabalhos constituintes. Com a promulgação da nova Carta (18/9/1946) e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, integrou a Comissão Permanente de Obras Públicas da Câmara Federal, tendo votado em janeiro de 1948 a favor da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Deixou a Câmara em janeiro de 1951.

Foi ainda presidente da Companhia de Cimento Vale do Paraíba.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 17 de maio de 1975.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados; Câm. Dep. seus componentes; Diário do Congresso Nacional; GALVÃO, F. Fechamento; Jornal do Brasil* (18/5/1975);

SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, G. *Constituinte;*
Who's who in Brazil.

COIMBRA, ANTÔNIO ROGÉRIO

*militar; rev. 1930; junta gov. PA 1930; interv. AM 1931-1933.

Antônio Rogério Coimbra nasceu em Pernambuco no dia 2 de dezembro de 1900. Sentou praça na Marinha ingressando na Escola Naval em janeiro de 1919. Foi promovido a segundo-tenente em setembro de 1922 e a primeiro-tenente em março de 1925.

Já no posto de capitão-tenente participou da Revolução de 1930, que culminou, em 24 de outubro, com a deposição do presidente Washington Luís. Ao lado de Mário Chermont e de Ismaelino de Castro, integrou a junta provisória que governou o Pará de 28 de outubro a 12 de novembro seguinte, quando o tenente Joaquim de Magalhães Barata foi empossado como interventor militar.

Em 15 de agosto de 1931 tomou posse como interventor federal no Amazonas substituindo Álvaro Botelho Maia. Desempenhou suas funções até 8 de setembro de 1933, quando passou o cargo a Valdemar Pedrosa. Em 1945, no posto de capitão de corveta, foi chefe de gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas, João de Mendonça Lima.

FONTES: ARQ. OSVALDO ARANHA; *Encic. Mirador*; ENTREV. PEIXOTO, A.; MIN. MAR. *Almanaque* (1927); PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*.

COIMBRA, ESTÁCIO

*dep. fed. PE 1900-1911; gov. PE 1911; dep. fed. PE 1915-1922; vice-pres. Rep. 1922-1926; gov. PE 1926-1930.

Estácio de Albuquerque Coimbra nasceu no engenho Tentugal, no município de Barreiros (PE), em 22 de outubro de 1872, filho primogênito de João Coimbra e de Francisca de Albuquerque Belo Coimbra. Seu pai, senhor de engenho e político – cumpriu mandatos como deputado provincial em Pernambuco e Alagoas –, era também bacharel em direito e exerceu a advocacia. Seu avô paterno, José Gomes Coimbra, filho do português Henrique de Almeida Coimbra, foi tabelião de notas de grande prestígio político na região de Rio Formoso (PE). Do lado materno, sua família, proprietária do engenho Tentugal, era tradicionalmente ligada à lavoura e à política. Sua avó materna tinha ascendência aristocrática, enquanto seu avô vinha de modesta família de lavradores portugueses emigrados para o Brasil no início do século XIX.

Após cursar o Colégio 11 de Agosto, em Recife, matriculou-se em 1888 na Faculdade de Direito da mesma cidade, bacharelando-se em 1892, já após a proclamação da República (15/11/1889). Ainda como acadêmico, colaborou em diversos jornais.

Em 1893 iniciou-se na advocacia, trabalhando em companhia do pai nos municípios pernambucanos de Barreiros, Água Preta e Rio Formoso. Por essa época, casou-se com Joana de Castelo Branco Coimbra, com quem viria a ter quatro filhos. A família de sua mulher possuía diversas propriedades na região, entre as quais o engenho Morim, onde o casal fixou residência. A partir desse momento, Estácio Coimbra dedicou-se às atividades do engenho, que até então tinha dimensões modestas e apresentava uma produção discreta. Algum tempo mais tarde, transformado num dos principais centros da indústria do açúcar de Pernambuco – a Usina Central Barreiros – o antigo engenho passaria à responsabilidade de seus filhos.

O INÍCIO DA VIDA POLÍTICA

Em julho de 1894, Estácio Coimbra colaborou na organização do Partido Republicano de Barreiros, filiado no plano estadual e nacional ao Partido Republicano Federal, chefiado pelo general Francisco Glicério. Com o surgimento da agremiação, reduto das forças políticas que apoiavam o então governador de Pernambuco Alexandre José

Barbosa Lima, Estácio Coimbra entrou em choque com sua família materna, ligada à oposição.

Ainda em 1894, Estácio Coimbra foi eleito prefeito de Barreiros em substituição a seu tio-avô materno, José Nicolau Pereira dos Santos. Logo depois, sendo seu nome incluído na chapa republicana para a renovação do Congresso estadual, foi eleito deputado no pleito de 10 de janeiro de 1895. Na Câmara estadual, pertenceu à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Fazenda e Orçamento, da qual foi relator. Reeleito para a legislatura seguinte (1897-1899), continuou a integrar essas mesmas comissões. Ainda nesse período, por ser um orador fluente e combativo, tornou-se o líder da situação na Câmara. A consolidação de seu prestígio político acompanhou na verdade a ascensão em Pernambuco, a partir de 1896, da chamada oligarquia “rosista”, dominada pelo conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva.

Em dezembro de 1899, Estácio Coimbra foi eleito deputado federal, tendo sido um dos parlamentares mais jovens da legislatura 1900-1902. Estreou na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, como líder da bancada pernambucana, tendo traçado a orientação por ela adotada. Nessa época, em pleno governo Campos Sales (1898-1902), o Partido Republicano de Pernambuco já era chefiado por Rosa e Silva, então vice-presidente da República.

Tendo seu mandato na Câmara sucessivamente renovado até 1911, graças à reforma da Constituição de Pernambuco realizada em 1907, Estácio Coimbra pôde eleger-se deputado estadual, acumulando os dois cargos. No início da legislatura estadual, foi escolhido para presidir os trabalhos legislativos, continuando a desempenhar essa função ao ser reeleito em 1910. Durante seu último mandato como deputado federal (1909-1911), foi eleito primeiro-secretário da Câmara. Em todo esse período, através de sua atuação parlamentar, obteve alguns melhoramentos para a região de Barreiros, como a construção da ponte metálica sobre o rio Una em 1908 e a instalação de uma linha férrea entre Recife e Barreiros.

A SUCESSÃO PERNAMBUCANA DE 1911

Nas eleições presidenciais de 1910, a candidatura do marechal Hermes da Fonseca recebeu o apoio de algumas oposições estaduais, insatisfeitas com o governo anterior de Afonso Pena (1906-1909), completado por Nilo Peçanha (1909-1910). Com a vitória do marechal, a partir de 1911 essas oposições começaram a se servir da força federal para

esmagar a situação em seus estados. Em Pernambuco, na sucessão de Herculano Bandeira de Melo, a oposição uniu-se no correr desse ano numa coligação em torno do Partido Republicano Conservador e indicou o general Emídio Dantas Barreto, ministro da Guerra de Hermes, como seu candidato às eleições para o governo do estado. Embora fosse pernambucano, o general Dantas Barreto não havia residido em Pernambuco nos últimos oito anos, como o exigia a Constituição estadual.

No mês de agosto de 1911, acirrou-se a disputa eleitoral. Enquanto a oposição mantinha a candidatura de Dantas Barreto, Estácio Coimbra, como o porta-voz mais autorizado do rosismo, concedeu uma entrevista negando os rumores de que a situação estaria cuidando de apresentar candidatos à sucessão estadual, e declarando que qualquer decisão só seria tomada após o regresso de Rosa e Silva, que se encontrava no exterior.

Em fins de agosto, quando o navio de Rosa e Silva aportou em águas pernambucanas, realizou-se ainda a bordo uma reunião do estado-maior do conselheiro, à qual estiveram presentes, além de Estácio Coimbra, o governador em fim de mandato Herculano Bandeira e o deputado estadual Rosa e Silva Júnior. Ao término do encontro, ficou decidido o lançamento da candidatura de Rosa e Silva para disputar com Dantas Barreto o governo de Pernambuco.

Em 5 de setembro, alegando problemas de saúde, Herculano Bandeira renunciou, passando o governo do estado a seu substituto legal, Antônio Pernambuco, presidente do Senado estadual, o qual também pretextou doença para recusá-lo. Tomou posse então Estácio Coimbra, na qualidade de presidente da Câmara estadual. A renúncia de Herculano correspondeu, na realidade, a uma manobra política decidida na reunião do final de agosto, visando a antecipar as eleições e com isso impedir que a candidatura de Dantas Barreto ganhasse mais terreno. Como, segundo a Constituição pernambucana, no caso de vacância do Executivo as eleições deveriam processar-se no prazo de 60 dias, o pleito que normalmente se realizaria no dia 7 de dezembro foi antecipado para 5 de novembro.

Com a intensificação da campanha eleitoral, o governo federal não tardou em substituir o comandante do distrito militar de Pernambuco, cuja tropa acabou por entrar em choque com a polícia estadual, incapaz de controlar a situação.

O pleito foi finalmente realizado na data prevista. Possuindo um maior controle da máquina eleitoral, Rosa e Silva alcançou a vitória, que foi contestada pela corrente adversária sob a

alegação de fraude. Às vésperas do reconhecimento de Rosa e Silva pelo Congresso estadual, ocorreu, segundo Afonso Arinos de Melo Franco, nova intervenção do Exército. Mesmo com suas tropas espalhadas pela cidade a pretexto de manter a ordem, a guarnição militar não conseguiu impedir uma série de depredações, saques e mortes em plena luz do dia.

A falta de controle da situação por parte do governo de Estácio Coimbra tornou-se tão grave que a maioria dos deputados e senadores estaduais foi obrigada a se refugiar. No dia 27 de novembro, o próprio Estácio Coimbra, a conselho de Rosa e Silva, se escondeu para não ser assassinado. Imediatamente, Dantas Barreto foi reconhecido presidente do estado pelo que restara do Congresso estadual, encerrando-se assim o domínio da oligarquia “rosista”.

O reconhecimento de Dantas Barreto significou também o afastamento – ainda que provisório – de Estácio Coimbra da cena política. Embora reeleito deputado estadual por seu município, Coimbra não foi aceito pela Comissão de Reconhecimento de Poderes da Câmara estadual, que o considerou inelegível. Manteve-se igualmente afastado da Câmara dos Deputados, à qual só retornou em 1915, ao ser eleito com o apoio da nova oposição pernambucana.

Ao término da legislatura 1915-1917, Coimbra teve seu mandato renovado por mais dois períodos (1918-1920 e 1921-1923). No primeiro deles, integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados – na qual estudou o capítulo do Tratado de Versalhes referente à Liga das Nações –, e no segundo, foi escolhido líder da maioria, passando a conduzir os processos de reconhecimento de poderes.

A CRISE DE 1922 EM PERNAMBUCO

Em 27 de março de 1922, morreu em Recife o governador José Rufino Bezerra Cavalcanti, principal responsável pela pacificação política de Pernambuco em 1920, da qual resultara a indicação de Estácio Coimbra para a liderança na Câmara. Sua morte após longa enfermidade – na verdade estava afastado do governo desde outubro de 1920, quando foi substituído interinamente por Otávio Hamilton Tavares Barreto e depois por Severino Marques de Queirós Pinheiro – determinou o início da disputa pelo governo estadual, forçando o embarque, no Rio de Janeiro, de Estácio Coimbra, Dantas Barreto e do deputado

federal Manuel Francisco de Sousa Filho, que chegaram à capital pernambucana no dia 11 de abril.

Poucos dias depois, foi lançada a candidatura do senador José Henrique Carneiro da Cunha, apoiada pelo senador Manuel Borba. Este último, além de controlar o Congresso estadual e a máquina eleitoral, manipulada pelos “coronéis”, chefes políticos do interior, tornara-se o chefe do partido situacionista após a morte de Bezerra. Durante o mês de abril, prosseguiram as tentativas de um acordo que mantivesse a unidade política do estado. No dia 25, contudo, em nome da coligação formada pelo Partido Republicano Conservador e o Partido Democrático, Estácio Coimbra, Dantas Barreto e o deputado federal Francisco Pessoa de Queirós lançaram a candidatura do prefeito de Recife, Eduardo de Lima Castro. Embora não obtivesse o apoio de Rosa e Silva, essa candidatura foi apoiada pela maior parte da bancada pernambucana na Câmara dos Deputados – a cuja liderança Estácio Coimbra foi obrigado a renunciar devido à cisão ocorrida em seu interior – e pelas forças federais, já que os Pessoa de Queirós eram sobrinhos do presidente da República Epiácio Pessoa.

No dia 7 de maio, Epiácio Pessoa sondou Estácio Coimbra sobre sua disposição em aceitar a pasta da Agricultura caso se concretizasse a saída de seu titular, Ildefonso Simões Lopes. No dia seguinte, Coimbra apresentou uma contraproposta, pleiteando o cargo de vice-presidente da República no quadriênio que se iniciaria em novembro daquele ano, já que Urbano Santos, vice-presidente eleito em março na chapa de Artur Bernardes, falecera no dia 7. Coimbra argumentava que, se tomasse posse no ministério, ficaria incompatibilizado para se candidatar à vice-presidência. Embora concordasse que sua proposta não era muito interessante, pois faltavam apenas seis meses para encerrar seu governo, Epiácio Pessoa acabou por nomear Coimbra ministro da Agricultura. Isso ocorreu em 23 de maio, quatro dias antes da data prevista para as eleições em Pernambuco.

A nomeação de Coimbra, chefe da comissão executiva das forças coligadas em Pernambuco, foi vista até mesmo por seus aliados como uma maneira de o presidente da República manifestar sua simpatia pela candidatura de Lima Castro. Essa intenção tornou-se evidente mais tarde, pois Coimbra sequer chegou a tomar posse no ministério.

A aproximação das eleições foi marcada pelo aumento da tensão em Pernambuco. Durante todo esse período, Estácio Coimbra manteve-se em permanente comunicação telegráfica

com o Rio de Janeiro, onde se encontravam os deputados Pessoa de Queirós e José Sousa Filho, principais representantes da coligação pernambucana na capital da República. Apesar do clima tenso, o pleito transcorreu sem maiores incidentes, saindo vitorioso o senador Carneiro da Cunha. Esse resultado foi entretanto contestado pela oposição, e a partir do dia seguinte às eleições começaram as desordens, que se estenderam por todo o mês de junho com a participação de forças militares de um e de outro lado. A pretexto de manter a ordem, as tropas federais ocuparam Recife.

Em meados de junho, Coimbra recebeu do Rio um telegrama em que os Pessoa de Queirós e Sousa Filho ultimavam os detalhes para o golpe definitivo contra os adversários, a ser desfechado no dia do reconhecimento do candidato eleito. Devido à má repercussão da participação das tropas federais nos conflitos que se seguiram às eleições, o Exército se absteria de qualquer iniciativa, limitando-se a secundar a ação dos coligados a pretexto de defender os prédios federais.

No dia 29 de junho, diante dos constantes rumores sobre a participação do Exército no golpe que se preparava em Pernambuco, o marechal Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar, telegrafou ao coronel Jaime Pessoa, comandante da região militar sediada nesse estado, exortando-o a não permitir que suas tropas se desviassem de suas funções básicas. Nesse mesmo dia, Estácio Coimbra recebeu um telegrama do comandante da 1ª Região Militar, do Rio de Janeiro, informando-o de que estavam sendo providenciadas as transferências de militares solicitadas e negando importância ao telegrama de Hermes. Este, contudo, foi punido por ter enviado a mensagem ao coronel Jaime Pessoa, constituindo o episódio o estopim da Revolta de 5 de julho de 1922.

Ao mesmo tempo, enquanto o Congresso estadual impetrava um pedido de *habeas-corpus* para garantir a posse de Carneiro da Cunha, foi sendo desenvolvida, por parte principalmente de grupos vinculados ao alto comércio de Pernambuco, uma ação conciliatória visando à indicação de um *tertius*. O acordo entre as duas partes foi aceito em 3 de julho. No dia 14, Manuel Borba, Estácio Coimbra, Rosa e Silva e Francisco Pessoa de Queirós, entre outros, divulgaram um manifesto apresentando a candidatura do juiz Sérgio Lins de Barros Loreto, afinal eleito presidente do estado e empossado em 18 de outubro.

Enquanto se sucediam esses acontecimentos em Recife, no Rio de Janeiro a Reação Republicana – movimento que nas eleições presidenciais havia apoiado a chapa Nilo

Peçanha-J. J. Seabra, derrotada pela chapa Artur Bernardes-Urbano Santos – desfechou uma nova tentativa, procurando garantir a posse de J. J. Seabra na vice-presidência da República no lugar do falecido Urbano Santos. Diante da recusa do Supremo Tribunal Federal (STF) em reconhecer o direito de Seabra ao cargo, o Congresso convocou novo pleito, que foi realizado no dia 20 de agosto, dando a vitória a Estácio Coimbra.

Em 15 de novembro de 1922, enquanto Artur Bernardes assumia a chefia da nação, Coimbra tomou posse como vice-presidente da República, assumindo igualmente, nos termos da Constituição de 1891, a presidência do Senado e do Congresso Nacional.

O GOVERNO DE PERNAMBUCO

Em abril de 1926, Estácio Coimbra deu início, através da intermediação de Artur Bernardes, às negociações com o senador Manuel Borba, posteriormente representado por Rosa e Silva, visando ao estabelecimento de um acordo que favorecesse o lançamento de sua candidatura ao governo de Pernambuco na sucessão de Sergio Loreto. Após alguns encontros, Coimbra e Rosa e Silva, devidamente autorizados pelos diversos partidos pernambucanos, assinaram o acordo que, entre outros pontos, estabelecia o apoio dos partidos signatários à candidatura de Coimbra e a organização das chapas para as futuras eleições federais e estaduais com base na representação igualitária de todas as correntes partidárias do estado.

A escolha oficial do nome de Estácio Coimbra ocorreu no dia 1º de maio, durante a convenção das municipalidades. Realizado o pleito, Coimbra foi eleito, tomando posse em 12 de dezembro. Dessa vez, porém, a unidade política em Pernambuco pouco durou. Já em fevereiro de 1927, manifestaram-se os primeiros sintomas de dissidência, quando Coimbra excluiu o nome de Manuel Borba da chapa apresentada às eleições legislativas federais sob a alegação de que o senador, ao publicar um livro sobre a política estadual, acabara por se tornar alvo de uma “inconveniente” campanha movida pela imprensa. Três meses mais tarde, Coimbra foi acusado publicamente por Borba de não ter cumprido vários itens do acordo assinado no ano anterior.

Do ponto de vista administrativo, o governo de Estácio Coimbra foi marcado por várias reformas. A mais profunda delas foi aplicada ao setor da educação, que até então não contava com qualquer órgão técnico de direção ou fiscalização. Orientada pelo professor

Antônio Carneiro Leão, a reforma criou um conselho de educação composto por profissionais da área. Promoveu a modernização do Ginásio Pernambucano e a reestruturação do ensino normal, que se tornou o primeiro no país a contar com uma cadeira de sociologia.

Estácio Coimbra acertou também a visita de vários técnicos a Pernambuco, entre os quais os estrangeiros Alfred Agache, urbanista, e Nicolau Athanassoff, especialista em pecuária. Em 1927, encarregou o higienista Gouveia de Barros de organizar e pôr em funcionamento a Inspetoria de Higiene Social, cujo objetivo principal era o estudo das condições de vida da população pernambucana, de modo a estabelecer possíveis relações entre as doenças da região e as condições socioeconômicas. Complementarmente à atuação dessa inspetoria, foram concluídas as obras do plano principal de abastecimento de água e de saneamento de Recife.

O governo de Estácio Coimbra foi pioneiro ainda na criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos, resultado de um projeto do deputado estadual Aníbal Fernandes, primeiro diretor do órgão. Destinada à defesa e à conservação dos monumentos históricos, essa inspetoria precedeu a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Foi também criado nesse período o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, posteriormente transformado no Instituto de Psicologia de Pernambuco.

A REVOLUÇÃO DE 1930

O ano de 1929 marcou o início da disputa pela sucessão presidencial a ser decidida nas eleições de março de 1930. Em maio de 1929, ao término de uma breve estada no Rio de Janeiro, Estácio Coimbra procurou o deputado João Neves da Fontoura, líder da bancada republicana gaúcha na Câmara, para discutir o problema sucessório. Expondo sua convicção de que Washington Luís não abriria mão da candidatura de Júlio Prestes, presidente do estado de São Paulo, Coimbra perguntou ao político gaúcho se seu estado não lançaria a candidatura de Antônio Augusto Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em resposta, João Neves negou que o Rio Grande do Sul pretendesse lançar a candidatura de qualquer um de seus líderes, preferindo aguardar por mais algum tempo o desenrolar dos acontecimentos.

No mês seguinte, entretanto, Minas Gerais e Rio Grande do Sul firmaram um pacto de

oposição a Washington Luís que daria origem à Aliança Liberal. Procurando a adesão de outros estados, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, encarregou João Neves da Fontoura de contactar Estácio Coimbra, cujo apoio considerava possível caso a vice-presidência da chapa de oposição fosse reservada a Pernambuco. Enviados a Recife, os intermediários Elói de Andrade e Filipe de Oliveira encontraram-se com Coimbra no dia 5 de julho. Nessa ocasião, contudo, Coimbra decidiu não assumir qualquer compromisso antes que Washington Luís se pronunciasse oficialmente sobre a sucessão.

Em 30 de julho, em nome da Aliança Liberal, foram lançadas as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência da República e de João Pessoa, presidente da Paraíba, à vice-presidência. No início de agosto, os parlamentares da oposição reuniram-se no Rio de Janeiro a fim de articular a campanha aliancista, decidindo ao final do encontro que seu rompimento com o governo ocorreria na sessão da Câmara do dia 5. Como pretexto, foi utilizado um telegrama de Estácio Coimbra ao líder da bancada situacionista na Câmara, o deputado paulista Manuel Vilaboim, comunicando que o Partido Republicano de Pernambuco aceitava e apoiava a indicação de Júlio Prestes. O texto do telegrama dava a entender que houvera uma consulta anterior relativa apenas a Júlio Prestes, enquanto Washington Luís se havia comprometido com os líderes oposicionistas a submeter à apreciação dos estados as candidaturas de Júlio Prestes e de Getúlio Vargas. Entrevistado em Recife, Estácio Coimbra confirmou ter sido consultado apenas sobre a candidatura paulista.

Ao mesmo tempo em que progredia a campanha aliancista, Getúlio Vargas procurava evitar o rompimento total com o governo. Com esse propósito, chegou a sugerir a retirada de sua candidatura e o lançamento de uma nova chapa, formada por Estácio Coimbra na presidência e Eurico Vale, presidente do Pará, na vice-presidência. Sua intenção com isso era obter o apoio do contingente eleitoral do Nordeste e do Norte. Essa possibilidade, no entanto, foi logo afastada.

Por outro lado, em fevereiro de 1930, sob a liderança de José Pereira, eclodiu em Princesa, atual Princesa Isabel (PB), um movimento rebelde de oposição ao governo de João Pessoa. Durante o conflito, Estácio Coimbra foi acusado de favorecer os rebeldes. Na realidade, as primeiras armas e munições chegadas a Princesa provinham da polícia de Pernambuco,

tendo sido obtidas por João Pessoa de Queirós, aliado de José Pereira, junto ao político pernambucano Eurico de Sousa Leão. Quando o presidente da Paraíba solicitou permissão para que as tropas da polícia de seu estado atravessassem o território pernambucano, chegando assim mais depressa a Princesa, Estácio Coimbra negou-se a concedê-la, alegando que dessa forma procurava evitar o alastramento do conflito.

Realizadas as eleições em março de 1930, a chapa da Aliança Liberal foi derrotada.

No início de junho, José Pereira proclamou a independência provisória do município de Princesa, a ser mantida enquanto João Pessoa permanecesse à frente do governo da Paraíba. Como o impasse persistisse, Eptácio Pessoa tomou a iniciativa de intervir junto a seus sobrinhos João e Antônio Pessoa de Queirós, a Estácio Coimbra e ao próprio José Pereira. Essas negociações foram contudo bruscamente interrompidas pela morte de João Pessoa, assassinado em Recife no mês de julho.

Embora a justificativa para o crime tenha sido de ordem pessoal, o episódio assumiu uma conotação política, já que o criminoso João Dantas informou em seu depoimento que antes de se encontrar com João Pessoa estivera com o deputado João Suassuna e o segundo vice-presidente de Pernambuco, Júlio Lira, ambos adversários do político paraibano. Segundo alguns jornais da época, Dantas teria agido instigado por Lira e Suassuna, com a cumplicidade de Estácio Coimbra e de Juvenal Lamartine, presidente do Rio Grande do Norte. De qualquer modo, a morte de João Pessoa intensificou as articulações para um movimento armado desenvolvidas pelos aliancistas derrotados. Essas articulações culminaram com a Revolução de 1930.

Poucas horas após a eclosão do movimento revolucionário no Rio Grande do Sul, em 3 de outubro, Estácio Coimbra recebeu um comunicado informando que os estados da Paraíba e de Minas deveriam aderir à revolta. Imediatamente, colocou de prontidão a tropa policial, a guarnição do Exército sediada no quartel do 21º Batalhão de Caçadores (BC) e ainda a cavalaria. Devido a um mal-entendido entre os revolucionários Osvaldo Aranha e Juarez Távora, contudo, o levante em Pernambuco só foi iniciado na madrugada do dia 4.

No ataque ao quartel do 21º BC, as forças rebeldes encontraram forte resistência, sendo obrigadas a recuar. Em vista disso, Távora determinou a reformulação do plano: enquanto ele próprio viajou para a Paraíba para obter reforços, parte dos revolucionários foi incumbida de destruir a central telefônica de Recife, e os membros do Tiro de Guerra 333,

sob o comando de Caio de Lima Cavalcanti, receberam ordens de tomar o depósito de armas e munições do Exército. Situado na Soledade, próximo ao quartel do 21º BC, e guardado apenas por um sentinela, o depósito foi rapidamente tomado, o que se tornou um fator decisivo para o segundo ataque àquele quartel.

À tomada do depósito de munições, seguiu-se a rendição da Polícia Militar pernambucana, cujo quartel-general foi ocupado pelas forças revolucionárias. Enquanto isso, no palácio das Princesas, onde permaneceram desde os primeiros tiros, Estácio Coimbra e vários de seus auxiliares resistiam aos ataques vindos das ruas da Aurora e Santo Amaro, e da própria ponte de Santa Isabel. Ao anoitecer do dia 4, contudo, Estácio Coimbra abandonou o palácio do governo, indo para o edifício das Docas seguindo a orientação do comandante militar de Pernambuco, que pretendia transformar a sede do governo no último reduto de resistência.

No entanto, pouco depois de haver chegado ao edifício das Docas, Estácio Coimbra foi informado de que as tropas federais estavam batendo em retirada, e que no palácio do governo restavam apenas umas poucas pessoas. Em vista disso, embarcou juntamente com seus auxiliares num rebocador, rumando para as praias de Gravatá e Tamandaré, no litoral sul do estado. Ali, após instalar o governo legal, procurou organizar a resistência enquanto não chegava o auxílio militar solicitado ao governo federal. A escassez de armamentos, no entanto, tornou impraticável qualquer medida eficiente. Dois dias mais tarde, Estácio Coimbra tornou a embarcar no rebocador, que seguiu até Maceió. Daí, já a bordo de um vapor, seguiu para Salvador. Da capital baiana, diante da vitória da revolução, partiu para o exílio.

Após algumas semanas de viagem e uma escala no Senegal, Estácio Coimbra, juntamente com Gilberto Freire, que até então dirigira o jornal *A Província*, órgão oficioso do governo pernambucano, chegou a Lisboa, onde permaneceu com o auxílio financeiro de seu genro, Francisco Magalhães Castro. Com a anistia decretada em junho de 1933, deixou o exílio e voltou a se fixar em Pernambuco, no município de Barreiros. Mantendo-se afastado da política, dedicou-se às atividades do engenho Morim.

Estácio Coimbra faleceu em Recife, para onde fora transferido ao adoecer, no dia 9 de novembro de 1937.

Deixou, ainda manuscritas, suas memórias e um trabalho sobre seu mandato como vice-

presidente da República. Em 1972, por ocasião do centenário de seu nascimento, o governo do estado de Pernambuco e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais promoveram a Semana Estácio Coimbra. As diversas conferências proferidas na ocasião por Gilberto Freire e outros foram coletadas e publicadas no livro *Estácio Coimbra: homem representativo do seu meio e do seu tempo* (1973).

Regina da Luz Moreira

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Almanaque Abril* (1975); BARROS, M. *Década*; CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. GOV. EST. PE; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Estadista*; FREIRE, G. *Estácio*; FREIRE, G. *Perfil*; *Grande encic. Delta*; *Ilustração brasileira* (1922-11); *Jornal do Comércio*, Rio (8/11/1947); LEMOS FILHO. *Clã*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; OLIVEIRA, C. *Biografias*; PORTO, J. *Tempos de Rosa*; SILVA, H. 1898; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930.

COLIGAÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

Associação civil católica criada em 1929 pelo então arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, congregando todas as associações católicas existentes no país. Cessou suas atividades logo após a morte do cardeal Leme, ocorrida em 1942.

Do quadro de diretores da coligação faziam parte importantes membros do Centro Dom Vital, como Alceu Amoroso Lima, Hamilton Nogueira, Heitor da Silva Costa e Cláudio Ganns. Ao padre Leonel Franca coube o cargo de assistente eclesiástico da entidade, enquanto o advogado católico Heráclito Sobral Pinto participou da elaboração de seus estatutos.

Entre as associações católicas reunidas na coligação durante a década de 1930 incluíram-se a Ação Católica Brasileira e a Confederação Nacional de Operários Católicos, atual Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos.

Por iniciativa da coligação, foi criada em torno de 1937 a Confederação da Imprensa Católica.

Mônica Kornis

FONTE: TODARO, M. *Pastors*.

COLLET, Agnelo

*pres. RJ 1917-1918.

Agnelo Geraque Collet nasceu na Bahia em 1862, filho de Eugênio Collet e de Emília Leopoldina Geraque.

Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1886, dedicou-se ao exercício da clínica médica na cidade de Caravelas (BA). Posteriormente, ocupou a presidência da Estrada de Ferro Bahia-Minas. Em 1894, mudou-se para São Fidélis (RJ), onde reiniciou a prática da clínica médica e passou a exercer intensa atividade política. Elegeu-se vereador em várias legislaturas, tendo alcançado a presidência da Câmara Municipal. Filiado ao Partido Republicano do estado do Rio de Janeiro, foi também deputado estadual.

Em 12 de julho de 1914, foi eleito segundo vice-presidente do estado do Rio de Janeiro na chapa encabeçada por Nilo Peçanha, composta também pelo coronel Francisco Xavier da Silva Guimarães como primeiro vice-presidente. Nilo Peçanha foi então eleito para presidir o estado pela segunda vez e tomou posse em 31 de dezembro do mesmo ano. No entanto, a 7 de maio de 1917, renunciou para ocupar a pasta de Relações Exteriores no governo de Venceslau Brás (1914-1918). A chefia do Executivo fluminense foi transferida a Francisco Xavier da Silva Guimarães, que faleceu pouco depois, em 19 de junho. No dia seguinte Agnelo Collet assumiu a presidência do estado, e em 31 de dezembro de 1918 transmitiu o governo a Raul Veiga (1918-1922).

Tendo governado durante o período em que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) assolava o continente europeu, o que criou dificuldades para as exportações brasileiras, Agnelo Collet notabilizou-se e foi criticado pela prudência nos gastos públicos. Apesar disso, concluiu obras iniciadas por presidentes anteriores, como as de construção da Escola Industrial Visconde de Morais, do palácio para a Assembleia Legislativa e do canal Palmer, em Cabo Frio, e de restauração da Estrada União e Indústria, que liga Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG). Além dessas ações, construiu novos pavilhões na Colônia de Alienados de Vargem Alegre, reformou o ensino primário, profissional, normal e secundário, criou colônias de férias e uma colônia agrícola. No período final de seu governo, o Brasil foi atingido pela epidemia de gripe espanhola. Médico, em um quadro de falta destes profissionais, Agnelo Collet por diversas vezes também clinicou em auxílio aos doentes.

Depois de deixar o governo do estado, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas fluminense, do qual foi o primeiro presidente e pelo qual se aposentou.

Faleceu na cidade de Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, no dia 15 de abril de 1929.

Quando de seu falecimento, estava casado com Adélia Brahamam Collet, com quem teve duas filhas. Anteriormente, havia contraído matrimônio duas outras vezes: primeiro com Aurora Barcellos Collet e, depois, com a irmã desta, Emília Barcelos Collet. Do primeiro casamento deixou um filho, e do segundo, seis, sendo um deles Heitor Barcellos Collet, que a exemplo do pai também enveredou pela política, tendo chegado à presidência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (1936-1937), o que permitiu que chefiasse interinamente o Executivo fluminense de 23 de março a 15 de julho e de 10 a 11 de novembro de 1937.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: COLLET, A. *Mensagem; Fluminense* (16/4/1929); *Jornal do Brasil* (16/4/1929, p. 6); LACOMBE, L. *Chefes* (p. 71-72, 85-86); PEIXOTO, D. *História* (p. 97).

COLLOR, LINDOLFO

*dep. fed. RS 1923-1930; rev. 1930; min. Trab. 1930-1932; rev. 1932.

Lindolfo Leopoldo Boekel Collor nasceu em São Leopoldo (RS) no dia 4 de fevereiro de 1890. Seus pais, João Boekel, sapateiro e músico amador, e Leopoldina Shreiner Boekel, eram descendentes dos primeiros colonos alemães chegados ao Brasil em 1824. Tendo seu pai falecido em 1893, sua mãe, então trabalhando num hotel em São Gabriel da Estrela, depois Setembrina (RS), transferiu-se para Barra do Ribeiro (RS), onde contraiu segundas núpcias com João Antônio Collor, alemão nato e ex-proprietário de uma pequena frota de navegação fluvial, de quem Lindolfo posteriormente adotaria o sobrenome. Esse íntimo contato com a língua alemã favoreceria, mais tarde, sua atividade política na região de colonização germânica, onde, durante as campanhas eleitorais, discursava em alemão.

Após fazer os estudos primários em Setembrina e Barra do Ribeiro, Lindolfo Collor transferiu-se para Rio Grande (RS), onde frequentou durante três anos o Seminário Presbiteriano, entrando em contato com o pensamento liberal inspirado nos princípios filosóficos da Revolução Francesa. Estudando detalhadamente a Bíblia, interessou-se pelo ideário do papa Leão XIII, origem de um certo ecumenismo que marcaria sua obra, caracterizada por uma grande admiração pela organização da Igreja Católica. Mudando-se para Porto Alegre em 1907, concluiu nessa cidade o curso preparatório, durante o qual foi aluno de Emílio Meyer. Formou-se em farmácia em 1909, mas não chegou a exercer a profissão.

Ainda em 1909, fixou residência em Bajé e iniciou-se no jornalismo como repórter do *Jornal do Comércio*. Ainda nesse ano publicou seu primeiro livro, *Poema dos matizes* (1909), dedicado ao poeta gaúcho Zeferino Brasil. Em 1911, mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, trazendo uma carta de recomendação para João Laje, proprietário do jornal *O País*, onde, contudo, não encontrou colocação. Empregou-se como diarista no Jardim Botânico, ao mesmo tempo em que escrevia artigos sobre assuntos rio-grandenses e entrevistava dramaturgos e críticos de teatro. Conseguindo logo depois uma vaga no *Jornal do Comércio*, começou a redigir matérias políticas no folhetim semanal *O meu sábado*.

No Rio de Janeiro, interessado por literatura, aproximou-se de poetas de renome, como

Olavo Bilac, Coelho Neto e outros. O grupo parnasiano incentivou sua produção poética, o que lhe valeu a oposição de Gilberto Amado, o qual, em artigo intitulado “É demais”, protestou contra os elogios recíprocos que no seu entender os membros daquele grupo se faziam. Em 1913, publicou *Elogios e símbolos*, seu último livro de poemas. Afastando-se progressivamente do meio literário, intensificou suas relações com o mundo da política, estabelecidas através da atividade jornalística e reforçadas pela amizade com José Gomes Pinheiro Machado, personagem de primeira grandeza na vida política nacional nos primeiros anos do século. Senador pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Pinheiro Machado influiria em seu comprometimento definitivo com essa agremiação.

O PRR E O INÍCIO DA VIDA POLÍTICA

Lindolfo Collor casou-se, em 1914, com Hermínia de Sousa e Silva, filha do deputado paranaense Bartolomeu de Sousa e Silva, proprietário do jornal *A Tribuna*, cuja direção assumiu. Em 1916, sempre no Rio, ingressou na Escola de Altos Estudos Sociais, Jurídicos e Econômicos, de inspiração liberal. Em pouco tempo, destacou-se como um dos mais intelectualizados membros da chamada “geração de 1907”, grupo de jovens militantes do PRR do qual faziam parte José Antônio Flores da Cunha, Getúlio Vargas, Antônio Paim Filho e outros, formados, em sua maioria, nos anos de 1907 ou 1908 pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Em 1917, candidatou-se à Academia Brasileira de Letras, sendo derrotado por Aluísio de Castro.

Após uma fracassada candidatura à vereança, passou a aspirar a uma cadeira na Câmara dos Deputados como representante do Distrito Federal. Seus correligionários gaúchos, entretanto, aconselharam-no a concorrer à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Convidado pelo presidente do estado e mais importante dirigente do PRR, Antônio Augusto Borges de Medeiros, para dirigir *A Federação*, órgão oficial do partido, retornou a Porto Alegre e assumiu o cargo em 1919. Data daí o aprofundamento da sua vinculação com a doutrina do republicanismo gaúcho. Os editoriais que passou a redigir, muitas vezes sob a supervisão pessoal de Borges de Medeiros, traduziam explicitamente a orientação republicana. Estudando a fundo o pensamento positivista de Júlio de Castilhos, fundador e primeiro grande chefe do PRR, tornou-se defensor intransigente de noções como as de “ordem”, “disciplina partidária” e “submissão incondicional ao chefe”.

Em 1921 elegeu-se deputado estadual, mas pouco se destacou nessa atividade, visto que

suas energias se concentravam no trabalho jornalístico. Ainda no mesmo ano, acompanhando a posição do PRR, participou ativamente da campanha da Reação Republicana, movimento que promoveu a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922. Após o pleito, os republicanos gaúchos cessaram a oposição, atitude reforçada depois que, ainda no governo de Epitácio Pessoa, o Congresso aprovou a adoção de subsídios aos preços da carne, uma das medidas econômicas pleiteadas pela chapa derrotada.

Outros setores oposicionistas, contudo, reagiram de maneira diferente à derrota eleitoral. Em julho de 1922, irrompeu no Rio de Janeiro e em Mato Grosso um movimento de protesto contra a eleição de Artur Bernardes e as punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa aos militares dissidentes, entre elas o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. A revolta, que iniciou o ciclo de levantes tenentistas da década de 1920, foi debelada no mesmo dia, tendo envolvido, no Rio de Janeiro, o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar, e em Mato Grosso, o contingente local do Exército. Lindolfo Collor, acompanhando a posição de Borges de Medeiros, manifestou-se contra a tentativa de levante e a favor da resistência passiva ao governo de Artur Bernardes. Em editorial de *A Federação*, aprovado pessoalmente por Borges de Medeiros e intitulado “Pela ordem”, condenou o levante tenentista e declarou apoiar a ordem constitucional. Esse texto obteve ampla repercussão entre políticos e militares, atraindo para o autor a antipatia dos jovens oficiais rebeldes, os “tenentes”, muitos dos quais exerceriam importantes funções após a Revolução de 1930, mantendo porém sua oposição a Lindolfo Collor.

Por outro lado, as eleições para o governo do Rio Grande do Sul em novembro de 1922, em que se defrontaram Borges de Medeiros, candidato a um quinto mandato, e Joaquim Francisco de Assis Brasil, candidato da oposição, acabaram por provocar um conflito armado no estado a partir de fevereiro de 1923. A paz só voltou com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, em dezembro, pelo qual foi garantido o mandato de Borges de Medeiros, ficando entretanto proibidas novas reeleições.

Lindolfo Collor não enfrentou diretamente a chamada Revolução de 1923, já que, eleito deputado federal em eleição suplementar com mandato de maio a dezembro de 1923, transferiu-se para o Rio de Janeiro antes mesmo de terminar seu período como deputado

estadual. Ainda assim, enquanto esteve no Rio Grande do Sul, pronunciou na Assembleia Legislativa, juntamente com Maurício Cardoso, João Neves da Fontoura e outros jovens republicanos, diversos discursos destinados a demonstrar que o PRR estava unido e solidário com Borges de Medeiros.

Na capital federal, Collor assumiu o cargo de redator-chefe do jornal *O País*, que apoiava o presidente Artur Bernardes. Embora pessoalmente se colocasse no campo oposicionista, foi sempre contrário a atitudes que pudessem pôr em risco a ordem e a autoridade constituídas. Assim, acompanhando a posição de toda a representação federal gaúcha, manifestou-se solidário com o presidente da República quando, em julho de 1924, mês em que foi eleito para outro mandato na Câmara dos Deputados, novo movimento tenentista irrompeu em Sergipe, no Amazonas e em São Paulo. A revolta foi rapidamente dominada nos dois primeiros estados, mas em São Paulo os rebeldes, comandados pelo general Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital por três semanas, abandonando-a depois e rumando para o interior. Em abril do ano seguinte, no oeste do Paraná, esse grupo uniu-se ao contingente revolucionário que em outubro de 1924 sublevara unidades militares gaúchas, constituindo-se dessa forma a Coluna Prestes.

Na Câmara dos Deputados, Lindolfo Collor integrou em 1925 a Comissão de Diplomacia e Tratados. Participou também da embaixada especial que representou o Brasil nas comemorações do primeiro centenário da independência do Uruguai e apresentou à Câmara seu parecer acerca do convênio assinado em Montevideu no mesmo ano, referente à delimitação da fronteira brasileiro-uruguaia. Seus discursos sobre o assunto foram publicados pela Imprensa Nacional sob o título *O Convênio de Montevideu*. Em 1926, publicou, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, *No centenário de Solano López*, coletânea de artigos sobre a política externa brasileira em que defendia o Brasil da acusação de ter provocado a guerra contra o Paraguai, deixando aquele país arruinado. No mesmo ano, publicou pela Imprensa Nacional *O Brasil e a Liga das Nações*, reunindo comentários acerca da tentativa brasileira de obter um lugar permanente na Sociedade das Nações. Ainda em 1926, voltou a candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, sendo novamente derrotado, dessa vez pelo bispo dom Aquino Correia.

Reeleito deputado federal em maio de 1927, destacou-se na discussão de temas econômicos e sobretudo financeiros. Em consequência, foi cogitado para ocupar a pasta da Fazenda do

governo de Washington Luís, eleito presidente da República em 1926. O cargo, no entanto, foi oferecido a Getúlio Vargas, também deputado federal pelo Rio Grande do Sul, presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados e líder da sua bancada, a quem Lindolfo Collor prestou assessoria. Escolhido líder da bancada republicana gaúcha na Câmara em substituição a Vargas, Collor se destacaria em 1928 na delegação brasileira à VI Conferência Pan-Americana, reunida em Havana, participando do projeto de criação do Instituto Interamericano de Cooperação Intelectual. Participaria também da Conferência Interparlamentar do Comércio, realizada em Paris.

Lindolfo Collor renunciou à liderança na Câmara ainda em 1928, quando Getúlio Vargas foi eleito presidente do Rio Grande do Sul. Essa atitude, segundo seu correligionário João Neves da Fontoura registrou em suas memórias, foi assumida porque Collor esperava substituir Vargas no Ministério da Fazenda. Por ter sido preterido — a escolha recaiu em Francisco Chaves de Oliveira Botelho —, Collor teria desconfiado de que Vargas não se empenhara em fazê-lo seu substituto, ficando estremecidas as relações entre os dois líderes gaúchos.

A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930

Findo o ano de 1928, intensificaram-se as articulações com vistas às eleições presidenciais marcadas para março de 1930. O quadro sucessório estava ainda muito confuso e, inicialmente, Collor manteve-se indefinido diante das alternativas situacionistas e oposicionistas. De resto, o próprio PRR não conseguia se pronunciar unitariamente, deixando campo aberto para rumores acerca da existência de importantes dissensões em suas fileiras. Em meados de 1929, sob a direção de Vargas, os republicanos gaúchos lograram unificar a política estadual, firmando um acordo eleitoral com o Partido Libertador (PL), seu tradicional adversário, que resultou na formação da Frente Única Gaúcha (FUG). Em junho, após demoradas negociações, os gaúchos fizeram com o Partido Republicano Mineiro (PRM), detentor do governo em Minas Gerais, um acordo secreto em torno da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Esse acordo deu origem à Aliança Liberal, que recebeu o apoio não só de outras forças discordantes do governo federal — como o presidente da Paraíba, João Pessoa, a quem foi oferecida a candidatura à vice-presidência — mas também de oficiais que, com o movimento tenentista, haviam

tentado modificar a situação política do país pela via insurrecional.

Collor, que mesmo mantendo relações de amizade com Washington Luís combatia sua política financeira, aderiu à Aliança Liberal, integrando a comissão executiva do movimento, juntamente com José Joaquim Seabra, Afrânio de Melo Franco, João Batista Luzardo, João Neves da Fontoura e outros. Conhecedor dos mecanismos utilizados pelas forças situacionistas para fraudar eleições e manter-se no poder, não manifestava muita esperança na vitória da oposição. Preocupava-se, por outro lado, com a presença de representantes do radicalismo tenentista no interior da Aliança Liberal, chegando a descartar, em carta a Vargas datada de agosto de 1929, a alternativa revolucionária em caso de derrota eleitoral. Afirmando que “um mau governo é ainda preferível à vitória de uma insurreição, geradora de outras insurreições”, preferia o recurso à oposição parlamentar, que, no seu entender, deveria ser exercida pelos diversos setores da Aliança Liberal unidos organicamente num partido de âmbito nacional e de ambições mais duradouras. Essa agremiação adotaria o nome de Partido Republicano Progressista, evitando-se as designações de “liberal” e “democrático”, contrárias à tradição republicana gaúcha. Embora não se detivesse nos detalhes do programa do futuro partido, Collor propunha que este contivesse, em linhas gerais, a média daquilo que, em sua época, se entendia por “aspiração popular e das elites políticas”.

Em setembro de 1929, Collor renunciou à Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, onde exercia a função de relator do orçamento do Ministério das Relações Exteriores. Nesse mesmo mês, a convenção situacionista indicou os nomes do paulista Júlio Prestes para concorrer à presidência da República e do baiano Vital Soares para concorrer à vice-presidência. Formalizava-se dessa maneira, por iniciativa do Partido Republicano Paulista (PRP), endossada por Washington Luís, membro dessa agremiação e profundamente ligado aos interesses paulistas, o rompimento do acordo tácito com o PRM, conhecido como “política do café-com-leite”, segundo o qual a sucessão presidencial se faria com a alternância de representantes dos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Esse pacto fora posto em prática a partir do governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), e seu rompimento por parte do governo federal consolidou a posição da Aliança Liberal como alternativa eleitoral para os republicanos mineiros.

A convenção aliancista, também realizada em setembro de 1929, ratificou a candidatura

Vargas-João Pessoa e aprovou um manifesto dirigido à nação brasileira, de autoria de Lindolfo Collor. O documento, sintetizando o ideário aliancista, antecipava todos os pontos da plataforma programática que seria lida por Vargas na Esplanada do Castelo, no Rio, em janeiro de 1930. Conferindo uma ênfase inédita em documentos desse tipo à questão social brasileira, o manifesto defendia a liberdade sindical irrestrita e algumas das reivindicações já históricas dos trabalhadores, como a jornada de oito horas diárias de trabalho, o aperfeiçoamento e a ampliação da Lei de Férias, o salário mínimo e a proteção às mulheres e aos menores trabalhadores.

Embora recebesse grande apoio social, a campanha da Aliança Liberal enfrentou inúmeros obstáculos, especialmente de ordem financeira, como testemunham os telegramas trocados entre Collor e Osvaldo Aranha em fevereiro de 1930, um mês antes das eleições. Na imprensa, diversos órgãos colaboraram com a campanha aliancista, cujo porta-voz oficial era o jornal carioca *A Pátria*, dirigido nesse período por Collor.

Realizadas as eleições em março de 1930, saiu vitoriosa a chapa situacionista. Diante da derrota eleitoral, os diversos setores da Aliança Liberal, que considerou o resultado fraudulento, tomaram rumos diferentes. Uns prontamente se reconciliaram com o governo federal. Muitos ficaram indecisos frente à situação, e outros ainda se voltaram para a articulação de um levante armado. Antes mesmo que se divulgassem os resultados definitivos do pleito, líderes republicanos gaúchos, entre os quais Collor, Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura, se reuniram em Porto Alegre para analisar a derrota, que já tinham como inevitável. Em suas memórias, João Neves registrou que, nessa reunião, ele e seus companheiros sabiam que “à sua frente se abriam dois caminhos, a adesão ao vencedor ou a revolução”.

De fato, as articulações revolucionárias iniciaram-se quase imediatamente após as eleições. Os contatos entre dissidentes gaúchos, mineiros e paraibanos corriam difíceis, já que os mais poderosos chefes políticos de seus estados não demonstravam muita convicção diante da opção pela luta armada. O assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930 funcionou contudo como um elemento de reativação do ânimo oposicionista. Na Câmara, Collor proferiu vigoroso discurso que foi amplamente divulgado pela imprensa e obteve grande repercussão junto à opinião pública. A oração terminava indagando: “Presidente da República, o que fizeste do presidente da Paraíba?”

O mês de agosto foi decisivo para o aprofundamento da conspiração. Depois de delicadas negociações, em que Collor — integrante de um dos núcleos do comando revolucionário no Sul, juntamente com Raul Pilla, Assis Brasil, Flores da Cunha e outros — teve importante papel, Borges de Medeiros e Olegário Maciel, que no mês seguinte assumiria o governo de Minas Gerais, aderiram aos planos revolucionários. Em setembro, Collor foi designado para viajar ao Distrito Federal com a missão de obter o apoio militar da guarnição sediada na capital, considerado indispensável para o desencadeamento da insurreição. Embora não conseguisse a adesão da alta oficialidade, Collor conseguiu dos generais Augusto Tasso Fragoso, Francisco de Andrade Neves e Alfredo Malan d'Angrogne um compromisso de neutralidade. Do Rio de Janeiro, seguiu para Minas Gerais, onde discutiu com Olegário Maciel, já empossado na presidência do estado, os planos para o levante no Sul e no Norte, ficando estabelecido que as forças mineiras seriam avisadas quatro dias antes da data marcada para a eclosão do movimento.

A insurreição teve início no Sul, às 17:30h do dia 3 de outubro, exatamente no momento em que terminava o expediente do general Gil de Almeida, comandante da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre. Gil de Almeida foi preso após a tomada do quartel-general, operação em que Collor teve participação direta. Após dois dias de combates, o estado passou ao controle total dos revolucionários.

Consolidado o levante no Rio Grande do Sul e já espalhado para as principais regiões do país, o estado-maior revolucionário estabeleceu contatos na Argentina e no Uruguai, divulgando os objetivos do movimento e buscando apoio logístico. Collor foi enviado a Buenos Aires, onde permaneceu algum tempo adquirindo armas e munições. Segundo telegrama enviado a Osvaldo Aranha no dia 16 de outubro, teria conseguido que o chefe do estado-maior das forças armadas argentinas facilitasse a exportação de material bélico para os revolucionários brasileiros.

De volta a Porto Alegre, Collor viajou para o Rio de Janeiro, juntamente com Osvaldo Aranha e o comandante Herculino Cascardo, com o objetivo de entrar em entendimento direto com a junta governativa provisória, que após depor o presidente Washington Luís no dia 24 de outubro, quando os revolucionários já controlavam praticamente todo o território nacional, relutava em entregar o poder aos rebeldes. A chegada dos revolucionários à capital federal, ocorrida no dia 28 de outubro, foi objeto de eufórica recepção popular.

Recebidos pelo general Pantaleão Teles Ferreira, encontraram-se à noite com os membros da junta — o general Tasso Fragoso, o general João de Deus Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha. Nesse encontro, foi acertada a transferência do poder para Getúlio Vargas, líder nacional do movimento revolucionário. No dia 3 de novembro, Getúlio tomou posse como chefe do governo provisório.

O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Uma das primeiras medidas do novo governo foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930), cuja direção foi confiada a Lindolfo Collor. Até então, a política trabalhista estivera subordinada ao Ministério da Agricultura. De resto, as questões relativas às relações entre patrões e trabalhadores não eram encaradas em sua natureza social, mas de um ponto de vista bem explicitado no discurso de Washington Luís quando candidato ao governo de São Paulo, em 1920, e reiterado durante sua campanha para a presidência da República: “Entre nós, em São Paulo, pelo menos, a questão operária é uma questão que interessa mais à ordem pública que à ordem social.”

A criação do Ministério do Trabalho expressou, assim, uma nova compreensão da “questão social”, tornada um problema de Estado. Collor, em seu discurso de posse naquele que chamou de “Ministério da Revolução”, definiu-a como um desafio que se traduzia na descoberta da correlação entre a justiça social e a formação de um mercado interno, baseando-se na ideia de que o “Brasil deve ser um ótimo mercado interno para o Brasil”.

O Ministério do Trabalho instalou-se no mesmo prédio onde funcionava o Conselho Nacional do Trabalho, ocupando ainda o edifício da Escola Politécnica, que lhe era contíguo. Para integrar sua equipe de colaboradores, Collor contou com nomes como Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes — precursores do direito social no Brasil e participantes dos movimentos populares durante a década anterior — e Jorge Street, empresário paulista notabilizado pelos melhoramentos sociais que introduziu em suas fábricas.

O Ministério do Trabalho foi organizado pelo Decreto nº 19.667, de 4 de fevereiro de 1931, iniciando-se intensa atividade legislativa em sua jurisdição. Em relação à questão social, particularmente, lançaram-se as bases da legislação que, posteriormente, seria agrupada na

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre as principais iniciativas tomadas pela gestão de Collor, destacaram-se aquelas referentes à organização sindical e aos direitos dos trabalhadores, sendo reconhecidas em lei muitas das reivindicações já históricas do movimento sindical anterior à década de 1930.

O Decreto nº 19.770, de 19 de abril de 1931, reformulou a Lei Sindical de 1907. Na exposição de motivos da nova lei, Collor defendeu a tese de que os sindicatos deveriam servir de “para-choques” nas relações entre o capital e o trabalho, objetivando “um resultado apreciável na justa e necessária conjugação dos interesses patronais e proletários”. Uma vez “incorporados ao Estado e às leis da República”, como Collor preconizava, os sindicatos deixavam a órbita do direito privado e ingressavam na área do direito público, dependendo sua existência do reconhecimento do Ministério do Trabalho. Essa concepção de organização sindical foi denunciada pelas forças oposicionistas de esquerda como corporativista e diluidora das contradições entre o trabalho e o capital. De fato, durante alguns anos foi pequeno o número de sindicatos que procuraram enquadrar-se na nova legislação, sendo maior o seu número nas áreas menos industrializadas, onde a classe operária desfrutava de menos experiência política.

Outra iniciativa de grande impacto sobre a situação trabalhista foi a Lei do Amparo ao Trabalhador Brasileiro Nato (Decreto nº 20.291, de 19 de agosto de 1931), conhecida como “Lei dos 2/3”, que garantia a presença de um mínimo de 2/3 de brasileiros natos no total de empregados de quaisquer estabelecimentos industriais e comerciais. A respeito dessa lei, Collor declarou que não pretendia forçar o desemprego de estrangeiros, mas garantir a preferência legal para os trabalhadores brasileiros.

Além dessas leis, Collor assinou diversos outros decretos referentes à aplicação dos fundos das caixas de aposentadoria e pensões, até então limitadas às empresas ferroviárias, portuárias e marítimas, estendendo esse benefício a outras categorias profissionais; à organização do Departamento Nacional do Trabalho; à criação de comissões permanentes e mistas de conciliação entre empregados e empregadores, embriões da Justiça do Trabalho, que seria criada em 1934; à regulamentação das condições de trabalho das mulheres e dos menores nas indústrias e no comércio; à jornada de trabalho nas indústrias e no comércio; à criação do salário mínimo, e às convenções coletivas de trabalho.

O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA

Lindolfo Collor demitiu-se do Ministério do Trabalho em março de 1932, ao mesmo tempo em que se exoneravam Maurício Cardoso do Ministério da Justiça, João Neves da Fontoura da Consultoria Jurídica do Banco do Brasil e Batista Luzardo da chefia de Polícia do Distrito Federal. O governo provisório enfrentava um delicado período, fortemente pressionado, por um lado, pelo movimento a favor da reconstitucionalização do país, com polos em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e, por outro, pelo empenho dos “tenentes” em alcançar, através de um governo centralizado e autoritário, o aprofundamento das reformas iniciadas pela Revolução de 1930. Em carta enviada a Vargas, na qual justificava sua atitude, Collor denunciava o cerceamento da liberdade de opinião e a censura à imprensa. Contudo, o pretexto imediato para sua demissão fora o empastelamento do *Diário Carioca* por elementos do grupo tenentista, cuja impunidade traduzia, no seu entender, a contemporização ou covardia diante da violação dos princípios liberais clássicos. Finalizando a carta, Collor afirmava “que se me fosse dito que a Revolução se faria precisamente para manietar e sufocar essa liberdade que é a pedra angular das sociedades organizadas, eu não teria sido, como fui, um dos elementos mais decisivos na conspiração que deflagrou o movimento de 3 de outubro”.

Logo após a demissão, Collor retornou a Porto Alegre, onde se uniu às forças empenhadas no movimento pela reconstitucionalização do país, lideradas nacionalmente pelas correntes tradicionais da política paulista. Novamente colocado por Borges de Medeiros, que também apoiava a causa paulista, na direção de *A Federação*, passou a criticar o interventor gaúcho Flores da Cunha, que, depois de comprometer-se com o movimento constitucionalista, reconciliou-se com o governo federal, temeroso de um confronto militar.

Em junho de 1932, Collor, juntamente com Raul Pilla, João Neves da Fontoura e Batista Luzardo, assinou um manifesto reafirmando sua solidariedade com as reivindicações paulistas e colocando a saída revolucionária como a única maneira de garantir a manutenção e a autonomia do governo de São Paulo. Unindo-se a forças revoltosas no interior do Rio Grande do Sul, comandadas por Marcial Terra e compostas por cerca de trezentos homens, Collor percorreu diversos municípios gaúchos em campanha nem sempre pacífica, marcada por conflitos armados em Vacaria, Soledade e outras localidades.

Deflagrada a Revolução Constitucionalista no dia 9 de julho em São Paulo, a coluna integrada por Collor ainda percorreu diversas regiões rio-grandenses, enfrentando as forças legalistas e fazendo propaganda do movimento. No dia 20, juntamente com Batista Luzardo, Glicério Alves e mais cerca de 40 homens, tentou promover um levante em Santa Maria e Tupanciretã, destruindo a ligação férrea entre as duas cidades. Em setembro, porém, cercados por tropas governistas, Collor e seus companheiros capitularam e partiram para o exílio na Argentina, em cujo território penetraram atravessando a fronteira em Paso de Los Libres. No mês seguinte, Collor redigiu com Raul Pilla, João Neves e Batista Luzardo um manifesto divulgado a partir de Rivera, no Uruguai, e dirigido ao “Rio Grande do Sul e à Nação”, fazendo um histórico do movimento constitucionalista e explicando as razões da sua derrota — selada com a rendição das forças paulistas em 2 de outubro de 1932 —, a qual atribuíam ao comportamento de Flores da Cunha, caracterizado como traidor. Por seu lado, em 15 de novembro de 1932, desligando-se do PRR, Flores da Cunha fundou o Partido Republicano Liberal (PRL) Rio-Grandense.

Durante o período em que esteve exilado, Collor viajou por diversos países sul-americanos, sendo recebido por chefes de Estado no Peru, no Chile, na Bolívia e no Equador. No verão de 1933, viajou para a região do Chaco, onde cobriu para os Diários Associados o conflito fronteiriço entre o Paraguai e a Bolívia. Alguns dos seus artigos sobre a Guerra do Chaco foram reproduzidos no jornal argentino *La Prensa*. Por essa época, Collor foi acusado de publicar na imprensa argentina artigos críticos ao governo brasileiro. Em carta a Américo Palha — chefe do Serviço de Identificação Profissional do Ministério do Trabalho e seu amigo pessoal —, defendeu-se contudo da acusação, afirmando que “os únicos artigos meus publicados na imprensa argentina são os que escrevi sobre o Chaco, e recentemente outro, a propósito da morte de Irigoyen”.

Na correspondência que manteve com Américo Palha durante o exílio, Lindolfo Collor demonstrou grande admiração pelo programa governamental elaborado por Franklin Delano Roosevelt, presidente dos Estados Unidos da América, para enfrentar a depressão econômica que se seguiu à crise de 1929. Essa política, conhecida como *New Deal*, era vista por Collor como “eminentemente democrática, ou melhor, social-democrática”. Segundo suas palavras, ainda, “no nosso programa do Ministério do Trabalho, nos antecedemos três anos à política social dos Estados Unidos”.

Nomeado diretor da Companhia Sul América de Seguros, Collor representou essa empresa no Peru entre janeiro e julho de 1934, sendo recebido pelo presidente da República, general Oscar Benevides.

A RECONSTITUCIONALIZAÇÃO E O *MODUS VIVENDI* GAÚCHO

Ainda em julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição do Brasil. Em agosto, beneficiado pela anistia decretada por Vargas no mês de junho e atendendo ao chamado de seus correligionários gaúchos, Collor retornou ao país e ao cenário político, marcando suas atitudes por um forte oposicionismo ao governo federal. Candidato à Câmara dos Deputados nas eleições de outubro, sempre na legenda do PRR, não conseguiu se eleger. Fixou-se então no Rio de Janeiro, onde continuou como diretor da Companhia Sul América durante o ano de 1935.

Por essa época, iniciaram-se as articulações voltadas para a pacificação das forças gaúchas, que se haviam enfrentado durante a Revolução de 1932. Borges de Medeiros, à frente do PRR, indicou Lindolfo Collor para representar a agremiação nas negociações entre a FUG e o PRL. Raul Pilla, presidente do PL, propôs a Flores da Cunha um governo de coalizão. Em janeiro de 1936, finalmente, a FUG e o PRL aceitaram um *modus vivendi* que permitiu a pacificação em troca da reforma do aparato policial, da reincorporação ao governo dos funcionários exonerados e da liberdade de imprensa. Collor foi integrado ao governo, ocupando a Secretaria de Finanças, enquanto o PL indicou Raul Pilla para a Secretaria de Agricultura.

A instauração do *modus vivendi* gaúcho permitiu a aceleração do crescimento econômico do estado, com base no acordo administrativo. A discussão do processo sucessório nacional, contudo, produzia sérias divergências no interior do PRR, que se dividia entre apoiar uma candidatura diretamente patrocinada pelo governo federal ou o nome de Flores da Cunha, que começava a surgir como alternativa eleitoral. Collor opôs-se a qualquer processo de cisão, mantendo o apoio que vinha sendo dado ao governador. Explicou e defendeu o *modus vivendi* em vários pronunciamentos, reunidos e editados pela Livraria do Globo de Porto Alegre em 1936 sob o título *Discursos e manifestos*, dos quais o mais significativo era “O sentido histórico do castilhismo”.

Entretanto, a solidariedade da FUG à idéia de uma candidatura varguista acabou por

inviabilizar o *modus vivendi*. Algum tempo depois de Pilla ter-se retirado do governo, Collor demitiu-se da Secretaria de Finanças. Mas em dezembro de 1936, discordando do comportamento da FUG e da direção do PRR, na época presidido por Maurício Cardoso, que apoiava Vargas, acabou por romper com ambos.

Tentando modernizar o programa republicano, em março de 1937 Collor fundou o Partido Republicano Castilhistas, com o apoio da ala jovem e progressista do PRR. A nova agremiação permaneceu no campo oposicionista, integrando juntamente com as forças paulistas de oposição a União Democrática Brasileira e apoiando a candidatura do governador paulista Armando de Sales Oliveira à presidência da República nas eleições previstas para 1938. Também o PL e o PRL apoiaram Armando Sales, restringindo-se o apoio gaúcho ao candidato de Vargas, José Américo de Almeida, a uma ala do PRR.

O prosseguimento da luta pela sucessão levou Vargas a adotar uma série de medidas destinadas a enfraquecer Flores da Cunha. Em outubro de 1937, o general Manuel Daltro Filho, que era hostil ao governador gaúcho, foi designado para o comando da 3ª Região Militar, sediada no Rio Grande do Sul. Os “corpos provisórios”, milícias auxiliares da Brigada Militar gaúcha, foram dissolvidos, e a própria Brigada Militar foi subordinada ao Exército por decreto de 14 de outubro de 1937. Não resistindo mais às pressões, Flores da Cunha renunciou no dia 16 de outubro e refugiou-se no Uruguai. Nesse momento, o general Daltro Filho foi nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul.

O ESTADO NOVO

O processo sucessório nacional foi interrompido no dia 10 de novembro de 1937, quando foi deflagrado o golpe que implantou o Estado Novo, dissolvendo o Congresso e todos os partidos políticos. Com Flores da Cunha no exílio e o estado sob intervenção federal, tornou-se impossível ao Rio Grande do Sul resistir de maneira organizada.

Lindolfo Collor permaneceu em Porto Alegre durante alguns meses, dedicando-se à Companhia Sul América de Seguros e ao magistério na Escola de Comércio. Nessa época, escreveu *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, cuja edição tratou no Rio de Janeiro em abril de 1938 com a Livraria José Olímpio. Foi preso nessa ocasião, acusado de envolvimento em conspirações para um levante que deveria ter eclodido em março e foi desbaratado pelo governo. O levante era articulado pela Ação Integralista Brasileira, e contava com a adesão

de outros setores oposicionistas. De acordo com Hélio Silva, Collor receberia o governo do Rio Grande do Sul, em caso de vitória do movimento. Segundo depoimento de parentes seus, no entanto, Collor foi preso apenas por manter contatos com opositores do regime, entre eles os integralistas, não estando envolvido no levante, embora dele tivesse conhecimento. Em 11 de maio de 1938, finalmente, eclodiu de fato o levante integralista, que foi debelado no mesmo dia.

De abril a outubro de 1938, Collor esteve preso em três lugares: na Polícia Militar, na Casa de Correção e no Hospital da Polícia Militar. Finalmente, recebeu ordem de partir imediatamente do país, embarcando no Rio de Janeiro para a Europa.

Collor viveu o segundo exílio na França e em Portugal. Nesse período, escreveu artigos para o *Diário de Notícias* e dirigiu a *Revista Lar Brasileiro*, da Companhia Sul América de Seguros. Deflagrada a Segunda Guerra Mundial em 1939, tornou-se difícil a sua permanência na França. A imprensa brasileira noticiou, na época, que Collor teria tentado obter a cidadania alemã, que teria sido recusada por causa de seus artigos contrários ao governo nazista. No exterior, Collor negou essa informação e continuou combatendo pela imprensa os avanços dos países do Eixo.

Mudando-se para Portugal, Collor deixou de escrever sobre a guerra, prejudicado pela dificuldade de comunicações. Dedicou-se então à literatura, estabelecendo relações pessoais com a família do escritor Guerra Junqueiro. Na cidade do Porto, escreveu um livro sobre Carlos Castelo Branco, inédito. Sua produção literária na Europa foi reunida em duas obras pela Editora Pan-Americana, do Rio de Janeiro: *Europa 1939* (1941) e *Sinais dos tempos* (1942).

Em 1941, Collor tentou retornar ao Brasil. Batista Luzardo e outros amigos de prestígio tentaram obter o consentimento do governo, e Osvaldo Aranha, ministro do Exterior, acabou por lhe oferecer o visto de entrada no país em troca do compromisso de não se envolver na política. Essa condição foi rejeitada por Collor. Por fim, o governo concordou com sua volta em fins de 1941, tendo João Daudt d'Oliveira assumido a responsabilidade pela conduta do exilado. Entretanto, 20 dias, após a sua chegada ao Rio de Janeiro, criticou o Estado Novo através da imprensa, permanecendo preso durante uma semana.

Collor retornara ao Brasil em precárias condições de saúde. Mesmo assim, retomou os contatos com grupos oposicionistas em atividade no Distrito Federal, o que lhe custou mais

algumas detenções. De acordo com seu arquivo pessoal, estava determinado a não recuar em sua oposição do Estado Novo, dispondo-se até mesmo a trabalhar com os comunistas. Procurado por estes, que lhe pediram que redigisse um manifesto contra a ditadura, Collor lamentou não poder atendê-los, pois haviam chegado tarde. Morreu poucos dias depois, em 21 de setembro de 1942, no Rio de Janeiro.

Lindolfo Collor foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul. Entre as obras publicadas sobre sua vida, destacam-se as de Américo Palha, *Lindolfo Collor: estadista da República* (1956), de Luís Gonzaga Jaeger, *Lindolfo Collor*, e de Clodomir Viana Moog, “O leopoldinense Lindolfo Collor”, in *Simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul* (1976).

Suas filhas Leda e Lígia casaram-se respectivamente com Arnon de Melo, que foi governador de Alagoas (1951-1956) e senador por esse estado (1963-1981), e José Jobim, que foi embaixador do Brasil no Equador (1959-1962), na Colômbia (1965-1966), na Argélia (1966-1968) e no Vaticano (1968-1973). Seu neto, Fernando Collor de Melo, foi deputado federal por Alagoas (1983-1986), governador daquele estado (1987-1989), presidente da República (1990-1992) e senador por Alagoas a partir de 2007.

O arquivo de Lindolfo Collor encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Renato Lemos

FONTES: ARAÚJO, R. *Lindolfo*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; CORRESP. MIN. TRAB.; *Documentário foto-biográfico*; DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; FUND. GETULIO VARGAS. *Guia*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; JARDIM, R. *Aventura*; LEVINE, R. *Vargas*; LOVE, J. *Regionalismo*; MELO, L. *Subsídios*; MENESES, R. *Dicionário*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1931); MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; *Personalidades*; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931;

SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; TIMM, O; GONZALEZ, E.
Álbum; VILAS BOAS, P. *Notas*.

COLUNA PRESTES

Movimento revolucionário também chamado *Coluna Miguel Costa-Prestes*, que, sob a liderança dos “tenentes” Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, empreendeu longa marcha por vários estados do país entre abril de 1925 e fevereiro de 1927.

ANTECEDENTES

O ano de 1922 foi marcado por alguns acontecimentos cujas consequências determinaram mudanças significativas na história política brasileira. As eleições para a sucessão do presidente da República, Epitácio Pessoa, marcadas para março, provocaram a abertura de uma crise política, na medida em que desencadearam uma acirrada disputa entre dois grupos e aguçaram as divergências internas das oligarquias. De um lado, colocou-se o candidato da situação, Artur Bernardes, presidente de Minas Gerais, que tinha o apoio de São Paulo. De outro, formou-se a Reação Republicana, que lançou a candidatura do fluminense Nilo Peçanha e foi integrada, além do estado do Rio de Janeiro, por Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, estados não produtores de café.

O episódio das “cartas falsas” publicadas pelo *Correio da Manhã* em 1921, insultuosas ao Exército e atribuídas a Bernardes, foi importante para incompatibilizar o candidato mineiro com as forças armadas. Após a vitória de Bernardes na eleição presidencial, abriu-se um período de contestação que culminou, em julho de 1922, com os levantes do forte de Copacabana, da Escola Militar de Realengo, de algumas guarnições de Niterói e de Mato Grosso. Foram os primeiros movimentos armados desencadeados pelos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, nem todos verdadeiros tenentes, mas em sua grande maioria oficiais de baixa patente.

Já no governo Bernardes (1922-1926), em 5 de julho de 1924, para comemorar os levantes de 1922, teve início em São Paulo nova revolta tenentista, que funcionou como foco irradiador de outros levantes: os de Mato Grosso (12/7/1924), de Sergipe (13/7/19024), do Amazonas (23/7/1924), do Pará (26/7/1924), e a revolução do Rio Grande do Sul (29/10/1924). O objetivo do movimento tenentista era a derrubada de Bernardes. Os revoltosos falavam em nome dos “interesses nacionais” e tinham como programa político o voto secreto, o combate à corrupção administrativa e à fraude eleitoral, a verdadeira

representação política, a liberdade de imprensa e de pensamento, a limitação das atribuições do Poder Executivo e o restabelecimento do equilíbrio dos poderes.

Em São Paulo, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes e do major da Força Pública Miguel Costa, os rebeldes ocuparam a capital por três semanas no mês de julho até que, pressionados pela ação conjunta das forças policiais de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, foram obrigados a deixar a cidade. Conseguiram chegar a Mato Grosso e daí, perseguidos pelas forças legalistas, foram obrigados a atravessar o alto Paraná. Ocuparam Guaíra (PR), depois de sofrer várias perdas nos combates travados com as tropas governistas, e no início de outubro chegaram a Foz do Iguaçu, que se tornou a sede do estado-maior revolucionário.

No Rio Grande do Sul, além do Batalhão Ferroviário comandado por Luís Carlos Prestes em Santo Ângelo, sublevaram-se o batalhão de São Borja, liderado pelo tenente Siqueira Campos, o 3º Grupo de Artilharia a Cavalo (3º GAC), de Alegrete, sob a liderança dos tenentes João Alberto Lins de Barros e Renato da Cunha Melo, e o 3º Batalhão de Engenharia, de Cachoeira do Sul, tendo à frente o capitão Fernando Távora. Levantaram-se ainda o 3º Regimento de Cavalaria Independente (3º RCI) de São Luís Gonzaga, sob o comando do tenente João Pedro Gay, e o 5º RCI de Uruguaina, sob o comando do capitão Juarez Távora. Os revoltosos contaram também com o apoio das forças irregulares de velhos caudilhos, como Honório Lemes, Zeca Neto, Leonel Rocha e Júlio Barrios.

Com o prosseguimento da luta, Prestes assumiu o comando da coluna constituída pelo 2º e 3º regimentos de Cavalaria, o 1º Batalhão Ferroviário e revolucionários civis. Permaneceu na região missionária durante dois meses, enfrentando as tropas legalistas compostas, segundo Hélio Silva, por cerca de dez mil homens, e marchou em seguida para a colônia militar do rio Uruguai com cerca de dois mil homens mal armados e deficientemente municiados. Por seu lado, as colunas de Honório Lemes e Zeca Neto, que se reuniram após uma série de combates, internaram-se no Uruguai, o mesmo fazendo Júlio Barrios em dezembro.

A FORMAÇÃO DA COLUNA

Os revolucionários que lutavam no Sul foram-se reunindo em São Luís Gonzaga (RS) em torno de Prestes, considerado por Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Siqueira

Campos, João Alberto e Ari Salgado Freire como o mais apto a liderar a revolução. Em São Luís, esse grupo analisou as opções que se lhe apresentavam para continuar a luta. Deveriam de início tentar receber armas e munições de Isidoro Dias Lopes, que continuava controlando a situação na região de Foz do Iguaçu. Caso isso fosse possível, os revolucionários prosseguiriam os combates no Rio Grande do Sul. Uma outra possibilidade, se a primeira não fosse viável, seria marcharem rumo ao norte para tentar invadir Santa Catarina. Diante dessas opções, o grupo resolveu enviar um emissário a Isidoro para consultá-lo. Em resposta, o líder da rebelião em São Paulo informou que seus estoques de armas e munições eram pequenos e que o grupo deveria marchar para o norte. Nesse momento, a coluna gaúcha, sob a chefia de Prestes, decidiu ir ao encontro de Isidoro.

Em 27 de dezembro de 1924, o núcleo inicial daquela que seria mais tarde denominada Coluna Prestes abandonou São Luís. Os oficiais comandantes eram os seguintes: major Mário Portela Fagundes (1º Batalhão Ferroviário), substituído após sua morte pelo “major” Osvaldo Cordeiro de Farias; “major” João Alberto (2º Regimento de Cavalaria); “major” João Pedro Gay (3º Regimento de Cavalaria), depois substituído pelo “major” Siqueira Campos. Ao marcharem ao encontro da divisão de São Paulo, as tropas gaúchas atravessaram o rio Uruguai na foz do rio Anta. No local chamado Queimados, perto de Barracão (SC), Prestes empossou Siqueira Campos no comando do 3º Destacamento, enquanto o major João Pedro Gay era destituído por haver argumentado com a inutilidade da revolução, tentando convencer os soldados de seu destacamento a emigrarem.

A coluna gaúcha chegou a Barracão reduzida a oitocentos homens. O coronel Fidêncio de Melo, fazendeiro do Contestado, prometera ao general Isidoro colaborar, mas na prática isso não ocorreu, e os rebeldes passaram por um momento difícil. Enfrentaram as tropas do general Paim e organizaram a defesa de Maria Preta (SC), onde Cordeiro de Farias, com apenas 70 homens do Batalhão Ferroviário, combateu os dois mil homens chefiados por Claudino Nunes Pereira. Lutando contra as forças do general Paim e de Claudino Nunes, Prestes não só abandonou Maria Preta em completa ordem, como também conseguiu enganar os dois adversários e lançá-los um contra o outro. Em seguida uniu suas tropas às do coronel Fidêncio de Melo, abriu uma picada no terreno sem estradas e partiu para a região do Iguaçu, onde estavam as forças de Isidoro e Miguel Costa. Durante esse período de combates, suas qualidades militares e de liderança foram-se afirmando perante seus

companheiros. Segundo seu próprio depoimento, essa experiência levou-o a pensar em transformar a guerra de trincheiras, que lhe fora ensinada na Escola Militar, em guerra de movimento.

Em abril de 1925, no Paraná, a vanguarda dos revoltosos gaúchos fez junção com a divisão de São Paulo no cruzamento das estradas de Benjamim com Santa Helena. No dia 12 desse mesmo mês deu-se a conferência entre Isidoro, Prestes e Bernardo Padilha, da qual participaram, entre outros, o coronel Mendes Teixeira e os majores Álvaro Dutra, Delmont e Asdrúbal Gwyer de Azevedo. No encontro ficou acertado um novo plano de campanha e foi também decidido que o general Isidoro partiria para a Argentina, seguido dos oficiais paulistas que o quisessem acompanhar, para organizar uma rede de auxílio externo ao movimento. Entre os oficiais que seguiram para o exílio na Argentina figurava o tenente Filinto Müller. A 1ª Divisão Revolucionária, sob o comando geral do “general-de-brigada” (as patentes tinham caráter revolucionário) Miguel Costa, ficou organizada em duas grandes unidades: a Brigada Rio Grande, comandada por Prestes, com cerca de oitocentos homens, e a Brigada São Paulo, comandada pelo tenente-coronel Juarez Távora, com cerca de setecentos homens.

A brigada de Prestes, que contava em seu estado-maior com o major Paulo Kruger, o capitão Ítalo Landucci e os primeiros-tenentes Sadi Vale Machado e Nicácio Costa, ajudantes de ordens, era formada pelos 1º, 2º e 3º destacamentos, comandados respectivamente pelos tenentes-coronéis Osvaldo Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros e Antônio de Siqueira Campos, e por um corpo auxiliar, o 1º Esquadrão de Cavalaria Independente, comandado pelo capitão Ari Salgado Freire. A Brigada São Paulo era composta pelo 2º Batalhão de Caçadores (2º BC), sob as ordens do major Mário Alves Lira; pelo 3º BC, chefiado pelo major Mário Virgílio dos Santos; pelo Batalhão de Artilharia Montada, sob o comando do capitão Henrique Ricardo Holl; e pelo 2º Esquadrão de Cavalaria Independente, liderado pelo capitão Jorge Danton.

Estava formada a Coluna Miguel Costa-Prestes, ou simplesmente Coluna Prestes, que nos dois anos seguintes iria percorrer o país divulgando seus ideais revolucionários.

A MARCHA

Iniciada a marcha, em 29 de abril de 1925 a coluna terminou a travessia do rio Paraná, invadiu o Paraguai e marchou em direção a Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). A vanguarda na invasão de Mato Grosso era o destacamento João Alberto, que se juntou ao destacamento Siqueira Campos para tomar a cidade de Ponta Porã, que fora abandonada pela guarnição local e invadida pelos paraguaios da cidade vizinha. Por outro lado, as forças legalistas do coronel Péricles de Albuquerque, que se retiraram da cidade, foram engrossadas pelas tropas procedentes de Campo Grande, sob o comando do major Bertoldo Klinger. Siqueira Campos e João Alberto atacaram Klinger na cabeceira do rio Apa, obrigando-o a se retirar em direção a Campo Grande. Os dois destacamentos encontraram-se com o resto da coluna perto da estação do Rio Pardo, da estrada de ferro Noroeste. Em 16 de maio a coluna estava novamente reunida e continuou sua marcha através de Mato Grosso.

Em 10 de junho, num lugar chamado Deserto de Camapuã, a coluna sofreu nova estruturação, uma vez que, durante a campanha de Mato Grosso, surgiram divergências entre seus integrantes. A divisão em duas brigadas, Rio Grande e São Paulo, criara constantes atritos entre os dois chefes, Miguel Costa e Prestes, sobre a maneira como devia ser conduzida a campanha. Na entrada de Mato Grosso, Miguel Costa pretendia sustentar um combate decisivo, mas a opinião que prevaleceu foi a de Prestes, o qual alegou que, em vista da diminuta munição de que dispunham, seria impossível uma vitória. Coube-lhe então a reorganização da coluna, que continuaria sob o comando de Miguel Costa, mas passaria a contar com um estado-maior chefiado por ele, Prestes, tendo Juarez Távora como subchefe e Lourenço Moreira Lima como secretário. Cordeiro de Farias, João Alberto e Siqueira Campos continuaram no comando dos 1º, 2º e 3º destacamentos, e criou-se ainda um 4º destacamento, sob o comando de Djalma Dutra. Os soldados gaúchos e paulistas foram distribuídos igualmente entre os quatro destacamentos.

Com essa nova organização e estratégia, a coluna invadiu Goiás e, sempre combatendo as forças de Klinger e a polícia goiana, galgou a serra do Paranã, entrou em Minas Gerais e ocupou São João do Pinduca. Em 7 de setembro os revolucionários voltaram a Goiás e começaram a marchar em direção ao norte do estado (atual estado de Tocantins). Entraram no Maranhão e aí ocuparam em novembro a cidade de Santo Antônio das Balsas. O destacamento Siqueira Campos, com o qual marchava Juarez, ocupou a vila de Passagem

Franca, às margens do rio Parnaíba, sendo dali encarregado de cortar as ligações entre Nova Iorque e Barão de Grajaú, no Maranhão, e Teresina, no Piauí. A partir de 28 de dezembro as forças de Juarez atacaram Teresina, enquanto as de Prestes investiram contra Flores, no Maranhão. No dia 31 de dezembro, Prestes enviou Cordeiro de Farias para combinar com Juarez Távora e Miguel Costa o abandono do cerco de Teresina e Flores, bem como o início da marcha para o leste em direção a Pernambuco. Nesse mesmo dia Juarez foi feito prisioneiro quando fazia um reconhecimento nas margens do Parnaíba, entre Areias e Caieiras, no Maranhão.

A coluna reuniu-se na fazenda Cantinho e daí marchou para Pernambuco em 10 de janeiro de 1926. Sempre combatendo, atravessou o Piauí, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, até que, em 12 de fevereiro, o grosso da tropa rebelde entrou em Pernambuco. Nessa travessia registrou-se um sangrento combate em Piancó, na Paraíba, onde Cordeiro de Farias e seus soldados obtiveram uma grande vitória. Foi também durante esse percurso que, sob o comando de Prestes, se realizou uma das manobras militares que alcançaram na época enorme repercussão. A operação ocorreu quando três colunas governistas, compostas de 15 mil homens, tentaram cercar a coluna acampada na fazenda Buenos Aires, num contraforte da serra Negra. Prestes esperava ali o resultado da revolta liderada por Cleto Campelo, que deveria eclodir em Recife, mas fracassara. As tropas legalistas cercaram a coluna no dia 22 de fevereiro. Prestes fez então uma volta sobre si mesmo de 23 léguas, evoluindo em marcha forçada através da caatinga, abrindo picadas, andando dia e noite, enquanto as forças do governo continuavam garantindo o cerco à fazenda Buenos Aires. A marcha de Prestes descreveu um arco que saía do rio São Francisco, atravessando o sertão rumo à Bahia. Essa manobra ficou conhecida como “laço húngaro”, pois o trajeto percorrido se assemelhava ao laço assim chamado, que servia de ornamento ao uniforme do Exército.

Ainda em fevereiro de 1926, Prestes e Miguel Costa redigiram uma declaração de princípios da coluna, para ser distribuída à nação. Nesse manifesto, intitulado *Motivos e ideais da revolução*, seus integrantes se colocavam contra “os impostos exorbitantes, desonestidade administrativa, falta de justiça, mentira do voto, amordaçamento da imprensa, perseguições políticas, desrespeito à autonomia dos estados, falta de legislação social, reforma da Constituição sob o estado de sítio”. Propunham ainda “assegurar o

regime da Constituição de 24 de fevereiro [de 1891]; estabelecer ensino primário gratuito e ensino profissionalizante e técnico em todo o país; assegurar a liberdade de pensamento; unificar a Justiça, colocando-a sob a égide do Supremo Tribunal Federal; unificar o regime eleitoral e estabelecer o voto secreto e obrigatório; unificar o fisco; assegurar a liberdade municipal; castigar os defraudadores do patrimônio do povo; acabar com a anomalia de um tesouro público endividado, enquanto os políticos profissionais enriquecem; rigorosa economia dos dinheiros públicos e auxílio eficiente às forças econômicas do país”.

De fevereiro a 3 de julho os revolucionários percorreram a Bahia, entraram em Minas Gerais e voltaram ao território baiano, sendo mal recebidos por parte da população e enfrentando, além das tropas do governo e da polícia estadual, os cangaceiros e jagunços que passaram a combatê-los sob a chefia de Horácio de Matos, Franklin de Albuquerque e Abílio Wolney. Em julho, em território pernambucano, a coluna ocupou os municípios de Murici e Ouricuri. Sempre combatendo, entrou no Piauí e, em 20 de agosto, já em Goiás, armou uma emboscada na fazenda Piauí para as tropas do governo.

O ENCERRAMENTO DA MARCHA

Em 15 de outubro os revoltosos entraram no estado de Mato Grosso acampando nas proximidades de Coxim. Foi decidido que a marcha seria encerrada e que eles emigrariam para a Bolívia. A decisão de pôr fim à marcha foi tomada por várias razões, uma das quais ligada ao fim do governo de Artur Bernardes, que seria substituído em novembro por Washington Luís. Ainda segundo Prestes, a decisão se deveu à compreensão, por parte dos comandantes revolucionários, da “inutilidade de nossos esforços [...] começamos a dar-nos conta de que as consequências da luta que sustentávamos golpeavam a parte mais pobre da população, pois atrás da coluna vinham as forças do governo, capazes de todas as violências e arbitrariedades [...] Além disso, por falta de um objetivo político claro, no seio da coluna começaram a aparecer sintomas de degeneração, o que poderia conduzir muitos dos seus componentes ao banditismo”.

Prestes e Miguel Costa não quiseram tomar sozinhos a decisão de pôr fim à luta e enviaram emissários a Isidoro e a Assis Brasil, solicitando-lhes instruções para agir. Foram enviados o capitão Lourenço Moreira Lima, secretário da coluna, e Djalma Dutra, escoltados pelo destacamento comandado por Siqueira Campos. Em 24 de outubro a coluna se dividiu:

Siqueira Campos partiu com 80 homens em direção a Campo Grande e o restante — cerca de 620 homens — rumou em direção à Bolívia, onde penetrou no dia 3 de fevereiro de 1927, acampando na fazenda Capim Branco. No dia seguinte foi lavrada uma ata assinada por Prestes e Miguel Costa e pelo major boliviano Heliodoro Carmona, na qual se estabeleceu a deposição voluntária das armas mediante as garantias concedidas pela Constituição boliviana a toda pessoa que ingressasse no país.

Ainda no dia 4, Miguel Costa, João Alberto, Cordeiro de Farias e mais cem revolucionários dirigiram-se para San Matías, enquanto Prestes, à frente de cerca de quatrocentos de seus comandados, seguiu para La Gaiba. Prestes encarregou-se de estabelecer a ligação com Siqueira Campos, que continuava em território brasileiro. Este, afinal, em 23 de março de 1927, entrou em território paraguaio com 65 homens.

Foi encerrada, assim, a marcha da Coluna Prestes, que percorreu 11 estados do Brasil ao longo de aproximadamente 25 mil quilômetros, levando a mensagem revolucionária. Sua longa duração fazia parte da estratégia dos revolucionários, que pretendiam que a luta se estendesse para além do período governamental de Bernardes, a fim de levar suas idéias às populações do interior. Entretanto, para permanecer tão longo tempo em combate com forças governamentais que lhes eram superiores, tiveram que adotar como única possibilidade de luta a guerra de movimento. Assim, quando se encontravam em situação de superioridade, atacavam com toda a intensidade e gritavam para assustar o inimigo, promovendo uma enorme algazarra. O objetivo não era vencer, mas criar uma legenda de força e bravura, causar impacto. Quando se encontravam em situação de inferioridade, evitavam o confronto para não serem submetidos a um desgaste.

Ao terminar a marcha da coluna, Prestes se projetara nacionalmente como líder militar, tendo adquirido ainda grande prestígio popular. Ao chegar a La Gaiba, tentou encontrar emprego para todos os soldados da coluna até poder enviá-los de volta ao Brasil. Desse modo, assinou um contrato com a Bolivian's Concession Limited, companhia inglesa de colonização de terras bolivianas. O acordo previa que, como administrador, Prestes contrataria serviços para sanear uma zona do setor oriental boliviano. Para isso era necessário abrir estradas, demarcar terras e perfurar poços. Os ex-combatentes da coluna se espalharam por uma faixa de terra que abrangia La Gaiba, Puerto Suárez, San Carlos, Victoria e Santo Corazón. Nessa sua tarefa de saneamento das terras bolivianas, Prestes fez

um estudo sobre as condições das fronteiras do Brasil na região, enviando-o depois ao Ministério das Relações Exteriores.

Mas nem todos os integrantes da coluna ficaram na Bolívia. Um grupo liderado por Miguel Costa e Isidoro se estabeleceu em Paso de los Libres, na Argentina, e outro fixou-se em Montevideu. A separação entre os veteranos da coluna — com Prestes, em La Gaiba — e o antigo quartel-general revolucionário — com Isidoro, em Libres — acentuou-se. Percebendo que a dualidade La Gaiba-Libres não agradava a Prestes, Siqueira Campos começou a articular a retirada do poder de Isidoro, iniciando em Montevideu e Buenos Aires a implantação da mística de Prestes. Na verdade, não houve luta pelo poder, pois Isidoro não fazia objeção a que Prestes assumisse a liderança dos revolucionários.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Luis Carlos Prestes (verbete); ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Tenentismo (verbete).

COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE PODERES

A Comissão de Verificação de Poderes, ou Comissão dos Cinco, foi criada no Império, porém ganhou particular relevo no cenário político da Primeira República, principalmente a partir de 1899, com as modificações promovidas por Campos Sales no Regimento Interno da Câmara às vésperas das eleições marcadas para o ano seguinte. As modificações introduzidas em outubro de 1899 na prática converteram a comissão em peça instrumental da “política dos estados”, permitindo a chamada “depuração” de eleitos, ou “degola” de opositores, cujos diplomas obtidos em pleitos regionais poderiam ser rechaçados. Ao degolar candidatos da oposição, o governo central preservava a autonomia dos governadores e, em troca, assegurava o apoio destes.

ORIGENS E ATUAÇÃO

O instituto da verificação de poderes remonta ao período dos estados gerais, na França, quando foi constituída uma autoridade supra-eleitoral com o objetivo de reconhecer e legitimar o resultado de um pleito. Inicialmente cabia ao rei o poder de validação, isto é, de verificação dos poderes. Havendo contestação por parte de qualquer uma das ordens quanto a esse poder, a verificação passava pelo crivo da Assembleia Geral e era decidida por voto majoritário. Não obstante, a decisão poderia ser novamente contestada se não fosse aprovada por 2/3 dos votos em uma das ordenações. Nesse caso, a contenda era resolvida, de modo definitivo, pelo rei.

Na fase seguinte do período revolucionário francês, o poder de verificação foi plenamente transferido para o corpo legislativo, modelo que passou a ser duplicado pelos demais países e que se manteve até o desenvolvimento e consolidação dos sistemas de justiça eleitoral.

No Brasil, a adoção de tal modelo foi indicada pela Assembleia Constituinte de 1823, em que se previu a criação de duas comissões, uma composta por cinco membros, “para verificar a legalidade dos Diplomas dos Srs. deputados que não saíssem eleitos para esta mesma Comissão”, e outra, a Comissão de Diplomação, composta por três membros, “para

verificar a legalidade dos Diplomas que formassem a 1ª Comissão”. Na Primeira República, a Constituição de 1891 manteve como atribuição de cada Câmara “verificar e reconhecer os poderes de seus membros”.

A discricionariedade conferida à Comissão de Verificação deu origem a diversos casos em que candidatos eleitos em suas respectivas circunscrições, na posse de diplomas comprovantes, não foram reconhecidos e empossados. E, inversamente, a casos em que diplomas forjados foram reconhecidos como legítimos. Tornou-se assim não rara a existência de duplicatas, ou seja, a simultânea apresentação de diplomas de candidatos situacionistas e oposicionistas, ficando a critério da comissão definir quem deveria ser empossado, de modo a acrescentar mais uma fonte de possível distorção e deformação no sistema eleitoral brasileiro. Na ausência de uma justiça eleitoral autônoma, configurou-se uma prática política em que os Executivos estaduais controlavam as apurações locais, ao passo que o Legislativo, ao levar a cabo um “terceiro escrutínio”, detinha a palavra final no momento da diplomação da qual dependiam as posses.

A notoriedade da Comissão de Verificação aumentou na Primeira República em virtude das modificações introduzidas durante a presidência de Campos Sales, que a converteram em peça central da “política dos estados”. Empossado em 1898, o presidente defrontou-se com a perspectiva da perda de controle sobre a Câmara em decorrência do acirramento da disputa na sessão legislativa de 1900, em que haveria a renovação na proporção de 2/3 da legislatura. Em *Da propaganda à presidência*, o presidente se havia mostrado consciente do risco de que os partidos pudessem agir “com ânimo deliberado de empregar, cada um, todos os meios para o triunfo de seus candidatos”, não excluindo “as duplicatas e as fraudes”. O alto grau de divisão partidária e de imponderabilidade dessas eleições poderiam obrigar o presidente a tomar posição partidária após a posse da nova legislatura. Tendo que ceder aos desejos partidários, haveria um claro deslocamento de poder do Executivo para o Legislativo. O Regimento da Câmara de Deputados vigente desde o início da Primeira República favorecia a concretização desse cenário ao designar como presidente da Câmara seu membro de mais idade, e ao incumbi-lo de determinar a composição da comissão de

cinco membros incumbida de realizar a verificação dos diplomas. Na visão de Campos Sales, deixar a questão para ser resolvida por um “certificado de idade” representava um grave risco para o processo político.

A partir daí Campos Sales agiu deliberadamente para conservar o poder unitário do Executivo. Acolheu assim a proposta do líder de governo, deputado Augusto Montenegro, de mudança do Regimento no sentido de alterar a regra para a designação da presidência da Câmara e, por extensão, daquele incumbido de indicar a composição da Comissão de Verificação de Poderes. De acordo com a alteração, aprovada em 13 de outubro de 1899, o presidente e, logo, responsável pela nomeação da “Comissão dos Cinco”, como também ficou conhecida a comissão, seria o “presidente ou qualquer dos vice-presidentes que serviram na última sessão legislativa, a quem competirá então a presidência na ordem respectiva”.

Com essa modificação, a primeira opção para ocupar a presidência da Câmara passou a ser o mineiro Vaz de Melo, cujo controle sobre uma bancada de 37 deputados o havia alçado ao posto de presidente. A proximidade entre Vaz de Melo e o chefe da política mineira, Silviano Brandão, aliado de Campos Sales, asseguraria uma relação amistosa entre o Executivo e o Legislativo e alinharia as vontades dos Executivos estaduais e central. O mesmo acordo político tácito, segundo o qual a degola afastaria da Câmara opositores dos governos locais em troca do apoio à agenda presidencial, foi firmado com os governadores de outros estados importantes e serviu como ponto de sustentação do sistema federativo até 1930.

Thiago Gomide Nasser

FONTE: PORTO, W. *Voto*.

CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

Associação criada em 1929 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Durante o Congresso Operário Sindical organizado pelos comunistas e realizado no Rio de Janeiro em 27 de abril de 1927, de que participaram 36 sindicatos e 23 comissões de fábrica, foi discutida a necessidade da criação de uma Confederação Geral do Trabalho. Os sindicatos que dela viessem a participar deveriam reconhecer o princípio da luta de classes e obedecer a disciplina proletária, que seria determinada por uma futura central criada pelos comunistas. Mas foi somente no Congresso Operário realizado entre 26 de abril e 1º de maio de 1929, na sede da Associação dos Trabalhadores da Indústria Mobiliária, no Rio de Janeiro, que foi criada a confederação, e Minervino de Oliveira foi eleito seu secretário geral. A confederação enviou uma delegação a Montevideú para tomar parte no congresso de fundação da Confederação Sindical Latino-Americana.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: BATALHA, C. *Dicionário*; GIANNOTTI, V. *História*.

CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA (COB)

Organização nascida formalmente em abril de 1906, no interior do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, então capital do país, e instalada concretamente a partir de março de 1908. Acorada sobretudo na Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), mas com a colaboração da Federação Operária de São Paulo (FOSP) e de outras organizações do país, a COB foi a primeira organização operária nacional capaz de atuar com algum sucesso, embora de maneira irregular e com dificuldades. Representou um avanço para o movimento operário no país, especialmente através de seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, publicado quinzenalmente com uma tiragem que chegou a quatro mil exemplares. Nos 71 números publicados nos anos de 1908 e 1909 e entre 1913 e 1915, *A Voz do Trabalhador* noticiou as lutas do proletariado de várias partes do Brasil e do mundo e conseguiu pela primeira vez coordenar e promover a troca de informações no interior do movimento. Configurou-se assim como o primeiro grande esforço de criação de uma identidade comum entre os trabalhadores do Brasil.

OBJETIVO E ATUAÇÃO

Ao criar a COB, trabalhadores vindos de São Paulo e do próprio Rio de Janeiro, principais promotores do Primeiro Congresso Operário, mas também de estados distantes da capital como Pernambuco e Ceará – mais exatamente 43 delegados de 28 sindicatos operários –, atribuíram à confederação os seguintes fins: promover a união dos trabalhadores para a defesa de seus interesses morais, materiais, econômicos e profissionais; estreitar laços de solidariedade entre o proletariado organizado, dando maior força e coesão a seus esforços; estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender publicamente as reivindicações econômicas dos trabalhadores, através de todos os meios e especialmente através do jornal *A Voz do Trabalhador*; reunir e publicar dados estatísticos e informações exatas sobre o movimento operário e as condições de trabalho em todo o país.

A iniciativa da realização desse Primeiro Congresso Operário partiu da FORJ, originada da Federação das Associações de Classe, nascida no Rio de Janeiro em 1903. O congresso realizou-se na sede do Centro Galego, na rua da Constituição, e a COB teve sua sede instalada inicialmente num sobrado da rua do Hospício (atual rua Buenos Aires), 144, também no centro do Rio de Janeiro. Mais tarde, em setembro de 1913, a sede da COB passaria à rua dos Andradas, 87, mesmo local da sede da FORJ. Nessa época, era seu secretário geral o tipógrafo anarquista Rozendo dos Santos, e seu tesoureiro, o também trabalhador gráfico João Leuenroth.

Durante os primeiros anos de existência, a COB reuniu cerca de 50 sindicatos, sobretudo os organizados na FORJ, na FOSP e na Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), suas principais bases de sustentação, e também os organizados na Federação Socialista Baiana e na Federação de Santos, entre outras. A COB era formada por federações nacionais de indústria ou de ofício, uniões locais ou estaduais de sindicatos, sindicatos isolados de locais onde não existiam federações ou de indústrias e ofícios não federados. Em julho de 1908, o primeiro número de *A Voz do Trabalhador* anunciava que as associações que tinham aderido à COB eram: do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos (os têxteis eram o maior grupo entre os trabalhadores industriais no Brasil), a Associação Protetora dos Chapeleiros, o Centro dos Operários Marmoristas, o Sindicato dos Carpinteiros, Pedreiros e Anexos, o Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilhos e Mosaicos, o Sindicato dos Trabalhadores em Pedreiras, o Sindicato dos Pintores, o Sindicato dos Sapateiros e o Sindicato Operário de Ofícios Vários; do estado de São Paulo, o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos, a União dos Chapeleiros, a Liga dos Trabalhadores em Madeira, a Liga dos Pedreiros e Anexos, o Sindicato dos Trabalhadores em Veículos, o Sindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos, o Sindicato dos Transportadores de Tijolos, o Sindicato dos Trabalhadores em Pedra Granito, a Liga dos Pintores, a Liga das Costureiras de Carregação, o Sindicato dos Trabalhadores de Olarias, o Sindicato dos Oficiais Alfaiates, o Sindicato dos Vidreiros de Água Branca, a Liga Operária de Campinas, a Liga Operária de Jundiaí, a Liga Operária de Amparo, o Centro União Operária de Ribeirão Preto, o Sindicato de Ofícios Vários de São Bernardo, o Sindicato dos Pintores, o Sindicato dos Carpinteiros e o Sindicato dos Pedreiros de Santos; do Rio Grande do Sul: o Sindicato dos Marmoristas de Porto Alegre.

Em 1913, eram confederadas, segundo *A Voz do Trabalhador*, do Rio de Janeiro, a FORJ, o Centro dos Operários Marmoristas, a União Geral dos Pintores, o Sindicato dos Sapateiros, o Sindicato dos Carpinteiros, o Sindicato de Ofícios Vários, o Sindicato dos Estucadores e Pedreiros, o Sindicato dos Trabalhadores das Pedreiras, a Fênix Caixeiral, a Associação Operária Independente, o Sindicato Operário da Indústria Elétrica e o Sindicato dos Funileiros e Bombeiros Hidráulicos, além do Círculo Operário Fluminense de Niterói e o Centro Operário Primeiro de Maio de Petrópolis; de São Paulo, a União Gráfica, o Sindicato Operário de Ofícios Vários, o Sindicato dos Estucadores, Pedreiros e Serventes, a União dos Canteiros, o Sindicato dos Carroceiros e Chauffeurs, o Sindicato dos Ternos de Embarque de Café, o Sindicato dos Pintores, o Sindicato dos Pedreiros e Serventes, o Sindicato dos Canteiros, o Sindicato dos Estivadores, o Sindicato dos Carpinteiros, o Sindicato dos Ferreiros e Serralheiros, a Liga Operária de Batatais, o Centro Operário

Beneficente e Instrutivo de Jaú, a União Operária de Cravinhos, a Sociedade Operária de Vila Rafard, a União Operária Beneficente de Franca e a Federação Operária Local de Santos; de Minas Gerais, a Associação Beneficente Irmãos Artistas de Juiz de Fora, a Liga Operária Machadense, de Machado, e o Centro Operário Sindicalista de Belo Horizonte; do Rio Grande do Sul, a Federação Operária do Rio Grande do Sul e as associações a ela federadas, a União Operária Internacional, a Allgemeiner Arbeiter Verein, a União dos Pedreiros, a Sociedade Polaca, a União Metalúrgica, a União dos Chapeleiros, a União Tipográfica, o Sindicato dos Pintores e a Sociedade União dos Trabalhadores da Estiva; do Amazonas, a Associação das Artes Gráficas do Amazonas; de Alagoas, a Federação Operária Alagoana e suas associações federadas, o Sindicato Gráfico, o Sindicato dos Alfaiates e o Sindicato dos Sapateiros; do Rio Grande do Norte, A Liga Operária de Natal e a Liga Operária de Mossoró. A comparação entre as duas relações revela uma expansão numérica e geográfica considerável da confederação.

Somente os sindicatos formados exclusivamente por trabalhadores assalariados e que tivessem como objetivo principal a resistência no terreno econômico podiam fazer parte da COB. Cada sindicato aderente tinha um delegado na confederação e devia contribuir para as despesas com uma quota mensal de 20 réis por cada um dos membros. A comissão responsável pela COB era eleita por dois anos e distribuía os encargos entre seus membros. Segundo a decisão do congresso, a confederação não pertencia a nenhuma escola política ou doutrina religiosa, não podendo tomar parte coletivamente em eleições, manifestações partidárias ou religiosas, nem podendo um sócio qualquer servir-se de um título ou de uma função da confederação em um ato eleitoral ou religioso. Considerando que o operariado se achava extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas, a COB convidava a deixar fora do sindicato a luta política de um partido e também as rivalidades que resultariam da adoção, pelos sindicatos, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral. Por esse princípio básico, os sindicatos não deveriam ser nem anarquistas, nem socialistas, nem católicos, mas simplesmente operários.

A inspiração no movimento operário francês, sobretudo na Confederação Geral do Trabalho – Confédération Générale du Travail (CGT) – é clara, como também no movimento sindicalista revolucionário italiano, país de origem de muitos dos militantes do período, sobretudo em São Paulo. É evidente a força no interior da COB, e dos sindicatos a ela associados, do sindicalismo revolucionário, movimento que reunia ideias socialistas e anarquistas, mas que, ao menos no período 1905-1914, se tornou em vários países uma corrente política autônoma e caracterizou as expressões mais radicais do movimento sindical.

Os temas fundamentais dessa corrente sindicalista revolucionária foram especialmente a

crítica às tendências reformistas, o apelo à ação direta do proletariado, a importância atribuída à função do sindicato e o ataque ao Estado, em todas as suas expressões. Na visão de sociedade futura dos sindicalistas revolucionários, seria o sindicato a gerir a sociedade, substituindo a autoridade e as funções do Estado. O processo de formação do sindicalismo revolucionário, a partir dos anos 1890, variou de país para país: se, na França e no Brasil, ele nasceu mais próximo dos anarquistas, na Itália e na Argentina, foi uma dissidência dos Partidos Socialistas desses países.

Os membros da COB consideravam que ela deveria defender as aspirações fundamentais “da grande família socialista”, sem distinção de escola e de partido, de modo que qualquer membro de uma organização, fosse ela social-democrata, socialista, anarquista ou de outra tendência, poderia aceitá-la inteiramente. Julgava-se, pois, que a condição para o sucesso do sindicato estava na sua autonomia, que garantiria a supressão dos conflitos entre as diferentes tendências políticas presentes entre os trabalhadores.

A COB foi, assim, o produto da ação de militantes provenientes de diversos horizontes políticos, como anarquistas, sindicalistas revolucionários, socialistas e outros, mas que viam no sindicato o órgão e na greve geral o meio para a transformação social. A COB declarava também que seus membros eram totalmente livres para agir segundo suas convicções políticas, com a condição de que fosse fora do sindicato. Isso tudo expressava o desejo de atenuar o peso dos desacordos políticos no interior das organizações sindicais, que tinham a obrigação de se concentrar nas lutas reivindicativas.

As organizações inspiradas no sindicalismo revolucionário procuravam obter vantagens a curto prazo no quadro do sistema existente, mas adotavam também, como perspectiva a longo prazo, a derrubada do capitalismo e a instauração de um sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, geridos pelos próprios trabalhadores.

A COB atuou intensamente nos anos 1908 e 1909, com a escrita regular de seu jornal, e com a organização de grandes manifestações. O jornal sobrevivia das quotas pagas pelas associações, das subscrições voluntárias, e organizando festas e quermesses. Publicava notícias da confederação e das associações a ela federadas, das suas reuniões, assembléias e greves, denunciava a exploração e as condições de trabalho nas fábricas e outros locais de trabalho, e incentivava a luta pela jornada de oito horas, organizando também comícios de propaganda para esse fim. Procurava convencer os trabalhadores que não ainda tinham uma organização a unirem-se para fazê-lo. A luta antimilitarista também foi tema central da discussão e da ação do jornal. O último número da primeira fase de *A Voz do Trabalhador* é de dezembro de 1909. A partir daí, COB desarticulou-se.

Em outubro de 1912, a FORJ nomeou uma comissão reorganizadora da COB, para dar início aos trabalhos visando à realização do Segundo Congresso Operário Brasileiro. Em

janeiro de 1913, a COB estava reorganizada e seu jornal renascido, dando início a um novo período de lutas intensas. Nos primeiros meses de 1913, a COB promoveu inúmeros comícios e manifestações contra a carestia. Organizou também diversos comícios contra a Lei de Expulsão de Estrangeiros, além das comemorações e protestos do Primeiro de Maio. Em suas páginas, *A Voz do Trabalhador* organizou e noticiou o Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado em setembro de 1913. Entre os anos de 1913 e 1915, a COB, através de seu jornal, continuou informando os trabalhadores sobre o movimento operário no Brasil e em outros países, prosseguiu com seus protestos contra as expulsões de trabalhadores e contra a guerra, manifestando também seu apoio aos movimentos anticlericais. Publicou ainda, ao longo de toda a sua existência, vários artigos de debate sobre o sindicalismo e sua importância na organização dos trabalhadores. Embora muitos dos militantes que articularam a COB e que escreviam no jornal fossem anarquistas, prevaleceu a idéia, expressa também pelo importante anarquista Neno Vasco nas páginas do jornal, de que o sindicato não deveria ser anarquista, pois isso afastaria muitos trabalhadores, dividindo o movimento. Em junho de 1915, saiu o último número do jornal, encerrando os registros da experiência da COB.

Em 1920, quando se realizou o terceiro e último Congresso Operário da Primeira República, a COB já não existia. Se o primeiro e o segundo congressos haviam se realizado em um clima de mobilização, o terceiro ocorreu no período da intensa repressão que se seguiu às ondas de lutas dos anos 1917-1919, com a deportação de muitos líderes operários. Era também um período de reconfiguração do movimento operário. A análise das resoluções do Terceiro Congresso indica que foram poucas as conquistas efetivas e duradouras ao longo dos 14 anos que separaram a realização do primeiro e do terceiro congressos, com muitas das temáticas retomadas. Certamente, porém, todas as experiências vividas ao longo desses anos, incluindo o esforço da COB na criação de uma articulação nacional do movimento, foram fundamentais para a construção dos trabalhadores como sujeitos políticos no Brasil.

Edilene Toledo

FONTES: BATALHA, C. *Movimento*; FAUSTO, B. *Trabalho*; HARDMAN, F; LEONARDI, V. *História*; MARAM, S. *Anarquistas*; PINHEIRO, P; HALL, M. *Classe*.

CONFERÊNCIAS DA PAZ DE HAIA (1899 e 1907)

A Primeira Conferência Internacional de Haia, de 1899, e assim também a Segunda, de 1907, ficaram conhecidas, por inspiração da opinião pública, como Conferências da Paz. Elas tiveram um caráter inovador no campo da diplomacia e das relações internacionais. Foram, em primeiro lugar, conferências multilaterais que não lidaram com a organização da ordem internacional de um pós-guerra, como ocorreu, no século XIX, com o Congresso de Viena (1815), origem do Concerto Europeu que estruturou o sistema internacional eurocêntrico depois do período das guerras napoleônicas. Com efeito, as duas conferências tiveram como lastro instigador a idéia da paz, defendida pelos movimentos pacifistas do século XIX que se organizaram no âmbito da sociedade civil, reagindo aos horrores da guerra magnificados pela destrutividade das armas que a inovação tecnológica foi propiciando.

Foram os horrores da guerra que, no plano da sociedade civil europeia, inspiraram a criação da Cruz Vermelha em 1863 e levaram ao direito humanitário com a Convenção de Genebra de 1864, voltada para “humanizar” a guerra por meio da melhoria da sorte dos militares feridos nos exércitos em campanha. Também contribuiu para o ideário da paz, que inspirou a Primeira Conferência de Haia, o novo e positivo papel representado pelo recurso à arbitragem como meio pacífico para dirimir diferenças entre Estados no plano internacional por meio do direito. O grande exemplo de arbitragem que antecedeu a Primeira Conferência foi o do Alabama (1871-1873), que solucionou a grande controvérsia entre os EUA e a Grã-Bretanha proveniente da guerra civil norte-americana. É importante registrar que a arbitragem do Alabama, por força do Tratado de Washington de 8 de maio de 1871 celebrado entre a Grã-Bretanha e os EUA, previa que um dos árbitros seria um brasileiro. O visconde de Itajubá – Marcos Antônio de Araújo, ministro do Brasil em Paris – foi o árbitro

designado por dom Pedro II. O Brasil participou, assim, da mais célebre das arbitragens internacionais até então ocorridas, como lembrou Rui Barbosa em manifestação na Segunda Conferência da Paz, realçando a presença do país no campo da solução jurídica de controvérsias internacionais.

Tanto a Primeira quanto a Segunda Conferência de Haia não foram um exercício *stricto sensu* de poder das grandes potências. Foram regidas pelo princípio igualitário de um voto para cada delegação. Neste sentido, inauguraram um campo novo de possibilidades para o que veio a ser a diplomacia multilateral. Foram pioneiras da diplomacia aberta em contraposição à tradição da diplomacia de sigilo e de segredo, pois foi grande o papel da imprensa na cobertura de suas atividades. Anteciparam a presença das organizações não governamentais na agenda da vida internacional por meio do ativismo dos movimentos pacifistas. Estes tiveram lideranças expressivas como a baronesa Bertha von Suttner e William T. Stead. Foram essas lideranças, com presença na opinião pública da época, que contribuíram para a aceitação da proposta da convocação da Primeira Conferência, cuja iniciativa foi do czar da Rússia, Nicolau II, interessado em conter a corrida armamentista que se avizinhava na Europa.

Haia foi escolhida como sede da Primeira Conferência porque, como sugeriu o czar em nota de 11 de janeiro de 1898, seria aconselhável que ela não se realizasse na capital de uma das grandes potências, cujos interesses políticos poderiam dificultar o progresso de um trabalho em que todos os países do universo estavam igualmente interessados. A Holanda, na época, não era grande potência e era vista como país neutro. Era, além do mais, a pátria de Grócio, o grande jurista inaugurador da visão moderna do direito internacional e, como tal, fonte inspiradora do positivo papel que pode ter o direito nas relações internacionais.

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA PAZ - 1899

A Primeira Conferência da Paz teve lugar em Haia no período que se estendeu de 18 de maio a 19 de julho de 1899. A ela compareceram delegados de 26 países: 20 europeus, ou seja, a totalidade dos países da Europa na época; quatro asiáticos, China, Japão, Pérsia e Sião, e dois do continente americano, EUA e México.

O Brasil, como todos os países que tinham representação diplomática na Rússia, foi convidado mas declinou do convite. A nota assinada pelo representante diplomático do Brasil em São Petersburgo, Ferreira da Costa, explicava a posição brasileira de acordo com as instruções do chanceler do presidente Campos Sales, Olinto de Magalhães. Informava que, além das preocupações do país em lidar com as crises internas, que também afetavam as forças de paz e guerra, estava na agenda nacional “a reorganização das nossas forças militares com um fim pacífico. Eis a razão” – explicava a nota – “porque o meu governo não quer tomar de antemão compromisso algum para a manutenção do *status quo* militar”. O pano de fundo da preocupação brasileira, na época, derivava das consequências da situação criada pela Revolta da Armada de 1893, no governo Floriano Peixoto, que tinha aniquilado o material bélico brasileiro de terra e mar.

A Primeira Conferência de Haia foi expressão da “idéia a realizar” de um pacifismo ativo, voltado para uma ação sobre os meios de obter a paz, seja pelo estímulo à solução pacífica de controvérsias para, deste modo, evitar a guerra, seja pelo desarmamento para, desta maneira, afastar a sua possibilidade. Buscava, igualmente, ampliar a disciplina jurídica do uso da força nos conflitos bélicos – o *jus in bello* – do direito humanitário, que teve início como acima apontado com a criação da Cruz Vermelha, por meio de normas voltadas para influenciar a conduta das hostilidades de modo a evitar sofrimentos inúteis e limitar o número de vítimas.

A Conferência de 1899 criou os precedentes a partir dos quais subsequentemente passaram a operar, na vida internacional, as conferências multilaterais: um sistema de comissões para

organizar os trabalhos e reportá-los ao plenário, uma comissão de redação para assegurar a boa e devida forma das convenções e declarações acordadas e uma Ata Final que dava conta das deliberações, fruto dos entendimentos multilaterais.

A Ata Final, datada de 29 de julho de 1899, elencava os seguintes resultados: (1) Convenção para a solução pacífica de conflitos internacionais; (2) Convenção concernente às leis e usos da guerra terrestre; (3) Convenção para a aplicação à guerra marítima dos princípios da Convenção de Genebra de 22 de agosto de 1864. Também integravam a Ata Final três Declarações concernentes a (1) Proibição de lançamento de projéteis e explosivos, dos balões ou por outros novos meios semelhantes; (2) Proibição do emprego de projéteis que tivessem por fim único espalhar gases asfixiantes ou deletérios e (3) Proibição do emprego de balas que se dilatam ou se achatam facilmente dentro do corpo humano (balas dum-dum).

Estas Convenções e Declarações tiveram atas individualizadas próprias, datadas, igualmente, de 29 de julho de 1899, e abertas até 31 de dezembro de 1899 para a assinatura dos plenipotenciários dos países que participaram da Conferência – cabendo lembrar que a assinatura é o primeiro passo para conferir compromisso jurídico para instrumentos internacionais.

Como se verifica, a Conferência de Haia de 1899 deu passos muito importantes no campo da codificação do tratamento jurídico da solução pacífica de controvérsias e avançou em matéria de direito humanitário, seja concebendo normas voltadas para limitar os meios e métodos de combate, seja dando desenvolvimento às ligadas à Cruz Vermelha, direcionadas para a proteção internacional das vítimas de conflitos armados. Não foi bem-sucedida no seu propósito inicial de reduzir a corrida armamentista. Nesta matéria a Ata Final cingiu-se à seguinte declaração: “A Conferência julga que seria de desejar, para o

desenvolvimento do bem-estar material e moral da humanidade, que se limitassem as despesas militares que atualmente pesam sobre o mundo”.

A SEGUNDA CONFERÊNCIA DA PAZ - 1907

A Segunda Conferência da Paz realizou-se em Haia de 15 de junho a 19 de outubro de 1907. A sugestão de uma segunda conferência foi uma iniciativa do presidente Theodore Roosevelt, dos EUA, em consulta com o governo russo, que tinha sido responsável pela convocação da Primeira. Teve como pano de fundo o exame dos resultados e da experiência da Primeira Conferência à luz da Guerra dos Bôeres (1899-1902) e da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Esta última foi a primeira, desde a expansão do universo europeu no mundo iniciada no século XVI, em que um país não europeu foi vitorioso num conflito bélico com um país europeu.

A conferência caracterizou-se pela presença de um círculo mais amplo de Estados. Compareceram não só delegações dos Estados que participaram do primeiro encontro, mas também a Noruega (já, então, separada da Suécia), a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, a Colômbia, Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Salvador, Uruguai, Venezuela e Honduras. A substantiva presença de países latino-americanos resultou da insistência do presidente Theodore Roosevelt.

O alargamento da dimensão multilateral da Segunda Conferência evidenciou-se pelo fato de que dela participaram 44 países e 256 delegados, em contraste com a Primeira, em que estiveram presentes 26 países e 108 delegações. Ela foi, portanto, mais universal, maior em tamanho, duração, e também no número de textos que produziu. Seguiu a linha de preocupação da “idéia a realizar” da Primeira e buscou, na síntese de Batista Pereira, que integrou a delegação brasileira, “mais jurisdição entre as relações de povo a povo”, “mais humanidade das guerras” e, “na medida do possível, substituir ao arbítrio o direito, à

violência a razão, à intolerância a justiça”.

A Segunda Conferência seguiu o método de trabalho da Primeira, consolidando as práticas subsequentes da diplomacia multilateral. Adotou formalmente regras de procedimentos, funcionou por meio de quatro comissões e criou um comitê de redação que centralizou as minutas dos textos elaborados nas comissões. Aprimorou, à luz da Primeira Conferência, o conceito do que é hoje qualificado como Ata Final, que autentica, sem criar vínculos jurídicos definitivos, os resultados das deliberações.

A Ata Final datada de 18 de outubro de 1907 elenca 13 convenções, a saber: (1) Convenção para a solução pacífica de conflitos internacionais; (2) Convenção relativa à limitação do emprego da força para a cobrança de dívidas contratuais; (3) Convenção relativa ao início das hostilidades; (4) Convenção relativa às leis e usos de guerra terrestre; (5) Convenção concernente aos direitos das potências e das pessoas neutras em caso de guerra terrestre; (6) Convenção relativa ao regime dos navios mercantes inimigos no início das hostilidades; (7) Convenção relativa à transformação dos navios mercantes em navios de guerra; (8) Convenção relativa à colocação de minas submarinas automáticas, de contato; (9) Convenção relativa ao bombardeio por forças navais em tempo de guerra; (10) Convenção para a adaptação à guerra marítima dos princípios da Convenção de Genebra; (11) Convenção relativa a certas restrições ao exercício do direito de captura na guerra marítima; (12) Convenção relativa ao estabelecimento de um Tribunal Internacional de presas; (13) Convenção concernente aos direitos e deveres das potências neutras em caso de guerra marítima, e uma Declaração relativa à proibição de lançar projéteis e explosivos dos balões. As Convenções e a Declaração estariam abertas a assinaturas dos plenipotenciários dos países representados na Segunda Conferência até 30 de junho de 1908.

A Ata Final afirmou, com as devidas cautelas, o princípio das arbitragens obrigatórias, e reiterou a Resolução da Primeira Conferência de 1899 sobre a desejabilidade da limitação

dos gastos militares, que tinham aumentado consideravelmente em quase todos os países a partir daquele ano. A Ata Final também emitiu quatro votos e recomendou a convocação de uma Terceira Conferência de Paz, que poderia realizar-se num período análogo ao que transcorreria desde a Primeira.

Como se verifica pelo enunciado das Convenções, Declaração e votos, a Segunda Conferência de Haia aprofundou a “idéia a realizar” de um pacifismo ativo, lastreado em normas jurídicas negociadas que levavam em conta uma visão do bem-estar da humanidade que ia além das tradicionais preocupações de uma sociedade internacional interestatal.

Cabe mencionar que também integrou a agenda das deliberações da Segunda Conferência de Haia um tema do direito internacional econômico: o da cobrança coercitiva de dívidas contratuais. A origem da acima mencionada Convenção concernente à limitação do emprego da força para a cobrança de dívidas contratadas é a Doutrina Drago, o ministro das Relações Exteriores da Argentina que a formulou em 29 de dezembro de 1902, como parte de uma solidária reação latino-americana ao bloqueio de portos da Venezuela pela Grã-Bretanha e pela Alemanha em 11 de dezembro de 1902. O bloqueio tinha como objetivo proceder, tendo em vista a inadimplência venezuelana, à execução forçada de suas obrigações financeiras internacionais. Em síntese, Drago rechaçava como incompatível com o direito internacional o emprego da força para a cobrança da dívida pública dos Estados. A Doutrina Drago foi objeto de uma resolução da Terceira Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro em 1906, que a recomendou à consideração da Agenda da Conferência de Paz de Haia. A Convenção de Haia de 1907 foi fruto de uma proposta do delegado norte-americano, Henry Potter. Incluía, com algumas limitações, o essencial dos princípios enunciados pela Doutrina Drago. O Brasil não se ligou a esta Convenção, que não entrou em vigor, mas constituiu um precedente histórico tanto das questões jurídicas da inadimplência da dívida dos Estados, que permearam a agenda

internacional do século XX, quanto da limitação, neste campo, da “diplomacia das canhoneiras”.

Entre as Convenções da Segunda Conferência, voltadas para ampliar o escopo do *jus in bello*, que se ocupa da disciplina jurídica do uso da força, cabe destacar a relativa às leis e usos da guerra terrestre, que foi um desenvolvimento progressivo da elaborada na Conferência de 1899. A Convenção de 1907 reiterava, no seu artigo 22, o que estipulava, também no artigo 22, a Convenção de 1899: “Os beligerantes não têm direito ilimitado quanto à escolha dos meios de prejudicar o inimigo”. Este preceito é um antecedente das condutas que, com a elaboração do direito internacional penal, vieram a ser tipificados como crimes de guerra. Estes contemplam tanto a violação dos limites normativos na escolha do meio de condução das hostilidades (a parte do direito de Haia do direito internacional humanitário) quanto a violação das normas de proteção internacional das vítimas de conflitos armados (a parte do direito de Genebra do direito internacional humanitário).

Também merece destaque, pela sua importância no tempo, a Convenção sobre a solução pacífica dos conflitos internacionais. Esta, igualmente por meio da nova codificação e desenvolvimento progressivo, aprimorou a elaborada na Primeira Conferência. A Convenção de 1907 – que o Brasil ratificou – tratou dos bons ofícios e da mediação, das comissões internacionais de inquérito e da arbitragem internacional. Esta última se viu reconfirmada como mecanismo jurídico de solução de controvérsias, pois os árbitros escolhidos pelas partes são considerados, como os juízes, terceiros acima das partes, que decidem com base no respeito ao direito. Não são apenas terceiros *inter partes*, como na mediação e nos bons ofícios no âmbito dos quais considerações político-diplomáticas têm papel significativo no trabalho de aproximação das partes com vistas a solucionar as controvérsias.

A Convenção de 1907 consolidou a inovação contemplada na Convenção de 1891, que criou a assim chamada Corte Permanente de Arbitragem. Esta não é propriamente uma Corte, mas sim uma estrutura administrativa com sede em Haia, que coloca à disposição dos interessados uma lista de árbitros designados pelos países partes-contratantes. Cada parte-contratante pode designar, para compor a lista, até quatro pessoas, no máximo, de competência reconhecida nas questões de direito internacional e de alta consideração moral. A Corte Permanente de Arbitragem vem prestando relevantes serviços no campo da solução de controvérsias e continua em existência até os dias de hoje, caracterizando-se por ter sido a primeira institucionalização de uma estrutura administrativa permanente concebida para facilitar a arbitragem internacional.

A Conferência de 1907 apontou, por obra da participação de Estados não europeus, o caminho da universalização do sistema internacional e também o da igualdade dos Estados na participação nas deliberações da diplomacia multilateral. Injetou aspirações normativas na vida do sistema internacional, que levavam em conta o interesse mais abrangente da humanidade, além de aceitar a validade da presença da opinião pública nos corredores do poder diplomático. Deste modo reconheceu a existência de uma comunidade mundial não circunscrita, como anteriormente, apenas à lógica interestatal das soberanias, ampliando assim o espaço das fontes materiais da legitimidade internacional.

Um registro importante desta abertura encontra-se nos considerandos da acima mencionada Convenção relativa às leis e usos da guerra terrestre, que estipulava que, enquanto não viesse a ser elaborado um Código mais completo das leis de guerra, as populações e os beligerantes, nos casos não contemplados nas disposições regulamentadas, “ficam sob a salvaguarda e sob o império dos princípios do direito das gentes, como resultam dos usos estabelecidos entre as nações civilizadas, das leis da humanidade e da exigência da consciência pública”.

RUI BARBOSA EM HAIA

Para o Brasil a Conferência de Haia de 1907 tem um significado especial, pois assinala o momento inaugural da presença do país nos grandes foros internacionais. Nela, Rui Barbosa, que chefiou a delegação brasileira, teve um papel proeminente. Contestou a igualdade baseada na força e sustentou, no âmbito do direito internacional público, a igualdade dos Estados. Sua posição nesta linha deu-se, com muita clareza, no âmbito da discussão sobre a criação de uma Corte de Justiça Arbitral no trato dos critérios de seleção dos juízes. A criação de uma corte dessa natureza – na substância um embrião de uma Corte Internacional de Justiça, distinta, por isso mesmo, da acima mencionada Corte Permanente de Arbitragem –, realçou Rui, era um assunto de interesse universal e não dizia respeito, por isso mesmo, à ponderação da importância relativa dos Estados nos critérios da designação dos juízes. Afirmou, assim, como critério da seleção de juízes, a real observância do princípio de igualdade dos Estados soberanos. O projeto da Corte Arbitral de Justiça, que consta da Ata Final da Segunda Conferência de Paz, não prosperou precisamente por conta das desavenças sobre o método de seleção dos juízes, mas o projeto é um antecedente do que veio a ser a Corte Permanente de Justiça Internacional no âmbito da Liga das Nações e, subsequentemente, sua sucessora, a Corte Internacional de Justiça no âmbito das Nações Unidas. Na ONU o equacionamento da desavença sobre o método da seleção dos juízes na Corte seguiu a solução da Liga das Nações. Estipulou como critério a necessidade de eleições simultâneas mas independentes, por maioria absoluta, na Assembleia Geral, integrada igualitariamente por todos os membros da ONU, e no Conselho de Segurança, que é um órgão mais restrito no qual têm assento permanente os países que foram considerados grandes potências ao término da Segunda Guerra Mundial. A posição do Brasil, pela voz de Rui Barbosa, representou uma primeira formulação

brasileira da tese de democratização do sistema internacional e, nesta linha, uma contestação ao exclusivismo do papel da gestão da vida internacional atribuído às grandes potências pelas modalidades de atuação do Concerto Europeu que caracterizou o século XIX.

Foi o que Rui pontuou em discurso pronunciado em Paris em 31 de outubro de 1907, agradecendo a homenagem que lhe foi feita por brasileiros naquela cidade antes do seu retorno ao Brasil. Com efeito, ao fazer uma avaliação da Segunda Conferência de Paz, realçou ele que “o alcance da Segunda Conferência leva ao da Primeira uma vantagem incomensurável. Ela mostrou aos fortes o papel necessário dos fracos na elaboração do direito das gentes. Ela adiantou as bases da pacificação internacional, evidenciando que, numa assembleia convocada para organizar a paz, não se podem classificar os votos segundo a preparação dos Estados para a guerra. Ela revelou politicamente ao mundo antigo o novo mundo, mal conhecido a si próprio, com a sua fisionomia, a sua independência, a sua vocação no direito das gentes”.

A posição de Rui sobre igualdade jurídica dos Estados e a democratização do sistema internacional tornou-se um tema recorrente da diplomacia brasileira no âmbito multilateral. A primeira expressão subsequente deste tema, inspirada pela visão de Rui, norteou a posição brasileira na Conferência da Paz de Paris de 1919, voltada para organizar a vida internacional pós-Primeira Guerra Mundial. Na discussão do seu regimento, a delegação brasileira, em conjunto com as dos demais países tidos como de “interesses limitados”, realizou gestões que foram bem-sucedidas e levaram as grandes potências a aceitar a presença das potências menores nas diversas comissões de conferências. Afirmou o Brasil, naquela ocasião, o conceito de igualdade das nações, em contraposição à velha lógica do Concerto Europeu, pois, como registrou o delegado brasileiro Pandiá Calogeras no seu Diário e em telegrama ao Itamarati, sem este componente de democratização dar-se-ia às

grandes nações o papel de tribunais de julgamento dos interesses das pequenas.

A postura afirmativa de Rui Barbosa naturalmente suscitou reações negativas dos delegados e adeptos da ordem hierárquica das práticas diplomáticas tradicionais do século XIX, seja no dia a dia da própria conferência, seja na cobertura pela imprensa. Rui soube enfrentá-las e superá-las. Sua atuação foi decisivamente apoiada pelo chanceler Rio Branco, que monitorou de perto o dia a dia da conferência com o senso de realismo e o conhecimento que tinha da vida internacional. A extensa troca de telegramas entre o ministro e o chefe da delegação – 150 despachos telegráficos de Rui e 150 respostas de Rio Branco – é reveladora da parceria diplomática que lograram estabelecer. Rui, no acima mencionado discurso de 31 de outubro de 1907, realça “o gênio do ministro cuja colaboração assídua, incessante, luminosa, nunca cessou de me acompanhar”.

Este significativo respaldo do chanceler só trouxe resultados positivos, porque o foro da Conferência de Haia, como uma instância multilateral, distinta no seu modo de proceder da diplomacia tradicional, era propício para a afirmação dos talentos de Rui como chefe da delegação brasileira. Com efeito, a diplomacia multilateral, inaugurada efetivamente em Haia em 1907, é uma diplomacia de natureza parlamentar. No seu âmbito Rui logrou superar resistências e impor respeito, mercê do seu completo domínio dos assuntos tratados, da sua vocação de infatigável trabalhador e estudioso e da sua capacidade de exprimir-se inclusive de improviso, com perfeição, em francês – língua oficial da conferência –, aliados à combatividade que sempre o caracterizou como advogado e político, e à sua superior habilidade de parlamentar experiente.

William T. Stead, que foi, tanto na Primeira Conferência quanto na Segunda, um influente articulador e porta-voz das aspirações pacifistas da sociedade civil, apontou no seu livro *O Brasil em Haia*: “Dizia-se que a Conferência nunca poderia suportar esse dr. Rui Barbosa. Mas cedo aprendeu ela a suportá-lo e não tardou a averiguar que ele era um dos seus mais

poderosos membros. As duas grandes forças da Conferência foram o barão Marshall, da Alemanha, e o dr. Rui Barbosa, do Brasil. O barão Marshall tinha em seu favor todo o poderoso exército do Império alemão, circunstância que ele não se fartou de alardear. O dr. Rui contava apenas com uma longínqua e desconhecida República, incapaz de ação militar e com uma esquadra ainda nos estaleiros. Não obstante, ao terminar a Conferência, o dr. Rui Barbosa subjugava ao mais poderoso dos seus membros. Tamanho triunfo pessoal não conquistou membro nenhum da Conferência, e isso se tornou mais notável porque foi *de per si*, sem nenhum auxílio de fora”.

O ponto de inflexão que gerou o respeito que cercou Rui em Haia foi o famoso incidente Martens, quando este importante delegado plenipotenciário da Rússia, presidindo a sessão de 12 de julho de 1907, que estava tratando da transformação de navios mercantes em navios de guerra, apontou ter ele entrado, no seu discurso, no terreno da política de maneira inadequada, com base na ficção regimental do caráter não político dos processos da Conferência. Em incisiva réplica feita de improviso, que, pela sua qualidade, marcou uma presença de autoridade, Rui realçou que “nada havia de mais eminentemente político debaixo do céu que a soberania”. Registrou que: “Eis a política, eis o direito internacional. Como superá-los? A política transformou o direito privado, revolucionou o direito penal, fez o direito constitucional, criou o direito internacional. A política é a própria vida dos povos, ela é a força ou o direito, a civilização ou a barbárie, a guerra ou a paz. Como interditá-la numa assembleia de homens livres, reunidos no começo do século XX para imprimir forma convencional aos direitos das nações? Como, se este direito é a própria política?”.

Rui atuou pessoalmente nos trabalhos e debates de todas as quatro Comissões da Conferência, tendo redigido, ele próprio, todas as suas intervenções, sem recorrer, praticamente, à colaboração dos 11 integrantes da sua delegação. Cabe registrar que, em

matéria de pacifismo ativo, considerou menos realizável a redução dos armamentos, tendo em vista que a infinita diversidade de situações tornaria mais difícil encontrar uma fórmula geral que acomodasse esta variedade de situações. Assim, na continuação da sua manifestação na primeira subcomissão da primeira Comissão em 23 de julho de 1907, na linha da Constituição brasileira de 1891 que proibia a guerra de conquista (art. 88) e estimulava a arbitragem (art. 30), sugeriu à apreciação da Conferência que nenhuma das potências buscasse alterar, por meio de guerra, as atuais fronteiras de seu território à custa de outra potência, senão ante a recusa de arbitragem proposta pela outra potência interessada na alteração ou desde que houvesse desobediência ou violação do compromisso arbitral. A alienação de território imposta pelas armas não teria então validade jurídica.

A proposta de Rui era, para a época, radical, e por isso acabou sendo sepultada. Teve, porém, repercussão significativa na cobertura jornalística da Conferência. Ela é, cabe apontar, um antecedente do preceito contemporâneo do direito internacional público proibitivo da aquisição de território pela força. Ainda que não aceita, ela deu forma à “idéia a realizar” da Conferência de 1907, de buscar a paz pelo direito. É também um componente do que veio a ser o princípio da não intervenção.

Rui, na sua avaliação da Conferência de Haia, no acima mencionado discurso de 31 de outubro de 1907, antecipou as consequências e formulou, ao seu modo, o que hoje é qualificado como o papel do *soft power* na dinâmica de funcionamento do sistema internacional, ao afirmar: “Hoje, com efeito mais que nunca, a vida assim moral como econômica das nações é cada vez mais internacional. Mais do que nunca, em nossos dias, os povos subsistem da sua reputação no exterior”.

Rui, que entendia, como disse na réplica a Martens em 12 de julho de 1907, que a diplomacia não é outra coisa senão a política sob sua forma mais delicada, mais refinada, mais elegante, vai formular, no discurso de avaliação de 31 de outubro de 1907, qual foi

seu estilo diplomático de atuação e quais os desafios nele contidos: “Entre os que imperaram na majestade de sua grandeza e os que se encolhiam no receio da sua pequenez, cabia inegavelmente, à grande república da América do Sul, um lugar intermédio, tão distante da soberania de uns como da humildade de outros. Era essa posição de meio termo que nos cumpria manter, com discrição, com delicadeza e com dignidade”. A formulação de Rui é precursora do tom diplomático do Brasil no correr do século XX para, na condição de potência intermédia, afirmar não apenas os seus interesses específicos, mas também os de natureza mais ampla no apropriado funcionamento do sistema internacional.

A atuação de Rui em Haia foi um coerente desdobramento no plano internacional do papel que exerceu na vida brasileira. No Brasil, sua prática de homem público esteve voltada para a construção de um espaço democrático e, neste contexto, o direito foi o meio para um fazer político-institucional, perseverante e progressivo, voltado para lidar com os males e imperfeições das instituições brasileiras. Em Haia, na sua prática diplomática, voltou-se para os males da imperfeição do sistema internacional, indicando o papel do direito na democratização do espaço internacional.

Celso Lafer

FONTES: BARBOSA, R. *Discursos* (v.34, t.1); BARBOSA, R. *Segunda* (v.34, t.2); BOBBIO, N. *Problema*; CARDIM, C. *Raiz*; CUNHA, P. *Diplomacia*; LACOMBE, A. *Rio Branco*; LAIDLER, C. *Segunda*; LAMOUNIER, B. *Rui Barbosa*; MELLO, R. *Textos*; OCTAVIO, R. *Minhas memórias*; Pandiá; PEREIRA, B. *Figuras*; ROSENNE, S. *Hague*; STEAD, W. *Brasil*; TUCHMAN, B. *Torre*.

CONFERÊNCIAS PAN-AMERICANAS

Seis Conferências Internacionais de Estados Americanos, frequentemente referidas como Conferências Pan-Americanas, foram realizadas durante o período da Primeira República (1889-1930): a primeira em Washington DC. (1889-1890); a segunda na Cidade do México (1901-1902); a terceira no Rio de Janeiro (1906); a quarta em Buenos Aires (1910); a quinta, após um intervalo de quase 13 anos, devido sobretudo à Primeira Guerra Mundial, em Santiago de Chile (1923); e a sexta em Havana (1928). O Brasil participou de todas as seis Conferências Pan-Americanas, bem como das quatro realizadas mais tarde – em Montevideu (1933), Lima (1938) e, depois da Segunda Guerra Mundial, em Bogotá (1948) e Caracas (1954).

O termo pan-americanismo – aparentado com pan-eslavismo, pan-germanismo e pan-helenismo – foi usado pela primeira vez, ao que parece, em 1890 pelo *New York Evening Post*, quando o jornal cobria a Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos. Era uma extensão da ideia de Hemisfério Ocidental de Thomas Jefferson, Henry Clay e outros no começo do século. As Américas e a Europa, o Novo e o Velho Mundo eram distintos. E havia um relacionamento especial entre os povos e os governos do Hemisfério Ocidental.

Em 1826, Simón Bolívar convidou representantes das Repúblicas americanas para um congresso no Panamá. Foram realizadas conferências americanas em Lima (1847), Santiago (1856), novamente Lima (1864) e Caracas (1883, por ocasião do centenário do nascimento de Bolívar). Nem o Brasil nem os Estados Unidos participaram do Congresso do Panamá ou de qualquer uma das conferências americanas.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA: WASHINGTON 1889-1890

Em março de 1881, o presidente dos Estados Unidos James A. Garfield designou como seu secretário de Estado James G. Blaine, ex-senador, conhecido por sua anglofobia e por seu apoio entusiástico ao estabelecimento de relações interamericanas mais próximas.

Blaine propôs que as 17 Repúblicas hispano-americanas e o Império brasileiro fossem convidados a se juntar aos Estados Unidos numa conferência em Washington no ano seguinte, com o objetivo de criar, sob a liderança norte-americana, uma aliança informal das “nações da América” que promoveria a solução pacífica das disputas e o comércio interregional. Garfield concordou, mas em 2 de julho, com apenas quatro meses de exercício do mandato presidencial, foi ferido em uma tentativa de assassinato e morreu dois meses depois. Blaine foi afastado do cargo, e em agosto de 1882 – muito embora diversos Estados, incluindo o Brasil, tivessem aceitado o convite para o evento – a conferência de Washington foi cancelada por seu sucessor, Frederick Frelinghusen.

Em 24 de maio de 1888, após um exaustivo **esforço da parte** de Blaine, o Congresso aprovou uma resolução autorizando o presidente Grover Cleveland a convocar uma conferência dos Estados americanos em Washington. A preocupação agora era mais claramente voltada para assegurar mercados ao sul do rio Grande para os produtos industriais e agrícolas dos Estados Unidos. Os convites foram encaminhados em 13 de julho pelo secretário de Estado Thomas F. Bayard e – a despeito da apreensão, desconfiança e temor generalizados em relação às intenções e ambições dos Estados Unidos – foram aceitos pelos representantes de todos os países do continente, com exceção da República Dominicana. A responsabilidade pelos preparativos finais da conferência recaiu sobre o próprio Blaine, que, em março de 1889, voltou a ocupar o Departamento de Estado, no governo do presidente Benjamin Harrison.

A cerimônia de abertura da Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos teve lugar em 2 de outubro de 1889, no salão diplomático do Departamento de Estado. No dia seguinte, os delegados (exceto os argentinos) partiram para uma excursão de seis semanas, cobrindo seis mil milhas de trem, através do Nordeste e do Meio-Oeste dos Estados Unidos, visitando todos os centros industriais e comerciais a leste do rio Mississippi. A conferência foi retomada em 18 de novembro, sob a presidência do secretário de Estado Blaine, no salão de baile especialmente remobiliado da Wallack Mansion, na esquina das ruas 18 e I.

A delegação do Império do Brasil, a única não-República convidada para a conferência, foi inicialmente chefiada por um ex-presidente do Conselho de Ministros, o senador Lafaiete Rodrigues Pereira, e incluía José Gurgel do Amaral Valente, ministro brasileiro em Washington, e Salvador de Mendonça, que desde maio de 1876 era cônsul-geral do Brasil em Nova Iorque.

Contudo, três dias antes de a conferência ser reaberta, foi proclamada a República no Brasil. O marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório, designou Quintino Bocaiúva ministro das Relações Exteriores, e Bocaiúva imediatamente substituiu Lafaiete Rodrigues Pereira por Salvador de Mendonça, um destacado republicano, na chefia da delegação brasileira, com instruções para acompanhar o “espírito americano”. Foi esse o início da “americanização” da política externa brasileira na Primeira República.

Apesar dos cinco meses de conversações, a conferência pôde reivindicar a seu favor poucas realizações palpáveis. Não conseguiu concluir um tratado de arbitramento obrigatório das disputas interamericanas e tampouco conseguiu estabelecer um banco interamericano e uma moeda de prata como moeda comum, ou ainda uma união alfandegária interamericana (uma *Zollverein* americana), como Blaine almejava. Blaine teve de se contentar com uma recomendação de apoio aos tratados de reciprocidade comercial (o tratado entre os Estados Unidos e o Brasil, de 31 de janeiro de 1891, foi o primeiro a ser assinado). Não obstante, quando a conferência se encaminhava para o encerramento, em 14 de abril (declarado pelo presidente Herbert Hoover, em 1930, como o “Dia Pan-Americano”), os delegados concordaram em estabelecer uma União Internacional de Repúblicas Americanas, com um secretariado permanente – o Bureau Comercial das Repúblicas Americanas –, formado por um diretor-geral, norte-americano, e mais uma equipe de dez funcionários, incluindo três tradutores, instalado no Departamento de Estado.

O Bureau Comercial começou a funcionar em novembro de 1890, tendo como principal missão reunir e distribuir informações comerciais. Em 1896, os representantes diplomáticos dos Estados latino-americanos em Washington concordaram em estabelecer, no interior do Bureau, uma comissão executiva permanente de cinco membros, tendo o secretário de

Estado norte-americano como presidente (este, contudo, já não era Blaine, que renunciara ao cargo de secretário de Estado em junho de 1892 por razões de saúde, e morrera em janeiro de 1893). Em março de 1899, a comissão executiva foi substituída por uma junta governativa (*Governing Board*), composta de todos os ministros latino-americanos nos Estados Unidos, tendo mais uma vez o secretário de Estado norte-americano como seu presidente permanente.

SEGUNDA CONFERÊNCIA: CIDADE DO MÉXICO 1901-1902

Com a aproximação do décimo aniversário da União Internacional das Repúblicas Americanas – e o Bureau Comercial fora estabelecido, inicialmente, para funcionar por um prazo de dez anos –, o presidente William McKinley, em 5 de dezembro de 1899, em sua mensagem anual ao Congresso, recomendou a convocação de uma Segunda Conferência Pan-Americana, dessa vez fora dos Estados Unidos. A Junta Governativa do Bureau Comercial convidou o México (então sob a ditadura de Porfirio Díaz) a abrigá-la. McKinley foi assassinado em setembro de 1901, quando visitava a Feira Mundial (a chamada Exposição Pan-Americana) em Buffalo, estado de Nova Iorque, porém seu sucessor, o presidente Theodore Roosevelt, manteve o apoio à iniciativa.

A Segunda Conferência foi inaugurada no Palácio Nacional, na Cidade do México, no dia 22 de outubro de 1901. O Brasil foi representado pelo jurista pernambucano José Higino Duarte Pereira, ministro brasileiro no México. Pereira, contudo, morreu durante a conferência (em 10 de dezembro), e não foi substituído. As realizações positivas da conferência foram poucas. Foram aprovadas várias resoluções sobre o arbitramento compulsório de disputas, o comércio interamericano e o direito internacional, embora, em sua maioria, elas não tenham sido ratificadas ou implementadas.

Entretanto, as boas relações entre os Estados americanos foram mantidas, apesar da preocupação difusa em toda a América Espanhola em relação à intervenção dos Estados Unidos em Cuba, por ocasião da guerra de independência desse país com a Espanha (1898), seguida pela anexação de Porto Rico pelos americanos e pelo estabelecimento de um

protetorado americano em Cuba.

Nessa Segunda Conferência, o secretariado – o Bureau Comercial das Repúblicas Americanas – foi rebatizado com o nome de Bureau Internacional das Repúblicas Americanas.

TERCEIRA CONFERÊNCIA: RIO DE JANEIRO 1906

Em novembro de 1905, em uma reunião da Junta Governativa do Bureau Internacional, a Costa Rica, apoiada pelos Estados Unidos e pelo México, propôs que a Terceira Conferência fosse realizada na América do Sul. E em 6 de dezembro, apesar da oposição da Venezuela e da Argentina, a Junta escolheu o Brasil. Vinte e um Estados, incluindo agora Cuba e Panamá (independente desde 1903), foram convidados a comparecer à conferência do Rio de Janeiro (e a todas conferências subsequentes), mas a Venezuela e o Haiti não enviaram representantes.

A conferência foi inaugurada em 25 de julho de 1906, no Palácio Monroe, construído para o evento (aproveitando, em grande parte, o pavilhão brasileiro da Feira Mundial de Saint Louis de 1903-1904, realizada para comemorar o centenário da compra da Luisiana). A delegação brasileira foi chefiada por Joaquim Nabuco, que fora designado primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos em janeiro de 1905 e se tornara um grande amigo de Elihu Root, secretário de Estado no segundo mandato de Theodore Roosevelt. O próprio Root foi convencido a comparecer à conferência, fato sem precedentes. Essa seria a primeira visita oficial ao exterior de um secretário de Estado americano. Nabuco foi nomeado presidente da conferência, e Assis Brasil, o ministro brasileiro em Buenos Aires, secretário-geral. Os vice-presidentes honorários foram Elihu Root e o barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do Brasil desde dezembro de 1902.

A conferência teve lugar à sombra da mensagem anual do presidente Roosevelt ao Congresso em 6 de dezembro de 1904, que incluía o chamado Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. Isso gerou bastante hostilidade nas Repúblicas hispano-americanas, mas não no Brasil. Não obstante, o antiamericanismo foi mantido firmemente sob controle na

conferência. Resoluções sobre o arbitramento compulsório de disputas, a prevenção da intervenção armada para ressarcimento de dívidas por potências de fora (i.e., europeias), comércio, direitos autorais e patentes foram discutidos e aprovados, mas com poucos resultados concretos. Uma vez mais, a conferência foi, acima de tudo, um exercício de manutenção das boas relações entre os Estados americanos.

Na Conferência do Rio, foi acordado que o Bureau Internacional devia ter uma sede própria. Financiado por Andrew Carnegie e pelo governo dos Estados Unidos, que também forneceu o terreno entre a Casa Branca e o Departamento de Estado (simbolizando a dominação dos Estados Unidos sobre o sistema interamericano), o edifício começou a ser construído em 1908. Foi inaugurado em 1910, às vésperas da Quarta Conferência Internacional dos Estados Americanos, em Buenos Aires.

QUARTA CONFERÊNCIA: BUENOS AIRES 1910

Apesar de o presidente William Howard Taft e seu secretário de Estado Philander Knox estarem menos entusiasmados, a Junta Governativa do Bureau Internacional ratificou, em novembro de 1909, a decisão tomada no Rio de que a próxima conferência fosse realizada em Buenos Aires, em 1910, ano do centenário da independência da Argentina. Dessa vez, a Bolívia, que estava em disputa com o Chile, o Paraguai e a Argentina, e um punhado de Estados centro-americanos não compareceram. O Brasil ameaçou não enviar representantes quando Estanislau Zebellos, ex-ministro das Relações Exteriores e ferozmente antibrasileiro, foi designado para chefiar a delegação argentina. Ainda no início de 1909, Nabuco foi escolhido para chefiar a delegação brasileira, mas morreu em janeiro de 1910. Foi substituído por Domício da Gama, ministro brasileiro em Buenos Aires, que estava prestes a ir para Washington como embaixador, e pelo senador e ex-ministro da Fazenda Joaquim Murinho.

A conferência foi aberta em 12 de julho de 1910, no Palácio Nacional de Justiça argentino. Nessa edição da conferência – embora a Argentina, que se considerava líder dos Estados latino-americanos, tivesse sido particularmente hostil às pretensões dos Estados Unidos nas

conferências anteriores – a controvérsia e o conflito foram amplamente evitados. Uma moção reconhecendo e aplaudindo a Doutrina Monroe que Nabuco esboçara antes de sua morte nem sequer foi debatida. As discussões centraram o foco, como de hábito, na arbitragem, comércio e questões técnicas, tais como marcas, direitos autorais e patentes. Porém algum progresso foi feito na saúde pública e, como resultado dos esforços do advogado chileno Alejandro Alvarez, no direito internacional interamericano.

Na Conferência de Buenos Aires, a União Internacional das Repúblicas Americanas mudou de nome, passando a se chamar União de Repúblicas Americanas, e o Bureau Internacional, seu secretariado, foi rebatizado de União Pan-Americana.

QUINTA CONFERÊNCIA: SANTIAGO 1923

A Quinta Conferência da União de Repúblicas Americanas foi planejada para Santiago do Chile no final de 1914. Foi, contudo, cancelada devido à eclosão da guerra na Europa. Em todo caso, foi realizada uma primeira Conferência Financeira Pan-Americana, em Washington, em maio de 1915. No período imediatamente posterior à guerra, o presidente Woodrow Wilson concentrou suas atenções na Liga das Nações. Em 1922, porém, Leo Stanton Rowe, diretor-geral da União Pan- Americana desde 1920 até sua morte em 1946, tomou a iniciativa de reviver o modelo das conferências. Em seguida, foram enviados convites para uma conferência a ser realizada em Santiago, em março de 1923.

México, Bolívia e Peru não compareceram. O México não enviou representantes porque os Estados Unidos não tinham reconhecido o governo de Alvaro Obregón e, por conseguinte, não havia embaixador mexicano em Washington. O secretário de Estado Charles Evans Hughes, que visitara o Rio de Janeiro por ocasião do centenário da independência brasileira em setembro de 1922, mas tinha uma opinião em geral pouco lisonjeira da América Latina, não compareceu. Como consequência disso, o ministro das Relações Exteriores brasileiro, José Félix Alves Pacheco, também se recusou a comparecer. A delegação brasileira foi

chefiada por Afrânio de Melo Franco, embaixador brasileiro na Liga das Nações em Genebra, e Silvino Gurgel do Amaral, embaixador brasileiro no Chile.

A conferência foi realizada no saguão do Congresso do Chile, em 25 de março de 1923, à sombra, na ocasião, do centenário da Doutrina Monroe. A intervenção norte-americana no México (1914-1915) e a ocupação da Nicarágua pelos Estados Unidos (desde 1911), do Haiti (desde 1915) e da República Dominicana (desde 1916), tudo isso atestava a afirmação crescente da hegemonia dos Estados Unidos no México, América Central e Caribe. Um debate sobre a necessidade da redução de armas em toda a região provocou apenas uma débil resolução em favor do desarmamento, sem especificar cortes nos orçamentos militares. A proposta do Uruguai de uma Liga Pan-Americana das Nações não conseguiu granjear apoio.

O único resultado concreto dessa conferência foi o Pacto Gondra, nome retirado de Manuel Gondra, ex-presidente do Paraguai e representante do país na conferência. Os conflitos entre os Estados americanos seriam, no futuro, tratados por um dos dois comitês de investigação a serem instalados em Washington e Montevidéu.

Em Santiago, a Costa Rica argumentou em favor da “pan-americanização” da União Pan-Americana. Ficou acordado que, no futuro, um Estado-membro poderia designar um delegado especial para a Junta Governativa mesmo quando não tivesse representação diplomática em Washington, mas uma proposta para que seu presidente fosse eleito (até então esse cargo era ocupado sempre pelo secretário de Estado norte-americano) foi rejeitada.

SEXTA CONFERÊNCIA: HAVANA 1928

A Sexta Conferência Pan-Americana foi inaugurada em 16 de janeiro de 1928, na Universidade de Havana. Os discursos de abertura foram feitos pelo presidente dos Estados Unidos, Calvin Coolidge, e pelo presidente cubano Gerardo Machado. O ex-secretário de Estado Charles Evans Hughes e Dwight Morrow, embaixador no México, chefiaram a delegação americana. A delegação brasileira foi liderada por Raul Fernandes, embaixador

do Brasil em Bruxelas e um dos delegados à Conferência de Paz em Paris e na Liga das Nações, e incluía o senador José Matoso de Sampaio Correia e o deputado federal Lindolfo Collor.

A Conferência de Havana, a exemplo da Conferência de Santiago, foi dominada pelo tema do imperialismo dos Estados Unidos na América Central e no Caribe, renovado pela intervenção americana na Nicarágua em 1926 para deter a ameaça representada por Augusto Sandino. O antiamericanismo era intenso em toda a América Espanhola e se espalhou sobre a conferência. Os debates foram os mais áspers de todas as Conferências Pan-Americanas. Honório Pueyrredón, embaixador argentino nos Estados Unidos e chefe da delegação argentina, era abertamente hostil aos Estados Unidos – e ao Brasil, que quase sempre apoiava os Estados Unidos.

A conhecida declaração de Hughes, de que os Estados Unidos não tinham intenção de intervir na América Latina, mas, quando as vidas de seus cidadãos estivessem ameaçadas devido à falta de proteção oferecida pelos governos locais, a “interposição de uma intervenção temporária” inevitavelmente se seguiria, não foi capaz de apaziguar os delegados da América Espanhola. A Conferência de Havana pode ser considerada como o marco do ponto mais baixo nas relações interamericanas durante a Primeira República.

Em 1928, como em 1923, foram feitas tentativas de mudar a maneira como a União Pan-Americana era controlada pelos Estados Unidos. Na ocasião, tentou-se promover uma renovação anual dos titulares dos cargos de presidente e vice-presidente adotando a ordem alfabética, bem como a indicação, a cada ano, do diretor-geral obedecendo a um revezamento entre os vários países-membros. Nenhuma mudança, contudo, foi implementada.

Depois do final da Primeira República, foram realizadas uma Sétima Conferência Pan-Americana em Montevideu, em dezembro de 1933, uma Oitava em Lima, em dezembro de 1938, e, entre as duas, uma conferência especial, a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz, em Buenos Aires, em dezembro de 1936, que contou com a presença do presidente Franklin D. Roosevelt.

Após a eclosão da guerra na Europa, aconteceram três encontros de ministros das Relações Exteriores americanos – no Panamá, em setembro-outubro de 1939; em Havana, em julho de 1940; e no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. Ao final da guerra, foram realizadas uma Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, em Chapultepec, na Cidade do México, em fevereiro-março de 1945, e uma Conferência para a Manutenção da Paz e da Segurança Continental no Rio de Janeiro, em agosto-setembro de 1947. Uma Nona Conferência Pan-Americana teve lugar em Bogotá, em março-maio de 1948, e uma Décima e última, algumas vezes chamada de Primeira Conferência Interamericana, em Caracas, em março de 1954. Na Conferência de Bogotá de 1948, a União das Repúblicas Americanas foi rebatizada de Organização dos Estados Americanos (OEA), mas o secretariado manteve o nome de União Pan-Americana.

Leslie Bethell

FONTES: BUENO, C. *Da pax*; Carnegie Endowment for International Peace. *Conferencias*; Carnegie Endowment for International Peace. *International*; DENNISON, S. *Joaquim Nabuco*; FAGG, J. *Pan Americanism*; INMAN, S. *Inter-American*; LOCKEY, J. *Pan-Americanism*; SANTOS, L. *Brasil*; SMITH, J. *Unequal*; WHITAKER, A. *Western*.

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO (CNT)

Órgão criado pelo Decreto nº 16.027, de 30 de abril de 1923, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e destinado à consulta dos “poderes públicos em assuntos referentes à organização do trabalho e da previdência social”. Em 9 de setembro de 1946, pelo Decreto nº 9.797, transformou-se no Tribunal Superior do Trabalho.

ANTECEDENTES

Em maio de 1917, o deputado federal Maurício de Lacerda solicitou à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados a elaboração de um código de trabalho. Ao mesmo tempo, apresentou ao Congresso o projeto de criação de um departamento nacional do trabalho, que na verdade seria uma reorganização da Diretoria do Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura. Esse projeto foi aprovado, convertendo-se em lei pelo Decreto nº 3.550, de 16 de outubro de 1918.

Encarregado de planejar e de fiscalizar a implantação de uma legislação social no Brasil, o Departamento Nacional do Trabalho deveria ainda “dirigir e proteger as correntes imigratórias que [procurassem] o país e amparar as que se [formassem] dentro do mesmo; superintender a colonização nacional e estrangeira; executar todas as medidas atinentes ao serviço das terras devolutas do Acre, e regulamentar e inspecionar o patronato agrícola”.

A despeito de sua existência formal, entretanto, o órgão jamais foi implantado.

Por outro lado, em 1919, com a assinatura do Tratado de Versalhes, o Brasil comprometeu-se a observar e a executar certas medidas asseguradoras de direitos e benefícios ao trabalhador. Um dos itens desse compromisso referia-se expressamente à manutenção de um órgão destinado a tratar da regulamentação do trabalho. Essas recomendações, somadas às sucessivas greves desencadeadas pelos trabalhadores no país nesse período, levaram o Ministério da Agricultura a tentar reativar, em 1921, o Departamento Nacional do Trabalho. Essa tentativa encontrou porém a resistência dos empresários do comércio e da indústria, que temiam o aumento da agitação no meio operário.

Em 1923, finalmente, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), enquanto o inoperante Departamento Nacional do Trabalho desaparecia.

OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO

As funções do CNT no momento de sua criação distinguiram-se das do antigo departamento na medida em que seu caráter era apenas consultivo, e não deliberativo. O CNT não possuía assim autoridade para planejar a legislação social do país, nem para fiscalizar sua aplicação.

As atribuições do novo órgão consistiam em estudar as diversas questões relativas ao trabalho, como “o dia normal do trabalho nas principais indústrias; os sistemas de remuneração do trabalho; os contratos coletivos de trabalho; os sistemas de conciliação e arbitragem, especialmente para prevenir ou resolver as lutas; o trabalho de menores e das mulheres; a aprendizagem e o ensino técnico; os acidentes de trabalho; os seguros sociais; as caixas de aposentadoria e pensões dos ferroviários; as instituições de crédito popular, e as caixas de crédito agrícola”.

Do ponto de vista organizacional, o conselho era integrado por 12 membros escolhidos pelo presidente da República, obedecendo à seguinte composição: dois representantes operários, dois representantes do patronato, dois altos funcionários do Ministério da Agricultura, e seis personalidades de conhecida competência no assunto.

O primeiro presidente do CNT foi o desembargador Ataúlfo de Paiva, que permaneceu no cargo de 1924 a 1930. Entre os demais membros destacaram-se o conde Ernesto Pereira Carneiro (da Associação Comercial do Rio de Janeiro) e Mário de Andrade Ramos (do Centro Industrial do Brasil).

O caráter consultivo do órgão facilitou sua aceitação por parte do empresariado. Segundo Ângela Maria de Castro Gomes, o CNT chegou a constituir uma das instâncias de maior eficácia da atuação dos empresários, que, não conseguindo evitar a votação de leis trabalhistas pelo Congresso, aí manobravam livremente.

ATUAÇÃO

Entre 1924 e 1929, o CNT encarregou-se da discussão e da elaboração de anteprojetos de novas leis, bem como de reforma das leis existentes.

Em 1924, a Lei de Acidentes do Trabalho começou a ser reformada. Em 1925, iniciou-se a discussão sobre a regulamentação da Lei de Férias, que veio a ser promulgada pelo Decreto nº 4.982, de 24 de dezembro do mesmo ano. A lei mandava “conceder anualmente 15 dias de férias aos empregados de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, sem

prejuízo de ordenados, vencimentos ou diárias”, estabelecendo ainda uma “multa aos infratores, até a importância de dois mil-réis”.

Pelo decreto nº 17.496, de 30 de outubro de 1926, foi aprovada a regulamentação da concessão de férias aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais, bancários e outros. Nesse momento, o CNT foi encarregado de planejar e executar a fiscalização desse regulamento.

A reação do empresariado à Lei de Férias foi grande. As associações industriais paulistas protestaram, enviando ao CNT um relatório em que se declaravam prejudicadas: além de desorganizar o trabalho fabril, a nova lei traria um acréscimo de 5% no custo da produção.

Pelo Decreto nº 5.109, de 20 de dezembro de 1926, o CNT foi encarregado de administrar as caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários, podendo ainda aplicar multas e cassar os mandatos dos membros do conselho de administração.

Em 19 de fevereiro de 1928, com o Decreto nº 18.078, o CNT foi reorganizado, passando a exercer funções executivas nas questões do trabalho. O conselho foi habilitado a julgar os processos trabalhistas, podendo também propor ao governo as medidas que julgasse convenientes. Cabia-lhe fiscalizar as empresas nas questões do seguro contra acidentes de trabalho e da concessão de férias, com autoridade para aplicar multas. Finalmente, o decreto atribuiu ao CNT a função de mediador para o acordo ou a arbitragem nas questões coletivas entre operários e patrões. Nesse momento, Francisco Oliveira Passos, presidente do Centro Industrial do Brasil, tornou-se membro do conselho.

Em 26 de novembro de 1930, ao ser decretada a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433), o CNT foi absorvido pelo novo órgão. Em 4 de fevereiro de 1931, o Decreto nº 19.667 veio organizar o Ministério do Trabalho, criando ao mesmo tempo um novo Departamento Nacional do Trabalho (DNT). Em 11 de fevereiro, o Decreto nº 19.686 transferiu para o DNT as atribuições do CNT no tocante à fiscalização da concessão de férias.

De 1930 a 1932, a presidência do CNT foi ocupada por Mário de Andrade Ramos. Em 1933, os industriais Jorge Street e Vicente Galliez foram nomeados membros do conselho. Em 1934, Galliez foi substituído por Américo Ludolf, que era ligado à Federação Industrial do Rio de Janeiro (FIRJ).

Em 14 de julho de 1934, o Decreto nº 24.784 aprovou novo regulamento para o CNT,

alterando também sua composição. O conselho passava a ser integrado por 18 membros, subindo para quatro o número de representantes tanto dos empregadores como dos empregados. Caberia ao governo escolher esses representantes, a partir das listas apresentadas pelos sindicatos e associações de classe. O ministro do Trabalho passava a ser o presidente honorário do conselho, presidindo a todas as sessões a que comparecesse.

Em 2 de maio de 1939, o Decreto-Lei nº 1.237 organizou a Justiça do Trabalho, cuja função seria regular os conflitos oriundos das relações entre empregados e empregadores. A administração da Justiça do Trabalho caberia às juntas de conciliação e julgamento, aos conselhos regionais do trabalho e ao Conselho Nacional do Trabalho, na plenitude de sua composição ou por intermédio de sua Câmara de Justiça do Trabalho.

O artigo 17 do mesmo decreto dispunha mais especificamente sobre o CNT, definindo-o como um “tribunal superior do trabalho” cuja reorganização seria objeto de uma lei especial.

Em 15 de julho do mesmo ano, a reorganização do CNT foi fixada pelo Decreto nº 1.346. O conselho passava a ser formado por 19 membros nomeados pelo presidente da República, a quem cabia igualmente escolher um presidente e dois vice-presidentes. O conselho passava também a dividir-se em duas câmaras, uma Câmara de Justiça do Trabalho e uma Câmara de Previdência Social. A execução das medidas sancionadas pelo CNT caberia a seus departamento de justiça do trabalho, departamento de previdência social, departamento de serviços gerais e inspetoria. A redação desse decreto sofreu algumas modificações com a promulgação do Decreto-Lei nº 2.852, em 10 de dezembro de 1940.

Em 13 de dezembro do mesmo ano, o Decreto nº 6.597 aprovou novo regulamento para o CNT, visando à execução dos decretos-leis nºs 1.237, 1.346 e 2.852. O CNT era considerado como um tribunal superior da Justiça do Trabalho. Mantendo-se como órgão consultivo do governo nas questões de legislação social, o conselho passava a ser também um órgão “de orientação, fiscalização e recursos da previdência social”.

O Decreto-Lei nº 3.710, de 14 de outubro de 1941, alterou a competência da Câmara de Previdência Social do CNT, que passava a funcionar como “órgão de recursos das decisões dos institutos e caixas de aposentadorias e pensões”.

O Decreto-Lei nº 8.738, de 19 de janeiro de 1946, transformou a Câmara de Previdência Social do CNT em Conselho Superior de Previdência Social. O Decreto-Lei nº 8.742,

promulgado na mesma data, transformou o Departamento de Previdência Social do CNT em Departamento Nacional de Previdência Social.

A Portaria nº 100 do CNT, datada de 2 de maio de 1946, definiu novo regimento interno para o conselho. Era de sua competência conciliar e julgar os dissídios coletivos que excedessem a jurisdição dos conselhos regionais do trabalho. Cabia-lhe também elaborar seu próprio regimento interno, bem como o dos conselhos regionais.

Poucos meses depois, o CNT transformou-se no Tribunal Superior do Trabalho.

Mônica Kornis

FONTES: FAUSTO, B. *Trabalho*; GOMES, A. *Burguesia*; LEME, M. *Ideologia*.

CONSTANT, Benjamin

* militar; min. Guerra 1889-1890; min. Instr. Públ. 1890-1891.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães nasceu em Niterói, então capital da província do Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 1837, filho de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, português, e de Bernardina Joaquina da Silva Botelho de Magalhães, gaúcha. Seu pai era praça da marinha portuguesa no Brasil quando das lutas pela independência, as quais apoiou, optando em seguida por fixar-se na nova nação, onde trabalharia também como professor de primeiras letras.

A morte de seu pai, em outubro de 1849, provocou em sua mãe forte abalo emocional, deixando-o na condição de arrimo da família, que precisou da ajuda financeira de amigos para estabilizar-se no Rio de Janeiro. Na Corte, Benjamin Constant, que até então estudara apenas com o pai, começou em 1850 a frequentar as aulas de matemática e latim do Mosteiro de São Bento. Em pouco tempo destacou-se entre os alunos e passou a auxiliar os colegas mais atrasados. Em 1852, alterou o ano de seu nascimento e candidatou-se aos exames preparatórios da Escola Militar do Rio de Janeiro.

Assentou praça como voluntário em 28 de fevereiro de 1852, pretendendo de início ingressar no curso de infantaria, mas não seguir a carreira militar, já que desde 1823 eram admitidos na Escola Militar alunos civis que tencionassem formar-se apenas engenheiros. A necessidade material, entretanto, o levou a assentar praça novamente em abril, agora no 1º Regimento de Cavalaria Ligeira. Reconhecido cadete de segunda classe um mês depois, apresentou-se para o serviço em novembro, habilitando-se a um soldo. Assumia, assim, aos 15 anos, o efetivo sustento da família, uma vez que sua mãe não recuperara a estabilidade emocional.

Na Escola Militar, envolveu-se no ambiente cientificista que predominava na instituição, cujo curso apresentava forte base matemática, em torno da qual o positivismo começou a tornar-se um elemento norteador do ensino. Professores e alunos começavam a ser atraídos

pela ênfase no método científico em geral, e nas matemáticas em particular, dada pela doutrina de Auguste Comte (1798-1857). As relações de Benjamin Constant com essa escola de pensamento, cujo estudo iniciou quando estava na metade do curso da Escola Militar, são importantes para que se compreendam as posições que assumiria em face dos mais variados assuntos: vida familiar e profissional, guerra, atividade política, sistema educacional etc.

Já explicador de matemáticas a colegas mais atrasados, foi promovido em abril de 1855 a alferes-aluno e, em abril de 1857, a alferes do Estado-Maior de 1ª Classe, que incluía os alunos aprovados com distinção nos cursos da Escola Militar. Matriculou-se, então, em março de 1858, na Escola de Aplicação do Exército, onde completou o curso de engenharia militar. Também em 1858 a Escola Militar passou a chamar-se Escola Central. Em 1859 tentou candidatar-se a professor da recém-criada cadeira de matemáticas elementares na Escola Central, mas o provimento da vaga, ao contrário do que fora anunciado, foi feito sem concurso. Passou então a atuar, a convite do governo, como examinador de matemáticas dos candidatos aos cursos superiores do Império, atividade não remunerada. Em junho de 1860, inscreveu-se no concurso para repetidor de matemáticas no Imperial Colégio de Pedro II. Embora classificado em primeiro lugar, não obteve a vaga, preenchida pelo segundo colocado. Como este se licenciasse alguns meses depois, em fevereiro de 1861 foi nomeado para substituí-lo interinamente, condição em que lecionaria por dois anos e meio. Nesse ínterim, foi promovido a tenente do Estado-Maior de 1ª Classe e diplomado bacharel em ciências físicas e matemáticas, em dezembro de 1860.

Ainda em 1861, ingressou no primeiro ano do curso de engenharia civil. Depois de mais uma vez candidatar-se a uma cadeira de matemáticas no Colégio de Pedro II e vê-la ser preenchida sem concurso, fez, em outubro, uma quarta tentativa de ingressar no magistério oficial, quando se criou o Instituto Comercial no Rio de Janeiro. Candidatou-se à cadeira de matemáticas, porém uma vez mais a vaga foi provida sem concurso. Em novembro, ingressou como praticante no Imperial Observatório Astronômico.

Inscrito, em abril de 1862, em outro concurso, dessa vez para a cadeira de matemáticas da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, um dos membros da banca examinadora – professor da Escola Militar e positivista – o considerou tão flagrantemente superior aos demais concorrentes que o classificou em primeiro lugar e deixou vagos os dois seguintes, indicando o outro candidato para o quarto lugar. Aprovado, passou assim a aguardar a nomeação. Processos burocráticos, contudo, acabaram levando à nomeação do seu concorrente. Enquanto prosseguia os estudos, cursando o segundo ano de engenharia civil, que, aliás, perderia por faltas, repetiu-se na Escola Normal o acontecido no Colégio de Pedro II: o titular da cadeira, após alguns meses, entrou em licença. Benjamin Constant foi, então, indicado para substituí-lo. Nomeado em 31 de janeiro de 1863, trabalharia como lente interino por apenas dois meses, em virtude do retorno do titular.

Ainda em 1862, recusou um convite do imperador para lecionar matemática às suas filhas. Em 13 de agosto desse ano, tornou-se professor de matemáticas elementares do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, dirigido pelo médico Cláudio Luís da Costa. Praticamente criou a cadeira de matemáticas no Instituto, adaptando o programa à matéria que poderia explicar aos cegos, elaborando um resumo de álgebra elementar, que foi depois copiado pelos alunos no sistema Braille, e fazendo figuras geométricas em relevo. Foi lá que conheceu sua futura esposa, Maria Joaquina de Bittencourt Costa, filha do diretor e então com 14 anos de idade. Casaram-se em 16 de abril de 1863, após ela completar 15 anos. Em setembro de 1863, fez nova tentativa de ingressar no magistério oficial por concurso, mais uma vez, para a cadeira de matemáticas, agora do Instituto Comercial. Classificando-se em primeiro lugar, seria finalmente nomeado em 28 de outubro seguinte.

NA GUERRA DO PARAGUAI

A guerra da Tríplice Aliança – formada pela Argentina, o Brasil e o Uruguai – contra o Paraguai já se iniciara havia cerca de um ano quando Benjamin Constant foi promovido, em 22 de janeiro de 1866, a capitão de Estado-Maior de 1ª Classe. Oito meses

depois foi convocado para a guerra, embarcando na primeira semana de setembro para o Paraguai.

Embora contasse com três empregos, sua situação material não era das mais confortáveis. Sustentava uma família razoavelmente numerosa: esposa, uma filha e outra por nascer, dois irmãos, a mãe doente e uma tia muito idosa. Desfrutava, já, de algum prestígio como professor, mas não podia manter a família com a atividade acadêmica. Por isso, não abandonava a atividade de explicador, dando aulas individuais e a grupos de alunos, principalmente candidatos ao ingresso nas escolas militares. Engajar-se no Exército em operações constituía para ele um desastre financeiro, porque precisaria abandonar todas as fontes de renda que não a militar.

Depois de uma primeira escala em Santa Catarina, seguiu para Montevidéu, aportando no dia 13 de setembro. Dois dias depois, partiu para a cidade argentina de Corrientes, aonde chegou logo após a derrota brasileira em Curupaiti, primeira vitória expressiva dos paraguaios em seu território, que teve efeitos altamente negativos sobre os aliados, iniciando um longo período de imobilidade dos seus exércitos.

No dia 4 de outubro, chegou ao Capão do Pires, próximo a Tuiuti, em território paraguaio, um dos pontos de combate. Suas primeiras incumbências, contudo, foram mais administrativas do que militares. Cuidou do abastecimento, de depósitos e de transporte. Em dezembro passou a integrar a Comissão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército e, responsável por obras, cumpriu várias missões na frente de batalha, inclusive na chamada Linha Negra – local quase mítico da Guerra do Paraguai. Trabalhando em precárias condições técnicas e de segurança, em março de 1867 foi tomado por sintomas de malária, em especial uma febre fortíssima. Parcialmente restabelecido, ainda em março concluiu algumas obras. Em seguida viajou em missão a Corrientes, onde teve novos acessos da doença, mas passou incólume pela epidemia de cólera que assolava a cidade.

De volta a Tuiuti, retomou as atividades de engenharia, sempre em condições negativas para sua saúde. Concluiu as obras em fins de maio e ainda nesse mês foi efetivado na

Comissão de Engenheiros, o que lhe rendeu um aumento de rendimentos pecuniários, importante para melhorar as condições de vida no *front* e aumentar a ajuda que enviava à família no Brasil. Em seguida, embora ainda doente, integrou uma comissão encarregada de proceder ao balanço e exame dos depósitos gerais de artigos bélicos. O quadro de desorganização e desperdício de recursos que encontrou aliou-se às más condições de saúde para torná-lo sensível à pressão que sua esposa vinha fazendo para que retornasse ao Brasil. Febres e uma forte inflamação no fígado faziam-no pensar em obter uma licença para tratamento de saúde.

Em fins de junho, dirigiu-se ao Passo da Pátria para se tratar, mas foi encarregado de novas missões de engenharia necessárias ao avanço das forças aliadas. Um amigo que o visitou no acampamento transmitiu a sua esposa a impressão de que estava prestes a morrer, e ela conseguiu do imperador autorização para juntar-se a ele no Paraguai. Mesmo depois da chegada da esposa, Benjamin Constant trabalhou até seu estado de saúde agravar-se perigosamente. Em fins de agosto, obteve licença de três meses – que seria prolongada por mais quatro – para tratar-se no Brasil.

A intensificação dos sintomas, consultas médicas e inspeções de saúde determinaram a inviabilidade do seu retorno ao campo de batalha. Permaneceria no Rio de Janeiro, mas em difícil situação financeira, contando apenas com os 45 mil-réis do soldo, com que devia sustentar-se e à família, pagar as mensalidades da internação de sua mãe no Hospício de Pedro II, alimentar a tia octogenária e uma irmã, que tinha o marido irremediavelmente enfermo e estava prestes a enviuvar, com uma filha de quatro anos e sem recursos para manter-se.

Em 6 de junho de 1868, Benjamin Constant assumiu o cargo de praticante no Imperial Observatório Astronômico, emprego militar compatível com seu quadro de saúde. Nesse mesmo dia, reassumiu o ensino nos institutos dos Cegos e Comercial. Com o falecimento de seu sogro em 27 de maio de 1869, foi nomeado para substituí-lo interinamente nos cargos de tesoureiro e diretor do Instituto dos Cegos, sendo efetivado neste último dois

meses depois.

À FRENTE DO IMPERIAL INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS

Para exercer a direção do Instituto, Benjamin Constant estudou as teorias e técnicas pedagógicas aplicadas aos cegos, bem como as experiências de outros países nesse campo. Sua preocupação central era, porém, o futuro dos cegos uma vez finda a estada no Instituto, porque achava inútil ensinar-lhes um ofício e, em seguida, jogá-los no mercado geral de trabalho. Também era objeto de sua preocupação a situação dos cegos que, por inabilidade, doença ou velhice, não pudessem ajustar-se a um sistema de trabalho. Para estes, sugeria a construção de casas de acolhimento onde pudessem trabalhar de acordo com suas limitações. Entendia, porém, que a sorte dos cegos só poderia ser melhorada de fato se, a exemplo do que acontecia na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, associações particulares tomassem iniciativas e auxiliassem o Estado nas ações em favor deles. Benjamin Constant definiu algumas prioridades e passou a pressionar regularmente o governo a satisfazê-las. Reivindicou o aumento do número de alunos e empenhou-se na organização de um fundo patrimonial para o Instituto, que era mantido por verbas públicas e desprovido de recursos para atividades que não as estritamente ligadas à instrução dos cegos. O Instituto tinha em sua sede outro problema. Funcionara inicialmente em um próprio nacional, no bairro portuário da Gamboa, e em 1864 fora transferido para um edifício alugado no Campo da Aclamação (depois, Campo de Santana), onde deveria ficar provisoriamente enquanto o prédio original fosse reformado. Benjamin Constant, porém, investiu na construção de um novo edifício, de acordo com as especificações ditadas pela rotina e pela projetada expansão do Instituto. Escolheu um terreno, de propriedade particular do imperador, na praia da Saudade (atual avenida Pasteur), entre o Hospício de Pedro II e a Escola Militar. A pedra angular do novo prédio foi lançada em 1872, mas sua inauguração só aconteceria em 1890.

REFORMADOR DA SOCIEDADE

Benjamin Constant dedicava suas energias também aos videntes. O recrudescimento das pressões abolicionistas após a Guerra do Paraguai encontrou-o numa fase decididamente reformista. Ao se casar com ele, Maria Joaquina trouxera alguns escravos como dote. Benjamin Constant abriu mão da parte que lhe cabia e os declarou, no que lhe dizia respeito, livres. Usava seus conhecimentos matemáticos para elaborar planos de loterias destinadas a arrecadar recursos para a formação de fundos com diversos fins: criar o “patrimônio dos meninos cegos e surdos-mudos”; construir “uma vasta casa para asilo dos voluntários da pátria e guerreiros inutilizados” e para beneficiar “instituições mantidas pelo Estado, à escolha do Governo”.

Tornou-se, em fevereiro de 1872, coadjuvante do curso superior da Escola Militar, passando a atuar em março como repetidor interino. Em maio de 1873, foi aprovado em concurso para a vaga de repetidor efetivo. Em novembro, classificou-se em primeiro lugar no concurso para lente interino, sendo nomeado em fevereiro do ano seguinte. Em 1875, lecionou ciências físicas e matemáticas na Escola Politécnica, recém-criada em substituição à Escola Central.

Nesse ínterim, fez, em 1874 e 1875, tentativas de entrar no mundo dos negócios. Integrou um grupo que tentou organizar a firma empreiteira Vico-Structora, e outro que planejou uma loteria para arrecadar 15 milhões de pesos que o governo do Uruguai pretendia levantar na praça de Londres. Os dois empreendimentos, contudo, não vingaram.

À época, tomou também iniciativas de amplitude mais social, intervindo no processo de extinção gradual da escravidão. Em 28 de setembro de 1871, o governo sancionara a Lei Rio Branco, que tinha como fim imediato estabelecer a emancipação das crianças recém-nascidas de mulheres escravas, que ficariam, até os oito anos, sob os cuidados compulsórios dos senhores de suas mães. A lei reformava também outros aspectos da organização escravista, pretendendo conduzi-la pacificamente na direção de um sistema de trabalho livre. Para isso, criou o Fundo de Emancipação, a ser composto com recursos

reunidos a partir de impostos sobre escravos, multas, contribuições e loterias nacionais. Regulamentado em novembro de 1872, o Fundo funcionou, entretanto, muito lentamente. Benjamin Constant dispôs-se a contribuir para seu êxito. Em 7 de junho de 1874 fez contatos com o visconde do Rio Branco, que fora amigo íntimo de seu sogro e ocupava então a pasta da Fazenda e a presidência do Conselho de Ministros, e apresentou-lhe dois projetos de loterias para arrecadar recursos para o Fundo, que não se sabe se foram adotados. De qualquer maneira, o Fundo não alcançou resultados expressivos, em parte porque nunca conseguiu reunir recursos suficientes para libertar um número significativo de escravos.

Preocupado com o futuro da família, quando pudesse deixá-la sem arrimo, começou a dedicar-se à ideia de organizar um sistema de seguro que evitasse situações semelhantes àquela enfrentada por sua mãe depois da morte do marido. Desde 1871, pelo menos, estivera envolvido teoricamente com o assunto. Nesse ano, fez estudos sobre o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado. Dava prioridade à situação das pessoas impedidas de trabalhar momentânea ou definitivamente, problema ainda não enfrentado pelas modalidades de seguro então praticadas no Brasil. Estudou as instituições previdenciárias existentes e, com base nos subsídios colhidos, concebeu uma associação que se chamaria Previdência – Associação de Socorros à Invalidez. Para fundá-la, reuniu um grupo que aprovou os estatutos da associação em setembro de 1873. Em janeiro de 1875 a Previdência teve seus estatutos oficializados por meio de decreto assinado pelo ministro do Império conselheiro João Alfredo, e em 8 de junho seguinte foi oficialmente instalada. O envolvimento com sociedades desse tipo – e isso se repetiria inúmeras vezes ao longo de sua vida – o afastava da ortodoxia positivista, segundo a qual apenas a humanidade poderia garantir soluções para os problemas dos indivíduos.

DISSEMINADOR DO POSITIVISMO

O cargo no Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi a primeira oportunidade que Benjamin Constant teve de enfrentar a questão filosófica da “regeneração social”, proposta por Auguste Comte. Tentaria, por meio da educação, contribuir para a reforma de alguns aspectos da sociedade brasileira, e esse esforço o conduziria ao exercício de outras funções públicas, sempre na área da educação, e marcaria de forma contínua suas tensas relações com o Estado imperial e com a facção organizada e militante da corrente positivista do Rio de Janeiro.

Há indícios de que, embora doente e em dificuldades financeiras, Benjamin Constant tentara organizar em 1868 um grupo de estudos positivistas. Um dos pioneiros no estudo, divulgação e aplicação da doutrina no Brasil, pagava por essa condição o preço do isolamento. Excetuados alguns professores da Escola Militar, que despertaram seu interesse pelo assunto, encontrara interlocutores apenas entre colegas, alguns dos quais se tornaram seus amigos para sempre. Trocavam livros e ideias, participavam das sessões do Instituto Politécnico Brasileiro (IPB), mas não tomavam qualquer iniciativa no sentido de organizar coletivamente suas atividades ou de dar-lhes um conteúdo de propaganda doutrinária sistemática. Ao ingressar no corpo docente da Escola Militar, passou a ter acesso a um auditório ampliado e em constante renovação, o que repercutiria no tipo de formação que os jovens lá encontrariam, mais voltada para a paz do que para a guerra.

Em 1º de abril de 1876, Benjamin Constant e um grupo de amigos fundaram a primeira associação positivista brasileira, que não chegou a ser batizada. A associação, cujo objetivo era organizar um curso científico e uma biblioteca, representava uma tentativa de reunir os adeptos do positivismo no Rio de Janeiro. Em setembro de 1878 – ano em que Benjamin Constant afinal deu aulas aos netos do imperador – o grupo fundou outra associação, agora para difundir a doutrina. A Sociedade Positivista foi declarada expressamente uma continuação da anterior, e Benjamin Constant assumiu a função de bibliotecário.

Com a ascensão de Miguel Lemos à presidência em 1881, a Sociedade Positivista transformou-se em Igreja Positivista Brasileira ou Centro Positivista Brasileiro. Pouco

tempo depois, começaram a manifestar-se divergências entre seus membros. Em janeiro de 1882, Benjamin Constant – que desde 1879 não era mais lente interino da Escola Politécnica, mas exercia, também interinamente, as funções de professor e diretor da recém-criada Escola Normal da Corte – desligou-se da associação. Alegou falta de tempo e de saúde e desejo de aprofundar-se nos estudos do positivismo, mas, na verdade, discordava da maneira como Miguel Lemos dirigia a Igreja e, em especial, da implantação de uma contribuição monetária obrigatória e da proibição do exercício de cargos públicos. Na condição de diretor efetivo da Escola Normal da Corte desde 1881, participou da organização do Congresso Pedagógico Brasileiro, promovido pelo governo. Como a Escola Normal viesse sendo discutida, em dezembro de 1882 o governo constituiu uma comissão para formular um projeto para reformá-la. Benjamin Constant a integrou, juntamente com o conselheiro Rodolfo de Sousa Dantas – ex-ministro do Império –, Rui Barbosa – jornalista, deputado pelo Partido Liberal e estudioso do sistema de ensino do país – e Balduino José Coelho – político e jornalista. Concluído o relatório da comissão em março de 1883, concentrou-se no Congresso Pedagógico, redigindo um trabalho sobre “escolas normais – sua organização, plano de estudos, métodos e programas de ensino”. Em sua comunicação, criticava duramente os responsáveis pelo ensino público primário no país, defendendo melhorias no plano pedagógico orientadas pela perspectiva positivista e sua extensão ao conjunto da população brasileira. Em 20 de maio de 1885 deixou a direção da Escola Normal, mantendo-se, porém, no cargo de professor interino da cadeira de elementos de mecânica e astronomia, em que foi efetivado em julho.

AS QUESTÕES MILITARES

Em meados da década de 1880, intensificaram-se conflitos entre o poder civil e grupos das Forças Armadas que vinham se manifestando, pelo menos, desde a década anterior. Já em 1879 uma tentativa de cortes nos orçamentos da Armada e do Exército, feita

pela Câmara dos Deputados, açulara os ânimos de oficiais das duas forças. A mobilização militar resultou em algumas punições, mas conseguiu que a proposta parlamentar fosse abandonada, embora já aprovada em segunda discussão.

A defesa de interesses corporativos levou os militares a tentar em 1881, na primeira experiência de eleições diretas no país, o envio de um representante ao Congresso. Os dois candidatos apresentados no Rio de Janeiro – um deles, o tenente-coronel Alfredo de Sena Madureira – foram derrotados, mas a campanha revelou forte hostilidade de setores militares aos políticos imperiais. Os problemas corporativos pelos quais estes eram responsabilizados diziam respeito, principalmente, ao pagamento incerto de pensões a órfãos, viúvas e inválidos e, até mesmo, dos soldos; o baixo valor dos soldos; a lentidão nas promoções; a inexistência de uma lei de aposentadoria compulsória que permitisse a abertura de vagas para oficiais jovens; o descumprimento da promessa imperial de dar prioridade para os veteranos da Guerra do Paraguai no preenchimento de vagas no serviço civil, e as más condições de trabalho. Ao mesmo tempo, setores do Exército formulavam críticas ao próprio regime político vigente. Jornais publicados por oficiais exigiam a abolição da escravidão, uma política imigratória, a construção de ferrovias e o protecionismo industrial. O mais poderoso fator de politização dos militares eram as divergências em torno da escravidão e da disciplina, que se tornavam faces de uma mesma moeda, já que a ampla simpatia de oficiais, inclusive de alta patente, pelo abolicionismo ia de encontro à orientação política das autoridades militares do Império escravocrata.

Em meados de 1883, foi apresentado no Senado projeto de lei que criava um montepio compulsório para os funcionários civis e militares, alterava as condições de reforma nas duas armas e tornava os empregados públicos passíveis de demissão a bem do serviço público. Houve nova mobilização militar, envolvendo oficiais, professores e alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro. O projeto era, contudo, inconstitucional, pois os funcionários públicos militares só podiam perder suas patentes por sentença proferida em juízo especial, e não vingou no Senado, o que propiciou o fim do conflito. Ainda nesse ano,

revigorou-se a tensão entre militares e autoridades civis, quando, em outubro, soldados da guarnição da Corte assassinaram o jornalista Apulcro de Castro, por considerarem que seu jornal – *O Corsário* – os estava difamando sistematicamente. A visita que, poucos dias depois do episódio, o imperador fez à unidade militar onde serviam os assassinos foi interpretada, por uns, como o reconhecimento da dignidade militar e, por outros, como a humilhação da Coroa perante a rebelião vitoriosa.

Em abril de 1884, a Escola de Tiro de Campo Grande, comandada pelo agora coronel Sena Madureira, recebeu com festas o jangadeiro Francisco do Nascimento, que se destacara na luta contra a escravidão no Ceará, abolida no mês anterior. Interpelado pelo ajudante-general do Exército, maior autoridade depois do ministro da Guerra, Sena Madureira se recusou a dar-lhe informações sobre o episódio, alegando que só devia satisfações ao conde d'Eu, comandante-geral da artilharia, à qual a escola era subordinada. Demitido do comando e repreendido em ordem do dia, Madureira foi transferido para o Rio Grande do Sul. O caso despertou polêmicas pelos jornais e, no Senado, o visconde de Pelotas, também militar, assumiu a defesa do oficial. A agitação envolveu a Escola Militar do Rio de Janeiro, onde o abolicionismo, em especial, e o republicanismo empolgavam um número crescente de alunos.

Ao mesmo tempo em que se aprofundava a politização dos alunos da Escola Militar, Benjamin Constant travava uma última batalha com a Monarquia em torno de seus direitos como professor. Pleiteava a promoção de repetidor efetivo a lente catedrático sem concurso, baseado em interpretação da legislação vigente.

Entrementes, novo conflito veio acirrar os ânimos entre militares e autoridades civis. Em junho, o coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos publicou na imprensa um artigo defendendo-se de violentas restrições, inclusive à sua dignidade pessoal, que um deputado piauiense lhe fizera na Câmara. O ministro da Guerra, Alfredo Chaves, o advertiu de que, por força de um aviso de 1859, não podia discutir assuntos políticos ou militares através da imprensa. O oficial pronunciou-se contra a interpretação que o ministro fizera do aviso,

sendo punido com censura e prisão disciplinar por dois dias. Em agosto, o visconde de Pelotas saiu em sua defesa no Senado, considerando a atitude do ministro uma ofensa a todos os oficiais do Exército, o que conferiu ao problema dimensões de questão nacional. Logo em seguida, o coronel Sena Madureira, agora comandante da Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo (RS), publicou no jornal republicano *A Federação*, de Porto Alegre, um manifesto em que relacionava o caso com a situação que acontecera com ele próprio. Sua tese era de que ambos haviam sido punidos com base em avisos ministeriais que iam contra o direito de livre manifestação do pensamento, garantido pela Constituição a todos os brasileiros. Em resposta, o ministro da Guerra aplicou-lhe a sanção de repreensão em ordem do dia e, diante do seu inconformismo com a pena, expresso no “Protesto” que publicou no mesmo jornal, exonerou-o do comando que exercia.

As punições sofridas por Sena Madureira mobilizaram a oficialidade da guarnição de Porto Alegre, que recebeu apoio de várias outras sediadas em diversos pontos da província, e do visconde de Pelotas, que voltou a discursar no Senado contra o ministro da Guerra.

Autorizados pelo comandante das armas e vice-presidente da província do Rio Grande do Sul, general Manuel Deodoro da Fonseca, os oficiais realizaram em fins de setembro uma reunião para anunciar que aderiam à tese da inconstitucionalidade dos avisos ministeriais que vinham sendo usados como base para as sanções. Em consequência, Deodoro foi demitido de suas funções e recambiado para o Rio de Janeiro, com outros líderes do movimento contestatório.

Nesse ínterim, Benjamin Constant decidiu, em meados de setembro de 1886, não mais entrar em concursos. Nada mais esperava do governo, dos partidos ou do imperador. Essa desesperança crescia em consonância com a radicalização progressiva da jovem oficialidade.

Em 9 de outubro Benjamin Constant e quatro colegas requereram a suspensão do concurso para lente catedrático da Escola Militar, anunciado no início de 1886. No dia seguinte, participou, a convite de alunos da Escola Militar, de uma reunião na Sociedade Francesa de

Ginástica, convocada para discutir a atitude dos colegas do Sul. Dirigiu inicialmente os trabalhos e apresentou uma moção em que os oficiais do Exército e da Armada presentes deixavam claro que a luta dos colegas do Rio Grande do Sul visava à defesa de seus direitos constitucionais. A moção, aprovada quase unanimemente por uma platéia constituída por maioria esmagadora de alunos da Escola Militar, desencadeou uma onda de manifestações de solidariedade de guarnições de vários pontos do país, bem como a reação do governo, que determinou a prisão de Sena Madureira. No dia 18, contudo, o Conselho Supremo Militar e de Justiça (CSMJ), órgão máximo da justiça militar, reconheceu que os oficiais tinham o direito de discutir qualquer assunto que não se referisse a matéria de serviço, interpretação reforçada alguns dias mais tarde pelo imperador, ao anunciar que os militares podiam manifestar-se sem restrições pela imprensa.

Em fins de outubro, foi suspenso o concurso para a Escola Militar e decidido que as vagas de lente catedrático, uma das quais Benjamin Constant pretendia ocupar, não seriam preenchidas. Em 3 de novembro, o governo reconheceu, com base em parecer do CSMJ, que os avisos em que se baseara para punir Cunha Matos e Sena Madureira eram inconstitucionais e informou que suspenderia as notas de repreensão se os oficiais prejudicados requeressem a medida, mas estes argumentaram que, se os avisos eram inconstitucionais, deveriam ser revogados por iniciativa das próprias autoridades.

Em 15 de novembro, Sena Madureira publicou um memorial em que pedia a convocação de um Conselho de Guerra – primeira instância da justiça militar – para provar que fora punido injustamente. A recusa do governo a convocar o conselho e a intransigência de Sena Madureira e Cunha Matos ensejaram a radicalização do engajamento de oficiais, inclusive Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, na Questão Militar, como o conflito começou a ser chamado. A reivindicação, pelos militares, de direitos políticos análogos aos exercidos pelos cidadãos civis implicava a contestação dos padrões disciplinares e hierárquicos que presidiam as relações entre os militares. Tal padrão baseava-se na idéia da “obediência passiva e inconsciente”, e os sucessivos conflitos entre oficiais e autoridades militares o

vinham erodindo desde a década anterior, abrindo caminho para a inserção de novos grupos das forças armadas na vida política nacional.

Desde 1871, discutia-se na imprensa republicana o papel do Exército no desenvolvimento nacional. Uma das idéias então elaboradas referia-se à possibilidade de uma nova forma de governo propiciar o surgimento de uma classe de “soldados-cidadãos”, que substituiriam os “cidadãos servis” que compunham o Exército permanente. A corrente de opinião que, a partir dessa perspectiva, se desenvolveu entre os republicanos evoluiu no sentido da formulação de uma estratégia de aliança com os militares na luta contra a Monarquia. A radicalização dessa tendência foi significativamente alimentada na década de 1880 por alguns órgãos da imprensa republicana – o *Diário de Notícias*, de Rui Barbosa, *O País*, de Quintino Bocaiúva, e *A Federação*, do Partido Republicano do Rio Grande do Sul –, que intervinham de maneira sistemática nas crises militares, procurando politizá-las ao bater na tecla de que os militares tinham o direito de questionar as normas disciplinares sempre que aplicadas contra a sua consciência.

As sucessivas experiências pessoais negativas com a máquina governamental, como militar-professor e como cidadão, decerto levaram Benjamin Constant a identificar-se com a doutrina do “soldado-cidadão”. É provável que, sendo leitor assinante de *O País* e da *Gazeta de Notícias*, também de orientação republicana, tenha chegado a essa convicção simultaneamente aos jornalistas, como um resultado natural da combinação de sua visão de mundo com os estímulos políticos propiciados pela Questão Militar. É desse período o trabalho que, em 21 de janeiro de 1887, certamente após algum tempo de elaboração, apresentou ao general Severiano Martins da Fonseca – seu amigo, diretor da Escola Militar do Rio de Janeiro e irmão do general Deodoro da Fonseca –, que lhe solicitara uma proposta de reforma do regulamento da instituição. Benjamin Constant justificou o projeto da mesma maneira que, 15 anos antes, o fizera com o plano geral de instrução que formulara para o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Se naquele caso partira do tratamento desigual dado pela sociedade a cegos e videntes, agora investia contra a

heterogeneidade cultural existente no seio do Exército, produzida pela formação dos oficiais de infantaria e cavalaria, que eram postos em situação de inferioridade em face dos seus colegas das armas “científicas”. Nos dois planos, a ideia central era a educação como um direito universal.

A evolução ideológica de Benjamin Constant o levava a superar o princípio comtiano de submissão que norteara sua compreensão das adversidades da vida até meados dos anos 1880. O princípio de obediência crítica e consciente que passou a orientar seus passos como “cidadão-soldado” tinha implicações políticas, embora não necessariamente partidárias, e, seguindo-os, estabelecia novas relações com a vida política, agora críticas, voltadas para o coletivo e potencialmente subversivas.

Uma nova reunião de oficiais foi realizada no dia 2 de fevereiro de 1887, agora no Teatro Recreio Dramático, no Rio de Janeiro. Benjamin Constant integrou a mesa diretora, presidida pelo general Deodoro da Fonseca. A assembléia, composta por cerca de duzentos oficiais, aprovou unanimemente uma moção, cujo conteúdo pode ser resumido a quatro deliberações: exigiam a anulação dos efeitos dos avisos; rejeitavam qualquer medida de punição aos oficiais envolvidos na Questão Militar; recorriam à intervenção do imperador para dirimir o conflito com o governo e delegavam poderes ao general Deodoro da Fonseca para negociar uma solução completa do conflito. Benjamin Constant interveio nas discussões para apoiar a moção e enfatizar que a conduta dos militares se pautava no respeito à lei, proferindo uma frase que se tornaria uma referência na história da participação dos militares brasileiros na política: “Esta é a posição única que deve ser tomada, porque, (...) se no regime democrático é condenada a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada, que tem sempre mais fáceis e melhores meios de executar os abusos e as prepotências”. Pela primeira vez, colocava-se em posição ostensivamente antagônica ao governo, embora sem deixar de encarecer o respeito à legalidade e, portanto, ao regime.

Demitido de seu cargo por deliberação do Conselho de Ministros, o general Deodoro

publicou com o visconde de Pelotas, n' *O País* de 14 de maio, um manifesto em que, reivindicando a condição de “cidadãos armados”, ambos ameaçavam o Congresso caso este persistisse na violação da legalidade. O documento provocou a demissão do ministro da Guerra, que sugeriu ao imperador a reforma de Deodoro e não foi atendido. No Senado, Pelotas advertiu o barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros, para a possibilidade de o governo perder o controle sobre o Exército, o que poderia ensejar uma revolução.

Ainda em maio, finalmente Pelotas acertou com Cotegipe uma fórmula conciliatória, apresentada no Senado em 20 de maio, na forma de indicação: o governo era convidado a suspender os efeitos dos avisos considerados inconstitucionais pelo CSMJ. A indicação foi aprovada pelo Senado, o governo aceitou o convite e cancelou as notas. Estava resolvida a pendência com os oficiais, mas o governo saía da crise gravemente desgastado.

Já os setores militares que se haviam envolvido no conflito resolveram organizar-se em âmbito nacional. Benjamin Constant engajou-se, com Deodoro e Sena Madureira, no projeto de organização, na Corte e em todas as guarnições importantes do país, de centros ou clubes militares análogos ao Clube Naval, fundado poucos anos antes. No dia 26 de junho de 1887, foi criado o Clube Militar da Corte, cujos estatutos, aprovados em assembleia geral realizada em 4 de julho, definiram como fins da entidade: estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais do Exército e Marinha e defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado os direitos e legítimos interesses da “classe militar”. Benjamin Constant foi eleito para a primeira diretoria, no cargo de tesoureiro – em agosto, seria designado vice-presidente –, ao passo que Deodoro assumiu a presidência. Simultaneamente à criação do Clube Militar, surgiu a proposta de lançar uma candidatura militar à vaga aberta no Senado pela morte de um representante da província do Rio de Janeiro. Sugerido o nome do general Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant declarou que, jamais tendo votado, votaria em um candidato militar que não tivesse vínculos partidários e adotasse como programa a abolição da escravatura, a autonomia das

províncias, o casamento civil, a separação da Igreja e do Estado e a secularização dos cemitérios, pontos comuns a republicanos e a alguns setores liberais. Deodoro recebeu o apoio de republicanos e da Confederação Abolicionista. Realizado o pleito em 17 de julho, ficou em último lugar, mas os pouco mais de mil votos recebidos foram entendidos como um sinal do forte impacto das crises militares e do abolicionismo sobre o eleitorado, uma vez que a consulta fora feita no mais sólido reduto conservador-escravista do país.

A abolição foi a primeira grande questão nacional em que o Clube Militar interveio. O movimento social contra a escravidão ampliava-se, desenvolvendo novas formas de luta, principalmente nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. Aumentava rapidamente o número de casos de fugas de escravos das propriedades rurais, nem sempre pacíficas. As forças públicas provinciais e o Exército estavam sendo chamados a colaborar na perseguição aos evadidos das fazendas. Essa atribuição entrava em choque com a ampla tendência abolicionista existente entre os militares. Na primeira reunião do Clube Militar, realizada poucos dias após violento episódio de fuga de escravos em Itu (SP), Benjamin Constant perguntou a Deodoro se o Clube adotaria a bandeira da abolição. Nasceu aí a petição, datada de 25 de outubro de 1887, em que os membros do Clube Militar solicitaram à princesa Isabel – o imperador estava na Europa, tendo deixado a filha como regente – que não consentisse no emprego de forças do Exército na captura de escravos fugidos. A atitude teve ampla repercussão pública e, embora continuassem sendo enviados para operações de captura, os militares passaram a boicotar as missões.

Em fevereiro de 1888, a polícia da Corte prendeu o capitão-tenente da Armada Antônio José Leite Lobo, que reclamou de maus tratos na prisão, pelos quais responsabilizou o alferes comandante da unidade policial. O Clube Naval exigiu uma reparação do governo, que se comprometeu apenas a abrir um inquérito. Enquanto grupos de policiais e militares se enfrentavam nas ruas da cidade, no primeiro dia de março o Clube Militar constituiu, em assembleia geral, uma comissão para manifestar a adesão do Exército ao procedimento da Armada no caso. Benjamin Constant fez parte da comissão, que enviou ao Clube Naval

uma mensagem de apoio. Mais uma vez o governo cedeu às pressões dos militares, demitindo, sucessivamente, o alferes, o chefe de Polícia e, por fim, o próprio chefe do Governo, barão de Cotegipe, conservador escravocrata ardoroso, que foi substituído pelo conselheiro João Alfredo, do mesmo partido, mas defensor da abolição da escravatura. Benjamin Constant foi à Câmara dos Deputados no dia 8 de maio de 1888 para assistir à sessão em que João Alfredo apresentaria um projeto de abolição imediata da escravidão. Depois de discutido por três dias, o projeto foi aprovado e remetido imediatamente ao Senado, onde foi também sancionado. No dia 13 de maio, à tarde, foi tornado lei e referendado pela princesa Isabel. Nesse dia, Benjamin Constant descansava na ilha de Paquetá com a família e não assistiu às comemorações da abolição nas ruas da Corte. No dia seguinte, porém, estava de volta ao Rio de Janeiro e foi, com alunos, professores e a banda de música do Instituto dos Cegos, cumprimentar João Alfredo, e também à redação da *Cidade do Rio*, para congratular-se com José do Patrocínio, seu redator principal um dos principais líderes abolicionistas.

Promovido a tenente-coronel graduado em 30 de maio, Benjamin Constant foi convidado, no mês seguinte, a integrar a comissão criada para elaborar um projeto de reforma geral das escolas militares do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. A reforma deveria unificá-las de acordo com uma proposta que ele fizera no início do ano em relação à Escola Militar da Corte, aprovada unanimemente por sua congregação que, em seguida, solicitou a extensão do novo regulamento à sua congênere do Sul.

Nesse momento, a Escola Normal da corte também passava por reformas. Benjamin Constant entendia que seu regulamento, aprovado em 1881 e reformado em 1883, era essencialmente positivo, contendo “ideias de ordem e de progresso”. Os pontos do regulamento original de que ele não abria mão eram: funcionamento noturno da Escola e ausência de restrição ao número de matrículas. Desde muito tempo, porém, fazia restrições ao regulamento na parte reformada em 1883. Opunha-se à separação dos alunos por sexos e defendia a extinção do ensino religioso e uma pedagogia baseada nas idéias positivistas. A

reforma da Escola Normal foi decretada finalmente em 13 de outubro de 1888, e Benjamin Constant ainda tentou articular uma proposta alternativa, mas não obteve êxito.

Quanto à Escola Militar, pareciam maiores as suas possibilidades de influir no processo de reforma. O general Severiano da Fonseca encarregou-o de redigir o relatório da comissão.

Em 31 de outubro, Benjamin Constant apresentou-lhe o rascunho do trabalho, na forma de parecer, todo construído sobre as mesmas premissas positivistas que haviam orientado o projeto de regulamento da Escola. Reforçava-se a caracterização do militar como cidadão e soldado e avançava-se a tese que se tornaria a marca da sua contribuição à história do pensamento militar brasileiro do século XIX: “Os exércitos têm hoje uma alta e sublime missão, porque é mais humanitária do que guerreira: garantir a evolução do verdadeiro progresso humano que tende cada vez mais para o regime industrial e pacífico e [para o] fraternal conagraçamento dos povos”.

Em 7 de dezembro Benjamin Constant – desde 15 de novembro ostentando a patente de tenente-coronel por antiguidade – participou do Conselho de Disciplina da Escola Militar para examinar uma questão de conduta do aluno, e futuro escritor, Euclides Rodrigues da Cunha. No dia 4 do mês anterior, durante ato de continência do corpo de alunos ao ministro da Guerra, ele saíra de forma intempestivamente, tentara quebrar seu sabre-baioneta e, não o conseguindo, o atirara ao chão. Benjamin Constant foi voto vencido, e o aluno, desligado da Escola Militar e condenado a um mês de prisão na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1889, voltou a reger a cadeira de matemática elementar e escrituração mercantil na Escola Normal. Entrou, porém, no gozo de uma licença para tratamento de saúde e viajou para Lambari (MG) com a família. Deixava o Clube Militar acéfalo, pois exercia a presidência no lugar de Deodoro, que fora no mês anterior transferido para Mato Grosso. Em Lambari teve, segundo Raimundo Teixeira Mendes, seu primeiro biógrafo, encontros com republicanos, com quem teria discutido a situação política do país. Um deles, Américo Werneck, teria tentado, sem êxito, convencê-lo a liderar um movimento

insurrecional. Esses contatos lhe teriam causado profunda impressão, levando-o a confidenciar à esposa o pressentimento de que grandes eventos se dariam naquele ano e ele não lhes poderia ficar alheio.

Em 23 de fevereiro, Benjamin Constant foi ao Rio de Janeiro para uma reunião com o general Severiano da Fonseca, em torno da reforma das escolas militares. Embora mal de saúde, deveria reunir-se também com o ministro da Guerra, [HYPERLINK](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tom%C3%A1s_Jos%C3%A9_Coelho_de_Almeida)

"http://pt.wikipedia.org/wiki/Tom%C3%A1s_Jos%C3%A9_Coelho_de_Almeida"\o "Tomás José Coelho de Almeida" Tomás José Coelho de Almeida. Na Corte, soube que o governo pretendia envolvê-lo na reestruturação geral do ensino militar, que incluiria, entre outras medidas, criar a Escola Superior de Guerra (ESG) e nomeá-lo vice-diretor da instituição, acumulando os vencimentos de lente. Dizia-se, também, que lhe seria concedido o título de conselheiro. A reunião com o ministro da Guerra durou quase a tarde toda do dia 23. Benjamin Constant criticou energicamente o projeto do governo.

Aproveitou a reunião para conseguir do ministro que não o nomeasse conselheiro. Nos dias seguintes participou de várias outras reuniões e, em 6 de março, finalmente, entregou ao ministro da Guerra os planos de reforma, fazendo questão de frisar que não abria mão do princípio de vitaliciedade para as corporações docentes. Ao despedirem-se, o ministro lhe ofereceu o cargo de vice-diretor da futura Escola Superior de Guerra. Benjamin Constant pediu-lhe tempo para resolver se aceitaria, o que não viria a acontecer.

Nos dias que se seguiram, a reforma do regulamento das escolas militares ficou na dependência das discussões do ministro da Guerra com o imperador. Afinal, em 9 de março o governo baixou o decreto de reforma do ensino militar. A Escola Militar foi desmembrada, criando-se a Escola Superior de Guerra, onde passariam a funcionar os cursos de artilharia, engenharia e estado-maior. Na nova escola, localizada no bairro carioca de São Cristóvão, seria ministrada instrução teórica e prática a oficiais que, tendo-se distinguido pelo rendimento acadêmico, fossem propostos para os cursos superiores. O plano de ensino não contemplava as sugestões apresentadas por Benjamin Constant.

Nomeado lente catedrático da Escola Superior de Guerra em 23 de março, três dias depois recebeu o título de doutor em ciências físicas e matemáticas. No dia 20 de maio requereu a jubilação como professor da Escola Normal, que seria deferida em 24 de junho, e quatro dias depois solicitou ao governo certidão de tempo de serviço no Imperial Colégio de Pedro II, Instituto Comercial e Escola Normal.

O GOLPE REPUBLICANO

Em 13 de setembro, novo atrito com autoridades civis realimentou a mobilização militar. Aconteceu de o presidente do Conselho de Ministros, visconde de Ouro Preto, chegar ao prédio do Ministério da Fazenda e não encontrar no posto o chefe da guarda, tenente Pedro Carolino Pinto de Almeida. Entendendo que o oficial dormia em serviço, ordenou sua prisão. O tenente explicou que se ausentara para satisfazer necessidades fisiológicas, mas a ordem foi mantida.

O “incidente Carolino” teve, desde o início, suas dimensões potencializadas pela ação política de setores civis e militares. A nomeação do conselheiro Cândido de Oliveira para a pasta da Guerra, embora em substituição temporária ao titular, visconde de Maracaju – no cargo desde 7 de junho –, desagradara profundamente aos grupos ainda marcados pela Questão Militar, durante a qual se haviam antagonizado com ele. Ao mesmo tempo em que a imprensa oposicionista tomava o caso como pretexto para fustigar o governo, o ministro da Guerra confirmava a prisão do tenente, fixando a duração da pena em oito dias.

A atitude do ministro provocou movimentações militares que logo envolveram Benjamin Constant. Em 15 de setembro de 1889, um grupo integrado por alunos da Escola Superior de Guerra e outros jovens oficiais, num total de 40 membros do Clube Militar, solicitou ao general Deodoro, que retornara dois dias antes à Corte, a convocação de uma sessão extraordinária para tratar do “caso Carolino”. Deodoro respondeu que naquele momento não havia necessidade de realizar a sessão. De acordo com os Estatutos do Clube Militar, o número de assinaturas garantia a convocação da sessão, e os oficiais recorreram a Benjamin

Constant, que pressionou Deodoro a realizar uma sessão de protesto. Estando doente o presidente do Clube, ele se dispôs a presidir a sessão solicitada.

Benjamin Constant estava na presidência do Clube Militar quando eclodiu mais um conflito entre o ministro da Guerra e um oficial. Dessa vez, o pivô foi o tenente-coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, comandante da Escola Militar do Ceará. Disputas em torno do preenchimento de uma vaga de instrutor, resolvidas por força de empenhos políticos, fizeram com que, sentindo-se desprestigiado, ele anunciasse que pediria demissão do cargo. A reação do ministro da Guerra, conselheiro Cândido de Oliveira, foi violenta: no dia 23, demitiu-o “a bem do serviço público” e ordenou que fosse submetido à justiça castrense por infração das regras de disciplina e desrespeito à hierarquia militar.

Na manhã desse mesmo dia, Benjamin Constant foi à Escola Militar, onde as autoridades ofereciam uma festa aos oficiais do cruzador chileno *Almirante Cochrane*, chegado havia pouco ao Rio de Janeiro em visita de cortesia. Fora convidado pelos alunos, já que não integrava mais o quadro docente da escola. Fizeram-se brindes às autoridades presentes, e em seguida um aluno propôs que se brindasse a ele. Mal se levantou para agradecer, foi entusiasticamente saudado pelos alunos com uma prolongada chuva de flores e palmas. Discursou por mais de uma hora, voltando a defender a idéia do soldado-cidadão e a doutrina da destinação pacífica para os exércitos. Por fim, criticou o governo, ali representado pelo ministro da Guerra, responsabilizando-o pelos conflitos entre o Exército e o poder.

Rumores de que o governo o puniria deixaram a mocidade militar em pé de guerra e ansiosa por demonstrar-lhe solidariedade. Na Escola Superior de Guerra prepararam uma festa-surpresa. No dia 26, ao fim da aula, alunos e oficiais invadiram a sala e o homenagearam pelo discurso do dia 23. Três oradores ressaltaram, em apaixonados discursos, a defesa que ele fizera “dos direitos e brios do Exército e Armada nacionais”. Em resposta, Benjamin Constant voltou a expor sua concepção do papel do exército na sociedade moderna, subordinado à “tendência da humanidade para uma geral

confraternização no meio dos benefícios da paz”. Diante da mocidade militar lamentou que, já “velho e alquebrado”, não pudesse assistir à realização de um verdadeiro sonho: a confraternização da América e a deposição das armas nos museus. Ainda na Escola, recebeu um bilhete do líder republicano Quintino Bocaiúva, que lhe pedia um encontro. No almoço, Benjamin Constant recebeu uma mensagem assinada naquele mesmo dia por 39 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, primeira de uma série de seis declarações de teor análogo que receberia antes de 15 de novembro e que ficariam conhecidas como “pactos de sangue”. O texto denunciava os políticos como inimigos da nação, proclamava a solidariedade a Benjamin Constant e lhe pedia que os liderasse na luta pela liberdade. O encontro solicitado por Quintino Bocaiúva aconteceu no dia seguinte, 27 de outubro, na residência de Benjamin Constant. Decidiram que seria conveniente a publicação de artigos que acirrassem o ânimo do Exército contra o governo, atribuindo-lhe medidas para abater o moral e a economia pessoal dos militares, bem como seus direitos à estabilidade e vitaliciedade no cargo. Nos dias seguintes, *O País* publicaria vários artigos na linha acertada, um dos quais acusaria o governo de pretender reapresentar ao Parlamento a lei do montepio obrigatório, considerada pelos militares lesiva a seus direitos e brios. Esse artigo, comentado e endossado em seguida por Rui Barbosa nas páginas do *Diário de Notícias*, teria repercussão explosiva sobre a oficialidade do Exército. Enquanto as autoridades distribuíam algumas punições – demissão do comandante da Escola Superior de Guerra e censura aos oradores –, Benjamin Constant se encontrava no dia 30 com o líder republicano Aristides da Silveira Lobo em seu escritório, no centro da cidade. Conspiravam intensamente, mas o imperador não parecia dar-se conta da gravidade da situação. Do palácio de São Cristóvão, o que transpirava era o empenho com que estava sendo organizado um baile, marcado para o dia 9 de novembro na ilha Fiscal, próxima do cais da cidade. Seria mais uma homenagem – a mais exuberante, esperava-se – à oficialidade do *Almirante Cochrane*. Benjamin Constant e sua família foram incluídos entre as centenas de convidados. Suas filhas solteiras ficaram muito excitadas com a idéia, mas

talvez o convite tenha chegado em cima da hora, porque elas não puderam aprontar os vestidos a tempo.

No dia 6 de novembro, Benjamin Constant se reuniu com seu filho, seu irmão Marciano e alguns jovens oficiais para discutir a questão militar. Combinaram para o dia 8 uma reunião secreta de alguns membros do Clube Militar e outra, aberta, para o dia 9. Resolveram, também, tomar providências para evitar suspeitas por parte do governo: a reunião do Clube Militar deveria realizar-se com toda discrição; como demonstração de disciplina, dariam um jeito de tornar público que aceitavam o anunciado embarque do 22º Regimento de Infantaria para o Amazonas, que os militares estavam entendendo como uma medida tomada pelo governo para dividi-los. Ainda na reunião, Benjamin Constant defendeu um tratamento respeitoso para o imperador na hipótese de mudança de regime, opondo-se ao alferes Joaquim Inácio Cardoso, que defendeu seu fuzilamento, caso se recusasse a partir para o exílio. No dia seguinte, nova reunião em sua residência, agora com a presença de Quintino Bocaiúva, decidiu que era hora de encontrarem-se os chefes republicanos com Deodoro para definir a organização do futuro governo provisório.

No dia 8, o *Diário de Notícias* publicou o artigo “Questão militar”, de Rui Barbosa, altamente elogioso a Benjamin Constant. À noite, realizou-se no Clube Militar a reunião secreta combinada no dia 6. No encontro ficou decidido o encaminhamento que se daria ao problema da direção do trabalho de organização política e militar do golpe republicano. No dia 9, quando se faria a reunião pública do Clube Militar, a cidade vivia a expectativa do baile na ilha Fiscal. Pela manhã, Benjamin Constant leu no *Diário de Notícias* outro artigo de Rui Barbosa – “Plano contra a pátria”. Procurou o autor em seu escritório e conversaram sobre a situação política, que caracterizaram como de “explosão iminente”. Impedido o general Deodoro por seu estado de saúde, a presidência da reunião coube a Benjamin Constant. Embora o Clube Militar estivesse um tanto abandonado, contando então com apenas cerca de 120 sócios e uma participação insignificante de oficiais superiores, havia 116 presentes à sessão, graças ao esforço de filiação em massa que fora

desenvolvido nos dias anteriores. Benjamin Constant levantou o problema da direção do movimento, solicitando “que lhe fossem dados plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com sua honra e dignidade”. Aprovado por unanimidade o pedido, Benjamin Constant fez um pronunciamento final, pedindo alguns dias para desincumbir-se da missão.

No dia seguinte, Benjamin Constant iniciou o cumprimento do mandato recebido no Clube Militar. Não tomou, contudo, qualquer iniciativa de contato com o governo. Ao invés, depois do almoço e ainda sob o impacto da partida, pela manhã, do 22º Batalhão para o Amazonas, procurou Deodoro em sua residência. Segundo relatos feitos por ele mesmo, conseguiu convencer o general a liderar um movimento pela implantação da república no país. No dia seguinte organizou uma reunião entre Deodoro, Rui Barbosa, Francisco Glicério, representante dos republicanos paulistas, e alguns oficiais. Na ocasião, defendeu a proposta de uma intervenção militar no cenário político voltada para a destruição da monarquia, após o que o Exército se recolheria aos quartéis, entregando o governo da nação ao poder civil. Selara-se o acordo entre o mais prestigiado chefe militar e a direção do Partido Republicano em torno do projeto de substituição da Monarquia pela República. Enquanto essas manifestações aconteciam, um emissário de Benjamin Constant fazia contato com o grupo republicano, de tendência positivista e divergente da direção nacional do Partido Republicano, liderado por Antônio da Silva Jardim e Aníbal Falcão. Em curta entrevista com Aníbal Falcão, Benjamin Constant o pôs a par do movimento, que garantiu ser federalista e civil-militar. Oficiais de altas patentes também foram sondados quanto à possibilidade de aderirem ao movimento. O general Floriano Peixoto, então no cargo de ajudante-general do Exército, foi um deles, mas nas oportunidades em que foi procurado em casa estava sempre com visitas. Um oficial amigo seu conseguiu, afinal, falar-lhe e recebeu dele conselhos no sentido de apoiar os camaradas caso se tratasse de um movimento sério em que todos estivessem unidos.

Avisos chegaram ao governo, muitos deles anônimos, dando conta de que algo se tramava

em corpos militares. Mas o ministro da Guerra e o ajudante-general sempre tranquilizavam o governo. No dia 12 de novembro, enquanto se realizava uma reunião do Gabinete, Benjamin Constant consolidou apoio da Armada ao movimento, em contatos com o contra-almirante Eduardo Wandenkolk e outros oficiais.

Dois dias depois, em reunião entre Benjamin Constant, Aristides Lobo, o tenente Lauro Sodré, o general Almeida Barreto, o coronel Cândido José da Costa e o major Sólon Ribeiro, acertou-se que a insurreição aconteceria no dia 16 de novembro e que se tomariam as seguintes providências: assaltar a Secretaria de Estado onde estivessem reunidos os ministros, que seriam presos; enviar o 7º Regimento de Infantaria para o Arsenal de Guerra, com o objetivo de tomá-lo e dali enviar recursos para as demais forças; provocar a saída das tropas aquarteladas no Campo de Santana (Campo da Aclamação); fazer marchar o Batalhão de Engenheiros de Realengo com as metralhadoras e a munição que se pudesse reunir.

Na noite do dia 14 de novembro, Benjamin Constant encontrou o general Deodoro em más condições de saúde, o que, aliado à imprecisão das informações militares, o levou a decidir pelo adiamento da ação insurrecional por um ou dois dias. O governo teve notícia de que circulavam na cidade rumores de que pretendia prender Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Tratava-se, na verdade, de um boato que o major Sólon resolvera disseminar para precipitar os acontecimentos. Informado de que o 1º Regimento de Cavalaria estava em armas, o visconde de Ouro Preto convocou os ministros para uma reunião, por volta das 11 horas da noite, no Quartel-General do Exército, no Campo de Santana. No pátio interior do quartel e em frente ao prédio, foram postados cerca de dois mil homens, pertencentes ao 7º e ao 10º Batalhão de Infantaria de Linha, ao Corpo Policial da Corte, ao Corpo de Bombeiros e à Armada.

De fato, instigados pelos boatos, os corpos aquartelados no bairro de São Cristóvão haviam decidido pôr-se em armas e aguardar a chegada dos chefes. Na madrugada de 15 de novembro, Benjamin Constant foi procurado em sua residência no Instituto dos Cegos e

conduzido ao Quartel-General do Exército para tomar a frente das forças rebeldes – 1º e 3º regimentos de cavalaria e 2º Regimento de Artilharia de Campanha, que formavam a 2ª Brigada do Exército. Enviou então um aviso a Deodoro, que, apesar das precárias condições físicas em que se achava, seguiu para o Campo de Santana, bem próximo à sua residência e ali assumiu o comando das tropas rebeldes. Aconteceu nesse momento o único episódio sangrento do dia: o ministro da Marinha, barão de Ladário, dirigia-se ao Quartel-General quando recebeu ordem de prisão de um tenente e reagiu, ficando ferido.

Em poucos minutos a força que guarnecia o Quartel-General foi cercada, sem reação, pelo 9º Regimento de Cavalaria. Alinhadas as tropas de artilharia em frente ao prédio, as da Armada e da Polícia confraternizaram com os rebeldes.

Deposto o governo, Benjamin Constant, Deodoro, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e outros líderes do movimento reuniram-se para discutir as bases do governo provisório republicano, enquanto, na Câmara Municipal, José do Patrocínio, na condição de vereador mais moço, dava por oficialmente proclamada a República. No dia seguinte, o primeiro número do *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil* informava a composição do novo governo: Deodoro da Fonseca, presidente; Benjamin Constant (Guerra); Aristides Lobo (Ministério do Interior), Rui Barbosa (Fazenda), Eduardo Wandenkolk (Marinha), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores, cumulativamente com Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enquanto o futuro titular, Demétrio Ribeiro, não chegava do Rio Grande do Sul). Também ainda não se encontrava no Rio de Janeiro o futuro ministro da Justiça, Manuel Ferraz de Campos Sales, de São Paulo. Na tarde do dia 16, o governo provisório prestou juramento na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

MINISTRO DA GUERRA

Na posição de ministro da Guerra, Benjamin Constant coordenava o deslocamento de batalhões e munições pelas estradas de ferro do país, visando, em geral, a definição e consolidação de situações políticas. Ao mesmo tempo, estabelecia, a cada instante, o

procedimento em relação aos líderes do regime deposto. As indicações para os postos de poder dependiam em geral da sua anuência. As forças regionais buscavam tomar a dianteira no processo de organização política e disputavam o reconhecimento militar, desencadeando frequentemente conflitos que a luta contra a monarquia não provocara.

Questões análogas surgiram no interior da frente antimonarquista quando da organização do poder no plano federal. A heterogeneidade da equipe logo produziria o desencontro de atos dos membros do governo. Para equacionar o problema, foi criado o Conselho de Ministros. Uma das questões capitais a ser enfrentada era a natureza do Estado a ser construído sob a forma republicana. Predominava entre os republicanos o modelo liberal-federalista. Entretanto, a presença de dois positivistas conhecidos – Benjamin Constant e Demétrio Ribeiro – no Governo Provisório era vista por muitos como uma ameaçadora possibilidade de solução ditatorial. No entanto, o Governo Provisório, constituído como uma ditadura por força da sua própria origem, estabeleceu inicialmente um plano de reorganização política do país que tinha como objetivo máximo a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. O primeiro passo nesse sentido foi a promulgação, em 19 de novembro, do decreto que considerava eleitor todo cidadão brasileiro que soubesse ler e escrever, a despeito da renda que auferisse, substituindo, portanto, o critério censitário econômico prevalecente no Império pelo educacional.

A orientação inicial do Governo Provisório encontrou resistência da corrente positivista militante, e Benjamin Constant tentou afastá-la da proposta de implantação da “ditadura republicana”. Acreditava que a sorte da República dependia da estabilidade do Governo Provisório, da qual supunha fiador o Exército, em cujas fileiras a mocidade militar, em boa parte positivista, se destacava como vanguarda. Era preciso, portanto, para que a República vingasse, que o Exército assimilasse a ação política da jovem oficialidade, cuja facção positivista deveria, por sua vez, entender o avanço que a República possível representava para o plano de transição rumo à sociedade positiva.

Benjamin Constant agiria para que seus ex-alunos se integrassem totalmente à vida política

do país. Além de abrir-lhes a administração pública, nomeando-os para cargos de todos os tipos, conseguiu que o Conselho de Ministros deferisse o pedido feito pelos estudantes das escolas militares e cursos superiores de instrução para que não se lhes negasse o direito de voto. Também os estudantes civis mobilizados militarmente eram objeto da sua simpatia. Regulamentou e definiu os uniformes do Batalhão Acadêmico e dos batalhões patrióticos e deferiu os requerimentos que os jovens arregimentados lhe encaminharam no sentido de servirem por três anos apenas e só serem aquartelados quando isso fosse indispensável. A relação de apoio mútuo que Benjamin Constant mantinha com a mocidade militar despertava fortes apreensões. O Governo Provisório garantia o respeito a todos os direitos adquiridos e a todos os contratos vigentes. Com isso, tranquilizara a opinião pública interna e externa a respeito da possibilidade de acontecer o que é comum nos períodos revolucionários: a população – em particular, comerciantes, industriais e banqueiros – entrar em pânico. Mas a preponderância de quadros positivistas em setores do governo era vista como uma ameaça à reconstitucionalização do país.

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 21 de dezembro de 1889, foi uma séria derrota para os defensores do adiamento *sine die* da democratização do país. O programa de institucionalização republicana não seria implementado, entretanto, sem enfrentar outro tipo de fantasma político: a reação monarquista. O receio resultava do clima alimentado interna e externamente por uma onda de boatos que anunciavam a iminência de graves perturbações da ordem pública.

Houve, de fato, focos de resistência em alguns pontos do país, mas eram casos isolados que não serviam de base à formação de um partido restaurador. Foram poucos os chefes monarquistas que não haviam aderido à República. Ainda assim, a hipótese de reação monarquista deu ensejo a uma série de medidas preventivas que acentuaram a face ditatorial do Governo Provisório. No dia 23 de dezembro foi baixado um decreto, que a oposição logo apelidaria de “decreto-rolha”, pelo qual poderia ser julgado militarmente, por uma comissão formada pelo ministro da Guerra, e punido com as “penas de sedição”

qualquer indivíduo que conspirasse ou atentasse contra a República. Para executar o decreto, Benjamin Constant organizou a Comissão Mista Militar de Sindicâncias, que agiu com severidade e aplicou pesadas penas, inclusive a de morte. A imprensa foi duramente atingida pelo “decreto-rolha”. A *Tribuna Liberal*, monarquista, foi impedida de circular, enquanto outros jornais, ameaçados, restringiram drasticamente o noticiário político.

Ainda em dezembro, Benjamin Constant tornou-se segundo vice-chefe do Governo Provisório – para primeiro vice-chefe foi nomeado Rui Barbosa –, cargo criado por decreto do dia 31 e motivado pela piora do estado de saúde de Deodoro. Embora a nomeação tivesse cabido ao chefe do governo, as relações entre ele e Benjamin Constant estavam se tornando extremamente tensas.

Um dos principais fatores de crise residia no tratamento dado às reivindicações dos militares em geral e, em particular, daqueles que haviam participado ativamente do golpe republicano. Benjamin Constant foi decisivo na concessão de substantivos reajustes nos soldos, mas, quando se tratou de promoções, atritou-se com Deodoro, que quis concedê-las de forma generalizada nas forças armadas. A divergência se estendeu às respectivas áreas de influência na oficialidade, com acusações mútuas de favorecimento. Ao fim, as promoções foram concedidas em massa e a título de recompensa por “serviços relevantes” à proclamação da República, beneficiando oficiais ligados a ambos os líderes. Estes também teriam suas recompensas por virtudes republicanas, quando, em 15 de janeiro, durante uma festividade pública, foram promovidos “por aclamação” os três principais militares integrantes do Governo Provisório: Deodoro, a marechal; Benjamin Constant, a general de brigada, e Eduardo Wandenkolk, a vice-almirante. Embora declarando na hora não achar oportuna a promoção, Benjamin Constant acabou aceitando as dragonas que, como costumava dizer em família, lhe queimariam os pulsos até o fim da vida.

Benjamin Constant também entrou em conflito com Deodoro a respeito do processo político do país. Em janeiro de 1890, opôs-se à renovação do “decreto-rolha”, proposta pelo chefe de governo para reprimir a *Gazeta de Notícias*, que criticava a política bancária que

ficaria conhecida como Encilhamento. Defendeu um governo forte – uma “ditadura progressista” –, porque entendia que o fortalecimento da autoridade era condição para a estabilidade da República, mas não a centralização em torno de Deodoro. Para ele, os membros do Governo Provisório eram ministros, não simples secretários do chefe, e deveriam ter responsabilidades de governo. Inseguro quanto à disposição de Deodoro para manter a agenda reconstitucionalizadora, declarou publicamente que o Governo Provisório manteria a data das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, previstas para 15 de setembro.

Embora essas posições desviassem da ortodoxia positivista, Benjamin Constant obteve o endosso do Centro Positivista Francês, então dirigido por Pierre Laffitte, igualmente heterodoxo em relação a importantes questões políticas. Entretanto, sua posição estratégica no governo não trouxe para o programa positivista ganhos proporcionais. Foi pouco expressivo seu papel na aprovação de medidas inspiradas na doutrina de Auguste Comte. Apoiou integralmente os projetos apresentados por Demétrio Ribeiro que estabeleciam a plena liberdade de cultos, aboliam a união legal da Igreja com o Estado, secularizavam os serviços prestados por hospitais e cemitérios, bem como os registros de nascimentos e óbitos, e restringiam o reconhecimento oficial ao casamento civil. Rui Barbosa apresentou outro projeto relativo ao assunto e, como Demétrio Ribeiro entendesse que ambos concordavam no essencial, o texto do ministro da Fazenda foi transformado em lei. Reunido o Conselho em 15 de março, Deodoro declarou-se contrariado com algumas irregularidades que estariam ocorrendo na administração. Referia-se a um artigo publicado no *Jornal do Comércio* pelo major Jaime Benévolo contra o ministro da Justiça, Cesário Alvim – no cargo desde 11 de fevereiro –, a artigos publicados no *Democracia* pelo capitão Saturnino Cardoso, e à prisão que impusera ao tenente Odilon Benévolo “por hostilizar o governo”. Os três eram ex-alunos e seguidores de Benjamin Constant, e Deodoro, irritado, observou que já havia chamado sua atenção para esses problemas: “parece, porém, que as providências tomadas não foram bastante enérgicas e não produziram o efeito desejado”. Se

não fossem tomadas pelo ministro da Guerra medidas mais severas, ele mesmo as tomaria, porque, a haver um Exército desmoralizado, era preferível não haver Exército: dissolvê-lo, portanto, se a isso fosse levado pela “anarquia e desrespeito ao princípio militar”.

Benjamin Constant deu conta das medidas que vinha tomando “para evitar as revoltas e manifestações de indisciplina”, asseverando que, para abafar “qualquer tentativa reacionária”, dispunha de elementos previstos em lei que eram suficientes, pelo que se eximia de propor a criação de novas medidas.

No dia 12 de abril, Benjamin Constant apresentou ao Conselho de Ministros o projeto de reforma do ensino nas escolas do Exército, que foi transformado no Decreto nº 330. O novo regulamento do ensino militar deu continuidade às suas preocupações com a formação dos futuros oficiais, que deveriam receber uma educação integral positivista, baseada na classificação enciclopédica das ciências, que os prepararia para o exercício dos deveres de “cidadão-armado”. Tais diretrizes visavam à modernização moral e teórica do soldado brasileiro, sem, contudo, “desviá-lo de seus deveres como cidadão no seio do lar e no seio da Pátria”. Para que o futuro oficial tivesse uma sólida preparação científica, introduziram-se no currículo as cadeiras de biologia, sociologia e moral. Depois, viria a formação estritamente profissional. Em geral, acusou-se o regulamento de ter valorizado excessivamente o aspecto científico do plano de ensino e descurado da formação militar dos alunos. O Apostolado Positivista, por seu turno, o questionou radicalmente, considerando-o incompatível com a doutrina positivista.

MINISTRO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, CORREIOS E TELÉGRAFOS

Já cogitada durante o Império, a criação de um ministério voltado prioritariamente para a instrução pública não foi uma das prioridades do Governo Provisório republicano. Nos primeiros meses do novo regime, os assuntos da área permaneceram na jurisdição do Ministério do Interior. A criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 19 de abril de 1890, foi, mais do que a concretização

de um item de programa, a forma encontrada para afastar Benjamin Constant da pasta da Guerra. Considerado incapaz de enfrentar as questões disciplinares no meio militar, principalmente aquelas que envolviam os jovens oficiais aos quais era ligado, sua remoção constituía um problema delicado, em vista da posição política e simbólica que ocupava desde o golpe republicano. Assim, membros do Governo Provisório arquitetaram uma transferência honrosa, já que no novo ministério Benjamin Constant poderia dedicar-se à área para a qual se demonstrava verdadeiramente vocacionado. Ainda foi titular do Ministério da Guerra até junho, quando o passou para Floriano Peixoto, mais experiente em assuntos da caserna.

Benjamin Constant se dedicou à instrução pública até o limite de sua saúde. Em relação à Escola Normal e ao Instituto Nacional dos Cegos (antigo Imperial Instituto dos Meninos Cegos), baixou em 17 de maio regulamentos que implantavam ideias pela quais se batera inutilmente durante o Império, em especial planos pedagógicos de inspiração positivista. Visando reorganizar o sistema de instrução pública, criou em 16 de agosto o Pedagogium, concebido para ser o centro propulsor de reformas e melhoramentos da formação dos professores. Com esse mesmo fim, passaram a ser concedidas bolsas de viagens a professores e pesquisadores de diversas áreas para que se atualizassem nos conhecimentos relativos às suas atividades. Artistas também foram enviados à Europa, no gozo de prêmios e bolsas.

Embora afastado do Ministério da Guerra, Benjamin Constant não deixou o epicentro da tensa conjuntura política. No dia 4 de setembro, um decreto oficializou sua promoção a general-brigadeiro. No entanto, rumores de que pretendia candidatar-se à presidência da República, sempre desmentidos por ele, o antagonizavam com Deodoro, efetivo postulante ao cargo, e seus apoiadores, acrescentando gravidade a conflitos de menor importância, como a indicação para cargos subalternos em órgãos federais nos estados. Em fins de setembro, uma reunião do Conselho de Ministros foi o palco em que tais conflitos quase resultaram, segundo testemunhas, em duelo entre os dois militares. Benjamin Constant

pediu imediatamente demissão do cargo de ministro, sendo convencido por colegas, e pelo próprio chefe de governo, a voltar atrás, para não agravar a situação política do país. É consensual nos registros familiares que esse incidente teve efeito devastador sobre a saúde de Benjamin Constant. Não tinha mais condições para trabalhar e recusou no mês seguinte uma comissão para mediar disputas entre o Ministério da Agricultura e o governo do estado do Rio de Janeiro em torno de uma estrada de ferro. Optou por se concentrar na reforma do ensino, cujos projetos desejava concluir antes do primeiro aniversário do golpe republicano. Reconciliado com Deodoro após um encontro acontecido em 5 de novembro, conseguiu, três dias depois, decretar a reforma da instrução pública. O novo regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal equacionou algumas das questões gerais que haviam polarizado as discussões sobre o ensino na última década. Por exemplo, o caráter livre, gratuito e leigo da instrução primária oferecida pelo governo na capital federal. Fez-se, também, uma opção clara em relação à diretriz filosófica do plano de ensino secundário, com a adoção do modelo positivista. O curso integral incorporou as disciplinas sistematizadas na “escala enciclopédica das ciências”, inclusive a sociologia e a moral. O esforço feito para completar a reforma fez com que Benjamin Constant consumisse decisivas reservas de energia. No dia 9, fez sua última aparição pública de sentido político no Clube Militar, em sessão comemorativa da reunião que, um ano antes, lhe outorgara o mandato para negociar com o governo a “Questão Militar”. Na ocasião, voltou a garantir que Deodoro respeitaria o calendário eleitoral e a Constituição que o Congresso aprovasse. Defendeu, ainda, a tese de que o país não devia temer o militarismo, dadas a índole e a educação social do povo brasileiro, que faziam o soldado distinguir-se do civil apenas pelo uso da farda.

Em condições de saúde progressivamente deterioradas, Benjamin Constant insistiu em trabalhar na ampliação da reforma do ensino. Entre os dias 2 e 10 de janeiro de 1891, assinou os últimos decretos relativos à sua pasta. Um resumo de suas atividades como efetivo ministro da Educação indica como principais medidas: regulamento da Escola

Normal da Capital Federal (17/5/1890); regulamento do Instituto Nacional dos Cegos (17/5/1890); auxílio ao pintor Décio Vilares para pintar a *Epopéia africana no Brasil* (31/5/1890); criação do Pedagogium (16/8/1890); proibição do ensino religioso em estabelecimentos públicos de instrução leiga (22/8/1890); reorganização da Biblioteca Nacional (4/10/1890); criação da Escola de Astronomia e Engenharia Geofísica no Observatório do Rio de Janeiro (13/10/1890); reorganização do Instituto Nacional de Música (24/10/1890); regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal (8/11/1890); novo regulamento da Escola Normal da Capital Federal (8/11/1890); supressão da cadeira de direito eclesiástico dos cursos jurídicos de Recife e São Paulo (14/11/1890); novos estatutos da Escola Politécnica (22/11/1890); regulamento do Ginásio Nacional, ex-Imperial Colégio de Pedro II e, por muito pouco tempo, Instituto Nacional de Instrução Secundária (22/11/1890); criação do Conselho de Instrução Superior (2/1/1891); regulamento das instituições de ensino jurídico dependentes do MIPCT (2/1/1891); novo regulamento da Escola de Minas de Ouro Preto e reorganização das faculdades de medicina do país (10/1/1891).

No dia 17 de janeiro de 1891, em face da gravidade da sua situação, Benjamin Constant pediu demissão do ministério. Na madrugada do dia 22, morreu.

Teve oito filhos, dois dos quais morreram ainda em tenra idade.

Publicou *Teoria das quantidades negativas* (1868).

Recebeu, entre outras, as seguintes homenagens póstumas: ereção de uma estátua na praça da República, no Rio de Janeiro; substituição do nome do Instituto Nacional dos Cegos pelo de Instituto Benjamin Constant; aquisição da casa onde residia ao falecer, no bairro de Santa Teresa, para nela colocar uma lápide em sua homenagem e doá-la em usufruto à sua viúva, decisão tornada artigo das “Disposições Transitórias” da Constituição de 1891; perpetuação de seu nome no *Almanaque Militar* entre os generais de brigada, de forma que sua vaga nunca fosse preenchida; entronização, decidida pela Assembleia Nacional

Constituinte, como “Fundador da República Brasileira”.

Renato Lemos

FONTES: LEMOS, R. *Benjamin Constant* ; MENDES, R. *Benjamin Constant*.

CONSTITUIÇÃO DE 1891

Após a derrubada da monarquia e a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o grupo encabeçado pelo marechal Deodoro da Fonseca prontamente institucionalizou o novo regime republicano por meio de sucessivos decretos, os quais, entre outras medidas, determinaram que a forma de governo da nação seria a República Federativa; trataram da adoção de uma nova bandeira; decidiram que as antigas províncias compunham, dali em diante, os Estados Unidos do Brasil; dissolveram e extinguiram as assembleias legislativas provinciais, as duas casas da Assembleia Geral e o Conselho de Estado; expandiram a condição de eleitor a todos os cidadãos alfabetizados; e estabeleceram um governo provisório destinado a reger o país até que se procedesse à eleição de um Congresso Constituinte.

O Decreto nº 29, de 3 de dezembro de 1889, nomeou uma comissão incumbida de preparar um projeto de Constituição, formada por Joaquim Saldanha Marinho, Américo Brasiliense de Almeida Melo, Antônio Luís dos Santos Werneck, Francisco Rangel Pestana e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro, os quais foram céleres no cumprimento da tarefa, pois, assim como alguns dos próprios membros do governo provisório e dos partidários de uma República liberal, temiam as tendências autoritárias e ditatoriais de Deodoro da Fonseca. A realização do pleito eleitoral para a escolha dos constituintes foi marcada para o dia 15 de setembro de 1890. Já a Assembleia Nacional Constituinte, de acordo com o Decreto nº 78 B, de 21 de dezembro de 1889, deveria ser instalada em 15 de novembro de 1890.

O projeto foi encaminhado ao governo provisório, tendo sido discutido em virtude das discordâncias entre o marechal, o então vice-chefe do governo provisório, Rui Barbosa, e os membros da comissão em torno de alguns trechos concernentes às atribuições legislativas e executivas: ao passo que Deodoro da Fonseca desejava um governo centralizado, em detrimento do federalismo, e um Poder Executivo mais forte que o Legislativo – como a possibilidade de o presidente da República dissolver o Congresso –, Rui Barbosa e os redatores do projeto defendiam a maior autonomia dos estados e a independência dos poderes. Em seguida à revisão e às alterações efetuadas por Rui Barbosa, o projeto foi encaminhado à Assembleia Constituinte, a qual, após a discussão e

votação dos artigos, bem como a aprovação das emendas, promulgou o texto no dia 24 de fevereiro de 1891.

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Organizada em 91 artigos e mais oito Disposições Transitórias, a Constituição Federal de 1891 se inspirava, em menor medida, nas disposições constitucionais suíças e argentinas, e, nomeadamente, na Constituição dos Estados Unidos da América. Consagrava como forma de governo a República Federativa liberal, sob o regime representativo (art. 1º). O Poder Moderador e o Conselho de Estado foram suprimidos, e o parlamentarismo foi substituído pelo presidencialismo. Estabeleceram-se também os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, “independentes e harmônicos entre si” (art. 15).

O Poder Executivo seria exercido pelo presidente da República, eleito por sufrágio direto e maioria absoluta de votos para um mandato de quatro anos, sendo vedada a reeleição para o mandato seguinte (art. 43). A ele competia, entre outras atribuições: sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso; expedir decretos, instruções e regulamentos para sua fiel execução; indicar magistrados federais, mediante proposta do Supremo Tribunal Federal (STF); nomear e demitir livremente os ministros de Estado; prover cargos civis e militares de caráter federal; e escolher os membros do STF, devendo a nomeação ser sujeitada à aprovação do Senado (art. 48). Para concorrer aos cargos de presidente e vice-presidente, exigia-se que o candidato contasse mais de 35 anos, fosse brasileiro nato e estivesse no exercício dos direitos políticos (art. 41, § 3º).

Diferentemente da Constituição de 1824, a qual, no artigo 99, considerava a pessoa do imperador sagrada e inviolável, não estando sujeita à responsabilidade alguma, a nova Carta, ao estabelecer uma forma de governo sob o regime representativo, obliterava a legitimidade da supremacia e dominação política do imperador fundamentada no direito divino dos reis. Desse modo, o chefe do Poder Executivo poderia ser processado perante o Senado Federal em virtude de crimes de responsabilidade (art. 53), possibilidade decorrente do ideário concernente ao regime republicano, no qual o chefe de Estado, na qualidade de mero representante do povo, e não de agraciado pela providência divina, é o responsável perante os representados pelos atos praticados. Nesse sentido, foi instituído um Tribunal de

Contas, com o intuito de liquidar as contas da receita e despesa e verificar sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso. Seus membros seriam nomeados pelo presidente da República com aprovação do Senado, e somente seriam destituídos por sentença (art. 89).

Assim como ocorrera ao longo do Império, o Poder Legislativo era bicameral, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal; contudo, os membros deste último não seriam mais nomeados de forma vitalícia pelo imperador. Os deputados e senadores deveriam ser eleitos em seus estados por meio de sufrágio direto para um mandato de, respectivamente, três e nove anos, devendo um terço do Senado ser renovado trienalmente. Tanto uns como outros gozavam de imunidade parlamentar, de maneira que eram invioláveis por suas opiniões e seus votos (art. 19) e não podiam ser presos ou processados criminalmente sem licença de seus pares, excetuados os casos de flagrância em crime inafiançável (art. 20). Estavam, de mais a mais, proibidos de celebrar contratos com o Poder Executivo, de receber deste comissões ou empregos remunerados – excetuadas as missões diplomáticas, as comissões ou comandos militares, os cargos de acesso e as promoções legais (art. 23) –, bem como de ser presidente e fazer parte de diretorias de bancos, companhias ou empresas que gozassem de favores do governo federal definidos em lei (art. 24). Para disputar o pleito eleitoral, os candidatos deveriam estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro e ser alistados como eleitores; no caso da Câmara, deveriam ter mais de quatro anos de cidadão brasileiro, e no caso do Senado, mais de seis (art. 26). Extinguia-se, dali em diante, o critério censitário como condição de elegibilidade, estabelecido pela Constituição de 1824, bem como, no caso dos candidatos à Câmara dos Deputados, a obrigatoriedade de ser adepto da religião oficial do Estado e a interdição para aqueles que fossem estrangeiros naturalizados.

Os projetos de lei poderiam ter origem tanto na Câmara quanto no Senado, desde que o projeto adotado em uma das casas fosse submetido à outra. Esta, se o aprovasse, encaminhá-lo-ia ao chefe do Poder Executivo para sanção. Caso fosse vetado, o projeto voltaria ao Congresso, o qual poderia aprová-lo sem a necessidade da assinatura do presidente. Para tanto, eram necessários, em ambas as casas, dois terços de sufrágios favoráveis dos membros presentes à sessão (art. 37).

No mais, ao contrário do artigo 101, § 5º, da Constituição de 1824, a nova Carta, para maior independência do Legislativo, determinou que competia apenas ao Congresso

deliberar sobre a prorrogação ou o adiamento das suas sessões (art. 17, § 1º) e excluiu a prerrogativa do chefe do Executivo de dissolver a Câmara dos Deputados. Os ministros de Estado estavam impedidos de comparecer às sessões do Congresso – sendo consentido que se comunicassem com este por escrito ou que conferenciassem pessoalmente com as comissões parlamentares (art. 51) – e de acumular o exercício de outro emprego ou função pública; tampouco poderiam ser eleitos presidente ou vice-presidente da União, deputado ou senador. Se o membro de uma das duas Câmaras do Congresso fosse nomeado para algum ministério, perderia o mandato, e nova eleição seria realizada para preencher o cargo vago, na qual o antigo ocupante não poderia ser votado. Excluía-se assim a possibilidade de alguém ser ao mesmo tempo integrante do Executivo e do Legislativo, presente na Carta Constitucional de 1824 (arts. 29 e 30).

PRINCÍPIOS LIBERAIS

A Constituição de 1891 assegurou os ideais liberais burgueses concernentes aos direitos e às garantias individuais, declarando o princípio de que todos os indivíduos são iguais perante a lei. Por via de consequência, extinguiu privilégios de nascimento e foros de nobreza, além das ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho (art. 72, § 2º). Aqueles que aceitassem condecorações ou títulos nobiliárquicos estrangeiros perderiam os direitos políticos (art. 72, § 29).

Também foi concedida maior liberdade religiosa. Se a Constituição de 1824, por um lado, protegia aqueles que não seguissem a religião oficial do Império, afirmando que não poderiam ser perseguidos desde que a respeitassem e não ofendessem a moral pública (art. 179, § 5º), por outro, proibia o culto público das crenças distintas Igreja Católica Apostólica Romana (art. 5º). Já a Nova Carta de 1891 permitiu o livre culto de todas as confissões religiosas (art. 72, § 3º) e estabeleceu que nenhuma religião gozaria de subvenção oficial, nem teria relações de dependência ou aliança com o poder público (art. 72 § 7º). Igreja e Estado, com efeito, passaram a constituir instituições separadas: o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos seria leigo; os cemitérios teriam caráter secular e estariam sob administração da autoridade municipal, ficando disponíveis para a prática de todos os cultos religiosos; e a República reconheceria apenas o casamento civil, cuja

celebração seria gratuita. Além do mais, nenhum cidadão brasileiro, em virtude de crença ou função religiosa, poderia ser privado de seus direitos civis e políticos (art. 72, § 28); todavia, era vedado a qualquer indivíduo eximir-se, por motivos de fé religiosa, do cumprimento de deveres cívicos ou de ônus impostos aos cidadãos provenientes das leis da República.

Outra mudança em relação à Carta de 1824 diz respeito à instituição do *habeas corpus*, sempre que um indivíduo sofresse ou se encontrasse em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder (art. 72, § 22), bem como a abolição das penas de morte (art. 72, § 21), de galés e de banimento judicial (art. 72, § 20). No mais, a Constituição de 1891 reafirmou liberdades e direitos individuais característicos do constitucionalismo liberal e presentes na Carta outorgada por dom Pedro I, tais como a liberdade de associação e reunião (art. 72, § 8.º), manifestação de pensamento (art. 72, § 12) e exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial (art. 72, § 24), além do direito à privacidade (art. 72, §§ 11 e 18) e à propriedade em sua plenitude, salvo em casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia (art. 72, § 17). Contudo, eliminou direitos sociais previstos na Constituição do período imperial, como a obrigatoriedade de o Estado garantir os socorros públicos, bem como a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos.

CONSTITUIÇÃO AO GOSTO DAS OLIGARQUIAS

Na Assembleia Constituinte da recém-proclamada República, as classes dominantes adeptas do movimento republicano do Centro-Sul do país e pertencentes ao setor agroexportador, nomeadamente àquele associado à cafeicultura, lograram garantir o predomínio de seus interesses políticos e econômicos. O estabelecimento do federalismo como forma de organização da nação e a impossibilidade de proposição de sua abolição (art. 90, § 4º) respondiam à reivindicação de autonomia das antigas províncias feita pelos cafeicultores, condição precípua para a expansão de seus negócios, cujas possibilidades de recrudescimento, no seu entender, eram contidas pela rígida centralização monárquica. Desse modo, a primeira Constituição republicana concedia a tão almejada soberania dos estados na condução de sua administração, consubstanciada na realização de eleições diretas para governador – antes nomeado pelo imperador –, bem como nos direitos de

contrair empréstimos no exterior, decretar impostos (art. 9º), ter códigos eleitorais próprios e reger-se por constituições e leis próprias, desde que respeitados os princípios constitucionais da União (art. 63). Essas atribuições favoreceram especialmente o estado de São Paulo, na medida em que a possibilidade de obtenção de empréstimos no exterior era fundamental para que os cafeicultores paulistas no poder pusessem em prática planos de valorização do café

Tal forma de independência dos estados, livres do centralismo imperial, acarretou a emergência e a ampla força de oligarcas e coronéis no controle da máquina administrativa em suas regiões. Contudo, vale ressaltar que a autonomia dos entes da Federação não significou o esfacelamento do poder central; afinal, à União, era permitido decretar a intervenção nos estados para repelir invasão estrangeira – ou de um estado por outro –, manter a forma republicana federativa, restabelecer a ordem e a tranquilidade, e assegurar a execução das leis e sentenças federais (art. 6º). De mais a mais, no tocante à matéria legislativa, a Constituição determinava que competia ao Congresso Nacional legislar sobre o direito civil, comercial e criminal da República, bem como o processual da Justiça Federal (art. 34, § 23º), denotando assim o triunfo daqueles que defendiam a unidade de legislação no país sobre os constituintes defensores de um sistema próximo ao estadunidense e, por conseguinte, da pluralidade de legislação nos estados.

Ao passo que a autonomia de cada ente da Federação foi essencial para os interesses econômicos das oligarquias da região Centro-Sul em seus respectivos estados, o estabelecimento do critério da proporcionalidade de representação na Câmara dos Deputados acabou por consolidar seu domínio no cenário político nacional. O artigo 28, § 1º, determinava que o número de deputados seria fixado por lei em proporção que não excedesse a de um por 70 mil habitantes, não devendo esse número ser inferior a quatro por estado. Tal modo de composição da Câmara dos Deputados beneficiava os estados do Centro-Sul, nomeadamente Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, detentores de maior peso demográfico, de maneira que possuiriam o maior número de cadeiras e, por via de consequência, um considerável poder na condução dos negócios públicos. A nova Carta, com efeito, expressou a supremacia dos estados supracitados, especialmente os dois primeiros, maiores produtores de café e representantes do setor básico da economia brasileira.

Entretanto, um artigo aprovado agradou às oligarquias de todo o país, a saber, o que definia os requisitos que o indivíduo deveria preencher para ser considerado eleitor. A defesa, por parte dos republicanos, baseados nos ideais do liberalismo, do princípio de que a legitimidade do exercício do poder político emanaria do povo, e não mais do direito monárquico, de forma alguma significou a expansão do eleitorado. Pelo contrário, os constituintes, ainda que tenham abolido o voto censitário e instituído a idade mínima de 21 anos para o cidadão ter direito à participação nas eleições, ao aprovar a proibição do alistamento eleitoral (art. 70, § 2º) dos praças de pré, dos membros de ordens religiosas, das mulheres, de mendigos e de analfabetos – contingente composto pela parcela pobre da sociedade –, reafirmaram a exclusão de grande parte da população brasileira do jogo político existente no período imperial, instaurando um modelo democrático de participação significativamente adstringido e fundamentado na distinção entre sociedade civil e sociedade política, o que permitiu a manutenção da estrutura do poder oligárquico e coronelista.

A Constituição de 1891, assim, embora tenha inovado em alguns pontos, como a separação entre Igreja e Estado e a consequente liberdade de culto, traduziu o liberalismo excludente característico da Primeira República, ocasionando o recrudescimento do poder das oligarquias tanto no âmbito estadual quanto federal e marginalizando os demais grupos sociais do processo político.

Henrique Sugahara

FONTES: ARRUDA, P. *Imperialismo*; BALEEIRO, A. *Constituições*; CARDOSO, F. *Governos* (v.1); CARONE, E. *Primeira*; CARONE, E. *República velha*; CARVALHO, J. *Cidadania*; CARVALHO, J. *Bestializados*; FAUSTO, B. *História*; LEITE, F. *1891*; MAXIMILIANO, C. *Comentários*; MILTON, A. *Constituição*; SILVA, P. *Insígnias*; SOUZA, M. *Processo*; TRINDADE, S. *Constituição* (v.3).

CONTINENTINO, Múcio

*dep. fed. MG 1930.

Múcio de Campos Continentino nasceu em Oliveira (MG) no dia 20 de abril de 1895, filho de João Pereira da Silva Continentino e de Amanda Campos Continentino.

Em 1916 diplomou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Recém-formado, iniciou a carreira profissional como advogado e foi promotor de justiça em seu município natal.

Em março de 1930 e foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, teve o mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Em outubro de 1943, quando da publicação do *Manifesto dos Mineiros*, foi um dos 92 signatários do documento que defendia o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a redemocratização do país.

Foi também advogado na cidade do Rio de Janeiro.

Faleceu em São Paulo no dia 30 de agosto de 1944.

Publicou *Da cláusula penal no direito brasileiro* (1926).

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 195); CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 21/9/2010; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 189).

CONVÊNIO DE TAUBATÉ

Acordo firmado no início de 1906, no último ano do governo Rodrigues Alves (1902-1906), pelos presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, na cidade de Taubaté (SP), com o objetivo de pôr em prática um plano de valorização do café, garantindo o preço do produto por meio da compra, pelo governo federal, do excedente da produção. Aprovado pelo Congresso, transformou-se no Decreto nº 1.489, de 6 de agosto do mesmo ano.

ANTECEDENTES

A produção de café no Brasil se firmou a partir dos anos 20 do século XIX. Inicialmente, as plantações de café estenderam-se pelo vale do Paraíba fluminense e paulista. Continuando sua marcha ascendente, houve expansão dos cafeeiros na província de Minas Gerais (Zona da Mata e sul do estado), ao mesmo tempo em que a produção se consolidava no interior de São Paulo. Os últimos 20 anos do Império marcaram um acentuado desenvolvimento da cafeicultura no chamado “Oeste Paulista”, até então uma região quase deserta cujas terras devolutas foram rapidamente invadidas pela nova cultura. Tal expansão da rubiácea foi decorrente de fatores geográficos, tecnológicos, e de importantes transformações nos principais centros econômicos mundiais e no plano doméstico. Foram fatores preponderantes: a) o fato de o Estado imperial e, de forma ainda mais exacerbada, o Estado republicano terem restringido a propriedade da terra, privilegiando a posse de grandes extensões territoriais por ser esta mais adaptada à agricultura móvel, predatória e rudimentar que se praticava (a abundância de terras foi sempre um dado relativo e socialmente determinado), além de terem assegurado mão de obra barata, livre e abundante, sobretudo a partir de 1880; b) a abolição da escravatura; c) a resolução de parte das dificuldades de transporte com a inauguração, em 1867, da São Paulo Railway, que venceu a serra do Mar, ligando importantes centros cafeeiros a Santos; d) por fim, a generalização do consumo do café na Europa e, principalmente a partir de

1870, nos Estados Unidos.

Em 1886, a economia cafeeira iniciou um período caracterizado, primeiramente, por expressiva alta dos preços. O início desse ciclo distinguiu-se pela existência de dois movimentos concomitantes: houve pujante crescimento da demanda externa, enquanto a oferta seguia um ritmo crescente, porém irregular, resultante das condições climáticas, do trato mais ou menos apropriado dado às plantações e do fato de um ano de grande produção ser seguido por um período transitório de exaustão do arbusto, o que, diga-se de passagem, estimulou largamente a especulação. Em virtude da expansão da procura e da dinâmica da oferta, o preço internacional do café duplicou entre 1885 e 1890.

A larga expansão da produção e das demais atividades relacionadas ao café, por um lado, trouxe alguma riqueza e progresso para o país, mas, por outro, produziu um dos contornos mais característicos da economia cafeeira: a superprodução. A partir da crise de 1893, que afetou de forma aguda a economia norte-americana, e do início da produção dos cafeeiros plantados no final da década de 1880, os primeiros sinais de desequilíbrio entre oferta e procura foram observados. Quando se confronta a evolução da produção, dos preços internos e externos do café, tal como consta no quadro a seguir, o desequilíbrio torna-se patente.

Nos primeiros anos da queda de preços, a situação dos produtores e das demais atividades relacionadas ao café foi atenuada com a desvalorização da moeda brasileira. Todavia, a pressão que essa medida ocasionou sobre a massa de consumidores urbanos, que já tinha importância no final do século XIX, e a política de austeridade praticada pelos governos Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) impediram que a depreciação se tornasse periódica. Exatamente no início do século XX, quando o mecanismo cambial não poderia mais ser utilizado para a defesa da rentabilidade do complexo cafeeiro, a florada dos cafezais, no segundo semestre de 1905, deixou claro que a

oferta de café iria saturar os mercados consumidores e tornar-se-ia insolvente. Prevvia-se que a safra brasileira atingiria 16 milhões de sacas – estimativa modesta, pois a safra de 1906-1907 chegou a 20 milhões, a maior colheita realizada até então no Brasil. O estoque mundial contava com quase 10 milhões de sacas, e a produção dos competidores do Brasil iria girar em torno de 4 milhões. Estimava-se, por conseguinte, uma oferta total de aproximadamente 30 milhões de sacas e uma demanda mundial por volta de 16 milhões. A perspectiva era que os preços internacionais caíssem a níveis inferiores aos de 1901-1902 (1,58 libra-ouro), afetando gravemente a renda da cafeicultura em moeda nacional, pois a taxa de câmbio se mantinha elevada.

Foi nesse contexto de intensa crise – superprodução, queda dos preços externos e valorização cambial – que surgiram as primeiras proposições de intervenção oficial na comercialização do café para promover a valorização do produto. A partir delas, iniciou-se um acirrado debate entre liberais e intervencionistas, que marcou o início do século XX. Os liberais, partidários dos governos Campos Sales e Rodrigues Alves, advogavam que a intervenção estatal poderia propiciar a desarticulação da política contencionista responsável pela recuperação da credibilidade do país no mercado financeiro internacional. Os intervencionistas também defendiam a valorização da moeda, porém, em um nível remunerador. Propunham que a valorização do café ocorresse por meio de uma decidida intervenção do Estado e não através do recolhimento de papel moeda. Além disso, lembravam que a queda do preço do café não era resultante somente do fato de a oferta ir além das necessidades acompanhadas de dispêndio, mas também do movimento dos especuladores (tais personagens, apoiando-se em estoques previamente acumulados, barganhavam com os produtores o preço das sacas, sobretudo nos momentos de superprodução).

Um plano de valorização já havia sido apresentado, em 1903, por Alexandre Siciliano, importador e industrial de São Paulo. A proposta de Siciliano – que partia de duas presunções gerais: a alternância de boas e más colheitas e a inelasticidade da procura – fora recusada pelo governo Rodrigues Alves, que não abriu mão de sua política

contencionista. Entretanto, a perspectiva de uma colheita excepcionalmente grande, em 1906, tornou inadiável a intervenção estatal. Não obstante, a resistência de Rodrigues Alves só foi superada com a eleição de Afonso Pena, que deu início ao esquema valorizador por meio de uma emenda à lei do orçamento federal para 1906, que autorizou o presidente da República a acordar com os estados interessados a regulamentação do comércio e os demais meios para promover a valorização do café. Com base nesse documento, Jorge Tibiriçá, Francisco Sales e Quintino Bocaiúva, presidentes respectivamente de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, participaram de uma reunião na cidade de Taubaté no início de 1906, da qual resultou um acordo, inspirado na sugestão anterior de Siciliano, conhecido como Convênio de Taubaté.

A política de valorização do café seria operacionalizada por meio dos seguintes mecanismos: a) o governo interviria no mercado comprando os excedentes, propiciando assim o equilíbrio entre procura e oferta; b) em virtude da debilidade das contas nacionais, o financiamento para essas compras e para a manutenção dos estoques seria realizado, especialmente, com empréstimos estrangeiros; c) uma Caixa de Conversão seria criada para estabilizar o câmbio em um nível remunerador; o empréstimo externo serviria de lastro à Caixa, que emitiria papel-moeda destinado à compra do café; d) um novo imposto, a princípio de 3 e depois de 5 francos, seria cobrado sobre cada saca de café exportada para pagar o serviço da dívida externa resultante; e) para solucionar o problema no longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam adotar medidas para diminuir a expansão dos cafezais.

A DEFESA DO CAFÉ

Como era de esperar, a intervenção que fora delineada no interior de São Paulo teve o apoio de importantes setores do país e, ao mesmo tempo, enfrentou forte oposição. O próprio governo federal – elemento imprescindível do esquema, pois a criação da Caixa de Conversão dependia de lei federal, e além disso pretendia-se o aval da União para garantir o pagamento dos empréstimos que seriam pleiteados – hesitou em aceitá-lo. Sua gradativa

participação no projeto valorizador foi resultante da necessidade de ajustar os interesses das unidades da Federação produtoras de café e da atitude favorável de Afonso Pena. Expressou também a crescente identidade entre os interesses cafeeiros e os interesses nacionais, que acentuou as desigualdades regionais e a primazia da burguesia do café em geral e, particularmente, de sua fração financeira-mercantil. Além disso, dos três estados signatários do acordo, somente São Paulo, detentor dos maiores interesses, o levou adiante na media de sua conveniência.

Compreende-se a força da oposição quando se considera os interesses que estavam em jogo. Com o desenrolar do problema e a iminência de uma produção épica em relação aos anos anteriores, muitas das oposições internas foram revertidas em função do abrandamento de alguns pontos que inicialmente faziam parte do Convênio e privilegiavam a lavoura em detrimento dos interesses do capital mercantil cafeeiro. Os principais aspectos que propiciaram debates acirrados entre as frações dominantes da economia agroexportadora de então foram: a) o nível em que seria fixada a taxa cambial pela Caixa de Conversão; caso ela fosse fixada em um nível excessivamente baixo, os interesses ferroviários e do comércio de importação seriam prejudicados; a taxa reivindicada pela lavoura era de 12 pence por mil-réis, porém, o nível estabelecido foi de 15 pence por mil-réis; b) para os exportadores não interessava a fixação de um preço mínimo para a saca de café, pois isso iria comprometer a manipulação do preço pelos oligopsônios comerciais; o preço médio mínimo estabelecido pelo Convênio de Taubaté era de 55 a 65 francos-ouro por saca, no entanto o preço praticado foi de 41 francos-ouro; c) o acordo, em seu artigo quarto, propunha que os estados contratantes realizassem a graduação de qualidade do café, pois assim os produtores não ficariam à mercê da graduação realizada pela bolsa de Nova Iorque, que acabava condicionando maiores ou menores lucros para eles; todavia, o controle de graduação permaneceu nas mãos dos compradores do produto; d) por fim, foi considerado inadmissível, por grande parte dos grandes empresários que compunham o setor cafeeiro, o item que constava na versão original do acordo relativo à instituição do monopólio do comércio do grão pelo Estado; se tal artifício fosse implementado, resultaria

na expulsão dos especuladores-exportadores do setor mais lucrativo da economia brasileira. Já no plano externo, a dificuldade inicial consistiu na obtenção dos recursos necessários para colocar em prática o acordo. O apelo ao crédito estrangeiro esbarrou, inicialmente, na recusa do importante grupo financeiro internacional reunido em torno da Casa Rothschild, que por mais de 80 anos fora o principal banqueiro e agente financeiro do Brasil no exterior. Eles estavam demasiadamente ligados aos interesses estabelecidos para aceitar as mudanças propostas para o negócio do café. Com a recusa do tradicional credor do Brasil, outros grupos financeiros aproveitaram a oportunidade para entrar no negócio do café e controlar parte do seu comércio. Foi o caso de banqueiros ingleses, franceses, alemães e americanos que apossaram São Paulo com recursos de curto prazo, inicialmente necessários para levar adiante o plano de valorização. Vendo que sua recusa anterior não surtira efeito, e para não ficar de fora e comprometer suas posições, os Rothschild acabaram por abrir uma volumosa linha de crédito para o estado de São Paulo.

Nem todos os antagonistas do programa de valorização cederam tão facilmente. Contudo, as proposições altistas prevaleceram. O Convênio de Taubaté foi aprovado por ampla maioria no Congresso Nacional (107 a 15 na Câmara e 35 a 4 no Senado) e transformou-se no Decreto nº 1.489, de 6 de agosto de 1906. As intervenções prolongaram-se até 1910, quando os preços internacionais do café estabilizaram-se. Assim sendo, o complexo cafeeiro – principalmente seu ramo mercantil-financeiro (banqueiros e grandes importadores e exportadores) –, cujo poder político e econômico fora amplamente estendido com a descentralização republicana, venceu o embate.

O resultado mais imediato e evidente da interferência valorizadora foi a subida do preço do café, que entre 1906 e 1908 passou para 13,8 cents. Além disso, é importante notar que a primeira valorização colaborou para as relevantes mudanças que caracterizam o período compreendido entre a assinatura do convênio e a Primeira Grande Guerra. A sustentação da renda do setor cafeeiro, em especial de São Paulo, permitiu-lhe direcionar recursos para outras atividades, fossem elas agrícolas ou do setor secundário. O surto industrial paulista daqueles anos parece estar vinculado à defesa do preço do café e à

simultânea restrição de seu plantio. Por fim, o plano de defesa, a despeito de contemplar os interesses gerais do setor cafeeiro e de resultar em certa diversificação das inversões, deixou aberto um aspecto do problema. Como os lucros se mantiveram elevados, o negócio do café continuou atrativo e, conseqüentemente, os investimentos no setor prosseguiram, tornando cada vez mais robusta a tendência à superprodução. O primeiro esquema de valorização não resolveu o problema, mas somente propiciou uma fuga para a frente. Para que essa face do problema fosse efetivamente equacionada, outras oportunidades, igualmente lucrativas, teriam que ser oferecidas de modo a possibilitar a continuidade da reprodução ampliada do sistema. Como isso não ocorreu, foi necessário estruturar novamente, para a manutenção da renda do setor cafeeiro, outros dois esquemas de valorização (1917-1918 e 1921-1923), que culminaram na defesa permanente do café, a partir de 1924, com a criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, depois chamado de Instituto do Café.

Gabriel Almeida Antunes Rossini

FONTES: ASSEMB. LEGIS.RJ. *Anais* (1900-1915); ASSEMB. LEGIS.RJ. Presidente. Mensagem (1890-1915); CAM. DEP. *Política econômica*; CANO, W.*Raízes*; CARONE, E. *Primeira*; CARONE, E. *República*; COSTA, E. *Da monarquia*; DELFIM NETO, A. *Problema*; FAUSTO, B.*Expansão*; FURTADO, C. *Formação*; HOLLOWAY, T. *Vida*; KUGELMAS, E.*Difícil*; LAPA, J. *Economia*; LOBATO, M.*Cidades*; MELLO, J. *Capitalismo*; MILLIET, S. *Roteiro*; MONBEIG, P. *Pionniers*; MOTTA SOBRINHO, A. *Civilização*; PERISSINOTTO, R.*Classes*; PRADO, C. *História*; RANGEL, S. *Café; Retrospecto*; SAES, F.*Estado*; SILVA, S. *Expansão*; SODRÉ, N. *História*; VILLELA, A.; SUZIGAN, W. *Política*.

CORDEIRO, João

*sen. CE 1892-1905; dep. fed. CE 1906-1911.

João Cordeiro nasceu em Santana do Acaraú (CE) no dia 31 de agosto de 1842, filho de João Cordeiro da Costa e de Floriana Angélica de Vera Cruz Cordeiro.

Trabalhou em Fortaleza e em Mossoró (RN) como empregado na firma Severino Ribeiro da Cunha & Irmão. Posteriormente montou sua própria empresa, denominada J. Cordeiro & Cia. Respeitado nos meios comerciais, foi diretor (1872-1877) e presidente (1877-1878) da Associação Comercial do Ceará e presidente da Junta Comercial do Ceará em 1884. Foi também diretor da Caixa Econômica no Ceará em 1875 e durante a seca que devastou o estado, em 1877, foi nomeado secretário geral de Socorro Público. Abolicionista convicto, fundou e presidiu a Sociedade Cearense Libertadora, que contava com a ajuda de homens como Joaquim Catunda e Antônio Sales e tinha como porta-voz o jornal *Libertador*.

Engajado no Centro Republicano, participou ativamente da instalação da República no Ceará como membro da comissão executiva que se formou para trabalhar ao lado do governador Luís Antônio Ferraz (1889-1891), cabendo-lhe os negócios da Fazenda. Eleito senador pelo Ceará em 1892, exerceu o mandato de então a 1897 e de 1897 a 1905. Integrou no Senado as comissões de Comércio, Agricultura, Indústria e Arte, Obras Públicas e Empresas Privilegiadas. Em seguida foi eleito deputado federal para a legislatura 1906-1908. Renunciou em 1908 por ter sido indicado para a presidência do Acre, mas, como as elites locais foram contrárias à sua indicação, voltou à Câmara dos Deputados e foi reeleito para a legislatura 1909-1911.

Faleceu em Fortaleza no dia 12 de maio de 1931.

Foi casado com Carolina Carlota de Castro e Silva, com quem teve seis filhos. Contraiu segundas núpcias com Arabela de Paula Barros Cordeiro, com quem teve quatro filhos.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GIRÃO, V. *Ceará* (p.67-68); SOUZA, J. *Associação* (p.31); STUART, G. *Dicionário* (v.I, p.429-430).

.COROLÁRIO ROOSEVELT À DOCTRINA MONROE

A Doutrina Monroe, enunciada em 1823, teve seu sentido reinterpretado pelo menos quatro vezes ao longo do século XIX, como atestam os corolários Clay (1825), Polk (1845), Grant (1871) e Olney (1895). Foi o corolário Roosevelt (1904), contudo, que ganhou notoriedade como a mais explícita alteração no caráter defensivo de que se revestia a doutrina na sua origem. O documento ao qual se costuma associar este corolário foi a mensagem ao Congresso (*State of the Union Address*) do presidente republicano Theodore Roosevelt (1901-1909), em 6 de dezembro de 1904:

“Não é verdade que os Estados Unidos sentem qualquer fome de terra. (...) Tudo o que este país deseja é ver os países vizinhos estáveis, ordeiros e prósperos. Qualquer país cujo povo se conduza bem pode contar com nossa amizade sincera. (...) [Mas] Irregularidades crônicas, ou uma incapacidade que resulte num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada, podem em última instância exigir, na América como em outro lugar, intervenção por alguma nação civilizada, e *no Hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos*, ainda que com relutância, em casos flagrantes de tais irregularidades ou incapacidade, **ao exercício de um poder de polícia internacional**”. [Tradução livre e grifos do autor].

Na prática, aquilo que a declaração anunciava não era novidade. A exemplo do que faziam potências europeias na mesma época, os Estados Unidos da América perseguiam seus objetivos nacionais no exterior por meio de intervenções armadas na América Central, América do Sul, Caribe e Pacífico desde, pelo menos, a Guerra Hispano-Americana (1898), ainda no governo de William McKinley (1897-1901).

Roosevelt explicou tais métodos em política externa como inspirados nos preceitos de um provérbio africano: “*Speak softly and carry a big stick; you will go far*” (“Fale macio com um grande porrete na mão”). Essa frase, como mostra Aron, deu origem à expressão *Big Stick Policy* (“Política do Grande Porrete”) para caracterizar a versão norte-americana da “diplomacia das canhoneiras”, que vigorou entre 1898 e 1934.

O Corolário Roosevelt buscava, portanto, legitimar as intervenções militares dos EUA como defensivas e preventivas, já que não visavam à aquisição de territórios, mas à preservação da civilização, da ordem, da estabilidade e do progresso. Até ser abandonada, em 1934, a *Política do Grande Porrete* recorreu à diplomacia das canhoneiras para levar ao poder governantes ou grupos políticos favoráveis aos

interesses norte-americanos, obter o pagamento de dívidas, ou ainda para combater movimentos revolucionários em sua área de influência.

Theodore Roosevelt and his Big Stick in the Caribbean, 1904



Roosevelt's policies seemed to be turning the Caribbean into a Yankee pond. (The Granger Collection). William Allen Rogers's 1904 cartoon recreates an episode in Gulliver's Travels

ANTECEDENTES E HISTÓRICO

Em 1823, no contexto de afirmação das independências da maior parte das ex-colônias ibéricas na América, os Estados Unidos da América apresentaram-se como defensores de um continente livre de novas conquistas territoriais por parte de países europeus. Com esse caráter defensivo, a Doutrina Monroe ficou associada ao *slogan* “América para os americanos”. Ao longo do século XIX, no entanto, ela foi sucessivamente reinterpretada, até conformar-se, na virada do século, aos interesses intervencionistas do imperialismo dos EUA, que agora se afirmavam como potência hegemônica na região, rivalizando com a tradicional predominância britânica.

As mudanças na política externa dos EUA eram fruto da projeção internacional de uma potência extraeuropeia emergente, que buscava afirmar sua própria esfera de influência nas Américas enquanto os europeus consolidavam sua expansão na África e

na Ásia, e enquanto outra potência emergente, o Japão, buscava afirmar-se no Pacífico, para onde se expandia estrategicamente o poderio naval norte-americano.

Na origem das intervenções militares estavam, portanto, não apenas considerações de ordem estratégica (em geral inspiradas nas teses de Mahan), mas também motivações econômicas e interesses comerciais e financeiros que disputavam com outros grupos domésticos o controle sobre a política externa do país. Mesmo antes da presidência de McKinley, esse tipo de preocupação foi encarnado, por exemplo, pelo secretário de Estado do governo republicano de Benjamin Harrison, James Blaine (1889-1892). Ele enfatizou as relações com a Grã-Bretanha e com a América Latina.

Para diminuir a influência britânica e estimular a expansão econômica dos EUA nas Américas, Blaine reforçou a retórica da solidariedade continental, fazendo reviver o pan-americanismo monroísta. Um exemplo desse “monroísmo” reeditado foi a I Conferência Internacional Americana (1889-1890), promovida por Blaine em Washington, em que se criou o Bureau das Repúblicas Americanas (precursor da Organização dos Estados Americanos, a OEA). Mas, enquanto falava macio, Blaine propunha uma união aduaneira, uma ferrovia transcontinental e diversos outros mecanismos de integração econômica. Mesmo depois de ter malogrado o seu projeto de um *Zollverein* americano, não desistiu e seguiu negociando bilateralmente tratados de reciprocidade alfandegária com base na Tarifa McKinley, de 1890 (um deles, com a República dos Estados Unidos do Brasil, vigorou de 1891 a 1894).

Outro elemento de continuidade, que ilustra como houve comunhão entre as pretensões do governo Roosevelt e as de alguns dos seus antecessores, também serviu a interesses estratégicos e econômicos ao mesmo tempo. Tratava-se do projeto de um canal interoceânico, que rasgasse a América Central para encurtar o caminho marítimo entre o oceano Atlântico e o Pacífico. No final do século XIX, após consolidar sua expansão territorial, o fim da escravidão e o capitalismo em todo o território nacional, a economia norte-americana precisava de uma ligação entre a costa leste e a costa oeste. Era pretensão havia tempos almejada por flibusteiros e outros interessados na expansão econômica dos EUA para a América Central. Em 1903, o mais famoso episódio associado à *Big Stick Policy* foi a efetivação dessa pretensão por John Hay, secretário de Estado desde o governo McKinley (1898-1905): depois de constatar a inviabilidade de um projetado canal interoceânico na Nicarágua, o governo dos EUA negociou com a Colômbia a construção do canal no Panamá.

Mas o Senado colombiano recusou-se a ratificar o Tratado Hay-Herrán (22/1/1903), que dava aos norte-americanos a soberania sobre as terras na zona do canal. No fim daquele mesmo ano, em novembro, rebeldes panamenhos liderados por Manuel Amador proclamaram a independência do Panamá (3/11/1903). O governo Roosevelt, que estimulara a rebelião, imediatamente reconheceu o novo país e enviou seus *marines* (fuzileiros navais), a bordo do encouraçado *USS Nashville*, para impedir a repressão ao movimento por parte do governo colombiano (enquanto isso, a diplomacia brasileira buscou articular o imediato reconhecimento do Panamá pela Argentina e pelo Chile). Em retribuição, 15 dias depois os EUA obtiveram do novo governo panamenho o Tratado que queriam para construir o canal e controlar uma faixa de terra de 16km de largura em seu entorno, a “Zona do Canal”, em troca de um arrendamento perpétuo (Tratado Hay-Bunau-Varilla, de 18/11/1903).

Nem mesmo as intervenções militares de Roosevelt constituíram inovação. Na última década do século XIX, os EUA passaram a recusar não apenas a conquista de territórios americanos por países europeus, mas também a própria presença militar de outros países em sua própria área de influência. A primeira evidência de uma manifestação retórica dessa nova orientação da política externa norte-americana foi o “corolário Olney” à Doutrina Monroe, de 1895, que pretendeu impedir qualquer interferência nos destinos políticos de um Estado latino-americano sem prévia consulta aos EUA. Enunciado no contexto de uma disputa de limites entre Venezuela e Guiana Inglesa, o corolário Olney pareceu pretender que qualquer disputa entre países europeus e latino-americanos fosse submetida a arbitramento. Já na presidência seguinte, sob o governo republicano de William McKinley (1897-1901), a Marinha dos EUA passou a efetivamente promover intervenções militares de um novo tipo, que resultaram na conquista de colônias subtraídas a países europeus fora da tradicional área de expansão territorial norte-americana, até então restrita à América do Norte.

Foi em 1898, depois de três anos de luta armada dos cubanos contra o domínio espanhol, na Guerra de Independência Cubana (1895-1898). O conflito prejudicava interesses econômicos norte-americanos porque a ilha tinha sido grande receptora de investimentos oriundos dos EUA e destinados aos setores açucareiros e de serviços. Por isso, crescia a pressão doméstica para que o governo McKinley reclamasse a aplicação da Doutrina Monroe contra a Espanha naquele enclave europeu estratégico e geograficamente próximo da Flórida. O pretexto para a intervenção dos EUA veio em fevereiro de 1898, quando o encouraçado norte-americano *USS Maine* estava ancorado

no porto de Havana e foi misteriosamente explodido, ocasionando a morte de 260 tripulantes. A “imprensa amarela” atribuiu o incidente aos espanhóis e, em abril, o governo reconheceu a independência de Cuba e sancionou a Emenda Teller (20/4/1898), que afirmava o desinteresse dos EUA na anexação da ilha.

Entre abril e julho, a Guerra Hispano-Americana (1898) consolidou a hegemonia militar da potência ianque no “lago americano”. O Brasil manteve-se formalmente “neutro” no conflito, mas foi o único país da América Latina a demonstrar simpatia pelos EUA. Em março, o ministro brasileiro em Londres, Sousa Correia, negociou com o representante norte-americano, Henry White, a cessão de dois navios que o Brasil tinha encomendado a estaleiros ingleses. Agentes do governo espanhol que também tentaram comprar os navios foram preteridos pelo governo brasileiro, que aliás passava por graves dificuldades financeiras – conforme evidencia o *funding loan* negociado por Joaquim Murtinho e Campos Sales no final daquele mesmo ano.

Em menos de seis meses terminou o conflito que o secretário de Estado John Hay (1898-1905) chamaria de “uma esplêndida guerrinha”: pelo Tratado de Paris (10/12/1898), os EUA tomaram dos espanhóis Porto Rico, Guam e as Filipinas. A Espanha, por outro lado, perdeu duas esquadras inteiras na guerra, e no ano seguinte vendeu os arquipélagos que lhe restavam no Pacífico: pelo Tratado Germano-Espanhol (1899), as ilhas Carolinas e Marianas (exceto Guam) passavam à soberania do Império Alemão, enterrando o Império ultramarino espanhol nas Américas e no Pacífico. Quanto aos EUA, tiveram uma vitória militar que garantiu a aplicação da Doutrina Monroe no Caribe e, de quebra, incrementou a presença da Marinha de guerra ianque no Pacífico. Meses antes, aliás, McKinley tinha aproveitado as operações navais contra a Espanha para convencer o Congresso da importância estratégica do Havaí. O Senado aprovou a medida em junho de 1898, um ano depois de ter rejeitado a ideia. O Havaí tornava-se, assim, território da União, em 7 de julho de 1898. Lá estava situada a base de Pearl Harbor, que fora cedida em 1875 e futuramente viria a constituir-se no núcleo da Esquadra dos EUA no Pacífico, tendo servido para contrapor a projeção do poderio naval japonês na região. Na virada do século, a projeção norte-americana no Pacífico já era suficiente para influir na política das potências européias em relação à China, onde se consagrou publicamente a “política de portas abertas” (*Open Door Policy*), sistematizada e defendida pelo secretário de Estado John Hay.

Quanto a Cuba, obteve sua independência formal com a vitória dos EUA sobre a Espanha em 1898, mas ficou sob ocupação militar norte-americana até 1902. Além

disso, os cubanos sofreram pressão dos EUA para incluir em sua nova Constituição a Emenda Platt (1901), que impedia Cuba de assinar tratados, endividar-se além de sua capacidade ou fazer concessões a outros países sem autorização norte-americana. A emenda permitia ainda a aplicação na ilha de um programa sanitário patrocinado pelo “grande irmão do Norte” e a venda ou arrendamento de sítios para a instalação de bases carvoeiras ou militares da Marinha norte-americana (como se deu, de fato, em Guantánamo). Por fim, o dispositivo da Constituição cubana autorizava intervenções do governo ianque na ilha para preservar a ordem ou garantir a independência do país. Em suma, Cuba tornou-se independente, mas teve sua soberania amplamente limitada, constituindo virtualmente um protetorado dos EUA.

O COROLÁRIO ROOSEVELT E A AMÉRICA AO SUL DO RIO GRANDE

Reeleito em 1900, McKinley foi atacado por um anarquista de nome Leon Czolgosz em 6 de setembro de 1901. Mortalmente ferido, faleceu oito dias depois, quando seu vice-presidente assumiu. “Teddy” Roosevelt estava alinhado com a mudança que McKinley vinha promovendo na política externa norte-americana: entre 1897 e 1898, tinha exercido, na prática, o papel de secretário da Marinha, e em 1898 fora voluntário na Guerra Hispano-Americana (o que lhe renderia, postumamente, a Medalha de Honra do Congresso). Seu governo não representou, portanto, uma inflexão. Mas legitimou retoricamente aquilo que vinha sendo feito desde 1898. Seu “corolário” à Doutrina Monroe foi uma recusa, frontal e explícita, à projeção nas Américas das disputas imperialistas entre potências europeias.

Logo no início do primeiro mandato de Roosevelt, a ameaça se fez presente perto das fronteiras, no “lago americano”: em 1902, a Venezuela sofreu intervenção para cobrança de dívidas pela força, como era comum à época. Antes de intervir, no entanto, as duas maiores potências europeias, Alemanha e Grã-Bretanha, mostraram reconhecer a hegemonia norte-americana na região e respeitar o espírito do “corolário Olney”, consultando o governo dos EUA. Roosevelt anuiu desde que a ação armada não resultasse em conquista territorial, já que essa hipótese constituiria uma violação à Doutrina Monroe. Assim, a partir de 9 de dezembro uma esquadra anglo-germânica bloqueou a foz do rio Orinoco e os cinco portos mais importantes da Venezuela – outra credora, a Itália, quis aderir depois. Mas o presidente Castro não se intimidou: teve fortes bombardeados e três canhoneiras afundadas. Diante do impasse, os EUA agiram

como mediadores para suspender o bloqueio, em fevereiro de 1903. A disputa foi então submetida ao Tribunal de Haia, que daria razão aos credores.

Esse imbróglio constituiu um marco nas relações entre EUA e América Latina, pelos desdobramentos que motivou. De um lado, a chancelaria argentina protestou junto ao Departamento de Estado contra a legitimidade do uso da força para cobrança de dívidas. Mais que isso: o chanceler portenho Luis Maria Drago invocou a Doutrina Monroe e a Doutrina Calvo como fundamentos da sua proposta de criação de uma norma de Direito Internacional que resultasse na suspensão da cobrança forçada. Ela passaria à História com o nome de “Doutrina Drago”.

Para o presidente “Teddy” Roosevelt, por outro lado, as nações civilizadas deviam cumprir, ainda que a contragosto, o papel de preservar a ordem e o respeito à lei em países indisciplinados. Por isso recusava a Doutrina Drago e considerava legítimo o recurso à força militar para a cobrança de dívidas, por exemplo. Mas, como governava um país cercado de repúblicas instáveis e devedoras de credores europeus, o presidente norte-americano se viu impelido a apresentar uma solução que evitasse a repetição do “calote” venezuelano e da presença militar europeia, principalmente no Caribe. Era esse o típico exemplo de situação em que a política externa deveria ser capaz de atingir o objetivo que o próprio Roosevelt definiu como “o exercício da antecipação inteligente e de uma ação decisiva suficientemente antes de qualquer crise provável” (tradução livre de *“the exercise of intelligent forethought and of decisive action sufficiently far in advance of any likely crisis”*).

A solução foi explicitada em 1904, no corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, e trazia resposta clara ao dilema: diante de qualquer perturbação da ordem ou desrespeito a contratos em alguma parte do “Hemisfério Ocidental”, os Estados Unidos da América poderiam se ver forçados a cumprir o papel de “polícia internacional”. Trocando em miúdos, todas as nações devedoras ou politicamente instáveis dentro da área de influência norte-americana estavam a salvo de intervenções europeias, mas poderiam ser objeto da ação militar “preventiva” dos *marines* em seu território exatamente para evitar violações à Doutrina Monroe.

Vários países latino-americanos se opuseram ao novo “xerife”. Mas o governo brasileiro não se viu ameaçado. Àquela altura, o Brasil já tinha consolidado o regime republicano e estabilizado suas finanças, no governo Campos Sales (1898-1902). Por isso o chanceler brasileiro, José Maria da Silva Paranhos Jr., barão do Rio Branco (1902-1912), não viu perigo de intervenção norte-americana em território nacional:

recusou qualquer articulação sul-americana a favor da Doutrina Drago e silenciou, oficialmente, a respeito do corolário Roosevelt. Rio Branco viu na projeção do poderio norte-americano um anteparo contra a ameaça do imperialismo europeu. Na prática, concordou com os pressupostos de Roosevelt e aprofundou o relacionamento especial com o “grande irmão do Norte”: em janeiro de 1905, as duas maiores repúblicas das Américas trocaram embaixadas; em 1906, o Rio de Janeiro sediou a III Conferência Internacional Americana, com a presença do secretário de Estado Elihu Root, o primeiro a sair do país em visita oficial a outra nação. E a Doutrina Drago não foi incluída no programa da Conferência.

Essa “aliança não-escrita”, na consagrada definição de Bradford Burns, despertou nos vizinhos o temor de uma suposta ameaça de subimperialismo brasileiro, reforçada pela aprovação de um programa de reorganização da Marinha de Guerra brasileira, em 1904. Principalmente na Argentina, alguns diplomatas suspeitavam que Rio Branco se aproximava dos EUA com o fito de exercer, no Cone Sul, o papel de cogarante do monroísmo, repetindo o que o Império brasileiro fizera no Prata, em passado não muito distante, e que o novo Império Americano implementava no Caribe, no presente bem próximo.

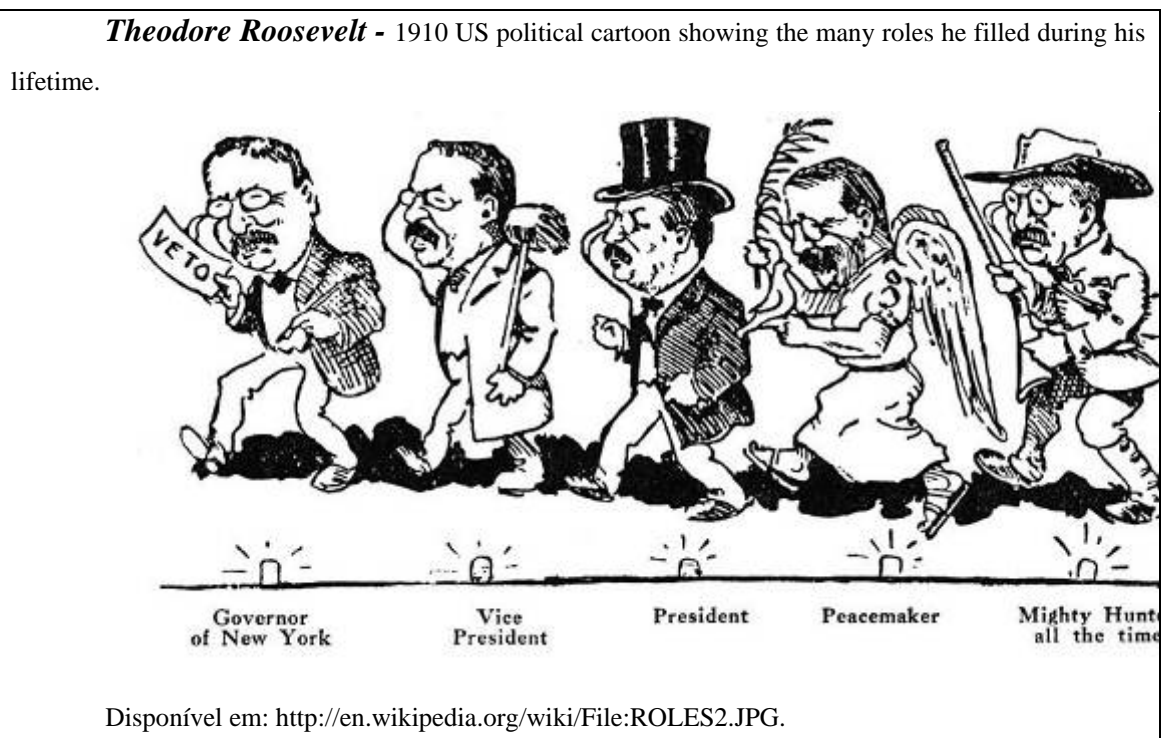
PROJEÇÃO MUNDIAL

Outros dois episódios, ainda durante o governo Roosevelt, elucidam um aspecto pouco enfatizado na literatura brasileira sobre a política externa norte-americana inaugurada pelo governo McKinley. É que a consolidação da hegemonia dos EUA sobre a América Latina e o Caribe inseria-se num contexto de disputas imperialistas em que as intervenções europeias no “Hemisfério Ocidental” ainda constituíam uma ameaça, como Rio Branco notara e vários episódios recentes evidenciavam. Alguns exemplos, restritos ao Brasil, são suficientes para comprovar essa tese, que ao olhar contemporâneo parece estranha: a intervenção estrangeira (europeia e norte-americana) na Revolta da Armada, em 1893; a ocupação britânica na Ilha de Trindade, em 1895; o laudo arbitral do rei da Itália, Victor Emanuel III, sobre a pendência lindeira entre Brasil e Guiana Inglesa, em 1904; e o episódio da canhoneira alemã *Panther*, em 1905.

Nesse contexto, os métodos da *Big Stick Policy* de McKinley e Roosevelt deveriam servir não apenas à consolidação da hegemonia norte-americana nas Américas, mas também tinham que ser capazes de afastar qualquer pretensão europeia sobre o Hemisfério Ocidental. Isso demandava a projeção mundial dos EUA, que

passava pela demonstração da força militar (especialmente naval) da potência extraeuropeia emergente e de sua capacidade de participar da política internacional como um ator relevante. “Teddy” Roosevelt estava ciente do desafio, e agiu também nessas duas direções, principalmente em seu segundo mandato.

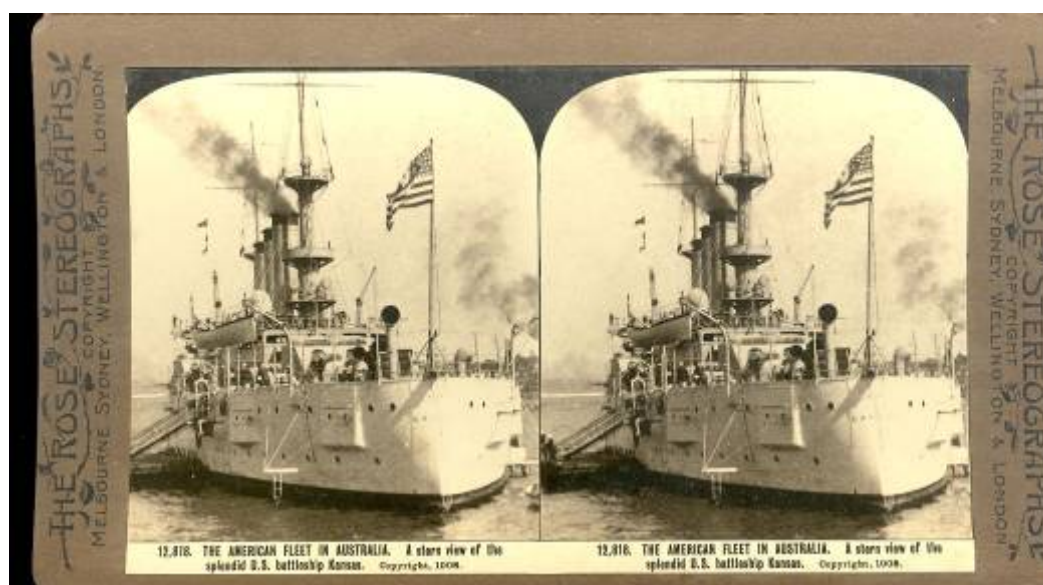
Em 1905, por exemplo, foi o mediador do Tratado de Portsmouth, que encerrou a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Em 1906, isso rendeu ao presidente mais expansionista da história dos EUA até então o Prêmio Nobel da Paz, que nunca tinha sido ofertado a um norte-americano. Foi como se o mundo reconhecesse que entre 1898 e 1906 o Tio Sam saíra da infância americana para a juventude global. Logo em seguida, em 16 de dezembro de 1907, a potência debutante no tabuleiro da política mundial iniciou uma grande exibição de poder militar em âmbito universal, por determinação do presidente Roosevelt. Pouco mais de um ano depois, em 22 de fevereiro de 1909, uma esquadra de guerra da Marinha dos EUA, chamada de *Great White Fleet* e composta de 16 encouraçados divididos em quatro esquadrões, completou viagem de circunavegação em missão de paz ao redor do globo.



Ela saiu de Hampton Roads, e seus navios passaram por portos do Brasil, Argentina, Chile, Peru e México; alcançaram a costa leste dos EUA e atravessaram o Pacífico, com paradas no Havaí, ilhas Samoa e Nova Zelândia; exibiram-se em portos

da Austrália, Filipinas, Japão, China, Ceilão (Sri Lanka); cruzaram o canal de Suez e foram recebidos em portos do Egito, onde oficiais norte-americanos tiveram audiência com o representante britânico local; depois disso a frota seguiu pelo Mediterrâneo, fazendo paradas em portos da Argélia, Grécia, Líbano, Turquia, Marrocos, França, Itália, além das possessões britânicas de Malta e Gibraltar, antes de cruzar o Atlântico de volta aos EUA para que o presidente Roosevelt passasse em revista seus encouraçados brancos. Reconhecida pela sociedade internacional, a emergente Marinha dos EUA dançaria uma valsa conduzida pelo balanço do mar, como a debutante que, de branco, exhibe diante do público que está preparada (e armada!) para ingressar no mundo daqueles que já alcançaram a maturidade. Desse modo, o novo “xerife” do Hemisfério Ocidental mostrava às potências imperialistas que as terras americanas, mesmo se consideradas selvagens e habitadas por sociedades primitivas que demandavam intervenção, não admitiam mais do que um cacique na condução da missão civilizatória.

Encouraçado *USS Kansas* (BB-21) – A *Great White Fleet* na Austrália (1908)



Disponível em: <http://www.greatwhitefleet.info/12-818_jpg_view.htm>.

DESDOBRAMENTOS

A construção do canal do Panamá, entre 1907 e 1914, foi o resultado mais visível da implementação das teses do almirante Mahan, que Roosevelt tinha conhecido em fins dos anos 1880 no Naval War College. Tratava-se da proposição de que o domínio dos mares por meio do controle das rotas comerciais e do poderio naval constituía o aspecto mais decisivo para os resultados de um conflito militar. A abertura

do canal viabilizou as condições efetivas para a consolidação da hegemonia militar dos EUA nas Américas e no Pacífico, impulsionando a projeção mundial do “Tio Sam”. Por isso mesmo, as intervenções militares norte-americanas na América Central e Caribe continuaram, no governo Roosevelt e mesmo depois dele.

Em 1906, por exemplo, o “Grande Porrete” de Teddy foi acionado para defender os interesses dos EUA em Cuba, onde os *marines* permaneceram até 1909. Em 1907, contudo, a delegação norte-americana à II Conferência da Paz de Haia obteve a aprovação de tratado que tornava ilegal a mobilização de força militar para cobrança de dívidas. Isso demandou a revisão dos métodos que o governo dos EUA usava para estabilizar as finanças dos países “indisciplinados” em sua área de influência. Mas não pôs fim às intervenções.

Quem levou a cabo essa tarefa foi o sucessor de Roosevelt, eleito em 1908 pelo mesmo partido Republicano: William Howard Taft (1909-1913), cujo secretário de Estado Philander Knox incentivou bancos norte-americanos a comprar as dívidas de países do Caribe e América Central com credores europeus. Taft apelidou sua política de “Diplomacia do Dólar” (*Dollar diplomacy*) e a fundamentou como forma de preservar a segurança do canal do Panamá e seguir os fundamentos do corolário Roosevelt, que visavam estabilizar política e economicamente os países da região a fim de prevenir intervenções europeias na área de influência norte-americana. Mas ela também serviu para incentivar a penetração de conglomerados bancários norte-americanos na China. E mais: quando seus resultados não foram bem-sucedidos na prevenção de revoluções, os governos norte-americanos até 1934 não hesitaram em deslocar seus *marines* para conter revoluções e restaurar a ordem que fosse mais compatível com o interesse dos EUA.

Foi o que aconteceu, por exemplo, na Nicarágua, em 1912 e 1927; no México, em 1914; no Haiti, em 1915; e na República Dominicana, em 1916; entre muitos outros exemplos. As intervenções militares dos EUA nas Américas só deixariam de ser o método privilegiado para atingir os objetivos da política externa norte-americana a partir de 1934. Nesse ano o governo de Franklin Delano Roosevelt, primo distante de “Teddy” que fora eleito presidente pelo Partido Democrata, revogou a Emenda Platt e evacuou suas tropas do Haiti, encerrando a *Big Stick Policy*. Em contexto de profunda crise econômica e crescente sentimento antiamericano nas Américas, a influência dos fascismos se alastrava, principalmente entre as Forças Armadas dos países latino-americanos. Começava então a Política da Boa Vizinhança (*Good Neighbor Policy*),

que viria a perseguir objetivos semelhantes aos de McKinley e do primeiro Roosevelt, mas com métodos muito diversos.

Luigi Bonafé

FONTES:

ARON, Raymond. *República imperial: os Estados Unidos no mundo do pós-guerra*. Trad. de Edilson Alkmim Cunha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. (Biblioteca de Cultura Histórica)

BUENO, Clodoaldo. *A república e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. (Prismas)

_____. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FINNEMORE, Martha. *The purpose of intervention: changing beliefs about the use of force*. Ithaca, London: Cornell University Press, 2003. (Cornell Studies in Security Affairs).

Encouraçado USS Lousiana (BB-19) – A Great White Fleet na Austrália (1908)



12,857. *The American Fleet in Australia. Turret and 12-in. guns on a modern battleship - the USS Louisiana*

Disponível em: <http://www.greatwhitefleet.info/Rose_Stereographs.html>.

CORONELISMO

Enquanto a realidade do coronelismo se torna cada vez mais uma coisa do passado, continua e se renova a discussão acadêmica em torno do tema. Trabalhos recentes têm contribuído não apenas para produzir novas evidências sobre a natureza e o funcionamento do coronelismo, mas também para recolocar problemas mais profundos de análise política embutidos na literatura anterior. Dada a inegável influência ainda exercida pelo texto clássico de Vítor Nunes Leal *Coronelismo, enxada e voto*, de 1948, torna-se adequado tomá-lo como ponto de referência para a avaliação do presente estado do debate. A tarefa se vê facilitada pelo fato de este autor, após longo silêncio, ter voltado recentemente ao assunto (“O coronelismo e o coronelismo de cada um”, *Dados*, 1980) para responder a alguns críticos e reafirmar o sentido do texto original.

Referindo-se especialmente à obra de Eul-soo Pang (1979), Vítor Nunes insiste na especificidade de sua abordagem do coronelismo em relação à concepção dominante. Para ele, o coronelismo se apresenta como um sistema político, uma complexa rede de relações que permeia todos os níveis de atuação política, e não apenas como mandonismo local. O mandonismo não define o coronelismo, assim como não o caracteriza o clientelismo. Mais que isto, o coronelismo, como sistema surgido na Primeira República, implica para Vítor Nunes a decadência do poder do coronel, o enfraquecimento do mandonismo. Desta decadência é que surge a necessidade do compromisso com o governo estadual, elo inicial da rede que envolveria o sistema como um todo.

Boa parte da literatura mais recente ainda insiste no aspecto do mandonismo, mesmo aquela que confessadamente busca inspiração em *Coronelismo, enxada e voto*. Sua maior contribuição reside no levantamento mais pormenorizado dos vários aspectos — econômicos, políticos, sociais e psicológicos — que caracterizam o mando dos coronéis, e das adaptações por que vem passando ao longo do tempo o domínio privado da política local. Da visão simplificada do coronel como o grande latifundiário, cercado pela parentela, isolado em seus domínios, senhor absoluto de coisas e gentes, emerge agora panorama mais diversificado em que se fala de tipos ou graus de coronelismo (Eul-Soo Pang e Maria Isaura Pereira de Queirós). Assim como há o coronel grande proprietário rural, pode haver também, segundo os novos estudos, mandões que constroem seu poder através da atividade comercial, da indústria, ou mesmo do

exercício da profissão liberal e do sacerdócio. O isolamento também é questionado, especialmente no caso dos coronéis comerciantes e industriais. Alguns coronéis baianos envolviam-se diretamente no comércio de exportação, tendo seu poder afetado por acontecimentos internacionais como a descoberta de diamantes na África do Sul. A truculência, revela-se, é às vezes substituída por método mais civilizado de controle. Ao lado do áspero guerreiro Horácio de Matos, aparece Veremundo Soares, prático de Medicina, parteiro, botânico amador, dono de pequena biblioteca (Eul-Soo Pang, Zaide Machado Neto, M. Auxiliadora Ferraz de Sá, Celson José da Silva, Marcos Vinícius Vilaça e Francisco Itami Campos).

Com o sentido de mandonismo, o coronelismo torna-se algo muito vago, amplo e indeterminado no tempo. Pode ser traçado em contínuo que se estende dos tempos coloniais até os dias de hoje, como mostram alguns ensaios (Nestor Duarte e Maria Isaura Pereira de Queirós). A linha mestra ao longo da qual evolui o contínuo é a capacidade que possuem os chefes locais de controlar a população a seu redor. Absoluta no início, fruto do monopólio sobre os recursos econômicos, sociais e políticos, ela se vai alterando aos poucos na amplitude e nos fundamentos, adquirindo ao final características clientelísticas e semicontratuais. O que alguns chamam de neocoronelismo, por exemplo, contém apenas elementos de relações pessoais da natureza tradicional sobrevivendo em contexto urbano (Fábio Wanderley Reis). De modo particular, o acoplamento do conceito de coronelismo ao de clientelismo garante ao primeiro longa sobrevida. Geert A. Banck encontra, por exemplo, na política de Vila Velha (ES), um coronelismo sem coronéis, e Paul Cammack vê a época áurea do clientelismo surgir exatamente após 1964 com o início dos governos militares.

Visto como a evolução do mandonismo, o estudo do coronelismo passa a ser a história da formação da cidadania. Não há nada de errado nisto e é uma história que pode ser feita. Mas fica-se na impossibilidade de precisar as fases do processo, e mesmo seu ponto final, de vez que algum tipo de clientelismo, de controle eleitoral através da distribuição de bens públicos ou privados, dificilmente deixará de existir em país que se caracteriza pela pobreza da população e pela escassez de empregos, como bem observou Banck. Daí ser mais útil delimitar o conceito no sentido de restringir-se a um momento do processo, como faz Vítor Nunes, embora não sem problemas, como se verá a seguir.

Para Vítor Nunes, o coronelismo surge na confluência de um fato político e de uma tendência econômica, a saber, a constituição dos governos estaduais como importantes unidades de decisão política e a decadência socio-econômica dos senhores rurais. Emerge, portanto, em momento de enfraquecimento do mandonismo e de expansão do poder estatal. Daí vem o compromisso em que o Estado entra emprestando ao coronel seu poder e prestígio, e o coronel comparece com os votos necessários à manutenção da política do governador. Sem alongar a exposição da natureza da barganha, amplamente conhecida, pode-se dizer logo que nela estão embutidas duas importantes distinções: a primeira entre coronelismo e mandonismo, a segunda entre coronelismo e clientelismo. Quanto à primeira, o coronelismo passa a representar apenas uma instância do mandonismo, uma fase de sua evolução, aquela em que ele começa a ter dificuldades de sustentar-se exclusivamente em suas bases econômicas e procura apoio mais acima na estrutura do poder do estado. Pode ser discutível a premissa fatual da decadência dos proprietários rurais durante a Primeira República, embora a queda nos preços internacionais do café nos primeiros anos tenha gerado dificuldades reais. Mas o argumento ainda poderia se manter, se em vez de decadência fosse lembrada a crescente integração da agricultura aos mercados nacional e internacional, tanto no que se refere ao produto como à mão-de-obra. Tal fenômeno tornaria relevantes e necessárias para os produtores rurais medidas que só poderiam ser tomadas em nível do estado-membro ou da Federação, exigindo, portanto, entendimentos e cooperação.

No que se refere ao clientelismo, ele só adquire relevância mais tarde, quando o desequilíbrio entre os poderes do governo e do coronel se acentua em favor do segundo. De início, e é a marca do coronelismo, o que se dá é a fusão do público e do privado em que ao coronel é permitido o controle patrimonial dos cargos públicos. Na medida em que o controle se vai tornando a principal fonte de poder, o coronel vai desaparecendo como tal, tornando-se um simples intermediário entre o Estado e seus dependentes. Neste caso, o poder residiria exatamente na intermediação, como bem apontou Antônio Otávio Cintra (1974). Uma situação quase limite de clientelismo, como a encontrada em Barbacena na década de 1960 (José Murilo de Carvalho), já nada teria, segundo a distinção que vem sendo feita, de coronelística. Lá o poder dos chefes locais era derivado da apropriação da mediação através da manipulação do emprego público.

Permaneciam apenas aspectos secundários do fenômeno coronelista, como a presença de parentelas e lealdade política reforçada pela exacerbação do faccionismo.

A idéia de compromisso como definidora do coronelismo apresenta, no entanto, dificuldades, como foi recentemente apontado por Paul Cammack, talvez o mais veemente e agudo crítico de Vítor Nunes. Uma delas tem a ver com a contrapartida dos coronéis em termos de votos. Vítor Nunes e os que o seguem exageram, segundo Cammack, tanto a capacidade do coronel de controlar o voto de seus dependentes como o valor do voto como mercadoria na República Velha. A evidência disponível não justifica a crítica quanto ao primeiro ponto. O controle do voto era grande e freqüentemente calculado com precisão numérica. Mas Cammack tem razão em minimizar a importância política do voto e, portanto, de seu controle. Em primeiro lugar, porque a participação eleitoral durante o período foi sempre mantida em níveis baixíssimos. Nunca houve na realidade o tantas vezes alegado e nunca demonstrado grande aumento de eleitores após a proclamação da República. Na última eleição desta fase histórica, até 1930, apenas 5,6% da população compareceram para votar. Se tomarmos o número de votantes nas eleições indiretas do Império, veremos que o nível de participação existente, por exemplo em 1872, só foi superado nas eleições de 1945, após o Estado Novo.

Em segundo lugar, e está aqui o ponto mais importante, a votação pouco valia na época. Estão abundantemente documentadas as escandalosas fraudes que acompanhavam as eleições em todas as suas fases. O coronel podia controlar a eleição e a feitura da ata, mas não podia fazer o mesmo com a apuração e menos ainda com o reconhecimento dos eleitos. Não raro era o resultado da votação original invertido na apuração final. Testemunha visual do processo de reconhecimento na Câmara em 1909 observa: “Os reconhecimentos de Goiás, Rio de Janeiro e Distrito Federal só se farão quando os chefes chegarem a acordo. Para o caso as eleições nada estão valendo” (José Vieira). Paradoxalmente, como observa Cammack (1892), só depois de 1945 é que foram criadas as condições adequadas para o uso do voto como recurso político. Só então houve grande expansão do voto, ao mesmo tempo em que a fraude era reduzida pela ação da Justiça Eleitoral.

A crítica de Cammack resulta em negar uma das premissas do compromisso, isto é, a fraqueza do governo, sua dependência do coronel para a produção de votos. Ela é

procedente se os coronéis forem tomados isoladamente em suas relações com os governadores. Mesmo aí haveria exceções, pois certos coronéis, como Horácio de Matos, podiam enfrentar o governo do estado até no terreno militar. Mas deixemos de lado as exceções. A idéia de compromisso pode, a meu ver, ser resgatada sem que se dê ao voto peso decisivo. Se era verdade que os governadores podiam prescindir da cooperação dos coronéis tomados isoladamente, o mesmo não se dava quando considerados em conjunto. A estabilidade do sistema como um todo exigia que pelo menos boa parte dos coronéis apoiasse o governo, embora esta parte pudesse ser eventualmente trocada. As fraudes resultavam sempre em benefício de um grupo contra outro e tinham um custo político. Quando entravam em conflito com grupos importantes de coronéis, os governadores se viam em posição insustentável. Basta mencionar os casos da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso. São conhecidos também os casos de duplicatas de assembléias estaduais, e até mesmo de governadores. Tais situações eram no mínimo embaraçosas para os executivos estaduais e tendiam a provocar a intervenção federal. Para um mínimo de estabilidade do sistema era indispensável que houvesse algum tipo de entendimento com os coronéis, ou parte deles, sendo de importância secundária que a contrapartida do coronel se exprimisse em voto. Se o fosse, aliás, seria de se esperar muito maior participação eleitoral, pois as lutas constantes em que se envolviam políticos e coronéis teriam tornado a mercadoria-voto muito escassa. Como foi visto não se deu grande expansão no volume de votos.

Outras críticas levantadas por Cammack são que Vítor Nunes não leva em conta o coronel (e seus dependentes) como produtor; que ele elimina do poder público todo conteúdo socioeconômico; que, enfim, estabelece clivagens horizontais separando o município do estado e da Federação, quando na realidade as clivagens deveriam ser verticais, cortando de alto a baixo as divisões político-administrativas. São questões básicas e vale a pena explorá-las por um momento para avaliar sua justeza e as possíveis contribuições que possam trazer ao avanço do debate.

Quanto à primeira crítica, é necessário distinguir. A visão dos coronéis como grupo econômico, como classe dominante, está claramente presente no livro de Vítor Nunes. Para ele é exatamente a decadência da agricultura como atividade econômica que está na base do enfraquecimento dos coronéis. É a perda relativa do poder econômico que leva o coronel a buscar no poder público o apoio para manter-se como

poder econômico e político, isto é, como classe dominante. As perguntas a serem feitas então seriam por que os interesses econômicos não aparecem explicitamente nos termos do arranjo coronelista que se apresenta como um jogo político e patrimonial de trocas de votos pelo controle de cargos públicos? E esses interesses, particularmente os dos coronéis envolvidos na agricultura de exportação, não extrapolariam as fronteiras do município e não se confundiriam com os interesses dos políticos e dos governos em nível estadual e federal?

Parece correto dizer que Vítor Nunes realmente não incorporava em seu modelo, de maneira explícita, o lado econômico. O compromisso coronelista toma de fato forma exclusivamente política. Mas, novamente, a falha parece antes formal do que substantiva. Por duas razões. Em primeiro lugar, é evidente que a entrega do controle de cargos públicos aos coronéis tem sentido que vai muito além do meramente político. Não é preciso demonstrar, por exemplo, que as tarefas de um delegado de polícia ou de um coletor de impostos têm tudo a ver com a sustentação dos interesses econômicos dos donos de terra. A função do delegado está estreitamente ligada ao controle da mão-de-obra e à competição com fazendeiros rivais. O coletor, de seu lado, pode por sua ação, ou inação, afetar diretamente a margem de lucros dos que estão dentro de sua jurisdição. Até mesmo a professora era importante para manter submissa a população rural. Ignorar este aspecto dos cargos públicos é que seria separar artificialmente o político do econômico. Como já foi dito, no coronelismo no sentido mais restrito, quando se tratava de cargos públicos o aspecto de dominação, de controle, era mais importante do que o de empreguismo. Em segundo lugar, embora seja correto que os interesses dos coronéis extrapolavam os limites dos municípios, eram raros os momentos em que a política econômica se tornava objeto de disputa direta. Em geral isto se dava quase só nos momentos em que havia tentativas de introduzir ou aumentar impostos dentro dos estados, ou tarifas interestaduais. Os interesses mais amplos dos coronéis como classe eram raramente, se o eram, desafiados pelo governo, pois estava ainda na agricultura a base da economia nacional. Não se colocava em questão o domínio dos produtores rurais como classe. Esta é uma premissa que perpassa toda a argumentação de Vítor Nunes e de fato a torna inteligível.

Por outro lado, é correta a crítica de Cammack no que se refere à divisão horizontal dos conflitos. Sem dúvida a divisão político-administrativa dava aos

municípios certos elementos para atuação política diferenciada. Mas está na própria lógica da abordagem do coronelismo como sistema e, mais ainda, está em grande parte da evidência empírica, a existência de crescente vinculação entre a política municipal e as políticas estadual e federal. O isolamento que muitos autores ainda incluem como característica do coronelismo é quase sempre desmentido pela evidência que eles próprios apresentam (por exemplo, Zaide Machado Neto). Na Primeira República, não lutava o município como unidade contra o estado-membro, nem este, como unidade, contra a Federação. As lutas municipais vinculavam-se rapidamente a conflitos estaduais e federais, se não eram por eles incentivadas ou mesmo precipitadas. Em casos extremos, como o da Bahia, o presidente da República chegou a negociar diretamente com os coronéis, passando por cima do governador. O sistema funcionava como uma rede de coalizões necessárias mas flutuantes e instáveis que percorriam de alto a baixo a pirâmide do poder.

Nestas circunstâncias, a distinção entre poder público e poder privado se tornava problemática. O texto de Vítor Nunes não é claro quanto a este ponto, pois ao mesmo tempo em que postula um conflito entre os dois poderes, o público representado pelo governo, o privado pelos coronéis, afirma que o governo reforça o poder decadente do coronel e retarda o fim de sua influência. A ambigüidade da teoria reflete uma ambigüidade real. A entrada do Estado no domínio do fazendeiro altera sem dúvida a natureza do poder que este exerce, na medida em que o força a conviver com certa regulamentação externa e portanto menos privada do exercício do mando. Por outro lado, a interferência do governo não precisa ser, e freqüentemente não é, antagônica aos interesses econômicos dos coronéis. Inicia-se na realidade um processo de nacionalização do exercício do domínio que é paralelo, embora de maneira não rígida, à nacionalização dos mercados, especialmente do mercado da mão-de-obra. Este constante jogar para cima do exercício do domínio corresponde ao que em geral é chamado de desprivatização do poder. Mas será sempre arbitrário traçar uma linha divisória que diga com clareza onde começa o público e onde termina o privado.

Em conclusão, o conceito de coronelismo parece mais útil se limitado àquela fase do processo político brasileiro em que a classe alta rural se viu puxada para dentro do sistema pela transformação das antigas províncias em estados federados. Foi no período compreendido entre 1889 e 1930 que se deu o equilíbrio precário gerado pelas

tentativas do Estado, expandido na diástole federalista, de processar a incorporação num sistema nacional de poder, dos donos de terra que ainda tinham em sua força econômica e no controle social sobre a população rural os elementos capazes de afetar a estabilidade do regime. A Revolução de 1930 veio desequilibrar a situação em favor do Estado. O coronelismo teve sua morte simbólica com a prisão dos coronéis baianos em 1930 e com o assassinato de Horácio de Matos em 1931. Com a queda de Flores da Cunha e o advento do Estado Novo, ambos em 1937, pode-se dizer que o coronelismo como sistema estava morto, restando apenas sobrevivências isoladas, tornadas objetos mais de curiosidade histórica do que de relevância política.

O próprio Vítor Nunes parece fugir à coerência com suas posições anteriores ao ver um esforço do coronelismo nas tentativas dos governos militares pós-1964 de passar por cima dos governadores e buscar apoio diretamente nos municípios. A nova situação tem muito pouco a ver com a que ele descreveu em sua obra clássica. A se querer manter algum paralelo com a terminologia anterior, seria talvez o caso de caracterizar a nova fase de “generalismo”, um coronelismo promovido de posto e transferido da Guarda Nacional para o Exército, de uma organização patrimonial municipal para outra burocrática nacional. O novo termo teria a vantagem de sugerir ao mesmo tempo um aumento nos graus de modernização, de burocratização, de estatização e de coerção.

José Murilo de Carvalho colaboração especial

FONTES: BANCK, G. *Dynamics*; BANCK, G. *Persistence*; CAMMAK, P. *Coronelismo*; CAMMACK, P. *Clientelism*; CAMMACK, P. *State*; CAMPOS, F. *Coronelismo*; CARONE, E. *Coronelismo*; CARVALHO, J. *Barbacena*; CARVALHO, J. *Louvor*; CINTRA, A. *Política*; DUARTE, N. *Ordem*; LEAL, V. *Coronelismo*; *enxada*; LEAL, V. *Coronelismo e o coronelismo*; MACHADO NETO, Z. *Coronelismo*; PANG, E. *Bahia*; PANG, E. *Coronelismo*; QUEIRÓS, M. *Coronelismo*; QUEIRÓS, M. *Mandonismo*; REIS, F. *Participación*; SÁ, M. *Velhos*; SILVA, C. *Marchas*; SOARES, G. *Sociedade*; VIANA, O. *Instituições*; VIEIRA, J. *Cadeia*; VILAÇA, M. *Coronel*.

CORREIA, ADALBERTO

*rev. 1923; rev. 1924; rev. 1926; rev. 1930; dep. fed. RS 1930 e 1934-1937.

Adalberto Correia nasceu em Quaraí (RS) no dia 3 de junho de 1888, filho de Carlos Alberto Correia e de Leopoldina da Cunha Correia. Seu irmão, Otávio Correia, foi o único civil que participou do levante do forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, durante a Revolta de 5 de julho de 1922.

Fez seus estudos na Escola Brasileira Inácio Montagna, em Porto Alegre, e iniciou o curso superior na Escola de Direito da mesma cidade. Em seguida transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo e depois para a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, pela qual se bacharelou em 1911.

Após exercer a advocacia na capital federal, retornou ao seu estado e aí participou da Revolução Gaúcha de 1923, ao lado das forças federalistas — lideradas por Joaquim Francisco de Assis Brasil —, que, denunciando fraude, rebelaram-se em janeiro contra a quinta reeleição do líder republicano Antônio Augusto Borges de Medeiros para a presidência do estado. Chefiado por Honório Lemes, Zeca Neto, Leonel Rocha e Artur Caetano, tomou parte na luta que se estendeu até novembro e foi encerrada pelo Pacto de Pedras Altas, que vedou nova reeleição de Borges de Medeiros mas garantiu o mandato que exercia como chefe do Executivo estadual.

Exilando-se em seguida no Uruguai, lá juntou-se, em novembro de 1924, aos revoltosos do encouraçado *São Paulo*, os quais, após o fracasso da rebelião deflagrada por oficiais da Marinha sob a liderança do tenente Herculino Cascardo em apoio aos revolucionários de 1922 e 1924, haviam se deslocado com o navio para aquele país, obtendo asilo político. Atuou também na revolta militar que se tornou conhecida como Coluna Relâmpago, deflagrada em novembro de 1926 numa unidade do Exército em Santa Maria (RS) sob a liderança dos irmãos Néelson e Alcides Etchegoyen, com o objetivo de impedir a posse do presidente da República eleito, Washington Luís. Segundo Hélio Silva, o ataque ao território gaúcho se daria ainda a partir de três outros pontos: Santa Rosa (RS), Quaraí e a cidade uruguaia de Rivera, onde Adalberto Correia se encontrava integrando o contingente mais bem equipado dos sublevados. Antes de conseguir atravessar a fronteira brasileira, no entanto, foi ferido e teve que abandonar a luta.

Após seu retorno ao Brasil, elegeu-se em 1929 deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Libertador (PL). Permaneceu na Câmara de maio a outubro do ano seguinte, quando aderiu à Revolução de 1930, e, juntamente com Carlos Eiras, Eugênio La Maison e Elisário Paim, comandou o ataque ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Com a vitória do movimento, os órgãos legislativos do país foram suprimidos. Iniciado o processo de reconstitucionalização, em maio de 1933 foi eleito suplente de deputado pelo Rio Grande do Sul à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Republicano Liberal (PRL). Em agosto de 1934, logo após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição no dia seguinte do presidente da República, foi convocado para assumir o mandato em substituição a Carlos Maximiniano Pereira dos Santos, que fora nomeado procurador-geral da República.

Em outubro de 1934 conseguiu eleger-se deputado federal por seu estado na legenda do PRL, permanecendo na Câmara durante a nova legislatura, iniciada em maio de 1935. Em janeiro de 1936, pouco depois de derrotada a Revolta Comunista de novembro do ano anterior em Natal, Recife e Rio, tornou-se presidente da recém-criada Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, instalada no Ministério da Marinha. No exercício de suas funções, propôs e fez aprovar uma requisição afirmando que as medidas de repressão ao comunismo não podiam ficar sujeitas à morosidade dos processos judiciais. Pediu também a imediata prisão de Pedro Ernesto Batista, prefeito do Distrito Federal, do coronel Filipe Moreira Lima, de Maurício de Lacerda, de Anísio Teixeira, ex-secretário de Educação do Distrito Federal, de Elieser Magalhães, de Luís de Barros e de Odilon Batista. Em maio de 1936, juntamente com Pedro Aleixo, liderou no Congresso o ataque à minoria parlamentar que se colocara contra a proposta governamental de suspensão das imunidades parlamentares para legalizar a prisão já efetuada de quatro deputados e um senador. Endossando o parecer do relator Alberto Álvares, o Congresso apoiou por maioria esmagadora a posição do governo. Em junho de 1937 Adalberto Correia filiou-se à União Democrática Brasileira (UDB), recém-criada em apoio à candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira à presidência da República nas eleições previstas para janeiro de 1938. Permaneceu na Câmara até novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram suprimidos. Foi também diretor do jornal *O Ruralista*, no Rio de Janeiro.

Faleceu na capital da República em 13 de maio de 1954.

Era casado com Teresa Rodrigues Larreta de Correia.

FONTES: ALBUQUERQUE, M. *Pequena*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; Câm. Dep. *seus componentes*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional*; LEVINE, R. *Vargas*; *Noite* (14/5/1954); PESQ. F. BARBOSA; *Quem é quem no Brasil*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937.

CORREIA, AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA

*militar; rev. 1930.

Afonso Henrique de Miranda Correia nasceu em Candiota (RS) no dia 15 de novembro de 1901, filho de João Carlos Correia e de Cândida de Miranda Correia.

Em maio de 1918, sentou praça como voluntário no Curso de Aperfeiçoamento de Instrução de Infantaria na Vila Militar, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em fevereiro de 1920 foi designado para a arma de artilharia, passando a compor o efetivo da 1ª Bateria Isolada de Artilharia da Costa (1ª BIAC), no forte Copacabana, na capital federal.

Após concluir o curso fundamental, em março de 1921 matriculou-se no curso especial de artilharia da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, sendo declarado em janeiro de 1922 aspirante a oficial dessa arma e transferido para a 4ª Bateria do 2º Regimento de Artilharia Montada (2º RAM), também no Rio. Promovido a segundo-tenente em abril seguinte, em julho foi desligado do 2º RAM e retornou à 2ª BIAC, onde se apresentou em agosto. Em junho de 1923 passou a primeiro-tenente e, em novembro do ano seguinte, foi elogiado pelo comandante do setor oeste por seu desempenho no combate ao levante do encouraçado *São Paulo*, deflagrado naquele mês por oficiais da Marinha sob a liderança do tenente Herculino Cascardo. Os rebeldes, que pretendiam unir-se às forças que se haviam insurgido em outubro no Rio Grande do Sul, trocaram tiros com as baterias do forte de Copacabana e em seguida deslocaram-se com a belonave para o Sul, conseguindo aportar em Montevideú.

Matriculou-se em seguida na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, frequentando o curso de março a dezembro de 1925. Nesse ínterim foi sorteado, em maio, juiz do 2º Conselho de Justiça Militar. Em março de 1926 matriculou-se na Escola de Estado-Maior do Exército e, em março do ano seguinte, foi removido da 1ª BIAC para o 4º RAM. Em março de 1928 deixou o 4º RAM e transferiu-se para o 7º RAM. Estagiou na arma de aviação, tendo sido designado em agosto chefe da 2ª Seção da Divisão Aérea. Concluiu o curso da Escola de Estado-Maior em janeiro de 1929.

Transferido no mês seguinte para o 5º Grupo de Artilharia de Costa (5º GAC), sediado em Corumbá (MS), então no estado de Mato Grosso, assumiu o posto em abril e, durante o

período em que serviu nessa unidade, exerceu por diversas vezes o comando interino do grupo e da fortaleza de Coimbra. Removido em fevereiro de 1930 para a 3ª Região Militar (3ª RM), com sede em Porto Alegre, começou a servir como adjunto dessa unidade em abril do mesmo ano. No mês seguinte foi nomeado para dar instrução aos alunos do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), passando também a chefiar a 3ª Seção do Estado-Maior. Em julho foi designado para integrar a Comissão de Esportes da 3ª RM.

Com a eclosão da Revolução de 1930, vitoriosa no Rio Grande do Sul nos primeiros dias de outubro, foi convocado pelos revolucionários para servir no Estado-Maior Geral das Forças Nacionais, sendo designado chefe da 3ª Seção. No dia 12 desse mesmo mês embarcou em Porto Alegre, juntamente com o escalão leve do Estado-Maior Geral que acompanhava o coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com destino a Ponta Grossa (PR), onde chegou cinco dias depois. No dia 20 seguiu para Curitiba, também em companhia do escalão do Estado-Maior Geral, acompanhando Getúlio Vargas, chefe da revolução. Regressou em seguida a Ponta Grossa, daí rumando para São Paulo e, posteriormente, para o Rio de Janeiro, onde o Estado-Maior Geral ficou aquartelado na Escola de Aviação Militar e, mais tarde, na sede da Diretoria de Aviação Militar, no Andaraí.

De janeiro a março de 1931 esteve no Rio Grande do Sul em missão do Estado-Maior Geral. Com a extinção deste, no mês de abril, foi dispensado de suas funções e transferido em maio para a Diretoria de Aviação Militar como estagiário de estado-maior. Em seguida, ainda como estagiário, foi novamente transferido, dessa vez para a 2ª RM, em São Paulo. Aí assumiu o cargo de adjunto da 3ª Seção do Estado-Maior e, a partir de agosto de 1931, passou a exercer as funções de instrutor do CPOR. Permaneceu na 2ª RM até maio de 1932, quando foi designado adjunto do Estado-Maior da 1ª RM, no Rio de Janeiro, onde serviu junto à 2ª Seção. Durante esse período, pertenceu ao Clube 3 de Outubro, organização criada em maio de 1931, congregando as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas instituídas pela Revolução de 1930.

Participou da repressão à Revolução Constitucionalista de São Paulo, irrompida em julho de 1932, seguindo nesse mesmo mês para o teatro de operações com o quartel-general da 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI). Desligado dessa divisão em outubro seguinte, após a derrota do movimento, em novembro foi promovido a capitão e assumiu a chefia da 2ª Seção do Estado-Maior da 1ª RM.

A partir de abril de 1933 ficou à disposição do ministro da Justiça e Negócios Interiores, Francisco Antunes Maciel Júnior, sendo nomeado inspetor de tráfego da Polícia Civil e responsável pelo expediente da Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Em maio do mesmo ano tornou-se delegado especial de Segurança Política e Social e, em seguida, membro da comissão encarregada de promoções no quadro de investigadores da polícia. Em 1935 substituiu interinamente o chefe de polícia do Distrito Federal, capitão Filinto Müller, destacando-se na repressão aos revoltosos de novembro daquele ano. Em fevereiro de 1937 foi exonerado a pedido do cargo de delegado especial de Segurança Política e Social da Polícia Civil do Distrito Federal.

Permanecendo à disposição do Ministério das Relações Exteriores até outubro de 1937, durante esse período visitou a Alemanha a título de “intercâmbio de experiências” na luta anticomunista. Na ocasião entrou em contato com o Exército alemão e a polícia política, a Gestapo. Em novembro seguinte voltou ao serviço ativo no Estado-Maior do Exército (EME), onde permaneceu até outubro de 1938. Transferido para o 3º GAC, no forte Copacabana, serviu nessa unidade de dezembro seguinte a janeiro de 1940, quando foi designado para a Escola de Artilharia da Costa (EAC), na fortaleza de São João, no Distrito Federal. Promovido a major em agosto de 1940, permaneceu na EAC até dezembro seguinte, primeiro como instrutor e depois como subdiretor de ensino.

Designado para o 2º Regimento de Artilharia Misto, em São Leopoldo (RS), assumiu em fevereiro de 1931 o comando do grupo, onde permaneceu até janeiro do ano seguinte. De volta ao Distrito Federal, assumiu o comando da EAC, exercendo também a função de diretor de ensino. Promovido a tenente-coronel em março de 1942, deixou a escola no mês seguinte. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em agosto desse ano e a organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em 1943, passou a integrar, a partir de julho de 1944, a Artilharia Divisionária (AD-1) da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE). Designado chefe de polícia do grupamento do general Osvaldo Cordeiro de Farias, que embarcou no navio-transporte norte-americano *General Mann* com destino ao teatro de operações, chegou a Nápoles em outubro. Ainda nesse mês foi nomeado chefe da 4ª Seção do Estado-Maior da AD-1, tendo servido junto ao posto do comando da unidade.

Em julho de 1945 regressou ao Brasil, permanecendo à disposição do EME a partir de

outubro seguinte. Em novembro foi nomeado adido militar junto à embaixada brasileira em Santiago do Chile e em março do ano seguinte assumiu o posto, nele permanecendo até novembro de 1947.

Em janeiro de 1949, tornou-se membro da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de regulamento da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 22 de outubro de 1948. De outubro de 1949 a julho de 1952 permaneceu na ESG, tendo frequentado o curso dessa escola e desempenhado a função de adjunto do gabinete. Passou para a reserva em 1953.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1963.

Era casado com Rosina Ferreira de Araújo, com quem teve uma filha.

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. OSVALDO ARANHA; INF. FAM.; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1952); SEITENFUS, R. *Difícil*; SILVA, H. 1937.

CORREIA, Antônio Epaminondas de Barros

*gov. PE 1891-1892.

Antônio Epaminondas de Barros Correia, futuro *barão de Contendas*, nasceu na cidade Altinho (PE) no ano de 1839.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1864 e depois de formado foi nomeado promotor público em Caruaru (PE). Ainda durante o Império, ingressou nas fileiras do Partido Liberal. Foi agraciado com o título de barão de Contendas em 26 de junho de 1889, meses antes da proclamação da República em 15 de novembro.

Assumiu o governo do estado de Pernambuco em 1891, em um momento da história pernambucana caracterizado por Robert Levine como “uma sucessão de administrações repressivas, de vida curta, impostas do Rio de Janeiro literalmente para restabelecer a ordem e pôr cobro ao caos político”. Depois da renúncia do governador José Antônio Correia da Silva, decorrente da crise política na esfera federal provocada pela dissolução do Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891, e pela renúncia do presidente marechal Deodoro da Fonseca seguida da posse de Floriano Peixoto em 23 do mesmo mês, assumiu o governo do estado, no dia 27 de novembro, José Maria de Albuquerque Melo, presidente da Assembleia Legislativa. Antônio Epaminondas de Barros Correia, que era vice-governador do estado, substituiu-o em 30 de novembro. Contudo, por não ser um aliado do presidente Floriano Peixoto, líderes políticos pernambucanos articularam sua saída do governo, fato que se concretizou em 7 de abril de 1892, quando foi deposto e substituído por uma junta de governo formada por Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, José Vicente Meira de Vasconcelos e Joaquim Mendes Ouriques Jaques. Eleito então vice-governador, Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti exerceu o governo até 20 de abril, quando Alexandre José Barbosa Lima, governador eleito, tomou posse.

Faleceu em Pernambuco no dia 13 de abril de 1905.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BARATA, C; BUENO, A. *Dicionário*; GUERRA, F. *História*; LEVINE, R. *Velha*.

CORREIA, Aquino

*religioso; pres. MT 1918-1922.

Francisco de Aquino Correia nasceu em Cuiabá no dia 2 de abril de 1885, filho do coronel Antônio Tomás de Aquino Correia e de Maria de Aleluia Gaudie Lei de Aquino Correia. Seu pai foi deputado provincial, gerente da Caixa Econômica, inspetor da Tesouraria Provincial, administrador dos Correios e suplente de juiz federal.

Em 1895 passou a frequentar as aulas do Seminário da Conceição e cinco anos mais tarde inscreveu-se no Liceu Salesiano São Gonçalo. Seu noviciado foi concluído em 1902. Em 1904 seguiu para Roma e deu início aos estudos de filosofia na Academia Santo Tomás de Aquino e de teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana. Em 1909 foi ordenado sacerdote. Após seu regresso a Cuiabá em 1910, dirigiu o Liceu Salesiano de 1911 a 1914, quando, com apenas 29 anos de idade, foi nomeado bispo titular de Prusíade e auxiliar da arquidiocese de Mato Grosso.

Em 1917 o estado de Mato Grosso passou por séria crise política, cujo desfecho foi a decretação da intervenção federal pelo presidente Venceslau Brás (1914-1918), a cargo de Camilo Soares de Moura. Após longos entendimentos, ficou definido entre o presidente da República e os dois maiores partidos políticos locais, o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG), dirigido por Pedro Celestino Correia da Costa, e o Partido Republicano Conservador (PRC), liderado pelo senador Antônio Azeredo, que o nome mais indicado para governar o estado era o de dom Aquino Correia, que foi lançado como candidato único. No pleito de novembro de 1917 o acordo foi efetivado, e Mato Grosso passou a ter um bispo como presidente.

Empossado no dia 22 de janeiro de 1918, à medida que avançava sua administração o líder da igreja católica no estado ficava menos infenso à dura oposição por parte dos membros do PRC. As manifestações de desagrado com a composição de seu governo estavam patentes na imprensa estadual e nos discursos inflamados do deputado federal Aníbal de Toledo na Câmara dos Deputados. Isso não impediu dom Aquino de concluir seu mandato

no dia 22 de janeiro de 1922, quando transmitiu o governo a Pedro Celestino. Antes disso, em 1921, a Santa Sé o nomeou arcebispo de Cuiabá.

Paralelamente às atividades clericais e ao exercício do governo de Mato Grosso, dom Aquino também atuou intensamente em instituições de caráter não religioso. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso em 1919 e do Centro Mato-Grossense de Letras em 1921. Em 1926 foi recebido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e no ano seguinte tomou posse na Academia Brasileira de Letras.

A capacidade de articulação política, a qualidade de orador experiente e as posições conservadoras no interior da Igreja Católica abriram perspectivas de aproximação com o governo de Getúlio Vargas a partir de 1930. A relação do campo religioso e com o campo político no regime varguista tornou a figura de dom Aquino bastante conhecida nacionalmente. Sua simpatia pelo Estado Novo (1937-1945) ficou patente nos inúmeros discursos proferidos no período, em que abertamente elogiava o estreitamento de relações entre a Igreja e o regime político em vigor. Essa postura o transformou em orador frequentemente solicitado nas solenidades dirigidas pelo governo federal e nos atos comemorativos, como por exemplo em 1940, quando celebrou missa campal alusiva aos dez anos do governo ditatorial de Getúlio Vargas, reforçando sua posição de prestígio e sinalizando o inequívoco estreitamento das relações entre Igreja e Estado.

Faleceu no estado de São Paulo no dia 23 de março de 1956.

De sua autoria foram publicados os livros *Nova et vetera: versos* (1947), *Uma flor do clero cuiabano* (1951), *Poética: odes* (v. 1, tomo 1, 1985), *Poética: terra natal* (v. 1, tomo 2, 1985), *Discursos* (v. 2, tomo 1, 1985), *Discursos* (v. 2, tomo 2, 1985), *Discursos* (v. 2, tomo 3, 1985), *Pastorais* (v. 3, tomo 1, 1985) e *Pastorais* (v. 3, tomo 2, 1985).

João Edson Fanaia

FONTES: COMETTI, P. *Dom Aquino*; FANAIA, J. *Elites*; PEDRAÇA, C. *Universo*; PÓVOAS, N. *Galeria*.

CORREIA, Estêvão

*pres. MT 1924-1926.

Estêvão Alves Correia nasceu em Cuiabá no dia 2 de março de 1881, filho do coronel Virgílio Alves Correia e de Inês Alves Correia.

Iniciou seus estudos no Liceu Cuiabano e em 1900 seguiu para o Rio de Janeiro, então Distrito federal, onde se formou pela Faculdade de Medicina.

Em 1906 retornou a Mato Grosso. Foi diretor de Higiene Pública, de Instrução Pública e do Liceu Cuiabano. Deputado estadual de 1909 a 1914 e de 1918 a 1926, foi também presidente da Assembleia Legislativa. Exerceu o governo do estado de 28 de outubro de 1924 a 22 de janeiro de 1926 em substituição a Pedro Celestino Correia da Costa, e foi por sua vez substituído por Mário Correia da Costa. Em 1935, presidiu os trabalhos da Assembleia Constituinte em Mato Grosso.

Faleceu na cidade de Cuiabá no dia 22 de julho de 1949.

João Edson Fanaia

FONTES: PÓVOAS, N. *Galeria*.

CORREIA, JONAS DE MORAIS

*militar; rev. 1922; const. 1946; dep. fed. DF 1946-1951.

Jonas de Moraes Correia Filho nasceu em Parnaíba (PI) no dia 21 de setembro de 1903, filho de Jonas de Moraes Correia e de Maria Firmina Ramos Correia.

Fez seus estudos preparatórios no Colégio Militar do Rio de Janeiro, na capital da República, e sentou praça no Exército em fevereiro de 1920, ingressando na Escola Militar do Realengo, na mesma cidade. Ainda cadete, tomou parte na revolta irrompida em 5 de julho de 1922 no Rio — onde se sublevaram a Escola Militar, o forte de Copacabana e a Vila Militar —, em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa aos militares. Por sua participação nesse movimento — debelado no mesmo dia — foi afastado do Exército.

Iniciou seu processo de adaptação à vida civil matriculando-se em 1923 na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, na qual permaneceu até o ano seguinte, quando se tornou funcionário do Banco do Brasil e ocupou simultaneamente a direção do curso de habilitação à carreira bancária. Sócio-fundador do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro em 1930, ainda nesse ano formou-se contador pelo Instituto Brasileiro de Contabilidade, assumindo logo em seguida o cargo de perito-contador do Banco do Brasil e passando a lecionar essa matéria em diversos estabelecimentos de ensino.

Após a Revolução de 1930, foi anistiado em novembro do mesmo ano. Reintegrando-se no Exército, recebeu retroativamente as promoções a aspirante a oficial da arma de engenharia, datada de dezembro de 1922, a segundo-tenente, de maio de 1923, e a primeiro-tenente, de outubro de 1924. Em 1931 tornou-se professor do Colégio Militar e em julho do ano seguinte foi promovido a capitão. Em 1933 passou a ensinar contabilidade na Escola de Intendência do Exército e um ano depois foi transferido para a 8ª Região Militar, sediada em Belém, aí servindo como adjunto do serviço de engenharia. De volta ao Rio, bacharelou-se em 1936 em ciências jurídicas e sociais. Em fevereiro de 1938 foi promovido a major e efetivado na cátedra de português do Colégio Militar. Promovido a tenente-coronel em junho de 1939, ainda nesse ano tornou-se professor da Escola Militar do Realengo e foi nomeado diretor do Departamento de Educação Primária da Prefeitura do Distrito Federal, a qual representou no I Congresso Cultural Brasileiro. Integrou ainda a

comissão especial de compras da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, órgão que chefiaria a partir de 1942.

Filiado ao Partido Social Democrático (PSD), em 1945 tornou-se membro de sua comissão executiva, cargo que exerceria até 1950. No pleito de dezembro de 1945, foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Distrito Federal, na legenda do PSD. Participou dos trabalhos constituintes iniciados em fevereiro de 1946 e, com a promulgação da nova Carta (18/9/1946) e a transformação da Assembleia em Congresso ordinário, exerceu o mandato até janeiro de 1951. Durante essa legislatura, foi membro da Comissão de Educação e Cultura, terceiro-secretário da mesa da Câmara e ainda diretor de legislação da comissão executiva de seu partido. Em setembro de 1950 foi promovido a coronel e, não tendo conseguido se reeleger no pleito de outubro, quando se candidatou na legenda do Partido Social Progressista (PSP), deixou a Câmara ao final de seu mandato, em janeiro do ano seguinte. Nesse período pertenceu à Liga de Defesa Nacional. Em 1955 foi nomeado diretor do ensino geral do Colégio Militar e dois anos depois foi promovido a general de divisão, passando em seguida para a reserva.

Foi ainda conselheiro da comissão técnica designada para analisar os livros editados pela Biblioteca Militar e membro relator da comissão encarregada pelo Ministério da Educação e Saúde de emitir parecer sobre o vocabulário da língua nacional. Atuou como examinador oficial dos concursos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e diretor-técnico da Biblioteca do Estudante Brasileiro. Colaborou com diversos jornais e revistas do país, abordando temas educacionais e culturais, e dirigiu *A Aspiração* — órgão oficial do Colégio Militar —, *Nação Armada*, a *Revista do Clube Militar*, o *Mensário de Contabilidade* e o *Suplemento Juvenil*, publicação da Editora A Noite, de cujas revistas infantis foi também orientador educacional. Conferencista, participou de diversos congressos, entre os quais o IV Congresso Interamericano de Professores, realizado em Santiago do Chile.

Além de integrar a comissão de intercâmbio cultural do Instituto Brasil-Canadá, foi membro das seguintes instituições: Instituto Brasil-Paraguai, Instituto Brasileiro-Boliviano de Cultura, Instituto Brasileiro de Cultura, Academia Carioca de Letras, Pen Clube do Brasil, Academia Brasileira de Filologia, Instituto Brasileiro e Instituto Paulista de Contabilidade, Câmara de Peritos Contadores, Instituto de Geografia e História Militar do

Brasil, Instituto Histórico e Geográfico do Rio, do Paraná e de Sergipe, e Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, entre outras. Foi ainda vice-presidente do Instituto Brasil-México e sócio efetivo da Associação Brasileira de Imprensa. Até meados dos anos 1990, foi orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Faleceu no Rio de Janeiro em 20 de janeiro de 1998, vítima de problemas respiratórios.

Foi casado com Valmirina Ramos Correia, com quem teve um filho. Mais tarde, casou-se com Nilza Silva Correia. Seu filho, Jonas de Moraes Correia Neto, general do Exército, foi comandante militar do Sudoeste (1988-1989) e ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (1990).

Correia Filho publicou *Uma prisão de Floriano, O espírito de Caxias, Estudos de português, Guia prático para o ensino de contabilidade bancária, Caderno para conjugação de verbos, Coleção de cadernos para o aprendizado de escrituração mercantil, Cabe a Floriano a implantação do regime republicano?, Cuauhtemoc e Cuairacá, dois símbolos irmãos, Antologia ginasial* (em coautoria) e *Símbolos nacionais na Independência* (1991).

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1946-1967); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1947-1951); COUTINHO, A. *Brasil; Diário do Congresso Nacional; Globo* (31/1/1998); *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; INF. FAM.; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934, 1956); MONTEIRO, F. *Discurso; Movimento de 5*; NÉRI, S. 16; SILVA, G. *Constituinte*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1).

CORREIA, Leôncio

*dep. fed. PR 1897-1899.

Leôncio Correia nasceu na cidade de Paranaguá (PR) no dia 1º de setembro de 1866, filho de João Ferreira Correia e de Carolina Pereira Correia. Era sobrinho do barão de Serro Azul e de Boaventura Clapp.

Iniciou seus estudos no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e defendeu as causas abolicionista e republicana. De volta ao Paraná, fundou os jornais *15 de novembro* e *Diário do Comércio* e colaborou com as revistas *Club Curitibano* e *Cenáculo*. Foi também diretor de Instrução Pública do Paraná.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito deputado estadual no Paraná em duas legislaturas, exercendo o mandato de 1892 a 1897. Ainda em 1897 foi eleito deputado federal pelo Paraná e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, até 1899. Após deixar a Câmara continuou vivendo no Rio de Janeiro, onde se dedicou ao jornalismo, ao magistério e à produção literária. Fundou o periódico *Folha Popular* e colaborou com os jornais *Cidade do Rio*, *Vida Moderna* e *O País*. Em 1910, apoiou a candidatura à presidência da República do marechal Hermes da Fonseca.

Foi ainda diretor do Ginásio Fluminense em Petrópolis (RJ), diretor do Ginásio Nacional e diretor da Instrução Pública na capital federal, professor de história da Escola Normal do Rio de Janeiro e diretor da Imprensa Nacional e do Diário Oficial.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 9 de junho de 1950.

Publicou *Flores agrestes*, *Talento e ouro*, *Volatas*, *Litanias*, *Em derredor da vida*, *A boêmia do meu tempo*, *Barão do Serro Azul*, *A verdade histórica sobre o 15 de novembro*, *Manhã de amor*, *O batizado do neném*, *D. Minueto e a valsa*, *Perfis*, *Vultos e fatos do Império e da República*, *Fruta de outono*, *Panóplias*, *Parlendas e palestras* e *A morte*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*;
Dicionário histórico-biográfico do Paraná; NICOLAS, M. *Cem anos*.

CORREIA, Manuel Francisco

* pres. PE 1862; dep. ger. PR 1869-1877; min. Estrangeiros 1871-1873; sen. PR 1877-1889; min. TCU 1893-1894; pres. TCU 1893-1894.

Manuel Francisco Correia nasceu em Paranaguá (PR) no dia 1º de novembro de 1831, filho de Manuel Francisco Correia e de Francisca Pereira Correia.

Estudou no Educandário Nova Friburgo e formou-se bacharel em letras pelo Imperial Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Posteriormente, também se formou bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Em 1862 foi nomeado presidente da província de Pernambuco, tendo exercido o cargo de 30 de abril a 2 de outubro daquele ano. De 1869 a 1877 foi deputado geral pela província do Paraná e de 1874 a 1875 exerceu a presidência da Câmara dos Deputados. Concomitantemente ao mandato de deputado geral, assumiu também o Ministério dos Estrangeiros (posteriormente denominado Ministério das Relações Exteriores) de 1871 a 1873, no gabinete chefiado por José Maria da Silva Paranhos, então visconde do Rio Branco. Como ministro, exerceu papel de destaque nas negociações de paz após o término da Guerra do Paraguai (1864-1870). Em 1874, foi o responsável pela criação da primeira Escola Normal do Rio de Janeiro. Dedicou-se à causa da instrução pública, tendo fundado diversas escolas, museus e bibliotecas.

Em 1877 assumiu o cargo de conselheiro de Estado. Instalado em novembro de 1841 e presidido pelo imperador Pedro II, o Conselho de Estado atendia às consultas dos ministros e do próprio imperador, em especial as que se referiam às declarações de guerra ou de paz, às negociações com as nações estrangeiras, aos conflitos entre as autoridades administrativas e judiciárias e aos abusos das autoridades eclesiásticas. Os 72 conselheiros vitalícios incluíam ministros, deputados, senadores, fazendeiros, negociantes, capitalistas, militares e magistrados, que, de forma geral, descendiam de famílias que controlavam a política, os cargos administrativos e as atividades econômicas no país já no período colonial ou representavam os diversos grupos que compunham as elites imperiais.

De 1877 a 1889 foi senador pela província do Paraná. Nesse período, em 25 de fevereiro de 1883, fundou, junto com outros senadores, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Ainda durante o Império foi segundo oficial da Secretaria da Fazenda e primeiro oficial da

Secretaria do Império e depois da Secretaria de Justiça, além de oficial de gabinete de ministros de Estado. Também foi diretor da Repartição de Estatística, tendo sido responsável pela realização do primeiro recenseamento da população no Império.

Já sob o regime republicano, tomou posse como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) no dia 17 de janeiro de 1893. O tribunal, criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Originariamente o TCU era responsável pelo exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas à receita e à despesa da União. A Constituição de 1891 conferiu-lhe competência para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Ao ser empossado no TCU, assumiu a presidência da corte. Além de ter sido o primeiro presidente do TCU, foi o relator das contas do governo da República de 1893 a 1894. Em 18 de agosto desse último ano aposentou-se.

Foi ainda diretor do Lóide Brasileiro, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro. Recebeu diversas condecorações nacionais e internacionais, com destaque para as grã-cruzes da Ordem da Conceição da Vila Viçosa, da Ordem de Carlos II da Espanha, da Ordem da Coroa de Ferro da Áustria, da Ordem de Sant'Ana da Rússia e da Ordem Cristo de Portugal.

Faleceu em 11 de junho de 1905.

Publicou diversos trabalhos: *Compilação e anotação das consultas do Conselho de Estado, referentes aos negócios eclesiásticos* (1869); *Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão* (1871) e *na 4ª sessão* (1872) *da 14ª legislatura*; *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 15ª legislatura* (1872); *Missão do general Bartolomeu Mitre, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da*

República Argentina: discurso pronunciado na sessão de 12 de agosto de 1873 (1873); *Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, pelo Diretor-Geral* (1874); *Relatório e trabalhos estatísticos* (1874, 1876 e 1878); *Discursos parlamentares e literários. Conferências e trabalhos diplomáticos e administrativos* (1876); Missão especial do general argentino D. Bartolomeu Mitre ao Brasil em 1872. Negociação confidencial, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (tomo 60, parte 1ª, 1885); *Conferências e outros trabalhos* (1885); Memória apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 10 de outubro de 1890, para ser lida após a morte do Imperador, o Sr. D. Pedro II, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (tomo 55, parte 2ª, 1890); *Trabalhos do Conselheiro Manuel Francisco Correia, I* (1897) e *II* (1889); e *Relatório e parecer das contas do governo nos anos de 1893 e 1894*.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: BLAKE, A. *Diccionario* (v.2); CÂM. DEP. *Galeria de Presidentes-Império*. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/internet/infDoc/HistoriaPreservacao/Presidentes/PresImperio.htm>>; DORATIOTO, F. *Maldita*; EVANGELISTA, H. *Sociedade*; FUND.

JOAQUIM NABUCO. *Governadores e Presidentes da Província de Pernambuco*.

Disponível em:

<<http://www.fundaj.gov.br/geral/pesquisa%20escolar/gov%20Imperio.pdf>>;

GUIMARÃES, A. *Diccionario*; MARTINS, M. *Conselho*; SENADO. Disponível

em: <<http://www.senado.gov.br>>; SILVA, I. *Diccionario*; SOUSA, J.; SOUSA, J.

Teatro; TRIB. CONT. UNIÃO. Disponível em:

<<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU>>; TRIB. CONT. UNIÃO.

Ministros do Tribunal.

CORREIA, Rivadávia

*dep. fed. RS 1894-1902 e 1904-1910; min. Just. 1910-1913; min. Faz. 1913-1914; pref. DF 1914-1916; sen. RS 1916-1920.

Rivadávnia da Cunha Correia nasceu em Livramento (RS) em 9 de julho de 1866, filho de José Bento Correia e de Ana da Cunha Correia.

Fez os estudos preparatórios em Porto Alegre e São Paulo e nessa última cidade formou-se pela Faculdade de Direito em 1887. Como estudante redigiu, ao lado de Raul Pompéia e Coelho Neto, o periódico *A Onda*. Ainda durante o Império defendeu as causas abolicionista e republicana e foi membro do Clube Republicano 20 de Setembro no Rio Grande do Sul. Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito deputado estadual constituinte em São Paulo em 1891.

Em 1894 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Tomou posse em maio e, duas vezes reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1902. Não disputou a reeleição em 1903 porque rompeu politicamente com Júlio de Castilhos, ex-presidente do Rio Grande do Sul (1891; 1892; 1893-1898) e principal líder do PRR. Contudo, em 24 de outubro de 1903, com a morte de Castilhos, o PRR passou por uma reformulação em suas lideranças. Rivadávia Correia candidatou-se então, em eleição especial realizada em 1904 para preencher a vaga de Xavier do Vale, que falecera, e foi eleito. Reeleito em 1906 e 1909, permaneceu na Câmara até 1910, quando renunciou para assumir o Ministério do Interior e Justiça, nomeado pelo presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914). Durante seus anos como deputado federal, integrou a Comissão dos 21, que deu parecer sobre o projeto do novo Código Civil, cabendo-lhe o capítulo sobre o regime hipotecário; foi presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados, ocasião em que relatou o tratado sobre a Lagoa Mirim e escreveu parecer de apologia à obra de Rio Branco; foi relator da Comissão de Orçamento, e dedicou-se à resolução do problema habitacional no Rio de Janeiro.

Já como ministro da Justiça, decretou, por delegação do Poder Legislativo, as reformas do Ensino e da Justiça do Distrito Federal. Permaneceu na pasta de novembro de 1910 até agosto de 1913, quando foi nomeado ministro da Fazenda, depois da renúncia de Francisco Sales (1910-1913). Com o final do governo de Hermes da Fonseca, deixou o Ministério da Fazenda, mas o novo presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) o nomeou prefeito do Distrito Federal. Em 1916 renunciou à prefeitura para assumir a cadeira de senador pelo Rio Grande do Sul, na vaga aberta com o falecimento do senador gaúcho Pinheiro Machado, para a qual foi eleito.

No campo jornalístico, foi redator do *Correio Paulistano* e de *República*, e fundou e dirigiu o periódico *Ganganelli*, todos em São Paulo.

Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 9 de fevereiro de 1920.
Publicou *A verdade sobre a situação financeira no Brasil* (1919).

Raimundo Hélio Lopes

FONTES: AITA, C.; AXT, G. ; ARAUJO, V. *Parlamentares*; ALMEIDA, A. *Vultos*; *Dicionário biográfico dos senadores do Rio Grande do Sul*; MARTINS, A. *Escritores*; TEIXEIRA, M. *Gaúchos*.

CORREIA, SAMPAIO

*dep. fed. DF 1918-1920; sen. DF 1921-1926; const. 1934; dep. fed. DF 1935-1937.

José Matoso de Sampaio Correia nasceu em Niterói no dia 8 de setembro de 1875, filho de Filipe Sampaio Correia e de Luísa Duque Estrada Matoso Correia.

Fez os primeiros estudos nos colégios Henrique Dias e Luís Peixoto, em Campos (RJ), cursando a seguir o Liceu de Campos e o Ginásio de Barbacena (MG). Já radicado na capital federal, ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, pela qual se diplomou engenheiro civil em 1898. Tornou-se em seguida professor da cadeira de estradas de ferro, pontes e viadutos dessa escola.

Inspetor geral de Obras Públicas durante o governo de Afonso Pena (1906-1909), exerceu o cargo de engenheiro-chefe da Comissão de Abastecimento de Água do Distrito Federal de 1907 a 1910 e chefiou em 1908 as obras da Exposição Nacional realizada no Rio de Janeiro em comemoração dos cem anos da Abertura dos Portos. Engenheiro-chefe das Obras Contra as Secas no Rio Grande do Norte em 1912, participou da construção de diversas ferrovias, entre as quais a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a Estrada de Ferro Maricá (RJ). Foi também diretor da Repartição de Águas e Obras Públicas, da Companhia do Porto do Rio de Janeiro, da Companhia Aero-Postal Brasileira, da Companhia Radiotelegráfica Brasileira e da Companhia de Luz e Força de Campos. Autor do projeto de iluminação elétrica dessa cidade e da revisão do serviço de bondes, de força e de luz de Belo Horizonte, foi engenheiro-chefe da Companhia City Improvements, no Rio de Janeiro, diretor da Compagnie Générale de Chemins de Fer du Brésil, chefe da firma Sampaio Correia e proprietário da Usina Santa Luzia, no Rio de Janeiro.

Iniciou sua vida política em 1918, ao eleger-se deputado federal pelo Distrito Federal na legenda da Aliança Republicana. Durante a legislatura, integrou a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados e colaborou, em 1919, com o prefeito do Distrito Federal, Paulo de Frontin, no plano de abastecimento de água da cidade. Em 1920 elegeu-se senador, iniciando o mandato no ano seguinte. Na sucessão do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), apoiou, como líder da Aliança Republicana, a candidatura de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922. Ocupou a cadeira de senador até 1926, tendo participado da visita

ao Parlamento mexicano e da VI Conferência Pan-Americana, realizada em Havana, Cuba, durante o governo do presidente Washington Luís (1926-1930).

Após a Revolução de 1930, à qual se opôs, elegeu-se em maio de 1933 deputado pelo Distrito Federal à Assembleia Nacional Constituinte como candidato avulso, na legenda intitulada “O candidato da cidade”. Empossado em novembro do mesmo ano, passou a integrar a Comissão Constitucional, também conhecida como Comissão dos 26, incumbida de estudar o anteprojeto da Constituição. Encerrados os trabalhos da comissão em março de 1934, assinou o substitutivo com restrições, apresentando seu voto em separado. Na discussão relativa aos candidatos à presidência da República, apoiou de início o nome do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro e, depois, o de Antônio Augusto Borges de Medeiros. Com a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição de Getúlio Vargas no dia seguinte, teve o mandato estendido até maio de 1935.

Reeleito no pleito de outubro de 1934, permaneceu na Câmara, colocando-se na oposição a Vargas. Após o levante comunista de novembro de 1935 — promovido pelos comunistas em nome da Aliança Nacional Libertadora (ANL) — o governo procedeu a uma firme ação anticomunista e antiliberal com o objetivo de consolidar-se no poder. Nesse contexto, no início de 1936, ocorreu a prisão de cinco parlamentares pertencentes à minoria parlamentar, cuja ação se caracterizava pela denúncia da tendência autoritária que vinha sendo assumida pelo Executivo. Sampaio Correia participou então das negociações entre a minoria e o governo em torno da prisão dos parlamentares e do pedido de licença para processá-los. Tais negociações, que não chegaram a bom termo, terminaram por acentuar ainda mais as divergências entre oposição e governo. Em julho de 1936, a Câmara concedeu afinal permissão para que se instaurasse o processo dos congressistas presos, o que representou uma vitória do governo federal.

Sampaio Correia permaneceu na Câmara dos Deputados até 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país. Mesmo fora do parlamento, continuou a fazer oposição ao governo.

Tendo atuado também no campo do jornalismo, foi fundador do jornal *A Tarde*. Era sócio da Associação Comercial do Rio de Janeiro, da Federação das Associações Comerciais do Brasil (como representante de Minas Gerais), do Instituto Politécnico, do Clube de Engenharia, do qual foi presidente, e do Aeroclube Brasileiro, que também presidiu.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 17 de novembro de 1942.

Publicou *O tenentismo e a política* (em colaboração com J. Bernoville Pequeno, 1933), *Motores elétricos*, *O abastecimento de água no Rio de Janeiro*, *A tração elétrica da Estrada de Ferro Central do Brasil*, *Parecer sobre as obras contra a seca do Nordeste*, *Depois de 1930* (estudos políticos, econômicos e técnicos) e *Rumos de tropeiro*.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CARONE, E. *República nova*; CASCUDO, L. *História*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Cronologia da Assembléia*; *Encic. Mirador*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; *Ilustração Brasileira* (11/12); LIRA, A. *Senado*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; *Rev. Clube de Engenharia*.

CORREIA, Serzedelo

* militar; pres. PR 1890; const. 1891; dep. fed. PA 1891-1892; min. Rel. Ext. 1892; secr. Agric., Com. e Obras Públicas 1892; min. Ind. Viação e Obras Públicas 1892; min. Faz. 1892-1893; dep. fed. PA 1895-1902; pref. DF 1909-1910; dep. fed. PA 1912-1914.

Inocência Serzedelo Correia nasceu em Santa Maria de Belém (PA) no dia 16 de junho de 1858, filho de Ambrósio Pinheiro Correia e de Carolina Serzedelo Correia, ambos descendentes de nobre família de Viana do Castelo, em Portugal.

Em 1869 um duro golpe se abateu sobre a família: a morte do pai. Passados alguns meses do ocorrido, e como já havia concluído o curso primário, o menino Inocência, com a ajuda do cônego Andrade Muniz, conseguiu autorização para ingressar, numa vaga de pobre, no Seminário Menor de Santo Antônio. Sob a tutela de seu padrinho Leitão da Cunha, concluiu os estudos demonstrando uma mentalidade disciplinada, fato que assegurou a sua entrada, no ano de 1876, na Escola Militar da Corte, então sob o comando do general Polidoro. Com distinção, cursou os três anos de preparatórios da Escola Militar e, a partir daí, iniciou sua carreira no corpo do 4º Batalhão de Artilharia.

A Escola Militar, naquele momento, era o que de melhor havia, a ponto de ser tomada como o berço da nacionalidade. Era a Escola Militar de Benjamin Constant: rígida no que tange às suas tradições, contudo muito sensível quanto à formação dos seus jovens oficiais, também conhecidos como “os moços da Praia Vermelha”. Foi ali que o jovem Serzedelo Correia se destacou não apenas como aluno, mas também como instrutor, além de se tornar um dos principais atores dos movimentos abolicionista e republicano. Até 1887, o Exército brasileiro era obrigado a perseguir e capturar os escravos que fugiam. Devido ao seu engajamento em defesa da abolição dos negros, o jovem militar escreveu, juntamente com Jaime Bernardo, um documento onde protestava contra a escravidão. No momento em que a atribuição da captura foi retirada do Exército, o número de escravos fugidos aumentou muito, fato que fortaleceu a causa da abolição.

Concluiu o curso de ciências físicas e matemáticas com grande destaque, o que lhe propiciou a classificação no Estado-Maior de 1ª Classe do Exército brasileiro. Logo foi promovido a capitão do Corpo de Engenharia. Tornou-se um dos principais discípulos de Benjamin Constant por causa do seu brilhante trabalho, tanto como aluno quanto como

professor. Os dois conheceram-se durante uma prova de mecânica racional, na qual Benjamin Constant fazia parte da banca avaliadora. Serzedelo Correia, ao ser indagado pelo mestre, proferiu uma brilhante explicação sobre todo o conteúdo pertinente à prova. Após a avaliação, Benjamin Constant decretou feriado na escola em decorrência da mais bela aula-prova a que já havia assistido. Chegando ao Instituto dos Cegos, do qual era diretor, mandou chamar todos os alunos, inclusive um irmão de Serzedelo Correia que ali estava internado, narrou o acontecimento e convidou todos a cumprimentarem o irmão de Inocêncio.

Ao se formar no curso de engenharia militar, foi indicado pela congregação da Escola Militar coadjuvante de ensino superior da instituição. Os elogios ao seu trabalho como professor lhe renderam a nomeação, sem concurso, para catedrático de biologia da Escola Superior de Guerra pelo próprio imperador dom Pedro II, que, tempos depois, entrou sem avisar em sua sala de aula e considerou sua preleção clara e brilhante. Isso rendeu ao jovem professor um elogio na ordem do dia e um ótimo gabinete. Levou-o também a ocupar o cargo de secretário da Escola Militar.

NO ALVORECER DA REPÚBLICA

Em 1889, Serzedelo Correia era capitão de engenharia. Os republicanos Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca tentavam de todas as formas persuadir o então monarquista Floriano Peixoto a aderir ao movimento que teria como desfecho a proclamação da República. Floriano, naquele momento, era ajudante-general do governo liberal que havia acabado de ser admitido, ou seja, do gabinete chefiado pelo visconde de Ouro Preto, que sucedeu ao gabinete conservador demitido pelo imperador.

No dia 15 de novembro, sob o comando de Benjamin Constant e Sólon Ribeiro, as tropas revolucionárias partiram em marcha para o Campo de Santana, no Centro do Rio de Janeiro. Do lado esquerdo de Benjamin encontrava-se Pedro Paulino da Fonseca, irmão de Deodoro da Fonseca, e do lado direito, Serzedelo Correia, que se transformara em grande propagandista do movimento tanto na Escola Militar quanto nos clubes e círculos militares. Fora o próprio Benjamin Constant quem o encarregara de articular o movimento republicano com os oficiais da Marinha, nomeadamente os almirantes Alexandrino e Wandenkolk e os capitães de mar e guerra Lorena e Pedro Veloso, que, após reunião no

Clube Militar no dia 9 de novembro, haviam aderido à causa republicana.

Pouco tempo depois da chegada das tropas ao Campo de Santana, despontou Deodoro, que as pôs em linha de combate defronte ao Quartel-General. Sabendo que Deodoro possuía uma artilharia que em pouco tempo poderia destruir o Quartel-General, o visconde de Ouro Preto ordenou a Floriano que abrisse os portões e deixasse Deodoro entrar para que pudesse, pessoalmente, lhe entregar o poder. O marechal Deodoro atravessou o portão e chegou ao adro, onde foi recebido pelos soldados comandados pelo capitão Ferraz. Desceu do cavalo e subiu as escadas, ao lado de Benjamin Constant e Serzedelo Correia. Chegando à sala onde se encontrava todo o ministério, ficou frente a frente com Ouro Preto, que, sem mais nada poder fazer, entregou-lhe o governo brasileiro.

Logo após o nascimento da República, com a nomeação de Benjamin Constant para o Ministério da Guerra, Serzedelo Correia foi nomeado secretário do ministério, tornando-se responsável pela elaboração da proposta de organização das escolas militares. Em 16 de agosto de 1890 foi convocado para governar o estado do Paraná, função que acumulou, durante um tempo, com a de comandante das armas. Com ele, o Paraná vivenciou até 3 de novembro um governo democrático e pacificador.

Pouco depois de assumir a presidência do Paraná, foi eleito, em setembro de 1890, para representar seu estado natal, o Pará, na Assembleia Nacional Constituinte. Ainda no mesmo ano, já promovido a major, dirigiu-se ao tenente-coronel Benjamin Constant solicitando que o hino de Francisco Manuel da Silva e Joaquim Osório Duque Estrada, cantado e consagrado pelo povo brasileiro, não fosse condenado, mas perpetuado. Benjamin Constant concordou e transformou a composição no Hino Nacional brasileiro.

Enquanto o marechal Deodoro da Fonseca atacava moralmente os bacharéis que humilhavam o Exército, um grupo minoritário de militares positivistas, liderados por Constant, e no qual Serzedelo Correia estava presente, passou a introduzir no cenário político a idéia de uma ditadura republicana. No entanto, quando, após um ano da sua eleição para presidente da República, Deodoro desrespeitou a Constituição e fechou o Congresso Nacional, Serzedelo Correia opôs-se vigorosamente ao golpe de Estado e, juntamente com outros militares, logo apoiou o vice-presidente Floriano Peixoto. Este, ante a renúncia de Deodoro em 23 de novembro de 1891, assumiu o poder com a aprovação de boa parte dos militares do Exército e das oligarquias descontentes com o governo anterior.

MINISTRO DE FLORIANO

Deputado federal pelo Pará, Serzedelo Correia se apresentou como um grande defensor do governo de Floriano Peixoto e logo passou a ter grande prestígio junto ao presidente. Foi assim que em 12 de fevereiro de 1892, logo após ter sido promovido a tenente-coronel, foi nomeado ministro das Relações Exteriores, além de secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça e dos Negócios do Interior.

Deixando a Câmara dos Deputados para tomar posse nos novos cargos, de imediato compreendeu que o Ministério das Relações Exteriores era um desafio, já que em suas mãos chegavam as questões da posse do território das Missões, reclamado pela Argentina, da demarcação das fronteiras com a Guiana Francesa e da assinatura de acordos comerciais com França, Alemanha, Portugal e Estados Unidos. Na ocasião foi convocado o ilustre advogado Rui Barbosa, que mapeou a região das cortes espanholas e conseguiu provar que, legalmente, aquele território era português. Serzedelo deixou o Ministério das Relações Exteriores em 22 de junho de 1892, um pouco antes de a questão das Missões ser resolvida. Graças a Rio Branco, a Cabo Frio e a Serzedelo, o Brasil sairia vitorioso e entraria na posse das terras missionárias. Um fato inédito aconteceu quando de sua saída do Ministério das Relações Exteriores: todos os ministros estrangeiros credenciados assinaram um documento lastimando a decisão do presidente brasileiro de substituí-lo na pasta.

Em 23 de junho de 1892 Serzedelo foi ocupar a Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em 30 de agosto passou a acumular a secretaria com o Ministério da Fazenda, para o qual Floriano o nomeou interinamente em substituição a Rodrigues Alves. Quando, em 22 de novembro, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi incorporada à 2ª Seção da 3ª Diretoria do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, passou a responder pelo novo ministério. Como secretário e ministro responsável pelas obras públicas, concluiu as obras do porto de Santos e a reforma da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 17 de dezembro, deixou o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas e foi efetivado como ministro da Fazenda. O clima na época era de grave crise financeira. Sua política econômica e financeira pautou-se no estímulo à industrialização, com tarifas protecionistas e facilidades de crédito, sem perder de vista o controle da especulação e da inflação.

À frente dos problemas da Fazenda, empreendeu a reforma bancária, com a fusão dos bancos da República e do Brasil. Posteriormente, iniciou sua campanha para a instalação do Tribunal de Contas. Graças aos seus esforços e de Rui Barbosa, o tribunal foi instalado em 17 de janeiro de 1893. Na primeira reunião estiveram presentes, além do próprio Serzedelo Correia, o presidente do Tribunal de Contas, Manuel Francisco Correia, os diretores José da Cunha Vale, Francisco Augusto de Lima e Silva, José Inácio Ewerton de Almeida, e o representante do Ministério Público, Dídimo Agapito da Veiga Júnior. Poucos meses depois, em 29 de abril, pediu exoneração do ministério devido a divergências com o presidente do Tribunal de Contas.

A situação da República brasileira àquela altura ainda era tensa, não totalmente pacificada e muito menos consolidada. No Sul, desde o início de 1893 estava em curso a Revolução Federalista, que só chegaria ao fim em 1895. Os federalistas liderados por Gaspar da Silveira Martins, também chamados de “gasparistas”, receberam a adesão do ex-ministro da Marinha de Floriano Peixoto, Custódio de Melo, que temia que o presidente suspendesse as eleições presidenciais, às quais queria concorrer. Com o apoio da Marinha, onde havia muitos monarquistas, Custódio de Melo liderou a Revolta da Armada na baía de Guanabara, ameaçando bombardear a capital da República. Por ocasião da Revolta da Armada, o presidente Floriano Peixoto decretou, sem culpa formalizada, a prisão de Serzedelo Correia, que esteve detido por nove meses.

NOS GOVERNOS CIVIS

Tudo isso favoreceu a transição do poder para as mãos dos civis. Em 1894, através de eleição, Prudente de Moraes assumiu a presidência da República. Mas foi com Campos Sales, em 1898, que a transição se consolidou. Iniciou-se o que se convencionou chamar de “política dos governadores”, em que as oligarquias iriam exercer o pleno domínio político sobre a República brasileira.

Com a estabilidade do regime republicano, Serzedelo Correia foi eleito deputado pelo Pará e exerceu o mandato de 1895 a 1902, intercalando-o com os cargos de secretário do estado do Pará (1898) e de secretário da Escola Superior de Guerra (1899). O Congresso Nacional, com base na Lei nº 688, de 18 de setembro de 1900, fez sua reversão aos quadros do Exército no posto de tenente-coronel, e à cátedra da Escola Militar. Além disso, por

unanimidade, mandou pagar-lhe os atrasados devidos por ter desistido, voluntariamente, das vantagens monetárias relativas à reversão ao Exército.

Em 1905, já no governo Rodrigues Alves (1902-1906), por ter sido solidário com a rebelião dos alunos da Escola Militar, foi repreendido publicamente pelo ministro da Guerra, marechal Francisco de Paula Argolo (jornal *Correio da Manhã*, artigo do dia 12 de março), que decretou sua prisão por cinco dias na fortaleza de São João, posteriormente transferida para Mato Grosso, de onde retornou à capital do país.

Em 1909 foi nomeado pelo então presidente Nilo Peçanha (1909-1910) prefeito do Distrito Federal, cargo que exerceu durante 15 meses: de 24 de julho de 1909 a 15 de novembro de 1910. Durante as administrações de Pereira Passos (1902- 1906) e Sousa Aguiar (1906-1909), a capital federal passara por um processo de urbanização e de construção de belos edifícios. O prefeito Serzedelo Correia realizou um trabalho de organização, no qual reestruturou vários órgãos municipais e criou o Serviço Sanitário da Instrução Pública. Idealizou o teleférico do Pão de Açúcar, concluiu as obras do Teatro Municipal, criando ainda a Escola de Arte Dramática, construiu a praça Floriano Peixoto e reformou os jardins da Quinta da Boa Vista, que, após dez anos da proclamação da República, estavam abandonados. Construiu ainda a Escola Nilo Peçanha e urbanizou ruas dos bairros da Tijuca, São Cristovão, Méier, reformando também a praça Saenz Peña. Ao deixar a prefeitura, foi substituído por Bento Ribeiro.

Posteriormente, assumiu o comando da 4ª Região de Inspeção Permanente do Exército, sediada em Fortaleza, de onde saiu em 1912 para retornar à Câmara dos Deputados, mais uma vez eleito pelo estado do Pará. Representou aquela unidade federativa até 31 de dezembro de 1914, retirando-se, em seguida, para a vida privada.

Por todos os seus feitos, foi conhecido pelos contemporâneos como “Sentinela Vigilante da República”. Quando prefeito da cidade do Rio de Janeiro, foi apelidado de “Prefeito dos Pobres”.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 5 de junho de 1932, aos 75 anos de idade.

Casou-se com Ambrosina Savart de Saint Brisson Serzedelo, com quem teve dois filhos: Armando Serzedelo Correia, advogado, e Jaime Serzedelo Correia, acadêmico.

Teresa Vitória

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CARVALHO, J. *Bestializados*; CARVALHO, J. *Formação*; CORREIA, I. *Mensagem*; ENDERS, A. *História*; MACHADO, E. *Republicano*; MELLO, M. *República*; PINHEIRO, M. *Innocência*; RÊGO, C. *Serzedelo*; REIS, J. *Rio de Janeiro* (v.3); SANTOS, N. *Esboço*.

CORREIA, TRIFINO

*militar; Col. Prestes; rev. 1930; rev. 1935; const. 1946.

André Trifino Correia nasceu em Alegrete (RS) em 1904.

Foi aluno da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde fez o curso de infantaria. Em 1924, estava entre os militares sediados no Rio Grande do Sul identificados com o tenentismo que iniciaram um levante no dia 24 de outubro, sob a chefia do capitão Luís Carlos Prestes.

Depois de combates em vários pontos do estado, os rebeldes decidiram, no dia 27 de dezembro, partir de São Luís Gonzaga (RS) para juntar-se, no oeste do Paraná, à Divisão São Paulo, integrada pelos revolucionários que, depois de ocupar a capital paulista durante quase todo o mês de julho, para lá se haviam retirado sob o comando do general da reserva Isidoro Dias Lopes. Os rebeldes do Rio Grande do Sul pretendiam, através de São Paulo e Minas Gerais, chegar ao Rio de Janeiro, para então depor o governo. Entretanto, o acirramento dos combates com as forças legalistas em Santa Catarina e no Paraná alterou o roteiro previsto: somente em abril de 1925 a vanguarda das tropas gaúchas insurretas conseguiu juntar-se à Divisão Paulista em Foz do Iguaçu (PR). A partir desse encontro, formou-se aquela que se tornaria conhecida como a Coluna Prestes.

NA COLUNA PRESTES

Logo após o encontro dos revolucionários, o general Isidoro Dias Lopes seguiu para a Argentina, com o objetivo de conseguir auxílio para o movimento, enquanto Miguel Costa, comissionado na patente de general, assumiu o comando geral da coluna, dividida em duas brigadas: a Brigada São Paulo, com setecentos homens, comandada por Juarez Távora, e a Brigada Gaúcha, composta por oitocentos homens, sob o comando de Luís Carlos Prestes. Trifino Correia fazia parte da segunda, integrando o destacamento comandado pelo tenente Antônio de Siqueira Campos.

Em 25 de abril, a coluna atravessou o rio Paraná, invadiu o Paraguai e marchou em direção a Mato Grosso. Nesse estado, no dia 10 de junho, em Camapuã, a coluna foi reestruturada: o comando continuou oficialmente com Miguel Costa, Prestes passou a chefe do estado-maior e comandante de fato, e Juarez Távora tornou-se subchefe do estado-maior. A tropa

foi distribuída por quatro destacamentos, sob o comando de Osvaldo Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros, Siqueira Campos e Djalma Dutra. Na ocasião, Trifino passou a subcomandante do 3º Destacamento, o de Siqueira Campos.

Sempre combatendo, a Coluna Prestes atravessou Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, e chegou à Bahia em fevereiro de 1926. Retrocedendo por Pernambuco e pelo Piauí, em outubro de 1926 a coluna retornou a Mato Grosso. Lá, nas imediações de Coxim, foi decidido que parte dos combatentes emigraria para a Bolívia. A separação ocorreu a 24 de outubro. Enquanto Siqueira Campos, com apenas 80 homens, entre eles Trifino, rumava para Campo Grande, hoje capital de Mato Grosso do Sul, o restante dirigiu-se a pé para o território boliviano. O Destacamento Siqueira Campos passou por Goiás e Minas Gerais, até internar-se no Paraguai, no dia 23 de março de 1927, com menos de 40 homens. Destes, dez seguiram com Siqueira Campos para Assunção. Trifino dirigiu-se para a cidade argentina de Paso de Los Libres.

DA REVOLUÇÃO DE 1930 À ANL

Prosseguindo em suas atividades revolucionárias, Trifino Correia retornou clandestinamente ao Brasil, ao lado de outros exilados, a fim de participar da conspiração que resultaria na Revolução de 1930. Em São Paulo, frequentou reuniões numa casa do bairro de Cambuci, descoberta pela polícia em janeiro de 1930. Na ocasião foram presos Djalma Dutra e Emídio Miranda. Siqueira Campos escapou, após uma troca de tiros com policiais.

Poucos dias após o encontro secreto entre Prestes e Getúlio Vargas, ocorrido em Porto Alegre no dia 28 de fevereiro de 1930, Trifino participou de uma reunião na capital gaúcha com Prestes, Siqueira Campos, João Alberto, Miguel Costa, os irmãos Alcides e Nélon Etchegoyen, Newton Estillac Leal, Djalma Dutra e Emídio Miranda, na qual foram distribuídas tarefas aos chefes revolucionários em diferentes pontos do país. No dia 10 de maio, Siqueira Campos, que havia sido encarregado do comando revolucionário em São Paulo, morreu em um desastre de aviação ao retornar de Buenos Aires, onde se avistara com Prestes.

Ao eclodir a Revolução de 1930, no mês de outubro, Trifino Correia assumiu o comando de uma coluna que participou da ocupação de Santa Catarina e do Paraná. Em 20 de novembro

de 1930, logo após a vitória da revolução, foi comissionado no posto de primeiro-tenente, promoção efetivada só em novembro de 1933. Em maio do ano seguinte, foi promovido a capitão.

Em março de 1935, estendeu-se aos quartéis o debate que se travava no Congresso sobre o projeto da Lei de Segurança Nacional. No início do mês, o capitão Trifino presidiu um debate sobre o tema no Clube Militar e foi punido. Ao lado de 31 oficiais, assinou um documento que levantava dúvidas sobre os termos em que o projeto fora redigido, indagando se não era prejudicial aos interesses das forças armadas.

Nessa época, Trifino ingressou na Aliança Nacional Libertadora (ANL), sendo eleito, no dia 12 de março de 1935, para o diretório provisório do movimento. Lançado oficialmente no dia 30, o programa da ANL, “nacionalista e democrático”, defendia, entre outros pontos, a proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores, a distribuição das terras dos grandes proprietários aos camponeses, a nacionalização das “empresas imperialistas” e a formação de um governo popular. Por indicação do então estudante de direito Carlos Lacerda, Luís Carlos Prestes foi escolhido presidente de honra da ANL, integrada ainda por personalidades como Francisco Mangabeira, Roberto Sisson, Herculino Cascardo, Henrique Cordeiro Oest, João Cabanas, Benjamim Cabello, Ivan Pedro de Martins e Abguar Bastos.

A ANL cresceu rapidamente, com núcleos em todo o país, e tornaram-se inevitáveis os choques com a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de inspiração fascista, seguidos da radicalização dos programas e da intensificação da propaganda. Durante comício da ANL de desagravo a Prestes, atacado pelos integralistas (28/5/1935), Trifino hasteou a bandeira brasileira que acompanhara a Coluna Prestes e cobrira o corpo de Siqueira Campos. Segundo o jornal *A Manhã*, declarou então, referindo-se a Prestes: “Ele é e será cada vez mais o Cavaleiro da Esperança do povo brasileiro.” A participação de militares no comício provocou a expulsão de vários sargentos e outros praças, bem como a punição dos oficiais Trifino e Carlos Costa Leite.

No dia 5 de julho, em manifestação promovida pela ANL para celebrar os levantes tenentistas de 1922 e 1924, Prestes divulgou um documento em que caracterizava a ANL como um movimento insurrecional, afirmando que “a idéia do assalto amadurece na consciência das grandes massas” e que “cabe ao seu chefe organizá-las e dirigi-las”. E

concluía o manifesto com a palavra de ordem “Todo poder à ANL”. No dia 11 de julho de 1935, a ANL foi fechada pelo governo e milhares de seus integrantes foram presos.

Com a grande penetração nos meios militares, a ANL, unida ao também clandestino Partido Comunista do Brasil, posteriormente Partido Comunista Brasileiro (PCB), passou a preparar um movimento armado para depor Vargas. Em carta datada de 17 de julho de 1935, Prestes delegou a Trifino a tarefa de mobilizar os antigos combatentes da Coluna e da Revolução de 1930.

O primeiro levante ocorreu em Natal, no dia 23 de novembro, e no dia seguinte a insurreição eclodia em Recife. No dia 25, Trifino, que então servia no 10º Batalhão de Caçadores, sediado em Ouro Preto (MG), teria recebido uma comunicação de Prestes na qual este afirmava estar à frente da revolução e ser impossível esperar mais dois ou três dias para deflagrar o movimento no resto do país. Dizia ainda contar com Trifino, que na ocasião substituíra no comando do 10º BC o tenente-coronel Alencar Matos, para liderar o movimento em Minas Gerais. Trifino não pôde, contudo, cumprir as ordens de Prestes. Quando, no dia 27, o levante foi deflagrado no Rio, tentou seguir para a capital do país, mas foi preso em Belo Horizonte.

Segundo o relatório de Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal, Prestes teria enviado a carta a Trifino, sendo o emissário preso e os documentos que levava apreendidos. Em seu depoimento, Trifino negou qualquer envolvimento, inclusive que tivesse recebido qualquer mensagem de Prestes. Em carta enviada da prisão ao presidente Vargas, em 3 de dezembro de 1935, protestou veementemente contra as acusações de participação no levante. Condenado no processo a que respondeu, perdeu a patente de oficial do Exército em 9 de abril de 1936. Em 30 de agosto, tornou a escrever a Vargas, pedindo que cessasse a repressão que desencadeara e que “voltasse a governar dentro da Constituição”. Afirmou ainda que o ministro da Guerra, general João Gomes, era “o oficial mais odiado e mais reacionário do Exército”.

A CRISE GAÚCHA DE 1937

Aproveitando-se da noite chuvosa do dia 14 de janeiro de 1937, Trifino evadiu-se do Hospital Gaffrée-Guinle, no Rio, onde estava internado. No dia 13 de março, Viriato Vargas escrevia a seu irmão Getúlio, avisando-o da presença de Trifino Correia em Porto

Alegre.

Nesse momento, agravava-se o conflito político entre o presidente Vargas e o governador gaúcho José Antônio Flores da Cunha, o qual pretendia influir de modo decisivo na sucessão presidencial prevista para o início de 1938. No dia 24 de maio, outro irmão de Getúlio, Benjamim Vargas, enviou telegrama ao presidente, informando que Trifino se escondia na residência do major Pacífico de Barros, comandante da Guarda Civil, que todas as noites o levava ao palácio do governo gaúcho para se encontrar com Flores da Cunha. Encarregado pelo governador de organizar os corpos de “provisórios” (milícias de civis armados), Trifino estabeleceu-se em São Leopoldo, cidade próxima a Porto Alegre, onde chegou a ter sob seu comando cerca de cinco mil homens. Continuava a frequentar o palácio Piratini, usando o pseudônimo de André Pereira.

As atividades de Trifino tinham repercussão desfavorável junto ao governo federal, que encarava com inquietação o fortalecimento militar de Flores. Em 28 de julho de 1937, foi publicada a condenação de Trifino pelo Tribunal de Segurança Nacional como um dos cabeças da Revolta Comunista de 1935. Flores, porém, continuava a contar com sua colaboração, embora advertisse Trifino de que não pretendia promover um movimento com sentido social, como este desejava. Uma das metas de Trifino era, inclusive, a libertação de Prestes.

Enquanto isso, diante do agravamento da situação política nacional e utilizando o pretexto do Plano Cohen — documento forjado, segundo o qual os comunistas preparavam uma revolução sangrenta —, Vargas solicitou ao Legislativo autorização para reinstaurar o estado de guerra, que, suspenso em julho, voltou a vigorar no dia 2 de outubro. Cabia aos governadores estaduais a execução das medidas do estado de guerra, com a exceção de São Paulo e do Rio Grande do Sul, onde a missão foi atribuída ao general Manuel Daltro Filho, comandante da 3ª Região Militar.

Uma das primeiras medidas de Daltro Filho foi prender Trifino Correia, que vinha sendo seguido e foi detido por forças do Exército no dia 5 de outubro, quando chegava ao local onde devia encontrar-se com um antigo companheiro da Coluna Prestes. Em seguida, foram dissolvidas as milícias de “provisórios”.

A prisão de Trifino Correia forneceu a Vargas mais um argumento para fundamentar sua ação de enfraquecimento do governador gaúcho. No dia 14 de outubro, alegando que o Rio

Grande do Sul era um foco de conspiração comunista, com o envolvimento do próprio governo estadual, o presidente colocou a Brigada Militar do estado sob controle do Exército. Dois dias depois, em 16 de outubro, Flores da Cunha renunciou ao governo e exilou-se no Uruguai. Levado preso para o Rio, Trifino ficou na Casa de Detenção, onde foi torturado e isolado dos demais presos políticos, com quem se comunicava apenas por bilhetes.

Em 14 de janeiro de 1938, o Superior — então Supremo Tribunal Militar (STM) — deu seu veredito à apelação de 68 réus do movimento de 1935: foram mantidas nove absolvições e confirmadas as condenações dos demais, entre estes Trifino Correia. Quatro dias depois, Trifino escreveu a Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, pedindo-lhe atestado de serviços prestados durante a Revolução de 1930, como prova de defesa para novo julgamento no STM. Em junho tornou a escrever a Aranha, pedindo-lhe que intervisse no julgamento, no sentido de reduzir sua pena ao tempo já cumprido de 22 meses. O pedido não foi atendido. No dia 20 de outubro de 1939, escreveu a Vargas, pedindo anistia para os presos políticos.

Libertado somente com a anistia de abril de 1945, Trifino Correia elegeu-se, em 2 de dezembro daquele mesmo ano, suplente de deputado pelo Rio Grande do Sul à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do PCB. De 18 de março a 18 de julho de 1946, substituiu o deputado Abílio Fernandes. Nesse período, pronunciou discurso sobre as condições de trabalho e assistência social na Baixada Fluminense. Como constituinte, defendeu a necessidade de realização de uma reforma agrária no país e apresentou emendas ao projeto de Constituição prevendo a eleição dos ministros do STF pelo Congresso Nacional, condicionando a decretação do estado de sítio pelo presidente da República à prévia aprovação do Congresso Nacional, destinando 4% da renda tributária da União para um plano de valorização da Amazônia e para a distribuição de terras na região, e proibindo a expropriação ou alienação das terras pertencentes às tribos indígenas.

Ainda durante o processo constituinte, Trifino foi preso por ter reagido a uma revista feita pela Polícia Política do Distrito Federal em sua residência. Posto na ilegalidade o PCB em maio de 1947, os mandatos de seus representantes no Congresso perduraram mais alguns meses, até que no início de 1948 a Câmara votou pela sua cassação.

Em 1968, Trifino Correia recuperou sua patente de oficial do Exército, tendo sido

reformado no posto de capitão.

Faleceu no Rio de Janeiro em 4 de julho de 1976.

Era casado com Estela de Paiva Lacerda Correia.

Amélia Coutinho

FONTES: *Bancada*; BRAGA, S. *Quem foi quem*; CÂM. DEP. *Deputados*; CARONE, E. *República nova*; DULLES, J. *Getúlio*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Jornal do Brasil* (5/7/1976); MIN. GUERRA. *Almanaque* (1935); NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PORTO, E. *Insurreição*; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; TAVARES, J. *Radicalização*.

CORREIA, Viriato

*jornalista, escritor e dramaturgo; dep. fed. MA 1927-1930.

Manuel Viriato Correia Bayma do Lago Filho nasceu em Pirapemas (MA) no dia 23 de janeiro de 1884, filho de Manuel Viriato Correia Bayma do Lago e de Raimunda Nonato Silva Bayma.

Iniciou seus estudos no Colégio São Luís e depois no Liceu Maranhense. Em 1900, foi residir em Pernambuco e ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Ficou nessa universidade por três anos e mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital federal. Ainda em 1903, aos 19 anos de idade, lançou seu primeiro livro, *Minaretas*. Concluiu o curso na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1907. Depois de formado pouco trabalhou como advogado, mas teve larga atuação nos campos jornalístico, literário e político. Com a ajuda de Medeiros de Albuquerque, logo conseguiu ingressar no jornal carioca *Gazeta de Notícias*. Ao longo dos anos, colaborou em vários periódicos, como os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Folha do Dia*, e as revistas *Careta*, *Ilustração Brasileira*, *Cosmos*, *A Noite Ilustrada*, *Para Todos*, *O Malho* e *Tico-Tico*. Fundou também os jornais *Fafazinho* e *A Rua*. Conviveu com importantes nomes dos meios jornalístico e literário, como Alcindo Guanabara e João do Rio, e foi também professor de história do teatro na Escola Dramática do Rio de Janeiro. Em 1917, fundou a Associação Brasileira de Autores Teatrais, que foi considerada uma das primeiras instituições defensoras dos direitos autorais.

Em meio a essa atividade, em 1911 foi eleito deputado estadual no Maranhão. Em 1927 voltou à vida política elegendo-se deputado federal. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, e foi reeleito em 1930, mas teve o mandato interrompido com a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Por ter sido contra o movimento revolucionário e por suas ligações com o presidente deposto Washington Luís, foi preso e sofreu longa perseguição política.

Em 14 de julho de 1938, após quatro tentativas, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Ocupou a cadeira 32, cujo patrono é Araújo Porto Alegre, sucedendo a Ramiz Galvão.

Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1967.

Publicou vasta obra, de variados gêneros: as crônicas históricas *Terra de Santa Cruz* (1921), *Histórias da nossa história* (1921), *Brasil dos meus avós* (1927), *Baú velho* (1927), *Gaveta de sapateiro* (1932), *Alcovas da história* (1934), *Mata galego* (1934), *Casa de*

Belchior (1936) e *O país do pau de tinta* (1939); os contos *Minaretas* (1903), *Contos do sertão* (1912), *Novelas doidas* (1921) e *Histórias ásperas* (1928); o romance *Balaiada* (1927); as obras de literatura infantil *Era uma vez...* (1908), *Contos da história do Brasil* (1921), *Varinha de condão* (1928), *Arca de Noé* (1930), *No reino da bicharada* (1931), *Quando Jesus nasceu* (1931), *A macacada* (1931), *Os meus bichinhos* (1931), *História do Brasil para crianças* (1934), *Meu torrão* (1935), *Bichos e bichinhos* (1938), *No país da bicharada* (1938), *Cazuza* (1938), *A descoberta do Brasil* (1930), *História de Caramuru* (1939), *A bandeira das esmeraldas* (1945), *As belas histórias da história do Brasil* (1948), *A macacada* (1949), *Curiosidades da história do Brasil* (1955), *História da liberdade no Brasil* (1962); e as peças teatrais *Sertaneja* (1915), *Manjerona* (1916), *Morena* (1917), *Sol do sertão* (1918), *Juriti* (1919), *Sapequinha* (1920), *Nossa gente* (1924), *Zuzu* (1924), *Uma noite de baile* (1926), *Pequetita* (1927), *Bombonzinho* (1931), *Sansão* (1932), *Maria* (1933), *Bicho papão* (1936), *O homem da cabeça de ouro* (1936), *A marquesa de Santos* (1938), *Carneiro de batalhão* (1938), *O caçador de esmeraldas* (1940), *Rei de papelão* (1941), *Pobre diabo* (1942), *O príncipe encantador* (1943), *O gato comeu* (1943), *À sombra dos laranjais* (1944), *Estão cantando as cigarras* (1945), *Venha a nós* (1946), *Dinheiro é dinheiro* (1949) e *O grande amor de Gonçalves Dias* (1959).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FERNANDES, J. *Brasil*; LUZ, J. *Fran*; MARTINS, M. *Dicionário*.

CORREIA, VITORINO

*militar; rev. 1922; interv. PI 1946; dep. fed. PI 1951-1959; sen. PI 1959 e 1960.

José Vitorino Correia nasceu em Itapicirica (MG) no dia 3 de setembro de 1901, filho de Leopoldo Correia e de Maria Augusta Melo Correia.

Cursou o Colégio Militar de Barbacena, em Minas Gerais, e sentou praça no Exército em fevereiro de 1921, ingressando na Escola Militar do Realengo, na capital da República. Estudava nessa instituição quando eclodiu, em 5 de julho de 1922, a revolta em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa aos militares. Por sua participação nesse movimento, que envolveu no Rio a Escola Militar, o forte de Copacabana e a Vila Militar, e em Mato Grosso o contingente do Exército local, foi afastado do Exército.

Após a vitória da Revolução de outubro de 1930, foi anistiado em novembro seguinte e voltou à ativa como primeiro-tenente comissionado, patente em que foi efetivado em abril de 1932. Servia no 2º Regimento de Artilharia Montada em outubro de 1934, quando foi promovido a capitão. Cursou em seguida a Escola das Armas e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, alcançando o posto de major em abril de 1943. A partir de 1944, foi chefe de Polícia e comandante da Polícia Militar do Piauí.

Com o fim do Estado Novo (29/10/1945) e a consequente redemocratização do país, foi nomeado pelo recém-empossado presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), interventor federal no Piauí. Tomou posse em 14 de maio de 1946 em substituição a Benedito Martins Napoleão do Rego, e em 1º de setembro seguinte foi exonerado, transmitindo o cargo a Manuel Sotero Vaz da Silveira. Durante seu governo, adquiriu, mediante financiamento da Caixa Econômica Federal, três turbinas termelétricas para solucionar o problema da deficiência energética do estado.

No ano de 1947 integrou a comissão construtora de edifícios de apartamentos de oficiais e mais tarde foi diretor do departamento de previdência do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE). Em setembro de 1948 foi promovido a tenente-coronel.

No pleito de outubro de 1950 foi eleito deputado federal pelo Piauí na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumiu o mandato em fevereiro do ano seguinte e, em

dezembro de 1952, foi promovido a coronel. Em outubro de 1954 foi reeleito na legenda da Coligação Trabalhista, constituída pelo PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e em outubro de 1958 obteve a suplência do senador pelo Piauí Joaquim Santos Parente, apoiado pelas Oposições Coligadas, formadas pelo PTB e a União Democrática Nacional (UDN). Deixando a Câmara em janeiro de 1959, ocupou uma cadeira no Senado de julho a novembro de 1959 e de agosto a novembro de 1960.

Faleceu em Teresina em 1974.

Era casado com Jandira Maria de Oliveira Correia, com quem teve um filho.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1946-1967); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1951-1955, 1955-1959); CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934, 1942, 1944, 1947, 1949, 1954); *Movimento de 5*; REGO NETO, H. *Fatos*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores*; SENADO. *Relação*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (2, 3 e 4).

CORREIO DA MANHÃ

Jornal carioca diário e matutino fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt e extinto em 8 de julho de 1974. Foi durante grande parte de sua existência um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se sempre destacado como um “jornal de opinião”.

A PRIMEIRA REPÚBLICA

A fundação do *Correio da Manhã* pode ser relacionada à Revolução Federalista, deflagrada no Rio Grande do Sul nos primeiros anos da República (1893-1894), e aos eventos que a ela se sucederam no cenário político da nação. Sabe-se que Edmundo Bittencourt estava de alguma forma vinculado aos federalistas. Ainda no Segundo Reinado, iniciara sua carreira jornalística em Porto Alegre colaborando em *A Reforma*, jornal pertencente ao conselheiro Gaspar Silveira Martins. Essa formação gasparista e, portanto, oposicionista parece explicar a linha “participante e combativa” que Bittencourt imprimiria a seu próprio jornal.

De fato, declarando-se isento de qualquer tipo de compromisso partidário, o *Correio da Manhã* apresentou-se como o defensor “da causa da justiça, da lavoura e do comércio, isto é, do direito do povo, de seu bem-estar e de suas liberdades”. Em outro nível, o jornal causou grande impacto por sua independência da situação, vindo “romper com os louvores a Campos Sales”, então presidente da República (1898-1902). Finalmente, outra característica do *Correio da Manhã* no momento de sua fundação foi sua aproximação com as camadas menos favorecidas da sociedade.

A primeira campanha levada a efeito pelo jornal — contra o aumento no preço das passagens dos bondes da Companhia São Cristóvão — traduzia esse interesse pelo direito das massas. Desde o primeiro número, o *Correio* fez também campanha contra os jogos de azar e denunciou os funcionários públicos que extorquiam dinheiro de comerciantes. Evaristo de Moraes, um de seus colaboradores, chamava a atenção para os movimentos operários em todo o mundo e para a ação coercitiva das leis brasileiras diante das reivindicações partidas das camadas mais pobres. Além disso, o jornal dava destaque em suas páginas a passeatas e movimentos coletivos.

O oposicionismo do *Correio da Manhã* foi visto pelo próprio jornal, em edições comemorativas posteriores, como o “combate ao controle do poder pelas oligarquias que tentaram durante a Primeira República deter o país num estágio agrícola de produtor e exportador de matérias-primas e importador de manufaturas”.

Na verdade, o jornal era uma espécie de frente organizada para opor-se à situação. Admitindo colaboradores das mais diversas tendências, como o conde Afonso Celso, monarquista, e Medeiros e Albuquerque, simpatizante do florianismo, Edmundo Bittencourt empenhava-se no entanto em recusar caráter neutro a seu jornal. Sua personalidade funcionava como uma espécie de denominador comum entre as diferentes opções políticas de seus colaboradores, constituindo a verdadeira força motriz que impulsionava o *Correio da Manhã* em sua primeira fase. Essa relação entre proprietário e jornal e entre proprietário e corpo de redatores é descrita em *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909), onde Lima Barreto, segundo chave fornecida por seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa, faz detida análise do *Correio da Manhã* nos primeiros anos de sua existência. Numa referência a Edmundo Bittencourt, diz o texto: “Nenhum dos seus redatores tinha uma personalidade suficientemente forte para resistir ao ascendente da sua. Medíocres de caráter e inteligência, embora alguns fossem mais ilustrados que ele, a ação deles no jornal recebia... o sinete de sua paixão dominante, a sua característica; e esta era, a despeito de sua fraca capacidade intelectual, a resistência que o seu cérebro oferecia ao trabalho mental contínuo.”

Mantendo-se portanto sempre avesso tanto à neutralidade quanto ao compromisso partidário, durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) o *Correio da Manhã* aplaudiu a nomeação de Pereira Passos para a prefeitura do Distrito Federal, por considerá-lo homem “sem ligações partidárias e que se tem distinguido principalmente como administrador”. No entanto, não tardaram as críticas à maneira violenta pela qual era aplicada a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, o que deu margem a uma revolta orientada ideologicamente pela oposição. Esse movimento, deflagrado em novembro de 1904, encontrou respaldo no jornal, que agia em dois níveis: de um lado, assumindo o papel de aglutinador da frente formada contra a vacina obrigatória sob a liderança de Mauro Sodré, Alexandre Barbosa Lima e Barata Ribeiro, e, de outro, contestando a própria validade científica da vacina, a qual, segundo o Apostolado Positivista do Brasil, não

passava de um “envenenamento inconsciente da espécie humana através do pus da vaca”.

Essa atitude do *Correio da Manhã* diante da vacinação obrigatória refletia a posição do jornal frente a um fenômeno mais amplo, o do desenvolvimento urbano-industrial do Rio de Janeiro verificado sob o governo Rodrigues Alves. Assim como as medidas de saneamento, a remodelação da cidade iniciada em 1903 tendeu a atingir sobretudo os setores mais desfavorecidos da sociedade. Um artigo assinado por Gil Vidal (pseudônimo de Leão Veloso Filho), primeiro redator-chefe do jornal, chamava a atenção para o fato de que, embora a vacinação fosse obrigatória para todos, “o todo é composto por partes diferentes... Criado ou empregado de residência particular, empregado de negociante, operário de fábrica, operário de oficina, são os casos em que a admissão no emprego está condicionada à apresentação do atestado de vacina... Para os poderosos e para os amigos do governo não haverá, entretanto, vacinação obrigatória”.

Na verdade, o jornal, apoiando os setores menos favorecidos, não fazia mais que arregimentar elementos para constituir aquilo que se poderia denominar uma clientela urbana. Essa clientela iria dar conta da tradição legalista do *Correio da Manhã* daí em diante: a orientação oposicionista, baseada no respeito incondicional à letra da lei, atacando qualquer forma de intervencionismo do Estado e pugnando pelo primado dos preceitos liberais, tendia a cristalizar-se.

Em seguida à revolta popular contra a vacina obrigatória, o *Correio da Manhã* tomou a defesa de Lauro Sodré, que fora detido num navio de guerra. Pouco depois, ao se comemorar o 15º aniversário da República, o jornal lamentou que essa forma de governo não tivesse, ao menos no Brasil, o conteúdo liberal esperado, pois se havia convertido em “regime de insuportável opressão e tirania”.

Em 1906, sentindo-se ofendido por matéria assinada por Edmundo Bittencourt, Pinheiro Machado desafiou para um duelo o proprietário do *Correio da Manhã*, que saiu ferido do embate. O episódio foi significativo, na medida em que definiu com rigor a linha política oposicionista do jornal, sobretudo se se levar em consideração a posição governista do senador durante a Revolução Federalista. Mais tarde, o jornal colocou-se contra a obrigatoriedade do serviço militar, instituída por Hermes da Fonseca, ministro da Guerra do governo Afonso Pena (1906-1909).

Foi, no entanto, por ocasião do início do debate sucessório do governo de Afonso Pena

(1908) e dos fatos subsequentes, que se definiu de forma inequívoca a atuação política do *Correio da Manhã* durante a Primeira República. Ao ser desarticulada a candidatura de Davi Campista, o jornal aproximou-se de Hermes da Fonseca, declarando: “O marechal Hermes conquistou definitivamente o coração do povo.” Em 12 de maio de 1909, data do aniversário do marechal, o jornal fez ampla cobertura da homenagem que lhe foi prestada e que se transformou em manifestação eleitoral. Por outro lado, no momento em que Hermes da Fonseca se declarou candidato, renunciando à pasta da Guerra, Rui Barbosa, que ainda não havia lançado sua candidatura, manifestou-se contrário à eleição do ex-ministro. O *Correio da Manhã* alegou então não haver “quem ignore no país o velho desejo que tem o sr. Rui de ser presidente da República”. A ligação do *Correio da Manhã* com Hermes da Fonseca era o reflexo da aproximação de determinados setores civis com o Exército. O rompimento de Hermes com a situação pareceu ter favorecido o apoio que o jornal lhe conferiu inicialmente. O marechal era o candidato defendido por “cidadãos fora dos círculos partidários”, não estando portanto comprometido com interesses oligárquicos.

No entanto, após a convenção de maio, que confirmou a indicação de Hermes, a posição do *Correio da Manhã* sofreu uma alteração radical, passando a encampar a candidatura Rui Barbosa. Em julho de 1909, artigo assinado por Gil Vidal dizia que “a candidatura Hermes, na sua primeira fase... não [fora] absolutamente do agrado dos chefes políticos que a adotaram na convenção de 22 de maio”. Assim, Hermes já não seria um “grande remédio aos grandes males”, ou seja, não apareceria mais como elemento de contrapeso à existência das oligarquias. Uma vez que o marechal perdera o “apoio popular”, não mais se justificava apoiar ativamente sua candidatura.

Nessa fase, o *Correio da Manhã*, que dera boa acolhida ao governo de Nilo Peçanha — o qual, em 14 de junho de 1909, substituiu Afonso Pena, então falecido —, passou a atacá-lo com desabrida violência, possivelmente em consequência das atitudes por este tomadas contra o antigo ministério, o que parecia indicar uma orientação pró-hermista. Entretanto, no momento em que Rui Barbosa confirmou sua candidatura, em agosto de 1909, o jornal ingressou a seu lado na Campanha Civilista. A partir de então, Hermes da Fonseca passou a ser considerado “o candidato dos analfabetos”. De toda forma, realizadas as eleições em março de 1910, foi ele o candidato vitorioso.

Com a posse de Hermes da Fonseca em 15 de novembro de 1910, o *Correio da Manhã*

passou a chefiar a oposição. Além de criticar o presidente por não ter cumprido sua promessa de anistiar os implicados na revolta dos marinheiros liderada por João Cândido, o jornal criticou também a incapacidade de Hermes da Fonseca diante da hegemonia de Pinheiro Machado no Senado. Isso se tornou ainda mais claro quando Pinheiro Machado passou a disputar com Nilo Peçanha o governo do estado do Rio, e o jornal deu seu apoio ao segundo.

Por ocasião da Primeira Guerra Mundial, Edmundo Bittencourt dirigiu o *Correio da Manhã* para uma posição simpática à Alemanha, o que contrastaria com a anglofilia que iria predominar a partir de 1929. Em 1919, o jornal apoiou mais uma vez Rui Barbosa para a presidência, combatendo a candidatura de Epitácio Pessoa. Diante da vitória deste último, o *Correio* capitaneou a oposição a seu governo (1919-1922).

Durante a campanha da Reação Republicana, que, no momento da sucessão de Epitácio Pessoa, promoveu a candidatura de Nilo Peçanha em oposição a Artur Bernardes, o *Correio da Manhã* colocou-se ao lado do primeiro, declarando-se decididamente antibernardista. O *Correio* foi também o órgão que em outubro de 1921 publicou a série de cartas — conhecidas como “cartas falsas” — supostamente dirigidas por Artur Bernardes ao senador Raul Soares, nas quais era questionada a integridade moral das forças armadas.

A primeira carta publicada pelo *Correio da Manhã* referia-se a Hermes da Fonseca como um “sargento sem compostura”, e terminava conclamando Raul Soares a subornar os militares para conseguir adesões: “A situação não admite temporizações. Os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões.” As cartas chegaram ao *Correio da Manhã* através do senador antibernardista Irineu Machado, que pôs o redator político Mário Rodrigues em contato com o detentor dos documentos, Oldemar Lacerda. Ao longo das diligências que se estabeleceram no sentido de comprovar ou refutar a autenticidade das cartas, o *Correio da Manhã* insistiu com veemência em sua veracidade. Por fim, Oldemar Lacerda confessou tê-las falsificado.

Por ocasião do levante dos 18 do Forte, ocorrido em 5 de julho de 1922, Edmundo Bittencourt foi preso devido à sua posição antibernardista durante a campanha sucessória. Àquela altura, Artur Bernardes já havia sido eleito presidente, embora não tivesse ainda tomado posse, o que só ocorreria em novembro. Na ausência de Edmundo Bittencourt, o jornal foi dirigido por Mário Rodrigues, que acusou o presidente Epitácio Pessoa de

favorecer os exportadores de açúcar, levantando medidas restritivas que haviam sido impostas anteriormente pelo próprio governo. Epitácio Pessoa teria sido subornado com um colar dado a sua mulher. Por suas acusações, Mário Rodrigues foi condenado a um ano de prisão. Com o falecimento de Leão Veloso Filho em 1923, o senador alagoano Pedro da Costa Rego tornou-se redator chefe do *Correio da Manhã*.

O *Correio da Manhã* foi um dos poucos jornais a demonstrar simpatia pelos rebeldes das revoluções de 1922 e 1924. Em agosto de 1924, o jornal teve sua circulação suspensa a pretexto de estar imprimindo em suas oficinas o folheto clandestino denominado *Cinco de Julho*, que supostamente divulgaria as propostas tenentistas. O *Correio da Manhã* só voltou a circular em maio de 1925. Sob o governo de Washington Luís (1926-1930), no momento da aprovação da Lei de Imprensa pelo Senado (1927), o jornal, ainda o grande órgão da oposição, publicou em manchete o artigo “Lei infame, lei celerada”.

A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930

Em março de 1929, quando se iniciava a campanha para a sucessão de Washington Luís, Edmundo Bittencourt transmitiu a direção do *Correio da Manhã* a seu filho Paulo Bittencourt. Apoiando a articulação entre os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que resultou na formação da Aliança Liberal, o jornal defendeu o candidato aliancista Getúlio Vargas contra o candidato oficial Júlio Prestes.

No mês de maio de 1930, o *Correio* protestou com veemência contra o manifesto divulgado por Luís Carlos Prestes opondo-se à Aliança Liberal. Ao mesmo tempo, no mês de junho, estando já confirmada a vitória de Júlio Prestes nas urnas, o jornal manifestou grande decepção diante do pronunciamento de Getúlio acatando os resultados eleitorais. Essa posição, equidistante dos extremos, em última análise aproximava a linha política do jornal das perspectivas tenentistas.

Em 24 de outubro de 1930, finalmente, o *Correio da Manhã* iniciou a cobertura dos fatos relacionados com os primeiros movimentos da revolução. Sob uma manchete que anunciava em letras vermelhas “Triunfou a revolução”, o jornal descrevia a mobilização popular verificada no Rio de Janeiro, acrescentando ainda não haver podido informar a população das notícias dos últimos cinco dias em virtude de proibição governamental. O editorial dessa edição enfatizava o clima de censura imposto à “imprensa independente”

durante o governo de Washington Luís, governo que o jornal qualificava de “criminoso” e “detestável”. O mais importante, no entanto, era a análise do momento político: “É na estrutura econômica e social da Primeira República que se encontra a explicação dos acontecimentos que em poucos meses deram origem ao movimento revolucionário de 1930. A política partidária, a direção dada às atividades econômicas prepararam o país, lenta e seguramente, para a revolução.”

Para o *Correio da Manhã*, a Revolução de 1930 teria duas causas básicas: de um lado, a política partidária impondo a hegemonia dos estados mais fortes e, de outro, a posição tomada anteriormente por Washington Luís em relação à valorização do café. Pode-se notar aqui a conjugação do programa tenentista, encampado pelo jornal, e do descontentamento do Partido Democrático de São Paulo, engrossado por dissidentes do Partido Republicano Paulista. Esse conjunto de fatores seria, no entanto, para a maneira de ver do jornal, consequência das transformações verificadas ao nível das ideias em todo o mundo após a Primeira Guerra Mundial. As novas ideias privilegiariam uma mudança no que se referia à “estrutura da velha sociedade capitalista e à crença na democracia liberal”, e afetariam “todas as classes mais ou menos cultas do país”. E os adeptos da revolução, em virtude de tais alterações, clamavam por “representação e justiça”.

Ao eclodir a revolução, o *Correio da Manhã* defendia basicamente a realização de eleições sem pressões aparentes dos governos, o reconhecimento de deputados e senadores sem interferência do presidente da República, o respeito à autonomia dos estados e, sobretudo, a escolha do chefe do Executivo sem imposição do presidente em exercício.

O GOVERNO PROVISÓRIO E A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Durante o governo provisório, o *Correio da Manhã* manteve-se numa posição ambígua, apoiando parcialmente Getúlio Vargas. Com o desencadeamento, em 1931, da crise entre João Alberto Lins de Barros, interventor em São Paulo, e as lideranças políticas paulistas, o jornal manifestou-se a favor das últimas. Em janeiro de 1932, uma série de editoriais tornava clara a adesão do jornal ao movimento paulista pela constitucionalização. Ainda assim, mesmo se colocando em manifesta oposição aos interesses do governo provisório, quatro dias após o início do movimento revolucionário em São Paulo o jornal ressaltava não ter ligação com qualquer partido político, vinculando-se o tempo todo às

propostas defendidas no momento de sua fundação.

Em setembro de 1933, em dois artigos publicados sob o título “Ratos, ratinhos e ratices”, o *Correio da Manhã* reviveu uma antiga acusação à família Melo Franco, de que esta se teria beneficiado da desapropriação de uma estrada de ferro em 1919, quando Afrânio de Melo Franco era ministro da Viação. Tais artigos tinham por fim solidarizar o jornal com a campanha desencadeada contra o filho de Afrânio, Virgílio de Melo Franco, forte candidato à sucessão de Olegário Maciel em Minas Gerais, e acabaram por motivar a demissão de Afrânio da pasta das Relações Exteriores. Afrânio, tão irritado quanto seu filho, presumiu que os artigos em questão houvessem sido publicados pelo jornal com a anuência do governo. Embora Getúlio Vargas afiançasse seu desconhecimento da matéria, Afrânio não voltou atrás em seu pedido de demissão.

No momento em que se aceleravam os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, o *Correio da Manhã*, dirigido então por M. Paulo Filho, teve a preocupação de fazer uma cobertura minuciosa dos trabalhos parlamentares, registrando tanto os assuntos em pauta como a atmosfera reinante na Assembleia. A partir de janeiro de 1934, embora reservasse a primeira página para assuntos de política internacional, o jornal passou a manter diariamente duas colunas destinadas à cobertura da Assembleia. Uma delas, intitulada “O que houve ontem na Assembleia Constituinte”, acompanhava as sessões passo a passo, transcrevendo praticamente na íntegra os principais discursos. A outra, intitulada “A situação política”, compunha-se de notas envolvendo as articulações políticas feitas nos “corredores” da Assembleia, bem como a situação político-partidária dos estados. Esta última coluna pode ser considerada de grande importância por cobrir acontecimentos ocorridos fora do plenário, e portanto não registrados nos anais, e também por trazer notícias políticas dos diversos estados da Federação, fornecidas pelos correspondentes do jornal e por agências de notícias, como a Havas.

O jornal possuía também nessa época colunas assinadas, entre as quais a mais significativa era a de Costa Rego, seu redator-chefe, que defendia o federalismo, denunciava a situação das contas do governo revolucionário e criticava o Decreto do Reajustamento Econômico. Promulgado para auxiliar os fazendeiros de café, cujas dívidas haviam aumentado em virtude da política cambial do governo, o decreto reduzia à metade as dívidas existentes em 1º de dezembro de 1933, desde que contraídas antes de junho daquele ano. Costa Rego

dividia sua coluna em duas partes, denominando a segunda “Juízo dos feitos da Fazenda revolucionária”. Ali eram denunciados gastos indevidos feitos em diversos pontos do país, numa crítica evidente à atuação de Osvaldo Aranha à frente do Ministério da Fazenda. A censura passou a vigiar Costa Rego, que, em tom irônico, insinuava satisfação pelo fato de ter o censor como leitor assíduo, e pedia a Getúlio que mantivesse essa situação.

Os editoriais do jornal, muitas vezes censurados, investiam igualmente contra o Decreto do Reajustamento Econômico, e desfechavam sucessivas críticas à imigração de elementos indesejáveis. Além de se opor à entrada de sírios e japoneses no país, o *Correio* atacava o governo pela ausência de planejamento no tocante à imigração. A nova reforma tarifária, discutida por técnicos do Ministério da Fazenda e por empresários, recebia também os ataques do jornal, que a acusava de favorecer o empresariado.

Em relação ao movimento integralista, cuja atuação se fazia sentir na época, o *Correio da Manhã* limitou-se, como outros jornais, a noticiar seus distúrbios e a satirizar seus rompantes. Na verdade, o jornal ignorou sua existência. Entre janeiro e abril de 1935, período em que foi discutido o anteprojeto da Lei de Segurança Nacional (projeto Bayma), o *Correio* chegou a suspender sua circulação por 24 horas em sinal de protesto contra o que chamou de “Lei de Opressão”.

A oposição a Getúlio Vargas prosseguia. Por ocasião do aumento dos vencimentos do funcionalismo com base em dispositivos constitucionais, o jornal argumentou que “os escrúpulos de ordem constitucional repetem-se, vê-se, a cada passo, no espírito do homem que já destruiu uma constituição e foi o candidato de si mesmo à sucessão de si próprio”.

O ponto máximo das campanhas do jornal, no entanto, foi o lançamento, em 1937, da candidatura do ministro José Américo de Almeida à presidência da República através de um editorial censurado num dia e liberado no dia seguinte. A partir daí, o *Correio da Manhã* sustentou a campanha, elogiando e destacando a figura de José Américo e publicando quase que diariamente cartas recebidas em apoio ao candidato.

O ESTADO NOVO

No dia 5 de novembro de 1937, o *Correio da Manhã*, sempre dirigido por Paulo Bittencourt, e com Costa Rego na chefia da redação, já denunciava o golpe que ocorreria dias depois. Logo em seguida ao 10 de novembro, iniciou-se um regime de censura

rigorosa, com um censor instalado no jornal lendo todas as matérias. Nesse período, desenvolveu-se o chamado “estilo da censura”, que resultou em artigos com uma mensagem política tão sutil que muitas vezes seu conteúdo não era apreendido nem pelo censor, nem pela imensa maioria dos leitores. Entre os articulistas que se esmeraram nessa técnica destacou-se o jornalista Rodolfo Mota Lima.

O controle do governo sobre o jornal fez com que este ridicularizasse o fracasso do levante integralista de maio de 1938, em que o líder Plínio Salgado pedia que “os fascistas do mundo inteiro se unissem contra a influência dos judeus”.

A posição do *Correio da Manhã* diante da Segunda Guerra Mundial oscilou de um extremo a outro. Inicialmente, em relação aos acordos de Washington, assinados em março de 1939, o jornal declarou que o intercâmbio comercial do Brasil com determinados países europeus (como a Alemanha) não deveria ser abandonado em nome de promessas vagas. Nessa fase, o jornal declarava também que “o primeiro dever de uma nação distante é a neutralidade”. Após 1940, porém, o *Correio da Manhã* mudou de posição, alegando que “nosso país não podia continuar alheio aos anseios democráticos da época”. O jornal acompanhava as decisões do governo em relação à política externa, pontuando sua opinião de acordo com as oscilações que o próprio governo exibia diante da questão. Não é possível, no entanto, assegurar com certeza se a posição do *Correio da Manhã* era coincidente com a de Getúlio Vargas, refletindo as oscilações deste em relação ao Eixo. É mais provável que, durante a ditadura, o controle da censura sobre a matéria publicada fizesse com que esta refletisse em todos os momentos os interesses do governo.

Já definido a favor dos Aliados, o *Correio da Manhã* enfrentou a questão envolvendo o navio *Siqueira Campos*, aprisionado em 1940 pelos ingleses devido ao bloqueio continental quando transportava carga de material bélico da Alemanha para o Brasil. Nesse momento, o general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, iniciou através da imprensa uma violenta campanha contra a Inglaterra e os interesses ingleses. A campanha chegou a tal ponto que o ministro Osvaldo Aranha pediu a Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que recomendasse aos jornais a diminuição da ênfase com que vinham tratando do assunto. Foi nesse contexto que o *Correio da Manhã* publicou, a 19 de janeiro de 1941, matéria paga da Comissão das Indústrias Britânicas, reproduzindo um comentário favorável à Inglaterra feito por Osvaldo Aranha

em novembro de 1940. Góis Monteiro, agindo de comum acordo com o ministro da Guerra, Eurico Dutra, decidiu fechar por tempo indefinido o jornal. No entanto, Getúlio, ao tomar conhecimento da questão, recomendou que nada se fizesse contra o *Correio da Manhã*.

DE 1945 A 1964

Em 1945, no momento em que Getúlio Vargas começava a perder o controle da situação, o *Correio da Manhã* publicou, no dia 22 de fevereiro, uma importante entrevista concedida por José Américo de Almeida ao jornalista Carlos Lacerda. Nessa entrevista, de extrema ousadia para o momento, José Américo criticava abertamente o Estado Novo e reivindicava a convocação de eleições, abrindo assim o caminho para outras manifestações da oposição na imprensa, já que pela primeira vez o DIP não esboçou qualquer reação. A entrevista com José Américo passou a ser posteriormente uma espécie de referencial das posições liberais do jornal, sendo citada com destaque nas edições comemorativas subsequentes.

Uma vez marcadas as eleições para dezembro de 1945, o *Correio da Manhã* optou pelo apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela União Democrática Nacional (UDN). Segundo Lourdes Sola, Paulo Bittencourt teria figurado entre os primeiros integrantes desse partido, embora logo em seguida tivesse entrado em desacordo com seus correligionários, achando que estariam traindo o programa inicial. Sabe-se também que o diretor do *Correio* havia sido amigo de infância de Eduardo Gomes, e que manteve com ele um estreito relacionamento ao longo de toda a vida.

Embora houvesse feito oposição à candidatura do general Eurico Dutra, sob o governo deste o *Correio da Manhã* assumiu uma atitude de expectativa. Carlos Lacerda escrevia artigos em forma epistolar, que terminavam geralmente com uma chamada ao “generalzinho medíocre”. O grande ídolo do jornal continuava sendo o brigadeiro Eduardo Gomes.

Em novembro de 1946, durante a fase em que o Partido Comunista estava na legalidade, o *Correio da Manhã* perguntava de que modo iria o governo opor uma barreira à epidemia comunista. Firme em manter suas tradições liberais, o jornal colocou-se à disposição do ex-presidente Washington Luís, no momento em que este retornou do exílio, para que se defendesse das acusações que pesavam sobre seu governo. Nesse período, contribuiu ainda

para o sucesso e a grande repercussão que tiveram os comandos parlamentares de Café Filho, através da cobertura que lhes dava o redator Heráclio Sales. Segundo o próprio Café Filho, os comandos parlamentares eram incursões feitas de surpresa por deputados nos serviços e repartições do governo. Tinham por fim confrontar as verbas e dotações consignadas pelo orçamento geral da República aos serviços que eram objeto da inspeção com as informações dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos.

No final do governo Dutra, o *Correio da Manhã* passou a apoiar novamente o nome do brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência da República. Desviando-se de sua tradição de análise crítica, encampou sem restrições a candidatura do brigadeiro, passando a apontar a eleição de Eduardo Gomes como a solução para todos os problemas do país. A campanha se iniciou com a manchete “Apoio dos estivadores ao brigadeiro”. Em linhas gerais, o jornal procurava contrapor ao “falso trabalhismo dos pelegos” aquilo que considerava um “trabalhismo autêntico”.

Diante da vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 3 de outubro de 1950, a UDN abriu a questão da maioria absoluta, tentando com isso invalidar os resultados eleitorais. Se por um momento o *Correio da Manhã* encampou a tese udenista, logo em seguida, ligado às suas tradições liberais, passou a combatê-la, defendendo a posse do candidato eleito sem deixar de ressaltar, entretanto, que fizera oposição a seu “trabalhismo falsificado”.

A despeito de seu oposicionismo, o *Correio da Manhã* exerceu grande influência durante o segundo governo Vargas, chegando a pesar nas decisões políticas. Sendo inteiramente contra o monopólio estatal do petróleo, o jornal publicou uma entrevista com Mr. Anderson, presidente da Standard Oil, em que chegava a defender, com base em seus pressupostos liberais, um princípio de reciprocidade no que se referia à exploração do petróleo: os norte-americanos deveriam ter liberdade para explorar petróleo no Brasil, da mesma forma que os brasileiros o poderiam fazer nos Estados Unidos. No entanto, uma vez criada a Petrobras, o jornal passaria a defender-lhe “o imenso patrimônio, propriedade do povo brasileiro, contra a exploração política”.

A partir do decreto de janeiro de 1952, impondo um limite de 10% para as remessas de lucros, o *Correio* tornou a atacar Getúlio Vargas, acusando-o de inclinar-se para a esquerda. Quando da visita de Milton Eisenhower, irmão do presidente dos Estados Unidos, o jornal acusou o governo norte-americano de renegar promessas feitas por Truman, sobretudo

diante das imposições do Banco Mundial para a concessão de empréstimos, imposições essas que não haviam sido apresentadas a Horácio Lafer quando de sua visita aos Estados Unidos em 1951.

O jornal discutiu igualmente a política financeira de estabilização, que tinha por fim deter o avanço inflacionário. Num primeiro momento, o ministro da Fazenda Horácio Lafer havia sido prejudicado em suas tentativas de formular um programa viável de estabilização, pois, enquanto preconizava a limitação da expansão do crédito, o presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jaffet, insistia numa política de crédito fácil. Na questão desencadeada entre Lafer e Jaffet, em junho de 1953, o *Correio* apoiou o primeiro.

O novo ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, e o novo presidente do Banco do Brasil, Sousa Dantas, concordavam quanto à necessidade de um completo programa anti-inflacionário. O déficit seria cortado através de uma política de estrita economia. O Brasil deveria “conter prudentemente a velocidade do processo de industrialização”, ao mesmo tempo “tendo em conta o alívio ou a sobrecarga no balanço de pagamentos”. A partir daí, em outubro de 1953, nasceu o “Plano Aranha”, programa de estabilização apresentado pelo novo ministro defendendo uma política de restrição ao crédito e um novo sistema de controle cambial. O *Correio da Manhã* opôs-se a esse plano.

Em fevereiro de 1954, o jornal apoiou o *Manifesto dos coronéis*, documento assinado por 82 coronéis e tenente-coronéis e dirigido à alta hierarquia militar em protesto contra a exiguidade dos recursos destinados ao Exército e a elevação do salário mínimo em 100%. Em 1º de maio, quando o salário mínimo foi efetivamente majorado em 100%, o jornal desfechou violentas críticas a Getúlio, afirmando: “Para o sr. Getúlio Vargas, que ia caindo em irremediável decadência política, o pior será o melhor. Se a estrutura econômica e social do país entrar a desmoronar, abalada por agitações e indicações perturbadoras, ele tentará aparecer como seu salvador, com um novo regime. Se falhar, que importa? Depois dele, o dilúvio.”

Durante esse período, o jornal chamou a atenção para os pontos nevrálgicos do governo Vargas, travando uma violenta campanha contra a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim). Em agosto de 1954, o jornal apoiou o inquérito policial-militar aberto pela Aeronáutica para apurar as responsabilidades pelo atentado da rua Tonelero, em que foi ferido o jornalista Carlos Lacerda e morto o major-aviador Rubens Vaz. As

investigações trouxeram à luz o chamado “mar de lama”, em que, segundo a oposição, se convertera o governo.

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, o *Correio da Manhã* suspendeu os ataques que dirigia habitualmente ao presidente e publicou um editorial ressaltando o lado trágico do evento. Logo em seguida à posse de Café Filho como presidente da República, Paulo Bittencourt sugeriu-lhe a nomeação de Eugênio Gudin para a pasta da Fazenda, no que foi prontamente atendido. Embora isso demonstrasse a decisiva influência política do *Correio da Manhã*, o próprio Gudin mais tarde negaria empréstimo solicitado pelo jornal ao Banco do Brasil, tendo por fim a aquisição de novas máquinas.

O jornal insistia no que denominava “ortografia da casa”, ou seja, em sua linha política sem compromissos com quaisquer partidos e orientada por uma nítida inspiração liberal. Foi essa possivelmente a causa do rompimento entre Paulo Bittencourt e Eduardo Gomes. O brigadeiro, apoiado pelo *Correio da Manhã* nas eleições de 1945 e de 1950, e considerando a partir de então o jornal como porta-voz da UDN, passara a pressionar Paulo Bittencourt para que este apoiasse a candidatura de Juarez Távora nas eleições de 1955. Segundo vários depoimentos, porém, Paulo Bittencourt não expressava preferência definida por nenhum dos candidatos. Às vésperas das eleições, o jornal afirmou em editorial que “o problema da grande maioria do eleitorado, o mais consciente das realidades brasileiras e mais convicto dos princípios democráticos, era o mesmo problema do *Correio da Manhã*: pela validade das candidaturas e sem candidato que merecesse apoio”. A análise de Paulo Bittencourt acrescentava ainda que, a despeito da existência de quatro candidatos (Ademar de Barros, Juscelino Kubitschek, Juarez Távora e Plínio Salgado), o que ocorria na verdade era a contraposição de duas tendências: de um lado, Juarez Távora e Plínio, que, preocupados com “um moralismo esterilizante”, configurariam um “Brasil passadista, estático e fascistoso, meio-termo entre a Quarta Internacional e a *Rerum novarum*”, e de outro lado Juscelino Kubitschek e Ademar, os quais, descontrolados em “aventurismo e confusão”, estariam voltados para um futuro onde se cortariam as peias do passado. Embora indeciso entre as alternativas que se punham à sua frente, o legalismo característico do *Correio da Manhã* fez com que Paulo Bittencourt defendesse acima de tudo a necessidade do sufrágio: “A soma total de votos, reiterando a expressão da inflexível vontade de legalidade e democracia pode ser — quem sabe? — a salvação do Brasil.”

Por outro lado, paralelamente à atitude de seu proprietário, o *Correio da Manhã* passou a apresentar uma imagem pró-juscelinista, na medida em que um de seus redatores, Álvaro Lins, movia intensa campanha em prol de Juscelino, e outro deles, Edmundo Muniz, desferia violentos ataques contra Juarez Távora. A posição do jornal nunca ficou, porém, definida em relação a um ou a outro candidato. Para o jornalista Luís Alberto Bahia, a posição do *Correio da Manhã* diante das eleições de 1955 deve ser explicada pela fase de transição que a própria estrutura do jornal estaria atravessando naquele momento, passando de uma empresa artesanal de propriedade familiar a uma grande empresa moderna. Assim, verificava-se um conflito entre os pressupostos liberais da primeira fase, em que o jornal defendia a tese da democracia do mercado, e os novos princípios que acabavam de aparecer no cenário econômico brasileiro, como, por exemplo, o combate ao ingresso do capital estrangeiro.

A situação se precipitou com os acontecimentos verificados em novembro de 1955, quando, procurando sustar uma tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, o marechal Henrique Lott afastou Carlos Luz da presidência interina da República. Embora não fosse juscelinista, o *Correio da Manhã* passou a apoiar o candidato eleito com base em seu princípio de defesa incondicional da legalidade, manifestando-se contra a ideia de golpe. Em editorial dessa época o jornal assinalava que “no palácio do Catete, mediante providências e determinações legítimas do Poder Legislativo, já se acha constituído o poder legal do sr. Nereu Ramos, a quem cabia substituir nos termos da Constituição o mandatário infiel, já agora no abandono da presidência da República, lançado aos mares em lugar incerto e não sabido”.

O *Correio da Manhã*, entretanto, havia pensado ter em Juscelino Kubitschek um presidente mais dócil do que este foi na realidade. Durante seu governo, o jornal manteve-se contra a construção de Brasília, a qual, segundo Antônio Calado, poderia provocar um esvaziamento político no Rio de Janeiro, pouco interessante para o papel desempenhado pelo periódico até aquele instante. A campanha de ridicularização do projeto incluiu a publicação de fotos do planalto deserto sob o título “Aí está a nova capital”. O *Correio* fez também oposição à política financeira de Juscelino, exigindo providências urgentes contra a deterioração dos preços dos produtos de exportação do país.

Através do *Correio da Manhã* e da série de reportagens efetuadas por Antônio Calado em

fins de 1959 no Nordeste, as Ligas Camponesas passaram a despertar maior atenção. Embora inteiramente contrário à reforma agrária, o jornal, por ser um órgão liberal, permitiu que se publicassem os textos de Calado. O jornal iniciou também uma campanha pela consolidação da Sudene, defendendo o órgão das investidas que determinados políticos faziam para transformá-lo em mera agência eleitoral.

A campanha eleitoral de 1960 reencontrou o *Correio da Manhã* numa posição independente, mantendo-se ao mesmo tempo distante de Jânio Quadros e considerando o marechal Lott um “homem burro, mas sério”.

O editorial “Sessenta anos”, publicado em 1961 por ocasião do sexagésimo aniversário do jornal, refletia a ameaça sofrida pela antiga “ortografia da casa”: o ideário liberal do *Correio da Manhã* começava a se limitar diante da “arregimentação, da superorganização da vida pelo Estado. Em lugar da vida humana, a vida do rebanho em uniforme”. O jornal considerava o liberalismo individualista por ele sempre defendido como uma posição “a favor do povo”. Declarava ter sempre desconfiado “do poder do Estado, que no mundo inteiro só tem feito crescer, neste século”.

Sob o governo de Jânio Quadros, o *Correio da Manhã* mostrou-se contrário à condecoração de Ernesto “Che” Guevara. Diante da renúncia do presidente, em 25 de agosto de 1961, o jornal condenou em editorial sua atitude, alegando não terem sido suficientemente esclarecidos os motivos de sua “grave resolução”. Considerou que a mensagem de Jânio Quadros à nação era uma “despedida demagógica, destinada a convulsionar o país,... pois só há vagas alusões a forças reacionárias que teriam imposto a renúncia”. Além do editorial, o jornal fez campanha contra a censura disfarçada e a apreensão de jornais nas oficinas após a renúncia.

Mais uma vez fiel à sua tradição legalista, o *Correio* bateu-se pela posse de João Goulart, embora não o apoiasse enquanto político herdeiro de Getúlio Vargas. Essa atitude valeu ao jornal uma edição apreendida, por determinação do governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda, antigo jornalista da própria casa.

Em 1962, na Conferência de Punta del Este, San Tiago Dantas defendeu a não intervenção em Cuba. Entretanto, após o discurso em que Fidel Castro se declarou marxista-leninista, o *Correio da Manhã*, como órgão de envergadura da imprensa brasileira, passou a receber de vários agentes de publicidade pressões sutis no sentido de tomar posição contrária ao

governo cubano. Por essa época, juntamente com a *Folha de S. Paulo*, o *Correio* promoveu o Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base, realizado em São Paulo.

Com o falecimento de Paulo Bittencourt em 1963, o *Correio da Manhã* passou à propriedade de sua segunda mulher, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, após uma questão familiar entre esta e Sybil Bittencourt (filha do casamento anterior de Paulo com Sílvia de Arruda Botelho), a quem coube o imóvel em que funcionava o jornal. A questão só se resolveria definitivamente em 1968.

O jornal manteve-se contrário ao governo de João Goulart, acusando-o de radicalismo político, mas se opôs também ao governo estadual de Carlos Lacerda (de 31/1/1961 a 31/1/1966). O editorial “Terra de ninguém”, publicado em janeiro de 1964, oscilou entre ataques ao governo da União e ao governo do estado, afirmando: “O povo da Guanabara já parece habituado a viver em condições penosas, enfrentando as mais duras provas. A sonegação de gêneros de primeira necessidade, a falta de água constante, a carestia, o racionamento de luz e energia, que começa, acaba e recomeça sem que haja explicações satisfatórias, os movimentos grevistas, as ameaças de *lockout*, tudo contribui para enrijecer a têmpera do povo carioca”; “nem o sr. João Goulart, mais interessado na radicalização política que no governo do país, nem o sr. Carlos Lacerda, mais interessado em fazer da Guanabara um trampolim para a presidência do país do que no governo do estado, ouviam apelos desta ordem.” Três dias mais tarde um outro editorial acrescentava que “o regime é federativo. Atribuições administrativas das mais importantes são confiadas aos estados. Mas em todos os estados — e não só na Guanabara — verificam-se as mesmas dificuldades de vida. Do Acre até o Rio Grande do Sul nada que funcione como devia funcionar. Mas a culpa não é das instituições. É daqueles que são responsáveis pelo funcionamento delas”.

A linha política do *Correio da Manhã* nesse momento é classificada pelo jornalista Edmundo Muniz como liberal-conservadora. Edmundo Muniz afirma peremptoriamente que o jornal não estava a par das conspirações que precederam ao movimento militar de 1964, embora fizesse cerrada oposição ao governo de João Goulart.

Em março de 1964, verificou-se novo ataque ao governo, dirigido desta vez a duas medidas “de natureza demagógica” anunciadas no grande comício promovido no dia 13 do mesmo mês por João Goulart na Central do Brasil: o decreto que desapropriava as terras situadas às margens das rodovias federais e dos açudes para reparti-las entre os lavradores, e o decreto

de encampação das refinarias de petróleo particulares. Quanto ao comício propriamente dito, o jornal considerou-o “uma exibição sem outra finalidade a não ser a de abrir a perspectiva para uma nova atuação governamental que deixa o país de sobreaviso”.

A oposição a João Goulart significava na verdade uma reação do *Correio da Manhã* à ameaça do avanço de uma organização esquerdista de grande porte, o que poria em xeque seus pressupostos liberais. O jornal apoiou a derrubada do presidente por desejar a resolução imediata da crise política reinante. Desta forma, publicaram-se os editoriais “Basta!” e “Fora!” (31/3 e 1/4/1964) no momento em que se deflagrou a revolução. O primeiro configurava uma reação à política de João Goulart, reivindicando basicamente o “respeito à Constituição”, pois o presidente estaria tomando para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo, e perturbando a nação em desenvolvimento através da luta desencadeada contra o Congresso e as reformas de base por este votadas. Enquanto o primeiro editorial apontava uma solução, o segundo exigia a renúncia do presidente: “em função do clima de intranquilidade e de insegurança em que se encontra o país surgido a partir do comando do sr. João Goulart, verificou-se um crime de alta traição contra o regime.” O presidente não poderia permanecer em seu cargo “não só porque se mostrou incapaz de exercê-lo, como também porque conspirou” contra ele, “como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e nos seus últimos atos”.

Embora a redação dos editoriais “Basta!” e “Fora!” seja atribuída a Edmundo Muniz, este refuta a versão, asseverando terem sido ambos os textos coletivos. Apesar de ter participado da elaboração do “Basta!”, não teria concordado inteiramente com seu teor, e se teria mantido alheio à feitura do “Fora!”.

A REVOLUÇÃO DE 1964 E OS ANOS DE DECLÍNIO

Após a queda de João Goulart, o jornal manteve, segundo Antônio Calado, “uma brevíssima lua de mel, com a situação. Depois do Ato Institucional nº 1, o *Correio da Manhã* percebeu que havia um claro indício de que se partia para uma ditadura militar. Passou desta forma a denunciar torturas e arbitrariedades, publicando o editorial “Terrorismo, não” — originariamente um artigo assinado por Edmundo Muniz, encampado por Niomar Bittencourt como editorial do jornal.

Com essa mudança de posição, algumas agências estrangeiras iniciaram um corte na

publicidade do *Correio*, o que significou também o início das dificuldades econômicas do jornal. Como tentativa de solução, o *Correio* foi compelido a aceitar um interventor ligado a essas agências. A partir de então, iniciou-se um processo de remanejamento no quadro de redatores. O cronista Carlos Heitor Cony foi dispensado após publicar um artigo onde dizia ter o Brasil passado de Estados Unidos do Brasil a Brasil dos Estados Unidos. Em seguida, Otto Maria Carpeaux, além de ter sua seção suprimida, ficou impedido de assinar qualquer matéria. Apesar de todas as agruras que acarretou, essa mudança de posição do *Correio da Manhã* definiu-se como um marco na história do jornal.

Seguiram-se diversas manobras do governador Carlos Lacerda contra o jornal, entre as quais uma ameaça de intervenção que provocou indignação na Câmara dos Deputados. Manifestaram-se também contra a atitude de Lacerda a Assembleia Legislativa fluminense, que apoiou por unanimidade uma moção de apoio ao jornal, o Clube de Engenharia de Brasília, e 60 deputados estaduais paulistas, que enviaram a Niomar Muniz Sodré Bittencourt uma mensagem de solidariedade em que manifestavam sua “veemente repulsa ao atentado que se deseja praticar contra a soberania da imprensa livre, símbolo de um povo democrata”.

A edição comemorativa do 64º aniversário do *Correio* (15/6/1965) reafirmava a posição assumida contra a Revolução de 1964. Ressalvando que, embora no ano anterior se tivesse colocado contra João Goulart por este se ter afastado da democracia, o jornal agora passava a combater “os excessos do movimento vitorioso”, e a se colocar “contra o terrorismo e a violência, contra a delação oficializada que avilta o processo de amadurecimento político do nosso povo, contra todas as medidas que se chocam com a ordem jurídica e os princípios democráticos”. Passava também a denunciar cassações de mandatos e direitos políticos, realizadas de “maneira primária, sem explicação e sem possibilidade de defesa”. Clamava igualmente pelas reformas de base, e pelo reforço do processo de industrialização, tendo por meta o desenvolvimento; por fim, chamava a atenção para a necessidade que teriam as “classes produtoras... de trabalho, de segurança, de tranquilidade, de ação criadora para reativar o ritmo de nosso desenvolvimento e melhorar as condições e o nível de vida, assegurando, pelo equilíbrio social, a existência digna de todas as classes”.

Em janeiro de 1966, o *Correio da Manhã* denunciou a infiltração de grupos estrangeiros na imprensa e criticou o sigilo em que trabalhava a comissão criada por portaria ministerial

com o objetivo de investigar as denúncias, porque “a comissão existe justamente para quebrar sigilos”.

Os acontecimentos se precipitaram: no dia 7 de dezembro de 1968, uma bomba foi jogada na sede do jornal, e em janeiro do ano seguinte, já na vigência do Ato Institucional nº 5, Niomar Muniz Sodré Bittencourt foi presa, juntamente com os jornalistas Osvaldo Peralva e Néelson Batista, membros da direção do jornal. A diretoria e o corpo de redatores e gráficos denunciaram as prisões à Sociedade Interamericana de Imprensa. O prédio do *Correio da Manhã* foi cercado por agentes do DOPS, e o jornal foi submetido à censura prévia. No dia 22 de janeiro, Niomar Bittencourt e Osvaldo Peralva tiveram sua prisão preventiva pedida por 30 dias; em março, Niomar continuava detida em sua residência. Anteriormente, a 1ª Auditoria da Marinha havia ordenado a suspensão da circulação do jornal por cinco dias.

Após esses episódios, sobreveio uma aguda crise financeira, motivada basicamente pela queda da publicidade e a retração do número de leitores. Em fins de 1969, finalmente, o *Correio da Manhã* foi arrendado pelo prazo de cinco anos a um grupo liderado por Maurício Nunes de Alencar e ligado à companhia Metropolitana, uma das maiores empreiteiras de obras do país.

O editorial “Definição”, assinado por Maurício Nunes de Alencar, Frederico Gomes da Silva e Paulo de Magalhães, representou uma decisiva alteração na linha política do jornal. Conclamando “todos os brasileiros a participarem da batalha pelo desenvolvimento”, o texto tentava justificar uma série de medidas tomadas pelo governo: “Tem sido extraordinária a colaboração das classes trabalhadora e média para o soerguimento da economia nacional. Os efeitos do combate à inflação sobre elas tem se refletido mais direta e intensamente.” Apesar de tudo, Franklin de Oliveira, diretor de edição, fazia questão de declarar que “o velho *Correio* mudou de roupa, mas não trocou de alma. Continua sendo o mesmo jornal, afeito às grandes causas humanas, de Edmundo e Paulo Bittencourt”.

Ao que parece, porém, pela primeira vez o *Correio da Manhã* se afastava da chamada “ortografia da casa”, ou seja, dos pressupostos liberais que o orientaram desde sua fundação. Até então, suas oscilações em relação ao poder haviam sido ditadas pela fidelidade que devotava à Constituição; seu legalismo o levava alternadamente à oposição e à situação, ainda que, mesmo em defesa do governo, mantivesse sempre uma posição

crítica. A partir do arrendamento, entretanto, o *Correio da Manhã* assumiu pela primeira vez em sua história uma posição governista incondicional.

Em 1971, a edição comemorativa de 70 anos afirmava que “construir o Brasil Grande, através do binômio industrialização e desenvolvimento, é a ordem do dia para o atual governo”. Novamente o jornal tentava remontar às origens, fazendo alarde dos antigos princípios liberais: “O jornal já nasceu combatendo o controle do poder pelas oligarquias que tentaram durante a Primeira República deter o país num estágio agrícola de produtor e exportador de matérias-primas e importador de manufaturas.”

A crise econômica se acentuou. No início de 1973, a *Tribuna da Imprensa* chegou a noticiar o possível fechamento do *Correio da Manhã*, relacionando-o com a crise atravessada na ocasião pela Metropolitana, empresa que seria em última análise responsável pelo arrendamento do jornal. A partir do dia 10 de janeiro, o *Correio* diminuiu o número de páginas para poder se manter em circulação. Ainda a partir desse mês, o jornalista Sebastião Néri, em defesa de Niomar Bittencourt, iniciou através da *Tribuna da Imprensa* uma campanha contra Maurício Alencar e seus irmãos. Estes, ao arrendar o *Correio*, haviam-se comprometido a pagar seu déficit, que chegava na ocasião a 4,5 milhões de cruzeiros, e uma mensalidade de 50 mil cruzeiros a Niomar Bittencourt. Apenas parte do acordo fora respeitado. A campanha denunciava também que o dinheiro vinha da Metropolitana, e, embora não explicitasse a razão pela qual os irmãos Alencar haviam arrendado o jornal, Sebastião Néri insinuava tratar-se de “importante jogada política”. Em maio, o mesmo jornalista noticiou, através da *Tribuna da Imprensa*, que Niomar Bittencourt apresentara na 21ª Vara Cível da Guanabara uma notificação judicial contra Maurício Nunes de Alencar e alguns outros acionistas da Metropolitana. No dia 3 de agosto, o *Correio* foi à justiça contra seus arrendatários; sua proprietária achava que o jornal havia sido transformado num “boletim de empreiteiros”. Os arrendatários seriam “simples prepostos de poderoso grupo econômico, que age sob a forma de sociedade de fato e que tem como membros destacados a Metropolitana, Maurício Alencar, Frederico Gomes da Silva e a Perfex”.

Em contrapartida, o deputado Nina Ribeiro foi à Câmara em defesa dos arrendatários, tentando demonstrar que a crise atravessada pelo *Correio da Manhã* não era mais que o reflexo de um processo mais amplo, o da “concentração” verificada na empresa jornalística

nos últimos anos e responsável pelo fechamento de diversos órgãos de imprensa em todo o mundo. O mais importante, porém, em seu depoimento, eram as considerações tecidas em relação à linha política do jornal; na verdade, a causa da crise financeira havia sido o rompimento com os supostos ideais democráticos da Revolução de 1964. Segundo Nina Ribeiro, Niomar Bittencourt esperava favores do novo governo e, ao ver que tal não sucedera, “obedecendo a interesses inconfessáveis, passou à cômoda posição da mais cega oposição”.

Maurício Alencar, um ano antes do término do prazo do arrendamento, teria desejado devolver o jornal a Niomar Bittencourt, que se recusou a recebê-lo de volta. A crise entretanto prosseguiu, e finalmente, a 8 de julho de 1974, o *Correio da Manhã* deixou de circular. A última edição, de três mil exemplares, era de um jornal com apenas oito páginas. A empresa devia salários atrasados a 182 empregados.

Em vista do disposto na Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que em seu artigo 93 admite a caducidade do nome ou marca quando seu direito não tenha sido exercido durante dois anos consecutivos, revolveu-se editar um número extraordinário do jornal para que não se perdesse o título, dois anos após o fechamento. Finalmente, a 13 de abril de 1977, o título foi arrematado em leilão, pela soma de 480 mil cruzeiros, por um grupo representado por Wilson Nogueira Rodrigues.

EVOLUÇÃO TÉCNICA

O *Correio da Manhã* iniciou suas atividades com uma rotativa Marinoni, comprada por Edmundo Bittencourt de uma empresa pertencente ao senador Francisco Glicério. O próprio Edmundo Bittencourt a substituiu posteriormente por uma Scott, incompleta, que durou até 1929. Com Paulo Bittencourt na direção, encomendou-se em Düsseldorf a máquina de marca Man, em serviço até 1958, quando foi substituída por uma rotativa Hoc, de fabricação e montagem norte-americanas.

Nos últimos tempos, o *Correio da Manhã* passou por duas reformas gráficas básicas: a primeira, quando da substituição da máquina Man pela Hoe, desencadeou uma crise interna, em função das alterações que se verificaram no ritmo do trabalho. Segundo o jornalista Antônio Calado, então redator-chefe, foi extremamente penosa a mudança, pois os operários, afeitos à Man, tiveram que alterar toda a sua rotina de trabalho em função da

nova máquina. Esse período de crise, segundo alguns jornalistas do *Correio da Manhã*, teria propiciado em parte o desenvolvimento de alguns jornais rivais.

Finalmente, a partir de 1969, com o arrendamento, esboçou-se uma nova feição gráfica, onde se destacava a diagramação visualmente dinâmica, com a primeira página em contínua mutação. O jornal passou também para 20 páginas diárias, das dez a que havia sido reduzido durante o período crítico em que fora dirigido por Niomar Bittencourt, e todas as edições passaram a vir acompanhadas de um tablóide.

Carlos Eduardo Leal

FONTE: *Correio da Manhã*.

CORREIO DO POVO

Jornal diário fundado em Porto Alegre no dia 1º de outubro de 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior e ainda hoje em circulação. Destacou-se como órgão independente de vinculações partidárias, embora conservador, gozando de grande prestígio na imprensa do Sul do país.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O *Correio do Povo* surgiu dois meses após o término da Revolução Federalista, que durante três anos opôs republicanos e federalistas no Rio Grande do Sul. Procurando firmar uma posição de alheamento partidário, em seu primeiro número o jornal declarava-se “independente, nobre e forte”, e prometia não se deixar escravizar por “cogitações de ordem subalterna”.

Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, de origem sergipana, fundou o *Correio do Povo* com poucos recursos. De sua primeira redação participavam José Paulino Azurenha, Mário Totta, Sebastião de Leio, José Pinto da Fonseca Guimarães e João Horácio da Silva Paranhos. A intenção de Caldas Júnior era criar um periódico moderno e informativo, preocupado entretanto em representar os interesses das chamadas classes conservadoras.

A articulação do *Correio do Povo* com as elites agrárias — era o jornal lido pelos estancieiros — seria interpretada posteriormente pelo jornalista João Antônio Mesplé como uma prova do interesse exclusivo do jornal pelas questões pertinentes às “classes produtoras”, o que muitas vezes o teria impedido de descer ao “debate político”. A política rio-grandense era dominada na época pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), fundado por Júlio de Castilhos, e tinha sua oposição no Partido Federalista. Em seus primeiros tempos, ainda que mostrasse ligeiras tendências oposicionistas, o *Correio do Povo* na maior parte das vezes manteve-se neutro em relação ao situacionismo gaúcho. Eventualmente teceu críticas ao governo estadual, todas, no entanto, de caráter moderado.

Em 1898, por exemplo, o jornal viu a saída de Júlio de Castilhos da presidência do estado como uma decorrência da “ação dos impulsos partidários”. O presidente estadual se teria deixado “arrastar pelas instigações do jacobinismo destruidor e anarquista”, mesmo sendo um homem “conservador por excelência, e um espírito eminentemente organizador”.

Caldas Júnior conseguiu manter o *Correio do Povo* dentro da linha de neutralidade que

considerava fundamental para a atuação de um bom periódico. Contudo, há referências a dificuldades de ordem material, que teriam afligido o jornal nos últimos anos de vida de seu fundador, morto em 1913. Nesse momento, a propriedade do jornal passou à viúva Dolores Alcaraz Caldas, que, valendo-se do auxílio de Joaquim Alcaraz, seu irmão, a partir de então diretor da empresa, conseguiu superar a crise financeira. Alcaraz e sua irmã mantiveram-se acima das lutas partidárias, conservando a linha política anterior. Segundo João Antônio Mesplé, Alcaraz e Dolores Caldas “nunca eram governistas; às vezes eram oposicionistas”. De 1924 a 1927 o jornal foi dirigido por José Alexandre Alcaraz, irmão mais moço de Dolores, passando a seguir a Fernando Caldas, filho do primeiro casamento de Caldas Júnior, que assumiu a direção do jornal a convite de Dolores. Ligado formalmente à Aliança Libertadora — frente de oposição ao PRR formada em 1924 pelos federalistas e republicanos dissidentes —, Fernando Caldas desviou o *Correio do Povo* para a oposição sistemática à presidência estadual de Antônio Augusto Borges de Medeiros, então chefe do PRR.

Entretanto, ao se aproximar o final de seu mandato, Borges de Medeiros, impedido de se recandidatar pelo Pacto de Pedras Altas (1923), lançou pelo PRR a candidatura de Getúlio Vargas. A subida de Vargas à presidência do estado em janeiro de 1928 iniciou um processo de aproximação entre o PRR e a oposição, reunida a partir de março no Partido Libertador (PL), sucessor da Aliança Libertadora. O *Correio do Povo* considerou a posse de Vargas “uma radiante ascensão. Os do partido que elegeram o novo presidente se regozijam ao ver subir na escada do palácio um representante da nova geração, como símbolo de um estado renovado e não arcaico. E os do partido contrário, os que contribuíram para o golpe nos velhos costumes da continuidade administrativa, também se sentiram satisfeitos”. O apoio unânime à posse de Vargas acabou por aglutinar as oposições gaúchas em torno de seu nome para a presidência da República nas eleições de 1930, como candidato da Aliança Liberal. O *Correio do Povo* encampou as teses aliancistas e tornou-se a ponta de lança do movimento na imprensa do Sul do país.

Por essa época, iniciou-se uma contenda entre Dolores e Fernando Caldas. Este último viria a público através do *Jornal do Brasil* para explicar os motivos pelos quais se desligara do *Correio do Povo*, e também para contestar a matéria publicada nessa folha em 24 de agosto de 1929, na qual era acusado de ter “leviana, precipitada e intempestivamente abandonado

a direção do jornal”.

Segundo suas declarações, Fernando Caldas fora procurado pelo general Firmino Paim Filho, que lhe teria participado haver sido visitado por Joaquim Alcaraz, irmão e procurador de Dolores Caldas. Este último teria proposto ao general a compra do *Correio*, advertindo-o de que um grupo político paulista estava interessado em adquirir o jornal para defender a candidatura de Júlio Prestes à presidência. Segundo Fernando Caldas, isto resultaria na mudança da linha política do *Correio*, “francamente e desinteressadamente” favorável à candidatura de Getúlio Vargas. Para evitar a venda, o general Paim Filho teria procurado alguns amigos e correligionários com objetivo de assumir o jornal. A nova sociedade, da qual fariam parte Maurício Cardoso, José Rizaldone, Odon Cavalcanti e Elisário Paim Neto, seria também integrada por Fernando Caldas, a quem caberia a direção do jornal, “para conservá-lo dentro da mesma orientação”. Paim Filho teria igualmente prometido a Caldas, como diretor, plenos poderes tanto na orientação do jornal quanto nos aspectos administrativos.

Fernando Caldas, entretanto, recusara a proposta, argumentando não concordar com a natureza da transação, que classificou de “chantagem”. A seu ver, o general Paim estaria sendo praticamente obrigado a comprar o jornal para que este mantivesse seu apoio à candidatura Vargas. Fernando Caldas achava que não poderia contribuir para desviar o jornal da orientação que lhe imprimira seu pai, uma linha independente sem ligações ou compromissos de qualquer natureza. Além disso, Fernando Caldas considerava ilusória a autonomia que lhe era oferecida como diretor, pois, se naquele momento concordava com a candidatura Vargas, não poderia garantir seu apoio no futuro. Caldas concluía afirmando que “só uma relativa prosperidade econômica poderia assegurar essa independência absoluta, e os jornais políticos não desfrutam essa situação”. A partir daí, Caldas formalizara seu pedido de demissão.

O *Correio do Povo* acabou não sendo vendido e continuou encampando os princípios aliancistas, apoiando por fim a revolução de outubro de 1930. Nesse sentido, o jornal publicou uma matéria comparando o governo de Washington Luís ao “enxovalho de quatro anos de inépcia, de mentira e de maldade”. Declarou a seguir que, “pela sua posição de estado diretamente interessado na campanha presidencial, o Rio Grande tomara sobre si o ônus da luta, as responsabilidades maiores. Comprometido perante a opinião nacional,

engajara-se ao lado dos irmãos do Centro e do Norte, de todo o Brasil, que lhe trouxeram as energias de seu devotamento e a confiança de sua solidariedade. Se recuasse, o Rio Grande do Sul tornar-se-ia indigno da esperança de milhares, de milhões de brasileiros. Retrocedendo depois de avançar e após tantos sacrifícios, equivaleria a um desnobre e triste *insulamento*, incompatível com a tradição de uma estirpe cujo condotierismo era a melhor reserva de fé para quantos nos seguiram no encontro das urnas e nos seguiram nos acampamentos reivindicadores”. Acrescentou por fim o jornal que, “entretanto, menos por isso que pela mais glorificadora forma de egoísmo, através do desejo de emancipar o Brasil desta inglória era de escravidão cívica, para repô-lo no luminoso plano dos seus destinos, o Rio Grande do Sul empreende agora a grande marcha: Rio Grande, de pé pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heróico”.

DE 1930 A 1964

O *Correio do Povo*, através de seu jornalista André Carrazoni, apoiou os primeiros passos do governo provisório de Vargas. Pouco a pouco, porém, o jornal passou para a oposição, encampando as teses de reconstitucionalização do país e mostrando-se hostil ao interventor José Antônio Flores da Cunha, devido à sua atitude dúbia em relação aos compromissos assumidos com os constitucionalistas de São Paulo.

A partir de 1932, o *Correio do Povo* passou a sofrer violento boicote publicitário por ordem do interventor, tendo tido igualmente sua venda proibida nos trens e nas estações das estradas de ferro. Entretanto, as relações entre o jornal e a situação federal começaram a se atenuar. O próprio Vargas havia sido leitor do *Correio do Povo* no Rio Grande do Sul e era amigo de Francisco de Paula Jó, diretor da sucursal carioca, que obtinha do presidente reportagens inéditas. O jornal mostrou-se contrário à Aliança Nacional Libertadora, realizando, entretanto, ampla cobertura de sua atuação. O *Correio do Povo* foi igualmente avesso à Revolta Comunista de 1935.

Em 18 de dezembro de 1935, a direção do jornal passou a Breno Caldas, filho de Caldas Júnior e de Dolores Alcaraz Caldas. Breno Caldas manteve o *Correio do Povo* na linha iniciada por seu pai, conservando uma posição de neutralidade em relação à situação mesmo após o golpe de 10 de novembro de 1937, que implantou o Estado Novo (1937-1945). Entretanto, em 1943, Breno Caldas entrevistou o general Eurico Gaspar Dutra,

encampando sua tese da necessidade de liberalização do regime.

Nas eleições presidenciais de 1945, que inauguraram a reconstitucionalização do regime, embora se tivesse mantido equidistante da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD), o *Correio do Povo* pendeu mais para o lado do general Dutra, candidato pessedista. Durante o governo Dutra, o jornal manteve-se favorável à situação e apoiou a cassação do Partido Comunista Brasileiro em 1947.

Por ocasião da articulação da candidatura Vargas à presidência da República nas eleições de 1950, o *Correio do Povo* deu seu apoio a Getúlio, embora olhasse com desconfiança algumas das teses de seu programa, caracterizado por um “extremado nacionalismo” e por restrições à entrada do capital estrangeiro no Brasil. O jornal não tomou contudo nenhuma atitude contrária ao monopólio estatal do petróleo e à criação da Petrobras, que foi, aliás, amplamente noticiada.

Em novembro de 1955, o *Correio do Povo* apoiou o movimento liderado pelo general Henrique Lott com o objetivo de assegurar a posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República. A posse do presidente eleito foi vista pelo jornal como um “retorno aos quadros institucionais vigentes”. Embora considerasse Juscelino “um pouco trêfego”, o *Correio do Povo* não fez oposição a seu governo.

No momento em que se desencadearam os debates em torno da sucessão presidencial, o *Correio do Povo* omitiu-se, não se manifestando favorável a nenhuma das candidaturas apresentadas em 1960. Contudo, após a renúncia, em 1961, do presidente Jânio Quadros, o jornal não aprovou a posse do vice-presidente João Goulart. A tomada da Rádio Guaíba — de propriedade de Breno Caldas — pelo governador do estado Leonel Brizola, nessa ocasião, aumentou a indisposição do jornal contra Brizola e Goulart. Combatendo sistematicamente a política de Goulart, o *Correio do Povo* contribuiu para a eclosão do movimento militar de 1964. Segundo Breno Caldas, “a Revolução de 64 foi para nós bem-vinda, desejada e saudada como um acontecimento que merecia o nosso aplauso”. Leonel Brizola declarou por sua vez estar o jornal “atrelado aos interesses do capital monopolista”. Embora favorável ao movimento de 1964 e conformado com o regime de censura imposto a partir de então, o *Correio do Povo*, no dia 20 de setembro de 1972, durante o governo Emílio Médici, teve uma edição proibida por conter matéria relativa à liberdade de imprensa. Breno Caldas concordou em suspender a impressão do jornal desde que o censor

apresentasse uma ordem escrita, o que não ocorreu. Assim, a edição foi rodada e, no momento de sua saída, totalmente apreendida. Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo* em 13 de janeiro de 1979, Breno Caldas declararia que movimentos como o de 1964, “depois de um certo tempo, se esgotam... Talvez o de 64 tenha se prolongado demais e está aí o esgotamento que ele já manifestou de um tempo para cá”.

DA DÉCADA DE 1970 À DE

Em outubro de 1978 Breno Caldas resolveu, ainda que a contragosto, dotar a empresa de um canal de televisão como suporte aos demais veículos, representados pelo *Correio do Povo*, *Folha da Tarde*, *Folha da Manhã* e Rádio Guaíba AM/FM. O lançamento da TV Guaíba, canal 2, exigiu investimento de oito milhões de dólares, logo triplicado devido à maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro de 1979. Não tardou que a empresa acumulasse um prejuízo de quatro milhões de cruzeiros, soma considerável para a época, mas ainda controlável, segundo revelou o próprio Breno Caldas.

Com o atraso dos salários e a cobrança dos credores, os funcionários entraram numa longa greve, mesmo com o jornal fora de circulação desde o dia 16 de junho de 1984 por falta de papel. Breno Caldas chegou a falar com o governador Jair Soares, no palácio Piratini, visando ao empréstimo de algumas bobinas do *Diário Oficial*. Com a recusa do governador, passou a queixar-se de que funcionários e empresários tentavam tirar-lhe a direção do jornal, mas não conseguiriam fazê-lo. Acusaria ainda o governador de ter negado empréstimo do papel da imprensa oficial deliberadamente, para favorecer seu concorrente *Zero Hora*.

Em meados dos anos 1980, portanto, o *Correio do Povo*, que fora a sexta empresa em lucro líquido no Brasil em 1972, segundo a revista *Exame* — e tendo Breno Caldas reunido a sexta maior fortuna pessoal do Brasil em 1969, de acordo com a revista *Visão* —, estava insolvente. O maior credor era o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a quem Breno Caldas acusava de recusar-se a prorrogar a dívida. Embora os jornais *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã* também houvessem fechado, a Rádio Guaíba manteve-se precariamente em funcionamento. Um grupo de empresários liderado por Jorge Gerdau Johanpeter propôs-se cobrir os salários atrasados e comprar o papel para a volta do jornal. Enquanto isso, as ações da dívida do Banrisul seriam lançados no mercado, a fim de captar mais

dinheiro. Como a dívida aumentasse significativamente, o Banrisul acabou não mais concordando com a transação. Breno Caldas resolveu então negociar sozinho a crise, desfazendo-se da maior parte de seus bens e saldando a dívida com o Banrisul. O patrimônio do proprietário do jornal reduziu-se a 10% do original.

O *Correio do Povo* ressurgiria somente dois anos depois, no dia 1º de junho de 1986, com novo diretor, nova linha editorial e novo formato. A propriedade da Cia. Jornalística Caldas Júnior passara ao plantador de soja Renato Bastos Ribeiro, um dos homens mais ricos do Brasil. A aquisição do *Correio do Povo*, segundo Carlos Bastos Ribeiro, diretor administrativo e irmão de Renato Bastos Ribeiro, deveu-se a um projeto de diversificação **dos negócios da família.** A nova direção prometia, contudo, continuar com a mesma ética “e a prestação de um serviço jornalístico que estaria acima dos interesses pessoais ou partidários”. O jornal foi totalmente informatizado, passou a funcionar com um pequeno grupo de funcionários e voltou a circular em todo o estado, com grande tiragem, sendo impresso simultaneamente em Porto Alegre, Carazinho e Caçapava do Sul. A TV Guaíba também voltou a funcionar, mas o mesmo não aconteceu nem com a *Folha da Tarde* nem com a *Folha da Manhã*.

Em março de 2007, o *Correio do Povo* e o Edifício Hudson, onde funcionava a redação do jornal, no centro de Porto Alegre, passaram a fazer parte do conglomerado controlado pelo bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, e dono da Rede Record.

Em seus mais de cem anos de existência, passaram pela redação do *Correio do Povo* nomes como Nestor Ericksen, Otelo Rosa, Luís Vergara, Manuelito de Ornelas, Carlos Rizini, Mem de Sá, Rafael Callage, Gaston Hasslocher Mazon, Francisco de Paula Job, João Bergmann, Sadi Rafael Saadi, na crônica policial, e Daniel Job, o grande incentivador da reportagem geral. E ainda Arquimedes Fortini, Alcides Maia, Edgar Luís Schneider, Roque Callage, Francisco de Leonardo Truda, Luís Cândido de Lacerda, Renato Costa, Dario Brossard, Miranda Neto, Heitor Pires e Aldo Obino. Entre os diretores destacam-se Emílio Kaemp, Dionélio Machado, Arlindo Pasqualini, Alcides Gonzaga, Paulo de Gouveia, Rivadávia de Sousa e, na última fase, Antônio Carlos Ribeiro e Adall Borges Fortes da Silva, entre outros.

Sérgio Roberto Dillenburg

FONTES: CALDAS, B. *Meio século*; DILLENBURG, S. *Correio do Povo*; ENTREV.
MESPLÉ, J.; *Folha de S. Paulo* (13/1/1979); FORTINI, A. *Revivendo*; *Globo* (1/10/1975);
GONZAGA, A. *Homens*; *Imprensa* (2, 16, 21); *Jornal do Brasil* (3/8/1929)..

CORREIO PAULISTANO

Jornal lançado no dia 26 de junho de 1854 em São Paulo. Foi seu fundador Joaquim Roberto de Azevedo Marques, proprietário da Tipografia Imparcial, e seu primeiro redator Pedro Taques de Almeida Alvim. Deixou de circular em 1963.

PRIMEIROS TEMPOS

Nascido liberal, o jornal, segundo José Freitas Nobre, em pouco tempo tornou-se conservador: premido “por uma série de circunstâncias, especialmente as de caráter financeiro... teve que ceder à pressão política do Partido Conservador, a ele aderindo de maneira pública, perdendo um pouco do prestígio que conquistara na sua orientação independente”. Em fins da década de 1860, entretanto, rompida a conciliação entre liberais e conservadores, a linha editorial do jornal optou pelos primeiros.

Fundado o Partido Republicano Paulista (PRP) em 1873, o periódico tornou-se seu órgão de divulgação e em 1874 foi comprado por Leôncio de Carvalho, adotando uma linha reformista. Em 1882 assumiu a direção editorial Antônio Prado, que imprimiu ao jornal a orientação de defesa do abolicionismo, e posteriormente de defesa da ordem republicana. Nascido, portanto, como um órgão de imprensa liberal e independente, logo a seguir conservador e dependente do poder político oficial da província de São Paulo, novamente adepto da trilha liberal, abolicionista e republicana, o *Correio Paulistano* tornou-se mais uma vez oligárquico e conservador depois do advento da República, atingindo nesse período sua maioridade e prestígio juntamente com o PRP, então dirigido pelos oligarcas paulistas Manuel Ferraz de Campos Sales, Prudente de Moraes, Antônio Prado e Francisco de Paula Rodrigues Alves, entre outros.

PORTA-VOZ DO PRP

O *Correio Paulistano*, como órgão oficial do PRP, lançou, após o advento da República, a campanha pela constitucionalização, lutando contra as intervenções federais, notadamente em São Paulo. Também como porta-voz do PRP, veiculou os ideais das oligarquias locais, apoiando seus líderes mais proeminentes. O ano de 1928 foi assim comentado: “O ano que ontem decorreu em São Paulo, como para o Brasil inteiro, num

ambiente de perfeita ordem, [assinalou] uma das nossas fases de maior e mais intensa prosperidade... Governa o Brasil um homem de têmpera, do civismo e da honestidade inquebrant veis do sr. Washington Luís. Governa São Paulo um homem de patriotismo, de esclarecida visão e da autoridade moral do sr. Júlio Prestes” (1/1/1929). O editorial ressaltava ainda o clima de “ordem, tranquilidade e trabalho”, destacando a estabilização cambial que aumentava o volume de negócios e o intercâmbio comercial: “A nossa lavoura prosperou. Prosperaram as nossas indústrias.”

O Partido Democrático (PD) de São Paulo era seu alvo principal de crítica, dela não escapando também Joaquim Francisco de Assis Brasil, líder do Partido Libertador (PL) do Rio Grande do Sul (24/1/1929). Ainda em 1929, embora achasse prematura a busca de nomes para a presidência da República, o jornal foi levado a apoiar, já desde o início de agosto, a candidatura de Júlio Prestes ao cargo. Obviamente os candidatos da Aliança Liberal não mereceram nenhum destaque em suas páginas, sendo assim comentadas as eleições de 1930: “Os democráticos não reelegeram seus deputados por falta de votos. E quem não dispõe de elementos eleitorais não pode ter a pretensão de conquistar cargos eleitorais. Acusar-se o PRP porque os venceu, sem esforço, elegante e brilhantemente, numa luta leal em que nada foi negado ao adversário, nem mesmo a licença de descer   agressão insólita à autoridade constituída,   imperdoável injustiça” (5/4/1930).

A partir dos primeiros dias do mês de setembro de 1930, porém, o presidente eleito Júlio Prestes praticamente deixou de ocupar com destaque o noticiário do jornal. E nas vésperas da Revolução de 1930, publicaram-se notícias, ocupando duas colunas do jornal, sobre a manobra militar da 2  Região Militar e da 2  Divisão de Infantaria. Na página 3 do *Correio Paulistano* da edição de 4 de outubro de 1930 noticiavam-se os boatos referentes ao movimento revolucionário com o seguinte título, que se repetiria nos dias subsequentes: “Movimento contra o crédito e a honra do Brasil”. Dizia a matéria: “Circularam, ontem à noite, veiculados por estações radiotelegr ficas clandestinas, localizadas em pontos diferentes, boatos anunciando que em Minas se teria verificado um movimento perturbador da ordem. Não queremos dar crédito a semelhantes notícias, mas se o fato for verdadeiro, devemos, todos, ter a segurança de que as forças do Exército, da Armada e da polícia da maioria das unidades da Federação marchar o prontamente contra os agitadores, jugulando qualquer manobra sediciosa na defesa da República, da lei e das autoridades constituídas.”

Em consequência dos acontecimentos de outubro de 1930, assim como os jornais que apoiaram a situação ligada à oligarquia rural e urbana do PRP, o *Correio Paulistano* deixou de ocupar papel relevante na história da imprensa política do país, passando a ter uma existência secundária. Assim é que o jornal teve sua oficina desapropriada, reaparecendo somente em 1934, como propriedade da Sociedade Anônima Correio Paulistano, sem perder sua função de órgão do PRP. Esse reaparecimento veio com a marca de oposição ao governo de Getúlio Vargas. A eleição indireta de Vargas pelo Congresso Nacional foi assim interpretada: “Consumou-se o atentado contra o espírito republicano e as nossas tradições democráticas” (18/7/1934). Por coerência, contrário à interventoria paulista, o jornal foi sempre desfavorável ao comunismo, ou mesmo a qualquer mudança na legislação com medidas inovadoras ou renovadoras, e sempre favorável à autonomia dos estados. E assim permaneceu no decorrer do período estado-novista (1937-1945).

O PÓS-1945

Quando do processo de redemocratização, em novembro de 1945, o *Correio Paulistano* publicou o seguinte editorial: “Precisamos regressar à normalidade da vida institucional... Justamente porque se supôs, ou se tem mesmo razões para crer, que alguma força se preparava para opor obstáculos à realização do regresso pleno à vida institucional, fez-se um movimento com apoio nas classes armadas. Esse movimento foi vitorioso, em nome da idéia de que era mister a existência de um governo sinceramente empenhado em realizar o pleito de 2 de dezembro. Em boa análise dos fatos, essa é a missão desse governo.”

Quanto às conquistas trabalhistas, eram irreversíveis: “É fora de dúvida que a ação de um governo, mais ou menos inclinado a atender a essas realizações, pode realizá-las mais ou menos rapidamente, facilitá-las ou não, ampliá-las ou não. Mas nunca revogar o que já está feito, ou pensar em deter a marcha normal da transformação político-social que se operou no Brasil” (4/11/1945).

A partir de então mudou a direção do jornal, aparecendo como diretor João Sampaio e como redator-chefe Luís Antônio da Gama e Silva. No pleito de 1950 o jornal apoiou as candidaturas de Cristiano Machado, do Partido Social Democrático (PSD), em nível federal, e de Francisco Prestes Maia, apresentado pela União Democrática Nacional

(UDN), em nível estadual.

Na edição de 25 de agosto de 1954 o *Correio Paulistano* afirmou que, “abatido pela grave crise política, suicidou-se na capital do país o presidente Getúlio Vargas”. A notícia era discreta, ocupando pouco espaço no jornal.

Em 1955 o jornal assistiu a nova mudança, passando a ocupar o cargo de diretor João de Scantimburgo. O *slogan* “Órgão do Partido Republicano” foi substituído por “O jornal mais antigo de São Paulo”, reflexo da pequena expressão do antigo PRP na nova constelação partidária. O jornal passou então a assumir uma linha editorial independente do aval partidário. Tanto assim é que em 1955 realizou apenas a análise das candidaturas à presidência da República, sem se definir claramente por nenhum dos pleiteantes, embora em setembro daquele mesmo ano afirmasse que os antigos perrepistas apoiavam a candidatura de Juarez Távora.

A 29 de outubro de 1955, quando boatos de oposição militar e comentários de golpe militar para impedir a posse dos candidatos eleitos Juscelino Kubitschek e João Goulart circulavam por toda parte, o jornal defendeu a legalidade, apesar de o “sr. João Goulart não ter qualidades para o exercício da vice-presidência: foi porém eleito, e deve ser empossado, devendo, outrossim, sua posse ser garantida” (29/10/1955).

Nas eleições de 1960 o diretor do jornal, João de Scantimburgo, em comentário assinado, divulgou a candidatura do marechal Henrique Teixeira Lott à presidência da República. Coincidiu com a derrota do candidato o fato de o diretor do jornal deixar o cargo, assumindo em seu lugar Péricles Eugênio da Silva Ramos como diretor e redator-chefe. O *Correio Paulistano* apresentou então um novo *slogan*: “O bandeirante da imprensa paulista.” E foi com esse *slogan* que, após deixar de circular durante dois meses no decorrer de 1963, retornou a público divulgando a figura de João Goulart e criticando Carlos Lacerda. Finalmente, o periódico deixou definitivamente de ser editado em meados do segundo semestre de 1963.

Amélia Cohn
colaboração especial

COSTA JÚNIOR, Antônio José da

*const. 1891; dep. fed. SP 1891-1905 e 1906-1917.

Antônio José da Costa Júnior nasceu em Campo Belo (RJ) no dia 21 de novembro de 1843, filho de Antônio José da Costa e de Inácia Emília da Costa e Silva.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1864, exerceu a advocacia na cidade de Resende (RJ) e em seguida passou a residir em São Paulo, onde continuou a advogar e se tornou fazendeiro, adquirindo terras que ocupavam boa parte do atual bairro da Água Branca. Filiado ao Partido Liberal, elegeu-se deputado provincial para a legislatura 1880-1881. Na eleição seguinte, já sob o sistema de eleição distrital, conseguiu ser reeleito pelo terceiro distrito.

Proclamada a República e convocadas eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito deputado por São Paulo. Após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, exerceu o mandato ordinário entre junho daquele ano e dezembro de 1893, logrando a reeleição para mais quatro legislaturas. Deixou a Câmara dos Deputados em dezembro de 1905, mas em 24 de setembro de 1906 foi eleito para a vaga aberta em virtude do falecimento de José Rebouças de Carvalho. Renovou o mandato em mais três legislaturas consecutivas, encerrando sua longa permanência na Câmara em dezembro de 1917.

Faleceu no dia 7 de abril de 1919.

Era casado com Ana Inácia de Macedo Costa, de cujo matrimônio nasceram nove filhos.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; D'AMBRÓSIO, O. *Ourinhos*; Família Queiroz Botelho. Disponível em:

<<http://pagfam.geneall.net/4001/pessoas.php?id=1078989>>,

<<http://pagfam.geneall.net/4001/pessoas.php?id=1078907>>.

COSTA JÚNIOR, José de Almeida Martins

* dep. fed. RS 1894-1899.

José de Almeida Martins Costa Júnior nasceu em Penedo (AL) no dia 26 de outubro de 1866, filho de José de Almeida Martins Costa e de Júlia Cecília Ribeiro Campos Martins Costa.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, instituição que teve papel de destaque na formação das elites políticas e culturais do Rio Grande do Sul durante o século XIX e início do século XX.

Após formar-se em São Paulo, passou a atuar como advogado em Porto Alegre, cidade onde seu pai era desembargador. Durante os últimos anos da Monarquia no Brasil, Costa Júnior foi promotor público em Cachoeira do Sul (RS) de 1888 a 1889. Ainda nesse último ano retornou para Porto Alegre, onde atuou como promotor público de novembro daquele ano até outubro de 1890.

Era filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), criado em fevereiro de 1882, ainda durante a Monarquia, por adeptos do regime republicano. O PRR defendia a eleição direta dos chefes dos executivos federal, estadual e municipal; o voto livre e público; a liberdade de pensamento e de expressão, de reunião e de associação, e o ensino primário leigo e gratuito. Propunha ainda a autonomia dos municípios e estados. Estes últimos deveriam ser regidos por constituições e leis próprias e isentos da intervenção da União, a não ser nos casos em que o regime republicano federativo estivesse ameaçado.

O órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense era o jornal *A Federação*, criado em janeiro de 1884 e que foi decisivo para o êxito da história do PRR. Afinal, os jornais eram os mais importantes veículos de comunicação social e de propaganda política ao longo do século XIX. Vale destacar que a fundação de uma imprensa republicana ainda na vigência da Monarquia não era uma novidade no país, pois, desde o lançamento do Manifesto Republicano de 1870, começaram a surgir jornais que defendiam abertamente a mudança do regime político no Brasil. No entanto, estes jornais não estavam isentos de represálias do

governo imperial.

O PRR seria extinto em 1937, juntamente com os demais partidos do país, após a implantação da ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas. O partido governou o Rio Grande do Sul de 1882 a 1930, ininterruptamente. Seus maiores líderes foram Júlio de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros.

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis, derrubou a Monarquia e proclamou a República, encerrando o período imperial no Brasil. Neste mesmo dia foi instituído um Governo Provisório republicano, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Durante esse Governo Provisório, as Assembleias Provinciais foram fechadas. Em 25 de fevereiro de 1891, um dia após a promulgação da primeira Constituição republicana no país, Deodoro foi eleito para a presidência, tornando-se o primeiro presidente eleito da República brasileira.

Em 1894, já sob o novo regime republicano, Martins Costa foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense. Vale lembrar que, nessa época, os Estados e o Distrito Federal eram divididos em distritos eleitorais. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, durante a segunda legislatura, em 22 de novembro de 1894, na qual permaneceu até 31 de dezembro de 1896. Durante essa legislatura, a Câmara dos Deputados teve como presidentes Francisco de Assis Rosa e Silva (de 17 de maio de 1894 a 31 de dezembro de 1895) e Artur César Rios (de 19 de maio de 1896 até o fim da legislatura nesse mesmo ano).

Em 1897 foi reeleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul e exerceu seu mandato na terceira legislatura de 3 de maio de 1897 a 10 de maio de 1899. Os presidentes da Câmara dos Deputados durante esta legislatura foram Artur César Rios (de maio de 1897 a 1898) e Carlos Vaz de Melo (de maio de 1899 até o final da legislatura nesse mesmo ano).

No Rio Grande do Sul, José de Almeida Martins da Costa Júnior ocupou o cargo de Secretário da Fazenda do Estado, durante o primeiro governo de Borges de Medeiros, líder do Partido Republicano Rio-Grandense e sucessor político de Júlio de Castilhos, que

governou o Rio Grande do Sul de 1898 até 1908, tendo posteriormente assumido um novo mandato, de 1913 a 1928.

Em 24 de outubro de 1930, um golpe militar liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que ficou conhecido como Revolução de 1930, depôs o presidente da República Washington Luís, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes, levou Getúlio Vargas ao poder e pôs fim ao período da chamada Primeira República. A partir de então, teve início um novo período na história contemporânea do Brasil, marcado pelo longo e ditatorial governo de Getúlio Vargas.

No Rio Grande do Sul, Vargas nomeou o general Flores da Cunha como interventor federal no Estado, de novembro de 1930 a abril de 1935, quando este foi eleito e empossado como governador. Antes, porém, de 1932 a 1933, Flores da Cunha indicou José de Almeida Martins Costa Júnior para o Tribunal de Honra, que tinha a função de apreciar a conduta do interventor do Rio Grande do Sul em relação à chamada Revolução Constitucionalista de 1932, que havia eclodido em São Paulo, já que o general Flores da Cunha havia sido acusado de apoiar os revoltosos paulistas, que se opunham ao governo de Getúlio Vargas e, entre outras coisas, exigiam uma nova Constituição para o país.

José de Almeida Martins Costa Júnior faleceu em Porto Alegre no dia 1º de janeiro de 1945.

Era casado com Maria do Carmo Carvalho Martins.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, 2); ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-Grandense (verbete temático). Disponível em:

<<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 14/05/2011; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; COSTA E SILVA, R. *Notas*; Família Martins Costa. Disponível em: <<http://www.martinscosta.org>>. Acesso em:

14/8/2011; FERREIRA FILHO, A. *História*; FRANCO, S. *Dicionário*; SÁ, M. *Politização*.

COSTA NETO

*dep. fed. MT 1903-1905.

José da Silva Costa Neto nasceu em Recife no dia 11 de abril de 1863.

Bacharel em direito, foi promotor público em Escada (PE) e advogou nessa cidade, como também em Recife, e ainda nos estados do Rio Grande do Norte, Sergipe e Mato Grosso. Colaborou no *Diário do Comércio* de Maceió em 1896 e no *Jornal do Recife* de 1897 a 1899.

Foi deputado estadual em Pernambuco em 1898 e secretário de governo em Mato Grosso de 1901 a 1902, durante a gestão de Antônio Alves de Barros. Nesse mesmo período foi professor do Liceu Cuiabano. Em 1903 foi eleito deputado federal por Mato Grosso. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse mesmo ano, exerceu seu mandato até dezembro de 1905, quando se encerrou a legislatura.

Faleceu em 26 de maio de 1912.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; CÂM. DEP. Deputados brasileiros.*

COSTA, Afonso Gonçalves Ferreira da

*dep. fed. PE 1897-1911.

Afonso Gonçalves Ferreira da Costa nasceu em Recife no dia 28 de abril de 1870. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e advogou por muitos anos, além de ter sido professor de português e literatura no Ginásio de Pernambuco.

Iniciou sua vida política depois da proclamação da República (15/11/1889). Foi prefeito interino de Recife e deputado estadual em Pernambuco por duas legislaturas. Em 1897 foi eleito deputado federal e assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Várias vezes reeleito, permaneceu na Câmara até dezembro de 1911 e durante esses anos fez parte da Comissão de Instrução Pública, foi presidente da Congregação da Marinha Mercante Brasileira, consultor jurídico da Federação de Marinha Mercante e diretor do Serviço de Informações e Divulgações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1912 criou o *Boletim do Ministério da Agricultura*. Nos anos de 1930, depois da chegada de Getúlio Vargas ao poder, foi diretor de contabilidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

No campo jornalístico, colaborou com o *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, e, em Pernambuco, com a *Revista Pernambucana*, *A Cidade* e *Revista de Instrução Pública do Estado de Pernambuco*.

Publicou *O ensino e minha atitude na Câmara dos Deputados* (1907), *Questões gramaticais – estudos e fatos da língua portuguesa* (1908), *A Marinha Mercante no Brasil, estudos, projetos e reformas* (1910), *A caixa de conversão e a taxa cambial* (1910), *Questões econômicas – fatores de nossa riqueza – entreves a produção – comércio exterior* (1918), *O gênio de Camões – Os Lusíadas – estudos críticos* (1921), *Comércio de exportação do Brasil para França Inglaterra e Alemanha* (1925), *Língua portuguesa – resposta à crítica* (1922), *Conferência Parlamentar Interna de Comércio – o momento brasileiro em relação a cada uma das teses que constituem o assunto da conferência* (1927), *Ecos da conferência interparlamentar de comércio* (1927), *Cartels e trusts* (1927), *Comércio e exportação de frutas. Exportação geral de frutas. A grande soma das exportações é representada pelas bananas para o Prata. Os mercados da Europa. As responsabilidades que se oferecem ao Brasil. Memorial apresentado ao Sr. Ministro da*

Agricultura (1927), A produção agrícola do Brasil em 1927 e o seu comércio exterior (1928), Comércio do Brasil com o Uruguai. Intercambio comercial Brasil – Uruguai. Declínio das exportações do Brasil. Informações prestadas por Helio Lobo. Nomeação de uma comissão de quatro membros para estudar o assunto. Parecer apresentado ao Sr. Ministro da Agricultura (1928), A Amazônia e a borracha – necessidade de capitais que explorem sua riqueza (1928), Confronto necessário (1928), Intercâmbio comercial do Brasil em 1927 (1928), A cultura da videira e a vinicultura no Brasil (1929), O arroz – produção e comércio (1929), Produção, comércio e o consumo de batatas (1929), Galicismos e não galicismos. Galicismos vocabulares. Galicismo de acepção. Galicismos sintáticos (1929), A produção mundial de açúcar – a produção, o consumo e a crise (1930).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Grande encic. Delta Larousse*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

COSTA, ALFREDO RIBEIRO DA

*militar; comte 1ª RM 1923-1924; min. STM 1926-1938.

Alfredo Ribeiro de Costa nasceu em Salvador no dia 30 de abril de 1867, filho de Inácio Loiola da Costa.

Sentou praça em março de 1883, ingressando mais tarde na Escola Militar, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Em abril de 1889 foi promovido a alferes-aluno e, nessa condição, participou das operações realizadas pela 2ª Brigada, sediada no bairro de São Cristóvão, no Rio, durante a proclamação da República (15/11/1889). Em janeiro do ano seguinte foi promovido a alferes e, dias depois, a tenente.

A partir de setembro de 1893, servindo no 1º Regimento de Cavalaria, sediado no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, tomou parte na repressão à Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto que envolveu a esquadra fundeada na baía de Guanabara e se estendeu até março do ano seguinte. Em 9 de março de 1894, dias antes do término da revolta, foi promovido a capitão.

Em julho de 1895, foi nomeado instrutor de cavalaria na Escola Militar. Exerceu a função até maio de 1897 e, entre fins de 1898 e janeiro do ano seguinte, comandou o Esquadrão do Corpo de Transportes. Um ano depois, foi designado secretário do inspetor dos corpos do 5º Distrito Militar e encarregado da inspeção do 13º Regimento de Cavalaria. De novembro de 1902 a janeiro de 1904 comandou da 4ª Companhia de Alunos do Colégio Militar, e entre abril e agosto desse último ano foi ajudante de ordens do ministro da Guerra, general de brigada Francisco de Paula Argolo. Sua missão seguinte foi o comando do Regimento de Cavalaria da Brigada Policial do Distrito Federal (atual Regimento Caetano de Farias, da Polícia Militar do Rio de Janeiro). Em agosto de 1908 recebeu a patente de major e em setembro do ano seguinte deixou o comando que exercia.

Em dezembro de 1909, assumiu a chefia do estado-maior da 8ª Divisão, onde ficou durante um ano. Promovido a tenente-coronel por merecimento em maio de 1911, de julho a setembro desse ano exerceu sucessivamente os comandos do 8º Regimento e da 2ª Brigada de Cavalaria, permanecendo cerca de um mês em cada posto. De janeiro do ano seguinte a abril de 1914 comandou o 13º Regimento de Cavalaria, sendo promovido a coronel por merecimento dias antes de deixar esse posto. Três meses depois, tomou-se comandante do

1º Regimento de Cavalaria. Durante o mês de março de 1916 comandou interinamente a 4ª Brigada de Cavalaria, e no ano seguinte assumiu o comando do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Promovido a general de brigada em setembro de 1920, comandou, a partir de março de 1921, a 6ª Brigada de Infantaria e, a partir de outubro desse ano, a 1ª Brigada de Infantaria. Em janeiro de 1922, foi designado comandante interino da 1ª Região Militar, com sede no Rio de Janeiro, e um ano depois, promovido a general de divisão, acumulou o exercício desse cargo em caráter efetivo com a chefia da 1ª Divisão de Infantaria, onde permaneceu até outubro de 1924.

NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Nomeado para o Supremo — hoje Superior — Tribunal Militar (STM) em substituição ao ministro Luís de Medeiros em julho de 1925, Alfredo Ribeiro da Costa permaneceu na condição de juiz interino até setembro do mesmo ano. Em abril de 1926, foi novamente chamado a servir no STM, sendo nomeado em novembro ministro efetivo. Sua posse ocorreu no dia 11 desse mês.

Em maio de 1929, foi transferido para a reserva, mas nem esse fato nem a vitória da Revolução de 1930 afetaram sua permanência no STM. Em 13 de setembro de 1937 atuou na sessão em que essa corte julgou as apelações dos condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), acusados de ter participado do levante patrocinado pela Aliança Nacional libertadora (ANL) em novembro de 1935. Segundo o historiador Hélio Silva, o general Ribeiro da Costa votou pela absolvição de Pedro Ernesto Batista, ex-prefeito do Distrito Federal, e do tenente José Leite Brasil, alegando, no primeiro caso, inexistência de provas e, no segundo, o “procedimento digno” sempre adotado por esse oficial. Endossou a condenação de Harry Berger, comunista alemão que ajudara na preparação do levante, e do ex-secretário-geral da ANL, Roberto Sisson. Nesse último caso, discordou da promotoria quanto a considerar que a condição de oficial da reserva pudesse representar um agravante contra o réu. No mesmo julgamento, classificou o líder comunista Luís Carlos Prestes de “um homem de valor” que prestara serviços à pátria durante sua longa marcha pelo interior do Brasil à frente da coluna que levou seu nome. Por esse motivo, também não reconheceu como agravante sua condição de ex-oficial do Exército.

Ribeiro da Costa foi aposentado compulsoriamente do STM em 19 de fevereiro de 1938 por ter atingido o limite de idade permitido pela Constituição. Em julho seguinte, foi reformado do Exército. Durante sua carreira militar, cursou também a Escola de Estado-Maior do Exército.

Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1944.

Casado com Antônia Moutinho da Costa, teve dois filhos que também se destacaram como juízes: Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1946 e 1967, e Orlando Moutinho Ribeiro da Costa, ministro do STM entre 1963 e 1967.

Sônia Dias

FONTES: ARQ. MIN. EXERC.; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; *Grande encic. Delta*; LAGO, L. *Conselheiros*; LAGO, L. *Generais*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; SILVA, H. 1937.

COSTA, Alves

*dep. fed. RJ 1912-1914.

Joaquim Mariano Alves Costa nasceu em Itaboraí (RJ) no dia 29 de janeiro de 1855.

Diplomado em engenharia, entre 1880 e 1882 pertenceu ao quadro de funcionários da Estrada de Ferro Santa Isabel do Rio Preto. Assumiu seu primeiro mandato eletivo em 1899, como vereador no município fluminense de Carmo. No decorrer de 1901 tornou-se deputado estadual. Reeleito para legislaturas consecutivas, exerceu o mandato por nove anos, sendo escolhido presidente da Assembleia Legislativa de 1909 a 1910. Em 1911 retomou suas atividades no ramo da engenharia, atuando como engenheiro fiscal da Estrada de Ferro da Leopoldina.

Em 1912 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e tomou posse na Câmara dos Deputados em maio do mesmo ano. Exerceu o mandato até dezembro de 1914.

Ao longo de sua trajetória profissional foi também membro da Comissão da Carta Geral do Brasil.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2, p. 401); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 17).

COSTA, Antônio Correia da

*dep. fed. MT 1893; pres. MT 1895-1898.

Antônio Correia da Costa nasceu em Cuiabá no dia 5 de fevereiro de 1857, filho do capitão Antônio Correia da Costa e de Inês Maria Luísa Correia da Costa. Seu avô, também chamado Antônio Correia da Costa, governou a província de Mato Grosso nas décadas de 1830 e 1840, durante a Regência. Seu irmão, Pedro Celestino Correia da Costa, foi duas vezes presidente do estado, de 1908 a 1911 e de 1922 a 1926, e também senador, de 1918 a 1922 e de 1927 a 1930.

Iniciou os estudos no Seminário da Conceição e em 1879 formou-se em ciências físicas e naturais pela Escola Central no Rio de Janeiro, então capital do Império.

Foi professor no Liceu Cuiabano e secretário de estado na administração do primeiro governo estadual no regime republicano, chefiado pelo general Antônio Maria Coelho. Colaborou na elaboração da Carta constitucional de Mato Grosso em 1891. Foi eleito deputado federal em 1892 e reconhecido em maio de 1893, em virtude do aumento da representação do estado na Câmara dos Deputados de dois para quatro deputados. Encerrou o mandato em dezembro de 1893.

Eleito presidente de Mato Grosso, exerceu o governo do estado, sucedendo a Manuel Murtinho, de 15 de agosto de 1895 a 16 de setembro de 1897 e de 19 de novembro de 1897 a 25 de janeiro de 1898, quando renunciou em virtude de desentendimentos com o então senador Generoso Ponce. Os dados disponíveis referentes ao fato informam que sua renúncia foi motivada pela quebra de uma ordem expressa, que proibia os bondes de circularem até o centro da cidade de Cuiabá. Contrariando a determinação estabelecida pelo delegado de polícia, que havia restringido o trânsito, Generoso Ponce teria ordenado o prosseguimento do bonde. Sentindo-se desrespeitado, e mesmo porque não ousaria prender o senador, o chefe de polícia renunciou e comunicou o fato ao presidente do estado, que tomou a mesma atitude. Substituiu-o no governo Antônio Cesário de Figueiredo.

Foi também superintendente do Banco Rio e Mato Grosso e da Companhia Mate Laranjeira, pertencentes à família Murtinho.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de julho de 1920.

Era casado com Antônia Leite Correia da Costa. Seu filho Mário Correia da Costa foi presidente de Mato Grosso ainda na Primeira República, de 1926 a 1930, e governador do estado de 1935 a 1937. Seus sobrinhos Ítório Correia da Costa e Fernando Correia da Costa foram, respectivamente, deputado federal de 1935 a 1937 e de 1955 a 1967, e governador do estado de 1951 a 1956 e de 1961 a 1966.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; MENDONÇA, R. *Historia*; PONCE FILHO, G. *Generoso*; PÓVOAS, N. *Galeria*.

COSTA, Cândido

*militar; gov. RS 1890-1891.

Cândido José da Costa nasceu em 1845.

Ingressou no Exército na arma de artilharia e lutou na Guerra do Paraguai (1864-1870).

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime e em 1890 foi nomeado pelo chefe do governo provisório, marechal Deodoro da Fonseca, governador do Rio Grande do Sul em substituição a Júlio Anacleto Falcão da Frota. Como se encontrava no Rio de Janeiro na época da nomeação, o vice-governador Francisco da Silva Tavares assumiu o governo no dia 6 de maio de 1890. Tavares ocupou a chefia do Executivo por um breve período. Incompatibilizando-se com o grupo de Júlio de Castilhos, líder político republicano, renunciou ao cargo no dia 13 seguinte e passou o governo ao general Carlos Machado Bittencourt. No dia 24 de maio Cândido Costa assumiu afinal o governo gaúcho. Foi o responsável pelo decreto que desligou Caxias do Sul do município de São Sebastião do Caí, possibilitando a criação de um município autônomo. Ainda em 1890 presidiu o Militar"Clube Militar, foi promovido a brigadeiro e no ano seguinte a marechal. Permaneceu à frente do Executivo gaúcho até 15 de março de 1891, quando transferiu o governo a Fernando Abbott, ligado a Júlio de Castilhos.

Em 31 de março de 1892 foi um dos signatários do “Manifesto dos 13 generais”, publicado em 6 de abril seguinte. O documento tinha por objetivo contestar a legitimidade do governo de Floriano Peixoto (1891-1894), condenar sua atitude de reprimir as rebeliões nos estados e solicitar a convocação de uma nova eleição para presidente da República. No dia seguinte à publicação do manifesto foi reformado por ordem de Floriano. No entanto, em 1895, depois de ter aprovado um recurso impetrado no Supremo Tribunal Federal (STF), retornou à ativa e no ano seguinte se aposentou.

Faleceu no dia 10 de dezembro de 1909.

Era casado com Raimunda Maria da Conceição.

Mirna Aragão

FONTES: BECKER, K. *Enciclopédia*; FRANCO, S. *Júlio*; PORTO ALEGRE, A. *Homens*; TEIXEIRA, M. *Gaúchos* (p. 338-341).

COSTA, FREDERICO

*gov. BA 1929 e 1930.

Frederico Augusto Rodrigues da Costa nasceu na fazenda Curralinho, antiga freguesia de São Sebastião das Cabaceiras do Passé, atual São Sebastião do Passé (BA), em 29 de outubro de 1851, filho de João Antunes Rodrigues da Costa, proprietário de terras na região e tabelião de notas na capital, e de Febrônia Augusta Dórea Rodrigues da Costa.

No Império filiou-se ao Partido Liberal, mas não concorreu a nenhum cargo eletivo. Substituiu interinamente o pai no Tabelionato de Notas em Salvador, e foi nomeado tesoureiro da Recebedoria Provincial, que, com o advento da República, foi denominada Diretoria das Rendas do Estado. Aí se aposentou, durante a administração Severino Vieira (1900-1904).

Iniciou sua carreira política ao se eleger conselheiro municipal em São Francisco do Conde, para o triênio 1904-1906. No ano seguinte, tornou-se intendente desse município, permanecendo no cargo até 1911. Nesse período participou da campanha para a sucessão presidencial apoiando Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa. Já se havia então vinculado a J. J. Seabra e, atendendo ao apelo deste, teve papel ativo na fundação do Partido Democrata da Bahia, integrando a sua comissão executiva. Em 1912, foi mais uma vez eleito para o Conselho Municipal de São Francisco do Conde, ali permanecendo até 1915. Cumulativamente, no dia 11 de agosto de 1912, foi eleito senador estadual para ocupar a vaga aberta com a renúncia de Campos França, que fora eleito deputado federal. Daí em diante seria reeleito até a Revolução de 1930, quando todos os órgãos legislativos do país foram extintos. Ocupou a presidência do Senado estadual de 1915 a 1930, com pequeno intervalo entre agosto de 1918 e abril de 1919. Renunciou então a esse posto, em decorrência de conjuntura política contrária. Na condição de presidente do Senado, como primeiro substituto constitucional, ocupou por sete vezes, num total de 15 meses, a chefia do Executivo baiano, em caráter interino.

Incompatibilizando-se com o então governador Antônio Muniz de Aragão (1916-1920),

criticou sua política em relação à distribuição de favores na administração do estado, e responsabilizou-o pelos conflitos ocorridos entre os chefes sertanejos (1919). Tornou-se, no partido seabrista, líder da ala anti-Muniz.

Por ocasião da disputa sucessória de 1923, com o apoio da maioria da comissão executiva do Partido Democrata, rompeu com Seabra, quando este retirou seu apoio à candidatura de Góis Calmon. Na qualidade de presidente do Senado estadual, temendo a reação de Seabra a favor do seu candidato, solicitou garantias ao Exército para proceder ao reconhecimento eleitoral de Góis Calmon. Em 1927, com a fundação do novo Partido Republicano da Bahia (PRB), fez parte da sua comissão executiva, tornando-se líder da facção dos ex-seabristas e passando a fazer política em íntima colaboração com o então governador Góis Calmon (1924-1928).

Quando da renúncia do governador Vital Soares em 1º de agosto de 1930, com o objetivo de assumir a vice-presidência da República, para a qual fora eleito, tornou-se pela última vez governador interino da Bahia, aguardando a posse do governador eleito, Pedro Lago. O panorama político mudou radicalmente com a vitória das forças revolucionárias e a deposição do presidente Washington Luís (24/10/1930). Frederico Costa passou então o governo ao major Custódio dos Reis Príncipe Júnior, que o transmitiu, no dia seguinte, ao comandante da 6ª Região Militar, coronel Ataliba Osório.

Recolhido à vida privada, dois anos depois, a 30 de dezembro de 1932, aos 81 anos, faleceu na sua chácara no bairro de Brotas, em Salvador. Grande proprietário, deixou quatro fazendas e 13 propriedades urbanas.

Foi casado duas vezes. Do primeiro casamento, com Clarinda Dórea Rodrigues da Costa, teve três filhos. Das segundas núpcias, com Laura Portela Rodrigues da Costa, teve cinco filhos. Entre todos, apenas Fábio Augusto Rodrigues da Costa seguiu a carreira política, tendo sido deputado estadual de 1935 a 1937.

O bairro de Vila Laura, em Salvador, onde vivem mais de 40 mil pessoas, e cujo nome homenageia sua segunda esposa, corresponde a uma das fazendas que possuiu. Seu nome foi dado a uma das principais ruas e a um colégio de Salvador.

Consuelo Novais Sampaio

FONTES: Arquivo Público do Estado da Bahia (4/5/2009). Inventário do Coronel Frederico Augusto da Costa, 1933; BULCÃO SOBRINHO, A. *Relembrando* (p.21-23); *Diário Oficial do Estado da Bahia*; *Governadores do estado da Bahia*; SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 177-224); *Tarde* (30/5/2008). Vila Laura: e da fazenda fez-se o bairro.

COSTA, João Gualberto Torreão da

*magistrado; pres. MA 1898-1902.

João Gualberto Torreão da Costa nasceu no Maranhão no dia 16 de maio de 1860. Formou-se aos 21 anos de idade na Faculdade de Direito do Recife e ainda no Império foi promotor público e juiz municipal. Depois da proclamação da República foi juiz de direito na cidade de Alto Parnaíba (MA). Também trabalhou nas cidades maranhenses de Coroatá, Itapecuru e Rosário.

Ingressou na política ao lado do senador Benedito Pereira Leite. Eleito presidente do Maranhão para o quadriênio 1898-1902, durante sua administração criou a Escola de Música, a Escola Modelo, e fez grandes reformas na Escola Normal e no Liceu Maranhense. Também promoveu um intenso combate à varíola e fez melhoramentos nos equipamentos de auxílio aos leprosos. Dois conflitos de relevância ocorreram durante a sua gestão: o primeiro, na cidade de Grajaú, envolvendo líderes políticos locais; o segundo foi o ataque indígena à colônia de São José da Providência, na localidade de Alto Alegre, próxima da cidade de Barra do Corda, quando as obras iniciadas pelos freis capuchinos foram destruídas. Em 1º de março de 1902 transmitiu o governo a Manuel Lopes da Cunha.

Após deixar o governo, foi nomeado procurador-geral do estado e desembargador do Tribunal de Justiça estadual.

Faleceu em 23 de setembro de 1916.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*.

COSTA, Joaquim Pereira da

* const. 1891; dep. fed. RS 1891-1899.

Joaquim Pereira da Costa nasceu em Cruz Alta (RS) em 1859, filho do capitão Manuel Bento da Costa e de Maria Pereira da Costa.

Era um entusiasta da causa republicana e, como tal, foi fundador do Clube Republicano Acadêmico e membro do Clube 20 de Setembro, formado por gaúchos republicanos. Em 1879 fundou, junto com Júlio de Castilhos, Joaquim Francisco de Assis Brasil e outros estudantes republicanos, o jornal *A Evolução*, de orientação republicana. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883, instituição que teve papel de destaque na formação das elites políticas e culturais do Rio Grande do Sul durante o século XIX e início do século XX.

Em 1884 regressou à sua cidade natal e se engajou nas campanhas abolicionista e republicana que se espalhavam por todo o país e agitaram as últimas décadas da Monarquia no Brasil. Era filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), criado em fevereiro de 1882, ainda durante a Monarquia, por adeptos do regime republicano. O PRR defendia a eleição direta dos chefes dos executivos federal, estaduais e municipais; o voto livre e público; a liberdade de pensamento e de expressão, de reunião e de associação, e o ensino primário leigo e gratuito. Propunha ainda a autonomia dos municípios e estados. Estes últimos deveriam ser regidos por constituições e leis próprias e isentos da intervenção da União, a não ser nos casos em que o regime republicano federativo estivesse ameaçado.

O órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense era o jornal *A Federação*, criado em janeiro de 1884 e que foi decisivo para o êxito da história do PRR. Afinal, os jornais eram os mais importantes veículos de comunicação social e de propaganda política ao longo do século XIX. Vale destacar que a fundação de uma imprensa republicana ainda na vigência da Monarquia não era uma novidade no país, pois desde o lançamento do Manifesto Republicano de 1870, começaram a surgir jornais que defendiam abertamente a mudança do regime político no Brasil. No entanto, estes jornais não estavam isentos de represálias do

governo imperial.

O PRR seria extinto em 1937, juntamente com os demais partidos do país, após a implantação da ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas. O partido governou o Rio Grande do Sul de 1882 a 1930, ininterruptamente. Seus maiores líderes foram Júlio de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros.

Ainda enquanto estava na faculdade de direito, Joaquim Pereira da Costa revelou-se um adepto da doutrina positivista do francês Augusto Comte (1798-1857), cuja fórmula máxima era: “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”. No Brasil, o positivismo alcançou maior repercussão que na França, em especial por sua chegada ao país coincidir com um período de importantes transformações políticas e econômicas.

Quando Joaquim Pereira da Costa saiu do Rio Grande do Sul rumo a São Paulo, onde foi cursar a Faculdade de Direito, a presença das ideias positivistas já era marcante na literatura gaúcha. Como aconteceu em outros Estados do país, o positivismo influenciou primeiramente o âmbito cultural e só mais tarde influenciou o plano político. Após concluir a faculdade e regressar ao Rio Grande do Sul, Pereira da Costa e seus demais conterrâneos que também foram estudar na capital paulista encontraram um ambiente favorável para difundir o pensamento de Augusto Comte. Nesse contexto, Júlio de Castilhos se revelaria o grande difusor dos princípios positivistas no Rio Grande do Sul. Foi ele o responsável pela introdução do positivismo na propaganda política jornalística. Com isso, as ideias e os próprios termos do pensamento de Comte passaram a circular na sociedade gaúcha da época.

A sedução que o positivismo de Comte exercia sobre a geração de Castilhos – da qual Joaquim Pereira da Costa fazia parte – estava relacionada ao anseio por uma política cientificista, inserido em uma conjuntura marcada pela ascensão de uma burguesia urbana e pelo declínio das velhas instituições monárquicas e da economia escravista. Para aqueles jovens republicanos não fazia sentido a alternância nos ministérios dos partidos monárquicos, que disputavam acirradamente os postos de comando e que, muitas vezes, ao alcançarem o poder colocavam em prática justamente aquilo que na oposição combatiam.

Foi neste contexto que as ideias sociais, políticas e filosóficas de Augusto Comte exerceram forte influência no ideário republicano rio-grandense. Contudo, os princípios positivistas não eram aceitos com unanimidade entre os republicanos gaúchos, o que gerou dissidências individuais e constantes conflitos políticos naquele estado ao longo da Primeira República.

Além disso, é importante salientar que havia diferenças entre o comtismo e o chamado castilhismo. A principal delas refere-se ao fato de que o castilhismo defendia mais decisivamente a presença dominadora do Estado nos diferentes campos da vida social. Em outras palavras, o castilhismo era mais totalitário que o comtismo.

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis, derrubou a Monarquia e proclamou a República, encerrando o período imperial no Brasil. Nesse mesmo dia foi instituído um Governo Provisório republicano, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Durante esse Governo Provisório, as Assembleias Provinciais foram fechadas.

Em 1890, já sob o novo regime político, Joaquim Pereira da Costa foi eleito, em 15 de setembro desse ano, deputado federal constituinte pelo Rio Grande do Sul. Assumiu sua cadeira na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), instalada em 15 de novembro de 1890, que iria redigir a primeira Constituição republicana do Brasil. A Constituinte republicana era composta por 205 deputados e 63 senadores legitimados pelo sufrágio popular. Os embates da Constituinte revelavam diferentes forças sociais, representantes de interesses diversos, fundamentalmente políticos-oligárquicos, que disputavam o direito e a legitimidade para elaborar a palavra constitucional normativa.

A Constituição de 1891 foi predominantemente inspirada na Constituição dos Estados Unidos da América e determinava, entre outros fatores, a divisão dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); a extinção do Poder Moderador, que era exercido diretamente pelo imperador; a separação da Igreja e do Estado e o voto aberto, restrito aos homens, maiores de 21 anos e alfabetizados. A Federação, a República, o presidencialismo, a eleição direta, o princípio da separação dos poderes, o bicameralismo e a declaração de

direitos e garantias individuais, como o *habeas corpus*, são conquistas que provêm da Constituição de 1891. Em 25 de fevereiro, um dia após a promulgação da Constituição republicana, Deodoro foi eleito pelos constituintes para a presidência, tornando-se o primeiro presidente eleito da República brasileira.

Com o fim dos trabalhos da Constituinte, em 15 de junho de 1891 assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, para iniciar seu mandato ordinário. Permaneceu no Legislativo federal até 31 de dezembro de 1893, quando também se encerrou a legislatura.

No dia 3 de fevereiro de 1894, Joaquim Costa casou-se com Dulce Pereira, filha de João Pereira de Almeida, o barão de Nonoai. Nesse mesmo ano, foi reeleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense. Vale lembrar que, nessa época, os Estados e o Distrito Federal eram divididos em distritos eleitorais. Exerceu seu mandato, durante a segunda legislatura, de 22 de novembro de 1894 a 31 de dezembro de 1896. Durante essa legislatura, a Câmara dos Deputados teve como presidentes Francisco de Assis Rosa e Silva (de 17 de maio de 1894 a 31 de dezembro de 1895) e Artur César Rios (de 19 de maio de 1896 até o fim da legislatura nesse mesmo ano).

Em 1897 foi, mais uma vez, reeleito deputado federal, sempre pelo Rio Grande do Sul, e exerceu seu mandato ao longo da terceira legislatura, de 3 de maio de 1897 a 31 de dezembro de 1899. Os presidentes da Câmara dos Deputados Federais, durante esta legislatura, foram Arthur Cezar Rios (de maio de 1897 a 1898) e Carlos Vaz de Melo (de maio de 1899 até o final da legislatura).

Após anos atuando na Câmara Federal, Joaquim Pereira da Costa transferiu-se para Paysandu, no Uruguai, onde atuou como vice-cônsul.

Faleceu em Porto Alegre no dia 26 de junho de 1928.

Publicou: *A mais racional e a mais prática solução do problema eleitoral*, lançado em 1884, no Rio Grande do Sul.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1, 2); ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-Grandense (verbete temático). Disponível em:

<<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 14/05/2011; BAKOS, M. *Júlio*; BLAKE, A. *Diccionario*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FÉLIX, L. *Coronelismo*; FRANCO, S. *Dicionário*; FRANCO, S. *Júlio*; FRANCO, S. *Gaúchos*.

COSTA, José Horácio

*dep. fed. ES 1892-1894.

José Horácio Costa nasceu em Recife no dia 16 de dezembro de 1859, filho de Francisco Augusto da Costa e de Mariana Gonçalves Ferreira da Costa.

Em 1879 concluiu o curso preparatório e dois anos depois ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou em 1885. Foi professor de francês do Liceu de Artes e Ofícios e da Escola Normal mantida pela Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Transferindo-se para o Espírito Santo, fixou-se inicialmente em Anchieta, onde foi juiz municipal e jornalista. Participou ativamente do movimento abolicionista e foi um dos fundadores do Clube Republicano e do jornal *A Tribuna*, que faziam naquela cidade a propaganda da república.

Com o advento do regime republicano em 15 de novembro de 1889, foi nomeado segundo vice-governador em 20 de novembro, na mesma ocasião em que o governo capixaba foi confiado a Afonso Cláudio. Este designou-o chefe de polícia, cargo equivalente na atualidade ao de secretário da Segurança Pública. Em maio de 1890 renunciou ao cargo de vice-governador por conveniência partidária, e não por incompatibilidade com Afonso Cláudio, de quem era aliado político e amigo pessoal. Nesse mesmo mês passou a fazer parte do partido republicano que então se formou no estado a partir dos clubes de propaganda, reunindo também setores dos antigos partidos Conservador e Liberal do Império. Acompanhou depois o partido quando este se fundiu com o grupo liberal liderado por Muniz Freire, formando o Partido Republicano Construtor (PRC). O PRC apoiava Afonso Cláudio, que em setembro se afastou do cargo por motivo de saúde e em 20 de novembro renunciou. Nesse momento, o PRC assumiu o governo através de Henrique Coutinho. Em março de 1891, porém, o presidente Deodoro da Fonseca demitiu o governador do PRC e nomeou Antônio Gomes Aguirre, da União Republicana Espírito-Santense (URES), para o cargo. A URES permaneceu no poder até dezembro seguinte, inicialmente com Aguirre e, depois de instalada a Constituinte estadual, com o barão de

Monjardim, que foi por ela eleito presidente do estado. Nesse período, Horácio Costa tornou-se redator chefe do jornal do PRC, *O Estado do Espírito Santo*.

O governo do barão de Monjardim, ligado ao marechal Deodoro, foi deposto depois que este renunciou e Floriano Peixoto assumiu a presidência, em 23 de novembro de 1891. Em 9 de dezembro formou-se no estado uma junta governativa, integrada por Graciano Neves, Galdino Loreto e o comandante do 32º Batalhão do Exército, Inácio Henrique de Gouveia, e Horácio Costa foi nomeado secretário geral do governo. Em abril de 1892 instalou-se uma nova Constituinte, eleita sob a junta governativa, e, uma vez aprovada a Constituição estadual, foi escolhido presidente do estado José de Melo Carvalho Muniz Freire, do PRC, empossado em 3 de maio. Pouco depois, em agosto, foram realizadas eleições para ocupar duas vagas de deputado federal criadas pela Constituição de 1891, que aumentou o número mínimo de deputados por estado de dois para quatro, e Horácio Costa foi um dos eleitos, exercendo o mandato entre 1892 e 1894.

No final desse último ano, Horácio Costa integrou uma dissidência que surgiu no PRC, e passou a fazer forte oposição ao governo pela imprensa. Concorreu, pela dissidência aliada à URES, às eleições para a Assembleia estadual, mas não estava entre os poucos oposicionistas eleitos. A partir de 1896, a oposição cresceu e se fortaleceu com a adesão de novos dissidentes e a divisão surgida na política federal. Surgiu uma aguerrida oposição ao governo Prudente de Moraes (1894-1898), que dividiu o Partido Republicano Federal (PRF), criado para promover a eleição do presidente da República e dar sustentação a seu governo. Firmou-se no partido uma ala de descontentes, que incluía republicanos radicais, militaristas e jacobinos. A oposição do Espírito Santo fundou uma seção estadual do PRF, ligada à facção oposicionista federal. O PRF estadual era presidido por Torquato Moreira e reuniu os descontentes do PRC e os membros da URES, que foi dissolvida.

Horácio Costa era um republicano radical, de tendência jacobina, firme em seus princípios políticos e ideológicos, e seu alinhamento partidário era por eles norteado, o que não era o caso da maioria de seus aliados oposicionistas. A luta política foi renhida, tanto em nível estadual quanto federal, e só começou a amainar após o atentado fracassado contra

Prudente de Moraes, que virou a opinião pública contra os oposicionistas e permitiu que o governo decretasse o estado de sítio na capital federal e desencadeasse forte repressão a seus mais radicais opositores, os jacobinos.

Horácio Costa permaneceu na oposição ao longo da vida. Não mais desempenhou cargos eletivos, vivendo da advocacia e do jornalismo, mas sempre foi uma referência política no estado e apoiou diversos movimentos de oposição, o último dos quais foi a Reação Republicana (1921-1922).

Faleceu a 6 de junho de 1922, no Rio de Janeiro.

Era casado com Maria Alexandrina Rebelo Costa, filha de José Camilo Ferreira Rebelo e Alexandrina Maria do Couto Rebelo; o casal teve sete filhos.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: *Cachoeirano* (1912-1913); *Comércio do Espírito Santo* (1896-1900); *Estado* (1921-1922); *Estado do Espírito Santo* (1890-1904); FREIRE, M. *República*; MORAES, P. *Dicionário*; PEREIRA, A. *Homens*.

COSTA, José Tavares da

*junta gov. AL 1894.

José Tavares da Costa integrou a junta governativa de Alagoas que substituiu o governador deposto Gabino Besouro e foi aclamada em 16 de julho de 1894. A junta era composta ainda por Manuel Sampaio Marques e Francisco Soares Palmeira e só permaneceu no poder até o dia seguinte, quando passou o governo ao presidente do Superior Tribunal do Estado, Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins.

Reynaldo de Barros

FONTE: BARROS, F. *A B C das Alagoas* (v.2).

COSTA, Manuel Timóteo da

*dep. fed. DF 1895-1899.

Manuel Timóteo da Costa, engenheiro civil e professor da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal em 13 de outubro de 1895, na vaga aberta por Lopes Trovão, que se afastou da Câmara dos Deputados para ocupar uma cadeira no Senado Federal. Sua eleição foi oficialmente reconhecida em 20 de novembro de 1895, quando tomou posse. Exerceu o mandato até o final da legislatura, em 31 de dezembro de 1896, e foi reeleito para o período seguinte. Voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados de 3 de maio de 1897 a 31 de dezembro de 1899.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, 2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

COSTA, MÁRIO CORREIA DA

*pres. MT 1926-1930; gov. MT 1935-1937.

Mário Correia da Costa nasceu em Cuiabá no dia 4 de fevereiro de 1886, filho de Antônio Correia da Costa e de Antônia Leite Correia da Costa. Pertencia a uma família tradicional na política mato-grossense: seu bisavô, também chamado Antônio Correia da Costa, governou a província de Mato Grosso nas décadas de 1830 e 1840, durante a Regência; seu pai presidiu o estado de 1895 a 1898; seu tio, Pedro Celestino Correia da Costa, foi duas vezes presidente do estado, de 1908 a 1911 e de 1922 a 1926, e também senador, de 1918 a 1922 e de 1927 a 1930. Seus primos Ítório Correia da Costa e Fernando Correia da Costa foram, respectivamente, deputado federal de 1935 a 1937 e de 1955 a 1967, e governador do estado de 1951 a 1956 e de 1961 a 1966.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, posteriormente fez curso de aperfeiçoamento na Alemanha. Iniciou suas atividades profissionais na capital federal, onde clinicou de 1911 a 1926.

Por acordo firmado em 1925 entre as forças políticas mato-grossenses, foi eleito presidente do estado sucedendo ao vice-presidente Estêvão Alves Correia, que por sua vez substituíra seu tio Pedro Celestino. Tomou posse em 22 de janeiro de 1926 e governou até o fim do mandato, em 22 de janeiro de 1930, tornando-se um dos três presidentes de Mato Grosso durante a Primeira República a completar integralmente os quatro anos de administração sem nenhuma interrupção. O fato de ter assumido o governo com o apoio das duas lideranças mais expressivas na época, Pedro Celestino, chefe do Partido Republicano Mato-Grossense, e Antônio Azeredo, líder do Partido Republicano Conservador, não impediu que criasse em 1926 o Partido Democrata (PD) para apoiar sua administração, procedimento, aliás, comum durante a Primeira República em Mato Grosso, onde via de regra o chefe do Executivo era o presidente do partido político que ele mesmo criava. Ao deixar o governo no início de 1930 foi substituído por Aníbal Benício de Toledo.

Após a Revolução de 1930 voltou à política mato-grossense em 1934, ano em que se verificava forte descontentamento em relação à administração do interventor Leônidas Antero de Matos, envolvida em sérias dificuldades financeiras. Congregou, então, as forças de oposição, formadas pelo Partido Evolucionista e por setores do Partido Liberal, situacionista, em torno da candidatura do chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto

Müller, ao governo do estado. Com o afastamento de Leônidas de Matos em outubro de 1934, resultante da atuação oposicionista, foi nomeado interventor em março do ano seguinte Fenelon Müller, irmão de Filinto, o qual desistira de sua candidatura em favor do primeiro. A troca, contudo, não foi bem aceita, e Mário Correia da Costa foi lançado candidato da oposição.

Com a instalação, em setembro de 1935, após nova intervenção federal no estado, da Assembleia Constituinte de Mato Grosso, foi eleito governador por via indireta, com o apoio de deputados do Partido Liberal e do Partido Evolucionista, derrotando Fenelon Müller por 15 votos contra nove. A Aliança Mato-Grossense, liderada por Filinto Müller e pelo senador José Vilasboas, tornou-se então opositora do governo estadual.

Com a ocorrência, em dezembro de 1936, de um atentado contra os senadores oposicionistas João Vilasboas e Vespasiano Barbosa Martins, cuja responsabilidade recairia sobre grupos ligados ao governador, a situação política em Mato Grosso degenerou em conflito. Os deputados da Aliança Mato-Grossense, temendo por sua integridade física, pediram asilo no quartel do 16º Batalhão de Caçadores, ao mesmo tempo em que era organizada uma campanha, apoiada por Filinto Müller, a favor da intervenção federal em Mato Grosso. Aproveitando-se dessas divergências locais, o governo federal, interessado na consolidação de seu poder – que se completaria com a implantação do Estado Novo em novembro de 1937 – decretou em março a intervenção federal no estado. O governador Mário Correia da Costa foi deposto, enquanto o capitão Manuel Ari da Silva Pires foi nomeado interventor federal.

Mário Correia da Costa seguiu então para o Rio de Janeiro. Diante das denúncias do senador Vilasboas, que o acusou de inúmeros crimes de responsabilidade, organizou-se em Mato Grosso, em junho de 1937, um tribunal especial para julgá-lo. Faleceu, porém, no dia 7 de setembro de 1937, no Rio de Janeiro, não chegando a ser julgado.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORREIA FILHO, V. *História*; CORRESP. GOV. EST. MT; *Diário de Notícias*, Rio (14/9/1937); FANAIA, J. *Elites*; *Grande encic. Delta*; MENDONÇA, R. *Dicionário*; MENDONÇA, R. *História*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; PÓVOAS, N. *Galeria*; SILVA, H. 1937.

COSTA, MIGUEL

*militar; rev. 1924; Col. Prestes; rev. 1930.

Miguel Alberto Crispim da Costa Rodrigues nasceu em Buenos Aires no dia 3 de dezembro de 1874, filho de Jaime Costa e de Dolores Costa, modestos imigrantes catalães.

Ainda criança, transferiu-se com seus pais para Piracicaba (SP), onde fez seus estudos básicos. Mais tarde, iniciou sua carreira militar como soldado da Força Pública paulista. Naturalizado brasileiro, tornou-se oficial de cavalaria dessa corporação, modernizada em 1920 por uma missão militar francesa e detentora de um efetivo quase igual ao do Exército nacional.

Nessa época, ao lado de alguns colegas, começou a simpatizar com os jovens oficiais do Exército e da Armada, chamados genericamente de “tenentes”, que criticavam o desvirtuamento do modelo político republicano pelas oligarquias dominantes e exigiam a adoção do voto secreto e a renovação das lideranças nacionais. As contradições entre esses setores militares e os grupos políticos no poder se aguçaram no final do mandato presidencial de Epitácio Pessoa, em 1922. Em março desse ano, contra a vontade da maioria da oficialidade, Artur Bernardes foi eleito presidente da República. Pouco depois, Epitácio Pessoa utilizou efetivos do Exército para intervir na sucessão estadual de Pernambuco, recebendo então duras críticas do marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar. Como resposta, Epitácio decretou em 2 de julho a prisão do marechal e o fechamento do clube. Tais medidas provocaram, três dias depois, a eclosão de um levante no forte de Copacabana e em outras unidades sediadas no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e na Circunscrição Militar sediada em Mato Grosso. Apesar de rapidamente dominado, esse movimento teve profunda repercussão no meio militar, influenciando na preparação de outras rebeliões.

A REVOLUÇÃO DE 1924

Empossado em 15 de novembro de 1922, Artur Bernardes governou sob estado de sítio e intensificou a repressão contra toda a oposição. Com o aumento da tensão, grupos civis e militares começaram no início de 1923 a preparar um movimento armado para depor o presidente, contando desde o início com o apoio do ex-presidente Nilo Peçanha e a

adesão do general reformado Isidoro Dias Lopes. A conspiração não se alastrou imediatamente, mas ganhou novo fôlego em dezembro seguinte, quando os oficiais envolvidos no levante de 1922 foram enquadrados no artigo nº 107 do Código Penal, que previa como punição a perda de patente e a expulsão do Exército. Vários deles resolveram desertar e se incorporaram à preparação do levante. Já em 1924, Isidoro Dias Lopes, Augusto Ximeno de Villeroy e o marechal Odílio Bachelar Randolfo de Melo, todos reformados, além dos maiores Bertoldo Klinger e Miguel Costa, foram lembrados para assumir a chefia do movimento, entregue afinal ao primeiro da lista.

Lotado no Regimento de Cavalaria da Força Pública, Miguel Costa participou ativamente das reuniões preparatórias do levante, realizadas em residências particulares, inclusive na sua, e em quartéis de Jundiaí, Itu e Quitaúna, no estado de São Paulo, com a presença de Newton Estillac Leal, João Francisco Pereira de Sousa, Eduardo Gomes e os irmãos Juarez e Joaquim Távora, entre outros oficiais do Exército e da Força Pública.

Miguel Costa forneceu as plantas dos quartéis e edifícios públicos para que Isidoro Dias Lopes e Joaquim Távora preparassem o plano de ocupação da capital, apresentado aos demais integrantes do movimento no dia 13 de maio de 1924. Caberia a Miguel Costa iniciar as operações à frente do seu regimento, que, apoiado pelo 4º Batalhão de Caçadores (4º BC), cercaria as demais unidades da Força Pública para intimá-las a aderir. Nesse momento, os destacamentos rebelados já contariam com o apoio do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada (2º GIAP), vindo de Quitaúna, e de elementos do 4º Regimento de Infantaria (4º RI). Garantida a supremacia militar na cidade, os revolucionários ocupariam o palácio do governo, o telégrafo, e as estações ferroviárias, deslocando em seguida para fora da capital dois contingentes. O primeiro tentaria ocupar o porto de Santos ou, pelo menos, bloquear os pontos de passagem da serra do Mar, e o segundo procuraria consolidar posições no vale do rio Paraíba, fazendo a junção com o 5º e o 6º RI, sediados em Lorena e Caçapava, cuja adesão ao movimento era esperada. Os revolucionários consideravam que, se essas operações fossem realizadas com êxito e em curto espaço de tempo, estaria assegurado o apoio das guarnições sediadas no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e na região sul de Minas Gerais, criando-se então condições favoráveis para a ofensiva em direção ao Distrito Federal.

Depois de cinco adiamentos sucessivos, a deflagração do levante foi acertada para 5 de

julho de 1924, por iniciativa de Joaquim Távora e Miguel Costa, que pretendiam assim homenagear o episódio de 1922. Logo nas primeiras horas de luta, o general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar (2ª RM), o coronel Domingos Quirino Ferreira, comandante da Força Pública, e o capitão Nataniel Prado, encarregado do Departamento de Munições, foram aprisionados, enquanto Miguel Costa conseguia a adesão de quase toda a Força Pública, e Isidoro Dias Lopes instalava a sede do comando revolucionário no prédio do quartel-general dessa corporação. Ao anoitecer do dia 5, as forças rebeldes já haviam ocupado as estações da Luz, da Sorocabana, do Brás e da Cantareira, além do Hotel Terminus.

Alertado pelas primeiras ações, o governo estadual tomou providências para resistir aos rebeldes, reforçando sua sede, os prédios das secretarias, o quartel-general da 2ª RM e a usina de eletricidade. Essas iniciativas alcançaram algum êxito e permitiram contraofensivas parciais, como a retomada do edifício dos Correios e Telégrafos. A luta se alastrou para vários pontos da cidade, já escavada e entrincheirada pelos combatentes, e ambos os lados receberam reforços. A maior parte das guarnições de Quitaúna, Lorena e Caçapava e o 2º Grupo de Artilharia de Montanha, de Jundiaí, aderiram à revolta, enquanto as forças governistas comandadas pelo general Eduardo Sócrates passaram a contar com o apoio do 2º Regimento de Cavalaria Divisionária, de contingentes desembarcados do encouraçado *Minas Gerais*, dos efetivos do forte de Itaipus e do Tiro Naval de Santos, além de milícias provenientes de outros estados.

Dessa forma, falhou um elemento decisivo do plano original, que previa uma ocupação fulminante da capital, liberando tropas para a realização de ações ofensivas e enlaces com contingentes aliados de outras regiões. Diante da nova situação criada pela presença de fortes bastiões legalistas no perímetro urbano da capital, o general Isidoro optou pela retirada das tropas rebeldes em direção a Jundiaí, sede do 2º Grupo de Artilharia de Montanha. Essa decisão provocou um atrito entre os chefes revolucionários, pois Miguel Costa defendeu a posição oposta, acreditando num desfecho favorável da luta pelo controle da cidade. Seu ponto de vista prevaleceu sobre o de Isidoro, que chegou a cogitar da renúncia à chefia do movimento.

Miguel Costa enviou um emissário ao palácio do governo para entregar uma carta em que responsabilizava o presidente de São Paulo, Carlos de Campos, pela revolta na Força

Pública e pelas consequências do levante. O emissário, entretanto, constatou que as forças governistas haviam abandonado o palácio em direção a Moji das Cruzes, onde estava sediado seu quartel-general. Miguel Costa ordenou então o avanço imediato de uma companhia do 5º RI sobre a sede do governo, finalmente ocupada. Depois de quatro dias de luta, os rebeldes consolidaram seu controle sobre a cidade. Entretanto, essa ocupação tardia comprometeu de forma decisiva toda a campanha revolucionária, pois impediu o deslocamento de tropas para Santos e o vale do Paraíba, conforme previa o plano original. O destacamento embarcado no encouraçado *Minas Gerais* já controlava o principal porto paulista, enquanto a concentração de tropas legalistas comandadas pelo general Sócrates no vale do Paraíba impedia a adesão das forças mineiras consideradas simpáticas à revolução. O cerco da capital paulista foi completado a leste com a ocupação do ramal da São Paulo Railway e no sul com o reforço das posições governistas no ramal de Itararé. No interior do estado, líderes políticos regionais como Ataliba Leonel, Washington Luís e Júlio Prestes constituíram os chamados “batalhões patrióticos”, formados por voluntários fiéis ao governo.

O bombardeio legalista contra a cidade de São Paulo foi intensificado, atingindo duramente a população civil, em especial os moradores dos bairros da Mooca, Brás e Belenzinho. Diante do agravamento da situação e da multiplicação de saques, Isidoro Dias Lopes encontrou-se com José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo, e com o prefeito Firmiano Pinto para tentar regularizar a administração e o policiamento da cidade. Macedo Soares tornou-se mediador entre as forças legalistas e rebeldes, mas não conseguiu obter nos dias seguintes nenhum acordo e nem a suspensão dos bombardeios contra São Paulo. Em 26 de julho, aviões lançaram boletins sobre a cidade pedindo que a população se retirasse do perímetro urbano a fim de que as tropas e a artilharia legalista pudessem agir livremente contra os rebeldes. Diante dessa ameaça, as negociações de paz foram intensificadas, mas o impasse continuou, pois o governo se manteve intransigente na exigência de rendição incondicional. Isidoro decidiu então ordenar a retirada das tropas rebeldes na noite de 27 de julho, pois o prosseguimento da resistência, apesar de viável por mais dez ou 15 dias, “seria a ruína da vida econômica do Brasil”. Redigiu um manifesto à população, comunicando a resolução de “transferir a sede do governo provisório e do comando geral das forças libertadoras para o interior”.

A retomada da capital paulista pelas tropas legalistas não significou o fim da luta armada no estado, pois cerca de três mil revolucionários se retiraram, preservando sua capacidade de combate. Além disso, o descontentamento reinante nos meios militares provocava uma situação propícia à eclosão de revoltas em outros estados.

A FORMAÇÃO DA COLUNA MIGUEL COSTA-PRESTES

Atravessando a região oeste do estado de São Paulo, os rebeldes se dirigiram inicialmente para Campinas, mas mudaram sua rota para Itirapina em virtude da possibilidade de o governo utilizar a estrada de ferro Sorocabana para deslocar suas tropas. Sempre em marcha, passaram por Bauru, São Manuel, Botucatu, Porto Tibiriçá e chegaram a Presidente Epitácio, na fronteira com Mato Grosso. Nesse estado, ocuparam a cidade de Três Lagoas, onde proclamaram a República de Brasilândia. Mas a chegada das tropas legalistas do coronel João Nepomuceno da Costa obrigou os revoltosos a novo deslocamento em direção à região oeste do Paraná, onde ocuparam em fins de setembro a área situada entre Catanduvas e Guaíra, instalando seu quartel-general em Salto.

Alguns oficiais rebeldes foram então enviados para o Rio Grande do Sul a fim de participar da articulação de um novo levante, deflagrado no dia 29 de outubro em guarnições sediadas em Uruguaiana, São Borja, São Luís Gonzaga, Santo Ângelo e Alegrete, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes. Essas unidades, que totalizavam cerca de dois mil homens, iniciaram uma guerra de movimento no noroeste do Rio Grande do Sul e buscaram unir-se às forças paulistas sublevadas. Estas enfrentavam uma série de combates com as forças legalistas, que em março de 1925 recuperaram Catanduvas, forçando nova retirada dos contingentes de Isidoro Dias Lopes.

A brigada sob o comando de Miguel Costa recuou na direção oeste, tomando a estrada que ligava Catanduvas a Foz do Iguaçu (PR), para onde também se dirigia a coluna rebelde gaúcha. Em 3 de abril de 1925, Prestes e Miguel Costa se encontraram na localidade de Benjamim Constant (PR) e decidiram agrupar suas forças para seguir até o estado de Mato Grosso. No dia 12, ambos se reuniram em Foz do Iguaçu com os generais Isidoro e Bernardo Padilha, o coronel Mendes Teixeira e os majores Álvaro Dutra, Demont e Asdrúbal Gwyer de Azevedo. Depois de apresentar um relato pessimista sobre as condições político-militares de prosseguimento da luta, Isidoro sugeriu que tomassem o rumo do

exílio, mas foi contestado por Prestes e Miguel Costa, defensores de uma estratégia de guerra de movimento. Este ponto de vista prevaleceu, levando à união das forças gaúchas e paulistas na 1ª Divisão Revolucionária, que nos anos seguintes percorreria grandes extensões do território brasileiro e ficaria conhecida como Coluna Miguel Costa-Prestes. Isidoro Dias Lopes, então com 60 anos de idade, foi enviado para a Argentina por ser muito idoso para participar do tipo de luta que se desenvolveria.

Na reorganização das forças rebeldes, todos os oficiais receberam novas patentes, de acordo com suas funções na coluna. Miguel Costa, comandante-geral, foi promovido a general, e seu estado-maior ficou composto pelo major Coriolano de Almeida Júnior e os capitães Djalma Dutra, Lourenço Moreira Lima e Alberto Costa. Prestes recebeu a patente de coronel e continuou no comando da Brigada Rio Grande, composta por cerca de oitocentos homens divididos em quatro destacamentos sob a chefia dos tenentes-coronéis Osvaldo Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros e Antônio Siqueira Campos, e do capitão Ari Salgado Freire. A Brigada São Paulo, com 1.300 homens, passou para o comando do tenente-coronel Juarez Távora, e a chefia dos seus quatro destacamentos foi confiada aos majores Manuel Alves Lira e Virgílio dos Santos, e aos capitães Henrique Ricardo Holl e Jorge Danton.

O comando revolucionário optou por alcançar Mato Grosso através de território paraguaio, decisão comunicada em boletim oficial editado em Porto Mendes no dia 26 de abril de 1925. O boletim era assinado por Miguel Costa, que enviou em seguida um documento às autoridades paraguaias comprometendo-se a respeitar as leis e a soberania do país. A passagem da coluna pelo Paraguai durou apenas alguns dias. Em 30 de abril, o destacamento João Alberto atravessou o rio Iguatemi e reingressou em território brasileiro, sendo seguido pelo resto das tropas rebeldes, que se dirigiram para Ponta Porã (MS), onde Miguel Costa instalou seu quartel-general em 13 de maio. Depois de vários combates com as forças legalistas comandadas pelo major Bertoldo Klinger, as duas brigadas se retiraram para as cabeceiras do rio Camapuã, onde se reuniram em 10 de junho seguinte. Miguel Costa pretendia travar um combate decisivo com o inimigo, mas sua proposta encontrou forte oposição de Prestes, que alegava inferioridade de forças. Acabou prevalecendo esse último ponto de vista e, pouco depois, a cadeia de comando e a estrutura operacional da coluna foram reestruturadas, com a indicação de Prestes para a chefia do estado-maior, a

desativação das duas brigadas e a formação de quatro novos destacamentos comandados por Cordeiro de Farias, João Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra.

Em 23 de junho de 1925, a coluna penetrou em Goiás, perseguida pelas tropas do major Klinger. Depois de inúmeros combates, o comandante legalista enviou aos chefes rebeldes uma proposta de rendição, rejeitada no dia 30 de junho por Miguel Costa, que acusou Klinger de traidor. Pouco depois, a coluna atingiu uma região em que os caminhões legalistas não podiam penetrar, o que forçou o fim da perseguição. Em 11 de agosto os revolucionários entraram em Minas Gerais através da serra do Paranã e em 2 de setembro cruzaram o rio Carinhonha, passando para a Bahia. Depois de atravessar esse estado, alcançaram o Maranhão em novembro de 1925, estabelecendo seu quartel-general em Balsas. No dia 2 de dezembro, quando se preparavam para entrar no Piauí, receberam a adesão de duzentos homens armados, liderados pelo “coronel” Manuel Bernardino, líder sertanejo e inimigo da oligarquia maranhense.

A coluna ameaçou ocupar Teresina, mas, diante da enorme concentração de tropas governistas nessa cidade, decidiu, em 31 de dezembro de 1925, suspender os ataques e iniciar a marcha em direção ao Ceará. Nesse mesmo dia, Juarez Távora foi preso na serra do Ibiapaba, na fronteira dos dois estados. Os revolucionários penetraram no Ceará em 22 de janeiro de 1926, sendo obrigados a enfrentar os jagunços de Floro Bartolomeu e do padre Cícero Romão Batista, mobilizados pelo governo para combater a coluna. Sempre em marcha, chegaram ao Rio Grande do Norte em 3 de fevereiro, à Paraíba seis dias depois e a Pernambuco no dia 12. Atravessaram o rio São Francisco em 26 de fevereiro, penetrando novamente na Bahia, e em 25 de março receberam a visita de emissários de Horácio Matos, importante chefe sertanejo desse estado. Os líderes da coluna tentaram, sem êxito, sua adesão. Dois dias depois, foram atacados por suas tropas, contra as quais combateram durante todo o período da passagem pela Bahia.

A coluna entrou em Minas Gerais no dia 19 de abril, acampando nas margens do rio Pardo. Quatro dias depois, constatando a impossibilidade de avanço, retornou à Bahia e marchou novamente para o Nordeste, já bastante desgastada pelo longo tempo de deslocamentos e combates. Em 2 de julho penetrou em Pernambuco em direção ao Piauí, de onde retornou à Bahia em meados de agosto através da serra da Tabatinga. Em Formosa (BA), voltou a enfrentar as forças de Horácio de Matos, tomando o rumo de Goiás já com a perspectiva de

uma possível emigração, pois o estado geral da tropa e dos equipamentos era bastante precário. Em Goiás, Miguel Costa foi ferido em um ataque de surpresa desfechado por um grupo de jagunços, guiados por um soldado recém-incorporado à coluna. Os atacantes só foram dispersados com a intervenção do destacamento de Siqueira Campos.

A coluna entrou em Mato Grosso no dia 15 de outubro de 1926. Seus líderes reuniram-se então para discutir o que fazer. Prestes defendeu a divisão da coluna em destacamentos autônomos que continuariam a luta de movimento, mas Miguel Costa se opôs a essa fragmentação e conseguiu impedir a aprovação da proposta. O comando revolucionário decidiu enviar Djalma Dutra e Lourenço Moreira Lima para a Argentina a fim de saber a opinião de Isidoro Dias Lopes sobre a continuidade do movimento. O destacamento de Siqueira Campos protegeu a viagem dos emissários até a fronteira, mas, ao retornar, não conseguiu mais contatar a coluna, iniciando uma infrutífera perambulação de vários meses pelos sertões de Goiás, Minas e Mato Grosso.

Chegando a Paso de Los Libres, na Argentina, em novembro de 1926, Djalma Dutra e Lourenço Moreira Lima encontraram imediatamente Isidoro e ouviram sua ponderação no sentido de que a coluna continuasse a luta até a deflagração do levante que estava sendo preparado no Rio Grande do Sul, pois, na sua opinião, a posse de Washington Luís na presidência da República em 15 de novembro não levaria a nenhuma mudança na política oficial. Caso não houvesse condições de prosseguir o combate, o general Isidoro aconselhava a coluna a emigrar e dirigir-se posteriormente para o Sul, a fim de retomar as atividades militares em outra ocasião.

A deflagração da revolta no Sul foi antecipada, sem o conhecimento de Isidoro, para o dia 14 de novembro. Iniciada em Santa Maria e seguida de levantes parciais em outras regiões do estado, todos rapidamente sufocados, ela ficou conhecida como a “coluna relâmpago”. Isidoro criticou severamente essa “precipitação”, considerando-a insensata. No dia 23 seguinte, despachou através de Lourenço Moreira Lima uma carta dirigida a Miguel Costa e Prestes pedindo que a coluna se mantivesse em armas por mais dois meses, aguardando a evolução da situação no Sul. Caso a posição dos revolucionários não melhorasse nesse período, poderiam emigrar e se dirigir para o Rio Grande do Sul a fim de continuar a luta ou preparar novas campanhas.

Essas informações foram passadas por Lourenço Moreira Lima ao comando da coluna no

dia 3 de fevereiro de 1927 em Capim Branco, na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia. A tropa revolucionária estava bastante desgastada, com oitocentos homens, seiscentas armas e pouca munição, o que levou seus líderes a ordenar a emigração para a Bolívia no mesmo dia. Feito o inventário, foram entregues às autoridades bolivianas 90 fuzis Mauser, quatro metralhadoras pesadas (uma delas inutilizada) e dois fuzis-metralhadora, quase todos descalibrados, além de cerca de oito mil cartuchos de munição. No dia seguinte, Miguel Costa e Prestes assinaram a ata em que os revolucionários se comprometiam a depor as armas e respeitar as leis bolivianas. Chegava ao fim a longa marcha da coluna. Em 24 de março de 1927, Siqueira Campos emigrou para o Paraguai à frente dos seus 80 combatentes desgarrados do corpo principal da tropa revolucionária.

O EXÍLIO E A PREPARAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE 1930

A maior parte da coluna acompanhou Prestes e se fixou na cidade boliviana de La Gaiba, passando a trabalhar na grande empresa colonizadora Bolivia Concessions Ltd., ali sediada. Miguel Costa, Cordeiro de Farias e João Alberto se transferiram para a Argentina, onde o primeiro passou a viver na chácara Santa Faustina, nos arredores de Paso de Los Libres, junto com Estillac Leal, Tales do Prado, João Procópio e Alcides Araújo.

Nesse período, o governo de Washington Luís começou a desfazer as esperanças de uma liberalização do sistema político brasileiro. Miguel Costa e outros líderes da coluna perderam suas patentes e sua cidadania. A maioria governista derrotou o projeto de anistia apresentado pela oposição à Câmara. O número de condenações por crimes políticos voltou a crescer. Em agosto de 1927, o Partido Comunista Brasileiro — então Partido Comunista do Brasil (PCB) — foi novamente colocado na clandestinidade depois de alguns meses de atuação legal e, pouco depois, o governo conseguiu a aprovação do projeto apresentado ao Congresso por Aníbal Toledo, que se transformou na chamada Lei Celerada, cerceando as liberdades de expressão e organização.

Ao mesmo tempo, crescia a oposição ao governo. A formação do Partido Democrático Nacional em setembro de 1927 e a eleição de Getúlio Vargas para a presidência do Rio Grande do Sul em novembro seguinte fortaleceram correntes oposicionistas, que começaram a buscar contato com os “tenentes” revolucionários. Por incumbência do líder gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil, o paulista Paulo Nogueira Filho viajou a Libres

e, depois, a Buenos Aires, a fim de encontrar Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa e Luís Carlos Prestes para discutir a preparação de novo movimento revolucionário. A partir desses contatos, a capital argentina passou a ser um importante centro de conspiração, com a presença de Siqueira Campos, João Alberto, Miguel Costa e Prestes. Os dois últimos passaram a trabalhar juntos em uma firma de exportação de café ali sediada.

As articulações oposicionistas resultaram na formação, em agosto de 1929, da Aliança Liberal, coligação de âmbito nacional apoiada pelas forças políticas dominantes no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, e por uma parcela significativa da jovem oficialidade do Exército. Essa frente lançou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa para concorrer às eleições presidenciais de março de 1930, mas prosseguiu os contatos voltados para preparar uma alternativa revolucionária de tomada do poder. Ao contrário da maioria dos “tenentes”, Prestes não confiava na Aliança Liberal por considerá-la uma frente limitada às classes dominantes, incapazes de liderar uma verdadeira revolução. Mas a vitória do situacionista Júlio Prestes no pleito de março de 1930 provocou a intensificação dos preparativos para o levante. Alguns “tenentes”, como Siqueira Campos e João Alberto, começaram a se preparar para retornar clandestinamente ao Brasil, enquanto Prestes rejeitava todas as tentativas de atraí-lo para esse projeto, negando-se inclusive a aceitar a chefia militar do movimento.

Nos primeiros dias de maio de 1930, Miguel Costa participou em Buenos Aires de uma reunião em que Prestes anunciou que lançaria um manifesto rompendo com a Aliança Liberal, mas foi convencido por Siqueira Campos e João Alberto a esperar um mês para tomar essa iniciativa. Depois de oscilar entre as posições pró e contra a participação na conspiração aliancista, Miguel Costa se definiu pelo apoio às atividades de João Alberto e Siqueira Campos. Ficou combinado que ambos partiriam de avião para o Brasil no dia 9 de maio e Miguel Costa aguardaria na capital argentina o chamado para se incorporar à conspiração. Nessa viagem ocorreu o acidente aéreo que resultou na morte de Siqueira Campos.

Em fins de maio, Prestes lançou seu manifesto em que reconhecia a presença de “revolucionários sinceros” na Aliança Liberal, mas negava seu apoio a essa articulação, defendendo a necessidade de “um governo de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos da cidade e do campo” e capaz de aplicar um programa antilatifundiário e anti-

imperialista.

A evolução da conjuntura política brasileira favoreceu o projeto revolucionário. Com o assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930, os ânimos se acirraram, e com a adesão do presidente eleito de Minas, Olegário Maciel, cuja posse estava marcada para 7 de setembro, as condições materiais para a deflagração do levante se fortaleceram. Nesse contexto, Miguel Costa chegou a Porto Alegre para se integrar ao Grupo de Comando da Revolução, formado por Pedro Aurélio de Góis Monteiro (comandante militar), Osvaldo e Luís Aranha, Virgílio de Melo Franco, João Alberto, Estillac Leal, Alcides e Nélon Etchegoyen, Augusto do Amaral Peixoto, Herculino Cascardo, Pinheiro de Andrade, Cícero Góis Monteiro, Ricardo Holl, Maurício Cardoso e Adalberto Cardoso. Além deste grupo, havia outros núcleos também integrantes da chamada Coluna Mestra da Revolução, onde se destacavam Assis Brasil, João Neves da Fontoura, Raul Pilla, Lindolfo Collor, José Antônio Flores da Cunha e João Batista Luzardo. O chefe supremo do movimento era Getúlio Vargas.

A revolução foi deflagrada às 17:30h do dia 3 de outubro de 1930, obtendo pleno êxito nas suas metas iniciais e se expandindo rapidamente a partir dos três estados em que a Aliança Liberal era mais forte. O Rio Grande do Sul foi completamente dominado em 24 horas, começando então a organização dos destacamentos que marchariam para o Norte. Em Minas, houve uma tenaz resistência do 12º Regimento de Infantaria, finalmente abafada depois de cinco dias. A Paraíba foi controlada no dia 4 e, em poucos dias, quase todo o Nordeste estava nas mãos dos revolucionários chefiados por Juarez Távora.

O principal foco de resistência legalista passou a ser São Paulo, onde estavam estacionadas importantes guarnições federais comandadas pelo general Arnaldo de Sousa Pais de Andrade. Os destacamentos revolucionários gaúchos invadiram e controlaram rapidamente Santa Catarina e em seguida o Paraná, divididos em três colunas, comandadas por Miguel Costa (comissionado no posto de general), pelo general Felipe Portinho e pelo “tenente” Trifino Correia. Em seguida, as forças de Miguel Costa aceleraram sua marcha para penetrar em São Paulo, encontrando em 5 de outubro na cidade paulista de Itararé uma grande concentração militar legalista, composta de 3.600 soldados da Força Pública, 1.600 do Exército e mil voluntários, apoiados por baterias de artilharia. A posição topográfica favorecia a defesa da cidade, situada sobre um alto penhasco de granito escavado pelo rio

Itararé, mas os contingentes revolucionários tinham superioridade numérica, com seus 7.800 homens e 18 canhões de grosso calibre. Fixando seu quartel-general em Sengés (PR), Miguel Costa dividiu suas forças em quatro destacamentos e organizou o ataque, precedido de ações de fustigamento. Depois de 12 dias de tensão e escaramuças, os revolucionários conseguiram ocupar a fazenda Morungava, a 8km de Itararé, forçando o recuo legalista para o perímetro da cidade. O general Pais de Andrade comunicou a dramática situação aos seus superiores, recebendo ordens expressas de defender Itararé “a todo transe”.

A situação militar evoluía de forma claramente favorável aos rebeldes em todas as principais frentes de luta. Nesse contexto, oficiais de alta patente lotados no Distrito Federal articularam um golpe militar contra o governo, finalmente deflagrado no dia 24 de outubro, com êxito. De posse dessa notícia, Miguel Costa enviou um emissário para exigir a rendição incondicional das tropas legalistas estacionadas em Itararé, cujo comandante, o general Pais de Andrade, ainda ignorava os últimos acontecimentos. Incrédulo, o general resolveu ir encontrar pessoalmente Miguel Costa em Sengés, onde confirmou a veracidade do informe e, na tarde do próprio dia 24, assinou a capitulação de suas forças. Estas, depois de desarmadas, começaram a se retirar para Ponta Grossa (PR) a fim de se apresentarem ao tenente-coronel Góis Monteiro, chefe militar da revolução.

A queda de Washington Luís não resolveu imediatamente o conflito de poder, pois a junta governativa então empossada não estava claramente comprometida com a posse de Vargas na presidência, reivindicada pelos revolucionários, e decidiu determinar a passagem dos governos estaduais para as mais altas autoridades militares de cada região. Assim, o governo paulista passou inicialmente para o general Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª RM e amigo de Júlio Prestes. Entretanto, os revolucionários começaram a substituir os governantes por interventores ligados ao seu movimento. Na noite do dia 25, Vargas partiu de trem para a cidade de São Paulo a fim de enfrentar a delicada questão do poder local e, em seguida, prosseguiu viagem até o Distrito Federal. Miguel Costa, João Alberto, Maurício Cardoso, Luís Aranha, Virgílio de Melo Franco, Francisco de Assis Chateaubriand, Paulo Nogueira Filho e outros líderes revolucionários acompanharam o chefe do movimento, sendo recebidos festivamente na capital paulista no dia 28 de outubro. Miguel Costa chegou a percorrer a cidade em carro aberto, sob grande ovação popular.

A CRISE PAULISTA: 1930-1932

Miguel Costa e outros líderes tenentistas propuseram o nome de João Alberto para assumir a interventoria em São Paulo, contrariando assim as pretensões do Partido Democrático (PD), que esperava a indicação do seu presidente, Francisco Morato, para o cargo. O acordo obtido por Vargas estabeleceu que o Executivo paulista permaneceria provisoriamente sem chefe, cabendo ao secretariado a responsabilidade pelos negócios do governo, enquanto João Alberto ficava como delegado militar da revolução no estado. Vargas partiu em seguida para o Rio, onde, depois de superadas as resistências iniciais da junta militar, tomou posse em 3 de novembro à frente do governo provisório. Nesse mesmo dia, Miguel Costa, cuja cidadania brasileira foi novamente reconhecida, foi nomeado comandante da Força Pública de São Paulo, passando a deter, junto com João Alberto, o controle das decisões relativas à ordem pública e à segurança no estado.

Começou assim o longo conflito entre as lideranças tenentistas e as forças políticas tradicionais de São Paulo. No dia 13 de novembro, Miguel Costa, João Alberto e o coronel João Mendonça Lima fundaram a Legião Revolucionária, voltada para garantir a realização das reformas reivindicadas pelos “tenentes”, de modo a evitar que a revolução representasse apenas “uma derrubada de ocupantes de posições para dar lugar a um assalto a essas mesmas posições”. Nas semanas seguintes, José Maria Whitaker e Plínio Barreto ocuparam, sucessivamente, a chefia do governo paulista, mas a influência de João Alberto se fortaleceu através da nomeação de muitos militares ligados a ele para diversos órgãos da administração estadual. No dia 25 de novembro, o cargo de delegado militar da revolução em São Paulo foi extinto e João Alberto assumiu o posto de interventor, levando todo o secretariado a pedir demissão. Depois de algumas negociações, essa decisão foi provisoriamente suspensa, mas nos dias seguintes as divergências se aprofundaram. Em 2 de dezembro, Vicente Rao, membro do PD, foi demitido da chefia de polícia pelo novo interventor, provocando um novo pedido de demissão — dessa vez concretizado — de todos os secretários de governo. No dia 4, João Alberto nomeou o novo secretariado, criando inclusive uma nova secretaria, a de Segurança Pública, confiada a Miguel Costa. Acumulando grande poder, Miguel Costa se tornaria um alvo constante dos ataques do PD, que foi marginalizado dos principais postos de decisão no estado.

No período seguinte, a Legião Revolucionária experimentou grande crescimento, a ponto de Miguel Costa, seu principal líder, anunciar em 31 de janeiro de 1931 que essa organização contava com 17 mil adeptos e estava representada em todos os distritos do estado. Em 4 de março, a Legião lançou um manifesto, redigido por Plínio Salgado e assinado por Miguel Costa, Mendonça Lima e outros. O documento defendia a necessidade de um governo forte e centralizado, capaz de intervir nos múltiplos aspectos da vida econômica e social do país; denunciava o latifúndio privado, os trustes, os monopólios e a “absorção dos patrimônios nacionais pelos sindicatos estrangeiros”; criticava a importação de modelos políticos e ressaltava a necessidade de “respostas tipicamente brasileiras” para esses problemas.

O crescimento da Legião junto à classe média, à oficialidade militar e a setores do operariado acirrou a tensão existente entre essa organização e as forças políticas tradicionais em São Paulo, especialmente o PD e o Partido Republicano Paulista (PRP). Esse conflito evoluiu para uma ruptura, configurada em 24 de março de 1931, com a elaboração do manifesto em que o PD acusava João Alberto de afastar da administração estadual “ilustres paulistas” em favor de elementos de sua confiança e estimular perseguições promovidas pela Legião Revolucionária. O documento defendia ainda a formação de uma frente única em São Paulo para lutar pela convocação de uma assembleia nacional constituinte e a devolução da autonomia estadual. A pedido de Vargas, o manifesto não foi divulgado imediatamente, vindo a público apenas no dia 7 de abril, depois de uma ofensiva de repressão contra o PD. Em protesto contra a política aplicada pelo interventor e por Miguel Costa, Isidoro Dias Lopes pediu demissão do comando da 2ª RM dois dias depois, mas não foi atendido.

Com o acirramento das tensões, oficiais da Força Pública e membros do PD deflagraram um levante em 28 de abril de 1931 para depor João Alberto e Miguel Costa. O movimento foi rapidamente sufocado, com a prisão de mais de duzentos revoltosos e a posterior transferência de vários oficiais do Exército para outras regiões do país, inclusive o general Isidoro Dias Lopes, que foi substituído pelo general Góis Monteiro no comando da 2ª RM. O crescimento da Legião Revolucionária causava atritos com diferentes grupos políticos e setores sociais. Acusada de comunista por seus adversários conservadores e de demagógica por Luís Carlos Prestes (ainda exilado no Uruguai e já adepto do marxismo), essa

organização era alvo também da desconfiança dos setores mais organizados da classe operária, que não aceitavam o enquadramento da estrutura sindical conforme os planos oficiais. O próprio João Alberto passou a temer o crescimento da influência de Miguel Costa e o poder paralelo representado pela Legião, que conseguiu inclusive colocar obstáculos à sua política de aproximação com os produtores de café. Em meados de 1931, Miguel Costa viajou para o Rio a fim de solicitar o afastamento de João Alberto, que, se sentindo isolado, pediu demissão em 24 de julho.

O primeiro nome então escolhido para assumir a chefia do governo paulista foi Plínio Barreto, homem de confiança do PD, que pretendia afastar imediatamente Miguel Costa do comando da Força Pública. Reagindo a essa possibilidade, o líder tenentista vetou a posse do novo interventor, colocou suas tropas de prontidão e mobilizou a Legião Revolucionária para um eventual conflito. Nesse contexto, Plínio Barreto foi preterido para dar lugar a Laudo Camargo, que tomou posse em 25 de julho com a condição de que Miguel Costa deixasse de acumular as funções de secretário de Segurança e comandante da Força Pública. Para garantir esse remanejamento, o novo interventor fundiu as secretarias de Segurança e de Justiça, provocando protestos de Miguel Costa, cuja situação ficou confusa. Laudo Camargo afirmava que recebera seu pedido de demissão e de reforma, nomeando então Abraão Ribeiro para substituí-lo à frente da Força Pública, mas Miguel Costa, apoiado por Góis Monteiro, negava essa versão. O resultado dessa polêmica foi seu afastamento da Secretaria de Segurança e sua manutenção no comando da Força Pública. Tentando reagir a essa perda de poder, Miguel Costa convocou um congresso da Legião Revolucionária, realizado de 24 a 27 de setembro de 1931, quando foi discutida a transformação da entidade em um grande partido de oposição ao interventor Laudo Camargo. O principal tema programático abordado foi a necessidade de estruturar um estado forte e centralizado, capaz de promover a industrialização do país e assegurar melhores condições de trabalho para os assalariados.

A situação em São Paulo tornou-se mais tensa com a anistia decretada por Laudo Camargo para diversos políticos comprometidos com a situação anterior à Revolução de 1930 e a nomeação de juízes também afastados de seus cargos por motivos políticos. O governo federal forçou a demissão desses juízes e, pouco depois, enviou João Alberto e Miguel Costa para intimarem Numa de Oliveira, secretário da Fazenda, a depor em juízo sobre as

acusações de corrupção que existiam contra ele. Considerando essas medidas uma violência contra seu governo, Laudo Camargo pediu demissão em 13 de novembro de 1931, sendo acompanhado pelo ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, que se afastou três dias depois.

Vargas nomeou então o coronel Manuel Rabelo, vinculado às correntes tenentistas, que tomou posse na interventoria paulista com o apoio de João Alberto, Miguel Costa e Góis Monteiro. Assim, as forças políticas tradicionais no estado passaram novamente para a oposição, radicalizando suas posições. Em 13 de janeiro de 1932 o PD lançou manifesto rompendo com o governo federal e conclamando a população à luta pela imediata constitucionalização do país e a devolução da autonomia estadual. Pouco depois, o PRP fez o mesmo, iniciando o processo da união dos dois grandes partidos que resultou na formação da Frente Única Paulista (FUP) em 16 de fevereiro seguinte. Miguel Costa transformou então a Legião Revolucionária no Partido Popular Paulista.

A intensificação das manifestações populares promovidas pela FUP, contra o governo federal e a interventoria de Manuel Rabelo, e a repercussão positiva dessas pressões em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul levaram Vargas a preparar um estudo para a constitucionalização do país, que resultou no Código Eleitoral decretado em 22 de fevereiro de 1932. Ao mesmo tempo, começou-se a preparar a substituição de Manuel Rabelo por Pedro de Toledo, paulista, civil e próximo do PRP. Apesar da resistência de Miguel Costa, Toledo foi empossado em 7 de março, prometendo abandonar o governo se não conseguisse uma conciliação com os tenentistas. Assim, abriu um espaço predominante em seu secretariado para pessoas ligadas a Miguel Costa, que, entretanto, divergindo de Góis Monteiro, continuou rejeitando qualquer compromisso com a FUP. Foi a vez dos dois generais se desentenderem. O comandante da 2ª RM acusou Miguel Costa de ser comunista, contrário aos militares, conspirador e principal obstáculo à concórdia no estado, além de ter utilizado todas as verbas da Força Pública na aquisição de armamento e munição. Miguel Costa retrucou: “A Legião não combate os militares. A Legião até agora tem seguido a minha orientação e eu não sou contra os militares. Sou contra, isso sim, todos os reacionários, sejam civis, sejam militares.” Para completar, citou quatro oficiais incluídos nessa categoria: Lobato Vale, Branco Pedrosa, Cordeiro de Farias e Granville Belerofonte de Lima.

Góis Monteiro replicou acusando a Legião Revolucionária de responsável pela ruína do PD, a expulsão do general Isidoro e a derrubada de João Alberto, Laudo Camargo e Manuel Rabelo. “Foram estes grupos que não pensam no bem da pátria, internacionalistas como são, que agora se arrogam o papel de defensores do Brasil. Nós estamos aqui para defender o estado e a unidade do território nacional e, se cairmos, os brasileiros vingarão a nossa morte.”

A luta interna em São Paulo continuava intensa quando Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda, visitou a capital do estado no dia 22 de maio de 1932 para avaliar a necessidade de composição de um novo secretariado. Recebido por uma gigantesca manifestação de repúdio, telegrafou a Vargas dando parecer favorável à reorganização do governo com nomes da FUP. No dia seguinte, Toledo formou um novo secretariado desvinculado das forças tenentistas e do governo federal, apenas com membros do PD e do PRP. Para comemorar essa vitória, a FUP convocou uma manifestação que resultou no empastelamento do *Correio da Tarde*, órgão da Legião Revolucionária, e em conflitos generalizados, que provocaram a morte de quatro estudantes: Martins, Miragaia, Drausio e Camargo. As iniciais desses nomes viriam a formar a sigla MMDC, da milícia civil, muito atuante na preparação e condução da luta armada contra o governo federal.

Com a reorganização promovida por Pedro de Toledo, Valdemar Ferreira, do PD, assumiu a Secretaria de Justiça e promulgou imediatamente o decreto de reforma de Miguel Costa, nomeando o coronel Júlio Marcondes Salgado para o comando da Força Pública. Em resposta, o governo federal substituiu Góis Monteiro por Manuel Rabelo no comando da 2ª RM, buscando assim garantir o controle militar de São Paulo através do Exército. Rabelo chegou a tentar unificar os comandos das forças estaduais e federais, sem êxito.

Fortalecida no plano político e com grande penetração no meio militar, a FUP intensificou os entendimentos com as frentes únicas Gaúcha e Mineira para deflagrar um levante contra o governo federal. O planejamento das primeiras ações militares coube ao coronel Euclides Figueiredo, ficando acertado que o comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, general Bertoldo Klinger, assumiria depois a chefia das forças constitucionalistas.

O movimento foi deflagrado em 9 de julho, obtendo pleno êxito em suas metas iniciais em São Paulo. Logo no início do levante, Miguel Costa foi preso em sua residência, permanecendo nessa situação até o fim do conflito, que, ao contrário do esperado pelos

paulistas, se transformou em uma guerra civil prolongada. Sem apoio dos outros estados, São Paulo travou uma luta eminentemente defensiva até a capitulação em 2 de outubro de 1932. Apesar desse resultado, a liderança de Miguel Costa, a Legião Revolucionária e o próprio tenentismo não conseguiram se recuperar no estado durante a interventoria do general Valdomiro Lima, enquanto no plano nacional Vargas confirmava as eleições constituintes para 1933, atendendo assim a uma reivindicação dos paulistas derrotados. O Clube 3 de Outubro, então a organização tenentista mais significativa, criticou a medida, considerada um “triunfo das velhas máquinas ou mesmo das máquinas novas, construídas de peças velhas e pela mesma técnica”. A restauração integral da hierarquia militar e o declínio das organizações tenentistas ficaram evidenciados durante o Congresso Revolucionário realizado entre 16 e 25 de novembro de 1932, ocasião em que os setores mais radicais dos “tenentes” não tiveram o menor espaço.

A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

A constitucionalização do país em 1934, com a subsequente eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República, foi vista por setores do movimento tenentista aglutinados do Clube 3 de Outubro como uma submissão do governo revolucionário às antigas oligarquias. A Constituição de 1934 expressou uma composição entre as propostas centralizadoras defendidas pelos “tenentes” e as aspirações liberais das oligarquias tradicionais. Mas a luta política no período seguinte ganhou novos rumos. A Ação Integralista Brasileira (AIB), de tendência fascista, experimentou notável crescimento, levando partidos de esquerda, sindicatos e outras organizações a formar a Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em 23 de março de 1935 para lutar contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo. Muitos antigos “tenentes” aderiram a essa proposta, inclusive Miguel Costa, que passou a dirigir a organização da ANL em São Paulo junto com Caio Prado Júnior.

O rápido crescimento da AIB e da ANL e a radicalização resultante na luta política levaram o governo federal a decretar a primeira Lei de Segurança Nacional da história do país — conhecida como “Lei Monstro” —, que deu cobertura às sucessivas prisões de opositoristas, às frequentes intervenções policiais em manifestações aliancistas e à apreensão, em 21 de abril, do jornal *A Pátria*, simpático à ANL. Em 5 de julho de 1935,

data de aniversário dos levantes tenentistas de 1922 e 1924, Luís Carlos Prestes, já filiado ao PCB e presidente de honra da ANL, lançou um violento manifesto conclamando à luta imediata pelo poder, posição que não refletia a opinião da maioria dos membros da direção da ANL. Em resposta, o governo decretou o fechamento da entidade no dia 11 seguinte, sem encontrar nenhuma reação significativa. Em São Paulo, Miguel Costa e Caio Prado Júnior organizaram uma marcha de protesto que aglutinou cerca de quinhentas pessoas.

A conclamação insurrecional feita por Prestes suscitou muitas críticas. Em agosto de 1935, ao se desligar da ANL, Miguel Costa escreveu uma carta ao líder comunista defendendo o programa da entidade, mas afirmando: “Você, naturalmente pouco informado, supondo que o movimento da ANL tivesse tanto de profundidade como de extensão, lançou seu manifesto, dando a sua palavra de ordem de ‘todo o poder à ANL’, brado profundamente revolucionário, subversivo, aconselhável aos momentos que devem preceder a ação. Grito que deveria, para estar certo, ser respondido pela insurreição. No entanto, aí estão os fatos: veio o seu manifesto, veio o decreto de fechamento da ANL e este movimento popular que parecia à primeira vista ter tomado o país não reagiu nem com duas greves organizadas... Mas, se você tivesse, em vez de pregar o assalto ao poder, recomendado a mais viva congregação em torno da Aliança, não se teriam precipitado os acontecimentos.”

A ANL, sob a influência dominante do PCB, definiu uma orientação insurrecional que conduziu à revolta de novembro de 1935. Na violenta onda de repressão que se seguiu ao fracassado levante, Miguel Costa perdeu sua patente de general honorário do Exército e sua cidadania brasileira, embora não estivesse diretamente envolvido no episódio. Foi preso em seguida ao golpe militar que, liderado pelo próprio presidente Vargas, implantou o Estado Novo em 10 de novembro de 1937, afastando-se a partir de então de qualquer atividade política. Dedicou-se a negócios imobiliários e, mais tarde, comprou um sítio em Guarulhos (SP).

Miguel Costa só recuperou sua patente militar e sua cidadania em 1959, pouco antes de falecer, em São Paulo, no dia 2 de dezembro.

Foi casado com Benedita Laura de Campos, com quem teve três filhos. Desquitado, passou a viver com Euridina, com quem teve mais dois filhos.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; BELO HORIZONTE. Esc. Mun. Israel Pinheiro; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; CARONE, E. *Segunda*; CARONE, E. *Tenentismo*; CORREIA, A. *Rebelião*; CORRESP. CONF. NAC. TRAB. TRANSP. MARÍTIMOS; DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, J. *Getúlio*; *Efemérides paulistas*; *Encic. Mirador*; ENTREV. GUIMARÃES, A.; FAUSTO, B. *Revolução*; FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Comércio*, Rio (23/9/1945); LEITE, A. *Memórias*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, L. *Coluna*; MALVÁSIO, L. *História*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Nosso* (2 e 3); PERALVA, O. *Retrato*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1935; TÁVORA, J. *Vida*.

COSTA, Pedro Luís de Oliveira

*dep. fed. SP 1918-1926.

Pedro Luís de Oliveira Costa nasceu em Taubaté (SP) no dia 29 de junho de 1877, filho de Crescêncio José de Oliveira Costa e de Gertrudes Jordão de Oliveira Costa.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 8 de dezembro de 1896 e passou a advogar em sua cidade natal. Iniciou a carreira política ao ser eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP) pelo segundo distrito para a legislatura 1907-1909. Foi reeleito pelo mesmo distrito para as legislaturas 1910-1912 e 1913-1915, e nesse último ano foi eleito prefeito de Taubaté. Exerceu o cargo até o ano seguinte, quando retornou à Câmara Estadual, na legislatura 1916-1918. Ao longo do período em que esteve no Legislativo paulista, foi membro das comissões de Estatística, Divisão Civil e Judiciária (1907 e 1915), Comércio, Indústria e Obras Públicas (1908-1909), Redação (1910-1912 e 1914) e Fazenda e Contas (1916-1917).

Em 1º de março de 1918 foi eleito deputado federal para a legislatura 1918-1920, pelo quarto distrito de São Paulo. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, foi reeleito para as duas legislaturas seguintes e exerceu o mandato até dezembro de 1926.

Passados os ecos da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, o país ganhou uma nova Constituição, promulgada em julho de 1934. Já no dia 14 de outubro seguinte, concorreu a uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo Partido Constitucionalista, mas veio a falecer em Taubaté sete dias depois.

Faleceu em Taubaté no dia 21 de outubro de 1934.

Era casado com Eudóxia de Castilho Costa e teve cinco filhos.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: AZEVEDO, A.; FONSECA, A. *Câmara*; CÂM. MUN. TAUBATÉ.
Disponível em:

<http://www.camarataubate.sp.gov.br/Arquivos/Historia_Camara.pdf>; *Correio*
Paulistano (23/10/1934).

COSTA, Pedro

*dep. fed. BA 1924-1926.

Pedro Frederico Rodrigues da Costa nasceu em Salvador no dia 29 de junho de 1889, filho de Frederico Augusto Rodrigues da Costa e de Laura Portela Rodrigues da Costa. Seu avô paterno, João Antunes Rodrigues da Costa, foi proprietário de terras na região da antiga freguesia de São Sebastião das Cabaceiras do Passé, atual São Sebastião do Passé (BA), e tabelião de notas em Salvador. Seu pai foi tesoureiro da Recebedoria Provincial, que com o advento da República passou a se chamar Diretoria das Rendas do Estado, conselheiro municipal e intendente da Vila de São Francisco do Conde, senador estadual e presidente do Senado da Bahia; grande proprietário, deixou ao falecer quatro fazendas, uma delas origem do bairro de Vila Laura, em Salvador, assim chamado em homenagem à sua mãe. Seu irmão, Fábio Augusto Rodrigues da Costa, foi deputado estadual na legislatura 1935-1937.

Fez o curso de humanidades e os preparatórios em Salvador e diplomou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre de Direito da Bahia em 1910.

Iniciou a carreira política ao lado do pai, na campanha presidencial de 1910, apoiando Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa. Do mesmo modo que o pai, já se havia vinculado a J. J. Seabra e, atendendo ao apelo deste, teve atuação destacada na fundação do Partido Republicano Democrata da Bahia em 15 de março de 1910. Elegeu-se em seguida deputado estadual para a legislatura 1911-1912. Terminado o primeiro mandato, obteve sucessivas reeleições, permanecendo na Assembleia Legislativa até 1918. Foi então nomeado delegado regional no interior do estado, tendo desempenhado essa função em cidades como Castro Alves, Senhor do Bonfim, Jequié e Jaguaquara.

Sempre seguindo a orientação política do pai, incompatibilizou-se com o então governador Antônio Muniz de Aragão (1916-1920) ao criticar sua política em relação à distribuição de favores na administração do estado, e ao responsabilizá-lo pelos conflitos ocorridos entre os chefes sertanejos (1919). Tornou-se, no partido seabrista, integrante da

ala anti-Muniz. Mais uma vez acompanhou o pai, quando da disputa pelo governo baiano em 1923. Com o apoio da maioria da comissão executiva do Partido Democrata, rompeu com J. J. Seabra, quando, em decorrência de intrigas, este retirou o apoio à candidatura de Francisco Marques de Góis Calmon, que ele próprio havia indicado – e que, afinal, seria eleito.

Nas eleições de 1924 alçou vôo mais alto, ao conquistar uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Exerceu o mandato de 3 de maio daquele ano até o fim da legislatura, em 31 de dezembro de 1926. Quando da fundação, em janeiro de 1927, do Partido Republicano Baiano, filiou-se ao novo partido, também ao lado do pai, que passou a integrar sua comissão executiva. Tornou-se líder da facção dos ex-seabristas, passando à condição de grande colaborador do então governador Góis Calmon (1924-1928). Entretanto, quando a ala mangabeirista do PRB, comandada pelos irmãos Otávio e João Mangabeira, entrou em conflito com a facção calmonista na disputa pelo controle partidário, aliou-se à primeira. O conflito só seria solucionado através de um acordo avalizado pelo presidente Washington Luís (1926-1930), pelo qual as duas facções se uniram em apoio a Vital Soares para o governo do estado, e depois para a vice-presidência da República.

Entre 1927 e 1929 serviu como secretário do Ministério das Relações Exteriores, na gestão de Otávio Mangabeira. Com a vitória da Revolução de 1930, seu pai foi aliado da política, vindo a falecer em dezembro de 1932, enquanto Otávio Mangabeira foi exilado. Resolveu então afastar-se da política e tornou-se oficial no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Salvador.

Faleceu em Salvador no dia 17 de junho de 1941.

Casou-se com Noêmia Olivieri Rodrigues da Costa e teve seis filhos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p.55-86); BULCÃO

SOBRINHO, A. *Relembrando* (p.21-23); *Diário de notícias* (19/6/1941). Falecimentos; *Diário Oficial do Estado da Bahia*; *Governadores do Estado da Bahia*; MELLO, A. *Cartilha*; SAMPAIO, C. *Partidos*; *Tarde* (31/12/1932). Coronel Frederico Costa.

COSTALLAT, Bibiano

*militar; min. Guerra 1894; min. Ind. Viação e Obras Públ. 1894.

Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat nasceu no dia 9 de setembro de 1845 em Porto Alegre, filho de João Batista Augusto Costallat e de Maria Atanásia Macedo da Fontoura Costallat. Seu irmão José Alípio Macedo da Fontoura Costallat foi comandante do Colégio Militar (1894-1904) e da Escola Militar da Praia Vermelha (1904), no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Após concluir os estudos preparatórios no Colégio Gomes, na capital gaúcha, mudou-se para o Rio de Janeiro. Em 1863, completou o segundo ano do curso da Escola Central, assentou praça no Exército e transferiu-se para a Escola Militar da Praia Vermelha. Promovido a alferes-aluno em janeiro de 1865, seguiu para o rio da Prata, integrando batalhão de infantaria que ajudou a garantir a posse do general Venâncio Flores na presidência do Uruguai. Lutou na guerra contra o Paraguai, participando de várias operações no país vizinho, notadamente a batalha de Tuiuti, em maio de 1866, o assalto às fortificações de Humaitá, em junho de 1868, quando foi ferido à bala, e a tomada da praça de Peribebuí, em agosto de 1869. Recebeu várias promoções e condecorações durante a guerra, alcançando o posto de capitão em outubro de 1869, quando servia sob o comando do conde d'Eu, marido da princesa Isabel, herdeira do trono imperial. Em janeiro de 1870, quando o Paraguai já estava praticamente derrotado, obteve licença para tratamento de saúde.

De volta ao Rio de Janeiro, retomou os estudos, concluindo os cursos de artilharia em 1871 e de engenharia militar em 1873. Além disso, bacharelou-se em matemática e ciências físicas pela Escola Central. Em 1874, começou a lecionar na Escola Militar como professor repetidor interino. Foi nomeado secretário da escola em 1879 e promovido a major no ano seguinte. Continuou no exercício dos cargos de secretário e professor da Escola Militar durante quase toda a década de 1880, permanecendo à margem das reuniões e manifestações de oficiais do Exército descontentes com o governo imperial. Foi promovido

a tenente-coronel em agosto de 1888.

Era lente catedrático da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, por ocasião do movimento militar de 15 de novembro de 1889, que derrubou a monarquia. O deputado mineiro Rodolfo Paixão explicou em elogio póstumo sua adesão ao novo regime: “Ele que tinha sido leal ao trono, ele que era um crente, que em sua vida jamais deixou de modelar os seus atos de acordo com a sã doutrina religiosa que seguia, veio para a República com aquela lealdade que o enobrecia e, desde os primeiros dias do advento do regime que hoje vigora, se viu a sua ação constante, disciplinadora e heróica, a bem da consolidação da República”.

Promovido a coronel em março de 1890, tornou-se comandante da Escola Militar da Praia Vermelha em junho de 1892, no governo Floriano Peixoto. Em janeiro de 1893, assumiu interinamente o cargo de ajudante-general do Exército, em substituição ao general Antônio Eneas Gustavo Galvão, o barão do Rio Apa. General de brigada a partir de julho de 1893, foi importante elemento em que se apoiou o marechal Floriano Peixoto para combater a Revolução Federalista nos estados da região Sul e, principalmente, a Revolta da Armada na baía de Guanabara.

Em janeiro de 1894 ocupou o lugar de Antônio Eneas Galvão no Ministério da Guerra e, no mês de abril, foi nomeado ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, em substituição ao engenheiro João Felipe Pereira. Exerceu cumulativamente as duas pastas até o final do governo Floriano Peixoto, em novembro de 1894, tendo sido encarregado no mesmo período do expediente do Ministério da Marinha.

Voltou a exercer o magistério de 1895 a 1897, quando foi nomeado, pela segunda vez, ajudante-general do Exército. Com a extinção da Escola Superior de Guerra em 1898, foi designado lente catedrático da Escola Militar da Praia Vermelha. Comandou a escola de janeiro de 1900 a dezembro de 1902, exonerando-se do cargo em virtude de sua nomeação para o Superior Tribunal Militar (STM). Em novembro de 1903, foi promovido a marechal. Faleceu no Rio de Janeiro em 8 de dezembro de 1904, quando exercia a chefia do Estado-Maior do Exército.

Foi casado com Isabel Toloni Costallat. Seu sobrinho José Alípio de Carvalho Costallat foi deputado constituinte (1934) e deputado federal pelo Rio de Janeiro (1935-1937).

Paulo Brandi Cachapuz

FONTES: ARQ. HIST. EX. Fé de Ofício (caixa 3, pasta 5, Ministro da Guerra); CÂM. DEP. *Anais* (1 – 29/12/1904, v.8, p. 183-185); FRAGOSO, A. *História*; G. Ermakoff Arquivo de Imagens. Disponível em: <<http://www.ermakoff.com.br/banco/displayimage.php?album=lastup&cat=0&pos=3>>; *Jornal do Commercio*. RJ. (9/12/1904, p. 1); LEMOS, R. *Benjamin*; MOYA, S. *Anuário*; PORTO ALEGRE, A. *Homens*; TORRES, F. *Ministros*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário* (v.2).

COTRIM FILHO, Eduardo

*dep. fed. RJ 1927-1930.

Eduardo Cotrim Filho foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1927 e exerceu mandato de 3 de maio daquele ano a 31 de dezembro de 1929. Reeleito em 1930, ocupou uma cadeira na Câmara até 23 de outubro, quando teve o mandato interrompido pela revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu os órgãos legislativos do país.

Ao longo da carreira também exerceu os cargos de secretário de Agricultura e chefe de Polícia do estado do Rio de Janeiro.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; DIDIER, C. *Orestes Barbosa*.

COUSSEIRO, Manuel Alcântara de Sousa

*junta gov. PB 1889.

Manuel Alcântara de Sousa Cousseiro seguiu a carreira militar.

Era capitão e servia na Paraíba quando, em 17 de novembro de 1889, chegou à antiga província a notícia da proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, ocorrida dois dias antes. No mesmo dia 17 de novembro, Eugênio Toscano de Brito, um dos líderes republicanos da Paraíba, fundou um clube cívico para montar um governo provisório republicano. Nesse momento, o coronel Honorato Cândido Ferreira Caldas, comandante do 27º Batalhão de Infantaria sediado na Paraíba, organizou os militares em torno da causa republicana e passou a debater com o até então presidente da província, Francisco Luís da Gama Rosa, sua deposição. Durante as negociações, foi sugerida a formação de uma junta governativa liderada pelo antigo líder monarquista e ex-presidente da província Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o barão de Abiaí, e composta também por Artur José dos Reis Lisboa, Francisco de Lima Filho, Eugênio Toscano de Brito e Honorato Cândido Ferreira Caldas. Líder das forças militares paraibanas, o coronel Honorato Caldas recusou a interferência do barão ligado ao Império e não reconheceu a autoridade da junta governativa. Por intermédio de alguns líderes republicanos estaduais que procuraram evitar o conflito, formou-se então uma junta liderada pelo próprio coronel Honorato Caldas e composta também pelo capitão Manuel de Alcântara de Sousa Cousseiro, o capitão João Claudino de Oliveira Cruz, Artur José dos Reis Lisboa, Antônio da Cruz Cordeiro Sênior, o capitão Tomás de Aquino Mindelo e Manuel Carlos de Gouveia.

Essa junta ficou no poder de 17 de novembro a 2 de dezembro de 1889, quando o coronel Honorato Caldas foi deposto por se recusar a passar o poder a Venâncio Neiva, nomeado presidente do estado pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). Em seu lugar, assumiu o capitão João Claudino de Oliveira Cruz, que em 6 de dezembro seguinte passou o governo a Venâncio Neiva

Lopes

Raimundo Helio

FONTES: MARIZ, C. *Apanhados*; PINTO, L. *Síntese*.

COUTINHO, ALCEDO

*rev. 1930; rev. 1935; const. 1946; dep. fed. PE 1946-1948.

Alcedo de Moraes Coutinho nasceu no engenho Lagoa Danta, em Nazaré da Mata (PE), no dia 21 março de 1906, filho de Alfredo Moraes Coutinho e de Joana de Lima Coutinho.

Transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e aí se formou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1928. Instalou-se a seguir em Recife, onde passou a clinicar.

Ligado ao movimento tenentista desde 1924, participou da Revolução de 1930, integrando-se à marcha das forças rebeldes quando estas atravessavam o estado da Bahia. Em 1935, sempre em Recife, trabalhou como primeiro assistente no Hospital Pedro II e na Faculdade de Medicina, e também como cirurgião do pronto-socorro local. Filiado ao clandestino Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), participou do levante de novembro de 1935 promovido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização em que predominavam elementos comunistas. O movimento, que eclodiu em Natal no dia 23, em Recife no dia 25 e no Rio de Janeiro no dia 27, foi rapidamente derrotado pelas forças legalistas. Preso logo a seguir, permaneceu na Penitenciária de Recife até setembro de 1938, quando foi posto em liberdade através de *habeas-corpus* e deportado para o Rio de Janeiro sob vigilância do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Passou então a clinicar e trabalhou também clandestinamente, auxiliando militantes do PCB e seus familiares, como voluntário no Socorro Vermelho, associação organizada pelo partido. Retornando mais tarde a Pernambuco, trabalhou na organização do partido no estado.

Em 1942, participou do movimento a favor da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) contra as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Elemento de grande atividade no meio sindical, participou do movimento pela democratização do país, no contexto da desagregação do Estado Novo (1937-1945). Participou então ativamente da reorganização do PCB, tendo apoiado a Comissão Nacional de Organização Partidária (CNOP).

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945 concorreu a deputado por Pernambuco à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do PCB, uma vez que o partido havia sido

legalizado em maio do mesmo ano, e obteve a primeira suplência. Assumiu o mandato no lugar de Luís Carlos Prestes, que também concorreu a deputado por Pernambuco, mas optou por assumir a vaga de senador pelo Distrito Federal, que também havia conquistado. Não abandonou, contudo, a medicina e trabalhou como médico do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). No decorrer dos trabalhos constituintes iniciados em fevereiro de 1946, participou da Comissão de Investigação Econômica e Social e foi escolhido relator do projeto sobre o problema sanitário nacional. Considerando as péssimas condições socioeconômicas do povo brasileiro, geradas pela má distribuição da riqueza nacional, como a causa principal da precária situação sanitária do país, o relatório propunha medidas concretas para a resolução do problema e foi considerado o mais completo estudo sobre o tema realizado até então.

Como membro da bancada comunista, defendeu o Programa Mínimo de União Nacional, proposto por seu partido à Constituinte. Entre os 15 pontos desse programa estavam: a proteção aos pequenos fazendeiros e pequenos industriais; a autonomia dos municípios e do Distrito Federal; a convocação incondicional de ministros ao Congresso; a unificação da Justiça; o direito de voto para os analfabetos, soldados e marinheiros; a proibição do trabalho do menor e a aceitação do estado de sítio apenas em caso de agressão estrangeira. Seguindo essa orientação, apresentou emendas ao projeto da Constituição em que se destacaram a que acabava com a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas (rejeitada), a que suprimia o dispositivo que possibilitava a isenção tributária para as empresas concessionárias de serviço público (rejeitada), a que transferia para os municípios a cobrança do imposto territorial (rejeitada) e a que determinava a transferência para os municípios de 10% do total dos impostos arrecadados pela União (aprovada). Manifestou-se também a favor da reforma agrária, da anistia ampla e irrestrita e da ampliação do mercado interno. Utilizou da palavra diversas vezes para protestar contra perseguições da polícia de Santos aos portuários que se recusavam a descarregar os navios procedentes da Espanha, submetida à ditadura de Francisco Franco. Fez-se presente em plenário para defender as eleições diretas para prefeitos das capitais e do Distrito Federal, a maior proporcionalidade eleitoral entre os estados e a nacionalização das empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos.

Com a promulgação da nova Constituição em 18 de setembro de 1946, passou a exercer o

mandato ordinário. No entanto, após o cancelamento do registro do PCB pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em maio de 1947, acusado de ser um partido antidemocrático e financiado por fontes externas, teve o mandato cassado, como os demais parlamentares comunistas, em janeiro do ano seguinte. Ainda nesse ano foi nomeado primeiro-tenente do Exército como médico, por decreto da presidência da República. Em maio de 1949 teve negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) o mandado de segurança que impetrou contra o ato de sua cassação pela mesa da Câmara dos Deputados.

Afastado da política parlamentar, retomou o exercício da medicina, passando a clinicar no Rio de Janeiro. Foi médico particular de Luís Carlos Prestes e de outros membros do comitê central do PCB. Fiel seguidor da liderança de Prestes no interior do partido, foi obrigado a retomar a clandestinidade após o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que derrubou o presidente João Goulart. No início dos anos 1970, já com a saúde debilitada, transferiu-se para Goiás, indo morar com sua filha. Em 1982 recebeu o título de “cooperativista emérito” concedido pela Organização dos Cirurgiões do Estado do Rio de Janeiro (OCERJ). Em 1988, quando se mudou para Uberaba (MG), deixou a profissão de médico.

Faleceu no dia 29 de julho de 1992, em Uberaba.

De seu relacionamento com Maria Carolina Cunha de Almeida teve uma filha. Era casado com Beatriz da Silva Lacerda, com quem teve uma filha.

FONTES: BRAGA, S. *Quem foi quem*; CÂM. DEP. *Bancada*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; (1946-1967); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1947-1951); CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; FREITAS, C. *Episódios*; GALVÃO, F. *Fechamento*; *Grande encic. Delta*; INF. FAM.; *Jornal da Tarde* (23/9/1976); LEITE, A. *Páginas*; SILVA, H. 1935.

COUTINHO, Ermírio César

*dep. fed. PE 1897-1905.

Ermírio César Coutinho nasceu no engenho Lagoa Dantas, em Nazaré da Mata (PE), em 27 de março de 1839, filho de Antônio Aureliano Lopes Coutinho e de Antônia Florentina César Coutinho. Sua avó paterna, Rita Nunes Machado, era irmã do político Joaquim Nunes Machado.

Diplomou-se em medicina na Bahia em 1858 e, de regresso a Pernambuco, casou-se com Joaquina Vitória Simões Coutinho, irmã do médico Adolfo Simões Barbosa. Dedicando-se também à medicina, foi um dos grandes médicos de sua época. Interessava-se pelas doenças mentais e nervosas, e foi um precursor da psiquiatria. Chegou a utilizar a hipnose em alguns casos. Foi sócio fundador e presidente da Sociedade de Medicina de Pernambuco.

Paralelamente à medicina, exerceu intensa atividade política, ocupando, ainda no Império, destacada posição no Partido Liberal e defendendo a abolição da escravatura. Já na República, foi senador estadual e deputado federal por Pernambuco nas legislaturas 1897-1899, 1900-1902 e 1903-1905. Pertencia, então, ao Partido Republicano, liderado por Francisco de Assis Rosa e Silva.

Faleceu na Paraíba no dia 7 de abril de 1904 e foi sepultado em Recife.

Publicou vários trabalhos, entre os quais *A medicina em Pernambuco*, *Nevropatia cérebro-cardíaca* e *Sífilis no sistema nervoso*.

Marcos Paulo Torres

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Diário de Pernambuco (Coluna Opinião (1/1/2010))*. Hélio Coutinho Filho.

COUTINHO, FLÁVIO RIBEIRO

*dep. fed. PB 1930; gov. PB 1956-1958.

Flávio Ribeiro Coutinho nasceu na fazenda Chaves, no município de Pilar (PB), no dia 20 de julho de 1882, filho do “coronel” João Ribeiro da Silva Coutinho e de Ana Ferreira de Castro Ribeiro Coutinho. Descendia de uma família de grandes produtores de cana-de-açúcar e de algodão na Paraíba.

Fez os primeiros estudos no Colégio Pio X e no Liceu Paraibano, em sua cidade natal, bacharelando-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em dezembro de 1907. Transferiu-se em seguida para Belém, onde começou a clinicar, instalando seu consultório na Farmácia Galeno. De volta à Paraíba, dedicou-se à produção açucareira. Iniciou-se na política ao lado de Epitácio Pessoa, em 1915, quando chefiou o diretório do Partido Republicano da Paraíba em Itabaiana, cidade cuja prefeitura ocupou por pouco tempo. Em 1922 tornou-se proprietário da usina Santa Helena.

Eleito deputado estadual para o período 1924-1926, renunciou ao mandato por ter sido empossado segundo-vice-presidente de seu estado durante o governo de João Suassuna (1924-1928). Adversário da Aliança Liberal, elegeu-se deputado federal em março de 1930. Assumiu o mandato em maio do mesmo ano, mas interrompeu-o em decorrência da vitória da Revolução de 1930, que levou ao fechamento de todos os órgãos legislativos do país.

Convidado por Otacílio de Albuquerque a integrar o diretório do Partido Democrático da Paraíba, não aceitou, só retornando à vida política em 1933, com a criação do Partido Progressista da Paraíba. Em 1937, já durante o Estado Novo (1937-1945), integrou o Conselho de Administração do Estado. De 1937 a 1941 presidiu a Associação Comercial da Paraíba, tendo ocupado ainda, de 1939 a 1940, a presidência do Departamento Administrativo do Estado. Com a desagregação do Estado Novo e a consequente redemocratização do país, participou em 1945, ao lado de José Américo de Almeida e de Argemiro de Figueiredo, da fundação da União Democrática Nacional (UDN) na Paraíba, cujo diretório regional presidiria até 1958.

No pleito de janeiro de 1947 elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte da Paraíba. Assumindo o mandato em março seguinte, foi escolhido presidente da Casa. Ainda em 1947 fundou o Banco Comércio e Indústria e durante dois dias, entre 30 de setembro e 2 de

outubro, na qualidade de presidente da Assembleia, substituiu Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo no governo estadual. Após a promulgação da nova Carta estadual, permaneceu no exercício do mandato até janeiro de 1951. Concorreu à Câmara dos Deputados no pleito de outubro de 1950, mas obteve a segunda suplência e não chegou a exercer o mandato.

Com base num acordo pluripartidário articulado pelo então governador paraibano José Américo de Almeida, candidatou-se em 1955 ao governo do estado. Entretanto, surgiram algumas dificuldades para a obtenção do acordo, uma vez que o Partido Social Democrático (PSD) reivindicava indicar o candidato a governador, pois, no pleito de 1950, indicara o vice-governador, favorecendo com isso a UDN. O PSD acabou por aceitar sua candidatura em agosto de 1955, lançando como candidato a vice-governador Pedro Moreno Gondim. O Partido Republicano (PR) apoiou a chapa UDN-PSD, sagrando-se afinal Flávio Ribeiro Coutinho candidato único dos grandes partidos.

Eleito governador em 3 de outubro de 1955, tomou posse em 31 de janeiro do ano seguinte. Nomeou um secretariado que contava com a participação de representantes da UDN, do PSD e do Partido Libertador (PL), consolidando assim a política de pacificação estadual iniciada por José Américo. Durante sua gestão criou a empresa Armazéns e Silos do Estado da Paraíba (Casep) e ampliou a Universidade Federal da Paraíba, com a inclusão das escolas de Engenharia, de Farmácia, de Odontologia e de Serviço Social, e a aquisição do terreno destinado à edificação da Cidade Universitária. Suas medidas visaram sobretudo à área rural e à educação. Deixou o governo em 4 de dezembro de 1957 devido a problemas de saúde e viajou para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a fim de tratar-se. Foi substituído pelo vice-governador Pedro Gondim e não mais retornou ao exercício do cargo. Após longo período de tratamento, faleceu no Rio de Janeiro no dia 26 de maio de 1963.

Era casado com a sobrinha Berenice Mindelo Ribeiro Coutinho, com quem teve seis filhos. Em sua família destacaram-se João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho, constituinte de 1946, deputado federal pela Paraíba de 1946 a 1951 e de 1955 a 1963; Odilon Ribeiro Coutinho, deputado federal pelo Rio Grande do Norte de 1963 a 1967; Flaviano Ribeiro Coutinho Filho, deputado federal pela Paraíba de 1963 a 1971; e Renato Ribeiro Coutinho, deputado federal pela Paraíba de 1967 a 1971.

Foi ainda fundador e presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar. A seu respeito

publicou-se em 1977 a obra *Flávio Ribeiro Coutinho, história de uma vida e uma época* e, em 2000, *Flávio Ribeiro Coutinho*, sétimo volume da Série Histórica Paraíba — Nomes do Século —, iniciativa da Editora União, do governo da Paraíba.

FONTES: *Almanaque da PB*; *Grande encic. Delta*; MAIA, B. *Governadores*; MAIA, S. *Crônicas*; NÓBREGA, A. *Chefes*; PINTO, L. *Fundamentos*; SILVA, R. *Bacharéis*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1, 2 e 3).

COUTINHO, Henrique da Silva

*pres. ES 1890-1891; sen. ES 1897-1904; pres. ES 1904-1908.

Henrique da Silva Coutinho nasceu em Vitória no dia 6 de novembro de 1845, filho de Manuel Pinto Rangel e Silva e de Joana Maria da Vitória e Silva. Pertencia a família de proprietários rurais e políticos do Império. Seus irmãos Emiliano e Antero Coutinho foram deputados provinciais pelo Partido Conservador. Ele, porém, era republicano. Coutinho, além de fazendeiro, era ligado por casamento à família Zinzen, dona de firma exportadora em Vitória.

Já na República, os clubes republicanos do Espírito Santo, que até então não haviam formado uma estrutura partidária, procuraram criar um partido forte que pudesse dirigir a política estadual. Assim, convocaram um congresso em maio de 1890, para o qual convidaram também lideranças políticas dos antigos partidos da monarquia. No congresso, porém, os republicanos se dividiram, e o partido então criado não se firmou. A facção que foi derrotada afastou-se e participou de uma articulação com liberais e conservadores da qual resultou a criação da União Republicana Espírito-Santense (URES), presidida por Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade Almeida, o barão de Monjardim. Os que permaneceram no partido – em cujo diretório estava Henrique Coutinho – uniram-se à facção liberal liderada por Muniz Freire e a uma corrente conservadora, e fundaram o Partido Republicano Construtor (PRC). Henrique Coutinho foi então escolhido um dos três membros do diretório central da nova agremiação.

A divisão dos republicanos teve consequências no governo estadual, pois o governador Afonso Cláudio era ligado à facção vitoriosa no congresso, que se integrou ao PRC, mas dois de seus vice-governadores, Bernardo Horta e Antônio Gomes Aguirre, eram os líderes do grupo derrotado, e renunciaram a seus cargos. Foram substituídos por Henrique Coutinho e Constante Gomes Sodré. Desse modo, Henrique Coutinho esteve no governo e na cúpula do partido situacionista naqueles meses agitados da campanha eleitoral para o Congresso Constituinte nacional, na qual seu partido saiu vitorioso.

Afonso Cláudio afastou-se do governo por motivo de saúde em setembro de 1890, foi substituído por Constante Sodré, e acabou renunciando ao cargo. Em 20 de novembro de 1890 o outro vice-governador, Henrique Coutinho, assumiu de modo interino, sendo efetivado na posição pelo governo provisório chefiado por Deodoro da Fonseca em janeiro de 1891. Sua administração durou poucos meses, consumidos pela intensa luta política que se travava no estado e no âmbito federal, e terminou a 10 de março, quando foi demitido por Deodoro. A demissão ocorreu em represália a seu partido, o PRC, cuja bancada na Constituinte votara, com uma única exceção, em Prudente de Moraes e não em Deodoro para a presidência da República. Para o governo do Espírito Santo foi nomeado Antônio Gomes Aguirre, da URES.

O PRC ficou na oposição ao governo estadual e a Deodoro, mas tinha toda a bancada no Congresso Nacional, e voltou ao poder após o contragolpe que levou Floriano Peixoto à chefia do Poder Executivo em 23 de novembro de 1891. Henrique Coutinho foi eleito deputado à Assembleia Constituinte estadual, instalada em abril de 1892. A Constituinte aprovou, com poucas inovações, o projeto de Constituição que havia sido elaborado no governo de Afonso Cláudio e vigorara provisoriamente enquanto o PRC esteve no poder, além de eleger Muniz Freire governador do estado (1892-1896). O PRC governaria o Espírito Santo até 1908, e Henrique Coutinho esteve sempre em sua cúpula, embora a principal liderança fosse Muniz Freire. Entre 1894 e 1896, período agitado devido ao aparecimento de uma dissidência no partido, Henrique Coutinho foi o presidente da Assembleia Legislativa, cuja grande maioria era munizista.

Em 1896, o PRC elegeu o novo governador, Graciano Neves, e Muniz Freire partiu para a França em missão oficial. Em sua ausência, a influência de Henrique Coutinho aumentou, e ele saiu candidato ao Senado na eleição de 1897, contrariando a candidatura que Muniz deixara acertada e provocando nova crise no partido. Eleito senador, ocupou as posições de quarto-secretário (1898, 1900 e 1902) e terceiro-secretário (1901) da mesa do Senado.

Em 1904, após um novo governo de Muniz Freire (1900-1904), Henrique Coutinho elegeu-se presidente do estado. A crise do café, iniciada em 1896, arruinara as finanças do Espírito

Santo, cuja economia era sustentada pela monocultura daquele produto, e Henrique Coutinho enfrentou uma situação difícil, com dívidas a pagar e sem meios para investir. Conseguiu apenas preparar um novo núcleo colonial para receber imigrantes estrangeiros, construir algumas escolas no interior e realizar uma pequena, porém importante, obra de reurbanização em Vitória, com a demolição de velhas casas e a ampliação da praça situada em frente ao palácio do governo, e nele instalar iluminação elétrica.

O governo de Henrique Coutinho foi agitado por uma questão política: seu rompimento com Muniz Freire, no início de 1905. O partido se dividiu, a bancada federal em sua maioria ficou com Muniz Freire, e a Assembleia Legislativa chegou a aprovar uma proposta de *impeachment* de Coutinho. Mas seus partidários alegaram a inconstitucionalidade da proposta, e a discussão jurídica se arrastou, dando tempo para a ação de Coutinho, que acabou recuperando a maioria na casa e obtendo o arquivamento do projeto na legislatura seguinte. Porém, na eleição federal de 1906, Muniz Freire e seus partidários apresentaram uma chapa dissidente, na qual ele era candidato ao Senado, e que foi reconhecida pelo Congresso Nacional ao invés da chapa governista, ficando Coutinho com uma bancada oposicionista. Os dissidentes tentaram o mesmo na eleição para a Assembleia Estadual, mas não tiveram sucesso.

Em 1906, Henrique Coutinho decidiu vender a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, construída com enorme sacrifício pelo estado nos governos que o antecederam, mas que não chegara a seu destino final, Cachoeiro de Itapemirim, a fim de estabelecer a ligação dessa cidade com Vitória. Jerônimo Monteiro, ex-deputado estadual e federal rompido com o PRC em 1898, representou o Espírito Santo na negociação, realizada com a Leopoldina Railway, e foi também encarregado da operação de pagamento de uma dívida do estado com o Banco do Brasil. Com a realização dessas transações, Jerônimo reapareceu na cena política estadual muito fortalecido e, quando se tratou da sucessão do governo, num habilidoso jogo político, conseguiu se fazer candidato pelo PRC, atropelando a iniciativa do presidente Afonso Pena (1906-1909), que tentava, em conversação com Muniz Freire, escolher um nome que pacificasse a política capixaba.

Henrique Coutinho, presidente da Comissão do Espírito Santo na Exposição Nacional de 1908, foi muito homenageado por Jerônimo Monteiro quando este assumiu o governo do estado (1908-1912) e a chefia do partido, porém não teve mais um só cargo eletivo. Foi o fim de sua carreira política. De 1909 a 1911 foi coletor federal em Niterói (RJ).

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 14 de junho de 1915.

Casou-se em primeiras núpcias com Maria Coutinho d'Alvarenga e Silva, com quem teve quatro filhos. Seu segundo casamento, com Júlia Rodrigues Coutinho, deu origem a seis filhos.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: ASSEMB. LEGIS. ES. *Anais* (1905); CÂM. DEP. *Intervenção* (v.4); *Comércio do Espírito Santo* (1896); COUTINHO, Henrique da Silva. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo* (1904-1908, 11/9/1905, 9/10/1906); *Estado do Espírito Santo* (1890-1894; *Jornal Oficial* (1905-1907); MORAES, P. *Dicionário*; 1897-1900); PEREIRA, A. *Homens*; SENADO. *Dados biográficos*; VASCONCELOS, J. *Governos*.

COUTINHO, José Cândido de Lacerda

*const. 1891; dep. fed. SC 1891-1893.

José Cândido de Lacerda Coutinho nasceu em Desterro (SC), atual Florianópolis, no dia 15 de dezembro de 1841, filho de Francisco de Sousa Coutinho e de Cândida Júlia de Lacerda Coutinho.

Fez os estudos primários e secundários em sua cidade natal, e em 1863 matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na então capital do Império. Em seguida, no contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870), assentou praça como voluntário e passou a servir no Hospital de Sangue de Corrientes, na Argentina, quando obteve a patente de segundo-tenente. Formou-se em medicina em 1868 e no ano seguinte foi nomeado médico do Hospital Militar de Desterro. Após a morte de seu pai, em setembro de 1869, fixou residência no Rio de Janeiro, onde continuou a exercer a medicina. Passou também a lecionar e a colaborar com suas poesias em vários periódicos da cidade, como o *Jornal do Comércio*, *O Mosquito* e *Gazeta de Notícias*. Em 1875 casou-se com Adelaide da Silva, com quem teria filhos.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, em maio do ano seguinte foi nomeado segundo oficial da Secretaria de Estado de Instrução Pública, Correios e Telégrafos, na qual chegou a diretor da primeira seção. Ainda em 1890 foi eleito, em 15 de setembro, deputado por Santa Catarina à Assembleia Nacional Constituinte. Assumiu sua cadeira no dia 15 de novembro seguinte e participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do país. Promulgada a nova Carta no dia 24 de fevereiro de 1891, e iniciada em junho a legislatura ordinária, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 2 de novembro de 1900.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*.

COVA, Álvaro

*dep. fed. BA 1921-1926.

José Álvaro Cova nasceu em Salvador no dia 24 de dezembro de 1870, filho de José Plácido Guimarães Cova e de Lídia Varela.

Iniciou a carreira profissional em 1892 como almoxarife do Arsenal da Marinha, onde se conservou até a extinção desse departamento federal. Em 1894 já era subdelegado do distrito de São Pedro. Em 1896 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Bahia.

Participou da política mesmo antes de diplomar-se. Ainda em 1896 assumiu seu primeiro cargo eletivo na Câmara Municipal de Salvador como conselheiro municipal, cabendo-lhe a tarefa, junto com os demais conselheiros, de apurar a eleição geral de março de 1898 para presidente da República, em que foi eleito Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902). Naquele mesmo ano foi eleito deputado estadual, mas renunciou no ano seguinte para assumir o cargo de delegado da 2ª Circunscrição Policial e, logo em seguida, de delegado auxiliar interino. Deixou a polícia em 1901 ao ser nomeado para o Ofício de Registro de Hipotecas. Designado responsável pela administração policial do estado da Bahia, deixou o cargo em 1907 e seguiu no ano seguinte para o sul do estado como delegado regional. Em uma época de grandes conflitos na zona do cacau, conseguiu restabelecer a ordem nas comarcas que policiou.

Foi eleito deputado estadual, pelo 1º distrito, para a legislatura 1911-1912, mas renunciou ao mandato em 1912 para assumir a Secretaria de Polícia e Segurança Pública durante dois períodos governamentais sucessivos: o primeiro, de José Joaquim Seabra (1912-1916), e o segundo, de Antônio Muniz (1916-1920). Durante sua gestão, foi criada a Guarda Civil, foi ampliado o Gabinete de Identificação, foi reorganizada a administração da penitenciária, foram reformados os postos policiais e foi proposta a criação do corpo de agentes da Segurança Pública. Em 1919, controlou os conflitos originados com a greve dos operários das fábricas e de obras, que solicitavam aumento de salários em face da carestia

de vida. A estes se juntaram os padeiros, empregados em hotéis e restaurantes, motoristas e os empregados dos serviços de bondes e telefones, num movimento que se prolongou por cinco dias, e foi inclusive estimulado pelos oposicionistas ao grupo do governador e de J. J. Seabra.

Elegeram-se deputado federal, como representante do 1º distrito eleitoral, para as legislaturas 1921-1923 e 1924-1926.

Foi defensor constante das classes operárias, tanto na vida profissional como nos cargos eletivos que ocupou.

Faleceu em Salvador em 5 de maio de 1926.

Era casado com Diana de Jesus Cova, com quem teve cinco filhos.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: *Democrata*. Despedida. Dr. José Álvaro Cova ; *Diário da Bahia*.

Faleceu, ontem, o deputado Álvaro Cova – dados biográficos do político; *Diário de Notícias*. A morte do deputado Álvaro Cova; *Diário oficial do Estado da Bahia; Gazeta do Povo* (29/3/1912). Dr. Álvaro Cova; *Imparcial*. Dr. José Álvaro Cova-seu falecimento,. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (p. 79-83, 1964); MATTOS, W. *História*; MELLO, A. *Cartilha*; SOUZA, A. *História* (p.371-372); *Tarde*. O Sr. Cova também foi...(5, 6/4/1926, 5, 6/5/1926).

CRESPO, João Py

* dep. fed. RS 1897-1899.

João Py Crespo nasceu em Pelotas (RS).

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1888, instituição que teve papel de destaque na formação das elites políticas e culturais do Rio Grande do Sul durante o século XIX e início do século XX. Em 1889, no final da Monarquia no Brasil, João Py Crespo atuou como promotor público.

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis, derrubou a Monarquia e proclamou a República, pondo fim ao período imperial no Brasil. Neste mesmo dia foi instituído um Governo Provisório republicano, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Durante esse Governo Provisório, as Assembleias Provinciais foram fechadas. Em 25 de fevereiro de 1891, um dia após a promulgação da primeira Constituição republicana no país, Deodoro foi eleito para a presidência, tornando-se o primeiro presidente eleito da República brasileira.

Após a proclamação da Constituição, foi instalada a Assembleia Constituinte Estadual no Rio Grande do Sul, que promulgou, em 14 de julho daquele ano, a primeira Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos, líder do Partido Republicano Rio-Grandense, foi o responsável, quase que exclusivamente, pela elaboração da Constituição estadual, que estabeleceu a presença de um Poder Legislativo com poderes limitados a questões orçamentárias, ao mesmo tempo em que garantia um Poder Executivo forte. O presidente do Estado (cargo equivalente ao de governador) exerceria um mandato de cinco anos, estando garantido seu direito à reeleição contínua, desde que obtivesse 75% dos votos. Já o vice-presidente seria nomeado pelo presidente do estado. Por esta Constituição estadual, a autoridade legal do governador equivalia à de um ditador, tal a concentração de poder no Executivo. Ainda em 1891, Júlio de Castilhos foi eleito presidente do estado pela Assembleia Constituinte estadual – o primeiro governador eleito no Rio Grande do Sul

após a proclamação da República.

Com o fim da Constituinte estadual, a Assembleia transformou-se em Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, hegemonizada pelo PRR. Pelas atribuições reduzidas e pouco significado político, sobretudo frente à concentração de poderes do Executivo estadual, a Assembleia dos Representantes foi alvo de severas críticas por parte dos opositores do Partido Republicano Rio-Grandense.

Em 1893, já sob o novo regime republicano, Py Crespo foi eleito deputado estadual para a Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul. Exerceu o mandato até 1896, durante a segunda legislatura republicana no Rio Grande do Sul.

Em 1897 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do PRR. Vale lembrar que, nessa época, os Estados e o Distrito Federal eram divididos em distritos eleitorais. Assumiu, em 3 de maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, na terceira legislatura republicana. Exerceu seu mandato até 31 de dezembro de 1899, quando se encerrou a legislatura. Os presidentes da Câmara dos Deputados durante este período foram Artur César Rios (de maio de 1897 a 1898) e Carlos Vaz de Melo (de maio de 1899 até o final da legislatura nesse mesmo ano).

Em 1929, João Py Crespo assumiu o cargo de intendente municipal em Pelotas, no qual permaneceu até 1932. A Constituição estadual do Rio Grande do Sul instituiu os Conselhos Municipais, cujos membros – que eram chamados de conselheiros e não vereadores, como na época da Monarquia e atualmente – eram eleitos por sufrágio direto, concomitantemente ao intendente municipal, para um mandato de quatro anos. As atribuições do Conselho Municipal estavam restritas à votação referente às questões orçamentárias e às leis tributárias. Durante a gestão de Py Crespo à frente da Intendência Municipal, a cidade de Pelotas assistiu ao início do processo de modernização pedagógica, inspirado na capital federal.

Ao longo de sua vida, João Py Crespo também atuou como advogado em Pelotas, na qual, em sua homenagem, foi batizada a “Rua Doutor João Py Crespo”.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, 2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FRANCO, S. *Dicionário*; FRANCO, S. *Gaúchos*; PERES, E.; CARDOSO, A. *Expressão*; PESAVENTO, S. *Assembleia*; TRINDADE, H.; NOLL, M. *Subsídios*.

CRISE DE 1929

Crise econômica, também chamada *crash* de 1929, que pôs termo ao longo período de desenvolvimento econômico que se iniciou em meados do século XIX e alçou os EUA à posição de protagonista industrial do mundo. Na ocasião, partindo de um contexto de ampla prosperidade, a economia americana sofreu o mais forte solavanco de sua história, um acontecimento de proporções épicas e efeitos duradouros.

A CRISE NOS ESTADOS UNIDOS

Para se entender o que ocorreu em 1929, o ponto de partida é o período que antecede o colapso da Bolsa de Nova Iorque. Ao longo dos anos compreendidos entre 1922 e 1929, a despeito de duas recessões menores, os EUA foram beneficiados por pujante expansão. Nesse intervalo, as despesas de investimento giravam em torno de 20% do Produto Nacional Bruto (PNB), e o desemprego, com exceção de 1924, estava na casa dos 2%. Entre 1923 e 1929, a produção de automóveis aumentou 33% ao ano. A produção de petróleo, aço, borracha e a construção de estradas foi consequentemente incrementada. No mesmo período, a geração de energia elétrica duplicou, e a produção dos eletrônicos acompanhou a tendência. De 1925 a 1929, o número de indústrias subiu de 183.900 para 206.700; o valor da produção dessas empresas elevou-se de 60,8 para 68 bilhões de dólares. O faturamento do comércio americano havia disparado de 236 milhões, em 1923, para 1,25 bilhão de dólares seis anos mais tarde. Como os ganhos das empresas eram estáveis e crescentes, havia boas razões para as cotações das ações ordinárias elevarem-se ao longo de parte dos anos 1920. O índice das cotações passou de 100, em 1926, para 216, em setembro de 1929. Foi esse contexto que estimulou declarações como a do presidente norte-americano Calvin Coolidge (1925-1929), que em dezembro de 1928 afirmou que todos podiam “olhar o presente com satisfação e o futuro com otimismo”. Por sua vez, Irving Fisher, importante economista norte-americano, declarou em pleno outono de 1929: “Os preços das ações atingiram um platô permanentemente elevado”. Esses pronunciamentos

corroboravam o ambiente generalizado de confiança e otimismo, porém não poderiam ser mais equivocados.

A partir de março de 1928, o *boom* da Bolsa de Nova Iorque – cujas causas residiam na política monetária expansionista, na estrutura financeira e bancária norte-americana e nos fatores psicossociológicos que caracterizaram o comportamento do público estadunidense – passou a ser puramente especulativo. A bolsa começou a subir, não de forma paulatina e sustentada, mas em grandes saltos. A alta da bolsa não tinha mais correspondência com o aumento dos lucros, mas as aplicações prosseguiram: o futuro das cotações era desenhado com base na trajetória de crescimento precedente, e a alta suscitava a alta. A febre da especulação e a paixão pelos ganhos fáceis pareciam não ter limites. Porém um *boom* na esfera dos valores mobiliários não poderia durar para sempre.

A euforia característica da onda especulativa de 1929, como em outros episódios, foi em si reveladora de uma escalada efêmera, pois se fundou em ampla criação de capital fictício. Para além de alguns sinais precursores, que, hora ou outra, evidenciavam a baixa, a dúvida sobre o salto no escuro que os jogadores realizavam residia no tempo em que eles iriam manter as suas apostas na alta. Quando a expectativa de curto prazo acerca do crescimento contínuo do valor da cotação das ações ordinárias estremecesse, os papéis passariam a ser vendidos em volumes cada vez maiores. Cotações em declínio seriam a nova realidade. Esse foi o desfecho do *élan* especulativo de 1929. O primeiro dia de pânico em Wall Street foi a chamada Quinta-Feira Negra (24/10/1929), quando ocorreu a venda de 12.894.650 ações que quase não encontraram demanda, fazendo os preços caírem a níveis inéditos. Os bancos intervieram e debelaram a queda. Na segunda-feira, 28 de outubro, a trajetória de queda foi retomada, e na terça-feira cerca de 33 milhões de títulos foram postos à venda frente a uma procura quase nula. Cerca de 15 bilhões de dólares tinham virado fumaça. Esse foi um dos dias mais dramáticos vividos pela Bolsa de Nova Iorque. A depressão que se seguiu à crise da bolsa perpassou os três anos subsequentes. Durante esse período empresas fecharam suas portas, e milhões de pessoas se viram sem emprego, na maioria das vezes sem proteção social, incapazes de pagar seus aluguéis, reduzidas à espera das

distribuições gratuitas de alimentos e agasalhos, levadas ao despejo e à mendicidade.

Quando se confronta 1932 e 1929, percebe-se que a queda da atividade econômica dos EUA foi enorme. Enquanto a produção industrial diminuiu para cerca da metade, a produção de bens de equipamento encolheu 75%. O PNB reduziu-se em 1/3. Só em 1937 o volume físico da produção retornou aos níveis de 1929. Durante a década de 1930, com exceção de 1937, o número de desempregados nunca ficou abaixo dos oito milhões. Em 1933, 1/4 da força de trabalho estadunidense estava desocupada. O salário médio na indústria caiu pela metade. Grandes contingentes populacionais perambulavam de cidade em cidade buscando qualquer tarefa em troca de salários baixíssimos ou até mesmo de um prato de comida. Em 1932, no auge da depressão, uma média de 40 bancos falia por dia em todo o país. As falências bancárias contribuíram para paralisar as decisões de investimento. Entre 1929 e 1932, a incrível marca de 5.096 bancos suspendeu seus pagamentos.

A CRISE NO MUNDO

No que diz respeito aos aspectos internacionais, a depressão da década de 1930 espalhou-se pelo mundo, por um lado, pelo fato de haver uma enorme assimetria de desenvolvimento entre os EUA e o resto do globo, por outro, em função da restrição do comércio internacional decorrente do repatriamento maciço dos capitais norte-americanos investidos no estrangeiro, do protecionismo ascendente a partir de 1930 e do desmoronamento do sistema monetário internacional. O discernimento, o regionalismo e o bilateralismo foram as características preponderantes da política de comércio exterior dos anos 1930. Parte desses procedimentos ficou patente, por exemplo, diante da queda dos preços agrícolas, consequência da superprodução originada do aumento substancial da produção mundial ao longo da Primeira Grande Guerra, que passou a pressionar o mercado na década subsequente. Frente a tal contexto, a maioria dos países protegeu sua agricultura e tentou exportar seu desemprego, restringindo as importações e estimulando as exportações. Vejamos alguns dados gerais.

Em 1929, a produção industrial dos EUA correspondia a 45% da mundial (as três potências

industriais européias juntas eram responsáveis por 28%), e suas importações, a 12,5%. No bojo do esmorecimento econômico geral, a queda da produção industrial mundial foi de 37%, ao passo que o comércio mundial diminuiu 25%. Entre 1929 e 1933, os preços de atacado, definidos em moeda nacional, baixaram 32% na Grã-Bretanha, 34% na Alemanha, 38% na França e 42% nos Estados Unidos. A Alemanha, o Canadá e a Polônia, além dos EUA, foram os países que mais forte queda enfrentaram em suas produções industriais. A título de exemplo, na Alemanha, os investimentos industriais feitos em novas instalações e reposições pelas grandes sociedades anônimas baixou de 1.168 milhões de Reichmarks em 1929 para 522 milhões em 1931. Também ocorreram, como era de esperar, quedas acentuadas nos preços das ações industriais. No Reino Unido, França e EUA, quando se confronta 1929 e 1931, as quedas foram respectivamente de 45%, 55,7% e 59,7%. Já na Alemanha, entre 1927 e 1931 as ações industriais sofreram queda de 61,7%. A progressão das falências acompanhou a queda geral da atividade econômica. Enquanto o índice de falências (1928 = 100) foi, em 1930, de 11% na França, 17% na Itália e 19% nos EUA, na Alemanha ele chegou a 42%. O excedente da balança comercial dos EUA desabou de 1.440 milhões de dólares, em 1928, para 357 milhões em 1933. A partir de 1934, os déficits na balança comercial foram recorrentes. O valor do comércio da Europa (menos URSS) com o resto do mundo, por sua vez, também teve quedas expressivas. Suas importações, que em 1928 eram de 32,38 bilhões de dólares ouro de 1934, caíram em 1935 para 11,67 bilhões de dólares ouro de 1934. Já suas exportações, no mesmo período, tombaram de 25,7 para 9,09 bilhões de dólares ouro de 1934. Sobretudo os países mais pobres sofreram a queda do preço das *commodities* que exportavam, o que acarretou desvalorizações em série. Na América Latina, a depressão nos EUA, principal mercado consumidor de suas matérias-primas, fez com que suas exportações diminuíssem mais de 40%, além de interromper o fluxo de investimentos e produtos estrangeiros. A consequência dessa nova conjuntura foi o enfraquecimento dos grupos dominantes e uma temporada de golpes militares em quase todos os países. Uma das características marcantes da Grande Depressão foi a diferença na

intensidade com que os países foram atingidos, tal como se pode observar no quadro abaixo.

Resta responder à pergunta: quais foram as causas da Grande Depressão? No decorrer da década de 1920 a produção por operário cresceu substancialmente. Na indústria manufatureira, por exemplo, elevou-se cerca de 43%. No entanto, os preços, incluídos aí os salários, mantiveram-se estáveis. Nesse contexto, a restrição do consumo da população passou a conflitar com a tendência de a produção capitalista desenvolver de forma desmesurada suas forças produtivas. Como o salário real do trabalhador médio sofreu significativa queda ao longo do período considerado, a demanda foi pautada, majoritariamente, pelo consumo de luxo e pelos investimentos, elementos significativamente mais voláteis do que o consumo dos trabalhadores. Ou seja, os lucros aumentados, em virtude da queda dos custos industriais, por um lado sustentaram o consumo dos abastados e alimentaram o *boom* no mercado acionário e, por outro, foram direcionados para investimentos de capital que, no decorrer dos anos 1920, cresceram 6,4% ao ano. Segue-se que qualquer coisa que provocasse descontinuidade nesse fluxo de investimentos poderia gerar problemas, pois, caso a formação bruta de capital fixo deixasse de acompanhar a ascensão dos lucros, ocorreria queda na procura total, o que reduziria as encomendas e a produção.

Esta é uma explicação coerente e recorrente na literatura econômica. Contudo, ainda podem ser agregados a ela outros fatores relevantes, quais sejam: a) a estrutura bancária fragmentária norte-americana. Em 1929, existiam 24 mil pequenos bancos independentes que atuavam em pequenos territórios e cujo sucesso ou falência dependiam das condições da região. A fragilidade desse sistema bancário excessivamente fragmentado foi demonstrada quando os agricultores em dificuldade, devido à queda dos preços agrícolas que ocorreu ao longo de toda a década de 1920, não puderam pagar seus empréstimos

bancários, provocando a falência de muitas pequenas instituições. A falência de um banco acabava gerando várias outras, pois os depositantes retiravam seu dinheiro de outros estabelecimentos, o que estimulava o entesouramento e comprometia a capacidade de crédito e investimento da economia; b) o aumento da taxa de juros, que fragilizou as empresas superendividadas; c) a diminuição das despesas de consumo – que desestimulavam a renovação dos estoques e dos investimentos – resultante da má distribuição de renda (em 1929, 90% da riqueza nacional dos EUA eram apropriados por apenas 13% da população), do desemprego, da baixa do poder de compra dos especuladores arruinados, do esgotamento de uma fonte de financiamento para as empresas, da reiterada baixa dos preços, que reduziu o poder de compra de produtores e vendedores, e da acentuada queda dos salários dos trabalhadores que permaneceram empregados (em 1933, o salário médio do trabalhador norte-americano era 66,5% menor do que 1929); e) por fim, as políticas macroeconômicas liberais pró-cíclicas, que prescreviam os mecanismos de mercado como suficientes para harmonizar os distúrbios enfrentados. Tal política tinha como pilares o orçamento equilibrado, o medo da expulsão do padrão ouro e um suposto risco de inflação. Essa condução da política macroeconômica pautou a administração do presidente republicano norte-americano Hebert Hoover à frente do governo dos EUA entre 1929 e 1933. Somente em 1933, quando o democrata Franklin Delano Roosevelt assumiu o governo, houve uma reformulação das práticas de política econômica e, com o *New Deal*, o Estado passou a realizar amplas intervenções buscando superar a depressão. Contudo, somente com o advento da Segunda Guerra Mundial os EUA e o mundo de fato superaram o cenário adverso decorrente da crise iniciada em 1929.

Gabriel Almeida Antunes Rossini

FONTES: CHANCELLOR, E. *Salve-se*; CIOCCA, P. *Crisis*; EICHENGREEN, B.,; HATTON, T. *Interwar*; FERGUSON, N. *Lógica*; FOREMAN-PECK, J. *Historia*; FRIEDMAN, M. *Episódios*; FRIEDMAN, M. *Monetary*; GALBRAITH, J. 1929;

GALBRAITH, J. *Short*; HOBBSBAWM, E. *Era*; KEYNES, J. *Consecuencias*;
KEYNES, J. *Teoria*; KINDLEBERGER, C. *World*; KINDLEBERGER, C. *Manias*;
KRUGMAN, P. *Crises*; LANDES, D. *Prometeu*; LEWIS, W. *Economic*;
MADDISON, A. *Dos Crisis*; MATTICK, P. *Crisis*; NIVEAU, M. *História*;
SCHUMPETER, J. *Decade*; SCHUMPETER, J. *Business*; WAGEMANN, E.
Estructura; WEE, H. *Great*; WHEELER, M. *Economics*.

CRÍTICA

Jornal fundado em 21 de novembro de 1928 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, pelo jornalista Mário Rodrigues. Deixou de circular em 1930.

Mário Rodrigues era diretor do jornal carioca *Correio da Manhã* quando foi preso em 1924 por anunciar que usineiros de Pernambuco haviam presenteado a mulher do ex-presidente Epitácio Pessoa com um colar de alto valor. Além de ter o diretor preso, o jornal foi fechado por oito meses pelo então presidente da República Artur Bernardes. Ao sair da prisão, Mário Rodrigues se desentendeu com o proprietário do *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt, e se afastou para fundar seu próprio jornal. Foi assim criada, em 1925, *A Manhã*, matutino bem paginado que contou com a colaboração do caricaturista Andrés Guevara. Três anos depois, Mário Rodrigues lançou *Crítica*, que chegou a ter uma tiragem de 130 mil exemplares. O jornal dava grande divulgação aos crimes e tragédias, tendo a oitava página dedicada a escândalos. Sendo Mário Rodrigues amigo do então vice-presidente da República Melo Viana, contava com o auxílio financeiro do governo.

Em 26 de dezembro de 1929, *Crítica* anunciou a separação da jornalista Sílvia Serafim e do médico João Thibau Júnior, especulando sobre a hipótese de o radiologista Manuel Abreu ter seduzido Sílvia. No dia seguinte, Sílvia foi à redação decidida a matar o proprietário do jornal. Em lugar de Mário Rodrigues, que não estava naquele dia na redação, encontrou Roberto, seu filho, que era ilustrador do jornal, e deu-lhe um tiro, que o levou à morte dias depois. A história de *Crítica* ficou marcada por esse episódio. Mário Rodrigues faleceu 67 dias depois do crime, em 5 de março de 1930, de um derrame cerebral. Dois de seus filhos, entre os quais também se incluía o escritor e jornalista Nelson Rodrigues, assumiram então a direção do jornal: Milton Rodrigues e Mário Filho.

Na sucessão do presidente Washington Luís em 1930, *Crítica* apoiou a candidatura oficial de Júlio Prestes em oposição a Getúlio Vargas, candidato oposicionista da Aliança Liberal. Através de publicidade, o jornal recebeu recursos para apoiar a candidatura situacionista. Entretanto, com a vitória da Revolução de 1930, no dia 24 de outubro, os adeptos dos

revolucionários apedrejaram o jornal, destruindo sua redação e oficinas. *Crítica* encerrou então as suas atividades.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: Bio. Nelson Rodrigues. Disponível em:
<<http://www.casado Bruxo.com.br/poesia/n/nelsonbio.htm>>. Acesso em:
7/2/2011; Bio. Raquel Queiroz de Mattos Guerra; DIDIER, C. *Orestes Barbosa*.

CRUZ, Cristino

*dep. fed. MA 1892-1896 e 1900-1914.

Cristino Cruz nasceu na cidade de Caxias (MA) no dia 24 de julho de 1857, filho de João da Cruz e de Lina Joaquina Castelo Branco da Cruz.

Iniciou seus estudos em São Luís e depois frequentou a Escola Prática de Agricultura de Strichof, em Zurique, na Suíça. Após esse curso, ingressou na Academia Agrícola de Hohenheim, em Stuttgart, na Alemanha, onde se formou em agronomia. Permaneceu na Europa por mais um ano e meio e visitou estabelecimentos agrícolas e industriais na França e na Inglaterra. De volta à cidade natal, construiu o estabelecimento agrícola do Engenho d'Água.

Ingressou na política em 1892, quando foi eleito deputado federal pelo Maranhão na vaga aberta pela renúncia de Augusto Tasso Fragoso. Reeleito em 1894, permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1896. Obteve novos mandatos em 1900, 1903, 1906 e 1909. Em 1910 foi eleito primeiro vice-presidente do Maranhão, no conturbado momento político que levou Luís Antônio Domingues da Silva à presidência do estado, depois das disputas de poder envolvendo Mariano Martins Lisboa Neto e Artur Quadros Colares Moreira. Ainda assim continuou ocupando uma cadeira na Câmara e foi reeleito em 1912, com mandato até 1914. Durante esses anos presidiu a Comissão de Agricultura e foi autor do projeto que criou o Ministério da Agricultura.

Foi membro da Sociedade Nacional de Agricultura

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 7 de abril de 1914.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*.

CRUZ, João Claudino de Oliveira

*junta gov. PB 1889.

João Claudino de Oliveira Cruz seguiu a carreira militar.

Era capitão de engenheiros e servia na Paraíba quando, em 17 de novembro de 1889, chegou à antiga província a notícia da proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, ocorrida dois dias antes. No mesmo dia 17 de novembro, Eugênio Toscano de Brito, um dos líderes republicanos da Paraíba, fundou um clube cívico para montar um governo provisório republicano. Nesse momento, o coronel Honorato Cândido Ferreira Caldas, comandante do 27º Batalhão de Infantaria sediado na Paraíba, organizou os militares em torno da causa republicana e passou a debater com o até então presidente da província, Francisco Luís da Gama Rosa, sua deposição. Durante as negociações, foi sugerida a formação de uma junta governativa liderada pelo antigo líder monarquista e ex-presidente da província Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o barão de Abiaí, e composta também por Artur José dos Reis Lisboa, Francisco de Lima Filho, Eugênio Toscano de Brito e Honorato Cândido Ferreira Caldas. Líder das forças militares paraibanas, o coronel Honorato Caldas recusou a interferência do barão ligado ao Império e não reconheceu a autoridade da junta. Por intermédio de alguns líderes republicanos estaduais que procuraram evitar o conflito, formou-se então uma junta governativa liderada pelo próprio coronel Honorato Caldas e composta também pelo capitão João Claudino de Oliveira Cruz, o capitão Manuel de Alcântara de Sousa Cousseiro, Artur José dos Reis Lisboa, Antônio da Cruz Cordeiro Sênior, o capitão Tomás de Aquino Mindelo e Manuel Carlos de Gouveia. Essa junta ficou no poder de 17 de novembro a 2 de dezembro de 1889, quando o coronel Honorato Caldas foi deposto por se recusar a passar o poder a Venâncio Neiva, nomeado presidente do estado pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). Em seu lugar, assumiu o capitão João Claudino de Oliveira Cruz, que em 6 de dezembro seguinte passou o governo a Venâncio Neiva.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: MARIZ, C. *Apanhados*; PINTO, L. *Síntese*.

CRUZ, Joaquim Antônio da

*militar; const. 1891; sen. PI 1891-1899; dep. fed. PI 1906-1912.

Joaquim Antônio da Cruz nasceu em Caxias (MA) em 6 de janeiro de 1846.

Estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, concluindo o curso em 1876. Em março do mesmo ano ingressou no Corpo de Saúde do Exército, na patente de segundo-tenente cirurgião. Em 1885 fez parte da comissão responsável pela desobstrução do rio Parnaíba. Em 1890, após a proclamação da República (15/11/1889), recebeu duas promoções: a de primeiro-capitão cirurgião e, em seguida, a de major médico de terceira classe.

Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito senador pelo Piauí em 15 de setembro de 1890. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e em junho passou a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1899. Durante esses anos, fez parte das comissões de Finanças, de Saúde Pública e Estatística e Colonização do Senado.

Entre 1900 e 1904 atuou como médico na comissão demarcadora de limites com a Argentina, chefiada pelo general Dionísio Cerqueira. Em janeiro de 1902 reformou-se como major médico de terceira classe. Em 1906 retomou a carreira política, conquistando uma vaga na bancada piauiense na Câmara dos Deputados. Reelegeu-se deputado federal em 1909 e 1912. Faleceu em 10 de outubro de 1912, no exercício do mandato.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

CRUZ, Lafayette

* dep. fed. RS 1924-1926.

Lafayette Cruz exerceu papel de destaque na chamada Revolução de 1923, deflagrada no Rio Grande do Sul. As origens desta revolução remontam às eleições para a presidência do Estado do Rio Grande do Sul, realizadas em novembro de 1922. Vale destacar que, durante a Primeira República, o título do chefe do Executivo estadual podia ser governador ou presidente, dependendo do Estado. O então presidente do Rio Grande do Sul era Antônio Augusto Borges de Medeiros, que já havia governado o estado de 1898 a 1908, tendo posteriormente assumido um novo mandato em 1913, e permanecido no poder até aquele momento. Nas eleições de 1922, Borges de Medeiros, líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), candidatou-se pela quinta vez. A Constituição estadual, promulgada em 1891, permitia a reeleição contínua, desde que o candidato obtivesse 75% dos votos. No entanto, Borges de Medeiros, depois de cerca de 20 anos de governo, encontrava-se desgastado frente a significativas correntes de seu partido e à sociedade gaúcha em geral.

Nas urnas, Borges de Medeiros enfrentou o candidato da oposição, Joaquim Francisco de Assis Brasil. Após muitas denúncias de fraudes e prolongados trabalhos de apuração, a Comissão de Reconhecimento de Poderes – cujo relator era o então deputado estadual Getúlio Vargas – anunciou a eleição de Borges de Medeiros para mais um mandato como presidente do Rio Grande do Sul, que se estenderia de 1923 a 1928.

A oposição não se conformou e partiu para o confronto armado. De forma não organizada, diversas colunas de rebeldes se espalharam pelo Estado. A revolução durou cerca de 10 meses, caracterizada por lutas dispersas pelas campanhas rio-grandenses. O governo federal decidiu intervir: o então presidente da República Artur Bernardes (1922-1926) enviou para o Rio Grande do Sul seu ministro da Guerra, o general Fernando Setembrino de Carvalho, juntamente com uma comitiva de oficiais vinculados aos rebeldes, como o tenente-coronel Lafayette Cruz. Vale lembrar que Borges de Medeiros era um desafeto político do

presidente Artur Bernardes, pois não havia apoiado sua candidatura para a presidência da República.

O fim dos confrontos no Rio Grande do Sul foi selado mediante um acordo entre os lados conflitantes, firmado através da Ata de Pacificação de Pedras Altas, assinada em 14 de dezembro de 1923, no Castelo de Pedras Altas, no município de Pinheiro Machado (RS). Lafayette Cruz foi o secretário desta Ata assinada pelo general Setembrino de Carvalho (representante do governo federal), por Borges de Medeiros (presidente do Rio Grande do Sul) e por Assis Brasil (representante das forças rebeldes). De acordo com as cláusulas da Ata de Pacificação, Borges de Medeiros cumpriria seu mandato até o fim, mas não poderia tentar uma nova reeleição. Além disso, foram proibidas perseguições de qualquer espécie (por parte dos governos estadual ou federal) aos rebeldes gaúchos, que deveriam ser anistiados.

Pouco tempo depois da pacificação no Rio Grande do Sul, nas eleições de 1924, cinco representantes dos rebeldes gaúchos foram eleitos deputados federais, entre eles Lafayette Cruz. Ele assumiu, no dia 1º de julho desse mesmo ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, como representante do Rio Grande do Sul, e exerceu seu mandato até 31 de dezembro de 1926, durante a décima segunda legislatura republicana.

Em sua homenagem, foi batizada a “Rua Coronel Lafayette Cruz”, localizada na cidade de Canoas (RS).

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; PESAVENTO, S. *Assembléia*; SILVA, R. *Notas*; TRINDADE, H.; NOLL, M. *Subsídios*; VIZENTINI, P. *Rio Grande do Sul*.

CRUZ, Luís Carlos Fróis da

*const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1893, 1906-1908 e 1912-1914.

Luís Carlos Fróis da Cruz nasceu em Niterói no dia 27 de abril de 1852, descendente de tradicional família liberal.

Estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Depois de formado passou a atuar como advogado na capital fluminense. Membro do Partido Liberal, presidiu a Câmara Municipal de Niterói.

Após a proclamação da República, foi eleito em 15 de setembro de 1890 deputado ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro, participou dos trabalhos de elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em junho seguinte passou a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados. Ainda em 1891 foi nomeado lente de direito comercial da Faculdade Livre de Direito da capital federal. No decorrer do ano de 1893 renunciou ao mandato, sendo substituído por Bento Carneiro de Almeida Pereira. Eleito no início de 1906, voltou a exercer o mandato de deputado federal de maio do mesmo ano a dezembro de 1908. Nas eleições de 1912 foi novamente reconduzido à Câmara dos Deputados, com mandato até 1914. Em 1915 buscou a reeleição, mas não teve êxito.

Ao longo de sua trajetória foi também presidente do Supremo Tribunal da Maçonaria e comandante da 1ª Brigada de Artilharia da Guarda Nacional.

Foi casado com Idalina Rodrigues Guimarães Fróis da Cruz. Era pai do ator, compositor, letrista e teatrólogo Leopoldo Fróis.

Luciana Pinheiro

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, p. 350); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 176); Dicionário Cravo Albin da Música Novo Milênio. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/>>. Acesso em: 19/11/2011; Popular Brasileira. Disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br>>. Acesso em: 19/11/2011.

CRUZ, Manuel Lopes da

*militar; junta gov. AM 1889-1890.

Manuel Lopes da Cruz fez carreira na Marinha.

Quando da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, era comandante da Flotilha de Guerra do Alto Amazonas. A notícia da queda da monarquia chegou ao Amazonas no dia 21 de novembro, trazida por uma comissão vinda de Belém no vapor *Manaus*, da Companhia Brasileira de Navegação. Ao tomar conhecimento dos fatos, o Clube Republicano do Amazonas convocou uma assembleia no próprio dia 21 de novembro, no Teatro Éden, para formar uma junta de governo provisória a fim de substituir o presidente da província então deposto, Manuel Francisco Machado, barão do Solimões. Assim, no dia 23 de novembro foi instituída a junta formada pelo coronel do Exército e comandante das Armas Antônio Florêncio Pereira do Lago, pelo capitão Manuel Lopes da Cruz e por Domingos Teófilo de Carvalho Leal, bacharel em direito e presidente do Partido Republicano de Manaus. No dia 4 de janeiro de 1890 a junta provisória passou o governo do Amazonas ao primeiro governador republicano, capitão Augusto Ximeno de Villeroy.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: Biblioteca Virtual do Amazonas. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br>>. Acesso em: 21/02/2010; CASA CIVIL AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.b>>; SOUZA, A.; MENEZES, A.; COELHO, J. *Amazônia*; Acesso em: 28/02/2010; TRIB. JUST. AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.tjam.jus.br>>. Acesso em: 28/02/2010.

CRUZ, Osvaldo

* médico, cientista e sanitarista.

Oswaldo Gonçalves Cruz nasceu no dia 5 de agosto de 1872 em São Luís do Paraitinga, pequena cidade situada na serra do Mar, no interior da província de São Paulo. Era o filho mais velho do casal Bento Gonçalves Cruz e Amália Taborda Bulhões Cruz, que teve mais cinco filhas.

Bento Cruz era natural do Rio de Janeiro, e filho de um comerciante. Órfão de mãe aos poucos meses de idade e de pai aos quatro anos, foi criado junto com uma irmã por um tio, José Pinto Magalhães, que dilapidou a herança de 80 contos de réis deixada aos sobrinhos. Apesar das dificuldades financeiras, Bento Cruz estudou medicina, interrompendo temporariamente os estudos para participar como voluntário da Guerra do Paraguai (1864-1870), no corpo médico do Exército brasileiro. Colou grau em 1870, ao defender a tese *Diagnóstico diferencial das moléstias do coração*. Aconselhado por um amigo, o médico J. Cândido de Andrade, transferiu-se então para São Luís do Paraitinga. Naquele tempo as cidades do interior ofereciam melhores oportunidades para o médico iniciar a carreira profissional, e a região escolhida era uma das principais vias de escoamento da produção cafeeira paulista. Para lá levou a prima Amália Taborda Bulhões, filha de dois professores cariocas, Pedro Taborda de Bulhões e Zeferina Josefa Pinto Magalhães, que residiam e lecionavam em Petrópolis, na serra fluminense, com quem se casou em 1871.

Em 1877, a família se transferiu para o Rio de Janeiro, instalando-se na Gávea, então distante subúrbio que uma linha de bondes acabara de ligar ao centro da cidade. Bento Cruz montou consultório na própria residência e conseguiu um emprego no ambulatório da Fábrica de Tecidos Corcovado, situada no mesmo bairro. Em 1886, foi nomeado membro da Junta Central de Higiene, mais tarde Inspetoria Geral de Higiene Pública. Promovido a inspetor geral de Higiene em 1892, exerceu a função por pouco tempo: uma nefrite o matou em 8 de novembro, aos 47 anos.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, Osvaldo Cruz contava cinco anos de idade. Coursou o primário nos colégios Laure e São Pedro de Alcântara, e depois se matriculou no Externato Pedro II para realizar os exames preparatórios para a Faculdade de Medicina, na qual ingressou em 1887, aos 15 anos de idade. Desde o princípio se aproximou de um grupo de catedráticos, colegas de seu pai no serviço sanitário, identificados com a

higiene e com a microbiologia. Em 1888, a convite de João Martins Teixeira, catedrático de física médica, trabalhou como auxiliar no Laboratório de Higiene da faculdade. Dois anos depois, quando esse laboratório, dirigido pelo catedrático de higiene e mesologia, Benjamin Antônio da Rocha Faria, se transformou no Instituto Nacional de Higiene, vinculado à recém-criada Inspetoria Geral de Higiene, passou a assistente. Ali permaneceu até 1892, quando completou o curso médico, apresentando em 8 de novembro a tese de doutoramento *A veiculação microbiana pelas águas*, dedicada ao pai, que faleceu no mesmo dia poucas horas depois.

Logo depois de se formar, em 5 de janeiro de 1893 Osvaldo Cruz casou-se com Emília Fonseca, a Miloca, filha de um rico comerciante português, o comendador Manuel Fonseca. Assumiu a clínica do pai no bairro da Gávea e também o cargo por ele ocupado no ambulatório da Fábrica de Tecidos Corcovado. Com o auxílio financeiro do sogro montou em casa um laboratório de análises e pesquisas, em que exercitava seu interesse pela microbiologia. Nos dois anos seguintes, a convite do médico Egídio Sales Guerra (que anos mais tarde se tornaria seu médico particular e principal biógrafo), foi trabalhar na Policlínica Geral do Rio de Janeiro – instituição com fins filantrópicos criada em 1882 por iniciativa de médicos da Faculdade de Medicina –, em um laboratório de análises clínicas que fornecia diagnósticos ao Serviço de Moléstias Internas, do qual Sales Guerra era chefe, e ao Serviço de Dermatologia, dirigido pelo médico Antônio José Pereira da Silva Araújo. Ali passou a integrar, com Sales Guerra, Silva Araújo, Werneck Machado e Alfredo Porto, o “grupo dos cinco germanistas”, assim chamado pelo empenho que tinham em aprender o alemão, com vistas a ter acesso aos estudos dos bacteriologistas germânicos.

INTERESSE PELAS DOENÇAS INFECCIOSAS E EPIDEMIAS

Os trabalhos escritos por Osvaldo Cruz no período da faculdade e os artigos que publicou logo após se formar fundamentavam-se tanto na forte tradição higienista prevalecente na Faculdade de Medicina como na microbiologia, desenvolvida pelo químico francês Louis Pasteur (1822-1895) e pelo médico alemão Robert Koch (1843-1910). Sua atração pela nova teoria dos germes (ou micróbios) foi declarada já no prefácio da tese de doutoramento: “Desde o primeiro dia que nos foi facultado admirar o panorama encantador que se divisa quando se coloca os olhos na ocular de um microscópio, sobre cuja platina está uma preparação; desde que vimos com o auxílio deste instrumento maravilhoso os numerosos seres vivos que povoam uma gota de água;

... enraizou-se em nosso espírito a ideia de que os nossos esforços intelectuais de ora em diante convergiriam para que nos instruíssemos, nos especializássemos numa ciência que se apoiasse na microscopia.”

Na maioria dos artigos que publicou durante a década de 1890, principalmente em *Brasil Médico*, um dos mais importantes periódicos médicos existentes na época, fundado em 1887 pelo médico Antônio Augusto de Azevedo Sodré, evidenciava-se sua filiação tanto à higiene quanto à microbiologia na escolha dos temas abordados: o saneamento da cidade do Rio de Janeiro, e a água, reconhecida como um dos principais, se não o principal meio de transmissão das doenças infecciosas, entre outros meios de natureza ambiental responsáveis pelo contágio indireto (solo e ar) ou direto (vômitos e evacuação de doentes).

Já na tese de doutoramento declarava que pretendia realizar a demonstração experimental do “fato inconcusso, firmemente enraizado no espírito de todos que, interessando-se pela saúde e vida de seus semelhantes, se dedicam ao estudo da higiene, (de) que a água pode ser considerada vetor de moléstias que reconhecem como causa primitiva o ‘micróbio’ ”. Se o uso do filtro constituía o principal meio profilático para “assegurar uma água asséptica nos domicílios evitando a transmissão das moléstias microbianas pelas águas”, suas preocupações se estendiam à cidade, que, perscrutada nas lentes do microscópio, revelava necessitar de medidas urgentes de saneamento, como relatou em artigo de 1894 sobre os bairros da Gávea e Jardim Botânico, onde residia, publicado em *Brasil Médico* sob o título “As condições higiênicas e o estado sanitário da Gávea”. Aquela região, que, conforme dizia, apresentava um rápido aumento demográfico, prevendo-se a instalação de três fábricas que atrairiam cerca de quatro mil operários, e que escapara do surto de febre amarela do verão de 1894, era marcada pela presença da malária, tifo, disenteria e outras moléstias relacionadas à falta de recursos higiênicos. Às autoridades sanitárias recomendava medidas de execução imediata, como limpeza de rios, aterramento de valas, retificação de ruas, colocação de esgotos (ao encargo da Companhia City Improvements), e mais amplamente medidas de saneamento definitivo, como construção de habitações higiênicas para operários, demolição de estalagens, calçamento de ruas, abastecimento suficiente de água e aterro total da lagoa Rodrigo de Freitas.

A articulação então estabelecida entre o tradicional pensamento higienista e a novíssima ciência microbiológica se expressava para aqueles médicos no combate às

epidemias pela saúde pública, e na explicação teórica da transmissão das doenças infecciosas pelos micróbios.

De fato, durante as décadas de 1880 e 1890 os médicos brasileiros travaram acirrados debates em torno de distintas teorias europeias sobre causa e a transmissão das doenças infecciosas. Pensamentos diferentes se sobrepunham para explicar a causa e a transmissão dessas doenças, principalmente as epidemias, que desde meados do século XIX prejudicavam a entrada de imigrantes e o fluxo comercial do país, ameaçando a modernização que se dava em consonância com a expansão do capitalismo industrial europeu. As polêmicas situavam, de um lado, os higienistas partidários da teoria miasmática ou ambientalista, segundo a qual as doenças eram provocadas por germes, mas sobretudo por fatores relacionados ao ambiente social (vícios e hábitos dos indivíduos) e natural (clima quente e solo úmido), que favoreciam a decomposição de matérias orgânicas da qual se originavam os “miasmas” (em grego, “agentes poluentes”) deletérios à saúde. Do lado oposto, encontravam-se os adeptos da teoria microbiológica desenvolvida por Pasteur e Koch, que defendiam que as doenças infecciosas eram motivadas exclusivamente por um microorganismo específico, passível de ser isolado e combatido por meio de uma vacina, que imunizaria o indivíduo contra sua ação patogênica. Embora os microbiologistas não vissem o ambiente natural como um fator causal decisivo, consideravam que ele poderia desempenhar um papel importante na transmissão das doenças, fornecendo as condições para o amadurecimento e a transformação dos microorganismos em agentes patogênicos. Por isso, durante um longo período, compartilharam os métodos higienistas, como o dessecamento de pântanos e outras medidas de saneamento, além de desinfecções dos indivíduos e dos ambientes.

Oswaldo Cruz compartilhava desse pensamento, tal como expressou em um trabalho sobre o cólera escrito em 1894, em que reconhecia o bacilo vírgula – identificado em 1883 por Robert Koch – como o agente causal, e a água, como “o veículo por excelência do germe colerígeno”. Contudo, ao tratar da transmissão da doença, apontava como possíveis meios de contágio outros elementos ambientais, como o solo e o ar, por meio dos quais ocorreria o contágio indireto, e ainda os vômitos e evacuações dos doentes, responsáveis pelo contágio direto. A adesão a essa abordagem da transmissão das doenças infecciosas perdurou enquanto não foram desvendados os agentes causais específicos e os mecanismos de transmissão da maioria das doenças

infecciosas prevalentes então. Progressivamente, a partir do início do século XX, as explicações miasmáticas cederam lugar à teoria microbiológica.

PRIMEIRA EXPERIÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA

Em 1894, Osvaldo Cruz viveu a primeira experiência profissional na saúde pública. Apesar das quarentenas impostas pelo Brasil a navios estrangeiros, a quinta pandemia de cólera do século XIX (que teve início em 1891 e durou até 1896) atingiu o estado de São Paulo naquele ano e rapidamente se expandiu para o estado do Rio de Janeiro pelo vale do Paraíba, principal região fluminense de desenvolvimento da economia cafeeira. Osvaldo Cruz e o lente de histologia da Faculdade de Medicina Eduardo Chapot-Prévost foram convidados pelo professor da Francisco Fajardo a formar uma comissão que teria como finalidade identificar aquela epidemia. Os médicos locais diziam tratar-se de uma disenteria provocada por fatores aleatórios e não contagiosos, negando a possibilidade de se tratar de cólera morbus, como havia diagnosticado na cidade de Santos o recém-inaugurado Instituto Bacteriológico de São Paulo, dirigido pelo bacteriologista Adolfo Lutz. Após viagem à região e exame bacteriológico do material coletado – realizado nos laboratórios que Osvaldo Cruz e Chapot-Prévost mantinham em suas próprias residências –, foi diagnosticada a presença do bacilo vírgula, confirmando o laudo emitido pelo laboratório paulista.

Naquele momento, as divergências teóricas que dividiam a categoria médica não impediram a formação de um consenso: as epidemias constituíam o principal fator de insalubridade dos centros urbanos, prejudicando a imagem do país, e exigiam das autoridades ações de saneamento capazes de preveni-las. Na capital federal, predominava a noção segundo a qual o pântano de águas estagnadas sob a cidade – que se encontravam a pouca profundidade e se tornavam instáveis pela ação das chuvas estivais –, representava um fator altamente nocivo à salubridade urbana, sendo, portanto, urgente o enxugo do solo por meio de drenagem profunda da água. Acreditava-se que, quando o lençol d'água era revolvido, umedecia as matérias mefíticas do solo, reativando a putrefação (ou fermentação) que permitia aos germes se multiplicar com virulência exacerbada e infeccionar a atmosfera, causando as epidemias de febre amarela – que ocorriam invariavelmente no verão – e as várias modalidades de malária que sobressaíam nas estatísticas médicas da capital.

Sob essa perspectiva, os surtos epidêmicos representavam mais do que um obstáculo aos interesses econômicos e políticos, e aos ideais de civilização e progresso

cultivados pelas elites políticas e as camadas intelectuais urbanas. Eles constituíam um perigoso fator de desequilíbrio a contribuir para o agravamento da instabilidade política, social e econômica, relacionada aos acontecimentos que haviam feito ruir a monarquia brasileira por meio do golpe militar que instaurou a República em 15 de novembro de 1889.

O Estado imperial começara a ter sua autoridade minada, entre outros fatores, com a constituição da oposição republicana, oficializada em 1870 com a publicação do Manifesto Republicano no primeiro número do jornal fluminense *A República*, que defendia um regime constitucionalista e federativo. Muitas tradições e costumes dos 67 anos de regime monárquico (1822-1889) não seriam tão facilmente removidos com a proclamação da República. Daí as violentas disputas políticas entre militares e civis republicanos, e entre estes e a oposição declarada ao novo regime, que se agravaram com a renúncia, em 1891, do primeiro presidente eleito, marechal Deodoro da Fonseca, substituído pelo também militar e vice-presidente Floriano Peixoto. Os conflitos se generalizaram com vários focos de rebelião nos estados, inclusive com a eclosão, em 1893, de uma guerra civil no Rio Grande do Sul, a chamada Revolução Federalista. A agitação social e política em todo o país, além da crise econômico-financeira, com a desvalorização da moeda e a retração do crédito, caracterizaram a primeira década republicana como um período de grande instabilidade e de ameaça à ordem instituída.

Esse ambiente político e científico influenciou de maneira indelével a trajetória profissional de Osvaldo Cruz, marcada pelo interesse público. O jovem médico filiou-se à tradição médica que desde meados do século XIX fizera da cidade e de seus problemas sanitários o tema central de suas preocupações. Esses médicos foram os primeiros a formular um discurso articulado sobre as condições de vida da cidade, procurando submetê-la a um plano racional higienizador, que, se nem sempre – e nem integralmente – foi aceito e aplicado, interferiu em alguma medida, e em diferentes momentos, nos padrões de comportamento de seus habitantes e em sua organização espacial.

VIAGEM DE ESTUDOS A PARIS

Apesar de seu interesse pela bacteriologia alemã, Osvaldo Cruz se dirigiu a Paris para se especializar em microbiologia e soroterapia (tratamento de doenças com anticorpos obtidos no sangue de animais). Graças à generosidade do sogro, embarcou com a mulher e os dois primeiros filhos (a terceira nasceria na Europa), rumo à capital

francesa em abril de 1897, instalando-se no número 26 da rua Marbeuf, transversal da avenida Champs-Élysées. Sua especialização seria feita no Instituto Pasteur. Louis Pasteur morrera havia cerca de um ano e meio, em 28 de setembro de 1895, deixando como grande legado a instituição que fundara em 1888, graças ao sucesso de uma subscrição pública internacional – da qual dom Pedro II fora signatário –, e que visava à extensão mundial da vacina contra a raiva e ao desenvolvimento de estudos sobre as doenças infecciosas.

Químico formado na Escola Normal Superior de Paris, Pasteur adquirira notoriedade mundial com o êxito da aplicação, em 1885, da primeira vacina antirrábica em um jovem mordido por um cão raivoso. A experiência constituiu a prova crucial das ideias – também compartilhadas pelo alemão Robert Koch, seu contemporâneo mais jovem – que vinha defendendo desde 1877, segundo as quais agentes específicos (micróbios ou germes) causavam as doenças, e não os venenos químicos e miasmas (emanações atmosféricas liberadas por matéria animal, humana e vegetal em decomposição), como tradicionalmente estabelecera a ciência médica.

Com base em suas experiências de laboratório, Pasteur passou a advogar o princípio geral da vacinação – termo por ele usado para homenagear Edward Jenner, que havia conduzido a primeira vacinação antivariólica em 1796 – contra as doenças infecciosas, fundamentando-se na hipótese de que formas atenuadas de micróbios, cultivadas em meio de cultura próprio, poderiam ser usadas como um imunizante contra as formas virulentas dos mesmos micróbios. Em torno desses princípios ergueu a teoria dos micróbios ou germes, originando um novo campo de conhecimento – a microbiologia, que pretendia identificar alvos específicos, vírus e bactérias causadores de doenças, a fim de atenuá-los e produzir vacinas, bem como interromper os canais clássicos de transmissão das doenças, como a água ou o ar, por meio da limpeza e desinfecção.

Quando Osvaldo Cruz chegou a Paris, o Instituto Pasteur já desfrutava de renome internacional, sendo composto por um time de pesquisadores com diversas competências. Ali fora inaugurado por Emile Roux o primeiro curso de microbiologia do mundo, intitulado Cours de Microbie Technique, que oferecia treinamento nas experiências de laboratório, bem como conhecimento de tecnologias de pesquisa inovadoras (como a fotografia aplicada ao microscópio) e de novos equipamentos (como uma autoclave com filtros para esterilização), muitos deles desenvolvidos pelos próprios pesquisadores. Jovens de todo o mundo eram atraídos pelo instituto naquele

momento, e os pasteurianos – como se autointitulavam os discípulos de Pasteur – contribuíram para tanto após a morte do mestre, dando continuidade a sua obra em diversos países e originando a formação de instituições associadas e de uma rede internacional de filiais – inclusive no Brasil, onde, em 1888, foi criado o Instituto Pasteur do Rio de Janeiro, dirigido por Augusto Ferreira dos Santos, professor de química mineral da Faculdade de Medicina, que estudara com o grupo de Pasteur em 1886.

O projeto de Osvaldo Cruz era estudar microbiologia e soroterapia. Mas enquanto frequentava os cursos do Instituto Pasteur, aproveitou para se especializar em urologia e medicina legal, o que lhe poderia render o sustento na clínica médica, já que naquele momento não havia um mercado de trabalho no Brasil para a pesquisa de laboratório. Não obstante, interessou-se pela confecção de ampolas, provetas e pipetas. Em uma fábrica de vidro procurou adquirir os conhecimentos técnicos para a criação de utensílios fundamentais para a prática emergente do laboratório, o que lhe permitiria tornar-se pioneiro na fabricação desses instrumentos no Brasil ao organizar alguns anos mais tarde, no Instituto Soroterápico Federal (ISF), um serviço destinado a produzir esse tipo de vidraria, não disponível no país. Outro interesse desenvolvido nessa temporada parisiense foi pela fotografia, cultivado até o final da vida para registrar não apenas os fatos e experiências do laboratório, como também flagrantes da cidade do Rio de Janeiro e das viagens que fazia. A câmera que comprou em Paris lhe permitia fazer fotos estereoscópicas, que, vistas através de um visor apropriado, produzem imagens com efeito tridimensional. Na casa em que morou na praia de Botafogo, 406, montou um pequeno laboratório para revelação de fotografias.

Após dois anos e três meses, em agosto de 1899, Osvaldo Cruz retornou com a família ao Brasil. Não sem antes realizar uma visita, acompanhado de Emile Roux, às dependências do Instituto Pasteur em Villeneuve l'Etang, perto de Garches, nos arredores de Paris, destinadas à produção de soros terapêuticos. Durante o verão, porém, vários de seus aposentos eram ocupados pelas famílias de Pasteur e de Roux. Ali morreu Pasteur, que se tornaria um mito, construído por ele próprio em vida e por seus discípulos após sua morte. A visita a seu quarto constituía parte dessa estratégia, à qual Cruz, também se rendeu, conforme relatou no artigo “Instituto Pasteur de Paris: uma visita à seção de preparo de soros”, publicado em *Brasil Médico*: “Não estava terminada a nossa visita. Havia ainda uma romaria obrigada a todos os visitantes do Instituto de Garches, um piedoso dever a cumprir: era a peregrinação ao santuário onde extinguiu-se

a vida do imortal Pasteur. É um modesto quarto, situado no andar superior do edifício. Duas grandes janelas abrem-se sobre o parque. Uma cama de ébano, um velador e uma mesa de centro constituem a mais que modesta mobília que guarnece o pobre aposento, onde apagaram-se para sempre as irradiações do mais pujante cérebro deste século. Dispersas pelo chão, paredes e sobre os móveis, vêm-se numerosas grinaldas, palmas e placas comemorativas, vindas, por ocasião dos funerais, de quase todos os países do mundo. Sobre o leito a última fotografia de Pasteur. Na chaminé, numa singela moldura, a fotografia do grande sábio quando adolescente. Era tudo quanto a vista podia descobrir naquele sagrado recinto, em cujo ambiente pairava qualquer coisa de sublime, que os sentidos não podem apreender, mas que profundamente impressiona o espírito, emprestando-lhe força e tenacidade para o trabalho e coragem para sofrer as injustiças, ao mesmo tempo que inunda o coração de indulgências para com aqueles que se comprazem em ofender, tripudiando sobre as reputações que vão sendo laboriosamente adquiridas, sem os repiques de sino e chocalhar de guizos. Paris, 24/07/1898.”

O INSTITUTO SOROTERÁPICO FEDERAL E O SORO ANTIPESTOSO

Ao regressar ao Brasil em 1899, Osvaldo Cruz reassumiu seu cargo na Policlínica do Rio de Janeiro, abriu um consultório de doenças geniturinárias e um laboratório de análises clínicas, situado na travessa de São Francisco, atual rua Ramalho Ortigão. Em outubro, foi convidado pelo professor Eduardo Chapot-Prévost para integrar uma comissão médica da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) que viajaria até o porto de Santos, no estado de São Paulo, para verificar se a mortandade anormal de ratos que estava ocorrendo, constatada após a chegada de um navio que trouxera imigrantes portugueses da cidade do Porto, se relacionava à peste bubônica.

A suspeita fora confirmada pelos médicos Vital Brasil e Adolfo Lutz, respectivamente médico auxiliar e diretor do Instituto Bacteriológico de São Paulo, suscitando a oposição de parte da imprensa paulista e de comerciantes locais. Na tentativa de contrapor-se a essa opinião, as autoridades locais convocaram os médicos cariocas, que confirmaram o diagnóstico. Osvaldo Cruz permaneceu em Santos por algum tempo, combatendo a peste e tomando medidas para evitar que ela se alastrasse, levada por navios para outros portos brasileiros. Contudo, ele próprio e Vital Brasil contraíram acidentalmente a doença, curando-se ambos graças à soroterapia antipestosa. A estadia em Santos propiciou a Osvaldo Cruz o estabelecimento de uma estreita e

duradoura parceria científica com os médicos paulistas, que influenciariam sua atuação no combate à febre amarela na capital federal pouco tempo depois.

Debelado o surto de peste bubônica, e diante das dificuldades de obter o soro antipestoso, produzido exclusivamente no Instituto Pasteur de Paris, as autoridades sanitárias resolveram criar institutos soroterápicos para a sua fabricação. Em São Paulo, sob a orientação de Adolfo Lutz e Vital Brasil, estabeleceu-se um laboratório vinculado ao Instituto Bacteriológico e mais tarde convertido em Instituto Butantan. Na capital federal, surgiu o Instituto Soroterápico Federal (ISF), conhecido também como Instituto de Manguinhos, nome da fazenda em que foi instalado nos arredores da cidade. Sua direção foi confiada ao barão Pedro Afonso, proprietário do Instituto Vacínico Municipal, onde desde 1894 se produzia e aplicava a vacina antivariólica. Embora tenha circulado a notícia de que iria trabalhar em São Paulo, Osvaldo Cruz aceitou o convite do barão para assumir o cargo de diretor técnico do novo instituto carioca, que começou a funcionar em 25 de maio de 1900. Foi encarregado da produção do soro antipestoso junto com Henrique Figueiredo de Vasconcelos, seu companheiro de escola, e os estudantes de medicina Antônio Cardoso Fontes e Ezequiel Dias.

Mesmo encarando condições inicialmente precárias no tocante às instalações e equipamentos, e dificuldades técnicas, o Instituto Soroterápico Federal entregou os primeiros frascos de soro antipestoso à DGSP, dirigida pelo médico Nuno Ferreira de Andrade, em outubro de 1900. Ao mesmo tempo, casos de reação adversa lançariam dúvidas sobre a validade da soroterapia como método profilático e curativo, e sobre a qualidade do soro produzido por Manguinhos.

O próprio Osvaldo Cruz, em correspondência trocada com vários médicos e pesquisadores, inclusive do Instituto Pasteur, como Alexandre Besredka, revelava sua apreensão quanto à utilização da vacina desenvolvida pelo também pasteuriano de origem russa, o zoólogo Waldemar Haffkine, a única disponível contra a peste bubônica. Tratava-se de um conhecimento ainda em processo de construção. Afinal, a soroterapia e a vacina representavam uma novidade em termos da tecnologia médica. Se hoje sua validade e eficácia como método profilático e curativo são quase universalmente aceitas – sendo consideradas um direito social pela Organização Mundial da Saúde –, há cem anos ainda eram motivo de controvérsia entre os médicos e de desconfiança por parte da população. Naquele momento, as incertezas caracterizavam o conhecimento médico a respeito das relações entre infecção e resistência imunológica.

Quando Osvaldo Cruz e Vital Brasil iniciaram suas experiências de preparo do soro antipestoso, ainda se desconheciam as razões teóricas de por que as vacinas protegiam (ou imunizavam) contra as doenças. A teoria celular da imunidade – que deu origem à moderna ciência da imunologia – estava em desenvolvimento. Um pasteuriano, o zoólogo russo Ilya Metchnikoff, foi o primeiro a elaborar uma visão compreensiva da resistência celular a partir de suas pesquisas sobre a ação das células brancas do sangue atacando e digerindo germes patogênicos – fenômeno que denominou fagocitose (*célula comendo*) e comparou ao combate de um exército ao inimigo, no caso, a infecção. O trabalho que desenvolveu com o bacteriologista alemão Paul Ehrlich render-lhes-ia, em 1908, um Prêmio Nobel em Fisiologia ou Medicina.

As dúvidas manifestadas por Osvaldo Cruz e Vital Brasil quanto ao preparo do soro antipestoso e a eficácia da vacina de Haffkine eram coerentes com as questões presentes no debate internacional em curso naquele período acerca de métodos de combate que estavam sendo testados. O pioneirismo nesse campo coubera aos herdeiros de Pasteur. Alexandre Yersin, seu aluno, identificou o bacilo da peste bubônica em Hong Kong em 1894, ano em que, junto com Albert Calmette e Amédée Borrel, desenvolveu também a técnica de preparação do soro curativo antipestoso. Em 1896, por ocasião de outra epidemia em Bombaim, na Índia, Waldemar Haffkine, que fora para lá a convite do governo indiano para estudar e debelar o surto, desenvolveu uma vacina contra a peste, testou-a em si próprio e a aplicou em quartéis e à população carcerária. Concomitantemente, Alexandre Yersin partiu para a China a fim de experimentar o soro antipestoso, deslocando-se no ano seguinte para Bombaim com o mesmo objetivo, e constatou que a vacina utilizada por Haffkine já não era eficaz. Quando a peste bubônica migrou para o Brasil em 1899, Albert Calmette e seu colega pasteuriano Alexandre Salimbeni estavam na cidade do Porto, em Portugal, aproveitando um surto epidêmico para aperfeiçoar a técnica de preparação do soro.

No que tange ao processo de elaboração do soro antipestoso, Osvaldo Cruz e seus colegas trabalharam para padronizar a dosagem de bacilos na imunização de cavalos, utilizando, além de bacilos mortos pelo calor, bacilos vivos de diferentes graus de virulência. Figueiredo de Vasconcelos, pesquisador do ISF, também daria sua contribuição ao desenvolver uma técnica que diminuiu o tempo de imunização dos cavalos e acelerou a preparação do soro. Outra inovação seria introduzida mais tarde por outros membros da primeira geração de pesquisadores do ISF, Henrique Rocha Lima e

Henrique Aragão: o diagnóstico bacteriológico poderia ser feito em 16 horas, permitindo uma rápida intervenção com o soro antipestoso.

Entre 1899 e 1902, Osvaldo Cruz publicou alguns trabalhos relatando as experiências relativas à elaboração do soro e ao processo de vacinação antipestosa. Ao mesmo tempo, os crescentes desentendimentos com o barão Pedro Afonso promoveriam uma reviravolta em sua trajetória profissional. O barão foi exonerado, e coube-lhe assumir a direção do ISF em dezembro de 1902. Pouco antes, em 15 de novembro, iniciara-se o governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), fazendeiro paulista e influente político desde o Império. Ainda como candidato à sucessão de Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves colocara o saneamento e a reforma urbana como prioridades de seu programa de governo. Eleito em 3 de março de 1902, declarou em seu Manifesto à Nação que ambas as medidas eram urgentes, e necessárias ao desenvolvimento econômico.

A DIRETORIA GERAL DE SAÚDE PÚBLICA, A REFORMA URBANA

E O SANEAMENTO DA CAPITAL FEDERAL

Mal se instalara no comando do ISF, no início de 1903 Osvaldo Cruz recebeu o convite do ministro da Justiça e Negócios Interiores, José Joaquim Seabra, para dirigir o serviço sanitário federal. Em 23 de março de 1903, foi assim nomeado para dirigir a DGSP, com a missão de promover o saneamento do Rio de Janeiro.

Tal providência era clamada pelos higienistas desde as duas grandes epidemias de febre amarela ocorridas em 1873 e 1876, que causaram respectivamente 3.659 e 3.476 óbitos numa população estimada em cerca de 270 mil habitantes. Desde então os higienistas propunham intervenções mais ou menos drásticas para mudar as condições de vida na cidade, afetadas pela geografia, pelo clima e por hábitos que levavam ao desequilíbrio urbano. Os pântanos eram considerados os principais focos de exalação de miasmas, os pestíferos gases que causavam as doenças epidêmicas. Os morros impediam a circulação dos ventos capazes de dissipar os ares nocivos. Deles desciam as águas dos rios e das chuvas que estagnavam na planície sobre a qual se erguia a maior parte construída da cidade. As ruas estreitas e tortuosas dificultavam a renovação do ar e a penetração da luz do sol. As praias concentravam depósitos de fezes e lixo. Mas na visão dos higienistas os fatores mórbidos mais perigosos eram as habitações coletivas: casas pequenas, úmidas, sem luz e ventilação, que concentravam a população pobre, sem educação e noções de higiene. Somava-se a isso uma série de hábitos reprováveis,

tais como enterros em igrejas, carcaças de animais mortos jogados à rua, lixo acumulado nas ruas e valas de esgoto a céu aberto.

Responsáveis pela formulação de um discurso articulado sobre a vida sanitária da cidade, os higienistas evidenciaram os pontos críticos de uma cidade edificada sem um plano racional, contribuindo para que fossem promulgadas as primeiras leis que vieram regular o crescimento urbano. O alvo principal era a remoção dos pobres da área central para regiões mais salubres no subúrbio, bem como a imposição de normas para tornar higiênicas as casas, e mais largas e retilíneas as ruas. O pensamento higienista difundiu-se entre as elites e as camadas médias, que constituíam influente opinião pública, favorável a todo tipo de melhoramento que transformasse a capital do Império numa metrópole “salubre” e “moderna”. A tal empreendimento se dedicariam os engenheiros no início da República. Embora vários planos urbanísticos tivessem sido propostos desde as primeiras epidemias de febre amarela no século XIX, somente na República foi possível tratar da questão. E a visão de Rodrigues Alves fez com que isso acontecesse em seu governo.

Para executar o projeto de remodelação da cidade – inspirado na reforma urbana realizada em Paris poucas décadas antes pelo barão Georges Eugène Haussmann –, Rodrigues Alves convidou o engenheiro urbanista Francisco Pereira Passos, que assumiu a prefeitura do Distrito Federal em 30 de dezembro de 1902. O Plano de Melhoramentos elaborado pelo novo prefeito abrangia a reforma do porto – entregue ao engenheiro Lauro Müller, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas –, a abertura de novas e amplas avenidas, a derrubada de prédios coloniais e habitações coletivas, e o estímulo à edificação de residências burguesas, entre outras iniciativas que procuravam transformar a cidade colonial numa metrópole moderna, segundo os padrões de civilização e modernidade europeus, em particular franceses.

Com o auxílio a um empréstimo externo (cerca de 8,5 milhões de libras), o governo Rodrigues Alves deu início, em 1904, às obras de modernização do porto do Rio de Janeiro, que perdera sua supremacia como exportador de café para o porto de Santos, constituindo, porém, a principal porta de entrada para os imigrantes. Supervisionada por uma comissão federal, a obra consistiu na retificação da linha irregular do litoral, com a edificação de um cais com 3.500 metros de extensão, permitindo a atracação dos navios e o uso de novos guindastes elétricos para carga e descarga. O traçado da antiga cidade também seria alterado pelas obras de demolição das habitações e casas de comércio, deslocando do centro para o subúrbio a população

pobre para dar lugar à construção da avenida Central e a novas edificações, privadas e públicas, que ali seriam erguidas, tais como a Escola Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Supremo Tribunal Federal, o Palácio Monroe, o Teatro Municipal.

O “bota-abaixo”, como jocosamente a população denominou a intervenção na cidade, pretendia impor controles severos sobre a vida social, orientando-se pelos preceitos higienistas então em voga segundo os quais a “pestilência” vigente na cidade deveria ser combatida tanto pela mudança da geografia urbana quanto pelo abandono de hábitos e comportamentos de lazer e trabalho. A ocupação do espaço com habitações higiênicas, iluminadas e arejadas, assim como o traçado das ruas deveria permitir uma livre circulação do ar nas ruas e nas casas.

Comissários de higiene e acadêmicos de medicina, divididos em turmas que eram acompanhadas por carroças da Limpeza Pública, vistoriavam domicílios do centro e da zona portuária, recorrendo com frequência à polícia para expurgar reservatórios de água, bueiros, ralos e valas, desocupar sótãos e porões, confiscar galinhas e porcos, prescrever reformas imediatas ou interditar prédios considerados arruinados e insalubres. Ao mesmo tempo, uma série de interdições foi imposta, atingindo o comércio ambulante com multas e pagamento de licença, e também os comerciantes estabelecidos em lojas, que deveriam expor as mercadorias em vitrines e não mais nos umbrais e vãos de porta que davam para a via pública, entre outras regras. Para completar o projeto de regeneração de maus hábitos e costumes da população, o prefeito determinou a proibição de urinar e cuspir nas ruas, de soltar pipas, para não embarçar os cabos de energia elétrica, de acender fogueiras, soltar fogos de artifício e balões nas festas de São João.

Tais medidas foram pensadas de modo complementar a reforma dos serviços sanitários, entregue a Osvaldo Cruz. Seus planos contemplavam a reestruturação da DGSP, visando à centralização das ações sanitárias na capital, além de uma regulamentação jurídica que ampliasse o poder da autoridade sanitária, sobretudo no que concernia à notificação obrigatória dos casos de doenças infecciosas. Em maio de 1903, o projeto de lei que reorganizava a saúde pública começou sua tramitação no Congresso Nacional. Após ter sido duramente criticado pela oposição, que modificou a proposta de Cruz, em 5 de janeiro de 1904 foi aprovada a lei que regulamentava a reforma dos serviços sanitários. Entre o elenco de propostas constavam as campanhas

sanitárias, direcionadas para alvos específicos, tal como faziam os pasteurianos nas regiões tropicais dos continentes africano e asiático, colonizadas pelos países europeus.

As campanhas marcaram a gestão de Osvaldo Cruz na DGSP (1903-1909), conformando um modelo de ação estatal que perdurou por muitas décadas, fundamentado na articulação da microbiologia pasteuriana com as teorias da medicina tropical, especialidade criada na Inglaterra ao final do século XIX para estudar sobretudo as doenças parasitárias transmitidas por insetos. O combate desfechado pelo diretor da saúde pública se direcionou para os principais flagelos que assolavam sazonalmente a cidade e atingiam a população: a febre amarela, a peste bubônica, a varíola e a tuberculose.

A repercussão na imprensa foi imediata. Osvaldo Cruz se tornou um dos alvos prediletos do desenho de humor de *Tagarela*, *O Malho*, *Fon-Fon!* e *Careta*, entre outras revistas e jornais. Dos traços físicos à personalidade, passando pelos cargos que ocupava na direção do ISF e na DGSP, tudo se tornou objeto de crítica impiedosa, destacando-se as charges e caricaturas que o retratavam de modo satírico e mordaz. A animosidade inicial somente cedeu quando as campanhas produziram resultados, com a alteração dos índices de morbidade e mortalidade, conferindo credibilidade ao diretor da saúde pública e às medidas inovadoras que implantara.

A CAMPANHA CONTRA A FEBRE AMARELA

Em abril de 1903, Osvaldo Cruz apresentou ao ministro da Justiça o plano da campanha contra o mosquito *Stegomyia fasciata*, vetor da febre amarela. O objetivo era interromper a contaminação de mosquitos pelos doentes, a infecção de novos indivíduos e impedir os casos esporádicos que nos intervalos das epidemias garantiam a continuidade da doença.

A estratégia de combater o mosquito representava uma mudança radical em relação às teorias médicas sobre a transmissão da febre amarela vigentes até o final do século XIX, segundo as quais a doença se propagava pelo contato com a pessoa doente. A idéia a respeito do mosquito como vetor de transmissão da febre amarela havia sido desenvolvida pelo médico cubano Carlos Juan Finlay, para quem a doença era transmitida do indivíduo doente para o indivíduo sadio por meio da picada do mosquito *Stegomyia fasciata* – mais tarde rebatizado *Aedes aegypti*, transmissor também da dengue. Essa idéia fora por ele defendida em 1881 na Conferência Sanitária Internacional em Washington e na Real Academia de Ciências de Havana. No entanto,

as experiências que realizou (indivíduos sadios e não imunes eram picados por mosquitos alimentados com sangue de doentes) não foram consensualmente aceitas até meados de 1900, quando uma comissão de médicos militares norte-americanos, estabelecida em Cuba desde a ocupação militar em 1898 – cujo pretexto fora a explosão de um navio de guerra da marinha no porto de Havana, e que daria aos Estados Unidos o controle político-administrativo da ilha –, passou a investigar a febre amarela na região e resolveu testar a hipótese do mosquito. Contando com o próprio Finlay, que forneceu os ovos do mosquito aos norte-americanos e ensinou-lhes a técnica de inoculação que desenvolvera, a comissão, liderada pelo médico Walter Reed e composta pelos médicos Jessé W. Lazaer (que morreu de febre amarela por infecção acidental na ocasião), James Carol e Aristides Agromonte, esclareceu o modo de transmissão da doença pelo mosquito. No início do ano seguinte foi empreendida a primeira campanha contra o inseto em Havana, cujo êxito demonstrou que o combate ao mosquito era o modelo para neutralizar as epidemias que ocorriam nas cidades litorâneas do continente americano.

No Brasil, a teoria havanesa, como também foi chamado aqui o método de combate ao mosquito, foi aplicada pioneiramente pelas autoridades sanitárias do estado de São Paulo em ações de saneamento no interior em 1901. A mesma decisão foi tomada por Osvaldo Cruz ao propor a política de saneamento do Rio de Janeiro em abril de 1903, atraindo para si tanto a desconfiança da opinião pública quanto a oposição de parte dos médicos da capital. Um acirrado debate se estabeleceu no V Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia realizado em meados de 1903. De um lado, posicionaram-se aqueles que, sem duvidar da transmissão pelo mosquito, consideravam equivocada a ideia de que o problema da transmissão se resumia ao homem e ao mosquito, desconsiderando a existência do micróbio no ambiente. Por isso, discordavam da profilaxia centrada no combate ao mosquito. Já os defensores da teoria de Finlay, liderados por Osvaldo Cruz, defendiam de forma intransigente o método de combate ao mosquito como estratégia única para neutralizar a epidemia. Eram chamados por isso de exclusivistas, e tiveram como aliados principais os pesquisadores do Instituto Pasteur de Paris – Emile Roux, Paul Louis Simond e A. Tourelli Salimbeni –, enviados pelo governo francês para acompanhar a implantação da nova estratégia profilática e avaliar sua eficácia de modo a aplicá-la em suas colônias. Desembarcando no Rio de Janeiro em novembro de 1901, e permanecendo por quatro anos, os pesquisadores estudaram os

hábitos e a biologia do mosquito, de modo a esclarecer aspectos obscuros da transmissão e da etiologia da doença em um laboratório no Hospital São Sebastião.

Para realizar a campanha contra o mosquito transmissor da febre amarela Osvaldo Cruz criou na DGSP o Serviço de Profilaxia Específica da Febre Amarela, que estruturou a campanha em bases militares. A cidade foi repartida em distritos sanitários, sob jurisdição das delegacias de saúde. Nestas, os médicos tinham a incumbência de receber as notificações de doentes, aplicar soros e vacinas, multar e intimar os proprietários de imóveis insalubres a reformá-los ou demoli-los. A elaboração de mapas e estatísticas epidemiológicas dava suporte às ações das chamadas brigadas de mata-mosquitos que percorriam diariamente as ruas lavando caixas-d'água, desinfetando bueiros e ralos, limpando telhados e calhas, removendo depósitos de água com larvas do inseto. Noutra frente de ação, as casas situadas nas zonas de focos eram cobertas com panos de algodão, queimando-se em seu interior enxofre e piretro de modo a matar os mosquitos adultos. Quanto aos doentes, os mais abastados eram isolados em suas próprias residências, e os mais pobres iam para os hospitais de isolamento no Caju ou em Jurujuba, em Niterói. A DGSP recorreu ainda a folhetos educativos, intitulados Conselhos ao Povo, publicados na imprensa e dirigidos à população e aos próprios médicos, que a princípio se mostraram hostis à nova profilaxia e resistentes à notificação obrigatória de doentes.

A campanha desfechada por Osvaldo Cruz produziu os primeiros resultados em 1905, quando diminuíram os índices de mortalidade e morbidade da febre amarela. Àquela altura o combate à peste bubônica, desencadeada no início de 1904, também havia obtido resultados positivos.

A CAMPANHA CONTRA A PESTE BUBÔNICA

O principal meio de combate à peste bubônica foi a vacinação dos habitantes das áreas mais infectadas como os da zona portuária. Além disso, foi imposta a notificação obrigatória, que permitia o isolamento dos doentes que eram tratados com o soro antipestoso. Paralelamente, a prefeitura e as companhias de serviços públicos urbanos intimaram proprietários de imóveis para que removessem entulhos e executassem reformas, como a impermeabilização do solo e a supressão de porões. A compra de ratos, cujas pulgas transmitiam a doença, foi outro expediente utilizado. Os funcionários da DGSP tinham que apresentar pelo menos 150 ratos por mês, sob pena de demissão. Acima dessa cota, ganhavam trezentos réis por animal abatido. Ao mesmo tempo

passou a se oferecer a qualquer cidadão recompensa em dinheiro por animal morto. Imediatamente uma nova profissão surgiu na cidade, os “ratoeiros”, que saíam pelas ruas – inclusive em outras cidades – a comprar os bichos a preço baixo para revendê-los à DGSP, que pagava duzentos réis por unidade. O assunto virou galhofa na cidade, inspirando canções populares (como *Rato, rato*, composta por Casimiro Rocha e Claudino Costa e lançada no carnaval de 1904), e inúmeras charges nas revistas e jornais diários. O alvo preferido era Osvaldo Cruz – severamente criticado e ridicularizado pela excentricidade da medida. Mas, em poucos meses, a incidência de peste bubônica diminuiu com o extermínio dos ratos.

A CAMPANHA CONTRA A VARÍOLA

O controle da epidemia – que se manifestava no inverno – requeria que se vacinasse a população com a vacina jenneriana, desenvolvida pelo médico inglês Edward Jenner no final do século XVIII. Desde 1837 o uso dessa vacina fora declarado obrigatório para as crianças, estendendo-se depois para os adultos, mas as leis não foram cumpridas, seja por falta de condições técnicas – sua preparação em escala industrial no Rio de Janeiro começara em 1884 –, seja pelo horror que a maioria da população nutria à idéia de se deixar inocular com o vírus da doença.

Em junho de 1904, o governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei reinstaurando a obrigatoriedade da vacinação e revacinação contra a varíola em todo o território nacional, com cláusulas que incluíam multas aos refratários e a exigência do atestado de vacinação para as matrículas em escolas, empregos públicos, casamentos, viagens, entre outras situações. Os acirrados debates travados no Congresso foram acompanhados de intensa mobilização promovida pelo Apostolado Positivista, por oficiais do Exército, monarquistas e líderes operários, que organizaram a Liga contra a Vacina Obrigatória. Aprovada em 31 de outubro de 1904, a lei – pejorativamente apelidada de “Código de Torturas” – ensejou um movimento popular, a Revolta da Vacina, que eclodiu em 11 de novembro e paralisou a cidade por uma semana, e uma insurreição militar, deflagrada em 15 de novembro, com o objetivo de depor o presidente Rodrigues Alves. Diante das circunstâncias, o governo decretou a revogação da obrigatoriedade da vacina, embora permanecesse válida a exigência do atestado de vacinação para várias atividades. Em 1904, cerca de 3.500 pessoas morreram de varíola. Dois anos depois, esse número caiu para nove. Em 1908, uma nova epidemia elevou os óbitos para cerca de 6.550 casos, mas em 1910 foi registrada uma única vítima.

O COMBATE À TUBERCULOSE

Desde o decreto legislativo de 5 de janeiro de 1904, que reorganizara os serviços sanitários da União, Osvaldo Cruz procurou combater a tuberculose (também chamada peste branca), determinando a notificação obrigatória e a instalação de enfermarias especiais em hospitais gerais. O projeto contemplava ainda a fiscalização do comércio de alimentos, da indústria de laticínios e de matadouros, a desinfecção dos objetos de uso coletivo nos bares, hotéis e restaurantes, a criação de lavanderias públicas a vapor, a varredura das ruas e praças e até a organização de um serviço de limpeza domiciliar, por meio de aspiradores, para evitar a disseminação de escarros secos sob a forma de poeira. Essas medidas deveriam ser acompanhadas de um programa educativo voltado em particular para os indivíduos predispostos à tuberculose (filhos de tuberculosos), conselhos de higiene, exercícios físicos nas escolas primárias e secundárias, campanha e legislação contra o alcoolismo. Previa-se ainda a aposentadoria temporária ou definitiva dos tuberculosos notificados, bem como a construção de uma rede de sanatórios de altitude e marítimos, colônias sanitárias agrícolas, dispensários, hotéis e pensões próprias para tuberculosos, novos hospitais de isolamento e enfermarias especiais nos hospitais. Por fim, previa-se a criação de um imposto especial e de um seguro obrigatório contra a doença para os operários e empregados no comércio e na indústria.

Nada foi feito até que, em fins de 1906, a DGSP desencadeou uma campanha que visava a erradicar o bacilo por meio da identificação de focos infecciosos, animais e indivíduos portadores do bacilo, que constituíam os vetores da doença, contaminando os homens são diretamente ou por intermédio de objetos como alimentos, poeiras, roupas. Além de aumentar o rigor da fiscalização de vacas que forneciam leite à população, os higienistas submeteram os moradores pobres dos morros da Favela e de Santo Antônio a exames sistemáticos.

A princípio a campanha contou com o apoio do presidente da República Afonso Pena (1906-1909), sucessor de Rodrigues Alves, que se comprometeu a angariar recursos junto ao Congresso Nacional. Porém a reação contrária a essas medidas por parte dos proprietários de estúbulos, da população e da imprensa provocou um recuo do presidente, sob a alegação de que a tuberculose não era um caso de calamidade pública, e o Estado deveria limitar-se a dar assistência ao tuberculoso pobre e incurável, deixando a tarefa de criar dispensários e sanatórios à iniciativa das entidades filantrópicas privadas. Embora a tuberculose matasse cerca de sete vezes mais do que a

febre amarela em época de epidemia, a campanha idealizada por Osvaldo Cruz não foi implementada.

Apesar das polêmicas suscitadas, o sucesso das campanhas contra a febre amarela e a peste bubônica, com a queda nos índices de mortalidade e morbidade, renderam prestígio político e científico ao diretor de saúde pública. O “General Mata Mosquitos”, apelido que lhe fora atribuído pela imprensa, não apenas foi confirmado no cargo pelo presidente Afonso Pena como também ganhou projeção internacional. Sua atuação no saneamento da cidade, sobretudo no combate à febre amarela, foi reconhecidas pelo XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia que ocorreu em Berlim em setembro de 1907, e conferiu o primeiro prêmio à seção brasileira, condecorada com uma medalha de ouro. Ali Osvaldo Cruz organizou uma mostra do espectro das atividades desenvolvidas na instituição que dirigia, bem como das ações da DGSP, em particular a profilaxia da febre amarela no Rio de Janeiro e suas estatísticas demográfico-sanitárias.

A conquista do prêmio teve grande repercussão na capital federal, aproveitando-se o governo federal da notoriedade alcançada por Osvaldo Cruz para incumbi-lo de uma missão diplomática que difundisse a imagem positiva do país saneado, com vistas a atrair capitais e trabalhadores. Da Alemanha o cientista se dirigiu para Paris, onde visitou o Instituto Pasteur, e dali seguiu para Nova Iorque, onde visitou o Instituto de Pesquisas Médicas fundado por John D. Rockefeller. Em Washington, encontrou o presidente Theodore Roosevelt, assegurando-lhe que a esquadra norte-americana, em manobra de guerra no Atlântico, poderia desembarcar no Rio de Janeiro sem temer a febre amarela. Embarcou depois para a cidade do México para participar da Convenção Sanitária realizada em 2 de dezembro, na qual os governos da América Central subscreveram o compromisso de estabelecer legislação e serviços sanitários de modo a erradicar a febre amarela de seus territórios. Retornou a Paris e regressou ao Rio de Janeiro, onde chegou em fevereiro de 1908, quando foi publicamente aclamado nas ruas da cidade pelo prêmio recebido na Alemanha.

A EXPANSÃO DAS CAMPANHAS E AS VIAGENS AOS “SERTÕES” BRASILEIROS

Vencido o período crítico das campanhas na capital federal, Osvaldo Cruz passou a defender a ideia de que a defesa sanitária da cidade somente seria assegurada se os serviços da DGSP se tornassem permanentes e extensivos às zonas suburbanas, e se o órgão dispusesse de meios para estender o saneamento a outros portos do Brasil.

Assim, reproduzindo a prática comum entre os médicos e bacteriologistas europeus que se deslocavam para a África e a Ásia a fim de combater epidemias e estudar as chamadas doenças tropicais, Osvaldo Cruz e suas equipes da DGSP e do Instituto de Manguinhos começaram a expandir seu raio de ação.

O primeiro alvo foram os portos marítimos e fluviais das capitais litorâneas. Entre setembro de 1905 e fevereiro de 1906, em duas viagens – a primeira em direção ao norte e a segunda ao sul – Osvaldo Cruz inspecionou 30 portos com a finalidade de colher dados sobre suas condições sanitárias, a partir dos quais pretendia elaborar um plano para dotá-los de instrumentos para combater o cólera e a peste bubônica, atendendo assim às prescrições das convenções sanitárias internacionais de Veneza (1897) e de Paris (1903), das quais o Brasil era signatário.

Embora não conseguisse executar esse projeto, outras ações de saneamento em diferentes regiões do país seriam efetuadas por pesquisadores da equipe de Manguinhos, mediante comissões remuneradas pelos governos estaduais e empresas privadas. Em 1906, Antônio Cardoso Fontes dirigiu-se ao Maranhão para debelar a peste bubônica que grassava em São Luís, organizando o serviço de saúde pública no Estado. Simultaneamente, Carlos Chagas seguiu para Itatinga, no interior de São Paulo, onde a Companhia Docas de Santos construía uma represa hidrelétrica, com a missão de combater a malária que dizimava os trabalhadores. Foi a primeira campanha antipalúdica feita no Brasil com base no conhecimento sobre os mosquitos como vetores, e a responsável pela padronização de procedimentos adotados em outras campanhas a partir de então. No início de 1907, a Inspetoria Geral de Obras Públicas solicitou os serviços do Instituto Soroterápico para organizar uma campanha contra a malária na Baixada Fluminense, onde estava sendo construído um grande aqueduto para aumentar o abastecimento de água do Rio de Janeiro. Para lá foram enviados Carlos Chagas e Artur Neiva, que, instalados em um hospital em Xerém, comandaram a ação profilática. Ainda naquele ano trabalho similar seria executado por Neiva em São Paulo a convite da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e também por Chagas em Minas Gerais, onde a malária impedia o prolongamento dos trilhos da Central do Brasil até Pirapora, na região norte do estado. Junto com Belisário Pena – médico da DGSP –, Chagas instalou um pequeno laboratório em um vagão de trem na estação ferroviária de Lassance. Ali, no início de 1908, Chagas se deparou com um inseto que proliferava dentro das paredes das casas de pau a pique, típicas da região, e à noite sugava o sangue dos moradores, atacando de preferência o rosto humano, razão pela qual era chamado de

barbeiro. O interesse de Chagas pelo inseto o levaria a descobrir, em 1909, uma doença humana provocada por um novo protozoário, batizado de *Trypanosoma cruzi* em homenagem a Osvaldo Cruz. Dedicando toda a vida ao estudo da doença que levaria seu nome, Chagas, com o concurso de outros pesquisadores do ISF, desvendou inúmeros aspectos a ela relacionados, tais como as características biológicas do vetor e do parasito, o ciclo evolutivo do *T. cruzi*, o quadro clínico e patogenia da infecção, as características epidemiológicas, os mecanismos de transmissão e as técnicas de diagnóstico.

Essas experiências representaram o primeiro contato dos pesquisadores do ISF com os “sertões” brasileiros. Um novo horizonte intelectual se abriria sobretudo com a descoberta da doença de Chagas. E os interesses científicos do próprio Osvaldo Cruz se deslocariam das cidades para os “sertões”. Essa nova etapa se iniciou quando Cruz se exonerou da DGSP em 1909, em decorrência do quadro político tumultuado pela morte do presidente Afonso Pena (1906-190), a interinidade do vice-presidente Nilo Peçanha (1909-1910) e a campanha presidencial polarizada entre o “civilista” Rui Barbosa e o marechal Hermes da Fonseca.

Liberado da DGPS, Osvaldo Cruz seguiu para a Amazônia. A primeira expedição ocorreu entre julho e setembro de 1910. Junto com o antigo companheiro da Diretoria de Saúde Belisário Pena, foi a Porto Velho, em Rondônia, onde se construía a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Contratado pela empresa Madeira-Mamoré Railway, ocupou-se sobretudo da malária, doença que acometia quase todos os trabalhadores envolvidos na abertura da ferrovia. Na impossibilidade de sanear a região, os médicos obrigaram os operários a tomar quinino e a se recolher a galpões telados do final da tarde ao amanhecer, período em que o ataque de mosquitos transmissores de malária é mais intenso.

Logo a seguir, em outubro de 1910, o destino foi Belém do Pará. A capital paraense vivia ainda o esplendor econômico e cultural proporcionado pelo ciclo da borracha, iniciado em 1870, mas era sitiada pela febre amarela. A convite do governador do estado, Osvaldo Cruz e uma equipe de médicos da DGSP enfrentou a epidemia com métodos similares aos utilizados no Rio de Janeiro, como o extermínio de mosquitos e o isolamento de doentes com telas e mosquiteiros. Em um ano os focos da doença na cidade foram eliminados.

Outras expedições dariam sequência ao trabalho de Cruz. Entre 1911 e 1913 pesquisadores de Manguinhos foram requisitados por empresas públicas e privadas para

combater doenças nos canteiros de obras de construção de hidrelétricas e ferrovias nas mais longínquas regiões do país. Essas viagens forneceram um amplo conjunto de informações e materiais relativos às patologias e às condições de vida e de saúde das populações dos “sertões”, revelando os contrastes entre estes e o Brasil do litoral.

IOC: A CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Ao assumir a direção do DGPS em 1903, Osvaldo Cruz propôs ao Congresso que o ISF fosse transformado em uma instituição similar ao Instituto Pasteur de Paris. A proposta não foi aceita. Em 1906, um projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional previa a transformação do ISF em Instituto de Patologia Experimental. No ano seguinte o presidente Afonso Pena sancionou a lei, que foi regulamentada em março de 1908, já se referindo à instituição com o nome de Instituto Osvaldo Cruz (IOC), em homenagem a seu diretor, que pouco antes fora condecorado com a medalha de ouro em Berlim.

Com o novo estatuto a instituição adquiriu autonomia administrativa e financeira em relação à saúde pública, assegurada pelo desenvolvimento e venda de soros e vacinas – obtendo, inclusive, em 1908, o registro da patente para a primeira vacina de uso veterinário do país contra o carbúnculo sintomático ou peste da Manqueira –, e pela prestação de serviços remunerados a órgãos públicos e empresas privadas, comprometendo-se a fornecer gratuitamente seus produtos em caso de epidemia.

À medida que obtinha recursos, Osvaldo Cruz tratou de substituir as antigas instalações do instituto por edificações adequadas ao funcionamento de modernos laboratórios de pesquisa, que hoje compõem o Núcleo Histórico da Fundação Osvaldo Cruz. Ali se desenvolveria a medicina tropical, que, aliada à microbiologia pasteuriana, configurou um campo de investigação original, estabelecendo uma tradição científica consolidada ao longo de século XX.

Durante a sua gestão à frente do IOC (1903-1917), Cruz incentivou estudos sobre malária, filariose, beribéri, ancilostomose, esquistossomose e leishmaniose. Para esse empreendimento reuniu um grupo de jovens médicos e pesquisadores entusiasmados com a renovação das ciências biomédicas, a que denominava de “jardim de infância da ciência”.

O estudo da medicina tropical se fortaleceu com viagens de estudos dos pesquisadores do IOC para a Europa e Estados Unidos, bem como com a contratação, entre 1908 e 1909, de pesquisadores estrangeiros como Stanislas Von Prowazek e

Gustav Giemsa, da Escola de Medicina Tropical de Hamburgo, e de Max Hartmann, do Instituto de Moléstias Infecciosas de Berlim. A descoberta da tripanossomíase americana (doença de Chagas) em 1909, por Carlos Chagas, consolidaria a medicina tropical como um campo de investigação permanente no IOC.

As atividades de ensino, iniciadas em bases informais e estabelecidas formalmente com a constituição do Curso de Aplicação em 1908, também contribuíram para tanto. Tais cursos, de natureza principalmente prática e experimental, ausentes nas escolas de medicina, destinavam-se aos estudantes que, desde 1901, frequentavam os laboratórios do Instituto para preparar suas teses, e também aos profissionais já formados. Muitos alunos ingressaram nas linhas de pesquisa do Instituto como frequentadores voluntários, sendo em alguns casos incorporados ao quadro funcional. Outros ocupariam cargos nos serviços de saúde pública da capital federal e de outros estados.

A criação de um periódico científico, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, solidificaria o projeto científico de Cruz, que assumiu pessoalmente sua edição. Publicado pela primeira vez em abril de 1909, e destinado a divulgar os trabalhos originais desenvolvidos pela equipe de pesquisadores do IOC, a revista reunia artigos em português – acompanhados em diversos números de uma versão em língua estrangeira (francês, inglês, alemão, espanhol) – e era distribuída entre as escolas de medicina, veterinária, e agricultura, estabelecendo intercâmbio com publicações estrangeiras similares.

Em meados da década de 1910, o IOC contava com uma infraestrutura de laboratório que em nada ficava a dever a construções similares estrangeiras da época. Àquela altura aumentara também a pauta de produtos terapêuticos e profiláticos, humanos e veterinários. A comercialização destes últimos proporcionou recursos para Cruz implementar com liberdade seus planos de fundar um centro de investigação científica. Pouco a pouco foi-se acumulando um significativo acervo de conhecimentos relacionados à profilaxia da malária, à evolução de parasitos em seus hospedeiros, à sistemática e à biologia de insetos transmissores de doenças humanas e animais. A confluência da medicina tropical com a microbiologia redundaria num tipo de organização científica original, que articulava os interesses da lógica da produção do conhecimento com as questões de saúde pública. Esse modelo distinguiu o IOC entre as demais instituições públicas de pesquisa, marcando sua ação ao longo do século XX.

Os últimos anos de Osvaldo Cruz à frente do Instituto de Manguinhos foram marcados por várias missões científicas no exterior. Entre outros compromissos, participou de conferências sanitárias em Roma, Nova Iorque, Cidade do México e Montevideu, sendo eleito presidente desta última.

A notoriedade alcançada lhe rendeu uma série de homenagens e prêmios, como a cruz da Legião de Honra concedida pelo governo francês. No Brasil, aceitou convite do romancista Afrânio Peixoto para concorrer à cadeira número 5 da Academia Brasileira de Letras, vaga com a morte do poeta Raimundo Correia. Apesar da polêmica que causou sua candidatura, foi eleito em 11 de maio de 1912, com 18 votos contra dez concedidos ao poeta Emílio de Meneses, e tomou posse em 26 de junho do ano seguinte.

O progressivo agravamento do estado de saúde de Osvaldo Cruz – que desde 1907 sofria de nefrite – o levou a se afastar, em 1916, da direção do IOC. Seu filho mais velho, Bento Cruz, solicitou a Nilo Peçanha, então presidente do estado do Rio de Janeiro, que o nomeasse para a recém-criada prefeitura de Petrópolis. Em 17 de agosto do mesmo ano Cruz tornou-se o primeiro prefeito da cidade, projetando um plano de governo que previa a construção de uma rede de esgotos e a organização dos serviços sanitários da cidade, entre outras metas. Contudo, seus projetos não foram à frente em virtude da doença. Poucos meses depois da posse requereu licença do cargo, ao qual não voltaria. Cercado pela família e por amigos, entre eles Carlos Chagas, Belisário Pena e seu médico Egídio Sales Guerra, morreu em casa, na rua Montecaseros, no dia 11 de fevereiro de 1917, aos 44 anos de idade. Foi enterrado, no dia seguinte, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Figura polêmica em vida, Osvaldo Cruz alcançou o estatuto de mito da ciência brasileira após seu desaparecimento. A morte produziu um fenômeno surpreendente de esvaecimento das dissensões que acompanharam sua trajetória de vida. O processo por meio do qual foi retratado como “herói da nacionalidade” e “apóstolo da ciência” se entrelaçou imediatamente ao movimento sanitarista, representado pela Liga Pró-Saneamento do Brasil, fundada em 1918 no Rio de Janeiro, do qual foi eleito patrono e convertido em símbolo catalisador.

Se a heroificação de Osvaldo Cruz se originou com o movimento sanitarista, ela extravasou aquele tempo e as circunstâncias que a geraram. Cultivado por inúmeras gerações de médicos, cientistas e sanitaristas, o mito se eternizou no imaginário social. Entre os heróis que compõem o panteão cívico brasileiro – formado em sua maioria por

políticos e militares –, Osvaldo Cruz desponta solitariamente como o representante da ciência nacional.

Suas principais obras são: “Um caso de bócio exoftálmico em indivíduo do sexo masculino” (*Brasil Médico*, 1891); “Um micróbio das águas putrefatas encontrado nas águas de abastecimento de nossa cidade” (*Brasil Médico*, 1892); *A veiculação microbiana pelas águas* (tese de doutoramento, 1893); “Causas e meios de preservação do cólera” (*Brasil Médico*, 1894); “As condições higiênicas e o estado sanitário da Gávea” (*Brasil Médico*, 1894); “Contribuição para o estudo da microbiologia tropical: contaminação dos meios de cultura pelas mucorineas” (*Brasil Médico*, 1894); “Os esgotos da Gávea” (*Brasil Médico*, 1894); “Delitti negli animali” (*Archivio di Psichiatria, Scienze Penali ed Antropologia Criminale*, 1897); “Instituto Pasteur de Paris: uma visita à seção de preparo de soros” (*Brasil Médico*); “Les altérations histologiques dans l’empoisonnement par la ricine” (*Archives Médecine Experimentale Anatomie Pathologique*, 1899); “Contribuição para o estudo dos culicídeos do Rio de Janeiro” (*Brasil Médico*, 1901); “A vacinação antipestosa” (*Brasil Médico*, 1901); *Dos acidentes em soroterapia* (1902); “Peste” (*Brasil Médico*, 1906); “Um novo gênero da subfamília Anofelina” (*Brasil Médico*, 1906); “Um novo gênero brasileiro da subfamília Anofelina: *Manguinhosia*” (*Brasil Médico*, 1907); “Uma nova espécie do gênero *Psorophora*: *Psorophora genu-maculata*” (*Brasil Médico*, 1907); “Uma nova tripanossomíase humana” (*Brasil Médico*, 1909); “The prophylaxis of malaria in central and southern Brazil”, artigo em *The prevention of Malaria*, de R. Ross (1910); *Madeira-Mamoré Railway Company: considerações gerais sobre as condições sanitárias do Rio Madeira* (1910) e “Algumas moléstias produzidas por protozoários” (*Brasil Médico*, 1915). Sua obra completa foi publicada sob o título *Opera omnia* (1972).

A seu respeito, foram escritos: *Osvaldo Cruz*, de Egídio Sales Guerra (1940); *Vida e obra de Osvaldo Cruz*, de Clementino Fraga (1972); *Osvaldo Cruz no julgamento dos contemporâneos*, de vários autores (1972); *Gênese e evolução da ciência no Brasil*, de Nancy Stepan (1976); *Manguinhos do sonho à vida. A ciência na belle époque*, coordenado por Jaime Larry Benchimol (1990); *Sonhos tropicais*, de Moacir Scliar (1992); *Osvaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*, de Nara Brito (1995), e *Yes, nós temos Pasteur - Manguinhos, Osvaldo Cruz e a história da ciência no Brasil*, de Henrique Cukierman (2007).

FONTES: BENCHIMOL, L. *Manguinhos*; BRITTO, N. *Oswaldo Cruz*; CHAGAS, C. *Oswaldo Cruz*; CRUZ, O. *Algumas moléstias*; CRUZ, O. *Altérations*; CRUZ, O. *Caso de bócio*; CRUZ, O. *Causas*; CRUZ, O. *Condições*; CRUZ, O. *Contribuição*; CRUZ, O. *Contribuição para o estudo*; CRUZ, O. *Delitti*; CRUZ, O. *Dos acidentes*; CRUZ, O. *Esgotos*; CRUZ, O. *Instituto Pasteur*; CRUZ, O. *Madeira-Mamoré*; CRUZ, O. *Micróbio*; CRUZ, O. *Novo gênero*; CRUZ, O. *Novo gênero brasileiro*; CRUZ, O. *Nova espécie*; CRUZ, O. *Nova tripanossomíase*; CRUZ, O. *Opera omnia*; CRUZ, O. *Prophylaxis*; CRUZ, O. *Vacinação*; CRUZ, O. *Veiculação*; CUKIERMAN, H. *Yes*; FRAGA, C. *Vida*; GUERRA, E. *Oswaldo Cruz*; SCLIAR, M. *Sonhos*; STEPAN, N. *Gênese*.

CRUZ, PAULO KRUGER DA CUNHA

*militar; rev. 1924; Col. Prestes.

Paulo Kruger da Cunha Cruz nasceu no dia 5 de setembro de 1898, filho de José Francisco da Cunha Cruz.

Sentou praça em 1916 ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em 1920 foi promovido a segundo-tenente da arma de engenharia e transferido para Lorena (SP), onde serviu na Aviação Militar. Em janeiro de 1921 recebeu a patente de primeiro-tenente e em novembro de 1922, a de capitão. Em 1923 foi declarado desertor com base no artigo 117 do Código Penal Militar.

Em outubro de 1924, participou do levante promovido por algumas unidades militares gaúchas sob a coordenação do capitão Luís Carlos Prestes. Junto com seus companheiros, uniu-se em abril do ano seguinte aos revolucionários paulistas que, depois de ocupar São Paulo durante três semanas em julho de 1924, haviam-se retirado para o interior. Dessa junção resultou a Coluna Miguel Costa-Prestes, cujo comando geral foi entregue a Miguel Costa. Na coluna, integrou inicialmente o estado-maior da Brigada Rio Grande, comandada por Luís Carlos Prestes. Quando este assumiu a chefia do estado-maior da coluna, secundado por Juarez Távora, manteve-se como seu assistente. Em novembro de 1925, quando fazia o levantamento da cidade maranhense de Grajaú, onde os revolucionários pretendiam instalar a sede de um governo rebelde, foi preso e posteriormente levado para o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, no Rio de Janeiro. Absolvido em 1927 em seção do Conselho da Justiça Militar, reintegrou-se ao Exército. Nesse mesmo ano a Coluna Prestes encerrou sua marcha, internando-se na Bolívia e no Paraguai.

Em 1929, Kruger apresentou-se à 3ª Região Militar, em Porto Alegre, e no ano seguinte cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em 1931, prestou serviços à Diretoria de Aviação no Rio de Janeiro. Em 1932, durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo, serviu no destacamento do coronel Galdino Luís Esteves, ligado às forças policiais mineiras. No ano seguinte voltou à Diretoria de Aviação no Rio e em 1934 foi transferido para o Paraná. Em outubro desse ano foi promovido a major, transferindo-se no ano seguinte para Itajubá (MG). Em 1936 cursou a Escola de Estado-Maior no Rio e em 1937 foi transferido para Recife. Serviu em 1938 na Inspetoria Geral do Exército, no Rio, e em 1939 foi designado para a 5ª Região Militar, em Curitiba.

Promovido a tenente-coronel em março de 1940, nesse mesmo ano tornou-se diretor da Fábrica de Material de Transmissão, no Rio. Serviu na Comissão Militar Brasileira nos Estados Unidos de 1942 a 1943. Em junho de 1944 foi promovido a coronel, atuando em 1945 na Diretoria de Material Bélico, no Rio. Entre 1948 e 1949 participou da comissão de desenvolvimento industrial da Comissão Mista Brasileira-Americana de Estudos Econômicos, também conhecida como Missão Abbink.

Em 1952 foi promovido a general de brigada, servindo entre 1953 e 1957 na Diretoria de Comunicações. Em 1958 transferiu-se para o Departamento de Produção e Obras, sendo promovido em 1960 a general de divisão. Nesse mesmo ano atuou na Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas. Em outubro de 1962 passou para a reserva como general de

exército. Em fevereiro de 1963 foi promovido a marechal. Em 1964, tornou-se presidente do Conselho de Telecomunicações.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; BULHÕES, O. *À Margem*; CARNEIRO, G. *História*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1952); SILVA, H. 1926; TÁVORA, J. *Vida* (1).

CRUZEIRO, O

Revista semanal ilustrada, fundada por Assis Chateaubriand, com sede na cidade do Rio de Janeiro, iniciou sua circulação em 10 de novembro de 1928.

AS ORIGENS (ANOS 1920)

O Cruzeiro nasceu de um projeto do jornalista português Carlos Malheiro Dias, que buscava editar uma revista de circulação nacional, criando assim, a Empresa Gráfica Cruzeiro S.A. Não tendo recursos para pôr em prática seu projeto, Malheiro Dias passou o controle da recém-criada empresa para o jornalista e empresário Assis Chateaubriand. Através de um empréstimo fornecido pelo Banco da Província, de propriedade de Antônio Mostardeiros (recém-nomeado presidente do Banco do Brasil) e intermediado pelo então ministro da Fazenda, Getúlio Vargas, Chateaubriand conseguiu lançar o primeiro número, alargando os horizontes de sua cadeia de órgãos de imprensa, que futuramente seria conhecida como Diários Associados. Em 1927, Vargas não deixou dúvidas quanto ao interesse no potencial político da nova revista.

A proposta de Assis Chateaubriand para a revista era bastante ambiciosa, como o seu lançamento já o denunciava. No dia 5 de dezembro de 1928 (cinco dias antes de o primeiro número chegar às bancas de jornais), quatro milhões de prospectos foram jogados do alto dos prédios da Cinelândia, Rio Branco e Ouvidor, no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Anunciavam: “*Cruzeiro*, a revista contemporânea dos arranha-céus!” ou “Sábado! A revista *Cruzeiro* atravessará o Brasil de extremo a extremo”. Impressão em quatro cores pelo sistema de rotogravura, diversas fotografias, a utilização de papel de melhor qualidade, grandes jornalistas nacionais e internacionais, circulação em todas as capitais e principais cidades do Brasil eram algumas das novidades apresentadas.

Com uma tiragem de 50 mil exemplares, o primeiro número da revista *Cruzeiro* (sem o artigo inicial de seu título, que só foi incorporado em 1929) estampava em sua capa o rosto de uma mulher sobre o qual foram colocadas as cinco estrelas da constelação do Cruzeiro do Sul. Seu nome foi inspirado, segundo o editorial, tanto na constelação, como na nova moeda “em que ressuscitará a circulação do ouro”. Apresentando-se como “a mais moderna revista brasileira” e, portanto, como “o espelho que se refletirá, em períodos semanais, a civilização ascensional do Brasil em todas as suas manifestações”, a revista pretendia “ser o comentário múltiplo, instantâneo e fiel dessa viagem de uma nação para o

seu grandioso porvir; ser o documento registrador, o vasto anúncio ilustrado, o filme de cada sete dias de um povo”.

O Cruzeiro teve como primeiro diretor justamente o idealizador da revista, Carlos Malheiro Dias, e como diretor presidente, José Mariano Filho. Apoiou-se em agências em todas as maiores cidades do Brasil, mantendo também correspondentes internacionais em Lisboa, Paris, Roma, Madri, Londres, Berlim e Nova Iorque. Suas páginas eram recheadas de anunciantes de todos os tipos. Com a Metro-Goldwyn-Mayer, por exemplo, firmou-se um acordo de divulgação dos lançamentos cinematográficos na revista, em troca da exibição de anúncios de *O Cruzeiro* antecedendo as projeções de filmes distribuídos pela Metro.

Como uma revista de variedades, suas matérias eram bastante diversificadas, incluindo desde “A evolução da moeda no Brasil”, esporte, moda, contos, poemas, cinema, até o columnismo social (“R. Societ”), charges e caricaturas, acontecimentos e fatos da semana, passando ainda por história, crônicas, concursos de fotografia e cobertura internacional (“Pelas cinco partes do mundo”).

1930-1945

Em setembro de 1929, as convenções partidárias oficializaram as candidaturas presidenciais de Júlio Prestes, pela situação, e Getúlio Vargas, pela oposição. Tendo o então presidente da Paraíba como candidato a vice-presidente, Vargas formava a chapa da Aliança Liberal. Assis Chateaubriand colocou todos os seus órgãos de imprensa a serviço da causa aliancista. No Rio de Janeiro, contava com *O Jornal* e com a revista *O Cruzeiro*. Graças a financiamentos concedidos pelos membros da Aliança Liberal, Chateaubriand lançou mais um jornal popular na capital, o *Diário da Noite*, e em Minas Gerais comprou *O Estado de Minas*, ampliando assim a cadeia dos Diários Associados. Nesse mesmo ano, Assis Chateaubriand aproveitou-se do apoio financeiro dado pela Aliança Liberal para contratar através da firma Oscar Flues e Cia. a importação, dos EUA, de cinco grandes impressoras de rotogravuras em quatro cores — as primeiras no Brasil — para rodar a revista *O Cruzeiro* e imprimir suplementos coloridos para seus jornais do Rio, São Paulo e Minas Gerais.

A campanha da Aliança Liberal percorreu todo o país e, especialmente nas grandes capitais, promoveu grandes mobilizações em seus comícios e manifestações. Contribuiu

para este perfil, inédito no país, de uma campanha política que mobilizava a opinião pública, a dinamização recente da grande imprensa brasileira, então já instalada em bases nacionais. Durante a campanha presidencial, o apoio político de *O Cruzeiro* à candidatura de Vargas-João Pessoa tornou-se evidente pela diferenciação entre a ampla cobertura (cerca de oito páginas ilustradas por fotos a cada edição) das atividades dos candidatos aliancistas, contra o espaço restrito da candidatura oficial, que tinha de pagar para estar nas páginas da revista.

Após a realização do pleito presidencial, em março de 1930, com a vitória da candidatura de Júlio Prestes, parte das forças que apoiaram a campanha da Aliança Liberal passou a conspirar em torno de uma saída insurrecional para o processo, de forma a impedir a posse do presidente eleito. Naquele momento, segundo Fernando de Moraes, o prestígio de Assis Chateaubriand junto ao alto comando aliancista “não era apenas um reconhecimento pelos serviços prestados por seus jornais e *O Cruzeiro* à causa da Aliança Liberal. Ele era efetivamente considerado um dos membros do primeiro e mais fechado círculo da conspiração”.

Foi naquele contexto que o assassinato de João Pessoa — um crime passionai, embora cometido por um adversário político, ocorrido em 26 de julho de 1930 numa confeitaria do Recife — foi explorado pela rede dos Diários Associados, como uma grande arma política contra o governo e o presidente eleito Júlio Prestes. Acusando o governo federal pelo crime, *O Cruzeiro*, durante quase um mês, publicou matérias ricamente ilustradas sobre a morte e os funerais de João Pessoa. Em 3 de outubro do mesmo ano, começou o levante militar que 21 dias depois depôs o presidente Washington Luís e instalou uma junta governativa, que entregou a presidência da República a Getúlio Vargas em 3 de novembro.

Instaurado o Governo Provisório, *O Cruzeiro* definiu o movimento, em editorial da edição de 8 de novembro de 1930, como a “Revolução triunfante”. A capa daquela edição não deixou qualquer dúvida sobre o apoio ao Governo Provisório; trazia estampada uma foto de Getúlio Vargas e a manchete “Um sorriso que promete a vitória”. Em matéria no corpo da revista, afirmou-se que “as forças armadas e a população do Rio de Janeiro restauraram a paz do Brasil”. O sinal mais evidente do tom triunfalista da revista foi dado, na mesma edição de 8 de novembro de 1930, pela mudança na numeração de *O Cruzeiro*.

Aquele passou a ser o número 1 (apesar do ano III) da revista, evidenciando que, como o país, *O Cruzeiro* também renascia com a Revolução. No final do ano, *O Cruzeiro* lançou uma edição especial: “A revolução nacional: documentos para a história”, onde publicou o seguinte juízo: “A grande revolução, que se ultimou pelo triunfo estrondoso do candidato da Aliança Liberal, teve na eleição presidencial de março o seu prólogo combativo e sua gênese vitoriosa.”

Ainda em 1930, *O Cruzeiro* lançou seu primeiro concurso de beleza. Através de ampla propaganda e de um número especial, a revista promoveu a eleição da miss Universo 1930, em disputa realizada no Rio de Janeiro. Com o concurso, que a partir daí passou a ser uma das marcas registradas da revista ao longo de toda a sua existência, a tiragem de *O Cruzeiro* subiu para 80 mil exemplares.

A harmonia entre o Governo Provisório de Vargas e os órgãos de imprensa de Assis Chateaubriand não durou muito. Ligando-se ao grupo de Lindolfo Collor, João Batista Luzardo e Raul Pilla, Chateaubriand passou a referir-se, em fins de 1931, àquela fase do governo Vargas como o início de uma ditadura, engrossando assim o coro dos que defendiam uma rápida reconstitucionalização do país. *O Cruzeiro*, apesar de seu perfil dominante de revista de variedades, voltou a ganhar um tom de comprometimento mais direto com a política, tornando-se em 1932 um veículo da propaganda da reconstitucionalização. Assim, transformou-se rapidamente, cobrindo semanalmente os atos cotidianos do governo e os fatos da conjuntura política. A revista de costumes, voltada para os problemas da família e do lar, abriu espaço ao semanário ágil e politizado.

Pelo apoio à Revolução Constitucionalista de 1932, Assis Chateaubriand teve sua deportação decretada. Escapando, permaneceu vários meses refugiado no interior do país. Os desdobramentos da luta em São Paulo foram acompanhados pela revista, apesar de forte censura. No final do ano, *O Cruzeiro* saiu de circulação por um mês, sob pressão do governo. Durante a ausência de Chateaubriand, a tiragem da revista caiu para 20 mil exemplares.

Com a instalação da Assembleia Constituinte em novembro de 1933, o proprietário de *O Cruzeiro* retornou à cena pública e retomou o controle de *O Jornal* (que havia sido confiscado pelo governo em 1932). Nessa época, Assis Chateaubriand reconciliou-se com Vargas. A partir daí, e durante toda a década de 1930, novos esforços foram aplicados para

o revigoramento de seus jornais e principalmente de *O Cruzeiro*.

Carlos Malheiros Dias deixou a revista que havia idealizado no início dos anos 1930. Através de contratos publicitários, com destaque para o firmado com a General Electric do Brasil, que permitiram a compra de novo maquinário, *O Cruzeiro* ganhou novo impulso, capitaneando o reerguimento dos Diários Associados. Dando curso ao movimento de modernização da revista, Assis Chateaubriand convidou Dario de Almeida Magalhães para a presidência de *O Cruzeiro*. A partir de 1934, com a chegada de Dario, alguns nomes consagrados e outros que mais tarde foram aclamados como a nata do jornalismo, da literatura e das artes plásticas no país passaram a colaborar com a revista: Manuel Bandeira, Graça Aranha, Viriato Correia, Davi Nasser, Edmar Morel, Carlos Castelo Branco, Cândido Portinari, Aldo Bonadei, Anita Malfatti, Ismael Néri, Di Cavalcanti e mais tarde Otto Maria Carpeaux, que durante alguns anos atuou como redator da revista, entre outros.

Em 1937, Assis Chateaubriand esteve novamente na oposição a Getúlio Vargas, apoiando a candidatura de Armando Sales à presidência nas eleições previstas para janeiro de 1938. Porém, a decretação do Estado Novo alterou novamente o relacionamento de Chateaubriand e seus órgãos de imprensa, com o governo. Adaptando-se à nova realidade política, *O Cruzeiro* abriu suas páginas à divulgação dos feitos de Vargas e do regime ditatorial, transformando-se em mais um veículo a serviço da propaganda do Estado Novo.

A partir de 1943, sob a direção de Frederico Chateaubriand, *O Cruzeiro* atingiu aquela que foi considerada a sua melhor fase. Freddy Chateaubriand foi o responsável pela contratação do fotógrafo francês Jean Manzon. Com Jean Manzon, *O Cruzeiro* alterou sensivelmente seu aspecto editorial, criando uma nova estética na distribuição das fotos em suas páginas. Ex-repórter fotográfico da revista *Paris-Match* e do diário *Paris Soir*, e com larga experiência na área, Manzon ao chegar ao Brasil, em 1942, foi convidado a montar o departamento de fotografia e cinema do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão encarregado da censura à imprensa e propaganda do regime no período do Estado Novo. Ao lado de Davi Nasser, que foi para *O Cruzeiro* por sua indicação, Jean Manzon, durante quase 15 anos, esteve à frente das grandes reportagens, que passaram desde então a ser o carro-chefe da revista. Este novo padrão foi inaugurado com uma grande matéria sobre os índios xavantes que marcou época, sendo considerada por muitos como o ponto de partida da redescoberta do índio brasileiro.

A dupla Manzon-Nasser foi apenas uma das aquisições da equipe de *O Cruzeiro* sob a direção de Frederico Chateaubriand, nos anos 1940. Néelson Rodrigues, Franklin de Oliveira, Joel Silveira, Hélio Fernandes e Millôr Fernandes eram alguns dos jornalistas contratados dos Diários Associados que atuavam em *O Cruzeiro* naquele momento de expansão da revista. Millôr seria o responsável — sob o pseudônimo de Vão Gogo — pelo texto da seção humorística Pif-Paf, outro grande sucesso da revista na época. Péricles foi o responsável pelas ilustrações de Pif-Paf, em seus primeiros anos. Ele foi o autor, também, do mais conhecido personagem do desenho de humor brasileiro — o Amigo da Onça — publicado nas páginas de *O Cruzeiro* a partir de outubro de 1943, continuando a ser produzido pela equipe de desenhistas da revista mesmo após a sua morte em 1961.

Na área de cinema, a introdução de entrevistas ilustradas com astros internacionais das telas, acompanhou a vigorosa expansão do cinema norte-americano no Brasil dos anos 1940. A cultura nacional, porém, continuou a marcar presença nas páginas da revista, através dos textos de Raquel de Queirós, Gilberto Freire e José Lins do Rego, por exemplo.

1945-1964

Em 1945, Chateaubriand e sua imprensa apoiaram a redemocratização do país e atacaram Getúlio Vargas. A cobertura da deposição de Vargas, em outubro de 1945, ganhou destaque em *O Cruzeiro*, contando com reportagem de Manzon-Nasser sobre o último dia do presidente no Catete. Na campanha eleitoral, Chateaubriand apoiou o candidato da União Democrática Nacional (UDN), brigadeiro Eduardo Gomes, com anúncios publicados gratuitamente na revista e nos jornais da rede dos Diários. Ainda assim, as referências ao candidato do Partido Social Democrático (PSD), o general Dutra, foram sempre elogiosas. Com a vitória de Dutra, e sua posse, em janeiro de 1946, os órgãos dos Diários passaram a apoiar o novo governo, sob o argumento da conciliação nacional.

A segunda metade da década de 1940 e os anos 1950 foram a época de ouro de *O Cruzeiro*. O sucesso da publicação podia ser medido pela expansão de suas tiragens: dos duzentos mil exemplares, ainda nos anos 1940, a revista atingiu a média de 550 mil exemplares em meados da década de 1950, patamar que seria mantido até o início dos anos 1960. O recorde de setecentos mil exemplares seria atingido na edição que circulou dois dias após o suicídio de Vargas em agosto de 1954.

A expansão do parque gráfico que produzia a revista, com a compra de oito

rotativas em cores e 12 impressoras, em 1946, deu suporte a este crescimento das tiragens. Também o corpo de jornalistas da revista continuou a reunir os melhores nomes da imprensa nacional. Em 1947, Samuel Wainer foi contratado e passou a produzir algumas das mais destacadas reportagens da época. Na área internacional, cobriu a formação do Estado de Israel e no país fez a cobertura da vitoriosa campanha presidencial de Getúlio Vargas, acompanhando o regresso do antigo ditador à cena política, desde o “exílio” em São Borja até a posse no Catete, em janeiro de 1951.

Em seu período áureo, *O Cruzeiro*, manteve a tradição de cobertura da vida literária do país. Além de continuar a reunir diversos literatos de renome entre seus colaboradores, passou a publicar, em 1948, a já então famosa coluna “Os arquivos implacáveis” de João Condé. Condé permaneceu escrevendo para a revista por 19 anos.

Já em 1950, percebendo as dificuldades da candidatura udenista do brigadeiro Eduardo Gomes, Chateaubriand apoiou discretamente a campanha de Getúlio. As entrevistas de Samuel Wainer com Vargas em São Borja, publicadas com apelos sensacionalistas por *O Cruzeiro*, foram fundamentais para que o ex-presidente pudesse lançar-se candidato.

Logo nos primeiros momentos do segundo governo Vargas, entretanto, Chateaubriand voltou à oposição, passando inclusive a atuar no Congresso Nacional, para o qual se elegeu senador, em 1952, pela Paraíba. *O Cruzeiro* fez propaganda aberta da candidatura de seu proprietário. O principal ponto de discórdia público de Chateaubriand com Vargas foram as propostas nacionalistas de setores do governo, em especial as que desaguaram na criação da Petrobras, a partir da campanha “O petróleo é nosso”, atacada pelo dono de *O Cruzeiro* através de todos os seus periódicos. No campo específico do jornalismo, Chateaubriand tinha outro grande motivo para atacar Getúlio: o apoio do presidente ao ex-repórter de *O Cruzeiro*, Samuel Wainer, para que este criasse o jornal *Útima Hora*, denunciado como escandaloso desvio de dinheiro público pela cadeia dos Diários.

Em 1952, as sete páginas da reportagem “Os últimos dias de Eva Perón” foram um exemplo da capacidade de *O Cruzeiro* em competir mesmo com a imprensa internacional na cobertura de grandes eventos. Este investimento jornalístico ampliou-se com a criação de *O Cruzeiro Internacional*, escrito em espanhol, que circulou no Uruguai, Paraguai,

Argentina, Chile, Peru, Venezuela, Bolívia, repúblicas do Caribe e sul dos Estados Unidos. Para viabilizar a revista, organizou-se uma redação específica, dirigida por Wilson Aguiar e Odilo Costa Filho, que contava com repórteres cruzando o Prata e margeando o Pacífico em busca de reportagens, além de jornalistas sul-americanos trabalhando na edição do texto da revista de forma a adaptá-lo às peculiaridades da língua, respeitando as diversidades nacionais. Em 1957, *O Cruzeiro Internacional* alcançou a tiragem de 307 mil exemplares.

Na crise que se seguiu ao atentado contra Carlos Lacerda na rua Toneleros, em 5 de agosto de 1954, *O Cruzeiro* teve papel destacado na cobertura dos acontecimentos.

O suicídio de Getúlio seria documentado em *O Cruzeiro* com um furo de reportagem de Arlindo Silva, que estava no palácio do Catete e documentou em primeira mão o fato. Além da reportagem de Arlindo Silva e das fotos de Vargas em seu leito de morte, a revista que circulou com data de 4 de setembro trazia ainda matérias sobre os protestos da população carioca e a comoção popular durante o enterro.

Nos anos seguintes, a revista seguiu espelhando as oscilações políticas de seu proprietário, que apoiou sem muito alarde a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da República, em 1955. Nas eleições seguintes, o marechal Lott seria o candidato apoiado pelos Diários, que se colocaram contra Jânio Quadros quando este venceu as eleições de 1960. Os jornais da rede e *O Cruzeiro* mantiveram uma posição de apoio à posse de João Goulart, quando do episódio da renúncia de Jânio, em agosto de 1961. O apoio de Chateaubriand ao novo presidente, entretanto, não duraria muito tempo.

Entre 1959 e 1961, a revista entrou numa fase de decadência. A crise financeira sofrida pela cadeia dos Diários Associados começou a refletir-se em *O Cruzeiro*, que passou a economizar na produção, substituindo as grandes reportagens por matérias pagas, cada vez mais frequentes e visíveis. Os primeiros a deixar a revista foram justamente aqueles que estiveram por trás de sua ascensão 15 anos antes. Após desavenças frequentes com os novos administradores das empresas jornalísticas de Chateaubriand, Freddy Chateaubriand deixou a revista para trabalhar em jornais dos Diários e Jean Manzon demitiu-se, passando a trabalhar para *Manchete*, a maior concorrente de *O Cruzeiro*, criada por Adolfo Bloch. Mais de 15 dos principais jornalistas da revista demitiram-se ou foram mandados embora nesta fase. A queda na qualidade da revista refletiu-se na vendagem.

O Cruzeiro enfrentava também problemas de forma. Para Nadja Peregrino, o nó do

problema encontrava-se na “incapacidade de renovação do gênero jornalístico de *O Cruzeiro*, petrificado em formas anteriores que não surtiam efeito na década de 60”, principalmente com o advento da TV.

1964-1981

Durante o governo de João Goulart, *O Cruzeiro* esteve na oposição como os demais órgãos dos Diários Associados. Chateaubriand participou ativamente da conspiração contra Goulart. Através da figura de Davi Nasser, que além de principal redator tornou-se diretor, a revista ocupou-se em atacar principalmente o deputado Leonel Brizola, acusando-o, em artigos semanais, de corrupção. Na ocasião do golpe militar, *O Cruzeiro* demonstrou que estava perdendo o seu fôlego. A edição de 4 de abril de 1964 estampou em sua capa uma foto da artista Brigitte Bardot, além de trazer uma matéria sobre o Comício das Reformas, do presidente já então deposto João Goulart, não mencionando os acontecimentos de 31 de março e 1º de abril. Em 10 de abril de 1964, foi posta nas bancas finalmente a edição extra, com o título “Edição histórica da Revolução”.

A partir de meados dos anos 1960, a decadência de *O Cruzeiro* já era bastante visível. Desde fins do governo de Juscelino Kubitschek, os Diários Associados não tinham acesso a qualquer financiamento vindo dos cofres públicos. Com a concorrência crescendo vertiginosamente, tornou-se cada vez mais escassa a publicidade paga na revista.

Com o falecimento de Chateaubriand, em 4 de abril de 1968, ampliou-se uma crise em torno da direção dos Diários Associados, que teve origem nove anos antes, quando Chateaubriand havia iniciado um processo de partilha do controle acionário das empresas entre 22 de seus auxiliares. Entre os envolvidos no conflito, nos anos 1960, encontravam-se Gilberto Chateaubriand (filho de Assis Chateaubriand) e o presidente dos Diários Associados, João Calmon. A crise aberta com a morte de Chateaubriand abalou ainda mais as estruturas da revista

Quando *O Cruzeiro* deixou de circular em 1975, suas máquinas foram vendidas. Seu valioso arquivo foi entregue ao estado de Minas e, como última liquidação, o próprio título foi entregue, como pagamento de dívidas trabalhistas a um diretor de publicidade. Seu ressurgimento em 1979 nada mais tinha a ver com os Diários Associados, mas com seus novos proprietários, Hélio Bianco e Joaquim José Freire Lagreca. A revista circulou ainda por cerca de um ano, mas sofrendo dificuldades financeiras, passou para as mãos da

Editora Von Baumgarten Indústria e Comércio Ltda., com José de Anchieta Távora na direção. Pouco depois, porém, foi comprada por A. A. Editores Associados Ltda., tendo como diretor presidente Antônio Abissâmara. *O Cruzeiro* desapareceu definitivamente em 1981.

Entretanto, *O Cruzeiro*, em outubro de 1982, voltou a fazer parte das manchetes em bancas de jornais em todo o país. No dia 25 daquele mês, foi encontrado o cadáver de Alexandre von Baumgarten — que havia dedicado seus últimos anos de vida a tentar reerguer a revista. Baumgarten, sua esposa Janete Hansen e o barqueiro Manoel Valente Pires estavam desaparecidos desde o dia 13, quando teriam embarcado na traineira *Mirini* para uma pescaria. A morte de Baumgarten, noticiada primeiramente como resultado de afogamento e mais tarde apresentada como um assassinato a bala, ganhou notoriedade em fevereiro do ano seguinte, quando a revista *Veja* publicou um dossiê escrito pelo jornalista em 1981, após a falência de *O Cruzeiro*, em que relatava seus contatos com o Serviço Nacional de Informações (SNI) desde 1979, quando buscou o apoio do órgão de informação para reerguer a revista. No dossiê, Baumgarten reuniu 21 documentos, em 74 páginas, tentando mostrar que as dificuldades da revista, suas relações com o SNI e as negociações de que participava davam amparo ao temor de ser eliminado pelo órgão ou seus agentes. Citava nominalmente o ministro-chefe do SNI, general Otávio Medeiros, e o chefe da Agência Central do serviço em Brasília, general Newton Cruz, apresentando dúvidas sobre qual dos dois teria decidido a sua eliminação.

A divulgação de outros dossiês, semelhantes entre si, por jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo ampliou as especulações sobre a morte do jornalista, abalando a imagem tanto do SNI, quanto dos seus dirigentes. A polícia, entretanto, ignorou os dossiês na investigação do crime, cujo inquérito não resultou em conclusão sobre quem fora o assassino.

Muza Clara Chaves Velasquez

FONTES: *Cruzeiro* (1928-1981); FAUSTO, B. *História do Brasil*; Larousse Cultural; MORAIS, F. *Chatô; Nosso Século* (1945-1960); PEREGRINO, N. *Cruzeiro*; SILVA, M. *Prazer*; SODRÉ, N. *História da imprensa*.

CUNHA JÚNIOR, Francisco Manuel da

*militar; const. 1891; sen. MA 1891-1895.

Francisco Manuel da Cunha Júnior nasceu em Cururupu (MA), filho de Francisco Manuel da Cunha.

Iniciou sua vida profissional como professor no Maranhão. Com o início da Guerra do Paraguai, atuou ativamente em seu estado natal na arregimentação de voluntários e na organização de tropas. Partiu para o campo de lutas e participou de batalhas como as de Tuiuti e de Campo Grande. Depois da guerra, recebeu o título honorário de tenente-coronel. Também foi, por muitos anos, tabelião na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ingressou na política após a proclamação da República, quando foi eleito senador constituinte pelo Maranhão em setembro de 1890. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e, após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou a exercer o mandato ordinário. Por sua atuação na defesa do governo durante a Revolta da Armada, foi agraciado com o título de general honorário pelo presidente Floriano Peixoto (1891-1894).

Recebeu os títulos de oficial da Ordem da Rosa e cavaleiro da Ordem de Cristo.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 31 de agosto de 1895.

Publicou *Projeto de um banco de emissão sobre o crédito territorial e predial do Império do Brasil, apresentado à Assembleia Legislativa* (1877) e *Guerra do Paraguai. Tuiuti: ataque de 3 de maio de 1867* (1888).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

CUNHA, Alberto de Araújo

*dep. fed. RS 1930.

Alberto de Araújo Cunha teve participação de destaque nos arranjos políticos estabelecidos no Rio Grande do Sul, que tiveram impacto significativo na política nacional. Em 1928, Getúlio Vargas, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), foi eleito e empossado como presidente do Rio Grande do Sul (cargo equivalente ao de governador), após vencer as eleições, nas quais foi o único candidato e teve João Neves da Fontoura como seu vice-presidente. Sua ascensão ao governo gaúcho representou uma maior autonomia do governo estadual frente ao PRR, em oposição ao que ocorria durante os longos anos em que Borges de Medeiros ficou à frente do Executivo gaúcho. Neste contexto, foi criada, em 1929, a Frente Única Gaúcha (FUG), da qual Alberto de Araújo Cunha foi um dos dirigentes locais. A FUG, que consistiu na união de partidos políticos heterogêneos, era formada basicamente pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Libertador (PL), liderado por Assis Brasil. Foi fundada visando às eleições presidenciais nacionais que escolheriam o sucessor do então presidente da República Washington Luís (1926-1930).

A formação da FUG foi marcada por uma perspectiva mais ampla de atuação política nacional. Afinal, a unificação política no Rio Grande do Sul possibilitava ao estado impor-se na política nacional. A criação da FUG foi o primeiro passo para a estruturação da Aliança Liberal, formada em junho de 1929, por forças políticas heterogêneas dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que lançaram os nomes de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, e João Pessoa, então presidente da Paraíba, para presidente e vice-presidente da República, respectivamente. Isto representava o rompimento da política do café com leite, patrocinada pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), influenciados pelas elites agrárias dos respectivos estados, que dominavam as eleições e, assim, faziam prevalecer os interesses das oligarquias paulista e mineira. Essa política consistia no revezamento na presidência da

República de representantes dessas duas agremiações partidárias.

A derrota de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de março de 1930, que consagraram Júlio Prestes, candidato paulista indicado pelo presidente da República Washington Luís, também membro do PRP, e o assassinato de João Pessoa na Paraíba deflagraram a oposição radical da Aliança Liberal ao governo federal.

Nesse mesmo pleito Alberto Cunha foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do PRR. Assumiu, em 3 de maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, mas exerceu seu mandato somente até 23 de outubro de 1930, na décima quarta legislatura republicana, pois, no dia seguinte, um golpe militar liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que ficou conhecido como Revolução de 1930, depôs o presidente da República Washington Luís, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes, levou Getúlio Vargas ao poder, extinguiu todos os órgãos legislativos do país e pôs fim ao período da chamada Primeira República.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FRANCO, S. *Dicionário*; VIZENTINI, P. *Rio Grande do Sul*.

CUNHA, Ascendino Adélio Carneiro da

*dep. fed. PB 1921-1923.

Ascendino Adélio Carneiro da Cunha nasceu no município de Santa Rita (PB) no dia 17 de setembro de 1881, filho de Francisco Pedro Carneiro da Cunha e de Ana Adélia Carneiro da Cunha.

Iniciou seus estudos no Liceu Paraibano e depois ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou em 1905. Depois de formado, foi promotor público nas cidades de Sousa (PB), Mamanguape (PB), Campina Grande (PB) e Itabaiana (PB), e juiz municipal em Serraria (PB). Em 1908 tornou-se professor de história universal no Liceu Paraibano e, em 1912, professor de história da civilização na Escola Normal da Paraíba. Neste mesmo ano foi eleito deputado estadual na Paraíba pelo Partido Republicano da Paraíba. Foi reeleito para diversas legislaturas, foi líder de seu partido na Assembleia Legislativa e fez parte das comissões Orçamento e Justiça.

Por seus estudos e trabalhos como professor e político, participou do I Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no ano de 1914, do Congresso Algodoeiro em 1916, e do Congresso de Pecuária em 1917. Nos anos de 1918 e 1919 viajou para França, onde atuou na Embaixada Brasileira da Paz, instituída no final da Primeira Guerra Mundial. De volta ao Brasil, em 1919, participou do Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Belo Horizonte, no qual assinou os acordos preliminares que estabeleceram as fronteiras do estado da Paraíba com o Ceará e o Rio Grande do Norte.

Em 1921 foi eleito deputado federal pela Paraíba, com mandato até dezembro de 1923. Em 1922, foi comissionado por seu estado para estudar a zona açucareira do estado de São Paulo e foi vice-presidente da comissão promotora da Conferência Internacional Algodoeira.

No campo jornalístico, foi redator do jornal *A União* e colaborou com os periódicos *O Comércio*, *O Norte* e *A Notícia*, todos da Paraíba. Foi também colaborador do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Publicou *Codificação das leis municipais da Paraíba do Norte, Revolução de 1817 na Paraíba do Norte* (1914), *O algodão na Paraíba do Norte* (1916) e *As secas no Nordeste*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; INST. HIST. GEO. PARAIBANO. Disponível em: <<http://www.ihgp.net>>. Acesso em: 8/12/2010; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

CUNHA, CANABARRO

*militar; rev. 1930.

João de Deus Canabarro Cunha nasceu no dia 8 de junho de 1882.

Sentou praça em junho de 1900, ingressando na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Aspirante a oficial em janeiro de 1909, segundo-tenente em agosto de 1911 e primeiro-tenente em fevereiro de 1918, foi promovido a capitão em setembro de 1922.

Como chefe do Serviço de Instrução em Passo Fundo (RS) participou da Revolução de 1930 e em maio do ano seguinte recebeu a patente de major. Combateu nas forças legalistas durante a Revolução Constitucionalista, em São Paulo, que se estendeu de julho a outubro de 1932, exercendo interinamente nesse período o comando da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Promovido ainda em setembro a tenente-coronel, a partir de outubro foi efetivado no comando da brigada gaúcha por decreto do interventor federal no Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha.

Como representante de Flores da Cunha, participou da comissão encarregada de examinar a documentação relativa ao armamento entregue ao governo gaúcho por ocasião da Revolução Constitucionalista. Nomeada pelo governo federal, que procurava reaver as armas, a comissão era integrada ainda pelo general Francisco Ramos de Andrade Neves, ministro do Superior — então Supremo — Tribunal Militar, e pelo general João Cândido de Castro Júnior, diretor do Material Bélico do Exército.

Canabarro Cunha apoiou a resistência do governador Flores da Cunha aos preparativos do golpe de 1937. Essa resistência levou Getúlio Vargas a adotar uma série de medidas destinadas a enfraquecer o Executivo gaúcho, entre elas a nomeação, em outubro de 1937, do general Manuel Daltro Filho, hostil a Flores da Cunha, para o comando da 3ª Região Militar (3ª RM), sediada no Rio Grande do Sul. Reinstaurado o estado de guerra ainda no mesmo mês, os “corpos provisórios”, milícias auxiliares da Brigada Militar gaúcha, foram dissolvidos, e a própria brigada foi subordinada ao comando da 3ª RM. Flores da Cunha renunciou no dia 16 de outubro e refugiou-se no Uruguai, sendo o general Daltro Filho nomeado interventor no estado. No mesmo dia Canabarro Cunha demitiu-se do comando da Brigada Militar. Posteriormente foi preso por infração de medidas disciplinares e submetido a um inquérito policial-militar.

Com a decretação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, foi reformado no dia 16 seguinte com base no artigo 177 da Constituição, por interesse do serviço público e conveniência do regime.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934); SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1934; TIMM, O; GONZALEZ, E. *Álbum*.

CUNHA, Euclides da

* escritor.

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha nasceu na localidade de Santa Rita do Rio Negro, hoje Euclidelândia, município de Cantagalo (RJ), em 20 de janeiro de 1866, filho de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha e de Eudóxia Moreira da Cunha.

De infância tormentosa, perdeu a mãe aos três anos e, como o pai não tivesse condições de criá-los, ele e a irmã Adélia passaram a viver em casa de uma tia materna em Teresópolis, região serrana da então província do Rio de Janeiro. Residiram ali pouco tempo, dado que a tia também viria a falecer logo depois da chegada dos sobrinhos. Em decorrência desse infausto, Euclides e a irmã transferiram-se para casa de outros tios em São Fidélis, município às margens do rio Paraíba do Sul, no noroeste fluminense.

Em 1883, depois de passar por diversos estabelecimentos de ensino, destacando-se o Colégio Caldeira, de São Fidélis, o Colégio Carneiro Ribeiro, quando de rápida passagem por Salvador em companhia do pai, e o Colégio Anglo-Americano, este já no Rio de Janeiro, Euclides finalmente concluiu o curso secundário, vindo em seguida a ingressar nos preparatórios do Externato Aquino. Ainda em 1883, escreveu *Ondas*, primeiros versos de juventude, nos quais havia elogios às principais figuras da primeira fase da Revolução Francesa, o que traduzia uma adesão precoce, quase intuitiva, ao republicanismo.

BREVE CARREIRA MILITAR

No último quarto do século XIX, não eram muitas as opções para quem se dispusesse a ingressar em cursos superiores no Brasil. Por outro lado, cursar uma faculdade pressupunha do candidato não só o domínio dos conhecimentos específicos capazes de habilitá-lo tecnicamente à vaga. Era preciso, ainda, certa disponibilidade de capital, para que o estudante pudesse arcar com os custos, que não eram pequenos, do curso escolhido. A partir da segunda metade do século XIX, as escolas militares tornaram-se excelente opção para quem não dispunha daquele segundo requisito e passaram a atrair jovens, sobretudo dos extratos médios da sociedade, que buscavam profissões que os preparassem

para a disputada corrida pela ascensão social. Assim, em 1886, Euclides da Cunha ingressou na Escola Politécnica do Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro, aprovado que fora para o curso de engenharia. Todavia, sem que chegasse ao fim do primeiro período, viu-se na contingência de deixar a faculdade, por falta de condições financeiras. Diante desse fato, e sem que estivesse disposto a abandonar o ensino superior, ingressou no curso de oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha, que havia sido inaugurada em 1858. Na Escola Militar, Euclides entrou em contato com duas das principais correntes do pensamento político e filosófico do final do século XIX brasileiro: a do movimento republicano e a do positivismo. Aluno de Benjamin Constant, então figura de maior destaque da propaganda republicana e positivista, logo assimilou, de maneira contundente, as doutrinas de uma corrente e de outra. Ao longo de 1888, colaborou sistematicamente com artigos para a revista *Família Acadêmica* e para o jornal *A província de São Paulo*, em uma coluna intitulada *A pátria e a dinastia*. Era já considerado, por colegas e professores, republicano ardoroso.

Em novembro de 1888, durante visita à Praia Vermelha do ministro da Guerra, conselheiro Tomás Coelho, Euclides protagonizou protesto que o faria deixar a academia militar. Na solenidade de encerramento do período letivo, enquanto o ministro passava em revista a tropa, Euclides da Cunha desperfilou-se e atirou o espadim aos pés do conselheiro, num gesto que pretendeu significar sua repulsa ao Império. Tentando minimizar o episódio, os professores atribuíram a atitude do aluno rebelde ao esgotamento nervoso, comum aos cadetes em final de período. Todavia, Euclides recusou a justificativa e assumiu o ato e o que ele representava, sendo, portanto, compelido a deixar a escola.

Depois de uma breve estada em São Paulo, então espécie de epicentro da resistência republicana, onde colaborou em diversos jornais, destacando-se o já mencionado *A Província de São Paulo*, retornou ao Rio de Janeiro e, após a proclamação da República, pôde ser novamente aceito na Escola Militar da Praia Vermelha. Por essa época, tornou-se colaborador no jornal *Gazeta de Notícias*, então um dos periódicos mais lidos nos meios militares.

Segundo-tenente em 1890, ingressou ainda nesse ano na Escola Superior de Guerra; primeiro-tenente no ano seguinte, foi designado adjunto de ensino teórico e obteve, em 1892, o título de bacharel em matemática, ciências físicas e naturais, além de já desempenhar a função de engenheiro junto à Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). A carreira militar ia a passos largos e mostrava-se promissora se não a viesse interromper seu descontentamento com os rumos da política republicana. Euclides da Cunha não concordou com os excessos punitivos dos legalistas, por ocasião do fim da Revolta da Armada desencadeada em 1893 contra o governo Floriano Peixoto (1891-1894). Era a favor da anistia geral para os revoltosos, e a insatisfação o fez publicar na imprensa cartas de repúdio a senadores que defendiam o fuzilamento dos marinheiros insurretos.

Por haver tomado o partido da anistia, Euclides da Cunha foi transferido para o interior de Minas Gerais, onde ficou até 1896. Embora o jacobinismo florianista houvesse perdido sua força com a ascensão de Prudente de Moraes ao poder (1894-1898), nessa ocasião Euclides se desligou do Exército para se dedicar exclusivamente à engenharia. Assumiu então o posto de engenheiro junto à Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, função cujas atividades obrigaram-no a efetuar uma série de viagens por todo o interior paulista e participar da construção e acompanhamento de diversas obras, tais como pontes, estradas, fóruns e edifícios públicos em geral.

OS SERTÕES

Ainda em 1896, no interior da Bahia, ocorreu o assalto frustrado das tropas legalistas estaduais ao arraial de Canudos. Essa e outras derrotas das forças governistas fizeram despertar a atenção geral do país para a estranha figura do místico Antônio Conselheiro e para o fanatismo de seus seguidores. Entrincheirados numa antiga fazenda, “uma Tróia de taipa”, segundo o paradoxismo euclidiano, os religiosos foram acusados de combater a República inaugurada no país em 1889.

No ano seguinte, Euclides da Cunha publicou artigos no jornal *Estado de São Paulo*, nos quais, exaltando as forças legalistas, comparou os “jagunços” de Canudos aos camponeses

da Vendéia francesa, eis que, segundo o escritor, uns e outros lutavam pela restauração da monarquia. Os artigos fizeram eco junto à opinião pública, que, embalada pela propaganda republicana e governista, exigia o aniquilamento de Canudos. Euclides da Cunha foi então convidado por Júlio Mesquita, diretor do jornal paulista, a viajar ao arraial, a fim de ver de perto o conflito. Da sua estada ali, que estendeu de agosto a outubro de 1897, Euclides enviou uma série de escritos sobre os modos de vida dos sertanejos e o desenrolar da guerra, que culminou no massacre de Antônio Conselheiro e seus seguidores por forças federais.

De volta a São Paulo, continuou a exercer as atividades de engenheiro na Superintendência de Obras e se dedicou a trabalhar no material que trouxera da viagem, de modo a relatar sua experiência através dos confins da Bahia. Deixando o ímpeto patriótico e republicano de que fora anteriormente acometido, o resultado desse trabalho veio à luz com a publicação de *Os sertões*, em 1902, pela editora Laemmert. Segundo Viriato Correia, teria ele escrito a obra ao mesmo tempo em que conduzia a reforma de uma ponte em São José do Rio Pardo. O livro, marcado pela formação matemática e positivista do autor, visão do cientista do Sudeste, teve como fio condutor o fenômeno religioso, cuja síntese foi Antônio Conselheiro e seu movimento messiânico derrotado. Monumento de sociologia, história, antropologia, jornalismo e, principalmente, literatura, no curso da narrativa se percebe, por parte do autor, extraordinário domínio da língua portuguesa e de suas possibilidades expressivas – um estilo que Gilberto Freire classificou de “perigoso”, mas que teve, finalmente, a capacidade de “projetar o escritor nas culminâncias da cultura nacional”.

Por outro lado, *Os sertões* deu a conhecer à classe ilustrada das grandes cidades um Brasil apenas imaginado ou vagamente sentido. Através de descrição minuciosa e extraordinária, fez ressurgir questões acerca do papel da miscigenação das raças na formação social brasileira, da relação do homem com o meio físico, do peso do atraso e da religião, além de iluminar o fosso existente entre um desejo de civilização e um país real, que se escondia no recôndito dos sertões.

Em 1903, diante da excepcional acolhida de *Os sertões* nos meios literários, Euclides da

Cunha foi eleito para Academia Brasileira de Letras, na vaga decorrente do falecimento de Valentim Magalhães, polemista do século XIX que se tornou célebre pela fortuna que acumulou durante o Encilhamento. Sua eleição foi considerada surpreendente, visto que Euclides ainda não tinha 40 anos, era autor de uma única obra e vivia no interior do estado de São Paulo dedicando a maior parte de seu tempo a tocar obras de engenharia e a reformar viadutos.

Ainda em 1903, exonerou-se da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo, por não concordar com a redução de seus vencimentos. No ano seguinte, foi nomeado pelo barão do Rio Branco, então ministro dos Negócios Estrangeiros, chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, destinada a demarcar fronteiras de uma vasta zona entre Brasil e Peru. Para o exercício da função, foi necessário que seguisse em direção aos limites da região Norte, a fim de reconhecer a área em litígio e promover a demarcação. Tratava-se de vasta área de floresta amazônica, quase desabitada, mas que, graças ao ciclo da borracha, passou a ser cobiçada pelos dois países. Abriu-se ao escritor, assim, a possibilidade de, novamente, percorrer os extremos do país, ver de perto a Amazônia e, mais uma vez, constatar o homem subjugado pelo meio: “a natureza, soberanamente brutal, ainda na expansão de suas energias, uma perigosa adversária do homem”, como diria na obra póstuma *À margem da história*.

De volta ao Rio de Janeiro em 1906, tencionava reunir em livro, intitulado *Um paraíso perdido*, seus relatórios de viagem e os documentos de sua atuação na delicada questão da demarcação dos limites com o Peru. Pretendia, além disso, descrever a vida miserável dos trabalhadores dos seringais e os mecanismos de exploração que, numa espécie de semiescravidão, os prendiam aos aviadores, intermediários locais que compravam toda a produção de látex.

Ainda em 1906, tomou posse na Academia Brasileira de Letras. Sendo recebido na casa por Sílvio Romero, tornou-se o ocupante da cadeira nº 7. No ano seguinte, permaneceu como adido no gabinete de Rio Branco no Ministério dos Negócios Estrangeiros e publicou a coletânea de artigos *Contrastes e confrontos e Peru versus Bolívia*, estudo sobre a história

das relações conflituosas entre os dois países, no que dizia respeito aos seus limites de fronteira.

Em 1908, prestou concurso para a cátedra de lógica no Ginásio Nacional, nome dado ao Colégio Pedro II depois da proclamação da República, sendo aprovado para começar a lecionar no ano seguinte. Com a nova função, projetou dar fim à vida errante. “A existência revolta, sem assento em lugar nenhum”, era contrária, segundo Viriato da Costa, seu confrade e amigo, ao desejo que o autor nutria desde estudante: “o sonho de pousar, ter uma vida pacata, a sua casa, tudo em ordem, os seus livros arrumadinhos”. Mas não teve tempo suficiente de gozar deste pouso. Faleceu em 1909, assassinado na estação da Piedade, subúrbio carioca, pelo jovem oficial que passara a viver com sua ex-esposa depois que esta o abandonara. As circunstâncias de sua morte não foram elucidadas. Todavia, o oficial foi absolvido em um tribunal militar, o qual aceitou a tese da legítima defesa, sustentada por seus advogados.

De seu casamento com Ana Ribeiro teve quatro filhos.

De sua autoria, foi publicada postumamente a obra *À margem da história* (1909).

Eduardo Junqueira

FONTES: BUENO, Alexei. *Euclides da Cunha e Raul Pompéia*. In: op. Cit; CORREIA, Viriato. *Uma entrevista com Euclides da Cunha*. In. Op. cit.; CUNHA, E. *À margem*; CUNHA, E. *Sertões*; FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides da Cunha*. In: op. cit.; MONTELLO, J. *Origem*; REALE, Miguel. *A face Oculta de Euclides da Cunha*. In: op. cit.. WALNICE, Nogueira Galvão. *Os sertões faz 100 anos: o alcance das idéias de Euclides da Cunha*. In: op. cit...

CUNHA, Eurides

*dep. fed. PR 1924-1928.

Eurides Cunha nasceu em Campo Largo (PR) no dia 26 de junho de 1872, filho de Domingos Cunha, chefe político do município, e de Maria Núncia Portela Cunha.

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1894, além da advocacia dedicou-se à criação de gado bovino, equino e muar. Ingressou na política ao candidatar-se a deputado estadual no Paraná em 1895. Mesmo eleito não tomou posse, em protesto contra a exclusão de outros candidatos de sua chapa pelo sistema de rodízio do Partido Republicano. Continuou atuando como advogado em Curitiba até 1901, quando transferiu suas atividades para o município paranaense de Jaguariaíva. Em 1910 foi novamente eleito deputado estadual e dessa vez tomou posse na Assembléia Legislativa. Em 1912 elegeu-se prefeito de Jaguariaíva, sendo reeleito quatro anos depois.

Em fevereiro de 1920 assumiu a vice-presidência do Paraná, ao lado do presidente estadual Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928). Respondeu interinamente pelo governo entre junho e setembro de 1923. Encerrado o quadriênio, em 1924 candidatou-se a deputado federal e foi eleito com larga votação. Tomou posse em maio do mesmo ano, mantendo-se à frente da bancada paranaense na Câmara dos Deputados. Reeleito em 1927, deixou a Câmara em junho de 1928 ao ser nomeado prefeito de Curitiba pelo então presidente estadual Afonso Camargo. Em 5 de outubro de 1930, com o início da revolução que levaria Getúlio Vargas ao poder, foi deposto, assim como Afonso Camargo.

Faleceu em Curitiba no dia 26 de junho de 1955.

Luciana Pinheiro

Fontes: ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 22/6/2010; CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 77); CASA CIVIL DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em : 2/06/2010; NICOLAS, M.. *Cem* (p. 245-246); PREF. MUN. CURITIBA. Disponível em:

<<http://www.curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso em: 22/6/2010.

CUNHA, FLORES DA

*dep. fed. CE 1912-1914; dep. fed. RS 1918-1920, 1924 e 1927-1928; sen. RS 1928-1930; rev. 1930; interv. RS 1930-1935; gov. RS 1935-1937; const. 1946; dep. fed. RS 1946-1959.

José Antônio Flores da Cunha nasceu na estância São Miguel, município de Santana do Livramento (RS), no dia 5 de março de 1880, filho de Miguel Luís da Cunha e de Evarista Flores da Cunha. Seu bisavô José Antônio Martins era militar e foi agraciado pelo imperador Pedro I com a doação da sesmaria de Boa Vista, da qual fazia parte a estância São Miguel. Seu irmão Francisco Flores da Cunha foi deputado federal (1930) e senador (1935-1937) pelo Rio Grande do Sul.

Fez seus primeiros estudos na cidade em que nasceu, indo em 1895 para São Paulo, onde fez o curso secundário. De volta ao seu estado em 1897, frequentou por um ano a recém-fundada Escola de Engenharia de Porto Alegre. Em 1898 retornou a São Paulo, matriculando-se na Faculdade de Direito. Nessa época residiu numa república de estudantes com dois sobrinhos do senador Leopoldo Bulhões, de quem se tornou amigo. Para sustentar-se, uma vez que seu pai pagava apenas suas despesas de moradia e de alimentação, começou a trabalhar como repórter num jornal de propriedade de Pedro de Toledo e Herculano de Freitas. Nesse período participou dos movimentos políticos da juventude acadêmica paulista ligada ao Partido Republicano Paulista (PRP), de cujo líder, Herculano de Freitas, fez-se amigo. Em 1902, devido a um desentendimento com o diretor da faculdade em que estudava, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, vindo a bacharelar-se em dezembro pela Faculdade de Direito dessa cidade.

Assim que se formou, foi nomeado em 1903 delegado de polícia do Rio de Janeiro, por intercessão de Leopoldo Bulhões, na ocasião ministro da Fazenda do governo Rodrigues Alves (1902-1906). Deixando esse cargo em 1904, retornou ao Rio Grande do Sul e instalou em Santana do Livramento um escritório de advocacia que logo se tornou movimentado e próspero. Advogou por vários anos em seu município e nas comarcas vizinhas, especialmente Bajé, Itaquí, Alegrete e Uruguaiana.

Em 1909, já filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), elegeu-se deputado estadual no Rio Grande do Sul. No exercício do mandato, defendeu na Assembleia Legislativa o aumento de vencimento dos magistrados e abordou problemas estaduais

considerados urgentes, como a viação pública, a necessidade de uma nova legislação rural, a higiene pública, o policiamento rural e a criação de escolas na região da fronteira com o Uruguai, onde os filhos de brasileiros viam-se obrigados a frequentar os estabelecimentos de ensino daquele país. Nomeado em fins de 1910 delegado auxiliar no Rio de Janeiro, interrompeu seu mandato na Assembleia gaúcha para exercer o cargo, sendo considerado mais tarde um dos melhores auxiliares de Belisário Távora, chefe de polícia da capital do país na gestão do prefeito general Bento Ribeiro.

Ao pensar em candidatar-se a deputado federal pelo Rio Grande do Sul para a legislatura de 1912-1914, viu seu nome vetado pelo senador José Gomes Pinheiro Machado, que, como organizador da chapa gaúcha, considerou inviável sua candidatura em virtude de sérias divergências entre a família Flores da Cunha e o coronel João Francisco Pereira de Sousa. Este, além de amigo pessoal do senador, gozava da confiança do presidente do estado, o chefe perrepista Antônio Augusto Borges de Medeiros. Como compensação, Pinheiro Machado interveio no sentido de que seu nome fosse indicado para compor a chapa de deputados federais pelo Ceará. Protestando de início contra essa solução, Flores da Cunha, por disciplina partidária, acabou por acatá-la e foi eleito por aquele estado sem ter ido lá. Iniciou seu mandato em maio de 1912, passando a fazer parte da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados.

Em 1917 retornou ao Rio Grande do Sul para ser intendente (prefeito) provisório de Uruguaiana, cargo para o qual fora nomeado pelo general Salvador Pinheiro Machado, que estava substituindo na presidência do estado Borges de Medeiros, afastado por motivo de doença. Acumulou essa função com a de subchefe de polícia da mesma cidade, além de atuar como advogado no município. Deixou a intendência por ter sido eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, assumindo o mandato em maio de 1918. Contrariando a pretensão de Borges de Medeiros, que preferia sua permanência na Câmara, elegeu-se intendente de Uruguaiana para o período de 1920-1924 e tomou posse do cargo em outubro de 1920. Encontrando a administração do município com enormes dívidas, procurou equilibrar o orçamento público. Adotou rigoroso sistema de arrecadação, sem aumentar os impostos e, para reduzir as despesas, extinguiu cargos administrativos e realizou apenas as obras estritamente necessárias, e em pouco tempo conseguiu restabelecer a normalidade financeira. Na sua gestão, a cidade se beneficiou ainda com a arborização das ruas, as obras

de higiene e conservação realizadas no mercado, no matadouro municipal e no cemitério, além da reforma das estradas municipais e intermunicipais. Nesse período dedicou-se também à pecuária, organizando uma estância no município.

A REVOLUÇÃO DE 1923

Em 1922 tornaram-se intensas as articulações visando às eleições para a presidência do Rio Grande do Sul, que se realizariam em novembro daquele ano. Borges de Medeiros, que presidira o estado de 1898 até 1908, e em 1913 voltara à chefia do governo, na qual se mantinha até então, decidiu em setembro lançar-se em nova candidatura, no que foi apoiado por Flores da Cunha. Diante da perspectiva da perpetuação de Borges de Medeiros no governo, as oposições, constituídas por federalistas, republicanos dissidentes e remanescentes do Partido Republicano Democrático (PRD), resolveram lançar uma candidatura alternativa, e em outubro uniram-se em torno do nome de Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Em 16 de janeiro de 1923, encerrada a apuração do pleito, a Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia Legislativa concluiu pela vitória de Borges de Medeiros. Inconformados com o resultado e convencidos da ocorrência de fraude nas eleições, os oposicionistas rebelaram-se contra o governo estadual. Ao tomar conhecimento da articulação de uma rebelião, Flores da Cunha, ainda como intendente de Uruguaiana, tratou de aumentar o efetivo policial do município e de prevenir os amigos e correligionários da iminência do conflito. Em 25 de janeiro, dia da posse de Borges de Medeiros, uma série de levantes deu início a um movimento armado que, em pouco tempo, se alastraria por todo o estado.

As forças que apoiavam o governo estadual eram basicamente tropas irregulares de civis recrutados, os corpos provisórios, que, em grupos de cinco ou seis, formavam uma brigada. Em 27 de fevereiro Borges de Medeiros nomeou Flores da Cunha coronel e comandante da 2ª Brigada Provisória, designada para atuar na região oeste do estado, subordinada ao comando geral do coronel Claudino Nunes Pereira. À frente da Brigada do Oeste, composta pelo 2º Regimento de Cavalaria Militar e por seis corpos provisórios sob as ordens dos tenentes-coronéis Osvaldo Aranha, Álvaro da Costa e Silva, Miguel Cunha Sobrinho, Oscar Prado de Sousa, Acácio Teixeira de Carvalho e Nepomuceno Saraiva, Flores tornou-se um

dos principais chefes militares das forças governistas.

Quando, no início de abril, as tropas de Honório Lemes — o mais popular dos chefes revolucionários de 1923 — sitiaram por três dias a cidade de Uruguaiana, Flores da Cunha, no comando dos Fronteiros da República, corpo provisório de voluntários e de praças da polícia municipal, rechaçou-as, obrigando os sitiantes a retornar à cidade de Alegrete, onde estava concentrado o grosso do exército de Honório Lemes. Indo em sua perseguição, juntamente com as forças do coronel Claudino Nunes Pereira, Flores desalojou Honório Lemes daquela cidade. Em fins do mesmo mês, dirigiu seu destacamento em ligeiros combates às tropas revoltosas no Passo da Cruz, no Passo de Guedes e em Cerro das Palomas. Em 15 de maio seguinte, em Dom Pedrito, desfechou ataque intensivo contra elas, infligindo-lhes pesadas baixas. A partir de então a luta no oeste converteu-se numa perseguição constante de Flores da Cunha a Honório Lemes, que procurava evitar os confrontos.

No dia 18 de junho ocorreu o mais violento combate da Revolução de 1923. Honório Lemes ocupou pela segunda vez a cidade de Alegrete, sendo expulso dali pelas tropas legalistas comandadas por Flores da Cunha. Na luta travada na ponte sobre o rio Ibirapuitã, Flores saiu ferido, e seu irmão Guilherme Flores da Cunha foi morto. Os embates entre as tropas do governo e as dos revoltosos sucederam-se. Em Vista Alegre, município de Santana do Livramento, os rebeldes sofreram outra derrota. Em fins de setembro, Honório Lemes empreendeu uma incursão pela zona missioneira, cruzando o rio Ibicuí, no passo do Catarina; atravessou os municípios de Santiago e de São Luís Gonzaga, sempre pressionado pela Brigada do Oeste. Depois de forçar Honório Lemes a deixar a região missioneira, as forças legalistas alcançaram os revoltosos em Olho d'Água, município de São Gabriel, onde se travou em 27 de outubro outro violento combate. Pouco depois, no passo da Armada, houve nova luta, com grandes perdas para ambos os lados.

Em inícios de novembro, com a abertura de negociações entre legalistas e rebeldes através da mediação do general Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra de Artur Bernardes, cessaram as hostilidades. Embora Borges de Medeiros tivesse apoiado seu adversário Nilo Peçanha nas eleições de 1922, Bernardes absteve-se de favorecer os rebeldes e procurou a pacificação do estado. Em 14 de dezembro de 1923 a assinatura do Pacto de Pedras Altas pôs fim ao conflito. Esse acordo garantia a permanência de Borges de

Medeiros no governo até o final do mandato, mas vedava sua reeleição.

Em maio de 1924, Flores da Cunha elegeu-se mais uma vez deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Nesse pleito, realizado sob fiscalização federal, a Aliança Libertadora (AL), agremiação política de oposição criada em janeiro do mesmo ano sob a liderança de Assis Brasil, conseguiu eleger sete deputados federais. O Pacto de Pedras Altas não chegou a promover a pacificação do estado, visto que os filiados da Aliança Libertadora continuaram a reclamar de perseguições pelo governo de Borges de Medeiros. A insatisfação dos oposicionistas gaúchos confluiria com as rebeliões tenentistas que vinham eclodindo no país desde 1922. A década de 1920 foi marcada por muitas dessas rebeliões desencadeadas por setores militares, principalmente por jovens oficiais chamados genericamente de “tenentes”, que criticavam o desvirtuamento do modelo político republicano pelas oligarquias dominantes.

Em outubro de 1924, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes, as guarnições federais das cidades de Santo Ângelo, São Luís Gonzaga, São Borja, Uruguaiana e Alegrete sublevaram-se. Essas unidades iniciaram então uma guerra de movimento, no noroeste do Rio Grande do Sul, solidarizando-se com a revolta tenentista deflagrada em São Paulo em julho anterior sob a chefia do general Isidoro Dias Lopes, com o objetivo declarado de depor o presidente Artur Bernardes.

Considerando a ocasião propícia para uma rebelião contra o governo de Borges de Medeiros, vários grupos de libertadores, liderados por Honório Lemes, aderiram aos oficiais revoltosos. Organizando de imediato a repressão ao movimento, o presidente gaúcho determinou a mobilização da Brigada Militar e de todos os corpos provisórios que atuaram em 1923. Convocado por Borges de Medeiros a integrar as forças legalistas, Flores da Cunha interrompeu seu mandato na Câmara e retornou ao Rio Grande do Sul. Colocando-se sob o comando do coronel Claudino Nunes Pereira, dirigiu-se a Capivari para assumir a chefia de um destacamento de vanguarda, formado por um esquadrão do 2º Corpo Provisório e um pelotão do 1º Regimento de Cavalaria. Em dezembro de 1924, no combate de Guaçuboi, município de Alegrete, as tropas de Flores da Cunha e de Claudino Nunes Pereira destroçaram a coluna revolucionária de Honório Lemes, que se refugiou na serra do Caverá.

O ano de 1924 findou com a vitória do governo, o que, no entanto, não significou o fim do

movimento revolucionário. A coluna comandada por Prestes marchou rumo ao oeste do Paraná para se juntar às forças paulistas sublevadas, que havia seis meses resistiam às tropas legalistas. Em abril de 1925 os contingentes rebeldes gaúcho e paulista se reuniram, dando origem à Coluna Miguel Costa-Prestes, que, nos dois anos seguintes, percorreria grandes extensões do território brasileiro.

Em fins de setembro de 1925 estalou no Rio Grande do Sul uma terceira revolta, sob as ordens de Honório Lemes, que até então se achava foragido. Invadindo o estado pelos municípios de Santana do Livramento e Dom Pedrito, os rebeldes visavam derrubar Borges de Medeiros, além de hostilizar Artur Bernardes, considerado por eles traidor por ter conservado o líder republicano gaúcho no governo por ocasião da Revolução de 1923. O movimento foi debelado em pouco tempo pelas forças do governo, constituídas por civis de Rosário e Alegrete, por algumas tropas federais, pelo 4º Batalhão de Caçadores da Brigada Militar e pelo corpo provisório de Itaqui, sob o comando de Flores da Cunha. Em fins de outubro, em Passo da Conceição, Flores conseguiu prender Honório Lemes e seu estado-maior. Transportados de trem para Porto Alegre, ali desembarcaram em 11 de novembro, sendo conduzidos para o quartel-general do 3º Batalhão da Brigada Militar. Prestigiado por sua atuação à frente das tropas legalistas, Flores da Cunha foi nomeado, ainda em 1925, general de brigada por decreto do presidente Artur Bernardes.

Em 15 de novembro do ano seguinte, eclodiu no estado um novo movimento armado, conhecido como Coluna Relâmpago, que objetivava impedir a posse de Washington Luís na presidência da República. Concentrada basicamente numa unidade do Exército em Santa Maria, a revolta tinha como cabeças os tenentes Néelson e Alcides Etchegoyen. Não conseguindo controlar a cidade, os revoltosos acabaram por abandoná-la. Ampliando suas forças, receberam a adesão de vários chefes libertadores, que empreenderam diversos ataques em direção à zona da fronteira. Chefiando a vanguarda legalista, Osvaldo Aranha combateu os rebeldes no município de Caçapava do Sul. Batidos, estes se exilaram no Uruguai e na Argentina, restando apenas o contingente sob o comando de Júlio Barrios, que procedia do Paraguai. Flores da Cunha dirigiu a perseguição a Júlio Barrios nos municípios de Rosário e Livramento, forçando os revoltosos a se internarem no Uruguai.

Em 1927 Flores tornou a eleger-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul, assumindo seu novo mandato em maio. Em novembro do mesmo ano, Getúlio Vargas, ministro da

Fazenda do governo de Washington Luís, foi eleito presidente do Rio Grande do Sul, tendo sido a sua candidatura articulada pelo próprio Washington Luís e por Flores da Cunha e Osvaldo Aranha. A posse de Vargas tornou possível uma aproximação entre os republicanos e a oposição, que no mês de março de 1928 se organizou no Partido Libertador (PL). Segundo Héglio Trindade, a ascensão de Vargas significou o surgimento de uma segunda geração de republicanos, mais liberais e abertos ao debate político. Além de Vargas, integravam o grupo dos republicanos liberais Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Joaquim Maurício Cardoso e Firmino Paim Filho, que se contrapunham à velha guarda ligada a Borges de Medeiros.

Em 1928 Flores da Cunha elegeu-se senador por seu estado, deixando então a Câmara dos Deputados. Apoiado pelos republicanos que, nesse período, desenvolveram uma campanha em favor dos revolucionários de 1922, 1924 e 1926, empenhou-se em preparar um projeto de anistia que abrangesse, além dos militares revolucionários, os condenados por delitos políticos em virtude da Lei de Imprensa e da repressão ao comunismo. O projeto não chegou a ser votado no Congresso, pois sua discussão foi rejeitada.

A ALIANÇA LIBERAL E A FORMAÇÃO DA FRENTE ÚNICA GAÚCHA (FUG)

No encaminhamento da escolha dos candidatos à presidência da República para o quadriênio 1930-1934, ocorreu uma cisão entre Minas Gerais e São Paulo. Rompendo a política de alternância mineiro-paulista (conhecida como “café-com-leite”), segundo a qual o próximo presidente deveria ser mineiro, Washington Luís inclinou-se, já em 1928, pela indicação da candidatura à sua sucessão de Júlio Prestes, presidente de São Paulo. Visando a lançar um candidato de oposição, Minas aproximou-se do Rio Grande do Sul. Inicialmente Flores da Cunha mostrou-se contrário a um acordo com os mineiros, declarando à imprensa, em dezembro de 1928, que preferia apoiar o candidato paulista a ter que se aliar a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais.

As negociações entre os dois estados concretizaram-se afinal num acordo assinado em 17 de junho de 1929 por Francisco Campos e José Bonifácio de Andrada e Silva, como representantes do Partido Republicano Mineiro (PRM), e João Neves da Fontoura, então líder da bancada republicana gaúcha na Câmara dos Deputados. Pelo acordo, conhecido como Pacto do Hotel Glória, ficaram estabelecidos o veto de Minas ao nome de Júlio

Prestes e o lançamento de um gaúcho — Borges de Medeiros ou Getúlio Vargas — para encabeçar a chapa oposicionista. Convencido àquela altura da importância do acordo com Minas, Flores da Cunha foi portador de uma carta de Vargas dirigida a Washington Luís, em que o governante gaúcho submetia ao presidente da República seu nome como candidato à sucessão. Em 17 de julho, Flores entregou essa carta a Washington Luís, que lhe declarou que iria consultar as forças políticas do país antes de dar sua resposta. Temendo as consequências de um rompimento com o governo federal, Vargas procurou, durante o mês de julho, chegar a um entendimento com Washington Luís em relação à sua candidatura. As conversações foram encaminhadas, sem êxito, por Osvaldo Aranha. Fracassadas as tentativas, a comissão executiva do PRM lançou em 30 de julho as candidaturas de Vargas e João Pessoa, presidente da Paraíba, respectivamente à presidência e vice-presidência da República. Em 1º de agosto seguinte foi criada a Frente Única Gaúcha (FUG), integrada pelo PRR e o PL, com o objetivo de reforçar a campanha de Vargas.

Convocada por João Neves da Fontoura e secretariada por Flores da Cunha, realizou-se em 2 de agosto, no Rio de Janeiro, a primeira reunião de parlamentares da oposição. Nessa ocasião foram eleitos os novos líderes da oposição na Câmara e no Senado e foi oficializada a designação de Aliança Liberal para o movimento. Em sessão da Câmara dos Deputados realizada no dia 5, com a participação de Flores da Cunha, deu-se o rompimento oficial do movimento oposicionista com o governo federal. Essa sessão tornou-se o marco inicial da campanha da Aliança Liberal, cujo programa propunha a concessão de anistia ampla a todos os presos políticos processados e perseguidos desde a revolta de 1922 e uma série de reformas políticas, destacando-se a que instituía o voto secreto.

Viajando ao Rio Grande do Sul em outubro, Flores da Cunha e João Neves tiveram um encontro com Vargas, no qual este propôs a retirada da chapa oposicionista, se os candidatos da chapa oficial se comprometessem publicamente a cumprir os programas liberais de reforma eleitoral e de anistia. Os dois e mais Osvaldo Aranha, também presente à reunião, manifestaram-se contrários à proposta. Durante o mês de novembro, Vargas prosseguiu nos esforços de reconciliação com o presidente da República. No dia 29 reuniu-se com Flores da Cunha, Borges de Medeiros, Osvaldo Aranha e João Neves; nesse encontro prevaleceu a idéia de se fazer uma sondagem junto aos “aliados” (Minas Gerais e

Paraíba) para verificar em que termos a paz poderia ser negociada. Para Vargas, a manutenção da candidatura liberal não se justificaria se Júlio Prestes aceitasse o programa da Aliança Liberal. A proposta foi recusada por Minas, que pressionou o Rio Grande a uma decisão. O presidente gaúcho, no entanto, manteve uma posição dúbia, ora aproximando-se dos grupos aliancistas radicais, ora de Washington Luís, junto ao qual se fazia representar por Paim Filho.

Ao mesmo tempo, os setores radicais da Aliança Liberal faziam contatos com os “tenentes” para sondá-los sobre a possibilidade de deflagrar um movimento armado contra o governo federal, na hipótese de haver fraude no pleito de março de 1930.

Nessa época, encontravam-se clandestinamente no Rio de Janeiro os oficiais revolucionários de 1922 e 1924 Antônio de Siqueira Campos, Newton Estillac Leal, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora e outros que já haviam cumprido pena, como Eduardo Gomes e Osvaldo Cordeiro de Farias. Flores da Cunha e João Neves mantinham-se em contato com esses oficiais, discutindo com eles a possibilidade da organização de um levante. Osvaldo Aranha liderava os contatos com os “tenentes” exilados, procurando obter a adesão de Luís Carlos Prestes ao movimento aliancista. No mês de novembro, Osvaldo Aranha preparou a ida de Prestes a Porto Alegre, ocasião em que foi oferecida ao líder tenentista a chefia militar do movimento. Prestes, no entanto, não aceitou o convite, e em maio do ano seguinte viria a romper definitivamente com o movimento aliancista. Não havia ainda, no final de 1929, uma articulação revolucionária, mas somente uma conspiração que se desenvolvia paralelamente à propaganda eleitoral.

O início de 1930 foi marcado pelo crescimento do apoio popular à Aliança Liberal. No dia 1º de janeiro, Getúlio Vargas, ao lado de João Pessoa, leu sua plataforma de candidato numa grande concentração popular no Rio de Janeiro.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Com a vitória de Júlio Prestes nas eleições de 1º de março de 1930, aceleraram-se as articulações para um movimento armado. No entanto, os aliancistas, em especial os republicanos gaúchos, divergiam sobre essa questão. A ala radical, liderada por Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e João Neves, batia-se pela organização do levante, ao passo que outros aliancistas, entre os quais Borges de Medeiros, defendiam uma posição legalista,

dando por encerrada a tarefa da Aliança Liberal. Em entrevista à imprensa no dia 19 de março, Borges de Medeiros declarou que aceitava a vitória de Júlio Prestes e que o Rio Grande do Sul devia cooperar com o futuro presidente. Tais declarações provocaram a indignação dos partidários da sedição armada, que passaram a protestar contra os resultados das eleições, tachando-os de fraudulentos.

No Rio de Janeiro, João Batista Luzardo, dirigente do PL e deputado federal, entrava em contato com o político mineiro Virgílio de Melo Franco e lhe garantia a disposição das forças políticas gaúchas de adotar o caminho das armas, caso fossem acompanhadas por Minas e pela Paraíba. Em encontro com Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais, Luzardo foi por este autorizado a declarar aos chefes políticos gaúchos que Minas aceitaria a solução armada, se o Rio Grande do Sul a adotasse. Nos dias 25 e 26 de março, Luzardo reuniu-se em Porto Alegre com Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, João Neves, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor, todos envolvidos na conspiração, e com Getúlio Vargas. Dias depois, encontrando-se com Virgílio, no Rio de Janeiro, fez um balanço da posição dos republicanos gaúchos em relação ao movimento armado; enquanto Borges de Medeiros opunha-se a essa solução, o grupo radical, agora apoiado por Getúlio, estava em plena atividade conspirativa.

Em abril, Francisco Campos, secretário da Justiça do governo mineiro, visitou Porto Alegre, definindo com Vargas e Aranha a participação de seu estado no movimento revolucionário. Comprometiam-se os mineiros a iniciar a revolução simultaneamente com o Rio Grande do Sul e a Paraíba, no momento determinado. Em maio era cada vez mais evidente a cisão dentro do PRR. A ala radical contrapunha-se aos setores ligados a Borges de Medeiros, que consideravam a solução armada incompatível com o partido. Ainda nesse mês, Osvaldo Aranha estabeleceu a data de 16 de julho para desencadear o movimento.

Flores da Cunha e João Neves, acompanhados por Virgílio de Melo Franco, viajaram para Juiz de Fora (MG) no início de junho a fim de se encontrar com o presidente Antônio Carlos e encaminhar os preparativos revolucionários. Nessa oportunidade, o presidente mineiro recuou de sua posição, alegando que as condições eram desfavoráveis ao desencadeamento da revolução, e propôs uma sólida aliança entre os três estados com vistas a uma campanha política. Flores retrucou então que o Rio Grande do Sul agiria com Minas ou sem ela. No dia 17, em radiograma cifrado, Antônio Carlos reiterou sua posição a

Osvaldo Aranha. Diante do recuo do presidente mineiro, Vargas também recuou. O efeito desses acontecimentos foi uma crise nos planos revolucionários. Em protesto contra o retrocesso de Vargas, Osvaldo Aranha exonerou-se, no dia 27 de junho, do cargo de secretário do Interior do governo do Rio Grande do Sul. Vargas aceitou o pedido de demissão de Aranha e nomeou João Simplício Alves de Carvalho para substituí-lo. Fracassara a primeira tentativa de desencadear a revolução.

Contudo, o assassinato de João Pessoa em Recife no dia 26 de julho provocou a indignação dos aliancistas, que consideraram o crime um ato político. A divulgação do acontecimento em Porto Alegre deu origem a uma grande manifestação popular na praça da Alfândega, na qual Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e João Neves proferiram violentos discursos de ataque ao governo federal, defendendo abertamente a revolução. No dia seguinte, com a viagem de Virgílio de Melo Franco a Porto Alegre, reataram-se as negociações entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais visando à preparação do levante. Foi marcada nova data — 25 de agosto — para a eclosão do movimento, que, no entanto, viria a ser mais uma vez adiado.

Em fins de agosto, Borges de Medeiros novamente declarou-se contrário à insurreição, vetando terminantemente o seu desencadeamento. Diante disso, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, João Neves, Lindolfo Collor, Virgílio de Melo Franco e João Alberto se reuniram e decidiram ser irrevogável a marcha para a revolução, mesmo que isso significasse o fim da unidade política gaúcha. Depois da reunião, Osvaldo Aranha entrou em entendimentos com Borges de Medeiros, obtendo a aquiescência do líder republicano ao movimento armado. No final de setembro foram ultimados os preparativos, sendo fixada a data de 3 de outubro seguinte para o início do levante. O tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro foi confirmado na chefia do estado-maior revolucionário do Sul, integrado, entre outros, por Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e João Neves.

No dia 3, às 17:30h, iniciou-se o levante na capital gaúcha. Flores da Cunha — acompanhado de seus filhos Antônio, José Bonifácio e Luís —, Osvaldo Aranha e o capitão Agenor Barcelos Feio, no comando de um contingente da Guarda Civil, atacaram o quartel-general da 3ª Região Militar (3ª RM), dominado em cerca de 20 minutos com a rendição do general Gil de Almeida, seu comandante. Em seguida, sob as ordens do major Elpídio Martins, começou o ataque ao arsenal de guerra, situado a poucos metros do quartel-

general. O morro do Menino de Deus, ponto de maior concentração de forças legalistas, foi assaltado pela Brigada Militar e pela Guarda Civil, comandadas por João Alberto e pelo comandante da Brigada, coronel Claudino Nunes Pereira. Ao fim do dia 3 de outubro, todas as guarnições militares de Porto Alegre estavam sob o controle das forças revolucionárias. A revolução alcançou a vitória em todo o estado em 48 horas, quase sem encontrar resistência. Já no dia 5 começou a marcha das forças revolucionárias em direção ao Rio de Janeiro, com a invasão de Santa Catarina pelo destacamento do tenente Alcides Etchegoyen. Flores da Cunha, no comando de uma unidade composta pelo 8º Regimento de Cavalaria do Exército, pelo 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar e por voluntários civis de Porto Alegre e Rio Pardo, marchou para Itararé (SP), a fim de juntar-se às tropas revolucionárias ali concentradas sob o comando de Miguel Costa, nomeado general das forças rebeldes. No dia 11 de outubro, Vargas transmitiu o governo do Rio Grande do Sul a Osvaldo Aranha para assumir pessoalmente o comando das tropas que marchavam para o Rio de Janeiro. Com a chegada de Getúlio a Ponta Grossa (PR), ali foi instalado o quartel-general da revolução.

O movimento revolucionário, deflagrado simultaneamente no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, evoluía de forma claramente favorável aos rebeldes, que já controlavam a maioria dos estados do país. Nessa conjuntura, oficiais de alta patente em serviço no Distrito Federal passaram a articular a destituição de Washington Luís, efetivada finalmente no dia 24 de outubro. Com a queda do presidente da República, a junta governativa provisória, constituída pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha, ordenou a cessação da beligerância. Em consequência, não ocorreu o ataque às tropas legalistas que, sob o comando do coronel Arnaldo de Sousa Pais de Andrade, ocupavam Itararé. Na tarde do dia 25, em Sengés (PR), foi assinada a capitulação das forças governistas, na presença de Miguel Costa, Flores da Cunha, João Neves, Batista Luzardo e do coronel Pais de Andrade, entre outros.

No dia 28 de outubro Getúlio Vargas chegou a São Paulo e de lá rumou para o Rio de Janeiro. Flores da Cunha integrou a comitiva que acompanhava o chefe revolucionário à capital do país. Em 3 de novembro, Vargas foi empossado na chefia do governo provisório, depois de vencidas as resistências da junta militar em entregar o governo do país ao líder revolucionário.

No dia 11 de novembro foi baixado o Decreto-Lei nº 19.398, que determinou a dissolução do Congresso Nacional e das câmaras estaduais e municipais e institucionalizou os poderes discricionários do chefe do governo provisório. Estabeleceu também esse ato a substituição dos governadores dos estados por interventores nomeados, que passariam a responder perante o presidente da República pelos governos estaduais.

NA CHEFIA DO GOVERNO GAÚCHO: ASPECTOS ECONÔMICOS E ADMINISTRATIVOS

Nomeado por Getúlio Vargas interventor no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha assumiu o cargo em 28 de novembro de 1930. Ao iniciar sua gestão, encontrou a economia do estado em séria crise. Aos problemas que essa economia vinha enfrentando desde o início da década de 1920, somavam-se os efeitos da crise mundial de 1929 sobre a economia nacional. O Tesouro estadual se exaurira com as despesas da revolução e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul estava em péssima situação. A crise financeira e bancária que se vinha agravando desde 1929 atingiu seu ponto crítico em janeiro de 1931 com a falência do Banco Pelotense. Flores da Cunha e seu secretário de Fazenda, Francisco Antunes Maciel Júnior, recorreram a Getúlio Vargas e ao ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, a fim de obter ajuda federal que evitasse a liquidação do banco. Diante da recusa do Banco do Brasil em liberar os recursos requeridos, o Banco Pelotense abriu falência e foi encampado pelo governo estadual, que, assumindo seu ativo e seu passivo, assenhoreou-se de enorme patrimônio em imóveis e contas a receber, ao mesmo tempo que passou a pagar os credores com a emissão de apólices de vencimento a longo prazo.

Em março de 1931, Flores da Cunha veio ao Rio de Janeiro e obteve governo um empréstimo de quatro mil contos de réis para pagamento à Companhia Minas de São Jerônimo, destinado à exploração de ouro em Lavras do Sul (RS); a quantia de 50 mil contos de réis para socorro à pecuária através do Banco do Brasil e do Banco do Rio Grande do Sul, e a encampação da Brazil Great Southern, com crédito de mil contos de réis para a melhoria do seu equipamento. Reunindo seu secretariado, Flores da Cunha decidiu, ainda em março, emitir bônus do Tesouro do estado, com pagamento de juros de 6% ao ano, medida que, segundo Regina Portela Schneider, teve grande êxito. Em agosto foi criada a Bolsa de Fundos Públicos de Porto Alegre (atual Bolsa de Valores do estado) que,

instalada no mês de outubro de 1931, só passaria a operar regularmente a partir de março de 1934. Em novembro de 1932, dois anos após ter assumido o governo gaúcho, Flores da Cunha conseguiu restaurar as finanças públicas.

Quanto à pecuária, setor primordial da economia gaúcha, foram tomadas diversas medidas. Em julho de 1934 foi criado o Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, que só seria instalado em maio de 1937. Foi instituído também o pagamento de uma taxa de cooperação para os criadores, cuja arrecadação tornou possível a construção do Entrepasto Frigorífico e do Matadouro Modelo, ambos em Porto Alegre. Esses empreendimentos, concluídos em 1936, tornariam mais eficiente a comercialização de carnes do estado. Em junho de 1935, foi criada a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, sendo seu primeiro titular Raul Pilla.

Durante a administração de Flores da Cunha, foram criados ainda o Instituto do Vinho, o Instituto do Mate, o Instituto do Pinho e o Instituto do Arroz, e foi incrementada a produção de frutas para exportação, com a construção pelo governo de *packing houses* com aparelhamento para a seleção de frutas e sua conveniente embalagem. Visando a resolver o problema do transporte dos produtos exportáveis do estado para os portos do Norte do país, Flores da Cunha determinou a aquisição de uma frota de navios modernos. Em dezembro de 1936 o governo estadual firmou contrato com o consórcio Stork, sediado na Holanda, para a construção de cinco navios que deveriam entrar em operação no prazo de um ano. Assim foi constituída a Frota Rio-Grandense, que posteriormente acabaria sendo vendida ao Lóide Brasileiro. Para tratar da navegação fluvial foi criado um órgão subordinado à Secretaria de Obras Públicas, que coordenou a execução de grandes obras hidráulicas no rio Guaíba, a abertura de extensa linha de canais de acesso ao porto da capital, obras de dragagem de vários rios e da barra do São Gonçalo para atender às necessidades de acesso ao porto de Pelotas, e a construção da barragem Rio Branco, no rio Caí, para dar escoamento à produção da zona de colonização italiana.

No setor de ferrovias destacou-se a construção da variante Barreto-Gravataí, por onde passou a transitar toda a carga procedente da serra e da fronteira com destino a Porto Alegre. Foram construídos ainda o ramal Zeferino Ribeiro-Quaraí e a estrada Gimá-Santa Rosa, para o escoamento da produção agrícola de uma grande zona do noroeste do estado, formada pelas colônias de Guarani, Santa Rosa e Palmeira. Além disso, foram tomadas

outras providências no sentido de melhorar as condições técnicas e econômicas do tráfego ferroviário do estado. Foram construídas várias novas estradas de rodagem, ligando entre si mais de 30 municípios, e concluídas as primeiras pistas de concreto armado e macadame do estado, como, por exemplo, a de Porto Alegre-São Leopoldo.

No campo da educação — um dos que mais se desenvolveram na gestão de Flores da Cunha — foram estimulados os ensinos primário e secundário mediante a criação de grande número de novos grupos escolares e a contratação de professores. O nível de preparação técnica dos professores melhorou também graças à concessão de auxílio aos que desejassem fazer cursos de aperfeiçoamento. As atividades de educação física, trabalhos manuais, desenho e música se desenvolveram com a contratação de professores especializados. Em 1934 foi concluída a construção do edifício da Escola Normal de Porto Alegre. Em novembro desse ano foi criada a Universidade de Porto Alegre, que abrangia as Faculdades de Medicina e de Direito, as Escolas de Engenharia e Agronomia e o Instituto de Belas-Artes. Para o cargo de reitor na Universidade foi nomeado o desembargador André da Rocha. Em março de 1935 surgiu, na Universidade, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Em junho desse ano foi instituída a Secretaria da Educação e Saúde Pública, tendo como primeiro titular Otelo Rosa. Em 25 de novembro seguinte foi criado o Conselho Estadual de Educação.

Outra medida de Flores da Cunha foi a criação em setembro de 1933 do Departamento de Administração Municipal, órgão com a função de centralizar o controle do governo sobre as atividades municipais. Com o estabelecimento do Tribunal de Contas do Estado, em junho de 1935, tornou-se mais eficaz o controle do governo sobre as operações financeiras estaduais e municipais.

AS LIDERANÇAS POLÍTICAS GAÚCHAS E O GOVERNO PROVISÓRIO

Logo após a vitória da Revolução de 1930, as lideranças gaúchas viram-se diante da questão da formação das legiões revolucionárias, que os “tenentes” organizavam rapidamente em São Paulo e Minas. O projeto de formação de uma legião gaúcha foi recebido com grande resistência pelas lideranças políticas do Rio Grande do Sul, que já vinham criticando a legião paulista por sua orientação antiliberalizante e contrária aos partidos tradicionais. Enquanto Borges de Medeiros e Raul Pilla, líder do PL, se

manifestavam abertamente contrários à legião, Flores da Cunha declarou, em janeiro de 1931, que apoiaria esse tipo de organização desde que se constituísse numa “milícia cívica destinada a defender, fiscalizar e executar os princípios da Revolução”, ressaltando que se colocaria contra ela se tivesse como objetivo a extinção dos partidos políticos. Por essa razão a constituição de uma legião gaúcha acabou fracassando, apesar de Osvaldo Aranha — que se tornara ministro da Justiça do governo provisório — ser um defensor entusiasmado da ideia.

Desde o começo de 1931 eram objeto de discussão no Rio Grande do Sul o término do regime de exceção instaurado no país e o retorno à ordem constitucional. Em 1º de março, Flores da Cunha declarou que a ditadura não deveria se prolongar por mais de um ano e meio. Com relação às modificações de caráter constitucional do regime e de seus órgãos essenciais, afirmou ainda: “Entendo que somente os delegados do povo na Constituinte têm o direito de empreendê-las. A revolução foi feita para dar ao povo o direito de governar-se pelos seus legítimos representantes.” Os líderes do PRR e do PL defendiam, da mesma forma, a reconstitucionalização do país mediante a convocação de uma assembleia constituinte. Em inícios de novembro, as lideranças gaúchas reuniram-se em Cachoeira (RS), atual Cachoeira do Sul, para discutir as relações da FUG com o governo provisório. No dia 19 desse mês, Flores escreveu a Vargas, transmitindo-lhe as principais proposições resultantes daquela reunião: a promulgação da lei eleitoral até 31 de dezembro daquele ano, a instalação da Assembleia Constituinte em 1º de janeiro de 1933, a nomeação imediata de uma comissão para redigir um projeto de Constituição a ser enviado à Constituinte e a substituição gradativa dos interventores. A partir desse momento acentuou-se, de um lado, uma crítica mais direta de Borges de Medeiros, Raul Pilla e João Neves ao Governo Provisório e, de outro, definiu-se o posicionamento de Flores da Cunha como intermediário entre esses líderes e Vargas. Flores mantinha então intensa correspondência não só com Getúlio, mas principalmente com Osvaldo Aranha, com o objetivo de chamar-lhes a atenção para o perigo que significaria a perda do apoio da FUG.

Paralelamente, a situação política em São Paulo se radicalizava. A nomeação em novembro do coronel Manuel Rabelo, comandante interino da 2ª RM, para a interventoria paulista provocou o recrudescimento da campanha oposicionista, que reivindicava um interventor civil e paulista. Em 13 de janeiro de 1932 o Partido Democrático (PD) de São Paulo lançou

um manifesto de rompimento com o governo provisório. Um mês depois foi criada a Frente Única Paulista (FUP), que reunia o PD e o PRP na luta pela imediata reconstitucionalização do país e pela restituição da autonomia política ao estado. O movimento paulista de oposição foi oficialmente apoiado pelo PL e pelo PRR. Procurando manter uma posição conciliatória, Flores viajou para o Rio de Janeiro em fins de janeiro, para encontrar-se com Vargas e comunicar-lhe as exigências dos líderes da FUG: a solução do caso de São Paulo através da nomeação de um interventor civil e paulista e a imediata publicação da lei eleitoral.

Apesar da promulgação no dia 24 de fevereiro do novo Código Eleitoral, precipitou-se a crise entre a FUG e o governo provisório. No dia seguinte, um grupo de “tenentes” empastelou o *Diário Carioca*, jornal que no Rio de Janeiro se destacava na defesa da constitucionalização do país. Como consequência da relutância do governo em punir os culpados, Maurício Cardoso demitiu-se da pasta da Justiça no dia 3 de março, sendo acompanhado nessa decisão por outros gaúchos que ocupavam cargos importantes na administração federal, como Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal, e João Neves da Fontoura, procurador do Banco do Brasil. Por seu turno, Flores da Cunha achava que não deveria permanecer na interventoria gaúcha sem a continuidade da colaboração da FUG com o governo provisório. Borges de Medeiros insistiu, no entanto, para que não renunciasse.

Procurando contemporizar, Vargas nomeou no dia 2 de março o embaixador Pedro de Toledo, que era apoiado pela FUP, para ocupar a interventoria paulista. Ainda nesse mês, reuniram-se os líderes da FUG e elaboraram um documento, conhecido como *Heptálogo*, no qual estabeleciam as condições para um acordo com o governo provisório, entre as quais destacavam-se as seguintes: punição dos autores do ataque ao *Diário Carioca*, restauração das garantias inscritas na Constituição de 1891, liberdade de imprensa, nomeação de uma comissão constitucional e realização de eleições até o fim do ano. Diante das respostas evasivas do presidente da República ao documento, Borges de Medeiros e Raul Pilla enviaram-lhe um *Decálogo* em que reiteravam as exigências da FUG.

Mantendo ainda desta vez uma posição conciliatória, Flores da Cunha veio ao Rio de Janeiro em fins de março para entender-se com Vargas, que reafirmou sua política em prol da constitucionalização. De volta a seu estado, Flores participou de uma reunião com os

principais líderes gaúchos, na qual ficou decidido o afastamento do PRR e do PL do governo federal, o apoio desses partidos às reivindicações do *Decálogo* e a indicação de Flores para representar a FUG junto a Vargas.

Desde então, tendo como porta-voz João Neves, os líderes da FUG procuraram articular com Minas e São Paulo uma campanha pela criação de um partido constitucionalista nacional e a formação de um ministério de conciliação. Cedendo à pressão das forças constitucionalistas, Vargas assinou em 14 de maio o decreto que criava uma comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição, fixando para 3 de maio do ano seguinte as eleições para a Assembleia Constituinte. Apesar disso, a situação em São Paulo se radicalizou mais ainda com a realização de grandes manifestações populares em 22 e 23 de maio contra a presença do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, no estado. Em seguida, Pedro de Toledo reorganizou seu secretariado, que passou a ser composto integralmente de elementos escolhidos pela FUP.

No dia 27 de maio, Flores da Cunha escreveu a Vargas, comunicando-lhe que os partidos gaúchos apoiavam o governo na solução dada à crise paulista. Em São Paulo intensificava-se, porém, o movimento conspiratório contra o governo provisório e, na FUP, por essa época, já se consolidara a perspectiva de um levante armado. Desde o início desse ano, o general Isidoro Dias Lopes e o coronel Euclides Figueiredo coordenavam o planejamento militar da sublevação.

Em 10 de junho Flores viajou para o Rio de Janeiro a fim de articular com Getúlio o preenchimento das pastas ministeriais, vagas desde março com a demissão coletiva dos gaúchos. João Neves, nessa ocasião, já vinha negociando com Vargas uma reforma do ministério que atendesse aos interesses das frentes únicas gaúcha e paulista. Realizado finalmente o acordo sobre a recomposição ministerial, Flores da Cunha foi indicado por Getúlio Vargas para ocupar a pasta da Justiça. Borges de Medeiros e Raul Pilla, no entanto, não concordaram com a indicação e telegrafaram a Flores pedindo-lhe que não deixasse a interventoria gaúcha. No dia 24 desse mesmo mês, Flores retornou ao Rio Grande do Sul e iniciou negociações com a FUG no sentido da formação de um ministério de união nacional. A principal exigência dos gaúchos era a substituição do ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro, considerado ferrenho defensor dos “tenentes”.

Embora a ideia da reforma ministerial tivesse sido aprovada pelos ministros, que chegaram

a apresentar um pedido de demissão coletiva no dia 28, acabou sendo recusada por Getúlio, que se limitou a demitir o ministro da Guerra, substituído pelo general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, considerado também partidário dos “tenentes”, fato que provocou o rompimento da FUG com o governo provisório. Tentando resolver o impasse, Flores propôs aos chefes gaúchos que indicassem João Neves para o Ministério da Justiça. Mas a FUG não se interessava mais em se reconciliar com o governo: seus líderes preparavam-se para o levante armado em entendimentos com os constitucionalistas de São Paulo.

Flores da Cunha manteve-se dividido entre a FUG e o apoio a Getúlio Vargas até o início da revolução em São Paulo no dia 9 de julho. Convidado por Borges de Medeiros a assumir o comando do movimento rebelde no Rio Grande do Sul, telegrafou a Vargas pedindo demissão da interventoria em face da delicada situação em que se encontrava. Garantia manter a ordem no estado até a posse do seu substituto. O chefe do governo provisório, no entanto, negou-se a aceitar sua renúncia e concitou-o a permanecer no cargo em nome dos ideais da Revolução de 1930.

No dia 10 de julho, Flores decidiu-se a apoiar Getúlio Vargas, reafirmando-lhe sua disposição de manter a ordem a qualquer preço. No dia seguinte tornou pública sua lealdade ao governo central em manifesto publicado no jornal *A Federação* em que dizia: “Cumpre-me declarar ao Rio Grande e à nação que me conservarei fiel aos deveres de delegado do Governo Provisório... Ninguém me fará a injúria de supor que eu pudesse usar de minha autoridade para atraiçoar a quem me conferiu confiando na integridade do meu caráter e na capacidade da minha ação patriótica.”

Flores da Cunha enviou tropas do Exército e da Brigada Militar para auxiliar no combate aos paulistas, que se encontravam em situação difícil em virtude do fracasso de suas tentativas de aliança com o Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A FUG, por seu turno, publicou um manifesto, no dia 10 de agosto, no qual rompia com Flores, acusando-o de ter traído sua palavra e seus correligionários ao apoiar o governo provisório. Ao mesmo tempo, para criar um foco revolucionário interno com o objetivo de desviar a grande pressão que as tropas gaúchas exerciam sobre São Paulo, organizou uma insurreição no Rio Grande do Sul. A conspiração foi tramada na região serrana por Marcial Terra, Lindolfo Collor e outros, e, em Santa Maria, por Alberto Pasqualini e elementos da Brigada Militar e do Exército. O início do movimento se daria com a paralisação dos trens em Santa Maria,

entroncamento ferroviário do estado. No dia 14 de agosto, Borges de Medeiros e Batista Luzardo saíram de Porto Alegre para dirigir o movimento que irromperia naquela cidade. Chegando ao município de Caçapava do Sul (RS) foram informados da prisão, por ordem de Flores da Cunha, de todos os líderes do movimento que atuavam em Santa Maria. Sem contar com um comando geral, cada núcleo rebelde passou a agir a partir de então de forma independente, quase sem armas.

Em 20 de setembro, Borges de Medeiros foi preso em Cerro Alegre, município de Piratini (RS), sendo depois transferido para Recife, onde seria confinado. Batista Luzardo, que o acompanhava, conseguiu evadir-se e rumou para o Uruguai. Marcial Terra e suas forças já tinham sido derrotados pelas tropas legalistas. Os demais chefes rebeldes foram presos ou se exilaram nos países vizinhos. Em 2 de outubro seria assinado o armistício que selou a derrota dos constitucionalistas paulistas. Flores propôs uma fórmula conciliatória a Getúlio, que incluía os seguintes pontos: a anistia aos insurretos, a subordinação da milícia estadual ao governo provisório e o restabelecimento da Constituição de 1891 no tocante aos artigos relativos às garantias constitucionais. Enquanto isso, os exilados procuravam articular um movimento contra Vargas e Flores da Cunha.

A CRIAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL (PRL)

O movimento de 1932 provocou profunda cisão nas bases do PRR e do PL. De um lado estavam os que haviam permanecido com Flores da Cunha, solidarizando-se com o governo central, e, de outro, os que apoiaram os líderes da FUG, Borges de Medeiros e Raul Pilla. Ao mesmo tempo, o exílio dos líderes frentistas criou um vácuo de poder. Nessas circunstâncias, Flores deu início, com Vargas e Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda, à articulação de um novo partido que congregasse o situacionismo estadual em torno de um comprometimento com o governo federal.

No dia 16 de novembro foi fundado o Partido Republicano Liberal (PRL), que reuniu prefeitos municipais e ex-integrantes da FUG sob a presidência de Flores da Cunha. Na ocasião, Flores qualificou a agremiação como uma nova Frente Única: “São as grandes influências do republicanismo castilhistas, são os valores melhores do Partido Libertador. Nós é que somos a Frente Única! Ela não foi quebrada, porque nós a continuaremos.” O programa do PRL era bastante amplo e permitia a integração de diferentes tendências. As

questões políticas fundamentais ficavam em aberto, sendo privilegiados os aspectos sociais e econômicos. Mantinha-se um liberalismo vago, ressaltando-se a autonomia estadual e a necessidade de um Estado protetor dos agricultores e pecuaristas. Previa-se também uma legislação social que assegurava uma série de garantias ao trabalhador. Segundo Héglio Trindade, “o PRL se pretendia um partido de ‘massa’ que atraísse todos os membros da oligarquia, agora dissidentes com os partidos tradicionais, que se utilizasse das forças que o Estado possuía de forma crescente e que tivesse um apelo também para as populações urbanas, as camadas médias e populares”.

Flores e seu partido iniciaram imediatamente a campanha para as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, marcadas para maio de 1933. Enquanto isso, a FUG, decidida a participar do pleito, procurava reorganizar-se. A luta da oposição voltava-se contra o PRL, Flores e Vargas. Durante a campanha eleitoral, Flores foi acusado de usar de todos os recursos para garantir a vitória do PRL, proibindo manifestações públicas e prendendo membros da FUG. Quatro candidatos oposicionistas tiveram seus direitos políticos cassados por terem participado das conspirações de 1932. Como a lei eleitoral invalidava todos os nomes de uma lista em que houvesse um candidato ilegal, Flores obrigou os líderes da FUG a elaborar novas listas e a distribuir novas chapas às vésperas das eleições. Realizado o pleito, o PRL saiu vencedor com grande margem de diferença, elegendo 13 dos 16 representantes na Assembleia Nacional Constituinte.

Paralelamente, os exilados gaúchos procuravam articular um movimento militar para depor Getúlio Vargas e Flores da Cunha. Raul Pilla, Lindolfo Collor, João Neves e Batista Luzardo estavam entre os conspiradores que se articulavam com os oficiais exilados. O coronel Basílio Taborda, revolucionário de 1932, exercia a coordenação militar do movimento, procurando organizar o levante nas guarnições militares do Rio Grande do Sul e de São Paulo. A sedição, marcada para setembro de 1933, se iniciaria com a rebelião de diversas guarnições militares do Rio Grande, São Paulo, Minas e Rio, mas não chegou a ocorrer, porque Flores da Cunha, informado da conspiração, determinou a prisão de vários oficiais e emissários dos conspiradores exilados.

A morte de Olegário Maciel, interventor federal em Minas Gerais, em 5 de setembro, provocou acesa disputa em torno da sucessão mineira, mobilizando não só as forças políticas estaduais, mas também líderes de projeção nacional, entre os quais Flores da

Cunha e Osvaldo Aranha. Assumiu interinamente a interventoria mineira Gustavo Capanema, que, apoiado pelas forças políticas tradicionais do estado, postulava sua efetivação. Virgílio de Melo Franco lançou-se também na disputa sucessória, com o apoio de Osvaldo Aranha, que via nessa nomeação a possibilidade de tornar homogêneos os governos estaduais, integrando Minas ao governo da revolução. Por seu turno, Flores empenhava-se a fundo na nomeação de Capanema.

No primeiro momento, Vargas decidiu nomear Virgílio, chegando mesmo a mandar preparar o decreto. Flores, no entanto, dissuadiu-o de efetivar o ato, argumentando que ele acarretaria o rompimento com a bancada mineira na Constituinte, liderada por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Empenhado em contar com a sustentação da bancada do Partido Progressista Mineiro, Vargas comprometeu-se com Antônio Carlos a indicá-lo para a presidência da Assembleia em troca do apoio à sua eleição para a presidência constitucional do país. Condicionando assim tacitamente a solução do problema sucessório de Minas à realização prévia da eleição para a presidência da Constituinte, Vargas conseguiu o apoio integral da bancada mineira à indicação de Antônio Carlos que, eleito em 12 de novembro, lhe garantiu a necessária independência para a escolha do novo interventor mineiro. Em 15 de novembro a Assembleia iniciou seus trabalhos.

Em 12 de dezembro, após entendimentos com Antônio Carlos, Vargas deu solução inteiramente inesperada à questão de Minas, nomeando interventor Benedito Valadares, deputado mineiro à Constituinte. Garantiu, dessa forma, não só a presença à frente do governo mineiro de um chefe sem muita influência sobre as forças regionais, como reservou para si a possibilidade de controlar a maior bancada estadual da Assembleia Constituinte, neutralizando assim a força de Flores e de Osvaldo Aranha. Em consequência disso, Virgílio de Melo Franco rompeu definitivamente com o presidente, e seu pai, Afrânio de Melo Franco, demitiu-se do Ministério das Relações Exteriores. Em 15 de dezembro, Gustavo Capanema transmitiu o cargo a Benedito Valadares, com a perspectiva de uma futura nomeação para o Ministério da Educação e Saúde, que viria a se efetivar em julho do ano seguinte.

Osvaldo Aranha, por seu turno, exonerou-se do Ministério da Fazenda e renunciou à liderança da maioria na Constituinte, sendo substituído pelo deputado baiano Antônio Garcia de Medeiros Neto. Buscando uma solução conciliatória que garantisse a

permanência de Aranha no ministério, Flores da Cunha promoveu uma reunião em 10 de janeiro com a presença do demissionário, dos demais ministros e dos interventores Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco, Pedro Ernesto Batista, do Distrito Federal, Ari Parreiras, do estado do Rio de Janeiro, Juraci Magalhães, da Bahia, e Armando de Sales Oliveira, de São Paulo. Nesse encontro ficou acertada a reintegração do ministro da Fazenda, decisão ratificada no mesmo dia em carta de Vargas a Aranha.

Durante o período em que a Constituinte esteve reunida, Flores da Cunha comandou diretamente a bancada do seu partido e procurou intervir na elaboração da Constituição. Um dos principais temas em debate na Constituinte foi a descentralização do poder. Contra o centralismo colocaram-se os federalistas, que exigiam para os estados maior participação nas decisões do governo e maior autonomia. Embora comprometido com o governo provisório, Flores da Cunha deu instruções à bancada do seu partido para que defendesse a fórmula federativa, resistindo à centralização e ao aumento das tarifas que fortaleceria a renda nacional em detrimento dos estados. No dia 21 de fevereiro de 1934, o novo líder da maioria na Assembleia Constituinte apresentou uma proposta que passou a ser conhecida como emenda Medeiros Neto, na qual sugeria a reforma do regimento interno da Constituinte, de modo que se invertesse a ordem dos trabalhos, permitindo que a eleição do presidente da República fosse realizada antes da aprovação definitiva do texto constitucional. Essa proposta, que visava a garantir a eleição de Getúlio Vargas, encontrou forte resistência dentro e fora da Assembleia. Flores, que se encontrava no Rio e estava de partida para Porto Alegre, permaneceu por mais alguns dias na capital federal a pedido de Vargas para discutir a questão da emenda Medeiros Neto, que o interventor gaúcho apoiava.

Depois de várias negociações, nas quais Flores da Cunha desempenhou importante papel, o líder da bancada gaúcha na Assembleia Constituinte, deputado Augusto Simões Lopes, apresentou uma solução conciliatória. A “fórmula Simões Lopes”, como se tornou conhecida, acabou sendo apoiada por Flores da Cunha e aceita pela Assembleia. A fórmula dispensava a primeira discussão do texto em plenário, considerando que esta já ocorrera na Comissão Constitucional, a chamada Comissão dos 26, o que possibilitava a votação em bloco do substitutivo, de forma a realizar a eleição presidencial no prazo de um mês, sem que houvesse inversão dos trabalhos.

Em abril, Flores intercedeu junto a Simões Lopes para que defendesse na Assembleia as eleições indiretas para a presidência da República. A apresentação da emenda gaúcha provocou, entretanto, violenta reação nas bancadas de São Paulo e Minas Gerais. Fiel à orientação de Flores, Simões Lopes ainda tentou apresentar fórmulas intermediárias, mas não conseguiu vencer a resistência das bancadas daqueles estados. Desse modo, os gaúchos tiveram que abandonar a posição defendida pelo governo, ficando decidido que a Constituição instituiria o pleito direto para a presidência. No entanto, para o mandato presidencial que se seguiria, as “Disposições transitórias” da nova Carta fixariam eleições indiretas.

Partidário da eleição de Vargas para a presidência da República, Flores contribuiu decisivamente para o fracasso da candidatura do ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que fora articulada pelo Clube 3 de Outubro, organização tenentista criada em 1931 que já se encontrava então enfraquecida. O lançamento da candidatura do general no mês de abril coincidiu com uma série de rumores a cerca de um iminente golpe de Estado, e com pronunciamentos de oficiais contra a Constituinte e contra a implantação de uma ordem liberal no país. Diante disso, Flores declarou estar decidido a sustentar a candidatura de Getúlio Vargas, “mesmo pelas armas”, ameaçando mobilizar as forças da Brigada Militar e dos corpos provisórios, que se mantinham sob seu controle pessoal. Corriam ainda boatos de que Flores reunira os comandantes das forças estaduais para preparar um movimento armado com a finalidade de impedir a implantação de uma ditadura sob a liderança de Góis Monteiro.

Em maio de 1934 entrou em votação, na Assembleia Constituinte, o capítulo das “Disposições transitórias” relativo à aprovação dos atos do governo provisório, à inelegibilidade dos interventores e à resolução sobre a transformação ou não da Constituinte em Câmara ordinária. Defensor da elegibilidade dos interventores, Flores da Cunha articulou-se com Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco, Juraci Magalhães, da Bahia, e Joaquim Magalhães Barata, do Pará, a fim de promover campanha em favor dessa proposta, que acabou sendo aprovada. Os atos do governo provisório foram também aprovados, e ficou decidido que a Constituinte não se transformaria em Câmara ordinária; seus membros teriam seus mandatos estendidos até maio de 1935, quando tomariam posse os deputados a serem eleitos em outubro de 1934.

Concluídos os trabalhos da Assembleia, a nova Constituição foi promulgada no dia 16 de julho. No dia seguinte, Vargas foi eleito presidente da República, derrotando Borges de Medeiros, cuja candidatura aglutinara a oposição ao chefe do governo provisório. A partir de então, entrou em fase decisiva o processo de reconstitucionalização nos estados, com a realização, no mês de outubro, de eleições para a Câmara e para as assembleias constituintes estaduais, encarregadas também de eleger governadores e senadores. Com a concessão no mês de maio da anistia aos envolvidos no movimento de 1932, os exilados gaúchos retornaram ao Rio Grande do Sul decididos a participar do pleito. O PRR, através de João Neves da Fontoura, desejava transformar as eleições num ajuste de contas com Flores da Cunha, acusado por seus opositores de ter conduzido a campanha eleitoral sob um clima de terror, usando a coerção, prendendo e transferindo funcionários públicos adeptos da FUG e estabelecendo a censura aos jornais de oposição.

Realizado o pleito, o PRL elegeu 21 deputados estaduais, contra 11 da FUG, obtendo assim maioria na Assembleia. Na Câmara dos Deputados o PRL obteve igualmente maioria. Com a abertura da Constituinte estadual em abril de 1935, Flores da Cunha foi eleito governador do Rio Grande do Sul e Augusto Simões Lopes e Francisco Flores da Cunha, ambos do PRL, foram eleitos para o Senado. Em 15 de abril Flores tomou posse no governo do estado e, em junho foi promulgada a Constituição gaúcha, que ampliava os poderes do Executivo nas áreas econômica e social.

O ROMPIMENTO COM GETÚLIO VARGAS

A partir de 1935 as relações de Flores da Cunha com o governo central se iriam progressivamente deteriorar, sucedendo-se conflitos do governador gaúcho com Vargas e com o ministro da Guerra, general Góis Monteiro. Flores personificava a autonomia estadual, por ele defendida com palavras, articulações políticas e ameaças militares. Sua força residia nos seis mil homens da Brigada Militar gaúcha, nos 20 mil civis da milícia de corpos provisórios e nos seus aliados dentro do Exército sediado no Rio Grande do Sul. Sua posição era frontalmente oposta à de Góis Monteiro, partidário de um governo central forte, um exército poderoso e estados fracos, sem poder militar independente.

Segundo Renato Lessa, a estratégia geral de Flores da Cunha consistia “na defesa da autonomia estadual e da descentralização política como recurso para enfraquecer o poder da

elite executiva federal”. A reação ao processo de centralização era vista por Flores como “a única maneira de se consolidar algum espaço político para as elites oligárquicas”. Ao mesmo tempo, as intervenções concretas de Flores teriam por objetivo imediato “desestabilizar o governo de Getúlio Vargas, com vistas à sucessão presidencial que deveria ocorrer em 1938”. Assim, a atuação do governador gaúcho se constituiria em “um impeditivo com relação às manobras continuístas por parte do presidente da República”.

Nesse sentido, Flores envolveu-se nas eleições para o governo de Santa Catarina, estado limítrofe, que representava não só um território defensivo, como também uma rota para qualquer ofensiva rio-grandense. Flores era a favor da candidatura do interventor Aristiliano Ramos, lançada por uma coligação oposicionista liderada pelo Partido Republicano Catarinense (PRC) para concorrer com Nereu Ramos, candidato do Partido Liberal Catarinense (PLC). Diante da situação de equilíbrio entre as duas candidaturas na Constituinte estadual, Flores pediu a Vargas que interviesse em favor de Aristiliano, mas o presidente, que apoiava Nereu Ramos, absteve-se de interferir. Obtendo, por fim, a adesão de alguns deputados republicanos, o PLC conseguiu eleger Nereu em 1º de maio de 1935.

Flores procurou intervir também na política do estado do Rio de Janeiro, empenhando-se na sustentação da candidatura do general Cristóvão Barcelos, que era apoiado pelo interventor Ari Parreiras e pela União Progressista Fluminense (UPF). Por outro lado, o governo federal, através de seu ministro da Justiça, Vicente Rao, e da Coligação Radical Socialista, patrocinava a união das oposições fluminenses em torno do nome do ministro da Marinha, almirante Protógenes Guimarães. Em 25 de setembro de 1935 realizaram-se as eleições, marcadas por atos de violência que chegaram a provocar ferimento a bala no próprio general Barcelos. Protógenes Guimarães venceu, mas a UPF recorreu alegando as precárias condições de segurança em que fora realizado o pleito e conseguindo que a Justiça Eleitoral anulasse o resultado e convocasse novas eleições. Flores apoiou o recurso impetrado pelo general Barcelos e acusou o presidente da República de pressionar os constituintes fluminenses para que votassem em Protógenes. No dia 12 de novembro realizaram-se novas eleições, novamente vencidas por um voto de diferença pelo candidato do governo. As relações entre Vargas e Flores pioraram aceleradamente a partir dessa disputa eleitoral.

Por outro lado, as relações entre Flores e Góis Monteiro tinham-se tornado cada vez mais tensas, o que acabou por provocar a demissão do ministro da Guerra em 7 de maio de 1935.

Um episódio ocorrido em abril precipitara os acontecimentos. Oficiais de Cachoeira do Sul tinham interpelado Góis Monteiro, em tom considerado ofensivo, sobre a questão do reajuste de vencimento dos militares, que havia muito tramitava no Congresso. Punidos, esses oficiais passaram a exigir, com o apoio do governador gaúcho, a demissão do ministro de Vargas, o que provocou grande agitação nos meios militares rio-grandenses. No dia 7 de maio, Góis Monteiro apresentou seu pedido de demissão, alegando como causa dessa decisão a campanha que Flores vinha movendo contra ele. Procurando interferir na escolha do sucessor do ministro da Guerra, Flores sugeriu a Vargas o nome de alguns generais. O presidente da República, desejando neutralizar o poder do governador gaúcho, rejeitou suas sugestões e nomeou o general João Gomes, indicado pelo governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira.

Em setembro de 1935, Vargas foi ao Rio Grande do Sul para as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. Segundo Regina Portela Schneider, correu a notícia de que o presidente da República examinara com Flores a possibilidade de cancelar as eleições de 1938 e de permanecer no poder. Flores teria repelido energicamente a ideia, acusando Getúlio de estar preparando um golpe de Estado. Ainda segundo a mesma autora, Flores, depois disso, passou a importar clandestinamente armamentos da Tchecoslováquia (tanques e metralhadoras antiaéreas) que o próprio Exército ainda não possuía.

Buscando uma conciliação, Vargas ofereceu ao deputado gaúcho João Carlos Machado, muito ligado a Flores, a liderança da maioria na Câmara dos Deputados. Em carta a Vargas datada de 18 de novembro, Flores recusou o oferecimento do presidente e afirmou que o apoio do PRL ao governo não seria mais “incondicional”.

Ainda em novembro de 1935 eclodiu nas cidades de Recife, Natal e Rio de Janeiro um movimento organizado pela ala comunista da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política anti-imperialista apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Nessa ocasião, Flores mobilizou mais de 20 mil homens e telegrafou a Vargas colocando-os à disposição do governo federal para a repressão ao movimento, que rapidamente seria debelado. Demonstrava, dessa forma, sua intenção de apresentar-se diante do governo central como a maior força militar estadual do país.

Por outro lado, em consequência do crescente antagonismo com o governo federal e preocupado em fortalecer sua posição no plano estadual, Flores buscou uma reaproximação

com as oposições, intensificando esforços no sentido de promover um acordo com os partidos de oposição que, nessa época, tendiam à radicalização política. Em fins de 1935, Raul Pilla e o jurista José Maria dos Santos elaboraram um projeto de governo parlamentar para o estado e o apresentaram a Flores. O governador mostrou-se favorável ao projeto, que se tornou conhecido como “fórmula Pilla-Santos”. A reabertura das negociações encontrou, no entanto, sérias oposições, inclusive dentro do PRL: a aliança com a FUG era vista como uma forma de Flores aumentar seu poder autocrático dentro do partido. Getúlio tentou também impedir o acordo através de seu irmão Benjamim Vargas, deputado pelo PRL, e de promessas à FUG de participação no governo central, caso os entendimentos com o governador não se efetivassem.

Em janeiro de 1936, Flores, Borges de Medeiros e Raul Pilla assinaram o acordo que se tornou conhecido como *modus vivendi* e que selou a nova convivência política estadual. Por esse acordo, foram estabelecidas medidas de controle do secretariado de estado sobre o Executivo, instituindo-se no Rio Grande do Sul um governo misto, com a participação da oposição. Raul Pilla foi convidado a assumir a Secretaria de Agricultura, e Lindolfo Collor, a de Finanças. Collor passou ainda a exercer o papel de mediador entre a FUG e Flores da Cunha. Na prática, todavia, o acordo partidário limitou-se ao nível administrativo. Dentro do PRL, do PRR e do PL, já se formava uma corrente de apoio ao governo central e de oposição estadual.

A partir de março, o presidente do PRR, Maurício Cardoso, forte opositor do pacto entre a FUG e o governador, passou a atuar em consonância com a orientação de Vargas, sendo incumbido de desenvolver, junto com João Neves da Fontoura, planos para a “pacificação da política nacional” e a reformulação do ministério, nos quais a FUG deveria ter papel preponderante. O objetivo principal desses lances políticos era a submissão de Flores ao governo central. No dia 21 de março, o estado de sítio, que vigia desde o levante comunista do ano anterior, foi transformado em estado de guerra. Poucos dias depois, a prisão de quatro deputados e um senador de oposição, acusados de ligações com o levante, provocou forte reação da minoria parlamentar no Congresso. No início de abril, Flores da Cunha veio ao Rio de Janeiro e convocou uma reunião das bancadas gaúchas na Câmara e no Senado, à qual compareceram também Antunes Maciel e o ministro da Fazenda Artur de Sousa Costa. A finalidade do encontro era discutir a posição dos partidos gaúchos em face das medidas

de exceção do governo federal. Ao fim da reunião, foi divulgada pela imprensa uma nota que reafirmava o apoio político gaúcho ao governo, especialmente na repressão ao comunismo, mas ressaltava a salvaguarda das imunidades parlamentares, atingidas com a prisão dos cinco oposicionistas.

Em fins de maio, a discussão na Assembleia gaúcha do projeto de criação de uma guarda portuária desencadeou nova crise entre situação e oposição. O projeto, apresentado por Flores, foi combatido por Maurício Cardoso, que aproveitou a oportunidade para atacar o governador. Em resposta, Flores fez um discurso afirmando que no *modus vivendi* gaúcho o PRL tinha tudo a dar e nada a receber. Raul Pilla levantou-se contra essa afirmação, que, a seu ver, colocava a FUG na situação de quem apenas recebia favores do governador, e criticou ainda Flores por não aceitar o veto da Assembleia ao seu projeto, enfatizando que o acordo assinado entre o PRL e a FUG não implicava a passividade desta. A situação de impasse levou Raul Pilla e Lindolfo Collor a se demitirem das secretarias que ocupavam no governo estadual.

Em junho a Câmara discutiu a prorrogação do estado de guerra, solicitada pelo Executivo. Assim como a minoria parlamentar, o PRL manifestou-se contrário à medida por considerar que não havia mais razão de ordem política para sua manutenção. Nesse momento chegou também àquela casa um pedido de licença do Executivo para processar os parlamentares presos em março. Juntamente com a minoria parlamentar, o PRL opôs-se à concessão da licença, afirmando que os acusados haviam sido presos de maneira abusiva, em flagrante desrespeito às imunidades parlamentares. Flores da Cunha determinou que a representação federal de seu partido considerasse “questão fechada” o voto contra a concessão da licença, o que, no entanto, não impediu que esta fosse concedida.

Em outubro a luta em torno da sucessão do vice-presidente da Assembleia Legislativa gaúcha, que falecera, precipitou o rompimento do acordo interpartidário no Rio Grande do Sul. Nessa ocasião, Lindolfo Collor lançou um manifesto acusando Maurício Cardoso e a comissão executiva do PRR de tomar decisões sem consultar as bases eleitorais, e rompeu, por sua vez, com a cúpula republicana. Collor denunciou ainda a participação da FUG nos preparativos de uma intervenção federal no estado. Esse documento suscitou uma resposta de Borges de Medeiros, que, em seu manifesto, denunciou o governo estadual de estar emparelhando e ampliando os corpos provisórios, criando assim a convicção geral de que o

Rio Grande do Sul se preparava para agredir militarmente o governo federal.

O rompimento entre a FUG e Flores da Cunha não foi motivado apenas pelas divergências internas da política gaúcha, e sim, em grande parte, pelo conflito entre o governo central e o governo rio-grandense. Esse conflito vinha-se agravando devido à sucessão presidencial de 1938. Enquanto Flores atuava no sentido de influir decisivamente na escolha do sucessor de Vargas, este, por seu lado, procurava impedir o fortalecimento do governador gaúcho, buscando reconquistar o apoio da FUG e incentivando a dissidência no seio do PRL. Nessas condições, foi constituída a Dissidência Liberal, liderada por Benjamim Vargas em aliança com setores da FUG, tendo à frente Maurício Cardoso. A Dissidência Liberal iniciou desde então intensa campanha contra Flores através dos jornais, rejeitando ostensivamente sua chefia. Segundo Renato Lessa, essa nova aliança se inseria na estratégia política do governo central com o objetivo de impedir a unidade no estado buscada por Flores e enfraquecendo desse modo a sustentação política do governador.

Em dezembro de 1936, Osvaldo Aranha, então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, veio a Porto Alegre para tentar articular sua candidatura à sucessão de Vargas, tendo por base o apoio do Rio Grande do Sul; para isso, contudo, era necessária a unificação política do estado. Aranha procurou reforçar sua antiga amizade com Flores, abalada em 1933 com a crise provocada pela sucessão governamental em Minas Gerais. Flores, por seu turno, via nessa aproximação importante subsídio em sua luta pela sobrevivência política.

Flores e o PRL, aliados a setores dissidentes do PRR e do PL, vinham se manifestando, nessa ocasião, em favor da candidatura de Armando de Sales Oliveira, governador de São Paulo, à presidência da República. Essa candidatura era patrocinada pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, em oposição ao governo central.

Iniciando esforços para unificar politicamente o estado, Aranha procurou convencer os dissidentes liberais a sustar a campanha contra Flores da Cunha, argumentando que esta poderia levar o estado a um suicídio político. Obteve assim um acordo que estabelecia uma trégua até abril de 1937, prazo que lhe permitiria negociar sua candidatura.

Em princípio de janeiro de 1937, Aranha viajou para o Rio de Janeiro com o propósito de negociar com os parlamentares gaúchos. Nessa ocasião, Alberto Pasqualini, do PL, concedeu uma série de entrevistas atacando Flores da Cunha. Ignorando o compromisso com Osvaldo Aranha, os dissidentes liberais apoiaram Pasqualini. Embora a Dissidência

Liberal se mostrasse favorável à candidatura de Aranha, na prática vários de seus membros agiam no sentido de debilitar o governador gaúcho, organizando em todo o estado clubes pró-Vargas.

Procurando articular sua candidatura em nível nacional, Aranha contou para esse fim com o auxílio de Flores da Cunha, que em fevereiro concordou em retirar seu apoio a Armando Sales, cujo nome tinha sido lançado oficialmente nesse mesmo mês. Em fins de março, o governador gaúcho firmou um pacto com Juraci Magalhães, governador da Bahia, e José Joaquim Cardoso de Melo Neto, que substituíra Armando Sales no governo de São Paulo, visando à defesa da autonomia dos três estados na escolha de seus candidatos à sucessão presidencial e à solidariedade recíproca em caso de ameaça de intervenção federal.

No início de abril, Aranha promoveu um encontro entre Flores e Vargas com o intuito de reaproximá-los. Realizado em Petrópolis (RJ), o encontro fracassou em seus objetivos. Aranha procurou ainda convencer a Dissidência Liberal a votar nos candidatos oficiais de Flores na eleição da mesa diretora da Assembleia estadual, que se realizaria em 14 de abril. Vargas, contudo, enviou a Porto Alegre o deputado federal Batista Luzardo com a missão de anunciar o seu apoio à aliança oposicionista, constituída pela Dissidência Liberal e pela maioria dos integrantes da FUG. Aranha, como último recurso, propôs uma fórmula de compromisso, que, aceita por Flores, foi recusada pelos dissidentes liberais.

Em 14 de abril a maioria oposicionista elegeu a mesa diretora da Assembleia estadual, deixando para o PRL apenas um posto de quarto-secretário. Desde então, a oposição estadual imprimiu maior intensidade à sua campanha contra o governador gaúcho. No dia 25, em telegrama a Vargas, um grupo de parlamentares oposicionistas denunciou a situação de “insegurança e ameaça criada pela mobilização clandestina de forças estaduais” e os preparativos bélicos em curso no estado, por determinação do governador. Acusando o governo estadual de impedir o andamento normal dos trabalhos da Assembleia Legislativa, pediam os signatários que a execução do estado de guerra, vigente desde março de 1936, deixasse de ser encargo do Executivo estadual e passasse a um elemento da confiança do governo federal. Alguns dias depois o presidente da República determinou que a aplicação dos poderes excepcionais advindos do estado de guerra passaria a ser da competência do comandante da 3ª RM, general Emílio Lúcio Esteves, medida que gerou enérgico protesto de Flores da Cunha.

Com o afastamento definitivo da candidatura de Osvaldo Aranha à sucessão de Vargas, o governador gaúcho passou a apoiar novamente a candidatura de Armando Sales, que reunia a oposição ao governo central. Em convenção realizada em 24 de maio, o PRL aprovou o manifesto de Flores de apoio ao candidato de São Paulo. Nessa ocasião foram expulsos do partido os integrantes da Dissidência Liberal, sendo Augusto Simões Lopes e Viriato Vargas substituídos na comissão diretora do partido por João Carlos Machado e Antunes Maciel. Nesse mesmo mês foi lançada a candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República. Apoiado pela maioria dos situacionismos estaduais e considerado o candidato do governo central, José Américo foi também apoiado pela Dissidência Liberal.

No mês de junho constituiu-se a União Democrática Brasileira (UDB), agremiação que reuniu o Partido Constitucionalista de São Paulo, o PRL e as oposições de Minas, Bahia, Ceará, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro, para apoiar a candidatura de Armando Sales, num momento em que se tornava cada vez mais palpável a ameaça de um golpe militar. A UDB defendia o regime democrático e a Constituição de 1934, reivindicando a realização normal das eleições marcadas para janeiro de 1938.

A INTERVENÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Oficialmente Vargas cooperava com a campanha para as eleições presidenciais, negociando com as lideranças estaduais. No entanto, já preparava o terreno para um golpe de Estado. Contando com o apoio do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e do general Góis Monteiro, que desde julho de 1937 ocupava a chefia do Estado-Maior do Exército (EME), desenvolvia um trabalho de neutralização das lideranças políticas estaduais que lhe eram desfavoráveis.

Flores da Cunha, com seu poderoso contingente militar estadual, era considerado um dos principais empecilhos ao golpe que vinha sendo articulado. No segundo semestre de 1937, tornaram-se mais agressivas as medidas do governo central contra o governo gaúcho, fechando-se o cerco militar em torno do governador. O general Góis Monteiro, incompatibilizado com Flores, vinha tentando neutralizar o poderio militar do estado; no início de 1937 assumiu o comando das operações de intervenção militar no Rio Grande do Sul, com a aquiescência de Vargas e de Dutra. Concentrou então tropas federais na região

sul de Santa Catarina, próximo à fronteira com o Rio Grande do Sul.

Em 5 de agosto o Ministério da Guerra solicitou a Flores a restituição das armas entregues pelo governo federal ao governo gaúcho durante o movimento de 1932. Flores sugeriu que a questão fosse resolvida por um tribunal arbitral composto de altos magistrados civis ou militares, o que Dutra rejeitou. O ministro da Guerra propôs então que o problema fosse examinado pela Diretoria de Material Bélico do Exército, medida que foi acatada por Flores com a ressalva de que o governo estava buscando pretexto para ameaçar a autonomia do estado.

Em setembro novas medidas vieram agravar a situação do governador gaúcho. O general Manuel Cerqueira Daltro Filho estabeleceu-se ao sul de Santa Catarina com forte contingente militar. Logo depois esse general foi nomeado comandante da 3ª RM, em substituição ao general Lúcio Esteves, considerado favorável a Flores da Cunha. Ainda em setembro, Maurício Cardoso liderou, com o apoio de Vargas, um movimento na Assembleia estadual em favor da declaração de *impeachment* de Flores. Este, contudo, obteve uma vitória, conseguindo que o representante classista Alexandre Rosas renunciasse, e seu substituto, Moacir Godói Ilha, favorável ao governador, desse maioria ao PRL.

Em 1º de outubro o governo federal pediu ao Congresso autorização para reinstaurar o estado de guerra, que fora suspenso em julho de 1937, alegando a ameaça de um suposto plano comunista — conhecido como Plano Cohen — que continha instruções do Komintern para a tomada do poder no Brasil. Posteriormente ficou comprovado que o Plano Cohen fora forjado, não passando de um estratagema utilizado pelo governo para justificar o golpe de Estado que se preparava. Os representantes do PRL, ao lado de todos os parlamentares integrantes da UDB, protestaram contra a decretação do estado de guerra, que, no entanto, foi aprovada ainda no dia 1º de outubro. A execução do estado de guerra no Rio Grande do Sul e em São Paulo, ao contrário dos estados cujos governos eram confiáveis, não ficou a cargo de seus governadores, mas dos comandantes de suas respectivas regiões militares.

Em 5 de outubro foi preso em Porto Alegre o ex-capitão André Trifino Correia, que, desde sua fuga da prisão no início do ano, se encontrava no Rio Grande do Sul sob a proteção de Flores da Cunha. Trifino Correia, que fora preso devido à sua participação na Revolta

Comunista de 1935, encontrava-se no comando dos corpos provisórios sediados na região da fronteira com Santa Catarina.

O cerco em torno de Flores da Cunha fechou-se em 14 de outubro, quando o ministro da Guerra assinou decreto federalizando a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, principal força de sustentação do governador gaúcho. Informado do ato governamental no dia 16, Flores pediu prazo de 24 horas para examinar a questão com seu secretariado. Nesse mesmo dia, às nove horas da noite, o arcebispo de Porto Alegre dom João Becker foi ao quartel-general da 3ª RM para informar seu comandante das resoluções de Flores, com quem acabara de se entrevistar. O governador gaúcho dispunha-se a renunciar, mas negava-se a pôr a Brigada Militar sob aquele comando. No dia 17 pela manhã, no entanto, impossibilitado de reagir à determinação do governo central, Flores submeteu a Brigada Militar ao controle do general Daltro Filho e renunciou, partindo no dia seguinte para Montevideú, Uruguai, onde permaneceria por cinco anos.

A renúncia de Flores ao governo gaúcho provocou calorosos protestos da UDB, que lançou um manifesto denunciando o afastamento do governador como um passo a mais na escalada do golpe. Em 19 de outubro foi decretada a intervenção federal no Rio Grande do Sul, sendo nomeado interventor o próprio general Daltro Filho.

Com a instauração do Estado Novo em 10 de novembro, foram fechados os órgãos legislativos de todo o país, extintos os partidos políticos e cancelada a eleição de janeiro de 1938. Pouco depois, Francisco Flores da Cunha, irmão do ex-governador gaúcho, foi preso sob a acusação de cumplicidade no assassinato do jornalista Valdemar Rippoll, ocorrido em janeiro de 1934. Na época do crime, os opositores de Flores da Cunha, então interventor, acusaram-no de, juntamente com seu irmão, ter sido o mandante do assassinio. O episódio teve duas versões. Para uns, Francisco Flores da Cunha se limitara a dar guarida ao uruguaio Pedro Borges, o pretenso criminoso, sem ter, tanto ele quanto o irmão, o governador, qualquer participação no episódio. Para outros, o assassino seria um oficial brasileiro que, por coincidência, era capataz na fazenda do irmão de Flores. O processo instaurado para apurar o delito não foi conclusivo.

EXÍLIO E RETORNO AO BRASIL

No exílio, Flores da Cunha passou a conspirar contra o governo de Vargas, procurando articular-se com outros exilados e com setores políticos e militares contrários ao Estado Novo. Apoiou o levante organizado pelos integralistas em 1938, chegando mesmo a enviar dinheiro para os conspiradores. O movimento, que teve a adesão de vários políticos e militares liberais, especialmente de São Paulo, eclodiu em 11 de maio de 1938 no Rio de Janeiro, sendo rapidamente reprimido. Posteriormente, Flores passou a encontrar-se regularmente com Nestor Contreiras Rodrigues, ex-chefe regional integralista no Rio Grande do Sul, também exilado em Montevideú. Contreiras, que apoiara o governo de Flores, estava a par de um plano de organização do integralismo com a assistência intelectual e o auxílio financeiro de nazistas alemães no Brasil.

Julgado em 1938 pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), Flores da Cunha foi absolvido da acusação de envolvimento na sublevação integralista, mas condenado a um ano de prisão por importação ilegal de armas quando governador do Rio Grande do Sul. Em março de 1939, foi procurado por José Maria Collares, a pedido do embaixador brasileiro no Uruguai, Batista Luzardo, com a proposta de Vargas de voltar ao Brasil a fim de cumprir a pena e ser logo depois nomeado para um alto cargo no governo, mas não aceitou.

Em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, dirigiu um manifesto a seus amigos e antigos correligionários, conclamando-os a se unirem em defesa da pátria, e decidiu voltar ao Brasil. Ao retornar em avião especialmente enviado por Getúlio Vargas, foi levado para o presídio da Colônia Agrícola de Dois Rios, na ilha Grande, no Rio de Janeiro, onde permaneceu por nove meses, ao fim dos quais, faltando três meses para completar a pena, foi indultado pelo presidente da República. Na prisão, escreveu o livro *A campanha de 1923 — subsídios para a história*, editado pela primeira vez em 1943.

O ano de 1945 assinalou a consolidação do processo de redemocratização do país. No dia 4 de fevereiro, o *Diário Carioca* publicou declarações de Flores da Cunha, José Américo de Almeida e Odilon Braga, três notórios opositores do governo, pedindo a realização de eleições diretas. Em 22 desse mês, numa entrevista ao *Correio da Manhã*, José Américo explicava por que as eleições presidenciais deveriam ser realizadas naquele momento e por que Getúlio Vargas não deveria candidatar-se. A divulgação dessa entrevista marcou o fim da censura à imprensa.

Pressionado pelos setores oposicionistas, Vargas promulgou o Ato Adicional nº 9, de 28 de fevereiro, determinando a realização de eleições presidenciais, estaduais e municipais, com data a ser fixada no prazo de 90 dias. As eleições seriam afinal marcadas para 2 de dezembro.

No dia 3 de março foi assassinado em Recife o estudante Demócrito de Sousa Filho, que participava de um comício dissolvido a tiros pela polícia em prol da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Protestando contra esse crime, estudantes e intelectuais do Rio de Janeiro realizaram nas escadarias do Teatro Municipal uma manifestação na qual Flores discursou, solidarizando-se com os estudantes e classificando de deplorável a coincidência de datas entre a morte do estudante e a posse do ex-interventor em Pernambuco Agamenon Magalhães no Ministério da Justiça. Declarou também o apoio do Rio Grande do Sul à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Com a reorganização partidária, Flores participou em 7 de abril da fundação da União Democrática Nacional (UDN), que reuniu a oposição ao governo Vargas em torno da candidatura de Eduardo Gomes.

No mês de julho, os líderes dos antigos partidos gaúchos decidiram aliar-se à UDN. Uma proclamação assinada em 17 de julho por Flores da Cunha, Borges de Medeiros e Raul Pilla oficializou essa adesão. Flores desde então participou da campanha eleitoral de Eduardo Gomes no Rio Grande do Sul, opondo-se à do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, apoiado por sua vez pelo Partido Social Democrático (PSD), que congregava as forças políticas governistas.

Em 29 de outubro, Vargas foi deposto por decisão do alto comando do Exército, assumindo a chefia do governo José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Nas eleições de 2 de dezembro Eduardo Gomes foi derrotado pelo general Eurico Dutra. No mesmo pleito, Flores da Cunha elegeu-se deputado pelo Rio Grande do Sul à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da UDN. Na Constituinte, instalada a partir de 5 de fevereiro de 1946, assinou a moção apresentada por Otávio Mangabeira elogiando as forças armadas pelo papel que desempenharam na deposição de Vargas e na redemocratização do país. Enfrentando forte oposição dos representantes getulistas, a moção acabou sendo aprovada na Assembleia. Com a promulgação da Constituição em setembro de 1946, a Constituinte foi convertida em Congresso ordinário e os parlamentares permaneceram no

exercício de seus mandatos. Em 1950 Flores da Cunha participou de nova campanha eleitoral em favor de Eduardo Gomes, mais uma vez candidato da UDN à sucessão presidencial. No pleito de 3 de outubro, o candidato udenista foi derrotado por Getúlio Vargas, apresentado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na mesma eleição, Flores reelegeu-se deputado federal, ainda na legenda udenista.

Em dezembro de 1951, Vargas enviou à Câmara dos Deputados o projeto que criava uma empresa petrolífera de capital misto. O projeto, que Flores da Cunha apoiou, foi criticado pelos parlamentares nacionalistas, aos quais se aliaram os deputados da UDN. Em outubro de 1953, Vargas assinou a Lei nº 2.004, que estabeleceu o monopólio estatal da exploração do petróleo com a criação da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras.

Em agosto de 1954 recrudesceu a crise política que se vinha desenvolvendo desde a posse de Vargas na presidência da República. A oposição a Vargas era liderada pela UDN e, particularmente, por setores desse partido aliados a correntes militares conservadoras, favoráveis a uma solução ditatorial transitória, tendo como principal intérprete o jornalista Carlos Lacerda. No dia 5 de agosto, foi assassinado o major-aviador Rubens Vaz, num atentado cujo alvo era Lacerda. O inquérito policial-militar instaurado para apurar a responsabilidade pelo atentado revelou o envolvimento de elementos da guarda pessoal de Vargas, o que aguçou ainda mais o clima de tensão.

No dia 8, Flores da Cunha compareceu, juntamente com Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda, a uma reunião da família e de amigos de Vargas, na residência de Alzira e Ernâni Amaral Peixoto, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o presidente da República consultou os presentes sobre a possibilidade de sua renúncia, da qual todos discordaram. O agravamento da crise, provocado pela exigência dos militares de que Vargas renunciasse, levou o presidente a suicidar-se no dia 24 de agosto. Assumiu então o governo o vice-presidente João Café Filho, que garantiu a realização da eleição de 3 de outubro de 1954, a despeito da oposição de setores pessedistas e udenistas. Realizado o pleito, Flores da Cunha foi mais uma vez reeleito deputado federal ainda na legenda udenista.

As eleições presidenciais de 3 de outubro de 1955 deram a vitória à chapa lançada pela aliança PSD-PTB, integrada por Juscelino Kubitschek, candidato à presidência, e João Goulart, candidato à vice-presidência da República. Desde então a UDN deflagrou uma intensa campanha contra a posse de Juscelino e Goulart, chegando alguns setores desse

partido, liderados por Lacerda, a defender abertamente um golpe militar. Pouco depois do pleito, Café Filho afastou-se da presidência da República por motivo de saúde, e o deputado pessedista Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, foi empossado na chefia do governo no dia 9 de novembro. Nessas circunstâncias, Flores da Cunha assumiu a presidência da Câmara, em substituição a Carlos Luz.

Na madrugada de 11 de novembro, o general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, chefiou um movimento militar para afastar Carlos Luz da presidência da República, sob a alegação de que este se achava ligado aos setores golpistas que planejavam impedir a posse de Juscelino e João Goulart. A capital federal foi ocupada por tropas do Exército, levando Carlos Luz e personalidades de seu governo a embarcarem no cruzador *Tamandaré*, que se dirigiu a Santos. Logo após a eclosão do movimento, vários políticos e autoridades civis e militares dirigiram-se ao Ministério da Guerra para manifestar seu apoio ao general Lott. Flores da Cunha, ao lado do senador pessedista Nereu Ramos e do ministro do Trabalho, Napoleão de Alencastro Guimarães, estava entre os primeiros que tomaram essa atitude.

Na manhã do dia 11, com o movimento praticamente consolidado, Lott orientou os presidentes do Senado e da Câmara no sentido de que promovessem a substituição de Carlos Luz, de acordo com a Constituição, já que o Exército não pretendia interferir no poder civil. Nesse mesmo dia o Congresso reuniu-se e, refletindo a posição do ministro da Guerra e dos chefes militares comprometidos com a posse de Juscelino, aprovou o impedimento de Carlos Luz e empossou na presidência da República Nereu Ramos, vice-presidente do Senado e elemento seguinte na ordem legal de sucessão. Discordando da posição da UDN, Flores da Cunha votou a favor do impedimento de Carlos Luz.

Em 14 de novembro, Carlos Luz, que retornara de Santos, discursou na Câmara dos Deputados, negando qualquer pretensão golpista, e comunicou a Flores da Cunha sua decisão de renunciar à presidência da casa. No dia 21 de novembro, Café Filho assinou uma declaração na qual informava a Nereu Ramos e aos presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, que estava disposto a reassumir imediatamente a presidência da República. Diante disso, Lott, que discordava da volta de Café Filho, reuniu-se com Flores da Cunha e a cúpula militar para discutir a situação. Ao fim da reunião, prevaleceu a conclusão de que era inadmissível o retorno de Café Filho,

igualmente suspeito de envolvimento com os setores golpistas.

Na madrugada do dia 22 o Congresso aprovou o impedimento de Café Filho por 208 votos contra 109, confirmando Nereu Ramos como presidente legal até a posse de Juscelino em janeiro do ano seguinte. Votando mais uma vez contra a posição de seu partido, Flores da Cunha aprovou o impedimento de Café Filho. Em virtude disso, decidiu romper com a UDN e renunciar à presidência da Câmara.

Nas eleições de outubro de 1958, tentou a reeleição na legenda do PTB, embora sem estar filiado a esse partido. Obteve apenas a quarta suplência e concluiu seu último mandato em janeiro de 1959. Sentindo-se doente e cansado, voltou ao Rio Grande do Sul, onde faleceu no dia 4 de novembro de 1959.

Era casado com Irene Guerra, pertencente a tradicional família republicana de Santana do Livramento, com quem teve cinco filhos.

A seu respeito, Regina Portela Schneider escreveu *Flores da Cunha; o último gaúcho legendário* (1981).

O arquivo de Flores da Cunha encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Vilma Keller

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BARATA, A. *Vida*; BOMENY, H. *Estratégia*; BROXSON, E. *Plínio*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CAGGIANI, I. *Município*; CÂM. DEP. *Anais* (1959-29); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; COHN, G. *Petróleo*; CORRESP. GOV. EST. RS; CORTÉS, C. *Gaúcho*; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; FERREIRA FILHO, A. *Revoluções*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Escalada*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*, GUIMARÃES, A. *Dicionário*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Brasil* (24/8/1976); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; LESSA, R. *Flores*; LEVINE, R.

Vargas; LIRA, A. *Senado*; LOVE, J. *Regionalismo*; MACHADO, F. *Últimos*; MIN. GUERRA. *Subsídios*; MORAIS, A. *Minas*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; PEREIRA, J. *Petróleo*; POPPINO, R. *Federal*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes RS*; SCHNEIDER, R. *Flores*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1954; SILVA, R. *Notas*; SOUSA, J. *Índice*; TIMM, O; GONZALEZ, E. *Álbum*; TODARO, M. *Pastors*; VILAS BOAS, P. *Notas*; WYNNE, J. *História*.

CUNHA, FRANCISCO FLORES DA

*dep. fed. RS 1930; sen. RS 1935-1937.

Francisco Flores da Cunha, também conhecido como *Chico Flores*, nasceu em Livramento, atual Santana do Livramento (RS), no dia 23 de maio de 1875, filho de Miguel Luís da Cunha e de Evarista Flores da Cunha. Seu irmão, José Antônio Flores da Cunha, um dos mais importantes líderes políticos gaúchos, foi deputado federal de 1912 a 1914, de 1918 a 1920, de 1924 a 1926, de 1927 a 1929 e de 1946 a 1959, interventor federal no Rio Grande do Sul de 1930 a 1935 e governador do estado de 1935 a 1937.

Fez o curso primário de 1886 a 1889 e o secundário de 1890 a 1892 em sua cidade natal e em Ouro Preto (MG), ingressando a seguir na Escola de Farmácia desta última cidade, pela qual se diplomou em 1895. Ainda estudante, alistou-se em 1893 no Batalhão Benjamim Constant, que combateu a Revolta da Armada (1893-1894), movimento de oposição ao governo de Floriano Peixoto que envolveu a esquadra fundeada na baía da Guanabara. Membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), juntou-se também às forças legalistas que combateram no Sul a Revolução Federalista (1893-1895).

Depois de ter ocupado a prefeitura de Quaraí (RS) de 1900 a 1904, elegeu-se deputado estadual no pleito de 1906, renovando o mandato até 1924. Tornou-se então prefeito de sua cidade natal e, no pleito de março de 1930, elegeu-se deputado federal. Exerceu o mandato até a revolução de outubro desse ano, da qual participou ao lado do irmão, tendo sido baleado em combate.

Filiando-se ao Partido Republicano Liberal (PRL), criado em novembro de 1932 por seu irmão, então interventor, integrou a primeira comissão diretora da agremiação. Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte gaúcha em 1935, enquanto seu irmão era eleito governador, foi eleito senador. Assumindo o mandato ainda em 1935, assistiu a partir de então ao crescente afastamento entre o presidente Getúlio Vargas e Flores da Cunha, que resultou na destituição deste em outubro de 1937, pouco antes do golpe do Estado Novo. Nesse momento, com a supressão dos órgãos legislativos do país, teve o mandato interrompido.

Pouco depois do golpe, foi preso sob a acusação de cumplicidade no assassinato do jornalista Valdemar Rippoll, ocorrido quatro anos antes. Esse episódio teve duas versões:

segundo uma delas, Rippoll fora assassinado pelo uruguaio Pedro Borges, e a guarida a ele oferecida na casa de Chico Flores não constituiria prova da participação deste e de seu irmão no crime; a outra versão dizia que o assassino seria um oficial brasileiro que, coincidentemente, era capataz na fazenda de Chico Flores. O processo, porém, não chegou a nenhuma conclusão clara sobre o caso.

Retirando-se da vida pública, não mais concorreu a cargos eletivos. Coproprietário da fazenda São Miguel, Chico Flores passou a dedicar-se à pecuária em Santana do Livramento, tendo sido um dos maiores criadores de gado do Rio Grande do Sul. Fazia, também, parte da firma Flores da Cunha Irmãos, possuindo ainda fazendas nas quais se praticava a agricultura.

Pertenceu ao Instituto Genealógico Brasileiro de São Paulo e ao Instituto de Estudos Genealógicos do Rio Grande do Sul.

Faleceu em Santana do Livramento no dia 10 de maio de 1964.

Era casado com Francisca Chaves Flores da Cunha, filha do senador Antônio Gonçalves Chaves (1894-1903), que era também industrial e estancieiro. Desse matrimônio nasceram duas filhas.

FONTES: *Boletim Min. Trab.*; CAGGIANI, I. *Município*; *Diário do Congresso Nacional*; ENTREV. PEIXOTO, A.; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; INF. FAM.; LEVINE, R. *Vargas*; RACIOPPI, V. *Estudantes*; SENADO. *Anais* (1935); SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; TIMM, O; GONZALEZ, E. *Álbum*.

CUNHA, FRANCISCO SOLANO CARNEIRO DA

*dep. fed. PE 1924-1929; rev. 1930; const. 1934.

Francisco Solano Carneiro da Cunha nasceu em Cabo (PE) no dia 17 de março de 1887, filho de José Solano Carneiro da Cunha e de Maria Amélia Carneiro da Cunha.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1909. Participou da fundação da Liga de Defesa Nacional (LDN) em 1916, ao lado de Pedro Lessa, Olavo Bilac, Álvaro Alberto e outros. A LDN, inicialmente vinculada ao positivismo, caracterizou-se também pela defesa do serviço militar obrigatório, do nacionalismo e do civismo, bem como pelo ataque aos movimentos reivindicatórios do operariado. Em 1918 foi nomeado diretor da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, assumindo em seguida, interinamente, a sua presidência.

Elegeu-se deputado federal pelo estado de Pernambuco em 1924, sendo reeleito em 1927, com mandato até dezembro de 1929. Como parlamentar, apresentou o projeto da Lei de Imprensa. Participou da Aliança Liberal e do movimento revolucionário de outubro de 1930, sendo nomeado em novembro vice-presidente do Tribunal Especial criado para julgar os crimes políticos e funcionais do governo deposto. Interventor na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, em 1931 foi nomeado presidente da comissão encarregada de inspecionar o Banco do Brasil. No ano seguinte tornou-se presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Participou dos trabalhos da Subcomissão do Itamarati, que entre novembro de 1932 e maio de 1933 elaborou um anteprojeto de Constituição a ser apresentado à Assembleia Nacional Constituinte. No pleito de maio de 1933 elegeu-se deputado por Pernambuco à Constituinte, na legenda do Partido Social Democrático (PSD), tomando posse em novembro do mesmo ano, quando deixou a presidência da Caixa Econômica Federal. Em seguida foi designado representante do estado de Pernambuco na Comissão Constitucional formada por deputados de todas as bancadas estaduais e por representantes classistas, num total de 26 membros. A Comissão dos 26, como ficou conhecida, tinha por objetivo estudar o anteprojeto de Constituição apresentado pelo governo, as emendas a ele propostas e elaborar um projeto definitivo. Autor das emendas que propunham a mudança da capital da República para Petrópolis (RJ) e a transformação da bandeira brasileira, Francisco Solano

Carneiro da Cunha votou em junho de 1934 favoravelmente ao dispositivo que estabelecia a elegibilidade dos interventores. Com a promulgação da nova Carta em julho de 1934, teve seu mandato prorrogado até maio de 1935, quando deixou a Câmara.

Em 1934 foi eleito presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, sendo reeleito em 1935, 1936 e 1940. Nesse ano passou a integrar a diretoria do conselho, em 1946 e 1947 voltou a ocupar sua presidência, e entre 1948 e 1954 permaneceu na diretoria. Responsável pela introdução no Brasil de empréstimos a longo prazo e do crédito hipotecário, fundou a Companhia de Seguros Gerais Metrópole e a Companhia Metrópole de Acidentes de Trabalho.

Foi membro da Sociedade de Geografia do Brasil, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Faleceu no Rio de Janeiro em 20 de março de 1963.

Foi casado com Placidina Serra Carneiro da Cunha, com quem teve dois filhos.

Publicou *Viagens ao Oriente* e diversos trabalhos jurídicos, além de artigos nos jornais *Pernambuco*, *A Província* e na *Revista Pernambucana*.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados; Câm. Dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Cronologia da Assembléia*; GODINHO, V. *Constituintes*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; MACEDO, R. *Efemérides*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; PINTO, A. *Caixa*; SILVA, H. 1931.

CUNHA, Gastão da

*dep. fed. MG 1900-1905.

Gastão da Cunha nasceu em São João Del Rei (MG) no dia 29 de julho de 1863, filho de Balbino Cândido da Cunha e de Antônia Carolina Fonseca da Cunha. Seu pai foi deputado geral e presidente da província do Grão-Pará.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal e os preparatórios em Ouro Preto (MG). Em 1884 bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1885 retornou a Minas Gerais e tornou-se promotor público no município de Rio Negro. Em 1887 transferiu-se para Ubá, onde esteve à frente do juizado municipal até 1890. Foi ainda juiz municipal nas cidades de Tiradentes (1890-1892) e Rio Preto (1893-1894). Em novembro de 1894 tornou-se diretor da Imprensa Oficial do estado e de 1895 a 1896 foi subprocurador da República em Ouro Preto. Em março de 1896 ingressou na carreira docente, ao tornar-se professor substituto da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Catedrático já no ano seguinte, por quase duas décadas ministraria as disciplinas de direito criminal e de direito público internacional e diplomacia.

Membro do Partido Republicano Mineiro (PRM), em 1900 foi eleito deputado federal por Minas Gerais e em maio do mesmo ano assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tornando-se membro da Comissão de Diplomacia e Tratados. Reeleito em 1903, exerceu o mandato até 1905, quando renunciou por ter sido nomeado árbitro do Brasil no Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano.

Em 1906 atuou mais uma vez como árbitro, agora no Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano. Em 1907 representou o Brasil na III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro, como membro da Comissão de Arbitragem e Tratados; o mesmo faria na IV Conferência, realizada três anos depois em Buenos Aires. Ainda em 1907 foi designado ministro plenipotenciário no Paraguai. Voltaria a exercer as mesmas funções na Dinamarca, Noruega e Suécia em 1911, na Santa Sé em 1913 e na Espanha em 1914. Em 1915 tornou-se subsecretário das Relações Exteriores. Nos anos seguintes foi embaixador em Portugal (1916), na Itália (1919) e na França (1919-1921). Em 1920 foi delegado junto à Liga das Nações e em 1922 aposentou-se.

Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de julho de 1927.
Era casado com Elisa Batista de Castro da Cunha.

Luciana Pinheiro

FONTES: CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 101); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 210).

CUNHA, GODOFREDO XAVIER DA

*magistrado; min. STF 1909-1931.

Godofredo Xavier de Cunha nasceu em Porto Alegre no dia 25 de fevereiro de 1860, filho de Félix Xavier da Cunha e de Josefina Pinto Bandeira. Seu pai, um dos principais líderes do Partido Liberal Rio-Grandense, foi deputado federal de 1861 a 1864. Sua mãe descendia de Rafael Pinto Bandeira, importante figura na luta para a expulsão dos castelhanos da Colônia do Sacramento. Ao se casar com Emérita Bocaiúva, tornou-se genro de Quintino Bocaiúva, importante líder republicano que, após a proclamação da República, foi ministro das Relações Exteriores (1889-1891) senador (1890-1891, 1892-1899, 1900 e 1909-1912) e presidente do estado do Rio de Janeiro (1900-1903).

Transferindo-se em 1872 para o Rio de Janeiro, então capital do Império, aí iniciou o curso de humanidades, que concluiu em São Paulo. Também em São Paulo ingressou na Faculdade de Direito, mas concluiu o curso na Faculdade do Recife, bacharelando-se em março de 1884. Ainda nesse ano foi nomeado promotor público da comarca de Nova Friburgo (RJ), e em abril de 1885 passou a juiz municipal e de órfãos de Campos (RJ). Abolicionista, enfrentou fortes pressões dos senhores de engenho daquele município, que concentrava o maior contingente de escravos da província do Rio de Janeiro.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, à qual deu seu apoio, foi nomeado no mesmo dia, pelo governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, chefe de polícia do estado do Rio de Janeiro. Afastado do cargo em janeiro do ano seguinte, assumiu o posto de juiz de direito da comarca de Santo Antônio de Pádua (RJ), passando em seguida a exercer idêntica função na cidade do Rio de Janeiro. Ainda em 1890 foi nomeado juiz federal da seção do estado do Rio de Janeiro. Em 1896, no exercício desse cargo, requisitou pela primeira vez no país a força federal para garantir o cumprimento de um *habeas-corpus* preventivo concedido aos presidentes das mesas eleitorais de Campos, ameaçados em sua liberdade pela polícia estadual. Responsável pela eclosão de uma crise política, esse episódio ocasionou o pedido de demissão do ministro da Justiça Alberto Torres (1896-1897). Provocou também o protesto no Senado Federal de seu sogro Quintino Bocaiúva pelo caráter de intervenção federal de que se teria revestido.

Transferido em 1897 para a seção do Distrito Federal, alcançou grande popularidade

defendendo a autonomia do Poder Judiciário. Em setembro de 1909 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga de Alberto Torres. Tornou-se vice-presidente dessa corte em 1924 e presidente em fevereiro de 1927, por ocasião do falecimento de André Cavalcanti de Albuquerque. Após a Revolução de 1930, em fevereiro de 1931 foi aposentado discricionariamente — embora sob a alegação de que atingira o limite de idade — pelo governo provisório de Getúlio Vargas, juntamente com mais cinco magistrados, tendo protestado em vão contra a medida.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 2 de agosto de 1936.

Seu filho Ranulfo Bocaiúva Cunha foi deputado federal de 1924 a 1930 e ministro do Superior Tribunal Militar de 1946 a 1957. Seu neto Luís Fernando Bocaiúva Cunha foi deputado federal de 1959 a 1964 e de 1983 a 1990.

FONTES: COSTA, E. *Grandes; Grande encic. Delta; Grande encic. portuguesa*; LAGO, L. *Supremo*.

CUNHA, Higino

*magistrado; jornalista; junta gov. PI 1891.

Higino Cícero da Cunha nasceu no município de Flores (PI) no dia 11 de janeiro de 1858, filho de Luís José da Cunha e de Ludgera Maria da Conceição.

Iniciou seus estudos no Piauí e depois passou a residir no Maranhão. Em 1881 ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Durante o curso, colaborou no jornal *Folha do Norte*. Diplomado em 1885, retornou ao Piauí, dando início à sua trajetória política. Militante do Partido Liberal, passou a trabalhar no jornal *A Imprensa*, porta-voz da agremiação. Em 1886 tornou-se juiz municipal em Picos. No final de 1889, depois da proclamação da República (15/11/1889), foi nomeado juiz municipal em Amarante. No ano seguinte, tornou-se procurador seccional junto ao juiz federal em Teresina, e pouco tempo depois juiz municipal na mesma cidade. Em seguida, foi juiz de direito em União.

A ascensão do vice-presidente da República, marechal Floriano Peixoto, à presidência, após a crise que culminou com a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, repercutiu diretamente no quadro político dos estados. No Piauí, o governador Gabriel Luís Ferreira foi deposto em 21 de dezembro, sendo substituído por uma junta governativa. Presidida pelo tenente-coronel João Domingos Ramos, a junta composta ainda por Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, José Eusébio de Carvalho Oliveira, Elias Firmino de Sousa Martins e José Pereira Lopes. Em 29 de dezembro, João Domingos Ramos assumiu sozinho o governo do Piauí, mantendo-se no cargo até 11 de fevereiro de 1892, quando foi substituído por Coriolano de Carvalho e Silva, escolhido pelo governo federal. Higino Cunha participou da nova administração como secretário de Polícia.

Em 1895, mudou-se para o Amazonas, onde trabalhou como advogado e jornalista, colaborando com os jornais *A Federação* e *O Estado do Amazonas*. No ano seguinte, motivado por desentendimentos políticos com o governador Fileto Pires Ferreira (1896-1898), retornou ao Piauí e tornou-se juiz de direito na cidade de Itamarati. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras em 1917, entidade que presidiria em dois períodos, e, em 1918, do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. No governo de Eurípedes Clementino de Aguiar (1916-1920) tornou-se procurador dos feitos da Fazenda estadual, cargo no qual se aposentou em 1925. Foi também professor do Liceu Piauiense,

da Escola Normal e da Faculdade de Direito do Piauí, fundada em Teresina em 1931. Como jornalista, colaborou no *Diário do Piauí*, *A Democracia*, *Correio de Teresina*, *Habeas Corpus*, *Gazeta do Comércio* e *A República*.

Faleceu em Teresina em 16 de novembro de 1943.

Era casado e teve três filhos.

Publicou *Pro Veritate* (1883), *Asineide* (1897), *O idealismo filosófico e o ideal artístico* (1913), *Discursos acadêmicos* (1921), *O teatro em Teresina* (1923), *O ensino normalista no Piauí* (1923), *Histórias das rebeliões no Piauí* (1924), *Os revolucionários no Sul do Brasil* (1926), *O assassinio do juiz federal* (1928), *A defesa do professor Leopoldo Cunha* (1934), *A Igreja Católica e a nova constituição da República* (1934) e *Memórias: traços autobiográficos* (1940).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; CHAVES, J. *Apontamentos*; MAGALHÃES, M.; FREITAS, L. *Figuras* ((p.1-2); REGO NETO, H. *Fatos*.

CUNHA, José Henrique Carneiro da

*sen. PE 1921-1929.

José Henrique Carneiro da Cunha nasceu em Recife no dia 21 de julho de 1867, filho de Virgínio da Cunha e Albuquerque e de Maria do Carmo Carneiro da Cunha.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1887. Era republicano e abolicionista. Além de advogado e político, destacou-se como grande proprietário agrícola e usineiro. Em 1914 adquiriu a usina Massauassu, que funcionava no engenho Escada, no município do mesmo nome.

Em 1915 foi eleito senador estadual em Pernambuco. Em 1921, foi eleito senador federal e assumiu sua cadeira no Senado, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

O governador pernambucano José Rufino Bezerra Cavalcanti, empossado em 1919, afastara-se do governo em 1920 por motivo de doença e fora substituído sucessivamente por Otávio Hamilton Tavares Barreto e Severino Marques de Queirós Pinheiro. Em 27 de março de 1922, veio a falecer. Sua morte determinou o início da disputa pelo governo estadual. Com o apoio do ex-governador Manuel Borba, José Henrique Carneiro da Cunha foi lançado candidato da situação. Por seu lado, a oposição apresentou a candidatura de Eduardo de Lima Castro. Apesar da tensão, a eleição transcorreu sem maiores incidentes, saindo vitorioso o senador Carneiro da Cunha. Esse resultado foi porém contestado pela oposição, e a partir do dia seguinte começaram as desordens, com a participação de forças militares de um e de outro lado. Diante da ameaça de intervenção federal em Pernambuco, as duas facções entraram em acordo, e Carneiro da Cunha renunciou sem chegar a tomar posse. O juiz Sérgio Lins de Barros Loreto foi então eleito governador do estado e empossado em 18 de outubro.

Carneiro da Cunha continuou exercendo seu mandato de senador e foi eleito presidente do Senado. Também integrou a Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes. Permaneceu na Câmara Alta até 3 de janeiro de 1929.

Faleceu em 1944.

Pablo Porfírio

FONTES: ASSEMB. LEGISL. PE. Disponível em:

<<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/AgamenonMagalhaes/03.html>>; GASPAR, L. *Usina*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v3, p.1613/14); SENADO. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1929&li=34&lcab=1927-1929&lf=34>.

CUNHA, José Mariano Carneiro da

*dep. geral PE 1878-1885; const. 1891; dep. fed. PE 1891-1899; dep. fed. PB 1912.

José Mariano Carneiro da Cunha nasceu em Ribeirão (PE) no dia 8 de agosto de 1850, filho de Mariano Xavier Carneiro da Cunha e de Amália Veloso da Silveira. Seu pai foi tenente-coronel da Guarda Nacional e senhor de engenho.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1870. Ainda durante o Império, foi membro do Partido Liberal, fundou o jornal *A Província*, órgão do partido, e foi deputado geral pelo estado de Pernambuco de 1878 a 1885. Em 1886 foi novamente eleito, mas não teve seu mandato reconhecido. Tornou-se líder abolicionista, assim como sua esposa Olegária da Costa Gama Carneiro da Cunha, e foi um dos fundadores do Clube do Cupim, importante agremiação na luta contra a escravidão em Pernambuco. Mesmo com toda essa militância, não aderiu ao movimento republicano antes que este triunfasse.

Depois de proclamada a República (15/11/1889), foi eleito deputado constituinte por Pernambuco e assumiu sua cadeira em 15 de novembro de 1890, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do país, foi um defensor do presidente Deodoro da Fonseca (1889-1891). Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em maio seguinte passou a cumprir o mandato ordinário. Por ocasião da Revolta da Armada, em 1893, foi preso na ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, por determinação do governo de Floriano Peixoto (1891-1894), por suas ligações com o antigo presidente. Depois de libertado, fundou em Pernambuco o Partido Autonomista, ao lado de José Maria de Albuquerque Melo.

Reeleito deputado federal em 1894, fez forte oposição na Câmara dos Deputados ao governo de Alexandre José Barbosa Lima em Pernambuco. Após o assassinato de seu aliado José Maria de Albuquerque Melo, em 1895, publicou uma “Carta política aos pernambucanos” e um artigo sobre o assunto, intitulado “A tragédia de Pernambuco”, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Voltou a ser eleito deputado federal em 1897, com mandato até dezembro de 1899. Retirou-se da política depois da morte de sua esposa, sendo então nomeado pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906) oficial do Registro de Títulos e assumindo um Cartório de Títulos e Documentos no Rio de Janeiro.

Em 1909 voltou à atuação política e fundou em Pernambuco o Partido Republicano Conservador, que defendeu a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República e a de Dantas Barreto ao governo do estado. Retomou sua vida parlamentar em 1912, quando foi, mais uma vez, eleito deputado federal, agora pela Paraíba. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio, mas lá permaneceu por pouco tempo, pois faleceu em 8 de junho.

Seu filho Olegário Mariano Carneiro da Cunha foi poeta, deputado constituinte em 1934, deputado federal de 1935 a 1937 e embaixador do Brasil em Portugal de 1953 a 1955.

Publicou *Contestação do Sr. Conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva à legitimidade do diploma à Assembleia Geral pelo 2º distrito de Pernambuco ao Sr. Dr. José Mariano e refutação por este apresentada* (1881), *Discursos pronunciados na Câmara dos srs. Deputados* (1886) e *Carta política ao eleitorado* (1892).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Grande Encic. Delta Larousse*; LEVINE, R. *Velha*; VAINSENER, S. *José Mariano*.

CUNHA, Lemos

* militar; rev. 1930; interv. PI 1931.

Joaquim de Lemos Cunha nasceu no dia 28 de setembro de 1891.

Sentou praça em março de 1911, ingressando na Escola de Guerra de Porto Alegre. Aspirante a oficial em outubro de 1915, segundo-tenente em novembro de 1917 e primeiro-tenente em setembro de 1922, foi promovido a capitão em outubro de 1928.

Participou da Revolução de 1930, sublevando o 25º Batalhão de Caçadores, sediado em Teresina, e assumindo pouco depois o comando dessa unidade militar. Em 29 de janeiro de 1931 o interventor federal no Piauí, capitão-tenente Humberto de Areia Leão, foi deposto por um movimento encabeçado por um dos líderes da Revolução de 1930 no estado, o desembargador Joaquim Vaz da Costa. Embora este último fosse aclamado governador revolucionário do Piauí, no mesmo dia, por indicação de Juarez Távora, Lemos Cunha foi nomeado interventor interino no estado. Instaurou-se um inquérito, chefiado pelo tenente Landri Sales, para apurar as circunstâncias da deposição de Areia Leão, mas os resultados nunca vieram a público. Considerado partidário de Vaz da Costa, Lemos Cunha opôs-se ao nome de Raimundo Campos, aventado pelo governo central para a interventoria. Afinal, em maio de 1931, Lemos Cunha passou o cargo a Landri Sales.

Documentos do arquivo de Osvaldo Aranha registram a interferência de Juarez Távora para que Lemos Cunha não fosse punido devido às acusações que recebeu de comprometimento com facções políticas do Piauí e de improbidade administrativa.

FONTES: ARQ. OSVALDO ARANHA; CASTELO BRANCO FILHO, M. *Depoimento*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934); PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; REGO NETO, H. *Fatos*; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1935.

CUNHA, Manuel Lopes da

*magistrado; pres. MA 1902.

Manuel Lopes da Cunha nasceu na vila de Penalva (MA) no dia 25 de julho de 1855, filho de José Mariano da Cunha e de Maria Quitéria Magalhães. Seu irmão, Celso Magalhães da Cunha, foi jurista, jornalista e escritor de grande prestígio no estado do Maranhão e um dos pioneiros nos estudos de folclore no Brasil.

Iniciou seus estudos no Seminário das Mercês e no Liceu Maranhense. Em 1879 ingressou na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1883. Em 1884, de volta ao estado natal, tornou-se promotor público da comarca de Viana. Exerceu o cargo até 1886, quando foi nomeado juiz substituto da mesma localidade. Em 1888, tornou-se juiz de direito da cidade de Baixo Mearim.

Ingressou na política ao lado do líder maranhense Benedito Pereira Leite, elegendo-se presidente do estado do Maranhão para o quadriênio 1902-1906, em substituição a João Gualberto Torreão da Costa. Assumiu o governo em 1º de março de 1902, mas ausentou-se do poder em 19 de novembro do mesmo ano para tratamento de saúde no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Sua licença se estendeu até o fim do mandato. Em seu lugar assumiu Raimundo Nogueira da Cruz e Castro, terceiro vice-presidente, pois o primeiro e o segundo vice-presidentes, Alexandre Colares Moreira Júnior e Oton da Carvalho Bulhão, estavam ausentes do estado. Pouco tempo depois Alexandre Colares Moreira Júnior retornou e assumiu o governo, como exigia a legislação estadual, nele permanecendo até a posse de Benedito Pereira Leite, em 1º de março de 1906.

Encerrado seu tratamento de saúde, Manuel Lopes da Cunha retornou ao Maranhão e foi nomeado procurador geral do estado. Em 1907 tornou-se desembargador do Supremo Tribunal de Justiça. Em 1924, poucos meses antes de falecer, assumiu a presidência da corte.

Faleceu na cidade de São Luís no dia 5 de setembro de 1924.

Seu filho Antônio Lopes da Cunha foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de São Luís (1918), ao lado de Fran Paxeco, Henrique Couto, Domingos Perdigão e outros, e foi também fundador e secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Seu outro filho, Raimundo Lopes da Cunha, foi cientista, historiador, geógrafo e escritor.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: COUTINHO, M. *Memória*; MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*.

CUNHA, OLÍMPIO FALCONIÈRE DA

*militar; rev. 1922; rev. 1924; rev. 1930; ch. Depto. Ger. Admin. Ex. 1953-1954; comte Zona Mil. Centro 1954-1956; comte II Ex. 1956; min. STM 1956-1961.

Olímpio Falconière da Cunha nasceu em Itajaí (SC) no dia 19 de junho de 1891, filho de Olímpio da Cunha e de Leopoldina da Cunha.

Ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em março de 1912, saindo aspirante em janeiro de 1915. Entre março e abril desse ano, participou da repressão à rebelião popular de cunho messiânico que se desenvolvia desde 1912 na região do Contestado, na fronteira do Paraná com Santa Catarina, cuja posse era disputada pelos dois estados. Promovido a segundo-tenente em outubro de 1916, fez o curso de aperfeiçoamento na arma de engenharia em 1918, chegando a primeiro-tenente em junho de 1921.

DAS REVOLTAS TENENTISTAS À DÉCADA DE 1940

Ainda como primeiro-tenente, participou da Revolta de 5 de julho de 1922, marco inaugural do ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Seu envolvimento no levante — que, no Rio, abrangeu o forte de Copacabana, a Escola Militar e contingentes da Vila Militar — custou-lhe três meses de prisão, de julho a setembro, na fortaleza de São João.

Os atritos entre a jovem oficialidade do Exército e da Marinha e o governo federal continuaram durante todo o mandato do presidente Artur Bernardes (1922-1926). Em julho de 1924, eclodiram insurreições militares em Sergipe, no Amazonas e em São Paulo. Nesse estado a revolta teve uma amplitude maior, e os rebeldes, comandados pelo general Isidoro Dias Lopes, conseguiram controlar a capital paulista durante três semanas. Implicado no movimento, Falconière foi excluído do Exército em novembro de 1924, decidindo então exilar-se no Paraguai, onde permaneceu aproximadamente dois anos.

No exílio, Falconière e outros oficiais envolvidos nas revoltas tenentistas entraram em contato com integrantes da Coluna Miguel Costa-Prestes, que travava uma guerra de movimento em território brasileiro, mantendo-se assim informados dos passos do principal foco de resistência militar ao governo. Retornando ao Brasil, Falconière aproximou-se de membros da Aliança Liberal, coligação oposicionista formada em 1929 para apoiar a

candidatura de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de março de 1930. A vitória do candidato situacionista Júlio Prestes nesse pleito foi considerada fraudulenta pela oposição, que passou a intensificar os preparativos para um levante armado contra o governo federal. Em setembro de 1930, Falconière dirigiu-se para Minas Gerais, cujo governo apoiava a conspiração em curso. Ao lado de 30 oficiais revolucionários — entre os quais Eduardo Gomes, Djalma Dutra, Néelson de Melo e Tasso Tinoco — preparou as condições para a eclosão do movimento revolucionário em Belo Horizonte, ocorrida em 3 de outubro.

O triunfo da Revolução de 1930 permitiu a rápida reintegração de Falconière à vida militar. Em 8 de novembro, foi anistiado pelo governo provisório chefiado por Getúlio Vargas e passou a chefiar a 2ª Seção da Inspetoria Geral da Força Pública de São Paulo, comandada pelo general Miguel Costa. Promovido a capitão no dia 15 de novembro, deixou suas funções no dia seguinte e, no final do mês, assumiu o comando do Batalhão-Escola daquela corporação.

Falconière permaneceu em São Paulo durante a tumultuada interventoria do tenente João Alberto Lins de Barros e foi nomeado delegado-geral do Interior por Miguel Costa, que era também secretário de Segurança Pública. Contudo, os atritos entre os dois militares não tardaram. Em carta a Getúlio Vargas datada de 29 de julho de 1931, Miguel Costa queixou-se do comportamento de Falconière e de “alguns dos seus delegados do interior, (que) iniciaram as suas atividades hostilizando os meus amigos revolucionários do interior e da Legião Revolucionária”. Miguel Costa protestava ainda contra o convite feito pelo novo interventor, Laudo Camargo, para que Falconière ocupasse a chefatura de polícia, “apesar do compromisso formal que João Alberto me fizera de que esse nosso amigo não ficaria em cargo onde nos pudesse hostilizar”.

Designado para servir no Ceará, Falconière ingressou em agosto de 1931 na seção local do Clube 3 de Outubro, organização criada em maio desse ano pelos setores tenentistas favoráveis ao aprofundamento das reformas introduzidas pela Revolução de 1930. Sempre ligado à manutenção da ordem pública, Falconière ocupou dois cargos de relevo nesse estado: o de comandante da Força Pública entre outubro de 1931 e maio de 1932, e o de comandante geral do Corpo de Segurança Pública de maio a agosto desse ano.

Promovido a major em fevereiro de 1933, retornou a São Paulo, que ainda vivia sob o impacto da derrota da Revolução Constitucionalista de 1932 e se preparava para as eleições

constituintes de maio de 1933. Nesse mês, foi nomeado pelo interventor, general Valdomiro Lima, para substituir Bento Borges na chefatura de polícia do estado, por indicação de Juarez Távora, um dos principais líderes da Revolução de 1930 e ministro da Agricultura. Para assumir o cargo, Falconière impôs três condições: poder admitir e dispensar livremente seus auxiliares e funcionários, ter garantida a manutenção integral das atribuições do cargo e receber o apoio de Vargas para a sua linha de ação.

Ocupando um posto-chave no interior do aparelho político-administrativo de São Paulo, Falconière envolveu-se diretamente na luta pelo poder no estado, ligada ao progressivo enfraquecimento das posições de Valdomiro Lima. Em carta de 6 de junho de 1933 dirigida ao “tenente” Tasso Tinoco, admitia que “a interventoria não (podia) continuar nas mãos do Valdomiro”, mas criticava o governo provisório por querer substituí-lo por um homem de confiança dos promotores da Revolução Constitucionalista de 1932. No seu entender, a pessoa mais indicada para assumir a chefia do governo paulista era Benedito Montenegro, presidente da Federação dos Voluntários (organização ligada aos constitucionalistas), mas detentor da confiança dos “tenentes”. Em meados de julho de 1933, agindo por conta própria, Falconière deteve em seu gabinete por algumas horas José Carlos de Macedo Soares, dirigente da Chapa Única por São Paulo Unido, legenda contrária a Valdomiro Lima e que saíra amplamente vitoriosa no estado nas eleições de maio para a Assembleia Nacional Constituinte. Esse episódio determinou seu afastamento sumário da chefatura de polícia. Entretanto, em 27 de julho, foi novamente nomeado para o cargo pelo general Manuel Daltro Filho, recém-empossado interinamente na interventoria. Com a passagem do governo paulista para Armando de Sales Oliveira em 19 de agosto, Falconière foi afinal substituído por Mário Guimarães.

Durante o ano de 1934, Falconière fez o curso de estado-maior, no Rio de Janeiro. Promovido a tenente-coronel em setembro de 1937, assumiu dois meses depois o comando do 18º Batalhão de Caçadores (18º BC), sediado em Campo Grande (MS), então no estado de Mato Grosso, cargo que ocupou até dezembro de 1938. De volta ao Rio, chefiou a 2ª Subseção da 3ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME) entre janeiro e agosto de 1939, quando foi designado para servir na inspetoria do 3º Grupo de Regiões Militares (3º GRM), antecessor do III Exército, sediado em Porto Alegre. Em maio de 1940 recebeu a patente de coronel e em dezembro deixou suas funções no 3º GRM para comandar o 7º Regimento de

Infantaria (7º RI), sediado em Santa Maria (RS), onde permaneceu até janeiro de 1942. Entre março e dezembro desse ano, comandou o 10º RI em Belo Horizonte. Promovido a general de brigada em julho de 1943, assumiu no mês seguinte o comando da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria (4ª DI), sediada em Minas Gerais, cargo que ocupou até julho de 1944.

NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Em meados de 1944, Falconière passou a integrar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), conhecida como Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada em agosto de 1943 em virtude do envolvimento direto do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Embarcou para a Itália em 22 de setembro de 1944 a bordo do *General Meigs*, comandando o 3º Escalão das tropas brasileiras, composto de 5.239 homens, e ao chegar ao palco de operações permaneceu alguns dias sem função, à disposição do general João Batista Mascarenhas de Moraes, comandante em chefe da FEB. Em 20 de outubro foi nomeado inspetor-geral da FEB, cargo recém-criado para tratar dos problemas de retaguarda (serviços de correio, hospitais, banco, transporte de pessoal por via aérea etc.), supervisionar o apoio logístico às tropas e cuidar da ligação com o comando do V Exército aliado, ao qual a FEB estava subordinada.

Devido à crescente complexidade das atividades cumpridas pelos setores de retaguarda, Mascarenhas de Moraes decidiu ampliar os encargos do inspetor-geral, criando em 25 de março de 1945 os órgãos não-divisionários (ONDs), que permaneceram sob a chefia de Falconière e tiveram seu quartel-general instalado na localidade de Montecatini. Entre outras incumbências, cabia-lhe supervisionar o Depósito do Pessoal da FEB, manter relações com o consulado brasileiro e as agências do Banco do Brasil, proceder à estocagem e distribuição dos gêneros e do material procedente do Brasil, acompanhar a internação dos doentes e feridos graves nos hospitais, encaminhar oficiais e praças brasileiros aos cursos e escolas norte-americanos, efetuar o pagamento dos praças e oficiais da FEB, assegurar o funcionamento do serviço de correspondência e encomendas postais etc.

Além desse tipo de atividade, Falconière cumpriu tarefas mais diretamente ligadas ao desenrolar da guerra. No dia seguinte à rendição da 148ª DI alemã, ocorrida em 29 de abril

de 1945, escoltou o general Otto Fretter Pico, comandante dos vencidos, até Florença, onde estava instalado o comando do V Exército aliado. Nos primeiros dias de maio, comandou o Grupamento Tático nº 6 que, junto com os grupamentos nº 1 e nº 11, resultou da descentralização das operações militares decidida por Mascarenhas de Moraes com o objetivo de facilitar a ocupação da região de Alessandria.

Após a rendição, em 2 de maio, de todas as tropas alemãs em ação na Itália, o comando da FEB recebeu instruções do IV Corpo do Exército aliado para concentrar a maior parte dos efetivos brasileiros em Alessandria e Piacenza, ao sul do rio Pó, para manter a região sob ocupação militar. Devido ao fim dos combates, os três grupamentos foram desativados no dia 8 de maio, restabelecendo-se os comandos orgânicos anteriormente vigentes no interior da FEB.

Entre 11 de agosto e 13 de outubro de 1945, Falconière comandou o Grupamento Itália, composto de militares brasileiros que permaneceram no país depois do término da guerra. Nesse período, tomou as primeiras providências para reunir em Pistoia os despojos dos brasileiros mortos durante os combates, iniciativa que veio a resultar na criação do Cemitério Brasileiro de Pistoia. De volta ao Brasil ainda em outubro de 1945, assumiu, no dia seguinte à deposição de Getúlio Vargas (29/10/1945), um dos mais importantes comandos de tropas do país, o da Infantaria Divisionária da 1ª DI, correspondente à Vila Militar do Rio de Janeiro. Deixou esse posto em janeiro de 1946, passando a comandar, até julho seguinte, a Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (4ª RM), sediada em Belo Horizonte. Em seguida, foi subcomandante da 4ª DI e diretor-geral de Ensino do Exército, entre julho e dezembro de 1948. No exercício dessa função, em setembro, foi promovido a general de divisão.

Com a nova patente, Falconière foi comandante da 3ª RM, sediada em Porto Alegre, entre janeiro de 1949 e setembro de 1952, assumindo então a direção do Serviço Militar do Exército, onde permaneceu até agosto de 1954. A partir de abril de 1953 acumulou com esse cargo a chefia do Departamento Geral de Administração do Exército, a qual desempenhou até setembro de 1954. No dia 2 desse último mês, nove dias depois do suicídio do presidente Getúlio Vargas, assumiu interinamente o comando da Zona Militar Centro, atual II Exército, com sede em São Paulo, substituindo o general Newton Estillac Leal, conhecido partidário do ex-presidente, de quem fora ministro da Guerra. Em março de

1955 passou a general de exército e no mês de maio foi efetivado no comando da Zona Militar Centro.

O MOVIMENTO DO 11 DE NOVEMBRO DE 1955

A crise político-militar que caracterizava a vida brasileira desde a morte de Vargas aprofundou-se com a aproximação das eleições presidenciais de outubro de 1955. O setor antigetulista das forças armadas, os principais órgãos da grande imprensa e a União Democrática Nacional (UDN), segundo maior partido político do país, opunham-se frontalmente às candidaturas de Juscelino Kubitschek e de João Goulart à presidência e vice-presidência da República. Esses candidatos, apoiados pelo Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), eram acusados por seus adversários de corruptos e de estabelecer acordos com os comunistas. Para fazer frente à ação dos militares antigetulistas, oficiais do Exército articularam nos primeiros meses de 1955 o Movimento Militar Constitucionalista (MMC), pretendendo garantir a realização das eleições e a posse dos candidatos vitoriosos. Falconière aderiu às posições do MMC, que também contava com o apoio dos generais Artur Hesketh Hall (comandante da 7ª RM, sediada em Recife), Euclides Zenóbio da Costa (chefe da Inspetoria Geral do Exército) e Décio Escobar (comandante da 8ª RM, sediada em Belém), entre outros.

Apesar das pressões contrárias à realização do pleito, o calendário eleitoral foi cumprido, e a vitória coube a Juscelino e Goulart. O fato de nenhum dos dois ter tido maioria absoluta de votos propiciou uma ofensiva de seus adversários para impedir sua posse. O general Henrique Lott, ministro da Guerra, defendia a posse dos eleitos, mas sua posição foi publicamente contestada pelo coronel Jurandir de Bizarria Mamede em discurso pronunciado no dia 1º de novembro. Lott resolveu então punir Mamede por indisciplina, mas qualquer sanção dependia do consentimento do presidente João Café Filho, pois o coronel estava lotado na Escola Superior de Guerra (ESG), órgão subordinado à Presidência da República.

No dia 8 de novembro, um novo elemento agravou ainda mais o quadro político do país. Café Filho, acometido de um distúrbio cardiovascular, transferiu interinamente o poder a Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados e sabidamente próximo ao esquema udenista. Finalmente, os acontecimentos se precipitaram no dia 10 com o pedido de

demissão de Lott do ministério, descontente com a decisão de Luz de não punir Mamede. Nessa ocasião, Falconière estava de passagem pelo Rio e participou da reunião de altos oficiais do Exército na residência do general Odílio Denis, comandante da Zona Militar Leste (atual I Exército). Foi então planejado um movimento militar para depor o presidente Carlos Luz, considerado cúmplice de uma conspiração que visava a impedir a posse dos candidatos eleitos. O comando das operações foi centralizado no Ministério da Guerra, para onde Lott, Denis, Falconière e outros oficiais se dirigiram. O movimento conseguiu a adesão imediata de todas as unidades do Exército sediadas no Distrito Federal, mas os ministros da Marinha e da Aeronáutica, o contra-almirante Edmundo Amorim do Vale e o brigadeiro Eduardo Gomes permaneceram ao lado de Carlos Luz, tentando organizar a resistência.

Às 4:30h da madrugada do dia 11, quando a situação no Rio já estava sob o controle de Lott, Falconière seguiu de carro para São Paulo a fim de assegurar a adesão ao movimento dos importantes contingentes sob seu comando. A viagem, que incluía a visita a regimentos situados no eixo Rio-São Paulo, foi acidentada. Em Guaratinguetá (SP), o general foi detido e conduzido à presença do brigadeiro Antônio Guedes Muniz, fiel a Eduardo Gomes, na Escola de Especialistas da Aeronáutica. Falconière foi autorizado a falar pelo telefone com o brigadeiro Eduardo Gomes, que estava prestes a partir do Rio para São Paulo, onde tentaria organizar a resistência com a colaboração do general Tasso Tinoco (comandante da 2ª DI) e do brigadeiro Ivo Borges (comandante da IV Zona Aérea), além do discreto apoio do governador do estado, Jânio Quadros. Falconière assegurou a Eduardo Gomes que sua presença em São Paulo ligava-se à defesa da legalidade e da Constituição, fórmula ambígua porque era utilizada por ambas as partes em confronto. O ministro da Aeronáutica interpretou que o comandante da Zona Militar Centro estava ao lado do presidente Luz e ordenou que ele fosse libertado.

Prosseguindo viagem, Falconière chegou a Caçapava (SP) às 11:30h da manhã do dia 11. Nessa cidade, lançou um manifesto de apoio a Lott, pondo fim aos boatos de que ainda estava detido em Guaratinguetá. Em seguida, enviou para Santos (SP) um contingente de quinhentos homens com o objetivo de impedir o desembarque de Carlos Luz, que partira do Rio horas antes a bordo do cruzador *Tamandaré* pretendendo transferir temporariamente a sede do governo para o porto paulista e organizar a resistência.

Falconière viajou em seguida para a capital estadual. Contando com efetivos muito superiores às tropas fiéis a Luz, ocupou o quartel-general da 2ª RM e deteve o general Tasso Tinoco. Definida a situação em São Paulo a favor de Lott, as operações militares chegaram ao fim. Em termos políticos, a situação foi normalizada com a decisão do Congresso de empossar o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, na presidência da República. O retorno do *Tamandaré* ao porto do Rio no dia 13 atestou o reconhecimento da vitória de Lott por parte de Carlos Luz e seus partidários. Nereu Ramos permaneceu na presidência da República até 31 de janeiro de 1956, quando transferiu o cargo para Juscelino Kubitschek.

Falconière comandou a Zona Militar Centro até sua extinção em agosto de 1956, quando foi formado o II Exército, cuja chefia exerceu até novembro seguinte. Em dezembro, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM), cargo que deixou em junho de 1961 por ter atingido a idade limite de 70 anos. Foi então reformado no posto de marechal.

Olímpio Falconière da Cunha faleceu no Rio de Janeiro em 11 de agosto de 1967.

Sérgio Lamarão

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; BRAYNER, F. *Verdade*; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; DULLES, J. *Unrest*; JAMUNDÁ, T. *Catarinenses*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. GUERRA. *Subsídios*; MORAIS, J. *FEB*; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1933; SILVA, Z. *Perfis*.

CUNHA, RANULFO BOCAIÚVA

*dep. fed. RJ 1924-1930; min. STM 1946-1957.

Ranulfo Bocaiúva Cunha nasceu em Campos (RJ) no dia 27 de maio de 1888, filho de Godofredo Xavier da Cunha e de Emérita Bocaiúva Cunha. Seu pai foi o primeiro chefe de polícia do estado do Rio de Janeiro no regime republicano e, a seguir, ministro (1909-1931) e presidente (1927-1931) do Supremo Tribunal Federal (STF). Seu avô materno, o líder republicano Quintino Bocaiúva, foi ministro das Relações Exteriores (1889-1891), senador (1890-1891, 1892-1899, 1900 e 1909-1912) e presidente do estado do Rio de Janeiro (1909-1912). Seu ascendente pelo lado materno Rafael Pinto Bandeira foi importante figura nas lutas para a expulsão dos castelhanos da Colônia do Sacramento.

Tendo aprendido as primeiras letras com sua mãe, ingressou no Externato Joaquim Serra, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e, a seguir, no Colégio Militar dessa cidade, onde fez os estudos preparatórios entre 1902 e 1905. Como pretendesse seguir a carreira militar e seus pais não consentissem em sua matrícula na Escola Militar, transferida em 1906 para Porto Alegre, ingressou naquele ano na Escola Naval, que abandonou a seguir por motivo de doença. Matriculou-se então na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e passou a dedicar-se ao jornalismo, colaborando, ainda como universitário, nos jornais *O País* — fundado e dirigido por seu avô Quintino Bocaiúva —, *A Notícia* e *O Dia*, e na revista *A Época*, além de outras publicações. Trabalhou também no Ministério da Agricultura e, em 1912, concluiu o curso universitário.

Em 1914 foi nomeado auxiliar de auditor de guerra pelo ministro da Guerra, general Vespasiano de Albuquerque e Silva (1912-1914). No mesmo ano ingressou na política pela mão do ex-presidente Nilo Peçanha (1909-1910), elegendo-se deputado à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro na legenda do Partido Republicano Fluminense (PRF). Durante a legislatura que se iniciou em 1915 e terminou em 1917, ocupou os cargos de segundo e primeiro-secretário da Assembleia Fluminense e foi autor da lei que criou o ensino profissional no estado do Rio e a Escola Profissional Visconde de Morais, atual Henrique Laje. Reeleito por duas vezes, exerceu seus novos mandatos de 1918 a 1920 e durante os primeiros meses de 1921.

Nomeado prefeito de Niterói pelo presidente do estado do Rio de Janeiro, Raul de Morais

Veiga (1918-1922), assumiu o cargo em maio de 1921. Nessa ocasião apoiou em nível federal a campanha da Reação Republicana, que promoveu a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922. Durante sua administração realizou inúmeras obras públicas e criou a Diretoria Municipal de Instrução Pública, atual Secretaria de Educação e Cultura. Exonerou-se do cargo de prefeito em junho de 1922 para voltar a postulá-lo na legenda do PRF no pleito que se realizaria no mês seguinte. Entretanto, desistiu da candidatura em virtude de problemas com a política federal relacionados com a eleição de Artur Bernardes, retornando então à Justiça Militar e às suas atividades como advogado e jornalista.

Em 1923 assumiu as funções de secretário do ministro da Justiça, seu sogro João Luís Alves, e em março de 1924 elegeu-se deputado federal na legenda do PRF, sendo empossado em maio do mesmo ano. Reeleito em 1927, apresentou na Câmara um projeto de criação do Instituto Nacional de Padrões e, durante a discussão do projeto de estabilização cambial, manifestou-se a favor da adoção do cruzeiro. Após as eleições de março de 1930 — nas quais renovou mais uma vez seu mandato —, votou a favor do reconhecimento da bancada federal paraibana composta por políticos ligados ao governo do presidente Washington Luís. Primeiro-secretário da Câmara dos Deputados, encontrava-se em Paris quando foi deflagrada em outubro a Revolução de 1930, que extinguiu seu mandato, assim como todos os órgãos legislativos do país. Em dezembro foi denunciado pelo Tribunal Especial Revolucionário devido à sua posição favorável ao reconhecimento dos deputados paraibanos.

Auditor de guerra da 3ª Auditoria da capital federal a partir de 1936, foi nomeado em agosto de 1946 ministro do Superior Tribunal Militar (STM) e em 1948 participou do Congresso Jurídico realizado em Montevideu, Uruguai. Permaneceu no STM até maio de 1957, quando se aposentou.

Foi um dos fundadores e presidentes do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE) e da Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústrias, assim como do Montepio dos Servidores do Estado. Foi também membro do Instituto dos Advogados do Brasil, da Sociedade Brasileira de Direito e da Academia Fluminense de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 25 de abril de 1976.

Era casado com Maria Vitória Alves, de quem teve três filhos. Seu sogro, João Luís Alves, foi deputado federal por Minas Gerais de 1903 a 1908, senador pelo Espírito Santo de 1909 a 1918, ministro da Justiça de 1922 a 1924 e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1924 a 1925. Seu filho Luís Fernando Bocaiúva Cunha foi deputado federal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de 1959 a 1964 e líder do governo de João Goulart na Câmara em 1962; foi cassado em abril de 1964 pelo movimento político-militar que depôs Goulart e posteriormente voltou a ser deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1983 e 1990.

O arquivo de Ranulfo Bocaiúva Cunha encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

FONTES: BARBOSA, R. *História*; CÂM. DEP. *Deputados*; CORRESP. SUP. MILITAR; CORTÉS, C. *Homens*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (26/4/1976); SOARES, E. *Prefeitura*.

CURADO, Sebastião Fleury

*const. 1891; dep. fed. GO 1891-1893 e 1912-1914.

Sebastião Fleury Curado nasceu na cidade de Goiás, capital da província de Goiás, em 22 de janeiro de 1864, filho do coronel João Fleury de Campos Curado e de Mariana Augusta Fleury Curado.

Fez os estudos primários no Liceu de Goiás, em 1882 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo e em novembro de 1886 bacharelou-se. Formado, regressou à terra natal e filiou-se ao Partido Liberal. Foi deputado provincial em Goiás em mais de uma legislatura.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito em setembro de 1890 deputado constituinte por Goiás. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e foi um dos signatários da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Em maio passou a exercer o mandato ordinário e permaneceu na Câmara dos Deputados até o fim da legislatura, em dezembro de 1893.

Em 1903, participou da instalação da Academia de Direito na capital goiana, onde lecionou quase todas as cadeiras. No pleito realizado em 7 de setembro de 1904 elegeu-se deputado estadual em Goiás, para a legislatura de 1905 a 1908. Em 1907 tornou-se presidente da mesa diretora da Assembleia Legislativa, mas renunciou ao mandato no final do ano, antes de chegar ao fim a legislatura.

Em 1909 filiou-se ao Partido Democrata, fundado em abril daquele ano, e elegeu-se deputado federal para a legislatura de 1912 a 1914. Em 1915 tentou a reeleição, mas não teve êxito. A partir de então, não voltou a disputar outra eleição.

Em 1935, tornou-se diretor da Faculdade de Direito de Goiás. Exerceu também as funções de promotor público da cidade de Goiás e juiz-substituto da comarca da capital, e por mais de 20 anos foi procurador da República, cargo no qual se aposentou. Participou também da comissão que elaborou o anteprojeto da Constituição de 1934. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, à Academia Goiana de Letras, ao Instituto dos Advogados de Goiás e ao Instituto Genealógico Brasileiro, e foi sócio honorário da Academia de Letras do Rio Grande do Sul. Atuou na imprensa regional, como colaborador dos jornais

Publicador Goiano e Goiás. Fundou o jornal *O Goiano*.

Faleceu no dia 4 de maio de 1944.

Era casado com Augusta de Faro Fleury, com quem teve nove filhos.

Publicou o livro *Memórias históricas* (1959).

Adrianna Setemy

Fontes:: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Acesso em: 8/1/2009. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>.